



SENADOR JOÃO CALMON

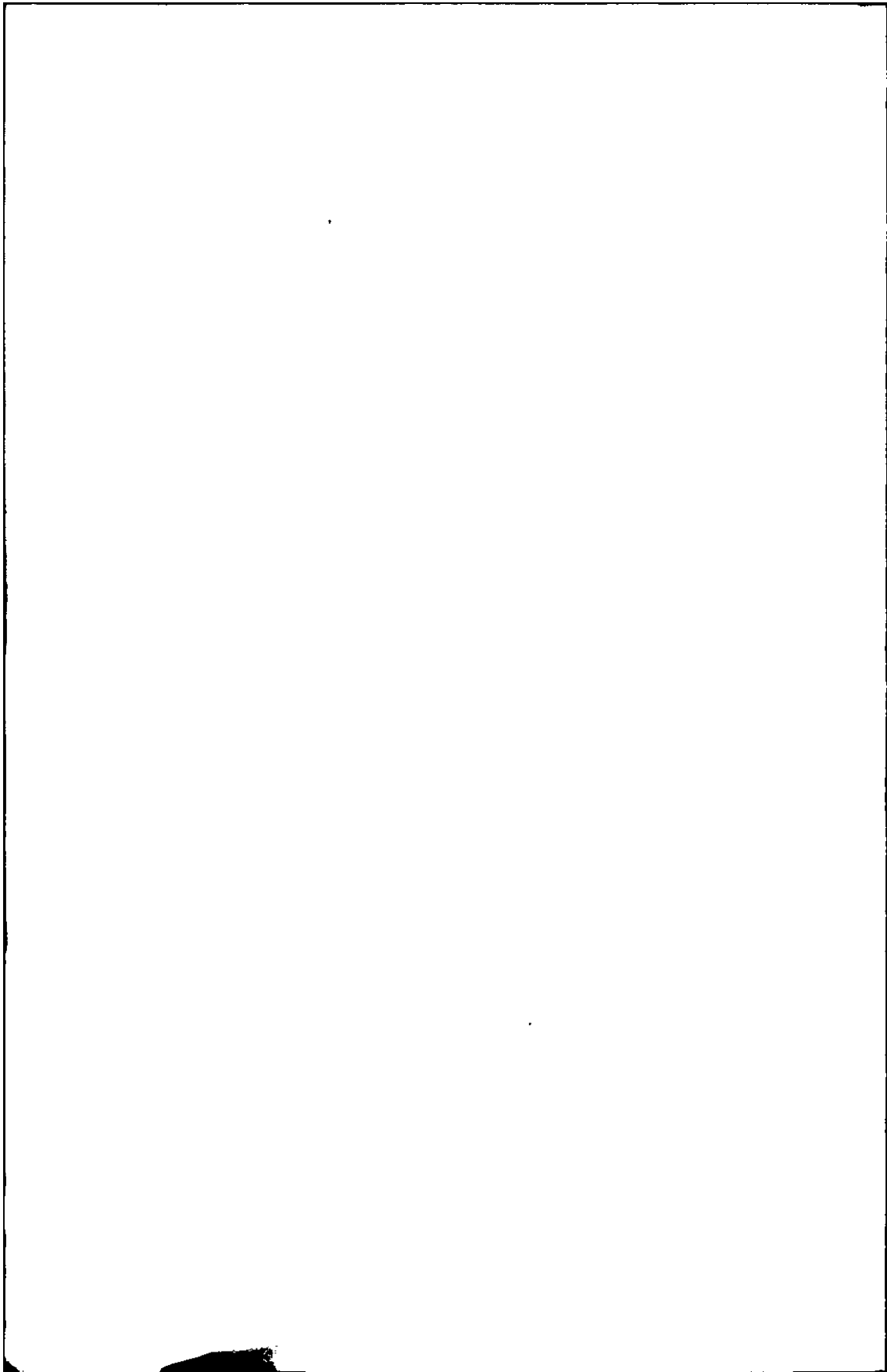
RELATÓRIO FINAL

COMISSÃO PARLAMENTAR

MISTA DE INQUÉRITO

A Crise na Universidade Brasileira

BRASÍLIA — 1993



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

Criada através do Requerimento nº 593, de 1991 — CN, destinada a investigar a crise na universidade brasileira.

Presidente: Deputado Eraldo Tinoco
Relator: Senador João Calmon

O RELATÓRIO

1 — INTRODUÇÃO

Mediante a aprovação do Requerimento nº 593, de 1991 — CN, do Sr. Deputado João Faustino, foi constituída uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nos termos do art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, com o objetivo de "investigar, em profundidade, a crise da Universidade brasileira, especialmente no que diz respeito à evasão de recursos humanos; remuneração do seu quadro docente; qualidade do ensino e as limitações na formação de profissionais de nível superior; os efeitos da Lei nº 5.540 (Reforma Universitária); planos de classificação de cargos destinados à criação da carreira do magistério superior; o concurso vestibular e a deficiência do ensino de segundo grau; e tudo o mais que se relacione com o funcionamento da Universidade brasileira, quer pública, quer privada". O órgão colegiado foi composto de onze Srs. Senadores e onze Srs. Deputados, tendo sido eleitos Presidente e Relator, respectivamente, o Sr. Deputado Eraldo Tinoco e o Sr. Senador João Calmon, em sessão de 28 de agosto de 1991.

A Comissão decidiu ouvir depoentes ligados aos diversos setores de atuação da Universidade, incluindo administradores, ex-administradores, professores, pesquisadores e representantes dos estudantes e dos funcionários. Também foi estabelecido que o órgão ouviria representantes do Ministério da Educação e de outras entidades pertinentes da administração pública e da sociedade civil. A ampla gama de depoentes visava a oferecer uma visão tão rica e completa quanto possível da problemática a ser analisada. Ao todo, foram ouvidas 28 pessoas, que contribuíram de modo notável para a compreensão da crise do setor, tanto no que tange à universidade pública quanto à universidade particular, em suas diversas categorias.

Fixado o roteiro de trabalho, as reuniões foram realizadas de acordo com o calendário e os depoimentos que se seguem, tendo em vista as premissas que orientaram os termos de convocação da Comissão.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Eraldo Tinoco

Relator: Senador João Calmon

TITULARES

Senadores

Alfredo Campos — PMDB
Garibaldi Alves Filho — PMDB
João Calmon — PMDB
Josaphat Marinho — PFL
Hugo Napoleão — PFI
Teotônio Vilela Filho — PSDB
Louremberg Nunes Rocha — PTB
Darcy Ribeiro — PDT
Áureo Melo — PRN
Gerson Camata — PDC
Esperidião Amin — PDS

Deputados

Eraldo Tinoco — Bloco
Roseana Sarney — Bloco
Aroldo Cedraz — Bloco
Henrique Eduardo Alves — PMDB
Murilo Rezende — PMDB
Vital do Rego — PDT
Edevaldo Alves da Silva — PDS
João Faustino — PSDB
Sólon Borges dos Reis — PTB
Raul Pont — PT
Eduardo Braga — PDC

SUPLENTE

Onofre Quinan — PMDB
Ronan Tito — PMDB
Francisco Rollemberg — PFL
Júlio Campos — PFL
Chagas Rodrigues — PSDR
Levy Dias — PTB
Nelson Wedekin — PDT

Eraldo Trindade — Bloco
Evaldo Gonçalves — Bloco
Ubiratan Aguiar — PMDB
Valter Pereira — PMDB
Márcia Cibílis Viana — PDT
Celso Bernardi — PDS
Osmânio Pereira — PSDB

REUNIÕES REALIZADAS

Dia 24-6-91 — Lido o Requerimento de criação da CPI.

Dia 28-8-91 — Reunião para instalação e eleição do Presidente.

Dia 3-9-91 — Reunião destinada a ouvir o depoimento do Professor Eduardo José Pereira Coelho (Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras).

Dia 10-9-91 — Reunião destinada a ouvir os depoimentos do Professor Itan Pereira da Silva (Presidente do Fórum das Universidades Estaduais e Municipais) e José Carlos Almeida da Silva (Presidente da Associação Brasileira das Escolas Superiores Católicas).

Dia 17-9-91 — Reunião de trabalho, destinada à aprovação da relação de nomes sugeridos para prestarem depoimentos.

Dia 26-9-91 — Reunião destinada a ouvir o depoimento do Professor Roberto Leal Lobo e Silva Filho (Reitor da Universidade de São Paulo — USP).

Dia 3-10-91 — Reunião destinada a ouvir os depoimentos dos Professores Antônio Ruiz Ibañez (Reitor da Universidade de Brasília) e Antônio Veronezi (Reitor da Universidade de Guarulhos — SP).

Dia 8-10-91 — Reunião destinada a ouvir o depoimento do Professor Nelson Maculan Filho (Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Dia 24-10-91 — Reunião destinada a ouvir o depoimento do Professor Fauze Scaff Gattass Filho (Reitor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul).

Dia 31-10-91 — Reunião destinada a ouvir os depoimentos do Professor Alceu Ravanello Ferrari (Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação) e de Patrícia de Angelis (Presidente da União Nacional dos Estudantes).

Dia 7-11-91 — Reunião destinada a ouvir os depoimentos do Professor Carlos Eduardo Baldijão (Presidente da Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior) e Vânia Galvão (Coordenadora Geral da Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras).

Dia 20-2-91 — Reunião de Trabalho.

Dia 12-3-92 — Reunião destinada a ouvir o depoimento do Professor José Carlos de Almeida Azevedo (ex-Reitor da Universidade de Brasília).

Dia 19-3-92 — Reunião destinada a ouvir o depoimento do Professor Edson Machado de Souza (Secretário Nacional de Ciência e Tecnologia).

Dia 26-3-92 — Reunião destinada a ouvir os depoimentos do Dr. Homero Santos (Ministro do Tribunal de Contas da União) e do Professor Edmundo Campos Coelho (Docente da Universidade Cândido Mendes).

Dia 2-4-92 — Reunião destinada a ouvir os depoimentos do Professor Ênio Caudotti (Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e da Professora Vanessa Guimarães (Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais).

Dia 23-4-92 — Reunião destinada a ouvir os depoimentos do Dr. Carlos Sant'Anna (ex-Ministro da Educação) e do Deputado Osvaldo Coelho (autor da proposição que deu origem ao art. 60 das Disposições Transitórias da Constituição Federal).

Dia 30-4-92 — Reunião destinada a ouvir os depoimentos do Professor Cristovam Buarque (ex-Reitor da Universidade de Brasília) e do Professor Diógenes da Cunha Lima (ex-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

Dia 7-5-92 — Reunião destinada a ouvir os depoimentos do Professor Jacques Velloso (Docente da Universidade de Brasília) e do Deputado Florestan Fernandes (Docente da Universidade de São Paulo).

Dia 14-5-92 — Reunião destinada a ouvir os depoimentos da Professora Eunice Ribeiro Durhan (Secretária Nacional do Ensino Superior) e do Professor José Arthur Gianotti (Centro Brasileiro de Pesquisa e Planejamento).

Dia 21-5-92 — Reunião destinada a ouvir o depoimento do Professor José Goldemberg (Ministro da Educação).

Dia 28-5-92 — Reunião destinada a ouvir o depoimento do Professor Pedro Demo (do Departamento de Macroestratégia da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República).

Além dos depoimentos citados, esta Relatoria consultou numerosos documentos, entre eles o relatório do Banco Mundial "Higher Education Reform in Brazil", escrito por Lawrence Wolff, Douglas Albrecht e Alcyone Saliba.

Por oportuno, esta Relatoria manifesta os seus agradecimentos aos Assessores Cândido Gomes e Ricardo Martins pelos serviços altamente relevantes prestados ao longo do funcionamento da Comissão. Ambos são autores de livros e artigos sobre educação, sendo o Prof. Gomes assessor legislativo do Senado Federal e Doutor em Educação pela University of California, Los Angeles e o Prof. Martins, assessor legislativo da Câmara dos Deputados e Mestre em Educação pela Fundação Getúlio Vargas. A Relatoria expressa também os seus melhores agradecimentos ao Sr. Joaquim Baldoño, Secretário da Comissão.

2 — A PROBLEMÁTICA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

2.1 — Raízes da crise

Sendo a crise da universidade brasileira o objeto central da investigação conduzida por este Órgão, os depoentes em geral destacaram sua visão sobre as origens da mesma. A despeito das diferentes posições e experiências dos depoentes, observa-

ram-se, como se notará, significativos pontos de convergência. A Sr^a Eunice Durhan assinalou o caráter mundial e estrutural da crise da universidade, que não se restringe ao Brasil ou às universidades federais, estas constituindo pequena parcela de um sistema amplo e heterogêneo.

No entanto, conforme o Sr. Antônio Ibañez, a crise tem características próprias no Brasil. Suas raízes históricas mergulham na colonização portuguesa, cujo caráter predominante foi o da exploração comercial. Assim, a universidade não era alvo de interesse, como continuou a não o ser quando emergiu o modelo de industrialização substitutiva de importações. Em 1968 foi imitado o modelo norte-americano, mantendo-se um paradigma colonizador para a universidade brasileira.

O Sr. Florestan Fernandes, em sua longa análise da trajetória do País, destacou que a reforma de 1968 representou a submissão da universidade ao Estado, golpeando-se o primeiro movimento espontâneo na sociedade brasileira pela adaptação da instituição universitária às nossas condições reais. Como resultado, sob a influência norte-americana, surgiu a idéia de que o ensino é mercadoria, de que devemos cobrá-lo e de que a universidade é uma espécie de usina.

Aprofundando-se na história recente, o Sr. Édson Machado enfatizou a crise de identidade, que se arrasta, pelo menos, desde 1961. Nesse ano, com diferença de alguns dias, o Poder Legislativo aprovava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei de criação da Universidade de Brasília, que trazia uma concepção de universidade completamente diferente da primeira. Já se havia avançado e amadurecido um conceito de universidade completamente diferente do primeiro, que não condizia com o modelo então vigente. Menos de cinco anos depois sobreveio a reforma de 1968, que não resolveu a crise existencial da universidade. Para o legislador havia uma concepção clássica de universidade, que abrangia a totalidade do conhecimento humano. Então já predominavam as instituições isoladas, várias com alto desempenho científico. Desse modo, aprofundou-se o hiato entre a realidade e as normas legais:

“Continuamos vivendo uma certa ilusão de que a universidade brasileira é uma coisa homogênea (...), quando o que temos é um sistema no qual convivem instituições extremamente diferenciadas e que, por tudo, poderiam ser conhecidas como universidades.”

O Sr. Carlos Sant'Anna também destacou o caráter institucional e estrutural da crise, mostrando que muitas universidades nada mais são que amontoados de instituições independentes. Apesar disso, conforme o Sr. José Carlos Azevedo, o Conselho Federal de Educação continua a criar universidades que, segundo padrões internacionais, não chegam a ser simples faculdades.

Há, portanto, um nocivo burocratismo na definição de universidade. Segundo expressão do Sr. José Goldemberg, há aquelas criadas de baixo para cima, isto é, como resposta a necessidades claramente estabelecidas na sociedade. Essas cumprem o seu papel de ensino, pesquisa e prestação de serviços. Outras foram criadas de cima para baixo, por lei, atendendo a decisões de caráter momentâneo. Por isso, é preciso examinar criticamente daqui em diante a criação de novas universidades.

Uma das vertentes da crise se situa na imposição de normas comuns a uma realidade diversificada e dinâmica. Daí a necessidade de rever a reforma de 1968, incluindo a estrutura departamental. Nem toda universidade tem que investir pesadamente em pesquisa, nem toda universidade tem que ser igual às mais bem dotadas. “Será que é necessário formar todos os dentistas do Brasil com base em laboratórios de um, dois ou dez milhões de dólares?” — perguntou o Sr. Roberto Lobo. E aduziu que “talvez o nosso problema seja um problema de isonomia... Todo mundo acha que tudo tem que ser isonômico. Por isso, precisamos decidir o que queremos. Caso contrário, não conseguiremos organizar o sistema, que ficará caro e ineficiente, com todos insatisfeitos”.

Essa falta de projeto, tanto por parte da sociedade, como do Estado e da própria Universidade, foi outra vertente da crise apontada pelos depoentes. O Sr. Eduardo Coelho declarou que a crise resulta da falta de política educacional, ao nível do ensino superior, integrada organicamente aos demais níveis de ensino. Falta, portanto, consenso em torno de objetivos nítidos e políticas claras. Conforme a expressão do Sr. Cristovam Buarque, a maior culpada é a sociedade, que não tem um projeto hegemônico. Porém, a universidade não está tentando aproveitar-se da crise para ajudar a formular uma proposta nacional:

“O primeiro problema da universidade é ideológico. É uma idéia de universidade. Sem dinheiro, essa idéia não será executada, mas só com dinheiro também não o será.”

O resultado é que o aluno sai da universidade hoje sabendo mais, porém sem um projeto para o qual trabalhar, sem um projeto de nação. Essa a verdadeira crise universitária.

Em direção análoga, concluiu o Sr. Pedro Demo que a universidade deve ser o lugar onde a sociedade discute suas chances de futuro:

“Se ela fizesse isso, ... a crise desapareceria, mas enquanto for apenas uma instância de cópia, de repasse, de mera transmissão, ela jamais vai valer o que custa.”

Política educacional a longo prazo, imune às oscilações governamentais; descentralização decisória; respeito às diversidades do sistema; libertação do cartorialismo, sobretudo para as universidades oficiais; aumento do intercâmbio com a sociedade; reflexão e proposição de alternativas para a sociedade — eis alguns remédios receitados para a crise. Ao Conselho Federal de Educação em particular, caberia “soltar as amarras do seu emperramento burocrático”, conforme a expressão do Sr. Carlos Sant’Anna, para bem avaliar o desempenho das instituições públicas e particulares, atuando “pelo fechamento das que ministram o ensino de má qualidade e fazem da educação superior uma farsa e uma fraude”.

2.2 — Os setores público e particular

Ao mesmo tempo que muitos depoentes concordaram com os efeitos negativos da intervenção governamental, ficou clara a divisão do setor em instituições públicas e particulares, com críticas de parte a parte. Segundo o Sr. Édson Machado, apesar dessa dualidade, a legislação é feita para as instituições oficiais, quando o sistema é predominantemente privado.

O Sr. Alceu Ferrari notou que, até ao final dos anos 60, as instituições particulares de ensino superior eram predominantemente confessionais. Daí em diante, pela retração dos investimentos públicos, conforme o Sr. Jacques Velloso, tivemos a predominância de instituições do tipo empresarial, que seguem a lógica do lucro. Parte delas, segundo a estudante Patrícia de Angelis, são verdadeiros supermercados do ensino, onde estuda o trabalhador.

Esta dualidade foi realçada por numerosos depoentes, que exibiram números a respeito da superioridade das universidades oficiais no que tange à produção de pesquisa, à qualidade dos seus cursos de pós-graduação, à maior titulação e trabalho em dedicação exclusiva dos seus professores e outros aspectos. Mais ainda, vários depoimentos criticaram as debilidades das instituições privadas em termos de qualidade, inclusive quanto à disposição de investir no aperfeiçoamento do seu próprio corpo docente. O Sr. Carlos Eduardo Baldijão frisou que, nos Estados Unidos, a universidade privada não tem um dono, ao passo que, no Brasil, as entidades mantenedoras são, na verdade, mantidas. Assinalou, ainda, distorções quanto ao tratamento

dispensado aos docentes, entre outras, e propôs que o ensino privado deveria ser uma concessão de serviço público.

O setor particular registrou suas respostas a críticas como estas. O Sr. Antônio Veronezi afirmou que a universidade particular não compareceu como oferecida, mas foi chamada pelos ministros da educação a colaborar para resolver o problema dos excedentes. Mais ainda, disse, as instituições particulares estão suprindo a falta do Poder Público ao abrigar em seu corpo discente uma grande maioria de trabalhadores e estudantes. Caberia ao Estado preocupar-se com a evolução do sistema público e o controle da qualidade do sistema particular.

Em face destas distinções, os Srs. Carlos Sant'Anna e Eunice Durhan sublinharam as diversidades do setor. Ao lado de escolas que funcionam como empresas de ensino, sem compromisso com a qualidade, há instituições idôneas e de alto nível. O Sr. Edson Machado disse que, acima destas diferenças, o maior problema da crise atual é a falta de credibilidade da instituição perante a sociedade. É preciso, pois, que a sociedade volte a acreditar na sua universidade e que esta dê exemplos concretos da sua competência.

Registraram-se também críticas a possíveis políticas de privatização ou de estadualização das instituições federais. Segundo o Sr. Eduardo Coelho, a presença da União integra o sistema educacional e coordena esforços dos Estados e particulares.

2.3 — A articulação com a sociedade

Os depoimentos em geral relacionaram a falta de projeto de e para a universidade com a necessidade de articulação maior com a sociedade. Neste sentido, assim se pronunciou o Sr. Fauzer Gattass Filho:

“O profissional brasileiro deve ter uma responsabilidade social e não — como hoje — ser formado exclusivamente para ser uma caixa registradora. Deve ter um comprometimento com o meio produtivo, gerar ciência e tecnologia, gerar gestão empresarial e buscar a modernização do parque industrial. As universidades têm condições de fazer isso desde que lhes sejam tiradas as amarras.”

Para isso a universidade precisa ampliar seus laços de compromisso com a sociedade até para garantir a sua legitimidade social, conforme a expressão do Sr. Eduardo Coelho. Ela presta inúmeros serviços, com a segunda rede hospitalar do País, e é respeitada pela sociedade, como assinalou o Sr. Carlos Baldijão. No entanto, não comunica adequadamente seus feitos, consoante o Sr. Eduardo Coelho.

Não sendo a universidade um braço do Estado (ela é pública porque mantida por toda a sociedade), cabe-lhe interagir com todos os setores da sociedade, inclusive o setor produtivo e a classe trabalhadora. Esta, aliás, como afirmou o Sr. Antônio Ibañez, é a menos privilegiada, pois os profissionais que se formam não são aqueles que mais colaboram com a classe trabalhadora.

O caminho concreto, segundo o Sr. Jacques Velloso, é escapar a toda tentativa de conceber a universidade como instituição fechada em si mesma, “como se nós, professores, funcionários e alunos, tivéssemos recebido algum mandato popular que não recebemos”.

O estabelecimento destes laços com a sociedade está condicionado pelo tipo de conhecimento desenvolvido. Para o Sr. Cristóvam Buarque, na universidade há um conhecimento estético, abrangendo ciências puras, artes, filosofia e letras, cujo compromisso é com a humanidade e o futuro. Já o conhecimento aplicado — da engenharia, medicina, direito, economia, nutrição etc. — tem compromisso com o País e com o agora. Se o Brasil escolheu a democracia, este saber deve beneficiar a maioria da população e exemplificou:

“O problema dos médicos de pele é fazer com que os carecas tenham de volta seus cabelos ou evitar os problemas das queimaduras? Fico com a segunda opção.”

Para isso, é indispensável a avaliação:

“Não entendo como uma universidade tenha uma auditoria financeira, que é o meio, e não tenha uma auditoria acadêmica.”

Um dos pontos de convergência dos trabalhos da Comissão foi a necessidade de auto-avaliação das universidades, aliada à avaliação externa, pelos segmentos da sociedade. A avaliação é uma forma de mostrar os laços de compromisso, de evidenciar “uma universidade de qualidade voltada ao interesse social”, na expressão do Sr. Eduardo Coelho. O mesmo depoente declarou que a universidade não tem medo de ser avaliada, porém manifestou restrições quanto a uma avaliação externa que não seja feita por pares acadêmicos que compreendam “o sentido de ser da universidade”. Também realçou o risco de a avaliação externa ser associada a critérios que poderão alocar mais recursos às universidades de maior prestígio e cortar verbas das universidades mais jovens.

Outra dimensão de comprometimento frisada nas reuniões foi a regional, como no depoimento do Sr. Diógenes Cunha Lima. Uma universidade vinculada ao seu meio é capaz de oferecer melhores serviços e vivificar suas atividades.

Quanto à natureza dos serviços prestados, registrou-se divergência implícita entre os depoentes. Enquanto a maioria tacitamente aceitou a diversidade de entidades mantidas, como hospitais, museus, jardins botânicos etc., para o Sr. Édson Machado o serviço a ser prestado pela universidade é a educação. Os demais são obrigações de outros órgãos públicos, que devem cumpri-las fielmente sem sobrecarregar a instituição universitária.

2.4 — A equidade

Ao longo dos trabalhos da Comissão, foi amplamente debatida a questão da seletividade sócio-econômica da universidade. As instituições públicas e gratuitas articulam-se hoje com as escolas particulares, de onde são oriundos os seus alunos. Enquanto isso, as instituições particulares recebem os alunos-trabalhadores, provenientes das escolas públicas, que em geral estudam à noite. Como disse o Sr. Alceu Ferrari, “o grande desafio é fazer da universidade que chamamos pública... uma instituição pública no sentido de aberta, de orientada para os problemas da população”.

O vestibular foi discutido como processo seletivo que espelha a filtragem dos alunos, ao longo da pirâmide educacional, com base em fatores sócio-econômicos. No entanto, ficou claro que são necessárias soluções muito mais profundas. Como notou o Sr. Cristovam Buarque, o problema não se reduz a aumentar simplesmente o número de universitários. O País tem hoje, proporcionalmente, um dos menores números de estudantes de nível superior em face da população, mas, ao mesmo tempo, tem a maior proporção de estudantes de terceiro grau/concluintes do ensino de segundo grau. Portanto, a pirâmide precisa mudar não no topo, mas na base. Para expandir o ensino superior é preciso evitar a repetência e evasão no ensino fundamental e médio. Igualmente, é preciso atentar para a elevada evasão do ensino superior, da ordem de quatro quintos dos ingressos, segundo o Sr. Carlos Sant’Anna. Para alcançar tais objetivos, os Srs. Antônio Ibañez e Jacques Velloso destacaram a necessidade de melhorar o ensino público, distribuir a renda e assegurar condições salariais, habitacionais e de saúde à população, enfim, mudar o modelo econômico vigente.

No que tange aos aspectos pedagógicos, o Sr. Jacques Velloso afirmou que os critérios de seleção de candidatos devem ser deixados a cargo da universidade. Um eventual sistema de cotas para alunos socialmente desprivilegiados só poderia ser

estabelecido em associação com mecanismos de recuperação acadêmica e de manutenção financeira do estudante.

Outra medida amplamente discutida e valorizada foi a oferta de cursos noturnos pelas instituições públicas. O Sr. Antônio Veronezi propôs que a universidade pública transferisse seus recursos prioritariamente para o ensino noturno, ao passo que a universidade particular se ocuparia do espaço do ensino diurno.

A universidade aberta foi proposta pelo Sr. Carlos Sant'Anna como meio de democratizar o ensino superior. O depoente lembrou que o Projeto de Lei que trata do ensino a distância, encaminhado ao Poder Legislativo em sua gestão como ministro, continua tramitando na Câmara dos Deputados.

2.5 — A problemática didático-científica

A pesquisa e o ensino foram processos discutidos profundamente durante os trabalhos da Comissão, estabelecendo-se divergências em torno do conceito de pesquisa. Segundo a concepção clássica, que inclui a criação de conhecimentos através de processos que requerem geralmente elevado dispêndio de recursos, não é possível generalizar o modelo da reforma de 1968, que assegurou a indissociabilidade do ensino e da pesquisa. Para o Sr. Édson Machado trata-se de um dualismo que a legislação não consegue acomodar. A universidade pode ensinar também através da pesquisa e da extensão. No entanto, a atividade de ensino se tem desenvolvido de forma totalmente autônoma e independente, de tal forma que, em certos casos, os recursos são abundantes para a pesquisa e muito escassos para o ensino.

As universidades dignas deste nome seriam aquelas capazes de corresponder ao modelo, não cabendo reconhecer como tais outras instituições. Neste sentido, caberia aceitar a flexibilização do mencionado paradigma e admitir diferentes tipos de instituições que investissem mais ou menos em pesquisa.

Relevante seria considerar a trajetória histórica e a vocação de cada instituição de ensino superior, através da qual seria buscada a excelência, como propôs o Sr. Carlos Sant'Anna. Assim, não seria cabível impor um único molde, como tem feito a legislação.

Todavia, outra concepção de pesquisa foi delineada, especialmente pelo Sr. Pedro Demo. Para ele a pesquisa é a essência não só da universidade, mas de todo o ensino superior. A vantagem comparativa dos povos é a produção de conhecimento. A qualidade educacional da população é o termo diferencial mais importante nas oportunidades de desenvolvimento dos povos.

Lamentavelmente, porém, a grande maioria do que chamamos universidade não produz conhecimento, mas ensina a copiar:

“Só pode ensinar quem tem conhecimento próprio. Quem não tem elaboração própria, a rigor não tem nada para ensinar, porque vai simplesmente copiar e passar para a frente a cópia. Existe nesse contexto uma equação meio provocativa, (...) que declara imediatamente o espírito que ela tem: aula, prova e cola hoje em dia são sinônimos.”

Espera-se da universidade que estabeleça o contexto do aprender a aprender. A distinção entre professor e aluno não é que um ensina e o outro aprende: os dois fazem a mesma coisa, a pesquisa. Por isso, as universidades mais modernas têm três a cinco professores por curso, que são produtores de ciência *stricto sensu*. Ao lado desse corpo básico, há um corpo médio de assistentes ou leitores, que dão aulas e são de tempo parcial.

Contudo, segundo ainda o Sr. Pedro Demo, a exigência de pesquisa não estaria ao alcance apenas das instituições mais ricas. Ao contrário, é possível fazer pesquisa e introduzir a sua perspectiva em regiões pobres e em entidades onde não há nenhum

mestre ou doutor no corpo docente, como foi o caso do Instituto Superior de Educação, em Belém do Pará. O importante é o espírito da casa:

"A gente acha que pesquisa é coisa de Ph.D., de acesso limitado, elitista... É possível manejar um conceito de pesquisa que seja ao mesmo tempo princípio científico e educativo.

Como princípio científico, a pesquisa é fazermos ciência desde cedo; e como princípio educativo é também um instrumento que a universidade tem para educar um aluno, através da elaboração própria, do saber pensar, do aprender a aprender."

O Sr. Florestan Fernandes, sob este particular, embora adotando outra concepção, relatou sua experiência na Cadeira de Sociologia I da Universidade de São Paulo, que realizou a maior pesquisa social do Brasil sem verbas especiais. Comentava-se que seus pesquisadores só precisavam de papel e lápis. Isso indica que se pode atingir um patamar de desenvolvimento institucional, num país subdesenvolvido, com seus próprios meios, produzindo avanço da pesquisa sem qualquer submissão ao patrocínio estrangeiro. Após esse patamar, entretanto, é preciso o aumento do investimento público e da dedicação do corpo docente.

Um grave obstáculo a experiências como esta é a burocratização da universidade, conforme as palavras do Sr. Pedro Demo:

"A universidade vive da emulação do mérito acadêmico... Mas a universidade perdeu essa noção de mérito e virou uma burocracia pública qualquer... Então vale muito mais a isonomia, vale o corporativismo, vale também o descaso dos governos".

Tal burocratização exerce-se de dentro para fora da universidade e é também resultado de ações externas, corporificadas na legislação, como já foi referido. Os currículos mínimos são estabelecidos de modo pouco favorável ao estímulo da criatividade. O Sr. Carlos Sant'Anna evidenciou a rigidez e a obsolescência em geral dos currículos, com a existência de matérias hereditárias que vão se defasando. No caso dos cursos de Medicina, constata-se cerca de um quarto de século de atraso.

Em face destas dificuldades, o Sr. José Carlos Azevedo sugeriu que a principal causa deste estado de coisas é de caráter funcional, conforme ainda o Sr. Carlos Sant'Anna:

"Os departamentos são a versão corporativa das antigas cátedras, verdadeiros feudos grupais em processo de decadência pedagógica acelerada, partidárias quase sempre e preocupadas em manter a hegemonia para a propaganda e o elitismo."

Em face destas dificuldades, o Sr. José Carlos de Azevedo sugeriu, entre outras medidas, que a faixa de obrigatoriedade dos currículos não ultrapasse 40 por cento da duração mínima de cada curso. Mais ainda, propôs liberdade profissional para todas as ocupações, exceto para Direito e Medicina.

Indo mais longe, o Sr. Antônio Ibañez declarou que a Lei nº 5.540/68 destruiu o sistema universitário, porque fracionou os cursos e contribuiu para a fragmentação do conhecimento. Como hoje a solução dos problemas não se dá pela fragmentação do conhecimento, os currículos devem ser repensados para atender à necessária interdisciplinaridade.

No que se refere à pesquisa em sentido clássico, diversos depoentes notaram a baixa produção do corpo docente brasileiro. O Sr. Carlos Sant'Anna mostrou que, mesmo nas instituições federais de ensino superior, o desempenho médio deixa muito a desejar. Computando os trabalhos publicados nos dez anos anteriores a 1989, inclusive

comunicações a congressos e reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, cada docente levou três anos para produzir um trabalho digno de registro. Enquanto isso, a média na Universidade de São Paulo é de 2,6 por ano.

Ao lado destes fatos, foi denunciada a grave evasão de cientistas e o desmantelamento dos institutos de pesquisa por falta de recursos e de atrativos para a carreira. Apesar das dificuldades econômicas dos anos 80, segundo o Sr. Ênio Candotti, os programas de pós-graduação foram muito bem sucedidos, com significativa produção de pesquisa. O quadro de doutores se multiplicou por dois ou três, enquanto o de mestres se multiplicou por quatro. No entanto, estamos hoje a cerca de 40 por cento das metas previstas nos anos 70, com o risco de perder as posições duramente conquistadas.

No que tange à vinculação com as empresas privadas, este foi um dos elos defendidos por vários depoentes. Todavia, a estudante Patrícia de Angelis criticou a posição governamental de favorecer tal vinculação e de financiar a pesquisa junto à indústria. Segundo ela, a produção de pesquisa universitária não pode se submeter ao mercado. A vinculação da universidade deve ser com o conjunto da sociedade, para preservar o seu caráter público e permitir o atendimento às necessidades dos setores marginalizados. Manifestou-se também contra a ênfase à pesquisa aplicada, declarando que "não existe país soberano que não estruture a pesquisa básica".

Dessa forma, cabe rediscutir o conceito de pesquisa, e promover um reexame das restrições legais e burocráticas que limitam a universidade. Desse modo, espera-se conseguir que a universidade acerte o passo com o seu tempo, redimensionando currículos, revendo sua didática e estabelecendo relações mais íntimas com o seu meio, através de uma projeto consistente de ensino superior.

2.6 — A carreira profissional

Sendo a educação um setor que depende muito mais da qualificação do pessoal a ela dedicado do que de prédios e equipamentos, a carreira profissional e os dramas vividos por professores e funcionários ocuparam um dos lugares mais importantes nas discussões. De um lado, foram retratadas as difíceis condições vividas antes de tudo pelos funcionários públicos; de outro lado, foram assinaladas inúmeras distorções que levam a repensar na estruturação da carreira.

O Sr. Jacques Velloso explicou que a expansão do ensino se deu às custas da compressão dos salários dos docentes, gerando, ao mesmo tempo, massificação e deterioração, dois fenômenos intimamente ligados e universais. Por sua vez, a Sr. Vanessa Guimarães referiu-se à histórica defasagem salarial dos servidores das Universidades Federais. "Momentos de estabilidade" só foram conseguidos graças a movimentos grevistas. O salário inicial de um professor com dedicação de 20 horas semanais era então pouco maior que dois salários mínimos. Com isso, ocorre uma fuga de talentos, inclusive daqueles que se encontram nos quadros, através da aposentadoria precoce. Parte deles retorna, às vezes ao mesmo departamento, através de concurso público ou outro meio.

As aposentadorias se aceleraram em virtude do temor de mudança das normas constitucionais e legais, levando muitos professores a abandonarem seus cargos em torno de 50 anos de idade ou menos. O Sr. Fauzer Gartass Filho informou que, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, a redução foi de 10 por cento do total de professores nos últimos cinco meses. O Sr. Carlos Sant'Anna qualificou o fato como incalculável perda de massa crítica. Por seu lado, o Sr. José Carlos Almeida da Silva sugeriu que se criassem mecanismos para que os professores voltassem à atividade, a fim de minimizar aquela perda.

Quanto aos docentes das instituições particulares, pouco foi declarado, apesar de muitas vezes seus salários serem mais baixos. O Sr. Carlos Baldijão foi uma exceção, ao analisar a falta de plano de carreira em muitos destes estabelecimentos. Frisou

que o aperfeiçoamento do professor se faz à sua própria custa e afirmou que deveria haver exigência de carreira acadêmica baseada no mérito.

Ao lado desta situação, a dos funcionários das Instituições Federais de Ensino Superior também incluiu baixos salários. Além disso, conforme denúncia da Sr. Vânia Galvão, muitos deles trabalham em condições subumanas, ao arpejo da lei. A grande maioria dos funcionários que trabalham em hospitais não recebe adicionais previstos na legislação, em virtude do corte de despesas. Quanto aos funcionários das demais universidades, não foram apresentadas informações.

Diante deste quadro, vários depoentes apontaram distorções diversas. O Sr. José Carlos Azevedo lembrou a admissão inconstitucional de 13 mil professores colaboradores há anos atrás, incluindo de uma só vez grande contingente que não se submeteu a concurso público. Em face da baixa produção científica das Universidades Federais, e de outros aspectos, considerou estas instituições como "um dos males renitentes apriscos do empreguismo nacional".

O Sr. José Arthur Gianotti, investigando as causas da problemática em tela, indicou a estrutura departamental como uma das grandes responsáveis. Tratava-se da única solução então viável para a estrutura esgotada da cátedra, que acabou por criar um novo problema: o "pacto dos medíocres". A nova organização igualou de tal forma as tarefas que cada ingressante no departamento (estável a partir dos 20 e poucos anos de idade) imagina-se pesquisador autônomo e, com isso, não está disposto a cumprir as tarefas auxiliares. O lema é "não meto a mão na cumbuca alheia, desde que ninguém venha meter a mão na minha". Agravando o quadro, adveio o padrão único de carreira com a isonomia salarial. Assim, "mantemos a ficção de que a Universidade do Acre é a mesma coisa que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul", quando a Universidade tem que se diferenciar e adaptar-se às suas condições ambientais. No ano passado, a inclusão das universidades no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União representou um desastre. Estas instituições têm especificidades, não devendo estar sujeitas a regras fixas e únicas.

O Sr. Jacques Velloso também se opôs à rigidez no quadro de pessoal, que impede a competitividade da carreira. Há variações locais e regionais de custo de vida que não são contempladas pela isonomia, causando sérios inconvenientes.

A Sr. Eunice Durhan declarou que a isonomia significa pagar igualmente àqueles que fazem trabalho desigual e têm qualificação e desempenho diferenciados. Trata-se do resultado de "um movimento corporativo que implanta a mediocridade com uma eficácia muito maior do que a ditadura foi capaz de fazer".

Conforme o Sr. Pedro Demo, a universidade perdeu a noção de mérito acadêmico, prevalecendo os critérios corporativistas. "Daqui a um tempo", declarou, "todos os professores serão titulares para compensar os baixos salários. A universidade é um dos poucos lugares... onde as pessoas caem para cima".

Das sugestões apresentadas ressalta a necessidade de flexibilidade, de não submissão da universidade às mesmas normas do serviço público. Além disso, a carreira deve ser associada à qualificação e à produção acadêmica. Segundo o Sr. José Goldemberg, se aprovada a Proposta de Emenda Constitucional relativa à autonomia, as universidades poderão estabelecer a sua própria escala de remuneração, ressalvados os direitos dos que preferirem permanecer sob o Regime Jurídico Único aludido. Desse modo, as universidades melhor geridas poderão pagar mais.

Embora os princípios gerais acima se apliquem à carreira acadêmica de qualquer estabelecimento, muito pouco foi tratado a respeito das instituições não federais. Além da mencionada falta de plano de carreira nas particulares, ficou claro que há situações tão complexas quanto às das públicas. No caso das universidades confessionais, o Sr. José Carlos Almeida da Silva informou que muitas delas estabeleceram seus planos, despertando interesse variado dos seus docentes. Para os profissionais

melhor remunerados e com menor dedicação ao magistério, o plano não é conveniente. É o caso de docentes de cursos como Direito, Economia, Administração e Ciências Contábeis. Já os professores mais dedicados às tarefas inerentes ao magistério preferem participar. O importante, segundo o depoente, é oferecer a opção do plano e um salário digno.

Como se pode verificar, a estruturação da carreira docente ou a falta dela, na situação atual não favorece necessariamente a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Os princípios em que os planos existentes se baseiam geralmente valorizam os diplomas e o tempo de serviço, ao invés do mérito, da competência e da produção efetivamente realizada.

2.7 — A autonomia, o financiamento e a gestão das universidades

A autonomia da universidade foi questão recorrentemente abordada nos diversos depoimentos, que a colocaram no centro da crise multifacetada por que passa a instituição. Consagrada no art. 207 da Constituição Federal, é extremamente cerceada na prática da administração pública brasileira, especialmente no âmbito do sistema federal.

No entender da Sr^a Vanessa Guimarães, Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, é preciso uma reformulação completa no modelo de organização jurídica das universidades federais de modo a criar as necessárias condições para o exercício efetivo da autonomia. Como afirma a Reitora:

“Creio não haver mais dúvidas de que o atual modelo de organização jurídica das universidades federais está esgotado. Esse modelo tem sido em largo sentido um dos responsáveis pela fragilização da instituição, de vez que ele retira a autonomia de gestão administrativa e financeira, com repercussão na autonomia didática e de pesquisa.”

A limitação ao exercício da autonomia parece atingir de modo mais agudo as universidades federais. Em seu depoimento, o Sr. Edson Machado de Sousa, então Secretário de Ciência e Tecnologia da Presidência da República, lembrou que as universidades federais, até os anos 60, foram criadas sob a forma de autarquias e, nesta mesma década, passaram a ser instituídas como fundações, exatamente para garantir-lhes a necessária flexibilidade e a autonomia. A figura da fundação contudo, ao longo do tempo, foi sendo deturpada, passando a ser tratada como outro órgão qualquer da administração pública. Neste particular, o ponto de vista do Sr. Antônio Ibañez Ruiz, Reitor da Universidade de Brasília, é convergente. Para ele “a burocracia transformou as universidades em repartições públicas”.

A autonomia foi apresentada como uma das condições indispensáveis para que as universidades encontrem seu caminho e possam cumprir de modo adequado o seu papel na sociedade. Para o Sr. Fauze Gattass Filho, Reitor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, “a autonomia é o gargalo do desenvolvimento das universidades. É a falta de autonomia que gera a falta de criatividade, que gera a falta de responsabilidade, que gera omissão e que gera, principalmente, uma paralisação geral de todas as atividades acadêmicas”.

A defesa da autonomia também aparece de forma contundente na participação do ex-Ministro da Educação, Sr. Carlos Sant’Anna, atual Secretário de Governo do Distrito Federal:

“(…) O que justifica a autonomia das universidades é o fato de congregarem pessoal altamente qualificado, oferecerem ensino de alta qualidade e serem capazes de gerar conhecimento científico e tecnológico através da pesquisa. Uma instituição com tais atributos não precisa ser supervisionada no seu funcionamento interno, nem estar sujeita a controles formais e burocráticos, desde que desempenhe plenamente o seu papel, o papel que a Constituição, as leis e a sociedade lhe atribuem.”

O Sr. José Arthur Gianotti foi também enfático a este respeito:

“É preciso de imediato que as universidades obtenham autonomia.”

Na mesma sessão, a Sr^a Eunice Durhan, então Secretária Nacional da Educação Superior, também defendeu vigorosamente a mudança na legislação, afirmando que *“o primeiro passo, seria, efetivamente, dar autonomia à universidade”*.

Em seu depoimento, o Ministro da Educação à época, Sr. José Goldemberg, acentuou a necessidade de se assegurarem as condições para o pleno exercício da autonomia das universidades.

De modo geral, os depoimentos convergiram para o imperativo de garantir a autonomia das universidades, como requisito indispensável para que elas superem as dificuldades hoje enfrentadas. Esta quase unanimidade, contudo, não significa que o entendimento do conceito de autonomia tenha sido uniforme, como adiante se poderá perceber. Se, por um lado, há uma grande concordância quanto ao fato de que autonomia não significa soberania, existem importantes diferenças de posição quanto à sua definição, especialmente dos seus aspectos administrativo e financeiro, como expressou a representante da União Nacional dos Estudantes, Sr^a Patrícia de Angelis. Tais divergências se relacionam mais estreitamente com as universidades públicas, em especial as federais, visto que, para as particulares, o problema praticamente inexistente, levando inclusive o Sr. Edson Machado de Sousa a afirmar: *“As universidades privadas têm autonomia quase total. Por que não dá-la às oficiais?”*

Dentro da linha de que autonomia não é soberania e de que a universidade deve prestar contas de suas atividades à sociedade, um significativo número de depoentes vinculou a autonomia à necessidade de existência de uma avaliação, ora entendida como auto-avaliação, ora percebida como avaliação externa ou ainda como uma composição de ambas as metodologias.

A análise dos depoimentos, contudo, demonstra que o centro da crise da autonomia se situa no financiamento, no uso dos recursos e, por conseqüência, na gestão das universidades. Estes são, portanto, os aspectos privilegiados neste relatório.

2.7.1 — A Autonomia Didático-Científica

Muito pouco se falou sobre o assunto ao longo dos depoimentos. O Sr. Edmundo Campos Coelho ressaltou que as universidades não têm autonomia para eliminar cursos ou criar novas disciplinas, devendo submeter-se ao arbítrio do Conselho Federal de Educação. Sua posição foi corroborada pelo depoimento do Sr. José Carlos Almeida da Silva, que reclamou da excessiva ingerência externa nas questões curriculares, impedindo as universidades de estabelecerem seus currículos e de se inserirem na realidade regional.

No mesmo sentido, o Sr. Fauze Gattass Filho conceituou a autonomia didático-científica como liberdade para definir regime de ensino, forma de ingresso, criação, suspensão e extinção de cursos. A falta de flexibilidade nestes assuntos com certeza explica, em boa parte, o pronunciamento do Sr. Carlos Sant'Anna, que reclamou da obsolescência e rigidez dos currículos.

Foram muitas as oportunidades em que os depoentes alegaram que a criatividade e a produtividade da universidade estão aprisionadas pelos condicionamentos que a autonomia didático-científica sofre pelas limitações impostas aos outros aspectos da vida universitária: as dimensões administrativa e financeira.

Para um significativo número de depoentes, a melhoria didático-científica das universidades supõe maior criatividade no ensino e na pesquisa, maior integração entre o ensino e a pesquisa, incentivo à interdisciplinaridade, democratização do acesso e oferta de novos cursos, inclusive noturnos, aperfeiçoamento do regime de ensino (pelo menos dois depoentes, os Srs. Edmundo Campos Coelho e Nelson Macu

lan, criticaram o regime de créditos, caso não exista uma efetiva orientação acadêmica) e integração entre pós-graduação e graduação.

Todas estas são questões que, sem dúvida, encontram solução no contexto da autonomia didático-científica. No entanto, vários óbices ao seu pleno exercício se encontram em outras esferas.

O Sr. José Carlos Almeida da Silva, por exemplo, responsabilizou a estrutura departamental pelas dificuldades das universidades em resolver a questão acadêmica ligada à interdisciplinaridade. O Sr. José Arthur Gianotti criticou a excessiva uniformização das instituições de ensino superior, que as impediria de dar respostas mais diretas e coerentes com as necessidades do meio em que se inserem. O Sr. Cristovam Buarque também afirmou estar a universidade "prisoneira" de seus departamentos, o que dificultaria a criação de uma estrutura multidisciplinar, baseada em núcleos temáticos, que, no seu entender, possibilitaria tornar a universidade contemporânea ao tempo da sociedade a que deve servir.

Por outro lado, o Sr. Antônio Ibañez, assumindo posição semelhante à da estudante Patrícia de Angelis, opinou no sentido de que a autonomia da pesquisa e a contribuição da universidade para o progresso social fundam-se na vinculação desta instituição a todo o conjunto da sociedade, e não apenas a grupos específicos. Deste modo, assume especial relevância, para o exercício da autonomia didático-científica, a autonomia financeira. Os mecanismos de financiamento público são, no entender do Sr. Ibañez, a garantia de que a universidade não estará subordinada senão aos interesses maiores da sociedade.

Como se pode perceber, a análise da autonomia didático-científica ficou de alguma forma associada aos graves problemas que afetam as outras dimensões da autonomia, impedindo ou dificultando o pleno exercício daquela primeira.

O Sr. Carlos Sant'Anna apresentou números que pesam negativamente com relação à produtividade científica das universidades:

"Cada docente gasta 3 anos para produzir um trabalho digno de registro. Fora do Brasil, exige-se um mínimo de 2 publicações por ano. Na USP, a média é de 2,6 trabalhos publicados por ano."

Já os Srs. Jacques Velloso e Cristovam Buarque preferiram ressaltar o fato de que cerca de 80% da produção científica das universidades brasileiras se origina das universidades públicas, embora reconhecendo que o desempenho institucional é heterogêneo.

Não há dúvida de que muito há que melhorar no desempenho das instituições universitárias brasileiras. É preciso, porém, mencionar que os esforços envidados nos últimos anos resultaram em importantes conquistas que não podem ser perdidas, caso os estrangulamentos hoje verificados não sejam solucionados. Embora as comparações com outros países mais desenvolvidos muitas vezes apresentem um resultado desfavorável em relação ao Brasil, é preciso destacar, por exemplo, que, já em 1986, o Brasil alcançou o primeiro lugar, em termos de publicações internacionais, no conjunto dos países latino-americanos, ultrapassando a Argentina, tradicional competidora neste particular, de acordo com os dados do Relatório de 1988 do Banco Interamericano de Desenvolvimento, sobre "Progresso Econômico na América Latina", em sua parte especial referente à Ciência e Tecnologia. O volume de publicações vem apresentando uma tendência ascendente constante. A média de publicações *per capita*, a partir de dados disponíveis, apresenta uma evolução bastante razoável, passando de 0,6, em 1978, para 0,8, em 1982, 0,9, em 1985 e aproximando-se de 1,0, em 1989/1990. Trata-se, pois, de um esforço considerável, que importa continuar. Para tanto, é absolutamente indispensável resolver os demais problemas que afetam a vida universitária nacional.

2.7.2 — A Autonomia Administrativa e a Gestão das Universidades

Como já foi assinalado em secções anteriores, a autonomia administrativa e a gestão da universidade foram insistentemente abordadas na maioria dos depoimentos. Dentre as questões levantadas, sobressaíram aquelas relativas à existência de uma crise gerencial; à burocratização, que tolhe a gestão e que conduz à ineficiência; aos indicadores de baixa produtividade e de aproveitamento de recursos disponíveis; a questão salarial; o problema das aposentadorias; a escolha de dirigentes.

A burocratização e o corporativismo interno foram duas características duramente criticadas por alguns depoentes. O Sr. Ênio Candotti defendeu o rompimento com a estrutura burocrática centralizadora, que padroniza as instituições e as impede de atender mais adequadamente às demandas sociais do meio. O Sr. Edmundo Campos Coelho também apresentou a burocratização como elemento cerceador, criticando o cipoal de leis, decretos e demais normas que, tolhendo a autonomia administrativa, inibem as iniciativas que poderiam gerar aumento da eficiência e da produtividade. O Sr. José Carlos Almeida da Silva situou as origens deste problema na reforma do ensino superior, de 1968, que, segundo ele, padronizou a estrutura administrativa das universidades. O Sr. Carlos Sant'Anna associou a ineficiência das universidades ao fato de serem elas um amontoado de escolas e faculdades, não existindo, na maioria das vezes, uma estrutura universitária orgânica e integrada. Afirmou também que a estrutura departamental, implantada pela reforma de 1968, nada mais é do que uma nova versão corporativa das antigas cátedras, não dando resposta aos problemas que deveria solucionar. Defendeu ainda a modernização do sistema gerencial das universidades que, em alguns casos, constituem grandes e ciclópicas organizações. O Sr. José Carlos Azevedo criticou também a falta de autonomia, que não confere ao reitor poderes para corrigir, em suas palavras, "maus hábitos de docentes e funcionários".

O corporativismo, entendido como um fenómeno que promove, acima de tudo, quando não exclusivamente, a defesa de interesses de docentes e funcionários descomprometidos com as reais necessidades sociais a que a universidade deve atender, foi também duramente criticado por alguns depoentes, como os Srs. José Carlos da Silva, Carlos Sant'Anna, Edson Machado de Sousa, José Goldemberg e o Deputado Osvaldo Coelho.

A eficiência no uso dos recursos disponíveis foi amplamente debatida, particularmente através da discussão de indicadores relativos à relação alunos/professor, alunos/funcionário, etc. Os dados trazidos à CPMI apresentaram grandes variações e, por vezes, contradições importantes.

Ao expor seus dados, o Sr. José Carlos Azevedo classificou de alarmantes as relações alunos/professor (8,26) e alunos/funcionário (2,77) nas universidades federais, chegando a afirmar a existência de empreguismo em tais instituições. O Sr. Edmundo Campos Coelho apresentou dado similar para a relação alunos/professor (8), comparando-o com a relação observada em 197 universidades norte-americanas consideradas como de abrangência nacional (14). O Sr. Antônio Ibañez, ao apresentar relação similar para as universidades federais brasileiras, ressaltou que, em relação ao ano de 1960 (quando era igual a 4,3), ela representa um extraordinário progresso e aumento de eficiência. Comparou este dado com a relação observada na USP (8,4), em universidades alemãs (10) e em Harvard (8,25). Já o Sr. Carlos Sant'Anna, situando a relação alunos/professor em torno de 7, destacou ser este um indicador desfavorável às instituições nacionais, contrastando-o com o verificado em Heidelberg (22). Buenos Aires e Sidney (16), Cidade do Cabo (15) e na Sorbonne (49).

Alguns depoentes, como os Srs. Fauze Gattass Filho, Jacques Velloso e Antônio Ibañez chamaram a atenção para o fato de que as comparações internacionais devem ser analisadas com muito cuidado. Com efeito, em alguns países, a figura do "professor"

se associa apenas ao docente-doutor ou a postos mais avançados da carreira, não sendo computados, para efeitos dos cálculos das relações, os assistentes e auxiliares que, no caso brasileiro, são integralmente considerados. Do mesmo modo, apresenta dificuldades a determinação do número de alunos equivalente a alunos em tempo integral, como lembrou a Sr^a Eunice Durham.

Dados apresentados pelo Sr. José Goldemberg e pela então Secretária Nacional da Educação Superior demonstraram que, dentre as universidades federais, a relação alunos/docente ostenta grande heterogeneidade, variando entre 2 e 13. A relação modal situa-se na faixa de 6 a 8 alunos por professor. Em suas exposições, os dois depoentes fizeram menção a um estudo, desenvolvido no âmbito do Ministério da Educação, que buscou identificar o que seria a situação ideal de cada universidade em termos de número de docentes. Embora sem explicações sobre a metodologia empregada, foram apresentados dados em que apenas 18 das universidades federais estariam próximas do ideal (com desvios inferiores a 10%) e 3 universidades contariam com um déficit de professores igual ou superior a 20%, enquanto 6 estariam com excesso de 20% ou mais. Foram evidenciados quatro casos com excesso superior a 40%, um dos quais chegaria a 90%, isto é, a universidade, segundo o modelo adotado, disporia de quase o dobro dos professores realmente necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

O mesmo estudo também analisou a relação alunos/funcionário, observando-se uma variação entre 1 e 14. De acordo com o modelo utilizado, apenas cerca de 12 instituições federais, em termos de número de funcionários, apresentariam desvios da ordem de 10% ou menos, 23 universidades dispõem de um excesso de 20% ou mais, das quais 10 com 50%, sendo que dentre estas, duas universidades estariam com um excesso de 200%. Em apenas 4 se verificaria déficit de servidores técnico-administrativos. A conclusão apresentada pelos dois depoentes foi a de que é preciso aumentar a eficiência na utilização dos recursos humanos disponíveis, respeitadas as peculiaridades de cada instituição.

Comentando a dimensão do corpo de funcionários das universidades federais, a Sr^a Vânia Galvão, representante da Fasubra, lembrou que, em muitos casos, o grande número de servidores se deve à existência dos hospitais universitários. O Sr. Nelson Maculan, Reitor da UFRJ, lembrou que a questão do "inchaço" da relação alunos/funcionário também se relaciona com o fato de que as universidades mantêm vigilantes, faxineiros e outros servidores que, em outros países, não são contratados pelas instituições, sendo os respectivos serviços prestados pelas administrações públicas locais. O Sr. Fauze Gattass Filho, Reitor da FUFMS, refletindo na mesma direção, deu o exemplo da sua universidade: dos cerca de 1.700 funcionários, 600 estão ligados ao hospital universitário. A instituição também mantém pedreiros, guardas-noturnos etc. É preciso, pois, considerar, quando se analisa o corpo de funcionários das universidades federais, que não se está lidando apenas com o corpo técnico-administrativo específico da atividade universitária, mas com uma gama de servidores que atendem a toda sorte de serviços. Se esta é uma situação necessária, trata-se de uma questão a ser discutida.

A correção de eventuais distorções ou a melhor gestão dos recursos humanos se depara, no entender de alguns depoentes, com grandes dificuldades. O Sr. José Carlos Azevedo afirmou, como já mencionado, que os reitores não têm condições de corrigir "maus hábitos de docentes e funcionários" e defendeu o fim da estabilidade tal como hoje definida na legislação. O Sr. Ênio Candotti afirmou que as universidades não têm meios para resolver os problemas decorrentes da estabilidade da incompetência ou de uma burocracia ineficiente que, muitas vezes, se esconde por detrás das garantias do regime dos servidores públicos. Segundo o Sr. Edson Machado de Sousa, as universidades não são estimuladas a se tornarem mais eficientes na gestão de seus recursos

humanos, na medida em que as eventuais economias feitas neste domínio não podem ser transferidas para outros elementos de despesas da universidade. De acordo com o Sr. Fauze Gattass Filho, a universidade está inserida num sistema pesado e centralizado, que desresponsabiliza o reitor: para transferir um cargo de servente para guarda-noturno, é necessário solicitar a autorização ao Poder Central, quando não por via de um projeto de lei aprovado pelo Congresso.

No campo da gestão de recursos humanos, os depoimentos fizeram, pois, alusão à questão do Regime Jurídico Único dos servidores públicos federais, particularmente no tocante à estabilidade. O Sr. Ênio Candotti, por exemplo, afirmou que a estabilidade das instituições não pode ser confundida com a estabilidade de seus membros. Já a Sr^a Vanessa Guimarães, defendendo as conquistas do Regime Jurídico Único e a estabilidade para os docentes, reconheceu a necessidade de tornar mais adequado este instituto às peculiaridades da atividade universitária. O Sr. Edson Machado de Sousa mencionou a existência de possíveis incompatibilidades entre a autonomia das universidades e o Regime Jurídico Único. O Sr. Fauze Gattass Filho lembrou que, no tocante às questões trabalhistas, o reitor é o responsável pelo corpo profissional da universidade e, no entanto, quem discute aumentos salariais é o Ministro da Educação, quem concede é o Congresso e, na Justiça, o reitor é o réu, tornando-se, pois, extremamente difícil a universidade desenvolver uma política própria de gestão de recursos humanos. O Sr. José Arthur Gianotti manifestou opinião de que o Regime Jurídico Único é um desastre para as universidades, já adentrando nas repercussões relativas às aposentadorias.

Como já observado anteriormente, a questão das aposentadorias foi amplamente discutida. O Sr. Antonio Ibañez ressaltou que, em face da proibição de novas contratações, à exceção da reposição de vagas, elas configuram um problema gravíssimo. O Sr. Nelson Maculan, concordando com o seu colega da UnB, ressaltou que, em alguns departamentos, o volume de aposentadorias está tendo consequências nefastas. O Sr. Carlos Sant'Anna, citando artigos publicados pelo Professor Jacques Schwartzman, lembrou que a aposentadoria precoce, estabelecida pela Constituição e pelo Regime Jurídico Único, retira da universidade algumas das melhores cabeças, no auge de sua produtividade. A Sr^a Vanessa Guimarães lembrou que o atual volume de aposentadorias está sendo ocasionado pela insegurança gerada pelo Poder Executivo em muitos professores quanto à eventual perda das atuais garantias e direitos assegurados pela legislação vigente. A aposentadoria aos 30 anos de serviço para o professor e aos 25 anos de serviço para a professora foi também abordada por alguns depoentes, como os Srs. Carlos Sant'Anna, Roberto Lobo e outros. Vários deles lembraram as repercussões que tais aposentadorias têm sobre o financiamento das universidades na medida em que se aumenta a lista de inativos, num momento de contenção de recursos financeiros e, ao mesmo tempo, é necessário manter a instituição funcionando, repondo os recursos humanos aposentados.

Todos estes dilemas se situam no âmbito da autonomia de gestão de recursos humanos, objeto da Proposta Constitucional enviada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional (PEC nº 56-B). Sobre ela vários depoentes manifestaram posição de perplexidade, sem saber se a intenção do Governo é a de retirar as universidades do Regime Jurídico Único e, caso positivo, qual seria o seu sucedâneo. O Sr. Nelson Maculan cobrou explicitamente esta definição. O Sr. Edson Machado de Sousa refletiu na mesma direção. A Sr^a Vanessa Guimarães alertou para a necessidade de cautela no trato do problema, de forma que não se percam as conquistas obtidas pela comunidade universitária. O Sr. Carlos Baldijão criticou os limites, que se pretende impor, de 80% para despesas com pessoal, caso isto represente redução real de vencimentos. Pronunciando-se sobre a Proposta, o então Ministro da Educação, sem entrar em

maiores considerações sobre as intenções do Poder Executivo, manifestou que o objetivo é o de conceder mais flexibilidade de gestão às universidades.

Finalmente, foi objeto de intensa discussão o processo da escolha e designação dos dirigentes das instituições universitárias públicas federais. As posições foram variadas. De um lado, houve a defesa de um processo de escolha com ampla consulta à comunidade universitária, esgotando-se no seio da própria universidade. Nesta posição, alinharam-se, por exemplo, os Srs. Fauzer Gattass Filho, Carlos Baldijão, Vânia Galvão e Antonio Ibañez. Alguns entraram em maiores detalhes, afirmando que a participação dos docentes deveria ser majoritária no processo. Já outros depoentes defenderam a posição hierárquica e representativa dos colegiados superiores para o processo de escolha, como o Reitor Roberto Lobo, da USP, ou ainda manifestaram-se contrários ao processo de eleição direta, como o Sr. José Carlos Azevedo. Alguns depoentes enfatizaram que o processo de elaboração de listas múltiplas, possibilitando a real escolha pelo Presidente da República, no caso das universidades federais, e pelo Governador do Estado, no caso das estaduais, é o que estabelece o vínculo entre as universidades públicas e a autoridade legítima e democraticamente constituída como representante da sociedade a que a universidade deve servir e a quem pertence o seu patrimônio. Nesta última direção se colocaram os representantes do Poder Executivo e o Deputado Osvaldo Coelho. O Ministro da Educação inclusive frisou que continuava seguindo fielmente a legislação sobre a matéria, devolvendo sistematicamente às universidades as listas que, no entender do MEC, estivessem evitadas de vício jurídico ou administrativo, como os "chapões", ou revelassem constrangimento ao exercício da competência legal dos colegiados superiores das instituições.

2.7.3 — O Financiamento e os Custos das Universidades

Um significativo número de depoimentos colocou a questão do financiamento das instituições universitárias, especialmente das públicas e, dentre elas, das federais, como a dimensão mais grave da crise vivida pelas universidades brasileiras. A questão foi abordada a partir de múltiplos enfoques que, como denominador comum, reportaram-se aos seguintes pontos: o orçamento, a distribuição e a alocação de recursos, o contingenciamento orçamentário e os repasses.

Por razões talvez diversas, foi criticada a atual sistemática de elaboração dos orçamentos de cada uma das universidades federais. O Sr. Antônio Ibañez reclamou que os critérios de distribuição de recursos utilizados pelo Ministério da Educação são os mesmos há quinze anos, atribuindo a cada universidade um percentual dos recursos disponíveis para o ensino superior federal. O Sr. Edmundo Campos Coelho classificou de "estranho" o processo orçamentário, cujo critério seria o orçamento do ano anterior calculado basicamente pelo tamanho do corpo docente e administrativo a que o Estado deve pagar, sem considerar critérios relativos ao tamanho do alunado ou indicadores de qualidade, como a qualificação acadêmica do corpo docente, pesquisas realizadas, cursos de pós-graduação oferecidos e outros similares.

A necessidade de reformular o processo de elaboração do orçamento das instituições foi igualmente defendida pelos representantes do Ministério da Educação. Tanto o Ministro quanto a Secretária Nacional da Educação Superior frisaram a necessidade de um novo processo de alocação de recursos que contemple de modo mais efetivo o desempenho das instituições e a eficiência gerencial.

Por outro lado, a sistemática de elaboração do orçamento é extremamente detalhada, não dá flexibilidade para realocação de verbas e é quase que totalmente voltada para despesas de pessoal. Na palavra sobretudo dos Reitores, com os quais o Ministério da Educação se pôs de acordo, tal processo orçamentário inviabiliza o exercício da autonomia de gestão financeira que a Constituição assegura às universidades. Esta impossibilidade fica reforçada pela irregularidade e incerteza do repasse de recursos. A própria necessidade de autorização para gastar os recursos diretamente gerados pelas instituições foi apontada como evidência clara da sua falta de autonomia.

Foi amplamente discutido o elevado comprometimento dos recursos das universidades federais com as despesas de pessoal, atualmente da ordem de 90%. Sobram, pois, apenas 10% para outras despesas de custeio e capital (OCC).

Esta composição do orçamento e as atuais regras para sua execução limitam extraordinariamente o funcionamento adequado das instituições, cujos recursos para investimentos e manutenção de prédios, equipamentos e laboratórios são reduzidos ou insuficientes. A questão se agrava, como lembraram alguns depoentes, com o fato de que os salários pagos não são elevados, encontrando-se extremamente deteriorados. Deste modo, tem-se uma situação dramática: quase todos os recursos alocados ao ensino superior destinam-se ao pagamento de pessoal que, por sua vez, recebe salários aviltados. As universidades, portanto, perdem o poder de atrair ou manter os mais competentes e, paralelamente, não dispõem dos recursos necessários para fornecer-lhes as indispensáveis condições materiais de trabalho.

As dificuldades, contudo, não se esgotam neste impasse. Como ficou bem demonstrado pelos depoimentos do Ministro Homero Santos e do Ministro da Educação, as despesas com ensino superior consomem a maior parte dos recursos ordinários alocados ao Ministério. O relatório do Ministro Homero Santos, do TCU, informou que, dos 18,2% da receita líquida de impostos destinada pela União à educação em 1990, cerca de 61,1% foram despendidos com a educação superior. Os dados apresentados pelo Sr. José Goldemberg, referentes à execução do orçamento do MEC em 1991, evidenciaram que as despesas com o ensino superior representaram 74,8% do orçamento do Ministério e 70% da receita de impostos destinada à manutenção e desenvolvimento do ensino.

A constitucionalidade desta elevada participação dos gastos com ensino superior das despesas do MEC foi questionada, tendo em vista o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que determina a alocação de pelo menos 50% dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino para a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo. Esta colocação foi feita pelo Ministro Homero Santos, pelo Deputado Osvaldo Coelho e reconhecida pelo Ministro da Educação. Deve-se acrescentar que, em face de uma representação do Conselho de Secretários Estaduais de Educação, acolhida pela Procuradoria Geral da República, o Supremo Tribunal Federal considerou que, já tendo se encerrado o prazo de vigência da Lei Orçamentária, não havia mais o que fazer. O Sr. Edson Machado de Sousa, analisando o problema, afirmou que a Constituição fixa o mínimo de recursos e o máximo de obrigações, ressaltando que, para se cumprir o art. 60 do ADCT e não inviabilizar as universidades federais, seria necessária uma destinação de no mínimo 25% da receita líquida de impostos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

No entanto, estes dilemas não encerram todos os problemas financeiros das universidades públicas federais. Os Reitores da UFRJ, da UFMG, da UnB e o Presidente do CRUB chamaram a atenção para a sistemática de contingenciamento do orçamento, fato particularmente sentido ao longo de 1991. O Sr. Antônio Ibañez informou que, passados 10 meses de 1991, as universidades federais haviam recebido apenas 40% do orçamento aprovado pelo Congresso Nacional. O Sr. Eduardo Coelho lembrou que nada havia sido repassado para despesas de capital. A Sr^a Vanessa Guimarães apresentou argumentos no mesmo sentido, reforçando-os com a informação de que a UFMG, em 1991, levou mais de 6 meses para receber autorização para gastar os recursos que ela mesma havia gerado. Os chamados recursos próprios também foram contingenciados.

Além disso, importantes fontes alternativas de financiamento de pesquisa estão sendo gradativamente reduzidas. O Sr. Ibañez citou o exemplo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) que, de 250 milhões de dólares, em 1975, já teria sido reduzido, em 1990, a 30 milhões de dólares. A estudante Patrícia de Angelis afirmou que, para o Orçamento de 1992, os tatos destinados

às universidades seriam insuficientes, representando uma perda real de 37% em relação ao ano anterior, devido à inflação e à irregularidade nos repasses.

As dificuldades já se apresentam, portanto, no volume total de recursos alocados à educação que, segundo vários depoentes, seriam insuficientes para manter o sistema de ensino e, ao mesmo tempo, cumprir os dispositivos constitucionais.

O Sr. Carlos Baldijão considerou reduzido o dispêndio de 3,5% do PIB em educação. O Ministro da Educação, citando um percentual de 4% do PIB, assegurou que o Brasil se situa em patamar comparável ao de outros países, afirmando que o impasse se situa no fato de que 4% de um volume total reduzido é, conseqüentemente, um montante reduzido. O Ministro Homero Santos, contudo, lembrou que, em relação a 1989, dez funções apresentaram um decréscimo percentual em relação ao total dos gastos públicos da União, dentre elas a função "Educação e Cultura", com perda de cerca de 2,23%. Já o Ministro da Educação chamou a atenção para que, em 1991, a União gastou cerca de 21% da receita líquida de impostos com a educação, mais do que o mínimo previsto na Constituição, e assegurou que, no presente momento, a União vem respeitando os repasses dos 18% constitucionais para o MEC. Estes, contudo, estão sendo insuficientes para atender às necessidades, em função da importante queda da arrecadação tributária verificada nos últimos meses. O problema das fontes de recursos, portanto, parece ser dos mais relevantes. Neste sentido, o Sr. Eduardo Coelho deu alguns exemplos de possíveis fontes alternativas, sugeridas por estudiosos do assunto que propõem novos tributos ou aumento de alíquotas de impostos já existentes, como a taxação de produtos de atividades negativas (bebidas alcoólicas, fumo, jogos de azar ou loterias), de transações imobiliárias e de transmissão de heranças.

Outra alternativa apontada para a geração de recursos para as universidades públicas foi a possibilidade de cobrança do ensino. Em sua defesa, colocaram-se os Srs. Edson Machado de Sousa e José Carlos Azevedo, resguardando, porém, a necessidade de mecanismos de apoio a estudantes carentes. Já o Sr. Eduardo Coelho informou que, em boas universidades privadas, as mensalidades sequer pagam o ensino, quanto mais a pesquisa e os serviços de extensão. O Sr. Itam Pereira da Silva defendeu o ensino superior gratuito como uma obrigação do Estado. O Sr. José Carlos Almeida da Silva argumentou que os brasileiros já pagam impostos suficientes a fim de garantir que o ensino seja gratuito. Os Srs. Alceu Ferrari e Jacques Velloso informaram que, segundo as estimativas de que dispõem, a cobrança das mensalidades cobriria no máximo entre 7% e 10% dos custos. O Sr. Baldijão também levantou a impossibilidade de se manter as universidades com mensalidades, pois o custo de suas atividades é muito elevado. O Sr. Roberto Lobo salientou a pequena participação da cobrança de mensalidades (5% a 6%) na cobertura do custo total de uma universidade pública brasileira.

Foi igualmente analisada pelos depoentes a eficiência do uso dos recursos disponíveis, considerada sob o ângulo dos custos das universidades. Segundo a Sr^a Eunice Durham, as universidades brasileiras são constituídas por professores que recebem baixos salários e têm pouca titulação. Além disso, dispõem de poucos recursos para investimentos, estão com manutenção deficiente e, no entanto, apresentam custos comparáveis a universidades do chamado Primeiro Mundo, entre 5 e 8 mil dólares por aluno ao ano. O Sr. Roberto Lobo mencionou 8 mil dólares anuais para um estudante brasileiro e 30 mil dólares nos EUA. O Sr. Antonio Ibañez citou 8 mil dólares para a UFRJ, 13,3 mil dólares para a USP e 56 mil dólares para Harvard. O Sr. Carlos Sant'Anna indicou 8 mil dólares para as universidades federais. O Sr. Edmundo Campos Coelho, após realizar um exercício para aferir apenas o custo do ensino, retirando gastos com hospitais universitários, inativos, ampliação de construções, etc., chegou a um custo de 3,4 mil dólares para as universidades federais e

comparou-o aos 4 mil dólares por ele encontrados na USP e aos 4,4 mil dólares de 197 universidades norte-americanas consideradas de caráter nacional. O Sr. José Carlos Azevedo encontrou um número similar a 8 mil dólares anuais por estudante.

Algumas despesas foram indicadas como fontes de pressão atista dos custos das universidades federais. De um lado, o crescente peso das despesas com inativos que, em algumas instituições, como a UFMG, já ultrapassam a casa dos 30% das despesas com pessoal. Houve inclusive depoentes que questionaram a adequação de se incluírem as despesas com inativos dentre aquelas vinculadas à manutenção e desenvolvimento do ensino, como o Sr. Jacques Velloso. Do mesmo modo, as despesas com pessoal dos hospitais universitários chega a constituir, em certas universidades, 25% dos gastos com pessoal e, no entanto, a maioria destes funcionários está basicamente voltada para a assistência à saúde da população e não para o ensino. O Sr. Carlos Sant'Anna considerou questionável a inclusão destes gastos na rubrica da "Educação", defendendo a sua cobertura pelos recursos do Sistema Unificado de Saúde (SUS).

É fato que as despesas de custeio dos hospitais são cobertas com recursos do Ministério da Saúde. O pessoal, contudo, é integralmente pago pelo Ministério da Educação. Desta forma, é possível depreender que gastos não propriamente relacionados à educação são cobertos com os recursos a ela destinados e incluídos nas despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.

A seguir, coloca-se o problema da alocação dos recursos às universidades. Como destinar os recursos ao conjunto das universidades, como distribuí-los entre elas e como garantir a flexibilidade de sua gestão?

Foi explicada pelo Sr. Roberto Lobo a experiência desenvolvida em São Paulo, onde, a partir de 1988, o Governo Estadual passou a alocar um determinado percentual (inicialmente 8,4%) da receita do ICMS para as três universidades estaduais. Chamou a atenção, porém, para o fato de que a fixação deste percentual com base em dados históricos é boa para começar e ruim para continuar, pois pode cristalizar uma situação de insuficiência de recursos. Ressaltou, contudo, que a fixação do percentual, com regularidade de repasses, preferentemente em duodécimos, confere maior autonomia à universidade, permitindo-lhe desenvolver um planejamento real e uma gestão própria eficiente. Já o Sr. Antônio Ibañez manifestou preocupações com relação à experiência paulista, destacando que, em períodos de queda de arrecadação, pode haver dificuldades para pagar inclusive os vencimentos que, pelo menos na atual sistemática, estão garantidos como obrigação da União. Defendeu, no entanto, que as verbas para outros custeios e capital devem ser liberadas das atuais amarras burocrático-legais, dando maior flexibilidade de gestão aos reitores.

O Sr. Itham Pereira da Silva defendeu a fixação de percentual da receita de impostos destinada às universidades como importante estratégia para garantir a autonomia financeira. Lembrou, porém, que não é suficiente. É necessário que os Governos a cumpram. Se em São Paulo isto parece estar ocorrendo, em outros estados ela também existe, mas os Governos não a cumprem, como no caso do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Ceará. A Sr^a Vanessa Guimarães afirmou que as universidades não têm necessidade de um orçamento detalhado, pois tal detalhamento cerceia a liberdade de gerenciamento dos recursos de outros custeios e de capital. Já o Sr. Fauze Gattass Filho, além de defender a elaboração de uma sistemática de distribuição de recursos com a participação de todos os reitores, manifestou-se contrário à fixação de um percentual da receita de impostos, defendendo um percentual do orçamento da União. O Sr. Jacques Velloso demonstrou a inadequação deste último ponto de vista, argumentando a impropriedade de pleitear um percentual do orçamento global se o total deste orçamento só é obtido com a soma das parcelas, das quais uma é a destinada às universidades.

O Ministro da Educação e a Secretária Nacional da Educação Superior manifestaram-se favoráveis à fixação, para as universidades, de um percentual da receita de impostos destinada à manutenção e desenvolvimento do ensino, que é objeto da Proposta de Emenda à Constituição nº 56-B, enviada pelo Poder Executivo ao Congresso e já reformulada, neste sentido, no Parecer do Relator na Comissão Especial, ainda não apreciado.

Alguns depoentes ressaltaram que as universidades devem buscar fontes alternativas de recursos, como é o caso do Sr. Roberto Lobo, Reitor da USP, embora reconhecendo que isto não deve significar uma desobrigação do Estado para com as universidades públicas. O Sr. Eduardo Coelho destacou que, no Brasil, a integração universidade-empresa, por exemplo, é ainda muito incipiente, informando que, em média, os recursos assim obtidos não chegam a representar 5% do orçamento global das universidades, enquanto que em outros países pode representar algo em torno de 20%. Afirmou, ainda, que num período de recessão econômica este caminho não oferece muitas soluções. Já em outros depoimentos fez-se presente o receio de que a dotação orçamentária global seja uma estratégia para a privatização das universidades públicas. O Sr. Edson Machado de Sousa citou a existência de uma corrente ideológica segundo a qual a concessão da autonomia de gestão financeira e econômica, por esta via, é uma forma de o Estado retrair-se para forçar as universidades a captarem recursos.

Com relação às universidades privadas, duas questões básicas foram levantadas. O Sr. Eduardo Coelho declarou a existência de uma crise financeira em tais instituições, decorrente do empobrecimento da classe média e dos sucessivos congelamentos dos valores das mensalidades nos últimos anos. Segundo ele, esta crise caracteriza o esgotamento do atual modelo da educação superior particular. Já o Sr. José Carlos Almeida da Silva informou que as instituições privadas querem viver e sobreviver com menos interferência do Estado, inclusive na fixação dos valores das mensalidades. A seu ver, a lei de defesa do consumidor seria suficiente para regular as relações entre instituições e clientela estudantil. O Sr. Antonio Veronezzi destacou que as universidades privadas que pretendem obter financiamento para atividades de pesquisa e pós-graduação, à exceção de algumas já tradicionais, encontram enormes dificuldades junto a agências como a Capes e o CNPq.

A questão do Programa do Crédito Educativo, de grande importância para instituições e estudantes que se encontram no setor privado da educação, foi abordada por alguns depoentes, como a estudante Patrícia de Angelis, o Sr. Carlos Baldijão, a Secretária Nacional de Educação Superior e o Ministro da Educação.

A representante estudantil informou que sua instituição luta pela manutenção do Programa, porém com recursos outros que não os públicos. Já o Sr. Carlos Baldijão defendeu a extensão do Programa ao setor público, auxiliando na manutenção dos estudantes carentes. Tanto a Srª Eunice Durham como o Sr. José Goldemberg informaram que os recursos hoje disponíveis para o Crédito Educativo são suficientes apenas para as despesas relativas ao primeiro semestre. A Srª Eunice Durham informou que estes recursos atualmente saem da receita de impostos destinada à manutenção e desenvolvimento do ensino. Quanto às dificuldades ocorridas em 1991, atribuiu-as à falta de recursos orçamentários e ao desaparecimento de uma das suas fontes mais importantes, a receita de concursos de prognósticos, hoje totalmente destinada à Seguridade Social pela Lei nº 8.212, de 1991. Foi mencionado o Projeto de Lei, de autoria do Deputado Victor Faccioni, em apreciação no Senado Federal, que inicialmente previa a destinação de recursos mais volumosos ao Crédito Educativo, passando a

destacar 30% da receita de concursos de prognósticos (*). Esta última fonte de recursos, contudo, foi substituída, na versão final da Lei aprovada, pela receita de três concursos adicionais de prognósticos da Caixa Econômica Federal. Esta receita não chegaria a cobrir 5% das necessidades do Programa.

O PARECER

3 — OBSERVAÇÕES DA RELATORIA

3.1 — A Avaliação do Ensino Superior

Cabe a esta Relatoria o dever de analisar mais pormenorizadamente alguns tópicos levantados pelos depoimentos. Um deles é o da avaliação da universidade e do ensino superior em geral. Estabeleceu-se consenso quanto à sua necessidade, mas controversia quanto aos objetivos, meios e procedimentos. O referido consenso não é sui generis nem inesperado. Afinal, um dos maiores países do Planeta, os Estados Unidos, têm submetido a sua educação a muitos processos avaliativos, cujo primeiro grande fruto, no início da década passada, foi o relatório "A Nation at Risk", seguido de outros. Enquanto isso, a antiga União Soviética, durante a *Perestroika*, se propôs a fechar fábricas, escolas e universidades que as avaliações considerassem comprovadamente ineficientes. Este, evidentemente, não é o caso do Brasil, onde cumpre antes eliminar a ineficiência que reduzir as oportunidades educacionais. Mais ainda, dois países cuja luta chegou a um clímax trágico na Segunda Guerra Mundial — os Estados Unidos e o Japão — realizaram avaliações mútuas dos seus respectivos sistemas educacionais.

Todo este empenho evidentemente não brota de algum ingênuo entusiasmo pela educação. Montanhas de dinheiro são dispendidas e os melhores talentos são recrutados para a avaliação porque o futuro desses países está em jogo. Atores políticos e econômicos sabem que a economia e a sociedade do futuro não admitem contingentes de pessoas subeducadas, que não sejam efetivamente alfabetizadas, não saibam decidir, não tenham iniciativa, enfim que sejam desprovidas dos valores, atitudes, conhecimentos e habilidades necessários ao presente e ao futuro. O que está em jogo não é a mera formação de bons moços, porém o nível e a qualidade de vida que as populações dos países mencionados terão no futuro, como decorrência da disponibilidade de pessoas tecnicamente competentes e capacitadas para a participação social e política.

É, portanto, alvissareiro que tais preocupações afluam no Brasil, embora seja também lamentável que isso ocorra há vários anos sem maiores consequências práticas. Para ampliar a visão do problema e melhor embasar as conclusões deste Relatório, cumpre sumariar as principais experiências internacionais de avaliação do ensino superior.

Assim, nos Estados Unidos há uma multiplicidade de experiências de avaliação sistemática, de caráter global e setorial, visando sobretudo à ordenação dos cursos, programas e instituições segundo os critérios adotados. Diversos estudos têm sido conduzidos, com a tônica de não serem responsabilidade de nenhum órgão governamental, mas de entidades privadas, como o Conselho Americano de Educação e a Associação Nacional de Faculdades e Universidades (conquanto órgãos governamentais considerem seus resultados, inclusive para a alocação de recursos). Em geral, tais estudos aliam as opiniões de pares, apesar de sua subjetividade, a indicadores referentes a instalações, finanças, bibliotecas, corpo docente, alunação, produção de pesquisa e artística, produtividade acadêmica etc. Os resultados são amplamente divul-

(*) Na data dos depoimentos, o Projeto de Lei ainda não havia sido aprovado. A Lei sancionada só resolverá os problemas financeiros do Programa se a fonte consistida pelos depósitos compulsórios junto ao Banco Central vier a ser sancionada. Cabe lembrar que esta fonte já estava prevista desde 1973 e nunca operou.

gados, orientando a disputa por verbas e a procura por alunos, egressos e candidatos a professores. Além disso, inúmeras instituições conduzem seus próprios processos avaliativos periódicos de unidades, programas e professores, combinando as opiniões de pares internos e externos com indicadores quantitativos variados.

O Canadá, por sua vez, com o seu sistema altamente descentralizado, tem um único exemplo de avaliação institucional, desenvolvido ocasionalmente pela Associação das Universidades e Faculdades. Tal avaliação se faz quando uma instituição solicita ser admitida, no sentido de verificar as semelhanças entre ela e as associadas. Províncias como Ontário avaliam programas, associando as opiniões de pares e indicadores estatísticos. Em Quebec cada universidade se auto-avalia, utilizando os meios clássicos, tendo como unidades departamentos e programas e enfocando a relevância social e pedagógica e o exame dos custos e qualidade. Nota-se que tal avaliação constitui um elo para aproximar direções acadêmicas e administradores financeiros. O Conselho de Universidades também procede a avaliações setoriais, que são apresentadas ao Ministro Provincial da Educação.

No Reino Unido, por seu lado, as experiências são mais amplas e centralizadas. As instituições de ensino superior devem credenciar-se junto ao Conselho de Títulos Acadêmicos Nacionais, para o que se submetem a uma avaliação realizada por um comitê formado também por pares. Os cursos são validados à medida que são apresentados ao Conselho, que mantém uma supervisão geral da sua qualidade. Além disso, a distribuição de verbas para pesquisa se faz através do Comitê de Dotações para Universidades, que possui uma sistemática de avaliação e classificação dos departamentos, voltada particularmente para o seu desempenho em termos de pesquisa científica. Com base no trabalho dos diversos subcomitês, formados por pares, são distribuídos os recursos (ou não) conforme diversos critérios.

Na França, com uma administração tradicionalmente mais centralizada, a avaliação universitária surgiu há pouco mais de vinte anos. Em 1968 só havia uma universidade, com unidades individualizadas e sem preocupações com os resultados e os serviços prestados. As leis de 1968 e 1984 modificaram radicalmente este panorama. Em 1985 foi instituído o Comitê Nacional de Avaliação dos estabelecimentos públicos de caráter científico, cultural e profissional. Composto por quinze membros não remunerados — profissionais, pesquisadores ou altos funcionários de mérito reconhecido —, nomeados por quatro anos, o órgão é independente e responde diretamente ao Presidente da República. A avaliação não focaliza as pessoas, cuja atividade está sujeita ao Conselho Nacional das Universidades. O objetivo é estudar o “produto final”, isto é, a eficiência pedagógica e criativa dos diferentes departamentos universitários. O Comitê não tem poder de decisão nem distribui recursos. A avaliação é feita por consultores externos junto a universidades que pedem a avaliação. Solicitado o trabalho do Comitê, seus representantes vão à universidade explicar os objetivos e a sistemática do trabalho. O CNE envia questionários para levantamento de dados. Consultores externos, inclusive de outros países, visitam a instituição e elaboram relatórios parciais. Estes são consolidados num relatório abrangente, enviado à universidade avaliada, para manifestação. As ponderações da universidade são revisadas pelo CNE, que publica o relatório final.

Passando à América Latina, cabe-nos apresentar os casos do México, do Chile e do Brasil. A avaliação sistemática do ensino superior mexicano teve suas origens em 1984, quando a Associação Nacional de Universidades e Institutos de Ensino Superior propôs as bases para um modelo geral de avaliação deste nível de ensino. O processo foi proposto como base para fundamentar decisão de mudança institucional. Com base nesta e noutras experiências, a avaliação foi incluída no Programa para a Modernização Educativa (1989-94), constituindo-se a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior e o Sistema Nacional para a Avaliação da Educação Superior. Esse Sistema conjuga três processos simultâneos: a avaliação institucional, a cargo

das próprias instituições; os estudos sobre o ensino superior, em seu conjunto, a cargo de especialistas, e os processos de avaliação interinstitucional sobre serviços, programas e projetos nas diversas funções e áreas do ensino superior, mediante a avaliação de pares, isto é, membros reconhecidos da comunidade acadêmica nacional em áreas específicas, formando comissões. O processo avaliativo deve ter incidência em dois âmbitos: de um lado, o autoconhecimento de cada instituição e do sistema, como base para o melhoramento da qualidade acadêmica; de outro lado, a definição de políticas e da alocação de recursos.

Não se pode deixar de fazer uma referência à proposta do novo governo do Chile. Além do monitoramento de todo o ensino superior pelo respectivo Conselho Nacional, através da coleta sistemática de dados financeiros e acadêmicos, com a divulgação pública para proporcionar transparência, foi prevista a avaliação institucional voluntária. Os procedimentos incluiriam uma auto-avaliação anual e uma avaliação externa a cada cinco anos. Os resultados constariam de um relatório reservado e de um sumário público do mesmo. As instituições que participassem da avaliação teriam acesso às verbas do Fundo de Desenvolvimento Institucional, para apoio a projetos de melhoramento da qualidade acadêmica, e poderiam receber estudantes bolsistas, patrocinados pelo Estado.

A experiência brasileira se reduz ao credenciamento de cursos pelo Conselho Federal de Educação, observados certos indicadores e as conclusões de uma comissão verificadora de pares. A avaliação continuada de cursos e pesquisa só é realizada pela Capes, desde os anos 70, com base em relatórios padronizados e atividades de comitês de consultores. Os programas são ordenados por categorias e a avaliação é utilizada para alocar bolsas e auxílios, tanto pela Capes quanto por outros órgãos. Como fica claro, o sistema combina indicadores e julgamento de pares, com as limitações que lhe são inerentes e, em parte, inevitáveis. Houve tentativas de estender a meritória experiência ao ensino de graduação, ainda que sem orientar a alocação de verbas, pelo menos no seu estágio inicial. Entretanto, até o momento não houve sucesso no sentido de criar um sistema permanente de avaliação, a não ser no vértice superior do sistema educacional. Tivemos o prazer de propor e ver incluídas nas Leis Orçamentárias de 1989 em diante verbas destinadas a uma avaliação ampla e continuada da educação brasileira. Todavia, as diversas gestões do Ministério da Educação não lograram utilizar tais recursos para a finalidade específica.

As tendências internacionais revistas e as necessidades apresentadas pelos depoentes, mostram que o Brasil não pode nadar contra a correnteza. A avaliação é um dos rumos seguidos para o aperfeiçoamento da universidade, uma vez que esta, estatal ou particular, é antes de tudo uma instituição pública. Ela recebe recursos governamentais e/ou dos alunos e suas famílias e cumpre missões de interesse da coletividade. Por isso mesmo, indústrias e lojas em geral, como uma fábrica de embalagens, uma farmácia ou uma panificadora são fiscalizadas e não avaliadas. Seus objetivos apresentam clareza, bem como as normas que dispõem sobre os produtos, as instalações, o tratamento a ser dispensado aos empregados e outros aspectos. Já as universidades e o ensino superior em geral têm objetivos e procedimentos complexos, além de sujeitos a controvérsias, que fazem parte da essência do processo educacional. Por isso, à altura da sua missão e responsabilidade públicas, devem ser alvo da avaliação por si mesmas e pela sociedade em que se inserem e que delas devem participar.

Nesse sentido, deve-se entender avaliação como um processo dialógico, construtivo e abrangente. Da mesma forma que não seria lícito a um professor aplicar uma prova a estudantes com o fim único de indicar-lhes o que não aprenderam e, sem qualquer providência, reprová-los, não podemos pensar na avaliação a não ser como um processo de detecção de luzes e sombras que deve ter como consequência ações de aperfeiçoamento. Não é avaliação aquela que se compraz em identificar falhas e nada edifica. Por isso mesmo, a atitude de explorar as dificuldades dos avaliados

para tornar os fracos mais fracos e os fortes mais fortes também é incoerente com a postura de avaliar. Igualmente, não é compatível a atitude de leniência que deixa tudo como está para ver como fica. Superando os mal-entendidos e as distorções, o Brasil precisará enfrentar o tema da avaliação, como será abordado nas conclusões, sob pena de ser atropelado pelo presente e pelo futuro.

3.2 — A Autonomia das Universidades: Breve Histórico

A autonomia universitária se apresenta sem dúvida alguma como questão central no contexto da educação superior, seja por sua relação com as atividades de ensino e geração do conhecimento, seja pelo papel que tradicionalmente as instituições de ensino superior assumem na vida política e social dos países. Na história da educação brasileira, é possível perceber com clareza as diferentes manifestações da autonomia no 3º grau, especialmente nos momentos de tensão entre as universidades e o Poder Público, este percebido como agente de controle social, manifestando-se nos aspectos curriculares, validade de diplomas, gestão e financiamento das instituições etc.

O sistema brasileiro de ensino superior sempre esteve sob o controle do Poder Central, com as exceções posteriores, sobretudo São Paulo. No início da República, contudo, como consequência da mescla dos ideários positivista e liberal, as instituições de ensino superior foram dotadas, ainda que por curto espaço de tempo, de ampla e completa autonomia didática, administrativa e financeira, inclusive no que respeita à escolha de seus dirigentes. Esta foi a Reforma Rivadávia Correia, em 1911. Havia inclusive um órgão federal, o Conselho Superior de Ensino, cuja missão precípua era a de promover a progressiva autonomia do sistema de ensino superior. Esta experiência, porém, não durou cinco anos. Em 1915, fruto de pressões de diferentes grupos sociais, sobretudo daqueles interessados em garantir corporativamente o valor simbólico dos diplomas, a Reforma Carlos Maximiliano restabeleceu uma série de controles administrativos e de fiscalização. Em 1925, as instituições perderam a atribuição de fixar currículos.

A universidade, porém, existia burocraticamente no País, mas não como modelo institucional efetivamente disseminado. Na década dos anos 30, contudo, já no prenúncio do que seria o Estado Novo, a Reforma Francisco Campos, ao fixar as formas de organização das universidades que se viriam a criar, liquidou com a autonomia administrativa e impôs sérias restrições à autonomia didática e científica, ao transferir atribuições dos colegiados acadêmicos para um órgão técnico-administrativo, de existência obrigatória em cada instituição, cujos membros seriam nomeados pelo Ministro da Educação e Saúde. Talvez seja este o primeiro momento histórico em que o Governo Federal passou a defender explicitamente a autonomia relativa das universidades.

O ressurgimento da democracia liberal, em 1946, veio acompanhado, como seria de se esperar, de uma importante efervescência nos meios acadêmicos. No entanto, somente em 1961 a legislação do ensino foi modificada, sendo especial foco de atenção a autonomia das universidades. Evidência desta afirmação é o fato de que o art. 80 da Lei nº 4.024, de 1961, teve os seus parágrafos vetados pelo Presidente da República e, meses depois, tais vetos foram derrubados pelo Congresso Nacional. Esses parágrafos e alíneas definiam de modo claro as principais atribuições inerentes à autonomia, em seus aspectos didático, administrativo e financeiro. Já naquele tempo, portanto, a autonomia era objeto de intensa polêmica no seio da comunidade acadêmica e no âmbito do Poder Público.

A legislação educacional gerada durante o período militar contemplou de modo extremamente genérico a autonomia universitária. Com efeito, a Lei nº 5.540, de 1968, consagrando o princípio da autonomia nos campos já mencionados, também teve seu detalhamento vetado, estipulando apenas que ela seria exercida na forma prevista na lei e nos estatutos das instituições.

Genericamente definida, a autonomia deveria ser entendida da maneira mais ampla possível. Contradição dos tempos, porém, o seu exercício viu-se atropelado

por inúmeros outros diplomas legais que a cercaram, inclusive na dimensão político-ideológica.

Não é, pois, sem razão, que as universidades públicas hoje se deparam com a autonomia como centro de alguns de seus principais problemas. A elevação da autonomia ao *status* de dispositivo constitucional, em 1988, na prática, até os dias de hoje, nada representou para as instituições universitárias. Todas as disposições legais relativas ao ensino superior e à sua gestão administrativa, financeira e patrimonial, ao menos no âmbito federal, continuam sendo as mesmas, desconsiderando o destaque dado pela Constituição à autonomia das universidades.

Logo após a promulgação da Carta Magna, muitas vozes se levantaram em defesa da auto-aplicação do art. 207. Concretamente, porém, parecem ter vencido as interpretações que postulam a necessidade de sua regulamentação. Tanto assim é que, no Projeto de Lei nº 1.258-A, de 1988, de autoria do então Deputado Octavio Elísio, dispendo sobre as diretrizes e bases da educação nacional, há artigos especificamente voltados para a conceituação da autonomia universitária e para as condições de seu exercício. O Projeto de Lei nº 67, de 1992, apresentado ao Senado Federal pelo Senador Darcy Ribeiro e outros Senadores, versando sobre a mesma matéria, também dedica um certo número de artigos à regulamentação da autonomia.

O Poder Executivo, por sua vez, encaminhou uma Proposta de Emenda Constitucional (nº 56-B), detalhando o art. 207 da Constituição Federal. E, finalmente, no que respeita à autonomia administrativa e financeira, foi apresentado o Projeto de Lei Complementar nº 119, de 1992, de autoria do Deputado Ubiratan Aguiar.

Há, portanto, uma intensa atividade legislativa em torno da autonomia, refletindo a perplexidade e as ansiedades que com certeza se encontram presentes no meio universitário nacional.

3.3 — Alguns Dados Sobre a Realidade Atual das Universidades

O exame da realidade das universidades, em particular daquelas mantidas pela União, evidencia que estas instituições de fato passam por uma séria crise cuja raiz se encontra basicamente nas limitações que são colocadas ao exercício de sua autonomia, sobretudo em seus aspectos administrativo e econômico-financeiro.

Desde 1980, o sistema de instituições federais de ensino superior praticamente não se expandiu. Com efeito, naquele ano, contavam-se 316.715 matrículas no nível de graduação. Em 1989, o corpo discente era composto de 315.283 estudantes. Em 1991, contavam-se 335.607 alunos. Trata-se, portanto, de um período de pouco mais de uma década em que o atendimento público e gratuito, na órbita federal, praticamente não se expandiu.

O corpo docente também não sofreu significativa variação. Em 1980, as instituições federais contavam com 42.010 professores em exercício. Em 1989, o corpo docente era composto de 43.397 e, em 1991, de 46.795 professores, uma expansão de apenas cerca de 11% em relação a 1980. Sem dúvida, uma expansão residual. Fenômeno semelhante ocorreu em relação ao funcionalismo técnico-administrativo. É de se destacar, contudo, que, no conjunto da rede, existiam, em 1991, 95.431 servidores, configurando uma relação de quase 2 funcionários por docente. É fato que este número é, em grande parte, inflado pelas necessidades dos hospitais universitários. De todo modo, porém, o dado aí está: o corpo administrativo é o dobro do corpo docente.

O sistema passou, portanto, os últimos dez anos em estado de quase estagnação, refletindo uma política de contenção seguida por três diferentes governos e inúmeros Ministros da Educação.

Enfrentou, no entanto, ao longo destes anos, contrastantes situações relativas ao seu financiamento. A tabela 1 demonstra que, de 1980 a 1985, os recursos do Tesouro destinados às IFES mantiveram-se relativamente constantes. A partir de

1986, verificou-se um significativo crescimento anual, chegando, em 1989, ao dobro dos recursos recebidos em 1985. Este crescimento, contudo, concentrou-se nas despesas com vencimentos de docentes e funcionários. Os recursos para outros custeios e capital (OCC), embora tenham crescido em termos reais, não seguiram os mesmos índices, atingindo uma elevação máxima em 1987 da ordem de 71% em relação a 1985, voltando a decrescer em 1988. Os dados relativos a 1989, contudo, devem ser examinados com cuidado, quando sinalizam que as despesas de OCC retornaram aos níveis de 1985. Houve um importante represamento de gastos nesse ano, só realizados no ano seguinte, como atesta o elevado montante de OCC em 1990. É de se supor que os gastos reais, referentes, de fato, ao exercício de 1989, tenham se situado em patamar semelhante ao de 1988, senão um pouco superiores.

A partir de 1990, contudo, verificou-se uma apreciável retração nos recursos reais alocados às IFES, aliada à imprevisibilidade da sua liberação, de modo que, em 1991, as despesas realizadas retornaram aos níveis observados em 1986, com relação a vencimentos, e 15% inferiores em relação a OCC. Tem-se, portanto, uma situação inequívoca. Em 1991, o Tesouro dispendeu menos em manutenção e desenvolvimento das IFES e, em termos de pessoal, reduziram-se os vencimentos reais, anulando os efeitos da isonomia de vencimentos introduzida em 1987.

Esta tendência tem seus efeitos agravados pela elevação progressiva do peso do pagamento de inativos nas despesas de pessoal das IFES, que, em julho de 1992, atingiu 36,7%, segundo dados da SENESu/MEC.

A equação é clara: redução real de despesas com pessoal, associada à elevação de gastos com inativos, resultando em gastos progressivamente menores por docente/funcionário técnico-administrativo. O pessoal das IFES, portanto, em 1991/92, está recebendo menos do que recebia, em média, antes da implantação da chamada isonomia. Quanto aos docentes mais titulados e em regime de dedicação exclusiva, seus salários estão expressivamente menores do que os das universidades estaduais paulistas e de universidades comunitárias. Os efeitos desta realidade são óbvios. O próprio aumento das aposentadorias dela decorre. Um grande número de docentes vem se aposentando para buscar novas alternativas de sobrevivência, até mesmo em cargos em outras instituições federais de ensino. É certo que muitas aposentadorias estão sendo ocasionadas pelas incertezas geradas pelas anteriores manifestações no sentido de alterar prazos e regime de inatividade. Mas, sem dúvida, uma parcela relevante está sendo provocada pela baixa remuneração. Esta, por sua vez, não concorre para que as instituições consigam recrutar as melhores inteligências necessárias ao desenvolvimento educacional, científico e tecnológico do País. Eis a "economia" de recursos financeiros gerando uma perversa "economia" de qualidade dos recursos humanos. A médio prazo pode ser uma estratégia mortal para a universidade.

Em face das inúmeras manifestações havidas, a questão da disponibilidade de recursos para outros custeios e capital deve ser examinada cuidadosamente e sob uma perspectiva histórica. Os níveis atualmente praticados, sob a ótica de participação percentual (10%) no total de recursos aportados pelo Tesouro, são bastante semelhantes aos observados há pelo menos uma década, sendo inclusive algo superiores aos vencimentos no triênio 1987-89. Em termos relativos, portanto, parece ter havido uma certa recuperação que, contudo, nem de longe se aproxima da situação ocorrida no início da década de 70, quando os recursos para OCC chegaram a representar algo em torno de 30% do total de recursos do Tesouro alocados às IFES. Isso significa que bibliotecas, laboratórios e equipamentos se tornam obsoletos, impedindo o acesso à modernidade científica e tecnológica.

Não é razoável, pois, afirmar que, a partir de 1987, a implantação da isonomia de vencimentos entre as IFES tenha sido feita às custas de recursos de OCC. Na verdade, ocorre que o montante global de recursos, a partir de 1990, tem sido substan-

cialmente reduzido, embora internamente continue a guardar proporções semelhantes entre despesas de pessoal e de OCC. Os graves problemas referentes a estes recursos despontam a partir de 1989, com largo represamento de despesas não realizadas e lançadas como restos a pagar no exercício seguinte, do que constituem evidências o baixo nível de recursos efetivamente despendidos neste ano (Cr\$445 milhões) e a abrupta elevação observada em 1990 (Cr\$1,05 bilhão, em moeda constante de 1989).

Do mesmo modo, é extremamente importante considerar as despesas praticadas com tais recursos, especialmente aquelas referentes a capital. Até junho de 1992, por exemplo, nada havia sido liberado para investimento, o que dificulta sobremaneira a manutenção, recuperação e desenvolvimento dos *campi* universitários.

E, não obstante, não são poucas as vozes que afirmam ser muito caro o ensino superior ministrado nas universidades federais. Em que termos? Quais são os padrões de comparação? Geralmente faz-se recurso a comparações internacionais, com custos em dólares. Na verdade, os dados apresentados, em geral, referem-se ao orçamento dividido pelo número de alunos ou às despesas efetuadas — execução orçamentária — por estudante. Tomando por base esta última alternativa, é preciso apresentar algumas informações que, por certo, relativizam as conclusões costumeiramente oferecidas. Para tanto, deve-se analisar cuidadosamente os dados apresentados na tabela 2. Observa-se que, em cruzeiros constantes de 1989, as despesas com recursos do Tesouro, efetuadas em 1986 e 1991, são extremamente semelhantes, tanto no global quanto por estudante. No entanto, quando se trabalha com dólares de cada ano, em relação às respectivas despesas em cruzeiros correntes, nota-se uma enorme diferença na despesa por estudante: uma diferença de 74% pela taxa oficial e de 150% pela taxa do câmbio paralelo. Em 1986, o aluno brasileiro seria relativamente barato? E, em 1991, com o mesmo nível real de despesas em moeda nacional, o aluno seria caro ou, pelo menos, próximo de valores observados em outros países? É óbvio que estes resultados refletem a fragilidade das comparações com base em conversão das despesas em cruzados ou cruzeiros para dólares.

Não é possível, portanto, afirmar que o aluno brasileiro de nível superior é caro ou barato baseado apenas nesse tipo de informação. Com isto destoa-se o aparente paradoxo levantado de que, no Brasil, os professores universitários recebem pouco, há poucos recursos para a manutenção das instituições e, no entanto, seus custos são próximos dos níveis observados em instituições de excelência, em outros países.

O problema do financiamento das IFES, contudo, não se encerra na análise destes dados. É elevada sua dependência em relação a recursos oriundos do Tesouro, destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 212 da Constituição Federal). em 1991, 79% da receita das IFES foram provenientes dessa fonte, 17% de receitas próprias e 4% de convênios. Das receitas próprias, contudo, uma grande parcela se deveu a recebimentos por conta dos serviços prestados pelos hospitais universitários, fortemente concentrados em algumas instituições. A Escola Paulista de Medicina, a Universidade Federal do Paraná e a Universidade Federal Fluminense responderam, apenas as três, por cerca de 41% das receitas próprias auferidas pelo conjunto das IFES em 1991.

De toda a forma, as receitas próprias e de convênios constituem importante fonte de financiamento adicional, especialmente para gastos relativos a outros custeios e capital. Isto, porém, se as instituições fossem dotadas da suficiente liberdade para gerir-las de acordo com suas necessidades, a tempo e a hora, o que, contudo, não acontece. Todos esses recursos, próprios e de convênios, são necessariamente orçamentados e, por tal razão, submetidos aos tetos orçamentários autorizados pela área econômica do Governo e ao contingenciamento. Desta forma, não é raro que as instituições tenham disponibilidade financeira em suas contas e não possam gastar as receitas por elas mesmas geradas em função dos limites estabelecidos.

Parece, portanto, um contra-senso que, de um lado, se cobre das instituições universitárias maior esforço para obtenção de recursos próprios e, de outro, se estabeleçam mecanismos que inibem a gestão e o uso destes recursos. Deste modo, elas são pouco incentivadas a buscar a geração de recursos adicionais, reforçando a dependência de recursos ordinários do Tesouro.

Trata-se, com certeza, de uma estratégia no mínimo equivocada, a de forçar a busca de recursos de outras fontes através de mecanismos de redução real dos aportes ordinários do Tesouro e, ao mesmo tempo, cercear a liberdade para a utilização daqueles primeiros. O resultado último é o reforço da dependência em relação aos recursos do Tesouro. É absolutamente fundamental a autonomia da universidade em tais aspectos, sobretudo quando os gastos com o ensino superior são reiteradamente apresentados como elevados e cuja realização estaria inclusive desrespeitando normas constitucionais. Pelo relatório do Ministro Homero Santos, do Tribunal de Contas da União, 61,1% da receita líquida de impostos federais destinada à manutenção e desenvolvimento do ensino, em 1990, foram despendidos com o ensino superior. Para 1991, os dados do Ministério da Educação indicam um percentual ainda maior, de cerca de 70%, no tocante aos recursos aplicados pelo próprio Ministério.

Já foi claramente afirmado que os recursos hoje destinados ao ensino superior são inferiores, em termos reais, aos alocados há dois anos e retroagem a valores praticados antes da isonomia de vencimentos dos servidores das IFES, caracterizando uma clara redução de investimentos no setor. E, no entanto, parece haver um crescimento significativo da parcela que tais recursos ocupam no total dos alocados ao Ministério da Educação, na fonte de recursos ordinários do Tesouro. A conclusão inevitável é a de que o montante global de recursos alocados à educação, na órbita federal, é insuficiente para cobrir adequadamente os encargos educativos da União e, além disso, cumprir o disposto no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que determina a aplicação de pelo menos 50% dos recursos previstos no art. 212 na erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental.

Retirar mais recursos das universidades é inviável, pois seria condená-las ao fechamento ou a um sucateamento ainda maior do que aquele em que já se encontram. Esperar que os problemas de financiamento sejam resolvidos com a geração de recursos próprios também é impraticável, ao menos a curto e médio prazos.

Uma coisa é afirmar que, do total de recursos federais destinados ao ensino, a maior parte é absorvida pelo ensino superior. Outra é dizer que se gasta demais no ensino superior e que este apresenta um custo muito elevado, semelhante ao verificado em países de sólida tradição universitária, sem apresentar retorno semelhante. E, finalmente, reduzir custos não significa necessariamente redução na alocação de recursos mas, com certeza, seu uso mais eficiente.

Já ficou demonstrado que o sistema público federal de ensino superior se encontra submetido a restrições de financiamento que atingiram o limiar do suportável. Cortar mais significaria o desmonte das IFES. Não é possível, portanto, pensar em remanejamento de recursos internos ao domínio da educação de forma a resolver impasses tais como o cumprimento do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. As soluções destes dilemas passam inevitavelmente pelo aumento real de recursos destinados pela União à educação.

Idealmente, seria desejável, para não dizer necessário, que o volume total de recursos destinados às IFES fosse também aumentado, de modo a retomar, pelo menos, os níveis reais praticados em 1989. Não seria demasiado demandar que, a exemplo de alguns Estados, no nível federal fosse adotada a posição de elevar o mínimo constitucional de vinculação da receita líquida de impostos à manutenção e desenvolvimento do ensino. Somente a título de exemplo, tomem-se os dados da execução orçamentária do Ministério da Educação em 1991. Verifica-se que as despesas

com as IFES representaram algo em torno de 15% da receita líquida de impostos, restando apenas 5% ou pouco mais (em 1991, o MEC recebeu 20,1% da receita líquida de impostos) para aplicação no ensino fundamental e médio. E estes 15%, como já evidenciado, correspondem a uma redução real nos recursos destinados às IFES. Desta forma, a fim de garantir a sobrevivência mínima de tais instituições e cumprir o art. 60 do ADCT, a União deveria estar alocando pelo menos 30% da sua receita líquida de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

O quadro assim configurado parece sugerir que, pelo menos no curto e médio prazos, dados os atuais balizamentos para financiamento das instituições federais de ensino superior, não há perspectivas de aumentos reais na respectiva alocação de recursos ordinários do Tesouro. Cabe, assim, discutir alternativas que maximizem a rentabilidade dos escassos recursos disponíveis.

Além disso, cabe destacar que a crise financeira afeta também as demais universidades, particularmente as comunitárias, que têm frequentemente atividades no ensino de pós-graduação, na pesquisa e na extensão, além de finalidades e organização administrativa peculiares sob vários aspectos. A recessão econômica, refletindo-se no orçamento das famílias e dos estudantes, com frequência tem efeitos perversos sobre as instituições que, com dificuldade, buscam melhorar a qualidade do ensino e concretizar o princípio constitucional da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

4 — CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Em face das informações levantadas e da reflexão desta Relatoria, são apresentadas a seguir as conclusões e recomendações que, evidentemente, não são exaustivas nem implicam necessariamente alterações legislativas. Sob este aspecto, muito pode ser feito pelo espírito de competência e qualidade que dá alma às normas legais, à sua interpretação e ao seu cumprimento.

4.1 — A Universidade e o ensino superior se revelaram entrvados por uma pletora de normas que lhes tolhe a liberdade de ação — quer no setor público, quer no particular — e que não garante a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Revelam-se, pois, pouco efetivas, merecendo ser revistas, simplificadas e substancialmente reduzidas. Não cabe mais impor a uma realidade tão diversificada normas gerais, que oneram muitas vezes os mais sérios e são contornadas pelos que têm menor empenho pela qualidade. Neste sentido, cabe estabelecer as diretrizes que norteiem a opção pelos fins e que garantam os meios necessários ao cumprimento das missões não só das universidades, como do ensino superior em geral. Cumpre estabelecer a liberdade de organização das instituições, sem obrigá-las ao modelo departamental, hoje esgotado, e sem impor ou privilegiar a alternativa organizacional da universidade.

Sob este particular, assistimos hoje à disseminação da universidade sob critérios puramente burocráticos. Há universidades que formalmente satisfazem a todos os requisitos, inclusive o da universalidade do conhecimento. No entanto, em termos de competência estão muito distantes dos padrões internacionais. Por isso, cabe rever os critérios, valorizando a excelência e permitindo a criação de universidades setoriais ou especializadas e conferindo atributos da autonomia mesmo a instituições isoladas que lhes façam jus. É claro que o critério fundamental, neste caso, é a qualidade, como resposta às demandas da sociedade. Valorizar-se-iam, assim, as instituições criadas de baixo para cima e não de cima para baixo.

Como base e princípio das formas de organização e de todo o ensino superior, cumpre repensar o projeto de ensino superior existente. De que universidade ou tipos de universidades, de que ensino superior o País precisa? Grande parte da crise dos meios se deve à crise dos fins. Entretanto, este repensar não deve se constituir numa questão paralisante, até que respostas consensuais surjam da sociedade e da

academia. Há problemas urgentes a atacar, ainda que com risco de as soluções serem reformuladas mais adiante em virtude da reformulação dos fins.

4.2 — Quase a cada encontro desta Comissão deparamo-nos com o descontentamento em face da qualidade. Por isso, a tônica do processo de mudanças a ser vivido por todo o ensino superior é a qualidade, numa visão ampla que contemple também os níveis anteriores de ensino. A incompetência representa uma fraude contra a sociedade, independente de as instituições de ensino superior serem financiadas pelos cofres públicos ou pelos estudantes. É também um prejuízo em termos de oportunidades perdidas num mundo que depende intimamente do conhecimento e da sua produção.

A melhoria da qualidade está relacionada à melhor articulação das instituições educacionais com o contexto social. Desse modo, cabe à avaliação papel preponderante. Não pode tardar mais o estabelecimento de um sistema de avaliação contínua, de auto e de hetero-avaliação, que permita identificar pontos fortes e fracos do ensino superior. A avaliação precisa de sua dimensão interna, mas, sendo a educação um processo social, necessita também da participação dos atores externos que oferecem recursos e se utilizam de serviços de natureza pública. Como foi visto, o Brasil tem uma experiência vitoriosa no ensino de pós-graduação, que não criou mais uma burocracia. Embora sem querer optar previamente por um modelo, a associação da simplicidade e independência inerentes à experiência da França com a nossa bagagem certamente resultaria em grandes vantagens. Não haveria qualquer inconveniente da utilização de tal sistema avaliativo para a alocação de recursos, uma vez que esta é ainda demasiado empírica. Todavia, é indispensável um compromisso fundamental: que a eventual alocação de recursos, fundamentada nos resultados da avaliação, tenha como uma das suas dimensões básicas a equidade. Dessa forma, os maus resultados não devem servir para tornar mais fortes as instituições que já o são, mas para solucionar as dificuldades dos fracos, para que se tornem fortes. Não se preconiza, pois, uma competição darwiniana, pela qual só sobreviveriam os "mais aptos", porém o esforço coletivo para melhorar a qualidade geral do sistema, elevando a média do seu desempenho e reduzindo a variação em torno dessa média.

Além da avaliação, cabe ainda aplicar as normas em vigor no sentido de coibir as instituições que vivem da mera outorga de diplomas, sem que a estes corresponda o mínimo de conhecimentos e habilidades legitimamente esperado. Para esses a avaliação não teria maior sentido e seria um verdadeiro desperdício. O reconhecimento periódico das instituições particulares de ensino superior é também uma forma de avaliação recomendada.

4.3 — A democratização do ensino superior constitui outro alvo da maior importância, sobretudo no setor público. Em relação a este último, é ponto prioritário a abertura de cursos noturnos, compatíveis com as possibilidades institucionais e com as demandas da sociedade e da economia. Outro aspecto é o reforço de mecanismos que permitam aos estudantes de menor renda ter acesso ao ensino superior, sobretudo em áreas e regiões selecionadas, com as bolsas de estudo reembolsáveis. O Programa de Crédito Educativo deve ser expandido, ter fontes estáveis de recursos e, especialmente, financiar os estudos apenas em instituições realmente competentes. O ensino à distância, praticado de forma honesta, é outra alternativa.

Ao lado destes aspectos há, todavia, uma questão básica: a da democratização do ensino fundamental. A abertura do ensino superior para todas as classes sociais depende da abertura do ensino médio, que, por sua vez, depende da redução do fracasso escolar no ensino fundamental. Com o aumento do contingente de concluintes do ensino fundamental, aumentará o contingente de concluintes do ensino médio e, conseqüentemente, se elevará a probabilidade de ingresso de alunos de origens sociais mais modestas no ensino superior. No entanto, a perversidade do sistema

permanecerá intocada se não vencermos o desafio de uma escola pública de qualidade. Enquanto a escola particular (ou uma parte delas) persistir como uma ilha no alcance dos que, além dos tributos, possam pagar os estudos dos seus filhos, em vez de competir palmo a palmo com uma escola pública de qualidade, o ensino superior continuará a ser elitista ou a tornar-se mais elitista do que já é. Mesmo a recuperação académica de deficiências do ensino médio nos cursos superiores, dirigida frequentemente a alunos de origens sociais mais modestas, tende a ser paliativo de alto custo, que desloca a atenção das raízes dos problemas educacionais. Inúmeras medidas poderão contribuir para a reversão deste estado de coisas, mas duas são indispensáveis: uma é a vontade política, que reconheça o valor da educação básica para todos como imperativo de formação para a cidadania e de sobrevivência económica do país. Outra é a contribuição do ensino superior através da formação cuidadosa de educadores para o ensino fundamental e médio. Sob este aspecto, recomenda-se às instituições de ensino superior buscar a associação entre teoria e prática através do íntimo envolvimento com os sistemas de ensino.

4.4 — A área académico-científica, como ressaltaram os depoimentos, apresenta problemas de alta gravidade que dependem da competência técnica dos educadores, mas, sobretudo — e mais uma vez — de um amplo diálogo com a sociedade. Os números apresentados nos desnudaram um ensino superior anacrónico, que não atende às novas exigências sociais. Por exemplo, as matrículas e conclusões se acham fortemente concentradas em nove cursos de graduação da área de ciências humanas e sociais (Administração, Direito, Pedagogia, Letras, Ciências Contábeis, Economia, História, Psicologia e Serviço Social). Os currículos mínimos, sob a égide do corporativismo e do credencialismo, compartimentam o saber de modo incompatível com a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade do mundo atual. Tais currículos, apesar do nome, mais parecem máximos do que mínimos. As mudanças da sociedade e o futuro que se desdobra aqui e lá fora exigem o repensar das carreiras universitárias, através de um programa de ampla revisão. No seu bojo devem-se incluir, é claro, os currículos, o papel do Conselho Federal de Educação e, com destaque todo especial, o nervo de todo o sistema: a formação de educadores através das licenciaturas. Seria o caso de considerar a alternativa do ensino pós-secundário para contemplar certas demandas? Caberia estruturar um núcleo comum de formação, ao nível do ensino de terceiro grau, como base, inclusive, para atender às novas solicitações sociais e à terceirização da economia? Conviria estabelecer o livre exercício profissional, com a instituição de exame para a concessão de registro profissional nas áreas de saúde física e mental e da engenharia estrutural? Estas são algumas das questões que não podem ser respondidas por esta Comissão, mas que exigem um esforço conjunto da sociedade e do Estado para prover respostas satisfatórias.

Outra problemática que se delineou nos trabalhos foi a da associação entre ensino, pesquisa e extensão, hoje elevada a preceito constitucional. Estatuído pela primeira vez com tal amplitude pela Lei nº 5.540, de 1968, este princípio se incluiu num conjunto que firmou como norma geral a organização universitária e departamental, além de outras camisas-de-força que, afinal, fizeram com que a realidade mudasse à margem ou apesar da legislação. Nos anos 80 foram ainda introduzidas outras formas de isonomia, entre elas a salarial. Ou seja, a tendência à padronização transcende o contexto político de 1968 (a que tantos atribuíram as limitações da reforma do ensino superior) e parece inserir-se numa linha mais ampla, que talvez tenha suas raízes na administração pública colonial ibérica.

De qualquer forma, já distantes da colonização, é chegado o momento de ampliar o grau de liberdade e conceber interpretações criativas. Assim, no caso em tela, ficou claro que não podemos ter o mesmo modelo de formação para todos. As instituições são inevitavelmente diferentes e dessa diversidade emergem muitas vezes soluções

criativas e benfeitorias. Assim, ao invés de conceber a associação ensino — pesquisa no sentido clássico, é muito mais proveitoso situar a pesquisa como essência de todo o ensino superior, conforme uma das visões apresentadas pelos depoimentos. Educar é um processo criativo e não repetitivo de aprender a aprender. Professor e aluno ensinam e aprendem, devendo ambos adotar a pesquisa como princípio educativo vivificador das suas atividades. Com isso, ao mesmo tempo que se renova o ensino, deixa-se de lado a contrafação da pesquisa, que tantas instituições adotam por não poderem se enquadrar na concepção clássica, conforme, aliás, seria impensável até nos países mais ricos do mundo.

4.5 — Como base e reflexo dos problemas apontados, situa-se a questão da carreira profissional. As estatísticas desvelaram as deficiências do corpo docente, em alta proporção leigo, isto é, contando apenas com o curso de graduação. Ao lado disso, o ensino de pós-graduação, tanto no sentido quantitativo quanto qualitativo, falha em formar os professores que o melhoramento da qualidade requer.

Os fatos exigem repensar e investir seriamente também na formação de professores de ensino superior. Por um lado, o ensino de pós-graduação não pode permanecer indefinido quanto aos fins, situando-se ora como prolongamento e imitação dos cursos de graduação, ora voltados para a formação de pesquisadores que, na verdade, trabalharão predominante ou exclusivamente como professores sem terem sido preparados para tanto. A produtividade do modelo deixa muito a desejar, não se sabendo qual o ritmo mais lento, se o da redução da repetência e evasão no início da escolaridade ou a formação de mestres e doutores.

Entretanto, os melhores programas de formação docente não obterão êxito se os incentivos da carreira permanecerem inadequados e escassos. Os depoentes ressaltaram a verdadeira sangria de talentos provocada pela aposentadoria precoce de professores nos últimos anos. Não é possível ao País perder recursos, concebendo a aposentadoria especial como um sucedâneo insatisfatório, como vexatório prêmio de consolação para os baixos salários. Por isso, cabe ao Poder Público reestruturar as normas, no sentido de assegurar um piso comum e condigno de remuneração, a partir do qual, respeitando, inclusive, as diferenças locais de custo de vida, o pagamento dos professores resulte da sua competência e da sua efetiva produção. O professor que mais e melhor atuar deverá receber tangivelmente e de imediato os resultados da sua capacidade e dedicação. Já não é possível suportar um sistema perverso que paga mal, trata mal o professor, oferece-lhe uma modesta aposentadoria prematura e não retribui adequadamente os atributos e as ações que beneficiam a universidade e a Nação.

4.6 — Os dados apresentados na primeira parte do relatório sugerem a existência de grandes disparidades na disponibilidade de recursos humanos entre as IFES e, por outro lado, grandes diferenças nas relações alunos/docente e alunos/funcionário. Este comportamento dos dados sugere a existência de ineficiências que podem e devem ser corrigidas. É certo que a realocação de servidores, sobretudo entre instituições, quase certamente localizadas em Estados diferentes, é extremamente difícil, senão impossível. Desta forma, um dos poucos caminhos viáveis seria o de tornar mais equilibrada a proporção entre docentes, servidores não docentes e alunado, expandindo o corpo discente da rede pública federal. Parece haver significativa margem de expansão em diversas instituições que não representaria a adoção de uma estratégia de ensino massificado e tampouco comprometeria a qualidade do ensino. Uma boa opção é a abertura de cursos noturnos para atender à parcela da clientela que, sem opções, normalmente se dirige a outros tipos de instituições de ensino superior.

4.7 — Outra questão importante refere-se ao peso crescente que as aposentadorias passam a ter no total da folha de pagamento das IFES. Esta matéria é extremamente polêmica e controversa. De um lado, há os que defendem que as despesas com

inativos não deveriam ser consideradas dentro do escopo dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, posto que, para tanto, cada docente e servidor realiza mensalmente um desconto sobre seu vencimento, destinado à seguridade social. Esta solução, portanto, caminha no sentido de que se aumente a eficiência da seguridade social dos servidores públicos, de forma a não onerar os recursos que devem ser destinados a atividades propriamente produtivas no campo educacional. Esta alternativa, porém, parece longe de constituir solução, além de representar prática corrente no processo de alocação de recursos orçamentários da União a distribuição dos encargos com inativos para os diversos órgãos de onde são originários com recursos a eles destinados.

Por outro lado, constata-se que o direito de aposentadoria a partir de 30 (trinta) anos de efetivo exercício para o professor e de 25 (vinte e cinco) anos para a professora tem tido reflexos no comprometimento crescente de recursos das IFES com os inativos. Mesmo considerando os recentes problemas causados pelas sucessivas manifestações do Poder Executivo sobre suas intenções de alterar o regime de aposentadoria dos servidores públicos, as aposentadorias de docentes no auge potencial de sua produtividade acadêmica e científica estão ocasionando um ônus excessivo sobre os recursos destinados a pagamento de pessoal das IFES. É necessária uma profunda reflexão a este respeito, sobretudo quando se considera que o professor universitário brasileiro hoje dispõe de um regime de trabalho bastante diferente daquele que o submetia a um estafante número de aulas diárias, com acentuado desgaste do profissional. O regime de trabalho em tempo integral ou em dedicação exclusiva, atualmente exercido por cerca de 80% dos docentes das IFES, de certa forma iguala as condições de exercício profissional do professor universitário às de outros profissionais cujo direito à aposentadoria só se verifica a partir de 35 ou 30 anos de efetivo exercício, conforme o sexo.

4.8 — A obtenção de receitas adicionais para diversificar o financiamento das IFES já foi abordada em páginas anteriores, quando se evidenciou o estágio embrionário de sua realização.

A expansão destas receitas não significa e não deve resultar no rumo da privatização das instituições públicas mantidas pela União. Pelo contrário, ela pode representar uma garantia de progressivo aumento de autonomia das instituições e permitir uma alocação mais eficiente dos recursos diretamente oriundos do Tesouro.

Dentre algumas fontes rotineiramente apresentadas como alternativas, encontra-se a eliminação da gratuidade indiscriminada no ensino superior público. A questão é também extremamente polêmica e envolve um amplo leque de argumentos e posicionamentos de ordem política, ideológica e social, além, obviamente, de requerer a reforma da Constituição. O assunto merece ser debatido com cuidado. Cabe analisar, contudo, o argumento, normalmente apresentado, de que a possível receita assim obtida seria meramente residual, cobrindo, de acordo com diferentes depoimentos colhidos, uma faixa de apenas 5% a 10% dos custos de uma universidade pública. É preciso observar que tal receita significaria, por exemplo, dobrar os recursos destinados a OCC que, no conjunto das despesas das IFES, também estão situados na faixa de 10%. Este aporte adicional de recursos seria, portanto, significativo para o funcionamento das instituições. Não se pretende aqui fazer a defesa da cobrança de tais encargos educacionais. No entanto, é preciso destacar a magnitude e o significado dos números.

A gratuidade do ensino superior público deve, portanto, ser discutida no seu âmbito próprio, isto é, como um posicionamento da sociedade sobre quem deve arcar com o ônus da educação superior de seus cidadãos. A questão da equidade social não fica adequadamente colocada se apenas afirmado que os "ricos" (nem sempre tão ricos) que frequentam as universidades públicas devem pagar porque os "pobres"

que freqüentam as instituições particulares o fazem e tampouco pode ser simplesmente descartada porque a receita a ser obtida seria meramente residual. Ademais, a cobrança de anuidades nas universidades públicas não viria a resolver o problema de financiamento dos outros graus de ensino. Trata-se, portanto, de uma questão de princípio, de posição perante o papel do Estado em matéria educacional e como tal deve ser discutida, caso a sociedade pretenda de fato alterar a decisão que, em seu nome, a Assembléia Nacional Constituinte decidiu soberanamente inscrever no texto da Carta Magna de 1988, inclusive com o voto deste Relator. Ressalte-se que, pela primeira vez, em termos de direito, a gratuidade foi estendida ao nível superior, embora já viesse sendo praticada de fato em diversas instituições públicas do País.

4.9 — Finalmente, uma das maiores contribuições que se poderia dar para o aumento da eficiência no uso dos recursos das universidades seria conferir-lhes, de fato, a autonomia de gestão administrativa e econômico-financeira, a começar pelo processo de sua alocação.

Esta autonomia só pode ser exercida se houver flexibilidade para aplicação e uso dos recursos. Neste sentido, o atual processo de dotação orçamentária, que discrimina *a priori* as rubricas em que os recursos devem ser despendidos limita a autonomia das universidades, particularmente com respeito às despesas de outros custeios e de capital. A sistemática de dotação global, calculada de acordo com critérios válidos que contemplem as especificidades de cada instituição, parece ser de todo mais recomendável que a atualmente praticada, sendo, inclusive, um forte incentivo ao aumento da eficiência da gestão. Por outro lado, cabe considerar com atenção a hipótese de vincular os recursos destinados às universidades a percentual da receita de impostos destinado à manutenção e desenvolvimento do ensino, à semelhança do que ocorre no Estado de São Paulo, com relação à receita do ICMS.

É certo que isto submeteria as IFES ao regime de flutuação da realização da receita pela União, e aos riscos da sua redução real pela sonegação, flutuações estas que hoje, por exemplo, não afetam, ao menos diretamente, a folha de pessoal, tratada como encargo necessário a ser saldado pelo Tesouro. Por outro lado, o comportamento geral da receita se reflete indiretamente, nos dias de hoje, no pernicioso e progressivo achatamento geral dos níveis reais dos vencimentos. A adoção da sistemática de dotação global a partir de percentual da receita de impostos, porém, permitiria às universidades se programarem, desde que os repasses fossem feitos efetivamente em duodécimos, constituindo um desafio administrativo para as instituições e poderoso estímulo ao tirocínio gerencial. Importante, sob todos os aspectos, é a regularização dos repasses, de modo que não haja perda, ao longo do ano, do valor real dos recursos disponíveis.

Além disso, é necessário preservar as receitas próprias obtidas pelas IFES dos contingenciamentos e dos tetos orçamentários, evitando a corrosão do valor real dos recursos e a esdrúxula situação, freqüentemente observada, na qual as IFES realizam a receita e não podem gastá-la. Neste particular, as instituições geradoras de receitas próprias devem ser tratadas de acordo com seu caráter peculiar, que as distingue dos demais órgãos da administração pública. Não faz sentido que tais recursos, uma vez previstos nos orçamentos, como determina a Constituição, sejam submetidos administrativamente a tetos ou a contingenciamentos. A universidade deve ser autônoma para gerir seus recursos próprios e de convênios, cabendo-lhe tão somente prestar contas de receitas e despesas assim efetuadas. Isto com certeza constituirá poderoso incentivo para o desenvolvimento gerencial das IFES. Esta liberdade deveria inclusive existir para aplicação de tais recursos até mesmo em remuneração de seus docentes e servidores. De um lado, a União garantiria, na dotação global, os recursos necessários ao pagamento dos pisos de vencimentos e demais vantagens por ela fixados. De outro, as universidades, obtendo recursos próprios, poderiam destiná-los ao incremento da remuneração de seus servidores, sob sua inteira responsabilidade, ou então aplicar tais recursos em despesas de outros custeios e capital.

4.10 — É imperioso recomendar que seja amplamente reformulada a sistemática de distribuição de recursos entre as instituições federais de ensino superior. É urgente o desenvolvimento de um processo que contemple, de modo mais abrangente, as especificidades de cada instituição, as características de suas atividades e seu desempenho acadêmico, científico e técnico. É fundamental, portanto, que um novo sistema de financiamento das IFES esteja intimamente associado a um processo contínuo, metodologicamente bem definido e confiável de avaliação. Além disso, é preciso que exista uma política clara e abrangente para o ensino superior, envolvendo as suas diversas facetas.

4.11 — Os depoimentos colhidos demonstraram que ainda é cedo para se fazer uma avaliação consistente das diferentes experiências realizadas nas universidades públicas para indicação de seus dirigentes. É preciso considerar que a questão se situa de fato no âmbito de sua autonomia, mas também se coloca na interface com o poder público instituidor e mantenedor. Assim sendo, é preciso encontrar fórmulas pelas quais o dirigente máximo da universidade pública, a partir de listas múltiplas, seja não apenas nomeado, mas também escolhido pelo mandatário supremo do poder público instituidor, que é a autoridade investida de mandato representativo da comunidade a que a universidade mais imediatamente deve atender.

Por outro lado, os processos internos de elaboração de tais listas, previstos nos estatutos, deverão assegurar dois princípios básicos: a representatividade e a preponderância do segmento acadêmico docente e investigador, como aquele através do qual se realiza mais diretamente a vocação da instituição universitária. Neste sentido, é fundamental que os órgãos colegiados superiores obedçam aos mesmos balizamentos.

4.12 Pouco se pode concluir das informações obtidas com relação às instituições mantidas pelos Governos Estaduais e Municipais.

Destaca-se a situação verificada no Estado de São Paulo, em que as universidades efetivamente passaram a gozar de autonomia administrativa e econômico-financeira, com a destinação de percentual (atualmente em torno de 9%) da receita mensal do ICMS. O depoimento do Reitor da USP foi extremamente favorável a este mecanismo de financiamento, embora com consciência dos problemas que nele estão presentes.

Resta alertar para o fato de que em vários outros estados tal vinculação existe na letra legal, mas não vem sendo cumprida. Cabe a esta Comissão apelar para que de fato seja ela implementada.

Finalmente, importa destacar o relevante papel que sobretudo as universidades estaduais desempenham em suas respectivas regiões, em especial aquelas que assumem uma configuração *multi-campi*.

4.13 — O setor privado da educação superior no País é amplamente majoritário. Em termos gerais, este segmento conta com mais de 680 instituições, dentre as pouco mais de 900 existentes. No segmento específico das universidades, o número de instituições particulares, desde 1989, supera o das universidades públicas federais e, dentro em breve, a julgar pelos recentes pronunciamentos do Conselho Federal de Educação, deverá superar o conjunto de universidades públicas. Parte dessas instituições tem fisionomia própria e se inclui sob a classificação de comunitárias.

As questões relativas ao financiamento das instituições particulares foram pouco debatidas ao longo dos trabalhos da Comissão. No entanto, alguns aspectos podem ser comentados.

De um lado, foram mencionadas as reivindicações de que as instituições particulares recebam recursos públicos, o que, à exceção de auxílios para atividades de pesquisa e extensão, é vedado pela Constituição Federal, a não ser no caso das instituições comunitárias, filantrópicas e confessionais. Não bastasse esta explícita determinação constitucional, caberia ainda observar que o sistema de financiamento do ensino

superior pelo Estado, mantenedor direto de instituições públicas, não comporta um regime de subvenções a outras instituições de ensino superior como ocorre em outros países.

Outro ponto abordado foi o do controle, pelo Estado, dos valores fixados para retribuição dos serviços prestados pelas instituições particulares, os chamados encargos educacionais. Recentemente, este assunto foi objeto de intensa polémica, como atesta a pleora de Medidas Provisórias baixadas ao longo do ano de 1990, o que com certeza contribuiu para instalar uma situação de profunda instabilidade e desentendimento entre escolas, famílias e estudantes. Atualmente, vigem as normas fixadas pela Lei nº 8.170, de 1991, e, por iniciativa do Poder Executivo, aprecia-se na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 2.244, de 1991, que pretende estabelecer novos critérios para fixação e reajuste dos encargos educacionais.

Com certeza é preciso dar solução definitiva aos impasses gerados. Seria desejável que se pudesse conferir o maior grau de liberdade possível ao funcionamento deste setor no sistema educativo, desde que assegurado um controle qualitativo que promovesse uma adequada relação custo/benefício. No entanto, as condições em que o sistema de ensino superior opera no País apresentam inúmeras características que, política e socialmente, impõem um controle mais estrito do Estado sobre tal atividade. Com efeito, as condições de acesso às instituições públicas de ensino superior, cujo número de vagas não tem crescido nos últimos anos, estabelece uma expressiva discriminação da clientela, em termos sócio-económicos, de tipos de cursos oferecidos e de turnos em que são ministrados. Nesta direção, mais do que baseado na concepção de que a atuação privada na área educacional é uma concessão do Estado — o que é doutrinariamente discutível à luz da atual redação do texto constitucional, em particular o art. 209 — o Estado se tem voltado para o controle dos preços do setor privado, devido à sua própria omissão em oferecer o ensino gratuito ou de subsidiar diretamente os estudantes carentes e dada a necessidade de evitar tensões ou conflitos sociais decorrentes desta situação.

Para o atual momento, portanto, recomenda-se que a legislação sobre a matéria trate fundamentalmente de oferecer regras claras que facilitem e promovam o real entendimento entre as partes interessadas, de modo a compatibilizar custos e preços de um lado e realidade económica da clientela de outro.

4.14 — Por outro lado, não se pode olvidar que o mesmo Estado, ao assumir a atribuição de oferecer o ensino público gratuito no nível superior, com recursos oriundos de toda a sociedade, não pode omitir-se, por uma questão de equidade, em oferecer condições de estudos para aqueles que, sendo carentes, por diferentes razões tenham acesso a boas instituições de ensino superior não públicas. Importa considerar que os direitos dos cidadãos são os mesmos. O suporte financeiro para o desenvolvimento de estudos superiores aos estudantes carentes constitui poderoso instrumento de justiça e importante investimento social.

Atualmente, o único mecanismo existente é o Programa do Crédito Educativo. São de conhecimento geral as inúmeras fases críticas por que passou o Programa, chegando às vias de extinção no período 1989/1990. As crises entre estudantes e instituições e o Governo, no ano de 1991, decorrentes da falta de recursos financeiros, foram largamente difundidas pela imprensa e, na realidade, arrastam-se até os dias de hoje. A Lei aprovada, infelizmente, não garante de imediato o suprimento de recursos adicionais que permitam resolver o estado de insolvência crónica do Programa. A receita de três concursos de prognósticos adicionais da Caixa Económica Federal nem de longe cobre as necessidades financeiras. A única fonte mais promissora é a dos depósitos compulsórios dos bancos junto ao Banco Central, fonte esta que, contudo, já estava prevista desde os primórdios do surgimento do Programa e nunca foi implementada. É de se esperar, portanto, que, dada a força derivada da nova Lei, tal fonte seja de fato utilizada. Do contrário, os problemas perdurarão.

É preciso considerar, entretanto, que o Programa do Crédito Educativo não pode se constituir tão somente num sistema de sustento indiscriminado de quaisquer instituições de ensino superior, via empréstimos subsidiados aos estudantes. Não é possível admitir que os recursos assim carregados venham indiretamente a sustentar instituições de qualidade duvidosa. É necessário um processo permanente de avaliação para a destinação dos benefícios do Programa de Crédito Educativo, selecionando, pelo mérito, as instituições cujos estudantes podem ser contemplados. Importa criar um sistema que alie a qualidade da instituição à carência econômica do estudante e ao real esforço acadêmico deste.

É preciso ainda que se discuta a possibilidade de criação de um programa de bolsas de estudos para o ensino superior. Embora o texto constitucional não a vede explicitamente, existem pelo menos duas Propostas de Emenda Constitucional tramitando na Câmara dos Deputados sobre a matéria. Se, efetivamente, no futuro, vierem a ocorrer modificações importantes nos meios de financiamento do ensino superior, o mecanismo de bolsas de estudo poderá ser um importante instrumento de incentivo do Estado, contemplando tanto os custos do ensino propriamente dito, como os custos de manutenção dos estudantes mais pobres, a exemplo das bolsas de estudos de pós-graduação no País, já existentes há inúmeros anos.

TABELA 1
Execução Orçamentária da Secretaria Nacional da Educação Superior destinada
as Instituições Federais de Ensino Superior 1980/1991
(Cr\$ 1.000)

Ano 1989 (1) Pessoal	Total	Cr\$ Correntes Pessoal OCC	Cr\$ Constantes de OCC Total
1980	51,1	44,5	6,6
4.874.940,0	4.245.300,0	629.640,0	
1981	114,3	99,3	15,0
5.452.110,0	4.736.610,0	715.500,0	
1982	256,8	230,5	26,3
6.124.680,0	5.497.425,0	627.255,0	
1983	523,0	480,0	43,0
4.828.471,0	4.431.484,0	396.987,0	
1984	1.481,5	1.354,3	127,2
3.655.218,0	3.341.385,0	313.833,0	
1985	6.364,7	5.820,4	544,3
5.587.660,0	5.587.660,0	5.109.811,0	477.849,0
1986	17.060,2	15.260,2	1.800,0
6.172.730,0	5.521.453,0	651.277,0	
1987	75.595,0	68.712,0	6.883,0
8.421.677,0	7.654.875,0	766.803,0	
1988	706.737,7	657.995,4	48.742,3
10.035.640,0	9.343.502,0	692.138,0	
1989	11.116.234,4	10.670.542,4	445.692,0
11.116.234,0	216.608.321,0	29.864.318,0	8.679.449,0
7.627.785,0	1.051.664,0		
1991	906.543.720,0	824.093.281,0	82.450.439,0
6.202.246,0		5.638.159,0	564.097,0

Fonte: MEC/SENESu/DPA.

(1) Valores corrigidos pelo IGP-DI, base dez.89 = 100, Conjuntura Econômica, FGV.

TABELA 2
Despesa Média por Aluno nas IFES 1985 — 1991

(em dólares)

	Segundo a Taxa de Segundo a Taxa de	Câmbio Oficial Câmbio Paralelo
	1985	2.867
2.214	1986	3.521
2.204	1987	5.343
4.172	1988	7.684
5.044	1989	11.464
5.596	1990	10.094
7.810	1991	6.140
5.531		

Fonte: Dados da execução 10.094 — MEC/SENESU/DPA, em moeda corrente, convertidos pela taxa de câmbio (média ponderada), publicada em Cojuntura Econômica, junho de 1992.

TABELA 3
**Composição da Execução Orçamentária da Secretaria
 Nacional da Educação Superior destinada às IFES**
Recursos do Tesouro

1972 — 1991

(Em %)

Ano	Pessoal	OCC Total
1972	72	28 100
1973	68	32 100
1974	74	26 100
1975	80	20 100
1976	87	13 100
1977	87	13 100
1978	82	18 100
1979	85	15 100
1980	87	13 100
1981	87	13 100
1982	90	10 100
1983	92	8 100
1984	91	9 100
1985	91	9 100
1986	89	11 100
1987	91	9 100
1988	93	7 100
1989	96	4 100
1990	87	13 100
1991	90	10 100

Fontes: 1972 a 1970: Velloso, J. "Política educacional e recursos para o ensino: o salário-educação e a universidade federal". In: *Cadernos de Pesquisa*, (61): 3-29, maio 1987 (Quadro VII, construído a partir de dados do MEC/SESU/DPI); 1980-1991: MEC/SENESU/DPA.

Data 3-9-91 — hora: 15h30min

Convidados: Senador João Calmon — Senador Hugo Napoleão — Raul Pontes — Murilo Resende — Henrique Alves — Teotônio Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Declaro aberta a reunião.

A Ata da primeira reunião, reunião de instalação, foi distribuída aos membros desta Comissão nos respectivos gabinetes. Consulto a V. Ex^{as} se há necessidade da sua leitura. (Pausa.)

Não havendo necessidade de leitura, coloco em discussão.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. membros desta CPI que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Convido a tomar assento à mesa o Reitor Eduardo José Pereira Coelho, Presidente do CRUB.

Convido V. S^a a prestar o juramento de praxe.

O SR. EDUARDO JOSÉ PEREIRA COELHO — "Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo que seja de meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise na universidade brasileira".

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Procedido o juramento, passo a palavra ao Professor Eduardo José Pereira Coelho, Presidente do CRUB, para fazer o seu depoimento a respeito do tema desta CPI, a crise da universidade brasileira. V. S^a poderá dispor do tempo que achar conveniente para as suas considerações iniciais.

O SR. EDUARDO JOSÉ PEREIRA COELHO — Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite que me foi formulado para trazer aqui o pensamento das universidades brasileiras, no que diz respeito ao conselho de reitores, e saudar a idéia do Deputado João Faustino, que encaminhou a criação desta CPI; saudar também o seu Presidente, Deputado Eraldo Tinoco, e o Senador João Calmon, seu Vice-Presidente; todos os Parlamentares que compõem esta Comissão e, também, todos os presentes que se interessam efetivamente na discussão desse tema absolutamente importante para o País.

Estou convencido de que a universidade brasileira joga um papel fundamental na construção de uma sociedade moderna, justa e que crie condições de vida mais dignas para a nossa população. Exatamente por isso, a universidade cria conhecimentos, transmite conhecimentos e serve à comunidade com toda a sua potencialidade para fazer frente a esses desafios.

A universidade brasileira é jovem se comparada às universidades mais tradicionais do Primeiro Mundo e, naturalmente, vive os desafios da construção de sua própria tradição, de sua própria cultura enquanto universidade. Mas, independentemente dessa construção, que inevitavelmente traz tensões dentro da sua constituição, a universidade brasileira vem sofrendo uma crise inegável, profunda; não é apenas tópica, é uma crise que recebe em seu interior os reflexos de uma crise mais profunda da sociedade brasileira. de seus governos, enfim, uma crise que é política no País, é uma crise de natureza econômico-financeira, e a universidade, como sendo uma microintegrante da sociedade como um todo, inevitavelmente recebe os respingos dessa crise.

Muitos diziam que essa crise era passageira, que evidentemente se tratava de uma questão absolutamente conjuntural. Mas percebe-se que essa crise vem muito

mais da falta de uma política de educação para o País e, evidentemente, da falta de uma política educacional, ao nível da educação superior, integrada organicamente aos demais níveis de educação no País.

É evidente que as universidades têm limitações internas, têm dificuldades e componentes que caracterizam também parte dessa crise. Isso se deve inevitavelmente ao modelo da universidade brasileira que é diversificado, embora isso seja salutar, mas que, dada a heterogeneidade de condições do Governo Federal, dos Estados e Municípios, nos vários modelos, dentro do regime jurídico, em que se assentam e se alicerçam as universidades brasileiras, naturalmente esse conjunto de diversificações e a complexidade desse sistema induz que, naturalmente, a crise já existe, já as afeta, acaba assumindo um caráter mais aprofundado.

A educação no Brasil nunca foi priorizada entre as prioridades sociais, da maior importância. Isso faz com que a universidade sofra todos os desmandos e os descompromissos do passado com a constituição de uma educação, de um plano educacional de educação, de uma lei de diretrizes e bases consentânea com os nobres objetivos da educação, na formação de cidadania, no desenvolvimento econômico-social de nosso País.

Ultimamente esta crise tem-se agravado de maneira importante em todos os segmentos que compõem a universidade brasileira, sobretudo dentro das universidades federais, e não se restringe a esse segmento importante das universidades, mas também atinge o segmento das universidades estaduais e municipais, das universidades chamadas comunitárias e das universidades privadas.

É claro que a universidade recebe, também, o resultado de uma má qualificação daqueles que são os egressos dos ensinos de primeiro e segundo graus, evidentemente pelo rebaixamento da qualidade da escola pública de primeiro e segundo graus nos últimos anos, provocada por um descompromisso, também, de Estados e Municípios com articulação desse tipo de educação.

Entre os componentes fundamentais se destacam a falta de condições de trabalho, vista num sentido mais amplo, dos docentes de primeiro e segundo graus, ou uma falta de prioridade à educação nas licenciaturas; a falta de condição orçamentária de a escola pública se organizar, ao nível de primeiro e segundo graus; a falta de recursos alocados em educação, ao nível desse tipo de educação.

É, portanto, inevitável que a universidade que recebe os egressos desse nível de ensino acabe por sofrer em seu interior as conseqüências desse processo deletério, contra a escola pública de primeiro e segundo graus, que vem ocorrendo até mesmo nas escolas que há 15 ou 20 anos tinham um excelente prestígio em nosso País e formavam quadros da maior competência, entrando na universidade, e constituíram um grau de excelência, ao nível da educação superior.

Hoje, a universidade acaba tendo que homogeneizar a educação ao nível das primeiras séries, a condição de compreensão, de inteligência, e mesmo de discernimento dos jovens que entram na universidade, tentando equalizar, desta forma, o seu nível de formação para, aí sim, poder atuar como universidade com outra perspectiva metodológica de ensino etc.; fazendo com que nos atrasemos e também, inevitavelmente, soframos as conseqüências da perda de qualidade, ao nível da educação superior, em função da clientela que recebemos.

Há outras questões que devem ser colocadas e que afetam fundamentalmente a educação superior.

Em primeiro lugar, os recursos para qualquer nível de educação. Eles não são uma condição absolutamente suficiente para o ato educacional, para a realização de pesquisas e para a execução de um projeto educacional que atenda a esses objetivos colocados basicamente, a princípio.

Por outro lado são absolutamente necessários para que se possa construir uma política de educação superior, que atenda a esses imperativos de desenvolvimento

econômico e social do País, visto a partir da produção científica, da transmissão de conhecimento e do serviço à sociedade, no sentido do seu desenvolvimento regional.

O que tem acontecido é que ano após ano, a nível das universidades federais, estamos assistindo a uma queda, estatisticamente comprovada de redução, a nível salarial, com perdas brutais que tem atingido os professores nos últimos anos e que se agravou de uma maneira absolutamente importante neste ano. Além disso, uma perda também nos custeios, tanto para o desenvolvimento das universidades, como para a própria manutenção e custeio dessas universidades.

Nos últimos 10 anos esses níveis caíram, em percentagem, em torno de 15 a 20% para percentagem de hoje, que alcança no máximo 5% do orçamento anual de cada universidade.

Isso faz com que as universidades simplesmente possam ter condições meramente de execução básica de suas atividades, não podendo dar suporte à organização e ao aperfeiçoamento de seus laboratórios, e nem mesmo dar suporte ao exercício de investigação que inevitavelmente essas universidades devem desempenhar, uma vez que 80% das pesquisas são realizadas pelas universidades brasileiras e, em sua maioria, pelas universidades públicas, como de fato é conhecido.

Essas universidades tiveram, nos últimos cinco anos, OCC, como são chamados outros custeios de capital, na base de 10,12%. Isso caiu para taxas de 3%, a 5%, conforme a execução orçamentária.

No ano passado o Congresso Nacional definiu um orçamento para a educação e, portanto, para as universidades federais, com um valor que, se não era absolutamente tranquilizador, era um volume de recursos pelo menos necessário, dentro desse quadro recessivo que o País vem enfrentando. Ocorre que houve um contingenciamento muito drástico nos recursos para custeios de capital, um desrespeito à própria mensagem do Congresso Nacional e a sua decisão, uma incompreensão que evidentemente temos para com esse contingenciamento. Até esse primeiro semestre foram descontingenciados apenas cerca de 30% desses recursos, a depender de cada universidade, o que faz com que elas inevitavelmente sofram, de maneira muito profunda e especial essa crise econômica que o País vem enfrentando, agora aguçada por essa total incapacidade de fazer frente a pagamentos básicos para a sua manutenção. Há universidades que para funcionar são ameaçadas, uma vez que não podem pagar nem água, luz, telefone e contas de segurança ou manutenção de suas atividades básicas, como manutenção de computadores, de equipamentos necessários à vivência normal dos seus laboratórios, de suas atividades administrativas.

Do ponto de vista dos salários, alguém poderia dizer: "Bom, mas os salários estão extremamente elevados. Por isso, a parte de outros custeios de capital tem uma percentagem menor sobre o orçamento global". Isso não é verdade. Os Senhores acompanharam a recente crise, as universidades federais estão em greve há mais de 70 dias, evidentemente lutando para a reincorporação do valor real dos seus salários, que já no passado tiveram, se computarmos o valor em dólar, valores muito superiores aos que vimos encontrando hoje. É preciso fazer uma greve de 70 dias para sensibilizar os órgãos públicos, no sentido de que esse quadro é absolutamente aviltante e necessária de uma interferência, a mais imediata. E se houvesse sensibilidade na linha do compromisso do Estado para com a educação superior, certamente se teria evitado todo esse transtorno, todo esse conjunto de reflexos que inevitavelmente afetam a própria universidade, os seus estudantes, o desenvolvimento das pesquisas, o andamento dos hospitais universitários etc.

Então, do ponto de vista das universidades federais, vários têm sido os componentes que compõem essa crise e que efetivamente têm trazido reflexos deletérios sobre o seu funcionamento. Salários defasados, OCC em constante diminuição, um contingenciamento dos seus recursos de maneira absolutamente violenta, que afeta

profundamente a sua existência. Os próprios orçamentos que a universidade, por sua conta e risco, por sua competência, por sua criatividade, consegue junto a empresas, junto a órgãos públicos etc., foram também contingenciados dentro do SIAFI — Sistema de Administração Financeira, do Governo Federal. O que é absolutamente ininteligível por todos nós é que a própria geração de receita da universidade seja contingenciada, praticamente penalizando, aquela que busca recursos adicionais para a sua manutenção.

Em relação às fundações de apoio, também não é compreensível, uma vez que há questionamentos em relação à probidade desta ou daquela fundação. O Senado e a Câmara definiram efetivamente projetos para garantir a idoneidade, o funcionamento independente com as universidades etc. e há um veto do Governo nessa direção, o que faz com que muitas das atividades que ainda, de alguma forma, garantiam a flexibilidade das universidades em meio a tal crise, acabassem por estar mais limitadas ainda, em termos dessa flexibilidade.

Em termos de autonomia, podemos dizer que há uma crise profunda. A autonomia consagrada no art. 207 da Constituição, efetivamente, vem sendo aviltada a todo momento. Praticamente todas as conquistas de um segmento importante de educadores, associações, e mesmo os que contavam com a sensibilidade do Congresso Nacional, na prática, vêm sendo reduzidas por um cartorialismo, por um processo normativo que, muitas vezes, vem do Conselho Federal de Educação e que transcende o caráter de diretriz, de normas gerais sobre educação que, depois, caberia a uma interpretação e a uma flexibilidade interna nas universidades, frutos de sua autonomia. Por vezes, em termos de linhas de pesquisas, a universidade é obrigada a caminhar por determinadas linhas, exatamente porque as fontes de fomento inevitáveis para o seu funcionamento e execução acabam por definir determinados parâmetros, que fazem com que as universidades, muitas vezes, não tenham liberdade, porque não têm recursos próprios para fazer frente a essas pesquisas.

Por outro lado, a autonomia administrativa é extremamente cerceada por uma burocracia excessiva que acaba por impedir o livre exercício das universidades em todas as suas instâncias. E, muitas vezes, quando se discute essa questão, discute-se propriamente nos organismos e documentos de Governo, a questão do poder decisório da universidade quando, na prática, essa autonomia não se refere apenas a essa questão, mas também a um conjunto de condições básicas para o enfrentamento dos desafios de natureza administrativa nas universidades.

Quanto à gestão financeira, nem se fala. O reitor é absolutamente preso, seus colegiados são absolutamente cerceados em sua liberdade através de mecanismos que o Governo coloca, e com as camisas-de-força que são colocadas em cada momento, as universidades têm tido muita dificuldade para se gerir financeiramente.

Evidente que se procura o resgate, o aperfeiçoamento dessa autonomia. Quando se fala nisso, não estamos falando em soberania que signifique um distanciamento da sociedade, mas de uma forma responsável e referenciada às vontades da sociedade como um todo. A universidade precisa dessa autonomia, que é a liberdade acadêmica de produzir, segundo esses referenciais impostos pela organização da sociedade.

Os laboratórios das universidades, em geral, estão obsoletos. Hoje não se tem condição de atender a linha de ponta, de fronteira, dentro da ciência e tecnologia, porque não estamos revitalizando os laboratórios, comprando novos equipamentos. Muitas vezes os laboratórios são absolutamente incapazes de fazer frente aos tipos de pesquisas que a potencialidade de nossos investigadores teriam condições.

As bibliotecas também, por falta de condições financeiras, por falta de mecanismos financeiros, encontram-se, muitas vezes, defasadas, em artigos, periódicos modernos que são escritos com uma velocidade muito grande pelos pesquisadores do mundo todo; muitas vezes determinadas áreas do conhecimento, em dez anos, acabam escre-

vendo mais em termos de ciência e tecnologia do que em toda a História da Humanidade anterior. Como as áreas de ponta — há cinco áreas de ponta hoje dentro do mundo moderno — acabam por estar dentro desse nível de velocidade, aceleração de produção, as universidades precisam resgatar essa condição de acompanhar essa velocidade.

Da mesma forma outras universidades vêm sofrendo muito. As universidades Estaduais e Municipais, à exceção das três paulistas que ainda vivem em condição melhor do que as outras, embora também sujeitas a esse processo de crise, as universidades dos Estados de menor condição econômica acabam por sofrer crises tão profundas quanto as universidades federais. Vários são os Estados e Municípios que instituíram suas universidades e acabam não tendo recursos para fazer frente a essa demanda. E essas universidades, que antes tinham algum aporte de recursos do Governo Federal, no desmonte da economia e na reforma tributária que foi feita por ocasião da própria Constituição, deixaram de receber minimamente aqueles recursos que davam uma condição de programas nacionais, de capacitação docente ou de incremento à pesquisa, ou de alguma colaboração em complemento aos compromissos desses Estados e Municípios com o salário e a manutenção dessas universidades. Mas essas instituições deixaram de receber nas rubricas orçamentárias da União qualquer tipo de recurso, razão pela qual estão desassistidas, buscando novamente ser incorporadas e estão sofrendo sérias crises, não apenas do ponto de vista financeiro, como também num ataque às suas autonomias, uma vez que muitos governadores que assumiram os seus mandatos acabaram por atacar essa autonomia de maneira importante.

Outras universidades chamadas comunitárias viveram dificuldades nesses últimos anos bastante palpáveis, uma vez que elas querem ter um projeto distinto de uma universidade privada, propriamente dita. Querem incursionar pela área da qualidade do ensino, da investigação e de um serviço mais comprometido com a sociedade e, muitas vezes, no vaivém da formulação, ou de mensalidade, ou da falta de uma política mais clara para dar suporte a essa indissociabilidade do ensino e da pesquisa em extensão, também tem sofrido sérios problemas para a sua manutenção.

Há questões sérias que passam pelas universidades. Muitas vezes essa discussão sobre quanto é o volume do investimento do Governo Federal com educação superior, sobretudo, quanto às universidades federais e escolas técnicas etc. Diz-se que para a educação superior muitas vezes o investimento da União é igual a 80% de todos os gastos. Isso não é verdade. Estamos fazendo novos levantamentos. O próprio Ministério da Educação traz um dado agora de que esse volume não passa de 60 a 62% do total de investimentos provenientes dos impostos.

As universidades vivem, evidentemente, sérios problemas. Não podemos deixar de considerar que, a cada ano que passa, coloca-se a universidade sob um manto de incompetência, de falta de produtividade etc. Parece ser uma política o fato de se estar atacando a universidade em todos os momentos, fazendo com que ela perca a legitimidade social que construiu ao longo de seus 50 ou 60 anos, que é o tempo de existência das universidades mais antigas do País.

Da mesma forma se ataca a questão do vestibular, de fraudes, como se a universidade fosse a responsável por um processo de impunidade que existe no País e que ataca todas as instituições de uma forma geral, seja pela corrupção, seja por outros tipos de postura de certos setores da sociedade.

Da mesma forma, a universidade é sempre atacada. Quanto mais ela vive nesses momentos de instabilidade, vivendo em seu interior reflexos dessa crise, de repente, vem o Governo Federal colocando as pontas do iceberg de uma política educacional, pontualizadas e não sistêmicas, falando que a universidade pública deve ser paga, que a universidade gasta demais e que, portanto, eventuais contribuições estudantis, em forma de mensalidades ou taxas etc. acabariam por salvá-la.

Por vezes remete a universidade para uma busca desenfreada de recursos próprios junto a empresas etc. deturpando a missão no sentido de produção de conhecimentos na linha de independência etc.

Agora, há a perspectiva de que as universidades percam parte desses recursos, uma vez que nem mesmo minimamente se poderia garantir que na Constituição se assegure os tais 18% que foram conquistados com tanta luta, com tanto empenho de muitos Congressistas, porque os Constituintes, dando atenção a uma organização de toda a comunidade universitária, dos vários níveis de educação também, que certamente sabiam que a existência desse investimento mínimo é garantia básica para a educação ser considerada no País, minimamente, como uma prioridade.

Atacada por essas questões, pela falta de estrutura e por um quadro crítico nacional, a universidade não pode deixar de reconhecer que está vivendo em si mesma uma profunda crise.

A universidade, é evidente, tem que reconhecer também que necessita alicerçar os seus laços com a sociedade. A universidade tem, por vezes, se escondido, não tem sabido se comunicar com a sociedade e precisa ampliar esses laços de compromisso até para garantir a sua legitimidade social dentro desse conjunto de demandas a que nos submetemos em nome do desenvolvimento dessa sociedade.

A avaliação é uma forma que entendemos importante para que a universidade se revele a si mesma, que mostre os laços de compromisso e que cada vez mais alicerce o seu embasamento como uma universidade de qualidade voltada ao interesse social, como uma universidade que quer desempenhar uma pesquisa que realmente atenda aos interesses nacionais, que quer servir à comunidade com muita competência e um compromisso histórico e, ao mesmo tempo, crescente com a sociedade que a envolve.

Por isso, não temos medo de avaliação, não temos medo de que a universidade, internamente, crie as bases para se conhecer melhor através de uma autoavaliação, e que a propicie de uma forma séria, de uma forma criteriosa, sem punibilidade. Mas com uma idéia promotora de qualidade, cada vez mais crescente, a universidade se submeta também a um processo de avaliação externa, desde que seja feita por pares académicos que, efetivamente, compreendam o sentido de ser da universidade, compreendam a estrutura universitária e possam contribuir sem maniqueísmos para que ela possa se aprimorar.

O vestibular é uma questão séria. Nós muitas vezes estamos numa universidade fruto de toda essa dificuldade de articulação, com a queda da qualidade de educação de primeiro e segundo graus: nós estamos, muitas vezes, fazendo uma seletividade económica no vestibular e não uma seletividade pelo conhecimento. Esse é um problema sério que temos de enfrentar. Várias são as alternativas que foram colocadas, ultimamente, e nenhuma delas, no entanto, tem a capacidade de solucionar esse problema a curto e médio prazo. A melhor solução é a democratização da escola de primeiro e de segundo graus. O acesso e a permanência das crianças na escola como um direito inalienável de cada cidadão; a possibilidade de que revertamos esse quadro de analfabetismo, semi-analfabetismo, que temos no País, que cresce a uma velocidade que nos envergonha e a necessidade de que a escola pública tenha qualidade. Que se invista nela, que os professores sejam melhor remunerados, que haja melhor condição para que o trabalho docente seja realizado em condições que o aluno que é egresso de uma escola pública de primeiro e de segundo graus possa ter chances num processo de seleção de conhecimento para adentrar nas universidades públicas que são as de maior prestígio e qualidade académica no País. Essa é uma questão fundamental que deve estar associada a qualquer discussão que se faça sobre a universidade. Não é, no entanto, condição suficiente para resolvermos o problema por tipos de sorteio, como pretendem fazer: 50% das vagas seriam oferecidas para egressos

de escola pública, 50% via concurso, ou mesmo um exame feito a nível de primeiro e de segundo graus, uma vez que se fizermos um corte histórico, hoje, vamos reproduzir todo um passado de descompromisso e aqueles estudantes que estiveram nas escolas públicas de primeiro e de segundo graus, há mais tempo, não terão condições nestes concursos, que seriam feitos ano a ano, de concorrer com aqueles melhor preparados que, hoje, estão, como se sabe, nas escolas privadas de primeiro e de segundo graus, cujo custo é considerado intransponível por aqueles que não têm condição sócio-econômica para estar nesse regime de educação.

Nós temos inúmeras questões a formular. Parece que precisamos de uma política de educação superior como precisamos de uma política educacional no Brasil. A Constituição estabelece a necessidade da LDB, a necessidade de um plano nacional de educação. Isso ficou absolutamente claro no processo de discussão. Só que essas questões não se resolvem por omissão dos órgãos públicos, por falta de sensibilidade ou, talvez, porque haja uma falta de entendimento em torno das teses centrais que devem caracterizar esse plano de educação. Nós não temos propostas. Cada Estado está indo na sua direção, cada Município procurando articular a educação de sua maneira.

Os projetos de alfabetização que temos — muitas vezes, tópicos, concentrados, campanhas — não trazem em si um caráter orgânico e sistêmico que nos dê condição, a médio prazo, de superar esse flagelo nacional e todas as dificuldades que temos.

A LDB que está em tramitação, não encontrou, por parte do Governo Federal, uma manifestação, uma colaboração, no sentido de discutir melhor as questões e enfrentar as divergências que, naturalmente, estão inerentes a esse processo. É necessário que tenhamos um norte a perseguir. Sem uma política de educação, naturalmente, a universidade não será capaz de cumprir o seu papel, porque ela não se vê integrada, ela não é chamada a discutir os planos de desenvolvimento nem regionais e nem do País, e nem mesmo é chamada a executá-los. Muitas vezes já chegamos a discutir com a Sudene e outros organismos a necessidade de a universidade, como componente do desenvolvimento regional, propiciar, através de sua potencialidade, condições para o desenvolvimento regional de determinadas políticas. Isso nunca é feito. A universidade não é chamada, há como que um descasamento entre a ideia do Executivo, de cada Estado ou Município e aquilo que as universidades podem oferecer de potencialidade. Quando há uma confluência de interesses e a universidade é chamada, muitas vezes, ela demonstra a sua potencialidade, o seu compromisso. Isso tem ficado absolutamente claro no desenvolvimento de pesquisas, na atuação conjunta com os órgãos públicos, desde projetos de alfabetização até o desenvolvimento de tarefas mais colocadas a nível da excelência na produção de novos conhecimentos. E na capacitação também de docentes, uma vez que a universidade tem tido um papel fundamental na capacitação de docentes das redes públicas, do primeiro e segundo graus, que em função das dificuldades que têm até salariais, não têm a condição de autopreparo para esses desafios na modernidade neste final de século.

Enfim, essas eram questões fundamentais. Não gostaria de cansar a todos. Fiz um panorama abrangente que poderia, depois, fruto da colocação dos Srs. Parlamentares, ser melhor especificado. Estou absolutamente à disposição, não apenas neste momento, como também em relação a outros momentos em que se faça necessária a participação do Conselho de Reitores.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muito obrigado, Professor Eduardo Coelho, pelo seu depoimento inicial.

Na seqüência dos trabalhos, passo a palavra ao ilustre Relator para o seu questionamento. Na qualidade de Relator, terá um tempo maior do que os demais integrantes da Comissão para fazer as suas indagações.

Concedo a palavra ao nobre Relator, por 20 minutos.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Desejo, inicialmente, felicitar o Reitor Eduardo José Pereira Coelho, Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, pela sua exposição tão objetiva sobre a grave crise que as universidades brasileiras estão enfrentando neste momento.

Recentemente, os servidores das universidades fizeram um acordo com o ex-Ministro da Educação, Carlos Chiarelli, e voltaram às suas atividades normais. Até agora, entretanto, não foi possível chegar a um acordo com os professores universitários congregados na Andes. Ainda hoje, chegou ao meu conhecimento que esse acordo está na sua etapa final, talvez seja concluído de hoje para amanhã.

Na realidade, a universidade brasileira está atravessando dificuldades que, obviamente, não são invencíveis, mas, para chegarmos a uma situação satisfatória, não parece fácil.

Surgiu, com a promulgação da nova Constituição da República, um fato novo, que é o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da nova Carta Magna, que determina que o poder público, nos próximos dez anos, deverá fazer um esforço em conjunto com os setores organizados da sociedade para a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental. Para essa finalidade, a Constituição, no seu art. 60 — artigo de autoria do nosso nobre colega, o Deputado Osvaldo Coelho — estabelece que o Governo Federal deveria destinar metade das suas verbas para essas duas finalidades.

Como fui relator de um capítulo do Ministério da Educação no Orçamento Geral da República nos últimos três anos, fui forçado, por imperativo da minha consciência, a não acolher a emenda do Deputado Osvaldo Coelho, que é autor desse artigo, porque, se a acolhesse, seria inevitável o fechamento de 8, 10 ou 12 universidades federais. Pedi, na época, o parecer do Professor Edson Machado Coelho, que era então Secretário do Ensino Superior, e ele me forneceu muitos dados, terminando de maneira dramática a sua exposição, enfatizando que, se fosse aceita aquela emenda para o cumprimento do art. 60, seria colocada em risco até mesmo a paz social, com a agitação resultante do fechamento de tantas universidades federais.

No ano seguinte aconteceu a mesma coisa. Houve a emenda do nobre Deputado Osvaldo Coelho; não tive condições de aceitá-la, mas o nobre Deputado, no Conselho Nacional dos Secretários de Educação, recorreu ao Procurador-Geral da República arguindo a inconstitucionalidade do Orçamento federal.

Há poucos dias foi divulgado este relatório do Tribunal de Contas, de autoria do nosso ex-companheiro da Câmara dos Deputados, Homero Santos, que foi Ministro-Relator do Orçamento de 1990. S. Ex.^a acolheu a tese defendida pelo Deputado Osvaldo Coelho e pelo Conselho de Secretários de Educação; neste Conselho de Secretários de Educação há vários professores universitários.

O Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira, acolheu a representação do Deputado Osvaldo Coelho e do Conselho de Secretários de Educação e considerou realmente inconstitucional o orçamento e fez subir os autos ao Supremo Tribunal Federal.

Neste exame do relatório do orçamento do ano passado, o Relator Homero Santos declara, na página 194, que foram destinados 61,10% para o ensino superior e 1,05% para o ensino fundamental.

Portanto, nós estamos diante de uma situação de extrema gravidade, que além das dificuldades indistigáveis e inegáveis que enfrenta a universidade em nosso País, temos essa tremenda ameaça, porque se for cumprido o que determina com a maior clareza, o art. 60 das Disposições Transitórias, nós teremos uma situação de extraordinária gravidade.

Eu gostaria de saber, inicialmente, do eminente Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, se essa entidade que sempre se destacou na vigilância

indormida na defesa dos interesses da universidade pública em nosso País, e não apenas as universidades públicas, universidades de outra natureza, se já promoveu algum estudo utilizando as luzes de eminentes juristas deste País para contestar o ponto de vista defendido pelo autor do art. 60, pelo Conselho de Secretários de Educação, e, nesse momento, pelo Procurador-Geral da República, porque chegou ontem o texto do orçamento da República para o próximo ano. Obviamente não deve ter se realizado nenhum milagre na área do Poder Executivo, não deve ainda estar sendo cumprido o que determina o art. 60. E há um perigo significativo que ainda não despertou muita atenção: é que nova Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada o ano passado por esta Casa, pelo Congresso Nacional, obriga o Poder Executivo a enviar ao Congresso, juntamente com a proposta do orçamento para o próximo ano, uma demonstração circunstanciada, minuciosa, de como cumpriu o art. 60 das Disposições Transitórias.

Eu não sei se se é porque não chegou, nem às minhas mãos e nem às mãos do nosso eminente Presidente, o texto desse documento exigido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias — por sinal, não cheguei nem sequer a receber o texto integral do Orçamento Geral da República.

Parece-me que esta é uma pergunta inicial que se impõe, porque a universidade pública já vive num clima de pesadelo, com graves dificuldades. Diante da proclamação desse resultado feita pelo Tribunal de Contas da União, que é o órgão auxiliar do Congresso Nacional, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras já dispõe de uma argumentação ou de uma contra-argumentação para poder enfrentar esse grave perigo que neste momento ameaça o funcionamento talvez de mais da metade das universidades públicas do nosso País? Essa seria a minha primeira indagação.

O SR. EDUARDO JOSÉ PEREIRA COELHO — É evidente que não é fácil responder a essa colocação, uma vez que a leitura do art. 60 coloca, praticamente, com interpretações possíveis, de desvios de interpretação, do que está escrito.

O que nos parece é que foi alguma coisa definida ao final do esforço da Constituinte, alguma coisa que foi introduzida, evidentemente, com o apelo que o ensino fundamental tem para todos nós, e muitas vezes sem analisar os reflexos da distribuição desses recursos para os diversos níveis de educação.

Se nós temos 61% gastos no ensino superior, e apenas 1% gasto no ensino fundamental, se formos colocar 50% para um e para outro, teríamos que somar os dois, 62%. Dariam 31% para a universidade ou para a educação superior como um todo, e o restante para a educação fundamental, que faria cair em 30% sobre o global e cair à metade aquilo que efetivamente seria gasto com o ensino superior, o que é absolutamente impossível.

É evidente que para isso acontecer, nós teríamos que fazer um corte de 50% em valor real no orçamento das universidades federais brasileiras. O que absolutamente é impossível, é ineficaz, vai trazer um reflexo não apenas deletério sobre essas universidades, mas vai impedir que todas existam como universidade. Isso é uma questão que tem que ser colocada absolutamente de forma clara.

Uma outra questão que temos que indagar é que o esforço que é sugerido pelo art. 60 não é o esforço feito apenas em um ano, de 1990. A grande contestação que se pode dar é que essa arguição se faz sobre um ano, quando, na prática, o art. 60 coloca que, nos 10 primeiros anos da promulgação da Constituição, o poder público desenvolverá esforços com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de pelo menos 50% dos recursos do art. 212, que se refere à arrecadação dos impostos etc.

No presente momento, temos até a indefinição. Parece que o Governo coloca dentro do "Emendão" a necessidade de que os 18% sejam eliminados; que sejam retirados os 18%. Como vamos discutir o que é transitório, relativo ao art. 212,

se o próprio art. 212 está sendo eliminado por proposta do Emendão? Então, nos parece que fica uma coisa incoerente tratarmos dessa questão.

De outra forma, é sabido de todos, é histórico, não é preciso mais discutir profundamente essa questão, de que a União sempre se reservou a obrigação de apoiar a educação superior e de estabelecer normas e procedimentos gerais para articular os diversos níveis de educação e dar suporte aos Estados e Municípios na transferência do salário-educação. Muito pouco fazendo no ensino fundamental, que, praticamente, é exercido pelas próprias universidades federais, que têm escolas de aplicação etc., e não, basicamente, pela própria União.

Se formos aos dispositivos ligados à educação, nós saberemos que ao Estado brasileiro tem cabido — vamos dizer, sobretudo aos Estados e Municípios, dentro do Estado Nacional — a responsabilidade de levar à frente o ensino básico e o ensino fundamental. Isso é que deve ser colocado como uma prioridade.

Se de todos os gastos com a educação no Brasil, pelo menos 50% não fossem com o ensino fundamental, seria questionável, evidentemente. Porque, aí, não estaríamos dando prioridade a uma faixa e a um nível de educação que homogeneiza oportunidades e cria condições até para a educação superior existir, para, na linha de ponta, produzir os conhecimentos.

A posição do Conselho de Reitores, em primeiro lugar, é de que deve ser reanalisada essa questão. Tal como colocada, ela desvirtua uma função de Estados e Municípios. É evidente que não somos contra a tese de dar à educação como um todo uma prioridade, e dentro da educação, uma maior prioridade à educação básica e fundamental, para que alicercemos todo o arcabouço da construção de um país com base na educação. Isso está acima de qualquer discussão. O problema é onde vamos fazer isso. Através do art. 60, vamos arrebentar a educação superior. Por quê? Porque os Estados não têm mais condições de absorver vagas que venham para o seu ensino superior, não há demanda nos Estados para esse tipo de desnível.

De uma forma geral, as vagas para educação superior para o Brasil não crescem nem segundo o crescimento vegetativo da população. Não há mercado de trabalho para absorção de novos profissionais. Significa que os Estados e Municípios já estão com sua capacidade exaurida, tanto é assim que os noticiários demonstram que a rolagem da dívida dos Estados é praticamente uma função fundamental dos governadores e seus secretários de Fazenda etc. hoje, sem o que eles podem até abandonar seus projetos como governadores etc. Significa que o Estado não tem condição de assumir a transferência de encargos da União em educação superior. Significa que a União deixaria de cumprir essa sua missão histórica que tem sido de aceitar e assumir a educação superior nas universidades federais e em nível de educação média nas escolas técnicas federais etc.

A grande discussão é fazermos um levantamento. Parece-me que esse levantamento não foi feito, no sentido de verificar o quanto se gasta em educação no País nos diversos níveis. Se estivermos gastando em educação superior mais do que 50% da soma de todos os investimentos em educação no País, somados Estados, Municípios e a União, aí sim, seria necessário que estivéssemos questionando essa matéria. Não nos parece que o simples questionamento, seja pela Procuradoria da República, seja pelo Supremo etc., vá levar a alguma coisa conseqüente, porque o Supremo vai tentar questionar os órgãos próprios, o próprio Ministério da Educação etc. Todo mundo sabe que a resposta inevitável que qualquer Ministro tenha que dar é de que isso vai trazer um enorme prejuízo à Constituição e à existência da educação superior no Brasil.

O papel das universidades federais é intransferível; é necessário, é fundamental que permaneça a nível da União, para que a União exerça um papel de síntese dentro da educação. Não se pode imaginar como existe hoje uma total desorganização

do processo educativo, quando os municípios fazem a sua proposta educacional em acordo com a suas conveniências, os Estados também, a União. Esta fazendo uma integração dentro do sistema educacional no País. A presença da União na educação superior garante inclusive não apenas a existência desse modelo de universidade, como também uma integração vertical com os Estados e Municípios, assim como com o sistema privado de educação.

Se a União se exime dessa responsabilidade, frato de um dispositivo constitucional, vamos ter um sério prejuízo, não apenas convulsão social; evidentemente nas universidades a intranquilidade acabaria gerando uma calamidade. A própria instituição do ensino pago, queremos alertar que vai dar uma calamidade, se isso for levado às conseqüências com que inicialmente foram colocadas.

O Ministro Goldemberg na sua primeira visita ao Conselho de Reitores teve a oportunidade de dizer que isso não é uma postura do Governo. Isso é tranquilizador — o Senador João Calmon estava presente — no sentido de que não vamos ter que enfrentar essa briga. A dos 18% vamos enfrentar também de uma maneira absolutamente radical, se é que se pode chamar de radical aquilo que acreditamos profundamente como raiz do nosso pensamento, como raiz das nossas disposições de luta e na fé que nutrimos em termos de educação.

Então, evitar isso aqui é uma questão fundamental. É preciso que o Supremo chame as partes envolvidas, discuta, chame os órgãos públicos, porque isso é infactível, e vai levar a uma séria conseqüência.

Quanto à questão das greves dos professores, a que o nosso Senador aludiu no princípio, nós esperamos que haja uma possibilidade de conclusão. Que a Andes sendo recebida hoje à tarde pelo Ministro, encontre junto com ele as alternativas para a superação disso. Como nós já afirmamos, podemos falar em nome de todos os docentes do País. Ninguém quer a greve pela greve. As pessoas lutam por condições dignas de trabalho, e muitas vezes para dar à educação uma condição de alicerce para o desenvolvimento do País. Isto não está sendo possível com a remuneração que vem sendo colocada. Até a falta de diálogo é um componente muito importante para esses 70 dias de greve. Não é a falta de diálogo da comunidade universitária. Muitas vezes houve dificuldades para as partes envolvidas sentarem, e o Ministério da Educação, muitas vezes até, através de Ministros que aqui estão, embora discordando das posições etc., sempre se propôs ao diálogo, e desta vez esse diálogo faltou, fazendo com que a crise que estamos vivendo ainda tenha superado até o seu caráter próprio, a sua luz própria.

Então, com toda honestidade, pode responder o seu questionamento, que vai ser discutido mais profundamente à frente, mas também temos que levar em conta que o art. 60 faz referência a dez anos, não menciona, naturalmente, 1991, nem 1990.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Nobre Senador, somente uma observação: V. Ex.^a ainda tem 8 minutos do seu tempo.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Pois não. Obviamente, se fosse possível acolher essa interpretação de que, findo o prazo de 10 anos, se daria um balanço nos dispêndios com educação na década, isso durante 10 anos, portanto, e se chegaria à conclusão de se foi cumprido ou não o dispositivo constitucional. O texto da Constituição, entretanto, não deixa a menor dúvida: "nos 10 primeiros anos da promulgação", em cada um dos 10 primeiros anos. Não há possibilidade de ocorrer essa interpretação, porque, no décimo primeiro ano, se dará um balanço para saber se foi feita essa distribuição ou não.

Falo com a autoridade, eminente Reitor, de quem não acolheu uma emenda para o cumprimento desse artigo. Eu era Relator. O nosso eminente Presidente lá esteve presente, e não a acolhi porque entendo que não posso ser cúmplice de uma

traumatismo nacional inevitável com o cumprimento desse artigo. Mas o perigo existe, é extremamente grave. Essa tese já foi acolhida pelo Procurador-Geral da República que, posteriormente, fez um discurso — e gostaria até, depois, de encaminhar ao CRUB também, se é que ainda não há o parecer do Procurador-Geral da República. E nesse discurso que ele fez como paraninfo de uma turma e foi extremamente enfático em relação à necessidade do cumprimento desse art. 60.

O problema da eliminação da gratuidade no ensino superior já é matéria vencida, porque o Presidente da República já anunciou que iria retirar do chamado "Emendação" esse artigo que elimina a gratuidade do ensino superior, que não resolveria, obviamente, nenhum problema porque a receita auferida pela cobrança de uma anuidade não representaria mais que 6 ou 7% do orçamento das universidades. Sendo assim, isso é absolutamente irrelevante, mas está de pé. No "Emendação", pelo menos até agora, há a ameaça de se eliminar o art. 212. A intenção, aliás, não é eliminá-lo, mas é torpedear o art. 60, que faz remissão ao art. 212. Desaparecendo o art. 212, automaticamente desaparece também o art. 60 das Disposições Transitórias.

Esse problema, realmente, deve nos encher de preocupação, porque a ameaça que pesa sobre o ensino superior neste País, na área pública, é de extrema gravidade.

Aproveito a oportunidade para fazer um apelo ao CRUB para mobilizar também uma boa assessoria jurídica para travar essa batalha, porque, com relação a essa decisão do pronunciamento do Procurador-Geral da República, não me consta que tenha havido ainda das áreas mais interessadas alguma providência no sentido de preparar um arsenal de argumentos jurídicos para torpedear a opinião que todos nós respeitamos, a do Procurador-Geral da República.

Para compreendermos a gravidade desse problema, basta lembrar que, há 3 anos sucessivos — está aí o nosso Presidente que acompanhou essa batalha na Comissão Mista do Orçamento —, consegui a aprovação de uma emenda destinando recursos públicos para a realização de uma ampla e profunda avaliação do universo da educação brasileira, desde o jardim da infância até a universidade, com seus cursos de mestrado e de doutorado. Essa avaliação foi feita nos Estados Unidos, na União Soviética, na época da *perestroika*, no Japão, em vários países da Europa e, aqui, no Brasil, apesar da existência do dinheiro, ele até hoje não foi utilizado para essa finalidade, e seria da maior importância que tivéssemos um diagnóstico do universo da educação brasileira. Gostaria, a propósito, de saber a opinião do eminente Presidente do CRUB sobre a conveniência da realização dessa avaliação. Eu me refiro à "avaliação", e não à "auto-avaliação", de acordo com o modelo já adotado por vários países desenvolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — V. Ex^a tem 5 minutos para responder.

O SR. EDUARDO JOSÉ PEREIRA COELHO — Bom, em relação a essa questão do art. 60, mais uma vez colocamos que não vemos no texto uma forma de buscar a autodefesa das universidades. O texto é claro. O que é preciso é que haja uma interpretação de bom senso, no sentido de que isso não se faça, nem que seja necessário emendar a Constituição, discutir esse texto em 1993, quando outros assuntos estarão viabilizando inclusive uma reforma constitucional.

Em relação à possibilidade de o CRUB ser um interveniente nessa questão com a sua Assessoria Jurídica, isso é muito difícil, porque, apesar de o Conselho ser uma entidade sem fins lucrativos, ele não tem, pela própria Constituição, a condição de ser uma entidade que julgue, que entre numa querela a respeito da inconstitucionalidade ou não de determinadas questões da Constituição.

Os partidos políticos e a própria ANDES, cujos integrantes estão aqui, podem fazer. Como não temos condições de enfrentar o desafio que foi trazido para nós, temos certeza de que a ANDES vai fazer isso com muita competência. Claro que

vamos participar de toda essa luta, de todo esse trabalho, e os partidos políticos serão também sensibilizados nessa direção. Isso é uma verdadeira eutansia para as universidades federais.

Em relação à questão da avaliação, é preciso deixar claro que a universidade brasileira não tem medo de ser avaliada.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Perdão, eu não disse isso.

O SR. EDUARDO JOSÉ PEREIRA COELHO — Eu também não disse que V. Ex^a disse, Senador.

O SR. RELATOR (João Calmon) — A avaliação foi aprovada, mas eu jamais diria que a universidade brasileira teria medo de avaliação, de jeito nenhum.

O SR. EDUARDO JOSÉ PEREIRA COELHO — V. Ex^a é um profundo conhecedor da educação e sabe muito bem que o que estou falando é algo sentido por nós e também por V. Ex^a. De modo que eu jamais faria essa afirmação quanto à sua pessoa.

Eu ia me referir, inclusive, a determinados semanários, como a revista *Veja*, que, recentemente, colocou que a universidade pública brasileira tem medo de ser avaliada. Então, introduz na sociedade certos componentes e certas verdades, repetidas tantas vezes que acabam por inocular os pensamentos, e as pessoas acabam acreditando em certas "verdades" que são mentiras propositalmente colocadas.

Sabemos que a universidade não tem medo. O que acontece é que toda vez em que se fala em avaliação, e isto é colocado pelo Governo algumas vezes, é no sentido de gerar com isso conseqüências de natureza orçamentária, de cortar coisas e redistribuir, entre as universidades, às que têm mais prestígio e que têm melhores condições históricas e recebem mais; e as que não têm tido, ou são universidades mais jovens etc, acabam por ser penalizadas. Toda vez que se fala isso, gera-se um sentimento de autodefesa, até por uma certa desconfiança no sentido de saber quais serão os critérios, se serão só de natureza quantitativa ou se levarão em conta aspectos qualitativos; se será um balançamento entre a auto-avaliação, que é absolutamente fundamental, até para a universidade se compenetrar de suas relações internas, ou se vai ser somente a avaliação externa. Quem será o avaliador? Que critérios serão utilizados? Será de natureza restritiva do ponto de vista orçamentário? Será promotora de qualidade, ampliando-se, a cada ano, orçamentos no sentido de que aquilo que se introduz como inovação, como criatividade da universidade, como aumento de qualidade, gerará aumento do orçamento? Ou teremos uma caixa d'água cujo volume permaneça constante sempre que as inovações e qualificações apareçam? Quem tem mais qualidade terá mais, e, portanto, terão menos recursos as instituições que ainda não tiverem condições de assentamento, de tradição etc.?

É necessária uma discussão mais aprofundada, sem partidatismo, sem maniqueísmos em relação a essa questão.

É inevitável que a universidade brasileira seja avaliada. Digo isso mesmo para alguns que tenham o receio, não da avaliação, mas da forma como ela se apresentaria.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Ninguém propôs a avaliação da universidade. Foi proposta uma avaliação do universo da educação brasileira desde o jardim da infância à universidade. Não há nenhuma preocupação setorial, só avaliar a universidade brasileira. E esse exemplo não queremos dar aqui, no Brasil.

Os países mais desenvolvidos da ala capitalista e da antiga ala socialista, e o Japão, fizeram uma avaliação. Houve um acordo entre o Japão e os Estados Unidos: um grupo de educadores de alto nível do Japão foi aos Estados Unidos para fazer uma avaliação da educação americana. E um grupo de educadores americanos de alto nível foi ao Japão fazer uma avaliação da educação naquele país.

Haveria a idéia da minha parte, porque fui o autor, por três anos sucessivos, de fazer uma avaliação exclusivamente da universidade. Era algo muito mais global. E em hipótese nenhuma partiria de mim um pedido de avaliação que merecesse o adjetivo restritivo. De forma nenhuma. É o universo da educação brasileira, e não apenas em relação à universidade.

O SR. EDUARDO JOSÉ PEREIRA COELHO — Senador, mesmo entendendo o objetivo da sua pergunta, não posso ter a ousadia de responder pelos demais níveis da educação, aos quais não pertencço. Então, centralizei a resposta na educação superior, porque tenho também a ousadia de procurar falar em nome de um coletivo mais amplo. Mas, de qualquer forma, só posso responder sobre esse nível.

Tenho certeza de que a avaliação é parte integrante de qualquer processo educativo. Então, deve ser feita sempre de uma maneira permanente, dinâmica, buscando a promoção da qualidade da educação e do conhecimento do País em torno dos seus investimentos em educação e da necessidade de reformulação de suas políticas ao longo do tempo, para que a educação realmente promova uma melhoria da qualidade de vida da nossa gente: da condição de cidadania, da condição de despertarmos a sociedade, de produzirmos mais, de aumentarmos a produtividade e de fazermos com que o nosso País atinja efetivamente a situação dos países do primeiro mundo. Esse é o nosso objetivo.

Na universidade, estamos discutindo, em vários seminários, a questão da avaliação, para termos um conhecimento claro dos sistemas de avaliação dos outros países, para que possamos também trazer para casa experiências bem sucedidas.

O Conselho de Reitores, no final do ano, a par de todo o conjunto de seminários que já desenvolveu sobre essa questão, acabou também por discuti-la em Vitória, Espírito Santo. E vai fazer um seminário com especialistas da Europa, no final do ano, exatamente para colher um posicionamento sobre experiência que eles têm desenvolvido, para termos uma maior clareza sobre essa questão.

Mas, se V. Ex^a me pergunta, como educador, o que entendo sobre avaliação, vista de uma forma geral, também gostaria de dizer a V. Ex^a que está absolutamente certo ao introduzir isso no orçamento, já que muitas vezes as avaliações não são feitas — e nem mesmo no censo nacional, o que nos permitiria trabalhar sobre a avaliação e a alfabetização — alegando-se falta de estrutura, recursos etc.

O Senador foi no ponto certo, deu o instrumental dos recursos, e, é evidente, passa a ser uma articulação e uma necessidade dos Governos elaborar essa avaliação, fundamental para o País. A nível da educação superior, encontrará sempre, havendo critérios claros, apoio para essa iniciativa.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Estão abertas as inscrições para quem queira questionar o depoente desta tarde.

Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Hugo Napoleão.

V. Ex^a disporá de cinco minutos para as suas indagações.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Magnífico Reitor, ainda sob os efeitos da cirurgia de cordas vocais a que fui recentemente submetido, devo, mormente em reuniões, valer-me deste aparelho e também sintetizar um pouco, não me alongando por demais no meu pensamento.

Mas é claro que não poderia deixar de iniciar essas minhas palavras dizendo que conheço bem o Magnífico Reitor, desde os tempos em que ocupei o Ministério da Educação, e tivemos, felizmente, sempre um relacionamento pautado pelo entendimento de que a educação deveria ser a preocupação principal de nossas mentes no caso específico da universidade e, mormente, da universidade pública brasileira; e

um relacionamento, felizmente, muito respeitoso, não obstante, eventualmente, as discordâncias de pontos de vista.

Mas, uma das circunstâncias que, modestia à parte, caracterizou a minha passagem pelo Ministério da Educação foi, não obstante as eventuais dificuldades ou enganos a que fui submetido, uma preocupação constante com o diálogo, com a conversa interminável, e que durava horas a fio não apenas com o Conselho de Reitores das Universidades brasileiras, como com a Andes, com a Fasubra e outras instituições voltadas para o ensino. Aliás, essa é uma das minhas características como homem público, em que procuro sempre me pautar.

Diria, apenas, a respeito de algumas observações já tão bem espelhadas, aqui, pelo eminente Relator, Senador João Calmon, que é um permanente arquiteto da educação em nosso País e merece o maior respeito por parte de todos nós.

Mas, voltando à questão do art. 60 das Disposições Transitórias, eu, à época, tive a oportunidade de alertar, de lembrar exatamente aquilo a que o eminente Senador João Calmon fez referência, o risco que teríamos não só da interpretação, mas, sobretudo, dos resultados da aplicação do art. 60. Ele determina que 50% dos recursos chamados ordinários, ou seja, originários dos impostos, devem ser aplicados na universalização do ensino e na alfabetização. Nós julgávamos que, naquela ocasião, o ensino superior tinha entre 75 e 80% dos recursos, no que eu era sempre muito contestado — e, hoje, pelo que deduzi da explanação do eminente Reitor, estaria na casa dos 65%. Portanto, vamos nos louvar, então, neste último número, mas eu tinha a impressão de que, efetivamente, seria difícil aplicar esse dispositivo. Mesmo que o art. 212 venha a ser modificado, porque ele não pode ser revogado de maneira nenhuma, porque trata da distribuição dos impostos e das transferências federais, daquilo que, a título de fundo de participação da União, dos Estados e dos Municípios, deve ser distribuído nos limites da observância do mesmo dispositivo. Acho que, mesmo com a modificação a que o eminente Reitor fez referência, não vai haver nenhum tipo de mudança estrutural, mesmo que haja um novo dispositivo.

Esse é realmente um problema sério, ou seja, a questão da aplicabilidade do art. 60 das Disposições Transitórias nos diversos anos, ou, como diz o Senador João Calmon, a cada ano. Já deveríamos estar encampando ou estabelecendo esses parâmetros.

É claro que, por outro lado, argumenta o Magnífico Reitor que isso poderia importar até o fechamento de algumas ou na inexequibilidade da função de algumas das nossas instituições federais de ensino superior.

Bom, esta é uma questão posta. Daí, por que, seguramente, o Senador João Calmon, à época Constituinte, houve por bem oferecer parecer contrário à emenda do Deputado Osvaldo Coelho — se bem me lembro da época.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Não fui Relator e não dei nenhum parecer sobre o art. 60 porque a emenda foi apresentada já a nível de Comissão de Sistematização. Fui apenas o Relator do Capítulo da Educação na Subcomissão de Educação.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Ah! Na Subcomissão? Só? E essa emenda já entrou na Comissão de Sistematização, em etapa posterior.

O SR. RELATOR (João Calmon) — É mais um detalhe, nobre Senador: a tese contrária ao art. 60 foi, numericamente, vitoriosa; o número daqueles contrários à redação pretendida pelo Deputado Osvaldo Coelho foi inferior, o que faltou foi a maioria qualificada. A tese contrária ao artigo apresentado pelo Deputado Osvaldo Coelho precisaria, para haver uma modificação, de maioria absoluta. Os adversários deste art. 60 ganharam em número de votos, mas não atingiram a chamada maioria qualificada. Por isso, permaneceu esse percentual que atemorizou, que assustou, que tornou apreensivo todo o grupo que sabia das conseqüências inevitáveis da aplicação do art. 60. É aquela situação: ganhou mas não levou!

Essa tese foi acolhida pelo maior número de votos. Mas esse número de votos não atingiu a maioria qualificada. Estão aí os Anais da Assembléa Nacional Constituinte, que, obviamente, vão ser requisitados pelo Supremo Tribunal Federal.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — É uma oportuna observação histórica de V. Ex^a, para a precisão dos fatos da maneira como eles ocorreram.

Mas, em última análise, o que gostaria de dizer é que concordo com o Magnífico Reitor e presidente do CLUB, quando diz que as universidades, sobretudo as públicas, têm sido muito atacadas. Vamos usar uma expressão simples: têm batido muito nas universidades.

Mas, vamos falar de uma maneira geral das Infes. Eu mesmo não poupei as críticas que julguei do meu dever fazer à época, ou que julgo quando deva fazê-las. Mas o fato é que precisamos, não obstante preservar as nossas instituições superiores de ensino, cuidar principal e primordialmente da alfabetização do ensino básico. Isso é absoluta e rigorosamente necessário e indispensável.

Quanto ao outro aspecto que muito se propalou, a gratuidade do ensino, que mexe com os nervos de muita gente, não há mais o que discutir, eis que é uma conquista constitucional; como tal, pressupõe-se a independência da universidade nos seus diversos aspectos educacionais, seus aspectos financeiros, enfim, não há mais o que se discutir. Mas, efetivamente, se analisarmos à luz da questão da justiça social, não é justo, por exemplo, que um filho meu — eu que tenho plenas condições de custear seus estudos — esteja ocupando um lugar numa universidade federal, sem pagar, sem contribuir para isso, e até para resolver e solucionar os seus próprios problemas, problemas da universidade onde ele estuda, onde se insere, podendo e até devendo, a meu ver, fazê-lo.

O que há, em verdade, esse é um questionamento não para mudar; não estou aqui para isso; já defendi, estive com o Senador João Calmon, há pouco tempo, num debate na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul — se se lembra o eminente parlamentar — onde essa situação foi levantada, haveremos de consagrá-la, mas isso não impede que eu diga, apenas, que considero injusto. Estou dizendo no caso, porque, realmente, tenho um de meus filhos que estuda, gratuitamente, numa universidade federal.

Bom. É claro que eles chegam, na maioria das vezes, aqueles que têm posse, em seus automóveis, e eu costumava sempre dizer que sob a capota reluzente ao sol de veículos, estudam nas universidades federais públicas filhos de quem pode pagar ou aqueles que podem pagar.

A mim me parecia também, vendo-os muitas vezes em escolas particulares, com as melhores condições para um aproveitamento no vestibular. Eles estavam, certamente, impedindo aqueles trabalhadores, comerciários ou bancários que, tendo que trabalhar o dia inteiro, viam-se obrigados a pagar seus cursos nas universidades particulares e, evidentemente, numa situação de injustiça social.

Esta é uma observação que faço, é um reparo. Esse tema já é muito batido, já tem sido muito discutido; felizmente, também, não há ameaças, porque o propósito do chamado Emendão já se desfez, com a chegada, aliás em muito boa hora, do Ministro José Goldemberg. Parece que a questão foi colocada sob o prisma de um assunto já superado. Fica, apenas, o registro.

Mas uma coisa que gostaria de indagar, realmente, do Magnífico Reitor, para não mais me estender e obedecer aos ditames do tempo que me foi deferido pelo eminente Presidente, Deputado Eraldo Tinoco, se S. Ex^a pudesse falar um pouco de um assunto que sempre nos preocupou, que é o das OCC. Como vão as OCC? Se pioraram de 1988 para cá? Qual é o percentual? Quais são as angústias, dentro desse quadro tenebroso que enfrenta a universidade, sobretudo a universidade pública brasileira, cujo corpo docente se encontra recebendo salários péssimos, os dos profes-

sores, que são, na verdade, os grandes heróis que não têm condições, efetivamente, de se sentirem tranquilos espiritualmente para lecionar em ambiente tão injusto, e, sobretudo, na falta de diálogo que houve nos últimos meses.

Eu pediria ao eminente depoente, que fizesse a gentileza de esmiuçar um pouco esse problema, com os agradecimentos antecipados.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Com a palavra o depoente.

O SR. EDUARDO JOSÉ PEREIRA COELHO — Eu gostaria de saudar o ex-Ministro da Educação e Senador Hugo Napoleão, realmente testemunhando a verdade dos fatos. Nós sempre tivemos um relacionamento com a franqueza do trato que, naturalmente, deve permear os processos de diálogos, sobretudo dentro da Educação — isso é uma obrigação de todos nós.

A par das divergências, como S. Ex^a colocou, que sempre acontecem, inevitavelmente, mas que não devem ser o fator primordial, e sim o diálogo em si mesmo.

Em relação ao registro que V. Ex^a fez, naturalmente merece também uma observação. Quando se fala em cobrança de anuidade em escolas públicas, primeiro vem a questão histórica da conquista, que é um direito da sociedade, alguma coisa que vem há anos e que a Constituição acabou por promulgar em 1988. Além disso, há uma questão concreta. Se nós formos cobrar mensalidades nas escolas públicas superiores, haverá uma quantidade efetiva de estudantes que podem pagar — isso é inevitável reconhecer. Por outro lado, há uma grande parte — e eu diria que 50% em média, nas universidades públicas — freqüentada por estudantes que vêm das escolas públicas de 1^o e 2^o graus. Os outros 50% vêm de escolas privadas. Depende de universidade para universidade, mas eu posso dizer que essa é uma pesquisa feita dentro da Universidade de São Paulo. Então eu posso dar esse dado, e creio que em outras universidades isso pode ser aproximadamente uma estatística confiável.

Portanto, apenas 50% dos estudantes teriam alguma condição de pagar, e parte desses não teria condições de pagar, porque não podem sustentar os custos de uma universidade pública — que não se referem apenas ao ensino, como também a outros tipos de dimensão, que são inerentes à história dessas universidades e ao seu compromisso com a sociedade.

A pesquisa nunca pode ser financiada por mensalidades escolares, e muito menos a prestação de serviços à comunidade e só para dar um exemplo dos hospitais universitários, estes são financiados pelo INSS, em função de procedimentos médicos de alto custo e sistemas de alto custo de transplante, que são executados nos hospitais universitários. Então, falar em pagamento do custo das universidades, é algo que não se pode nem discutir.

Em relação à questão do pagamento, se isso traria volumes significativos ou não, o Senador já colocou algo em torno de 6%, 7%. Não há uma pesquisa feita claramente sobre essa questão, mas como reitor de uma universidade confessional comunitária, eu posso dizer que sequer as mensalidades pagam o ensino, quanto mais a pesquisa que nós realizamos, queremos realizar e dos serviços que prestamos à sociedade. Nossa universidade tem um prestígio acadêmico e um projeto educacional que transcendem a sua condição de instituição privada, para assumir um caráter de natureza pública. É por isso que eu sei ser impossível manter tipos de universidades que têm compromissos com a pesquisa e com o serviço à comunidade, em acréscimo ao ensino, com mensalidade ou qualquer tipo de contribuição, mesmo que para isso nós carregássemos mensalidades de valor expressivo.

Esse assunto, em nossa avaliação, não está morto. Embora seja uma coisa enterada temporariamente, achamos que é uma proposta que vem sendo feita de tempos em tempos e que, praticamente, vive testando o moral da comunidade universitária, ou vive testando o caráter de força dos movimentos, dos funcionários, dos professores, dos estudantes. Acho que temporariamente isso vem sendo colocado — já não é

de hoje — inclusive na proposta que o ex-Ministro Chiarelli apresentou para a mudança da política de educação superior, S. Ex^a colocava um outro artifício que seria: depois que o aluno se formar, haveria uma prestação de serviços em contrapartida ao ensino.

É claro que isso demandaria também, uma emenda constitucional, uma vez que a gratuidade em todos os níveis é prevista na Constituição. Mas, de qualquer forma, desejo alertar de que isso não vai trazer nenhum benefício em termos de recursos, mas uma comoção violentíssima e não vamos encontrar, nesse nível, a tal justiça.

É preciso, sim, modificar a estrutura e a qualidade da escola de 1^o e 2^o graus, para garantir àqueles que não têm os recursos, a qualificação pessoal para adentrar na universidade pública. Essa é a questão fundamental que se coloca a médio e longo prazos.

Além disso, além dessa questão, há escassez de recursos, e isso tem que ser reconhecido no País; o cobertor para todo mundo está curto. Então, é necessário realocar prioridades no País. Se a educação é uma prioridade, não vamos discutir se a educação básica disputa verbas com a educação superior; vamos alocar recursos para os níveis de educação que o País precisa ter na parte básica, para universalizar o acesso de todos à educação, e na parte da educação superior as condições para a formação de recursos humanos numa linha de melhor qualificação para o desenvolvimento do País e, ao mesmo tempo, da elaboração da pesquisa de ponta, que é necessária para nos ombrear às nações mais desenvolvidas do mundo.

Então, sem disputas, há que se trabalhar dentro do sentido de priorização da educação para encontrarmos os mecanismos de partição desses recursos.

Sabemos que a sonegação fiscal no Brasil é violentíssima. O Senador João Calmon, que é um homem vivido, que conversa com todos os setores, sabe muito bem que a própria ex-Ministra Zélia Cardoso de Mello chegou a reconhecer que a evasão fiscal no Brasil, ocasionada por uma sonegação, só no Estado de São Paulo, a nível de impostos municipais, estaduais e da União, chegaria a constituir algo parecido com o Orçamento Geral da República, e ficamos discutindo 6, 7% da educação superior, quando temos que trabalhar num volume de recursos expressivos para fazer frente, não apenas às prioridades da educação, mas para montar esse orçamento apresentado e que está sendo, de alguma forma, corroído por um processo de evasão fiscal absolutamente importante na História do nosso País.

Além disso, ao invés de se cobrar a universidade pública daqueles que podem pagar, talvez se possa fazer uma maior justiça fiscal para que, no interior do próprio tributo, se encontrem os mecanismos de distribuição na sociedade dos direitos das pessoas. Essa é uma ponderação que estamos fazendo. Isso significa que não estamos simplesmente negando a discussão sobre o assunto, mas que não temos preconceitos e *parti pris* em relação a essa questão que estamos acreditando na nossa disposição de discutir todos os assuntos, sem preconceitos, de alertar para que isso, efetivamente, além de ser uma conquista histórica e que vai — claro! — comover a setores e vai nos deixar contra quem quiser modificar isso, mas, por outro lado, que isso não vai levar a nada, e temos que trabalhar na área de macroquestões e não de microquestões como essa; vamos trazer uma grande comoção e não vamos incomodar aqueles que efetivamente devem ser incomodados para uma maior justiça dentro do nosso País.

A questão do OCC, colocada por V. Ex^a, é muito importante. De nada adianta recuperarmos os salários dos professores se eles não têm condição alguma de trabalho. Nas universidades a questão está colocada de uma forma tal que os reitores não sabem como pagar as contas do dia-a-dia da universidade, como o funcionamento de luz.

Fizemos a nossa plenária agora em Vitória, na Universidade Federal do Espírito Santo. Até aproveitamos para dizer que o documento que estamos distribuindo inclui

a manifestação dos reitores em relação ao momento presente, e gostaríamos que todos tivessem ciência disso. O reitor tinha dúvida se faria a plenária dentro da universidade ou num hotel, porque tinha medo de não haver luz suficiente para fazer a reunião. Por quê? Porque a companhia de eletricidade do Estado ameaçava a universidade de que, frente ao não-pagamento dessas contas, iria cortar o fornecimento de energia.

Então, esse é um problema sério, grave, a que estamos submetidos, Senador. Algumas pessoas podem dizer: "As universidades são mal administradas, ou falta eficiência aqui ou acolá". Não estamos aqui para nos fechar a críticas. Entendemos que elas fazem parte da própria construção do conhecimento; dinamicamente estamos expostos a isso. Não queremos nos esconder nem garantir privilégios em relação a qualquer setor da sociedade. Por isso a crítica é fundamental, só que com a disposição de melhoria, e não de arrebentar a universidade, como muitos estão dispostos a fazer. E a partir do momento em que essa crítica é feita para a construção de uma universidade ainda melhor, naturalmente estamos colocando que, a par da possibilidade de ampliarmos uma gestão universitária com maior competência, há questões estruturais concretas e V. Ex^a tocou numa delas.

Essa questão do OCC vem com taxas de 20% do orçamento global, caindo para 15%, depois para 12%, depois para 10%, depois para 7%, para 5%, chegamos a 3%. Agora estamos em torno de 5% do valor global, e se houver uma alteração salarial, que se está viabilizando, sem o correspondente descontingenciamento das demais contas, naturalmente vai haver uma queda ainda desses 5% atuais para níveis de 2%, 3%. É claro que temos que alertar para isso.

O que é OCC? Outros Custeios de Capital. A parte de capital praticamente está 100% contingenciada só os custeios corriqueiros estão sendo distribuídos, algo em torno de 30% do Orçamento aprovado por V. Ex^a no Congresso Nacional.

Hoje, estamos até com um problema de não-execução orçamentária. Significa que o Governo Federal está arriscado de ouvir dizerem que ele está indo contra a própria Constituição, porque a Constituição define que minimamente 50% devem ser executados. Se não houver um esforço para chegar a níveis maiores, podemos até ter uma interpelação nessa direção. Fala-se que se chegaria a alguma coisa em torno — hoje eu vi no jornal — de 55%, que nos parecem irrisórios. O Governo nos falava em alguma coisa em termos de 75% do cumprimento da proposta aprovada por V. Ex^a no Congresso Nacional.

Temos a justificativa do Governo no sentido de que os níveis de inflação previstos por V. Ex^a suplantaram a inflação real no período. Só que sabemos que, com esse aumento da inflação que se avizinha, chegaremos a patamares ainda maiores do que os que V. Ex^a previram. De modo que o valor global da orçamentação certamente não vai superar, em termos reais, os índices que V. Ex^a pensavam. Dessa forma, seria necessário o cumprimento do Orçamento tal como previsto por V. Ex^a.

O problema é que, na realidade, a recessão a que o País está submetido está levando a uma falta de circulação de mercadorias, de recursos financeiros; com isso, os impostos não estão sendo pagos, porque não há venda suficiente em termos de circulação de mercadorias e de outros impostos. Os serviços estão caindo, etc. Então, essa recessão está provocando um absentismo na área fiscal, e por essa razão estamos todos submetidos a uma série de dificuldades, causando a incapacidade das universidades de fazer frente a seu funcionamento mais mezinho.

Estamos com índices de qualquer universidade privada. Estamos sendo hoje, dentro do Orçamento, um volume de pessoal — é claro que não se tem gente em tempo integral como nas universidades privadas, mas o salário das universidades privadas de maior prestígio hoje é maior do que o salário corrigido das universidades federais. Gostaríamos de alertar para isso: as universidades privadas não pagam os

salários nesse volume apenas porque querem; é porque há concorrência, inclusive com escolas de primeiro e segundo graus que estão pagando ainda mais. Isso vai levar à incapacidade da universidade federal de segurar quadros expressivos, evitar evasão, evitar aposentadorias precoces, como estão acontecendo, volumes enormes de professores saindo das universidades, quadros formados, mestres, doutores e pessoas que já fizeram pós-Doutoramento e que são chefes de equipes de pesquisa, pessoas extremamente expoentes na linha dos hospitais universitários, do atendimento à saúde da população. Estamos arriscados a, após fazer concursos públicos e convocar o pessoal em editais, verificar que as pessoas chamadas não estão aceitando entrar para as universidades, porque perceberam que os salários não são competitivos e não condizem com o tipo de qualificação exigido para o exercício do cargo. Estamos, na área, com salários aviltantes, a caminho de uma normalização e de uma recuperação que efetivamente deve ser feita; mas na área do OCC, não há perspectiva; estamos com esse contingenciamento sujeito à incapacidade de fazer frente a essas demandas da universidade.

Disse-nos o Ministro Goldenberg que pretende lutar tenazmente por uma ampliação da OCC, uma vez que, como Reitor da USP, S. Ex.^a tinha algo em torno de 20% a 25% de OCC, que são percentuais aceitáveis pelos padrões mundiais de universidades de prestígio, pelos quais devemos lutar. Sabemos que não poderemos passar de um nível de 3% para 20% da noite para o dia, pois é necessário um processo de conscientização para essa orçamentação, no sentido de que concorramos para atingir esse objetivo; mas algo em torno de 25% seria o ideal. Chegou-se até a estudar 28%. É claro que quem tem três, acima de dois dígitos, aceita discutir, com uma perspectiva de crescimento, essa evolução.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Pont.

O SR. RAUL PONT — Professor Coelho, ouvimos a sua explanação. Mesmo tendo tratado, de forma genérica, a universidade brasileira, ela acabou dando uma ênfase maior, talvez até pela própria situação vivida hoje pela universidade pública, a essa situação.

Ocorre que 70% ou mais de 70% do ensino superior hoje são ministrados, em termos de alunos, por escolas privadas. Gostaríamos que, no seu depoimento, também fosse contemplada alguma variação mais específica sobre como se encontra a universidade privada no País, já que ela tem um grau de responsabilidade muito maior, em termos numéricos, no atendimento dessa demanda pelo ensino superior.

Segundo, eu gostaria, também, que fosse precisado, se possível, nesta questão, que foi polêmica aqui, sobre o pagamento ou não — ainda que eu entenda que esta é uma questão limitada — se, a nível do Conselho de Reitores, há algum posicionamento ou alguma tese discutida, defendida, no sentido de resolver esse aspecto do ingresso na universidade pública. Por exemplo, com propostas mais objetivas do que um sorteio, até propostas mais objetivas existentes em outros países, através de critérios objetivos de renda, de recursos familiares, garantindo, portanto, que o ingresso se dê àqueles setores mais carentes da sociedade. Com isto, evitar-se-ia esse tipo de crítica ou este tipo de constatação de que encontramos estudantes motorizados, com carros de luxo, etc.

Particularmente, entendo que a questão deve ser resolvida muito mais na linha do primeiro e do segundo grau. Entrei na universidade pública num período em que estudar em colégio público de segundo grau — naquela época, colégio ou científico — era sinônimo de garantia de ingresso na universidade, portanto, sem a necessidade dos cursinhos. Por conseguinte, isto já foi possível neste País. Mas há toda essa crítica que repetidas vezes se coloca com relação à injustiça que haveria na escola

pública, que estaria criando condições para que nela chegasse aquele que tem recursos. Do ponto de vista objetivo e imediato, existe alguma posição sobre isso?

Em terceiro lugar, precisando melhor a questão do ensino e da LDB, o CRUB faz uma crítica ao Governo, por não estar incentivando ou procurando acelerar esse processo. Há alguma avaliação desse Conselho sobre o projeto que tramita hoje, na Câmara, em relação ao ensino superior? Aquilo que consta hoje no projeto da LDB, no capítulo do ensino superior, aprovado no ano passado pela Comissão de Educação, tem o aval ou a simpatia do CRUB? Que correções ele faria quanto a esse aspecto? Num primeiro momento, gostaria de uma avaliação sobre essas três questões.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Com a palavra o depoente.

O SR. EDUARDO JOSÉ PEREIRA COELHO — O nobre Deputado Raul Pont nos apresenta algumas questões igualmente complexas. Não é fácil respondermos com propostas concretas a cada uma dessas questões exatamente pela sua abrangência e complexidade.

As universidades privadas oferecem, mais ou menos, o mesmo número de vagas que as universidades públicas. Quando se fala que o ensino superior privado oferece dois terços, aproximadamente, das vagas e as universidades públicas, um terço, isso significa que mais ou menos metade das vagas é oferecida pelas universidades públicas e pelas universidades privadas e o restante por instituições isoladas de ensino superior privado, o que caracteriza uma diversificação importante para podermos responder.

Se referenciamos a crise nas universidades a um contexto nacional, igualmente crítico, é inevitável reconhecer que não apenas as universidades públicas têm problemas, como também as universidades privadas. O quadro de recessão, inevitavelmente, traz reflexos importantes sobre a clientela de alunos que vai a essas universidades. Houve momentos em que os valores das mensalidades ficaram ou congelados ou praticamente congelados, por ocasião dos planos econômicos do Governo. E foram vários os planos em que isso aconteceu, o que trouxe para as instituições um sério problema, e para outras, que têm um outro posicionamento, alguma tranquilidade do ponto de vista da sua sustentação.

O que acontece hoje é que, após marchas e contramarchas em relação às mensalidades, a política de mensalidades nunca está muito clara. Tanto os estudantes têm uma certa instabilidade, uma insegurança em poder frequentar as instituições, como também as instituições têm uma incapacidade de se planejar ao longo dos anos. Falar de orçamento em universidades privadas é algo praticamente proibitivo ou um exercício de futurologia, consideradas as condições de previsibilidade de inflação ou mesmo da possibilidade de repasse de custos para as mensalidades etc.

Um problema grave que está acontecendo é que muitas dessas instituições, hoje, não têm sobrevivência garantida, exatamente porque os alunos sofreram em seus recursos os problemas da recessão. Muitos estão desempregados, como são praticamente componentes da classe média, e a classe média, segundo pesquisas que têm sido feitas, tem se comprimido; a classe "c" tem praticamente cedido boa parte dos seus componentes à classe "d". Tem havido um empobrecimento da classe média, e isso faz com que as universidades ou instituições privadas de ensino superior estejam enfrentando sérias dificuldades, algumas das quais com uma redução, uma evasão de estudantes absolutamente significativa.

Tanto as escolas vivem uma crise financeira profunda, como a sua própria clientela, que encontrava nessas instituições uma forma alternativa de poder ascender a determinadas qualificações profissionais, ou mesmo garantir um certo status social pelo diploma, que foi gerado, naturalmente, pelos excedentes de 1967 e, claro, pela expansão da rede privada no País, por demanda da classe média etc.

Hoje, há um esgotamento do modelo da educação superior privada. De modo que algumas instituições ainda terão, pela sua qualidade, a condição de se manter, e outras instituições não acrescentarão muito ao panorama educacional brasileiro, porque para se acomodarem a um processo recessivo, e não tendo condições de fazer frente a um processo de qualificação institucional, certamente terão que reduzir a sua qualidade, terão que se acomodar a esse processo, não representando muita contribuição ao País.

Podemos dizer que as universidades privadas, filiadas ao Conselho de Reitores, que são mais ou menos dezoito, fora as chamadas comunitárias, confessionais etc., elas têm uma procura na linha de pesquisa, estão se modernizando, em termos de mentalidade, para atender aos novos dispositivos da sociedade, dessa modernidade etc. Elas têm que fazer pesquisa e servir à comunidade, se não perderão a sua legitimidade social e, até na luta pela sua própria sobrevivência, estarão sendo ameaçadas por outros tipos de instituição privada que, não querendo ter a mesma qualidade, acabarão também por favorecer a alguns alunos, chamando determinadas clientelas para adentrarem a essas instituições, fazendo uma forte concorrência com essas universidades que querem ter o melhor prestígio.

O mesmo problema válido para toda a discussão orçamentária das universidades através da manutenção do Estado, esses mesmos problemas se reproduzem para o interior desse conjunto de universidades privadas.

Não sei se essas colocações responderem, de alguma forma, ao Deputado.

O SR. RAUL PONT — Não seria exagero afirmar por esse quadro de instabilidade de setores que demandam a universidade privada, pela sua situação histórica de formação, que o pagamento da universidade privada, no máximo, conseguiria atender apenas a uma parte do ensino. A universidade teria condições de atender ao seu papel de pesquisadora, de curso de extensão, com recursos advindos apenas do pagamento dessas mensalidades?

O SR. EDUARDO JOSÉ PEREIRA COELHO — Posso dizer que as instituições que têm cursos tradicionais — porque grande parte dos cursos oferecidos por estas instituições estão na área de Humanas, nos cursos tradicionais de Pedagogia, Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, onde o nível de complexidade é menor, ainda é possível manter as atividades de ensino com mensalidades. Em universidades que querem partir para as três áreas de conhecimento e que oferecem, sobretudo, cursos na área de saúde, nem sequer o ensino pode ser mantido com mensalidades escolares e essas universidades têm tido déficits operacionais constantes, que podem levar a uma provável insolvência, se as coisas continuarem como estão.

Essas universidades que têm a mentalidade de partir para outras áreas de conhecimento, querendo universalizar a sua proposta educacional, naturalmente não se contentam só com o oferecimento de outras áreas de conhecimento, mas querem executar pesquisas e querem servir às suas comunidades regionais como parte de sua proposta. Aí, as coisas se complicam ainda mais, e posso dizer com clareza que mensalidades não cobrem jamais sequer as atividades de ensino em uma instituição universitária que procura qualidade. É possível, de alguma forma, balancear apenas o ensino, em instituições que oferecem cursos apenas na área de Humanas, e em parte dessa área de Humanas, como tradicionalmente as instituições de ensino superior privado, isoladas, estão a oferecer, sobretudo no Estado de São Paulo.

Em relação à questão de democratização do vestibular, que eu já havia colocado inicialmente, não acredito em soluções paliativas, em soluções tópicas. Temos discutido muito essa questão e achamos, inevitavelmente, que é preciso melhorar a qualidade da escola pública de 1º e 2º graus.

No Estado de São Paulo está-se tentando uma experiência, que seria pegar as antigas escolas que nos formaram e trazê-las novamente na linha de qualidade. Fazer

todo o investimento necessário em algumas escolas. Não sei se isso resolve, pode ser até discriminatório em relação às escolas públicas, mas é uma tentativa que está fazendo. Não estou julgando essa tentativa, estou dizendo que isso vai ser feito em 300 escolas. Também não estou defendendo o Governo ou o partido que está colocando isso, estou fazendo uma análise absolutamente isenta desta questão.

Pode ser que seja essa uma alternativa para ir criando na sociedade um reconhecimento de que é possível resgatar a qualidade da escola pública. Alguma coisa tem que ser feita, não sei exatamente o quê.

Agora, se nós formos do sorteio a qualquer outro tipo de iniciativa concreta hoje, nós estaremos de qualquer forma encobrindo as causas da questão, não estaríamos resolvendo essa questão, embora muitas coisas possam ser feitas.

Acho que quanto mais a universidade vai partindo para o exame discursivo, em que a pessoa tem que manifestar uma série de potenciais diferentes, e não só apontar testes de múltipla escolha, mais se exige a qualificação do vestibulando e mais se empurra para fora da universidade os estudos provenientes de classes sociais menos favorecidas.

Não estou dizendo para o vestibular mudar, que nós temos que voltar a pedir menos rigor nos vestibulares. Não é isso. Nós temos que caminhar numa linha de qualidade, senão a universidade se contagia inevitavelmente com o abaixamento da qualidade. Apenas, é que nós precisamos encontrar algumas alternativas de mais curto prazo. A questão das licenciaturas tem uma fundamental importância. Nós não estamos discutindo muito licenciatura. O Deputado Eraldo Tinoco participa dessas discussões na Comissão de Educação, sabe muito bem o que nós estamos falando. Nós precisamos rever as licenciaturas. As universidades públicas oferecem vinte vagas, recebem dez alunos e apenas dois alunos terminam. As universidades privadas ainda estão oferecendo um número maior de vagas nas licenciaturas, fruto de apresentarem o ensino noturno, alternativas, mas a falta de condições de trabalho, a falta de remuneração, a falta de dignificação da atividade docente em nível de 1º e 2º graus, vai acabar com qualquer iniciativa que se queira fazer em nível de vestibular. Se eu corrijo a ponta do iceberg nos 2/3 abaixo da superfície da água, eu estou cada vez mais criando problemas e gerando condições irreversíveis para esse processo. Nós temos que garantir que as escolas públicas, as universidades públicas tenham as licenciaturas nas diversas áreas, faço um esforço muito grande e também se garante a qualidade da formação de professores na escola privada, seja universidade ou não, para que se dê prioridade a essa questão, sem o que não vamos ter condições de melhorar a escola pública, porque aqueles que já têm uma formação ruim nas licenciaturas, vão reproduzir a péssima formação nos alunos de 1º e 2º graus. Então, é preciso trabalhar com a questão de 1º e 2º graus em todos os níveis, inclusive com essa questão da licenciatura, que nos parece muito séria.

Muito rapidamente a questão da LDB. Participamos de um esforço bastante concentrado, enorme, discutindo todos os pontos. O Deputado Jorge Hage fez um esforço muito grande e outros da Comissão, e chegamos a um entendimento procurando, de alguma forma, apresentar no texto as vontades que perpassavam por diversos segmentos, Conselho de Reitores, Andes, Fasubra e outras entidades organizadas do movimento docente, inclusive de escolas, que foram interlocutores também do processo.

Neste momento, nós estamos com um projeto substitutivo que encontra, regimentalmente, algumas dificuldades, e não há entendimento possível, segundo estou observando. Muitas vezes, remete-se para a área regimental a falta de entendimento conceitual em torno dos artigos da própria Lei de Diretrizes e Bases. O Governo ausentou-se dessa discussão. O Ministro Carlos Chiarelli não se manifestou sobre isso, omitiu-se, ou, através de um processo de não-participação, acabou jogando na procrastinação desse projeto.

Sabemos que o projeto necessita de um entendimento. Existem pontos — não estou colocando só na educação superior — que não geram entendimentos. Portanto, ficamos girando em torno de questões regimentais. De um lado, há a votação em regime de urgência urgentíssima, mas, na prática, não se estabelece relator, não se deixa que o relator trabalhe, não há o relatório, não anda o processo.

Acreditamos, portanto, em primeiro lugar, que não deve haver procrastinação. Por outro lado, achamos impossível que, em uma semana, quinze dias, se vote a matéria, uma vez que falta o entendimento em torno de questões essenciais. O que acreditamos ser inevitável é que os interlocutores da discordância — Deputados e membros da Comissão de Educação — sejam reunidos para discutir com cada setor, tentando encontrar entendimentos possíveis, para, depois, colocar a matéria em plenário para a votação. Parece-nos que procrastinar mais é um desserviço à educação, que está sem norte, sem projeto, sem linha.

Por outro lado, não será possível fazer uma lei que agrade a um e a outro setor, porque ela passa a não ser factível na prática da educação em todos os níveis e nos diversos espaços do País. Por isso, é preciso encontrar um entendimento que não desfigure aquelas questões essenciais, defendidas por aqueles tadores desse processo de consulta. Por outro lado, abre-se a perspectiva de que um relator ou uma relatora, de maneira confiável, esteja auscultando esses diversos setores do pensamento nacional sobre Educação e encontre alternativas progressistas que signifiquem avanços e que levem em conta a possibilidade do exercício efetivo dessa lei, para que ela não seja mais uma matéria engavetada, uma letra morta dentro da nossa educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra ao Deputado Murilo Rezende, o próximo inscrito.

O SR. MURILO REZENDE — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, eu gostaria de fazer algumas perguntas que já foram feitas anteriormente. Gostaria de fazer algumas indagações ao Magnífico Reitor sobre as despesas que são efetuadas no campo educacional de nossas universidades, que representam — é bom que se diga aqui — ainda a grande procura do estudante, uma vez que elas se mantêm como aquelas de melhor ensino. Nossos filhos, quando forem à universidade, irão a uma universidade pública, porque ela detém um passado que as outras universidades novas, criadas há pouco mais de 20 anos, não têm. Não oferecem a qualidade de ensino que a universidade federal pública oferece, no Brasil. Isso é uma questão de prestígio. Não se pode cercear a procura desse ensino ao aluno que seja filho de um rico. O problema é muito sério, é até inconstitucional, se fazer cercear. Portanto, problema do ensino público, no Brasil, a meu ver, deve permanecer nas universidades conforme a Constituição reza, ou seja, gratuito. Não vejo por que não se fazer isso. Cabe aqui a pergunta: como conciliar os poucos recursos de que dispõe o País para manter o bom nível de ensino nas nossas universidades e melhorar o pagamento do nosso professor, que está passando por grandes dificuldades para manter-se no emprego, ao qual se dedicou, em muitos casos, por toda sua vida.

A pergunta que quero fazer, Sr. Reitor, é a seguinte: nas universidades existe a parte de pesquisa. Os recursos que são passados pelo Governo Federal para as despesas de pessoal e manutenção dos prédios públicos e de funcionamento, também incluem as pesquisas. Cada reitor, cada unidade se propõe, a cada ano, fazer determinadas pesquisas e, neste caso, vem tudo desse bolo e somente esse repasse é que faz a universidade brasileira?

No começo de sua palestra, o Senhor disse que o Governo está até, de certa forma, inibindo as universidades de buscar recursos fora, para fazer essa parte. Como, por exemplo, ir buscar isso no meio industrial, fazendo uma prestação de serviços, o que tem sido comum em São Paulo e mesmo em Santos — industriais, no Rio

de Janeiro —, a busca de pesquisa dentro dos nossos institutos educacionais, e a universidade representa aqui no Brasil o que há de melhor nesse particular.

Complementando ainda, para concluir, diria o seguinte: acho preocupante o problema dos 18%, porque vejo que 18% do total de recursos federais colocados à disposição do ensino, com o agravante de que o curso superior gasta 62,65% desses recursos, e se deixa mais o ensino fundamental e de formação abandonado porque não há recursos para isso. Basta ver a quantidade de alunos, a quantidade de escolas, a quantidade de professores, para se prever que é um desastre total para o ensino nacional essa carência de recursos.

Então, gostaria que o Reitor, com sua experiência, nos colocasse esses pontos. Que nos dissesse o que é possível fazer para melhorar o ensino nacional de ponta a ponta, mantendo-se a escola gratuita, desde o fundamental até o curso superior, dentro dos institutos existentes. Porque, também não é essa demanda, essa formação de doutores neste País é muito grande. Não há demanda lá fora? O País não cresceu tanto para merecer formação de tantos técnicos em vários setores. Qual a preocupação do CRUB em relação a isso?

O SR. EDUARDO JOSÉ PEREIRA COELHO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra ao nobre Reitor.

O SR. EDUARDO JOSÉ PEREIRA COELHO — O nobre Deputado Murilo Rezende coloca algumas questões importantes. Em primeiro lugar, é necessário colocar que a OCC trata da manutenção das instituições federais, tanto as escolas técnicas como as instituições federais isoladas, como as universidades federais. Significa, no OC — Outros Custeios, que não de pessoal, portanto, aqueles custeios para a manutenção dos laboratórios, manutenção de materiais, pagamento de água, luz, telefone e atividades para o desenvolvimento da universidade.

O outro C, que é capital, corresponde a um investimento. Isso não tem sido colocado nos últimos orçamentos, isso tem sido muito difícil, significaria comprar computadores, comprar equipamentos ou construir novos prédios etc. Isso não tem sido feito com esses recursos porque eles têm sido inviabilizados. A menos algumas exceções de algumas universidades que tiveram seus hospitais universitários aprovados e precisam incrementar isso.

As universidades têm outros recursos que vêm das agências de fomento para a realização das pesquisas: é a Finep, é a Capeb, para ao aperfeiçoamento do docente, é o CNPq, nos Estados, as fundações de amparo à pesquisa dos Estados etc. No caso de São Paulo, a Fapesp e a Faperj, no Rio de Janeiro. Então, essa parte não inclui o recurso para pesquisa, o recurso para pesquisa é adicional. O que as universidades fazem é pagar o pessoal em tempo integral, por exemplo, para se colocar à disposição para o exercício docente, para a atividade de pesquisa e prestação de serviços à comunidade. Essas verbas de outros custeios e capital correspondem à compra de papel, à compra de materiais de limpeza, materiais de laboratório, coisas para o funcionamento efetivo das instituições. V. Ex^o coloca a questão do relacionamento universidade-empresa como um fator eventual de obtenção de recursos. Realmente, nos outros países isso existe; no Brasil está-se iniciando, existia um preconceito muito grande entre empresa e universidade. Hoje, se diminuiu esse nível de preconceitos existentes. O que é preciso é preservar a missão da universidade nesse relacionamento. É preciso reconhecer que esse relacionamento não introduz muitos volumes significativos de recursos. É preciso investir muito, inclusive gastar mais dinheiro para viabilizar isso.

Quando falamos em empresa, nós estamos falando apenas de empresa privada — podem ser órgãos públicos, empresas públicas, mistas etc., que vêm procurar a universidade para realização de pesquisas ou serviços que interessem a essas empresas.

É fundamental manter a missão da universidade que é a produção de conhecimento, a pesquisa descomprometida de alguém que a faz não necessariamente voltado a um resultado imediato do presente, mas que pode gerar um resultado no futuro de muita validade social.

Quando nos articulamos com as empresas, muitas vezes estamos sujeitos a que elas determinem a linha da pesquisa e o horizonte dessa aproximação, com um certo pragmatismo que as empresas têm, muito mais do que a universidade, pela sua própria natureza. Então, é preciso reconhecer que esse relacionamento deve existir, que ele introduz recursos próprios de volume significativo na universidade, mas não significa mais do que 4,5% do orçamento global, o que não salva a universidade; e se ela não souber fazer esse relacionamento, ela corre o risco de perder sua identidade enquanto formadora de novos conhecimentos.

Nos outros países isso atinge até em torno de 20% do orçamento. Por quê? Porque eles têm uma história maior de relacionamento, eles têm, dentro da universidade, uma potencialidade enorme em termos de equipamentos de ponta, de laboratórios, de ciência e tecnologia; as empresas têm de vir a esses laboratórios, porque não podem comprá-los; elas os usam e pagam aluguéis expressivos porque, na outra ponta, elas têm como recuperar isso, no repasse de seus preços etc. Há um movimento social, há dinheiro circulando nos países desenvolvidos.

No nosso País, hoje, simplesmente colocarmos a salvação da universidade nesses investimentos é uma certa ingenuidade de nossa parte, porque essa recessão que atinge alunos, atinge a universidade, atinge a empresa também, atinge a empresa pública, que não tem mais dinheiro para fazer investimentos. Quando não há investimentos, não se justifica produzir na universidade conhecimentos novos e, portanto, não se justifica pedir à universidade conhecimentos que a empresa já tem nos seus quadros, no dia-a-dia das suas operações, que não estão introduzindo nada de novo, nada de científico, nada de moderno. Então, buscar a universidade é buscar conhecimento novo, e isso só acontece quando há investimento novo acontecendo. Não está acontecendo isso no Brasil! E as empresas privadas têm uma enorme dificuldade em investir, hoje, porque estão cautelosas, estão sem saber o que fazer, precisam investir, mas não têm confiança no desenvolvimento econômico do País, tal como está, hoje, a crise.

Então, esse relacionamento deve existir, os recursos próprios têm sido estimulados dentro das universidades. O que acontece é que o sistema Siafi exigiu que não apenas os recursos da universidade, OCC e mais pessoal fossem colocados dentro dele, como também os recursos próprios.

Seria ótimo que o Estado soubesse o que produz cada universidade, até a universidade dizer: produzo recursos, está aqui. Faz parte de uma honestidade institucional. O problema é que contingenciar recursos da União, que vêm impostos, podemos questionar, mas ainda é aceitável se há uma crise no País. Agora, contingenciar o que foi gerado por uma universidade é um absurdo inaceitável, e é isso que está acontecendo hoje. Universidades que já fizeram um grande esforço querem usar o seu próprio dinheiro, mas esse dinheiro está contingenciado, na mesma proporção que o orçamento que V. Ex^{ta} definiram também está.

Em relação à questão do balanceamento, do ensino pago, do ensino básico, do ensino superior, voltamos a afirmar: achamos que não cabe à União sustentar 50% do esforço para a educação básica e fundamental no País. Isso é exercício dos Estados e Municípios. Por quê? Porque é ali que se faz o processo educacional. Ninguém pode controlar, ninguém pode fazer nem aquilo que está longe do fato gerador e da gestão. Então, do ponto de vista da distribuição de responsabilidade, para nós é óbvio. O que foi definido na Constituição é que, preponderantemente, aos Estados e Municípios cabe a tarefa de instituir o ensino básico, o ensino fundamental

e o ensino também de segundo grau, profissionalizante etc. Então, concordamos com o que está na Constituição, que é isso. Agora, no momento em que a Constituição define essas metas e funções do Estado e do Município, de outro lado se questiona que a União investe mais em educação superior. É lógico! Ela faz isso porque é a história de responsabilidade hierárquica que ela assumiu no desenvolvimento da educação.

Então, nos parece um erro questionar essa questão, porque não é parte da nossa História. Os 18% a que aludimos, e que S. Ex^{ta} definiram com muita felicidade no art. 212, se refere aos impostos, não ao Orçamento Geral da República, mas a uma parte do Orçamento proveniente dos impostos. Portanto, não é baseado no valor global de gastos da União. Mas, de qualquer forma, esses 18% são colocados como um índice mínimo e é natural que se busque índice maior do que esse para investimento em educação. Alguém pode dizer que não há dinheiro para tudo isso, vamos discutir essa questão! Agora, a sonegação fiscal é algo que está lá. Todo mundo sabe que ela existe. Muitas vezes, os próprios mecanismos de combate à sonegação fiscal foram desaparelhados nos últimos anos. Até os fiscais, a Sunab, toda a estrutura que tínhamos foi desaparelhada para colocar gente em disponibilidade, agora está fazendo falta. Precisamos de gente que vá lá combater a corrupção, a sonegação fiscal. Só na fraude da Previdência de uma cidade, São João de Meriti, no Rio de Janeiro, um processo deu 26 bilhões de cruzeiros. Isso dá para sustentar três vezes a Universidade Federal de São Carlos no ano.

Quando denunciemos essas coisas, parece que estamos aqui corporativamente defendendo as universidades. Não é isso! Claro que, havendo uma confiabilidade no País, estamos dispostos a redirecionar e a rediscutir. Se se tem que aumentar a eficiência, vamos atrás disso. Agora, é preciso que não se acabe com certas coisas que são patrimônios culturais do País, sem necessariamente estarmos combatendo as questões de sonegação, de corrupção, de fraude que neste País também se acoberta, muitas vezes, de uma maneira impune.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Henrique Eduardo Alves.

O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES — Sr. Presidente, Sr. Relator, quero me congratular com a exposição feita pelo nobre Reitor, prof. Eduardo José Pereira Coelho, e fazer aqui algumas rápidas considerações.

Primeiramente, parablenizo o senhor pela colocação muito ilustre em relação ao ensino pago, que, também como Reitor, não considero um assunto morto e enterrado.

O Emendado tentou discutir o assunto numa colocação muito infeliz, mas uma reação do Ministro Goldemberg fez com que o Governo recuasse. O próprio Ministro Goldemberg, numa declaração que li no jornal num dia desses, colocava uma alternativa muito sutilmente, que seria a de se estudar a viabilidade de, através do Imposto de Renda, se cobrar o adicional do pai que tivesse o aluno na escola pública. Este assunto ainda está, a meu ver, burilando por aí. Portanto, é preciso um esclarecimento, como o que foi dado hoje aqui pelo nobre Reitor, para se evitar esse exemplo que o Senador Hugo Napoleão deu, e que é dito muito lá fora, de que o pai que tivesse condições de pagar os estudos de seu filho na universidade deveria fazê-lo. Isso deixa mal a universidade. É como se, de repente, os pais quisessem pagar os estudos dos filhos, e a universidade não quisesse receber. É importante, nobre Reitor, um esclarecimento como o senhor fez aqui hoje, para que não se coloque a opinião pública contra a universidade. É bom esclarecer que o ensino já é pago, não é gratuito. Quando o cidadão paga o imposto, e o Governo o recolhe, o filho desse cidadão ou o próprio cidadão já está remunerando aquele investimento na área de educação.

Apenas, por questão de decisão política, foi feita uma discussão de prioridades, a educação foi tida como prioridade e como dever do Estado. Essa questão deve ser colocada, e me congratulo com a posição do nobre Reitor.

Gostaria de fazer aqui três colocações para o esclarecimento do nobre Reitor. Primeiro, na sua palestra o senhor diz que há necessidade de uma abertura maior da universidade para com a sociedade brasileira, de se ampliar os laços com a sociedade brasileira. Que idéia tem a universidade a esse respeito? Que tipo de sugestão se poderia dar, para que nós, classe política, pudéssemos ajudar e viabilizar essa maior abertura da universidade para com a sociedade brasileira?

Além disso, o senhor abordou a questão do descasamento dos Poderes Executivos com a universidade, embora o descasamento esteja na moda, sobretudo no Executivo. Qual seria a sugestão que a universidade daria para esse casamento acontecer entre o Poder Executivo e universidade? Qual a sugestão que a universidade poderia dar para que nós, classe política, pudéssemos ajudar a promover, em nossos Estados, debates, discussões, e participar, portanto, desse casamento?

A última indagação: diante do quadro catastrófico que o senhor levantou, com muita clareza, com muitos argumentos e com muita lucidez, do ensino superior em nosso País, o que fez na sua opinião, nobre Reitor, o Ministro Carlos Chiarelli, durante esses quase dois anos em que esteve à frente do Ministério da Educação? Ele era um Ministro tão falante nas entrevistas e exposições que fazia nas televisões como educador, como professor, e o senhor pinta um quadro tão calamitoso da universidade pública neste País, que vem se agravando nos últimos meses, que lhe pergunto, por mera curiosidade: o que fez o Ministro da Educação nessa área durante os quase dois anos à frente do Ministério da Educação?

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra ao Sr. Reitor.

O SR. EDUARDO JOSÉ PEREIRA COELHO — O senhor coloca a questão da ampliação de laços e casamentos entre a sociedade, o Executivo e a universidade. Conheço universidade em países socialistas e em países capitalistas. O fato é que, em nenhum deles, a universidade deixa de estar presente permanentemente nas ações de Governo, porque ela não apenas forma os profissionais que vão ocupar os espaços de produção, etc, como tem o potencial da pesquisa e uma disposição para oferecer serviço ao Estado, à sociedade etc.

O que a universidade faz de serviços à comunidade no Brasil hoje, se for reunido, dá um compêndio de muita consistência.

A verdade é que a universidade se comunica muito mal; não sabe se comunicar nem para dentro dela nem para fora. Os Srs. Deputados, o Congresso Nacional como um todo, a sociedade, enfim, não sabe quanto a universidade tem feito, e tem feito muito. Posso dizer pela minha universidade, pelas universidades brasileiras que conheço que o esforço tem sido ingente nessa direção.

As sugestões que faria, seriam no sentido de estabelecer uma aproximação mais sistemática para que o Estado no momento de formular sua política de desenvolvimento chame as universidades. Na hora de discutir a política de alfabetização que se chame a universidade. Não cabe à universidade alfabetizar, mas capacitar pessoas para isso. Cabe recapacitar as pessoas, cabe trabalhar num processo de oferecimento de suas potencialidades.

Precisamos lembrar, por exemplo o que fez a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Coppe em relação à busca de petróleo em águas profundas. Isso é uma coisa inédita. Foi uma coisa desenvolvida pela Coppe, e a Petrobrás se beneficiou fortemente disso. Os resultados estão aí para todo mundo ver que o volume de produção diária de petróleo no Brasil tende a crescer, cada vez mais, se dominarmos essa tecnologia, porque é nessas águas profundas que reside a maior potencialidade petro-

lífera do nosso País. É um exemplo absolutamente claro do ponto de vista do resultado económico. Porque o que a universidade faz, às vezes, não tem uma repercussão económica imediata, mas tem importância social.

Os hospitais universitários correspondem hoje à segunda maior rede hospitalar do País. São cerca de 40 mil leitos, são inúmeras atividades que podem ser realizadas num intercâmbio entre as áreas de saúde de maneira multidisciplinar, somando medicina, odontologia, nutrição, fisioterapia, terapia ocupacional, enfermagem. Todas essas áreas participam hoje, de projetos de docência, assistência nessas instituições, onde não apenas se ensina o aluno na presença da realidade social, como também se dá uma melhor assistência a carentes e indigentes, pessoas que não têm possibilidade de atenção à saúde nos organismos privados.

O que acontece é que ou não soltamos um catálogo, não informamos aos Deputados ou não sabemos, por exigência talvez da excelência académica, fazer panfletos para distribuir e assumir essa coragem de ir à periferia discutir as coisas.

Em termos de urbanização de favelas, o que temos feito é enorme. Discutindo o planejamento e o parcelamento de solo, reorientando com todos os envolvimento que isso traz, não é uma coisa simples.

Quando a prefeitura chama a universidade ela está presente e as prefeituras têm chamado mais. Por causa de toda essa crise, a inventividade está sendo cada vez mais necessária, sobretudo, neste final de século, a criatividade é demandada cada vez mais, e as prefeituras com dificuldades financeiras não sabem muito o que fazer e estão nos chamando mais e estamos indo mais oferecendo mais coisas, nas áreas mais diversas possíveis. Poderia até fazer depois uma colocação por escrito de tudo o que se tem feito, que é uma coisa positiva.

Na minha universidade estou levantando isso porque é tão diversificado o número de ações comunitárias, vamos dizer assim, que muitas vezes não nos damos conta do volume dessas coisas. Estou fazendo uma pesquisa de todos os trabalhos e vou divulgá-los. Acho que todas as universidades deviam fazer o mesmo.

Na área cultural o que temos feito é impressionante e, muitas vezes, na Lei Sarney não fomos considerados instituições promotoras de cultura; fomos impedidos de nos credenciarmos como instituição. Agora, com a Lei Rouanet parece que o projeto vai ser analisado e não a instituição que se vai produzir em termos de cultura a potencialidade da universidade é enorme nessa direção.

Esses laços precisam de uma sistematização maior e, talvez, de uma mudança de mentalidade. O Executivo precisa deixar de imaginar que a universidade é tão questionadora e crítica, que não dá votos, é preciso trazê-la para discutir as questões.

Por outro lado a universidade também tem que entender que, às vezes, é preciso dar respostas mais rápidas às demandas da sociedade; por essa razão, há coisas que o povo quer mais rapidamente para as quais é preciso dar soluções. Precisamos sair um pouco do avental branco e oferecer respostas mais rápidas. Participei de processos eleitorais, sei o que estou falando. O povo brasileiro precisa de coisas mais urgentes, que não passam só pela universidade, mas por um processo de identidade do Executivo com essas demandas e precisa encontrar, na sociedade, todos os que possam colaborar. E a universidade é uma parcela da colaboração.

Temos dito que a universidade não consegue, por si mesma, fazer transformação social, mas a universidade é uma das alavancas importantes de transformação social no Brasil, com vistas a uma melhor qualidade de vida. Isso se pode falar da área da habitação, devida à condição que a universidade tem de discutir projetos mais económicos, de maior conforto ambiental e de maior aeração. Mais económicos, do ponto de vista da produção de moradias de menor custo etc. Isso está sendo feito na USP e em várias universidades. Na área de saúde, o trabalho da universidade tem sido absolutamente comprometido. Na área da educação, muita coisa que se

faz hoje em alfabetização tem o suporte da universidade através de vários convênios. Nas áreas sociais temos participado muito fortemente. É preciso a sistematização e uma mentalidade do Executivo, de chamar a universidade, e que a universidade também entenda um pouco essa realidade social tão premente, que necessita respostas.

Em relação ao Ministro Carlos Chiarelli, não queremos ser agressivos, todavia temos que reconhecer que S. Ex.^a não teve diálogo com a comunidade universitária; muitas vezes fez mais campanhas e propagandas em torno de suas idéias do que propriamente um projeto para cada coisa. Num certo momento, então, é preciso atentarmos para a situação das universidades privadas, porque cobram demais, sem analisar as contas, os números, sem chamar as pessoas e conversar, o que praticamente inviabiliza uma série delas e gera um problema terrível. De outro lado, em relação às universidades públicas, havia esse quadro que descrevi aqui, era reconhecido pelo Ministério, que, talvez, não tivesse condição política de estar dentro do Governo Federal fazendo as alterações necessárias. Talvez isso possa ser demonstrado pelo fato de que o Ministro Goldemberg, em pouco tempo, já começa a condicionar acordos, a sentar com sindicatos, a resolver algumas questões, a dizer que o orçamento está ruim, mas ainda permite atender determinados ajustes salariais: passa a ser possível rediscutir questões que antes, até do ponto de vista legislativo, o Ministro dizia que não era, porque estava encerrado o projeto de lei. Uma série de pontos colocados como contraposição eram aspectos que demandavam mais vontade política para a sua solução, mas isso não foi feito. Não posso dizer o mesmo dos escalões intermediários, alguns dos quais, ao longo do processo, apreenderam todo esse quadro e, muitas vezes, facilitaram o diálogo. Mas ficávamos dialogando com escalões intermediários, que não tinham, por sua vez, o poder necessário para alterar a situação.

O estilo calabrês, não vai aqui nenhuma pecha, o Ministro se colocava como um calabrês teimoso, não é bom para a educação, não é bom na sala de aula, não é bom na Secretaria de Educação do município, do estado ou no Ministério. É necessário que a pessoa tenha raízes, que ela tenha conhecimento da Educação e saiba que o diálogo é primordial nesse setor. Isso, lamentavelmente, não foi feito. É possível discordar, é possível colocar visões diferentes, mas é necessário reconhecer que o diálogo é a parte fundamental da construção da Educação.

Os recursos foram contingenciados este ano, e isso dificultou muito o trabalho do Ministério da Educação. Mas há áreas para as quais havia recursos e de que discordávamos. Eu, particularmente, discordo de se dar 500 milhões de cruzeiros para uma central sindical. Nós discordamos. Por quê? Porque o Estado de São Paulo inteiro recebeu, dentro do PNAC — Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania — apenas cerca de 93 milhões de cruzeiros. Pertencíamos à comissão nacional e à comissão estadual. No momento em que o MEC disse que discutíssemos os critérios para repartir o dinheiro, muita gente levantou e foi embora, porque se sentia atingida por isso. Como se iria repartir 93 milhões em um estado desse tamanho? Havia pesos e medidas diferentes. Primeiro, se deu para a Força Sindical 500 milhões; depois, a outra central sindical reclama; dá-se para a CGT 500 milhões; e se diz que não há dinheiro para as universidades. Não é melhor discutir, numa comissão nacional, a melhor forma de distribuir esses recursos?

Discordávamos desses planos. Não somos contra a alfabetização; por outro lado, somos contra, com essa escassez de recursos, discutir de uma maneira mais fisiológica a distribuição dos recursos. Muitas vezes, através do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, há uma repartição dos recursos que resulta de alguns arbítrios pessoais do Ministro, e não deve ser assim, qualquer que seja o Ministro, não se trata do Ministro Carlos Chiarelli. O FNDE tem recursos que vêm do salário-educação, e deve haver critérios para isso que independam da vontade do Ministro; critérios regionais, critérios de maior dificuldade desse ou daquele Estado, a partir de um

censo escolar. Vamos definir as prioridades do País! Já que a educação básica na União, não tem mais do que 1%, como foi aqui colocado; vamos avaliar as verbas do salário-educação, que são vultosas e não podem ser distribuídas por interesses de natureza política, clientelística, embora muitas vezes os Deputados e Senadores procurem atender aos objetivos dos seus estados, que passam por critérios de escassez de recursos. Inevitavelmente, essa discussão política, essa articulação deve ser feita, não negamos isso, mas levando em consideração determinados valores que devem ser os principais na adoção de medidas.

Dentro da educação superior, o volume de recursos que o Secretário Nacional de Educação Superior tinha para enfrentar todos os desafios era insignificante, muitas vezes cortado sem muito critério. A Secretaria Executiva e o Ministro não tinham uma articulação, uma identidade. Naturalmente isso traz dificuldades na gestão do próprio Ministério.

O Ministro encampou, praticamente, a proposta de demissão de 30% do efetivo de funcionários e professores. Eu, particularmente, lutei muito contra isso. Sofri horrores por causa disso. Por quê? Porque queriam até mesmo tirar-me da mesa de negociações. E eu não sou uma pessoa mal-educada, que não dialoga; sou uma pessoa firme nas minhas posições. Queriam tirar-me das negociações, colocando pessoas mais permeáveis a que isso acontecesse. E eu tinha que discutir fortemente, porque representava... Quando faço reunião no CRUB e se decide alguma coisa, mesmo que eu discordo, será aquela posição que defenderei junto aos órgãos de representação.

Por isso, muitas vezes, tentaram, de alguma forma, tirar a liderança da presidência do CRUB, tirá-la do processo de negociação, a partir de críticas que se fazia não à pessoa do Ministro, mas ao processo.

Hoje estamos verificando que os disponíveis têm que voltar às suas atividades. Gastamos dinheiro à toa com os disponíveis que ficaram em casa. O que queríamos é que os 30% do pessoal da nossa universidade não fosse simplesmente colocado à disposição, ou na rua, num quadro recessivo, sem mercado; queríamos, sim, que esse pessoal pudesse contribuir para a universidade. Foi muito dura essa luta. Tivemos que partir para embates importantes.

Depois, não havia no MEC algo mais claro quanto à expansão da educação superior. É necessário o ensino noturno? E como faremos isso? Qual é o diagnóstico? Quais as pesquisas que temos sobre isso?

A CAPES foi extinta. De repente, a movimentação das pessoas, que são sensíveis à história e à importância da CAPES, faz a CAPES retornar. Mas ela retoma suas atividades com um padrão salarial tão aviltante internamente que fica sem estrutura para funcionar. As universidades passaram a ajudar a CAPES, mandando gente, para que ela pudesse funcionar. O Governo reconhece, então, que a CAPES não está funcionando, e resolve pagar o padrão salarial das universidades e constituir uma fundação. Só que, ao mesmo tempo, o Presidente veta a existência de fundações como um todo.

É um conjunto de fatos que pode não ter sido culpa direta do Ministro, mas que inviabilizou a administração do MEC como uma política. De repente, sai o documento por uma Política de Educação Superior, tratando do ensino pago, de uma parte da autonomia; ele não coloca o ensino privado na discussão; coloca tudo sobre as federais — não trata das universidades estaduais, que compreendem um número volumoso de pessoas, se considerarmos São Paulo e Rio, ainda com quatro grandes universidades, e que praticamente produzem metade das pesquisas no Brasil. Essas coisas começam a ser topicamente tratadas. Não é política para a educação superior. Era um documento sobre algumas diretrizes não sistêmicas, não orgânicas sobre educação superior, remetendo-nos à discussão do exame profissional de estudantes egressos das universidades, que estavam sendo analisados por uma comissão de sei lá quem,

para ver se eles podem ou não trabalhar na área profissional, confundindo habilitação profissional com exercício profissional. É inadmissível que um ministério chegue a esse tipo de postura, é necessário reconhecermos que as corporações profissionais podem entrar nas universidades, discutir conosco a mudança de currículos, dar orientações.

Agora, passamos por um processo pedagógico, porque estamos querendo mudar as provinhas em um mês, dois meses, por um processo contínuo de avaliação, que pedagogicamente tem sustentação, que passa não apenas pelo processo de avaliação, ensino e aprendizagem de provinhas, mas por um conjunto de outras alternativas de avaliação, substituindo todo esse conjunto: projeto, prova oral, discussões, pesquisa que o aluno faça, trabalho de campo etc., por uma única prova feita por alguém que é do meio profissional. Meio profissional que não tem condições de fazer esses exames, que resgata da universidade as pessoas para fazer esses exames. Então, é uma falácia! Mas, por que se quer isso? Para fazer o tal controle de qualidade que está previsto na Constituição. Mas não é por esse meio que se faz. Faz-se o controle de qualidade pela avaliação da instituição, não só das instituições federais, mas de todas as instituições universitárias do País, sem discriminação e sem tendenciosidade, e, a partir disso, verifica-se que é preciso melhorar a qualidade da Educação. Por quê? Porque o egresso só vai mostrar o que conseguiu de aquisição de conhecimento no ensino. Ele não revela o padrão de pesquisa da universidade, se ele não foi um estudante de iniciação científica.

É preciso avaliar a universidade pela dimensão do ensino, da pesquisa e da extensão que não se revela em um exame de corporação profissional, mesmo porque esses exames, feitos pelas corporações, impedem que sejam muito rigorosos. Por quê? Porque a corporação não pode dizer não aos que querem nela ingressar, porque ela não terá recursos para se manter. Pensem bem nisso! Se a OAB reprovar todos, como irá funcionar? São coisas sérias. Um exame da Ordem — sem questionar a OAB — tem representado uma garantia de qualidade das faculdades de Direito do Brasil? Certamente que não! Todo mundo sabe disso. E por que sabemos? Porque, de cada cem vagas em concurso público para juiz — isso foi dito pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, numa reunião em São Paulo, da qual participei — apenas 30% das vagas são ocupadas; o resto não é ocupado por falta de competência das pessoas. Isso significa que o exame da Ordem não está cumprindo a sua finalidade. Portanto, não é esse o caminho! Se consigo fazer exame da Ordem para egressos da Faculdade de Direito, como vou fazer exame da Ordem para jornalista, para filósofo, para o profissional de turismo, para o de relações-públicas, para o engenheiro? Estabelecer-se-ia um grande tumulto no País, que geraria fraudes, falta de igualdade e de equidade no tratamento. Por exemplo: o exame de Alagoas será um, o de São Paulo será outro?! Vai ser diferente?! Então, a pessoa sai daqui, faz o exame em Alagoas, passa lá e quer trabalhar em São Paulo. E a Constituição? Pode proibir isso? Jamais! É diferente dos estados americanos cuja Constituição já delega aos Estados a própria elaboração de seus meios de legislação.

Aquilo que o Ministro propôs regeirá o cursinho para a saída. Há um cursinho para entrar, uma distorção desgraçada que estamos combatendo. De repente, teremos pessoas especializadas em passar em prova final. O que acontecerá, então? Cursinho para sair, fraudes. Às vezes, um caminhão leva as provas a uma faculdade de uma determinada cidade e ocorre um acidente; as provas caem. E se a prova é em nível estadual ou nacional, para ser justa, tem que ser anulada, porque, no interior do Estado, alguém tomou conhecimento do seu conteúdo. O fato é que achamos que isso não é a solução.

Foi a partir dessas pequenas coisas somadas que se inviabilizou a administração do Ministro. Se S. Ex.^a tivesse elaborado essas questões depois de ter ouvido a comuni-

dade universitária, os educadores de forma geral, ou as entidades, as associações culturais, científicas etc., ele não teria formulado aquela proposta; mas uma outra, que poderia, até, ter ajudado a LDB nesse processo difícil para o qual estamos tendo entendimento. S. Ex^a teria ajudado, porque ofereceria uma nova alternativa sem descaracterizar o processo legislativo. S. Ex^a poderia dizer: "Repensei essa questão, temos aqui uma proposta alternativa..." Porque teria autoridade para fazer isso. Mas o que fez? "Já que a LDB vai demorar, eu apresento isto". Uma coisa inorgânica, assistematizada, descaracterizando a LDB como instrumento de norteamento das questões educacionais no Brasil.

Em termos gerais, sem ser agressivo, e respeitando o Ministro como ser humano, faço essas colocações justificadas.

O SR. PRESIDENTE (Erakdo Tinoco) — Senhores, ainda não temos o Vice-Presidente desta Comissão. Por isso quero pedir desculpas aos meus Pares, e, daqui da Mesa, fazer algumas colocações e indagações ao Professor Eduardo José.

A primeira consideração que eu queria fazer é com relação a esse problema dos recursos.

O art. 60, das Disposições Transitórias, decorre de uma das grandes dificuldades na Constituição: a falta de definição de responsabilidades. Nem no setor da educação nem nos demais setores a Constituição abriu caminho para que houvesse uma definição clara de responsabilidades em cada nível de governo. Na época coloquei essa discussão, apresentei uma emenda, propondo que uma lei complementar definisse as competências dos diversos níveis de governo. Fui voto vencido na Comissão de Sistematização, e essa dificuldade perdura.

No que diz respeito especificamente à Educação, a LDB está tentando disciplinar isso, mas, a meu ver, ainda de uma forma imprópria, porque ainda mantém uma superposição em relação à educação infantil, ao ensino fundamental e ao ensino médio. Coloca de uma forma mais clara o problema da educação superior, dizendo que é responsabilidade prioritária da União, e não atribui como responsabilidade prioritária dos Estados e Municípios esse mesmo nível de educação.

Parece-me que se isso for estendido ainda ao ensino fundamental, ao ensino infantil, ao ensino médio, como uma definição mais clara de responsabilidades, poderá levar-nos a uma discussão mais conseqüente da distribuição dos recursos públicos para a Educação, dentro dos recursos previstos pela Constituição, e também outros recursos que possam ser alocados. Esse problema que o Senador João Calmon colocou, quando Relator Setorial da Educação, foi vivido por mim numa dramaticidade muito maior como Relator-Geral do Orçamento de 90, porque todos os cálculos e todas as projeções feitas demonstravam claramente que a adoção pura e simples do que estabelece o art. 60 Das Disposições Transitórias implicaria o fechamento de muitas universidades: mais ainda, antecipando esse problema do disponível, porque dos recursos destinados ao ensino superior, parece-me que 90%, estou vendo agora que — com esse percentual de 5% atual do OCC, portanto, 95% para pessoal — isso significaria comprimir os recursos destinados ao ensino superior e implicaria colocar professores e funcionários simplesmente para fora da universidade, porque não se teria como pagar, e não existe mágica que possa resolver isso aí.

Parece-me, à primeira consideração, que há a necessidade de uma reflexão maior a respeito das responsabilidades de cada nível de governo em relação ao problema da Educação.

Com referência ao problema do custeio do ensino — inclusive essa consideração em referência às universidades particulares — quero chamar a atenção no sentido de que o texto constitucional do art. 212, que diz respeito especificamente à atividade de manutenção e desenvolvimento do ensino; também a Constituição faz referência

a que o custo da anuidade escolar, cobrada nas instituições privadas, deve ser destinada à manutenção do ensino, mesmo porque não cabe ao aluno, recebendo o ensino numa universidade privada, custear as atividades de pesquisa e extensão. Tanto é assim o entendimento da Constituição que o art. 213, no seu § 2º — o art. 213 trata da Destinação dos Recursos Públicos, e abre uma exceção para as entidades filantrópicas, confessionais e comunitárias — diz que as atividades universitárias — e aí não diz públicas ou privadas — de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público. Isso está dito claramente no texto constitucional: que as instituições privadas que se dediquem à atividade de pesquisa e extensão podem receber recursos públicos, sim. O que não existe são esses recursos. Esses recursos não existem na prática, por quê? Porque os 8% são destinados à atividade de manutenção e desenvolvimento do ensino, e não à atividade de pesquisa e extensão. Mas, em havendo recursos para isso, podem ser destinados recursos públicos à atividade de pesquisa e extensão, mesmo em universidades privadas. Esse é o entendimento do texto constitucional. Menciono esse entendimento porque participei de uma forma muito presente nas discussões de todo o capítulo da educação.

Essas considerações nos levam a fazer algumas indagações ao Reitor Eduardo José.

A primeira é a seguinte: estamos discutindo o problema da manutenção e desenvolvimento do ensino. A Constituição estabelece o mínimo de 18%; conseguimos elevar de 13% para 18%, foi o possível. Eu pessoalmente apresentei uma emenda em que a União deveria aplicar no mínimo 20%; fui vencido também. Nessa questão prevaleceram os 18%, mas sabemos que a atividade governamental não está encaminhada apenas para a educação.

As aspirações da sociedade são vastíssimas. Tenho um depoimento pessoal muito dramático. Talvez seja dos demais companheiros o posicionamento da sociedade a respeito do problema da educação. Nas minhas peregrinações políticas à minha base política, vejo com muito maior ênfase, muitas vezes, uma reivindicação por uma antena parabólica de televisão, que muitas vezes até chamam de antena paranóica, do que, por exemplo, para uma escola, ou, muito menos ainda, com relação ao problema da qualidade da educação.

Um professor recebe nos municípios um salário que não se pode sequer chamar de salário, e ninguém quase reclama quanto a isso. A sociedade não se sensibiliza para esse problema.

Então, diante dessa questão, nobre Reitor, na sua ótica, qual seria o percentual ideal para a educação, como um todo, no Brasil?

Esta é uma questão a ser respondida. Quanto à parcela dos 18% já tivemos oportunidade de ouvir se 61% da verba da União são destinados ao ensino superior; dessa parcela do ensino superior, somente 5%, atualmente, vão para outros custeios e capital, quando o ideal seria entre 20% e 25%. Como não se pode comprimir a despesa de pessoal, é evidente que esse percentual destinado ao ensino superior teria que ser maior para se conseguir esse equilíbrio.

Então, penso que é uma questão que tem que ser respondida, talvez a partir desta primeira indagação: qual seria o percentual ideal, na sua ótica, a ser destinado à educação?

Esta questão, nós vamos enfrentar novamente. O Emendão está aí colocado, e sabemos que dentro da Casa, independente até de posição partidária, existem aqueles que defendem que não deve haver vinculação de recursos. Os chamados tributaristas sempre colocam essa tecla; que não deve haver qualquer tipo de vinculação.

E na Constituição, foi uma grande conquista, dos que têm compromisso com a educação, um percentual que é único, vinculado ao setor educacional.

A segunda questão que coloco, segunda e última, porque quase todas já foram feitas e respondidas, diz respeito a essa avaliação, especialmente das outras atividades, que não a atividade educacional.

Evidentemente a atividade educacional das universidades deve ser avaliada. Sabemos que há uma avaliação tácita disso, e, infelizmente, hoje, há uma avaliação de que a qualidade do ensino é péssima. Não queremos aqui atribuir responsabilidades apenas à universidade, porque sabemos que o problema é um círculo vicioso, começa pelo processo de alfabetização. Por outro lado, o Senhor mesmo declara que as universidades têm feito pesquisas, mas não se têm envolvido no problema da alfabetização, talvez até não tenham conseguido preparar professores alfabetizadores; ou, se os prepara, os sistemas estaduais e municipais não absorvem convenientemente esses professores alfabetizadores. Esse é o primeiro grande gargalo da qualidade de ensino no Brasil. Isso se reflete no ensino médio e vem refletir na universidade.

Por outro lado, isso prejudica o processo de formação de novos professores, que estão saindo, também, das universidades péssimamente qualificados; e isso tem um reflexo no problema da remuneração, porque não pode haver estímulo para pessoas realmente vocacionadas se dedicarem profissionalmente à atividade de ensino, com os salários que são pagos.

Enfim, esse é um grande círculo vicioso, mas já se tem algum conhecimento a respeito.

Quanto à atividade de pesquisa e extensão, foram citados pelo senhor alguns exemplos, qualitativos. Em relação aos recursos que são aplicados nas atividades de pesquisa e extensão, há uma correspondência de resultados?

Faço indagações a respeito de quantos professores, hoje, estão em dedicação exclusiva, trabalhando 40 horas nas universidades. Qual o percentual mais ou menos?

Qual é o percentual dessa carga horária dedicado à atividade de ensino, e qual é o percentual dedicado à atividade de pesquisa e extensão? Qual é o percentual dedicado à chamada atividade extracurricular, de preparo de aulas, de materiais didáticos etc. Qual a correlação disto? Que investimento a sociedade brasileira está fazendo em 61% desses 18% destinados à educação? Esse percentual ainda é pequeno, mas está comprimindo as despesas de outros custeios de capital. Os salários estão comprimidos. É claro que esses 61% são muito pouco para a manutenção do que temos hoje, sem falarmos no problema da expansão das atividades. A Constituição estabelece a interiorização das universidades. A Constituição estabelece a questão dos cursos noturnos, e sem falar em nada disso, hoje os recursos destinados às universidades públicas, e parece que as outras quase não estão recebendo nada do poder público, são insuficientes. Então, a indagação: como esse gasto está retornando à sociedade em forma de serviço, em forma de conquistas no campo científico e tecnológico?

São as indagações que quero fazer, pedindo a sua compreensão para, se possível, responder no tempo.

O SR. EDUARDO JOSÉ PEREIRA COELHO — Vou procurar responder o mais rápido possível.

O prezado Deputado Eraldo Tinoco participou muito do processo constituinte, e na questão da educação, de uma maneira muito presente, como já disse; sabe que a definição dessas percentagens passa por um profundo estudo, um processo amplo de conhecimento; eu não poderia, neste momento, dizer exatamente que índice seria aceitável. O que posso dizer, em primeiro lugar, é que seria inaceitável a eliminação dos 18%, porque 18% é o mínimo. Colocado como mínimo, não precisamos, naturalmente, ficar dizendo que é 20% o mínimo, ou 25%, porque já está 18% como mínimo. Se tivermos recursos para aplicar 20%, 25% a União pode fazê-lo, desde que arrecade os impostos de forma crescente e possa distribuí-los segundo as prioridades.

A segunda coisa, então, é observar-se que não se pode reduzir esse mínimo. e muito menos retirá-lo do texto constitucional.

É claro que se partirmos do conhecimento que temos, precisamos ampliar os recursos para a Educação como um todo. Há, hoje, Estados e Municípios que dão conta dessa atividade com 25%. Então, eu não posso dizer que os 25% não seriam uma alternativa.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Reitor, permita-me? Há um exemplo inspirador no Rio Grande do Sul, tão bem representado aqui por um parlamentar que lá nasceu. A Constituinte gaúcha aumentou os 25% na área estadual para 35%. Foi um aumento de 40%. E lá no município da Capital do Espírito Santo, Vitória, também por iniciativa de um vereador, houve um aumento de 25% para 35%; portanto, um aumento de 40%. Creio que seria possível, na revisão constitucional, até antes, o aumento do percentual na área federal de 18% para 25%, porque nós já conseguimos um aumento de 10 para 18 — antes do movimento de 64, era 10%. Castello Branco acabou com a vinculação e, posteriormente, em duas etapas, primeiro para 13 e depois para 18, nós conseguimos 80% de aumento. Estava na hora de examinarmos o exemplo inspirador do Rio Grande do Sul e pensarmos num novo aumento na área federal também.

O SR. EDUARDO JOSÉ PEREIRA COELHO — Todos sabem que os Estados do Sul dão uma atenção especial à educação até, talvez, pelo processo de colonização desses Estados, onde os alemães, italianos etc., povos de outras nações que lá se assentaram têm uma preocupação e a trouxeram como uma cultura de seus povos. Então, sabemos que esse fato vem de um processo de conscientização de massa. Não são apenas o Governo e os legisladores que determinam; sabemos que o legislador também recebe os influxos de uma comunidade que acaba colocando as suas prioridades ao longo do processo de formulação das leis.

O que eu posso dizer é que, em alguns casos, os 25% para serem colocados em alguns municípios, os Prefeitos ainda fazem algumas rubricas que nada têm a ver com a Educação, ou que resvalam a Educação, mas que não são, necessariamente, atividades de educação. Então, não estamos questionando a porcentagem em si, porque ela é mínima.

Se o Estado quiser fazer mais pela sua Constituição estadual pode fazê-lo; São Paulo fez 30%; o Sul, 35%. Nós podemos chegar à União com 25 por cento.

Se pudermos chegar a esse percentual, seria um benefício que a revisão constitucional nos traria de inestimável valor para a elaboração da Educação no nosso País. Mas não me sinto em condições, nesse momento, de dizer uma porcentagem, porque eu estaria arriscando.

Está aqui um ex-Diretor do INEP que, pelo seu conhecimento de educação, talvez possa discorrer a respeito das pesquisas e necessidades da educação nacional.

Muitas vezes, estabelecemos números, em função de uma realidade diagnóstica que conhecemos. Por exemplo, no Brasil, segundo o censo, há 18% de analfabetos, que correspondem a cerca de 25 a 30 milhões de pessoas. Porém, o número de analfabetos é muito maior do que esse. Então, para atingirmos os reais objetivos, precisamos dos dados reais, que provavelmente apontam muito mais de que 25%. É necessária uma mentalidade no sentido de mudar isso, de assumir essas questões.

Penso que o Deputado tem razão; também fui candidato a deputado e sei o que isso significa. Muitas vezes, assumimos as verdades, ao expor as necessidades do povo. Mas, ao pedir votos, verificamos que não é verdade que, necessariamente, a sociedade tem prioritariamente preocupações quanto à área de educação. Por quê? Porque as classes sociais menos favorecidas passaram por esse processo de má-formação e não têm essa sensibilidade no seu entender, a educação é algo inatingível para

seus filhos e, talvez, para seus netos. Por essa razão, elas não incorporam aquilo que nós, pessoas cultas, alfabetizadas e que passamos por um processo educativo, temos condições de dizer que é necessário.

Creio que os governos no momento em que enfocarmos a educação, serão instados a, cada vez mais, aumentar os investimentos em educação, porque o povo vai passar a fazer pressão sobre os governos para que isso aconteça. A sociedade brasileira ainda não chegou a esse ponto, mas é preciso.

Em relação à questão da pesquisa e da extensão e à forma como o dinheiro público é gasto nas universidades, quero ser absolutamente verdadeiro. Reconhecemos que muitas vezes há este ou aquele companheiro dentro das universidades que pode não estar cumprindo o seu próprio contrato de trabalho. Mas isso jamais pode ser generalizado. Não devemos atacar a universidade por causa da omissão de algum colega docente ou funcionário. Existem esses problemas em todos os órgãos: no Congresso Nacional, na universidade, nas igrejas. Em todas as instituições existem pessoas que, talvez, não estejam cumprindo com o seu contrato de trabalho, com as suas finalidades. Mas a universidade tem um compromisso com as questões aqui colocadas. Não há, na universidade, condição de estabelecermos a percentualidade de aulas e de pesquisa. É fundamental que haja, no projeto educacional de cada universidade, a liberdade para que os departamentos assumam uma flexibilidade para direcionar os seus projetos mais na área de pesquisa, ou extensão, ou ensino, conforme as demandas que cada departamento tenha. Então, se é preciso ampliar o curso noturno, por exemplo, naturalmente tem-se que aumentar a carga dos docentes contratados em tempo integral, em ensino. Se há a necessidade de prestar um serviço à comunidade numa demanda importante, há que se alocar, dentro do departamento, pessoas que venham fazê-lo com uma dedicação maior.

Mas entendemos que deve acontecer na universidade um projeto educacional, coisa que as universidades estão a demandar, porque falta um projeto nacional, porque falta um projeto de educação superior; também as universidades ficam, muitas vezes, sem poder organizar o seu próprio projeto educacional. A política educacional, no Brasil, não será formulada de cima para baixo, será formulada de baixo para cima. Estou convencido disso, porque já passei muitos anos esperando que um governo entre disposto a discutir conosco uma política de educação superior. Como eles estão aí para apagar incêndio, isso nunca acontece. Temos, a partir das universidades, que constituir os próprios projetos na diversificação de modelos que, naturalmente, devem existir no País. Dada a diversidade de culturas e a heterogeneidade, devemos constituir projetos que se somem sistematicamente no sentido de encontrar margens de atuação das universidades. Daí estabeleceremos um princípio de política educacional que deve ser assumida pelos governos e, por isso, lutar pela eficiência.

Não sei dizer, em termos da pergunta mais direta de V. Ex^a, quanto por cento está envolvido nisso ou naquilo, ou se o dinheiro público é gasto com parcimônia ou não em determinadas situações. Entendo que o objetivo central da universidade é gastar o dinheiro público a serviço da sociedade. E deve ser essa central da universidade, essa mentalidade que nos move dentro da universidade. Se alguém não faz isso, essa pessoa não está levando em conta a sociedade brasileira em toda a sua constituição e assim como as dificuldades e escassez de recursos vigentes. Mas essa pessoa não deve caracterizar a média da universidade e, muito menos, direcionar os trabalhos da universidade e, sim, aqueles que se dedicam diariamente às suas atividades de laboratório, de pesquisa, de um ensino de boa qualidade e de um serviço comprometido, colocando a sua potencialidade técnica e de recursos que tenha críticos etc., a serviço da sociedade como um todo.

Respondendo genericamente, porque não sei, no vasto contingente de universidades e modelos diferentes, como estabelecer partições de trabalho dentro de cada universidade. O que posso dizer é que o dinheiro público tem sido gasto com parcimônia

e deve ser gasto dessa maneira. Existem dificuldades ao longo desse processo que devem ser superadas a partir da avaliação, a partir do esforço de a universidade, na sua própria autonomia, poder gerir esses recursos com mais liberdade. Muitas vezes, existem recursos públicos que são colocados em rubricas absolutamente fechadas e que não podem ser alteradas, e o Reitor é obrigado a gastar aquele recurso, quando ele poderia, eventualmente, realocar isso com um orçamento amplo, mais global, em outras prioridades e, muitas vezes, isso afeta a eficiência do serviço público na área das universidades e em outras partes do serviço público.

Muitas vezes, se faz uma concorrência de preços etc., e na hora em que se vai comprar, o preço pela inflação aumentou e acontecem inúmeras dificuldades, e o processo de gestão administrativa se interrompe novamente. É dinheiro público que é gasto desnecessariamente ou, então, falta de eficiência. Mas digo, do ponto de vista da mentalidade, posso garantir que há um esforço de eficiência. Se existem distorções elas devem ser combatidas, mas não deve haver uma imagem da universidade tomada a partir de exceções, para ser caracterizada na sua totalidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Teotônio Vilela Filho, que deseja, ainda, questionar o depoente.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Serei rápido, cheguei atrasado, mas o Reitor Eduardo José deve saber que, às vezes, a nossa agenda se acumula, são várias reuniões e sessões. Eu estava no plenário, onde o Senador João Calmon faltou, participando de uma votação. Eu não pude assistir a toda a sua palestra, brilhante, com certeza, pelo que vi aqui nas rebarbas das respostas. Eu queria apenas fazer um registro, até como alagoano, também, porque Alagoas foi citada aqui. Sou um alagoano exilado da República das Alagoas.

Alagoas, coitada, vive momentos difíceis, porque ela participa e sofre com a crise do Brasil, agravada, ainda, por suas deficiências estruturais, históricas. Somos um Estado muito pobre, miserável, campeão de analfabetismo no Brasil, campeão de mortalidade infantil, disputando esses índices de pobreza com alguns outros Estados do Nordeste, como o Piauí. Agora sofrendo mais ainda, por causa dessa pecha da República das Alagoas, onde os alagoanos ficam incomodados de admitirem e dizerem que são alagoanos, nas rodas das esquinas, nas cidades, porque alagoano virou sinônimo do desonesto, do aproveitador, do usurpador da felicidade brasileira, quando, na verdade, isso não acontece.

Alagoas é terra de gente sofrida, gente honesta, gente que deseja participar, mas deseja participar para engrandecer esta Nação. A verdade é que meia dúzia de alagoanos estão fazendo algumas coisas, aí, que têm criado toda essa celeuma. Os alagoanos estão sentidos com isso. Inclusive, nesta semana, deverei fazer um pronunciamento no Senado Federal, a pedido das pessoas de Alagoas, que andam muito tristes com essa terrível imagem dos alagoanos que está sendo criada. Isto porque nós fizemos um pacto de que, quando se falar de Alagoas, ninguém vai ficar com medo de dizer que é alagoano, a não ser aqueles que têm culpa no cartório, e é uma meia dúzia.

Sr. Reitor, não tenho intimidade com o assunto educação, mas os alagoanos, ultimamente, a comunidade universitária e professores de ginásio, do curso secundário, têm me procurado com grande insistência, dada a crise que o ensino brasileiro vive e, particularmente, da universidade. Nós temos que fazer um verdadeiro mutirão nacional para salvar a universidade pública, que está agonizando, está em ruínas. A situação é, realmente, muito grave, é crítica. Quero louvar, aqui, a iniciativa desta Comissão porque, realmente, é importante que haja aqui dentro do Congresso Nacional um fórum permanente de discussão desse assunto, da maior gravidade e de uma importância muito grande.

Passado esse momento do mutirão, equacionados os caminhos que coloquem nos eixos o andamento das coisas, quero deixar aqui registrado e gostaria também de ouvir do senhor, pois já disse que não ouvi toda palestra, que a universidade brasileira precisa passar por um rigoroso, um doloroso processo de auto-avaliação. O Senhor já falou e acho que o Deputado Fraldo Tinoco também.

Sabemos que o ensino universitário brasileiro público ou privado não é bom, ele é ruim, com as exceções que só vêm confirmar a regra.

A universidade está em greve há 90 dias e a sociedade não toma conhecimento desse fato. Em Alagoas é de cortar o coração a indiferença da sociedade, das elites, da classe média, de todos em relação a essa greve da universidade. Temos a sensação de que se pode até fechar a universidade que ninguém irá notar.

A universidade brasileira tem que dar um passo adiante. O senhor já mostrou que tem essa preocupação. É fundamental a integração da universidade com a sociedade brasileira, procurando atender aos desafios, que no caso lá do Nordeste, por exemplo, são elementares, como o equacionamento da produção de produtos agrícolas de subsistência, o que a universidade não consegue ver.

Fui Presidente da CPI da seca. Vejo que a universidade brasileira precisa atender a desafios elementares da convivência do homem com a seca em relação a coisas simples, mas que dizem respeito ao dia-a-dia do homem brasileiro.

É fundamental a questão da ciência e tecnologia. Precisamos fazer sempre aquela pergunta: ciência e tecnologia para quê? Para quem? Quem será o beneficiário dessa ciência e dessa tecnologia? São considerações das quais temos que ficar próximos.

Tenho vivido, ultimamente, muito próximo à questão da energia — sou Presidente da Subcomissão de Energia aqui do Senado Federal — e vejo os absurdos que se têm cometido. Aqui lembro a questão da energia, rapidamente, porque ela entra em duas vertentes. Primeiro o desperdício, quando contamos com o maior cuidado cada tostão que vai para a educação, pelo menos teoricamente, existem muitas distorções ainda dentro da aplicação desses recursos. Mas muito dinheiro é jogado fora neste País, ainda hoje, com toda essa crise.

Certa vez, conversava com o então Presidente Sarney, e ele me disse que no Brasil havia 13 bilhões de dólares de equipamentos estocados que o Brasil comprou e não aplicou porque veio errado, a obra não foi adiante. No caso da energia, só no projeto de energia nuclear foram 6 bilhões de dólares. Seis bilhões de dólares dá para fazer muita coisa, não dá?

O Senhor vai indo adiante, vai ao Norte, Tucuruí, estão lá mais 6 bilhões de dólares. De aproveitamento social, só a energia que vai para Belém, o restante está indo para duas fábricas de alumínio, que exportam todo esse alumínio, empregam as duas juntas seis mil brasileiros e a cada tonelada de alumínio que o Brasil exporta perde 500 dólares. E o restante está parado. Em Tucuruí há 2 mil megawatts instalados, parados.

Seis bilhões de dólares e por aí vão, seis bilhões, seis bilhões... E ainda hoje o projeto oficial de energia do Brasil e da Eletrobrás, Plano 2010, prevê a aplicação — não vai ser executado nunca, porque não se vai ter dinheiro para isso — de 90 bilhões de dólares em investimento em hidroelétrica na Amazônia, uma verdadeira loucura, porque isso, inclusive, implica deslocamento de tribos indígenas, em inundação de milhares e milhares de quilômetros de florestas, por aí vai.

Acho que a questão do nosso "modelo de desenvolvimento", na verdade, já tem no seu bojo uma distorção muito grande.

Outro assunto ligado à energia é que a universidade omitiu-se, não questionou essas distorções do modelo brasileiro de uma forma que sensibilizasse. Então, desde

a questão mais prática, lá, da comida, da mandioca e do milho do sertanejo, ao problema da universidade, da ligação da universidade com o direcionamento do modelo de desenvolvimento e essas distorções terríveis, como esses gastos absurdos em alguns setores da energia, desviando dinheiro. Esse dinheiro era da educação, era o dinheiro do grande projeto nacional de alfabetização e de educação. Até hoje o Brasil não tem um projeto de educação, como o projeto da saúde pública.

A universidade tem que avançar nisso e participar, e avançar com propostas concretas para o equacionamento dos problemas brasileiros no sentido macro, no sentido das questões menores. Acho que essa auto-avaliação da universidade, sem complacência nem cumplicidade com o corporativismo, nem com a preguiça, nem com a incompetência, é fundamental, assim como essa autonomia, com essa auto-avaliação, para que possamos dar realmente um passo adiante na questão universitária.

No mais, quero aqui me colocar à disposição da comunidade universitária para que nós realmente consigamos sair desse atoleiro em que estamos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra ao Sr. Reitor.

O SR. EDUARDO JOSÉ PEREIRA COELHO — Em primeiro lugar, agradecemos essa disponibilidade, em se tratando de um Senador do seu porte e de suas convicções. Em segundo, muitas das questões que V. Ex^a abordou aqui, naturalmente, foram abordadas anteriormente. Mas gostaria de concordar com a maior parte das ponderações que V. Ex^a apresenta. Não posso concordar, no entanto, quando diz que a universidade se omitiu em relação a uma série de questões. V. Ex^a tem a sua frente um documento dos reitores das universidades brasileiras que faz uma alusão ao quadro panorâmico do País hoje, e V. Ex^a poderá ter uma visão do comprometimento que queremos ter com a sociedade — de uma maneira resumida, naturalmente que cabe numa folha de duas páginas.

A universidade pode ser talvez impotente para fazer valer a sua potencialidade, porque muitas vezes não é chamada, ou quando ela manifesta as suas opiniões, por vezes essa opinião não é levada em consideração. Vários foram os momentos em que nos dispusemos contra determinados gastos absurdos.

Isso continua acontecendo no Brasil, não vai parar enquanto o Executivo tiver uma primazia em relação aos demais poderes do ponto de vista da execução das coisas e do seu poder de influência no andamento das suas iniciativas. Achamos que os Estados e os Municípios não vinham chamando as universidades. Quando chamavam, não gostavam do espírito crítico com que as universidades entravam nas discussões etc. Hoje, parece que, ao exaurir toda a potencialidade dos Estados e Municípios, os governadores, talvez com uma idéia mais moderna das coisas, estão chamando as universidades. Os seus Secretários de Educação, de Promoção Social, de Habitação etc., estão chamando as universidades para discutir as questões, as políticas etc. E provavelmente a universidade se faça mais presente e possa não ser tão impotente quanto o foi até o presente momento, sem ser omissa nesse processo de participação. Acho que têm duas maneiras de matar uma universidade. Uma é ocasionada pela sociedade, pelos governos, no sentido de exaurir os seus recursos e inviabilizar o seu funcionamento. Uma outra, é o suicídio. Uma universidade que não esteja voltada aos interesses legítimos da sociedade, que não tenha qualidade, que não tenha eficiência e não esteja voltada a essa produção de conhecimentos colocados a serviço da comunidade, essa morre naturalmente, mesmo que o governo ajude, mesmo que ajude com recursos.

Então, o que a gente precisa hoje é, em primeiro lugar, garantir o volume de recursos necessários, um padrão de salários para as pessoas poderem ter dignidade de trabalhadores em educação compatível com a qualificação que deles é exigida. Em segundo, recursos necessários ao andamento dessas pesquisas e a manutenção

básica da universidade. Uma integração da universidade com ensinos de 1º e 2º graus, naquilo que ela puder fazer, desde a licenciatura até a recapitação dos professores intervenientes no processo educacional; uma universidade presente no crescimento regional que ofereça alternativas.

A universidade, por si mesma, não consegue fazer essa transformação na sociedade, mas pode oferecer alternativas e opções para esse processo de transformação, que passa por uma melhor qualidade de vida da população, ao considerarmos a iniquidade do quadro social que estamos verificando no Brasil de hoje.

A universidade tem este compromisso: ao lado da manutenção básica de sua missão, que seria as condições logísticas adequadas ao seu funcionamento, ela tem que assumir um compromisso de qualidade com a sociedade, sem o qual ela vai sofrer um processo de descredenciamento e de deslegitimação em relação à sociedade.

Coloco isto de uma maneira muito aberta, porque acho que a avaliação deve ser feita na universidade. Não sou desses que têm algum receio de que a avaliação aconteça; acho que ela deve acontecer, mas com padrões definidos. O que queremos alcançar? Qual é o projeto de cada universidade? Devemos discutir a universidade à luz do seu projeto, que é um projeto de referência social, inclusive. Mas não posso fazer com que todas as universidades, seja a de Alagoas, do Acre ou do Rio de Janeiro, sejam iguais à USP. Isto é impossível num país; cada qual tem um modelo e dentro desse modelo ela deve ser avaliada.

Então, entendemos que é possível e necessário fazer um processo avaliativo sério, que conduza a universidade a uma maior eficiência para otimizar os recursos que a sociedade aloca, através dos Governos, para a universidade. O problema é que, muitas vezes também, o Governo não ouve a sociedade para alocar recursos para as coisas, e aí se dão todas as distorções que acontecem, inclusive na área da educação, por falta dos recursos adequados para o seu funcionamento.

As suas ponderações são extremamente oportunas e válidas. Se acho que, se fizermos um corte histórico, veremos que todas as deficiências das universidades foram causadas de fora para dentro, e muitas vezes não fomos capazes de nos organizar politicamente e dentro da segmentação universitária, para nos colocar com poder de fogo, para evitar que essas coisas afetassem tanto as instituições educacionais no Brasil. A universidade ainda teve mais organização do que as instituições de 1º e 2º graus, senão ela já estaria submetida ao mesmo quadro de falta de qualidade a que estão submetidas essas escolas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Resta-nos agradecer a participação do Reitor Eduardo José Pereira Coelho, que atendeu prontamente à convocação desta Comissão. É escusado dizer que esta convocação foi muito em cima da hora, porque a Comissão se instalou na semana passada e, não querendo perder tempo, iniciou imediatamente os seus trabalhos.

A sua pronta colaboração, ao lado da sua brilhante exposição e da segurança das suas respostas, fez com que esta primeira reunião de trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito se tornasse realmente um marco que, sem dívida alguma, vai nortear todo o curso dos trabalhos que aqui pretendemos realizar. Agradecemos, portanto, ao Sr. Reitor essa contribuição tão importante oferecida aos nossos trabalhos.

Temos algumas providências a adotar em relação à continuidade dos nossos trabalhos. Em primeiro lugar, a Mesa quer dizer que foi, nesta primeira reunião, extremamente condescendente e compreensiva em relação ao problema dos tempos. Tive o cuidado de cronometrar e constatei que somente o nobre Deputado Raul Pont foi absolutamente fiel ao tempo que lhe foi conferido.

Para a próxima reunião, até porque imaginamos que com a presença maior de participantes na CPI, esse tempo terá que ser melhor disciplinado. Queremos sugerir a seguinte destinação do tempo: o depoente terá 30 minutos iniciais para as suas

colocações, o Relator, 20 minutos para as suas indagações, o depoente, 20 minutos também para essa primeira resposta, e, em seguida, virão as perguntas com o tempo de 5 minutos, destinando-se, como é de praxe, o dobro desse tempo, ou seja, 10 minutos, para as respostas.

Isso, naturalmente, não se aplica mais à reunião de hoje, pela circunstância de termos tido a possibilidade de conduzir com maior flexibilidade os trabalhos, mas fica esta orientação para a Comissão, no sentido dos trabalhos futuros.

O segundo ponto é com relação ao horário das reuniões.

A Comissão ficou de deliberar na reunião de hoje a respeito do melhor momento, do melhor dia, da melhor hora para os nossos futuros trabalhos.

Como não houve possibilidade dessa deliberação, nós, de ofício, estabelecemos para a próxima semana, ainda, no mesmo dia e no mesmo horário, ou seja, terça-feira próxima às 15 horas, a próxima reunião.

O terceiro ponto é com relação à lista de depoentes. Nós pretendíamos submeter essa lista à deliberação da Comissão, pelas mesmas razões do número já bastante escasso. A essa altura dos trabalhos, não poderemos ter a aprovação dessa lista, mas, em síntese, o que o Relator, com a Presidência, sugere é o seguinte: que nós possamos dividir em quatro grupamentos os depoimentos que pretendemos ouvir.

No primeiro grupamento estariam os dirigentes das universidades, aqui incluindo não apenas universidades públicas, como também universidades confessionais e filantrópicas etc. A relação, aqui, de sete autoridades, incluindo o Professor Eduardo José Pereira Coelho, que já foi ouvido hoje, seria a seguinte: o Presidente do Fórum das Universidades Estaduais e Municipais, portanto, um grupamento de universidades públicas, cujo Reitor é Itan Pereira da Silva; o Presidente da Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas, portanto, esse é um grupamento de entidades confessionais, cujo Reitor é José Carlos Almeida da Silva; o Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares, no caso o Reitor Antônio Veronesi; o Reitor da Universidade de São Paulo, por ser a maior universidade estadual, Reitor Roberto Leal Lobo e Silva Filho, e incluímos aqui nessa sugestão dois reitores de universidades federais, o da Universidade de Mato Grosso do Sul, que, segundo opina o nobre Relator, é uma instituição que tem equacionado bem o problema da relação com a comunidade e a captação de recursos etc., seria o Reitor Fausio Scarf Gatas Filho, e o Reitor da Universidade de Brasília, o Reitor Antônio Ruiz Ibañez, que também é uma universidade que tem desenvolvido um amplo esforço nesse sentido.

Esse grupamento de sete autoridades constituiria esse primeiro grupamento.

No segundo grupamento nós ouviríamos os representantes de entidades de classe, no caso o Presidente da ANDES, Professor Carlos Eduardo Baldijan, a Coordenadora Geral da Fasubra, Vânia Galvão, e a Presidente da UNE, que é a estudante Patrícia De Angelis, três representantes, portanto, de entidades de classe envolvidas no setor educacional: representantes dos professores, dos funcionários e dos estudantes.

Em seguida, nós ouviríamos o Ministro da Educação, Ministro José Goldenberg, e o ex-Ministro da Educação, Carlos Chiarelli, que, conforme já vimos na mostra de hoje, teria muito que responder a indagações desta Comissão.

No quarto e último grupamento nós ouviríamos autoridades e especialistas que têm um envolvimento ou um conhecimento mais direto com o problema da universidade, quer seja pelo intercâmbio das suas atividades com a atividade das universidades, ou pelo seu conhecimento específico sobre o setor.

Nesse grupamento estão, também, oito autoridades que seriam as seguintes: Presidente do Conselho de Secretários Estaduais de Educação, que me parece, no momento, é o Secretário de Pernambuco, Deputado José Jorge. Ouviríamos o Ministro Homero Santos, do Tribunal de Contas da União, que foi o Relator das últimas contas do Governo Federal; ouviríamos o Dr. Pedro Demo, do IPEA; o Dr. Edson Machado

de Sousa, Secretário Nacional de Ciência e Tecnologia, o Dr. José Artur Gianoti, do Cebrap, o Dr. Enio Candotti, Presidente da SBPC, o Deputado Osvaldo Coelho, autor da emenda que resultou no art. 60 das Disposições Constitucionais Transitórias — como já vimos, também, pela mostra de hoje, um assunto que, naturalmente, vai ocupar muito as preocupações desta Comissão. Também houve a sugestão do Professor José Carlos Azevedo, que tem sido, ultimamente, um crítico das universidades, através de matérias publicadas nos jornais.

Naturalmente, que essa não é uma lista definitiva. Tanto o Relator quanto esta Presidência estão inteiramente prontos a receber sugestões de todos os senhores membros desta Comissão.

Aqui, nesta relação, há um grupo de vinte autoridades. Naturalmente que poderemos ouvir mais, sem perdermos de vista o tempo que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem para concluir os seus trabalhos. Temos que ter um tempo para que o Relator prepare o seu trabalho, o seu parecer; temos que ter um tempo dedicado também aos debates desse parecer e à votação do mesmo, mas, sem dúvida alguma, com esforço de toda a Comissão, poderemos até ampliar ou substituir algumas dessas autoridades aqui sugeridas.

Vou pedir à Secretaria que prepare esta relação e a encaminhe a todos os senhores membros da Comissão para que, na próxima reunião, possamos debet-la mais profundamente, fazendo alterações ou acréscimos a essas sugestões que estão sendo apresentadas.

Apenas pediria permissão à Comissão para que, do mesmo jeito que hoje fizemos a convocação do Reitor Eduardo José Pereira Coelho, sem que houvesse uma deliberação formal da Comissão, que pudéssemos convocar já, para a próxima semana, o Presidente do Fórum das Universidades Estaduais e Municipais e o Presidente da Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas, respectivamente os Reitores Itan Pereira da Silva e José Carlos Almeida da Silva. Já ouviríamos essas duas autoridades na próxima terça-feira, se não houver nenhuma objeção.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO — Sr. Presidente, só uma solicitação à Mesa. Cheguei um pouco atrasado. Não tive oportunidade de assistir à palestra do Prof. Eduardo José Pereira Coelho. Gostaria de obter ou uma fita ou o texto ou o que fosse mais rápido.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Peço à Secretaria que atenda à solicitação do Senador Teotônio Vilela Filho.

O Deputado Raul Pont pediu a palavra?

O SR. RAUL PONT — Sim, Sr. Presidente. O que eu queria dizer não é tanto quanto à próxima semana. É que achei a lista um pouco extensa, se levamos em consideração o prazo de funcionamento. Então, isso pressupõe que teríamos mais de um depoente por reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Acredito, Deputado, que em alguns casos poderíamos ter mais de um depoente. Nos concentraríamos primeiro nos depoimentos; a parte referente às perguntas e indagações seria feita em seguida, onde o interlocutor poderia dirigir o questionamento para um ou outro depoente.

O SR. RAUL PONT — Bem, então, como vamos voltar a esse tema, quando V. Ex^a nos passar a lista completa eu deixaria então, para fazer indicações. Tenho algumas indicações que gostaria que fossem contempladas, também, principalmente na área de especialistas, para que pudéssemos ouvir alguns especialistas, alguns professores que têm trabalhado especificamente ou no campo dos recursos orçamentários, ou na própria questão da representação da Andifes, que reúne as entidades federais;

a Professora Vanessa, que me parece ser importante ser ouvida. Mas deixaria para fazer essas sugestões no momento em que discutíssemos isso numa próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Agradeço muito sua contribuição, que será, sem dúvida alguma, muito bem-vinda, pois teremos imenso prazer de submeter à deliberação da Comissão todo este rol de depoentes.

Parece-me, entretanto, de suma importância que tenhamos esta colocação dos depoimentos dentro de uma mesma ótica; estabelecer-se-á, sem dúvida, uma visão mais ampla e abrangente possível dos diversos problemas que envolvem a universidade. Mas, para que a Comissão não tenha que estar indo e vindo nos diversos assuntos, parece-me que é da maior importância que tenhamos essa concentração, de acordo com a visão que tenha o depoente.

Peço, portanto, à Secretaria que providencie a remessa e, se não houver nenhuma palavra em contrário, providenciaremos a convocação dos seguintes relacionados, para termos a seqüência do nosso trabalho.

Bem, agradecendo a presença de todos e a participação efetiva dos que aqui estiveram e, mais uma vez, agradeço ao Reitor Eduardo José Pereira Coelho sua presença.

Declaro encerrada esta reunião. (Palmas.)

Data: 10-9-91 — hora: 15h30min

Convidados: Garibaldi Alves Filho, Hugo Napoleão, Louremberg Nunes Rocha, Raul Pont e os Reitores Itan Pereira da Silva, e José Carlos Almeida da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Declaro aberta a reunião. Ficou estabelecido na reunião passada que cada depoente terá um tempo inicial de 30 minutos e, logo depois dos depoimentos, daremos início aos debates, aos questionamentos, ouvindo, inicialmente, os questionamentos do Relator da Comissão. Nesse período, com certeza, estarei presente, Senador João Calmon, para ajudá-lo nessa tarefa. Passo, portanto, a Presidência a V. Ex^a para darmos início, imediatamente, aos depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Muito obrigado, Sr. Presidente. Deputado Eraldo Tinoco, Srs. Senadores, Srs. Deputados presentes, tenho o prazer de conceder a palavra ao Professor Itan Pereira da Silva, Presidente do Fórum das Universidades Estaduais e Municipais.

O SR. ITAN PEREIRA DA SILVA — Tenho a satisfação de saudar a Presidência e a composição desta Mesa, os Parlamentares aqui presentes e as demais pessoas que tomam parte no auditório.

Inicialmente, quero agradecer a oportunidade que o Parlamento brasileiro abre de ouvir os segmentos mais diversos da universidade brasileira e, no caso aqui, em nome do Conselho de Reitores das Universidades, alguns dos reitores que certamente vão fazer o seu depoimento. Peço licença à Presidência, dada a gravidade e dada a responsabilidade deste momento da universidade brasileira, para fazer o meu depoimento por escrito, se assim for possível.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — É possível. Poder ler o seu depoimento.

O SR. ITAN PEREIRA DA SILVA — Eu começo com a introdução que, para a universidade brasileira, é certamente um depoimento histórico, aberto pelo Congresso Nacional.

(Leitura do depoimento do Sr. Itan Pereira da Silva.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Agradecemos ao Magnífico Reitor Itan Pereira da Silva pela sua brilhante exposição.

Concedemos a palavra ao Reitor José Carlos Almeida da Silva, da Associação Brasileira das Escolas Superiores Católicas, da qual é Presidente.

O SR. JOSÉ CARLOS ALMEIDA DA SILVA — Cumprimento, cordialmente, o Senador João Calmon, que é uma legenda viva da luta pela causa da Educação neste País. Cumprimento, também, cordialmente, os demais Parlamentares, Senadores e Deputados. Quero agradecer a esta Comissão pelo convite e pela oportunidade de poder aqui participar e externar alguns princípios que representam tão-somente algumas reflexões pessoais e não um posicionamento da entidade que tenho a honra de presidir — a Associação Brasileira das Escolas Superiores Católicas, que é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que completa, em janeiro próximo, 40 anos.

Atualmente, a nossa instituição congrega 45 instituições de ensino superior, sendo dezesseis universidades católicas, as chamadas PUC, e vinte e nove federações ou faculdades isoladas, algumas com processo para transformação em universidade.

O conjunto dessas instituições atende a 223.823 alunos, representando quase 15% do universo dos alunos matriculados no ensino superior brasileiro, com 13.768 professores e 12.387 funcionários administrativos.

As nossas instituições têm fortes programas de pós-graduação *lato sensu*, enquanto que, na área da pesquisa e extensão, algumas instituições também se sobressaem, embora nem todas tenham, principalmente as isoladas. As três potências mais antigas — a PUC do Rio, a PUC de São Paulo e a PUC do Rio Grande do Sul — também se distinguem pelo programa de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado.

A maior parte das nossas instituições, principalmente as mais antigas, data de 1946, depois da Segunda Guerra Mundial. Aos poucos, foram sendo criadas e estimuladas pelo Governo brasileiro. Durante um certo período, tiveram a maior parte do seu orçamento vindo do Governo. Hoje, a título de exemplo, para que V. Ex.^a percebam, até o meu caro companheiro Itan Pereira da Silva, as verbas que vêm para as nossas instituições são simbólicas. Elas não representam nem 1% do Orçamento do MEC; e, no orçamento das nossas instituições, elas não atingem nem 5% do Orçamento anual.

Quero, aqui, destacar que temos exceções, como a PUC do Rio de Janeiro, que, pela sua característica, investiu maciçamente em pós-graduação, inclusive, *stricto sensu*; ela tem uma soma de recursos bastante elevados que vêm da Capes, do Cineps, do CNPq etc. A PUC do Rio Grande do Sul também, um pouco mais que São Paulo, mas todas as outras, de modo geral, é fácil de constatar, não passam disso.

As nossas instituições, pela tradição, têm algumas características, como, por exemplo, pelo fato de serem confessionais e comunitárias. Por que comunitárias e amparadas no art. 213 da Constituição Federal? Primeiro, porque as nossas instituições, estatutariamente, aplicam os resultados obtidos na própria instituição; segundo, porque pela tradição da sua criação, em caso de dissolução, o patrimônio será destinado a entidade congênera; terceiro, porque o preceito pedagógico está inserido na própria comunidade, na maioria dessas instituições.

São essas as palavras iniciais que eu queria colocar para apresentar a instituição que tenho a honra de presidir há dois anos e meio, atualmente, no meu segundo mandato.

Qual é a universidade que está em crise? A meu ver, falar numa Comissão como esta, composta de membros da Educação, os próprios Senadores e Deputados talvez tenham mais informações à mão do que nós que estamos do lado de cá. Suas assessorias são muito mais especializadas e treinadas. Mas, nas pesquisas que fiz, olhando um trabalho de Raulino Tramontim, constatei que ele faz a seguinte assertiva: a universidade é, sem dúvida, a instituição que reúne o conjunto de condições mais adequadas ao atingimento dos objetivos da política de educação superior para o País. Aí está concentrado, em termos relativos, o maior contingente de alunos do sistema.

Aí se localiza, no interior dos *campi* universitários, um leque mais abrangente da oferta de cursos e o conjunto de professores melhor qualificados em regime de tempo integral e dedicação exclusiva. E mais ainda, 80% da pesquisa nacional são realizados na universidade brasileira, o que significa que a ciência e a tecnologia estão aí no seu *habitat* natural. Desses 80%, há uma concentração das pesquisas nas três maiores instituições de São Paulo — USP, Unicamp e a Unesp — que concentram aproximadamente 50% a 55% das pesquisas.

Verifiquei nesse manual, antes de vir para aqui, que, por exemplo, em 1976, tínhamos 79 universidades, hoje temos 90. Nessa época tínhamos 168 instituições ou seja, as universidades representavam 9% do número de IES, e, em 1986, elas concentravam 48% da matrícula de graduação, 90,9% da pós-graduação, 35,4% das vagas iniciais, 39,7% das conclusões, 60,4% dos professores e 43,6% dos cursos, num universo hoje de 90 universidades, devemos ter oitocentas e poucas instituições de ensino, incluindo a universidade, que deve representar 9% a 10%. Assim, um substancial atendimento passa pela universidade.

Ora, ao analisar a crise, não se pode deixar de reconhecer o papel e a importância dessa universidade. Por outro lado, não se deve ter uma atitude corporativa de fazer a defesa pela defesa, mas examinar não só as questões mais emergentes, como também as mais permanentes e mais de fundo.

Portanto, considero um equívoco querer-se entender a crise da universidade brasileira como decorrente apenas dos problemas inerentes ao setor. A crise também é uma consequência de fatores estruturais e conjunturais da realidade nacional, que afetam diretamente ou indiretamente a universidade brasileira. Com isso não quero isentar o setor dos problemas da ineficiência e da ineficácia que ela gera. Há, e temos que ter a coragem de apontá-los. Tampouco quero deixar de reconhecer que a universidade brasileira se debate numa séria crise, por não ter conseguido organizar-se e mobilizar-se para, com criatividade, propor alternativas. A universidade não foi para a vanguarda: ficou na defensiva.

Com (falha na gravação)... milênio que se avizinha. E por que isso? Porque ela não conseguiu promover as mudanças na vanguarda, e sim na defensiva que permitissem — vou considerar quatro pontos — primeiro: alterar os quatro modelos que lhe foram impostos pela reforma universitária de 1968 — essa é uma coisa que fica um pouco esquecida, fica *a latere* — quer dizer, qual é o modelo? Não que eu ache que devemos ter 4, 10 ou 100 modelos. Não! Acho que deveria haver um modelo tanto do ponto de vista técnico-organizacional quanto técnico-pedagógico a critério, porque, dada a nossa dimensão e a diferença entre as nossas instituições, não poderíamos esperar um modelo único, três ou quatro. Esse é o primeiro ponto em que depois vou me centrar um pouco.

Segundo, elas não conseguiram promover as mudanças que permitissem incrementar o fortalecimento do intercâmbio interinstitucional.

Terceiro, não conseguiram também a promoção de mudanças que permitisse estruturar um esquema de fonte alternativa da receita.

E quarto, elas não conseguiram também promover mudança de forma a conquistar autonomia universitária.

Esses são os fatores. Eu os resumi em quatro, ainda que eles sejam muito extensivos, para podermos aprofundar a discussão sobre essa questão. Claro que depois vou fazer uma análise mais concreta das coisas fora da universidade, mas eu deixaria um pouco para o final.

Ora, os modelos da reforma universitária de 1968, para a universidade, deixaram um legado no plano das estruturas técnico-organizacionais e pedagógicas que muito contribuiu para boa parte das ineficiências das atividades meios e fins e, consequentemente, algumas das ineficácias do produto que resulta do ensino, da pesquisa e da extensão.

Exemplifico com a minha instituição, a Católica de Salvador, que tem uma estrutura leve, com cerca de 12 mil alunos, 700 professores e 690 servidores. Ao preparar uma palestra num desses eventos, analisei a reforma de 1968, peguei o Estatuto da universidade e comecei a contar os órgãos de direção, de execução etc. Deparei-me com 27 cursos que a instituição tem com mais de 50 departamentos. Os cursos-modelos universitários de 1968 têm os órgãos de direção, que variam de um para outro; depois vêm as vice-reitorias, vários conselhos universitários, as faculdades e, abaixo delas, os departamentos. Então, com 15 faculdades e 27 cursos, há em média dois a três, mais simples, que têm a direção e descem logo aos departamentos.

O nosso modelo é o que tem os órgãos deliberativos, depois as faculdades e os departamentos. Então, com 15 faculdades e 27 cursos, há em média dois a três, o que dá mais de 100 aulas.

Essa questão de estrutura é séria não só pelos custos que daí advêm, mas também por uma questão central, que é a de os departamentos não terem resolvido a questão acadêmica, principalmente a questão da interdisciplinaridade. Não resolveu. As coisas são burocráticas, são mais administrativas, e a questão mais de fundo vai ser no passado. Estou dizendo isso para não se pensar que estou falando só do ponto de vista financeiro.

O equacionamento dessa questão terá que passar necessariamente pelo enfrentamento do corporativismo no interior das universidades e pela sensibilização das classes dirigentes quanto à vontade política de promover as mudanças necessárias.

Segundo ponto: a questão do incremento do fortalecimento do intercâmbio interinstitucional, o potencial que as nossas universidades têm.

Mesmo com essa dimensão territorial que temos, existem ações que são feitas, mas ainda muito tímidas. No âmbito regional, não conseguimos fazer o fortalecimento para evitar a duplicação de meios para fins idênticos ou semelhantes, tipo programas que poderiam ser feitos na área de capacitação docente — computação, biblioteca, pesquisa, etc. Isso seria muito importante nessa troca de experiência entre aqueles centros mais distantes e emergentes e os centros de excelência, que não precisaria necessariamente ser de forma paternalista ou assistencialista, mas numa troca enriquecedora que muito contribuiria para reduzir os desníveis entre essas instituições. Hoje temos centros de excelência da maior qualidade e, em outros locais, centros emergentes que, na sua quase totalidade, não conseguem se desenvolver.

Terceiro ponto: estruturar um sistema de ponta, alternativa de receitas. Essa é uma questão crucial. Como é do conhecimento de todos, as receitas e despesas nas IE apresentam as seguintes características: as públicas, federais, estaduais e municipais dependem fundamentalmente da assistência do Poder Público, via Orçamento, para sua manutenção, enquanto que as despesas com pessoal e encargos absorvem aproximadamente 80% das receitas orçamentárias. As particulares têm na cobrança das anuidades escolares sua principal fonte de receita, oscilando entre 50% a 90% da receita total, variando em função do tipo de instituição — se é universidade ou se é uma escola isolada — enquanto que parte substancial do seu orçamento, da mesma forma que as públicas, é absorvido por pessoal e encargos — 70%, 80%, 90%, dependendo do tamanho e do tipo de instituição.

Além disso, deve-se levar em consideração que o financiamento não só da universidade, mas da educação em geral, é determinado por uma variável fora de controle, que é o fato de os recursos serem limitados, cuja escassez ainda é mais acentuada para um país terceiro-mundista como o Brasil, tanto para os capitais públicos quanto para os privados, sejam nacionais ou estrangeiros, razão pela qual a palavra de ordem fica circunscrita ao exercício da criatividade para captar recursos, de alcançar padrões de eficiência, como forma de alcançar eficácia do produto final do ensino, da pesquisa e da extensão.

Portanto, essa é uma questão central. Torna-se necessário buscar fontes alternativas de recursos, as consideradas tradicionais. Realmente, não soubemos dar resposta a essa questão.

O Prof. Victor Meier Júnior, no documento: Financiamento do Ensino Superior no Brasil — Reflexões sobre Fontes Alternativas de Recursos, analisa essa questão e cita as seguintes fontes de receitas que ele pesquisa: primeiro, as propostas por Melquior em 1979. Ele propõe três fontes alternativas de receita, dentre as tradicionais que citei. Primeira, recursos oriundos da taxaço de atividades ou produtos negativos (estou citando dados do próprio livro): “as bebidas alcoólicas, fumo, jogos de azar, loterias”; segunda, recursos oriundos de taxaço de transações imobiliárias; terceira, recursos oriundos de taxaço de transmissão de herança. Ele cita, também, as propostas feitas por Jalad, em 1979, que sugere a criação de imposto de educação, taxando a renda de todos aqueles que se utilizaram do sistema de modificação superior gratuito após ser graduado.

O professor Meier propõe ainda prestações de serviço para o especialista, extensão, consultoria, pesquisa, etc.

Ao fazer essa citação, o que estou querendo trazer, aqui, a nossa consideração, até para provocar o debate, não dizendo concretamente de que concordo com estas propostas aqui feitas. Mas há a necessidade de se buscar, sejam quaisquer delas, além dos recursos que aí estão escassos e limitados, outras fontes alternativas. Se são essas ou não, acho que cabe um grande debate que se aprofunde essa questão; que não se receie o aprofundamento dessa questão, porque ela é central.

Por fim, a quarta e última consideração é que a universidade não conseguiu promover as mudanças necessárias que possibilitassem conquistar a sua autonomia. Ora, antigamente na Lei nº 5.540 a autonomia parecia que era uma lei menor. Bem verdade que na Lei nº 5.540 a autonomia era concedida num capítulo, e era retirada mais adiante por aqueles mecanismos todos de controles orçamentários, pedagógicos, etc. Em 1988, na Carta Magna, ela aparece na Lei Maior.

Mas o que observo é que as universidades não conseguem definir claramente qual a autonomia que querem, que perseguem, que desejam. Ela tem ficado muito no discurso e falta uma ação concreta. Depois da Constituição de 1988, na parceria com o Legislativo, numa aliança muito forte, onde as universidades pudessem debater os seus problemas e trazer sugestões que, penso, seriam bem vindas nesta Casa.

Tenho vinte anos de trabalho nesta área, e cinco anos e meio, como Reitor, no segundo mandato, há dois anos e meio presido, e tenho percorrido esses corredores. Tenho ido ao Ministério da Educação, diversos ministros, inclusive o Ministro Hugo Napoleão, que aqui se encontra, e tenho acompanhado. Há uma sensibilidade na medida em que essas coisas sejam postas.

Levantei essa questão um pouco como uma reflexão interna. Por outro lado, há os fatores que chamei conjunturais ou estruturais, que não estão dissociados dessa nossa questão interna. Eu apontaria primeiro, não só para a universidade mas como a educação em geral, uma assertiva que é tão desgastada, porque é muito repetida, por ser tão óbvia, que é a ausência da vontade política para o estabelecimento de educação como prioridade nacional.

Entendo que a responsabilidade não é só da classe dirigente, mas de toda a sociedade. Ela não pode ficar circunscrita ao equívoco de que os dirigentes cumprem e os dirigidos exigem. Essa coisa tem que passar por um esforço maior, um esforço nacional.

Por que a educação não é? Recentemente assistindo à posse do Ministro da Educação, José Goldenberg, no discurso do Presidente Fernando Collor e do próprio Goldenberg, eles afirmam isso; a inexistência, a falta de uma política educacional de longo prazo. Está lá, é só pegar o discurso. Não trouxe hoje, poderia ter trazido.

Por que isso acontece? Porque a educação no País não é tratada como uma questão de Estado, e sim como uma questão de Governo. Assim, as prioridades no campo educacional ficam ao sabor das mudanças de Governo e no Governo.

Provocando a descontinuidade, não possibilita o estabelecimento de uma política nacional de longo prazo com planos plurianuais integrados, conforme prevê a Constituição, mas atualmente soluções setoriais por meio de projetos ou programas isolados.

A questão do aparato do Estado brasileiro burocratizado e às vezes lento e ineficiente, que não conta com política digna para os salários e a capacitação dos servidores. Como uma decorrência de tudo isso, o Estado brasileiro não consegue sequer implementar os avanços incorporados pela Constituição de 1988, principalmente contido no capítulo da educação. Com referência ao Legislativo, pressionado pelos interesses dos grupos ligados à educação e pelo acúmulo de atividades que aqui se processam, não está conseguindo aprovar as leis complementares, a LDB e a reforma tributária, que pode não parecer ter a ver, mas tem.

A sociedade, por sua vez, pela desmobilização e omissão na criação de uma consciência mais crítica, não reivindica para si a gestão democrática da educação. Ela contribui com impostos para a sustentação do setor.

Por fim, eu queria analisar um outro ponto: a problemática não só da universidade, mas da educação, que sofre a influência e interferência de algo fundamental, que às vezes esquecemos em nossos debates e discussões, que é a elevada concentração de renda do País e vemos a instabilidade econômico-financeira. Isso afeta diretamente, sobretudo salários, nível de renda, preços, etc., como decorrência do sistema que temos, que contribui para um crescente processo de acumulação, pelas taxas de inflação, juros, desemprego etc.

A concentração da renda aliada à estabilidade econômica tem gerado sérias distorções que acentuam as desigualdades regionais e pessoais, cujas graves conseqüências transferem para todos os setores, inclusive educacional, onde manifestam em todas as etapas do processo, tendo em vista que o sócio-econômico é um dos principais determinantes. Senão vejamos:

1º) na democratização das oportunidades de acesso e permanência na escola. Porque processa a seleção daqueles que não ingressam na escola e dos que nela ingressam e conseguem permanecer, inclusive quanto à escolha da paga e a gratuita;

2º) na escolha das profissões e na disputa de mercados de trabalho saturados, que não selecionam muitas vezes pelo concurso que valoriza o método comprovado ao invés do método suposto;

3º) na seleção do concurso vestibular e, posteriormente, no ingresso da universidade pública gratuita;

4º) na seleção dos que estão em programas de bolsa, seja do crédito educativo ou das próprias e o pagamento das mensalidades escolares;

5º) no nível de vida dos professores em face da baixa remuneração salarial.

Peguei uns tópicos. De vez em quando fico ouvindo as pessoas dizerem: "O problema do vestibular, a prova deve ser como? Assim? Estamos esquecendo que a seleção ocorre *a priori* em função do nível sócio-econômico, é que as pessoas podem ir para as escolas privadas de melhor nível, pagar, fazer o cursinho, ingressar etc.

Por fim, creio que é tarefa de todos lutar pelo estabelecimento dessa política nacional de longo prazo para a educação. Todos: Universidade, Governo, Estado, Legislativo. Mas uma política que tenha continuidade e recursos adequados, porque li o trecho de um autor que dizia:

"A universidade e a educação, pelas suas características, os recursos serão sempre escassos."

Dado o tipo de característica da pesquisa, da extensão e do ensino, porque é limitado. Nunca haverá os recursos considerados suficientes;

No momento presente sabemos que as instituições padecem pela escassez desse assunto, bem como pela luta na desconcentração da renda e do quadro de estabilidade econômico-financeira; seja inflação, juros, etc. Era isso que tinha a falar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Agradecemos ao Magnífico Reitor Dr. José Carlos Almeida da Silva, a sua excelente contribuição para o debate da crise da universidade brasileira.

Vamos iniciar os debates, concedendo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Louremberg Nunes Rocha.

O SR. LOUREMBERG NUNES ROCHA — Sr. Presidente, Srs. Conferencistas, Srs. Parlamentares, achei muito interessante a palestra do Sr. José Carlos Almeida da Silva.

Esta questão de se buscar fontes alternativas, formas diversificadas para garantir a continuidade da universidade pública, tem me preocupado há muito tempo. E por isso entendo que esta preocupação, ao centrar a sua conferência, o Ministro, foi muito importante hoje, porque ainda que haja da parte do atual Ministro da Educação uma determinação no sentido de manter a universidade gratuita no terceiro grau, isso não exclui uma outra proposta, que me parece muito clara — e sobre isto eu gostaria de ter a opinião, não apenas dele, mas do conferencista anterior, que é o problema da autogestão financeira.

Ele tem dado demonstração, e aqui no simpósio do mês de junho falou sobre isso, entendendo que se deve dar recursos à universidade, mas, ao mesmo tempo, isso deverá vir acompanhado de um desempenho de avaliação. As universidades serão anualmente avaliadas, tendo em vista o desempenho dos seus alunos.

O funcionamento disso parece-me algo que tem que ser discutido, também. Para ver se isto vai dar certo, como irá funcionar na universidade, que poderia ser o início de alguma solução, na medida em que as universidades teriam que resolver seus problemas internos e gerar para a sociedade um melhor desempenho.

Uma outra questão, que foi muito tocada aqui nesse simpósio, e dois reitores, pelo menos, assumiram publicamente uma posição contrária ao texto constitucional, apesar de grande número de professores presentes. O Reitor da USP e o professor Cristóvam Buarque, ex-reitor da UnB, ambos extremamente contrários à aposentadoria aos 25 anos na universidade. E as revistas dessa semana dão conta de uma avalanche de aposentadorias nas universidades públicas federais do Brasil inteiro, do Paraná, do Rio Grande, até de São Paulo.

Eu gostaria, também, de uma manifestação de ambos os conferencistas, a respeito desse ponto. Com relação ao problema da ausência de vontade política, envolvendo não apenas as instâncias de poder, mas a sociedade como um todo, me parece o exemplo mais claro disso hoje, o anúncio dos CIAC. Estive hoje de manhã em audiência com o Ministro Goldenberg — e já também nesse simpósio, eu diria que uma das coisas que poderiam ser escolhidas como o resumo daquele simpósio, de todos os conferencistas que aqui estiveram, e foram bastantes durante todo o mês de conferências, de todos os níveis, que a solução inicial para a educação no Brasil tem que começar pela profissionalização e dignificação do professor.

Evidentemente que não é por essa linha que acena a construção desses CIAC. Apesar disso, a sociedade como um todo está emudecida, mostrando realmente que não há uma consciência, ou uma vontade política atenta para a educação em si. De maneira que com essas considerações e esses questionamentos muito rápidos, deixo de continuar, entendendo que se o Professor José Carlos apontou alguns autores que indicaram possíveis fontes alternativas de receita para a universidade e, ainda que não concordasse, eu gostaria de saber se ele teria algumas outras fontes alternativas de receita para a universidade a indicar para esta Comissão.

São apenas essas as questões que queria encaminhar à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o Magnífico Reitor José Carlos Almeida da Silva, para responder aos questionamentos do Senador Lourberg Nunes Rocha.

O SR. JOSÉ CARLOS ALMEIDA DA SILVA — A primeira questão colocada foi a autogestão e avaliação; segunda, a aposentadoria e a vontade política e fontes de recursos.

Autogestão e avaliação, meu caro Senador, ao falar que a universidade não conseguiu conquistar a sua autonomia, não falo soberania, falo realmente autonomia, porque no momento em que falo que teríamos que ter algum organismo, alguma entidade que pudesse talvez estar vinculada ao Legislativo e não ao Executivo, não diria um Conselho de Educação, mas alguma coisa tipo o que está sendo feito, um conselho para a questão da Previdência, onde você tivesse os segmentos da sociedade, não escolhidos, mas fossem eleitos pela própria sociedade e que fossem representativos, junto com essas assessorias e a Comissão de Educação, se poderia produzir naturalmente muita coisa na linha de se tentar equacionar. Claro que poderia o Ministério da Educação continuar com os seus Conselhos estaduais e federais que teriam as funções próprias, normativas e deliberativas, mas acho que a questão maior passaria por alguma coisa dessa ordem.

Sou extremamente favorável a que as instituições tenham o que não têm. Há realmente uma ingerência muito grande no corpo das instituições de toda ordem, desde o didático-pedagógico, as questões curriculares, o que faz com que elas fiquem limitadas e limitem também a criatividade, que façam com que as universidades não consigam, muitas vezes, estabelecer os seus currículos nem para ter uma inserção na sua realidade regional, que é uma questão fundamental; você não pode querer ter todas as universidades fazendo a mesma coisa com essa diversidade que é este País, com essa dimensão.

Agora, claro que no momento que se tem autonomia, por exemplo, nós das Católicas — quero crer que tenhamos um grau um pouco maior de autonomia, talvez no financeiro, mas há a ingerência na área pedagógica que nos deixa completamente manietados, e isso inibe a criatividade, porque ficamos vinculados àquelas coisas; aqueles cursos, inclusive os mais tradicionais, estão às vezes completamente dissociados de uma realidade do mercado de trabalho.

Então, não sei se a avaliação teria que ser institucionalizada. Só acreditaria que a própria avaliação, não digo nem avaliação formal, uma avaliação institucionalizada, porque temos aquela mania sempre do País dos bacharéis, quando tem um problema a gente faz uma lei e acha que resolveu, mas não resolve o problema. Na realidade, ela se comporta de forma diferenciada. Não falo nem numa avaliação tipo institucionalizada, porque hoje quem faz a maior avaliação da educação e da nossa instituição é a própria sociedade.

Cem dias de greve é uma avaliação muito clara. Hoje, nas universidades, a avaliação é feita com o silêncio. Por que esse silêncio? As nossas universidades, provavelmente, não devem ter tido capacidade de buscar as suas alianças com a sociedade, e ficou num modelo nosso que é muito do paternalismo, na busca sempre da solução daquele que pode dar encaminhamento.

Então, não sei se a avaliação teria que ser institucionalizada. Só acreditaria numa avaliação institucionalizada, formal se se pudesse hoje tocar numa coisa que falei aqui que é a questão, indo para uma outra coisa que o nobre Senador falou sobre fonte de recursos, ela não só passa na receita, ela passa na despesa, você teria que proceder profundas reformas, profundas modificações que não sei se conseguiríamos fazer. Aponto e cito, porque sou um acadêmico e como um bom acadêmico vou pesquisar as coisas onde elas andam, até para poder falar por aí, nem que seja

como um bom papagaio repetidor; mas alguém falou isso, pesquisou, está ali, acolá, e dali surge uma outra idéia.

Então, se tivéssemos condições de poder fazer uma modificação profunda dos modelos que aí estão, não nos acomodássemos e criar as condições de maneira a começar do zero e aí acho que poderia se fazer. O que não se pode é do jeito que as coisas estão, se é que a universidade está em crise e você começa a fazer a avaliação por baixo e não acho que deveria ser baixo. Temos instituições, as maiores hoje que suportariam avaliação, mas as menores não suportariam. Aí diríamos: "não, mas vamos fazer assim mesmo". Este País já é tão carente de escola, 1% da nossa população que deve estar nos bancos das universidades, dos 150 milhões de habitantes, devemos ter aqui um milhão e meio aproximadamente.

Acho que a pior escola é aquela que não existe e a pior escola é aquela que não tem evidentemente qualidade nenhuma. Essa questão é muito questionável, surgem alguns temas que são modismo... a questão fundamental. E não é só isso, meu caro Senador, acho o seguinte: se também nós tentarmos e só na entidade e na instituição analisarmos os seus problemas, analisarmos as suas falhas e se não houver a vontade de mudar, só apontando os seus defeitos, por exemplo, o custo/aluno, vejo de vez em quando o pessoal falar de custo/aluno, aprendem uns números em dólares, cita aqui, compara acolá, relação professor/aluno, acho que são números que matematicamente, economicamente, dão um indicador, mas que não dizem a realidade concreta porque é uma instituição que tem uma característica completamente diferenciada de qualquer outra. Não que ela seja, aí não vai nenhuma prepotência que ela seja melhor, de que ela tem uma marca diferente, ela trabalha com três segmentos: professores, alunos, servidores, num trabalho permanente, concreto, sem grandes aspectos de coordenação.

Sou pela autonomia, sou pela auto-avaliação institucionalizada se começar em patamares dignos, para dar dignidade, e acho que se pratica autogestão. Quero crer, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — V. S^a falou em avaliação ou auto-avaliação?

O SR. JOSÉ CARLOS ALMEIDA DA SILVA — Avaliação. O Senador toca num outro ponto que é a outra questão, ela por si mesma busca um de seus mecanismos de auto-avaliar. Tomei aqui na questão que S. Ex^a colocou como uma avaliação talvez mais formal, mais institucional, do ponto de vista da autogestão. Se você tem a autogestão, você... não sei se a questão é por aí.

A questão do ponto, concordo plenamente com o nobre Senador, não toquei nesse ponto porque fiz questão de dar umas pinceladas nos pontos mais macro porque, inclusive, nobre Senador, acho que as questões técnicas estão amplamente diagnosticadas. Se formos no Conselho de Reitores, pegar aqueles livros todos, todos os Seminários que foram feitos, formos na Biblioteca do Congresso, e está lá a questão, e não a vejo complicada, porque ela passa por duas coisas; uma, a questão do professor, a valorização do professor e do servidor que passa de um lado pela remuneração, por outro lado pela capacitação. Isso é uma fórmula que todos nós sabemos, só que ela não tem, evidentemente, sido exercitada. Acho que primeiro é isso, depois são as outras coisas.

Então, sobre a questão dos CIAC acho que estou lhe respondendo. Se a mim fosse perguntado qual a prioridade — até redundante — primeira sobre a questão? É fundamental, passa pelo professor. Tenho, inclusive, buscado — posso falar, porque isso vai ficar gravado — na minha instituição, cinco anos e meio de reitorado, e nos orgulhamos da política que fizemos lá dentro.

E a questão da aposentadoria, acho que é um absurdo que cérebros se aposentem tão cedo. Não entro nem na questão da remuneração do plano salarial.

Acho que as pessoas que vêm para a universidade se preparam, se capacitam, fazem graduação, pós-graduação etc., essas pessoas deveriam ter um outro mecanismo, ou seja, se se pudesse e se quisesse aposentadoria seria feita naquele momento, mas que essas pessoas pudessem voltar. Mas há uma cultura nossa — aliás criamos algumas culturas — que as pessoas depois de determinadas idades, para determinados setores não são consideradas. Acho que é um desperdício no plano intelectual e, conseqüentemente, acho que também representa um desperdício no plano financeiro, porque você antecipa pessoas que poderiam ter um pouco mais de produção para a frente. Com referência às fontes de recursos, quero crer que não vamos ter muito mais criatividade do que o que está pesquisado por aí. Não creio. Alguma coisa, talvez, do ponto de vista da reforma tributária, se pudesse, mas não creio muito. São pesquisas, serviços, consultorias. São essas duas que citei aqui, desses dois setores.

Entretanto, há que se fazer isso. Tem-se que estabelecer prioridade e quero crer que no estabelecimento de prioridades o ensino, embora seja de universidade, não dizendo que devem ser tirados recursos do 3º grau com o 1º e 2º grau, não é isso que estou afirmando, mas num país com o índice de analfabetismo tão grande a prioridade fica muito clara, passa a ser o ensino fundamental ou inicial.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao Magnífico Reitor Itan Pereira da Silva.

O SR. ITAN PEREIRA DA SILVA — O Senador Louremberg Rocha levantou problemas fundamentais que estão, hoje, na base das discussões da universidade brasileira e que, naturalmente, entram na composição da crise que estamos tentando descrever da universidade brasileira.

Por exemplo, quando S. Exª levanta o problema da autogestão da universidade. É claro que a autogestão está vinculada a uma exigência básica, fundamental da universidade, que é a sua autonomia. Autonomia essa que está prevista na Constituição e que representa uma conquista da comunidade acadêmica, num esforço da própria história da universidade brasileira.

Essa autogestão supõe a autogestão financeira, acadêmica etc. Naturalmente que essa autogestão não significa a sua soberania total, porque a universidade tem um financiamento, como ela é financiada — e aí vem o componente da avaliação, que V. Exª levantou —, pressupõe-se necessariamente uma avaliação. Por quê? Porque se ela é financiada, ela tem que se avaliar. E eu acredito que a legitimação primeira da avaliação da universidade é aquela feita por ela própria, porque somente ela — sem que se queira chegar ao mimetismo — tem a capacidade de se avaliar exaustivamente.

Ela é que sabe da dimensão da sua natureza, mesmo porque, indiscutivelmente, não se pode negar que a inteligência brasileira tem uma parcela fundamental dentro da universidade. Portanto, ela tem a capacidade de se avaliar.

Como dizia — e volto ao raciocínio —, se ela é financiada, apesar de sua autonomia, ela tem obrigações para com o seu financiador. E o financiador, a meu ver, é a própria sociedade, o próprio povo, o próprio contribuinte de impostos. Por isso a necessidade de ela ter uma avaliação externa também. E essa avaliação externa por quem de direito penso serem os segmentos da sociedade, através das suas várias representações. Enfim, há de se encontrar uma possibilidade de definir quem seja legitimamente esse avaliador da universidade brasileira, principalmente da universidade pública.

Com relação à aposentadoria por idade diria que esse é um problema que a universidade está vivendo muito no momento: a aposentadoria em massa por conta de problemas contingenciais que fogem da própria disposição de seus professores. É claro que o poder público, a sociedade investiu na formação, na qualificação

de um bom número de professores que hoje estão se aposentando, através da qualificação docente, da pós-graduação. E, de uma hora para outra, sai de um mercado de trabalho, já de uma certa forma saturado, e entra numa situação até de um mercado que não tem mais capacidade de absorver uma grande quantidade de docentes realmente qualificados.

Agora, pergunta-se de quem é a responsabilidade por esse estado de coisas? Muitos estão se aposentando, e me incluo entre eles, pois há três meses que me aposentei da Universidade Federal da Paraíba. Por que isso está acontecendo? Para uns, talvez, haja desencanto; mas, na minha opinião, o problema maior é toda essa incerteza em relação à aposentadoria dos brasileiros. Quer-se estabelecer uma idade entre 65 e 70 anos, quando a média de vida do brasileiro não chega a isso. Então, o aposentado passaria a pertencer a uma categoria de privilegiados muito reduzida dentro da sociedade.

Dessa forma, o professor está temendo isso. É uma incerteza. Sei que no meu departamento da Universidade existem uns quinze que estão esperando se aposentar e a razão fundamental é a seguinte: "Não sei o que vai ser das aposentadorias no dia de amanhã", tal o nível de incerteza.

O interessante ainda é que existem professores — inclusive aconteceu isso com um colega meu — que se aposentam e, logo em seguida, submetem-se a um concurso no mesmo departamento em que trabalhava.

Aí entra também o problema da insuficiência do salário do professor universitário brasileiro, da indigência desse salário. Muitos pensam em se aposentar para ter a possibilidade de um outro salário ou metade do mesmo.

Consta, por aí, que há a perspectiva de se estabelecer uma bolsa, chamada de "dedicação acadêmica", salvo engano, para manter o professor em idade de se aposentar dentro da universidade. Parece que a Capes está prevendo um tipo de bolsa dessa natureza. Ao que se sabe já existe a previsão de cerca de 500 dessas bolsas.

São distorções trágicas, dolorosas do que acontece com essa pobre e trágica universidade brasileira. É claro que a aposentadoria deveria ser racional, dentro do tempo ideal exigido para que o professor pudesse usufruir do repouso a que teria direito. Aposentadoria em massa é uma distorção.

V. Ex^a falou também em fontes alternativas de recursos. Penso que o Reitor José Carlos desenvolveu bem essa idéia. A meu ver, em se tratando de escola pública, de ensino público, fonte fundamental de recursos deve ser o Tesouro. Por quê? A própria Constituição diz que é dever de Estado manter as universidades etc. Portanto, essa é a fonte fundamental. Agora, há outras fontes. A própria universidade tem possibilidade de venda de serviços de suas conquistas, de suas descobertas, decisões com relação ao que descobriu. Ela pode dizer: a meu ver isso é acessório, isso é secundário". Entendo que cabe ao poder público descobrir fontes alternativas, dentro do Tesouro, para poder financiar. Entretanto, a meu ver, a fonte fundamental é o Tesouro.

V. Ex^a falou em CIAC. Confesso que não cheguei a alcançar bem o questionamento, mas falava-se na necessidade de profissionalização e dignificação do professor. Isso é fundamental. Com relação aos CIAC, que eles tenham nascido de uma vontade política, entendo que precisaria haver uma reflexão mais profunda, quem sabe até um seminário, porque é um problema sério, sobretudo levando-se em conta o modo como têm nascido, como têm se originado os famosos CIAC.

Será que se pode criar, dentro das disponibilidades de recursos do poder público, um tipo de educação privilegiada? De novo, uma seletividade educativa, quando se sabe que não se pode ter escolas do Primeiro Mundo — como o CIAC parece ser — dentro de um país onde a esmagadora maioria das escolas não tem uma carteira sequer para os alunos se sentarem.

Acho que o ensino público e gratuito, uma vez universalizado, com o tempo chegaria aos CIAC. Ah, tudo bem! Posso estar enganado, mas tenho a impressão que, no atual momento da educação brasileira, seria criar uma espécie de casta de privilegiados, porque se diz que toda essa avalanche de CIAC que se pretende criar por aí não chega a cobrir 10% das necessidades brasileiras. Então, como é que vai ser?

Por sua vez, também, é preciso uma discussão pedagógica em torno dos CIAC, porque se sabe, por exemplo, que esse problema é muito levantado no Rio de Janeiro, onde começou.

Enfim, há uma série de coisas ligadas aos CIAC, sobre as quais eu não queria me estender aqui, mesmo porque isso supõe uma reflexão mais profunda.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em primeiro lugar, eu queria dirigir duas perguntas, ao Reitor Itan Pereira, pelo fato de dirigir uma universidade, uma escola de ensino superior mantida por um governo estadual.

Antigamente, havia um anseio muito grande de que essas escolas fossem federalizadas. Hoje, acredito que nem tanto. Diante da crise da universidade federal, acredito que isso não possa prevalecer nos dias de hoje. Mas eu pergunto: os governos estaduais são, pelo menos, mais atentos do que o Governo Federal, pelo fato de estarem mais perto das necessidades da universidade? Se não têm cofres mais generosos que os do Governo Federal, pelo menos, há essa compensação? Eu pergunto, também: a experiência dos *campi*, no interior, pode ser considerada uma experiência consolidada e vitoriosa?

E a pergunta que faço ao Reitor José Carlos, representando o Presidente das Associações das Universidades Católicas, é a seguinte: pelo fato de ser gestor de uma universidade católica, qual a crítica que V. Ex.^a faz às universidades públicas? O que está faltando para elas atingirem a estabilidade, a consolidação, do ponto de vista da universidade católica? Vamos fazer, aqui, um confronto, uma autocrítica. O que está faltando, de um lado, nas universidades católicas e, de um outro lado, nas unidades federais? O que uma pode ensinar à outra? É só a católica que pode ensinar à pública, no caso?

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Inicialmente, concedo a palavra ao Reitor Itan Pereira para responder às indagações que lhe foram dirigidas e, logo em seguida, ao Reitor José Carlos de Almeida.

O SR. ITAN PEREIRA DA SILVA — Com relação às questões levantadas pelo Senador Garibaldi Alves Filho, sobre as universidades estaduais, tenho a dizer que a experiência de universidades estaduais, no País, é nova e antiga. É antiga porque as universidades de São Paulo, sobretudo a USP, são contemporâneas das primeiras universidades criadas no País. E, ao mesmo tempo, é nova porque somente São Paulo teve a coragem ou a disponibilidade, a disposição, a possibilidade e a capacidade de fazer as suas universidades estaduais. Posteriormente, elas nasceram, eu diria, quase que por uma imposição da sociedade onde elas estão, porque houve uma fase bastante nítida na história do ensino superior brasileiro em que o Governo Federal se retraiu. Da década de 70 para cá, principalmente da segunda metade da década de 70, a universidade federal foi praticamente proibida de crescer, foi proibida de se expandir. Houve a proibição de criação de novos cursos, a proibição de expansão de matrículas e toda sorte de restrições possíveis.

Ora, sabemos que existe uma demanda muito grande de ensino superior na praça, porque a população escolar cresceu, vegetativamente, rapidamente. Não se sabe quanto

creceu, no País, diga-se de passagem. Então, o poder público que, de certa forma, era quem comandava a escola superior no País, retraiu-se. Isso deu margem a uma inversão na participação do setor público no total das universidades brasileiras: que por volta do início de 70, o poder público sustentava mais de 70% do ensino superior brasileiro e a iniciativa privada, só 30%. Essa situação se inverteu. Então, os Estados, por pressão mais de perto, porque, naturalmente, os governos dos Estados têm mais intimidade com as comunidades do que o governo central, viram-se na iminência, e todo governador foi quase que obrigado. Por exemplo, a estadualização da minha universidade, na cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, que era uma universidade municipal, foi uma exigência, uma conquista da comunidade. O governo não tinha alternativa. Assim aconteceu em vários Estados. Então, de uma hora para outra, os governos dos Estados se viram com essa "batata quente" na mão, as suas universidades estaduais.

Agora, V. Ex^a perguntava se o fato de as universidades estaduais estarem mais perto, digamos assim, dos governos facilitou um tipo de entendimento maior, de atenção do governo para com as universidades. Eu tenha a impressão de que não. Talvez um ou outro caso. Temos o caso das três universidades de São Paulo que conseguiram aí, de uma certa forma, autonomia financeira, com indexação de receitas, com decretos que as atrelam à receita do Estado. Então, de uma certa forma, o governo, aí, tem mais a ver com a universidade.

Mas há o caso, por exemplo, do Rio de Janeiro, há o caso de Santa Catarina, há o caso do Ceará, onde existe, também, indexação de receita e simplesmente os recursos não estão sendo repassados. A Universidade do Rio de Janeiro não está recebendo, talvez, 30% ou 40% dos recursos que estão previstos na legislação que indexou. O que acontece, então? Não sei bem, não diria com muita certeza, no caso de Santa Catarina, como estaria esse repasse, mas há uma queixa de que as coisas não acontecem, não fluem com a facilidade desejada.

Agora, depende muito de governador para governador, esse entrosamento com a universidade. Temos casos de universidades que estão simplesmente em conflitos profundos com os governos dos seus Estados. Conflitos que, inclusive, até, às vezes, parecem irracionais, de governos de Estados com suas universidades. Vai depender muito do governador que está ligado àquela universidade.

Generalizadamente, eu não diria que há essa facilidade. O poder público, com relação ao ensino superior, seja de que nível for, está simplesmente em estado de conflito com o ensino superior brasileiro.

A experiência dos *campi* do interior, na chamada universidade multicampi, no que as estaduais são campeãs, porque as universidades federais se omitiram de se instalar no interior dos Estados. Em geral, elas estão de costas para o interior dos Estados, elas ficam na orla marítima, nas capitais. Isso é uma grande omissão. E, justiça seja feita, a Universidade Federal da Paraíba foi pioneira na interiorização da universidade, hoje, com seus sete *campi*.

Mas só Deus sabe o que a Universidade da Paraíba vem pagando por isso. Porque ela não é contemplada nessa diferenciação de que está sendo vítima. Ela é tratada como se tivesse uma administração só, numa cidade só, como as demais. É verdade que outras universidades federais passaram, também, a se interiorizar, mas em número pequeno. O fenômeno da interiorização, como o oferecimento do ensino noturno, é um privilégio, falando em ensino público, das universidades estaduais e municipais.

Agora, é uma experiência consolidada? Eu diria que é uma experiência sofrida, no mesmo nível da falta de recursos que atinge a universidade brasileira. Sofrida, mas realmente, foi uma grande descoberta, porque impede essa corrida em massa do aluno para a cidade maior. A própria Constituição, salvo engano, obriga e exige que as universidades se interiorizem, nos próximos dez anos, ocupando os espaços das cidades de maior densidade populacional.

Então, é uma experiência que chegou tarde ao Brasil, e as universidades estaduais, realmente, deram uma grande lição, porque foi mais fácil para elas se interiorizarem.

Também, aí, vem o fato da pressão. Quer dizer, no Estado do Rio Grande do Norte sabe-se, perfeitamente, que a distância entre a capital e a cidade de Mossoró, onde está a universidade estadual, é muito grande. E outras cidades do interior do Rio Grande do Norte, que jamais teriam a capacidade de a comunidade pressionar o Governo Federal ou o governo estadual mesmo, para ter a sua escola, ter a sua unidade, junto ao Governo Federal é mais fácil, porque aí tem o político local, tem a comunidade local, de fazer essa pressão. Daí a interiorização foi mais fácil do que na universidade federal.

Respondendo, por fim, à sua pergunta, é uma experiência consolidada, eu acho que é consolidada no mesmo nível da consolidação em que estão essas universidades, porque algumas não estão ainda. Temos pequenas universidades estaduais que estão sofrendo muito para se consolidar, para se instalar. Por exemplo, na terra do Senador Hugo Napoleão tem uma pequena universidade estadual, que tem sofrido muito para se consolidar, e em outros Estados do Nordeste, principalmente. E é interessante observar que, apesar da pobreza nordestina, talvez tenha sido a região nordestina a que mais estadualizou, mais interiorizou universidades.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Meu caro Senador Garibaldi Alves Filho, quero dizer que, em primeiro lugar, defendendo a tese da pluralidade, eu acho que tem que existir os dois níveis de ensino, o público e o particular. Acho que qualquer tipo de monopólio, mesmo numa área essencial como a da educação, é ruim, os monopólios não servem, eles são a primeira tese contrária à democracia. Quer dizer, se os monopólios são aceitos num sistema capitalista, na livre iniciativa, como é que isso pode ocorrer no âmbito da educação? Quer dizer, os prejuízos que os monopólios causam. Agora, com isso, quero dizer que a prioridade deve ser para o ensino público. Eu acho que na prioridade do ensino público, as outras instituições devem ter uma ação supletiva e, tão-somente, porque o Estado não consegue oferecer as vagas suficientes para preencher os espaços que ficam. Até porque a prioridade para o ensino público, o fortalecimento da escola pública, permite à população escolher livremente qual o tipo de ensino que ela quer para os seus filhos e os seus familiares. Acho, inclusive, que se a gente pensa em democracia, ela passa por cidadania, cidadania passa por educação para o desenvolvimento do País e, conseqüentemente, não se pode entender essa questão que não seja de forma plural. Acho até que é um preconceito ideológico e é um confronto menor que se estabeleceu neste País entre o ensino público e gratuito e o ensino particular. Porque, quero crer que, com 90 universidades, com os elementos que aqui citei, com aqueles dados, acho que todos deveríamos estar irmanados na defesa da universidade. Mesmo entendendo que a prioridade seja para o ensino público, até porque está na Constituição, temos que entender que um País com escassez de ensino tem que estabelecer prioridades. Então, não cumungo desse viés, até porque nem tudo que é estatal é público. Eu tenho lido as teses de Luís Eduardo Wanderley, que foi Reitor da PUC de São Paulo. Ele tem defendido muito bem isso, ele chega até a criar algumas categorias: ensino estatal, ensino público estatal, ensino público não estatal. Porque depende da finalidade do produto que aquela instituição está, é no final, não é pela entrada, não é pelo pagamento ou pelo mantenedor, mas que tipo de atividade. Podemos ter uma instituição estatal que seja muito menos pública do que uma outra, como podemos ter o inverso também. Podemos ter também outros tipos de instituições que, evidentemente, prestam serviços. Portanto, quanto à questão de fundo, nos equivocamos muito na universidade. Até hoje, vejo colegas reitores nas plenárias, onde quer que estejam, um defendendo o seu segmento, o seu setor contra o outro. Só cria uma divisão equivocada, porque a questão de fundo não está aí, a questão

de fundo, que é mais permanente, é a questão que temos. Educação não é despesa, educação é investimento. Se isso é verdadeiro, a questão bate na concentração de renda, na questão salarial dos professores, na limitação e escassez, na instabilidade econômico-financeira, esquecem da questão mais de fundo e ficam polarizados nessa questão menor. E, aí, coloco uma questão, a questão do gratuito. Mesmo o ensino estatal, etc vem provendo os impostos que são arrecadados.

Em tese, eu perguntaria: qual é o ensino que é gratuito? Talvez haja uma duplicação ou uma bitributação, uma cascata naquele que está no ensino particular, que ainda paga os impostos, ainda paga a escola. Essa é a questão, mas as pessoas não têm coragem de dizer isso, porque temem, muitas vezes, de serem por aí retaliadas como conservadores, como retrógrados etc. Acho, inclusive, que se pudéssemos rever as nossas posições, as universidades federais poderiam fazer muito pelas escolas, universidades particulares menores; as nossas PUC maiores poderiam também fazer muito por outras instituições, sejam estaduais, sejam municipais, no fortalecimento do intercâmbio, na busca de captação de recursos, essa é a minha visão.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, magníficos reitores, persistindo ainda algumas das restrições de minha voz e, sobretudo, em ambientes públicos, insisto na manutenção do aparelho na esperança de que nas próximas reuniões isso possa ser evitado.

Todos nós fomos tomados de um grande susto há poucos dias atrás. Após anos e anos de indormida luta, esse verdadeiro baluarte da educação, que é o nobre Senador João Calmon, conseguiu apor à Constituição anterior, na redação dada pela Emenda nº 1, de 1969, da Constituição de 1967, dispositivo ou artigo consubstanciado em emenda, que teve o seu nome, conferindo à União a obrigatoriedade de que 13% da receita originária de impostos fossem destinados à educação. Posteriormente, a sua luta continuou e a educação brasileira, graças aos seus esforços, conseguiu elevar esse percentual para 18%, no que tange à obrigatoriedade da União e a 25% para a obrigatoriedade dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Pois bem, o emendão, o chamado emendão, que foi oferecido à consideração da opinião pública brasileira e que ainda está, segundo soube de fontes seguras, sob fase de revisão para uma apresentação aos partidos políticos e à sociedade como um todo, propõe um verdadeiro desastre. O art. 212, da Constituição, está vazado nos seguintes termos:

“A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.”

A proposta vinha da seguinte forma:

“Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, nunca menos de vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.”

O que seria, evidentemente, um desastre, porque desaparecia da União Federal a obrigatoriedade do percentual mínimo de 18%; simplesmente como que por um passe único de mãos, não sei a serviço de quem, iria desaparecer o percentual. E a mim me causou espécie, porque, no Plenário do Senado Federal, ao ser chamado para prestar esclarecimentos a esta Casa, o Ministro Marclio Marques Moreira, que no sentido clássico da palavra é um humanista, declarou que a educação era absoluta e rigorosamente prioritária para as metas de qualquer governo e, evidentemente,

como obrigação de todo o estado civilizado. Isso nos deu à época muito ânimo. E eu temo muito, no Brasil, porque as medidas econômicas postas em prática são excessivamente monetaristas e excluem a visão social, a visão do conjunto da obrigação que o Governo tem de prover o bem-comum.

Simultaneamente, havia a proposta para a modificação do art. 206, que estabelece em seu inciso IV a gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, e que, pela proposta, passaria a ser apenas nos estabelecimentos oficiais de 1º e de 2º graus.

E aí vem outra discussão; esse é nó górdio da questão. Se de um lado é preciso reconhecer a conquista da coletividade, da sociedade como um todo, para dar atendimento ao ensino público através da gratuidade, de outro lado, vem o que os magníficos reitores observaram em suas exposições, a necessidade, nem sempre entendida por determinados segmentos, de colonizar até com esse dispositivo, sem maculá-lo, sem manchá-lo, mas de aduzir outros tantos recursos, a fim de que as universidades públicas, claro, ou as escolas de ensino superior, as escolas federais, as Infes, de uma maneira geral, tenham condições de sobreviver e de fazer aquilo que ainda não conseguiram pelas razões expostas aqui e alhures de servir à coletividade onde elas se inserem.

Queria deixar apenas esses esclarecimentos, dizendo ao magnífico reitor, professor José Carlos, que me recordo bem dos nossos encontros, e também dizer ao reitor Itan Pereira da Silva, que concordo quando diz que a Universidade Estadual do Piauí enfrenta as suas maiores dificuldades. A Universidade Estadual do Piauí foi implantada ao tempo em que eu era Governador daquele querido Estado. Portanto, concordo com os verdadeiros embasamentos que Vossa Magnificência traz à consideração desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Só queria pedir de cada um a fineza e a gentileza para esta questão que é muito importante, porque está em voga: felizmente em boa hora, o Governo anunciou a retirada dos dispositivos "aatânicos", diria eu, com relação à parte da educação pública. Mas, como estamos interessados não só na sobrevivência da universidade brasileira, mas na resolução de todos esses problemas, para que ela, na sua tríplice função de ensino, pesquisa e extensão, com um corpo de funcionários adequados, com os professores um dia bem remunerados e que possam servir à coletividade, gostaria só de ouvir de cada um, com relação a este princípio da obrigatoriedade da gratuidade do ensino, em face de haver eu considerado, na última vez em que aqui estive o presidente do CRUB, que era de certa forma injusto que alunos que pudessem pagar, estivessem recebendo ensino gratuito. Desculpem-me se peço a cada um pouco mais de luzes neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Tem a palavra o magnífico reitor Itan Pereira da Silva, para responder às indagações do nobre Senador Hugo Napoleão.

O SR. ITAN PEREIRA DA SILVA — Sem dúvida nenhuma, o Senador Hugo Napoleão levantou problemas candentes do momento atual da universidade brasileira, com relação à perspectiva desastrosa que andou acenando aí, há poucos dias, de no "emendão" subtrair aquele índice de 18% com relação à transferência de recursos de receita para a educação.

O SR. JOÃO CALMON — Permita-me um esclarecimento? Não foi excluída essa decisão.

O SR. ITAN PEREIRA DA SILVA — Ainda não?

O SR. JOÃO CALMON — Está mantida no Emendão até agora.

O SR. ITAN PEREIRA DA SILVA — Ainda não? Continuamos com essa espada de Dâmocles?

O SR. JOÃO CALMON — Exatamente. Foi eliminada a tentativa de deixar de ser gratuito o ensino superior nas universidades públicas, mas está mantida a exclusão dos 18%. Um detalhe que me preocupa ainda mais, preocupa-me enormemente, é que não ouvi uma palavra, não li nada em termos de reação das entidades tão combativas, tão admiráveis que atuam no universo da educação brasileira, quanto a essa tentativa que continua no Emendão de eliminar o percentual, atualmente de 18%, sobre a receita de impostos na área federal.

Continua de pé diante do silêncio, sem uma voz discordante até agora de qualquer entidade ligada ao ensino superior.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Se V. Ex^a me permite, apenas para aduzir, isso é um verdadeiro desastre! A mim era dado conhecer que, no bojo da supressão da proposta de emenda do art. 206, também o 212 tivesse sido reconsiderado. Então, temos realmente muita coisa que fazer, e urge!

Muito obrigado.

O SR. ITAN PEREIRA DA SILVA — Com relação a isso, a única coisa que podemos dizer é que foi o momento tempestivo, absolutamente inconcebível por todos os motivos óbvios que todos conhecemos. Ademais não é possível que o Governo brasileiro quisesse perpetrar isso de sobra, esse atentado contra a personalidade de uma das figuras mais decentes na defesa da escola pública brasileira, que é o Senador João Calmon. Seria um atentado contra a sua pessoa, suponho eu.

O SR. JOÃO CALMON — Minha, não, do Congresso Nacional.

O SR. ITAN PEREIRA DA SILVA — Quero dizer ao Senador João Calmon que, ainda com relação a isso, na última plenária do Conselho de Reitores, na cidade de Vitória, acontecido há alguns dias, saiu uma manifestação de repúdio, não diria isso, de pedido de solicitação para que isso não acontecesse, em relação à subtração desses índices de transferência de recursos para a educação.

O CRUB — Conselho de Reitores das Universidades — oficialmente, manifestou-se publicamente através de moção. Agora é verdade que talvez não tenha tido os desdobramentos necessários em relação às suas conseqüências. Esperamos que, dentro do próprio Congresso Nacional, e pelo testemunho aqui do Senador Hugo Napoleão, tenho a impressão que não haverá a menor chance de que isso aconteça.

Com relação ao problema do subsídio, do pagamento por parte do aluno ao ensino superior público, essa é uma questão em que, realmente, a escola pública brasileira não abre mão, porque seria um retrocesso. É dever do Estado o ensino público gratuito. É claro, sempre havendo aquelas possibilidades de a escola privada existir, escola essa que tem prestado grandes serviços à Nação brasileira, principalmente essas universidades comunitárias e essas universidades que não têm fins lucrativos, porque continuam sempre dentro dessa luta de criar, de evitar discriminações econômicas dentro da escola; de evitar aqueles dois tipos de alunos que existem muito na dicotomia da escola brasileira. Sempre existiu, ao longo do cenário educacional do País, a escola do pobre e a escola do rico. A escola de quem pode e a escola de quem não pode. É falo isso com relação ao ensino público. Isto é, sempre existiu essa tentativa de que houvesse bipolarização de dois tipos de escolas. Na hora em que se instalar isso dentro da escola pública universitária, o ensino pago, fica estabelecido, porque todo mundo sabe, quem paga vai exigir que se lhe dê um tratamento diferente daquele que não paga. Um financiador exigente, sobretudo esse tipo de financiador. Mesmo porque, se assim acontecesse, haveria talvez o mais agudo tipo de seletividade de exclusão do ensino superior brasileiro, porque ou se pagaria à escola pública todinha para que ela não precisasse desse tipo de recurso público para sobreviver, ou se financiaria ela todinha, ou qualquer coisa que se desse a ela seria apenas para discriminar o ensino. E, dificilmente, iríamos encontrar alunos no Nordeste, por exemplo, capazes de pagar o ensino público, para subvencioná-lo.

Ouvi uma palestra do reitor da USP — Universidade de São Paulo — em que ele mandou fazer um levantamento, que se o ensino público da USP tivesse que ser pago pelos alunos, ele custaria 25 mil dólares para cada aluno. Quem é que poderia pagá-lo? Então, quem iria entrar na USP?

Agora, transfira isso para o Nordeste. Estava conversando há poucos dias com um colega nosso, da Universidade Municipal de Itajaí, e ele dizia o seguinte: o curso de Odontologia da Universidade de Itajaí custará no próximo mês 170 mil. O custo puro e simples vai custar ao aluno 170 mil por mês. Quer dizer, lá é escola municipal, mas o aluno de odontologia da Universidade de Itajaí vai pagar 170 mil por mês, é difícil encontrar um nordestino que ganhe esse dinheiro por mês.

Quem ia subvencionar essa universidade? Um número muito reduzido, muito pequeno, muito limitado, porque o custo é muito alto. Aparentemente, dizia o reitor da USP, cada aluno da USP custa quatro mil dólares. Se for fazer um levantamento, o resultado seria esse. Mas o financiamento não é só esse: envolve uma série de outros investimentos que cairiam num custo simplesmente insuportável até, quem sabe, para o aluno paulista. Para que pagar 10% ou 5% apenas para discriminar dois tipos de aluno dentro da universidade? Então, continua preferível, a meu ver, que o ensino universitário público seja gratuito.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Tinoco) — Com a palavra o Reitor José Carlos Almeida Silva.

O SR. JOSÉ CARLOS ALMEIDA SILVA — Caro Ministro Hugo Napoleão, é um prazer revê-lo. Conforme já disse anteriormente e reafirmo agora, o nosso entendimento, inclusive o das universidades católicas comunitárias, é de que os recursos públicos devem ser destinados para a escola pública. Queremos viver e sobreviver. Bastaria que o Estado não interferisse com todas essas legislações de matrículas etc. Entendemos que nossa ação é supletiva, porque o Estado não consegue oferecer as vagas em quantidade suficiente; mesmo que oferecesse ainda assim haveria necessidade.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Em quantidade e em qualidade, porque realmente a obrigação do Estado é prover a boa escola pública para todos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALMEIDA SILVA — Quando digo quantidade, já está implícita a qualidade.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Evidentemente. Concordo com seu ponto de vista.

O SR. JOSÉ CARLOS ALMEIDA SILVA — Esse é um ponto. Esta é a nossa posição. Agora, não pode haver essa interferência com essa legislação que existe.

A nossa tese é a seguinte: a sociedade brasileira já paga impostos suficientes para que o ensino seja gratuito. Este é o primeiro ponto. O segundo ponto é que estamos num país do Terceiro Mundo, onde os níveis de renda são muito elevados. É mais uma razão ainda. Volto a insistir que a tese polarizada não é por aí; ela passa por outras questões mais de fundo, e, às vezes, nos equivocamos e ficamos entre o pago ou não pago, esquecendo-nos de que a questão está mais na concentração de renda, que é brutal; mas sempre haverá níveis de renda que podem ir para uma escola particular, comunitária etc., apesar da brutal concentração de renda. A questão é da instabilidade econômico-financeira, a questão é de escassez.

Estive pesquisando algumas coisas para um debate que fiz agora na Plenária dos Reitores sobre financiamento da educação, junto com a UNE, com a Andes, com a Fasubra, com o companheiro Itan, que representou as estaduais. Procurei descobrir quais pesquisas e estudos existiam sobre outras fontes alternativas às tradicio-

nais. Considero que os 18% da União e os 25% do município não estão conseguindo atender suficientemente. Isso ocorre pela insuficiência de vagas nos diversos níveis, nos diversos graus, pela remuneração do professor, enfim, por uma série de questões. Acho, inclusive, que a universidade pública e a escola pública não devem ter preconceito contra receber recursos que não sejam públicos, da sociedade. O Melchior coloca bem: recursos oriundos de taxaço, de transações imobiliárias, de taxaço de transmissões de herança devem valer, pois se deve achar outras alternativas para complementar. Reconheço, entretanto, que talvez a carga tributária, do ponto de vista da renda, que já está muito concentrada, e até do próprio Imposto de Renda, penalize bastante a sociedade brasileira. Mas na medida em que se possa fazer uma reforma tributária, por que não buscar isso? A minha tese é de que não pode baixar daí; pelo contrário, tem-se que buscar recursos complementares.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Dou a palavra ao Deputado Raul Pont, último inscrito para interpelar os nobres Reitores.

O SR. RAUL PONT — Eu me permitiria discordar parcialmente do Senador, para dizer que não houve manifestação contrária à possibilidade do corte dos 18%. Acho que não houve publicidade. Várias entidades de partidos se manifestaram contrariamente, mas não tiveram a sorte ou a oportunidade de ter isso registrado nos jornais. Pode ficar ciente o Senador de que há uma mobilização não só por parte de entidades, mas também de partidos, no sentido de lutar pela manutenção dos 18%. Infelizmente, acho que, neste momento, a ausência é muito mais da falta de democracia nos nossos meios de comunicação, que não dão resguardo a esse tipo de proposta, a esse tipo de posição nos nossos dias.

O SR. JOÃO CALMON — Permita-me um esclarecimento. Recebo com muita alegria a afirmação do combativo parlamentar gaúcho, que tanto honra o Congresso Nacional. Mas ainda alimento alguma dúvida sobre o posicionamento das entidades, por um motivo facilmente compreensível. E que o artigo das Disposições Transitórias faz referência ao art. 212. E o Emendão tem como um dos seus objetivos eliminar o percentual de 18% a que se refere o art. 212. Eliminada esta parte do art. 212, deixa de existir uma ameaça considerada obviamente séria pelas universidades.

Há representações encaminhadas ao Procurador-Geral da República pelo Deputado Osvaldo Coelho, que é o autor do art. 60, e pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação, o Consed, arguindo a inconstitucionalidade do Orçamento do corrente ano, como já foi inconstitucional, segundo esse entendimento, o Orçamento do ano anterior. O Procurador-Geral da República acolheu a tese, considerando inconstitucional o Orçamento deste ano, e fez subirem os autos ao Supremo Tribunal Federal.

Sob um aspecto, nobre Parlamentar, a eliminação dos 18% pode afastar esse verdadeiro pesadelo que pesa sobre as universidades públicas brasileiras. De acordo com a última análise feita pelo Tribunal de Contas da União, através de um parecer do nosso ex-colega da Câmara dos Deputados, Homero Santos, no Orçamento do ano passado, o ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo absorveram apenas pouco mais de 1% das verbas federais, enquanto as universidades absorveram, de acordo com o parecer, cerca de 70% das verbas.

De maneira que ainda não estou convencido de que realmente todas as entidades tenham se posicionado contra a eliminação da referência aos 18%, que está incluída no art. 212. Ainda há pouco recebi um manifesto da Andes, que já entreguei ao nosso Presidente, sobre o problema grave da remuneração dos professores universitários, que estão lutando junto ao Ministério da Educação para o atendimento das suas reivindicações. Portanto repito, salvo melhor juízo — e eu estimaria muito estar errado — as entidades que reúnem os professores, os estudantes e os servidores ainda não se posicionaram contra essa intenção do Poder Executivo de eliminar os

18%. De modo geral, a imprensa não chega ao ponto de boicotar inteiramente as manifestações dessas entidades que tantos serviços prestaram e prestam à educação brasileira. Creio que ainda há uma perplexidade dessas entidades, em virtude de considerarem ameaçador esse art. 60, até mesmo para a própria sobrevivência das universidades públicas federais.

Agradeço muito a V. Exª pela oportunidade dada para este esclarecimento, que não é conclusivo, mas se baseia apenas nas informações que tenho conseguido obter. Na chamada Carta de Vitória, salvo melhor juízo, até mandei... Onde está a carta?

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Tão logo o Senador João Calmon conclua, pediria do Deputado Raul Pont que encaminhe as suas perguntas, até porque está tendo início uma votação importante no plenário da Câmara dos Deputados, e, como sabemos, não pode haver reunião de Comissão enquanto está havendo votação em plenário.

O SR. JOÃO CALMON — Apenas para confirmar o que já disse, aqui está a Carta de Vitória, onde não há nenhuma referência, nenhum protesto, nenhuma crítica contra essa intenção do Poder Executivo federal de eliminar os 18%. Lamento muito confirmar uma má notícia, mas aqui está a Carta de Vitória, recente, de 27 e 30 de agosto de 1991, que reuniu todas as entidades ligadas à educação. A Andes, a Crub, a Fasubra e a União Nacional dos Estudantes, todas as representações nessas conclaves. Muito obrigado.

O SR. RAUL PONT — Vou procurar ser bem sucinto nas questões que gostaria de levantar aos Srs. Reitores. Elas são quatro. Na última reunião, tivemos o depoimento do Reitor Eduardo Coelho. Na sua intervenção, ele salientou a sua opinião de que dificilmente hoje o ensino privado, particular, confessional, comunitário teria condições de cumprir também com o aspecto de pesquisa, de extensão, na medida em que estaria sendo quase possível garantir o ensino, para a dificuldade gerada pela situação salarial, pelo quadro econômico do País. Essa questão me parece que é confirmada, parcialmente, ou vai na mesma direção quando o Relator José Carlos Silva dá alguns números, alguns dados, alguns percentuais desse processo, mostrando que há uma grande disparidade entre a participação, a presença da escola confessional e, se nós estendermos isso para as demais particulares, nós teremos um percentual bastante elevado, mas muito dispare em relação àquilo que essas escolas produzem em termos de pesquisa.

Aquela que foi citada há pouco, a PUC do Rio de Janeiro, é porque tem um aporte significativo de recursos de agências de fomentos do Estado, a FINEP, CNPq, principalmente. Então, a questão é como é possível cumprir esse papel nessas condições? Se, dentro da própria prioridade que foi várias vezes repetida, esses recursos — já que a escassez é tão grande — não deveriam permanecer limitados às escolas públicas, já que eles pesam decisivamente até para criar uma exceção nas escolas confessionais ou privadas?

A segunda questão é que me chamou a atenção a identificação entre escola confessional e escola comunitária. Chamou-me a atenção porque o projeto aprovado o ano passado, de LDB, aqui no Congresso, que agora volta a tramitar com um grande número de emendas, estabelece uma conceituação, uma tipologia que me parece que excluiria essa identificação pelas exigências que estão colocadas.

Eu gostaria de saber dos Srs. Reitores a opinião sobre isso. Se é correta essa tipologia estabelecida pela nova LDB, se ela for aprovada como está hoje no projeto Jorge Hage, que estabelece claramente o que é a escola comunitária, o que é a confessional e também a escola pública.

No caso das fontes, mais especificamente ao Reitor Itan, sobre se o critério da indexação às estaduais ou municipais, ou inclusive comunitárias, porque elas inovam

com a possibilidade fundacional de receber recursos dos Estados, dos Municípios, ou de outras fontes, se a figura da indexação junto a Estados e Municípios não poderia ser de impostos municipais e estaduais uma fonte mais regular, mais segura para que essas universidades ou escolas isoladas sobrevivessem e tivessem condições melhores de aporte financeiro.

Chamou-me a atenção também a questão da prioridade que é dada ao professor. Eu não vejo correspondência, nessa prioridade, com as formas que se dão hoje às contratações, na maioria das escolas privadas e escolas confessionais, onde os professores continuam sendo majoritariamente contratados por horário, sem que o contrato preveja a possibilidade do estudo, da pesquisa, da preparação. A remuneração se dá exclusivamente, e também na maioria dos casos, sem um plano de carreira, sem o mínimo de estabilidade. Parece-me que essas questões, no que diz respeito à qualidade de ensino, teriam que estar incorporadas, não apenas à escola pública, mas também ao setor privado.

E, finalmente, esse debate mais recente, que foi muito polêmico durante a gestão Carlos Chiarelli, no Ministério, e também fruto de um debate que fizemos na Comissão de Educação, na semana passada. Qual a posição das entidades, o que é melhor para as entidades, que exista uma presença do Estado, uma presença no sentido de estabelecer critérios previamente estabelecidos de como vão se dar esses reajustes através do Conselho Federal e dos conselhos estaduais ou a simples liberação, provavelmente a nível de mercado. Esse debate é fruto de reivindicações chegadas à Comissão de Educação por entidades estudantis que reclamam das disparidades entre os reajustes de mensalidades e os reajustes de salários ou das suas fontes familiares de renda que acabam não acompanhando, porque a pressão da reivindicação dos professores faz com que as escolas sejam obrigadas também a atender este lado. Eu gostaria de ter uma opinião se nesse aspecto há uma posição das escolas profissionais? Quer dizer, o melhor é ter indexador estabelecido em órgão público ou a manutenção do livre jogo de mercado ou das pressões das entidades de professores ou pressão dos demais custos das escolas?

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra ao nobre Reitor José Carlos.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA — No meu caso, Deputado Raul Pont, começando pela pressão, pesquisa e extensão nas comunitárias, eu diria à que nós temos que fazer uma extensão entre a questão de recursos para ensino e recursos para pesquisa, principalmente pesquisa. Ao responder a sua colocação, eu faço naturalmente com a visão do acadêmico e sem, evidentemente, a preocupação de qualquer conotação ideológica, já que o acadêmico, quando ele trata de pesquisa, não só como de pesquisa, mas de ensino na linha da qualidade que o Ministro se referiu e da pesquisa também, ele entende que a pesquisa é um campo tão amplo, como é um outro, mas tão diferenciado de que a questão da qualidade é fundamental. Eu quero crer que para que se possa ter pesquisa de qualidade, aquele pesquisador que tiver inserido numa determinada instituição e que estiver melhor capacitado não se deve ter esse tipo de preocupação quanto ao tipo de instituição pelo seu mantenedor, pela sua origem, de referência ao pesquisador, porque ele poderá estar numa universidade estatal, numa pública, como poderá estar em qualquer uma dessas pura e simplesmente, que não é nem comunitária nem confessional e nem filantrópica.

Eu quero crer, inclusive, que o texto da Constituição faz uma diferenciação. No artigo a (SIC), ele diferencia que para questão de pesquisa e extensão ele diferencia. Acho que está no art. 213. "Serão destinados"... "podendo".

Mas quando chega mais adiante, um item aqui: "As atividades... universidades poderão receber apoio do poder público".

Parece que a visão aqui do legislador foi fazer uma distinção muito clara. Tanto que eu, na minha fala anterior, coloquei muito corretamente com referência ao ensino, eu acho que as prioridades de recursos devem ser para a escola pública. E eu acho inclusive que poderia o Estado não interferir, e aí, é uma pequena diferenciação, a questão do momento. Por exemplo, no momento atual já que o Estado tem o dever de oferecer à escola de qualidade, principalmente pública, se ele não o faz, ele não tem as vagas suficientes para poder, porque ele poderia, nesse caso, simplesmente não interferir, e deixar que as instituições não destinam os recursos, mas também não interferir.

A questão toda é que nós ficamos num dilema porque ele não oferece, em quantidade suficiente e em qualidade, e conseqüentemente interfere. Quer dizer, a minha visão é essa. Ou seja, eu acho que quanto à questão da pesquisa, as nossas instituições, principalmente aquelas mais tradicionais, são instituições datadas, de 1946, 1948, 1950, que têm uma história neste País, inclusive nos períodos mais duros, mais fortes, mais autoritários, e vários professores de universidades públicas lá se abrigaram. E eu — que tenham a capacidade de fazer uma boa pesquisa, porque a boa pesquisa, dizer, elas têm uma tradição, então não vamos ter o tipo de preconceito. E acho, inclusive, que a gente deva procurar, sim, reforçar aquelas — sejam públicas ou particulares — que tenham a capacidade de fazer uma boa pesquisa, porque a boa pesquisa, a boa extensão é fundamental para o nível de desenvolvimento econômico e social.

A tipologia a que o nobre Deputado se refere, confessional e comunitária, eu quero dizer que as nossas instituições, quando criadas, elas foram criadas por ordens religiosas ou por dioceses, com o caráter, naquela época, realmente confessional. Com o decorrer do tempo, mesmo antes da Constituição consagrar, no art. 213, os termos comunitários, confessionais e filantrópicos, e desde a plenária do Crub, em Goiânia, acho que em 1984/85, que já surgia esse grupo, que, inclusive, como eu falei desde o início, foi criado por incentivo do próprio Estado. O Estado reconhecendo que naquela época não tinha, estimulou. Só para ter uma idéia, nobre Deputado, hoje praticamente as instituições não recebem verbas. São simbólicas, na área do ensino. Ainda que umas poucas, como é a PUC do Rio Grande do Sul, São Paulo, PUC — Rio, PUC — Minas, a PUC de Campinas, aquelas maiores, elas consigam, porém, mais para projetos dos organismos financeiros etc. Porque para os seus orçamentos no que se refere ao ensino, é realmente simbólico. Eu já disse os números, não lançam 1% do orçamento do MEC. E não chegam a 5% do orçamento das nossas instituições. Não chegam, 2%, eles são simbólicos. Nós poderíamos prescindir disso. Ainda que entendendo que na pesquisa e na extensão deve haver um esforço de toda a sociedade, do Estado, porque é realmente uma característica completamente diferenciada.

Nós, então, depois começamos a trabalhar na nossa associação e, agora até recentemente em Vitória foi criado o fórum nas universidades comunitárias, mas nós não distinguimos. Por quê? Porque tem instituições nossas que, às vezes, têm as três características. Mas elas não têm as três características, porque, está incluído no art. 213, porque que elas querem receber recursos para o ensino, para a manutenção. Eu não estou me referindo à pesquisa de extensão. Eu estou me referindo agora, tão-somente, ao ensino. É porque elas têm a filantropia que foi dada até 1977, quando foi tirada por Geisel. E porque, também, as características básicas dessas instituições são assim, um conjunto de vinte e duas instituições que têm essas características concretas. Então nós achamos que estamos identificados com essa característica. Porque entendemos que prestamos um serviço público, embora não sejamos estatais.

Com referência às remunerações dos professores, boa parte das nossas instituições — eu não diria a totalidade, porque não é verdadeiro — está mudando o seu regime. Está-se criando planos paralelos, porque nas nossas instituições há uma realidade

muito concreta. Existem professores de determinadas áreas do direito, da economia, da administração e contabilidade, que eles não querem entrar na carreira. Eles simplesmente têm as suas atividades nos seus empregos, que, com os salários que são oferecidos, eles não têm. Mas eles têm interesse em ter algumas turmas. É uma decisão deles, individual.

Enquanto que o outro, o corpo de professores — de Pedagogia, Letras etc. — esses querem ter a carreira. As nossas instituições estão fazendo assim agora, a maior parte delas. É a PUC do Rio Grande do Sul, é a PUC de São Paulo, é a PUC de Campinas, a PUC de Goiás, uma série delas. Elas estão buscando agora, criar uma forma diferente. Na nossa instituição mesmo, nós temos o Plano de Carreira. E quero dizer que, quando nós fizemos o Plano de Carreira, foi uma luta enorme, porque os nossos professores queriam regime igual ao das federais. E nós, naquele momento, nos batíamos por que não fosse daquela forma, que fôssemos um pouco mais criativos. E criamos o sistema misto, onde ele pode ter aulas para poder se adaptar àqueles que querem, por decisão pessoal deles, e já citei as áreas, continuar horistas, outros que não querem, querem estar na pesquisa. Então, vinte horas lá e vinte horas cá. Estamos implantando isso. Não quero dizer que está exitoso e nem que é uma experiência para todo o País. Mas eu acho que tendemos inclusive a evoluir. Porque está provado hoje que às vezes a questão não é ser horista. Porque, naquela época, as federais tinham os níveis salariais de professores que ultrapassavam os níveis atuais. Então, nós preparávamos professores que iam para as federais, para um regime de quarenta horas, de “DE” etc.

Hoje a história mudou. Existem hoje dois salários, que ainda são tipo horista, a PUC do Rio Grande do Sul e a minha, e nós temos níveis salariais superiores às estaduais, às federais, algumas instituições particulares num esforço muito grande. E, às vezes, o que importa, na minha visão, eu posso até estar equivocado, é que o salário seja digno. A questão não é se vai ser aqui ou ali. E estou convencido de que estamos travando uma discussão agora, de que criar um outro mecanismo, em que aqueles professores da carreira possam ter um salário teto básico, independente da hora/aula, e possam também fazer pesquisa. Mas desde que ele faça pesquisa como? Tendo um período de início e de fim. Para não levar a vida toda com uma pesquisa só, e com uma coisa que às vezes não tem um interesse maior para a sociedade. Essa é uma preocupação que tem que se buscar. Pesquisa que você tenha um interesse concreto, senão você começa a fazer pesquisas do nada pelo nada.

Então, há uma articulação e uma vinculação. Então nós estamos tentando. E esses outros todos dessas carreiras, que não têm interesse. Eles até em último caso saíram, porque os salários lá fora são muito maiores, mas eles gostariam de estar ali por *status*, para estar no *curriculum*, para dizer que é professor universitário, para estar em contato com a mocidade, para poder estar estudando e estar pesquisando etc.

O SR. RAUL PONT — Do ponto de vista pedagógico, do ponto de vista da instituição, no seu entendimento, não faz diferença esse tipo de sistema misto. Digamos, o professor que tem uma turma, que tem duas turmas que trabalham no seu escritório, que tem sua banca de advogado, de engenheiro, que tenha uma carga horária de quatro horas ou três horas, oito horas semanais. Do ponto de vista da qualidade do ensino, do rendimento que isso pode trazer ao aluno, não haveria diferença no seu entendimento entre alguém que, nessas mesmas condições, estivesse realmente com um vínculo à universidade, e pudesse fazer um atendimento que não, todos nós sabemos, que é a ação do professor, se esgota dentro das salas de aula. Ela se dá também no acompanhamento de pesquisas, de leituras, na possibilidade do contato extra-sala de aula. Quer dizer, isso me parece trazer uma distinção, uma qualidade de ensino ofertado que é bastante grande. A não ser que já existam alguns estudos, eu não conheço, de que não há nenhuma diferença ou até o contrário.

Esse sistema possibilitaria até uma qualidade melhor, do que o sistema de contratação por um período de tempo determinado, ou vinte horas, quarenta horas ou dedicação exclusiva.

O SR. JOSÉ CARLOS ALMEIDA — Eu acho, Deputado, que se nós falarmos de exclusividade, isso é verdadeiro. Então se você entender que uma instituição vai ter só esse regime, exclusivamente ele, há um prejuízo acadêmico enorme. Acontece que essas novas formas que estão se tentando, inclusive para remunerar melhor os professores, uma remuneração mais digna, elas dão uma certa liberdade ao professor, da sua adequação, instituição, de várias formas. Primeiro: porque, para determinadas áreas, por exemplo, essas áreas que eu citei, às vezes é importante que o profissional traga a sua experiência lá de fora para dentro da instituição e leve daqui para lá. Ao contrário, esse intercâmbio é extremamente salutar. Segundo, porque mesmo com alguns engenheiros ou advogados, uma parcela deles também às vezes faz a opção de ficar no interior da universidade, enquanto outros não querem. O que eu quero dizer é que a gente precisa entender. Já na outra categoria, que são os profissionais professores, estes sim, porque até o nível concreto, até mais das pesquisas que vão se desenvolver estão muito voltadas nessa área. Ainda que você tenha do lado de cá, no tecnológico, na área da saúde, também elementos para você fazer a pesquisa. Além disso, há de se considerar de que as universidades, no País e no mundo, são muito diferentes. Uma estão dedicadas a algumas coisas, e às vezes até duplicam as suas atividades, o que não deviam estar fazendo. Deveriam estar sendo complementares entre si, na medida em que uma desenvolve um tipo de pesquisa, a outra pudesse subsidiar ou complementar, mas não tentar desenvolver novamente.

Então você tem uma coisa muito mais clara, que você permite então que aqueles da área de engenharia que querem ficar e optar por um regime, que ele faz a sua opção de salário, com tempo mais integral para pesquisa, poderá fazer. Mas se ele resolve, pura e simplesmente, não fazer, fica a liberdade plena dele de opção de fazer a sua. Nós estamos caminhando para um outro modelo, porque também é verdadeiro, nobre Deputado, que há alguns casos, em tempo pleno, da remuneração das atividades, que não são exercitadas com a necessária eficiência.

Às vezes, ocorre muito. Estamos vendo, hoje, o exemplo de Salvador. Muitos professores de universidades federais, dada essa questão de tempo de aposentadoria, estão deixando o "DE", estão deixando as 40 horas e as reduzem para 20h, vindo fazer concursos em nossas instituições. Engraçado como essa coisa muda no tempo. O que quero dizer é que devemos ter um tipo de modelo, um tipo de plano para o professorado. É aquele que ofereça salário digno de acordo com sua opção. Não adianta querermos montar modelos — às vezes as pessoas não querem se situar —, desde — e o nobre Deputado tem razão —, que não se perca na qualidade do ensino, que não se perca na qualidade da pesquisa e da extensão. Mas, alguns, pela própria vocação, vão fazer a sua opção para ficar no interior da universidade. Então, são advogados, engenheiros, que ficarão por lá. Já outros, não: estarão em suas bancas.

O SR. JOÃO CALMON — Magnífico Reitor, permita-me interferir? Como preciso retirar-me, pois tenho uma audiência a que não posso faltar, agradeço a oportunidade que me deu, de pedir perdão ao nobre Parlamentar gaúcho, Raul Pont, sobre a afirmação que fiz em relação ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Realmente, na "Carta de Vitória" há a seguinte afirmação:

"É incompatível e inaceitável qualquer mudança constitucional que retire os percentuais mínimos a serem aplicados em educação, sem o que esta perderá a condição de uma das alavancas do processo de desenvolvimento econômico e social do País."

Como não estive presente ao encerramento da reunião do Conselho de Reitores, não tomei conhecimento desse trecho da "Carta de Vitória", e o leio para V. Ex^a com o meu pedido de perdão. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ CARLOS ALMEIDA SILVA — Sobre a presença do Estado, para critério de reajustes de mensalidades, quero crer que com a promulgação do Código do Consumidor, as entidades teriam que se organizar para utilizar aquele instrumental. Não se precisaria de outro. A Lei nº 8.170, que está aí, sobre mensalidade, negociação, inclusive foi objeto de 7 ou 8 medidas provisórias, e que na minha modesta opinião, bastava apenas uma portaria do Ministro, mas S. Ex^a queria que houvesse uma lei, depois, veio a 8.178, que alterou alguns artigos, ela tem alguns equívocos, porque possibilita, em período de dissídios, os repasses serem da ordem de 70% para os professores, e 30% pelo índice. Mas, no início do semestre letivo, seja o regime anual ou seriado, o art. 1º possibilita que seja feita a compatibilização das receitas com os custos, com as taxas de remuneração etc. Então, aquilo que parecia uma proteção àqueles que a isso se dirigem, parece-me que não, porque é válida somente para aquele período. Assim, quero crer que neste momento o Código de Defesa do Consumidor seja um bom instrumento para a sociedade organizar-se e poder acompanhar, mas acompanhar aqueles que abusam, mas não aqueles que praticam. Por que razão? Porque se o Estado, volto a insistir, oferecesse escola em quantidade suficiente, poderia liberar-se totalmente, deixando que as pessoas se comportassem de acordo. Porém, como não se oferece, há que haver, enquanto isso, um mecanismo — mais de controle —, na minha opinião, para os excessos e abusos, não podendo ser generalizado a todas as instituições.

O SR. ERALDO TINOCO — Com a palavra o Magnífico Reitor...

O SR. ITAN PEREIRA DA SILVA — Pela minha percepção, o seu questionamento dirige-se a mim em apenas um caso, que é com relação à indexação da receita para efeito dos orçamentos das universidades estaduais e municipais.

Devido ao adiantamento do tempo, somente ficarei neste tema, porque o colega deu suas explicações exaustivamente.

Assim, seria um caminho de uma solução para dar mais tranquilidade orçamentária às instituições estaduais e municipais, e de uma certa forma, propiciar-lhes a chamada autonomia financeira. Foi com isso que a universidade de São Paulo conseguiu adquirir, de uma certa forma, essa autonomia. Foi com essa indexação. No primeiro momento, foi de 8,4% da receita proveniente do ICMS do Estado de São Paulo, para as três universidades, numa divisão de cálculo, conforme um cálculo histórico que eles têm. Isso deu uma certa tranquilidade, ao ponto de dizer-se hoje que foi a universidade, realmente, a primeira a alcançar esse tipo de autonomia. Eles já estão lutando para ampliar esse percentual. Agora, nos outros casos em que há uma indexação, tivemos um certo desastre, porque, por exemplo: no Rio de Janeiro, há uma indexação na UERJ, de 6% do montante dos recursos destinados, dentro dos 25% destinados à educação, destinados à UERJ, só que ela não vê nem a cor desses 25%. Está muito atabalhoado.

Temos os casos das universidades estaduais do Ceará, que são três, que também possuem um percentual de 5% do montante de 25% destinados à educação, e o Reitor a essa altura não sabe o quanto representou, o que eles receberam, e em que nível está esse repasse. É, portanto, precário. Por exemplo, na Universidade Federal da Paraíba, tentamos até indexar na Constituição estadual um percentual, mas não se podia, legalmente, fazer esse tipo de indexação. Estamos, agora, trabalhando no sentido de fazer uma indexação dentro do percentual de educação. Tenho a impressão que, quando isso for feito, definitivamente, por parte das universidades estaduais, elas, quem sabe, alcançarão esse tipo de autonomia, primeiro, até, do que as universi-

dades federais. Esse é o caminho da tranquilidade orçamentária, mesmo que haja percalços do tipo e, num determinado ano, aquele percentual servir às necessidades das demandas orçamentárias, e no outro ano não servir. Mesmo assim, caso isto aconteça, seria a oportunidade de se conquistar uma certa autonomia financeira. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Senhores, queremos agradecer à presteza do atendimento à nossa convocação, tanto o Reitor Itan Pereira da Silva, quanto o Reitor José Carlos Almeida da Silva. Essa contribuição, sem dúvida alguma é tão importante, que os trouxe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Lamentamos que o próprio tumulto dos trabalhos nesta Casa faz com que os parlamentares tenham, às vezes, muitos compromissos ao mesmo tempo, o que nem sempre assegura uma reunião com *quorum* mais representativo ou que signifique a permanência dos Parlamentares durante todo o debate. Porém, os Anais registram e registrarão sempre essa contribuição, de sorte que acreditamos tenha sido inteiramente útil e tenha atingido plenamente os objetivos desta convocação.

Agradecemos, portanto, a presença e a colaboração de ambos.

Quero anunciar que, na próxima terça-feira, esta Comissão realizará uma reunião deliberativa. Temos três assuntos que precisam de urgente deliberação, que são: a escolha do Vice-Presidente, a aprovação da lista total de questionamentos, de depoimentos, e, finalmente, o próprio calendário dessas reuniões. Então, não convocaremos nenhum depoente para a próxima terça-feira, para que esta Comissão realize essas deliberações tão necessárias à continuidade dos trabalhos.

Peco à Secretaria que se empenhe na convocação dos integrantes, inclusive distribuindo, desde já, esta pauta da próxima reunião, para que todos aqueles que têm tanto interesse no andamento desses trabalhos possam aqui comparecer para permitir a sua continuidade normal.

Meus agradecimentos, mais uma vez, a todos. Declaro encerrada esta reunião.

Data: 26-9-91 — hora: 10h 15min

Convidados: Roberto Leal Lobo, João Calmon, Sólton Borges dos Reis e Raul Pont.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Há número regimental.

Declaro aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a analisar a crise da universidade brasileira.

Convido o Sr. Relator (João Calmon) a tomar assento à mesa. Convido, também, o Reitor Roberto Leal Lobo e Silva Filho, Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo.

Convido o Magnífico Reitor Roberto Leal Lobo e Silva Filho a prestar o juramento regimental.

O SR. ROBERTO LEAL LOBO — “Juro como dever de consciência dizer toda a verdade, nada omitindo que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar a crise na universidade brasileira.”

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muito obrigado.

Concedo a palavra ao nobre Reitor Roberto Leal Lobo e Silva Filho, que terá o prazo de quarenta minutos para prestar o seu depoimento e logo em seguida será inquirido pelos membros da CPI.

O SR. ROBERTO LEAL LOBO — Sr. Presidente, Srs. Membros desta Comissão, em primeiro lugar gostaria de dizer que este é um tema extremamente importante para nós que somos universitários, mas não só para nós como também para o Brasil.

Inicialmente gostaria de colocar o contexto internacional do ensino de terceiro grau para depois podermos focalizar o Brasil e os problemas que estão ocorrendo até de uma maneira crônica.

No final da Segunda Guerra e início da década de 50, a Europa, em particular a Inglaterra, tinha 3% da sua população entre 18 e 24 anos que chegaram ao ensino de 3º grau que cresceu vertiginosamente. Nos Estados Unidos, no final da guerra, cerca de 20% dessa população de 18 e 24 anos participando do ensino superior em alguma instituição. Hoje esse número é da ordem de 20%. Isso aconteceu em toda a Europa. O número de pessoas na faixa de 18 a 24 anos estava envolvida no ensino superior de alguma forma. Hoje esse número passa de 50%.

No Brasil, todo mundo se lembra de quando se falava nos cem mil estudantes universitários no início da década de 60. Hoje são mais ou menos dois milhões. Então, houve um grande crescimento. E por quê? A razão é clara. O mercado de trabalho é cada vez mais sofisticado, a tecnologia exige uma formação mais completa, mais prolongada, instalaram-se programas de pós-graduação que passaram a exigir mais estudo, mais formação, e isso, naturalmente, tornou o sistema caro. Sempre que se aumenta o número de 3% para 20% não é de estranhar que o sistema de ensino superior fique caro, como um todo; não estou considerando o custo/aluno, estou dizendo o sistema global. E quando o sistema fica caro — na Europa basicamente o sistema é apoiado pelo Estado — o único sistema em um país grande que tem o sistema em parte dividido entre Estado e iniciativa privada e pagamento por parte dos estudantes é o sistema americano; o sistema europeu é praticamente mantido pelo Estado. Então, o gasto com o ensino superior começou a ser questionado, porque começou a ficar pesado para o orçamento desses países. E quando chega na hora de votar o orçamento as pessoas começam a se perguntar por que estão gastando tanto com esse contingente em relação a outras prioridades.

O sistema americano tem grandes qualidades, mas tem características tão diferentes do nosso que não vou usá-lo muito como exemplo. Nos Estados Unidos muitas universidades e institutos de ensino superior surgiram de mobilizações da comunidade. É um país muito descentralizado em que a sociedade efetivamente toma iniciativas, não espera o Governo decidir por ela. Então, criaram-se universidades para atender a demandas locais em muitos lugares dos Estados Unidos, e essas universidades acabam buscando o seu nicho ecológico, e algumas sobrevivem bem, outras sobrevivem mal e vão achar o seu espaço de trabalho. É um sistema muito dinâmico nesse sentido e muito ligado à comunidade de base, de apoio àquela universidade particular. As universidades agrícolas nos Estados Unidos são muito ligadas à demanda local e elas foram, de fato, responsáveis pela revolução agrícola que aconteceu nos Estados Unidos no princípio deste século, através de seus programas de extensão agrícola. Eles tinham, realmente, o papel de agentes de desenvolvimento local e depois foram se expandindo para outros setores, porque foram crescendo e começaram a diversificar seus objetos. Mas começaram de uma forma diferente, não foi no conceito de uma universidade ampla, mas foi num atendimento de necessidades da comunidade. É um sistema muito diferente, por isso prefiro falar um pouco mais sobre o sistema europeu.

Devido a esses custos crescentes e à demanda crescente, com necessidade crescente de formação de pessoal nessa área e a demanda crescente de pesquisa, que era feita dentro das universidades, o sistema começou a ser questionado e foi modificado em alguns países. Criaram-se outros tipos de instituição de ensino superior, que não necessariamente universidades: escolas tecnológicas, ligadas a empresas, com as quais elas têm uma forte ligação de desenvolvimento tecnológico; apoio financeiro por parte de empresas, também, e tinham que se viabilizar através de convênios, e o sistema foi se diversificando, como o próprio mercado americano é diversificado.

Outra coisa que ocorreu foi a permuta, cada vez mais aguda, da questão do que fazer, para que servir a universidade. Isso motivou toda uma discussão sobre a avaliação das universidades européias.

A avaliação das universidades européias, na minha visão, de fato não foi uma decisão de princípios e nem saiu propriamente das universidades, mas como uma resposta necessária das universidades e do Governo a um questionamento que estava sendo feito sobre custos, eficiência, desempenho etc.

A França montou um sistema muito interessante de avaliação, que é um sistema fora da universidade e essencialmente fora do Governo também; é um órgão autônomo, que faz avaliações permanentes das universidades. Eles fazem avaliação de cada universidade francesa e fazem também documentos sobre o sistema de universidades francesas, problemas que esse sistema enfrenta. Com a experiência que eles adquirem na avaliação do conjunto das universidades, eles conseguem retirar temas de interesse geral, e sobre esses temas preparam documentos e analisam fornecendo propostas ao Governo.

A orçamentação das universidades passou por uma modificação, não era mais um orçamento propriamente de custos; mas passou a ser um orçamento quase de um contrato. Isso ocorreu em muitos países europeus. Ressalto isso, pois creio que é um sistema que tem uma certa lucidez para mim.

Como é que se faz isso? O Estado, praticamente, compra um número de vagas que ele considera importante na universidade para a formação de especialistas em algum assunto; um número de engenheiros, médicos etc. E o Estado europeu paga por esse número de estudantes e vagas que a universidade tem. Esse seria, digamos, o orçamento mínimo. Calcula-se o número de vagas necessárias ao interesse do país; o número de estudantes que deve haver na pós-graduação, o número de teses, de mestrado e doutorado que o país tem que ter; praticamente se contrata a universidade para fazer isso, em cada uma delas, e algum auxílio para investimentos e reposição de equipamentos. Grande parte dos programas de pesquisa vem de outros órgãos que não os ministérios responsáveis pelo apoio às universidades; vem do Ministério de Ciência e Tecnologia, de órgãos estatais, da iniciativa privada. Pode-se dizer que é o orçamento de uma universidade madura, no sentido dessa ligação com a sociedade em todos os aspectos; formação de professores, desenvolvimento tecnológico, ligação com empresas, deve ser, em média na Europa, entre 20% a 30% de recursos extraorçamentários no sentido do apoio específico na formação de recursos humanos em graduação e pós-graduação. A universidade recebe recursos para a formação continuada, que é cobrada, para atualização de engenheiros, de médicos, de políticos, advogados etc, e recursos através de convênios com empresas.

Estou me fixando um pouco na Europa, porque creio ser importante para depois podermos trazer esses exemplos para nós.

Quando se discute a questão da integração européia — isso vem sendo discutido há muito tempo — um dos pontos que também acho importante ressaltar é que houve uma pressão muito grande dos países do norte da Europa, onde essa integração era mais profunda, em termos de sociedade, universidade, empresa, onde a orçamentação também era feita de uma forma de contrato, mas que, por outro lado, dava à universidade uma autonomia absoluta, quase que de gestão. Elas são muito mais flexíveis que as universidades do sul da Europa. Houve uma pressão muito grande no Mercado Comum Europeu, ou seja, na Comunidade Européia, para que os países do sul da Europa, especificamente Portugal, Espanha e Grécia, valorizassem as universidades, fazendo com que elas tivessem mais autonomia e houvesse uma disposição para que elas se integrassem mais, para uma solução aos problemas da sociedade.

Tanto que o número de programas que envolvem universidades, empresas e universidades mais para o Norte da Europa, com mais experiência nessa área, é

um projeto prioritário. Então, quero dizer o seguinte: entendo, com isso, que a universidade tem papel importante no desenvolvimento econômico deste País, pelo menos, é o diagnóstico da Comunidade Européia.

Como acho que a Comunidade Européia tem uma experiência de alguns séculos, que não devemos abandonar, isso significa que o processo de desenvolvimento econômico de um país passa, pelo menos em parte, nas universidades. Isso é uma coisa extremamente importante para nós. Eu, como Reitor, sinto-me com esse enorme compromisso de saber que os países que estão procurando se modernizar, procurando se integrar, têm, não só do ponto de vista deles, o desejo de valorizar o papel da universidade, como ter quase uma imposição dos países mais avançados. Considero isso uma necessidade para que haja desenvolvimento. Com isso valorizo, aqui, através de exemplos, o papel que a universidade tem que ter, no desenvolvimento de um País.

Acredito que, se vale lá, vale cá também. Parto do princípio de que todo esse preâmbulo foi para dizer que a universidade tem um papel importante no desenvolvimento de um País. Seja na formação de recursos humanos, seja no desenvolvimento tecnológico, seja no desenvolvimento científico, seja no desenvolvimento cultural.

Então, saímos um pouco da Europa e chegamos aqui. Quais são os nossos problemas? Nossos problemas são muitos. Acho, em primeiro lugar, que o problema básico do Brasil é que educação, no Brasil, é entendida como um papel chamado diploma. Isso em todos os níveis.

Ninguém se preocupa que seu filho esteja aprendendo; ele quer saber se seu filho vai ter um diploma, o do 1º grau, o do 2º grau, e o universitário. Quer dizer, educação, no Brasil confunde-se com diploma, que é uma coisa que acho que é um mal de origem, talvez, um pouco da nossa História. Mas o brasileiro não acredita muito que se possa melhorar, se capacitar, de que o diploma, sem capacitação, não deveria ter nenhum significado, e a capacitação sem diploma, muitas vezes, até tem um significado, mas essa ligação, no Brasil, é muito estrita: é o diploma que é a coisa importante. Isso gera uma série de mazelas no País e uma falta de crítica sobre a qualidade do que se está oferecendo.

Na minha visão, o maior problema da universidade brasileira não é da universidade brasileira: o problema maior da universidade brasileira está ligado ao ensino de 1º e 2º graus. O ensino de 1º e 2º graus, principalmente público, teve uma queda vertiginosa de qualidade — só para dar um exemplo: os senhores vêem, por exemplo, que o problema de vagas não é um problema crucial.

Em São Paulo, por exemplo, 12% das pessoas que entram no 1º grau terminam o 2º grau, 12% — e há vagas entre universidades públicas e privadas para 10% da população inteira. Portanto, 12% se forma e 10% tem lugar. Então, quase todo mundo é atendido, de alguma forma no ensino superior do Estado. O problema é que, dos que entram, só 12% é que terminam o 2º grau. Essa é a coisa terrível.

Quando se diz que a universidade seleciona os mais ricos, é porque, de fato, os mais pobres não têm nenhuma condição de competir, porque têm uma formação muito ruim. No entanto, a pergunta é: a universidade está sendo perversa ou será que o sistema de educação do 1º ou 2º graus é que está sendo perverso? Parece-me que é o sistema de educação do 1º e 2º graus.

Mas, claro que as universidades sofrem, primeiro, com sua demanda; sua demanda não é uma demanda universal como devia ser. Portanto, mais qualificada, porque muita gente não tem condições de chegar, sequer, a disputar uma vaga.

O sistema cresceu, as universidades — não sei os dados brasileiros, os globais, mas sei os dados do Estado de São Paulo — as universidades públicas no Estado de São Paulo cobrem 15% dessa demanda; 85% das vagas oferecidas são instituições

particulares ou municipais, mas que são especialmente do estilo particular. Há uma disparidade muito grande entre a qualidade do ensino que é oferecido nos diferentes segmentos, as universidades públicas têm professores em tempo integral, têm equipamentos para pesquisas, para o ensino, apesar das eventuais dificuldades, mas têm para oferecer, formam o estudante com uma vocação muito ligada à pesquisa, à continuação dos seus estudos e em nível de pós-graduação.

De um modo geral, as universidades privadas se viabilizam através da contratação de professores em tempo parcial, professores que são quase horistas, não têm muitos laboratórios, normalmente. Isso viabiliza baixos custos, mas não há no Brasil, praticamente, nenhuma universidade, a não ser, talvez, duas ou três privadas que façam hoje o papel dos centros de desenvolvimento tecnológico, de integração cultural. Infelizmente, isso não ocorre no Brasil. É mais ou menos o nosso modelo.

Agora, a questão a se perguntar é a seguinte: como é que podemos melhorar o sistema universitário? Foram criadas universidades federais em todos os Estados da Federação, acho que houve aí uma visão de democratização de acesso ao saber. Talvez, o nosso problema seja um problema de isonomia. Essa palavra, no Brasil, é muito forte: todo mundo acha que tudo tem que ser isonômico.

Então, começa-se tudo clonando algumas experiências que se supõe que tenham tido sucesso. Todo mundo quer ser parecido com a Universidade de São Paulo que foi uma universidade que começou com pesquisa desde o princípio, começou com o apoio do Estado, começou com o apoio muito grande da sociedade. E essa é uma das questões. Quer dizer: será que todas as universidades, todo o sistema de ensino superior tem que ser igual? Será que a demanda é igual? Será que é necessário formar todas as pessoas, todos os — vou dar um exemplo de uma profissão, é necessário formar — todos os dentistas, no Brasil, baseados em laboratórios de um milhão de dólares, dois milhões de dólares, dez milhões de dólares?

Porque há centros que formam dentistas pesquisadores e que têm, atrás de si, laboratórios de dez milhões de dólares, mas isso é experiência que deve ser generalizada: todos os nossos dentistas vão obter tudo isso? Agora, o custo para formar um dentista vai ficar alto. O engenheiro civil, que vai fazer pesquisa, ele tem que ser formado num centro onde a pesquisa seja valorizada. Agora, todos os engenheiros brasileiros devem ser formados, tendo atrás de si laboratórios de 50 a 200 milhões de dólares? Essa é uma questão séria que a gente tem que pensar, porque senão ficamos naquela postura muito simples: olha, esse é um problema que o Estado vai ter que resolver, porque todas as universidades têm que ser do padrão da Universidade de São Paulo. Estou dando exemplo da Universidade de São Paulo não é pelo fato de que até possa ser uma coisa prejudicial, mas acho que esse é o argumento que se dá, uso-o com toda honestidade. Todas as universidades brasileiras devem ter o modelo da Universidade de São Paulo? Todo o ensino superior brasileiro deve ter o modelo da Universidade de São Paulo, com os investimentos que já foram feitos, ao longo de 50 anos na universidade? Quer dizer, todo o nosso engenheiro deve custar entre oito a nove mil dólares, ao País, para se formar?

É necessário que todos os engenheiros tenham esse tipo de qualificação de pesquisa, que sejam capazes de fazer pós-graduação, ou não? Se não, talvez o sistema fique inviável, sob o ponto de vista orçamentário. Se sim, então vamos ter que manter um número reduzido, porque não podemos atender, orçamentariamente; pelo que vejo no Brasil, há uma demanda tão grande, tão curiosa...

O estudante universitário brasileiro não significa um custo alto.

Quer dizer, vejo com um pouco de preocupação, às vezes, se falar do custo do estudante brasileiro. Acho que o estudante brasileiro é barato, internacionalmente falando, o estudante brasileiro custa, em média, sete mil dólares por ano. Um estudante

americano paga — e ele não cobra os custos da universidade, mas ele paga 10, 12, 15 mil dólares por ano — isso um percentual do seu custo.

Porque as universidades americanas realmente não têm fins lucrativos, elas reaplicam os recursos. Então, quando o estudante paga 12 mil dólares, isto significa que ele custa, provavelmente, 30. Porque a universidade tem doações. No Brasil não tem doação. Esse negócio de doação, no Brasil, não existe, mas em outros países existem doações, eles têm recursos que vêm sobre a taxa de convênios grandes que eles têm com empresas, com o Governo, para fazer pesquisa, etc.

Então a universidade tem várias fontes de recursos, que ela agrega para cobrir os seus custos. E o *tuition* é sempre uma parte relativamente pequena: 30% nas boas universidades, 20% a 30%. Então, quando o aluno paga 10 mil dólares numa universidade, aí ele custa 30%. Então, o nosso aluno é barato. Por quê? Porque os salários são baixos entre os professores e funcionários, porque não há renovação de equipamentos com a frequência que devia haver, na manutenção, porque não há manutenção dos prédios, que custa o dinheiro do orçamento. Então, tudo isso faz com que o nosso aluno seja relativamente barato. Ele custa, em média, acho que 1/3 nas universidades federais, estaduais, públicas, 1/3 do que custa um estudante americano numa universidade média. Não estou falando em MIT, é caro demais.

Aí a questão é saber se estamos usando recursos da melhor forma e mais eficiente possível. Aí é que fica complicado, porque acho que há erros de todos os lados. A coisa, realmente, é muito difícil. Uma coisa é certa: a melhor maneira de ter produtividade zero é acabar com o custeio de alguma instituição. Não conheço nenhuma fórmula melhor.

Se vamos pensar numa fábrica de parafusos: mantenho salários dos operários e não compro aço para fazer parafuso. Qual vai ser a produtividade da fábrica? Vai ser zero, porque não sai parafuso nenhum. Acho que essa discussão, que hoje ocorre sobre o custeio das universidades, é uma questão central. Quer dizer, pode se discutir redução de pessoal, se necessário, aumento de vagas, cursos noturnos, acho que tudo é extremamente importante.

Agora, matar uma instituição no custeio, realmente, é destruir a moral de combate da instituição, é destruir qualquer possibilidade de essa instituição ter uma produtividade mínima. Depois que se destrói custeio, não há o que cobrar. Porque a instituição está desmoralizada, ela está desmontada. Então, acho que essa não é a briga, a briga é outra, é saber.

Se aquelas pessoas, hoje contratadas para serem professoras em tempo integral, efetivamente têm condições de trabalho, de fazer a pesquisa, de fazer a extensão, que estão fazendo? Será que elas não podem ter as vagas aumentadas, ter mais cursos, ter mais programas de extensão? Quer dizer, não vamos cobrar mais. Não acredito que se possa resolver esse problema simplesmente cortando custeio. Essa é a forma mais ineficiente, na minha visão, de se fazer economia.

Talvez até discutir qual é a vocação de cada instituição de ensino superior. Talvez uma instituição — até acho que é incrível que a instituição de ensino superior que não tem biblioteca, não tem laboratório, tenha uma quantidade de professores em tempo integral. Coitados desses professores! Não pode ser tempo integral, eles não têm o que fazer com o tempo integral, porque não têm biblioteca nem laboratório.

Então, é preciso que isso, quer dizer, o tempo integral tem que ser entendido não como uma conquista natural ou como um direito espontâneo, mas é saber se há interesse da sociedade, e se houver possibilidade, ter gente em tempo integral. Essa é uma coisa que tem que ser conquistada e aumentada, à medida em que a universidade for tomando fôlego.

Então, há gastos que são tolos. Acho que há uma isonomia mal-entendida. Então, é possível, certamente, reduzir custos no sentido de custo/aluno, fazendo o sistema

mais diversificado, vendo, realmente, quais são os gastos necessários em cada universidade, que tipo de corpo docente, que estrutura de corpo docente.

Agora, essa solução de deixar tudo como está e tirar — volto a insistir nisso — o custeio: isso não é solução, porque na hora em que alguém for pensar em melhorar, já não melhora mais nada. Há uma seleção absolutamente negativa, a instituição perde completamente a moral de combate. E aí ela fica mais ou menos irrecuperável. Isso é muito sério. E é o que a gente está sentindo, quer dizer, a gente está sentindo que as universidades estão entrando num processo de desmoralização, de falta de perspectiva, falta até de estímulo aos bons setores. Os bons setores acabam se entregando, porque eles sentem que são tratados igualmente como todos, sem perspectivas de um tratamento racional, ao problema universitário.

É um problema difícil, porque vai desagradar, certamente, a uma porção de gente. Os outros é que não têm nenhum apoio específico, e não há perspectivas de um tratamento racional do problema universitário. É um problema difícil, porque vai desagradar, certamente, a uma porção de gente. Acho que vai desagradar a professores, naturalmente vai desagradar a estudantes, a funcionários e a políticos locais.

Uma solução é que se tenha um modelo, mas esse projeto é o que está faltando, na minha visão. Quer dizer, acho que, infelizmente, o Governo Federal ainda não tem um projeto de universidade, um projeto de ensino superior. Qual é o nosso projeto de ensino superior? Vejo medidas, não vejo projeto. Acho que falta um projeto. O que nós queremos? Quem queremos formar? Qual é o perfil das pessoas que queremos formar? Como é que isso vai ser feito? Através de universidades, institutos de pesquisa? Só universidade? Mais institutos de pesquisa? Regionalização? Não regionalização? Com isonomia ou sem isonomia? Com universidades mais voltadas para a pesquisa, mais voltadas para o ensino, diferenciando o sistema? Qual é o nosso projeto de formação? Então, acho que sem esse projeto fica muito difícil nós discutirmos.

Enfim, o Brasil é um País que tem muita dificuldade em decidir, é essa a sensação que tenho depois de viver aqui muitos anos. Cheguei a ponto de, num certo momento, pedir para que fosse feito sorteio de certas coisas, porque é tão difícil decidir, que a gente tende a pulverizar os recursos em todos os projetos, em todas as demandas. Então, dá-se uma porcaria para cada um e ninguém consegue fazer direito o que tinha que fazer.

Há muitos anos, estávamos discutindo no Ministério de Ciência e Tecnologia — só para fazer um parêntese, dar um exemplo —, quatro ou cinco projetos de grandes equipamentos para a Física — sou físico e estava até num dos projetos. Então, fizemos uma reunião no Ministério e, evidentemente, o Brasil não tinha fôlego, sob o ponto de vista de recursos materiais, sob o ponto de vista de recursos humanos, sob o ponto de vista de organização, para enfrentar projetos daquele porte — Tocamaque para plasma, o Síncrotron, um acelerador linear para fóton, um acelerador linear para elétron e ainda mais um, eram cinco projetos — cada um deles da ordem de 70, 80 milhões de dólares, equipado com todos os periféricos.

Então, ficamos lá discutindo, e aí eu disse: vamos fazer o seguinte, se não chegarmos a um acordo, sugiro que façamos um sorteio. Se não conseguirmos dizer qual é o mais importante, vamos sortear, porque pelo menos um vai ser feito. E quando este terminar, provavelmente será um equipamento moderno. Se formos apoiar os cinco, o que vai acontecer é que eles vão demorar 20 anos, e, quando terminarem, estarão todos obsoletos. Enfim, o Brasil vai gastar um dinheirão e não vai fazer coisa nenhuma.

Conclusão: estão sendo feitos os projetos, sem dinheiro, as equipes se desmontando e nenhum deles vai terminar sendo competitivo. Esta é a minha visão.

Então, fica difícil para um País que não consegue ter prioridade. Ainda que decida errado deve ter a coragem de decidir. Estou dando este exemplo, porque acho que isso passa um pouco pela discussão da questão do ensino superior. Temos que decidir o que queremos. Se não decidirmos o que queremos, não vamos conseguir organizar o sistema, que vai ficar caro e ineficiente, com todos insatisfeitos — estudantes, professores —, e não vamos conseguir fazer com que a universidade seja o elemento desencadeador de um processo de efetiva modernização que o País precisa.

Para terminar, gostaria que houvesse um debate, para responder a eventuais perguntas. Antes, porém, gostaria de dar o exemplo de São Paulo, porque acho importante para se discutir a crise da universidade. Em São Paulo, a situação é melhor que nas universidades federais, claramente. O Estado, mal ou bem, tem investido nas universidades. Hoje, o Estado investe, nas três unidades, alguma coisa da ordem de 800 milhões de dólares por ano, que é uma soma elevada. Quer dizer, o dólar é sempre uma moeda difícil, porque depende do câmbio. Basta uma decisão do Banco Central para o dólar passar de 400 para 420, depois para 480. Mas, em média, deve dar alguma coisa da ordem de 800 milhões para as três universidades. Quer dizer, metade mais ou menos para a Universidade de São Paulo, 1/4 para a Unicamp, 1/4 para a Unesp. Então, mais ou menos 400, 200 e 200, que é um investimento grande.

Esse orçamento está atrelado à arrecadação do ICMS — as três universidades recebem 8,4% do ICMS arrecadado no mês, que é o que tem gerado esses recursos. Com isso, as universidades conquistaram o que se chama de autonomia financeira. Com aqueles recursos que recebem, mensalmente, do ICMS, elas têm liberdade total de distribuir esses recursos entre pessoal, custeio, capital.

É um modelo interessante de liberdade para a universidade, e ela tem que ter liberdade, tem que ser ágil, ela não é como uma Agência de Correios e Telegráfos, ela tem áreas novas, tem que abrir novas frentes; ela tem que ter essa agilidade, não levando anos para negociar uma mudança orçamentária.

Acho que isso é muito importante, embora tenha que ter uma contrapartida. Isso é o que me preocupa, às vezes, quando se fala em autonomia. Tem que haver uma avaliação de desempenho da universidade, saber se ela está efetivamente dando o recado que a sociedade espera, por estar lhe concedendo recursos e essa liberdade. Por isso, acho que a orçamentação das universidades, no momento da autonomia, é extremamente importante e citei, talvez até longamente demais, o modelo europeu de orçamentação; é um contrato de serviço. Nele constaria quantas pessoas irão se formar em cada área, que dispêndio haverá com cada uma, quantos graduados, quantos pós-graduados, o que ela efetivamente vai fazer nos próximos anos, e a partir daí se orçamenta a universidade; depois, se tem que saber se essas pessoas estão bem formadas, se o aprendizado valeu a pena, se aquela universidade está formando as pessoas que a sociedade está necessitando e se elas estão encontrando emprego na forma esperada. Acho que tudo isso é um processo que leva um certo tempo, mas que tem que começar em algum momento.

A experiência que temos em São Paulo, do ponto de vista da autonomia financeira e da liberdade, foi ótima. Problemas nesse sentido, vejo alguns. Autonomia começa de um pressuposto, o trabalho específico da universidade depende linearmente da atividade econômica do Estado. Essa é uma questão que não é nada trivial. O Estado ficou mais rico, a universidade faz mais coisas; o Estado ficou mais pobre, a universidade produz menos. A universidade é prestadora de serviço, e como tal tem uma folha de pagamento que é uma parte significativa do seu orçamento; flutuações, oscilações de arrecadação criam problemas da maior gravidade. Então, essa é uma questão. Quer dizer, a idéia é boa, mas existem problemas no seu bojo. Sabemos que o ICMS tem sazonalidade, que o ICMS responde ao PIB de uma maneira extremamente sensí-

vcl, que o ICMS varia, pelo menos nos dados que tenho, da ordem de três vezes o que acontece com o PIB. Quer dizer, se o PIB aumenta 2%, o ICMS aumenta 6%, mas se o PIB diminui 2%, o ICMS diminui 6%. Pelo menos nessa faixa inicial a relação é fortíssima. Na gestão da universidade, embora tenha muita liberdade e uma correção monetária quase automática, porque a arrecadação é mensal, o que é uma grande vantagem, pois não precisa ficar discutindo nas suplementações a todo momento, pode ocorrer que essas oscilações gerem sérios problemas, e isso tem acontecido.

Havia uma proposta, que nunca foi implementada, a de que houvesse um fundo inicial no qual as universidades pudessem recolher no momento de redução de arrecadação, ou de baixas sazonais, um mínimo, e que ela tivesse obrigação de repor até com correções, se fosse necessário, um fundo que fizesse uma certa estabilização do orçamento da universidade. Acho que isso seria uma coisa importante.

Um outro detalhe seria o de conseguirmos fazer uma orçamentação que fosse muito clara. A orçamentação que foi feita em São Paulo tomou por base três anos, de 1986 a 1988, e a participação das universidades no ICMS daqueles três anos. Isso deu uma média que foi aplicada até hoje.

Essa não é a melhor forma, certamente, mas foi adotada de modo emergencial, porque as universidades estavam em crise na época, em greve em 1988, e o Governador Orestes Quércia achou que uma forma de evitar e contornar o problema era dar mais autonomia às universidades, em janeiro de 1989, mas estabeleceu, pela pressa até, percentuais que eram históricos. Percentual histórico é bom para começar, mas é ruim para continuar, porque nem sempre a história reflete as reais necessidades. Quer dizer, quem constrói muito durante três anos continua construindo a vida inteira; quem não constrói, não consegue nunca mais. Essa é a mazela da distribuição histórica. Ela tem que ser revista periodicamente, em cima de outros parâmetros: de eficiência, de produção de recursos humanos, de produção científica, que, infelizmente, ainda não está ocorrendo; inclusive houve uma nova redistribuição em São Paulo que fugiu, de forma ainda mais dramática, a qualquer tipo de racionalidade orçamentária. Conclui para dizer como é difícil sermos racionais. Talvez pela minha formação, gosto de entender o que está sendo feito; mas às vezes custamos a entender o que está ocorrendo.

Estamos com algum problema em São Paulo, mas quero dar esse testemunho. Acho que a autonomia é necessária, ela amadurece muito a comunidade; ela passa por um período em que podemos tudo porque temos autonomia; de repente, descobre-se que a universidade caminha para a inviabilidade porque se foi permissivo em certas situações, dando um susto em todo mundo; de repente, começa-se a olhar e perceber o que custa cada coisa. Isso foi uma experiência em São Paulo que acho ter sido muito importante. Todo mundo hoje sabe que o que vai para algum lugar sai de outro que seria de dentro da universidade. Isso faz com que as prioridades sejam discutidas com muito calor e com muita seriedade. Hoje entendemos que não se pode gastar recursos da universidade sem que eles tenham retorno, sem que tenham eficiência; cobra-se a ineficiência dentro da universidade. Acho que isso é um grande avanço cultural. De fato, a autonomia trouxe esse avanço. É uma consciência do uso dos recursos e da necessidade de usá-los bem. Foi, num certo sentido, uma coisa muito boa que penso ser necessária, mas só deve ter autonomia quem fizer jus a ela; autonomia se conquista e deve ser reavaliada temporariamente, para ver se aquela instituição faz jus à liberdade que tem, porque ela pode ser um buraco negro. Para que serve a autonomia? Para a pessoa ficar fazendo piscina ao invés de comprar equipamentos de laboratórios? Não a merece. É preciso que haja realmente uma avaliação e um acompanhamento.

Quero encerrar, para passarmos à discussão. Talvez outros sejam os tópicos de interesse até do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muito obrigado, Dr. Roberto Leal Lobo.

Para começarmos o debate, concedo a palavra ao nobre Relator; não sei se S. Ex^a já quer iniciar fazendo as suas indagações. Tem, portanto, esse privilégio.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Inicialmente, desejo felicitar o eminente Reitor Roberto Leal Lobo e Silva Filho, da Universidade de São Paulo, que nos deu uma lição realmente primorosa e objetiva sobre o problema da universidade, da qual ele é um admirável Reitor.

Quando ouvi a exposição, eminente Reitor, tive a impressão de que não estava ouvindo uma dissertação sobre uma universidade brasileira. Realmente, a USP e as demais universidades estaduais de São Paulo diferem muito das outras instituições federais de ensino superior, porque São Paulo, sabiamente, tomou a decisão de garantir um fluxo certo de recursos, através da vinculação de 8,45% do ICMS para essas admiráveis instituições.

As demais universidades públicas do Brasil vivem na base de um milagre, de uma ginástica permanente.

Como se poderia admitir a Universidade de São Paulo, à Universidade de Campinas, à Unespe, se a qualquer momento o Poder Executivo Estadual decidisse contingenciar os seus recursos?

A universidade federal brasileira está permanentemente com uma espada sobre a sua cabeça; a qualquer momento o Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento convence o Presidente de que não pode manter aqueles recursos e os congela, ou os contingencia. É realmente uma situação dramática, insustentável, que leva as instituições federais de ensino superior a um estado de crise permanente. Recentemente elas se viram forçadas a decretar uma greve, que se prolongou por quase 100 dias, e para que elas reabrissem foi necessário que o Congresso Nacional batesse um recorde de velocidade, aprovando uma proposta do Executivo em pouco mais de três ou quatro dias, passando pela Câmara e pelo Senado.

Infelizmente, e apesar da sábia decisão do Congresso Nacional de promover uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a crise na universidade brasileira, não temos conseguido a devida repercussão, nem interna nem externamente. Os meios de divulgação, não por má vontade, mas por falta de espaço, não têm dedicado muita atenção a esses debates, a essas posições, todas elas muito objetivas, ricas em sugestões, e a sua exposição de hoje encerra muitas lições para todos nós, citando, inclusive, o exemplo inspirador, que vem da França. Lá, não há a auto-avaliação; a avaliação das universidades é promovida e realizada por um organismo autônomo. Esse é um ponto crucial, da maior importância, nem sempre bem compreendido.

O primeiro depoimento aqui prestado pelo Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, uma figura magnífica de educador, que é o Reitor da Universidade Católica de Campinas, num certo momento manifestou-se contra um tipo de avaliação externa. Até usou um adjetivo pouco feliz, mas foi de passagem, depois reconheceu que realmente não tinha sido muito adequado o adjetivo, é quanto a uma avaliação restritiva. Na realidade, jamais ninguém cogitaria, dentro de um regime democrático como o nosso, apesar das suas limitações, realizar uma avaliação restritiva, mas entre ela e a auto-avaliação há um meio-termo, e que foi encontrado com muita objetividade, com muita felicidade pelo gênio francês, através de avaliação feita por uma entidade autônoma.

Uma providência desse tipo nos parece absolutamente essencial. Estamos aqui realizando uma CPI sobre a crise na universidade brasileira, mas poderíamos também promover uma CPI sobre a crise do Congresso Nacional, sobre a crise do Poder Legislativo em todos os níveis, nas áreas federal, estadual e municipal, porque real-

mente temos também a atenção de opinião pública voltada para as nossas deficiências, para as nossas falhas, e infelizmente até uma modesta iniciativa que tomei há 20 anos, introduzindo na Lei Orgânica dos Partidos um artigo, criando, ao lado de cada partido, um instituto de formação política, que até hoje não foi cumprida, é uma letra morta em todos os partidos, inclusive no partido a que me honra de pertencer, o glorioso Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

A exposição de S. Ex.^a foi altamente instrutiva para todos nós, focalizando esse sistema de financiamento da Universidade de São Paulo e das demais universidades estaduais. Estamos comentando o perigo permanente que correm as universidades federais por causa dessa arma mortífera do contingenciamento e com uma agravante pouco focalizada: as universidades federais brasileiras estão funcionando agora, na sua maioria, porque no Brasil a Constituição não é integralmente respeitada. Se a Constituição brasileira, que possui, nas suas disposições transitórias, o art. 60, que determina, terminantemente, insofismavelmente, que 50% dos recursos federais para a educação devem destinar-se à erradicação do analfabetismo e à universalização do ensino fundamental, mais 12, 13 ou 15 universidades federais já estariam sumariamente fechadas; elas funcionam porque não está sendo cumprido esse dispositivo constitucional, e mesmo aqui o Congresso se mostrou sensível a esse problema, e não acolhemos uma emenda do eminente Deputado pernambucano, autor do art. 60, e que tomou a iniciativa, porque a sua aprovação representaria o fechamento imediato de um grande número de universidades. Mas pode uma instituição, de importância da universidade, ficar sempre com uma espada sobre a sua cabeça, podendo a qualquer momento cessar as suas atividades?

Não estou vendo fantasmas ao meio-dia. O Deputado, autor desse artigo, recorreu ao Procurador-Geral da República e também ao Conselho Nacional de Secretários da Educação, o Consed, que possui nos seus quadros vários professores universitários também, inclusive uma brava lutadora lá do Paraná, a Prof. Gilda Poli, que está sempre na vanguarda de reivindicações da área educacional. Eles bateram às portas da Procuradoria-Geral da República, apresentaram um recurso, afirmando que é inconstitucional o orçamento vigente, porque não cumpre o art. 60; o Procurador-Geral da República acolheu integralmente a tese defendida pelo Deputado Osvaldo Coelho e pelo Consed e fez subir os autos à apreciação do Supremo Tribunal Federal. A qualquer momento podem 10 ou 12 universidades federais entrar em colapso.

Eu gostaria, depois dessa análise preliminar, de pedir que o eminente Reitor detalhasse um pouco mais o sistema de avaliação adotado pelas universidades estaduais paulistas. Está afastada, obviamente, como solução ideal, a auto-avaliação. O sistema francês, que seria o ideal, ainda não pode ser criado rapidamente no Brasil, mas eu gostaria que fosse mais detalhado o sistema de avaliação adotado pelas universidades estaduais, porque esse ponto me parece de importância fundamental, e não adianta, eminente Reitor, um parlamentar, qualquer um aqui presente, incluir no orçamento da República uma verba para realização de uma avaliação da educação. Este parlamentar que está falando neste momento, nos últimos três anos, sistematicamente, incluiu uma verba para a realização dessa avaliação — sou leigo em matéria de educação, sou apenas um lutador da causa da educação e me baseei em exemplo dos Estados Unidos, do Japão, da Europa, da União Soviética, para propor essa avaliação; em três anos sucessivos o dinheiro foi incluído no orçamento, com aprovação unânime, e nunca foi utilizado para sequer ser iniciado esse processo de avaliação, que é realmente de importância fundamental.

Eu estimaria muito que o eminente Reitor da Universidade de São Paulo respondesse a essa pergunta, e eu, depois, teria o maior prazer em ouvir as indagações dos demais parlamentares, pedindo perdão por não ficar aqui ininterruptamente, permanentemente, porque tanto o eminente Presidente, o Deputado Eraldo Tinoco,

quanto eu, temos de comparecer à sessão da Comissão Mista do Orçamento. Então, vamos ter de fazer aqui um revezamento, porque vamos lutar também por mais verbas para a educação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Com a palavra o Sr. Reitor.

O SR. ROBERTO LEAL LOBO E SILVA FILHO — Em primeiro lugar, quero agradecer as palavras do Senador João Calmon e congratular-me com S. Ex^a pelo trabalho permanente em favor da educação no Brasil. Estou absolutamente convencido de que a educação é a nossa única chave, nossa única saída. Não se pode falar em produtividade num país que não tem educação; não se pode falar em bons salários, não se pode falar em competitividade, não se pode falar em nada. É um país que não pode ter um projeto.

O projeto nacional passa, necessariamente, pela educação. Todas as crises de competitividade, todas as crises de produção, todas as crises que hoje estão ligadas ao enfrentamento capital/trabalho, eu acho que, em seu âmago, estão ligados ao problema da educação.

Então, por isso, acho que é extremamente importante o seu trabalho, Senador. Queria congratulá-lo por essa luta permanente que V. Ex^a tem realizado.

Bom, eu tomei nota de alguma coisa e chego lá numa avaliação rápida. De fato, acho que a avaliação externa é fundamental. Aliás, é uma necessidade que todos têm de entender, que a sociedade tem de ter, é um direito que a sociedade tem de olhar o que está sendo feito. Agora, a avaliação — e essa é que é a questão — não pode ser entendida como uma caça às bruxas. Quando ela é posta como caça às bruxas, aí ela se torna policialesca nesse sentido pejorativo. Ela tem de ter, primeiro, um projeto, para saber em cima de que parâmetro se está avaliando o que é que se quer aferir, qual é o objetivo, esse objetivo está ou não está sendo alcançado. Então, a avaliação tem, no seu bojo — e isso é uma dificuldade grande que nós estamos enfrentando —, um perigo: que a avaliação, eu diria, fotográfica, tem um papel muito interessante, muito importante. A avaliação, quando passa filme, ela faz com que as pessoas se adaptem à própria avaliação. E aí ela traz complicações, porque as pessoas são muito competentes para se adaptarem às demandas e nem sempre as respostas a essas perguntas são as respostas que deveriam ser as mais adequadas. Simplesmente, elas se preparam para dar aquela resposta no momento certo. Então, é complexo o processo de avaliação. Se se pedir que aumente a produção científica, as pessoas dividem seus artigos em três, por exemplo.

Então, a avaliação, quando ela se transforma num filme, em alguma coisa permanente, ela pode gerar anomalias. Ela tem de ser, ela própria, permanentemente avaliada, para saber se ela não está criando deformações pela sua própria existência, mas ela é indispensável e essencial.

Eu queria fazer um comentário, também, rapidamente. V. Ex^a falou sobre a questão orçamentária. não é possível, realmente, eu até mencionei, trabalhar sem um mínimo de garantia de que se vai poder realizar algum projeto. Sem custeio, a produtividade de qualquer organismo é zero, não há como fazer cobrança de desempenho. Agora, é preciso também que se procure viabilizar orçamentariamente as universidades, eu acho que os seus corpos docentes, seus corpos diretivos têm a obrigação de buscar também recursos. Eu acho que não é só papel do Estado cobrir todas as necessidades da universidade, porque as universidades têm inúmeros projetos, projetos que não têm fim. Eu pergunto: qual é o orçamento que a Universidade de São Paulo deveria ter? Eu diria: bem, se me derem um bilhão de dólares eu garanto que vamos fazer mais coisas do que se tivéssemos oitocentos mil. Mas, quanto é que a sociedade está disposta a dar? Essa é que é a questão, o que nós tivermos

de idéias adicionais, que não possam ser cobertas pelo orçamento, vamos buscar. Hoje, usam-se os recursos das universidades basicamente para apoiar ao ensino de graduação e à infra-estrutura. Para pesquisa, busca-se fora. Para cultura, busca-se patrocínio. E o que eu faço é dar o que se chama *money*. Quer dizer, precisa-se de um pouquinho de recursos para começar um projeto, aí a reitoria apóia aquilo ou alguém apóia — principalmente a reitoria —, mas aquilo tem que se viabilizar.

Eu não posso apoiar todos os projetos de cultura e de pesquisa que passam pela cabeça das pessoas. Eu acho até que isso é uma forma interessante de a pessoa aferir a qualidade do seu projeto. Se tiver alguém que queira ajudar, que queira patrocinar, que queira co-patrocinar, então é sinal de que aquele projeto tem algum interesse, porque se não a universidade começa a fazer uma auto-avaliação das suas próprias demandas.

Então, acho que a universidade tem que ter recursos, basicamente, para fazer a formação de recursos humanos de boa qualidade. Isso implica professores qualificados em tempo integral, quando há condições para isso, laboratórios de ensino modernos, bem equipados, e fica mais ou menos por aí, porque o resto vai trabalhar fora.

A universidade também tem que se otimizar em outros aspectos. Eu estou agora fazendo uma crítica também à questão do comportamento da universidade. Eu acho, por exemplo, que a questão do vestibular é uma questão típica. As universidades, durante um período, decidiram que iam fazer um vestibular eliminatório. Quer dizer, vestibular eliminatório significa, na prática, o seguinte: eu quero um aluno que tenha esse padrão mínimo. Se ele não tiver esse padrão mínimo, eu não aceito. Esse vestibular eliminatório fez com que muitos professores tivessem uma visão um pouco utópica dos alunos. Eles queriam ter um aluno que não estava disponível. Então, esse aluno, não estando disponível, o que acontecia é que não se preenchiam as vagas e os professores e a universidade ficavam de fato ociosos. Ao invés de se procurar atender à demanda real, em áreas que fossem de importância para a sociedade, e fazer com que aquele estudante saísse bom da universidade, um certo comodismo fez com que se quisesse que ele entrasse bom. Entrar um bom aluno é uma questão de demanda. Quer dizer, entra bom na medicina, mas não entra bom no curso de licenciatura, porque a licenciatura não tem mercado que atraia as pessoas que querem ter ascensão social obtendo diploma de nível superior. O médico, sim. Quem vem procurar, hoje, cursos cujo diploma não representa um ganho financeiro alto, são pessoas que vêm das classes C e D. E quem vem das classes C e D, naturalmente, não tem computador em casa, não fez Brasil-Estados Unidos ou Cultura Inglesa, não passou um ano na Europa, não fez escolas privadas de boa qualidade.

Então, a universidade estava limitando o ingresso dessas pessoas em profissões que são extremamente importantes para a sociedade, mas que não tinham a demanda que os professores determinavam aprioristicamente.

Na minha opinião, isso é intolerável. Acho que a sociedade não pode pagar por vagas inexistentes, por vagas teóricas. Há as vagas, então tem-se que adotar um método de preenchê-las ou então reduzem-se as vagas com todas as suas conseqüências. E as conseqüências todos sabem quais são: redução do corpo docente, dos funcionários, e outras coisas mais.

Então, também essa questão de a universidade ir buscar eficiência, dar à sociedade uma resposta ao pagamento que ela está recebendo, acho que isso também tem que passar por esse processo de avaliação, com a maior seriedade. Quanto a avaliação, Senador, eu gostaria muito de dizer a V. Ex^a que nós temos um sistema de avaliação fantástico em São Paulo. Eu tenho proposto isso com alguma freqüência até, mas não temos um sistema geral de avaliação para as universidades. Cada uma está procurando, dentro da sua gestão; então fica um processo de auto-avaliação da universidade,

embora não seja auto-avaliação dos seus departamentos e nem das suas faculdades, mas não há ainda nenhum sistema que compare ou que analise as três universidades, que veja o seu desempenho, a formação dos alunos. Esse sistema não existe, mas acho que é indispensável.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Segue o modelo francês, não é?

O SR. ROBERTO LEAL LOBO — Não segue o modelo francês.

Eu tenho insistentemente dito ao Governador Fleury que seria muito importante que, a partir de um certo momento, e isso deveria ser logo, se fizesse uma discussão orçamentária em cima de avaliações, em cima, pelo menos, de indicadores, e, a partir daí, montar equipes de avaliação. Isso ainda não aconteceu, mas espero que venha a acontecer um dia.

Dentro da Universidade de São Paulo, em particular, nós estamos com vários processos de avaliação sendo testados em todos os níveis. Agora, sempre buscando que haja um projeto. Quer dizer, o que é que nós queremos da avaliação para podermos ter o parâmetro para avaliar, o que é que nós queremos saber efetivamente? Então, nós estamos tentando reunir, por exemplo, a nível individual do professor, um balizamento, que é o seguinte: a própria faculdade nos diz o que é que ela espera do seu professor; isso vai para uma comissão central, que avalia se aquela demanda, o que ela espera do professor, para renovar o contrato, para contratar um professor novo, é uma coisa razoável. Se aquilo for razoável, dá-se a liberdade de contratação; se aquilo não for razoável, vamos acompanhar as contratações; se aquilo for péssimo, acho que não merece nem contratar ninguém. Então, nós temos um processo em que há, ao mesmo tempo, não é propriamente uma auto-avaliação, mas uma proposta que vem da base da própria faculdade. Mas a reitoria tem um órgão que analisa essa proposta e vê se é aceitável como proposta, se repassa essa autonomia ou não. Eu tenho repassado também a autonomia financeira para as unidades, também fazendo um acompanhamento da gestão. Eu acabei, por exemplo, com organogramas, aquelas coisas irritantes — três anos discutindo como é organograma na faculdade. Então, dou o valor da gratificação e digo que podem se organizar como quiser. Tem que ter essas funções mínimas, para que se organize, o que não precisar usar transformando em custeio. Com isso, tenho induzido a uma redução natural de certos excessos de pessoal e gratificação, que existem mesmo na universidade; estamos diminuindo bastante e transformando isso em recursos de custeio, porque a unidade com isso se beneficia diretamente. Este é um processo também de autogestão que temos acompanhado, previamente ao processo de avaliação. Senador, precisaria haver o projeto: o que queremos para que salvamos o que cobrar na avaliação. Tenho também insistido muito hoje em que é preciso saber que projeto temos e para onde podemos caminhar. Qual é o nosso modelo? Todas as universidades são parecidas? Vamos cobrar o mesmo tipo de desempenho de todas as universidades? Ou vamos dar mais ênfase à extensão em certas universidades? Formação continuada? Uma graduação voltada aos problemas regionais? Ou ela deve ser mais universalizada? Se não tivermos esses parâmetros, fica difícil sabermos o que efetivamente avaliar.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Obrigado.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao nobre Deputado Sólton Borges dos Reis, por cinco minutos.

O SR. SÓLTON BORGES DOS REIS — Naturalmente o senhor sabe que a educação no Brasil não é nenhuma prioridade; apenas os crentes da área e os políticos nos palanques é que tratam da educação. O povo, de acordo com suas necessidades, precisa primeiro comer, morar, vestir e mandar o menino para a escola. E quem tem recursos procura a escola onde ela esteja. Mas não há nenhum indício, que eu saiba, de prioridade para a educação.

Nesta Casa, temos um excesso de Comissões de Investigação e há também uma simultaneidade de trabalho. A esta mesma hora, por exemplo, eu teria de estar no sorteio da minha vez de falar no mês de outubro. Então, veja como é difícil.

Eu colocaria, em primeiro lugar, uma definição dos fins da universidade: a que se propõe: produzir o conhecimento? Divulgar o conhecimento? Aplicar na comunidade, através da técnica, as conquistas dos princípios científicos? Enfim, essa definição é que poderia determinar uma avaliação, que não depende só de verba; depende também de uma definição, e não temos nenhuma avaliação das funções da universidade. Também não temos projetos, e estamos sujeitos então, eternamente, à autocritica, o que é possível, porque o pessoal universitário está aparelhado para isso — o pessoal docente e o técnico-administrativo. Mas, empiricamente, os leigos falam que a educação é uma causa de interesse para todos e abraçada por todos subjetivamente, mas é uma problemática que deveria ser examinada pelos especialistas. Mas todos opinam em educação. E quanto menos conhecem, mais opinam, o que não acontece com entomologia, cibernética. Nessas áreas, ninguém vai opinar. Mas, em educação, todos já foram alunos de escola, tiveram ou têm uma mãe professora ou até já deram aulas. De maneira que fica muito confuso o panorama.

Eu colocaria a necessidade de se fazer um confronto de opiniões sobre o que vêm sendo, na opinião de quem estuda o assunto, as universidades estatais e as universidades particulares. A respeito do condicionamento da vida universitária pela economia, quando V. Ex^a fala do PIB e do ICM, também temos de lembrar o desperdício, que é uma constatação. Tenho um livro de 1978 — *A Crise Contemporânea da Educação* — que elenca os desperdícios de vários governos ao longo das décadas, que agora chegam ao auge, com os CIAC e coisas do gênero. Mas devemos partir do princípio de que um povo só tem a escola que pode, porque, se fosse ter a escola que quer, a “bazutolândia” já teria decretado que devemos ter uma escola melhor se gastarmos mais e melhor nesse sentido. Porque não temos recursos. Povo em desenvolvimento, com uma massa que consome muito mais do que a força de trabalho, tem de optar só pela educação? Deveria ser a prioridade nacional número um, mas há a habitação, a alimentação, a saúde. De maneira que não vamos ter uma escola melhor, enquanto não gastarmos mais e melhor e exigirmos mais. Mas para exigir é preciso pagar a qualificação do professor, o recrutamento, a carreira, o salário do professor.

V. Mag^a tocou num ponto muito importante a respeito da cultura brasileira: no Brasil há dificuldade para decidir. Eu me permito opinar que a dificuldade não é para decidir: é para executar. Planejadores e debatedores temos muitos e precisamos deles; mas faltam-nos executores.

Concluindo, eu queria lembrar que, a primeira vez em que visitei escolas da União Soviética, em 1979, encontrei o Governo desse país preocupado entre aumentar ou não o ano de escolaridade no sistema básico. Voltei 20 anos depois, e ainda não tinham decidido, porque isso depende de recursos, de pessoal, de organização. E nós, através de uma Lei, a de nº 5.692, passamos de quatro para oito anos a escolaridade básica obrigatória, sem pensar em pessoal, sem pensar em recursos. Então, esta é uma matéria ampla, que envolveria muitas questões.

Não vou pedir a sua opinião sobre o mais, porque seria longo; mas uma pergunta me intrigou: foi quando V. Mag^a disse das dificuldades que naturalmente tem, pois hoje é mais difícil para um Reitor, com toda a problemática do assembleísmo nas universidades. V. Mag^a fez referência aos políticos regionais ou locais. Pela sua experiência, é danosa ao ensino a influência dos políticos em matéria de universidade? Sei que a Universidade de Campinas, que é do mesmo padrão da de V. Mag^a — e que é a nossa universidade, pois também me diplomei nela — só foi instalada graças à reivindicação política da época. Os técnicos haviam opinado pela inviabilidade

de uma universidade em Campinas naquela época. Então, acho que, na universidade, o político não tem influência negativa. Mas estou de fora. Nessa universidade fui apenas aluno; a universidade onde lecionei foi a Católica de Santos. Os políticos representam uma dificuldade? Ou não? Essa é a única pergunta que coloco para facilitar.

O SR. ROBERTO LEAL LOBO E SILVA FILHO — Existem outras universidades tão boas quanto essas. Vou fazer algumas considerações a respeito de alguns de seus comentários.

Cito o exemplo de um país pequeno da América Central — a Costa Rica, que V. Ex^a certamente conhece. Esse país tem um nível de analfabetismo praticamente nulo, mas não tem tantas estradas de pista dupla como nós. Que é possível investir recursos em educação, isto é. É uma questão de opção. Talvez possamos ter mais estradas de pista dupla, quando aumentarmos o PIB pela educação. Mas essa é uma opção que o País tem de fazer. Na Costa Rica, acabaram com as Forças Armadas — não é o nosso caso — transformaram quartéis em colégios e desistiram de fazer grandes rodovias para investir temporariamente na educação. Então, esta é uma opção nacional que pode ser feita.

É claro: o País é pobre e vamos ter dificuldades, mas é preciso chamar também a população para trabalhar na questão da educação. Acho que isso é possível. O estudante universitário, por exemplo, que agora está sendo questionado sobre se deve pagar ou não a escola pública: pelo fato de estar na escola pública, ele poderia perfeitamente colaborar num mutirão educacional. Eu acho que é possível. Vamos mudar, por exemplo, o nosso famoso EPB, Estudo dos Problemas Brasileiros, que é um curso pelo qual os alunos têm uma repulsa histórica, por melhor que ele seja dado. Por que não transformamos esses cursos, por exemplo, em cursos de extensão? O estudante tem de fazer um ano de colaboração com um programa de extensão junto às escolas secundárias, junto ao primeiro grau. Esta é a resposta que o estudante poderia dar pelo fato de estar cursando uma escola pública. Seria uma coisa muito mais racional, razoável e, do ponto de vista do problema brasileiro, muito mais importante. Ele traria para a universidade uma experiência que seria assimilada por ela e que se transformaria, inclusive, numa experiência que poderia gerar pesquisas e projetos, que é o papel da extensão. A extensão não é paternalismo, mas uma experiência concreta fora da universidade para atender a uma demanda da sociedade. Isso tem de ser internalizado depois, tem de ser elaborado, tem de ser, de uma certa forma, sofisticado do ponto de vista intelectual, para que aquela tecnologia, aquele método seja revisto, analisado, repensado.

Então, creio que é possível fazermos um mutirão. Eu gostaria muito de ver esse apelo. Estamos propondo isso na universidade: que se transforme o EPB no que chamo de estudos práticos dos problemas brasileiros.

O SR. RAUL PONT — V. Mag^a acredita que a cobrança de mensalidade nas universidades públicas melhoraria substancialmente o orçamento e valeria a pena?

O SR. ROBERTO LEAL LOBO E SILVA FILHO — Não. Eu fiz uma conta, que, aliás, até publiquei na *Folha de S. Paulo* há um tempo, sobre o que seria possível se obter. Não se obtém mais do que 5% ou 6% do Orçamento da universidade com essa cobrança, porque poderia gerar uma discriminação sócio-econômica tremenda com ganho quase que irrelevante. Num país que tem uma renda *per capita* de dois mil dólares, um estudante custa oito mil. Nos Estados Unidos, custa trinta mil dólares e lá ele paga dez, e a renda *per capita* é de vinte mil dólares. Aqui a nossa renda *per capita* é dois mil dólares e o estudante vai pagar quanto? Vamos cobrar de filhos de meia dúzia de pessoas. Qual é o significado orçamentário? Nenhum. Há

um significado ético? Se há significado ético é uma coisa a se discutir; orçamentário nenhum!

É curioso que as pessoas defendam o ensino de primeiro e segundo graus gratuito, defendam que a pós-graduação deva ser gratuita; e não só gratuita, mas também que o estudante receba uma bolsa. De repente, o estudante de graduação passou a ser o vilão da história. É curiosíssimo, eu queria entender essa lógica. Todo mundo defende que o primeiro e segundo graus devem ser gratuitos, a escola particular deve ser só suplementar; mas deve ter vagas para todos e todos devem ter acesso ao primeiro e segundo graus. A pós-graduação também: ninguém discute se deve ou não ser paga, não paga e ainda ganha bolsa da Capes, CNPq, Fapesp etc. De repente, o vilão do ensino passou a ser o estudante de graduação. Em termos lógicos, é no mínimo curioso. Não quero nem discutir a questão ética, mas como lógica me parece estranho.

A pergunta de V. Ex^a é difícil. Acredito que o político tem um papel importante e é bom que ele tenha em todas as atividades.

O SR. RAUL PONT — Eu fiz a colocação em termos práticos, na prática. A Universidade de São Paulo tem encontrado dificuldades, embaraços na ação da universidade, nas decisões da universidade?

O SR. ROBERTO LEAL LOBO E SILVA FILHO — Não. Vou ser muito franco, até jurei falar tudo que sei. Creio que o político, quando está discutindo as grandes questões, tem um papel muito importante em todas as atividades. Creio que a ligação estreita do político com a universidade torna-se nociva: quer dizer, o dia-a-dia é nocivo.

O SR. RAUL PONT — Quando ele cobra no varejo, V. Mag^a diz que a universidade não deve fazer.

O SR. ROBERTO LEAL LOBO E SILVA FILHO — Exatamente. Então, negociação nessa área é muito complicada. Mas o papel do político, enquanto debatedor de grandes projetos, é fantástico; só que, às vezes, o grande projeto depende de uma conversa, e isso tudo é muito complicado.

V. Ex^a estava falando de assembleísmo, e eu gostaria de falar um pouco sobre isso, até sobre a questão da eleição para reitor. Eu não defendo e nunca defendi a eleição direta para reitor. Simplesmente queria dizer — e está ligado à sua pergunta — que a reação das universidades federais quando buscaram uma eleição que fosse paritária e direta veio, em grande parte, em decorrência das escolhas dentro das listas sextuplas, que eram feitas por critérios puramente políticos. O primo do governador, que estava em quinto na lista, era escolhido, e isto gerou uma enorme reação, qual seja, a de agregar a comunidade inteira em torno de uma nova proposta; e para agregar a comunidade inteira e ter força de lobby chamou-se todo mundo. Então, o assembleísmo surge um pouco de uma reação a uma política que estava mal conduzida. Eu não defendo esse sistema. Creio que a eleição direta é boa na primeira vez, é medíocre na segunda e tende a ser péssima na terceira. Por que também se adapta e começa a partidizar demais a universidade, acabando por instrumentalizá-la? Não gosto da solução, mas quero dizer que isso foi um efeito nocivo da politicagem na universidade, que veio como reação. A política é sempre bem-vinda.

O SR. PRESIDENTE (Fraldo Tinoco) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Pont, por cinco minutos.

O SR. RAUL PONT — Caro Reitor, vou retomar esse tema e gostaria de levantar duas questões-chaves. Em primeiro lugar, creio extremamente oportuno, no momento em que estamos aqui debatendo o Orçamento, debatendo também a nova LDB,

o seu relato sobre a experiência da USP e sobre a indexação existente nas três universidades estaduais, de percentuais sobre a arrecadação de ICMS, que entendo corretos. Eu gostaria que o nobre Reitor desse sua sugestão ou alguma avaliação existente de como isso poderia ser transferido para o âmbito federal. Há algum trabalho, algum estudo sobre isso? Poderíamos indexar isso em IPI, Imposto de Renda? Parece-me que a experiência recente com o ICMS — por sinal eu gostaria de esclarecer — não houve uma alteração no percentual. V. Mag^a falou em 8,4% e eu tinha conhecimento de que a Assembléia Legislativa teria elevado para 9% ou havia um projeto nesse sentido.

O SR. ROBERTO LEAL LOBO E SILVA FILHO — Isso está na LDO ainda. Vai ser votado depois.

O SR. RAUL PONT — Está na LDO deste ano para o ano que vem. Foi aprovado 9%.

A primeira questão seria essa: eu gostaria de ter a sua avaliação sobre como poderíamos estender isso. Creio que é uma das questões cruciais para as universidades brasileiras. Tivemos acesso recentemente, por conta desta CPI e informações trazidas por outros depoentes, e também por contatos com algumas universidades do Rio Grande do Sul, que o contingenciamento realizado nesse período, nesses últimos anos — mesmo que não se restrinja a este ano — fora o pagamento de pessoal, os outros recursos têm uma lógica de subordinação ao humor, ao clientelismo de quem tem o controle do MEC, o que é inaceitável para que uma universidade possa cumprir minimamente qualquer plano que exija planejamento, aplicação de longo curso etc., como já foi explicado no caso USP.

Eu gostaria, repito, de algumas sugestões, alguma opinião sua — é evidente que não precisa ser conclusiva —, uma avaliação nesse sentido: como podemos trabalhar isso em nível federal?

Em segundo lugar, eu gostaria de retomar a questão do processo que entendo estar intimamente ligado com a autonomia. Como estabelecer critérios e mecanismos na autonomia, sem que a comunidade exerça isso, através do processo eletivo, ainda que com voto ponderado ou com critérios que possam normatizar o impedimento, talvez de uma generalização abusiva do exercício do voto, tornando igualitário para o conjunto da comunidade? Porque entendo que no momento em que se usa o argumento da autonomia para que a universidade amplie suas responsabilidades, amplie seus mecanismos de autocontrole, aceite uma avaliação externa, e debates como os que estamos realizando aqui na discussão da LDB, como isso poderia ocorrer, como poderíamos ampliar os deveres, principalmente da universidade; no que concerne a critérios de contratação? Sabemos que nas universidades federais nem sempre o inchaço ou o pouco critério na escolha de funcionários, dentro da universidade federal, não foi, ao longo dos anos, fruto de uma vontade da comunidade, mas fruto de direções que foram colocadas muito mais por critérios políticos, clientelísticos muitas vezes, do que por critérios da própria comunidade.

Eu gostaria de ter uma avaliação em cima da experiência da USP sobre como trabalhar essa questão, como garantir efetivamente a autonomia, sem que isso ficasse preso ou na dependência de uma última instância de indicação. No caso da USP, se não me engano, há uma experiência de eleição. São dois temas que, até pela nossa participação na Comissão de Educação e também nos debates do grupo B, eu gostaria que fossem contemplados neste momento.

Finalmente, eu gostaria de abordar, se possível, as experiências que a USP, ou a Unesp, ou a Unicamp tenham no sentido de incorporar outras fontes de financiamento estatais, por exemplo: os municípios que mais diretamente são beneficiados pela eficiência de uma universidade, como o caso de São Paulo, Unicamp, como

o caso dos principais campi Universitários da USP, enfim, existe alguma experiência, alguma aresta de envolvimento de outras fontes que não sejam o Estado? Parece-me que isso tem pertinência até o ponto de vista de pensarmos, no caso das universidades federais, em alternativas de vínculos com os municípios ou também com órgãos públicos. Lembro-me que fiz pós-graduação na Unicamp, e na época boa parte ou os principais projetos que o setor de Física tinha eram com empresas estatais, que possibilitavam a qualificação dos docentes, possibilitavam a sustentação de uma qualidade, que vai se refletir, evidentemente, na graduação, na qualificação dos laboratórios e assim por diante. Essas três questões eu gostaria que fossem avaliadas por V. Mag^{re}

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Tem a palavra o nobre depoente.

O SR. ROBERTO LEAL LOBO E SILVA FILHO — São três questões de profundidade. Vamos ver se consigo respondê-las com o tempo que disponho.

Primeiro, a questão da autonomia do sistema federal. Creio que se acreditamos que o sistema federal tem o papel que tem, ele vai ter que ter autonomia: autonomia é o caminho para que a universidade fique eficiente, não vejo outro caminho. Então, temos que partir do princípio de que autonomia vai haver. A questão é se saber como implantar essa autonomia. Creio que uma universidade que entra num processo de autonomia financeira com 97% a 98% dos seus gastos comprometidos com pagamento de pessoal está morta *a priori*, e o que vai acontecer é que ela entrará numa crise imediata, porque os salários estão baixos e assim mesmo ocupam 97%, e não há Reitor com autonomia que agüente. Ele vai ser trucidado porque ou chega a 100% ou vai ter que rebaixar salário, e para rebaixar salário ele não vai agüentar a pressão. Acredito que, no momento, tirar uma fotografia do que ocorre agora nas universidades federais e se dizer: agora vamos passar a um processo de autonomia; pela média histórica nós matamos as universidades... (falha na gravação).

Data: 3-10-91 — horas: 10h37min

Convidados: Antônio Inañez — Antonio Veroneze — João Faustino — João Calmon — Maria Laura.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Está aberta a reunião.

Convido para ocupar a nossa Mesa, respectivamente, o Reitor Antônio Veroneze e o Reitor Antônio Luiz Ibañez, os depoentes de hoje.

Em virtude da ausência momentânea do Relator, o nobre Senador João Calmon, solicito ao nobre Deputado João Faustino que ocupe o lugar à Mesa para funcionar como relator *ad hoc*, até a chegada do Senador João Calmon.

Concedo a palavra ao nobre Reitor, Dr. Antônio Luiz Ibañez, para fazer a leitura e a assinatura do juramento a que deve se submeter.

O SR. ANTÔNIO LUIZ INÁÑEZ — Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento, sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise na universidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra ao Reitor, Dr. Antonio Veroneze, para fazer a leitura e a assinatura do juramento.

O SR. ANTONIO VERONEZE — Juro, como de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento, sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise na universidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra, por vinte minutos, ao Professor Antônio Ibañez para prestar o seu depoimento.

O SR. ANTONIO IBAÑEZ — Agradeço, inicialmente, ao convite que me foi feito para prestar os devidos esclarecimentos à CPI, especialmente ao Presidente, cumprimento o Relator, o Reitor que me acompanha hoje neste depoimento, assim como os participantes.

Na realidade, a crise da universidade brasileira não começou hoje. O processo histórico possivelmente nos remeterá também alguns indicadores que revelam as debilidades e as qualidades ao sistema universitário no Brasil. Imaginar que a crise começou hoje seria uma irresponsabilidade.

Vou dividir meu depoimento em quatro partes. Inicialmente faço considerações gerais, depois dou uma resposta aos falsos dogmas que são colocados, um diagnóstico da situação atual e, finalmente, algumas sugestões sobre as saídas da crise.

Nas considerações gerais, no início da criação das universidades aqui no Brasil, já teve uma diferença sensível em relação à criação das universidades na América Latina como um todo. Eu citaria aqui a primeira universidade criada na América Latina, a Universidade Nacional de São Marcos, em 1551, depois veio a do México, em 1553, a de Cuzco, em 1696, a de Havana, em 1728. Percebe-se que já existia uma diferenciação de como estavam sendo tratadas aqui no Brasil, em relação ao resto dos países da América Latina, as universidades.

Cito, rapidamente, um texto do historiador Sérgio Buarque de Holanda, em que ele comenta essa questão dizendo: ao lado do prodígio verdadeiramente monstruoso de vontade, de inteligência que constitui essa obra e do que também aspirou a ser a colonização espanhola, o empreendimento de Portugal parece tímido e mal aparelhado para vencer.

Comparado aos castelhanos sem suas conquistas, o esforço dos portugueses distingue-se principalmente na predominância do seu caráter de exploração comercial. Os castelhanos, ao contrário, querem fazer do país ocupado um prolongamento orgânico do seu. O afã de fazer das novas terras mais do que simples feitorias comerciais levou os castelhanos, algumas vezes, a começar a construção do edifício colonial pela cúpula. Por exemplo, em 1551, quando foi criada a Universidade de São Marcos, fazia 20 anos apenas que tinha sido iniciada a conquista do Peru.

É por isso que o seu trabalho se distingue do trabalho português no Brasil. Dir-se-ia que a colônia era simples lugar de passagem para o governo, como para os seus súditos. Aliás, é a impressão que levou Henry Coster, já no século XIX, de nossa terra, em "Raízes do Brasil", em 1936, livro editado pela Editora Universidade de Brasília, em 1963.

No campo educacional, para dar uma idéia do nosso atraso latino, basta mencionar que se estima que, na América espanhola, durante o período da colonização, as universidades graduaram cerca de 150 mil estudantes. Somente na Universidade do México, entre 1775 e a independência, saíram 7.850 bacharéis e 473 doutores licenciados. É interessante confrontar esse número com os dos naturais do Brasil graduados durante o mesmo período, de 1775 a 1821, em Coimbra, que foi dez vezes menor, ou exatamente 720.

Isso já demonstra uma fragilidade muito grande de quando da criação das universidades aqui no Brasil. Quer dizer, o modelo colonizador foi bastante desastroso para o Brasil, que, durante muito tempo, utilizou um modelo primário exportador que, de forma alguma, necessitava das universidades para desenvolver os seus produtos, a sua tecnologia. Praticamente a maior parte da história econômica do País se serviu desse modelo primário exportador.

Depois veio o modelo de substituição de importações, que tão pouco favoreceu a participação da universidade, já que as importações foram substituídas pelas empresas

multinacionais. Durante esse período, ocorreu intensa cartelização do mercado: os pacotes tecnológicos vinham do exterior; ou seja, esse modelo colonizador da universidade continuou a ser seguido e, mais recentemente, quando da reforma universitária elaborada pelo ex-Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, continuou imitando o modelo dos Estados Unidos, na sua parte pior, que foi a matéria por crédito, a fragmentação dos cursos, enfim, uma série de distorções colocadas nessa reforma universitária.

A partir dessa reforma universitária, já na época da ditadura militar, vimos, nas universidades, uma falta crítica, pois passaram por um período difícil, havia uma repressão muito grande, perseguições e, por outro lado, estavam em consonância com o modelo desenvolvimentista do milagre econômico existente na época. Aliado à repressão, às perseguições que existiam dentro das universidades, havia também essa falta crítica, durante um período muito longo, que teve também causas bastante funestas, diria eu, para o dia de hoje das universidades.

Nessa época também de obscurantismo dentro das universidades, diria, houve também, com muita frequência, o caso do fisiologismo com que eram tomadas muitas decisões no Ministério da Educação. E, aí eu diria, contrastando com o que se fala hoje de que, nas universidades, existe uma partidização política, que nunca houve uma maior partidização do que naquela época obscurantista da universidade, quando, na realidade, os reitores eram indicados por um só partido, Arena ou PDS. Quer dizer, exatamente essas decisões foram realmente bastante desastrosas para a própria universidade.

Da mesma forma, todos se recordam de como o 1º e o 2º graus eram valorizados, como as escolas públicas eram valorizadas. Nós que freqüentamos a escola pública não sabemos o que representavam os institutos de 1º e de 2º graus. Infelizmente, tudo isso acabou. Houve uma destruição, que tem uma influência muito grande quando analisamos os problemas das universidades.

Hoje, quando falamos das universidades brasileiras, temos que ser muito claros sobre o que se está falando, porque, hoje em dia, sabemos que 75% das vagas universitárias estão nas universidades privadas e 25% nas universidades públicas. Portanto, quando falamos do sistema universitário brasileiro, temos que falar do sistema privado, que é a grande maioria. Por outro lado, a heterogeneidade é tão grande que, da mesma forma que existem universidades públicas federais, privadas e estaduais de excelência, como a USP, com raras exceções, existem as estaduais e municipais que estão completamente capengas. Existem universidades como a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade de Brasília, e, em compensação, a de Rondônia, a do Acre. Quer dizer, é impossível comparar-se ou, então, tirar-se uma média e falar o que significa a universidade pública federal. Quando falamos da universidade brasileira, temos que nominar exatamente sobre o que estamos falando, porque a heterogeneidade é muito grande.

Ao longo de todos esses anos, a autonomia tornou-se mais limitada e as normas, as regras, a burocratização foram cada vez mais atingindo as universidades, de tal forma que, hoje, talvez, possamos dizer, sem muito erro, que não passam de uma repartição pública, ou que isso significa um retardamento enorme para a própria universidade.

Outro ponto fundamental é a falta de qualificação de pessoal. Hoje temos, em todas as universidades brasileiras, 121 mil e 228 docentes, sendo que, desse total, 65% são graduados; 21% têm mestrado; e 12% têm doutorado, o que é insignificante. Se queremos falar de uma universidade de qualidade — e aqui estou falando como um todo —, se nos restringimos ao sistema federal, esses números praticamente, dobram, pois o sistema federal é o que melhor qualificação tem do ponto de vista de qualidade.

De qualquer forma, o importante a dizer é que, apesar dessas considerações gerais que inicialmente abordei, que são pontos negativos, as universidades federais responderam positivamente, porque, quando o modelo de desenvolvimento econômico exigiu que as universidades formassem mão-de-obra especificamente para aquele momento da vida do País, elas formaram. E hoje temos uma tecnologia que se desenvolveu aqui no Brasil, temos estradas, barragens, enfim, tecnologia de primeira mão, desenvolvida justamente pelas universidades federais e que realmente satisfaz aquele modelo. O que nos foi questionado foi se a demanda estava correta ou não.

Para finalizar esse ponto das considerações gerais, quero citar aqui os indicadores econômicos e educacionais, que demonstram muito bem como se relaciona um tipo de indicador com outro e o quão perverso foi esse modelo de desenvolvimento que está sendo seguido no Brasil. Trata-se de dados amplamente divulgados pela mídia. Acho que sempre é bom conhecê-los pelos indicadores econômicos. Sabemos que 10% da elite mais rica do nosso país detém cerca de 50% da renda nacional. Sabemos que os ganhos advindos dos lucros empresariais representam aproximadamente 75% da renda nacional, sendo três vezes superior à massa salarial. Inverso do que acontece, por exemplo, nos Estados Unidos. É o terceiro País em distribuição de renda, e 1/3 da população vive em um estado de pobreza absoluta.

Agora os indicadores educacionais: 70% dos jovens até 16 anos entram precocemente no mercado de trabalho; 31 milhões de analfabetos; e 8 milhões fora da escola. Dos 27 milhões de crianças que entram na 1ª série, só 3 milhões estudam no 2º grau, este concluído por 585 mil crianças, dos quais 66% entram no 3º grau. Isto é, existem hoje aproximadamente 1 milhão e meio de crianças no 3º grau, e concluem as universidades 250 mil profissionais. Desses um milhão e meio nas universidades, só 25% estão em universidades públicas. Ou seja, para mim fica claro que esses indicadores educacionais são conseqüências daqueles indicadores econômicos que citei pouco antes. Ou seja, um é conseqüência do modelo perverso que está implantado hoje no nosso País.

Gostaria, então, agora, de passar para a segunda parte, onde vamos mostrar os dogmas que as vezes são utilizados para atacar as universidades públicas federais ou para mostrar os aspectos negativos. Como toda instituição, a universidade tem seus aspectos negativos e positivos. Mas o importante é qualificar e mostrar o que é um indicador negativo e o que não é. Existem alguns indicadores que são mostrados como sendo negativos das universidades. Neste caso, quero dar os dados corretos. Dizem que as universidades públicas têm um número muito grande de professores. Cito neste gráfico as fontes da universidade e da sociedade, de revistas e da própria revista *Veja* deste ano.

Em 1960 havia 4.3 alunos por professor. Em 1990 — dados do próprio Ministério da Educação — há 8 alunos por professor. Na USP, há 8.4 alunos por professor, na Alemanha, 10, e em Harvard, 8.25. Então nós vemos que, em média, este número que existe nas universidades públicas é perfeitamente comparável ao que existe no exterior. Às vezes, nas universidades americanas e inglesas, fala-se do professor, que é aquela pessoa que chega no topo da carreira e que praticamente poderia ser comparado ao antigo catedrático aqui. Mas nunca se pode traduzir a palavra professor pela palavra portuguesa professor. O professor é aquele que, em número mínimo, atinge o topo da carreira. Então o que se tem que fazer é computar o *staff* completo, o que às vezes não é feito. Quando computamos o *staff* completo nas universidades estrangeiras — não só o professor — chegamos a dados perfeitamente compatíveis com os dados existentes aqui no Brasil.

Outro ponto discutido a respeito das universidades públicas é o custo do aluno. Por exemplo, o custo do aluno da Universidade Federal do Rio de Janeiro é de 8 mil dólares por ano, o da USP chega a 13 mil e 300 e o de Harvard é de 56 mil.

É importante ressaltar que quando a universidade tem uma produção de conhecimento mais avançada, mais de ponta, o custo é muito maior, além do que, voltando ao gráfico anterior — é preciso um número maior de professores para orientar um aluno de doutorado. Um professor que orienta alunos de doutorado não pode orientar mais do que 3 ou 4 teses de doutorado, quando muito, e já fazendo um sacrifício grande além das outras atividades. Agora, para a graduação pode-se ter 30 ou 40 alunos; em mestrado pode-se aumentar, o número (30 ou 40) pode ser dobrado. Então, se a universidade tem muitos cursos de doutorado, ela vai precisar de muito mais professores. Então, as metodologias para definir esses indicadores são fundamentais.

Outro ponto dito aqui foi que esmagadora maioria das verbas vai para as universidades públicas. Estudos publicados na *Folha de S. Paulo* mostram que 56% vão para as universidades federais, e 44% não para outros gastos.

Finalmente, um dado que é importante também dar aqui é comparar a vaga das universidades públicas. Nós temos 75% das vagas nas universidades privadas e 25% nas universidades públicas; em compensação, as públicas têm uma produção de conhecimento, uma produção científica de 90%; em compensação, aqui não seriam universidades privadas, 10% são outras instituições, aqui incluindo privadas e instituições também de pesquisas.

Por último, um dado bastante constrangedor de ser olhado, mas é a realidade: a evolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de 1975 a 1990. Quer dizer, em 1975 nós temos 250 milhões de dólares, e que hoje está em torno de 30 milhões de dólares. Portanto, caiu bastante. É a situação real que existe hoje.

Bem, eu passaria à terceira parte deste meu depoimento, em que resalto o fato principal, que é a escassez de verba. Quer dizer, vimos neste último gráfico — isso para a Ciência e Tecnologia, na Educação, enfim — que é simplesmente assustador como decresceu o investimento em Educação, Ciência e Tecnologia, não só para a manutenção das universidades, para novos investimentos, mas também para salários.

Hoje, vemos que, realmente, os salários estão extremamente achatados, inclusive tivemos a oportunidade agora de acompanhar a greve das universidades federais — praticamente três meses de greve — e antes da greve sabíamos que os salários dos professores eram comparados, aqui em Brasília — deu-se isso como exemplo, sem menosprezar em absoluto a profissão dos garis, mas estes tinham o salário médio maior do que o salário médio da Universidade de Brasília. Então, isso era extremamente chocante e não percebíamos como que uma universidade poderia se manter, o que estava criando seríssimos problemas de evasão em todas as universidades, a evasão dos professores, principalmente aqueles que estão quase no topo de carreira; eles têm direito à aposentadoria proporcional, eles preferem aposentar-se proporcionalmente para poderem complementar os seus salários. Então é um problema dos mais graves.

Eu diria aqui a ausência de política governamental para o setor, e vou citar um exemplo, porque é fundamental que pense nisso. Hoje, se pensarmos nos CIAC — e não vou entrar aqui no mérito dos CIAC —, se pensarmos que a meta do Governo é ter cinco mil CIAC para 1993, e se pensarmos que cada CIAC poderá ter em média cem profissionais, computando-se professores, médicos, orientadores profissionais, nutricionistas, contando-se os cem profissionais por CIAC nós deveríamos ter em 1993, 500 mil profissionais.

Ora, vemos que nas universidades brasileiras estamos formando 250 mil profissionais por ano, isso há mais de 10 anos está constante, ou seja, como poderemos ter isso daí? De que forma pode-se dar esse atendimento? O que falta é o seguinte:

precisamos de alguém que diga que nós precisamos formar tantos professores, tantos engenheiros e tantos médicos! É isso que está faltando.

Então, hoje, não existe em absoluto qualquer objetivo, qualquer meta, não existe nada neste setor como em muitos outros também.

Novamente continuamos a citar fisiologismo do MEC, porque isso é muito comum, mas acreditamos que isso deve mudar de vez, pois os reitores vêm a Brasília com uma comitiva de Deputados para conversarem com o Ministro, mas, na realidade, percebemos que o que está estabelecido pelo Congresso Nacional para algumas universidades é "x" e pronto, é a única coisa que levam; outras, muito pelo contrário, têm mais do que isso. Então, isso tem que acabar, quer dizer, a distribuição de recursos do MEC hoje é feita da seguinte forma: há mais de 15 anos existe um vetor de distribuição na Senesu, em que as universidades recebem um percentual e sem análise nenhuma sobre o crescimento, o desempenho das universidades, enfim, sem qualquer análise, esse percentual se mantém até hoje. É fundamental que isso seja revisto urgentemente e que realmente esse atendimento clientelístico também pare de acontecer, para que realmente a distribuição de recursos seja feita, discutida entre os reitores de um ponto de vista técnico.

Sobre a distribuição dessas verbas hoje, além daquele gráfico bastante chocante, eu poderia citar também alguns dados de participação das instituições federais de ensino superior no orçamento da Senesu, do MEC: em 1980, tínhamos 47% em verbas de outros custeios de capital; quer dizer, as universidades, dentro do orçamento da Senesu, tinham no CC 47%; em 1985, houve uma queda para 34%; em 1987, para 13%; e, em 1989, 13%.

Esses são dados reais das universidades, da situação como hoje se encontram. Eu não queria simplesmente passar uma imagem de que a situação é triste, é totalmente irreversível; pelo contrário, quero mostrar quais as dificuldades das universidades, mas também o que elas oferecem hoje. Por exemplo, as universidades federais formam, além dos graduados, que são praticamente 33% de todos os profissionais de ensino superior, formam também professores e pesquisadores para outras universidades.

Os dados que vou ler aqui fazem parte de um trabalho elaborado por reitores, em 1990, sobre as universidades federais brasileiras.

"Dados do Ministério da Educação revelam que 80% dos cursos de mestrado e 75% dos programas de doutorado no Brasil estão nas universidades públicas. É desnecessário lembrar que, por força da natureza do trabalho e de suas características especiais, o ensino de pós-graduação *stricto sensu* exige, necessariamente, que a relação professor/aluno seja bem mais baixa que em nível de graduação. Por sua vez, é no corpo docente das universidades públicas que se encontra o maior contingente de pessoal titular. Assim, 28% e 10.3% das universidades federais possuem respectivamente a titulação de mestre e doutor, que representa o dobro em relação às universidades particulares.

Também é universalmente aceito que a dedicação integral dos grupos de pesquisa é um dos fatores essenciais para a geração, consolidação e difusão dos novos conhecimentos e, mais uma vez, as universidades federais se diferenciam, pois possuem cerca de 70% de seu corpo docente no regime de tempo integral e dedicação exclusiva, enquanto as instituições particulares possuem apenas 11.5% nesses regimes, e 67% são contratados como horistas. Não pode ser esquecido que a exigência constante do aperfeiçoamento do docente para obtenção de novos conhecimentos faz com que, de forma permanente, as universidades públicas mantenham cerca de 15% de seus professores realizando pós-graduação no País ou no exterior.

É importante lembrar que esse expressivo contingente, que normalmente não está disponível para ensino, nunca é excluído das estatísticas oficiais professor/aluno.

Os dados acima referenciados encontram um forte paralelo com a produção acadêmica, pois 94% das publicações, 90.6% das dissertações ocorridas em 1986, segundo

esse gráfico, foram das universidades públicas. Assim, percebe-se claramente que a formação de recursos humanos especializados e a produção científica e tecnológica no Brasil são realizados fundamentalmente pelas universidades públicas.

Deve ser dito, ainda, que, do ponto de vista da avaliação do desempenho dos professores de pós-graduação, a participação das universidades governamentais é altamente significativa, pois de 12 universidades que possuem mais de 30% de seus cursos com conceito "a", atribuído pela CAPES/MEC, 11 são instituições públicas. Fruto dessa qualificação, os mais significativos trabalhos científicos e tecnológicos no País têm quase sempre a participação de pesquisadores das universidades públicas. Basta citar como exemplos apenas três situações de resultados concretos com evidente retorno do capital investido em benefício para a sociedade e para o País: 1 — o projeto gerador da primeira linha de equipamentos de computação com tecnologia inteiramente nacional e o domínio da tecnologia de fabricação de fibras óticas foram desenvolvidos em universidades públicas; 2 — a descoberta da vacina contra uma doença endêmica no Brasil, a *Leishmaniose tegumentária americana*, cuja utilização já é prática corrente e foi produzida numa universidade federal."

Infelizmente, estou correndo um pouco porque disponho de 20 minutos e queria passar o maior número de informação possível.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Professor, vou prorrogar o seu tempo por mais 5 minutos, embora V. S.^a já tenha falado por 25, para que possa concluir sua exposição.

O SR. ANTÔNIO IBÁÑEZ — Muito obrigado.

O processo de melhoramento genético da soja brasileira foi desenvolvido também numa universidade federal, levando ao aumento da riqueza nacional e à economia de milhões de dólares.

Precisamos citar as atividades assistenciais, onde 70% das instituições federais de ensino possuem hospitais universitários. Os hospitais universitários concentram 75% dos leitos destinados a pacientes portadores de AIDS. Além dessas atividades sociais, temos atividades culturais, onde das 100 maiores editoras brasileiras, seis são universitárias.

Não podemos esquecer que as universidades públicas mantêm museus, orquestras sinfônicas e de câmara, corais, grupos de teatro, música, dança, folclore, cinema, teatro, sala de exposições artísticas etc., o que exige aplicação de recursos financeiros e pessoal especializado. Além do mais, temos as universidades públicas que mantêm escolas de 1.^o e 2.^o graus e ensino pré-escolar.

Enfim, tudo isso é para mostrar que, apesar das grandes dificuldades que as universidades públicas federais hoje suportam, todas têm essa produção.

Finalmente, eu gostaria de passar rapidamente à saída da crise. Eu diria que recursos são necessários para poder investir na manutenção das universidades no sistema como um todo, de educação científica e tecnológica, mas só isso não resolverá o problema. Um dos pontos fundamentais é o investimento em recursos humanos. A esse tem que se dar urgência. Por quê? Citamos dois exemplos de países, um capitalista e outro socialista — Japão e Cuba — em que eles investiram maciçamente na formação de recursos humanos no sistema de educação de ciência e tecnologia e percebemos a importância que esses dois países têm hoje na produção do conhecimento independentemente do sistema a que estão submetidos politicamente. Porque só o investimento não resolve. Voltando um pouco aos indicadores econômicos e sociais dados, temos a certeza de que o Brasil precisa crescer. Por quê? Porque hoje o crescimento biológico do Brasil é de 2% ao ano, quer dizer, o Produto Interno Bruto tem que crescer muito para satisfazer esse crescimento natural do Brasil. Para isso o País tem que aumentar o número de profissionais formados, o número de estudantes universitários. O Brasil hoje é um dos países que têm o menor número

de estudantes universitários por 1.000 habitantes. Temos 11 estudantes universitários por habitante, quando a Venezuela tem 20, a Argentina tem 22 e o México tem 25. Para formar muito mais, precisamos de mais pessoal nas universidades. Só que para tanto precisamos ter mais pessoal formado no curso secundário e no primário. Conseqüentemente, precisamos evitar a evasão dos estudantes das escolas primária e secundária. Para conseguir isso, só mudando, realmente, o modelo econômico vigente neste nosso País.

Para manter a criança na escola, é preciso haver condições salariais, habitação, saúde, fixação do homem no campo, retirada das pessoas que estão na cidade hoje passando fome. Para isso temos que mudar a estrutura existente hoje no País, caso contrário, não vamos sair da situação educacional em que o Brasil se encontra. Por isso, só recursos para as universidades não bastam, tem que haver recursos para a educação, mas dentro dessa visão de mudança estrutural.

Dentro da própria universidade, é claro que temos problemas. E temos que estar abertos para serem discutidos. A instituição universidade tem que ser avaliada e isto não só através de uma avaliação interna, como algumas universidades — eu diria que não são muitas — estão fazendo. A meu ver, além disso tem que haver uma avaliação externa, não como efeito restritivo, mas para corrigir as distorções que porventura existam. Isso é fundamental e tem que acontecer.

A integração social é importante quanto à forma como encaramos hoje a universidade pública, quer dizer, ela não é estatal, não é um braço do Estado. É pública. Por quê? Porque mantida por toda a sociedade através de recursos provenientes dos impostos pagos por toda a sociedade. Como é paga por toda a sociedade, a universidade precisa interagir com todos os setores da sociedade, e aí falo com o setor produtivo, com a classe trabalhadora, embora esta talvez seja a que contribui com a universidade, sendo a menos privilegiada. Por quê? Porque os profissionais que se formam nas universidades, às vezes, não são realmente aqueles que mais colaboram com a classe trabalhadora. Então, temos também um grande funil, que é a entrada na universidade. Precisamos, portanto, democratizar também a universidade pública, abri-la através de mudanças no vestibular e através da abertura de cursos noturnos de forma quantitativamente sensível para que realmente a classe trabalhadora possa utilizar esses recursos que a universidade pública oferece. Se pensamos no aumento quantitativo do sistema de educação, temos também que pensar no que hoje existe. De que forma podemos profissionalizar e tratar desse retardamento na educação existente hoje no Brasil? A meu ver, temos que ter métodos alternativos. Cito, então, a educação à distância. Só através dos métodos tradicionais não vamos conseguir tirar esse atraso que o Brasil tem na área educacional. Portanto, meios alternativos como a educação à distância é fundamental que sejam hoje aplicados.

Na realidade, quando se pensa na universidade, faz-se uma ligação dela com modelos de desenvolvimento econômico, e acabam pensando em como a ciência e a tecnologia podem contribuir para isso. Há um ponto fundamental de que sempre esquecemos: a universidade tem que se preocupar com a transmissão de valores. A universidade não pôde realmente ditar um determinado modelo de pessoa civilizada para o dia de hoje, mas, dentro da sua característica de economia plural, creio que ela precisa discutir e dar liberdade para que isso aconteça. A discussão desses valores é fundamental para a formação da cidadania. O professor não tem que ser simplesmente um formador profissional. O seu comportamento permite também que dê cidadania, e não simplesmente formação profissional. Pensando na universidade, nos problemas de hoje, do mundo todo, vemos que são problemas a serem abordados de forma geral, quer dizer, hoje a universidade e o conhecimento como um todo e o próprio modelo existente de desenvolvimento no Brasil trata das questões muito especificamente. A formação do indivíduo dentro das universidades também se dá de forma muito específica, de forma muito aprofundada. Isso é importante porque o conheci-

mento tem que ser aprofundado para realmente haver colaboração com a produção do conhecimento. Isso tem que ocorrer. A universidade tem que participar e ligar-se às questões nacionais e regionais de uma forma interdisciplinar, para se poder, através disso, realmente produzir soluções que se liguem. A universidade deve se ligar cada vez mais às soluções dos problemas regionais e nacionais.

Há muitos pontos a mais a serem discutidos a respeito da universidade. Procurei ser o mais conciso possível; tocar, talvez, os problemas mais importantes. O restante deixo para o debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muito obrigado, nobre Reitor.

Em seguida ouviremos o depoimento do Professor e Reitor Antônio Veroneze. Antes, porém, solicito ao nobre Deputado João Faustino que assuma a Presidência desta sessão, em virtude da necessidade da minha ida até à Comissão de Educação da Câmara. Espero retornar antes do término da reunião.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Assumo a Presidência dos trabalhos e passo a palavra ao professor Antônio Veroneze, Reitor da Universidade de Guarulhos, que disporá de 20 minutos para fazer a sua palestra.

O SR. ANTÔNIO VERONEZE Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Relator, em primeiro lugar, quero agradecer a esta Casa o convite que me foi feito e registrar que essa é a primeira vez na História da Educação que um representante do segmento particular é convidado oficialmente para fazer um depoimento e para poder contribuir, de alguma forma, na solução somatória dos problemas educacionais.

O Reitor Antônio Ibañez, meu colega, facilitou-me um pouco o trabalho, porque já abordou alguns tópicos daquilo que eu já havia preparado, mas vou ainda tocar em alguns pontos conflitantes para discordar dele em alguns itens, embora não estivesse preparado — e não estou — para um debate em que colocaríamos de um lado a universidade pública e de um outro a universidade privada. Penso que isso são os dogmas a serem corrigidos. A meu ver, eu vou discorrer sobre isso, a universidade tem que ser encarada como um todo, porque ela é um múnus público, é o gerenciamento que difere. De qualquer maneira, vou procurar me ater à universidade como um todo.

Em primeiro lugar, é necessário que se estabeleça ou que se diga em que bases se afirma a suposição de que a universidade brasileira está em crise. Isso é um pressuposto que admite discussão quando verificarmos que o sistema universitário brasileiro tem apenas 60 anos, contra 700 anos de Portugal, 800 anos de Bolonha, 600 anos da Alemanha, 400 anos da França. Então, talvez não tenhamos ainda evoluído suficientemente e talvez tenhamos que corrigir alguma coisa para evoluir, porque um sistema tão novo, que tem apenas 60 anos — e fala da universidade como um todo — ainda não teve tempo de maturação. Claro que não estou pretendendo afirmar que tudo vai às mil maravilhas e que as coisas deveriam ser de fato assim. Mas, no meu ponto de vista, teríamos que repensar a educação como vem sendo planejada, e para isso reporto-me ao livro "Desafios da Administração Universitária", organizado pelos professores da Universidade Federal de Santa Catarina, um texto escrito pelo professor Tarcísio de La Senta, que hoje está ajudando o professor Heitor Gurgulino na Reitoria da Universidade da ONU.

É preciso, antes de mais nada, que se estabeleça o papel da sociedade na universidade e conseqüentemente se corrija o descompasso entre uma e outra. Obviamente, a universidade não pode ser encarada como uma fábrica que extingue o seu produto pelo custo de produção e preço de mercado. Entretanto, existem elementos básicos de equipamentos, organização, gerenciamento e outros que podem, se não garantir, pelo menos dar maiores probabilidades na eficiência dos resultados. Mas, basicamente,

não se pode estabelecer uma política educacional, na educação como tal, se ela, inserida na sociedade, não conta com um projeto político definido e consistente que lhe dê sustentação. Não sabemos sequer com certeza que tipo de organização política teremos para o País a curto prazo. Fala-se em parlamentarismo, em presidencialismo. Não conhecemos os rumos. De maneira que, para que haja uma política educacional, a política maior deve ser definida.

Não devemos copiar cegamente, concordo com o Reitor que me antecedeu, modelos educacionais em outros países, mas devemos olhá-los, analisá-los, aproveitar o que seja compatível. E volto à pergunta: mas compatível com o quê? Com que parâmetros? O que a sociedade pretende das universidades?

Então, eu sugeriria que repensássemos a educação universitária com uma agenda baseada em quatro pontos: o primeiro ponto seria a adoção de um projeto político consistente que se coloque acima de doutrinas partidárias, em sintonia com as forças que dinamizam a sociedade pelos vários ângulos. Então, caberia, evidentemente, à universidade conduzir esse processo. Ela, certamente, participaria, colaboraria até na coordenação de debates, mas não caberia a ela conduzir esse processo. Desta forma, surgirá no contexto o projeto político nacional: o quadro de referência e ambiente para um projeto universitário.

Temos ilusão em pensar a universidade num projeto para a sociedade. É ilusório tentar elaborar um projeto universitário a partir da visão da universidade em si, como se ela fosse uma torre de marfim exterior aos problemas da sociedade. Não se pode, entretanto, manter alguns preconceitos, como os de que as reformas se fazem via legislação e que as normas se sobrepõem à experimentação. Este tem sido o erro na tônica da educação nacional. As normas são criadas sem ouvir a experimentação e sem se chamar a experiência.

Outro fato é o do antagonismo do ensino público *versus* ensino privado.

É preciso deixar claro, de uma vez por todas, que o ensino é *múnus público*, todo ele é igual. Mas o gerenciamento é diferenciado.

Aliás, gostaria de destacar um ponto.

A universidade particular não veio à sociedade como oferecida, ela veio chamada, nos anos de 1968 e 1969, pelos Ministros Tarso Dutra e Jarbas Passarinho.

Os dirigentes, hoje, das universidades particulares eram dirigentes de escolas de 1º e 2º graus, àquela época.

Havia naquela ocasião movimento dos excedentes. Os ministros da época pediam que se abrissem, que a universidade fosse gerenciada, digamos assim, pelo sistema privado, que mais vagas fossem criadas ou coisa desse tipo. Tentarei mais adiante, dentro de uma linha mais coesa, falar sobre isso novamente.

Um segundo ponto que distorce por demais a organização das universidades — permito-me aqui falar das públicas, mas somando com o Sr. Ibañez — é que os reitores das universidades públicas são atrapalhados nos seus projetos, eles têm um mandato de 4 anos improrrogáveis. Então, num curso com mais de 4 anos, 5 ou 6 anos, o aluno que entra ou que tem um direcionamento, ele muda de direção de acordo com a filosofia do novo reitor que entra. Então, um curso de mais de 4 anos acaba tendo dois reitores, obrigatoriamente.

Ou se muda a legislação para dar ao reitor um tempo maior ou se muda a importância do reitor na universidade.

Um terceiro ponto que acho necessário para que se repense o assunto é que as universidades busquem novas alianças. Todas as universidades, as particulares, as públicas, têm que manter um novo diálogo com as forças vivas. O encontro do setor da universidade com o setor parlamentar-empresarial, a soma de competências e energias, certamente trará bons resultados.

Nós temos experiências na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Unicamp e na USP que estão trazendo bons resultados.

Por fim, até como consequência, deve-se estabelecer uma estratégia que leve a universidade aos grandes projetos científicos, tecnológicos e culturais, acima das fronteiras institucionais.

Existem questões vitais que a universidade sozinha não tem condição de abraçar. Ela acaba sendo chamada para isso como sendo a culpada, como, por exemplo, o desenvolvimento da Amazônia, com uma política de respeito ao meio ambiente. Questões de energia e biotecnologia de vital importância para um país agrícola, que é o caso do nosso. A universidade não pode abraçar sozinha, mas ela o pode somada à sociedade.

Os recursos financeiros são poucos, mas a capacidade humana é de vanguarda em muitos campos do nosso País. Acho que uma melhor articulação destes poderia ser o ponto de partida para o salto tecnológico, a exemplo do que ocorreu na informática. O nosso País deu um salto, buscando a capacidade tecnológica que nós tínhamos.

Quando falo de capacidade interna eu tenho que voltar outra vez a referir-me a coisas que acontecem, infelizmente, por falta de uma política permanente.

Nós temos o professor Heitor Gurgulino de Sousa, por exemplo, que hoje é Reitor da Universidade da ONU, foi Reitor da Universidade de São Carlos, foi reeleito para um mandato de mais 5 anos, ou seja, Reitor da Universidade da ONU tem dois mandatos. E estive no Japão conversando com ele; citaria essa experiência, dizendo que ele teria de transferir toda a experiência que estava tendo ali para o nosso País. E ele disse-me que estava às ordens, que a qualquer momento ele viria. Não poderia assumir cargos, mas que viria.

Conversei com o ministro da época, disse que o professor Heitor estaria disposto a vir, colaborar e trabalhar um pouco para nós. O ministro disse: "Temos que ver se ele casa politicamente conosco".

Então, enquanto tivermos ministros e dirigentes educacionais com comprometimento político preponderante sobre o problema educacional, nós teremos, realmente, grandes entraves.

Acho que a crise na universidade é mais do que uma crise material ou tecnológica: é uma crise de idéias, de responsabilidades.

Nós vamos, por exemplo, levar anos para recuperar o desastre Chiarelli, nós ficamos o ano inteiro discutindo mensalidade.

O Ministro Chiarelli conseguiu jogar, nos diversos segmentos nacionais, uns contra os outros: alunos, professores etc.

Até que essa massa se reajuste novamente para que se sinta dentro do contexto, o trabalho no sentido positivo de avançar, nós vamos levar algum tempo, porque ainda hoje temos esse clima dentro das universidades e que vai permanecer por algum tempo.

Enfim, falta um projeto global.

Sei que estamos falando da universidade como um todo, mas não posso perder a oportunidade para destacar alguns pontos que projetam a iniciativa privada e que devem ser levados em conta quando se discute a universidade privada como se ela fosse marginal ao processo.

A própria Constituição diz, no seu art. 206: "O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I — igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II — pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino".

Diz o art. 209: "O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

- I — cumprimento das normas gerais de educação nacional; e
- II — autorização e avaliação da qualidade pelo poder público”.

Já disse antes que nós atendemos ao chamamento, mais do que a sociedade, a própria autoridade foi quem nos chamou na época e pediu a nossa colaboração.

Essa autoridade que nos chamou, que deveria nos ajudar a corrigir os nossos defeitos, pura e simplesmente, hoje, nos ataca. Ao invés de nos auxiliar, nos policia, ao invés de nos avaliar para nos auxiliar e somar conosco, busca nos travar em nossa caminhada.

Tem que ser reconhecido que naquela circunstância, nós não podíamos, de maneira nenhuma, nascer com planos perfeitos.

O que faz a autoridade hoje, ao invés de nos ajudar a resolver os nossos planos? Mascara as suas deficiências, apontando as nossas falhas, com uma grande diferença: nossas falhas são corrigidas e nem sempre a da escola pública é corrigida.

Escrevi um artigo, algum tempo atrás publicado, que me vou permitir citar alguns trechos dele. Disse que a grande maioria dos críticos à iniciativa privada jamais comprou um tijolo para construir uma sala de aula, nunca soube a dificuldade de se fazer frente a uma folha de pagamento sem receber mensalidade de alunos, eventualmente em estado de greve e jamais adquiriu um livro sequer para terceiros lerem.

São pessoas que não perceberam a evolução do ensino privado, são as mesmas, com raras exceções, que tempos atrás bradavam pela criação de mais universidades e mais vagas. As universidades particulares acolhem em seu corpo discente uma grande maioria de trabalhadores e estudantes, em função da sua posição de luta pela própria sobrevivência. Trabalham em busca de melhoria de vida e estudam, geralmente, no período noturno.

As instituições particulares é que estão suprindo essa falha. Não fossem as instituições particulares onde estariam esses jovens?

Temos hoje, no País, 1 milhão e 530 mil estudantes, matriculados, segundo dados do IPEA, recentes, levantados pelos professores Raulino Tramontin e Ronald Braga. O sistema particular abriga 970 mil desses estudantes, ou seja, 63% dos estudantes.

Dizer que a universidade tem crescido desmesuradamente é outra distorção.

Em 1970, o ensino de 3º grau tinha 425 mil e 478 alunos. Evoluiu para 1 milhão e 377 mil, em 1980, e de 1980 para 1990 1 milhão e 503 mil.

Na década de 80 a 90 o crescimento não foi desmesurado. O que houve foi uma redistribuição pela pressão de demanda nas universidades. A proporção em 1970 era de 50% para cada sistema, 214.865 da escola particular, 210.613 nas escolas públicas, dados que revelam a total estagnação de crescimento nos anos 80.

O Estado deve preocupar-se em evoluir o sistema público e controlar apenas a qualidade do sistema particular, que é o que lhe compete.

Devem ainda, Federação, Estados e Municípios, aprimorar o ensino público, dar exemplo do que pode ser feito, baixar o custo do aluno que sai do bolso do contribuinte para patamares menos escandalosos. E aí, sim, se conseguir, poderá a autoridade nos ensinar e até nos obrigar a dar qualidade de ensino a baixo custo.

Tenho dados recentes, de terça-feira passada, do jornal *A Tarde*, de São Paulo, em que o Reitor da USP revela que tem uma dívida de 30 milhões de dólares, que é exatamente a folha de pagamento dele. Então, a Universidade de São Paulo custa ao contribuinte um milhão de dólares por dia, só em folha de pagamento; e os demais custos? Quanto custa essa universidade para o contribuinte? Assim, é claro, tem que dar qualidade.

Quanto à qualificação docente, realmente há um problema muito grande que nós, da universidade particular, atravessamos. Nós formamos, sim, o docente; nós custeamos a evolução do docente, nós auxiliamos o docente a ir para o curso de pós-graduação, e aí ele faz concurso na escola pública e vai para ela.

Vejam, agora mesmo na Universidade do Paraná estão se aposentando 3 mil professores. O que vai acontecer? Vai haver um concurso e as pessoas da escola particular — porque houve um salto salarial agora, um aumento de 50% de salário para o professor da escola pública — vão sair da escola privada e vão ingressar na escola pública. Os nossos índices sofrem esse tipo de problema.

Mas o problema não existe só na escola privada. Há dados também do IPEA que revelam que 49% dos professores nas escolas federais não têm titulação *stricto sensu*, com todo esse investimento. E apenas 50% dos professores de dedicação exclusiva têm curso de graduação. Então, 60% apenas desses professores é que estão no regime de 40 horas-aula, ou seja, os doutores não estão tendo dedicação exclusiva na universidade pública e nem na privada; os doutores estão saindo para outras atividades. Há que ser criada também uma forma de ajuste nessa linha.

Era só o que tinha a dizer. Estou à disposição para perguntas. Muito obrigado, mais uma vez, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Concluindo o depoimento do prof. Antônio Veronezi, vamos passar ao período de interpeleções, e passo a palavra ao Relator, Senador João Calmon.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Deputado João Faustino, Reitor Antônio Ibañez, Reitor Antônio Veronezi, Srs. Parlamentares, esta CPI sobre a Crise da Universidade Brasileira se deve a uma feliz iniciativa do Deputado Federal João Faustino, que nos honra, neste momento, presidindo a nossa reunião.

Se não fosse alguns acidentes de percurso, de caráter regional, S. Ex.^a é que deveria estar aqui como Relator, pois é professor de alto nível, um lutador da causa da educação, e se estivesse no meu lugar provavelmente não teríamos um número tão reduzido de parlamentares, não apenas na reunião de hoje, mas em todas as nossas reuniões, com uma ou duas exceções.

Não se trata de desestímulo à educação da parte dos parlamentares; é que neste momento devem estar reunidas, pelo menos, oito, nove ou dez diferentes comissões técnicas na Câmara e no Senado, além de reuniões extras. Por exemplo: agora, neste momento, está reunida a Bancada do PMDB, no Gabinete do Líder do Partido no Senado, juntamente com o Deputado Genebaldo Correia, para examinarem os graves problemas criados na Comissão Mista de Orçamento, que está batendo um recorde, não diria brasileiro, mas mundial de apresentação de emendas, se não me engano 60 mil emendas.

Não poderia iniciar a minha participação sem dar um crédito ao Deputado João Faustino. Foi graças a sua feliz iniciativa, a sua perseverança, que esta Comissão está existindo; embora sem uma frequência muito elevada, está desempenhando um papel importante porque está coligindo dados, está gravando depoimentos... posteriormente vai publicar esses depoimentos e, realmente, a contribuição dos que têm sido convidados é de importância extraordinária.

Posso fazer essa afirmação tão enfática porque não perdi uma reunião sequer, e me sinto cada vez mais orgulhoso da universidade brasileira.

Dirijo-me, inicialmente, ao Reitor Ibañez para lhe dar os meus parabéns mais efusivos por sua imaginação criadora, além de outras qualidades que são mais conhecidas.

O Prof. Ibañez administra uma universidade pública que está em crise — isso é quase pleonasmos, universidade pública significa universidade em crise, mas diante da grave situação financeira, indigência quase total de recursos, ele lançou mão da sua imaginação com resultados que considero espetaculares e inspiradores para reitores de outras universidades, considerando que a Universidade de Brasília é proprietária

de muitas projeções, aqui na Capital da República, doadas ainda no Governo Juscelino Kubitschek; ele elaborou um plano arrojado de gerar recursos próprios sem alienação, ao que me parece, de um metro quadrado sequer das áreas pertencentes à Universidade de Brasília.

Na última conversa que mantivemos, o total de recursos próprios, em termos mensais, estava girando em torno de 100 milhões de cruzeiros — não sei se me enganei. Com a inflação que ainda não foi detida, não foi vencida, provavelmente esse número aumentou.

Não é o único caso, este é o mais impressionante, mas na Universidade Federal do Mato Grosso, diante da crise realmente sem precedente da universidade pública brasileira, o Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso chegou, segundo ele — eu não tenho nenhum motivo para duvidar da veracidade da sua informação —, a gerar recursos próprios, num volume igual ou pouco superior ao total dos recursos transferidos pelo Ministério da Educação. O Reitor da Universidade Federal do Mato Grosso será um dos nossos depoentes da próxima semana.

A minha primeira pergunta ao Prof. Ibañez gira precisamente em torno dessa sua proeza. V. Ex^a foi o primeiro Reitor a utilizar, em grande escala, a sua capacidade criativa, lançando esse programa de êxito espetacular e que, segundo me parece, poderá ainda aumentar de maneira substancial, já que a Universidade de Brasília está muito longe de ser a mais pobre do mundo. Creio que em termos imobiliários talvez seja uma das dez ou quinze universidades que têm maior patrimônio, pelo menos é o que parece.

Seria esta a minha pergunta: há perspectiva do seu exemplo inspirador ser imitado por outros reitores, embora nem todos tenham uma área tão grande quanto a que dispõe a Universidade de Brasília?

O SR. ANTÔNIO IBAÑEZ — Senador, agradeço as suas palavras e, como resposta, posso dizer o seguinte: a Universidade de Brasília é uma exceção, a Universidade de Brasília foi criada com um espírito totalmente diferente; pretendia-se que a Universidade de Brasília realmente fosse uma universidade inovadora, criativa, e para isso foram dados os meios necessários para que tal pudesse acontecer.

Infelizmente, logo em seguida, a Universidade de Brasília foi castrada na sua pretensão e todos sabemos o número de professores que tiveram que se demitir, outros foram para o exterior, até hoje continuam no exterior. Mas, de qualquer forma, deu-se condições à idéia de se pensar numa universidade diferente. Mas essa, infelizmente, é uma das poucas universidades, Senador, e é isso que mata.

Hoje, a heterogeneidade das universidades é tão grande que é difícil V. Ex^a comparar a Universidade de Brasília com qualquer outra universidade. Existem universidades que estão sendo criadas hoje, e muitas foram criadas por interesses políticos, e que não têm recursos; uma vez criadas, o Estado é obrigado a fornecer recursos.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Reitor, só um instante. A Universidade Federal de Mato Grosso não é uma latifundiária urbana. Ela não possui alguns milhares ou dezenas de milhares de metros quadrados, e no entanto ela conseguiu uma *performance* bastante razoável.

O SR. ANTÔNIO IBAÑEZ — Senador, em geral, as universidades têm esse tipo de trabalho, porque elas fazem muitos convênios, têm prestação de serviços. Isso, de forma geral. Então, elas prestam serviço, fazem convênios com o próprio Estado, com o Governo Federal, e algumas, em alguns lugares, dependendo da região, têm inclusive convênios com o setor produtivo também. Então, todas essas universidades, diria que não teria nenhuma exceção, praticamente todas as universidades são obrigadas a fazer esse tipo de trabalho. Só que aí é importante ressaltar que esse tipo de trabalho tem que ter muito cuidado, porque o importante numa universidade é que ela seja autônoma e pública. Por quê? Porque aí, em sendo autônoma

e sendo pública, ela não tem que satisfazer os interesses do Estado, por exemplo. Por outro lado, se ela for uma entidade privada, ou então se ela se liga muito com o setor produtivo, o que acontece? Ela vai ter que satisfazer os interesses das corporações às quais está ligada ou aos interesses do setor produtivo. Então é importante que ela seja autônoma e seja pública, ou seja, mantida pela sociedade.

Quanto a V. Ex.^a dizer que fui o primeiro reitor da Universidade de Brasília a utilizar o patrimônio. Não, outros reitores utilizaram o patrimônio, mas vendendo patrimônio. Sempre tive uma posição contrária a isso. Acho que o patrimônio deve ser garantido, porque creio que o patrimônio é para as gerações futuras aproveitarem ou administrarem de forma diferente. Mas, infelizmente, a Universidade de Brasília é uma das mais ricas, e todos os seus reitores, com as dificuldades que existem, têm que utilizar a sua maior capacidade criativa para poder sobreviver hoje às dificuldades que estão enfrentando.

O SR. RELATOR (João Calmon) — O problema da educação brasileira, de um modo geral, é extremamente grave. Essa crise não se localiza apenas na área das universidades públicas no setor federal e no setor estadual. Há uma ilha — diria quase que de prosperidade — que é a Universidade de São Paulo. Porque os homens públicos de São Paulo tiveram uma visão invejável e decidiram vincular obrigatoriamente o percentual do ICMS em favor das universidades pertencentes ao Estado. O resultado foi realmente espetacular, porque as universidades públicas daquele Estado, que tem um produto bruto superior ao da Argentina, também enfrentam as aflições, as crises financeiras graves que atormentam a quase todas as universidades públicas deste País. Fala-se muito em sucateamento e privatização das universidades. Deve prestar aqui um depoimento. Sou Parlamentar há quase 30 anos. Nunca ouvi nesta Casa, no Congresso Nacional, nenhuma cogitação de privatização de universidades públicas. Nenhuma. Nunca passou pela cabeça de nenhum representante do povo essa idéia de privatizar universidades públicas. A primeira CPI sobre universidade pública no Brasil se realizou por iniciativa da Câmara dos Deputados, nos idos de 1963. Naquele tempo os problemas já eram muito graves. Lembro-me de um contundente depoimento do reitor da então Universidade Federal. Não sei se já era Universidade do Brasil ou Universidade do Rio de Janeiro. Lembro-me do nome do Professor e do Reitor, Clementino Fraga Filho. Ele realmente fez uma radiografia impressionante. E ela consta dos Anais do Congresso Nacional, portanto o seu depoimento está disponível. Mas eu diria que no Brasil ainda não se compreendeu de maneira adequada a importância transcendental da universidade. É claro que o jardim de infância é importante, o primeiro grau é extremamente importante, o segundo grau também é caminho para a universidade, mas é também formação técnica de segundo grau. Mas não tem havido no Brasil nenhuma tendência detectável, significativa, de ser tomada uma decisão dando prioridade à educação. Nunca. Há pouco o Sr. Reitor Veronezi se referiu à idade da universidade no Brasil. Ele se referiu a 60 anos. Reitor, um pouco mais. É uma história tão triste, tão melancólica. Em 1922, portanto há 69 anos, o Brasil comemorava o Primeiro Centenário da sua Independência. Nosso País seria visitado pelo Rei da Bélgica. De acordo com o protocolo, quando um soberano visita um país é necessário que ele receba — é do protocolo — o título de Doutor *Honoris Causa* de uma universidade. O Brasil, cem anos depois da proclamação da sua independência, não possuía uma só universidade. Foi criada então, por esse motivo, a toque de caixa, rapidamente, a primeira universidade, que por sinal ficou com o nome de Universidade do Brasil — hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro — que nem sequer começou a funcionar imediatamente. Funcionou só alguns anos depois. Então, a falta de prioridade para a Educação é característica brasileira. E isso deve nos encher a todos nós, que tivemos o privilégio de nascer aqui, de uma imensa vergonha. Porque isso apenas é um detalhe. Mas há uma coisa

mais ampla. Educação nunca foi prioridade no Brasil, desde a época em que o Marquês de Pombal proibiu que os jesuítas continuassem a ensinar. E a Educação continua, no ano de 1991, sem ter nenhuma prioridade. E desculpem a interpretação, que pode parecer até um pouco estranha partindo de mim, porque a minha imagem não é a de um homem de extrema esquerda, nem com nenhuma marca fora de série. Mas tenho minha própria interpretação. Há uma decisão de uma minoria, numericamente bem insignificante, no sentido de não educar o povo — não convém educar o povo. É mais fácil deixar o povo mergulhado na ignorância, porque o povo educado é o povo consciente, que sabe lutar por suas reivindicações e sabe torná-las vitoriosas.

Então, dentro desse contexto geral, há um detalhe que parece importante, que foi, em mais de uma oportunidade, focalizado pelo Reitor Ibañez. É a necessidade de se promover — não apenas na área universitária, mas estamos falando aqui em universidade — uma avaliação permanente das universidades. Mas não me refiro à auto-avaliação. Mas também não aceito um adjetivo que já foi citado — não na base de má-fé, absolutamente, ele é a própria imagem da seriedade, da honestidade e do patriotismo — por um dos depoentes. Não obviamente na reunião de hoje, foi na primeira reunião. Disse que a universidade não permite uma avaliação restritiva. O que atrapalha no Brasil é a má utilização das palavras. Quando se fala em avaliação, não há nada mais lógico, mais desejável, mais imperativo. Mas aí logo o adjetivo restritiva. Como uma coisa odiosa, desprezível, indesejável. Ninguém nunca pensou em fazer avaliação policialesca, mas fazer uma avaliação é uma rotina em todo o mundo, não apenas na área socialista ou na área capitalista. Mas foi o adjetivo “restritiva”. O nosso Reitor, agora, de passagem, obviamente, não fez nenhuma afirmação, apenas se referiu de passagem ao perigo de uma avaliação passar a se revestir até de características restritivas. Mas há pouco, na reunião anterior desta Comissão, depois o Reitor da Universidade de São Paulo. No decorrer da sua exposição, revelou que na França existe uma instituição pública — não é, obviamente, a universidade, a própria universidade — que só tem uma missão, uma finalidade, um objetivo: avaliar as universidades públicas. Então realmente essa avaliação me parece de importância fundamental. Diria que devia ser este o momento para um primeiro passo. Porque a universidade nos merece respeito, nos inspira admiração, mas realmente falta essa avaliação. E o pouco que tem sido feito é na base da auto-avaliação, que realmente não é o melhor caminho.

Gostaria de ouvir a opinião do Reitor Ibañez sobre a necessidade dessa avaliação, além da auto-avaliação, é uma avaliação feita pela própria universidade, que também é desejável, mas por uma outra, seguindo o exemplo dos países do mundo capitalista e do antigo mundo comunista, do socialismo mais avançado. Em todos esses países há avaliação. Inclusive a dos Estados Unidos foi carimbada, no livro que saiu com 70 páginas, com esse título dramático: Um País em Perigo. Uma Nação em Perigo. A nação que se considera em perigo chama-se Estados Unidos da América. Por quê? Por causa das graves deficiências de seu sistema educacional.

Agradeceria muito em receber mais uma lição do Magnífico Reitor Ibañez.

O SR. ANTÔNIO IBAÑEZ — Em absoluto, Senador, não dou lições nem pretendo. Mas gostaria de começar justamente por essa auto-avaliação. Que, apesar de que o senhor não leve tão em conta, embora sei que é importante para o senhor dar também essa auto-avaliação, mas é importante. Vou dar alguns exemplos para V. Ex^{ca}. Aqui na Universidade de Brasília fizemos a auto-avaliação de disciplinas e com bastante sucesso, tanto assim que inicialmente foi colocada como sendo voluntária essa auto-avaliação, mas o interesse foi tanto que, depois, as pessoas que eram avaliadas queriam ser avaliadas novamente para saber qual foi o desempenho, como foi a evolução dessa auto-avaliação. Mais recentemente, fizemos uma auto-avaliação

dos cursos da universidade. Porque existe um centro que não é ligado à administração, é ligado a um Conselho de Ensino e Pesquisa, ou seja, teoricamente, está preocupado, então, com o desempenho, tanto na área de ensino e de pesquisa, quanto na de extensão. E nessa avaliação dos cursos verificou-se que, realmente, os currículos da Universidade de Brasília, muitos deles, talvez grande maioria estão defasados. Agora, por que ocorre isto? Esse é um outro passo, mas, de qualquer forma, essa ferramenta nos mostrou que temos que cuidar dos currículos. Porque antes ouvíamos e, no fim, achávamos que era importante. Mas hoje, não. Hoje, temos dados concretos que mostram essa defasagem dos currículos. Então, é importante. Agora, essa auto-avaliação não deve ser só dos docentes ou dos cursos; tem que ser uma avaliação da universidade como um todo, inclusive da própria administração. Tem que haver uma avaliação da administração também.

Agora, externa por quê? Creio quanto a isso que foi citado aqui, que a sociedade arca com o custo da universidade e, portanto, temos que dar-lhe satisfação. Quer dizer, de que forma as universidades gastam os seus recursos? Temos que estar abertos para que isso aconteça. Que tipo de pesquisa, de investigação fazemos nas universidades? Que tipo de ensino se dá? Quem se beneficia? Então, acredito que tem que haver essa avaliação externa, não digo restritiva; às vezes, pensa-se na avaliação como sendo punitiva ou, então, no sentido de premiar, mas não é também nesse sentido. Muito pelo contrário, creio que a avaliação tem que ser feita justamente para corrigir as distorções que existem, para corrigir os rumos daquela instituição. E isso é fundamental. E quem participaria da instituição faria essa avaliação? Para mim não está muito claro, mas, de qualquer forma, seriam, por exemplo, aqueles egressos da universidade, é importante que eles digam se a universidade serviu ou não serviu para eles em alguma coisa; a sociedade organizada como um todo tem que dizer se a universidade realmente está formando gente que está satisfazendo as necessidades do País; as próprias entidades financiadoras poderiam participar, e o Congresso Nacional também tem que ter a sua participação, não há dúvida, porque ele, afinal de contas, aprova o orçamento das universidades. Quem participaria, então, dessa avaliação? Não sei exatamente. Dei algumas sugestões, mas, de qualquer forma, há uma necessidade de que isso aconteça.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Agradeço a sua resposta e lhe pediria, em nome da comissão, um favor: se possível, que a Universidade de Brasília envidasse esforços no sentido de obter informação sobre a estrutura desse instituto que funciona na França e que tem uma finalidade, que é avaliar, em caráter permanente, as universidades públicas.

Eu faria agora uma rápida pergunta ao ex-Reitor Antônio Veronezi. A sua dissertação, o seu depoimento parece-me muito valioso. É V. Ex^a um reitor de cabeça fria, não se deixa dominar pela emoção. Às vezes é contundente, fala no desastre Chiarelli para se referir à atuação do antecessor do notável professor José Goldemberg, mas de um modo geral V. Ex^a não tem nenhuma característica passional ou extremada. Mas estamos falando aqui de avaliação e não é necessário realizar uma para concluirmos que há no setor privado, desde a universidade quase com características de primeiro mundo — só para citar exemplos, as Pontifícias Universidades Católicas, de um nível realmente satisfatório; a Universidade Mackenzie também.

O SR. ANTÔNIO VERONEZI — A Gama Filho.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — A Gama Filho. Não gostava de citar muitas, mas há no setor privado algumas universidades que são de nível bastante razoável. Mas estamos falando de avaliação e quando a focalizo, não me refiro apenas à avaliação da universidade pública. No setor privado temos desde universidades

de excelência incontestável até escolas superiores que são apenas fábricas de diplomas. Algumas funcionam em fim de semana. É público e notório isso.

Nos idos de 1963, foi prestado um depoimento na Câmara, onde foi dito que uma faculdade de Medicina do setor privado, que ainda existe no Estado do Rio, não dispunha, para a sua cadeira de Anatomia, sequer de cadáveres. Agora, no ano de 1991, ainda há escolas, principalmente na área de Direito, em que as pessoas querem apenas usar um anel, que só funcionam sexta-feira à noite e sábado de manhã. Tivemos um Conselho Federal de Educação e outras estruturas de fiscalização, mas inteiramente ineficientes; não quero dizer ineptas, mas ineficientes. Então, temos na universidade particular desde escolas do mais alto nível, que eu diria de mundo desenvolvido, a escolas realmente pouco satisfatórias, essas que vivem e prosperam na base da velha tradição do anel de grau, do diploma na parede. E creio, Reitor Antônio Veroneze, que a associação que V. Ex^a representa com tanto brilho, com tanta eficiência, poderia realizar um esforço, eu não diria de policiamento, mas de supervisão, de fiscalização. Sou dos que entendem que num regime capitalista, e o que está desabando mais é o antigo regime comunista, muitas das escolas particulares são de excelente nível. Não há reparo grave a fazer. E no antigo mundo comunista, eu sempre cito isso, e creio que está nas livrarias, ainda, o livro *Perestroika*, de Gorbachev — que é um homem que se destacou e é credor da admiração do mundo — mas no seu livro ele faz uma citação que me deixou chocado. Na época da *perestroika* foram realizadas avaliações nas universidades — todas eram públicas na União Soviética — e depois dessas avaliações — estou citando textualmente Gorbachev — foram fechadas, sumariamente, universidades — todas eram e são públicas — reconhecidamente ineficientes. E tenho sempre a cautela de dizer que aqui no Brasil nós jamais promoveríamos o fechamento de universidades ineficientes. Iríamos traçar um programa de eliminação da sua deficiência, e não fechá-la. Mas o estadista Gorbachev, na sua época, fechava universidades. Também não preconizo nenhuma providência drástica em relação às universidades particulares. Mas como o Brasil, e V. Ex^a citou muito bem, tem 70% dos alunos do terceiro grau nas universidades particulares, não podemos desprezar essa contribuição, que é significativa.

Não haveria um meio de o próprio segmento privado da educação, no terceiro grau, estabelecer algum dispositivo — não diria de autopolicimento, porque a palavra é um pouco desagradável — de autofiscalização para que essas escolas de fim de semana, essas que adotam o sistema “paga, sai diplomado” pudessem ser contidas, pudessem atuar de uma maneira muito mais limitada? Porque, realmente, existe esse fato, é incontestável. Não é a característica marcante de todo o ensino público no Brasil. Mas V. Ex^a não acha que se importa, a esta altura, um esforço da parte do segmento privado da educação superior nessa área?

O SR. ANTÔNIO VERONEZE — Bom, primeiro eu queria dizer que não mencionel isso durante a minha alocução, porque poderia ser entendido como auto-avaliação. Mas a nossa Associação Nacional de Universidades Particulares está promovendo a avaliação das universidades. Estamos avaliando cada universidade. Já mandamos questionários. a grande maioria já respondeu. estamos compilando e temos-nos reunido para ver o que uma pode dar para a outra no sentido de evoluir.

O SR. JOÃO CALMON — Só se manda o questionário para eles responderem?

O SR. ANTÔNIO VERONEZE — Não, não. Por isso estou dizendo a V. Ex^a que isso pode ser entendido como auto-avaliação. Como é uma coisa interna e não há como mentirem o fato, vamos dizer assim, porque apesar de não muito idoso, estou dentro da educação desde 11 anos de idade. Dirijo escolas de ensino superior desde os 25 anos. Portanto, mentir para mim, que presido esta associação, é besteira, porque sei exatamente o que acontece em cada instituição.

Estamos fazendo um trabalho, neste instante, de integração das bibliotecas pela informatização, para que todas tenham acesso, uma à biblioteca da outra.

Há uma certa confusão, quando se fala em universidade e sistema universitário. Sei que quando se fala em universidade, estamos falando da universidade e da escola isolada também. Respondo, falo pela universidade em si. Portanto, eu diria aos senhores que aquelas escolas isoladas, com menos capacidade moral, que não se preocupam com a sua honestidade, com seus princípios, não chegaram e jamais chegarão a ser universidade. Sobre essas, a nossa associação não tem ascendência, mas o Conselho Federal de Educação, que deveria tomar essas medidas. Eu diria até que ele as tomou, tomado, mas deixando muitos buracos. De maneira que estamos fazendo essa primeira avaliação das universidades, para sabermos onde uma pode ajudar a outra.

Eu chamaria a atenção novamente para o nosso tempo de existência. Aliás, eu disse isso ao Ministro Carlos Chiarelli, quando estive com ele. Disse-lhe, também, que a nossa instituição não tem ficado de braços cruzados por não ser chamada. Apresentamos uma série de sugestões ao Ministro Carlos Chiarelli na ocasião e três dias depois que o Ministro Goldemberg tinha assumido a Pasta, levamos um documento contendo sugestões para o Ministério da Educação para a evolução das escolas superiores do País. Temo-nos preocupado com isso, buscando soluções. Continuaremos, mesmo sem armas, lutando para que esses nossos irmãos menores — digamos assim — corrijam essas faltas ou abandonem essas atividades com as quais não concordamos. Propusemos ao Ministro até a criação de uma comissão que pudesse andar junto. Uma coisa é ir alguém de Brasília a universidade da cidade "x" para verificar qualquer coisa. Outra coisa é ir alguém de Brasília, de dentro do sistema, para trabalhar conjuntamente. Vou mais longe: no pequeno período em que nossa associação existe, tivemos problemas em algumas universidades. O Ministro nos chamou. Eu havia pedido ao Thompson Flores, que, à época, era Secretário Nacional de Ensino Superior, que nos chamasse quando houvesse algum problema, porque assumiríamos responsabilidades juntos. Ele, então, nos chamou. Chamamos o Reitor e o Secretário de Ensino Superior. Apontamos os problemas. Pasmem! O Reitor os admitiu, porque não podia deixar de admitir. Eu mesmo disse a ele que ele poderia deixar de admitir para o Ministro, mas não para mim. Os problemas, então, foram corrigidos.

Portanto, uma ação conjunta de avaliação, conforme sugeriu o Reitor Antonio Ibañez, seria muito mais profícua. Vou mostrar rapidamente, em números. Não temos mais do que cem universidades no País, que são as que realmente abrangem a grande maioria dos estudantes e professores. As escolas isoladas são em menor escala. Entendo que avaliar cem instituições e sentar-se com elas à mesa de negociações não é tão difícil assim. Os reitores estão realmente preocupados quanto à qualidade no ensino. Uma universidade com cinco anos de existência como tal não oferece ensino da mesma qualidade que a Universidade Gama Filho, com cinquenta. Pedimos ao Ministro José Goldemberg que avaliasse as instituições, levando em conta o tempo de existência de cada universidade. Há universidade que tem vocação para um determinado estilo. Existem aquelas que se desenvolveram estupidamente bem no campo da Informática, dentro do setor das universidades privadas. Existem outras que se estão dedicando muito bem ao ensino da Medicina. É o caso da Universidade de Mogi das Cruzes. Na área de Informática há outra universidade em Mogi das Cruzes, que é a Bras Cubas. Não vou citar a minha para não fazer apologia.

O que é necessário? Mais do que a própria qualidade do equipamento, no momento, da biblioteca, do laboratório, tem-se que avaliar a qualidade humana dentro de uma universidade, qual o espírito que ela tem, como vem caminhando, qual o seu potencial. A partir daí saberemos para onde a universidade caminha.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Magnífico Reitor, de vez em quando tomamos conhecimento de que uma determinada universidade está sendo negociada, e fala-se em cifras em torno de 20 a 30 milhões de dólares. Não preciso ir muito

longe, há casos próximos de nós. Não dá para entender muito, se a universidade não deve ter finalidade lucrativa, que possa ser negociada integralmente ou parcialmente por uma quantia tão vultosa. Essa seria uma indagação.

E para encerrar, aproveito para fazer um comentário. Precisamos fazer um esforço coletivo. Trata-se de uma autocrítica também, porque às vezes me estendo, me exalto demais com essa paixão obsessiva pela educação. Recentemente, em São Paulo, assisti a uma cena que me deixou um pouco evergonhado da minha condição humana. Hoje há um choque entre escolas particulares e o Ministro Carlos Chiarelli. Eu estava presente e acompanhei todos os detalhes. O representante do ensino privado declarou, diante de câmeras de televisão e aos repórteres de jornal, o seguinte: "Eu desejo que o Ministro Chiarelli, que está doente, internado na UTI, só saia de lá morto, diretamente para o necrotério". Ora, estamos na área da educação. Como é que podemos aprimorar a nossa *performance* se há ainda pessoas passionais, capazes de fazer publicamente uma afirmação tão chocante? V. Exª concorda comigo?

O SR. ANTÔNIO VERONEZE — Concordo com o Senhor, não concordo com o colega. Gostaria de responder à questão das negociações que V. Exª mencionou. Fica a questão no ar, e, se V. Exª permitir, tecerei considerações a respeito.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Tem a palavra o Sr. Reitor.

O SR. ANTÔNIO VERONEZE — V. Exª tem razão quando diz que às vezes uma ou outra instituição é negociada; mas é aquela com problemas internos. Uma instituição que vai de vento em popa, que trabalha bem, que caminha serenamente, atingindo os seus propósitos, cuja sociedade vai bem, não é negociada. São negociadas aquelas que estão com problemas. Eu citaria uma, porque trabalhei nela, que é a Universidade São Francisco. É uma excelente universidade, em Bragança Paulista. Eu trabalhava lá no tempo da crise, não nos tempos áureos. O mantenedor na época, teve problemas políticos com a cidade, e até problemas de desequilíbrio emocional, e a universidade entrou em conflito com a sua comunidade. Vieram os freis franciscanos e se propuseram a assumir a instituição.

Existem nas organizações das universidades algumas grandes diferenciações. Há universidades que são proprietárias do próprio patrimônio, e outras, que não, ou seja, o dono da universidade aluga o imóvel para a universidade. Nem todas as universidades privadas têm imóveis próprios e nem sempre o patrimônio é seu. Naquela ocasião, à guisa de comprar o patrimônio, que não era da universidade e sim do proprietário, os freis franciscanos pagaram uma quantia cujo valor, sinceramente, desconheço, pois não participei das negociações.

Esse tipo de comportamento também está terminando, porque as universidades estão se sedimentando. Eu diria até que estão ficando inegociáveis, tal o vulto do patrimônio que elas envolvem, a situação, até do ponto de vista prático, e tal o capital que teria que ser investido para que alguém a comprasse.

Em relação ao meu outro colega do primeiro e do segundo grau, a que V. Exª se referiu, ele não é um representante do segmento em nível associativo, mas um representante sindicalista. Dentro do sindicalismo existe radicalismo na hora da discussão. Em relação ao Ministro Carlos Chiarelli, tenho que ser sincero. Não desejava que ele morresse, mas sempre desejei que ele sáísse do posto em que estava, para o qual não estava preparado.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — O Reitor Antonio Ibañez deseja usar da palavra.

O SR. ANTONIO IBÁÑEZ — Sr. Presidente, de repente, saímos dos temas educação e universidade e passamos a discutir negócios. Infelizmente, parece que é isso que afeta a educação e a universidade. Ficou muito claro aqui que, quando

se fala em universidade, fala-se em qualidade de ensino. Para mim, só existe universidade quando existe preservação, transmissão e produção de conhecimento. O resto não é universidade. Da preservação, eu diria o seguinte: se um dia houver uma catástrofe mundial, se houver uma universidade que sobreviva, que tenha uma biblioteca, certamente uma parte do conhecimento vai ser preservado e poderá ser resgatado. Essa é uma das funções das universidades. A transmissão de conhecimento tem que vir aliada à produção de conhecimento, senão essa transmissão se torna obsoleta. Parece que é isso que acontece em algumas universidades que se dizem universidades.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Passo a palavra à Deputada Maria Laura.

A SRA. MARIA LAURA — Sr. Presidente, gostaria de registrar a importância da iniciativa do nobre Deputado João Faustino. Logo no primeiro momento em que ele procurou adesões a essa iniciativa, registrei o meu nome, contribuindo para que, de fato, esta Comissão fosse instalada. Cumprimento ao Senador João Calmon, defensor da educação, particularmente da educação pública, o Reitor da Universidade de Brasília, Antonio Ibañez, o Reitor Antonio Veroneze e os Parlamentares presentes.

Foi muito importante a abordagem do Reitor Antonio Ibañez sobre a educação e a universidade dentro da situação histórica, econômica, social e política. Na verdade, não podemos dissociar esses elementos, que estão inter-relacionados. Ficou evidente que hoje, felizmente, a realidade, do ponto de vista numérico, também é do conhecimento de parcela significativa da sociedade, o grau de pobreza e de miséria da maioria do nosso povo. Ele é miserável do ponto de vista do emprego, que é irrisório, se comparado à necessidade de emprego que temos no País; é miserável do ponto de vista dos salários, que não repõem minimamente as perdas para aqueles que têm o direito de ter um salário digno — esse salário não assegura as condições mínimas de sobrevivência —, e é miserável do ponto de vista da habitação da terra. No campo da educação, a miséria também fica evidente, no grau de analfabetismo e de evasão. Como disse o Senador João Calmon, é como se interessasse aos governantes deste País — e eu digo que interessa — terem mantido historicamente essa situação de miséria do ponto de vista educacional, porque aí facilita perpetuar a política do apadrinhamento, do fisiologismo, a política daqueles que, na verdade, têm o interesse que a riqueza deste País continue sendo privilégio de muitos poucos, e aí, dentro dessa abordagem, gostaria de destacar: ontem, coincidentemente, pedi, para uso de outras tarefas parlamentares, um relatório do Departamento do Tesouro Nacional referente à receita e despesas de janeiro a agosto de 91. Quer dizer, esse documento é feito trimestralmente e é divulgado através do *Diário Oficial*. Bom, e aqui nós vamos encontrar nesse relatório, portanto, um dado oficial, e, vamos ver como o resumo das despesas desses meses deste ano, que para investimento, tivemos 2.2%, enquanto de pagamento de juros e encargos da dívida 21.9%. Quer dizer, então é um País em que não se investe.

Quando passamos para a execução das despesas por função, nós vamos ter 26% na área de administração e planejamento — não sei bem qual é o planejamento, mas é isso —, 6% para a educação e 7% para saúde e previdência. Quer dizer, isso para não me alongar muito em dados, mas já mostra como se gasta e com o que se gasta.

Ao verificarmos o gráfico das despesas com pessoal e encargos sociais, vamos encontrar um percentual de 36% das despesas da receita corrente da União tendo sido utilizada para o pagamento de pessoal. E destaco esse elemento porque vivemos recentemente uma greve de servidores públicos e uma greve das universidades, que se arrastou por 120 dias, não por vontade dos docentes, mas por irresponsabilidade deste Governo de responder às reivindicações salariais mínimas que estavam colocadas.

E no entanto, quando olhamos o relatório da União, do Tesouro Nacional, mostra que nós só temos gasto até hoje 36%, quando podemos gastar, segundo a Constituição, até 65%, e o argumento permanente durante a greve era a inexistência de recursos para propor o reajuste minimamente decente dos salários tanto do funcionalismo federal, como para os docentes das nossas instituições federais de ensino.

Bom, tudo isso comprova, a meu ver, a continuidade de uma política que tenciona levar o País para o buraco. E o Ibañez coloca alguns elementos aí que nos indicam que é possível sair da crise. E agora parece, também, que é necessário ter uma disposição e um compromisso político para poder se encontrar as razões para sair da crise. E se formos ver a forma encontrada para sair da crise, porque a crise também não é de hoje, muito embora saibamos que hoje vivemos uma agudíssima crise, e nós situemos inclusive — eu, particularmente, situo — responsáveis muito diretos por essa crise, vemos as saídas que foram encontradas historicamente. E aí quero colocar um elemento que veio na discussão apresentada pelos reitores, e que penso que cada um dos Senhores irá ter uma concepção diferente para isso aí. Por exemplo, uma saída nos anos 68, apresentada aqui, quer dizer, diante da política, porque era uma política do excedente na universidade, era a política adotada que gerava o excedente. Então, há um chamamento para a iniciativa privada na educação do terceiro grau.

Ora companheiros, isso fez parte deliberada de uma política adotada no momento histórico da nossa sociedade. E essa política vai gerar, nesse momento, uma inversão completa. Quer dizer, nós vamos ter 75% nas instituições privadas e vamos ter 25% nas universidades públicas. Ora, isso comparado com o grau de miséria que acabamos de constatar, é inconcebível. E o que é público, e o que é que diz a Constituição do ponto de vista da responsabilidade? Eu pergunto a esse jovem que está na escola privada, e muitos deles — pelo menos a grande maioria que está nos cursos noturnos — são bancários, professores de primeiro e segundo grau, são servidores públicos, comerciários, que estão pagando por uma instituição privada mais do que o seu próprio salário. Quer dizer, é inconcebível, portanto, essa saída de se buscar a instituição privada como uma saída. Realmente não aponta para a solução de nenhum problema. E essa questão continua se agravando. E por que isso? Aí nós vamos ver a questão dos recursos para as áreas a que eu me referi anteriormente.

Quero, neste momento, registrar algumas questões mais atuais e ouvir o posicionamento dos reitores. Eu sei que muitos dos elementos que eu vou colocar aqui dizem mais respeito ao, inclusive, companheiro da Universidade de Brasília, o Reitor Ibañez. Então, é o seguinte: neste momento sabemos que a dotação feita para a educação e, particularmente, para o 3º grau, apenas parcela está sendo de fato passada para as instituições. Quer dizer, como que isso se dá na Universidade de Brasília, para citar só um dos exemplos?

A outra questão é a seguinte: o Senador João Calmon defendeu a educação pública nesta Casa. Felizmente isso acontece e tomara que continue acontecendo porque a política dos nossos Executivos tem sido no sentido de apontar e tentar a privatização. E, nesse momento, isso, que é verdadeiro para muitos setores, inclusive de setores importantes da nossa economia. Está aí a Usiminas numa novela imensa, fruto da irresponsabilidade do Governo; vimos também, na discussão do Emendão, que parece que é natimorto, e tomara que seja, mas nunca podemos dar por morto, mas, pelo contrário, temos que, de fato, matar aquilo que acha que é nocivo. Então, na discussão do Emendão previa o fim da gratuidade do 3º grau, portanto, da nossa universidade pública, e estava também a discussão da estabilidade. E, hoje, na sua versão de ontem, essa questão vai sumindo um pouco e ainda fica a questão da autonomia da universidade. Penso que autonomia para esses executivos não é bem o que é autonomia para o Ibañez. Então, gostaria de ouvir um comentário, porque

me pareceu muito quando eu li os artigos da proposta daquela versão do Emendão que trata dessa questão, que era, de certa forma, lavar as mãos em relação à responsabilidade sobre o ensino do 3º grau.

E quanto à estabilidade, porque embora seja uma coisa também que já estão recuando, vimos, numa das versões, que a proposta do Executivo era segurar a estabilidade só para aquelas funções que eram consideradas típicas de Estado, que, na verdade, eram funções de fiscalização, de controle etc., de arrecadação pública, que eu acho que é função do Estado também educação, saúde, previdência, e por aí vai.

E por último, por último mesmo, infelizmente o gabinete telefonou chamando-me, mas acho que é importante registrar isso. Quero ouvir a resposta do Ibañez, mas com toda certeza vai ficar registrado, acho que isso é importante, mesmo que eu não possa ficar até o final. Quero dizer o seguinte: na segunda-feira, acompanhei os companheiros servidores públicos do Ministério da Educação numa audiência com o Secretário Executivo do MEC, que estava naquele dia na condição de Ministro Interino, por motivo de viagem do Ministro Goldemberg. Eu não estou lembrando o nome do Secretário Executivo. E naquele momento, quando se discutia questões do funcionalismo que mora em Brasília, lá para as tantas, veio a discussão da Universidade de Brasília e a discussão sobre o funcionamento noturno da Universidade. E aquele Secretário mais do que demonstrou, se disse surpreso: mas a Universidade não funciona à noite, mas como, como pode? E parecendo que isso, essa realidade, fosse uma opção daqueles que fazem a Universidade de Brasília ou então da sua administração. E o Secretário Executivo, no final, dizia: Olha, mas essa Universidade precisa funcionar à noite. Eu disse: Olha, eu vou transmitir essa posição ao Reitor, porque penso que ele também tem essa vontade. Então, isso coloca em discussão séria para a comunidade de Brasília, porque sabemos da procura que têm os nossos jovens trabalhadores às instituições privadas aqui no Distrito Federal, pela inexistência e pela impossibilidade de eles terem acesso à Universidade de Brasília, num horário que lhes permitisse também trabalhar.

Então é este o registro que faço. Acho que é da maior importância a discussão que está sendo feita, e vou ficar até, se for possível, nessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Agradeço a participação da Deputada e passo a palavra ao Reitor Antônio Ibañez.

O SR. ANTÔNIO IBÁÑEZ — Vou começar justamente por esse último ponto, que talvez seja o mais importante, em função, talvez, da sua saída.

Mas a universidade noturna, como chamamos, é algo para não ser fundamentado e algo que nós estamos batalhando e acreditamos que já no segundo semestre de 1992, julho de 1992, possamos aumentar o número de cursos noturnos. Mas é claro que isso não depende única e exclusivamente da Universidade, depende da contratação de alguns professores, possivelmente poucos, mas depende da contratação de poucos técnicos administrativos e alguns recursos a mais, mas também poucos.

Então, depende de uma vontade política da Universidade, que existe, estamos batalhando, e depende também da concessão desses recursos. Já conversei com o Ministro Goldemberg a respeito desse nosso projeto e S. Ex^a apoiou. Então, a impressão que tenho é que no momento em que apresentarmos as nossas necessidades, elas serão cobertas, porque acho que é algo que toda Brasília necessita e apóia, desde a Câmara Distrital, passando pelo Executivo do DF, quanto pela área federal e a própria sociedade como um todo em Brasília. Portanto, neste momento, não acredito que venhamos a ter dificuldades, mas estamos batalhando para isso.

Em relação à autonomia, entendemos que autonomia é algo que todos nós desejamos, que as universidades desejam, embora alguns ex-Ministros tenham relatado que os reitores não gostam de autonomia. É algo que desejamos, só que é importante que se diga que da mesma forma que as Universidades paulistas, com essa forma de captar recursos através da ligação com o ICMS, têm dificuldades, em determinada época do ano, quando essa arrecadação cai de pagar os salários. O que queremos é que não se crie uma outra situação em que, de repente, estejamos também com dificuldades de pagar salários e aí, sim, os reitores serão responsáveis por pagar esses salários.

Queremos é que realmente haja autonomia, mas que exista autonomia dando condições de pagamento condizente aos servidores. Então, se deveria ter um orçamento para pagamento salarial que levasse em conta essas necessidades e esse salário condizente, e um outro orçamento, que seria de custeio e capital, onde todas essas normas, legislação, que existem, que amarram os entraves burocráticos, desaparecessem para que os reitores pudessem utilizar esses recursos da melhor forma que os próprios órgãos colegiados decidissem. Esse é um outro ponto.

E, para complementar, é claro que a universidade particular não foi chamada para colaborar, o que houve foi um modelo e se fala que temos que tomar cuidado, porque hoje todo mundo diz que não existe um projeto nacional. Existe um projeto nacional e existiram projetos nacionais. Durante a ditadura militar, existia um projeto nacional muito claro de desenvolvimento, aquele modelo de desenvolvimento excludente foi um projeto nacional. Esse modelo precisava de profissionais, precisava de mão-de-obra, e aí é que entrou realmente a universidade particular, já que ela se fixa justamente na formação de recursos humanos profissionalmente, quer dizer, não existe o cuidado com a produção de conhecimento.

Então, quando se fala em projeto nacional tem-se que tomar cuidado sobre que projeto nacional está-se falando.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Passo a palavra ao Reitor Antônio Veronezi.

A SRA. MARIA LAURA — Sobre os recursos repassados à Universidade de Brasília.

O SR. ANTONIO IBÁÑEZ — Não só para a Universidade de Brasília, mas para todas. Este ano, o orçamento que foi aprovado pelo Congresso Nacional foi contingenciado. Portanto, até agora, praticamente 10 meses passados, só recebemos, em média, 40%. As universidades públicas há dois meses não recebem recursos de custeio e capital. Hoje, depois de dois meses, recebemos Cr\$2 milhões de custeio para a Universidade de Brasília. E, no próximo ano, o que se prevê, é que o orçamento seja de 50%.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Com a palavra o Reitor Antônio Veronezi.

O SR. ANTONIO VERONEZI — Em todos os fóruns que posso debater esse assunto, eu o faço porque acho da maior importância a ótica que está sendo dada a esta discussão, ensino público e ensino gratuito. Agradeço por esta oportunidade.

Está havendo uma distorção. As camadas de liderança do País, alguns parlamentares, até desavisadamente — não acredito que haja má fé nesses parlamentares e nem nas pessoas que enfocam o problema dessa forma — estão enfocando o problema tratando da escola pública e escola gratuita, quando o que se deseja na verdade é dar gratuidade ao aluno. Temos que falar em aluno gratuito e aluno pago, digamos assim.

O que a instituição particular vem discutindo, o que venho tentando, dentro da minha filosofia de existência, falar, não é que defendemos que a escola pública

seja paga, absolutamente; queremos que a escolha privada também seja gratuita para aquele que não possa pagar, contrabalanceando com o pagamento que faria, aquele que pudesse, na escola pública.

Não queremos trancar a porta da escola privada e dizer: "Todas as escolas serão privadas e todos os alunos deverão pagar". Se houver equívoco numa grande discussão, claro que corrigiremos o nosso discurso e a nossa maneira de ver. Mas a minha visão e a minha maneira de entender são as seguintes: em determinado lugar que não haja escola pública, o estudante, para estudar aquilo que pretende, tem que se deslocar tanto que fica mais cara a locomoção, o transporte, enfim, a sua vida em outra cidade, em outro Estado, do que ele estudar gratuitamente numa instituição que exista próxima da sua comunidade.

Então, o que se pretende é abrir a escola privada também para a gratuidade, dando um tratamento igual a todas as universidades, parar com essa idiotice de falar em universidade pública e universidade gratuita. Universidade é universidade, o gerenciamento é que é diferente. A universidade deve atender a todos os jovens, seja ela pública ou privada.

Da mesma maneira como acho que não é lícito trancar a porta da universidade pública para o cidadão mais aquinhoado, porque se ele é mais aquinhoado deve ser, decerto, se não burla a sua declaração de Imposto de Renda, um contribuinte maior também, e às vezes, pela qualidade, ele tem que ter a opção de colocar o seu filho em qualquer escola que pretenda, pública ou gratuita. Isso tem que ser mão dupla, ida e volta.

Não podemos tirar a opção de escolha de ninguém. Com isso, acho que daríamos mais opções aos jovens.

Em relação àquilo que ocorre — a que fez referência o Reitor Ibañez, que está tentando alocar recursos para criar os cursos noturnos — eu diria o seguinte: se ele não conseguir alocar, deve transferir, porque os recursos têm que ser prioritários para a escola noturna. A universidade pública, assim chamada, enquanto existir dessa maneira, deve dar prioridade ao ensino noturno, uma vez que reconhece que tem que atender ao aluno trabalhador, o menos abastado. Daí, então, a escola particular, vamos chamar assim, a escola privada passa a ocupar o espaço do ensino diurno, que é para aquele que não precisa trabalhar, aquele que pode escolher coisas desse tipo. Então, haveria uma transferência, uma mudança, uma inversão, se a autoridade desse, prioritariamente — não somente, sobrando os recursos vão para a diurna também —, recursos para a escola, para a universidade, para que ela funcionasse à noite.

Em relação à transmissão de conhecimento que o Reitor Ibañez disse que a universidade particular não transfere, discordo dele em número, gênero e grau. Acho que transfere mais do que a pública e cobra resultado do seu professor, coisa que infelizmente o dirigente da escola pública não pode fazer, porque depois de quatro anos ele vai embora e não consegue saber se atingiu o resultado daquilo que pretendia.

O SR. ANTONIO IBANEZ — Transmissão dá, mas produção de conhecimento é o que interessa.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Esta Presidência, antes de encerrar os trabalhos de hoje da CPI, gostaria de fazer algumas considerações. Esta Comissão foi instalada num momento agudo da crise da universidade brasileira; ela foi instalada no momento em que as universidades estavam paralisadas há mais de 60 dias, os professores vivendo a condição de subempregados, uma evasão de recursos humanos nunca vista e, além de tudo isso, pairando sobre a instituição uma ameaça visível de privatização.

Surgiu esta CPI com o objetivo sobretudo de proteger, num momento difícil, a instituição universitária brasileira e constituir, dentro do Congresso Nacional, um

fórum próprio onde, durante 90 dias, podendo esse prazo ser prorrogado, se debateria, com intensidade, o problema da nossa universidade, do nosso ensino superior.

Dentro desse contexto, questiona-se em profundidade a Lei nº 5.540. O Reitor Ibañez, há pouco, em seu depoimento, teceu comentários sobre essa legislação e fez críticas ao seu conteúdo. Indiscutivelmente, esta legislação mutilou o ensino universitário brasileiro. Foi com esta legislação que surgiu a matrícula por disciplina, a dissolução das faculdades, a dissolução, praticamente, da comunidade universitária, como um todo, e se criou algo já superado e caduco, que é a tríplice função da universidade, ou seja, a capacidade que a universidade passaria a desenvolver no sentido de fomentar a extensão do ensino e da pesquisa, conceito totalmente superado e caduco. Gostaria de ouvir a opinião dos reitores a respeito dessa tríplice missão conceitual da universidade. Na minha concepção, a universidade vive uma crise tridimensional: uma crise financeira, uma crise institucional, decorrente da crise financeira, porque no momento em que são esvaziadas as administrações universitárias, pela falta de recursos — o reitor nos dizia que, há pouco tempo, recebia uma liberação de dois milhões de cruzeiros, depois de dois meses, para todo o custeio da universidade: material de consumo, despesas de manutenção, material de expediente, água, luz, telefone etc., o que é totalmente impossível. Isso vai caracterizar, cada vez mais, o esvaziamento do poder universitário e, conseqüentemente, a geração de uma crise institucional, cujo desdobramento é imprevisível. E há, também, uma crise conceitual, da universidade. O reitor define a universidade muito bem. Ela é reponsável pela produção intelectual. Ela forma a *intelligentia* nacional. A *intelligentia* brasileira nasce dentro da universidade. E este é o papel desempenhado, tanto pela universidade pública, como pela universidade particular, indiscutivelmente. Portanto, há, também, uma crise conceitual.

Eu queria a opinião dos dois reitores. Primeiro, uma avaliação, embora sucinta, da Lei nº 5.540, porque este aspecto é importante para esta CPI. O outro aspecto também é bem objetivo, porque muitas pessoas chegaram a questionar a crise da universidade brasileira. Alguns da imprensa até admitiam que essa comissão seria ociosa, porque esta crise era puramente circunstancial.

Pergunto ao Reitor da Universidade de Brasília, quantos professores se afastaram voluntariamente, por aposentadoria ou por pedido de rescisão de contrato, no decorrer destes últimos dois anos? E que percentual esse número corresponde, ao total de professores da universidade? Não sei se o reitor dispõe desses números, mas caso não os tenha aqui, que os encaminhe, posteriormente, a esta comissão, porque é muito importante que se tenha essa informação. É lógico que não é um problema da universidade particular, é um problema circunscrito à universidade pública. A evasão dos recursos humanos, os melhores cientistas, os melhores professores, aqueles que, inclusive, ao longo do tempo, foram formados nos cursos de mestrado e doutorado, pós-doutorado, e que, de uma hora para outra, por se sentirem totalmente desestimulados, deixam a universidade sob o aceno da iniciativa privada ou da própria universidade estrangeira.

Gostaria de saber, também, que avaliação os dois reitores fariam do concurso vestibular, que hoje vem sendo mantido nas universidades. Parece-me ser um processo profundamente injusto, elitista, um processo que não traduz com perfeição o retrato do ensino brasileiro e nem traduz o aspecto conceitual da universidade brasileira.

Gostaria de ouvir, também, dos reitores, que sugestões poderia esta comissão receber, no sentido de que se estabelecessem mecanismos de articulação, porque, na minha concepção, a universidade, hoje, é uma ilha. Ela está aos poucos se distanciando da própria sociedade. Com raríssimas exceções, Sr. Reitor. Ela não está incorporando os problemas da sociedade brasileira, as dificuldades de seu povo e nem está tendo oxigênio suficiente para ser a instituição capaz de oferecer subsídios para a

superação da crise nacional. Até porque não estão dando à universidade a chance de colaborar para a superação da crise no País.

Gostaria de ter, a título de sugestão e contribuição para a Comissão, o anúncio de um mecanismo que possibilitasse a articulação da universidade com os demais graus de ensino, porque o que estamos presenciando é um esvaziamento, um empobrecimento, o abandono do ponto de vista financeiro, técnico, intelectual, do ensino de primeiro e de segundo grau.

Esta é a nossa participação, passando a palavra ao Reitor da Universidade de Brasília e, logo depois, ao Reitor Antônio Veronezi.

O SR. ANTONIO IBÁÑEZ — Eu agradeço a sua contribuição, que permite que alguns pontos que não tinham sido tocados, até agora, possam ser abordados neste momento.

Concordo com o senhor, quando fala sobre a Lei nº 5.540. Realmente, esta lei, de certa forma, destruiu o sistema universitário brasileiro, porque acabou fracionando completamente os cursos, individualizando totalmente o sistema como um todo e contribuindo, de certa forma, para esta fragmentação do conhecimento, também. Hoje, a solução dos problemas não se dá através da fragmentação do conhecimento. Nós não temos que conhecer profundamente os pequenos setores de cada conhecimento para nós, dentro de nossas cabeças, juntá-los e dar uma solução. Isso é que nos foi ensinado. Precisamos dessa situação, para dar soluções aos problemas nacionais que existem. Temos que ter uma formação do homem global, dentro da universidade. E é para isso que temos que caminhar. Não para a divisão, cada vez maior, desse conhecimento. Portanto, essa lei, realmente, foi extremamente desastrosa para a universidade e acredito que possamos, dentro dessa crise dos novos paradigmas que surgem, essa crise de final de século... Fala-se da sociedade de conhecimento, fala-se em fim da história. Todos nós estamos preocupados com o que vai acontecer. Ninguém tem a saída para isso tudo. Mas, de qualquer forma, o que cabe é, dentro da universidade, temos que procurar dar uma formação global, uma formação de conhecimento global para o homem brasileiro.

Com relação à crise, neste momento, o senhor faz uma pergunta a respeito de dados. Não os tenho, com relação aos dois últimos anos, mas apenas quanto aos últimos nove meses. Na Universidade de Brasília estamos com 1.200 professores, contando com as licenças da formação de professores que estão no exterior, ou mesmo aqui, no Brasil, fazendo cursos de mestrado ou doutorado, especialização, com algumas licenças obrigatórias, digamos, licença básica, licença especial. Efetivamente, estamos com 1.000 professores na universidade. De janeiro até hoje, perdemos em torno de 120 professores, sendo que 30 foram aposentados compulsoriamente com 70 anos, e o resto foram professores que ou se demitiram, ou a grande maioria se aposentou precocemente. São professores que praticamente estão no final da carreira. Então, houve um investimento do Estado na formação deles, para fazerem mestrados e doutorados, houve um investimento em seus laboratórios de pesquisa, e não se pode substituir isso tudo, porque, com os salários da forma que estão, os professores que entram são praticamente professores que querem se formar. Tudo isso é um gravíssimo problema que a universidade enfrenta. Sem contar o fato de que à universidade não foi permitida a expansão, o crescimento, porque durante muitos anos há uma compreensão, não se permitem novas contratações. O que está havendo nas universidades é simplesmente a substituição daqueles que se demitem, aqueles que falecem. E isso faz com que a universidade brasileira, como um todo, tenha uma idade média muito alta. O que é um outro fator preocupante, a médio prazo.

Então, às vezes, os problemas circunstanciais que existem acabam encobrindo a gravidade de problemas muito maiores, a médio prazo, e que são realmente bombas de efeito retardado terrível.

Quanto ao relacionamento e a integração com a sociedade, como um todo, eu faço a autocrítica porque acho que é um dos pontos que a universidade pública tem que discutir, se preocupar e reagir, imediatamente. Dois terços dos professores formados pela escola secundária são formados por universidades particulares ou escolas isoladas. Acho que a universidade pública, de certa forma, foge um pouco a esse compromisso que nós temos, de formar professores. Porque se nós temos professores de qualidade nas escolas secundárias, isso vai facilitar a própria melhoria da qualidade dentro da universidade. Isso é um ponto fundamental e precisamos atacá-lo imediatamente. E como vejo? Existem diversas formas de fazer isso, mas vejo de forma massiva realmente utilizar a educação à distância, a formação, o aperfeiçoamento de professores de primeiro e segundo graus. Temos condições de atacar, de levar esse aperfeiçoamento através de educação à distância, através das rádios e das televisões universitárias que, infelizmente, são poucas e foram sempre dadas de forma clientelística. A Universidade de Brasília sempre foi negada a ter rádio e televisão. Até hoje não temos, então, através desses instrumentos, condições de, realmente, levar massivamente esse conhecimento para professores de primeiro e segundo graus.

Em relação ao vestibular, concordo que é uma ingratidão essa forma de seleção, principalmente naquelas escolas que utilizam, para seleção, a informação, a quantidade de informação sem se preocupar, realmente, qual foi o processo de formação do estudante, qual é a criatividade, qual o potencial que tem dentro da universidade. Então, esse é realmente um ponto também muito sério, que deverá ser fruto de mudanças possivelmente radicais depois que as universidades tenham autonomia completa.

Se ficou faltando alguma coisa, depois posso enviar.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Gostaria de colher sugestões, Sr. Reitor, para o enriquecimento do trabalho da CPI, com relação a mecanismos que possam ser utilizados de articulação do ensino superior com o ensino de primeiro e segundo grau.

O SR. ANTONIO IBÁÑEZ — Isso, temos aqui em Brasília um exemplo. Existem muitos professores que se formaram e que não têm a licenciatura; então, estão dando aula e que para fazerem parte da promoção de suas carreiras precisam da licenciatura. Então, existe um esquema especial na Universidade de Brasília que se chama Esquema 1, que funciona à noite e é justamente para esses professores, que não têm a licenciatura, e que estão dando aula no secundário poderem, através de um convênio com a Fundação Educacional, depois de um curso de especialização, adquirir esse diploma. Mas, fundamentalmente, acho que essa ligação é muito importante, entre o primeiro e o segundo grau. Acho que a educação à distância é uma ferramenta, com a qual podemos atingir muitos professores, e isso aí vai ser o aperfeiçoamento, inclusive a própria formação. Acho que na situação em que o Brasil se encontra hoje, o que precisamos são formas alternativas, também, de formação de professores de primeiro e segundo grau. Então, diria, e enfatizo muito esse instrumento da educação à distância que poderá, de certa forma, atenuar um pouco essa defasagem educacional que existe, a necessidade de prover o Brasil de muitos professores de primeiro e segundo grau e o aperfeiçoamento. Ficaria com essa sugestão que acho ser fundamental e todas as universidades têm condições, através das televisões educativas que existem nos Estados, de se integrar.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Passo a palavra ao Reitor Antônio Veronezi.

O SR. ANTÔNIO VERONEZI — Em relação à Lei nº 5.540, eu, ainda mais que o Reitor Ibañez, acho que está bastante ultrapassada, mesmo porque — volto a insistir num ponto — a escola particular, de modo geral, nasceu e cresceu de 1969, 1970 em diante. E essa Lei nº 5.540 olhava a escola pública. Então, a escola particular

vem obedecendo uma lei que não foi feita com vistas a ela. De maneira que tem que ser realmente corrigida, porque a escola particular era uma minoria na época e passou, depois, a ser uma maioria, e está tendo que obedecer uma legislação na qual não foi contemplada.

Em relação à formação de professores, concordo com o Reitor Ibañez, quando ele fala em educação à distância, mas acho que não é suficiente. Tanto acho, que provocamos, e vai haver agora, dia 5 de novembro, uma discussão no Conselho Federal de Educação, pedimos ao Conselho que promovesse uma discussão sobre licenciaturas básicas de Física, Química, Matemática e Biologia, porque, a continuar desta forma, as universidades não estão tendo candidatos para esses cursos: Física, Química, Biologia e Matemática principalmente. Então o pessoal opta por ser médico, dentista, nutricionista, muito bem, ninguém quer ser professor. É isso é uma situação que vai entrar num estado caótico em dez anos. Daqui a dez anos, não vamos ter professores para os nossos filhos ou netos, de Física, Química, Matemática e Biologia. Essa é uma constatação muito forte. Existem universidades que estão, inclusive, encerrando esses cursos. É uma crítica que fiz às universidades particulares, porque, com a falta de candidatos, resolveram direcionar. Critico isso. Acho que aquele curso que deu parâmetro para você ser universitário, porque você tinha pluricurricularidade. Então, de repente, você agora encerra o curso. Absolutamente. Esse é o ônus; com cinco, com dez, com quinze, ou com vinte alunos, você tem que prosseguir. O que você tem que fazer é tentar aumentar o número de pessoas que se candidatam a esses cursos. Em relação à universidade particular, resolvemos, para aumentar a massa crítica, a partir do próximo ano, 1992, vamos dar em todas as universidades que estão filiadas à ALUP, não posso falar pelas outras, vamos dar 50% de bolsa de estudo para os alunos que pretenderem fazer esses cursos. Então, o aluno que quiser entrar na carreira de Biologia, Física, Química ou Matemática vai pagar a metade da mensalidade, ou vão ser subsidiados pelos cursos de Direito, Administração etc. Então, estamos tentando uma medida empírica, alguma coisa, uma luz.

Achamos que ensino, pesquisa e extensão devem estar associados. Temos que obedecer a vocação de cada universidade. Não podemos exigir que todas as universidades façam tudo. Fica impraticável, impossível e mentiroso. Então a universidade deve dar o ensino adequado em todas as áreas de conhecimento que abrange e fazer pesquisa naquilo para que ela tem vocação, não pode ser cobrada em outras áreas, não deve ser cobrada em outras áreas. Diria que essa é uma queixa bastante forte com relação ao Governo, é a única, porque, quanto a verba, recursos, temos feito pesquisa e extensão com recursos próprios. Evidentemente estamos tirando isso das mensalidades escolares. Então não podemos avançar demais, porque senão vamos encarecer o aluno da graduação. Como as verbas são diferenciadas para ensino e para pesquisa, achamos que as universidades, que têm propostas científicas, devem ser contempladas e atendidas pela CAPES e CNPq, e não são. Então, o CNPq e a CAPES olham se a universidade é pública ou particular, com raras exceções. Volto a dizer, as FUC, algumas são contempladas. Mas a universidade apresenta um projeto sério, de profundidade, não é atendida, não é tida como cliente. Já discuti isso agora há pouco com um representante da CAPES que estava aqui. Ele disse que é verdade, porque são os clientes antigos. E eu disse que estamos batendo à porta, com insistência, para ver se, um dia, somos atendidos.

Em relação ao concurso vestibular, acho que realmente é mal estabelecido, ele promove mesmo algumas distorções, tem que ser revisto, e acho que tem que ser dada a liberdade à instituição para que ela o promova. Mas tenho que dizer que as universidades estão com um pouco de medo de se atrever, estão temendo que o atrevimento possa ser desastroso. Então estão sentadas no problema. Já tínhamos liberdade, mas, este ano, promovemos concurso vestibular de outra forma. Quer

dizer, resolvemos, de uma maneira geral, promover algumas pequenas inovações, mas não profundas. Acho que para o ano de 1993 já teremos algumas modificações.

Para articulação entre as universidades e as escolas de primeiro e segundo graus, acho que querer trazer o professor à escola é furo na água. A universidade é que tem que ir à escola de primeiro e segundo graus, tem que promover esse contato, ou através do ensino à distância, ou, conforme foi dito aqui, em algumas áreas. Não concordo, por exemplo, a minha formação é essa, sou professor de Química, acho impossível formar professor de Química à distância. Em algumas outras áreas, isso pode ser possível, você pode estabelecer, por exemplo, exercícios de matemática, pode estabelecer literatura na área de letras, mas existem algumas áreas onde isso não vai trazer resultado positivo. Pode ser que esteja enganado. Proponho-me a sentar, discutir isso. É que acho que tem que ser feito. Já que estamos propondo ao Ministério, com insistência, ensino à distância, um dia o Ministério vai dar o seu consentimento para que o façamos e, então, não saberemos como. Então acho que temos que nos sentar para discutir isso com bastante profundidade.

Em relação à CPI, Deputado João Faustino, diria o seguinte: esta CPI deveria ter seqüência. Se houver um mecanismo, alguma forma de o Congresso prosseguir com a discussão desses temas, acho que seria muito útil para o País. Tem que ser dada, realmente, prioridade à educação brasileira, porque a educação é evidentemente a saúde. Mas estamos falando em educação, que é a base da sustentação e evolução de qualquer nação. Não estou dizendo nenhuma novidade. A platéia que está aqui é seleta e conhece esse assunto, mas que vá para registro. Acho que temos que dar importância. Então, creio que noventa dias como prorrogação é muito pouco para se discutir esse tema. Na minha fala, já sugeri alguns pontos, mas teria que haver uma comissão permanente, algo desse tipo. E volto a dizer: com a participação do sistema privado, que é a primeira vez que acontece! Estamos dispostos a ouvir, mas queremos falar! Queremos ter participação no contexto. E com bastante tempo até para corrigir as nossas falhas. Somos novos dentro do sistema. Então, evidentemente, sabemos. Não sabemos às vezes quais, mas que temos falhas e queremos aprender, sim, com os mais velhos. De maneira que volto a agradecer essa minha participação, e pediria ao Deputado João Faustino, ao, tenho que chamar de nosso amigo, Senador João Calmon, que tanto defende as nossas causas aqui, que, se eles tiverem alguma maneira de instituir isso de forma permanente, que o façam. Estaremos aqui tantas quantas vezes sejamos chamados.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muito bem.

Só nos resta agora encerrar os trabalhos desta sessão da CPI. Mas antes de fazê-lo, desejamos inicialmente agradecer ao Senador João Calmon as referências elogiosas que fez a nossa iniciativa de criação da CPI. Sem dúvida alguma, concluídos os trabalhos desta comissão, o País disporá de mais um documento nascido da discussão, mas sobretudo da inteligência e do senso crítico desse grande brasileiro que é o Senador João Calmon, e será, sem dúvida, uma contribuição a mais para o aperfeiçoamento da Educação brasileira, sobretudo do nosso ensino superior.

Pretendemos chegar ao final desta comissão com grande projeto para a universidade brasileira.

Queremos, por fim, agradecer aos dois reitores que aqui vieram. A CPI foi muito feliz em convocá-los nesta manhã. O professor Veroneze, cujas origens conhecemos, cuja instituição que dirige, sabemos da sua dimensão, da sua relevância e do seu valor. Tivemos a oportunidade de visitar a Universidade de Guarulhos e saber da sua importância no sistema educacional de São Paulo e do País, e saber também do esforço que lá é realizado, lá é empreendido com o objetivo de se promover o aperfeiçoamento do ensino superior.

Agradecer ao Magnífico Reitor da Universidade de Brasília, universidade que tem uma tradição na história da educação brasileira, universidade que tem o nível de mestria como poucas no mundo. E quero, neste instante, ao apresentar esses agradecimentos, dizer que esta CPI irá contar e continuará contando, com certeza, com a colaboração dos reitores que aqui prestaram o seu depoimento.

Nada mais havendo a tratar, convoco os Srs. Deputados e Senadores para, na próxima quinta-feira, no horário regimental, estarem presentes aos trabalhos da Comissão.

Está encerrada a reunião.

DATA 8-10-91
HORA 10h35min

Convidados: Nelson Maculan Filho — Murilo Rezende — João Faustino — Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Convido o Reitor Nelson Maculan Filho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, depoente desta manhã, para tomar assento à mesa, e declaro instalada esta reunião.

Quero ler, para conhecimento da Comissão, telex enviado pelo Reitor Fauzer Gattass, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, nos seguintes termos:

“Ao Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Câmara dos Deputados, Brasília:

Cumprimentando V. Ex^a acuso o recebimento de sua comunicação, conforme Ofício CPI nº 21/91, onde fomos convidados a comparecer para prestar depoimento perante CPI, no dia 10-10-91. Gostaria de submeter à alta apreciação de V. Ex^a a possibilidade de transferir o nosso depoimento, tendo em vista que nos dias 9 e 10 do corrente estão aprazados, junto ao Sr. Governador do Estado do Mato Grosso do Sul e à Comissão Nacional de Alfabetização e Cidadania, dois encontros na cidade de Corumbá. No dia 17 estaremos recebendo em nosso Estado a honrosa visita do Papa, e esta reitoria faz parte integrante das solenidades.

Pelo exposto e sabedores que a douta Comissão reúne-se somente às quintas-feiras, solicitaria a possibilidade de participar dos depoimentos no dia 24 de outubro.

Agradecendo suas providenciais gentilezas, renovo a V. Ex^a os meus protestos de elevada estima.

Saudações. Engenheiro Fauzer Gattass. Reitor da UFMS.”

Desde já, deferida a solicitação, solicito à Secretaria providências para confirmar a convocação do Reitor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, para o dia 24.

Aproveito também esta oportunidade para anunciar que na próxima quinta-feira não teremos reunião desta Comissão, tendo em vista a necessidade de algumas providências administrativas e pelo fato, também, de que na próxima semana, o funcionamento desta Casa estará bastante prejudicado, em função dos feriados em decorrência da visita do Papa João Paulo II.

Solicito ao depoente desta manhã que proceda, de pé, ao juramento.

O SR. NELSON MACULAN FILHO (Presta o seguinte juramento): — “Juro, por dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento, sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise na Universidade Brasileira”.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — V. S.^a pode assiná-lo.

Devo também anunciar à Comissão que, em face da negociação em função da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de cujo grupo instituído pelas lideranças tenho a honra de participar, representando o Bloco Parlamentar — PFL, e outros partidos, no decorrer dos trabalhos, provavelmente, terei que me ausentar.

Portanto, antecipadamente, peço desculpas ao nobre depoente desta manhã, pelo fato de que provavelmente terei que me retirar durante a sua exposição, registrando apenas que o faço lamentando, de um lado porque gosto sempre de estar presente às responsabilidades que assumo, mas como há urgência na matéria Lei de Diretrizes e Bases da Educação, esse processo tem requerido negociação, que é um processo lento, é um processo em que há necessidade da presença de todos os integrantes, e aquela Comissão tenha feito até aqui um grande esforço. Mas temos que continuar exercitando esse princípio democrático que se instala nesta Casa com tanto rigor: da negociação, da tentativa de encontrarmos um denominador comum para essa importante lei.

Com essas explicações, passo a palavra ao Professor Nelson Maculan, para proferir o seu depoimento.

O SR. NELSON MACULAN FILHO — Antes de mais nada, gostaria de agradecer este convite, feito não só a minha pessoa, mas também à Universidade Federal do Rio de Janeiro, que é a maior Universidade Federal do País, em termos de produção científica, de alunos, de graduação e uma das mais antigas também.

É muito importante explicar um pouco a Universidade. Olhei um pouco o roteiro de outros colegas que aqui estiveram, como o Reitor da Universidade de Brasília — UnB, Professor Ibañez.

Vou tentar conversar um pouco, colocando a nossa visão do que seja função social da universidade. No Brasil se fala muito em universidade como se fosse uma escola apenas superior, uma escola de formação do profissional para entrada imediata apenas no mercado de trabalho. Na realidade, a função da universidade é muito maior. A universidade que não faz pesquisa não é universidade. Pode-se dizer que seja universidade, mas, na verdade, não é universidade. Por isso que as universidades públicas são responsáveis por 93%, 94% dos mestres e doutores formado no país. Então, realmente, a pós-graduação, como ela é baseada sobretudo na pesquisa, só as públicas têm condições de fazê-la. Por que na graduação é importante a pesquisa? Então, esse binômio pesquisa-graduação — mas diz-se que a graduação é deformada para o mercado de trabalho. Isso é um ponto, mas não é o mercado de trabalho só de hoje como o do futuro. A adaptação dos alunos formados para um novo tipo de emprego — e uma coisa que ainda está até esquecida, ela tem que formar também gente que constrói empresas, seja também um empregador, não só empregado. Isso é uma coisa que esquecemos neste país.

Estamos falando de elites do país que também têm que assumir um papel talvez preponderante na organização das indústrias, na organização dos trabalhos, organização de outros tipos de formações, não apenas a mera formação do mercado do dia-a-dia, que hoje pode estar pedindo um tipo de profissional e daqui a 10 anos pede outro. Então, a obrigação da universidade, quando faz pesquisa, que é importante no sentido de quê? Na criação do conhecimento, desenvolver a crítica do indivíduo, da mulher ou do homem, nesses setores e ter uma visão imediata e mediata, ao mesmo tempo.

Então, a pesquisa traz essa grande ligação com a graduação, no sentido da formação de um graduado em nível correto, pensando no Brasil daqui a 20, 30 anos, quer dizer, em se formar o aluno daqui a 2 anos. Então, essa é uma visão muito importante que, às vezes, é deturpada. Para que o Brasil precisa de alguém trabalhando em computação paralela? Para que o Brasil precisa de alguém trabalhando em transplante

de medula óssea? Coloca-se muito essa visão. Nós temos tantos problemas... Podemos responder o seguinte: o papel da universidade não é só ver o presente. Ela estuda o passado com o olho no presente, sobretudo tentando modificar o futuro em termos de novas propostas, etc.

Outro aspecto muito importante na universidade, a ligação propedéutica, a integração com o primeiro e segundos graus. A formação de professores de segundo grau, reciclagem de professores de primeiro grau. E essa ligação leva à idéia da extensão. Essa idéia de começar a universidade pela extensão, muitas vezes a universidade é mais conhecida pelo seu hospital, que presta serviços àquela comunidade do que a própria capacidade da universidade em fazer pesquisa e desenvolver aluno. Por quê? Porque a confusão muito grande nos países de terceiro mundo, em que os serviços são ruins nas prefeituras, nas municipalidades e nos próprios estados, então, é o momento em que a universidade interfere, ela tem um papel muito ligado com a comunidade, ao passo de ter 200 leitos para formar apenas os seus médicos, elas têm 1000 leitos. O exemplo do Rio de Janeiro é típico. As quatro universidades — três federais, que estão lá, mais uma estadual — são responsáveis por 2.500 leitos na municipalidade do Rio de Janeiro e Niterói. Isso faz com que o recurso da área da educação tenha realmente financiado a Saúde do Rio de Janeiro, sem dúvida.

Por serem hospitais que têm atendimentos melhores, porque têm mais dinheiro talvez, porque pegam uma parte da área da saúde e uma parte do Ministério da Educação, oferecem para a população carente melhores condições. No Rio de Janeiro, só quem pode fazer uma diálise bem-feita, pressão cardíaca, tratamento da Aids, são os hospitais públicos, da rede ligada à educação. Então, quer dizer, de repente, o Reitor passa a ser um Prefeito de uma cidade.

Quando se coloca o ideal da universidade e a realidade, pega-se a Universidade Federal do Rio de Janeiro, da qual sou Reitor. Ela tem sete hospitais mais uma divisão hospitalar, são quase oito hospitais. O Museu Nacional está sob a responsabilidade do Reitor, como se não fosse ligado ao Governo Federal, quer dizer, sou o responsável também pelo Museu Nacional. De repente, o caminho para as universidades brasileiras, a maneira que foram concebidas as universidades brasileiras antigas são quase impossíveis de ser administradas só com visão acadêmica do dia-a-dia. Então, faz com que os Reitores, às vezes, percam a visão e levem à extensão muito mais importância do que a pesquisa de graduação. Extensão é uma decorrência da pesquisa de graduação, com contato, sempre usando os alunos, para a formação dos alunos, estamos reciclando o seu professorado, o seu alunado e, ao mesmo tempo, atendendo algumas demandas da comunidade, o que ela pode fazer. Então, talvez seja a visão mais imediatista, mas não pode ser o trabalho principal da universidade brasileira.

Para tratar de todos esses assuntos, é ideal que a autonomia esteja ligada a isso. Para fazer tudo isso sem autonomia, fica muito difícil, porque para prestar serviços ela tem que ter recursos. Autonomia por quê? O que é autonomia? E o saber da consciência. Qual é a consciência? As prioridades e a formação do seu próprio pessoal. A universidade tem que ter prioridades? Qual é a prioridade da universidade? Graduação, extensão, pós-graduação? Como vai formar o seu pessoal? Isso é uma coisa muito importante, quer dizer, que tipo de profissional a universidade deve ter?

Nós, hoje, no Brasil, de modo geral, exigimos para o professorado e para os alunos um certo nível, a mão-de-obra não-qualificada de servidores não se refere a técnico-administrativa, e, muitas vezes, nem devia estar na universidade. A mão-de-obra seria muitomais para extensão, para serviços. Esse é um processo de toda a mão-de-obra de nível médio do país, verificada em todas as universidades e, muitas vezes, trazendo um certo inchaço porque essa mão-de-obra não sendo qualificada é utilizada, durante um período de obras na reitoria e, depois, fica inativa no que se refere ao aspecto da universidade completa.

Por outro lado, quem financia a universidade pública? É a população brasileira, a comunidade brasileira. Então, tem que ter uma avaliação. A primeira idéia é uma auto-avaliação. A universidade vai se auto-avaliar. Apenas se auto-avaliando, as forças dos movimentos interiores, é claro, é normal — faz com essa utilização possa ser enviesada, viciada, e seríamos todos gênios e formaríamos gênios. Então, a idéia da avaliação, via publicidade, é a criação do espaço público no país. Como é que a Câmara dos Deputados e o Senado vão justificar e verificar o trabalho realizado dentro da programação dentro de 1, 2 ou 10 anos da universidade? Não se pode chegar e ministrar uma aula pública no meio da Esplanada dos Ministérios ou então na praia do Rio de Janeiro. Não é por aí. Essa avaliação tem que ser feita por pessoas que emanam nos diversos segmentos dessa sociedade e que entendem a universidade.

Qual o papel da universidade no Brasil? É esse, segundo a nossa concepção. Os sindicatos, claro, poderão participar, mas deverão ter pessoas, como em alguns países europeus, por exemplo, que avaliam a universidade. O sindicato italiano, por exemplo, exige qualidade da universidade e pesquisa de ponta, para que ela seja considerada uma verdadeira universidade. Ela não pode ser mais um centro de emprego, um centro em que qualquer tipo de formação serve. A avaliação não é feita porque ela dispõe de ótimo hospital que atende ao município, mas sim pela produção do graduado, da pesquisa que ela faz, da ligação com a sociedade. Claro, através do hospital também, mas ela não pode substituir a municipalidade nem os SUDS do Brasil, etc.

Essa criação desse espaço político dá representatividade, dá a própria idéia de autonomia. A autonomia tem que ter uma cobrança. Isso que é importante, talvez. Como criar esse espaço público aqui no Brasil, que é dificilmente criado em qualquer setor? Falo muito em avaliação, mas quem vai avaliar? É para eleição direta? Não é esse o tipo de avaliação dessas entidades bem definidas pela sociedade. Se a universidade tem o seu papel e ela é importante, terá que ter também o espaço público da sua própria avaliação.

Acho que isso dará legitimidade de avaliação, que é chamada de publicidade no sentido público do espaço público. Essa é uma parte mais do dia-a-dia, sob a nossa atual visão.

O meu depoimento, inclusive, é mais no sentido otimista. Tenho a utopia, acho que o Brasil atingiu a utopia de criação, de algo que funcione. É claro que temos nossas críticas, o problema de falta de verba, etc., mas vamos tentar fazer alguma coisa que possa avançar na Educação superior, neste País.

Hoje, no Brasil, temos mais ou menos 1% da população nas universidades. Desses 1%, quase 50% não saem na graduação. A evasão, hoje, em média, mesmo em universidades como a de São Paulo, a Unicamp, a UFRJ, essas universidades têm quase uma evasão de 50%, que é a mesma das universidades privadas também. Isso é um dado que preocupa. Por quê? Fui uma das primeiras pessoas a levantar esse assunto no jornal. Sempre falo com jornalistas. Quando vêm conversar com o Reitor, não perguntem a ele quantos alunos se formam por ano. Dirijam-se ao DRE, onde se realiza a cada ano a inscrição dos alunos, lá constam quantos passaram nos vestibulares, quantos se inscreveram e vai no setor de diplomas para ver quantos se formaram. Mais ou menos, na UFRJ, entram 4 mil e saem 2 mil. Isso é parecido em todas as universidades brasileiras. Não se deve esconder esse dado. Vamos colocar esse dado. Porém há vários problemas.

Primeiro, há muitos alunos com boas notas que vão embora. Por quê? Porque não têm condições de estudar. Se não tivermos um sistema, dado ao nosso tipo de pressão da população carente, muitos trabalham na universidade que tem serviços perfeitamente adequados para os alunos de graduação: tomar conta de um laboratório,

tomar conta da biblioteca, classificar livros. Todo aluno que estudou lá fora sabe disso. Eu mesmo ganhei na França, tomando conta de laboratório, classificando livros, à noite. É um trabalho que lhe dá condições de estudar.

O Brasil é complicado porque há falta de empregos para mão-de-obra não classificada e faz com que nossas repartições, muitas vezes, não possam dar um atendimento público correto. Esse tipo de visão é a idéia que temos de pessoas que não conseguem estudar porque não conseguem pagar e se manter nas universidades públicas, porque não há alojamento suficientemente, não há bolsas suficientes.

A idéia é dar bolsa cobrando o quê? Um trabalho e um rendimento universitário. Se é um dinheiro público tem que ter uma cobrança que faz parte da própria universidade.

Segundo — o regime de crédito. No Brasil, de modo geral, as universidades mais antigas como é que se formavam? Unindo escolas. A UFRJ juntou a Escola de Engenharia, a Faculdade de Filosofia, a Faculdade de Medicina, Direito, Música, já com todas juntas. Todas as unidades continuam com a visão sozinhas. Acho que têm que continuar com diretores das unidades, acho que é mais forte que o Reitor, quer dizer, a visão da universidade não passou muito para a nossa sociedade porque ela foi criada de uma maneira mais antiga.

Então, qual a dificuldade? A maioria dos cursos profissionais como Engenharia, Medicina, Economia etc., as sociedades regionais como os CREA, o que aconteceu? Exigem um currículo que difere o máximo, não o mínimo, prendendo muito o aluno a conhecer além das daquelas bases, as específicas que, na realidade, o aluno capaz, tendo um bom curso na área de Engenharia, Matemática, Física e Química, ele é capaz de dizer qualquer coisa no 5º ano sem muito trabalho.

Nós mantemos o aluno em sala de aula para dar informações que, na realidade, poderiam ser feitas pelo próprio aluno, com orientação mais sistemática. Tenho certeza que nós temos muito mais disciplinas do que o necessário para se formar um bom aluno em alguns setores. Porque é muito caro, na visão da universidade, manter o aluno o tempo todo em sala de aula. Na realidade, é muito mais barato. O aluno que vai estudar na biblioteca da universidade exige que ela seja melhor. Laboratórios, então, na realidade, é muito mais barato fazer alguns tipos de cursos neste país porque os gastos são menores, é muito mais barato para qualquer Reitor ter o Professor em sala de aula, porque os gastos são bem menores.

Isso faz com que muitos cursos não tenham a profundidade que deveriam ter no seu setor, têm várias informações generalizadas, é o que a gente diz aí na gíria — "o samba do crioulo doido". Ao invés de minimizar algumas disciplinas, aprofundar realmente, fazer uma cobrança de maneira mais correta, com provas mais profundas, com menos disciplinas, somos obrigados a tentar uma visão mais geral de tudo, quando, na realidade, ninguém pode fazer tudo neste País.

O regime de créditos. No Brasil é muito criticado porque, no meu tempo, era seriado. Se se instala uma universidade em que os alunos possam fazer disciplinas, o médico fazer curso de matemática ou curso de música, de letras, o regime de crédito é importante. O regime de crédito só funciona com orientação acadêmica. Cada aluno tem que ter um orientador acadêmico. Isso na aprovação já é verdade. Nenhum aluno deixa de ter orientador acadêmico, que senta, pelo menos, de 15 em 15 dias com o aluno, verifica o término de cada disciplina, faz com que ele não faça tal disciplina porque está fraco, faça outras. Essa visão não existe em ensino de graduação de nenhuma, e com pouquíssimas exceções nas universidades brasileiras. Então, os mais fracos, os que têm maiores dificuldades ficam pelo caminho. Isso é uma coisa importante. Temos uma pós-graduação que tem esse tipo de comportamento, esse tipo de avaliação do aluno, e no entanto na graduação quase não existe isso, com pouquíssimas exceções.

Não sou contra o regime seriado, é importante neste País, desde que haja orientação acadêmica dos alunos em todos os níveis.

Falemos sobre o desinteresse do aluno por determinados cursos. Alguns deles não evoluíram, em termos, com a própria pesquisa da universidade. A universidade tem uma pesquisa avançada em certos setores e o curso de graduação parece que nem existe. Parece que são duas coisas independentes. O mesmo professor que atua na pós-graduação com uma certa visão, ele é impedido de atuar na graduação ou não quer atuar, enfim, por outros motivos, fazendo com que ele dê um curso clássico. É o caso da Engenharia, que é mais a minha especialidade, tenho mais coragem.

Hoje, na UFRFJ, qual a demanda principal? Entram 400 alunos por ano. O que acontece? Trezentos alunos vão fazer Engenharia de Produção e Eletrônica. Não querem fazer Naval, nem Civil, não querem fazer metalurgia, nem eletrotécnica, nem nuclear. Por quê? Porque têm uma visão mais matemática de computação. Essas duas áreas dão a capacidade ao aluno de fazer um pouco de administração financeira, um outro tipo profissional de uma área maior, não só em termos mais amplos da matemática, têm uma área mais básica e essas áreas foram modificadas. Agora, em qualquer lugar do mundo, qualquer engenheiro é a mesma coisa: naval, oceânico, etc. Tem uma base, o resto depois é só adaptação. De tal maneira que algumas áreas ficam quase sem alunos; e outras, com alunos demais, porque a própria universidade, com todo esforço dos reitores, não consegue abrir esse espaço.

Outra coisa, o curso noturno. As universidades públicas oferecem muito pouco curso noturno no País. Talvez Medicina, que é difícil fazer um curso noturno, mesmo assim, em outras áreas, pode-se perfeitamente fazer um curso noturno, talvez não exatamente como no diurno, em termos de carga horária diária, mas com um aprofundamento tão grande quanto. É claro que a pessoa que vai estudar à noite tem mais dificuldade, porque tem que trabalhar durante o dia, geralmente. No entanto, é uma possibilidade. Os cursos noturnos existem em qualquer país do mundo, qualquer área. A não ser Medicina, que é mais especializada, etc. Isso é uma reação muito grande nossa. A elite brasileira reage muito, existem alguns preconceitos que curso da noite é curso de segunda categoria.

Todas as pessoas que têm dificuldade na vida teriam curso de segunda categoria neste País, terão diploma muitas vezes cursando essas universidades à noite, faculdades à noite que não têm a mínima condição, que têm, um trabalho realmente digno para quem apresenta o seu diploma. Você apresenta hoje em concurso público gente com diploma de tais níveis para serem contínuos, porque têm certeza de que não passarão em outro tipo de concurso. Então, é um faz-de-conta também. Então, do 1% que está na universidade hoje, da atuação das leis, só 1/3 frequenta as universidades públicas, que têm uma atuação um pouco melhor, com raras exceções. Então, isso é papel importantíssimo. Como construir isso? É claro, para construir, você tem que dar condições de trabalho à noite também. Hoje se cobra muito a relação funcionários/aluno, porque realmente pode estar inchada em alguns setores. No entanto, quando se compara com um país desenvolvido, em que a prefeitura limpa o campus, a prefeitura da cidade dá condições de vigilância. Hoje o retorno de um campus universitário federal, por exemplo, deverá ter sua própria vigilância, porque órgão federal não entra em estadual, é uma complicação danada; não pode entrar, porque dá trabalho. A limpeza; ou se apela para se contratar gente da limpeza, aumenta a folha de pagamento, com funcionário; se contratar através de terceiros, o contingenciamento deste ano, por exemplo, as firmas não estão pagando e são obrigadas a despedir. Então, o medo do Brasil hoje, de quem trabalha em universidade, é todo recurso não pessoal. Parece que o pessoal é sagrado; o não pessoal não é nada sagrado. Para vocês terem uma idéia, as federais precisam de 120 bilhões para acabar o ano São 80 bilhões de todas as universidades na área da OCC e mais 40 bilhões no que

se refere à área da Senesu, Secretaria Nacional do Ensino Superior. Então, esses 120 bilhões é para fecharmos o ano. Todos os reitores hoje estão irregulares, porque estamos gastando mais do que o orçamento, que nos deu apenas o direito de gastar 30%. Agora, quanto a bibliotecas, as assinaturas de revistas. Vai haver uma discussão séria porque, em junho, o ex-Ministro Carlos Chiarelli assinou que poderíamos ir gastando, porque iria sair 20% a mais. Na realidade, nem quem tem recursos próprios pode gastar, porque tem que conter o orçamento. Então, temos dinheiro às vezes e não podemos gastar. Estão, é surrealista! Agora, vocês pensam: será que é muito? Vamos supor que o que vai para as universidades sejam 110 bilhões de cruzeiros por ano para a parte não pessoal. As três universidades paulistas têm quase isso: UNESP, UNICAMP, USP têm recursos para não-pessoal, exatamente o que cinquenta universidades federais têm. E elas não são responsáveis por toda a pesquisa do País.

Eu estava levantando os dados aqui; UFRJ no último ano fez mais de 970 teses de mestrado e doutorado. A USP fez 1100; a UNICAMP fez 400; a PUC do Rio fez por aí, a UFMG, quer dizer, toda a pesquisa não está no Estado de São Paulo: está nas universidades públicas. Então, é só para comparar um pouco a diferença do que são os recursos de não-pessoal. Só São Paulo vai ter direito de fazer pesquisa neste País? Isso é importante, quer dizer, é um dado federal. Isso coloco aqui, é um ponto até de dispensar, quando se fala na autonomia universitária, quais são os recursos com essa parte não-pessoal. Agora, sim, tem que ser cobrado. Como criar esse espaço público que vá avaliar as universidades? Claro, espaço público, volto a dizer, com pessoas que conheçam a universidade e seja representativo de vários segmentos. Como eu já havia colocado aqui antes, quer dizer, o próprio Sindicato dos Trabalhadores, o sindicato da Itália exige que a universidade tenha uma *performance* de ponta e cobra muito mais do que o próprio Estado italiano, isso é interessante. Como é que os próprios sindicatos têm uma visão universitária que estão à frente em termos de ponta do que essa visão que a universidade tem que olhar só para o dia-a-dia, completamente errônea, inclusive até do ponto de vista dos sindicatos.

Para voltar um pouco no que coloquei em relação aos nossos recursos, quando se pensa na universidade, é um espaço público que tem um papel primordial na formação de mão-de-obra para mercado de trabalho atual e do futuro. Para isso tem que ter pesquisa e para que tenha integração com a sociedade, o 1º e o 2º graus são importantes. É claro que quando se fala em extensão tem que se fazer projetos também. Estamos listando hoje, por exemplo, o problema do trigo, toda essa parte de agricultura no País. As sementes, de oito em oito anos, em países desenvolvidos são trocadas, porque a genética vai mudando de maneira a protegê-las contra as pragas naturais e nós quase sempre estamos dois anos atrasados nisso. Há uma querela na nossa produção, porque muitas vezes a nossa pesquisa não tem condições, só renova de dez em dez anos e, às vezes, de onze em onze anos. Estou colocando alguns passos mais fáceis. Essas áreas são importantíssimas.

Por exemplo, a Petrobrás, está explorando petróleo em águas profundas, o que não era conhecido no mundo, porque no mar do Norte as águas não são tão profundas e a Petrobrás foi obrigada a procurar universidades. No caso, grande parte, por causa da nossa própria universidade para fazer um robô submarino de controle para ir onde o homem não pode descer, não pode descer 1.000 metros, isso é muito sério; um mergulhador vai a 200 metros e depois fica quase quinze dias numa cápsula. Era uma coisa que ninguém conhecia: fazer a parte de controle numérico, de um robô, e um protótipo, depois juntou com a indústria nacional, agora não é ela que tem que fazer; ela faz o protótipo. Não se pode exigir da universidade que ela faça a indústria também. Ela pode formar pessoas que tenham o pensamento de formar uma indústria.

Vou falar um pouco no que se refere às pesquisas hospitalares. Os hospitais, com raras exceções, estão fazendo um trabalho muito mais de extensão apenas e pouca pesquisa médica no País. A demanda da sociedade é tão grande que os hospitais passam a ter um papel muito mais importante na assistência do que na pesquisa. Então, como reverter isso de maneira a que cada um tenha o seu espaço? Não se pode pesar de tal maneira as universidades; aí vêm os dados do inchaço, que entra gente demais; não estou dizendo que não tenha, mas no entanto, às vezes, quando se soma todo o pessoal da área de saúde e coloca no pessoal universitário, grande parte, realmente, talvez não tivesse que estar lá. Mas dentro do contexto nacional, as pessoas estão.

Quando falo em função social, ela está ligada à autonomia. Sem autonomia essa função social da universidade fica muito cortada e muito dificultada.

Foi até bom quando o Deputado Eraldo Tinoco colocou o problema da LDB da educação: isso é um esforço grande, e hoje a LDB está com mais de 1.500 emendas. Não sei o tamanho delas, mas hoje está difícil, por exemplo, na divulgação, saber qual vai ser a LDB que vai ser relatada. Quer dizer, tínhamos idéia do início e do final, hoje no emaranhado de modificações existem várias idéias. Tem a visão que passa mais pelos movimentos e uma mais funcional que é próprio do tipo de reitoria. No Brasil, quando se discute o espaço público, discute-se a entidade em si, que são as universidades, discute-se também os movimentos que têm uma visão, talvez, da sua própria carreira. Agora, o mais importante é a discussão extramuros, o que os Deputados, os Senadores e os movimentos organizados pensam das universidades. Qual o papel delas nesse sentido. Não é só o reitor dizer o que é universidade, não é só o movimento dos professores e funcionários dizendo o que é a universidade, sobretudo é a ligação e o respeito que ela deve ter pela própria sociedade.

Hoje a universidade é um saco de pancada fácil neste País. O serviço público brasileiro funciona bem e só a universidade é que não funciona? Essas perguntas deixamos para os trabalhos agora. Os reitores, como este aqui, queremos realmente autonomia a mais completa possível, para poder inclusive mostrar a nossa capacidade gerencial. Acho que a universidade não pode ficar apenas tendo pessoas hábeis, que saibam negociar o tempo todo aqui em Brasília, atrás de recursos, porque hoje, o tempo que o reitor passa em Brasília buscando recursos, talvez seja 60% e os outros 40% independe de pessoal. Então passamos grande parte do nosso tempo, hoje, poucas vezes pensando como criar esse espaço público para que avalie a própria universidade. Por quê? Não tínhamos que estar aqui hoje tentando fechar o ano. Há um desespero da parte dos reitores. O próprio Ministro da Educação, Professor Goldemberg, tem um projeto político interessante para a universidade que vai ser inviabilizado se não houver liberação de recursos para as universidades até o final do ano. Não se pode fazer renovação dos periódicos. Para vocês terem uma idéia, se não fizermos a renovação agora, perderemos, vai passar 30% a mais; às vezes, muitos periódicos já foram vendidos e não conseguimos comprar mais, têm que ser encomendados. Por exemplo, a USP gasta 5 milhões de dólares em periódicos por ano; a Unicamp, 3 milhões de dólares; a UFRJ e a UFMG, que são as maiores, vai para 2 milhões; tem-se a impressão de que é muito maior do que a Unicamp. Não temos condições, às vezes, de manter as nossas bibliotecas em níveis ideais. Então isso é uma coisa muito importante, e chamo a atenção para o fato de que as federais estão sendo muito esvaziadas e elas são responsáveis por grande parte da produção intelectual do País e têm até mais tradição. Para se ter uma idéia, os últimos prêmios da Organização dos Estados Americanos foram quase todos para as universidades do Rio de Janeiro, quase todas; acho que 90%, na área de Biofísica, na área de Engenharia e Matemática. Para vocês terem uma idéia, 30% dos prêmios Moinho Santista foram para a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Então, é incrível, quer dizer, não se consegue passar isso para a sociedade. Há dificuldades. Só se passa o lado pior, dada a dificuldade que temos. Mesmo eu, como reitor, assumo, mas há um lado que tem que ser mantido, que é a história da própria universidade. Esse tema universitário nosso, nos poucos países do Terceiro Mundo que têm organização burocrática, norte, sul, leste, oeste, universidades. Com a Índia, muitas vezes com o Egito, hoje, temos formações completas.

É um ponto final para encerrar o meu depoimento: uma certa desilusão dos alunos que se formam aqui. O pessoal melhor formado quer ir embora. Hoje, você pode fazer graduação, mestrado, doutorado. Como o doutorado, hoje, se tornou internacional, em qualquer país, ninguém faz um doutorado sem publicar um artigo internacional sobre a sua tese; então os doutorados são, às vezes, equivalentes no mundo. O sujeito faz um doutorado na área de Engenharia, de Medicina e publica essa tese internacional; então não pega bem com uma tese publicada em uma revista internacional. Formamos hoje os alunos da área de doutorado no mesmo nível ou próximo do nível lá fora. E como lá fora estão cada vez mais investindo em recursos humanos para as universidades, estamos perdendo gente formada totalmente no Brasil. São 20 anos de escola, pelo menos, neste País, para ser um doutor, e as pessoas formadas vão embora, porque não se dá condições para que esse pessoal fique aqui. Nem a indústria está dando, nem a universidade, nem a parte administrativa do País. Isso é um rombo importante para nós. São pessoas formadas. Quem ficar aqui não tem condições. Abrem-se concursos hoje e ninguém se inscreve, porque o salário inicial é menor. O sujeito prefere ser outra coisa.

Então, o que está nos preocupando muito é essa evasão, essa desilusão do dia-a-dia, e volto a dizer que temos que defender uma parte que existe neste País. Criaram uma utopia no ensino superior, que é geral no País, de que daqui a 10 anos teremos 50 mil alunos em cada universidade, por exemplo, que não haja mais uma evasão de 50% e sim só de 20%. Quer dizer, fazer um plano nesse sentido e tentar realizá-lo.

Já temos um projeto nesta área. Estou, hoje, aqui, como Vice-Presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Entidades ou Instituições Federais do Ensino Superior, chamada INFES, cuja presidência é da professora Vanessa, que está no exterior, e estou assumindo interinamente a presidência. Temos uma proposta para a universidade brasileira no sentido de, até, nos ajudar mutuamente, e, ao mesmo tempo, tem uma proposta para daqui a 10 ou 15 anos, porque não se resolve o problema de educação, no País, em 3 ou 4 anos, em nenhuma área.

Vamos tentar passar um pouco do discurso à prática. Este é um país onde todo mundo se diz favorável ao término do analfabetismo, mas tem 30 anos que ouço isso, há quase 50 anos que ouço. Na realidade, estamos com 1% da população universitária há mais de 30 anos, pelo menos. Não conseguimos acabar com o analfabetismo; basta ver o próprio empregado do setor público, o nível das pessoas e a dificuldade de se reciclar esse pessoal, porque não tiveram uma base escolar boa, quer dizer, é difícil reciclar de maneira correta. Então acho que está na hora de propor alguma coisa e tentar acompanhar; vamos arriscar.

Acho que é muito importante essa autonomia universitária completa para os reitores; que assumam também a responsabilidade dessa autonomia. Agora, por outro lado, o Governo tem, pelo menos, de seguir o que for votado pelo Congresso: Houve uma aprovação, no ano passado, do nosso orçamento; foi contingenciado e sem prioridade; quer dizer, a educação é tratada exatamente como outra área; não pode. Não pode contingenciar 70%. Recebemos 30%, e já estamos no mês de outubro: é impossível. Há um desespero, há cobranças, e como muitas vezes se diz que vai liberar, isso passa para a comunidade, e não há liberação. Há cobranças junto aos reitores de que estamos escondendo dinheiro e não é verdade. Desde junho esperamos a liberação de mais 20% e até hoje já estamos em outubro e não foi liberado nada.

É muito importante que os próprios congressistas desta Comissão e os colegas presentes nos ajudem nesse setor que está ficando muito difícil, e que ajudem o próprio Ministério da Educação que está com essa dificuldade, essa incumbência, de tirar 120 milhões da parte não-pessoal até o final do ano.

Agradeço a todos e encerro o meu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Murilo Rezende) — Inicialmente, quero agradecer a palestra do professor e Magnífico Reitor Nelson Maculan Filho e dizer da satisfação que temos em recebê-lo nesta Casa e ouvir, com a propriedade que tem Sua Magnificência, assuntos pertinentes à nossa educação superior.

Passo a palavra ao nosso relator *ad hoc*, para fazer a exposição.

O SR. RELATOR (João Faustino) — Sr. Presidente, Sr. Reitor da Universidade do Rio de Janeiro, professor Nelson Maculan Filho.

Inicialmente, desejo me congratular com V. EX^a, pela instituição que dirige. A Universidade Federal do Rio de Janeiro, não por ser a mais antiga universidade do País, mas pelo padrão de qualidade que detém, é, sem dúvida, um modelo de instituição de ensino superior para o Brasil e para a América Latina. Desejo também me congratular e agradecer pela contribuição que V. Ex^a propicia a esta Comissão.

Quando propusemos a criação da CPI — Comissão Parlamentar de Inquérito — para investigar a crise na universidade brasileira, sabíamos que essa crise era histórica. No entanto, a CPI se instalava no momento em que essa crise atingia o seu momento mais agudo. As universidades públicas paradas, paralisadas há mais de 60 dias, os professores, o pessoal docente administrativo, vivendo à condição de subempregados, as universidades se esvaziando pela superação dos seus equipamentos, pela dificuldade de estimular o desenvolvimento da pesquisa, enfim, enfrentando desafios inigualáveis. Por outro lado, se verificava uma acentuada evasão de recursos humanos. Os melhores professores, os melhores cientistas, preparados, inclusive, para o exercício da atividade da pesquisa e da atividade do ensino, deixavam as universidades públicas, tendo em vista o péssimo tratamento salarial que estava sendo proporcionado a esses docentes, a esses cientistas. Portanto, esta Comissão surgiu para que se constituísse dentro do Congresso Nacional um fórum próprio com o objetivo de debater o problema da universidade brasileira, e mais do que isso, de resguardar as universidades públicas das tentativas, bastante visíveis naquela época, de privatização. Portanto, esse foi o objetivo da criação desta CPI e espera-se que ao concluir os trabalhos desta Comissão se possa oferecer ao País e às universidades uma proposta tranqüila, objetiva, para o ensino superior brasileiro.

No nosso entendimento, Sr. Reitor, a crise da universidade brasileira é tridimensional. A universidade brasileira vive uma crise conceitual. A Lei n^o 5.540, da década de 60, que estabeleceu conceitos básicos para a vida das universidades, me parece uma lei superada e caduca. Questiona-se, hoje, se a universidade, realmente, deve caminhar pelo caminho da pesquisa, da extensão e do ensino. Se esta tríplice missão não estaria bitolando a ação da universidade e enquadrando-a numa atividade que não seria necessariamente prioritária. Portanto, há uma crise conceitual dentro da universidade, e há uma crise financeira, bastante visível. V. S^a acabou de declarar, no seu depoimento, que até a presente data, 3/4 do ano civil já concluídos, a universidade recebeu apenas 30% dos recursos que lhe eram devidos. Realmente esse é um dado da maior importância. Portanto há uma crise financeira.

Como resultado dessa crise financeira há uma outra dimensão na crise da universidade, que é uma crise institucional. Não há quem possa administrar uma instituição, por mais competente que seja o administrador, sem recursos, sem os meios indispensáveis a uma administração eficiente.

Nessa crise institucional também se insere a discussão da autonomia. Como seria a autonomia da universidade, se não amarrássemos essa autonomia a uma posição financeira que realmente viabilizasse a administração do ensino superior.

Eu teria algumas indagações a fazer a V. S^a

Parto do mesmo princípio de que indiscutivelmente os grandes avanços na área da ciência, na área da tecnologia, verificados em nosso País, decorreram da atividade universitária. O avanço da Arquitetura, da Medicina, o avanço da Biociência, da Informática, indiscutivelmente, as pesquisas universitárias permitiram que a sociedade brasileira pudesse conviver com todo esse desenvolvimento científico e tecnológico. e os funcionários administrativos. Há uma involução no dia-a-dia, que eu chamo a atenção, Fiquei seis meses em greve quando terceiranista ou quartanista.

Eu começaria perguntando que avaliação V. S^a faria da Lei nº 5.540, a lei que foi criada no período áureo da ditadura, que dissolveu as faculdades, que instituiu o regime de matrícula por disciplina, que instituiu os centros acadêmicos, os departamentos, que deu à universidade essa tríplice missão de extensão, ensino e pesquisa, que avaliação poderia ser feita da Lei nº 5.540, tendo em vista o papel que a Universidade do Rio de Janeiro tem no cenário do ensino superior do País. Esta a primeira pergunta. Talvez fosse interessante adotarmos a sistemática de pergunta e resposta.

O SR. NELSON MACULAN FILHO — Acho a pergunta bem interessante e vou tentar, segundo nossos critérios aqui.

Fui aluno do ano de 1964, também, e a universidade não era nada democrática. Eu estudei na Escola de Minas de Ouro Preto, não tinha representação estudantil, a visão do ensino era, muitas vezes, fechada nas cátedras. Eu fui dirigente universitário, dirigente estudantil, inclusive, era uma dificuldade grande; existia inclusive a visão da representação estudantil; houve até uma greve em 1962, de quase dois meses, a greve de 2/3 como se chamava na época, quando os alunos faziam greve, não eram os professores, nem os funcionários. Hoje aluno não faz mais greve no País. Havia uma luta interessante. Em 1964, quem fazia greve eram os alunos; depois de 68 para frente, com a grande repressão na área estudantil, há muitos anos não há greve estudantil, nem luta por melhores condições de ensino, por melhores professores. Quem hoje faz greve muito parecida com a greve estudantil são os professores e os funcionários administrativos. Há um involução no dia-a-dia, que eu chamo a atenção. Fiquei seis meses em greve quando terceiranista ou quartanista.

Esse é um ponto inicial que acho importante. Quando se cria a universidade — não sou contra o regime de créditos, porque em 1963, mesmo antes da Lei nº 5.540, já havia a possibilidade do regime de créditos, na realidade é para tentar dar à capacidade do aluno conseguir ou mais rápido, ou mais devagar, de maneira a não ficar muito preso. O regime seriado pode ser muito duro para um aluno com mais dificuldade e muito ruim para o aluno com mais facilidade. No regime de crédito o aluno pode ir mais devagar sem perder a disciplina. Se ele não é capaz de fazer quatro ou cinco disciplinas, faz quatro e passa nas quatro sem estragar o seu currículo, porque, dada a disponibilidade de tempo, ao invés de fazer um curso em quatro anos, faz em seis, com um bom currículo. Isso é algo importante, a que chamo de currículo máximo, neste País.

Por outro lado, levantei aqui a idéia de colocar pesquisa, ensino, extensão, sempre presos, seguros; uma coisa depende da outra. A universidade sem pesquisa não é universidade, é colégio de terceiro grau ou o que bem entender. Universidade sem biblioteca, sem capacitar o aluno a obter experiência, sem técnicos especializados no laboratório, não é universidade. A idéia, talvez, foi copiar os sistemas europeus, americanos. Quer dizer, esta visão foi levada em consideração, talvez pelas pessoas que idealizaram isto em termos de visão; como toda lei não discutida, voltou o projeto

não discutido. O que acontece? Mais incoerências aparecem. Algum projeto que vem para o Congresso é discutido, vai e volta, aparam-se muitas arestas na idéia do projeto.

Então, na realidade, essa Lei nº 5.540 deixou que a universidade fizesse o que bem entendesse. A Universidade do Rio de Janeiro tem reitor, sub-reitor, decano, diretor de ensino, chefe de departamento. São cinco níveis, outras tem só três: reitoria, já decano; sub-reitor e diretor de centro, quer dizer, diretor de departamento. E outras têm quatro. Assim, hoje, a universidade federal já não tem os mesmos estatutos de faculdade, é uma complicação danada. As universidades novas, sim. As entidades fundacionais, que eram fundações, tinham muito mais agilidade e modernizaram muito seus quadros. Como por exemplo cito a Universidade de São Carlos, uma universidade muito ativa, que conseguiu assumir sem os vícios das antigas autarquias, com menos gente, com maior produtividade; quer dizer, criaram-se condições que as outras antigas não tinham. A USP, a UFRJ têm porque herdaram um monte de coisas. Para se ter uma idéia, quando Brasília foi transformada em Capital do Brasil, em 1960, o pessoal do Lloyd, que estava lá, do SAP, era todo o pessoal da Universidade do Rio de Janeiro; pessoal dos Correios e Telégrafos, qualquer profissional. Então, há uma história da universidade nas cidades mais antigas, que não é ligada à própria visão acadêmica que têm. Então estamos levando às universidades maiores esse tipo de problema e deixando que possam perder, para que o trabalho seja muito mais produtivo.

Então a visão que é da avaliação, que eu não tinha pensado com maiores detalhes, mais uma vez, é um faz-de-conta; quer dizer, mexeu-se na universidade, mas não melhoraram as condições das faculdades, porque realmente funcionavam naquele serviço; colocaram a universidade, mas mantendo uma força nelas, que têm um orçamento dependente. O diretor, na época, era escolhido pelo próprio Presidente da República. Nem o reitor escolhia o diretor! Então, na realidade, durante muitos anos, até seis anos atrás, quem escolhia o diretor era o Presidente da República. Na realidade, o próprio orçamento era fixo em cada unidade; a própria reitoria tinha dificuldades em trabalhar. Então, como se mantém até hoje nas universidades mais antigas, manteve-se uma independência quase total e quase todas querem se separar, porque acreditam que a universidade atrapalha, e pode estar, realmente, atrapalhando. Pode ser que em algumas faculdades, em algumas escolas, pela sua própria excelência, a universidade atrapalha até os seus próprios dados de produtividade e de capacidade. Cito a minha Universidade, onde cinco ou seis unidades querem ir embora da universidade o mais rápido possível, porque julgam que aquele tipo de trabalho que executavam era melhor no passado do que é hoje.

O SR. PRESIDENTE (Murilo Rezende) — Gostaria de, aproveitando a pergunta, aprofundar um ponto que foi motivo da lei que estabeleceu a prática dos cursos não-seriados.

A pergunta, para V. Ex.^a que tem a experiência, é: no currículo existe a carga horária, que, muitas vezes, é diferente de uma universidade para outras, de um curso correlato para outro; existe também o problema do aprofundamento do ensino em determinadas áreas, a tal ponto que a universidade brasileira exige, por exemplo, da formação do médico, da formação do engenheiro — quando as suas escolas têm cargas horárias diferentes, têm currículos diferentes — uma complementação de carga horária, que leva ao ensino uma certa dificuldade, até mesmo para o brasileiro que tendo que se deslocar de uma região para outra tem necessidade de prosseguir o seu curso e encontra essa enorme dificuldade. Tenho conhecimento de alunos que já tinham cursado três, ou oito semestre, e tiveram que cursar na nova escola para onde foram, mas oito anos para complementar o seu currículo por falta de carga horária ou matérias.

O SR. NELSON MACULAN FILHO — V. Ex.^a colocou um ponto importante.

Aproveito um pouco a sua pergunta quanto ao currículo máximo.

Ouro Preto, há mais de 100 anos, evolui no ensino de Engenharia, rompendo com a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, diminuindo a carga horária em sala, e dando mais trabalho no dia-a-dia. Quer dizer, o ITA tapeou o CREA durante anos, porque eles consideram um absurdo oferecer oito disciplinas; ofereciam quatro e diziam que eram mais. O ITA e Ouro Preto formaram os melhores engenheiros da época. Em vez de aumentar a carga horária, o ITA realmente dizia que tais disciplinas não existiam e colocavam nota para dizer ao CREA que eram engenheiros. Na realidade são grandes engenheiros eletrônicos do País até hoje na área de computação. Dominaram o País e têm a melhor qualificação, o melhor curso de universidades.

Então quando se dá uma certa autonomia para a universidade, aí existe uma idéia paternalista no País, incrível, todo o mundo duvida do outro. O curso feito em uma outra universidade, faça-o no Rio de Janeiro; aí, é pior. Então, já há uma disponibilidade do professor de universidade não dar a equivalência. O aluno vai da UFRJ para a USP, que não o deixa fazer os cursos porque não os considera iguais e vice-versa. Uma universidade cobra da outra, e é o aluno quem se complica. Nesse caso, a direção acadêmica é importante. O professor deveria dizer: "Realmente; você fez um curso, fez tudo em casa e vai ter um risco. Quer repetir o curso?" É preciso conversar. O aluno assume, ele é adulto; não é mais criança, o aluno universitário. "Na sua universidade faltavam tais e tais disciplinas, que foram cobertas com outras. Aqui não cobrimos com outras". Você quer estudar em casa, indicar os livros e arriscar fazer tal curso? Se ele arriscou e passou, não precisava do pré-requisito.

Esta visão é muito presa à mentalidade que temos do regime de créditos, mas a cabeça das pessoas está no regime seriado. A universidade assumiu o regime de crédito, mas os professores acreditam que é por ano: "Estou no 1º ano". E aí falta essa ligação que seria muito mais fácil com o regime de créditos (já que é possível fazer isso) e a que universidade tem autonomia para fazer. Não o faz porque há uma mentalidade de que uma universidade é melhor do que a outra. Isso não é verdade. Para dizer-se se é melhor ou pior o aluno, que já é adulto e pode ser orientado, e pode ou não correr o risco, isso é que é importante, deve-se dar-lhe a possibilidade de que também possa tentar: "Vou fazer essa disciplina, porque sou capaz de estudar em casa e vou repetir". Na Europa é assim mesmo. Lá o professor tem um programa e uma prova. O sujeito não precisa fazer nenhum curso, mas tem que fazer a prova, que é baseada na prova nacional. Deve-se, então, conduzir o aluno como um adulto, não como aluno do colégio, ou do ginásio, entrando na universidade como um ginásiano.

É importante chamar-se a atenção para isso. V. Ex.^a tem razão. É um ponto que nós, reitores, verificamos e sabemos que isso nem vem da reitoria. Há uma determinação para que os professores façam e eles não fazem isso.

O SR. PRESIDENTE (Murilo Rezende) — Inclusive porque na sua palestra colocou-se exatamente o problema do custo do aluno na sala de aula. Isso é importantíssimo. E entrelaço essa minha pergunta com o que foi dito aqui, com relação exatamente a se querer formar, numa determinada universidade, um médico cientista; ou numa outra, querer formar-se um médico que não tem condições, ou não está dentro das exigências de que o País necessita. Esse é o problema fundamental, que a universidade tem que enfrentar através de um projeto.

O Reitor da USP fez aqui o relato profundo desse problema, mencionando o aspecto de que a universidade brasileira não tem um projeto global, que realmente satisfaça, que dê resposta a toda essa ansiedade que existe dentro da sociedade brasileira com relação ao ensino superior.

O SR. RELATOR (João Faustino) — Tenho ainda algumas indagações a fazer ao Reitor.

Concordo com o princípio de que a universidade é produção científica. Ponto de partida.

Estamos observando que inúmeros cientistas, professores, docentes das universidades estão-se afastando, de forma voluntária, da atividade universitária, tendo em vista o total desestímulo que as universidades públicas propiciam a esses docentes, a esses cientistas. Aqui mesmo o Reitor da Universidade de Brasília disse que, neste ano, mais de 10% dos seus professores se aposentaram ou se afastaram da vida docente pela total falta de estímulo.

Pergunto: quantos professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro se afastaram voluntariamente, por aposentadoria ou por qualquer outro motivo, da atividade docente?

O SR. NELSON MACULAN FILHO — V. Ex^a colocou bem. Há pessoas se aposentando com 48 anos; homens ou mulheres, no auge da sua capacidade de trabalho, devido a salários baixos. Os professores preterem ter um outro trabalho, em outra universidade, ou mesmo no setor privado, o que até, pensando em termos, por exemplo, do dia-a-dia, pode ser uma renovação. Ou seja, conseguir aposentar pessoas que poderão, talvez, renovar a indústria, as universidades e dar lugar para gente jovem, pode até ser uma visão interessante. Essas pessoas sairiam também para o mercado de trabalho, e com a sua capacidade de pesquisa, talvez pudessem influenciar decisões nas indústrias. Há o lado importante nessa saída, mas o que não pode acontecer é sair quase todo mundo da universidade. Creio que este ano devem ter-se aposentado uns cento e poucos professores até agora; e deve haver uma leva maior com medo do "Emendão".

Vou colocar como as coisas são feitas.

Sou do quadro, sempre fui estatutário. Entrei por concurso, em 1971, na universidade, ou seja, faz 20 anos. Aí se faz o RJU. Durante 15 anos da minha vida não recebi o 13º salário; tinha estabilidade, mas não tinha o 13º salário, nem o FGTS. Aí se faz o RJU, que incorpora todo o pessoal da CLT na tabela do pessoal estável e eles têm o direito de levar o FGTS, o que é normal, é mais do que justo, foi pago, e mais, durante todo o tempo tiveram o 13º salário. No caso de duas pessoas que entraram juntas, como eu, por exemplo, outra pessoa, vai ter muito mais direitos do que eu, que estou lá concursado, há vinte anos. Existem, inclusive, as disparidades do RJU. A sociedade quis o RJU, a maioria dos movimentos o queriam, o Congresso também, não quero entrar em detalhes. Mas, enfim, isso também colocou o problema de uma mão-de-obra no Brasil. Na realidade, também facilitou essa decisão e grande parte dos celetistas, que viraram funcionários estáveis, pedem agora a sua demissão até a título de garantia, de sobrevivência. Não quero falar sobre a ética, porque no Brasil de hoje, é um caso de sobrevivência.

Conversei com alguns reitores das universidades mais tradicionais, mais antigas. Como a UnB foi criada com pessoas que vieram de fora, da USP, da UFRJ — a UnB é uma universidade nova, tem 30 anos —, na realidade ela está aposentando a sua primeira leva de professores. Pessoas que entraram aqui em 62 já podem se aposentar. A mulher se aposenta com 25 anos de serviço.

Então, na realidade, o problema é muito sério. Eu soube que na UFMG, no setor de biologia, são sete os professores que estão se afastando. Isso arreventa completamente uma área de pesquisa. Uma coisa é ir embora um professor, depois outro, haver reciclagem. É muito importante para dar-se condições aos jovens para que tenham acesso a essas carreiras. A rotatividade é muito boa, é até saudável, agora não se pode cortar, de repente, um departamento que tinha uma formação científica excelente. Como dizia uma colega minha, ontem, lá, professores de mais idade, que

formaram muita gente, durante muitos anos, como é o caso do professor Carlos Chagas, que está com quase 80 anos e vive no laboratório dele, já aposentado; mas outros não podem fazer isso, porque com o salário de aposentados não vão poder viver; há uma distorção salarial muito grande. Juntou tudo este ano. O RJU, com as suas razões de ser, o problema salarial, etc. O professor tem medo de ficar e de não poder viver, após 30 anos de trabalho, ou 35 anos apenas com aquele salário. Juntaram-se essas duas coisas.

Para a reitoria, esse é um problema delicado a ser tratado, e algumas universidades estão tendo mais problemas do que a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Notei que na nossa universidade perdemos alguns elementos, mas não perdemos todos de alguns setores. Parece, por exemplo, que na Faculdade de Música haverá agora dez aposentadorias juntas. São pessoas que têm uma certa audição, que trabalham numa área difícil, no País, de música; é complicado formar músicos e bons músicos, bons teóricos. Isso faz com que pensemos e tenhamos dificuldades. O Governo já tentou oferecer uma bolsa da CAPES, para que aquelas pessoas que quisessem continuar, e não se aposentar, tivessem uma suplementação. Isso é bom, porque há pessoas já pensando nisso.

Agora, a possibilidade do "Emendão" fez com que muitos solicitassem aposentadoria pelo medo de perderem tudo o que conseguiram.

O SR. PRESIDENTE (Murilo Rezende) — O problema, Reitor, parece estar mesmo no salário. O problema salarial é profundamente desgastante na universidade.

Agora mesmo, li num jornal do Rio de Janeiro, a convocação para uma vaga que se abriu num curso — não me recordo qual — para professor—instrutor, que teria obrigatoriedade de contrato de 18 meses apenas e que previa vinte horas de ensino. O salário era de 90 mil cruzeiros, ou seja, 150 dólares.

Em país nenhum do mundo um professor ganha 150 dólares.

O SR. NELSON MACULAN FILHO — O professor auxiliar, sem mestrado, sem nada. É o nível básico, não é?

O salário, hoje, o último salário aprovado por projeto de lei que não foi sancionado ainda pelo Governo, vai levar isso a quase cem mil cruzeiros. Não é isso esse salário básico? E o professor titular, que é o meu caso, com dedicação exclusiva, concursado, com doutorado, com vinte anos de casa, recebe um milhão e cento e poucos cruzeiros. Eu estou recebendo apenas 643 mil cruzeiros.

O SR. JOÃO FAUSTINO (Relator) — Com 40 horas.

O SR. NELSON MACULAN FILHO — Quarenta horas e dedicação exclusiva.

Então, há, realmente, uma defasagem, mas que espelha um pouco. Eu faço uma colocação. É preciso que haja, no País, uma conscientização. É importante o sacrifício de todos para que haja uma melhora, mas isso não se verifica.

Há setores, por exemplo, que são mais prejudicados que outros, por exemplo, salários para Educação; outros setores têm os salários, têm as facilidades de fazerem o que querem. Não há prioridade nas coisas. Isso que faz com que as pessoas não acreditem muito mais no que estão fazendo. É um problema sério. Há setores, por exemplo, que continuam o desenvolvimento, têm capacidade, conseguem, ainda, recursos do Governo; outros estão completamente paralisados.

As maiores universidades conseguem, ainda, com recursos próprios, fazendo muita pesquisa, sobreviver de maneira irregular, mas estão gastando mais do que o orçamento permite. No entanto, têm que sobreviver.

Outras não têm essa capacidade.

As universidades mais periféricas do País, que são menores, não conseguem, porque não têm essa capacidade da UFRJ, da USP, da UNICAMP, da UFMG,

enfim, das grandes do País, que têm muitos projetos de lei de pesquisa e que recebem recursos.

Então, hoje, desvia-se dinheiro para manter limpa a universidade. Os recursos são desviados para certos setores para manter o dia-a-dia da universidade. As grandes universidades podem fazer isso, as pequenas não. Então, o desespero é maior.

Conversamos com setores de algumas universidades, a Universidade de Pelotas está desaparecendo. A de Goiás, por exemplo, tem dificuldades seriíssimas, mas as universidades maiores, que já têm uma tradição, como de Brasília, dispõem de apartamentos.

Já existe uma certa facilidade para agüentar durante dois, três meses.

Então, as maiores ainda se defendem, mas as menores estão com problemas seriíssimos.

O SR. PRESIDENTE (Murilo Rezende) — A respeito desse problema de aposentadoria, eu li anteontem, no *O Estado de S. Paulo*, um dado que constou de um artigo do Reitor Lobo, da USP: 150 docentes daquela universidade tinham solicitado aposentadoria e havia uma expectativa de mais 200.

O SR. NELSON MACULAN FILHO — Para o senhor ter uma idéia, 30% é normal; numa universidade que vai aposentando seu pessoal, sobretudo os que se aposentam com 50 anos, teremos, brevemente, 40% da folha de pagamento só de inativos.

Na realidade, 30% parecem um número normal. As pessoas se aposentam um pouco mais velhas nos países mais avarçados; agora, é mais que justo que a pessoa que trabalhou tenha o direito a sua aposentadoria, mas isso não pode passar como gasto ativo da universidade, não pode ser computado como gasto do dia-a-dia, porque, na realidade, esse pessoal não está mais presente na universidade.

É importante pagá-los, porque a lei está sendo cumprida, mas quando se fala em gastos da Educação, creio ser preciso separá-los do pagamento dos inativos.

É mais do que justo que eles sejam pagos, é importante que a universidade assim o faça; no entanto, quando se cobre o que entra, temos diferenças, hoje, de 30% do orçamento.

Fiz as contas. Daqui a 10 anos, quase todas as universidades terão 40% das folhas de pagamento de inativos.

A USP já tem quase isso; tem 35%, porque é a universidade mais antiga.

O SR. RELATOR (João Faustino) — Tenho uma última pergunta, na condição de Relator *ad hoc*, a lhe fazer.

Há um conceito quase que generalizado de que a universidade pública brasileira é elitista.

Acesso a ela somente têm os estudantes com poder aquisitivo mais alto e os jovens com poder aquisitivo mais baixo são obrigados a ingressar na universidade particular, na escola particular.

Esse conceito se agrava mais ainda com os limitadíssimos cursos noturnos propiciados pelas universidades públicas.

Eu lhe pergunto: a culpa é da estrutura da universidade pública, é do ensino do segundo grau, ou é da sistemática do concurso vestibular?

O SR. NELSON MACULAN FILHO — V. EX^a colocou uma pergunta mais completa.

Vou tentar responder por partes.

Fazendo um levantamento geral dos alunos que estão nas universidades públicas, a grande porcentagem é de aluno que vem de classe abastada.

No entanto, quando se olha nas áreas profissionais, para os senhores terem uma idéia, hoje, no Brasil, o curso que tem maior demanda é o de Odontologia.

Na UFRJ inscreveram-se 40 mil candidatos para 4 mil vagas totais. A seleção de Odontologia é de 46 candidatos por vaga, porque é um curso de 4 anos, de mercado de trabalho rápido e um curso que tem mais ou menos uma garantia.

Depois vem Medicina, com 38 candidatos por vaga. Em terceiro, vem Comunicação.

É interessante, a Comunicação é o terceiro, vem antes da Informática, em termos de demanda. Por quê?

Porque é um curso que tem, hoje, uma área onde o aluno pode mostrar o que faz da maneira mais importante. O aluno brilhante, por exemplo. A Comunicação tem uma capacidade na área de Publicidade que é, hoje, talvez, a área em que as pessoas mais possam mostrar, em termos do dia-a-dia, mais rapidez.

Por outro lado, é um curso muito geral, que dá uma visão de Letras, de Sociologia, de Comunicação, também, de Computação, abrindo um leque muito grande para o profissional, no que se refere ao trabalho do dia-a-dia.

Isso faz com que tenhamos uma visão assim bem ampla do trabalho nessa área. Isso é importante.

O 4º é computação; não estou lembrado de todos, enfim, Engenharia só vem em 8º lugar; em 6º é Direito, que é um curso que também tem uma demanda grande.

E nesses cursos, dos mais demandados, realmente grande parte do nosso alunado é da chamada classe A, a grande maioria.

Mas os cursos que garantem uma certa estabilidade profissional, de trabalho no futuro, são realmente constituídos pela classe dominante do País, a classe A, que seriam filhos de professores ou filhos de uma certa classe média já elucidada.

E vêm principalmente de onde? Vêm do que chamo de colégios dos Santos no Rio de Janeiro: São Bento, Santo Agostinho, Santo Inácio; e Colégio Aplicação da UERJ, do Rio de Janeiro, geralmente com poucos alunos, que foram poucos, na realidade, o grosso do alunado vem dos santos, que são os colégios pagos, que formam realmente bem os alunos.

Temos um problema seriíssimo, hoje, por exemplo, no ensino de Física, Química e Biologia, no Rio de Janeiro, no secundário. Aí começa a segunda pergunta.

Mesmo em nossos colégios de aplicação, os alunos, são muito bons nas áreas de Ciências Sociais e Ciências Humanas, mas têm muita dificuldade em Ciências de Saúde e da Tecnologia e das básicas, porque exigem mais um conhecimento.

O ensino de Português e Matemática ainda é razoável, mas o ensino de Física, Química e Matemática chega ao nível do vestibular passado.

No penúltimo vestibular, dos 30, ou 35 mil candidatos, seis mil tiraram zero em Química, não sabiam a fórmula da água. Não é culpa do aluno. O mesmo aluno tira oito em Português e tira zero em Química; então ele não é ruim. Isso que tem que ser colocado: um aluno que tira sete ou oito em Português. A prova de matemática é difícil. Então, ele tira cinco em Matemática e zero em Química, meio em Física, meio em Biologia... É algo importante a se colocar; então, vem a idéia do secundário.

Mas qual é o culpado e por quê?

Tem-se o problema da extensão, primário, secundário, universidade.

Agora, quando há concurso para professor do Estado, para o secundário, pergunta: quanto ganha um professor secundário? É outro problema. O professor vai dar aula quando pode, pois tem outro trabalho.

O Estado do Rio de Janeiro tem 120 mil professores na rede secundária e só 40 mil estão em sala de aula. Só 40 mil dão aula, dos 120 mil totais!

O SR. JOÃO FAUSTINO (Relator) — Só 40 mil em sala de aula.

O SR. NELSON MACULAN FILHO — Se olharmos com detalhes os outros Estados, existe o tal professor não docente, professor assistente administrativo, assis-

tente. E por quê? Porque o professor consegue viver só em sala de aula, ele tem que dar um jeito para ter um melhor vencimento. Isso é muito complicado. O salário dele é 60 mil, 70 mil para começar a trabalhar. Então, ele prefere trabalhar até na COLURB, no Rio de Janeiro. Hoje, a situação em que se encontra o País na área de Educação, mesmo em Estados como o Paraná, por exemplo, é complicada. Sou de lá, onde morei durante quinze anos. Passei o Natal em Londrina e me cientifiquei do VI PIB do Estado do Paraná e do quanto pagam a um professor secundário: igualzinho aos estados que têm muito mais dificuldade. Constata-se assim, que os estados mais avançados do Brasil não investem no ensino secundário como deveriam ter dado no seu orçamento. Mesmo em São Paulo, o quanto é pago a um professor secundário não é muito maior que nos outros Estados. Mesmo nos estados mais ricos; parece que o ensino secundário, que acompanhei, ou mesmo o primário, o primário não verifiquei detalhes — porque é o mais próximo da universidade, não é bem pago.

É um problema a idéia dos 18% para a Educação em nível federal, 25% estadual, 25% para o municipal; tem-se que olhar muito bem isso, como é que foi feito.

Existe uma dificuldade, mas ninguém sabe quem tem culpa, é "movimento", "porque tem muito funcionário", "porque não querem reciclagem". O Estado é que paga mal. Entramos, hoje, num ciclo em que tudo fica no "achismo": eu acho, eu acho, eu acho. E não há um projeto no sentido de que pelo menos grande parte dos 120 mil professores voltem à sala de aula. Que façam a reciclagem, que sejam capazes de estar lá. Isso é um problema sério. Se elevarem o nível dos professores, talvez não se precise de mais professores. Mas como fazer? Eu, por exemplo, sou formado. Não sou tão velho assim; fiz só o Grupo Municipal e o Colégio Estadual e fui para a universidade. Sou uma pessoa que seguiu todo o ensino público. Hoje, isso é raro; os meus colegas de Engenharia raramente fizeram isso. São poucos os que saem de uma escola pública para a universidade e, quando saem, às vezes, fazem um colégio de aplicação da Universidade de Minas Gerais, ou daqui, ou da UERJ.

Na realidade, são poucos os colégios públicos que deixam o aluno ingressar diretamente na universidade, nessas áreas que estou falando. De modo que a grande parte fica no setor em que a sociedade dá menos condições de trabalho. Isso é um problema sério neste País.

Por outro lado, há o problema do vestibular, que, às vezes, não exige quase nada.

Não conseguimos entender esses seis mil zeros em Química, o aluno não ser capaz de resolver uma única questão. É realmente complicado, mas também não se pode entender que a universidade, de repente, refaça o ensino secundário, porque este não é o seu papel.

No Brasil, a comunidade tem que atender o doente, tem que refazer o secundário para o aluno, muitas vezes.

Hoje, grande parte dos engenheiros que não tenham feito um mestrado não têm capacidade sequer de entrar numa firma de ponta, como a Vilares, por exemplo, como a Votorantim, que exigem um maior conhecimento de Física teórica. É complicado.

Hoje, na realidade, alguns sistemas exigem de tal maneira do indivíduo, que ele tem que se especializar mais. Outros exigem quase nada; então, há os dois extremos no País e temos que considerar esse aspecto, dando condições para que o secundário volte a ter um nível bom; que o aluno com mais dificuldades tenha condições iguais de concorrer, porque o vestibular é ainda a maneira mais cristalina e mais transparente de acesso ao ensino público.

O SR. RELATOR (João Faustino) - Sr. Relator, vou encerrar a minha participação, inclusive agradecendo as respostas que V. S^a propiciou às nossas questões.

E para concluir, diria tão-somente que concordo integralmente com as posições que V. S.^a defendeu nesta CPI. Entendo que o problema da Educação brasileira é essencialmente gerencial, não tem como fundamento básico a distribuição financeira, o orçamento destinado ao setor, mas, sobretudo, um problema gerencial.

Passamos quase um ano e meio, neste País, discutindo anuidades escolares, quando o problema não eram as anuidades escolares. Esquecemo-nos dos problemas essenciais da Educação brasileira, e, aí, retratou-se um quadro total de omissão e de incapacidade no gerenciamento dos problemas da Educação nacional.

Agradeço a participação de V. S.^a e encerro, aqui, a minha participação no debate.

O SR. PRESIDENTE (Murilo Rezende) — Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Em primeiro lugar, peço desculpas porque não pude chegar a tempo de ouvir a exposição inicial do Reitor, mas gostaria de ter uma opinião dele, mesmo rápida, tendo em vista que o Emendão ainda não foi suficientemente divulgado. Especialmente, gostaria de uma opinião dele a respeito dessa proposta do Governo de autonomia da universidade contida no Emendão.

O SR. NELSON MACULAN FILHO — Vou colocar em duas partes a resposta. A primeira: é muito importante incluir que os professores estrangeiros tenham as mesmas condições que qualquer empregado das universidades estrangeiras, porque, vemos, por exemplo, que há professores estrangeiros que foram concursados e que não podem, pela Constituição, ter as mesmas condições de trabalho. É um tipo de discriminação. Fui professor na França, no Brasil, no Canadá, nos Estados Unidos, e os estrangeiros tinham contrato igual ao dos outros, com as mesmas condições. Penso que devem ser dadas as mesmas condições de trabalho a todos, inclusive para que se possa evoluir. Isso é muito importante e tem que ser colocado na Constituição.

Agora, os outros aspectos podem ser abordados em projeto de lei ordinária.

Consta do Emendão a autonomia, mas poderia ser feito num projeto de lei, quer dizer, o art. 207 da Constituição, sobre autonomia, precisa ser comentado. Vamos aproveitar que estão na área das emendas gerais, mas não precisa — é minha posição pessoal — estar no Emendão para isso. Poderia ser uma lei geral, uma lei ordinária, que regulamentasse a situação desses servidores, não sei em que termos.

Mas estou plenamente de acordo com o que está colocado ali, no que se refere à autonomia geral.

Vai ser criada uma parte jurídica especial? Vai haver um regime jurídico especial? É isso que queremos saber. Por exemplo, os nossos funcionários vão participar do RJU ou não? Isso é importante dizer: vai ser igual à USP? Aí, sim, porque na USP eles têm estabilidade, sendo funcionários do Estado.

Essa é uma discussão que tem que ser feita com a comunidade, porque nada está definido.

Todos me perguntam: queremos esse tipo de funcionário? Que tipo de regime vai ser? Vai ser igual ao do Procurador-Geral da República? Vai ser igual ao RJU?

Teremos que definir que tipo vai ser trabalhado.

Isso é algo que me chamou a atenção, porque não havia percebido antes; na realidade, acreditava que tudo estava perfeito.

Ontem, alguns colegas falaram: "Toma cuidado, porque esse ponto não está definido". Mas é fruto de discussão, o que vai ser o Regime Especial Jurídico para a universidade? O regime RJU continua, porque não há nenhum dispositivo em contrário.

É necessária uma resposta que nos orientará nesse sentido.

Acredito que temos a autonomia. Uma coisa importante é o início, não é? Mas como vai ser? Vai haver uma porcentagem?

É muito importante que só possamos gastar 80% com pessoal; é excelente. Mas vamos passar? Vamos começar como? Qual é esse nosso orçamento? Que tipo de trabalho vai ser feito nesse sentido? É necessário que o Congresso vote também algumas leis que garantam o funcionamento, com os recursos mínimos, mas vitais para a universidade.

É importante a autonomia para os reitores, mas se lhes forem tirados os recursos, vão ficar, de fato, completamente incompetentes.

Há algo por que luto muito: a autonomia transfere grande responsabilidade para os reitores, e creio que os reitores querem essa responsabilidade, tenho quase certeza. A grande maioria dos reitores das federais quer essa responsabilidade, porque querem ter uma idéia de como será a negociação do início. Mas têm que fazer uma avaliação, não é? Essa autonomia tem que ter uma avaliação. Essa avaliação, para a qual chamei a atenção no início da minha exposição, e que considero importante, é a criação do espaço público. Não é dar aula na Esplanada, nem dar aula na praia. É ter pessoas de vários segmentos da sociedade até, que possam criticar e avaliar a universidade em todos os seus pontos, até gente do Congresso, com uma visão crítica. Há um projeto para dois anos ou quatro? Como foi feito esse projeto? Vale a pena continuar? Porque, aí, realmente, o que acontece? Há as duas mãos: a sociedade começa a defender o que é bom e criticar o que não funciona. Hoje, apenas os professores e os funcionários defendem a universidade. Os alunos no Brasil defendem muito pouco a universidade em que eles próprios estudaram; não existe a tradição de defender o ensino que tiveram. Não há essa tradição.

O aluno esteve lá e esqueceu as dificuldades por que passou na universidade. Há um esquecimento. Não existe sequer a defesa dos próprios alunos; quem defende muito as universidades são os próprios professores e funcionários que ali trabalham. O que há então é uma visão única do movimento e dos reitores em si.

Essa avaliação, essa criação desse espaço, que não existe no País, pode dar uma avaliação mais profissional, mais representativa de vários segmentos; isso é importante.

Pessoalmente, quanto ao que se refere, no Emendão, a incluir os estrangeiros, nas mesmas condições dos brasileiros, desde que morem no Brasil, com sua situação regulamentada, é mais que justo.

E segundo: é necessário especificar o que é o tal Regime Especial Jurídico, porque isso os reitores não sabem bem o que é: ninguém sabe.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Antes mesmo do Emendão, havia uma proposta sobre os professores estrangeiros, tramitando aqui no Senado, de autoria do Senador Marco Maciel.

O SR. NELSON MACULAN FILHO — Exatamente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Não foi uma novidade do Emendão.

O SR. NELSON MACULAN FILHO — Não.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — O Governo apenas encampou uma proposta de um parlamentar, por sinal, Líder do Governo, o Senador Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Murilo Resende) — Resta apenas agradecer o Magnífico Reitor Nelson Maculan pela brilhante contribuição feita à CPI da Educação; e a participação do nosso Deputado João Faustino, autor da idéia de criação desta CPI e hoje aqui relatando a nossa reunião.

Convoco a próxima reunião para o dia 24, às 10 horas, para ouvir novos depoentes.

O SR. NELSON MACULAN FILHO — Eu queria agradecer a oportunidade de participar. Deixo aqui um artigo que escrevi no jornal *O Globo*, de 9 de março,

em defesa do ensino gratuito, que poderá ajudar um pouco, porque alguns dados estão mais precisos.

O SR. PRESIDENTE (Murilo Resende) — Peça que seja incorporado aos trabalhos do dia esse documento.

Está encerrada a reunião.

Data: 24-10-91 — hora: 10h23min.

Convidados: Reitor Fauze — Sen. João Calmon — Dep. Murilo Rezende — Reitor Frauze — Dep. Raul Pont — Dep. João Faustino.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Declaro instalada a reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída para apurar a crise da universidade brasileira.

Convido o nobre Relator, Senador João Calmon, para tomar assento à mesa.

As atas das reuniões anteriores foram distribuídas aos componentes da CPI, porque, naturalmente, dispensamos a sua leitura. Vamos submetê-las à discussão e à votação desde a segunda reunião até a sétima. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra para discutir, encerro a discussão e as submeto à deliberação do Plenário.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como estão.

Aprovadas.

Tenho o prazer de convidar a tomar assento à mesa o Professor Fauzer Scaff Gattass Filho, Magnífico Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, convocado para depor nesta reunião.

Solicito a V. Sª que tome assento e que, de pé, proceda ao juramento.

O SR. FAUZER SCAFF GATTASS FILHO — Presta o seguinte juramento:

“Juro, com dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise na universidade brasileira.”

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Peça a V. Sª que assine o juramento. (Pausa.)

Muito obrigado.

Concedo a palavra, portanto, ao Reitor Fauzer Scaff Gattass Filho para, no prazo de vinte minutos, expor seu ponto de vista sobre a crise da universidade brasileira.

O SR. FAUZER SCAFF GATTASS FILHO — Sr. Deputado Eraldo Tinoco, Presidente da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, Sr. Senador João Calmon, Relator desta Comissão Mista:

A universidade pública brasileira, em especial a universidade federal, passa hoje pelas conseqüências do cartorialismo empregado. Temos hoje, no nosso sistema, as mesmas pessoas, as mesmas técnicas de 40 anos atrás. Há uma dependência oficial muito grande, não há um intercâmbio com a sociedade, há uma inércia e uma inoperância como de resto de todo o serviço público: há repetição e há cópia, como se fosse uma tatuagem, sobre os conceitos mais profundos de educação, que devem ser renovados. Uma estrutura pesada, um generalismo, falta de regionalização, uma evasão alta, currículos defasados, uma questão salarial aviltante. O professor universitário não sai à procura de outro emprego quando tem um salário que possa dar a sua família o mínimo necessário de estabilidade. Para a mudança neste quadro, seria necessário algumas medidas que algumas universidades já tomaram: ousadia,

criatividade, regionalização, revisão curricular, uma nova postura gerencial e a excelência, a busca de profissionais qualificados.

Dentro da autonomia, entendemos nós que a universidade deve ter autonomia real, para definir o seu regime de ensino e a sua forma de ingresso na área acadêmica, a sua forma de criação, suspensão e extinção de cursos, as deliberações orçamentárias, a gestão do seu patrimônio, seu regime financeiro, os seus planos de carreira, a sua sistemática de avaliação interna, a sua forma de escolher, designar, e também o tamanho do mandato de seus dirigentes.

Existe, hoje, um projeto de emenda à Constituição que propõe alterar o art. 207, incluindo-lhe 5 parágrafos. O assunto é relativo à autonomia, que entendo ser o gargalo do desenvolvimento das universidades. Enquanto elas não tiverem autonomia, não serão totalmente responsáveis por aquilo que sofrem. Hoje, uma universidade federal, para fazer a mudança de um cargo de servente de limpeza para guarda-noturno, tem que pedir autorização à Secretaria de Administração Federal aqui em Brasília. Então, esse tipo de sistema pesado e centralizado faz com que a estrutura administrativa também não se sinta responsável pelo caos em que vive a universidade, e uma das formas de fazer com que ela seja responsabilizada e penalizada é dar-lhe autonomia e fazer com que tenha a responsabilidade de criar o seu próprio plano de carreira. O responsável pelo corpo profissional da universidade brasileira é o reitor. Entretanto, quem discute o aumento salarial é o ministro; quem concede é o Congresso, e, ao ser acionada a Justiça, o reitor é o réu. É uma situação em que a autonomia vai dar liberdade para que estes problemas sejam resolvidos em suas bases e sejam eliminados. Ao propor isto, ninguém está querendo fugir da responsabilidade; muito pelo contrário. A nossa proposta de autonomia prevê uma fiscalização dupla: pelo Tribunal de Contas e através de um conselho de curadores composto sem a participação de membros da universidade — teria 25% de membros do Governo do Estado, 25% de membros do Governo Federal, 25% de representantes das federações patronais e 25% das federações de trabalhadores. Esta proposta de autonomia já foi apresentada ao Conselho de Reitores em março deste ano, e estou trazendo aqui uma dúzia dessas publicações, para que possam ser, inclusive, apreciadas no bojo da discussão do art. 207.

A universidade do futuro, passado o gargalo da autonomia, deve ter um comprometimento com o meio social, comprometimento este que deve visar à erradicação da pobreza, a defesa do meio ambiente, e a mudança do perfil do profissional brasileiro. O profissional brasileiro deve ter uma responsabilidade social e não — como hoje — ser formado exclusivamente para ser uma caixa registradora. Deve ter um comprometimento com o meio produtivo, gerar ciência e tecnologia, gerar gestão empresarial e buscar a modernização do parque industrial. As universidades têm condições de fazer isso desde que lhes sejam tiradas as amarras.

O caso específico da minha universidade — o Senador João Calmon já a conhece, esteve lá — é uma universidade de quase 7 mil alunos, que tem cerca de 700 professores, uma média de 10 alunos para cada professor — já é uma média alta — e tem 44 cursos. Tem 300 projetos de extensão e envolve em torno de 500 professores em 108 projetos de pesquisa. O nosso orçamento previsto para este ano é de 13,9 bilhões, onde os recursos próprios da universidade custeiam a manutenção e os investimentos em torno de 80%; 20% vêm de recursos do Tesouro para manutenção, à excessão, lógico, do pessoal, que é todo pago com recursos do Tesouro.

Para encerrar esta primeira fala, gostaria de colocar alguns dados sobre a realidade brasileira, para que fiquem gravados. Temos 24 milhões de menores de 6 anos — o que representa 17% da população. Destes 24 milhões de menores de 6 anos, 4 milhões recebem atendimento pré-escolar, sendo que 2,4 em escolas públicas. Sete milhões de crianças entre 7 e 14 anos estão fora das escolas, mais de 20 milhões

de analfabetos maiores de 15 anos, 13 milhões de crianças necessitam de atendimento especial, 15% dos adolescentes de 15 a 19 anos têm acesso ao segundo grau. Isto significa um contingente de 2,3 milhões. De 24 milhões de crianças de 6 anos, só 2,3 milhões chegam a ter acesso ao segundo grau. Destes 2,3, só 1 milhão e 200 mil estudantes concluem o 2º grau. Um por cento da população chega ao 2º grau. Então, a universidade federal, juntamente com as universidades privadas, com as universidades estaduais e municipais, têm a responsabilidade de abrir vaga para 1% da população, índice este que nos países mais desenvolvidos chega a 3% da população. Então, temos aí um enrugamento das universidades, um afogamento através da estrutura pesada que está em cima dela hoje, e além disto uma contenção de vagas. As universidades, como todo o serviço público, há quase 10 anos estão proibidas de contratar pessoal, e é nessa hora que eu gostaria de introduzir a discussão dos parágrafos — se me permitir o Presidente da Comissão — sobre a emenda constitucional. Gostaria de fazer algumas considerações se o meu tempo ainda permitir.

O § 1º da proposta do Presidente da República diz que as universidades públicas serão entidades com natureza jurídica própria. Isto significa, no meu entender, que a administração pública brasileira vai passar a ter três vertentes. A vertente da administração direta, da indireta e a da administração universitária, porque a natureza jurídica própria deve fugir da administração direta e da indireta; deve ter uma gestão diferenciada. E nessa hora me preocupa que tipo de gestão é essa, e quem vai defini-la. Como ela vai ser gerenciada, se não existe nada no arcabouço administrativo do País, hoje, que fale desse tipo de natureza jurídica própria? É a administração universitária. Isto, inclusive, é contemplado na proposta que nós trouxemos, onde também propomos uma natureza jurídica própria da universidade, alterando a Lei nº 200, mas dando-lhe uma conotação jurídica pré-determinada.

No § 2º, dos recursos destinados à educação, a União alocará parcelas fixas às universidades, que arcarão com as despesas do seu pessoal ativo, inativo e respectivos pensionistas. Então, o quadro de pessoal já vai para as universidades. Eu gostaria de saber qual é o percentual proposto, como vai ser extraído e de onde vai sair. Isto vem através de uma lei complementar, são parcelas fixas. E se nós tivermos um crescimento das universidades? Sempre questiono: e se crescer, a parcela vai crescer? Se a inflação disparar, não seria melhor um percentual fixo do orçamento e não uma parcela fixa? Temos um país — acabei de dizer — que não cobre mais de 1% da população com vagas no nível universitário. Há necessidade de crescimento nessa área da educação. O percentual de 18%, da lavra do nosso eminente Senador, é hoje um patamar mínimo, foi colocado como mínimo, e nós operamos, o País inteiro opera, exatamente em cima do mínimo.

No § 3º, tenho a impressão que houve uma brincadeira de números. “No orçamento das universidades públicas não poderão ser destinados mais de 80% às despesas com pessoal”.

Existe um artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que diz que enquanto não houver lei específica não se pode gastar mais de 65% com pessoal. Por que as universidades podem gastar 80? Parece até que é uma coisa boa; vocês podem gastar até 80%. Em princípio, foi dilatado o prazo. Parece que é uma coisa excepcional; as universidades vão ter direito de gastar mais com o pessoal. Quando se olha pelo lado subtrativo da coisa, o que está se dizendo é que a universidade, em vez de investir 35% do seu orçamento, vai investir só 20%.

Considerando que estamos há mais de 10 anos com o quadro de pessoal praticamente fixo, gostaria de fazer um exercício de raciocínio. Se o bolo de pessoal de uma universidade qualquer é fixo, não cresce, dizer que este bolo vale 80%, significa dizer que 1/4 dele, 20%, é para investimentos de custeio. Se este bolo, que é fixo, digo que vale 65%, o restante, 35%, corresponde a 53% dele.

Então, se somar este bolo como sendo 100%, mais os 25% do investimento na primeira proposta, vou ter um orçamento de 125%. Se somar este bolo como 100%, mais os 53% da atual Constituição, sem alteração, vou ter um orçamento de 153%. Então, na realidade, quando se amplia o percentual de pessoal diminui-se o percentual de investimentos e se enxuga o orçamento das universidades. Então, aquilo que a princípio parece que é uma evolução, é uma inanição mais forte ainda. Dar às universidades a oportunidade de gastar 80% com o pessoal significa diminuir o seu investimento. E, hoje, a universidade brasileira sucateada, com inanição, sem condições de ampliação, ainda vai ter o seu orçamento diminuído no total. Esta proposta, ao passar de 65% para 80%, está enxugando o orçamento das universidades de 153% para 125%, está enxugando o investimento de 53% para 25% e mantendo a folha de pessoal que aí está e não podemos ampliar.

Essas coisas todas, tenho a impressão, Sr. Presidente, poderiam passar a ser objeto de discussão nesta Comissão visto que a emenda está aí, está sendo apreciada pelo Congresso e faz parte do ponto crítico da crise das universidades brasileiras. É a falta de autonomia que gera falta de criatividade, que gera falta de responsabilidade, que gera omissão e que gera, principalmente, uma paralisação geral de todas as atividades acadêmicas.

Em princípio, Sr. Presidente, Sr. Relator, eram essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muito obrigado. Concedo a palavra ao Sr. Relator para fazer o seu questionamento.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Sr. Presidente, Deputado Eraldo Tinoco, Srs. Parlamentares, Magnífico Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso, Dr. Fauzer Scaff Gattass Filho, infelizmente para mim, vou ter essa rápida participação e terei de me retirar em seguida para uma audiência com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República a serviço da causa que nos reúne neste momento nesta CPI. É que a chamada Emendinha, que substitui o texto do Emendão, contém uma providência que, se aprovada pelo Congresso, representaria um grave dano para a educação em nosso País. O Emendão era mais drástico porque eliminava, na área federal, o percentual da receita de impostos para a manutenção e o desenvolvimento do ensino. Não houve nenhuma reação tempestuosa, nem no Congresso, nem no universo da educação brasileira, contra esse artigo do Emendão.

Como sou o autor dessa primeira emenda, de 1983, e depois fui o autor do texto básico do anteprojeto da Comissão de Educação na Constituinte, obviamente tomei a iniciativa de reagir contra isso e procurei o Ministro Jarbas Passarinho. Dispus-lhe todos os meus argumentos, e, pouco depois, o Presidente da República, numa entrevista que concedeu a 11 editores da rede de jornalismo do Brasil, declarou que havia desistido de manter este artigo contra a educação no Emendão e, muito generosamente, disse que agiu dessa maneira em homenagem aos esforços do Senador João Calmon que há várias décadas se empenha nessa luta.

Pensei que a batalha já estivesse inteiramente vitoriosa. Infelizmente, a Emendinha contém um artigo que também não despertou nenhuma tempestade de protestos, inclusive no universo da educação em nosso País. Este artigo tem o seguinte texto: "Até 31 de dezembro de 1993 — portanto, durante dois anos —, sobre toda receita proveniente do crescimento absoluto da arrecadação tributária federal, descontada a desvalorização da moeda, não se aplicará o disposto no art. 157, 158, §§ 1º e 2º, 159, 169, 212 — é o artigo dos percentuais para a educação — e 239, § 1º, da Constituição.

Como a Emendinha incluiu um projeto de reforma fiscal ampla e profunda que vai permitir, esperamos, um substancial aumento da arrecadação, esse art. 6º representa um golpe tremendamente danoso para a educação. Só para se ter uma idéia, tenho

repetido isso *ad nauseum*, exaustivamente: a sonegação de impostos no Brasil é tão vultosa que, só em São Paulo, segundo a confirmação de uma autora hoje não muito citável, a ex-Ministra Zélia Cardoso de Mello, a sonegação de impostos na área federal, estadual e municipal é igual ao orçamento geral da República. Só em São Paulo. E há indicações — creio que um pouco inflacionadas — de que a sonegação de impostos no Brasil não fica muito longe da casa dos 100 bilhões de dólares, quase igual à dívida externa do País. Como vai haver um substancial aumento da arrecadação de impostos e vai haver uma série de providências em relação à sonegação, que, realmente, é ampla, profunda e impune — invariavelmente impune —, a educação sofreria um grave dano. Este é o objetivo da audiência que pedi ao Presidente da República, agora, às 11 horas.

Vou pedir permissão ao Presidente para me retirar, mas espero estar de volta antes do fim desta reunião. Vou continuar nessa batalha, que é de importância fundamental. Já consegui, aqui no âmbito do Congresso, um pronunciamento do PMDB, que vai lutar para derrotar essa referência ao art. 212 da Constituição, no bojo do art. 6º, mas espero sensibilizar também os outros partidos, o partido a que pertence o nobre Presidente desta CPI. O Deputado Eraldo Tinoco, que é um dos batalhadores incansáveis da causa da educação, no episódio anterior, deu entrevista ao Programa "Bom-Dia Brasil", da Rede Globo de Televisão, posicionando-se contra essa tentativa de golpe na educação.

Agora, gostaria de também sensibilizar os demais partidos porque esse é realmente um golpe tremendo à educação. E o próprio Reitor, que é o homem mais vigilante que conheço na área das universidades, com uma capacidade de criação, de imaginação realmente invejável, ele mesmo não tinha visto essa referência ao art. 212, porque ninguém é obrigado neste País a saber de cor os números de todos os artigos da Constituição e a que se refere cada artigo. Realmente, até agora, nenhuma entidade de classe do universo da educação ensaiou sequer um protesto contra esse art. 6º. Peço perdão porque vou precisar me retirar agora, mas espero voltar ainda antes do fim da reunião para aprender um pouco mais com o Magnífico Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que conseguiu, realmente, uma proeza extraordinária — que eu tenho focalizado em todas as minhas andanças pelo Brasil —: ele conseguiu, com recursos próprios, cobrir 80% das despesas com custeio e investimento da sua universidade. Então, o problema da universidade é de extrema gravidade, mas precisamos enfrentá-lo. Há também um pouco de crise de imaginação, de criatividade. E o magnífico Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul deve ser apontado como um exemplo, como inspiração a todos os seus colegas do Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Indago se mais um dos integrantes desta Comissão deseja interpelar o depoente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Murilo Rezende e logo em seguida ao Deputado Raul Pont.

O SR. MURILO REZENDE — Acompanhamos aqui as considerações feitas por S. Exª e anotamos o seguinte: a respeito das despesas que são feitas nas universidades, tendo em vista, por exemplo, a Universidade de Mato Grosso, que são 700 professores, a pergunta que eu faço é a respeito do quadro de funcionários auxiliares. Quanto se paga aos professores e aos auxiliares do quadro da Universidade? Há uma correlação e a quem se paga mais, do ponto de vista de despesa?

O SR. FAUZER GATTASS — Se V. Exª me permitir, vou dividir a resposta em alguns pedaços.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Eu gostaria apenas, para facilitar os andamentos dos trabalhos, que o Deputado Raul Pont fizesse a sua indagação, e não sei se o Deputado Murilo Rezende já concluiu.

O SR. MURILO REZENDE — Eu adiantaria mais um pouco para que a pergunta fique completa.

A pergunta que eu faço é a seguinte: tenho conhecimento de que uma de nossas universidades dispõe de um quadro jurídico de 69 advogados. Eu acho isso uma excrescência, porque não há essa necessidade. Então, a nossa universidade vive em luta constante e precisa estar sempre na Justiça e precisa de pareceres Jurídicos etc., porque há uma de nossas universidades com 69 advogados na reitoria. Eu acho isso um absurdo. E a pergunta vem a calhar, porque nesse apinhado geral que estamos fazendo sobre a crise da universidade brasileira, ela passa também por isso. O quadro de funcionários auxiliares é importantíssimo. Por isso a minha pergunta se fundamenta no seguinte: qual a despesa na Universidade de Mato Grosso relativa a professores — a crise que está —, e o quanto o professor, que passa também por isso. Há necessidade de um quadro tão grande de servidores e de auxiliares na universidade, que cria um obstáculo enorme no orçamento quanto às despesas para o seu funcionamento.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Vou solicitar, então, ao nobre Reitor que responda logo à indagação, para não ficar muito distante a resposta da pergunta e, assim, ficar mais esclarecido. E se houver, inclusive, alguma dúvida, o Deputado possa ainda questioná-lo, já que S. Ex.^a não utilizou todo o tempo que lhe era próprio.

O SR. FAUZER SCAFF GATTASS FILHO — A nossa universidade tem 1.700 funcionários, dos quais em torno de 600 estão no hospital universitário. Esse é um dado que tem que ser colocado com clareza, porque os hospitais universitários brasileiros, hoje, respondem por 60% dos leitos públicos federais, colocados à disposição da população. Então, é um quadro que está dentro das universidades com um objetivo maior hoje, o que é uma inversão de valores, de fazer a assistência social. Nós temos hoje em torno de 250 leitos, caminhando para 320 leitos. Com 250 leitos, a Organização Mundial de Saúde sugere entre 3/2 a 4 funcionários por leito em um hospital universitário. Nós teríamos aí uma faixa de até 1.000 funcionários no hospital, mas temos 600. Então, o número de funcionários no nosso hospital universitário é baixo, é abaixo do recomendado. Temos, então, 1.100 funcionários, mais ou menos, no restante da universidade. Essa hora, se V. Ex.^a for comparar esse indicador com os indicadores de outras universidades, perceberá que a nossa universidade está enxuta. Nós não contratamos funcionários há três anos. Tínhamos 1.870, mais ou menos, quase 1.900 funcionários, e hoje temos em torno de 1.700. Mas, dentro desse quadro, e é essa hora que eu chamo a atenção dos Srs. Parlamentares, nós temos lá guardas-noturnos, vigilantes que em outros setores têm esse pessoal contratado, e não aparecem no quadro. Nós temos pedreiros, carpinteiros, serventes de pedreiro, que estão no quadro da universidade, que em outros segmentos são contratados de empresas. Nós temos serviços de limpeza da própria universidade que, em vários locais, já existem empresas privadas prestando serviço. Então, ao invés de sair como pessoal, sai como serviços de terceiros. Se se somar todo esse pessoal que está dentro das universidades para cuidar do *campus*, para cuidar dos laboratórios, para lavar, que é um pessoal auxiliar de apoio necessário, V. Ex.^a vai entender que esse volume não é grande. Eu tenho, hoje, 13 advogados na universidade. Desses 13, um ocupa a gerência de recursos humanos, e não está na área jurídica, o outro é o auditor-geral da universidade; das universidades brasileiras, uma das poucas que têm uma auditoria interna é a nossa. Nós temos um serviço de auditoria que nos audita permanentemente

e nos cobra um procedimento antes de chegar ao Tribunal de Contas da União. E temos mais dois outros advogados que fazem serviços específicos na área de saúde, que atendem às demandas do hospital universitário com ocorrência, porque o hospital universitário tem autonomia. O restante tem hoje um trabalho insano. A nossa universidade recebe uma média de uma ação trabalhista por mês, exatamente pelos planos que aí estão, um atrás do outro atropelando, e isso tudo vai à Justiça: é URP, é transferência de estadual para federal, é uma série de atropelos que a universidade brasileira sofreu, e hoje todos esses atropelos estão explodindo na Justiça. É aquilo que eu disse no começo da minha fala; explodem esses atropelos nas costas dos reitores, que são os responsáveis pelos atos praticados, porque quem assina a carteira do profissional da universidade é o reitor. O patrão dele é a universidade, é o CGC da universidade que lá está.

Não sei se respondi a V. Ex^a

No tocante ao salário, o quadro de professores tem uma remuneração melhor do que o quadro de técnicos. Em algumas universidades, os advogados recebem numa tabela especial; na nossa, nós cortamos a tabela, eles foram à Justiça e perderam. Então, nós cortamos aqueles adicionais todos que eles tinham, e eles são enquadrados como advogados na tabela da universidade sem ter nenhum paralelismo com a Procuradoria-Geral da República. O quadro, então, de técnicos, chega um pouco acima do limite mínimo do quadro de professores. Um técnico não ultrapassa o primeiro nível da carreira de professor. O teto superior do técnico é inferior a um professor assistente. O volume total de gastos na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, hoje, com aumento dado aos professores, em torno de 600 milhões com professores e 400 milhões com técnicos.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra ao Deputado Raul Pont.

O SR. RAUL PONT — Eu gostaria de retomar um dos temas tratados, que tem sido uma tônica em outros depoimentos de reitores ou de outros especialistas em Educação que têm vindo à CPI, nesse aspecto do recurso financeiro. A universidade ou o Conselho de Reitores tem algum pleito, tem algum estudo, alguma proposta sobre essa questão de um repasse indexado à universidade, para que se garantisse realmente autonomia? Ou seja, como o nobre Reitor vê essa questão? Ou como poderíamos trabalhar conjuntamente no sentido de garantir isso?

Tivemos aqui o depoimento do Reitor da USP, que demonstrou que uma das razões — não é a única, mas uma das razões, porque também aí o volume importa — que tem permitido que as universidades de São Paulo enfrentem em melhores condições essas crises é a indexação de seus recursos a um percentual do ICMS do Estado. Nesse aspecto há alguma reivindicação consensual entre os membros? Existe alguma proposta, alguma visão mais elaborada de como poderíamos gestionar politicamente nesse sentido, embora a iniciativa tivesse que ser mais do Poder Executivo, mas poderíamos, junto com a comunidade acadêmica, trabalhar nesse sentido, criar um mecanismo de pressão ou de desenvolvimento de propostas nessa direção?

Gostaria de ouvir sua opinião sobre esse assunto.

O SR. FAUZER SCAFF GATTASS FILHO — Sou membro do Comitê Diretivo do Conselho de Reitores; assim, participo de todas as reuniões. Não estamos querendo um percentual como o de São Paulo, da receita, porque o referido percentual pode gerar uma defasagem assustadora. A receita é cíclica: março, abril e maio, com a produção agrícola, tem um ICMS muito alto, e no restante do ano a receita cai, há problema de recessão. O que estamos querendo é um percentual do orçamento. A receita de ICMS, de Imposto de Renda etc., mas um percentual participativo,

inclusive dos outros investimentos que o Governo faça e venha angariar a receita. Porque ficar vinculada exclusivamente à receita do Imposto de Renda, ou ao ICMS — como é o caso de São Paulo —, ou a um outro imposto qualquer, seja ele qual for, vai-se sofrer a oscilação desse imposto. Entretanto, se se vincula ao orçamento, iremos sofrer a oscilação do País como um todo. Porque temos aí o sistema orçamentário brasileiro, que é uma centopéia, e se uma dessas pernas for mal e for exatamente a perna aonde nos encostamos, acabaremos indo mais rapidamente para o buraco.

No tocante à forma de se fazer isso, no final da publicação que irei passar às suas mãos, V. Ex^a poderá verificar que encaminhamos, inclusive, à Presidência da República, no dia 27 de março, uma proposta de lei complementar, justamente para resolver a nova estrutura. Essa proposta foi à Presidência da República, foi apresentada ao Conselho de Reitores, instituindo a universidade autônoma brasileira.

O problema dos recursos não passa só nos números, nobre Deputado. O problema passa, também, na desvalorização do recurso. Se não recebermos duodécimos, vamos chegar na situação em que estamos hoje. Até a semana passada recebi, para pagar o pessoal, 48% do previsto. E só consegui pagar o pessoal porque o salário está achatado. O salário do professor universitário, hoje, não é aviltante, o professor universitário fica na universidade muito mais por vocação, mas a indústria está em cima dele. Na hora em que ele não tiver condições de dar ao seu filho a Educação que ele quer e de ter o mínimo conforto, ele vai para a indústria, para ganhar, 4, 5, 6, 7, 10 vezes aquilo que ele ganha na universidade brasileira. Ele só não vai quando ele tem um salário que não aviltou a sua consciência ainda. Mas na hora em que ele começa a sofrer esse tipo de pressão e sem perspectiva, ele não vai ficar na universidade e aí as matrizes, se me permite chamar assim, que a universidade brasileira está readquirindo e que perdeu em 1964, de 1964 a 1968. Depois de vinte anos a universidade brasileira está readquirindo algumas matrizes, formou uma nova geração de pensadores, de cientistas e essa geração acabará indo embora. A continuar a crise como está, dentro de muito pouco tempo as universidades brasileiras não terão o que ensinar, porque quem bem ensina terá ido embora. Não há como suportar essa pressão.

Um professor universitário, hoje, com doutoramento, sofre uma pressão muito grande da comunidade externa, muito grande mesmo. Todo dia ele é questionado. Vivemos num País capitalista, por isso eles vão exatamente em cima do seu salário.

No tocante ao OCC, devo dizer que recebi, na minha universidade, em torno de 30% do que deveria receber para o ano todo. E numa das discussões ouvi que tínhamos ficado quatro meses parados, e por isso, ao invés de computarmos um ano de doze meses, deveríamos computar um ano de oito meses. Até concordo com isso para alguns aspectos, mas me é totalmente impossível pegar doze microscópios que eu deveria comprar e comprar só oito. Um dia terei que comprar os outros quatro! Não há como dividir. Se eu tivesse que comprar um centro cirúrgico, não poderia comprar só meio.

Então, em determinados pontos eu concordo. O material de limpeza diminuiu, mas os salários não podem ser diminuídos, foram pagos. Os encargos, os impostos, a conta de água, energia elétrica, não tem como se reduzir isso. Então fazer um achatamento dessa ordem e a previsão de liberação de recursos, até o final do ano, não chega a 60% do orçamento.

Além de liberar atrasado, ainda libera faltando.

Não sei se respondi às suas perguntas.

O SR. RAUL PONT — Concordo que pelo orçamento haveria uma oscilação menos cíclica, mas na situação atual, uma indexação, mesmo pela receita, seria bem superior, bem melhor do que a atual com esse grau de contingenciamento que está ocorrendo.

O SR. FAUZER SCAFF GATTASS FILHO — Deputado, proffiro que V. Ex.^a diga que é menos ruim.

O SR. RAUL PONT — Menos ruim. Bem se vamos ficar com o texto.

O fenómeno que outras universidades estão vivendo, como uma outra forma de perda nos quadros, tem sido de uma aposentadoria precoce, quer dizer, ao menos em Porto Alegre, que conheço mais...

O SR. FAUZER SCAFF GATTASS FILHO — Perdemos 10% dos nossos professores, nestes últimos cinco meses, com a perspectiva do término da aposentadoria por tempo de serviço, com o achatamento salarial.

Temos hoje, seguramente, na nossa instituição — e gostaria de colocar que não serve muito de parâmetro, porque é pequena, nova, veio de universidade estadual, com uma estrutura diferente — dentro do nosso *campus*, de Campo Grande, um estádio de futebol com 32 mil lugares, que gera receita, temos um centro de computação, que veio do Governo do Estado e que ficou na universidade que era estadual e foi federalizada há 10 anos, que gera receita e bastante.

Temos uma estrutura diferente. Temos fazendas que produzem soja, milho, trigo, hortifrutigranjeiros. Isso tudo feito para ensinar. Mas é diferente. O senhor não pode querer ter uma universidade como essa num local onde não há produção. E o nosso Estado era um grande produtor de grãos — foi o Estado que mais produziu grãos na década passada — e isso refletiu dentro da universidade.

A universidade implantou alguns programas, nesses, últimos 15 anos, que hoje dão resultado. Implantamos no Estado o processo de piscicultura há 15 anos: processo esse que vinha acoplado a um problema ecológico. Tínhamos receio da pesca que depredasse o Pantanal.

Essa pesca predatória no Pantanal era uma fonte de proteínas para São Paulo.

Então, uma forma de evitar que os nossos rios se acabassem foi criar celeiros alternativos no planalto.

Então, com a piscicultura a universidade desencadeou um processo de criação de peixe no planalto. Então, hoje se pesca na piscicultura, e não se pesca mais no Pantanal. É mais fácil, é só passar a rede, o peixe está ali. Ele sabe o dia que nasceu, sabe o peso que está, sabe a hora que tem para pescar. Hoje o Estado tem grandes celeiros de piscicultura.

A Universidade vem pesquisando formas alternativas de produção. Estamos gerando um jacaré em cativeiro que chega na idade adulta aos dois anos, quando na natureza ele chega aos sete.

Ele fornece uma pele inteiramente utilizável. Na natureza só se usa, entre as duas patas, só o colete. Essa pele, comercializada já há dois anos com empresários japoneses, tem dado pagamento em dólar.

Isso tudo é feito com o apoio da iniciativa privada. Quem hoje explora a piscicultura no Estado é a iniciativa privada, não é mais a Universidade, mas criamos canais. Da mesma forma que eles levam a tecnologia, eles nos trazem algum outro respaldo.

Temos um centro de tratamento de pacientes especiais, tratamento odontológico, pacientes que vão desde o aidético até a mulher grávida de alto risco. Então, temos pacientes doentes e pacientes pestalozzi; todo tipo de paciente especial.

Inauguramos esse centro e não tínhamos pessoal para colocar lá. Conversamos com um Deputado; um nos cede um funcionário, outro cede outro, porque eles já se beneficiaram de alguma coisa que a Universidade algum dia fez. E cobramos isso.

Trabalhamos em todas as áreas e cobramos. A Universidade não é celeiro de mão-de-obra barata para ninguém.

Estagiário da nossa Universidade não faz estágio em fazenda para atender o fazendeiro, faz estágio em fazenda para aprender veterinária e aprender agronomia.

Esse é um erro muito grosseiro, quando se quer da Universidade uma entidade assistencialista e de mão-de-obra barata; e a Universidade não é local de mão-de-obra barata, é um local de mão-de-obra qualificada, e toda a mão-de-obra qualificada deve ser cara.

Então, ela é uma universidade que tem — o Senador João Calmon esteve lá conosco — umas características diferentes.

Temos, hoje, 5 campi, trabalhamos no Estado inteiro; nosso centro é em Campo Grande; temos a oeste, Corumbá, que fica a 430 quilômetros; no meio do caminho entre Campo Grande e Corumbá temos Aquidauana, que fica a 130 quilômetros de Campo Grande; no leste temos Três Lagoas, que são 320 quilômetros. Então, da ponta leste à ponta oeste a nossa universidade cobre quase 800 quilômetros.

E na direção norte-sul temos Dourados, bem ao norte, e temos mais quatro pólos de trabalho que são rotativos.

Hoje trabalhamos em Jardim, em Ponta-Porá, na fronteira sul, cidade do Senador Rachid Saldanha Derzi; trabalhamos em Paranaíba, na fronteira leste com Goiás, e trabalhamos em Jardim.

Formamos professores para o Estado inteiro. Há 20 anos o Estado tinha 5% de professores qualificados e 95% de professores leigos.

Foi esse o quadro que a Universidade Estadual enfrentou, e que a Universidade Federal hoje, continua a ser responsável.

Então, além da área de produção temos a área de Educação. O grosso do nosso serviço é na área de Educação.

Nossos alunos estão divididos em três contingentes: um terço no período matutino, um terço no vespertino e um terço no noturno.

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul tem um terço dos seus alunos durante a noite.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Há mais alguma intervenção?

O SR. MURILO REZENDE — (Intervenção fora do microfone.) ... dedicação exclusiva. Ele ganha muito mais do que o professor, por exemplo, de 20 horas.

Como é que o senhor vê esse problema? Porque tenho a impressão de que o professor de 20 horas, para que ele possa ter, dentro da sua especialidade, um trabalho fora que lhe auxilie nos seus vencimentos mensais, ele poderia continuar prestando um bom serviço à universidade brasileira, em face da crise que vive o País, enquanto que na política de colocar o professor com dedicação exclusiva, ele estará sujeito a isso porque os ganhos do funcionalismo público federal, em todo o quadrante da administração pública, são péssimos, e não vamos nos livrar disso rapidamente.

Era sobre essa posição que eu gostaria que o Reitor fizesse um apanhado, um estudo, dentro da sua Universidade. O que ocorre a respeito disso — carga horária para os professores, seus vencimentos e como é a reação deles em função disso?

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Antes de passar a palavra para o Dr. Fauzer, vou pedir ao Deputado João Faustino que assuma a Presidência, em função de que há uma reunião aguardando tanto a mim quanto ao Deputado Raul Pont, desde às 11 horas, que é a negociação da LDB.

Antes, porém, quero anunciar a convocação dos próximos depoentes.

Vamos convocar para o dia 31 de outubro o Professor Alceu Ravancl Ferrari, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa e Educação; e a estudante Patrícia de Angelis, Presidente da UNE.

Para o dia 7 de novembro vamos convocar o professor Carlos Eduardo Baldijão, Presidente da ANDES; e a Sra. Vânia Galvão, Coordenadora-Geral da Fasubra.

E para o dia 14 de novembro, o Dr. Pedro Demo, do Ipea; e o Dr. José Arthur Gianot, do Cehrap.

Então, a Secretaria fica autorizada a providenciar essas convocações, e agora estamos cumprindo a lista de sugestões, já que até o momento a Comissão não reuniu *quorum* suficiente para uma aprovação formal dessas sugestões.

Peço desculpas ao Professor Fauzer por ter que me retirar, mas é o funcionamento desta Casa que assim o exige.

Passo a Presidência ao Deputado João Faustino.

O SR. RAUL PONT — Sr. Presidente, eu gostaria só de saber se houve algum contato com o Professor Javanelo. Já houve algum contato?

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Não.

O SR. RAUL PONT — É que ele me colocou informalmente que, se fosse convocado para depor na CPI, achava que seria interessante, para a complementação do depoimento e o tipo de pesquisas que estão sendo feitas pela Andep, a produção também do Professor Jamil Curi, que é um dos previstos.

Eu não saberia explicar exatamente as razões, mas pela complementaridade — foi o que ele me colocou informalmente — das colocações que pretendia fazer à CPI sobre o tema.

Talvez fosse o caso de termos um contato com o Professor Alceu, ou com o próprio Professor Jamil, no sentido de eles participarem na mesma oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Nada impede, nobre Deputado, que seja convocado também o professor Jamil.

Então, autorizo a Secretaria também a fazer convocação para a mesma data.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Concedo a palavra ao Magnífico Reitor, para fazer considerações sobre a indagação feita pelo ilustre Senador que o abordou.

O SR. FAUZER GATTASS FILHO — No nosso entender, o movimento de greve teve duas vitórias: a liminar concedida pelo Supremo, que determinou ao Ministro da Educação o montante das verbas à Universidade e a transferência para setores da responsabilidade de pagar ou não aos professores em greve. Isso fez com que a ANDES, consultando os interesses dos professores, questionasse o Ministro pelo não-pagamento dos salários pelos setores. Vejam bem a complexidade do assunto. O Ministro bloqueia o pagamento dos professores e quem é acionado não é o Ministro, são os reitores. Então, um processo indevido.

Assim, ficou demonstrado no processo, com clareza, que a autonomia para gerir as universidades é das pessoas responsáveis pela universidade e não do Ministério. Esse foi um ponto que considero de vitórias maiúsculas do movimento.

A outra está exatamente na valorização do professor que faz a universidade. Não abrimos mão do professor de vinte horas. Pois esse é que contribui 90% mais com o ensino. Agora, aquele professor que faz universidade, o professor com dedicação exclusiva, que faz o ensino, pessoa com extensão, que participa da administração, que tem pertinência dos movimentos da universidade — do movimento cultural, sindical, do movimento estudantil —, que auxilia na formulação de propostas, foi beneficiado. E foi mais beneficiado ainda aquele professor graduado, como uma forma clara de incentivo a essa graduação. Temos certeza até que esse é o caminho. A existência de professores graduados na universidade e enraizados em cargos burocráticos, esse é um problema sério. Precisamos ter os professores dentro da universidade com tranquilidade. Essas nossas matrizes não podem se perder, ou vamos precisar de mais 20 anos para fazer uma universidade à que tínhamos em 1946. V. Ex^ª

já imaginaram o que pode vir disso aí: chegarmos ao ano 2010 fazendo aquilo que fazíamos em 1964?

Então, a conotação do professor universitário com o processo de desenvolvimento da sociedade como um todo é casada com esse processo. Se a universidade vai mal é porque a sociedade vai mal. A universidade brasileira vive um momento difícil. Estamos vendo aí "bombas" no Exército, no Congresso, "bombas" nas universidades. Não há ninguém honesto neste nosso País. O poder paralelo da imprensa tem feito uma devastação em todos os segmentos.

A universidade brasileira é crucificada por ser perdulária. Eu gostaria de saber quem consegue ser perdulário gastando 98% do seu orçamento com pessoal e 2% com investimento e custeio.

Eu peguei a administração da universidade em 1988 assim: 98% para pagar pessoal e 2% para o custeio. Quer dizer, ser perdulário com 2% do seu orçamento para pagar luz, água, telefone, despesas que não têm nem como se contestar, vai-se gastar mal com o quê? Se não há nem o que comprar, nem o que fazer, como gastar mal?

Esses são carimbos que a universidade leva quando se compara a nossa universidade com outras do Primeiro Mundo. Por exemplo, temos protocolo, a Universidade de Montpellier não o tem; dispensando-se os gastos com funcionários, pois tudo é eletrônico. A própria pessoa chega, bate, digita, dá entrada, vai embora. Quando se compara o número de professores com o número de alunos da universidade brasileira, como faz-se com o norte-americano, em que professor é só aquele que tem doutoramento; os outros não são professores, não são categorizados, são auxiliares. Isso não é computado nas estatísticas. Dessa forma, se se deixar apenas os professores doutores das universidades brasileiras, o índice fica muito melhor do que bom. Então, não se pode comparar a universidade brasileira, em um País como o nosso.

O fundamental, se V. Ex^a me permite, é justamente dar autonomia à universidade brasileira para que ela possa ter o seu rumo. Não discordo daquelas que procuram ciência e tecnologia, pois isso é fundamental. Mas obrigar uma universidade do Nordeste a fazer a mesma pesquisa que se faz em Mato Grosso do Sul não tem razão de ser. Por que um reitor de uma universidade do Rio Grande do Sul tem de ter quatro anos de mandato e o reitor da minha universidade não pode ter seis, se a minha comunidade assim o deseja? O processo tem de ser mais claro. A autonomia começa na formulação do seu próprio estatuto, em que deverão ser definidas as regras para ingresso na universidade.

Estamos abrindo autorização para a vinda de estudantes africanos que falem português para as nossas universidades; estão estudando um percentual de vagas para serem abertas sem vestibular. Por que a universidade não pode fazer isso? Por que ela tem de fazer vestibular? Por que o professor da minha universidade tem de ter a mesma carreira que o professor de outra universidade? Por que o salário do professor da minha universidade, no interior, que sofre uma barbaridade para levar um professor graduado do Rio de Janeiro, tem de ser o mesmo de um professor que está na beira da praia? Eu tenho de ter um atrativo maior para levá-lo para lá, se não ele não vai. Como ele vai morar, trabalhar em Rondônia, estudar no Rio de Janeiro e depois voltar para trabalhar em Rondônia, onde um ovo custa cinco vezes o que custa no Rio de Janeiro, com o mesmo salário? Não é possível isso.

Então, há que se fazer, até correndo o risco de se quebrar a unidade das universidades, uma diferenciação entre elas. E a distribuição dos recursos entre elas deve ser um processo distributivo, através de uma matriz aprovada pelas próprias universidades. Nesse momento, as universidades vão ter que estar unidas para dividir o bolo geral que será destinado a elas.

Esse bolo vai ser partido de acordo com uma matriz. É a proposta que está aí e que V. Ex^a vai receber.

O SR. MURILO REZENDE — Gostei bastante da exposição.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Indagaria do Deputado Murilo Rezende se tem alguma outra interpelação.

O SR. MURILO REZENDE — A propósito da resposta, parece-me que já estamos procurando aqui soluções.

No que se refere ao problema da divisão de recursos para as universidades, uma universidade de São Paulo poderá gastar mais do que uma universidade dali, daqui, de acolá. Se as universidades são federais e estão em várias unidades federadas, penso que o número de matrículas oferecidas é um dado que tem a ver com a própria população da unidade federada.

O que me parece mais justo é que a Universidade do Acre, que tem uma determinada população que não chega a 500 mil habitantes, não pode ser comparada à universidade federal de uma unidade que tenha sete milhões de habitantes, porque tem de se oferecer maior número de vagas para essa população maior, tanto estudantil... Qual é o pensamento de V. Sr a esse respeito?

O SR. FAUZER SCAFF GATTASS FILHO — O número de alunos é uma dos dados. Se temos uma universidade com hospital universitário, outra sem, já começa a diferença. Uma tem curso de medicina que custa uma fortuna, que incide o curso de agronomia ou de veterinária, e a outra tem cursos baratos; então, já se deve começar a diferenciar o aluno, o professor. Temos outro dado: a área construída. Existem universidades que, para manter a sua área, gastam uma fortuna; outras são concentradas. Esse é o custo de manutenção. Outro aspecto são as universidades que investem na capacitação dos seus professores. Temos hoje 730 professores, mais ou menos, porque perdemos, no caso, alguns professores com a aposentadoria precoce. Desses 730, 120 estão afastados para fazer cursos de mestrado e doutorado. Os outros 600 que estão lá, estão com a mesma carga dos 730. Não podemos contratar professores para mandar alguém estudar fora.

Permitem-me V. Ex^{ta} se algum de V. Ex^{ta} tiver que se submeter a um tratamento de saúde, um outro seu companheiro de legenda assume o lugar. Se o professor vai fazer um tratamento de saúde, não podemos contratar um substituto. Fica a vaga, e ela tem que ser distribuída no meio dos professores. E a carga de trabalho daquele que foi fazer pós-graduação e que vai voltar é distribuída no meio dos que ficaram. Há universidades que têm um número menor de alunos por causa da própria característica dos seus cursos. V. Ex^{ta} não pode comparar aluno do 1º grau — tem universidade com escola de 1º grau —, de 2º grau, dentro da universidade há o 3º grau, que é a graduação e tem a pós-graduação. Tem universidade brasileira, hoje, com mais aluno de pós-graduação do que aluno de graduação. O aluno de pós-graduação não pode ter o mesmo peso. Uma turma de dez alunos na pós-graduação, já é uma turma razoável, considerável. Logo, o parâmetro tem que ser uma matriz distributiva com todas essas variáveis, como a distância. V. Ex^{ta} colocou o Acre. Quanto custa uma passagem para o Professor Sansão, Reitor da Universidade do Acre, para vir a Brasília resolver um problema? Ele tem que gastar passagem e diária. E o nosso amigo Antônio Ibanez, Reitor da Universidade de Brasília, que está aqui, não precisa nem a diária, apenas a gasolina. A quota das universidades é igual para isso. E o pior, esse orçamento é feito no Ministério, sem que se tenha conhecimento. Então, a matriz distributiva não pode ser enfocada com uma variável apenas. Tem que ser um conjunto de variáveis, e esse conjunto tem que ser discutido com as universidades, e não a matriz com uma meia dúzia de técnicos. Essa meia dúzia se tranca em um gabinete e decide que tanto vai para tal lugar, tanto para quem aumentou as vagas. Aumentamos em 31 o número de vagas nas universidades. Tínhamos cinco mil alunos, estamos com quase sete mil, e vamos chegar a dez mil com o mesmo contingente.

Isso significa uma perda de qualidade? Não. Significa espaço ocioso? Não. Significa mais empenho, mais arrojo. Vai dar resultado? Não sei. Esse é o caminho que escolhemos. Só poderemos medir educação dez anos depois. Esse é outro problema. Não se aperta um botão e se tem a resposta. Qual a qualidade do profissional de medicina no País hoje? É consequência do que ocorreu há quinze anos. Esse profissional vai ficando maduro com dez anos depois de formado. A resposta tem que ser de quem tem experiência, vive a vida da universidade. Por essa razão, o professor com dedicação exclusiva, no meu entender, tem que ser o privilegiado da universidade. Esse, na nossa universidade, tem autorização para ganhar dinheiro lá fora.

Se ele vai participar de uma banca, se ele vai dar assessoria, desde que a universidade saiba, ele tem essa autorização. Esse o professor privilegiado, é dele que eu tenho que cuidar, é na mão dele que tenho que colocar mais coisas, porque o que ele faz é para a universidade e não para ele. Esse é o enfoque.

OSR. PRESIDENTE (João Faustino) — Chegamos ao final do nosso depoimento. Ao encerrar esta reunião da CPI, gostaria de, inicialmente, agradecer ao Reitor Fauzer Filho, que dirige uma das melhores universidades do País; talvez, por ser a menor, é uma das melhores.

Estive na sua universidade e pude comprovar o nível de eficiência e o reflexo da competente administração que V. S^a vem desenvolvendo dentro da universidade.

Nesta Casa, tivemos o privilégio de acompanhar de perto, tanto a criação quanto o crescimento dessa universidade, através de um seu conterrâneo, que foi dos mais ilustres Parlamentares deste Congresso Nacional, o Deputado Rubem Figueiró.

De forma que temos o conhecimento do trabalho que se desenvolve na Universidade de Mato Grosso do Sul. Como Membro do Conselho Federal de Educação que fui, tive a oportunidade de participar de uma reunião, lá, em Mato Grosso do Sul, e conviver com a universidade que V. S^a dirige.

Esta CPI foi criada com o objetivo de tentar atenuar a crise da universidade brasileira, no momento em que essa crise se apresentava de forma mais aguda, uma paralisação da vida universitária nos diversos quadrantes do País, como a evasão de recursos humanos que nos assustava, com o salário do professor que correspondia a um subemprego nos limites mais baixos da sua concepção. De forma que, quando se criou a CPI, pensou-se na constituição de um fórum próprio, capaz de defender a universidade, sobretudo a universidade pública.

O depoimento de V. S^a constitui-se sem dúvida, em uma valiosíssima contribuição, porque o que pretendemos, com o encerramento dos trabalhos desta CPI, é oferecer ao Congresso Nacional e à Nação uma proposta nova, que traduza o sentimento da comunidade universitária brasileira para o ensino superior.

Sabemos que essa universidade, essa instituição responsável pela formação do pensamento nacional, da inteligência nacional, essa instituição vive hoje uma crise tridimensional, uma crise conceitual. A meu ver, esse problema foi muito bem colocado, aqui, durante o depoimento de V. S^a. A crise conceitual da universidade. O que somos, o que queremos, o que desejamos ser como instituição formadora de recursos humanos.

Depois, há crise financeira muito acentuada, e nela há também o problema da autonomia, bastante vinculado à crise financeira.

O problema da crise financeira leva também a um problema institucional, que é o esvaziamento do poder administrativo dos reitores e da própria estrutura da vida universitária.

Fica sempre o reitor à procura de migalhas às portas dos departamentos, das secretarias e das divisões do Ministério da Educação e Cultura e sempre a ouvir promessas que nunca ou raramente se concretizam.

O que desejamos com esta CPI é dar à universidade um apoio e dar à comunidade universitária que o Congresso Nacional se dispõe a se debruçar sobre o problema da instituição e oferecer ao País uma proposta capaz de recuperar o tempo que a universidade brasileira perdeu, pela omissão das autoridades governamentais.

Agradeço-lhe pela presença nesta CPI, reafirmando-lhe que o seu depoimento constitui-se em uma grande contribuição para os trabalhos desta Comissão.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h40min.)

Data 31-10-91 — hora: 10h42min

Convidados: Patrícia de Angelis — Eraldo Tinoco — João Calmon — Sólton Borges — Raul Pont — Alceu Ravel Ferrari.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — Senhores integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga a crise da universidade brasileira, desempenhando, logicamente com o consentimento dos presentes, interinamente, a Presidência da Comissão, uma vez que o Deputado Eraldo Tinoco ainda não veio, mas que já se encontra presente o Senador João Calmon, que é o Relator, declaro aberta mais uma reunião desta Comissão.

Inicialmente, quero submeter à apreciação e votação dos Srs. Parlamentares presentes a Ata da 8ª Reunião, realizada em 24 de outubro de 1991. Como V. Exª já têm cópia da Ata, gostaria de colocar o texto em votação.

Se algum dos senhores discordar de qualquer termo do texto, pronuncie-se, por favor. (Pausa.) Não havendo discordância, considero aprovada a Ata da 8ª Reunião, realizada em 24 de outubro de 1991.

Dou conhecimento aos integrantes da CPI que investiga a crise na universidade, do seguinte telex, enviado pelo professor Dr. Carlos Roberto Cury, da Universidade Federal de Minas Gerais:

(Leitura de telex.)

Evidentemente o seu teor será submetido ao Deputado Eraldo Tinoco e ao Senador João Calmon, Relator, para que marquem, então, juntamente com os senhores membros da Comissão, a data para que seja ouvido o professor Dr. Carlos Roberto Cury, da Universidade Federal de Minas Gerais.

Dentro das normas dos trabalhos, foi convidada para prestar depoimento hoje a Presidente da UNE, Patrícia de Angelis. É uma grande satisfação tê-la aqui, porque representa um organismo de cuja diretoria fui membro nos seus tempos na Praia do Flamengo. Hoje, vamos ter a satisfação de ouvir Patrícia de Angelis, que representa uma das partes mais importantes na discussão do problema da universidade brasileira.

Neste instante, solicito à estudante Patrícia de Angelis que faça o juramento perante a Comissão.

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — “Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar a crise na universidade brasileira.”

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — Dentro das normas da CPI, Patrícia fará a sua identificação e, em seguida, terá um prazo de 20 minutos para a sua exposição inicial. Como está sendo gravada a reunião, pediria à expositora que deseje o seu nome, endereço, estado civil e profissão.

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — Meu nome é Patrícia de Angelis. Moro atualmente no Brás, em São Paulo, mas sou de Porto Alegre; o meu endereço é: Rua Campos Sales, 61, Conjunto Brás-8. Sou estudante e solteira.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — Você deverá agora fazer, perante esta CPI, uma exposição, sob o enfoque da UNE, a respeito da crise na universidade brasileira.

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — O Senador Elcio Álvares, Presidente desta Comissão, fez uma referência à sede da UNE, na Praia do Flamengo. Seria interessante que V. Ex^a conhecessem a situação da nossa sede. Ela foi incendiada em 1964, e o seu terreno foi cedido pela União à Universidade do Rio de Janeiro — UNIRIO. Pelo decreto de cedência do terreno, ele só seria devolvido à nossa entidade mediante uma indenização por parte da União à Unirio. Como a União se recusa a fazer essa indenização e a Unirio se recusa a ceder esse terreno sem essa indenização que a lei lhe garante, o terreno ainda está em posse da Unirio, inutilizado, pois está utilizado inclusive como estacionamento de automóveis, e a Unirio não tem onde construir a sua sede. Encontra-se, provisoriamente, em um prédio cedido pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em péssimas condições, inclusive com ameaça de desabamento, uma situação bastante difícil para o funcionamento da nossa entidade.

Gostaria de registrar essa situação, para que pudéssemos contar com o apoio de V. Ex^a, dentro da nossa campanha de resgate do nosso terreno, propriedade da União Nacional dos Estudantes, e na nossa campanha de reconstrução da histórica sede da UNE na Praia do Flamengo.

Em seguida, passando para a análise da situação da universidade do nosso País, eu gostaria de abordar alguns pontos fundamentais.

Primeiro, a relação da universidade com a sociedade. Este é um ponto por demais abordado pelo Governo Federal. O nosso atual Presidente se utiliza do argumento de que a universidade pública brasileira estaria isolada socialmente, desvinculada das reais necessidades da sociedade brasileira e, portanto, mereceria esse tipo de política, esse tipo de tratamento que lhe vem sendo dispensado, de corte de verbas, que leva a um sucateamento deliberado dessas universidades.

O Governo propõe-se a tomar medidas — e as vem tomando — no sentido de fazer com que a pesquisa produzida na universidade tenha um caráter de se vincular às empresas, particularmente às empresas privadas e, inclusive, multinacionais. Coloca que, com essa política, ele estaria, então, fazendo com que a universidade estivesse servindo à sociedade. Então, escolhe um setor social, que é o chamado setor produtivo ou setor empresarial, para ser o representante da sociedade, motivo pelo qual vinculá-riamos a universidade à sociedade a partir dessa política.

No nosso entender, a produção científica da universidade, a produção de pesquisa da universidade não pode se submeter ao mercado, não pode ficar à mercê dos interesses do lucro, das expectativas do setor empresarial na sociedade. A universidade, para ter uma vinculação com a sociedade, precisa abarcar o conjunto da sociedade, precisa preservar o seu caráter público e precisa entender as necessidades, fundamentalmente, dos setores mais marginalizados hoje na nossa sociedade. A universidade precisa ter um caráter de propor projetos no sentido de auxiliar o desenvolvimento independente e autônomo do nosso País.

É esse o objetivo da universidade no nosso entender, inclusive porque a produção científica na universidade não pode se ater à pesquisa aplicada, precisa privilegiar a pesquisa básica. É nesse sentido que trouxe aqui, para entendermos bem a idéia deste Governo sobre pesquisa, como a política de ciência e tecnologia do Governo

Federal é antagônica à proposta que a UNE tem em relação à universidade e à concepção que temos de universidade.

O atual Ministro da Educação, José Goldemberg, na época em que escreveu esta matéria para a *Folha de S. Paulo*, era Secretário de Ciência e Tecnologia. Ele aborda da seguinte forma:

"A pesquisa pura é um ingrediente essencial da vida universitária, mas que não cobre o universo todo. Os trabalhos de pesquisa aplicada levam a gerar novas patentes, novos produtos à melhoria dos meios de produção, da qualidade e da produtividade. Só para dar um exemplo, atribui-se ao trabalho da Embrapa o aumento da produtividade agrícola de muitas regiões do País. A divisão de esforços e de recursos entre pesquisa fundamental e aplicada é difícil de fazer, mas, como o sistema produtivo nacional tem exigido pouco do sistema de ciência e tecnologia, existe uma predominância clara da pesquisa fundamental, sobretudo nas universidades."

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — Patrícia, um minuto somente.

Peço permissão para fazer uma interrupção.

O Deputado Eraldo Tinoco, que está aqui presente, é o nosso Presidente da Comissão, tem um compromisso de Liderança. Em termos de composição, faço o registro de que continuo, eventualmente, na Presidência. S. Ex.^a, inclusive, presta sua homenagem também à expositora, e indago-lhe se deseja falar alguma coisa ligeiramente a respeito do registro da Presidente da UNE.

O SR. ERALDO TINOCO — Muito obrigado, Sr. Presidente, por esse registro que queria fazer. Estamos tendo, paralelamente, à negociação da LDB, um assunto que interessa diretamente à educação nacional. Como nesta Casa são poucos os denodados pelo assunto educacional, tanto eu quanto os Deputados Raul Pont e Celso Bernardes, estamos participando também dessa empreitada. De sorte que é essa a razão primeira do meu atraso, e, segundo, da impossibilidade da minha permanência durante toda a reunião. Mas terei muito prazer em assistir ao depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — Retorno a palavra à estudante Patrícia de Angelis, Presidente da UNE.

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — Continuando a leitura do artigo, o então Secretário de Ciência e Tecnologia, por considerar que a pesquisa fundamental estava recebendo uma maior soma de recursos do que a pesquisa aplicada ou chamada pesquisa tecnológica, coloca o seguinte:

"Por essa razão, estão sendo ativados mecanismos do BNDES e do Finepe, que receberam recursos vultosos para empréstimos aos industriais, destinados à pesquisa tecnológica e à melhoria de seus processos e técnicas de produção. Essa é a pesquisa aplicada no sentido lato da palavra e que tem como interesse direto o aumento da produtividade e da qualidade."

Isso nos leva a pensar que se voltarmos o interesse da União, em relação à pesquisa, para a pesquisa aplicada, a pesquisa tecnológica, aquela que interessa ao mercado, ao chamado setor produtivo, aos industriais, estaríamos negando recursos e diminuindo — já que os recursos seriam vultosos para a pesquisa tecnológica — os recursos para a pesquisa básica, ou pesquisa fundamental, que é, no nosso entender, a prioridade das universidades.

Por que isso? Porque a pesquisa básica é o que nos garante que exista a produção de conhecimento novo nas universidades, inovação, criatividade, o inusitado, que se investigue de forma livre e de forma a garantir a soberania do nosso País. Por

que dizemos isso? Porque não existe país soberano que não estruture a sua pesquisa, a sua produção científica, à pesquisa básica. Estaríamos condicionados, e estamos condicionados às necessidades do capital internacional, dos interesses das grandes potências, se simplesmente soubéssemos fazer aqui a pesquisa aplicada, a tecnologia complementar ao que já se desenvolveu, ao que já se produziu em nível de Primeiro Mundo.

E é isso o que se pretende com essa política do Governo Federal, inclusive porque, se formos perceber que existe uma recessão muito forte no nosso País, em que as empresas nacionais privadas e as próprias empresas estatais estão sucateadas, em um ciclo de depauperação, vamos verificar que os principais beneficiados dessa política de repasse de recursos públicos seriam os industriais do capital estrangeiro, das multinacionais, e não as empresas nacionais, que não teriam como investir na sua maior produtividade ou qualidade dos seus produtos na pesquisa tecnológica. Essa primeira denúncia que fazemos é sobre essa política que o Governo Federal vem tendo em relação à produção científica e tecnológica no nosso País, que hoje nos remete a verificar que são as universidades públicas as responsáveis por essa produção científica, porque 90% das pesquisas realizadas no País se realizam nas universidades públicas. Seriam as universidades as principais atingidas com essa política, elas teriam que ficar simplesmente à mercê das necessidades do setor produtivo. Esse setor estaria — isso é claro, se fizermos uma análise geral da sociedade — também dominado pelo capital estrangeiro. Estaria sendo ameaçada a própria soberania do País.

Para resumir, esta questão ficaria assim colocada: primeiro, a nossa preocupação com a prioridade sendo dada à pesquisa tecnológica. Achamos que é preciso dar prioridade à pesquisa básica, porque isso caracterizaria um processo mais soberano da produção científica. Estaríamos garantindo que o ciclo se completasse desde a investigação até a sua aplicabilidade.

A segunda questão que nos preocupa é o repasse de verbas públicas para as indústrias. Não são as universidades que estão recebendo recursos e sendo incentivadas à pesquisa tecnológica. É verba pública e vultosa, como o próprio Secretário coloca aqui no seu artigo: “somos vultosas”, para investir ou não nas universidades. Porque eles também podem aplicar esses recursos nos laboratórios internos das suas empresas.

No caso, principalmente, das multinacionais, não teriam por que investir nas universidades. Quase todas as grandes multinacionais têm os seus laboratórios próprios, inclusive muitos deles bem melhor equipados que os laboratórios das nossas universidades. E se viessem a utilizá-los, estaria sendo garantido a esses laboratórios, a essas empresas, o chamado sigilo empresarial. É muito interessante, porque esse sigilo irá significar para as universidades as chamadas “caixa-pretas”. Iremos investigar e pesquisar nas universidades, vamos estar auxiliando na maior lucratividade das empresas. Essas empresas estarão recebendo verbas públicas se, além disso, não poderemos conhecer a razão da nossa pesquisa, nem o motivo da nossa investigação, porque estaremos atentando contra o sigilo empresarial.

Outra questão que colocamos é a autonomia das universidades. Essa questão da submissão ao mercado também estaria atingindo a autonomia. O Governo Federal resumiu o Emendão em alguns artigos — uma versão que foi, inclusive, amplamente veiculada pela *Folha de S. Paulo*. Nessa versão, artigo que tratava de universidade já não continha mais a questão relativa ao corte dos 18% para a educação, muito combatido na primeira versão; mas continha um artigo que se referia à autonomia das universidades, no qual passariam a ser entidades jurídicas de personalidade própria. Até teria que ter aqui para saber exatamente qual artigo é e como foi citado.

O SR. JOÃO CALMON — Não foi o art. 6º?

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — Não, este aqui é o último artigo. É a Emendinha e queria abordar o anterior à última versão do Emendão que consta o seguinte: sendo essa entidade jurídica de regime próprio, estaria desvinculada do Estado. E este estaria se descomprometendo com o envio de verbas para a universidade. Mais abaixo, nessa mesma versão, colocam que estaria previsto um orçamento não por parte da União para as universidades. Mas o compromisso já não existe mais. A prerrogativa é que a universidade venha a cavar os seus próprios recursos. A conquista constitucional que foi do povo, do art. 207, que prevê a autonomia universitária é confundida com a autonomia financeira das universidades. Isso para nós é uma questão muito grave porque remete novamente ao fim da autonomia, pois se a universidade tiver que cavar os seus próprios recursos no mercado é competir no mercado como qualquer empresa, estaremos submetendo a universidade ao mercado. Também não existe mais a autonomia da investigação científica. Esta presuppõe o financiamento estatal da universidade.

Nos seus primeiros meses, o Governo Collor atentou contra a autonomia universitária através do Decreto nº 99.180, que ainda vigora. Esse decreto já colocava que o direito à autonomia poderia ser retirado se as universidades não tivessem a política de acordo com a política do Conselho Federal de Educação. Poderiam perder essa autonomia, poderiam ser nomeados reitores *pro-tempores*, diretores *pro-tempores* nos departamentos, e fechados os estabelecimentos de ensino que não estivessem conforme a política delineada, definida pelo Conselho Federal de Educação.

Quanto à autonomia, gostaríamos de dizer que, no nosso entender, ela não é soberania. Não entendemos a autonomia como uma forma de a universidade deixar de prestar contas à sociedade sobre seus objetivos, sobre as diretrizes, planos, prioridades e aplicabilidade dos recursos que são, evidentemente, oriundos de um esforço social muito grande, dos diversos setores da sociedade etc. É que essa autonomia precisa estar vinculada a uma gestão democrática da universidade. Não consideramos que a autonomia da universidade seja ligada, seja dependente do Reitor que, nesse caso, seria um *titere* e não um dirigente universitário.

Acreditamos que essa autonomia deve ser precedida de uma gestão democrática onde exista um Conselho Universitário composto de forma paritária entre estudantes, professores, funcionários, membros representantes da sociedade civil como um todo, de forma a que a universidade cumpra o seu papel social. Essa autonomia deve ser diretamente proporcional à predisposição que a universidade tem a escutar a sociedade nos seus anseios, nas suas necessidades.

A questão do financiamento das universidades, e irei trabalhar com esse dado que o Senador João Calmon me forneceu neste momento, que é a última novidade do Governo em relação às verbas para a Educação.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — Permita-me uma intervenção: o seu horário está praticamente extinto em termos de 20 minutos. Mas o seu assunto é importante e pediria a você que sintetizasse a parte final da sua exposição para que pudéssemos entrar praticamente no debate com a participação de Senadores e Deputados.

Fica também concedido um prazo de prorrogação para você.

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — Está certo. Peço desculpas porque no início houve certa dificuldade, mas procurarei ser mais objetiva agora.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — Não é recriminação, é apenas uma questão de colocação.

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — Está certo. Por exemplo, na última proposta de emenda à Constituição, a chamada Emendinha, consta:

“Art. 6º Até 31 de dezembro de 1993, sobre toda a receita proveniente do crescimento absoluto da arrecadação tributária federal, descontada a desvalorização da moeda, não se aplicará o disposto nos artigos seguintes.”

Sendo um dos citados, o artigo 212, que é o que confere 18% da arrecadação tributária da União para a educação, ele não corta diretamente os 18%, mas a educação não merecerá por parte do Orçamento da União esse aumento na arrecadação tributária. Ele já não vai poder ter essa priorização real pela qual lutamos.

O financiamento, no que se refere à questão específica da universidade, também tem sofrido bastante. Vamos trabalhar aqui com dados do jornalzinho da *Ciência, Hoje*, que coloca, inclusive é o título já do jornal, a preocupação que as sociedades científicas e acadêmicas vêm tendo com essa questão: “As universidades podem não funcionar em 1992”. Essa é a denúncia colocada. Porque os tetos fixados para o orçamento não dão nem para iniciar o ano. Essa foi a denúncia do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Administração e Planejamento, na sua reunião em 7 de agosto. Para se ter uma idéia, elas já perderam, do orçamento do ano passado, 37%, sob efeito da inflação e a política irregular de recursos do Governo; e para 1992 está sendo previsto ainda um corte de até 20% no orçamento necessário para o funcionamento regular das instituições federais de ensino. E esse corte ainda pode ser maior, porque, dos 411 milhões de dólares previstos, o Governo pretende garantir apenas 20 milhões de dólares, isso já dá quase 1/5 do orçamento necessário. Então pode ser menor ainda do que os 20%. E por aí vai.

Essa situação de sucateamento da universidade pública, que pode inclusive significar fechamento de várias universidades federais, se contradiz com a situação colocada para as universidades privadas, porque se a justificativa é falta de recursos, como se justifica esse repasse de verbas públicas para as universidades privadas que o Governo tem garantido?

V. S^{as} podem verificar que as universidades particulares são hoje responsáveis por cerca de 70% das vagas oferecidas no ensino superior. Essa rede privada do ensino superior não consegue produzir nem 10% da pesquisa produzida no País: 90% da pesquisa é realizada na rede pública e, no entanto, ainda consegue concessões públicas de verbas que chegam a 5% do orçamento do MEC para a rede privada, em termos de verbas já diretas. Junto a isso tem todo tipo de incentivo fiscal, de subsídio fiscal por parte do MEC: não pagam impostos, recebem o patrimônio público para organizarem os seus prédios, e por aí vai, e têm a liberdade para o aumento das mensalidades. Então, a lei, hoje, por exemplo, que vigora em relação à mensalidade no nosso País é uma lei que garante aos donos de escola, aos empregados do ensino uma cobrança de mensalidades de acordo com as suas necessidades de lucro e não de acordo com as condições que os estudantes têm de arcar com essas mensalidades. Então, são mensalidades não vinculadas ao aumento salarial, são mensalidades vinculadas às necessidades do lucro dos empresários do ensino. Inclusive, a denúncia que a UNE faz é a de que os monopólios da educação hoje no nosso País são fontes de lucro líquido e certo, chegando, em muitos momentos, a responder pela principal fonte de lucro dos capitalistas. Entre 1964 e 1982 o lucro acumulado cresceu 1.470%, enquanto o PIB, cerca de 300%. Então, a arrecadação dos donos de escolas chega a ser ainda maior do que o próprio PIB nacional.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alves) — Sr. Patrícia, gostaria apenas de adverti-la sobre o horário, para que conclua sua exposição.

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — Então, para finalizar, a questão que eu estava tentando abordar era essa.

Sintetizando: a situação da privatização da pesquisa, a questão do sucateamento das universidades públicas, a questão do tratamento dado às universidades privadas,

verdadeiros supermercados de ensino, oferecendo ensino de péssima qualidade, buscando acumular lucros fabulosos, com todo o tipo de facilidades garantidas pelo Estado, arrecadando mensalidades distorsivas e que vêm fazendo, inclusive, um lobby muito forte, para que se instaure, mesmo na rede pública de ensino, mesmo essa rede pública que tem hoje apenas 30% das vagas no ensino superior, que vão mesmo se extingam também, porque pretende que seja implementado o ensino pago também na rede pública; para que isso? São, inclusive, os donos de escolas que mais vêm fazendo essa campanha, no sentido de acabar com a gratuidade no ensino superior público. Por que isso? Porque querem competir em pé de igualdade com a escola pública. Eles querem agora, já que não pretendem mais oferecer o chamado ensino para o chamado estudante de classe baixa, para o trabalhador, porque a propaganda que a universidade privada fazia era no sentido de dizer: não, aqui oferecemos o maior número de vagas, aqui oferecemos os cursos noturnos, aqui temos os estudantes trabalhadores, aqueles que não puderam entrar na universidade pública, que é elitista e tudo mais. É essa a argumentação, é essa a campanha dos donos de escola, só que nem esse argumento eles já não têm mais também, porque com as distorsivas mensalidades cobradas — e não pretendem baixá-las — eles pretendem que o nível seja cada vez maior, mais elevado, eles estão garantindo uma taxa de evasão escolar de quase 60%, em média. Então, os estudantes trabalhadores também já não estão mais na universidade privada, já não tem mais estudantes na escola privada. O que eles querem é que a rede pública também venha a cobrar mensalidades a preço de mercado, para poder ter esse público do estudante de renda um pouco superior nas suas universidades, pagando as mensalidades segundo os seus interesses de lucro.

Essa seria a última denúncia que a UNE teria a fazer nesse sentido. Estamos à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) — Gostaria de fazer um registro, que é altamente honroso, não só para o Congresso Nacional, mas também de uma maneira muito especial para o nosso pequenino Estado do Espírito Santo. A Patrícia falou em nome dos estudantes brasileiros, representando a UNE, e fez uma referência exatamente à posição adotada pelo Governo do Presidente Fernando Collor de Mello de manter, na integridade, o percentual obtido, depois de uma luta extraordinária por esse homem que é um orgulho para todos nós capixabas e, de uma maneira especial, fez da sua vida um apostolado em favor da educação; sempre tem dito para todos nós, nas suas campanhas belíssimas, nas televisões, que a educação foi a sua vida, foi a sua meta política. E me recordo com muita emoção, neste momento em que a Patrícia fala com tanta ênfase, que o Governo teve a lucidez de manter íntegro o percentual da educação, que o Presidente da República, num determinado momento, além das razões técnicas, que foram várias, usou uma expressão que é altamente honrosa para a vida dele, o Senador João Calmon, quando teve a oportunidade de dizer: “ — Eu não vou fazer isso, porque magoaria o Calmon”. Então, a causa do Calmon é a causa de todos que têm realmente uma dedicação à educação. Neste momento, eu faço esse registro, não só orgulhoso por ter Calmon entre os Congressistas brasileiros e, de uma maneira muito especial, por ser João Calmon exatamente o Senador da educação do Brasil e, de uma maneira muito carinhosa, do nosso querido Estado do Espírito Santo.

Faço esse registro, Patrícia, porque é exatamente o Senador João Calmon o Relator desta CPI, em que você hoje está prestando depoimento.

Inicialmente, eu gostaria de dar a palavra ao Senador João Calmon, que é o Relator e, logo em seguida, a lista de inscrição já está aberta, teríamos a oportunidade, então, de iniciar o debate propriamente dito, com o depoimento, hoje, dessa que é a Presidente da UNE, a Patrícia De Angelis, que temos o grande prazer de ter aqui em nossa Casa.

Concedo a palavra, portanto, ao Relator da CPI, Senador João Calmon.

O SR. RELATOR JOÃO CALMON — Sr. Presidente, Senador Elcio Álvares, Sr. Presidente da UNE, Patrícia De Angelis, Srs. Parlamentares, inicialmente, devo agradecer a efusiva saudação do meu companheiro de representação do Espírito Santo no Senado Federal, que costuma sempre bater recordes de generosidade em relação a este Relator. Entretanto, devo lembrar que, embora a iniciativa do restabelecimento de uma vinculação obrigatória de um percentual dos orçamentos públicos para a educação tivesse partido de mim, contei nessa batalha com a colaboração, eu diria unânime, do Congresso Nacional e, entre eles, destaque-se, com relevo singular, um Parlamentar aqui presente, que é um modelo e é uma fonte de inspiração para todos nós, é o Deputado e mestre Sólton Borges dos Reis, que foi durante muitos anos presidente da entidade que congrega todos os professores do Estado de São Paulo. Eu não podia deixar de fazer este registro.

Em certos momentos, algumas pessoas se deixam dominar pelo desânimo nessa luta pela educação. São tantos os obstáculos que aparecem à nossa frente, há tantas decepções que alguns se deixam dominar pelo desalento.

Nós, aqui presentes, não pertencemos a essa categoria, e lançando mão de uma tirada um pouco humorística, eu diria que todos nós, lutadores da causa da educação, parecemos os cavalos de corrida de obstáculos. Quanto maiores e mais difíceis os obstáculos a nossa frente, mais aumenta o nosso ímpeto, a nossa combatividade, e a nossa flama nunca diminui, está sempre crepitando, porque o futuro deste País, o seu desenvolvimento, uma distribuição mais justa, mais humana, mais equitativa da renda nacional, tudo isto depende, fundamentalmente, da universalização da educação.

Nesta manhã, a presença da jovem presidente da UNE tem uma significação que me parece extraordinária.

Estamos vendo aqui uma jovem combatente, na aurora da sua vida, e este Relator, já no crepúsculo da sua, aos 75 anos de idade. E nós dois estamos na mesma trincheira, defendendo a educação em todos os níveis, e com o maior ardor.

Fica, aqui, a minha saudação à jovem líder que está hoje à frente da UNE. E repito, diante de todos os Parlamentares, um apelo que lhe fiz antes do início desta reunião. Já participei de vários congressos nacionais da União Nacional de Estudantes, e sempre procurei sensibilizar os líderes da UNE para a necessidade de, apesar de existirem entidades de estudantes em outros níveis do ensino — seria um imperativo histórico — liderarem o movimento dos estudantes.

E agora mesmo, existe uma preocupação obsessiva, altamente louvável, no universo da educação brasileira, em torno da agilização do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Ainda ontem foi promovido um ato público no Salão Negro do Congresso Nacional.

Como todos nós, Parlamentares, temos, no mesmo horário, numerosos compromissos, segundo o *Correio Braziliense* registrou hoje — não sei se o registro é inteiramente verdadeiro, ou se foi muito pessimista —, em virtude da participação dos demais Parlamentares em numerosas comissões, teriam comparecido a esse ato público apenas dois Parlamentares: o mestre dos mestres, o Deputado Florestan Fernandes, e este lutador da causa da educação. Creio que depois devem ter participado desse ato público outros parlamentares, mas ele mobilizou um número insignificante de estudantes e professores.

Eu diria que, no máximo, estariam lá umas 50, 60 pessoas, para um ato público, no Congresso Nacional, em favor da escola pública na LDB, em favor da agilização dos trabalhos da Comissão que está, na Câmara, tratando da elaboração da LDB.

Tive oportunidade de transmitir a minha rápida mensagem aos estudantes e aos professores, procurando chamar a atenção de todos para um perigo extremamente grave que pesa sobre a educação em nosso País.

Sei que a LDB tem uma importância transcendental, e todos nós devemos nos mobilizar, como já estão mobilizados os deputados, para que o novo projeto de LDB não repita o que aconteceu com a atual LDB, que tramitou no Congresso Nacional, só na Câmara, 11 anos, em virtude de divergências entre Gustavo Capanema, Carlos Lacerda e o nosso mestre Sólton Borges dos Reis.

Chamei a atenção para a necessidade de uma mobilização, até mesmo antes dessa mobilização em favor da agilização da elaboração da LDB.

Como a nossa depoente já salientou, o Emendão desferiu um golpe mortal nos recursos financeiros para a educação. Felizmente, como ela, generosamente, amavelmente, recordou, o Presidente Collor decidiu recuar, porque lhe fiz uma dramática exposição sobre a repercussão negativa que alcançaria a manutenção desse artigo do Emendão, coincidindo com o lançamento de um programa ambicioso, de construção de cinco mil CIACs. Como é que, neste momento, poderia haver uma iniciativa do Poder Executivo cortando parte das verbas para a educação, que ainda não são suficientes?

Está aqui presente, e sempre nos honra com a sua presença, um representante do PT que é um modelo de dedicação à causa da educação no Rio Grande do Sul. Os constituintes gaúchos não se contentaram com os 25% que a Constituição prevê como o mínimo. Eles aumentaram para 35%, o que representa um aumento de 40% sobre 25%.

Chamei, então, a atenção para o art. 6º, e tomei a iniciativa de entregar à nossa depoente o texto da "emendinha".

Realmente, trocando em miúdos, o art. 6º representa um golpe profundo na educação, porque a partir de 1º de janeiro do próximo ano — portanto, daqui a dois meses —, sobre o aumento da receita que será inevitável em consequência da reforma fiscal cujo projeto deve chegar ao Congresso nos próximos dias, sobre esse aumento não incidirá o percentual da educação, os 18%.

E para agravar o problema, afetando os estados e municípios, também diminuirá a transferência de recursos federais para os estados e municípios.

Então, estou fazendo este apelo, em tom dramático, a todos os segmentos do universo da educação brasileira, para uma mobilização, a fim de que cada Partido — até agora não houve um pronunciamento de todos os partidos; houve apenas uma voz isolada aqui e outra lá — faça uma mobilização tão bela, tão elogiável quanto aquela em relação à LDB.

Está havendo uma mobilização sobre outro artigo da "emendinha", que não chega a ter a importância grave, gravíssima desse art. 6º. É o art. 207, que declara: as universidades gozam de autonomia didática, científica, administrativa e de gestão.

"Parágrafo primeiro — As universidades públicas serão entidades com natureza jurídica própria.

Parágrafo segundo — este está mobilizando toda a comunidade universitária deste País — dos recursos destinados à Educação, a União alocará parcelas fixas às universidades que arcarão com as despesas de seu pessoal ativo e inativo e respectivos pensionistas."

E aí vem a bomba!

"Parágrafo terceiro — Nos orçamentos das universidades públicas não poderão ser destinados mais de 80% às despesas com pessoal."

Esse limite de despesas com pessoal já existe e gira em torno de 65%. Para as universidades, foi aumentado esse percentual para 80%, mas elas entendem que

se esse parágrafo for aprovado, elas entrarão numa crise de extrema gravidade, porque elas gastam muito mais de 80% com o seu pessoal, por motivos que elas consideram — e devem ser, não tenho a menor dúvida — de mais alta relevância.

Então, aproveito esta oportunidade para fazer um apelo à Presidente da UNE no sentido de procurar sensibilizar os quadros da UNE, que estão incorporados à história deste País como exemplos de combatividade, de capacidade de mobilização, para que, simultaneamente, atuem nas duas áreas sob ameaça: essa do art. 207, que se refere às universidades, e esta que é o art. 6º

Há uma outra ameaça sobre as universidades. "No exercício de sua autonomia, as universidades públicas poderão admitir estrangeiros nas mesmas condições que brasileiros".

Não há nenhuma objeção nas universidades em relação a isso, e hoje temos um magnífico reitor — magnífico no duplo sentido, porque o reitor já é magnífico, e esse é magnífico pela sua eficiência, pela sua imaginação criadora — o Reitor Ibañez, que se enquadra nessa norma.

"Parágrafo quinto — A permissão de que trata o artigo anterior é extensiva às entidades e órgãos públicos de pesquisa e desenvolvimento científico, cultural ou tecnológico".

A minha indagação à nossa depoente desta manhã se refere precisamente a este apelo que me parece fundamental, sem prejuízo do interesse que deve ser cada vez maior da mocidade estudantil, dos professores também, dos servidores das universidades em relação à LDB, impõe-se, essa é uma pergunta, ela cre que se impõe realmente essa mobilização em relação à ameaça grave que está pesando sobre as universidades, principalmente sobre as universidades, mas também sobre toda a área da educação, abrangendo até jardim de infância e primeiro grau, porque com a redução, que será inevitável, se o Congresso não derrotar essa proposta do Poder Executivo, os danos realmente serão dramáticos. Esta é a indagação que eu faria à nossa depoente sobre a sua opinião em relação à necessidade de a UNE promover uma mobilização de estudantes para a derrubada desse inciso e para fazer uma pressão lícita, democrática, saudável, em relação aos membros do Congresso Nacional, que como eu dão também a maior prioridade à causa da educação.

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — Em primeiro lugar, essa questão que afeta o repasse das verbas para a educação, as verbas públicas para a educação, que estão destinadas à educação, realmente atinge sobremaneira as universidades federais, mais até do que o primeiro e o segundo graus, porque é o MEC o principal responsável pelas universidades federais, enquanto que para o ensino de primeiro e segundo graus ainda resta a manutenção dos Estados e Municípios, que são os responsáveis pela educação de primeiro e segundo graus. Quando se corta ou quando se deixa de enviar verbas para a educação em nível federal, as principais atingidas são as universidades federais, 65% do orçamento do MEC é dirigido para as universidades federais.

Evidentemente, a União Nacional dos Estudantes tem agido em conjunto com a UBES, que é a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, no sentido de que haja uma mobilização mais ampla dos estudantes nos três níveis de ensino, para garantia das verbas e da real priorização por parte do Governo Federal para a educação no nosso País.

Mas não alimentamos muitas ilusões em relação ao Governo, que já vem manifestando em suas diversas atitudes o desprezo que tem em relação à educação e mesmo em relação às diversas prioridades sociais do nosso País. A priorização de um hospital como o Sarah Kubitschek é uma demonstração de que as privatizações deste Governo não vão se restringir simplesmente ao setor produtivo, mas também aos setores sociais, que ele disse que priorizaria. Somos também contrários à privatização de estatais

estratégicas, como foi o caso da Usiminas. Mas, de qualquer forma, esse corte de verbas na educação é uma demonstração clara de que não é para priorizar a educação a saúde etc., que o Governo está privatizando.

Estamos dispostos, Senador, a grandes mobilizações nesse sentido.

O SR. JOÃO CALMON — Para encerrar essa minha participação, gostaria de fazer uma observação sobre uma afirmação da depoente sobre convênios com empresas, tentativa de privatização das universidades; gostaria de fazer um reparo. Não há mal nenhum que as universidades públicas, as universidades federais, as universidades estaduais façam convênios com empresas, inclusive para financiamento de pesquisas. Em todo o mundo capitalista de hoje, diria também no antigo mundo socialista, na área da União Soviética e nos países da Europa Central, em todos esses países há esse convênio. Aqui, no Brasil, já temos alguns exemplos muito alentadores. O novo Reitor da Universidade de Brasília fez uma série de convênios com empresas da área imobiliária. A Universidade de Brasília, apesar das dificuldades financeiras que enfrenta, é uma das universidades de maior patrimônio, creio, do mundo, porque Juscelino Kubitschek, patrioticamente, fez doações vultosas à UnB, em termos de áreas preciosas, inclusive aqui no Plano Piloto, nessa área central. O Reitor fez uma série de convênios com imobiliárias para a construção de prédios de apartamentos, prédios de lojas, que estão rendendo hoje à UnB, por mês, mais de duzentos milhões de cruzeiros, e está ampliando isso, sem que essas empresas tenham direito de dar o menor palpite sobre a vida da Universidade, na administração da Universidade.

Aqui também, nesta CPI, o Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Reitor Gattass, demonstrou aqui que, com exceção da despesa de pessoal, que é paga pelo MEC, as restantes despesas dessa Universidade, numa base de 80% das outras despesas, tudo isso é financiado por recursos próprios gerados pela Universidade. Então, são bons exemplos, inspiradores exemplos, de que alguns reitores, não apenas esses, outros reitores estão fazendo a mesma coisa. Estão aguardando recursos públicos, que são indispensáveis para cada universidade, mas além disso usam sua imaginação criadora para criar novas fontes de receita. Isso não representa nenhuma ameaça à autonomia das universidades, ao contrário, contribui para que elas aumentem cada vez mais o seu grau de eficiência.

Para encerrar a minha participação, gostaria de pedir a opinião da nossa depoente sobre um projeto que tenho defendido aqui no Congresso Nacional, há três anos, e coroado invariavelmente em fracasso total.

Há três anos incluo no Orçamento da República uma verba destinada à realização de uma ampla e profunda avaliação do universo da educação brasileira. Essa idéia não partiu de mim. É uma idéia corrente tanto no mundo capitalista como no mundo socialista, agora mais reduzido. Os Estados Unidos fizeram essa avaliação e os resultados foram divulgados com esse título impressionante: "Uma Nação em Perigo". A nação que se considera em perigo grave se chama Estados Unidos da América, em virtude das graves deficiências do seu sistema educacional. Tenho colocado essas verbas no Orçamento, mas nunca elas foram utilizadas com essa finalidade.

Agora voltei a atacar. Conversei com o Ministro da Educação, que é do ramo, é o eminentíssimo Reitor, uma figura que honra a educação brasileira, falei com o próprio Presidente Fernando Collor, e Sua Excelência se mostrou sensibilizado e assumiu o compromisso de realização dessa avaliação, que nunca poderia receber um adjetivo que lhe foi aplicado num episódio recente dessa luta pela educação porque foi pespegado um adjetivo ofensivo à avaliação. Não se trata de avaliação restritiva. Trata-se não de uma auto-avaliação, que essa não é suficiente, mas de uma avaliação que vai contar com a participação de todos os segmentos interessados em educação na sociedade brasileira.

Gostaria de saber a opinião da Presidente da UNE sobre a necessidade de se realizar no Brasil essa ampla e profunda avaliação da educação em nosso País, já que a educação está gravemente enferma, com graves problemas, e quando alguém está enfermo, obviamente é necessário fazer um diagnóstico para detectar qual a doença que ele sofre para ser receitada, então, a terapêutica mais aconselhável.

O SR. PRESIDENTE (Élcio Álvares) — Antes de passar a palavra à Presidente da UNE, Patrícia de Angelis, convido o Deputado Sólon Borges dos Reis para assumir a Presidência, porque tenho que dar um voto na Comissão de Assuntos Econômicos, e estou instado para estar lá presente.

Passo, então, a Presidência ao Deputado Sólon Borges dos Reis.

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — Nós entendemos que quando se faz um diagnóstico do doente, é preciso que se apure, antes de mais nada, as causas dessa doença. Os motivos pelo qual ele está doente. E essa avaliação deve ser realmente profunda e séria para apurar os responsáveis pela atual situação de penúria em que se encontra a educação no nosso País.

Concordamos com que a avaliação se faça dessa forma, com a intenção de curar o doente e não de matá-lo. Parece-me que as tentativas de avaliação realizadas por parte desse Governo que aí está, e mesmo de alguns governos que o antecederam, foram no sentido de verificar que haveria um descompromisso da universidade com a sociedade, uma elitização do ensino superior, uma falência da rede pública de ensino. Nesse sentido, então, precisaríamos privatizá-la, porque poderemos verificar uma maior eficiência por parte da rede privada.

Então, por que não deixarmos a carga também dos tubarões do ensino o que restou do "filé" da educação, que são esses 30% de vagas, no caso da rede superior de ensino, que ainda estão sob responsabilidade do poder público? Que esses 30% também fossem repassados para a rede privada, a fim de continuar o bom uso que vem fazendo até hoje.

Se esse for o pressuposto, se essa for a intenção da avaliação, somos contrários. Agora, se a intenção da avaliação for realmente apurar os responsáveis pela situação de penúria em que se encontra a rede pública de ensino, vamos apurar muitos agentes da ditadura militar, inclusive agentes que, hoje, compõem o quadro dos ministérios e do Governo Federal.

Se for essa a intenção, se for esse o objetivo, gostaríamos de contribuir com esse projeto; e que essa avaliação seja feita de forma democrática, onde realmente sejam escutados os diversos setores interessados na educação, como o Sr. Senador já se referiu.

Inclusive, o projeto de LDB, hoje em tramitação no Congresso Nacional, já tem algumas propostas bastante interessantes e eficientes para a questão da avaliação tanto das universidades públicas quanto privadas.

Em geral, o Governo Federal diz que as universidades públicas precisam ser avaliadas, porque seriam da sua responsabilidade. No entanto, o maior demonstrativo de um ensino de péssima qualidade está acontecendo na rede privada de ensino, que não admite nenhum tipo de avaliação.

Se se pergunta ao reitor de uma universidade particular quantos mestres, quantos professores titulados existem nessa instituição, eles não fornecem os dados, pois não admitem ser questionados ou avaliados. E essa avaliação queremos fazer também à rede privada de ensino.

O SR. JOÃO CALMON — Obviamente, a avaliação vai ser decidida não pelo Poder Executivo, mas por esta Casa, pelo Congresso Nacional. A avaliação abrangerá todas as áreas do ensino, setor público e setor privado, sem nenhuma limitação.

Não se trata de uma avaliação apenas do ensino público, é também do ensino privado, de uma maneira irrestrita.

Será uma ampla e profunda avaliação do universo da educação brasileira, que está sendo feita no mundo inteiro. E o Brasil, obviamente, não pode constituir uma exceção.

Mas agradeço muito a sua resposta.

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — Se tivesse oportunidade, quero esclarecer um pouco a questão que V. Ex^a colocou sobre os convênios, a questão das universidades públicas realizarem convênios.

O SR. JOÃO CALMON — Já realizam.

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — Sim, mas eu gostaria só de esclarecer por que, quando fiz a exposição, abordei essa preocupação com a privatização da pesquisa, a privatização do conhecimento e a questão da autonomia das universidades, e o seu compromisso com o setor privado.

Então, para esclarecer essa questão, eu gostaria de colocar o seguinte: não somos contrários a que as universidades realizem esses convênios. É com grande satisfação que vemos o setor privado investir parte dos seus lucros na realização de pesquisas, contribuindo com o desenvolvimento da sociedade como um todo. Afinal, costumam simplesmente sugar dessa sociedade o máximo de lucros possível.

A nossa preocupação é que o contraponto desses investimentos seja a comercialização do produto dessa pesquisa.

Quer dizer, investimos nessa pesquisa, queremos, portanto, o direito de comercializar o produto dessa pesquisa da forma como nos aprouver. É isso o que nos preocupa, pois a Ciência é um bem social, um bem público, não pode ser privatizada nos seus objetivos. Inquieta-nos que esteja, a partir daí, ameaçada a autonomia.

Garantida a autonomia da universidade, podem-se realizar os convênios.

Por fim, a nossa grande preocupação não é sobre o investimento que a rede privada faz na Educação, na universidade, na produção de pesquisa.

O que nos preocupa sobremaneira é essa nova política do Governo Federal, do Governo Collor de Mello, que é de repasse de verbas públicas para que as indústrias venham a investir em pesquisa. Comprometer essas poucas verbas destinadas à pesquisa com o lucro dos industriais, do setor privado, é bastante questionável.

Não seriam verbas próprias que eles iriam aplicar; seriam verbas públicas, e somas vultosas, como o Ministro destaca no seu artigo.

O SR. PRESIDENTE (Sólon Borges) — Concedo a palavra ao Deputado Raul Pont, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. RAUL PONT — Muito obrigado. Nós temos, ainda, o depoimento do Sr. Alceu Ferrari. Portanto, como não quero atrasar os trabalhos, não vou fazer nenhum questionamento. Em parte, alinho-me com a maioria das questões colocadas pelo depoente.

Apenas quero aproveitar para chamar a atenção da UNE, através da sua Presidente, a estudante Patrícia, para um aspecto que foi salientado no seu depoimento e que é difícil para a UNE, enquanto representação de todos os estudantes, resolver: o problema do crédito educativo.

Há uma pressão muito forte das escolas, neste momento, sobre o Governo, sobre o Ministério, para resolver o problema do crédito educativo, que poderá inviabilizar muitas escolas privadas, principalmente do 3º grau, onde isso se realiza quase na totalidade.

Chamo a atenção disso porque, na ausência de outras fontes, até recentemente, esses recursos sempre foram utilizados quase que a fundo perdido na forma de subsídios com juros baixíssimos que não tinham cobrança posterior.

Com o fim de uma política de subsídios pela Caixa, provavelmente a pressão vai se dar sobre os recursos do MEC. E, certamente, esses recursos vão sair de verbas que poderiam ser destinadas para cobrir aquilo que ainda não foi feito neste ano, porque o Orçamento previsto para este ano não passou de 50% ainda daquilo que foi executado, não atingiu nem 50% do previsto para este ano nas universidades.

Como também os alunos estão representados pela UNE, parece-me que teria que haver uma preocupação de a UNE responder a isso, já que, pelo que sei, a UNE tem uma posição crítica em relação ao crédito educativo como um todo. Sugiro que a campanha ou a luta dos estudantes, neste momento, procurasse se dirigir a outros mecanismos, talvez às próprias fontes de assistência social do Governo, recursos da Loteria Esportiva, recursos da LBA, mas que houvesse uma preocupação por parte da campanha dos estudantes, que acabam se alinhando, nesses momentos, com as próprias escolas em busca de um recurso público que, enfim, já foi concedido, apenas não foi pago às escolas. Há o risco, no meu entendimento, e por contatos tidos com o Ministério ainda nesta semana, junto com outros deputados da comissão, é de que esses recursos possam sair de previsões orçamentárias do próprio MEC.

Parece-me que a UNE deveria se preocupar com isso, já que não teria como assumir abertamente uma luta contra o fato consumado da existência desses débitos, porque acabaria prejudicando, também, os estudantes da rede particular. Mas chamo a atenção sobre esse aspecto, porque acho que é um elemento que deveria preocupar a UNE de responder de uma forma que não conflitasse com os estudantes da rede privada, e acho que se deve, também, pensar mais a longo prazo nessa questão do crédito educativo. As outras questões deixaria de comentar, porque gostaríamos também de dedicar um bom tempo para o depoimento do Sr. Alceu Ferrari, presidente da ANPPE. Muito obrigado.

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — Quero fazer um comentário rápido sobre essa questão do crédito educativo. É o seguinte: a política que a UNE pretende ter em relação ao crédito educativo foi tirada, agora, no Encontro Nacional de Estudantes de Escolas Pagas, que realizamos no dia 12 de outubro, no Rio de Janeiro. Pretendemos verificar e exigir, reivindicar novas fontes, outras que não os recursos públicos para o crédito educativo. De que forma pretendemos isso? Que seja onerado o setor privado da economia; que sejam cobrados impostos; que exista um fundo alimentado por esse setor privado no sentido de financiar os estudantes da rede privada de ensino, e que as próprias mantenedoras das instituições privadas venham a contribuir com esse fundo, porque o que ocorre, hoje, é que, inclusive, para a própria arrecadação do MEC, as mantenedoras das escolas privadas não contribuem, porque não pagam impostos no País. Os donos de escolas não pagam imposto, é muito interessante essa questão.

Então, a nossa exigência seria nesse sentido: o crédito educativo é, hoje, uma das principais formas de repasse público, de repasse de verbas públicas, para o setor privado, para as instituições privadas. Isso nos preocupa sobremaneira. Já foi uma forma que veio de 1975, quando o "milagre econômico" entrava em crise; a rede privada não tinha mais como se financiar só pelas mensalidades, e o crédito educativo foi, assim, um filão que encontraram, uma forma de se manter artificialmente, garantindo os seus lucros, e a UNE não poderia ficar calada, não poderia se omitir nesse sentido. Queremos a garantia de o estudante continuar os seus cursos, manter os seus estudos, mas acreditamos que as mantenedoras da rede privada de ensino precisam se comprometer com isso. Seria um critério, inclusive, para o seu funcionamento,

que pudessem garantir vagas aos estudantes carentes. É critério para o funcionamento. Agora, o que têm, hoje, é só garantia de lucros. Mobilizam um capital imenso de somas desproporcionais, inclusive, com outros setores da economia. O setor automobilístico conseguiu lucrar menos do que o setor empresarial do ensino, no ano passado. Então, nessa situação de lucros fabulosos seria interessante que eles, pelo menos, garantissem algumas bolsas de estudos com verbas próprias e não públicas.

O SR. PRESIDENTE (Sólon Borges) — Mais alguma consideração a fazer?

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — Não, apenas gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui fazendo algumas declarações em relação ao que estamos pensando sobre a universidade; colocar também que acreditamos que a universidade pública precisa ser transformada, precisa ser, realmente, pública nos seus objetivos, que devem ser mais sociais, e que precisa ser transformada, precisa ser reformada de forma profunda, drástica, na sua raiz. No entanto, acreditamos que só através do investimento na rede pública de ensino, da garantia do seu financiamento e que esse financiamento seja estatal e apenas através da ampliação das vagas, da criação de cursos noturnos, da democratização do acesso às universidades públicas, podemos garantir que se dê novos rumos para a educação neste País, porque se tivermos que esperar, que por parte da rede privada de ensino haja um compromisso com a transformação da educação neste País, acredito que esperaremos sentados durante muitos anos, porque até hoje essa resposta não foi dada e não existe nenhuma tendência, nenhuma demonstração de que seja dada; por isso, exigimos um investimento na rede pública de ensino.

O SR. PRESIDENTE (Sólon Borges) — Solicito ao nobre Deputado Henrique Eduardo Alves que assuma a presidência. Quero explicar aos que assistem a esse trabalho que, tanto na Câmara como no Senado, no Congresso Nacional, há um acúmulo de compromissos que retêm Parlamentares ao mesmo tempo. Por exemplo, estou vindo de uma reunião em que deveria se instalar a Comissão de Educação da LDB; teria que estar às 11h30min na direção do IPC, numa reunião do Conselho, pois às 14h30min temos uma reunião da Procuradoria Parlamentar; temos o Congresso de manhã e temos a Câmara à tarde.

Então, solicito ao nobre Deputado Henrique Eduardo Alves que assuma a presidência. Seria para mim, além de honroso, sumamente agradável, ouvir também o depoimento do nobre depoente, como ouvi com prazer o da Patrícia, mas tenho que estar lá por questão de responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) — Convido para prestar o seu depoimento, neste momento — convidado por esta CPI —, o Professor Alceu Ravanel Ferrari, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. (Pausa.)

Convidamos o Sr. Depoente para prestar o juramento. Repita, por favor.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise da universidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) — Cumprida a formalidade, concedemos a palavra ao ilustre depoente, pelo prazo de vinte minutos, para sua exposição. (Pausa.)

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — Gostaria de pedir que aos quinze minutos me dessem um alerta, porque estou sem religio.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) — Pois não, V. S.ª será atendido.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — Muito obrigado. Trouxe o meu depoimento escrito. Creio que, em vinte minutos, não teria tempo de lê-lo todo e me sentiria mais a vontade se falar de uma forma sintética, mas gostaria de deixar o documento escrito, que foi o que pude, nesse final de semana, preparar para esta minha participação na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Como esclarecimento preliminar, também gostaria de dizer que a universidade como tal, o ensino superior não tem sido a minha área de pesquisa. Tenho trabalhado mais na outra ponta, a alfabetização, o analfabetismo, a pré-escola, o primeiro grau; tenho concentrado a minha atenção nessas áreas necessárias, e as minhas reflexões sobre a universidade estiveram muito ligadas à minha participação na política universitária.

Pensando no que poderia dizer em vinte minutos, resolvi concentrar a minha atenção numa questão e quero aqui dizer que não combinei com a presidente da UNE o meu depoimento: escolhi a questão da privatização da universidade pública. Mesmo que haja alguma rejeição, gostaria de me limitar a esse tema e, no final, lembrar algumas outras questões relacionadas e que me disporia a discutir no debate.

A primeira parte da minha exposição é o processo de privatização em curso. Digo que a privatização não é apenas uma questão que divide opiniões, não é apenas uma ameaça para o futuro da universidade brasileira. Ela é um processo já em curso de longa data e, em grande parte, já consumado.

A privatização se desenvolve em várias frentes e de múltiplas formas. Lembro aqui alguns: em primeiro lugar, através do congelamento da universidade pública federal e da proliferação de instituições privadas isoladas de ensino superior, particularmente a partir do final da década de 60.

Isso tem produzido uma mudança fundamental na estrutura de ensino superior no País. O ensino superior que era predominantemente público e universitário passou a ser, cada vez mais, privado e não universitário ou ministrado em instituições isoladas.

Segundo, intimamente ligado à questão da privatização é o agravamento da crise da universidade pública, através de múltiplos mecanismos. Lembro a alguns a longa repressão que atingiu principalmente a universidade pública, a política de arrocho salarial que tem levado nos últimos 11 anos a oito longas greves, a última com duração de mais de 100 dias, a redução drástica e a irregularidade no aporte de recursos para outros objetivos que não salário, construção, manutenção de prédios, biblioteca, laboratórios e assim por diante.

Esse fato tem produzido não só o congelamento da estrutura existente, mas até o seu sucateamento cada vez maior, e amplamente já apontado pela imprensa, inclusive por pessoas desta Casa, como o Professor Florestan Fernandes, em artigo de jornal. A sutil e constante campanha de descrédito da universidade pública brasileira, acusada de ineficiência, baixa qualidade, desperdício de recursos públicos, consumo de recursos que poderiam resolver problemas de primeiro e segundo grau, sem nenhum diagnóstico sério e nenhuma proposta de resgate e transformação da universidade pública brasileira.

Na minha opinião e experiência, em seu relacionamento com a universidade pública, as autoridades da República e mesmo dos estados, e não me limito ao Poder Executivo, não raro, têm se pautado mais por critérios clientelísticos do que propriamente de competência e perspectiva real de transformação.

Terceiro, a instabilidade de todo sistema de agências de financiamento à pesquisa no plano federal, comprometendo exatamente aquela que na minha opinião é a primeira e a mais fundamental função da universidade, a produção de conhecimento. Sem isso, a universidade não tem condições de competência, repartir o conhecimento, seja intra, seja extra muros. Essa função de produção de conhecimento é exatamente

a característica distintiva da universidade pública. É o que a distingue das instituições privadas. Aqui me refiro à grave crise que não é de hoje, mas que hoje é gravíssima: das instituições federais de apoio à pesquisa e ao ensino de pós-graduação.

CNPq — Os projetos de pesquisa apoiados em junho ainda não receberam financiamento. O CNPq não tem recursos. Semana passada, na última reunião, o CNPq aprovou projetos, mas não tem recursos. No dia 9 de outubro estiveram reunidas todas as presidências de entidades científicas da área de ciências humanas e sociais no CNPq com todos os coordenadores de comitês assessores do CNPq. E tiraram um documento, exatamente chamando a atenção e, inclusive, foi encaminhado a membros da Comissão de Educação aqui do Congresso — vou deixar uma cópia sobre a gravíssima situação da política de ciência e tecnologia hoje no País. Seria longo ler o documento, mas quero entregá-lo em seguida.

INEP — Um redivivo agonizante. Órgão fundamental para pesquisa na área de educação. Costuma-se dizer um defunto redivivo. Não. O INEP foi ressuscitado através da rejeição do art. 5º, da Medida Provisória nº 151, mas para todos os efeitos não conseguiu se dinamizar. É um órgão sem recursos, praticamente acéfalo.

É uma situação que nos preocupa muito na área de educação — Finepe. Deixei aqui também uma carta que a Ampede encaminhou ao Sr. Ministro Carlos Chiarelli, da qual não teve resposta e reencaminhou, depois, como uma moção da Assembleia Nacional da Ampede ao atual Ministro.

Quarta parte — As conseqüências da privatização da universidade pública. Se isso que vem se encaminhando, isso que é levantado a todo momento, a privatização, a transformação da universidade pública numa empresa capitalista, se isso vier a ser realizado, o que acontecerá?

Primeiro, já disse que uma parte já foi realizada. Hoje, a universidade pública representa — pública, não federal: pública, federal, estadual e municipal — 1/3, no máximo, do ensino.

Há outro elemento. As instituições particulares de ensino superior surgidas até os anos 60, ou final dos anos 60, eram predominantemente universidades confessionais, principalmente católicas. A partir daí, o que nós tivemos? Tivemos uma predominância de instituições do tipo empresarial e, de modo especial, isoladas ou não na forma de universidades.

Assim, quando hoje se defende a privatização da escola pública, evidentemente, pensa-se em transformação dessas universidades em empresa do tipo capitalista. No fundo, isso significa que essa atividade de ensino passou a ser um bom negócio. Com uma condição: essas universidades deixam de pautar-se pelas regras e ética do serviço público e passam a reger-se pela lógica do capital. E qual é essa lógica do capital?

Seria ingenuidade imaginar que essa lógica já não esteja operando, deve a qualquer preço ser preservada.

Terceira parte: por que não se cobra de quem pode pagar? Estudos feitos dizem que a cobrança do ensino nas universidades públicas representaria não mais de 7 a 10% do montante necessário, o que ficaria muito longe de resolver o problema.

Segundo, cobrar de quem ganha mais seria perfeitamente aplicável aos assalariados. Mas, veríamos facilmente, filhos de famílias abastadas usufruindo de bolsas destinadas a carentes. Com um sistema tributário que penaliza o salário e se mostra sumamente indulgente para com os ganhos do capital, nem essa regra aparentemente simples e justa de cobrar de quem ganha mais poderia ser aplicada.

Terceiro, no meu entendimento, o mesmo objetivo e a mesma justiça poderiam ser realizadas de outra forma, através de um sistema tributário mais justo que cobrasse a contribuição para o ensino universitário de todos aqueles que se beneficiam do ensino superior, particularmente o sistema produtivo.

Seria ingenuidade imaginar que essa lógica já não esteja operando em múltiplas formas. Mas a transformação da universidade pública em empresa capitalista significa, na parte da pesquisa, a inevitável subordinação direta dessas universidades privatizadas, particularmente de suas funções de pesquisa, aos interesses do processo de acumulação capitalista e aos critérios de divisão internacional do trabalho científico e tecnológico, também ligados ao processo de acumulação. Essa mudança seria a renúncia irremediável a qualquer possibilidade de um projeto nacional de desenvolvimento que só seria viável com o mínimo de autonomia na área de ciência e tecnologia. Seria também o fim da pesquisa independente sobre os problemas que afligem a população brasileira, porquanto o compromisso primeiro do capital é com a acumulação e expansão de si mesmo, não com a melhoria das condições de vida da população.

Outras questões que apenas lembro e que deveriam ser tratadas em relação a essa são a questão da autonomia, da democratização, da competência, qualidade e avaliação, que entendo são chaves.

Para concluir, diria que o caminho de superação da crise da universidade pública brasileira não está na sua privatização ou em o Estado livrar-se dela, mas na coragem e determinação de enfrentar a crise com diagnóstico sério e, mais que tudo, com proposta e esforço participativo para o seu resgate e transformação em verdadeiro serviço público de qualidade.

Este o desafio, e parece-me que seja nessa direção que precisamos, realmente, encaminhar propostas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Alves) — Está facultada a palavra aos Parlamentares presentes, antes do Relator.

O SR. RAUL PONT — Antes da palavra do Relator, pela condição de pesquisador e conhecedor deste campo da alfabetização e pesquisas na área de educação, eu gostaria que o Sr. Ferrari fizesse alguns comentários, perante esta Comissão. Gostaria de saber se tem acompanhado esses projetos de alfabetização, que estão sendo encaminhados nestes últimos dois anos com um acompanhamento, uma participação da universidade.

A minha pergunta seria no sentido da avaliação desses projetos, da sua eficácia, da sua efetividade, principalmente desse programa nacional de alfabetização e cidadania com que alguns convênios têm contemplado as universidades, mas que têm sido feito através de outros mecanismos. Cito como exemplo o setor empresarial, as federações, no caso do Rio Grande do Sul, concretamente, associações de rurais. Quanto à eficácia, à luz de experiências anteriores, gostaríamos de saber a validade ou a possibilidade de que esses projetos tenham realmente condições efetivas de garantir o processo de alfabetização ou a incorporação desses cidadãos ainda analfabetos a uma plenitude na sua condição de cidadania.

Esta seria uma questão. A outra, que me parece interessante, seria sobre esse diagnóstico feito pela universidade no campo da pesquisa, principalmente na área de educação, da possibilidade de desenvolver melhor, ou talvez até apontando para os membros da Comissão como poderíamos agir ou que medidas se poderia tomar como Comissão Parlamentar, ou mesmo enquanto parlamentares — em relação aos órgãos de pesquisas. Também em relação ao Orçamento que está em curso. Já tivemos a visita de alguns órgãos preocupados, pois todos eles estão, praticamente, sem recursos para se manter, não é nem expandir, mas para garantir aqueles projetos já existentes. Se, nesse aspecto, poderia haver um melhor desenvolvimento, um aprofundamento melhor do tema, sugerindo, apontando medidas que, no seu entendimento, seriam necessárias para recuperar essa situação.

Sabemos que o Capes esteve praticamente extinto, ressurgiu também o Snuv, enfim esses órgãos todos estão em um vaivém quase falimentar, e seria importante ter-se sugestões sobre uma avaliação da existência de todos esses mecanismos, se são eles realmente os que devem continuar a existir, ou se haveria a possibilidade de alguma mudança nesse sentido. Que mecanismos poderíamos ter para garantir a sobrevivência desses órgãos ou ampliar os seus recursos, as suas condições de sobrevivência, para cumprir o papel que foi apontado como sendo agências necessárias, quase situação *sine qua non* para que a universidade cumpra o seu papel na produção do conhecimento.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — Quanto à questão da alfabetização, fiz um resumo, mas agora retomo o assunto para responder-lhe.

Na semana passada estive numa reunião no MEC para discutir os CIACs e, no intervalo, um convidado, quando discutíamos pesquisa, me disse: "Noventa por cento da pesquisa produzida no País é lixo".

Bem, escrevi aqui, está no texto, mesmo que assim fosse, entendo que seria importante que os formuladores da política e os administradores da educação tomassem conhecimento de, pelo menos, um décimo dos outros dez por cento da produção científica, e disse... "Poderia exemplificar isso com o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, que ignorou tudo o que se escreveu sobre a alfabetização".

A própria maneira como foi desencadeada, foi anunciada a proposta, mostra que não se levou em conta nada do que a crítica tem feito em termos conceituais, em termos de avaliação das campanhas realizadas no mundo inteiro, no sentido de alfabetização.

Ainda recentemente, em 1990, em Porto Alegre, na SBPC, coordenei um Simpósio sobre Políticas de Alfabetização na América Latina, e convidamos uma colega cubana para trazer a experiência de Cuba. As pessoas esperavam que ela viesse falar sobre a campanha de alfabetização em Cuba. Ela começou falando sobre isso e falou quase o tempo todo sobre a escola cubana.

Cada vez mais a questão da alfabetização passa pela escola. Estive, a convite dos sem-terra, no Rio Grande do Sul, discutindo uma pesquisa feita por eles e ajudando-os a analisar a pesquisa feita nos acampamentos e nos assentamentos. E também eles estavam com a idéia de campanha. Alfabetização apressada, quatro meses, seis meses. E insisti: "É inútil. Ou vocês se articulam com a escola fundamental, mesmo que ela não exista no assentamento, ela tem que ser criada, vocês têm que articular com a escola fundamental — ou então é perda de tempo".

Então acho que o grande problema do Programa Nacional de Alfabetização foi ter sido concebido como uma atividade isolada à margem da questão da escola pública brasileira.

E não se tem mais nada a dizer. O que tinha que ser discutido é a educação pública brasileira e, claro, então, um programa de alfabetização em relação a isto, e intimamente articulado. Esta é a minha posição. Tenho escrito muito sobre isto e tenho, também, falado muito sobre isto e conheço cada vez mais. A questão está na escola pública. Quanto à estratégia no setor de pesquisa, diria que ela tem que ser definida em várias instâncias: uma, no plano federal, e outra em nível dos Estados, porque há órgãos de financiamento na pesquisa e tem que se definir, claramente, o que querem. A descontinuidade ou corte de recursos para projetos em andamento é o caos, é a morte da pesquisa. Na pesquisa experimental, o rato não fica porque ele tem que comer, tem que sobreviver, que é o fim do experimento. Em inúmeros experimentos na área, por exemplo, de Ciências Biológicas e outras com inúmeras pesquisas interrompidas por falta de recursos, problemas de equipamentos, tudo isto. Tem que haver continuidade. A pesquisa exige e o ensino, também, é claro, mas a pesquisa exige porque, muitas vezes, a descontinuidade compromete o projeto irreme-

diavelmente. O que nós estamos vendo? Vemos projetos de pesquisa — recursos limitados —, então, se dá um pouquinho para cada um, o recurso chega às mãos do pesquisador, não pode ser aplicado porque é recurso público.

Então, um financiamento para um ano inteiro com uma inflação dessa, o que se vai fazer? É um problema seriíssimo. Isto, aqui, então, exige um estudo, uma proposta, em nível de Governo e, em segundo lugar, em nível de universidade. É necessária uma política de pesquisa dentro de cada universidade, e isto nós não temos.

Pessoalmente, a minha experiência como Diretor de Faculdade, eu me empenhei nisto: destinei, durante anos, um quarto de todo o orçamento da universidade só para pesquisa e participação em eventos, mas é necessário criar a avaliação — vejam bem — a avaliação. Se diz que a universidade não produz, a faculdade tal não produz, os professores não escrevem. Pode até ser verdade, mas isto não se resolve só com a constatação. A avaliação tem que consistir, principalmente, na criação de mecanismos de apoio para se desencadear um processo de transformação, e isto é possível. Nós temos exemplos no País que mostram que é possível a avaliação entendida nesses termos, em que ela deve levar à criação das condições para o desenvolvimento da pesquisa ou para a melhoria do ensino, ou para notificar essa nossa extensão. Então é a universidade.

Outro nível em que se deve pensar a questão da produção científica situa-se no campo das entidades científicas. Elas têm que colocar, explicitamente, metodicamente, a questão da melhoria da produção científica na área. Elas, então, têm um papel muito importante na avaliação não desta ou daquela universidade ou instituto, mas da produção na área. Na nossa entidade, concretamente, hoje pela manhã foi confirmada, para os dias 19 e 20, uma reunião, exatamente para desencadear um processo de avaliação da produção científica na área. Essa se situa acima das instituições, mas cobre uma área dentro do universo da pesquisa no País.

Não sei se respondi a sua indagação.

O SR. RAUL PONT — Eu só retomaria essa questão do projeto de alfabetização. Pelo que entendi do seu depoimento, esses projetos que pressupõem — concretamente, o PINAC — convênios, acordos com sindicatos das empresas em curto espaço de tempo, no seu entendimento estariam irremediavelmente perdidos, se não tiverem um complemento posterior ou se essas campanhas se restringirem a este pequeno número de sessões ou de um curso limitado em alguns meses.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — Veja, Sr. Deputado: o que é a alfabetização? O censo nos diz que alfabetizado é aquele que sabe ler e escrever um bilhete simples — ninguém pensa isso. Nós sabemos que muita gente é considerada alfabetizada e mal sabe “ferrar” o nome, como aprendi lá no Nordeste, porque fiz a minha tese de doutorado lá.

Hoje, há um entendimento cada vez mais consensual de que há um nível mínimo de escolaridade para consolidar o processo de alfabetização. Uma colega argentina citou o período entre a quarta e quinta série — e eu tenho trabalhado com a quarta série — praticamente o antigo primário como um critério para definir, para consolidar o processo de alfabetização, de sorte que ele se torne irreversível. Então uma campanha dessas tem o efeito de motivação, tem o efeito de iniciar um processo, mas tem que ser dada continuidade, na escola ou fora dela. Mas, no fundo, pensando em termos nacionais e pensando nas diferentes faixas de idade, é absolutamente necessário articular com a escola, porque um grande número de analfabetos está na faixa de 10 a 14 — até antes de 10 — e nas imediatamente seguintes. E esses constituem a prioridade absoluta, número 1, da alfabetização. Como não articular isso com a escola? Tem que ser feito.

Eu já disse por escrito e repito aqui: não acredito em campanhas de alfabetização que não venham intimamente articuladas a uma proposta de escola pública para toda

a população. Não acredito. Digo isso baseado nas avaliações de outros países, mas aí inclusive experiência cubana avaliada no ano passado durante a reunião da UNESCO em Porto Alegre.

O SR. RAUL PONT — O senhor conhece algum trabalho específico sobre o caso brasileiro, como o Mobral e o Educar? Existe algum trabalho de avaliação feito sobre a eficácia desses dois projetos anteriores que tenham sido levados em conta, no caso atual, ou que tenham norteado uma terceira campanha de alfabetização?

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — Há um artigo: "Escola e Produção do Analfabetismo", publicado em 1987. A primeira parte desse artigo faz, exatamente, uma avaliação da política de alfabetização, seja da escola fundamental, seja do Mobral. É evidente que o Mobral, de acordo com o critério definido, alfabetizou um certo número. Mas é claro que não alterou em nada a tendência histórica, não conseguiu acelerar em nada o declínio do analfabetismo no Brasil. Ao contrário, se compararmos as décadas de 60 e 70 — esta última década do Mobral — com a década de 50, vamos observar que o analfabetismo regrediu menos nessas duas décadas do que em 1950.

E o que houve em 1950? Essa é a questão histórica. A partir de 1947, uma grande expansão da rede pública de ensino fundamental. Essa é a verdade. A rede pública, em poucos anos, deu um salto — essa é a grande explicação, muito mais do que as campanhas de alfabetização, que também contribuíram, mas não teriam representado uma mudança de tendência histórica, se não tivesse havido um investimento grande em função de um fundo de educação que se criou em 1947, parece-me. Não tenho o artigo aqui, mas posso depois encaminhá-lo ao senhor e à comissão. É o que conheço. Há outros trabalhos. Há um do próprio Mobral, escrito por Arlindo Corrêa de Oliveira sobre uma avaliação do Mobral, glorificando o Mobral e anunciando para 1977 um percentual de 14% não atingido até hoje — são dados completamente manipulados.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Alves) — Muito obrigado.
Com a palavra a nossa Presidente da UNE, Patrícia de Angelis.

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — Quero fazer alguns comentários, inclusive sobre a última declaração. Parece-me que os chamados tubarões do ensino, quando vão se alimentar das mensalidades dos estudantes, também sabem ser urubus e se alimentam da carniça, ou seja, das insuficiências da rede pública de ensino. Isto tem acontecido e é interessante, porque, como essa ação da rede privada de ensino sempre se dá com a convivência e até com o apoio, em conjunto com as políticas educacionais encaminhadas pelas autoridades governamentais do nosso País há mais de três décadas, recebem, então, todo o tipo de incentivo para isso ao mesmo tempo que é realizada toda essa política de sucateamento da rede pública. Isso ocorre na rede, mais no primeiro e segundo graus. É interessante que antigamente, nessa época da década de 70, novas vagas foram abertas na rede pública, em termos de 1º e 2º graus. Houve realmente um crescimento bastante considerável, bastante significativo em pouco tempo e conseqüentemente, com baixíssima qualidade e também em condições de serem absorvidas muito facilmente pela rede privada, em termos de qualidade.

Hoje se coloca que a escola privada de 1º e 2º graus é de alta qualidade, enquanto que a rede pública é de baixíssima qualidade. Por quê? Porque se criou um grande número de escolas públicas, sem preocupação com a qualidade, porque já se deixava o filé mesmo para a rede privada. Isso já era deliberado desde aquela época.

A política clientelista era conquistada, alcançavam-se os objetivos porque abriam-se escolas, abriam-se novas vagas de 1º e 2º graus pura e simplesmente para ganhar eleições, para se conquistar votos sem a preocupação de como seria a continuidade

desse processo de educação, enquanto a rede privada podia vangloriar-se de ser de melhor qualidade.

Foi nessa época que os empresários do ensino começaram a investir no ensino superior. Já que não havia muito mercado na rede de 1º e 2º graus, nesse primeiro momento começaram a investir no mercado do ensino superior, inclusive utilizando prédios de escolas do 1º e 2º graus para abrir faculdades. Esses prédios, obviamente, não tinham laboratórios em condições, mas colocavam gente lá dentro para pegar esse filé do ensino superior.

A pergunta que gostaria de fazer, Ferrari, é no seguinte sentido: como você vê a articulação da universidade com o ensino de 1º e 2º graus? Existem diversas propostas nesse sentido, mas existe uma polêmica muito grande em relação a essa questão, ou seja, como faremos para ampliar as vagas e criar cursos noturnos nas universidades para poder atender a demanda que existe em relação ao ensino superior.

Agora existe, mesmo dentro da universidade, um certo corporativismo — acredito que até uma concepção meio elitista de universidade — que muitas vezes é até contrário a que se ampliem as vagas. A UNF tem uma opinião contrária a essa; evidentemente existe a democratização do acesso, mas queríamos saber qual é a sua opinião, como a Ampete está vendo isso.

Existe uma contradição entre a qualidade, a excelência do ensino superior e a democratização do acesso?

Qual a responsabilidade da universidade com essa precariedade, na rede pública, do ensino de 1º e 2º graus? Qual a responsabilidade da universidade em relação a isso? Muitos dizem que não é possível deixar de investir na universidade, para investir no 1º e 2º graus. Evidentemente, isso não se justifica. É preciso que se priorize a educação nos três níveis.

Agora, por outro lado, só essa declaração já nos exime de qualquer culpa ou de qualquer responsabilidade em relação à atual desqualificação da rede pública de ensino de 1º e 2º graus?

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — A Senhora levantou uma questão que se desdobra em muitas.

Em primeiro lugar, a articulação da universidade com o 1º e 2º graus é uma questão complicada, porque a universidade pública está articulada, mas não com o 1º e 2º graus públicos. Ela está articulada com o 1º e 2º graus privados, com a pré-escola privada. Problema da universidade? Isso é um problema social, faz parte de todo o processo social do País, que se reflete, que se manifesta também no sistema de ensino. Então, nesse sentido, a universidade pública está desviada de sua função; mas isso não se corrige matando a universidade, mas transformando-a.

Então, o que está articulado? Qual é a outra articulação? Digo até que não há um sistema, há dois sistemas de ensino. Há um outro que começa sem pré-escola; passa, depois, com um alto grau de seletividade, pela escola pública de 1º grau e de 2º grau; os sobreviventes chegam até o 2º grau; uns poucos chegam ao 3º grau. A minoria vai para as universidades públicas e a grande massa vai para as instituições privadas, especialmente isoladas. Quanto mais pobre, mais para o lado das isoladas.

Esse é um mecanismo de seleção que começa no plano econômico-social e se traduz, se manifesta também no campo educacional. A correção não depende só de mudança no sistema de ensino, mas também ali, e essas, tínhamos que enfrentar.

O grande desafio é fazer da universidade que chamamos pública — porque mantida pelo Estado, seja a União, seja o Estado, seja o Município —, realmente, uma instituição pública no sentido de aberta, de orientada para os problemas da população. Para isso, ela teria que ter um acolhimento mais universal, teria que ser menos seletiva no seu processo — ou não ser seletiva no seu processo — e excludente, porque sempre que seletiva é excludente da maioria. Esse tipo de transformação exige, assim,

um esforço muito grande e a universidade tem sua parte, mas exige, particularmente, a mudança qualitativa.

Dizia que o sistema público de ensino -- e quando dizemos público pensamos em universal -- é tudo, menos universal. A nossa escola pública de 1º grau não é universal. Por isso, na realidade nem é pública, nesse sentido. Por quê? Porque ela exclui no acesso, exclui no processo, através da reprovação em massa e depois, continuamente, põe alunos para fora, a que chamamos evadidos. Na realidade, temos um processo seriíssimo de exclusão escolar e social.

Então, é a lógica da escola pública e da universidade pública que tem que mudar. Não tenho ilusão de que só com mais recursos, com mais dinheiro se vai resolver o problema. Isso é fundamental, mas é a lógica da instituição pública que tem que mudar. Temos que resgatar a noção de coisa pública e serviço público.

A universidade e a escola, qualquer que seja, não se podem pautar como instituição, em princípio, em critérios de seleção. Tudo que é seletivo é excludente. Selecciona, por definição, os bons e exclui os demais. Realmente, temos que ter como critério básico aquilo que é idéia de uma escola universal.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Alves) — Vamos ouvir agora a palavra do nosso Relator, Senador João Calmon.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Inicialmente, desejo parabenizar o professor Alceu Ferrari pela magistral exposição, que constitui uma contribuição muito importante para os debates que estão concentrando as atenções de deputados e senadores desta CPI da crise da universidade.

Desejo fazer, em virtude do adiantado da hora, apenas duas rápidas perguntas sobre o documento que V. Sª encaminhou à Mesa desta CPI, ressaltando a necessidade de um diagnóstico sério sobre educação no Brasil e acrescentando, mais do que tudo, uma proposta de esforço participativo para seu resgate e transformação em verdadeiro serviço público de qualidade. Essa, sem dúvida, é a meta que todos perseguimos. Este é o sonho que pretendemos ver realizado no Brasil, num futuro não muito remoto.

Neste momento, estamos travando várias batalhas aqui. Uma delas é a necessidade da avaliação, que V. Sª aprova com o maior entusiasmo, como já confirmei, lendo parte de suas conclusões, necessidade de um diagnóstico sério.

Entretanto, pesa sobre a educação, neste momento, uma outra grave ameaça. O Deputado Osvaldo Coelho é autor do art. 60 das Disposições Transitórias da Constituição, que determina que, nos próximos dez anos, o poder público, em colaboração com os setores organizados da sociedade, devem envidar esforços para a eliminação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental.

A Constituição foi promulgada em fins de 1988 e até hoje esse artigo é letra morta.

Entende o Governo, na base de uma interpretação que não passa de um sofisma grosseiro, que esses 50% devem incidir sobre os recursos federais, estaduais e municipais para a educação, e não sobre cada nível de Governo, e não, portanto, sobre os recursos financeiros federais para a educação.

O Procurador-Geral da República já fulminou essa tese num luminoso parecer, num magistral parecer, porque não apenas o Deputado Osvaldo Coelho, mas também o CONSEB — Conselho de Secretários de Educação do Brasil —, os dois formularam a representação que foi acolhida pelo Dr. Aristides Junqueira, e os autos subiram ao Supremo Tribunal Federal para apreciação em data ainda incerta.

Entretanto, na reunião da Comissão Mista de Orçamento de ontem, surgiu um fato grave: o Deputado Osvaldo Coelho propôs que a Comissão Mista de Orçamento suspendesse as suas atividades até que o Governo Federal enviasse, de acordo com o artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, uma demonstração pormenorizada do

cumprimento do art. 60 das Disposições Transitórias. Esse requerimento ainda não foi votado na Comissão Mista de Orçamento, mas um fato é indiscutível: a proposta de orçamento do Governo Federal para o próximo ano viola, mais uma vez, o que determina, com a maior nitidez, o art. 60 do Ato das Disposições Transitórias. A qualquer momento pode surgir um grave impasse, uma crise realmente séria no âmbito da Educação para o Ensino Superior. E para o Ensino Fundamental, o percentual de Contas da União sobre o orçamento do ano passado aponta dados preocupantes. Segundo esse relatório, o Governo Federal destinou quase 90% dos recursos federais para a Educação para o Ensino Superior. E para o Ensino Fundamental, o percentual é um pouco inferior: 0,8% só. Então, estamos vivendo esse quadro, numa violação frontal do dispositivo da Constituição, já devidamente interpretado pelo Procurador-Geral da República.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade — depois de ouvir a sua magnífica exposição e com a sua autoridade de educador, presidente de entidade que merece admiração de todo o universo da Educação brasileira — e ouvir a sua opinião sobre essa controvérsia em relação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Alves) — Com a palavra o depoente.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — Não sou jurista e não tenho condições de dizer a V. Ex^a qual será o entendimento correto. Os senhores, que participaram da elaboração da Constituição, têm muito mais condições do que eu de dizer qual é o entendimento. Penso que, qualquer que seja o entendimento, é absolutamente necessário preservar a universidade pública, porque a pergunta que tem que ser respondida é: o que vai acontecer do objetivo de universalização da Educação fundamental se não se preservar a universidade pública? Essa é a questão! Então, se faltarem recursos, tem-se que buscar mais recursos! Não há remédio! Aqui não se trata de escolher, aqui se trata de o Estado cumprir com a sua obrigação. Vejam bem V. Ex^a, a universidade pública alimenta! Esse é o ponto fundamental! Alimenta inclusive o ensino ministrado nas instituições isoladas. Vou dar um exemplo concreto: na última reunião da nossa entidade, agora em setembro, foram apresentados cerca de 180 trabalhos, três mil e tantas folhas escritas de trabalhos científicos. Desses, 85% de instituições públicas; 15% apenas de instituições privadas. As dez instituições que mais trabalhos apresentaram são todas públicas, uma delas estadual, a USP, em primeiro lugar; a reunião foi realizada lá. E em seguida, nove instituições federais. Logo a seguir, temos, como décimo primeiro, Unicamp, PUC do Rio de Janeiro, PUC do Rio Grande do Sul, com seis trabalhos. Mais USP com 20; Universidade Federal Fluminense com 17, Universidade Federal do Rio Grande do Sul com 15%, Universidade Federal de Minas Gerais com 12%. Esse material saiu em milhares de cópias xerox que circulam hoje em muitas instituições, inclusive nas instituições privadas que não participaram.

Então, a questão de escolher isto ou aquilo, no meu entendimento, é mal posta. Se faltar recurso para simplesmente cumprir, dentro dos critérios atuais, o dispositivo constitucional...

O SR. RELATOR JOÃO CALMON — V. S^a declara que se trata de uma questão mal posta. Eu gostaria de prestar um esclarecimento. Essa divisão é um imperativo constitucional. Só há um caminho: cumpri-lo ou modificá-lo. Será apresentada proposta de emenda à Constituição alterando o que determina o art. 60, porque estão todos os Anais da Constituinte à disposição dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Procurador-Geral da República, com debates travados com o maior ardor, que foram acompanhados também pelo nobre Deputado Henrique Alves. O Deputado

Hermes Zanetti foi o autor do texto básico e o Deputado Osvaldo Coelho introduziu emenda ao texto básico do Deputado Hermes Zanetti, vinculando especificamente 50% dos recursos para a educação na área federal para eliminação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental. Então, não se trata de questão mal posta, mas de um preceito constitucional, já interpretado pelo Procurador-Geral da República. Só há duas alternativas: o cumprimento desse dispositivo constitucional ou uma iniciativa do Congresso, através de qualquer Parlamentar, de apresentar uma emenda à Constituição, alterando esse artigo, caso contrário faremos desencadear uma crise da maior gravidade neste País tão bem definida pelo professor Edison Machado.

Quando eu era Relator da área de Educação do Orçamento Geral da República, pedi o seu pronunciamento, pedi que S. S.^{as} me fornecessem dados sobre as consequências da aplicação imediata desse dispositivo da nossa Carta Magna, e a sua resposta foi dramática: "O cumprimento imediato desse artigo colocará em risco até mesmo a paz social com todas as consequências catastróficas do fechamento de oito ou dez universidades federais". Estamos, portanto, diante desse dilema. Não há uma terceira alternativa. Ou cumpre-se o que está estabelecido na Constituição, ou modifica-se a Constituição.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — O que acredito ser uma questão mal posta é daí tirar, como conclusão, que o único caminho é a privatização da universidade pública. Esse argumento, ouviremos com frequência. A partir do dispositivo constitucional, então, dir-se-á: não há outra saída que não essa. Essa é uma questão mal posta, que seria realmente tirarmos a própria parte de realização, por exemplo, de formação de magistério. No meu entendimento, comprometeríamos a própria base para atingir esse objetivo.

O SR. RELATOR JOÃO CALMON — Estou aqui no Congresso Nacional — vou completar no próximo ano — há trinta anos. São trinta longos e tormentosos anos! Nunca vi nesta Casa nenhuma proposta, nenhum projeto, nenhuma cogitação de privatização das universidades públicas neste País! Nem na área federal, nem na área estadual. Orgulhamo-nos das universidades públicas deste País, mas obviamente, como toda obra do ser humano, da condição humana, ela apresenta vários defeitos. Esta Casa, por exemplo, tem numerosas falhas, numerosas deficiências. Temos que nos mobilizar para diminuir as falhas e deficiências.

Posso dar-lhe este testemunho: não há nesta Casa — e nunca houve — nenhum propósito de privatização nem de sucateamento das universidades. Somos apenas três Parlamentares aqui. Nesta Casa nunca surgiu nenhuma tentativa para atingir um desses nefandos objetivos: liquidar a universidade pública, privatizar as universidades ou sucateá-las.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — O sucateamento, porém, ocorreu. Penso que o Congresso conseguiu avanços grandes no sentido, por exemplo, de colocar um mínimo para União, estados e municípios, para educação. Há um esforço nesse sentido. Vejo a maneira como as coisas aconteceram: medidas isoladas e contraditórias permitiram que, hoje, o ensino público represente, em termos quantitativos, um terço do total apenas, o federal apenas um quinto do ensino público. Isto permite que se veja o sucateamento, por exemplo, dos laboratórios e das bibliotecas. O que acontece nas bibliotecas é realmente dramático, é de chorar, Senador!

O SR. RELATOR JOÃO CALMON — Esse drama existe também no 1º grau.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — Sim, mas numa universidade que tem que produzir conhecimento e não tem acesso às revistas e aos livros da área, isso é crítico, isso é sucateamento.

O SR. RELATOR JOÃO CALMON — Isso é geral.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — De forma nenhuma pensei em dizer que o Congresso é responsável. A responsabilidade é coletiva, é nacional, inclusive a responsabilidade por um projeto novo. O caminho pode ser uma mudança constitucional ou simplesmente aumentar o montante de recursos. As análises do Banco Mundial, por exemplo, nos aconselham a cobrar a universidade pública e a privatizar o 2º grau; também dizem que o Brasil é um dos países que menos aplica em educação proporcionalmente.

O SR. RELATOR JOÃO CALMON — O Anuário da Unesco já colocou o Brasil em octagésimo lugar em dispêndios públicos com a educação. Mas, recentemente, melhoramos um pouco a nossa posição: ficamos em quadragésimo oitavo lugar. A situação é realmente calamitosa em termos de recursos públicos para a educação.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — São dados do próprio Banco Mundial.

O SR. RELATOR JOÃO CALMON — Não é só o Banco Mundial. A autoridade maior é a Unesco, a entidade da ONU.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — O Banco Mundial poderia até não querer revelar essas informações, devido às suas teses. Aí está a explicação de ser o ensino de segundo grau tão fraco e de estar a universidade em crise. Mas eu gostaria de ter a certeza.

O SR. RELATOR JOÃO CALMON — A educação brasileira inteira está em crise, não é só a universidade.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — É um momento que vai exigir muita criatividade e muita ousadia. Mas eu gostaria realmente de ser convencido de que aquele percentual da União, dos estados e municípios é realmente cumprido à risca.

O SR. RELATOR JOÃO CALMON — O Rio Grande do Sul já aumentou de 25% para 35%.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — Mas o que realmente representa os 18%, os 25% ou os 35%, é aquilo que é aplicado em educação. Sabemos que nesses cálculos percentuais há muito recurso que não passa ou não sabe se passa. Há condições, hoje, por exemplo, de se ter uma avaliação exata do que se despendeu em educação, de se saber se, ao final de um ano, efetivamente se destinaram 25%? É a pergunta que faço.

O SR. RELATOR JOÃO CALMON — Professor, a análise dos dispêndios com educação é feita na área federal, obviamente, pelo Tribunal de Contas da União; na área dos estados e dos municípios, é feita pelos Tribunais de Contas dos Estados. Os Tribunais de Contas dos Estados apuram o não-cumprimento do dispositivo constitucional sobre financiamento da educação. Mas nunca houve neste País um governador com coragem de cumprir um artigo da Constituição que determina taxativamente que, quando o município não destina um percentual mínimo para a educação, o governador deve decretar a intervenção nesse município, não assume o vice-prefeito, e o prefeito passa a ser o interventor. Se, há 50 anos, se viola impunemente um artigo da Constituição, podemos imaginar o que acontece com as chamadas leis ordinárias. Às vezes tem-se até a dúvida se elas não são ordinárias em mais de um sentido.

Este é o drama brasileiro, e estamos aqui aprendendo muito com o mestre da educação brasileira, que está dando uma valiosa e preciosa contribuição para o debate e a solução desse problema, que deveria ser a prioridade um, dois e três do Brasil. Muito obrigado.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — Eu é que agradeço a V. Ex^a a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Alves) — Srs. Parlamentares, podemos dar por concluídos os nossos trabalhos de hoje, agradecendo a participação dos nossos convidados: Patrícia de Angelis, Presidente da UNE, e o professor Alceu Ravanel Ferrari, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. A CPI continua o seu trabalho. Nas próximas semanas, continuará suas reuniões, objetivando a conclusão de estudos e diagnósticos da crise da universidade brasileira. Muito obrigado a V. Ex^a e ao depoente.

Data: 7-11-91 — hora: 10h37min

Convidados: Carlos Eduardo Baldijão — João Faustino — Sólton Borges — Vânia Galvão — Henrique Alves — Hugo Napoleão.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Declaro instalada mais uma reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 593/91, destinada a investigar a crise na universidade brasileira.

Convido para prestar o seu depoimento o nosso primeiro convidado de hoje, professor Carlos Eduardo Baldijão, Presidente da Andes.

De acordo com o nosso Regimento, peço ao nosso ilustre depoente que preste o juramento regimental.

O SR. CARLOS EDUARDO BALDIJÃO — Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise na universidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao nosso ilustre depoente, professor Carlos Eduardo Baldijão, que terá vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. CARLOS EDUARDO BALDIJÃO — Exm^o Sr. Presidente dos trabalhos desta Comissão, Senador João Calmon; Srs. Deputados; Srs. Senadores; senhoras e senhores, a nossa presença nesta Comissão nos é bastante honrosa, na medida em que abre a possibilidade de colocar para esta Casa toda uma série de preocupações que o movimento docente, através da Andes, o sindicato nacional, vem manifestando há vários anos. Consideramos também importante a iniciativa de desenvolver um trabalho de investigação sobre a situação da universidade brasileira.

Gostaria, em primeiro lugar, de lembrar que, já durante algum tempo, fundamentalmente a universidade pública vem sendo atacada através de depoimentos, seja na imprensa falada, seja na escrita, muitas vezes por membros do Governo; mais recentemente até pelo próprio Ministério da Educação, quando ouvimos o Ministro Carlos Chiarelli, por exemplo, numa entrevista de jornal, colocar reitores, professores e servidores da universidade brasileira numa situação bastante delicada diante da opinião pública, na medida em que eram fundamentalmente destratados.

Gostaríamos de fazer, primeiro, alguns comentários sobre um dos pontos que vinham sendo levantados em relação à universidade pública e, depois, colocaremos alguns aspectos sobre a situação absolutamente desavergonhada, diria, do setor privado da educação a nível superior.

No que se refere à universidade pública, tem sido feita uma série de críticas em relação, por exemplo, ao número de alunos, de servidores ou de professores. E toda uma série de dados tem sido trabalhada de maneira ou absolutamente distorcida ou, algumas vezes, de maneira falsa. Têm sido colocados dados que não correspondem à realidade.

Sabemos, por exemplo, no que se refere à relação professor/aluno, há que se discutir que, em determinados cursos, tem que se ter uma relação mais estreita, por exemplo, entre o docente e o estudante, como é o caso dos cursos de Medicina, como é o caso da área de saúde de modo geral, dos cursos que exigem laboratório, como o de Química, que não pode deixar cem alunos perdidos apenas com um professor. Enfim, não se discutem objetivamente essas questões. É difícil, por exemplo, que se faça uma relação entre o número de funcionários e o de alunos, que depende muito dos serviços que a universidade oferece, das proporções do hospital universitário, da disponibilidade dos serviços culturais etc. Em termos de serviço, a universidade necessariamente vai precisar de mais funcionários, e não se pode fazer nenhuma relação entre funcionário e aluno. Quanto ao número, o Ministro Carlos Chiarelli costumava, até em tom de chacota, dizer que cada funcionário tomava conta de um estudante.

De modo que a universidade tem sido tratada de maneira desrespeitosa, inclusive por aquelas pessoas que teriam obrigação de cuidar das instituições, para que elas tivessem o melhor desempenho possível.

Assim sendo, tenho de lembrar que a crise da universidade não ocorre dentro de uma situação isolada. Não estamos vivendo exclusivamente a crise da universidade: vivemos, na verdade, uma crise profunda na sociedade brasileira, que todos sabemos está num processo de recessão aguda, com desemprego crescente, com descrédito em relação às instituições de um modo geral, e a universidade não pode escapar de uma situação de crise colocada sobre a sociedade.

Por outro lado, sabemos que a crise não cai do céu, não foi Deus que a mandou, ou seja, existe uma situação concreta na sociedade brasileira, que provocou a crise que estamos vivendo, do ponto de vista da sociedade em geral, em sua economia, em todas as áreas, como saúde, transporte e particularmente, no que se refere à educação. Penso que tínhamos que fazer um alerta para alguns aspectos, como, por exemplo, o parco investimento que se fez em educação neste País historicamente.

Freqüentemente fazemos comparações com países do chamado Primeiro Mundo, da Europa, dos Estados Unidos e Canadá, como se os projetos governamentais imitassem os desses países. Entretanto, comparando-se nossos investimentos com os do Canadá, por exemplo, constatamos que aquele país investe em educação 8% do seu produto interno bruto. Sua população é relativamente estável, com o crescimento muito baixo e um sistema escolar, em todos os níveis, já montado, bastando hoje em dia que sejam feitos os investimentos de manutenção. O Brasil tem uma velocidade de crescimento populacional razoável, embora tenha ocorrido decréscimo. Temos um déficit na rede física em todos os níveis; temos uma população de escolaridade extremamente baixa. Apenas 34% da população na faixa etária correspondente estão cursando o 2º grau. Seguramente a escolaridade é uma das mais baixas do mundo, ou seja, nossos investimentos em educação deveriam ser, no mínimo, três vezes maiores do que são hoje. Expressados em termos do Produto Interno Bruto, investe-se hoje 3,5%, considerando-se investimentos feitos em nível estadual, federal e municipal.

Devemos lembrar que o Japão no pós-guerra chegou a investir cerca de 14% do seu PIB em educação.

Os países árabes, para dar um salto, inclusive do ponto de vista educacional, chegaram a investir também de 11% a 12% em educação.

Então, uma primeira coisa que se constata é que o Brasil teria que dar um salto efetivo em termos de investimento. E hoje só ouvimos falar em corte. Lamentavelmente, por exemplo, vejo um artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, na página 3, do professor José Goldemberg, atual Ministro da Educação, em que comenta uma série de reportagens que a *Folha de S. Paulo* fez em relação à Educação, denominadas "República da Ignorância".

E vemos aqui uma manifestação que nos causa muita estranheza, principalmente vinda de alguém que é físico, que já foi presidente da SBPC, da Sociedade Brasileira de Física e hoje o Ministro da Educação questionando a utilização de um indicador relacionado com o número de habitantes, ou seja, relacionado com a população, como se isso fosse errado. S. Ex^a questiona, por exemplo, o número de cientistas por habitantes, dizendo:

“Esse procedimento é comum, mas só é significativo em países mais homogêneos que o Brasil. Num país em que apenas cerca de trinta ou quarenta milhões de habitantes têm realmente acesso aos confortos da civilização moderna — como é o caso do Brasil — o número de cientistas *per capita* não é muito específico. Se dividirmos o número de cientistas por 30 milhões de habitantes, e não dos 150, obteríamos 1.950 cientistas por milhão de habitantes, índice superior ao do Canadá e pouco inferior ao dos Estados Unidos.”

Ora, isso é mais ou menos o que poderíamos chamar de manipulação de dados. Para podermos comparar o Brasil com os Estados Unidos, ou Canadá, ou qualquer outro país, temos que exatamente expressar pelo número de habitantes. Senão, vamos considerar que existe Brasil I, Brasil II, Brasil III. Nosso País tem 150 milhões de habitantes; por isso temos que relativizar esse número para podermos fazer a comparação.

Então, é lamentável que vejamos escrito e assinado um depoimento como esse por parte de um Ministro da Educação, que é também um físico, ou seja, um cientista cometer um erro do ponto de vista científico, eu diria. Quer dizer, a coisa é grave nessa direção. Inclusive, é papel de um cientista, quando escreve na imprensa, procurar até ajudar a opinião pública em torno de raciocínios a serem desenvolvidos.

Ao invés de percebermos uma resposta concreta por parte das autoridades educacionais em termos de propostas de como sair dessa crise em que se vive, em que a questão de investimento é prioritária, vemos, nesse mesmo artigo, o Ministro dizer que se investe muito em educação. Segundo ele, não são 3,5% do PIB: são 4%. Mas, segundo o professor Melchior, da Universidade de São Paulo, por exemplo, se considerarmos que, no Brasil, muitas vezes o asfaltamento de uma rua em frente à escola, uma estrada etc., são incluídos como gastos em educação, fazendo-se os cálculos desses investimentos, conclui-se que, indiretamente, em educação se investem apenas 2,7% do nosso PIB.

Uma outra coisa que nos impressiona ainda é quando se fala de gastos públicos hoje. Hoje em dia a grande intenção é cortar gastos públicos. E estamos vendo a intenção clara de se cortar em educação, em saúde, transporte etc. Vamos comparar com os países que se pretende imitar.

Os países da Europa, de um modo geral, gastam em média 43% do seu PIB como gasto público. Alguns países chegam a superar esse número, como é o caso da Itália, que supera em 50%. Um outro país desenvolvido: o Canadá, a que nos referimos há pouco, também investe ligeiramente mais que 50%, ou seja, tem como gasto público pouco mais de 50% do seu PIB. Enquanto isso, o Brasil não chega a investir como gasto público 25% do PIB; investe menos do que 25% do PIB.

Por outro lado, neste país se recolhe pouco imposto. Na verdade, quem paga imposto neste País é o assalariado, inclusive vários depoimentos a esse respeito já foram feitos. Cerca de 85% da arrecadação de impostos advém do imposto recolhido dos assalariados. O capital paga pouco imposto, aliás, pode-se dizer que o capital praticamente não paga imposto neste País. Então, há que se fazer uma reforma tributária séria, de caráter progressivo, em que efetivamente tanto o Governo Federal como os governos estaduais e municipais possam ter dinheiro para investir nos setores básicos, como educação, saúde, transporte etc.

A cantilena toda da privatização como sendo uma maneira de o Governo poder investir mais nessas áreas, estamos vendo quão mentirosa ela tem sido. Primeiro, pelos critérios de venda que observamos inicialmente; segundo, porque a imprensa nesses últimos dias mostra o valor pelo qual foi vendida a empresa Celma para o setor privado: por volta, segundo a imprensa, de 85 bilhões de cruzeiros. E, no mesmo dia, os jornais diziam que, por medidas do Executivo, particularmente do Ministério da Economia, os usineiros do Nordeste vão receber subsídios da ordem de 100 bilhões, quer dizer, é mais do que uma Celma. Onde está, então, a idéia de que o Estado deve estar fora da economia e ter mais dinheiro para poder investir nas áreas fundamentais?

Devemos pensar bastante sobre essas questões, para que possamos tratar seriamente os problemas com a educação.

Voltando particularmente à situação da universidade: é de conhecimento de todos que se investiu pouco dinheiro público nas universidades federais e mesmo nas universidades estaduais. A não ser em situações particulares ou em determinados períodos em que houve uma entrada maior de dinheiro, a regra geral tem sido, cada vez mais a diminuição de verbas. Inclusive, este ano a expectativa é de que o dinheiro não seja suficiente para a universidade passar o mês de novembro. Se, na verdade, as direções das universidades tivessem de fato uma postura um pouco mais radical com relação à defesa da universidade, deveriam mostrar que é impossível a universidade funcionar a contento da maneira como ela está no dia de hoje.

No entanto, tem sido feito um esforço muito grande por parte de docentes, por parte dos servidores, inclusive por parte dos próprios estudantes, para se manter a universidade em funcionamento, apesar do descaso com que vem sendo tratada: uma deterioração tremenda da rede física; uma ausência de bibliotecas, porque as bibliotecas estão com uma grande defasagem em relação a periódicos, livros-textos etc.; equipamentos em laboratórios, com raríssimas exceções — um ou outro centro que tem conseguido mais verbas, mas, de modo geral, o investimento tem sido extremamente baixo. Os salários têm sido muito arrojados, inclusive, este ano, chegou-se a 108 dias de greve nas universidades federais, em que se reivindicou uma reformulação mínima em termos salariais, que a inflação praticamente já comeu. E o mais interessante é que a universidade já estava em greve há mais de 80 dias, e não havia negociação concreta com o Executivo. Quer dizer, não tinha importância, na verdade, para o Executivo que a universidade estivesse parada. Porque, se houvesse interesse concreto, no segundo ou no terceiro dia de greve já teriam que estar sentando e discutindo seriamente uma proposta concreta.

No que se refere às universidades estaduais, gostaria de tomar como exemplo as de São Paulo, em função da situação particular que vivem: seu orçamento global, até pouco tempo atrás, era de 8.4% do ICMS arrecadado; hoje subiu para 9% do ICMS arrecadado. Pudemos assistir pela imprensa a uma verdadeira briga entre os três Reitores das universidades estaduais paulistas, das migalhas, em função do pouco dinheiro que é hoje, esses 9% da arrecadação do ICMS. Ele é pouco, seguramente porque sabemos, em primeiro lugar, que há uma sonegação que os próprios Secretários da Fazenda admitem, e que, no Brasil, chega a ser da ordem de 50% — e se fala isso como se fosse uma coisa muito natural.

Muitas vezes vemos medidas que perdoam os devedores de impostos, além dos tão falados favores fiscais. Recentemente, estava em discussão aqui, no Congresso, por exemplo, a questão da Amazônia em termos de favorecimento fiscal. Essas questões não estão isoladas da questão particular da universidade. Foi encaminhada a esta Casa uma chamada, "emendinha", que pretende fazer mudanças na Constituição, que, a nosso ver, são mudanças que contrariam, totalmente, o que a população brasileira expressou, através dos Constituintes, elaborando a Constituição de 1988, em

que previa uma descentralização do poder. Pretende-se agora, novamente, centralizar o poder como na época dos atos institucionais e, dentre uma série de outras medidas, encontram-se, lá, propostas para a universidade brasileira que não trazem nenhum aporte de recursos para melhoria das condições de superação da crise que vemos hoje.

Se se propõe, na verdade, um orçamento global para as universidades, e se São Paulo, com apenas três universidades, vive uma situação tremendamente difícil para se estabelecerem critérios, quer dizer, as três universidades estaduais paulistas estão sufocadas com esse orçamento global, que dirá a nível federal, onde o número de universidades é muito maior, com situações bastante diferenciadas; que critérios, se poderia estabelecer para melhorar a situação de todas as universidades, através do orçamento global? Na verdade, o que podemos entender é que se quer, efetivamente, restringir em 80% as verbas das universidades, os gastos com pessoal. Ora, todos sabemos que isso é o ideal, todos lutamos, inclusive, o movimento docente tem lutado durante muitos anos para que a universidade conte com, pelo menos, 20% para outros custeios e capital. Mas isso não pode ser feito às custas dos salários de docentes e servidores que já têm os seus salários arroxados durante todo esse tempo. De modo que podemos perceber que as medidas que vêm, por parte do Executivo, têm sido medidas que vão tornar pior ainda a situação da universidade pública.

Do ponto de vista da universidade privada — não quero me alongar mais — não ouvimos absolutamente nenhum comentário na imprensa, por exemplo, diante do descalabro da situação em que vivem essas universidades, ou seja: em primeiro lugar, lucro e educação são incompatíveis, e, em segundo lugar, a nível de curso elementar, a nível de pré-primário, quem sabe seja possível manter uma boa escola particular, paga, através de mensalidades, desde que se cobre o suficiente para se manter, em condições adequadas de trabalho, em condições adequadas para a estada das crianças, enfim, bibliotecas ou todo o equipamento necessário.

Agora, em termos de universidade, é absolutamente impossível: a universidade é cara e não é cara só no Brasil, a universidade é cara em todo o mundo. O próprio Professor Lobo, Reitor da Universidade de São Paulo, teve oportunidade de publicar artigos na imprensa onde ele compara, inclusive, custo/aluno, e mostra que na Universidade de Harvard, por exemplo, o custo/aluno fica por volta de 56 mil dólares por ano. Então, se no Brasil temos um custo/aluno, segundo o publicado pela imprensa, por volta de 5 ou 6 mil dólares, isso é muito pouco. Reflete os péssimos salários que estão recebendo os professores e o pequeno investimento que está sendo feito na universidade.

Não é, de fato, uma situação ideal.

A Universidade de Harvard, por exemplo, é uma universidade privada, mas não tem um dono, como acontece no Brasil. No Brasil, a universidade privada tem dono. Nos Estados Unidos, as universidades privadas não têm dono, elas têm um caráter comunitário: elas têm uma presidência, um conselho que é escolhido. Existe um papel muito importante, também, nas universidades americanas, que é a manutenção feita através de fundações mantenedoras, que são muitas. No Brasil, acontece o seguinte: as mantenedoras das universidades privadas não mantêm essas universidades, ao contrário, são mantidas por elas. Na verdade são, basicamente, as mensalidades, ao contrário, são mantidas por elas. Na verdade são, basicamente, as mensaliadoras.

A Constituição fala em indissociabilidade intensiva de pesquisa e extensão. Com raríssimas e honrosas exceções, o setor privado e fundamental, na área das universidades confessionais, mas nem todas — eu diria, particularmente, a PUC de São Paulo, a PUC do Rio de Janeiro —, não encontramos a indissociabilidade intensiva de pesquisa e extensão, às vezes só encontramos o ensino, e ensino de má qualidade,

dadas as condições de trabalho a que estão submetidos os professores, e, eu diria, as condições muito pouco pedagógicas a que estão submetidos os estudantes.

Tivemos situações em que se chegou a demitir, praticamente, todos os professores de um curso. Isso foi na Escola de Belas-Artes, em São Paulo, há alguns anos, em função de uma greve que os professores fizeram, e como resultado, antes do fim, praticamente, todos os professores foram demitidos. Isso é um absurdo. Essa escola deveria ser fechada; no entanto, está funcionando até hoje.

A tal de Universidade Paulista, UNIP, ligada ao Colégio Objetivo, enfim, produtos do mesmo grupo, chegou antes do fim do ano, também, um pouco antes de encerrar os trabalhos, a demitir uma quantidade enorme de professores sem a menor preocupação do ponto de vista pedagógico. E fizemos a denúncia dessa situação ao então Ministro Carlos Chiarelli e arrolamos, também, outras denúncias importantes em relação à UNIP — temos um dossiê que, depois, vamos repassá-lo a esta comissão, e ele será entregue tanto à Demec de São Paulo, como aqui ao MEC, no Distrito Federal. Há denúncia de uma professora que se identificou e se prontificou a vir ao MEC, pessoalmente, para trazer um depoimento referente à existência de laboratórios ambulantes. Um dia ela chega para dar aula, e onde está o laboratório? Ela ficou horrorizada! O laboratório simplesmente tinha sumido, e um funcionário, óbvia e inadvertidamente, disse que o laboratório tinha sido levado — agora me foge para que lugar — mas para uma outra unidade do mesmo grupo, provavelmente, porque o MEC iria fazer alguma inspeção; então, o laboratório estava sendo mudado. Aliás, em vários jornais e em muitas revistas de publicação nacional, essas denúncias têm sido feitas, as bibliotecas circulam, no sentido de quando for fazer a vistoria, a inspeção encontre, lá, uma biblioteca. Tem até particulares que oferecem sua biblioteca para isso. Quer dizer, sai na imprensa e continua acontecendo, sem problema nenhum. Então, o setor privado do ensino superior, que é um verdadeiro descabro, não sofre nenhuma crítica, hoje, por parte da imprensa, e não sofre uma fiscalização por parte do MEC, para que possa, de fato, existir em condições adequadas.

Consideramos que o ensino privado possa existir. A final de contas vivemos numa sociedade capitalista, e esse espaço pode estar aberto, mas deve ser entendido como uma concessão do serviço público, e deve oferecer um mínimo de qualidade, ou seja, no caso da universidade, tinha que ter professores com dedicação exclusiva, na sua maioria e, ao contrário, não tem: são professores horistas; não existe carreira docente, existe ao docente as carreiras, que têm que sair de uma faculdade e pegá-la na outra, na outra e na outra. O professor do setor privado que quiser fazer um mestrado ou um doutorado, ou seja, aperfeiçoar-se, terá que fazer por sua própria conta e risco, porque vai ter que diminuir número de aulas, enfim muitas vezes deixar faculdades para poder fazer o curso de pós-graduação que se faz na universidade pública. De modo que diria, para não me alongar mais, pois devo ter ultrapassado o meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — V. S^a ultrapassou oito minutos, mas teria mais uns quatro minutos para encerrar.

O SR. CARLOS EDUARDO BALDIJÃO — Muito obrigado. Então, acho que devemos considerar a questão da universidade observando primeiro que com relação à universidade pública há que se discutir, de maneira responsável, a situação que vive a universidade e verificar, inclusive, as mazelas que existem, mas também ver o porquê de elas existirem, na medida em que sabemos que muitas universidades foram criadas com intenções clientelísticas. Sabemos, também, que a preocupação com a indicação de reitores por parte do MEC não existe, porque o MEC é mais competente para indicar um reitor. Mas em função do interesse clientelístico que decorre daí — sabemos inclusive que um jornal de Juiz de Fora, há algum tempo atrás,

por volta de 1988, publicou uma matéria em que o Presidente do PFL local dizia que quem deveria indicar o reitor para a Universidade Federal de Juiz de Fora deveria ser o PFL, porque era o PFL que estava no Governo, no Ministério da Educação. Temos esta publicação guardada e mostra claramente a utilização das universidades com atitudes clientelísticas, mesmo porque atrás do reitor vêm vários assessores, FCS, FGS, enfim toda uma parafernália de cargos que fazem parte da atividade clientelística. Muitas vezes, se pergunta o porquê da criação da Universidade Federal de Ouro Preto. Universidade que poderia, por exemplo, fazer parte do *campus* da Universidade, criando toda uma estrutura administrativa e burocrática que também pode responder ao interesse clientelístico. Então, como esse trabalho se desenvolveu durante muitos anos dessa maneira, é óbvio que, infelizmente, vamos ter situações de mazelas dentro das nossas universidades. Por outro lado, em função de não termos investido efetivamente em pessoal durante esses anos, acontece que temos, por exemplo, uma titulação baixa nas universidades federais. Inclusive, de maneira desigual pelo País. Temos cerca de 50% de professores titulados, aproximadamente 33% com mestrado e 17% com doutorado. Isso nas universidades federais, enquanto nas universidades estaduais paulistas, por exemplo, cerca de 65% dos docentes têm o título de doutor. Na Universidade Federal de São Carlos é mais de 50%, mas em termos médios temos apenas 50% dos docentes titulados e a maioria com nível de mestrado, porque não se investiu efetivamente, de maneira agressiva, na qualificação docente. E uma das coisas que podemos observar hoje é que por volta de 37 anos de idade é que se atinge o título de mestre e o título de doutor por volta de 42 anos de idade. Já que gostamos de fazer comparações, nos países do Primeiro Mundo atinge-se o doutorado por volta dos 30 anos de idade. Então, a vida acadêmica do docente fica muito maior em nível de possibilidades que tem na formação de novos professores, na possibilidade de aumentar a pós-graduação e a pós-graduação significa pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa no País, ou seja, nossa preocupação com ciência e tecnologia está também ligada a um investimento sério e maciço que se faça nas universidades públicas. Com relação ao setor privado, acho que, em primeiro lugar, o Executivo, através do Ministério da Educação, deveria fazer uma verdadeira devassa nas universidades particulares para ver em que condições são dados os cursos, inclusive quais são as condições de preparo dos profissionais, que depois vão ter muitas dificuldades para conseguir emprego. Muitas vezes, encontramos em jornais anúncios como: Procura-se engenheiros. Ai eles dão preferência numa ordem seqüencial de que universidade gostariam de ter esses engenheiros trabalhando. Não é à-toa que isso é feito. Isso decorre da péssima qualidade de ensino que temos nas universidades privadas.

Para encerrar, quero lembrar que, apesar de toda situação dramática por que passa a universidade pública, a própria população reconhece a universidade pública como a melhor, tanto assim é que quer ver os seus filhos estudando numa universidade pública, mas não porque ela é gratuita, mas porque de fato ela é a melhor.

O papel que têm as universidades públicas nas respectivas comunidades também é muito grande, como é o caso, por exemplo, dos hospitais universitários em muitas regiões do País. No Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste o principal atendimento, às vezes o único atendimento oferecido a população, é através dos hospitais universitários. Mesmo em São Paulo — esse é um dado interessante — onde há uma rede bastante complexa de hospitais públicos e privados, o maior atendimento oferecido pelo Inamps é através do hospital universitário da Escola Paulista de Medicina, o Hospital São Paulo. É ele que oferece o maior número de atendimentos através do Inamps.

Portanto, a universidade não está deslocada da sociedade; a sociedade a respeita e toda vez que há necessidade de assessoramento, tanto prefeituras como governos estaduais vão buscar, nas universidades públicas da sua região, o apoio para diferentes programas que queiram desenvolver, para as diferentes pesquisas que lhes interessem,

nas mais diferentes áreas. Pode ser na história, na geografia, em ciências sociais, nas áreas humanas, além do conhecimento que buscam nas áreas exatas, que aparecem mais para o grande público.

Para nós salvamos esse patrimônio importante que é a universidade pública, há de se investir efetivamente. E para que possamos ter uma universidade brasileira de qualidade é preciso exigir de todos uma universidade de qualidade, ou seja, com indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com a maioria dos docentes em dedicação exclusiva e com carreira acadêmica definida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Agradecemos ao professor Carlos Eduardo Baldijão a sua valiosa contribuição para esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Peço-lhe que assine o juramento e convido o nobre Deputado João Faustino, que foi o autor da iniciativa da instalação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, para assumir a Presidência, já que tenho de comparecer à Comissão Mista de Orçamento da qual sou membro. Mas espero voltar dentro de poucos minutos para continuar a participar dos trabalhos. Atuará como relator, na minha ausência, o nosso ilustre Deputado Sólton Borges dos Reis.

Retiro-me por alguns minutos e o professor Baldijão continuará, aqui na Mesa, respondendo às indagações do Relator e do eminente Parlamentar aqui presente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Assumo a Presidência dos trabalhos desta reunião da comissão parlamentar de inquérito que apura a crise na universidade brasileira.

Esta CPI foi instaurada no momento em que a universidade brasileira vivia, talvez, o seu momento mais agudo de intranquilidade, de crise e de esvaziamento político, pedagógico e administrativo, paralisada há mais de 60 dias recebendo todo nível, e todos os sintomas de hostilidades por parte das autoridades educacionais do País na época, vivendo uma crise conceitual bastante profunda. Diante desse quadro todo, o Congresso Nacional decidiu constituir, por proposta nossa, esta comissão parlamentar de inquérito, que tem, por objetivo inicial, investigar as razões da crise da universidade brasileira e, em segundo lugar, se constituiu num fórum próprio dentro do Congresso Nacional, sobretudo na defesa da universidade pública.

A CPI praticamente está em vias de encerrar os seus trabalhos e o que constatamos, de tudo o que foi feito, é que, lamentavelmente, ela não conseguiu ainda cumprir a sua missão. Entendíamos nós que, no momento em que se instalasse a CPI, realmente teríamos condições de construir esse fórum parlamentar na defesa da universidade pública.

Talvez haja uma inversão de valores dentro do Congresso Nacional e na própria sociedade brasileira. A instituição que é responsável pela formação do pensamento e da inteligência nacional não conseguiu sensibilizar o Parlamento brasileiro, ao ponto de tornar esta CPI um instrumento verdadeiramente forte no interesse maior da sobrevivência da própria instituição do ensino superior brasileiro.

Mas quero dizer da satisfação de estar aqui presidindo esta reunião, em substituição ao Deputado Eraldo Tinoco, e dizer também da alegria em poder ter nesta Comissão o depoimento do Presidente da Andes: que é não apenas um patriota defendendo os interesses da educação nacional, mas também um educador que tem, à frente da Andes, procurado realmente dar à educação brasileira o sentido, o ritmo que o País está a exigir.

Passo a palavra, neste instante, ao Deputado Sólton Borges dos Reis, que funciona como relator nesta reunião. S. Ex.ª disporá de dez minutos.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS — Quero lembrar aos presentes que não conhecem a estrutura e o funcionamento do Congresso Nacional que o número de reuniões de órgãos permanentes, desde o Plenário da Câmara, do Senado e do Congresso, passando pelas Comissões Permanentes e especiais em geral, até as reuniões de bancada é muito grande. Além disso, essas reuniões realizam-se cumulativamente, daí às vezes, a exigüidade de auditórios numa e noutra comissão.

Agora mesmo, o Senador João Calmon, que é Relator desta Comissão, foi à Comissão de Orçamento e, daqui a pouco, sou eu que vou, porque é realmente agora ou nunca o assunto Orçamento. Então, estou aqui, na condição de membro da Comissão, como Relator *ad hoc*, para comentar com o depoente e com os presentes sobre a problemática educacional brasileira.

Como disse o Presidente da Mesa e criador desta Comissão — se não disse, nós concluímos de suas palavras — a Educação não sensibiliza as elites nacionais e nem a elite política. A não ser nos palanques, não há realmente um empenho sério de enfrentar a problemática da Educação. Os governos se desobrigam desses assuntos e improvisam, principalmente nas coisas que têm um suposto retorno político-eleitoral, ou pelo menos, se desinteressam.

Esta é uma tese que poderia ser sustentada — não agora porque não há nem o tempo para isso. Aqui mesmo, temos uma visão às vezes epidérmica do problema da Educação, que, sendo um problema, deve ser enfrentado pelos especialistas, mas tendo uma causa nacional e social que deve ser abraçada por todos. Como problema, objetivamente, e, como causa, subjetivamente, porque todos somos responsáveis e todos somos interessados.

De maneira que a Educação não é aquela prioridade por que este Deputado sonhou, vem sonhando ao longo da vida, tendo tido, inclusive, como candidato a Constituinte, entre os cinco pontos máximos da campanha, os seguintes: "Uma Constituição democrática para o Brasil" e "A Educação prioridade nacional n.º 1".

Não há nenhuma perspectiva, no meu entendimento, de que a educação venha a ser considerada ainda ou já uma prioridade.

Quanto ao Legislativo, ele tem feito a sua parte, tanto assim que se a Constituição brasileira estabelece que pelo menos um percentual da arrecadação de impostos deve ser empregado na manutenção e desenvolvimento do ensino — é uma destinação muito específica, não é na educação em geral e muito menos ainda na cultura e menos ainda no lazer, é na manutenção e desenvolvimento do ensino, na educação escolar —, isso se deve ao Legislativo.

Foi a Constituição de 1934 que, pela primeira vez na história deste País, forçou a mão impondo ao Executivo a destinação de, pelo menos, na época, 10%. Depois veio a de 1937 e suprimiu isso porque era só Executivo. Na Constituição de 1946, a Constituinte melhorou a eficácia desse dispositivo e o pôs novamente na Constituição. Mas, depois veio 1964 e a Constituição de 1967 retirou isso outra vez. Nos anos de 1980 a 1985, o Senador João Calmon, depois de tantas iniciativas, conseguiu que o Congresso votasse uma emenda à Constituição colocando-o novamente. A Constituinte inseriu-o novamente na Constituição de 1988. O Governo tentou tirar agora, recentemente, quando anunciaram o Emendão, dizendo que iriam tirar na área federal os 18% mínimos, e nisso o Ministro tem crédito. Neste ponto, S. Ex.^a tem crédito porque teria convencido o Presidente da República de não mexer nesse ponto. Em outros nós podemos discutir e temos muito a discutir no Ministério, mas, nesse ponto, parece que foi bom.

De maneira que o Legislativo tem feito a sua parte, às vezes equivocadamente. Hoje, por exemplo, figuram, na Ordem do Dia, 90 proposições criando algumas universidades no Nordeste, no Norte e uma série de escolas técnicas federais. Mas essa criação não é função do Congresso, são alguns Parlamentares que querem servir

ou mostrar que estão servindo, então autorizam o Governo a fazer. Não é preciso e nem adianta porque se o Governo quiser não precisa de lei e se ele não quiser não adianta a lei porque ela é apenas autorizativa.

Vamos diretamente ao depoimento do Presidente da Andes, que trouxe toda essa ótica de uma entidade respeitável e respeitada.

A insatisfação com o ensino está generalizada hoje no Brasil. Mas não é só hoje, ela sempre existiu, e não só no Brasil, como no mundo inteiro.

Eu, pessoalmente, tenho um levantamento documentado dessas duas afirmações. Todas as gerações que antecederam a nossa neste País, desde a independência, sempre se queixaram acerbamente da escola do seu tempo. Atualmente, a crise é universal.

Nós podemos ter, no Brasil, uma escola — estou apenas opinando; aliás, a pedagogia tem muito de opinativa — melhor do que temos, embora nossa condição econômico-financeira seja de Terceiro Mundo, desde que gastemos melhor aquilo que se gasta e partamos para uma pedagogia, que considero básica, que é a do esforço. Para isso, deve-se acudir o professor, que, depois do aluno, é o elemento essencial na escola.

Queria colocar dois temas para o professor: o primeiro é sobre as verbas públicas na escola e na universidade; e o segundo é sobre a carreira do professor universitário. Na Constituinte, eu, especialmente, fiz a defesa, no plenário da Sistematização, da emenda do Professor Florestan Fernandes para que a verba pública fosse destinada à escola pública. Ele, como marxista, na linha do monopólio estatal do ensino, coerente com sua pregação assumida na cátedra, nos livros, na imprensa, como um homem de excepcional valor que é, e eu, sob outro fundamento, reconhecendo a escola particular como legitimamente democrática e conjunturalmente às vezes necessária, mas à sua própria custa e não à custa do poder público, porque no Brasil temos a vergonha nacional das estatísticas, que não vamos alongar pois o tempo não permite.

Mas, não vencemos. Ficamos os dois praticamente sós, na Constituinte, porque foi feito um acordo pelo qual a verba pública poderia ser destinada a escolas confessionais, a escolas comunitárias e a escolas filantrópicas.

Eu não tenho experiência de escolas comunitárias. No meu Estado, que é São Paulo, não conheço nada nesse campo, mas se fala muito que há no Nordeste, no Rio Grande, talvez na Bahia, escolas comunitárias que mereceriam apoio. Não sei bem o que distingue uma escola comunitária de uma escola comum. Quanto à filantrópica, suponho que seja gratuita, pelo menos.

A minha questão seria essa: sob o ponto de vista da Andes, essa excessão que se abriu para as escolas confessionais tem sua razão de ser? Como escolas privadas, estão sujeitas às críticas que aqui foram feitas, e sempre se faz? Elas se distinguem umas das outras? Por exemplo, a Universidade Mackenzie, centenária, de São Paulo, não pode receber verbas, e qualquer PUC pode. Qual é a sua avaliação sobre esse critério: sendo confessional, pode; não sendo confessional, não pode? Essa é uma questão, porque são assuntos veiculados em seu depoimento.

A outra é sobre a carreira do professor universitário. A Constituição de 46 permitia a aposentadoria especial do professor docente do ensino de primeiro e segundo grau. Durante o regime militar, mas por iniciativa do Congresso Nacional, foi aprovada uma emenda constitucional estendendo isso a todo o ensino, inclusive ao professor universitário. Então, a professora de uma universidade pode se aposentar com todos os vencimentos, que anteriormente eram proporcionais, com 43 anos de idade, desde que ela inicie o seu trabalho no serviço público de ensino aos 18 anos. Isso interfere com o processo de formação, de amadurecimento? É bom isso só para o professor ou é também bom para a universidade que se renovem, ou que amadureçam e ganhem o título de professor universitário ao longo dos cursos, como V. S^a comparou com outras universidades estrangeiras?

São essas as duas questões, só para uma reflexão de V. S^a

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Passo a palavra ao professor Carlos Baldijão.

O SR. CARLOS EDUARDO BALDIJÃO Quanto ao primeiro caso, Sr. Deputado, da questão das verbas públicas, nós, da Andes, defendemos também junto à Constituinte verbas públicas para escolas públicas. Entendemos que nós já vivemos uma situação precária em termos de recursos públicos — cheguei até a manifestar o quão pouco se arrecada neste País, e os gastos públicos significam muito pouco, menos de 25% do PIB —, de modo que há que se investir os recursos públicos exclusivamente no setor público, na universidade pública e na escola pública.

Escolas comunitárias, eu ouço dizer que existem no Rio Grande do Sul, não sabia que existiam no Nordeste. Agora, parece-me que em Caxias, em Bagé, enfim, há algumas. Agora, eu diria que, mesmo nesses casos, se ela é comunitária, a própria comunidade poderia sustentar essas escolas. Por exemplo, a associação comercial, a federação de indústrias de determinados Estados, Clube dos Lojistas, era perfeitamente possível, uma vez que a escola é comunitária, que a própria comunidade poderia contribuir para o seu sustento. Mas não vejo, tendo em vista a atual situação do Brasil, como isso poderia ser feito através de verbas públicas. Seria um desperdício de verbas públicas fazer esse investimento porque, primeiro, não seria suficiente e na sua somatória acabaria fazendo falta, como de fato faz falta, para investimentos no setor público.

De modo que me congratulo com V. Ex^a por ter defendido na Constituinte essa posição.

No que se refere à carreira, quer dizer, V. Ex^a basicamente perguntou sobre a aposentadoria, mas eu gostaria de falar também sobre a carreira. Esse é um processo que nós estamos discutindo dentro do nosso sindicato no sentido de aperfeiçoar a idéia da carreira acadêmica, ou seja, o professor progredir de acordo com o mérito acadêmico. Efetivamente, a carreira docente não pode ser de caráter burocrático.

No setor privado, essa questão é dramática, porque lá não há critério. O único que existe é quando vão montar um curso; aí se pegam os grandes nomes, inclusive professores da escola pública e montam um curso, como de psicologia da FMU. Aquelas Metropolitanas Unidas de São Paulo montaram um curso com grandes nomes. Alguns anos depois, quando o curso já estava estabelecido, mandaram todos embora, porque aí já estava ficando um pouco caro pagar os professores (aqueles dos quais precisaram para poder ser aprovado o curso no Conselho de Educação) e aí cumpriu-se o papel, que era, na verdade, simplesmente viabilizar a questão do curso.

De modo que, como não há a exigência de uma carreira, é possível que ocorram esses desmandos no setor privado e que a qualidade seja mantida muito baixa. Deveria haver uma exigência de carreira calcada no mérito acadêmico. Esse é um ponto.

Com relação à aposentadoria, hoje seria difícil a aposentadoria aos 43 anos, porque subtraindo 25, dá 18. Geralmente, 18 é a idade mínima em que o estudante está entrando na universidade. Diria que, pelo menos a partir de agora, as mulheres, por exemplo, se aposentariam após 25 anos, por volta dos 47, 48 ou 50 anos de idade.

Entretanto, o grande problema que vejo hoje na universidade é que, de modo geral, a tradição tem sido o professor, mesmo com direito à aposentadoria, não se aposentar por tempo de serviço, mas ir até à compulsória, com 70 anos de idade. Isso na Universidade de São Paulo, por exemplo, era a prática corrente. Em alguns casos isso era até ruim dependendo da pessoa, que às vezes já estava um pouco esclerosada, e, nesse caso, todos torciam para que se aposentasse. Isso ocorreu algumas vezes. A tendência era a pessoa trabalhar até os 70 anos na universidade. Por quê?

Porque lhe trazia prazer, tanto a atividade docente quanto a de pesquisa; havia um respeito muito grande por sua atividade, por sua figura, enfim; e as pessoas não se aposentavam. A universidade não tinha o grande problema de ter aposentados na sua folha de pagamento, porque estava na cabeça de todos os docentes, isso até uns dois anos atrás, trabalhar até a aposentadoria compulsória, ou seja, até os setenta anos de idade.

Hoje, mais recentemente, de dois anos para cá, é tal a crise da universidade que se reflete num clima extremamente desagradável de trabalho, que as pessoas estão se aposentando assim que completam o tempo. Não porque queiram parar de trabalhar, mas porque isso vai significar poder arrumar um outro emprego e melhorar o seu padrão de vida. Esses são alguns dos pontos importantes que fazem a pessoa se aposentar: o péssimo salário e o próprio clima, que já está no Brasil todo, em nível de debate das grandes questões.

Entretanto, na medida em que houver investimento na universidade e um salário decente, aqueles que se aposentaram com 25 ou 30 anos vão ser exceções. Seguramente, a imensa maioria, como antigamente, e esse antigamente não está muito longe, trabalhará até os setenta anos de idade. Isso com certeza!

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Consulto ao Relator se teria mais alguma indagação a fazer.

O SR. RELATOR (Sólon Borges) — Não tenho outra indagação, e poderia comentar, sem discordar do que foi dito, sobre, por exemplo, a universidade que recebe auxílio público, se ela paga melhor os professores, se ela cobra menos dos alunos, enfim; mas não é o caso agora. A problemática da educação não é “uma” mas é “a”, pois a educação, na minha opinião, não é “um” problema, mas “o” problema, é tão abrangente que ninguém a meu ver esgota o assunto. Nós nos esgotamos no assunto, ainda mais nisso. Mas esgotar o assunto é pouco provável muito menos numa reunião assim.

Mas me dou por satisfeito e cumprimento V. S^a pela contribuição que traz à Comissão no estudo que ela procura fazer da crise da universidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Convido a professora Vânia Galvão, coordenadora-geral da Fasubra para prestar seu depoimento a esta CPI. Convido V. S^a para integrar a mesa e prestar o juramento de praxe.

A SRA. VÂNIA GALVÃO — Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação da crise na Universidade Brasileira a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Na ausência do Deputado Sólon Borges, que tem compromissos na Comissão de Orçamento, convocaria o Deputado Murilo Rezende para funcionar como Relator nesta sessão. A professora Vânia Galvão disporá de 30 minutos para prestar o seu depoimento. Logo em seguida, passaremos à fase do debate. Passo, então, a palavra à coordenadora-geral da Fasubra.

A SRA. VÂNIA GALVÃO — Exm^o Sr. Presidente desta Comissão, Deputado João Faustino, Sr. Relator, Srs. Deputados e Senadores, Srs. e Sr^{as}, companheiro Baldijão, Presidente da Andes.

Inicialmente, eu gostaria de colocar que a minha função na universidade não é a de docente, sou uma funcionária técnico-administrativa. Faço essa correção porque a entidade que representamos é uma entidade que congrega o servidor técnico-administrativo das universidades brasileiras.

Na verdade, eu gostaria de ratificar tudo aquilo que foi dito pelo Professor Baldijão, Presidente da Andes. Ele, enquanto Presidente de uma entidade nacional, que

vem, ao longo desses anos, desenvolvendo uma luta ~~muito grande~~ e muito árdua em defesa da universidade pública, realmente retratou ~~o que~~ a realidade que hoje vivenciamos na universidade brasileira.

No nosso caso, também representamos uma entidade que, ao longo desses anos, tem-se colocado aí na trincheira dessa luta em defesa da universidade pública. Vários dos Srs. Deputados e Senadores são, sem dúvida, testemunhas dessa luta que vem sendo desenvolvida por essas entidades. Ao longo desses anos, diante da situação caótica em que se encontra a universidade pública, fomos forçados, em diversas oportunidades, a desenvolver uma série de movimentos em defesa dessa universidade.

Os relatos que poderíamos trazer aqui para esta Comissão para contribuir nessa investigação que está sendo feita, com relação à crise ou à situação da universidade brasileira, são vários. Como já disse, representamos uma categoria que passa despercebida nessa análise que é feita da instituição pública. Geralmente, quando se faz uma análise da universidade, da competência, dos objetivos, inclusive dos profissionais que lá trabalham, muitas vezes a situação de uma parcela ou um segmento que faz também a universidade pública, ou a universidade como um todo, geralmente passa despercebido ou desconhecido. Hoje, nós temos, só a nível das universidades públicas, em torno de cento e dez mil trabalhadores técnico-administrativos. E aqui, na exposição, o Professor Baldijão fez uma colocação acerca dos dados, que eu ratifico inteiramente, muitas vezes dados estatísticos que são divulgados pela grande imprensa, dados esses fornecidos muitas vezes pelo próprio Governo acerca da relação professor-aluno ou funcionário-aluno. Esses dados fazem uma análise bastante fria dessa relação e esquecem, muitas vezes, de dizer quais são os serviços hoje desenvolvidos e desempenhados ou realizados pela universidade pública. Quando fazem essa relação, esquecem de colocar que o maior contingente de trabalhador técnico-administrativo se encontra, principalmente, nos hospitais universitários, que prestam grandes serviços à sociedade, principalmente naqueles estados onde a universidade tem uma relação muito próxima com aquela comunidade, com a sociedade.

Então, quando se faz essa comparação, esse dado geralmente é omitido para a opinião pública, passa aí para a sociedade em geral uma visão de que existe um número excessivo de funcionários para atender um determinado número de alunos, fazendo a comparação também com a universidade privada, com a universidade particular, esquecendo de colocar que poucas universidades particulares prestam esse tipo de serviço.

Essas colocações, é importante que abordemos, para que os senhores, que estão fazendo essa investigação, através desta Comissão, tenham também a noção do que ocorre hoje nas universidades, ao lado desses serviços realizados, principalmente na área hospitalar, como é o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que é uma das universidades que o Governo sempre toma como exemplo para colocar um número excessivo de funcionários; esquecem-se de que, naquela Universidade, só de hospitais existem oito, e que prestam um grande serviço à sociedade do Estado do Rio.

Ao lado dessa questão, já que a fala do Professor Baldijão, que me antecedeu, fez uma avaliação completa acerca da situação na universidade — vou ater-me um pouco à situação do corpo técnico-administrativo, que tem um papel importante, eu diria, um papel também fundamental para o bom desempenho dessa Instituição. Na verdade, é ele que dá o apoio, o suporte necessário enquanto atividade-meio: faço um pouco de restrição a essa palavra para alguns desempenhos da atividade docente para o bom cumprimento das atividades, eu diria, de um modo geral, por parte da instituição universitária.

Diante da crise que está aí colocada para todos nós, que já foi aqui objeto de análise e que atinge, sem dúvida nenhuma, e diretamente, a universidade e a

nós, trabalhadores universitários, poderíamos exemplificar inicialmente, como já foi colocado — eu tenho sempre de repetir isso, porque vivemos situações mais ou menos idênticas, no que se refere à valorização, por exemplo, do profissional técnico-administrativo na universidade. O que temos visto ao longo desses anos, diante da situação crítica por que passa a instituição, é que esses profissionais exercem as suas funções, praticamente, sem as mínimas condições de trabalho, devido à escassez de recursos, principalmente para que se possa desenvolver uma política de recursos humanos, que venha a capacitar esse profissional para que ele possa, sem dúvida nenhuma, desempenhar bem a sua função.

Hoje, e desde que eu entendo, enquanto uma profissional da educação, pouco se viu em termos de investimentos também para a profissionalização, para a capacitação desse profissional. As condições em que nós vivemos são bastante precárias. O tratamento que deveria ser dispensado a um profissional que trabalha na instituição de ensino, eu diria que não lhe é dado, pela maioria expressiva das empresas privadas. Muitos companheiros, trabalhadores de universidades, trabalham inclusive em condições subumanas, e não tenho receio de denunciar essa situação aqui. Nos hospitais universitários, por exemplo, poucos são os profissionais que recebem os adicionais previstos na legislação; poucos profissionais os recebem. A grande e expressiva maioria dos profissionais que lidam, que trabalham nesses hospitais, não recebem absolutamente nada, porque o corte tem sido drástico diante da determinação, por parte do Governo, na redução dos gastos. Geralmente esses profissionais são os primeiros a ser atingidos nos cortes dessas despesas, além de não lhes ser destinada nenhuma condição em termos de fornecimento do fardamento necessário ao desempenho das suas atividades. Muitas vezes se vê o profissional sair da sua atividade em hospital universitário, trabalhando em áreas altamente insalubres e perigosas, e com essa mesma vestimenta se dirigir à sua casa, levando para ali todo tipo de doença que possa existir naturalmente nos locais onde ele exerce suas atividades. Temos visto companheiros que se aposentam na universidade em condições de saúde que mereciam uma grande investigação, inclusive. Isso se dá em uma instituição universitária. Ao lado disso, diante dessa política determinada do Governo, de redução drástica de recursos para a instituição pública, os direitos trabalhistas desses profissionais são altamente desrespeitados. Recentemente até, ainda na época do Ministro Chiarelli, saiu uma notícia no jornal de que ele iria constituir uma comissão para investigar a existência de tantas ações judiciais que estavam em curso nas universidades. O número dessas ações é algo assombroso, fruto de uma má aplicação, de um desrespeito aos direitos trabalhistas desses profissionais que vão desde o não pagamento — como já disse — de um adicional de periculosidade ou de insalubridade, até ao desrespeito relacionado com questões de direitos que foram adquiridos e que não são considerados e respeitados por parte das universidades.

Essas situações, hoje, são gritantes, tanto que, ao fim dessa última greve, firmamos um acordo com o Ministério da Educação, que pede, em uma de suas cláusulas, a constituição de uma comissão para fazer uma análise da situação, para que o Governo cumpra o seu compromisso, principalmente o que se refere ao pagamento desses passivos trabalhistas.

Diria que o poder público está se onerando muito em função, exatamente, do não respeito à legislação trabalhista e, em função disso, as causas vêm-se avolumando, o que, sem dúvida nenhuma, trará muito mais gastos para a instituição e para o poder público como um todo.

Essas situações existem e, enquanto trabalhadores que vivemos essa universidade, que a fazemos também, que temos um papel importante nessa instituição, verificamos que o estado em que se encontra a universidade é crítico. A tarefa colocada para todos nós, comunidade universitária, sociedade e Srs. Parlamentares é, realmente,

muito grande, para ver se conseguimos recuperar o mínimo dessa instituição — refiro-me muito mais à instituição pública, onde tenho uma vivência muito maior —, que é um patrimônio da comunidade e da sociedade.

A história da universidade pública no Brasil, todos conhecemos, é bastante invertida. É feita geralmente da apropriação do seu patrimônio por parte dos setores que poucos compromissos têm com a instituição pública. Foi dado um exemplo, por parte do Professor Carlos Baldijão, da influência política que existe na escolha dos dirigentes dessas instituições. Cito o caso da Universidade Federal de Juiz de Fora, quando o PFL reivindicou o direito de indicar o dirigente máximo daquela Universidade. Se isso se dá na Universidade Federal de Juiz de Fora, dá-se, diria, em todas essas instituições; na maioria expressiva das universidades públicas do nosso País.

A comunidade universitária muitas vezes é chamada a opinar acerca da escolha dos seus dirigentes e, ao encaminhar a relação desses nomes para o poder central, o Ministério da Educação, para que o Presidente da República, posteriormente, escolha um daqueles nomes, as influências políticas que passam a existir são as mais variadas, a disputa passa a existir entre esse e aquele partido, ou entre esse e aquele chefe político daquela região, o que acontece muito na região Nordeste. Na Bahia, temos um exemplo recente, quando da escolha do último reitor; naquela oportunidade, a comunidade escolheu o seu dirigente, veio a relação e, por influências políticas, foi escolhido um interventor para aquela universidade, que tem causado grandes malefícios àquela instituição pública. Denuncio isso aqui, tranquilamente, diante da situação caótica em que se encontra, hoje, a Universidade Federal da Bahia, fruto de uma política clientelista, adotada durante período de política autoritária, adotada pelo atual reitor, que, felizmente, está encerrando o seu mandato.

Estamos hoje, mais uma vez, no processo de escolha e pergunta-se na comunidade universitária que influência vai ter esse ou aquele dirigente político. Se vamos ter influência ou não desse ou daquele político, que tenha uma inserção grande no Estado, ou se o Governo do Estado vai influir ou não. Tal é a prática que vem sendo adotada ao longo dos anos.

Em nosso projeto de universidade, penso que a instituição é muito mais que isso que está colocado; passa, sem sombra de dúvida, por ser um lugar, que isso já foi dito aqui, de produção e comunicação científica, socialmente relevante. Mais ainda, essa universidade que pensamos — os trabalhadores da Educação — em nossa avaliação, deve ser repensada em função de novos vínculos que venham a ser estabelecidos entre a ciência; a cultura e a tecnologia, e como não poderia deixar de ser, os trabalhadores enquanto sujeitos sociais.

Em nosso entendimento, a universidade, até então, só tem assumido, muito precariamente, diante das dificuldades por que passa, a qualificação de técnicos de alto nível. No nosso entendimento, ela deve repensar sua responsabilidade para com os trabalhadores em todos os níveis. E nós, enquanto trabalhadores da educação, sem dúvida nenhuma, temos também uma parcela de contribuição a dar a esse respeito.

No nosso entendimento, não basta, para que se venha a atender ao conjunto de trabalhadores, fazer ou estabelecer, segundo essa política que estaria sendo implementada pelo Governo, cursos noturnos para o atendimento a uma parcela significativa de trabalhadores. Estabelecer apenas cursos noturnos sem dar as mínimas condições de trabalho para esses profissionais, sem dotar as universidades das condições necessárias para o seu pleno funcionamento, isso não atende ao que espera o conjunto da sociedade e a grande maioria expressiva dos trabalhadores, acerca desse papel da instituição universitária.

Hoje, é exigido, de nós trabalhadores, capacidade e conhecimento sobre a lógica social e a política que governa a produção e a sociedade como um todo. A universidade, sem dúvida, tem novas e inadiáveis responsabilidades para com os trabalhadores,

além de, simplesmente, qualificar professores para escolas técnicas ou básicas. No nosso entendimento, a universidade pública tem que tornar público o seu compromisso com a população e para que isso venha a se viabilizar, como desejaríamos, é importante que exista uma alteração radical da política adotada para com a universidade, e essa alteração passa pela destinação de mais recursos, pela capacitação de seus profissionais e pela remuneração digna de seus profissionais.

Hoje, a universidade está saindo, diria há um ou dois meses, de um dos maiores movimentos grevistas já realizados, tanto por servidores quanto por docentes. Os docentes chegaram a mais de 100 dias e essa situação hoje está colocada de novo para nós, servidores técnico-administrativos; saímos de uma greve há uns 3 meses que durou 72 dias e estamos, neste momento, indicando a realização de um novo movimento em função de uma proposta que foi apresentada pelo Governo rebaixando em comparação com os demais trabalhadores a situação salarial dos técnicos administrativos das universidades.

Foi encaminhado para este Congresso, encontra-se em tramitação, deve ser votado, está em regime de urgência urgentíssima, parece-me, um projeto de política salarial para o conjunto do funcionalismo e lá está colocada uma tabela para as universidades a qual foi apresentada para os trabalhadores técnico-administrativos, que é inferior a todas as demais tabelas do funcionalismo público, ou seja, os trabalhadores das universidades, hoje, vão passar a perceber menos do que qualquer trabalhador público deste País, em termos de trabalhador público federal.

Estou colocando essa situação, inclusive em termos de denúncia, porque, sem dúvida nenhuma, vai desencadear mais uma crise na universidade por esses dias.

Era isso que tínhamos a colocar inicialmente e estamos à disposição dos parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Agradecemos a sua valiosa contribuição e passamos a palavra ao Deputado João Faustino que vai atuar como relator.

O SR. RELATOR (João Faustino) — (Fora do microfone) — ... talvez esse conceito, que é pessoal, não traduza a verdadeira dimensão da crise da instituição do ensino superior do nosso País.

Entendo que a crise da universidade tem três dimensões; a primeira, conceitual, como é a nossa universidade, o que desejamos da nossa universidade e qual a sua função; como está o desempenho, como se situa o desempenho básico da produção científica na universidade.

Esse conceito de universidade brasileira que foi traduzido na Lei nº 5.540, uma lei que foi produzida para atender muito mais ao interesse político do momento, no meu entendimento é superado e não traduz realmente a função da universidade brasileira no momento atual. A função ensino, pesquisa e extensão, no meu entendimento, também é um conceito superado; basicamente, à universidade se cinge a função essencial que é da produção científica, se não produz ciência não é uma universidade, se não tem capacidade de transmitir o conhecimento científico não é uma universidade, conseqüentemente parece-me que toda a crise conceitual da universidade situa-se, exatamente, nesse campo. Há uma crise financeira também bastante latente, que todos sabemos.

A universidade pública brasileira morre por inanição, é um doente e o Governo tirou o antibiótico, vai tirar o soro, mais adiante tira o oxigênio e o doente vira terminal para que com isso se agrida a instituição com o desejo da privatização e precisamos ficar bastante atentos para que esse paciente não chegue à inanição, que ele continue com perspectiva de vida.

É uma crise financeira muito bem caracterizada, os orçamentos a cada ano diminuem, os reitores passam meses e meses vindo a Brasília para voltarem com as mãos vazias e até o presente momento as universidades receberam apenas 30% do orçamento

aprovado e a elas destinado; do total do Orçamento da União que as universidades federais receberiam, Senador João Calmon, até o presente momento, apenas 30%, do que por lei lhes era devido, foi entregue.

É uma crise, portanto, financeira bem caracterizada, que traz em decorrência a crise institucional, pois o poder universitário praticamente inexistente; o reitor existe e exerce uma autoridade administrativa mas bastante limitada e mutilada pela falta de recursos e pela falta dos instrumentos; por melhor que seja o administrador público, sem recursos, ele se constitui em um administrador limitado, e é esta tridimensão da crise universitária que precisamos atacar. Como, no nosso entendimento, esta crise poderia ser superada? Primeiro, com uma lei rígida de proteção da universidade pública. Acredito mesmo que o próprio Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB, que está em tramitação no Congresso, ainda não exerce essa postura de defesa rígida e intransigente da universidade pública. Teríamos que ter uma lei específica para o ensino superior, essencialmente voltada para a proteção da universidade pública.

Emitidos esses conceitos, gostaria de obter algumas opiniões da Sr^a Vânia Galvão, presidente da Fasubra. Há uma denúncia — e foram inúmeras as aqui enunciadas pela coordenadora da FASUBRA — contra a total falta de condições para o exercício de determinadas atividades em hospitais e em laboratórios, enfim, em setores do ensino público das universidades, contra a defasagem salarial no que diz respeito à carreira dos servidores e, conseqüentemente, contra o desestímulo total do servidor das universidades no exercício das suas funções.

Existe realmente uma proposta concreta da Fasubra para a melhoria das condições de trabalho nas universidades, e para a melhoria das condições salariais dos servidores das universidades? Não poderia deixar de usufruir da oportunidade de ter aqui o professor Carlos Eduardo Baldijão, presidente da ANDES, para solicitar a sua opinião a respeito de alguns assuntos que considero fundamentais para a vida da universidade brasileira. O primeiro deles: qual a sua opinião a respeito do Projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que tramita no Congresso? Qual a sua opinião a respeito do processo de seleção para o ingresso na universidade pública brasileira? O terceiro ponto diz respeito a um problema mais doutrinário: que função essencial se poderia dar à universidade de nosso País dentro desse quadro de desafios sociais, econômicos e políticos?

Essa é a minha participação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o Deputado Henrique Eduardo Alves.

O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES — Pediria ao Deputado João Faustino, para ganharmos tempo nas perguntas e respostas, que acrescentasse ao depoente a seguinte indagação: qual a opinião dele sobre a emendinha, a respeito da universidade, onde o Governo muda o conceito jurídico da universidade, repasse de verbas? É muito importante conhecermos esse posicionamento, para orientar a nossa posição aqui no Congresso Nacional.

O SR. CARLOS EDUARDO BALDIJÃO — Muito oportuna a sua colocação, Deputado Henrique Eduardo Alves.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra a depoente Vânia Galvão.

SRA. VÂNIA GALVÃO — Acerca da primeira consideração feita pelo Deputado João Faustino, eu diria o seguinte: desde praticamente 1984, vínhamos lutando junto ao Governo no sentido de estabelecer-se um plano de carreira para o conjunto dos técnicos administrativos e um plano de capacitação de recursos humanos. Esse plano de carreira, logicamente, não se refere apenas à questão salarial. Aí entra uma série

de outros pontos relacionados com a valorização do profissional, com incentivos e uma série de coisas.

Depois de muitos anos, nós conseguimos, em 1987, através de uma luta árdua, ver implementado esse plano de carreira. Apresentamos propostas nesse sentido, que já vínhamos discutindo desde antes, continuamos essa discussão em 1987, quando vimos ser aprovada pelo Congresso a chamada lei da isonomia, que unificava a situação em termos de carreira e salários do pessoal das universidades fundacionais. Não era o ideal, mas, sem dúvida nenhuma, o que foi aprovado se aproximou muito daquilo que vinha sendo encaminhado, principalmente pelos técnicos administrativos. Foi implantado, e o que se vê hoje é uma total deturpação daquilo que aprovamos. Chegamos até o ano de 1988 numa situação mais ou menos razoável, com o plano sendo implementado nessa ou naquela instituição. Hoje, o projeto aprovado está sendo inteiramente desconsiderado por parte do Governo, não só em termos de valores, de propostas, de incentivos, no caso, à carreira do técnico administrativo, à implementação de um programa de recursos humanos para a capacitação desse pessoal, mas também no que se refere à questão salarial. O que foi proposto, o que foi aprovado, a relação existente entre essa carreira e a carreira docente, hoje foi por terra, não existe mais absolutamente nada.

Quanto à pergunta feita pelo Deputado Henrique Alves, com relação à emendinha, que se encontra em tramitação no Congresso, essa proposta apresentada pelo Governo, no que se refere a esta questão, põe fim inteiramente à isonomia hoje existente entre as universidades. Determina que as instituições de ensino tenham a sua política de pessoal, fixem seus salários de acordo com essa ou aquela universidade. Sem dúvida nenhuma, vamos encontrar aí diferenciações muito grandes, se formos passar a fazer comparações entre universidades do Sul e Sudeste e universidades do Nordeste. A nossa posição é terminantemente contra a proposta que aí se encontra — existe, inclusive, um movimento nesse sentido — e nós da FASUBRA vamos nos posicionar, também, a nível do Congresso, contrariamente ao projeto do Governo que está em tramitação, no caso específico da universidade.

(Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o Professor Carlos Eduardo Baldijão.

O SR. CARLOS BALDIJÃO — ... e responder às perguntas feitas pelo Deputado João Faustino. Chamo a atenção para alguns pontos que me parecem fundamentais. Primeiro, com relação à LDB. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação vem sendo discutida por um processo que considero extremamente democrático entre o Congresso Nacional e as diferentes entidades da sociedade civil organizada. De modo que se conseguiu chegar a uma proposta de lei de diretrizes e bases que, de fato, decorreu de um processo amplo, aberto e democrático de discussão, em que estiveram presentes os Srs. Parlamentares e as entidades representadas pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

Então, um primeiro ponto em relação ao qual temos que manifestar alegria é esse processo que houve de discussão e de como surgiu a proposta da Lei de Diretrizes e Bases. Ela pode não agradar, pode não ser a melhor que poderíamos ter, mas foi a melhor lei de diretrizes e bases e aquela que conseguiu avançar mais em termos de projeto. Lamentavelmente, o Poder Executivo vem procurando, de todas as maneiras, primeiro, desconsiderar todo esse processo. Muitas vezes, os Ministros de Educação, tanto os anteriores como o atual, atropelam a Lei de Diretrizes e Bases, buscando trazer propostas para a universidade e a educação que já estão contempladas na Lei de Diretrizes e Bases; e eles, inclusive, vêm com propostas distintas daquelas

que resultaram desse processo todo de discussão, o que mostra que o Executivo vai de encontro à sociedade — encontro no sentido de trombada, e não no sentido de se encontrar com ela. E é lamentável, por exemplo, que tenhamos ouvido, da atual gestão do Ministério da Educação, que é necessário segurar o processo de elaboração da LDB no Congresso, para que o Ministério da Educação tenha a oportunidade de intervir no processo de elaboração da LDB durante todo o tempo. Então, essa me parece uma postura extremamente autoritária, quase que de um Luís XIV, que pretende, de repente, que as coisas caminhem exatamente como ele quer, e não como parte de um processo mais amplo.

Então, nos preocupa, hoje, o andamento lento que vem tendo a Lei de Diretrizes e Bases, nos preocupa a tentativa de obstruir o seu encaminhamento, a sua chegada ao plenário, para que se possa, democraticamente, discutir as emendas que foram apresentadas e chegar a uma proposta, a, efetivamente, uma legislação que possa atender aos reclamos da educação, e que todos, em discursos, entendem como sendo uma questão prioritária no País.

No que se refere ao vestibular, ao ingresso nas universidades, não temos uma discussão sistemática dentro do sindicato, portanto vou fazer algumas manifestações de caráter mais pessoal. Entendo que hoje o vestibular é um mal necessário, na medida que temos uma diferenciação muito grande na formação de primeiro e segundo graus no País — infelizmente. Como não temos um sistema educacional muito bem organizado, com programas definidos, com possibilidade de exames municipais, regionais e até nacionais durante o primeiro e o segundo graus, inclusive com processos, como ocorre na Inglaterra, pelos quais saberíamos que existem condições muito semelhantes na formação dos estudantes, não podemos ter outros processos de ingresso na universidade diferentes do vestibular. Penso que hoje, infelizmente, o vestibular ainda deve ser utilizado, porém, deve ser reformulado, porque o vestibular ficou de tal maneira distorcido, hoje, em cima de aprender a fazer um “X”, que fica uma despreocupação muito grande até com a própria redação, com a organização do pensamento, a capacidade de problematização, enfim, que há que se fazer uma reestruturação profunda do vestibular.

Existe uma experiência nova, feita pela Universidade Estadual de Campinas, que deve ser aprofundada em um vestibular que possa ser capaz de captar mais a capacidade de organização do pensamento, a capacidade de crítica, de redação, do estudante, do vestibulando, e de tal maneira que obrigue as escolas de primeiro e de segundo graus, principalmente as do setor privado, que se têm dedicado a tornar o aluno especializado em fazer “X” na hora do vestibular, a mudar isso. Em vez de termos um segundo grau com caráter fundamentalmente humanístico, onde exista a oportunidade, para o estudante, de aprender e apreender todo o processo cultural e científico acumulado pela humanidade, temos um segundo grau especializado em vestibular. Então, acho que essas distorções devem ser tratadas com muito carinho, para se poder reformular essa questão.

Em relação à função social da universidade, creio que a universidade no Brasil, ao contrário do que, muitas vezes, se ouve, tem cumprido um papel social, apesar de todos os pesares.

Tanto isso é verdade que a principal preocupação, no ano de 1964, quando do Ato Institucional nº 5, a grande preocupação foi cassar professores, estudantes e servidores das universidades brasileiras. Tivemos um grande número de pensadores afastados do convívio acadêmico, do convívio com seus colegas, com os estudantes, em função de atos institucionais. Isso porque a universidade tem, de fato, um peso importante na formação cultural e social da sociedade brasileira. Ela continua tendo. Diria que vivemos uma situação, no País, em que o próprio debate está bastante prejudicado. Há uma grande desesperança, e a universidade não está fora disso.

A meu ver, diminui muito a intensidade do processo de debate interno na universidade, o que deve ser reavivado. Temos, porém, exemplos importantes. Citaria, particularmente, a questão da saúde. Foi dentro da universidade que se gestou toda a discussão que fez surgir a proposta do Sistema Único de Saúde.

A Oitava Conferência Nacional da Saúde é um testemunho disso. Essa discussão nasceu no interior da universidade. Eu poderia citar, aqui, muitas outras propostas que, efetivamente, surgiram dentro da universidade. Hoje, infelizmente, há esvaziamento das instituições, e as universidades não têm estado tão presentes. Ao contrário, têm sido atacadas, têm estado em uma posição defensiva que, a meu ver, deve superar, no sentido de colocar, novamente, as grandes questões pelas quais passa o País hoje. Mas esse contraste se vê entre um processo constituinte, que reflete os anseios da sociedade brasileira, que vivemos durante o período de elaboração da Constituição, período esse rico de debates, e, hoje, vivemos em um País, tentando jogá-lo para um lado totalmente diferente daquele definido pela Constituição Federal. Essa é uma crise profunda. No meu entender, a universidade tem um papel importante. Cabe ao Parlamento fazer retornar o caminho definido, democraticamente, durante aquele período.

No que se refere à chamada emendinha, que traz para o debate a questão da universidade, aliás, de uma maneira deslocada, em primeiro lugar, porque não se trata de reforma constitucional. Não entendo assim. Não havia necessidade de haver proposta para a universidade, se se quer fazer proposta de mudança constitucional. É mais uma tentativa de se fazer mais um ataque para acabar com a universidade pública.

Em primeiro lugar, com relação à questão do orçamento global, que vem sendo proposto, no meu depoimento tive oportunidade de lembrar que as universidades estaduais paulistas já têm a experiência do orçamento global, desde o final de 1988, início de 1989. O resultado é que elas têm ficado em uma situação de sufoco muito grande; têm estado enforcadas com essa proposta de orçamento global. Isso por uma série de razões, nas quais não vou agora me aprofundar, mas foi bastante público. A briga acabou se dando publicamente; os três reitores das universidades estaduais paulistas, brigando por migalhas, na televisão, através da imprensa, enfim, principalmente, o primeiro debate entre a reitoria da USP e da UNICAMP, e depois da UNESP com relação às outras duas, em função da situação de sufoco.

É lamentável que, diante de uma experiência como essa, que deve ser revista para ver de que maneira se pode trabalhar essa questão do financiamento da universidade, se propõe de uma maneira absolutamente irresponsável, a meu ver, o orçamento global das universidades federais, que são em número muito grande, com uma situação bastante diferenciada entre elas, não só as diferenças regionais, mas mesmo dentro de uma região vêem-se situações diferenciadas; logo, não existe, hoje, possibilidade de se fazer uma proposta como essa. Insisto que é uma irresponsabilidade. Portanto, no meu entender, deve ser sumariamente rejeitada por esta Casa a emendinha como um todo, particularmente essa questão de como está sendo tratada a proposta da universidade. Isso vai significar, efetivamente, o fim da universidade federal. Acrescenta-se a isso o fato de que se limita à linha 80% dos gastos com o pessoal. Ora, sabe-se que são escassos os recursos que a universidade tem recebido.

E como se vai limitar em 80%, isso significa decretar o arrocho salarial e, conseqüentemente, a evasão da universidade, tanto por parte dos professores como por parte dos servidores.

Então, já é muito comum, hoje, fazer-se concurso para técnico de laboratório, para bibliotecário, enfim, para diferentes áreas, e o setor privado acaba ficando com os primeiros colocados, pois oferece condições de trabalho e salários melhores do que a universidade.

Finalmente, a questão jurídica. Nós defendemos a autarquia como uma forma jurídica que pode responder à autonomia da universidade, que é a grande preocupação que temos. São muito discutíveis as razões pelas quais se pretende modificar a estrutura jurídica, caminhando seguramente numa perspectiva que também leva, a meu ver, à destruição da universidade.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Agradeço a sua participação.

Está inscrito para fazer interpeção aos nossos ilustres depoentes o nobre Senador Hugo Napoleão. Entretanto, antes de conceder a palavra a S. Ex^a, devo destacar que o nosso admirável colega, que foi Ministro da Educação, dizia que é um papel de extraordinária relevância na batalha contra um artigo do chamado Emendão, que eliminava da Constituição brasileira a incidência de 18%, num ano, da receita de impostos federais para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Enquanto praticamente todos os partidos silenciaram ou se omitiram em relação a essa grave ameaça, o Senador Hugo Napoleão concedeu entrevista a um programa de boa audiência, "Bom-Dia, Brasil", da Rede Globo de Televisão, e se posicionou com muita objetividade, com muita veemência, contra esse atentado aos interesses da educação brasileira.

Infelizmente, não procederam da mesma maneira os presidentes de outros partidos. Mas o Senador Hugo Napoleão deu mais uma demonstração eloquente da sua combatividade, do seu amor às grandes causas do País. E, sem dúvida nenhuma, a educação é a principal causa a ser defendida em qualquer país, mesmo desenvolvido.

Gostaria de registrar nos Anais desta CPI a atitude patriótica, pioneira, do Senador Hugo Napoleão, que foi titular da pasta da Educação e continua, aqui no Senado, na defesa indormida, vigilante, inexcusável, dessa área tão subestimada, infelizmente, em nosso País.

Com o maior prazer, concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Sr. Presidente, agradeço desvanecido as observações de V. Ex^a, e, sobretudo, de quem partem, representa um verdadeiro título para mim.

A propósito, gostaria de dizer que, efetivamente, por ocasião da proposta do entendimento nacional, tive a oportunidade, não apenas num programa de televisão, mas numa visita que o Presidente Fernando Collor fez a minha residência, iniciando a proposta deste entendimento, de dizer a ele especificamente que me insurgia contra a medida que visasse eliminar os 18% constitucionais para a Educação. E isso fiz após uma longa conversa com os nove governadores do meu partido, com os senadores, deputados federais e os presidentes regionais do PFL.

Essa questão para mim é de transcendental importância, a ponto de, ontem mesmo, no Fórum Merchior, promovido pelo Instituto Tancredo Neves, pelo órgão de Estudos e Pesquisas do Partido da Frente Liberal, um ex-ministro de Estado, cujo nome peço vênia para não citar, manifestou incoerente, nesse fórum, a necessidade imperiosa de se eliminarem os 18% para a educação, dizendo que isso era um vínculo desnecessário. Saliento que não era ex-ministro da Educação.

Então, pedi a palavra para, veemente, dizer que isso era uma aberração e que nunca mais gostaria de ouvir sequer, de longe, o que ainda hoje se chama "Emenda Calmon" fosse varrida da Constituição, não obstante já ser incorporada — sabe bem V. Ex^a já ser texto da nova Constituição — até hoje a expressão "Emenda Calmon" é utilizada quando nos referimos a este item.

E eu queria abordar, ligeiramente, dois assuntos que o professor, em boa hora fez, com sua extremamente plausível colocação, nesta manhã. A primeira é a questão do vestibular. Recordo-me que ao tempo em que ocupei a Pasta da Educação, introduzi a prova de redação de Português com características de compulsoriedade e eliminatoriamente, exatamente visando evitar aquele apego extremo à múltipla escolha e procu-

rando enriquecer um pouco mais a preparação do estudante, porque o português é o verdadeiro passaporte para a cultura. A nossa língua é que nos dá a visão global de conjunto do universo das coisas. E lembro-me também que, na ocasião, houve um estudo — não estou dizendo que seja a favor dele — do professor Carlos Alberto Serpa, do Cesgranrio, visando que o vestibular fosse medido em etapas a partir do segundo grau — repito, não estou dizendo que seja a favor —, mas apenas porque o professor, também em boa hora, recordou que o incentivo ao segundo grau era uma das etapas importantes da escolarização. Finalmente, para fazer a minha pergunta e não me estender, gostaria de ouvir da depoente, se o professor também tivesse condições de avaliar, qual a impressão que a depoente Vânia Galvão tem a respeito do método de escolha de reitor; se é justo, se é perfeito, se é deficiente, ou se precisa ser modificado. Era a colocação que eu gostaria de fazer, e desde já com o agradecimento a ambos.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Inicialmente, concedo a palavra ao professor Carlos Eduardo Baldijão para responder às indagações do nobre Senador Hugo Napoleão.

Em seguida, a professora Vânia Galvão.

O SR. CARLOS EDUARDO BALDIJÃO — Nobre Senador Hugo Napoleão, com relação à questão da escolha de reitores, o nosso Sindicato já tem uma discussão acumulada já de muitos anos, e consideramos dois aspectos importantes: o primeiro é a questão do próprio processo da gestão democrática da universidade, inclusive prevista agora na nova Constituição. Consideramos importante, em primeiro lugar, a participação da comunidade na escolha do reitor da universidade, e, em segundo lugar, o ponto de vista da autonomia da universidade. É para nós absolutamente fundamental que esse processo se encerre no interior da universidade, porque, na verdade, o que deveria ocorrer é, por parte, seja de governadores de estados, no caso de universidades estaduais, seja pelo Presidente da República, a nomeação do reitor escolhido pela comunidade. Lamentavelmente, a indicação de um reitor, por parte do Executivo, vai, e muitas vezes tem sido utilizada como uma maneira de se fazer a política clientelística, porque, através da escolha de reitor, existe um número enorme de cargos que decorrem disso, através de funções comissionadas, funções gratificadas etc., ao que, aliás, também somos contra. O que acontece é que a universidade acaba privilegiando a atividade meio e não a atividade-fim. É o cúmulo que um professor ganhe mais por estar numa atividade administrativa do que numa atividade-fim, que é a docência, a pesquisa e a extensão. Há estímulos para o professor ser um assessor disso ou daquilo, enfim, receber uma função comissionada, uma função gratificada, na atividade administrativa, e não há estímulo para permanecer na sala de aula. Por outro lado, como sabemos que a universidade custa caro, em muitas localidades do País o peso político da universidade é muito grande, de um modo geral, mas em algumas localidades, às vezes, o orçamento da universidade é do tamanho do orçamento do estado, ou do município, enfim. Então, o que acontece? Ela tem um peso político tão grande que a política local tende a se preocupar com a universidade numa direção clientelística. Então, por isso, para nós é fundamental que a universidade tenha efetivamente autonomia e possa exercer o seu papel, a sua função social, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, servindo efetivamente à comunidade, que ela mantenha a sua autonomia e o processo de escolha de reitor se encerre no interior da universidade.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra à professora Vânia Galvão, Presidente da Fasubra para responder à indagação do nobre Senador Hugo Napoleão.

A SRA. VÂNIA GALVÃO — A minha posição não é diferente da exposta aqui pelo professor Baldijão. Nas diversas universidades têm-se verificado formas

de escolha de acordo com os critérios que são definidos pela comunidade. Sem sombra de dúvida que a forma de escolha existente, atual, é altamente equivocada e tem que ser radicalmente alterada. No nosso ponto de vista, o processo de escolha do dirigente universitário tem que se encerrar no âmbito da universidade. Em boa hora, o projeto de LDB, que se encontra tramitando aqui no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, traz, em um dos seus artigos, uma definição — hoje há uma posição com relação a essa questão — quando coloca que as universidades ou as instituições de ensino definam a forma de escolha dos seus dirigentes. Infelizmente, o que se tem verificado, como já foi dito aqui por nós e pelo professor Baldijão, é que na escolha desses dirigentes se verifica uma influência externa. Quando falo em influência externa, não é a sociedade organizada participando desse processo; geralmente são as ingerências políticas, que muitas vezes não têm participado, têm vivenciado a universidade. Então, de acordo com os interesses que são colocados por esse ou aquele grupo político, são escolhidos os dirigentes das universidades. Temos uma posição contra, e achamos, realmente, que tem que se encerrar no âmbito da instituição; ela tem que definir, discutir qual é a forma da escolha de seus dirigentes. É essa a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o nobre Deputado Henrique Alves, que se inscreveu para interpelar o depoente.

O SR. HENRIQUE ALVES — Quero prestar aqui um esclarecimento aos depoentes e aos nossos companheiros em relação à LDB, muito falada aqui, a tramitação no Congresso Nacional. É que a informação de ontem, por parte da Liderança de meu Partido, o PMDB, dava conta de que as lideranças partidárias já estão perdendo a paciência com essa protelação por parte do Governo para que não se vote a LDB neste ano; o ano que vem é um ano de eleições, a coisa se complica mais ainda e, evidentemente, o Governo não quer votar o projeto que aí está. As lideranças entendem que isso é um absurdo, porque um projeto estudado há dois, três anos, não tem sentido em se protelar por tanto tempo e com tais objetivos. Então me parece que a decisão que está caminhando para um final é que, de qualquer maneira, votaríamos a LDB ainda este ano, partindo para a votação de destaques. Se não fosse possível, não fosse preciso arrumar o projeto para uma votação consensual, particularmente os partidos de Oposição, o PSDB, o Deputado João Faustino, o PMDB, estariam articulando o projeto do jeito que está, e teríamos 28 destaques, que estão sendo relacionados, preparados, para que esses destaques fossem a voto e prevalecesse a vontade da maioria do plenário da Câmara. Esta é a informação que dou para que esse acompanhamento possa ser feito por vocês com muita agilidade, porque está a caminho uma decisão final a esse respeito.

Uma pergunta que eu faria, para concluir a nossa intervenção, é a respeito do crédito educativo — que está até em discussão, agora —: o atraso, o repasse às universidades, a respeito do crédito educativo. Esteve aqui a Presidente da UNE, nesta CPI, a estudante Patrícia, e revelava uma posição contrária ao crédito educativo, achando que era um repasse do Governo para as universidades particulares, inclusive que teriam uma grande soma de recursos que manipulavam e que deveriam ser recursos apenas destinados para as escolas públicas e não para as escolas particulares, que as escolas particulares se quisessem, portanto, dar a contribuição, dessem essas bolsas a alunos carentes, mas não usando recursos públicos para esse fim. Gostaria de ter a opinião dos depoentes a respeito do crédito educativo, dessa política do Governo que está em discussão também no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao professor Carlos Eduardo Baldijão, Presidente da Andes.

O SR. CARLOS EDUARDO BALDIJÃO — Sr. Deputado Henrique Alves, essa questão do crédito educativo me parece bastante importante e oportuna, porque, de fato, é uma forma de repasse de dinheiro público do setor privado, sem dúvida nenhuma. Quer dizer, na medida em que o Ministério da Educação, na gestão Chiarelli, por exemplo, estava cobrando a existência de cursos noturnos, e acho que com razão, as universidades devem oferecer de fato cursos noturnos. Agora, toda essa discussão que se faz de que o aluno que pode pagar o ensino é que está na escola pública etc., já constatamos, por uma série de pesquisas realizadas em várias universidades, que a percentagem dos alunos que podem pagar, efetivamente, não supera os 20 ou 25%. Acho que uma das maneiras de possibilitar, inclusive, a maior número de pessoas de baixo poder aquisitivo o acesso à universidade pública seria usar o crédito educativo exatamente para os alunos carentes do setor público, como bolsa de estudo, para eles poderem se manter, muitas vezes fora de casa, porque a universidade fica em outra cidade, diferente da que ele mora, enfim. De modo que o crédito educativo também deveria se destinar ao setor público e não estar, lamentavelmente, financiando o setor privado de ensino.

Para complementar, acho que tive oportunidades, no meu depoimento, de chamar a atenção para o descalabro que é o setor privado de ensino superior. Uma grande preocupação que esta CPI deve ter é o cuidado de aprofundar a investigação dentro do setor privado de ensino, que não tem sido criticado pela imprensa, que passa como se fosse bastante eficiente e, no entanto, eu diria, vem deformando nossos cidadãos, na medida em que não recebem uma formação adequada nos bancos escolares. Isso se reflete muitas vezes, como cheguei até a mencionar, em anúncios que se vêem nos jornais, em que se pedem engenheiros ou outros profissionais e o anúncio diz: "Queremos profissionais formados por tal ou qual universidade". E, de um modo geral, são universidades públicas, porque eles preferem. Por exemplo, se querem engenheiros, querem os formados na Poli, ou na Unicamp, ou na Uferj; depende, enfim, da região, mas geralmente eles preferem do setor público, ou seja, estamos formando profissionais de segunda categoria, lamentavelmente. Isso é publicamente reconhecido. Acho que isso é uma vergonha para o nosso País e se deve trabalhar seriamente, no sentido de garantir um padrão unitário de qualidade na universidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra à Sr^a Vânia Galvão.

A SRA. VÂNIA GALVÃO — Com relação a essa questão do crédito educativo, não temos uma discussão acumulada acerca da questão a nível da nossa entidade. Tendo a concordar, e seria mais ou menos uma posição pessoal, que se financia muito mais o ensino privado. Agora, no que se refere à utilização do crédito educativo para ajudar, no caso, ou financiar os estudos do estudante carente, temos assim uma posição de que o Estado tem que suprir realmente a educação em todos os níveis, em todos os sentidos. Temos visto, inclusive, estudantes que se utilizam do crédito educativo e estudantes da rede pública que alternam os seus estudos, pela dificuldade, inclusive, de colocação no mercado de trabalho e passam por problemas seriíssimos, dificuldades seriíssimas, com a cobrança, inclusive, muito grande por parte do Governo em relação àquela ajuda que foi dada para ele custear os seus estudos. Achamos que o Estado tem que realmente arcar com a despesa do ensino público gratuito em todo o seu sentido, em toda a amplitude mesmo da palavra.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Antes de encerrar os trabalhos de hoje nesta CPI, eu gostaria de deixar registrado aqui o meu apelo às entidades diretamente ligadas à causa da educação, para que elas se mobilizem contra o art. 6º da "emendinha", que representa outra grave ameaça para a área da educação.

Este artigo 6º não tem despertado nenhuma reação significativa de todas as entidades ligadas à educação. Creio que, como já foi obtido êxito — e destaquei a atuação relevantíssima do nobre Senador Hugo Napoleão —, seria necessário também um esforço adicional contra o art. 6º da "emendinha", que tem um objetivo: suspender a incidência dos 18% destinados pela Constituição, da receita de impostos federais, para a educação nos próximos dois anos, 1992 e 1993. Como o universo da educação brasileira já está atravessando uma crise de extrema gravidade, se for desfechado um novo golpe na educação, as universidades públicas estarão condenadas ao fechamento inevitável, sumário. E eu não vi, até agora, esta mobilização, com o dinamismo, a combatividade e, em alguns casos, a desejada agressividade dos vários setores da educação do nosso País.

Aproveito a oportunidade da presença de dois líderes, dois presidentes, um da Fasubra e outro da Andes, ambos com relevantes serviços prestados à educação e já registrados na história desse setor no Brasil, para que eles consigam sensibilizar os demais segmentos da educação, porque até agora eu não tenho visto essa mobilização. Aqui mesmo, no Congresso, nós já contamos, como ocorreu anteriormente, com o apoio do Presidente do PFL, o nobre Senador Hugo Napoleão, com o do Senador Marco Maciel, que é o Líder do Governo no Senado, para que mobilizem as suas bancadas e esse grupo possa derrubar este art. 6º da "emendinha".

Finalmente, e para não abusar da paciência dos que permanecem aqui até agora, continuo a sonhar com uma posição das várias entidades que atuam na área da educação — e nós já fazemos o mesmo em relação à *performance* à atuação do próprio Congresso Nacional no esforço, que não é ainda satisfatório — para que se introduza no Brasil o sistema da autocrítica.

É muito comum em nosso País o exercício do direito de crítica; mas a autocrítica feita por pessoas e por entidades em relação ao setor em que elas atuam é muito rara.

Nos longos anos de luta pela causa da educação, cito sempre dois exemplos que me parecem inspiradores. Um é do concílio dos cardeais no Vaticano. Reúnem-se os cardeais e eles são obrigados a fazer uma autocrítica, não no confessionário, mas diante de todos os que integram esse concílio de cardeais. E o exemplo na área oposta é o do Presidium Supremo da antiga União Soviética, que agora está sendo substituída. Naquela época, os membros do Presidium da União Soviética, mais de mil, 1.500, eram obrigados a fazer uma autocrítica diante dos delegados de todas as repúblicas da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Creio que isso é desejável. Transformar isso aqui, rapidamente, em poucos minutos, nesse confessionário. Foram feitas críticas e eu diria que 99% dessas críticas são absolutamente válidas e absolutamente incontestáveis. Foi feita uma série de reparos à atuação pouco satisfatória do Poder Executivo; nós, já salientei, estamos fazendo a nossa autocrítica em relação a esta Casa, ao Congresso Nacional, descobrindo as nossas falhas, algumas graves, as nossas deficiências, algumas deploráveis, mas nós estimaríamos que também as várias entidades fizessem essa autocrítica. Seria um milagre de Deus se o segmento da educação fosse único, sem nenhuma falha. Digo não do lado do Executivo, mas do lado das próprias comunidades que atuam na área da educação.

Só para dar um exemplo, para ilustrar: será que todos os professores de dedicação exclusiva das universidades têm mesmo somente um emprego? Ou será que, forçados pela remuneração notoriamente insuficiente, eles são obrigados a completar o seu orçamento, tendo mais um emprego, mais dois empregos e, em alguns casos, até mais três empregos? Só estou dando um exemplo.

Creio que essa autocrítica, que obviamente não precisaria ser pública, daria uma contribuição imensa à causa da educação, porque, para encerrar essas palavras, eu devo proclamar com a maior nitidez, com a maior objetividade: a educação brasileira

está atravessando a mais grave crise de sua História. Se nós não nos reunirmos num esforço suprapartidário, eu diria num esforço ecumênico, para detectar as falhas e procurar saná-las, partindo do princípio de que ninguém é perfeito, essa batalha poderá chegar a um desfecho altamente deplorável.

Fica aqui o apelo deste perseverante, mas muito modesto lutador da causa da educação, para que as entidades promovam essas reuniões, que não precisarão, obviamente, ter microfones de rádio e nem câmeras de televisão, nem reportagens dos jornais, para que procurem aperfeiçoar a sua própria *performance* que é, sem dúvida nenhuma, prejudicada por salários ínfimos, salários miseráveis e, muitas vezes, desumanos, desde a área das universidades até a área mais modesta, geralmente esquecida, a área do primeiro grau, principalmente no interior do Brasil, onde uma professora, que é também um ser humano altamente respeitável, ganha a metade e às vezes 1/3 de um salário mínimo. E eu, por mais de uma vez, tenho feito um apelo às demais entidades, não do primeiro grau, mas do segundo e do terceiro graus, para engrossarem esse clamor que, por sinal, nem existe, nem sequer existe. Uma vez, no plenário do Senado, quando estreou o Senador Darcy Ribeiro, que é um astro da educação, cheguei a sugerir uma greve no Brasil, de um dia, meio dia, seja o que for, de preferência de um dia, de protesto contra esse fato. Lá no Norte e no Nordeste, há professores — estou aqui falando com homens públicos de extraordinária importância, como o Senador Hugo Napoleão, como o Deputado Henrique Alves — nessa área sofridora do Brasil, segundo uma reportagem publicada no *Jornal da Tarde*, vespertino do Estado de São Paulo, há professores que ganham por mês a metade ou 1/3 do que ganha por hora o operário da indústria automobilística de São Paulo, que notoriamente não é nenhum marajá, que ganha um salário um pouco melhor do que o do proletariado de um modo geral.

Então ficam aqui essas meditações, essas reflexões, como uma contribuição, e eu creio que a principal seja essa, um esforço de autocritica de cada segmento ligado à educação, além da crítica feita aqui, com tanta objetividade, sem nenhum passionalismo, sem nenhum radicalismo, às falhas, às graves deficiências do setor do ensino privado neste País.

Agradeço a presença dos meus nobres colegas e dos eminentes depoentes, que tanto enriqueceram os trabalhos desta CPI.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

Data: 12-3-92 — 10h15min

Convidados: José Carlos — Hugo Napoleão — Raul Ponte — Aroldo Cedraz.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Passo a palavra ao Professor José Carlos Azevedo, que terá o tempo de 40 minutos para sua expressão inicial e, pela praxe, logo após o seu pronunciamento, os membros da Comissão, que assim o desejarem, poderão fazer as suas inquirições.

O SR. JOSÉ CARLOS AZEVEDO — Sr. Presidente, vou pedir à Secretaria que distribua cópia do depoimento, que está por escrito.

Eminente Senador João Calmon, quero agradecer o privilégio de comparecer a esta Casa, para dizer algumas palavras sobre o tema, objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Para poupar o tempo e dar um pouco mais de organicidade, trouxe uma parte desse depoimento por escrito e peço permissão para lê-lo.

“Medida por qualquer parâmetro, a educação é o maior empreendimento deste País. Em termos de pessoal envolve 30 milhões de almas, as despesas consomem mais de 30 bilhões de dólares, e só o Governo Federal lhe destina uns 13 bilhões do seu Orçamento. Possui a maior rede hospitalar do País e consome mais recursos e envolve mais pessoas que as Forças Armadas e as estatais somadas. Além de escolas,

possui até fábricas de doce e a maior editora do planeta, cujos livros, em boa parte, desaparecem antes de chegar aos seus destinatários.

A educação é, entretanto, o empreendimento mais ineficaz da Nação, bastando julgá-la por seus resultados mais conhecidos. O desastre do ex-Mobral, que ao cerrar as portas, deixou a Nação mais analfabeta do que encontrou quando foi criado. A evasão e repetência no ensino de base atingem índices elevados; o empreguismo e a inépcia em estabelecimentos de ensino superiores, sobretudo a inexistência de um compromisso, uma decisão que seja na parte de formuladores de políticas educacionais que permitam vislumbrar dias melhores para gerações futuras.

Não é exagero dizer que o aumento da escolarização, que teve bons resultados nos últimos trinta anos, criou graves dificuldades, porque, na época própria, o MEC não teve competência para tomar decisões atenuadas nem para adotar métodos e técnicas que permitissem garantir ensino de qualidade aos grandes contingentes humanos, que passaram a afluir às escolas nos últimos decênios.

Já no próximo século, a nova sociedade relegará a plano subalterno as formas de energia que garantiram três séculos de progresso à revolução industrial, extraída do carvão, do xisto, do gás natural e do petróleo. Ela utilizará conhecimentos especializados para obter novas formas de energia e novos materiais, cerâmicas e ligas substituirão o ferro, o aço e condutores. Muitos materiais serão substituídos por plásticos; na Biologia, na Medicina e na Computação, por exemplo, os progressos serão inimagináveis e aumentará o fosso existente entre as nações ricas e pobres, as que geram ciência e tecnologia e as que, por terem descuidado da educação, nada podem fazer.

O Brasil estará mais despreparado para o próximo século do que esteve para o atual, porque entre o Primeiro e o Terceiro Mundo, o hiato científico, cultural, tecnológico e econômico aumenta sem cessar.

O Estado é o maior responsável por este desastre. Sem objetivos definidos para a educação, sem determinação para resolver os problemas relevantes e, não raro, sob a orientação de pessoas desinformadas, apesar da magnitude e relevância dos problemas a resolver, ele até identificou objetivos importantes, mas que não soube atingir. Reforçar a pós-graduação, erradicar o analfabetismo e dar prioridade ao ensino de primeiro grau são metas não atingidas devido à pouca perseverança e menor competência, e à inexistência de um compromisso de redimir a Nação e construir seu futuro, mediante o resgate da ineficiência, da seriedade e da qualidade do sistema educacional.

Assim, de uns tempos para cá, limita-se o poder público a tentar resolver problemas do dia-a-dia. Em 1980, por exemplo, acuado por mais uma greve, baixou o Decreto nº 85.487, manifestamente inconstitucional, e enquadrou no magistério federal, levemente, sem concurso, sem vigência qualquer e sem necessidade, auxiliares de ensino, professores e colaboradores então conhecidos por substitutivos e visitantes, em número da ordem de 13 mil. Foi tão irresponsável ao fixar critérios para a ascensão funcional que, dentro em breve, todos os professores universitários chegarão ao penúltimo grau da carreira promovidos por tempo de serviço, tenham ou não qualificação intelectual e mesmo sem terem nada feito, tal o corporativismo que atua desigual.

Recentemente, ao disciplinar a questão salarial, o Governo Federal optou por favorecer o diploma, não o saber, a diligência dos mestres, gerando novo abalo na qualidade de ensino, pois muitos desses títulos nada valem. Muitos professores capazes nem os possuem e vários se aposentaram por essa razão.

Cerca de 75% dos docentes das universidades mantidas pela União estão em regime de tempo integral e dedicação exclusiva e uns 30% possuem o título de mestre e doutor, mas levantamentos do Ipea, comprovam que a produção científica nas universidades varia de um trabalho publicado para cada 2,8 professores por ano, a um trabalho publicado para cada 110 professores por ano. Apesar disso, um dos mais renitentes apriscos do empreguismo nacional está, precisamente, nessas instituições de ensino superior.

Dados oficiais comprovam que nos 50 estabelecimentos de ensino mantidos pela União, que consomem mais de 70% dos recursos orçamentários do MEC, havia, em 31-12-92, o total de quatrocentos e um mil, duzentos e trinta e seis alunos; quarenta e oito mil, quinhentos e sessenta e oito professores; noventa e seis mil, quatrocentos e sessenta e nove servidores técnico-administrativos, o que dá índice alarmante de 8,26 alunos por professor; 4,16 alunos por servidor; 2,77 alunos por funcionário, ou seja, servidores técnico-administrativos e professores somados, relação que, certamente, não há nas escolas freqüentadas por príncipes europeus. Os mais alarmantes dados estão nas faculdades de Medicina do Triângulo Mineiro, com meio aluno por funcionário, ou seja, dois funcionários por aluno, e nas escolas paulistas de Medicina e superior de agricultura em Mossoró, com 1,4 funcionário por aluno cada uma. A maior das universidades, a UFRJ, com seus vinte e oito mil, quatrocentos e oitenta e quatro alunos; três mil setecentos e noventa professores; e onze mil, oitocentos e setenta e cinco funcionários, tem um índice de 1,8 aluno por funcionário, vale lembrar que no Governo anterior, o ex-Reitor admitiu três mil funcionários de uma só vez para ganhar as eleições, que veio a perder, e sem constrangimento recrutou-os, ali mesmo, ao lado, na favela da Maré. Para que os Srs. Congressistas possam avaliar a serenidade com que dizem o que resta das universidades, cito a UnB, por conhecê-la melhor, aqui ao lado do Governo Central. Em dezembro de 1984, havia nove mil, novecentos e quatro alunos; setecentos e setenta e cinco professores; um mil, seiscentos e cinquenta e três servidores; e cento e cinco cargos comissionados. Sete anos depois, esses haviam aumentado assim: quarenta e cinco alunos — 0,4%; quinhentos e sete professores — 65%; seiscentos e quatorze servidores — 37%. Os cargos comissionados aumentaram em cerca de 650. Essa informação recebi verbalmente do ex-Ministro Carlos Chiarelli, porque parece que o Ministério da Educação não mantém a contabilidade dos cargos comissionados, porque é um mecanismo de aumento salarial extremamente fácil de ser feito e, conseqüentemente, teria aumentado esse índice em 648% em sete anos. Assim, as relações professor/aluno e funcionário/aluno aumentaram em 65% e de 36%. Dito de outra maneira, que é uma forma um tanto quanto exagerada e de certa maneira também pouco fundamentada de dizer as coisas, mas para um aumento de quarenta e cinco alunos no cadastro discente, houve um aumento de um mil, setecentos e setenta e um nomes na folha de pagamento. Enquanto isso, em 1988, um aluno do 1º grau na zona rural do Piauí custava ao erário uns vinte e dois dólares anuais, nas universidades brasileiras custava uns oito mil. Os estudantes profissionais, que levam às vezes dez anos para graduar-se, custam tanto quanto mil e quinhentos adolescentes do 1º grau. E esses, por mazelas nunca corrigidas, estão condenados à mais degradante miséria, integrando imensos contingentes de analfabetos e de marginais. Além disso, no Japão, há duzentos e quarenta e três dias de aula por ano, a escolaridade média é de doze anos e a permanência diária na escola é em média de sete horas. No Brasil, ela é inferior a quatro horas durante cento e oitenta dias, e a escolaridade média de 4,8 anos se situa entre os limites de 1,8 no Piauí; 5,7 em Santa Catarina e São Paulo. O estudante japonês, portanto, estuda seis vezes mais que o brasileiro, cinco vezes mais que o paulista e o catarinense, e dezesseis vezes mais que o piauiense. É pesaroso e até vergonhoso para os brasileiros o ensino superior, até por organismos internacionais. Em recente relatório do Banco Mundial — tenho a cópia aqui comigo — Relatório nº 9.376-BR-Confidencial, Reforma Educacional de Nível Superior no Brasil, outubro de 1991, faz crítica contundente e sintética. É verdade que se limita a fatos conhecidos, faz recomendações já sabidas, mas é um trabalho importante que deve ser analisado e dele transcrevo as seguintes observações: 23% dos recursos públicos brasileiros destinados, à educação, vão para o ensino superior, que só tem 2% dos alunos. Elevado número de escolas isoladas, matriculando quinhentos mil estudantes, são operadas como simples negócios. O Conse-

lho Federal de Educação estabelece os currículos mínimos de todos os cursos, inibindo a diversidade e a inovação. O Governo Federal gasta 7.930 dólares anuais por estudante, cento e cinquenta vezes mais do que nos níveis primário e secundário.

No período 1983/1989, o número de professores nas escolas federais aumentou de 43.000 para 44.500, enquanto o de alunos diminuiu de 340 mil para 318 mil e o de funcionários aumentou de 65 para 92. Na construção de universidades, o excesso de investimentos de capital seria da ordem de 1.6 bilhão de dólares. É um levantamento feito com a estimativa da área ociosa existente nas universidades, e um cálculo do custo do metro quadrado eleva esse valor de um bilhão e seiscentos milhões de dólares, gastos desnecessariamente. A ineficiência do sistema educacional, entretanto, não se limita ao ensino superior.

A Fundação de Assistência ao Estudante, órgão do MEC responsável pelo programa de livros didáticos do Governo Federal, com seus sessenta milhões de exemplares publicados anualmente, é a maior editora do mundo, mas qualificativamente deve ser a pior delas. A título de exemplo, extraio as seguintes frases de dois dos seus livros. Um, é um livro de Geografia, que diz claramente — não é ironia, eu até já escrevi um artigo para o jornal *O Estado de S. Paulo* sobre isso: "O cipó de Tarzan é um dos meios de transporte mais usados na selva da África". Outro, um festejado livro de um eminente sociólogo, dá a seguinte receita: "O preço de uma mercadoria é igual ao tempo gasto para produzi-la", frase inteiramente sem nexo. Na realidade, comparados aos dos países desenvolvidos, nossos livros são apostilas coloridas, sem condições mínimas de simples durabilidade. Para melhor exemplificar o que lêem nossos estudantes, transcrevo esta passagem de um livro de Samuel Fron Nicto, que relaciona os títulos de alguns livros: *A Escola está morta; Educação e Dominação Cultural; Pedagogia Reeduacional; Educação e Luta de Classes; Educação sem Escolas; A Pedagogia dos Oprimidos; Sociedades sem Escola; Descolonizar a Criança; Cuidado e Escola; Por uma Pedagogia da Contestação; É Preciso Destruir a Escola; Desescolarizar a Sociedade*. Eles revelam, diz o autor, a cruzada anárquica contra a escola e o professor, contra os métodos e procedimentos formais de ensino, contra os programas, contra os currículos, contra os bons livros didáticos, contra a legislação e as normas a que se acham submetidas as atividades escolares. As escolas são definidas como opressoras, reacionárias, autoritárias, e o ensino, um instrumento poderoso e perfeito de alienação e dominação e de um processo castrador. Assinala ainda aquele eminente professor que essa neopedagogia que se refere a si própria como anticolonialista, desescolarizadora, libertadora e até mesmo como antipedagogia, parece conduzir a uma simples e pura destruição dos fundamentos da educação, da civilização e da cultura, do civismo e da ética, da disciplina e da ordem social, um processo destrutivo, cuja gravidade aumenta significativamente quando se trata de uma nação como o Brasil, que não conseguiu aprofundar nem tampouco generalizar a oferta de uma escolarização prolongada de bom nível a toda uma população infantil e com um imenso contingente de acultos ou incapazes de compreender a gravidade desse estado de coisas. Mas não cessa aí o descabro. No mundo civilizado, na Inglaterra, por exemplo, é considerada alfabetizada a criança de sete anos de idade que lê, escreve, compreende rótulos e entende notícias simples e instruções escritas, e usa livros como fontes de informação. O Brasil classifica como analfabeto quem não sabe ler e escrever ou só lê e escreve o próprio nome.

Dados do Tribunal Superior Eleitoral relativos à escolaridade dos eleitores em 1989 revelam que 82% da população não tinham o segundo grau completo, 30% sabiam ler e escrever, 10% eram analfabetos, 28% tinham o primeiro grau incompleto e apenas 10% o haviam terminado, 5% tinham o segundo grau incompleto e apenas 10% o haviam terminado, 3% tinham o superior incompleto e só 5% haviam terminado, o que permite avaliar, pelo critério de países desenvolvidos, que mais de 50% da população, uns setenta milhões de brasileiros, devem ser considerados analfabetos.

O analfabetismo inexistia na Europa em 1920 e chegava a 6% nos Estados Unidos. No Brasil, era superior a 75% e entre os onze milhões de habitantes apenas 1.6% freqüentava as escolas. Desde 1920, tal população sempre decresceu percentualmente, mas nunca deixou de crescer em números absolutos.

Agora, entretanto, dados do programa nacional por amostragem domiciliar de 1988, a serem confirmados pelo censo, levam a crer que, pela primeira vez neste século, o percentual de analfabetos também voltou a crescer. Houve, entretanto, avanços significativos no ensino de base. Entre 1950 e 1980, a taxa de escolarização de crianças de 7 a 14 anos aumentou de 36,2% para 80,4%, na região urbana, e se manteve em 50% na zona rural.

A matrícula declinou no primeiro grau, mas manteve-se estável na zona rural, em parte devido às taxas de urbanização que variaram de 36,2% em 1950 para 72,7% em 1985. Quanto à população universitária, ela aumentou 11 vezes nos últimos 30 anos.

É no primeiro grau que está a raiz de todos os males, que começam no elevado contingente de professores do próprio primeiro grau que não têm essa escolaridade, que atinge 48,4% da zona rural, é residual na zona urbana com apenas 2,7% professores, mas chega a números alarmantes nas zonas rurais do Nordeste e do Centro-Oeste, 80% e 70%, respectivamente.

Além disso, é de apenas 4 salários mínimos a média nacional dos vencimentos dos professores de primeiro grau, enquanto os do ensino superior recebem 10 a 20 vezes mais.

Dados do último censo educacional do MEC e da última Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar do IBGE, do ano passado, mostram que os mais graves problemas da educação de primeiro e segundo graus não se relacionam à falta de vagas, apenas numericamente, nas escolas. Em âmbito nacional, 95% das crianças em idade escolar estão matriculadas, e as 5% restantes encontram-se quase todas nos redutos mais degradantes da miséria do Nordeste. É na má qualidade do ensino oferecido nesse nível que está o cerne da questão, motivada por baixíssimos salários dos professores e causadoras das altas taxas de evasão e de repetência.

Há estudos recentes, feitos pelo Dr. Sérgio da Costa Ribeiro, do Laboratório Nacional de Computação Científica, a respeito desse assunto, que merecem análise do Congresso Nacional. Muitos autores têm explicação para a miséria na América Latina, mas, na realidade, as suas dificuldades têm origem remota na Península Ibérica, de Felipe II, hipótese que tem a concordância de Octávio Paz, em seu discurso de aceitação do Prêmio Nobel de Literatura de 1991.

Naquela época, início do século XVI, Portugal estava isolado na península, e essa do restante da Europa, onde se lançavam as raízes do desenvolvimento artístico, cultural e científico que mudou os dias de hoje e chegou aos Estados Unidos com a própria colonização.

Esse isolamento foi responsável por mais de três séculos de distanciamento da Europa, que teria sido absoluto — não fossem algumas missões científicas que aqui vieram. Surgiu, assim, um terreno fértil para um fenômeno ímpar no mundo, a proliferação do positivismo, que tanto influiu na vida brasileira, até na Proclamação da República.

Suas concepções infundadas sobre ciência e pesquisa e o seu descrédito pela universidade respondem, neste século e em boa parte, pelo descaso de dirigentes brasileiros e pela criação de um sistema educacional que atendessem às exigências de uma nação que reunia todas as condições para aspirar à independência econômica, científica e tecnológica.”

Srs. Congressistas, creio que ultrapassei de longe o tempo que me cabia, e quero finalizar fazendo algumas sugestões.

Em primeiro lugar, sustar o andamento da nova Lei de Diretrizes e Bases, por nada acrescentar de bom e por consolidar o que há de secundário e ruim no ensino superior. Propor em seu lugar uma reforma em profundidade que valorize o magistério em todos os níveis com base em méritos e não em tempo de serviço, que reduza os custos do ensino superior público ao máximo de 1/3 dos recursos orçamentários do MEC.

Esse estudo do Banco Mundial ao qual me referi mostra sem grandes detalhes que é fácil reduzir em pelo menos 25%, de imediato. Que acabe com a gratuidade indiscriminada, que só aos ricos favorece; que institua o sistema de cobrança e de bolsas para os alunos carentes que sejam bons alunos; que restabeleça a reprovação no ensino superior e proíba a aprovação, em qualquer nível, sem exames finais; que distribua recursos às escolas em função do desempenho e não de fatos consumados; que acabe com a estabilidade de todos os servidores do sistema de ensino público; que distribua livros às escolas e não aos estudantes; que reformule todos os currículos e prescreva obrigatoriamente que não ultrapassem 40% da duração mínima de cada curso; que faça efetivamente livre o exercício de qualquer profissão, exceto Direito e Medicina; e encerre as atividades dos cursos relativos a essas duas profissões que não mantenham padrões satisfatórios de qualidade; que desregulamente todas as profissões, exceto as duas indicadas e; que descentralize decisões e se evite o passeio do dinheiro do contribuinte ao município, desse ao estado e, em seguida, ao Governo Federal, para percorrer o mesmo caminho de volta, com centenas de decisões pelo meio e, por último, dissolva o Conselho Federal de Educação e o substitua por órgão não cartorial que, realmente, se dedique ao aprimoramento e à supervisão isenta e competente do ensino no Brasil. Passam-se decênios e séculos sem sabermos o que pretendem os poderes públicos em relação à educação e nem como irão resolver os seus problemas.

Comprometeu-se, assim, o futuro da Nação e, gradativamente cerram-se as portas aos jovens já descrentes do futuro. Mas a verdade é que continuamos no universo das frases feitas, na galáxia dos compromissos declaratórios, na algaravia de providências e conseqüências e com foros de novidades, que se repetem no início de cada Governo e de cada administração do ensino.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra ao ilustre Relator, que vai proceder às suas indagações.

O SR. RELATOR (João Calmon) — O professor José Carlos Azevedo acaba de apresentar aos membros desta CPI o mais contundente libelo já ouvido aqui sobre a universidade brasileira. As críticas que ele tem feito à universidade datam de algumas décadas. Ele não se limita a fazer as afirmações em conferências, em debates, mas defende todos os seus corajosos pontos de vista em artigos que são publicados em alguns dos jornais mais importantes deste País.

O quadro que ele nos traça é dantesco e, aparentemente, não há uma solução à vista a ser adotada. Ele sugere, por exemplo, no seu trabalho, que seja adiada a elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que está em tramitação no Congresso Nacional, que por enquanto ainda não saiu do âmbito da Câmara dos Deputados.

O que me preocupa é que a simples aprovação de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação não vai conseguir resolver o problema de transcendental gravidade do quadro do ensino brasileiro, em todos os níveis e não apenas no nível que está sendo debatido aqui nesta CPI. Lembremo-nos de que um projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação tramitou no Congresso Nacional durante mais de dez anos.

Este projeto, que está sendo examinado na Câmara, já absorve a atenção dos nobres Deputados por quase dois anos — se não me engano — e não há uma perspectiva concreta da conclusão desse trabalho, no âmbito da Câmara, no decorrer deste ano, porque os Parlamentares, a partir do segundo semestre, estarão absorvidos pela campanha municipal. As minhas apreensões aumentam, ainda mais, porque a educação, em virtude de sua extrema complexidade, não vai ter os seus problemas resolvidos só porque o País vai ser dotado de uma Lei de Diretrizes e Bases do mais alto nível.

Um artigo extremamente simples que determina, há mais de meio século, que quando um prefeito não destinar o percentual mínimo da receita de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, o governador deve decretar a intervenção. O prefeito é afastado e substituído pelo vice-prefeito, e assume, então, um interventor.

Nem o fato de um dispositivo constar da Constituição significa uma esperança de solução do problema. Portanto, não devemos concentrar todas as nossas esperanças numa nova Lei de Diretrizes e Bases. Claro que devemos continuar num esforço de mobilização dos melhores cérebros deste País, para que o Brasil seja dotado de uma Lei de Diretrizes e Bases moderna, capaz de equacionar e apontar soluções para os problemas angustiosos que enfrentamos.

O problema se torna ainda mais grave diante da recordação (falha na gravação) que é o do art. 60 das Disposições Transitórias da atual Constituição. Esse artigo existe desde 1988 e até agora não foi cumprido. Ele é de autoria do nobre Deputado Osvaldo Coelho e determina que devem, nos próximos dez anos, a partir de 1988, serem destinados 50% das verbas para educação no nosso País, para erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental.

Ainda há uma tentativa de interpretação desse artigo, que não exigiria o cumprimento estrito do que determina a Carta Magna. Entretanto, já há um estudo do Tribunal de Contas da União que mostra que o Governo Federal não está nem sequer destinando a metade do que deveria dos recursos orçamentários para esses dois objetivos: o ensino superior, que está atravessando, sem dúvida nenhuma, a mais grave crise da sua história; e alguns dos motivos que foram apontados, com uma coragem inaudita, pelo nosso depoente de hoje. Enfrentamos uma situação de difícilíssima solução.

O Professor José Carlos Azevedo tem-se destacado por uma análise realista, objetiva, contundente, mas gostaria de formular a V. S.^a esta pergunta concreta, vou preceder a algumas afirmações. No Brasil, desgraçadamente, e como consequência do nosso baixo índice educacional, não apenas na área da população em geral, mas também em virtude de deficiências resultantes desse quadro de desprezo sistemático à educação, que começou desde a época em que o Marquês de Pombal proibiu que os jesuítas continuassem a ensinar, e que persiste até hoje, leis ordinárias não são cumpridas; leis complementares são sistematicamente desrespeitadas, artigos da Constituição são violados com uma frequência alarmante. Concentrar os nossos esforços apenas na esperança de que a nova Lei de Diretrizes e Bases vá resolver o problema, acho que é um excesso de otimismo. O diagnóstico está feito sob a ótica de um dos educadores mais importantes deste País, um homem que pode provocar restrições de ordem ideológica, mas realmente é um valor incontestável, inegável, na área da educação, que se destacaria não apenas num país com as características do Brasil, mas também em qualquer país desenvolvido, além da sua cultura, da sua erudição, ele bate recorde de coragem. Apresentar um libelo, uma análise, que é também um libelo sobre o quadro educacional do Brasil, credencia o Prof. José Carlos Azevedo a ser obrigatoriamente ouvido sempre que se discute o problema da educação.

Por isso mesmo, ele foi convocado para depor nesta Comissão, com a intenção que é a do Presidente desta CPI, que é um bravo lutador dessa causa altamente prioritária. Temos convidado outros que defendem teses contrárias à do Prof. José

Carlos Azevedo; estamos procurando estabelecer em caráter permanente esse contradiatório, no qual poderá resultar a abertura de caminhos para sairmos da crise dramática. Mas, encontramos sérias dificuldades, que começam por esta Casa e não por culpa dos Deputados e Senadores. Nesta hora, não temos *quorum* para realizar essa reunião, mas, sem dúvida nenhuma, pelo menos seis, sete ou oito comissões estão reunidas.

Ontem, esteve aqui o Ministro da Saúde, que também apresentou um quadro dramático da situação da Medicina, da saúde no País e conseguiu uma presença bastante razoável, não apenas dos membros da Comissão de Assuntos Econômicos, mas também atraiu vários Parlamentares de outras Comissões.

Perguntaria ao Prof. José Carlos Azevedo se, excluída a esperança de se resolver o problema da educação com a aprovação de uma boa Lei de Diretrizes e Bases, quais as esperanças que nos restam, já que a Lei de Diretrizes e Bases é hierarquicamente inferior à Constituição da República, nossa Carta Magna? Esta está sendo desrespeitada de uma maneira incontestável logo em relação a esse art. 60 das Disposições Transitórias. Não se trata da opinião do Deputado Osvaldo Coelho, nem da minha, nem da dos eminentes Parlamentares que aqui se encontram, inclusive do nosso combativo Presidente, Deputado Eraldo Tinoco; já há um pronunciamento do Procurador-Geral da República reconhecendo que o Orçamento da União é inconstitucional, está violando o art. 60 das Disposições Transitórias, e como obviamente ele não é instância final, ele fez subir os autos à apreciação do Supremo Tribunal Federal.

Se o STF acolher as razões expostas não apenas pelo Deputado Osvaldo Coelho, mas também por uma entidade que congrega os Secretários de Educação de todos os estados brasileiros, o Conced, que também apresentou, sob a liderança da Prof. Gilda Poli, que é uma corajosa, uma intrépida, uma lutadora da causa da educação, também um recurso com o mesmo objetivo, declarar inconstitucional o orçamento do País.

Essa é a pergunta que formulo a V. S.^a Sei que obviamente a resposta não é fácil, mas não gostaria de entrar em detalhes, diante dessa situação que parece não inspirar nenhuma dúvida.

Não se tem conseguido resolver, até hoje, o problema da educação, nem através de lei ordinária (no bom sentido da palavra), nem através de lei complementar, nem através da Carta Magna do País. E a situação ainda me parece mais preocupante porque as nossas inquietações são amplas; elas não se referem apenas ao problema que deveria ser prioritário, ocupar o primeiro, o segundo e o terceiro lugar no painel das nossas preocupações.

Há um outro problema que os partidos políticos do Brasil, até hoje, nem sequer tentam resolver: é o respeito ao artigo da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, por mera coincidência, também de minha autoria, que desde 1966 obriga cada partido a manter um instituto para a formação e renovação dos quadros políticos do País. Há duas décadas empenho-me nessa batalha, e, até hoje, nenhum partido político do Brasil cumpre o que determina a Lei Orgânica dos Partidos.

No ano passado, fomos à Alemanha, a convite da Fundação Konrad, apresentando, juntamente com outros três parlamentares, o relatório completo, e o resultado é absolutamente insignificante. Há apenas conversas, cogitações, mas nada há de concreto. De acordo com o meu conhecimento, que é precário, que é limitado, apenas dois partidos têm alguma coisa concreta, embora em caráter embrionário, nessa área, um é o PT, que parece que mantém um curso de formação em Cajamar, para aprimorar os conhecimentos dos seus filiados; e o outro, a nível mais modesto, apenas na área do primeiro grau, é o Partido Liberal, do Deputado Alvaro Valle.

Ficam aqui essas minhas apreensões, que se assemelham às suas. O problema é reconhecidamente grave, as análises são objetivas, mas a dificuldade de solução

é realmente imensa. V. S^a é um mestre incontestável, embora, pela sua coragem, seja também muito combatido, muito criticado. Consideramos da mais alta importância que esta CPI se transforme, com a ajuda de V. S^a nesta manhã, com uma assistência bastante razoável de Parlamentares, num debate de transcendental importância. Já trouxemos para cá alguns dos reitores mais importantes do País: o da USP, o Professor Lobo, o Reitor da Universidade de Brasília, além de vários outros expoentes da educação em cada setor. Estamos tentando continuar a estabelecer o contraditório. A única maneira de se encontrar uma solução é colocar em confronto pontos de vista conflitantes. Temos, nesse sentido, procurado trazer para cá também um outro bravo combatente da causa da educação, que escreveu um livro que não teve muita repercussão, se não me engano, *A Sinecura do Ensino* é o seu título, o Professor Edmundo Coelho — S. S^a até agora não admitiu uma conversa sequer pelo telefone sobre esse assunto. Mas tenho certeza de que S. S^a também virá aqui apresentar os seus pontos de vista.

O cumprimento dessa decisão da CPI é absolutamente certo, porque o Presidente Eraldo Tinoco é homem de uma energia inextinguível e pode lembrar ao Professor que, de acordo com o Regimento desta Casa, um cidadão convocado para comparecer a uma CPI, se tiver qualquer hesitação, será advertido de que terá que comparecer, mesmo que seja debaixo de vara, para usar a expressão jurídica. Essa é a indagação que eu faria ao Professor Azevedo, é para dar tempo aos meus eminentes colegas que integram essa comissão, inclusive um ex-Ministro da Educação, que tem sido um dos mais assíduos, o Senador Hugo Napoleão, para que todos possam dar uma valiosíssima contribuição, muito mais do que a minha modesta colaboração, para o debate desse problema, que é, sem dúvida, o de mais transcendental importância do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muito obrigado. Com a palavra o nobre depoente.

O SR. JOSÉ CARLOS AZEVEDO — Eminente Senador, na pergunta V. Ex^a já deu a resposta, dessa maneira pouco me resta a dizer, além de manifestar igual perplexidade por esse comportamento, esse *ethos* nacional em que as leis não são cumpridas. As leis feitas são boas ou, eventualmente, más, mas o fato é que elas passam inteiramente despercebidas. Repetirei um exemplo — talvez o mais grave que eu conheça — que citei aqui no trabalho. Nos anos oitenta — está aqui o número do decreto — houve uma transferência para a carreira do magistério de um número elevado de professores, em torno de treze mil, sem concurso, sem necessidade, quando a Constituição na época exigia que o ingresso de professores fosse feito mediante concurso público de títulos e provas. O que foi feito? Se o Senador e ex-Ministro me permitir invocar o seu nome, eu me lembro que se conversou sobre a necessidade de um documento dessa ordem, que teria sido iniciado na sua administração. Ele está aqui feito e mostra que, nos anos 80, o número, 11.999, de professores substitutos e visitantes, em um ano, caiu para menos de um mil. O de auxiliares caiu de 8.900 para três mil e setecentos. E o total dos professores ficou igual. Esses professores contratados, em grande parte professores horistas, passaram para professores assistentes do quadro. Isso é constitucional.

Então o desrespeito a essa norma constitucional — que é muito antiga por sinal — foi cometida no ano de 1980, se não me engano. A ênfase que pretendi dar à necessidade de ter uma nova lei de diretrizes e bases é porque, paradoxalmente — não sei se estou errado — os malefícios causados à educação são sempre imediatos, e os benefícios demoram muito tempo. É importante que sejam corrigidas as gravíssimas distorções que existem hoje, em particular nas universidades. Foram transformadas em grandes redutos de emprego de pessoas inamovíveis sobre as quais quase

ninguém — a começar pelo próprio Reitor — tem qualquer capacidade de mudar-lhes os hábitos ou ditar-lhes normas de procedimentos, de conduta como professor. Creio que a tendência da situação é agravar-se muito rapidamente.

Vejo nessa lei uma eventualidade de pôr um ponto a essa situação, em que contratações são feitas de uma maneira absurda, os currículos são péssimos e não traduzem as realidades nacionais, as exigências nacionais. O Conselho Federal de Educação continua criando universidades livre e impunemente. Parece que agora há umas trinta ou quarenta que serão aprovadas a qualquer hora. Já foram aprovadas outras tantas. Acredito que esse processo de acumulação de vícios e de defeitos é terrível para o País. A lei certamente não vai mudar nada, mas dará àqueles fiéis cumpridores da lei um tratamento justo no País: a possibilidade de cobrar, a possibilidade de denunciar e a possibilidade de impedir. Não há lógica em se continuar acenando para a mocidade, para os jovens, com universidades que nada mais são do que simples portas de arrecadação de dinheiro. O Conselho Federal de Educação continua a criar, na categoria de universidade, instituições que, em padrão internacional, não são sequer simples faculdades, onde lecionam-se uma ou duas disciplinas apenas.

Penso que estabelecer a ordem, definir como é que as coisas são feitas e como devem ser feitas é o mínimo que se pode fazer. A partir daí, o que ocorrerá eu não sei. Mas o exemplo ocorrido em 1980, da incorporação ao Magistério Federal, sem concurso, sem necessidade, por um mero passe de mágica de um decreto, de cerca de 13 mil professores, eu considero isso gravíssimo. Mas a verdade é que nenhum ministro que se seguiu a esse fato teve condições — está aqui o Ministro Hugo Napoleão — de reverter a situação, que é um verdadeiro caos nacional. Acredito que a Lei de Diretrizes e Bases que está aí é ruim, porque foi elaborada numa época um tanto confusa da vida nacional em que se considera que meras coisas declaratórias, desvinculadas da realidade se transformariam em realidade ou modificariam até uma realidade, de fato, não é isso. Eu acredito que qualquer lei que verse sobre diretrizes e bases da educação e que não estabeleça o mérito do professor, a qualificação do aluno como norte, parâmetro em torno do qual tudo deve girar, não funciona.

No Governo do Presidente Figueiredo, essa lei estabeleceu a carreira do magistério, em função da qual qualquer pessoa, incluindo essas 13 mil que entraram, sem necessidade, pela janela do magistério superior, sem concurso, todos eles serão professores adjuntos do nível mais alto, por tempo de serviço apenas, tenham ou não dado aula, tenham ou não produzido, façam ou não façam o que lhes compete, até para fazer jus simplesmente à remuneração. Isso agravará sobremodo a educação nacional.

Sei que ainda não lhe dei resposta nobre Senador. Mas não é fácil prever o que pode acontecer baixando-se uma lei que coloque um pouco mais de ordem nesse caos que existe hoje na educação nacional e que tende a se agravar. Isso não é fruto de omissão ou de descaso de uma administração ou de outras. É um processo cumulativo. Emprego nas universidades tornou-se uma das coisas fáceis deste País. Fui reitor durante um longo tempo. Não tenho mérito nenhum, não digó isto por falsa modéstia: proibi que coisas gravíssimas fossem feitas. Ao sair, o número de professores dobrou, o número de funcionários quase que dobrou e o número de alunos aumentou só 45%. A universidade, que era rica, deixei-a com 10 milhões de dólares em caixa, sem um centavo de dívida a pagar, pouco depois não tinha dinheiro para fazer aula. Não estou criticando pessoas; estou apenas dizendo que, pela inexistência de controles do poder público, do Congresso, do Poder Executivo, do Poder Judiciário, os reitores são pessoas livres e soltas no espaço dos quais ninguém cobra nada, até porque há uma falsa interpretação de que eles não podem ser demitidos. Há, entretanto, estudos, uma súmula do Supremo Tribunal Federal, da época do consumidor jurídico do Presidente Castello Branco, Carlos Mário da Silva Pereira — se não me engano —, mostrando que isto é uma ficção. Os reitores podem ser demitidos por interferência

dos poderes públicos por má administração, por má gestão dos seus deveres. Então vai melhorar a situação do ensino num prazo inferior a vinte anos? Certamente não. Mas vai impedir que coisas graves como essas que procurei mencionar continuem a ocorrer impunemente.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Estão abertas as inscrições aos membros da Comissão que queiram fazer indagações ao depoente.

Concedo a palavra o nobre Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Sr. Presidente, Sr. Relator, eminente depoente, tive a feliz oportunidade, nos dias em que passei pelo Ministério da Educação, de dialogar, de conversar com V. S^a sobre temas variados em torno da educação no Brasil. E uma dúvida sempre me assaltou. A ela chegarei, mas, precedendo a essa dúvida, queria fazer dois comentários acerca da explanação de V. S^a. Uma delas é com relação ao fato de que no Japão há 243 dias de aulas por ano e os alunos estudam pelo menos sete horas por dia, enquanto no Brasil há 180 dias em média.

O SR. JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — É um dado do MEC.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — É um dado verdadeiro. Afinal de contas tudo se faz para tentar melhorar e infelizmente não se consegue o que se deseja. Mas o que eu gostaria de situar é que não chega a quatro horas no Brasil.

Visitou-me, certa vez, o Reitor da Universidade das Nações Unidas, o brasileiro Heitor Gurgulino de Souza, que fez um comentário curioso. No Japão, houve uma pesquisa, que durou três anos, em todos os segmentos da sociedade — incluindo os corpos docente e discente —, os mais diversos setores: agrícolas, económicos, de negócios, comerciais, intelectuais, para saber se deveria a aula no Japão ser suprimida aos sábados. A conclusão a que a pesquisa chegou, depois desses três intensos anos, foi de que não deveria ser suprimida a aula aos sábados no Japão. Deveriam ser mantidas as aulas, o que é realmente extraordinário! É claro que um *gap* monumental entre um país avançadíssimo na sua pesquisa tecnológica, científica e até humanística e o nosso, que realmente se vê a braços com problemas muito sérios. Um deles, por exemplo, no que tange à referência que V. S^a fez quanto à criação de instituições de ensino superior, é que, no Brasil, houve um outro distanciamento também severamente grave. Por exemplo, havia — como há — mais engenheiros metalúrgicos do que técnicos em metalurgia. Daí essa luta imensa em que o Senador João Calmon tem se empenhado pela educação em geral, S. Ex^a tem se dedicado principalmente às escolas de 2^o grau, às escolas técnicas federais — dentre as quais avulta o seu amor a sua Colatina, pela criação da escola no Espírito Santo —, mas globalmente em todo o País, justamente para suprir essa grave deficiência na formação profissional no Brasil.

A dúvida que me assaltou — e me referi a ela no início — está relacionada à questão da escolha dos reitores das universidades federais e das instituições federais de ensino superior no Brasil. Recordo-me que, certa vez, lendo um dos seus artigos ou entrevistas, li uma frase que à época ficou consagrada e muito discutida: "Passageiro de avião não elege piloto!" Eu queria pedir a V. S^a que, nesse sentido — porque tive realmente alguns problemas na época — situasse um pouco a questão.

O SR. JOSÉ CARLOS AZEVEDO — Não sei a data, mas me lembro do fato, que me foi relatado pela própria pessoa que dele participou, Prof. Valmir Chagas. Quando foram feitas, após 1968, talvez, as reformas do ensino e se começou a falar em escolha de reitores, e listas etc., S. S^a, com um outro grupo de professores, foi à Inglaterra, que tem uma tradição milenar de escolha de reitores. Perguntado como eram escolhidos os chefes de departamento e diretores de institutos, aqui no Brasil, e até reitores, S. S^a disse que havia processos democráticos já começados nessa época e que havia eleições. Ao perguntar como era feito na Inglaterra, recebeu a seguinte

resposta: "Aqui nós não chegamos a esse nível de desenvolvimento e de democracia; aqui nós escolhemos os mais capazes!"

A escolha de um dirigente universitário é uma coisa que pode significar muito e também pode significar pouco. O Padre Resburg, Reitor da Universidade de Notre Dame, durante trinta e tantos anos, foi o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, foi *Chairman Board* do Chase Manhattan Bank, esteve aqui no Brasil — eu o considero um bom amigo. Fui um dia ao seu escritório em Notre Dame. O escritório dele seguramente não tem 5m por 5m. Lá dentro ele é padre; tem muitos crucifixos, mitos religiosos. Do lado de fora tinha uma secretária apenas. E perguntei a ele como é que conseguia mexer com aquilo, porque eu me considerava parcimonioso na contratação de pessoal administrativo e eu tinha um monte de gente. Ele disse: Olha, Zé Carlos, um dia fui à Universidade de Oxford, às 11h da manhã, o *campus* fervilhando com milhares de pessoas, perguntei onde era a sala do reitor, fui lá, atravessei um corredor, fui procurando saber, cheguei a um local onde não havia uma secretária, um telefone, e o Reitor estava lá fazendo a versão de um texto do grego para o inglês. E perguntei: Como funciona essa universidade? E ele disse: Funciona pela tradição. Quanto tempo temos de vida universitária? Cinquenta anos, se tanto. A Europa tem quase mil.

Essas coisas todas, acredito, não são feitas com o espírito daninho de prejudicar o País, os estudantes, de levar-nos às situações embaraçosas em que nos encontramos, simplesmente porque essas coisas ainda não foram consolidadas pelo tempo.

Sou inteiramente contrário ao processo de eleição de reitores. Se alguém deve votar para reitor é a comunidade, não os professores, não os funcionários, nem os alunos.

Acredito que na eleição para governos, por exemplo, a população, eventualmente, que mais é beneficiada pela presença da universidade, aqui, quiser votar para reitor, não acharia isso uma coisa tão estranha. Mas, o que prejudica o funcionamento das universidades é o corporativismo. Reitor nenhum, por melhor ou pior que seja hoje, consegue fazer qualquer coisa sem ouvir as bases.

Acho que esse é um processo democrático inteiramente descabido, numa instituição que tem um parâmetro de aferição muito claro e muito sofismado que é a realidade, a competência do professor, sua capacidade de trabalho e a diligência do aluno.

Esses parâmetros são muito mais rígidos e existem em outros locais onde a eleição identifica as pessoas mais capazes, combativas e qualificadas para conduzir a coisa pública. Na universidade não é assim.

Daí eu ter citado o exemplo do avião, porque fazer eleição para saber quem é piloto de avião a jato vai dar um bolo do tamanho do mundo. Na universidade dá um bolo muito maior, porque os malefícios são muito grandes e persistem através do tempo.

Acho inteiramente equivocada, sei que V. Ex^a não cumpriu isso. E se não me engano foi na Bahia, que V. Ex^a teve um problema muito sério com a indicação de um reitor, não nomeou o primeiro da lista, escolheu o mais capaz — de fato era o mais capaz —, mas como é escolhido o primeiro da lista? Por essa população de funcionários, alunos e professores.

O SR. HUGO NAPOLÊÃO — Se V. S^a me permitir, a respeito da lembrança, em tese o que acredito é que a eleição dentro da universidade seja a expressão do pensamento da comunidade universitária, em que, ao ser apresentada a lista sêxtupla ao presidente da República, o presidente, então, tem esse poder, que diria talvez até moderador, de representar a sociedade e a comunidade, escolhendo aquele que lhe parece, segundo consultas e informações, a pessoa mais adequada.

O caso a que V. S^a se refere foi na Universidade Federal da Bahia, mas seguiu-se um outro na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O SR. JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — Lembro-me disso.

O SR. HUGO NAPOLFAO -- O primeiro era o quinto da lista, o segundo salvo engano o terceiro. E por isso ter ocorrido quase quebraram a universidade. No Rio Grande do Sul, o reitor, inclusive, chegou naquela ocasião, a ficar sitiado, e queriam obrigá-lo a assinar uma carta renúncia.

Mas, a meu ver, antes disso, como coação moral, irresistível, obrigaram os candidatos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul a renunciarem se por acaso não fosse escolhido o primeiro da lista. Isso já é imposição.

É preciso dizer que há leis vigentes e é preciso que haja respeito; é a questão da cidadania no Brasil. Tudo vem realmente da alfabetização, mas, sobretudo, da cidadania no Brasil; pouco se reconhece do direito do próximo.

Isso existe em determinados setores da sociedade brasileira e é extremamente grave, usam de coação, telefonemas, ameaças e pressões de uma maneira que constitui falta de respeito à cidadania.

Esse é o grave problema, a meu ver, dentro do contexto, porque se houvesse mais respeito, até que seja mudada a legislação, estaríamos em outra situação.

O SR. JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO — Acho muito difícil essa legislação toda ser mudada sem uma grave comoção nacional. Mas isso terá que ser feito.

Relembro sempre a situação do ensino nos Estados Unidos, no início do século. Os Estados Unidos, hoje, têm a melhor Medicina do mundo. No início do século, Abraham Flexner foi contratado por uma fundação particular, se não me engano, a Fundação Carnegie, tenho esse livro, e ele fez um levantamento sobre o estado do ensino da Medicina, nos Estados Unidos inteiro.

Olha, é tenebroso, as coisas mais fantásticas existiam naquela época para o ensino de Medicina. Mas houve uma coincidência nacional, uma forte vontade da sociedade, praticamente todas as escolas vão fechar. E, hoje, os Estados Unidos têm, sem nenhum favor, o melhor corpo de médicos e de laboratórios de pesquisas. Eu diria que foi em função disso na área médica. Há de chegar um determinado momento em que o Legislativo e o Executivo terão que dar um basta, não sei se chegou essa época, porque essas coisas ainda vão deteriorar e muito. Excesso de professores, péssimos salários, porque não dá para pagar a todos, penso que ainda continuaremos a purgar por todos esses pecados. A omissão de governos passados, o senhor já encontrou essa situação caótica, muito difícil, não pôde fazer exatamente o que queria, mas pôde evitar grandes danos. Eu acredito que cada um de seus sucessores tenha encontrado uma situação pior, mas há de chegar o momento em que a própria sociedade vai dizer: alguém faça alguma coisa por nós. Porque os jovens estão indo embora do Brasil, indo em grande quantidade. O eminente professor aqui presente, Deputado Edervaldo, sabe perfeitamente das dificuldades que existem para conduzir um complexo como o de São Paulo, que funciona. Não falta quem faça crítica, mas, também, não falta quem faça elogios. Acho que o resultado é ter um corpo docente de nível, à altura, com pessoas eminentes, que forma os estudantes. Se a iniciativa privada não tivesse participado da oferta do ensino de nível superior no Brasil, não haveria hoje lugar para 60% dos estudantes. Dizem que as escolas são ruins! Quem aprovou foi o Conselho Federal de Educação. Elas continuam ruins, mas incumbe ao Conselho Federal de Educação fazer a supervisão anual sobre o estado das instituições de ensino superior. Isso tem sido feito? Claro que não. Há uma divisão de culpas que nunca se sabe a quem mais cabe, mas que a situação hoje é terrível, é: não há dúvida alguma. Como resolver, não é um problema eventualmente para uma geração, muito menos para um governo! Esse é um processo que terá de ser começado num

determinado momento, e um firme compromisso da sociedade e de todos os governos para pôr cobro a toda essa situação. Mas isso começará por uma reforma, ainda que ela reflita pouca coisa, mas que defina parâmetros e que dê ao ensino de primeiro grau a real importância, a real necessidade que tem de ser aprimorado, porque do jeito que as coisas estão não há como evoluir.

Citei no meu trabalho que 95% das crianças em idade escolar, na faixa de-7 a 14 anos de idade, efetivamente, estão nas escolas, mas que escolas são? Escolas de uma sala, com um professor que leciona 4 ou 5 disciplinas, leciona matemática, português etc., recebe um salário mínimo, o que não tem lógica. Num determinado momento isso tem de acabar, a remuneração do magistério do primeiro grau é um dos gravíssimos defeitos impeditivos do aprimoramento do ensino. No Japão, um professor de ensino de primeiro grau ganha tanto quanto o do ensino universitário. Por que ele ganha menos? Acho até que na formação do caráter, na abertura da inteligência de novos horizontes é mais importante do que o da universidade que já pega o indivíduo quase que formado, apenas buscando opções de carreira, de conhecimento. Não há lógica no fato de um professor de universidade no Brasil ganhar 20, 30 vezes mais do que um professor de nível primário. Por que ele não ganha mais, por que não há recursos? Certamente há, mas não existe uma carreira de magistério. Um professor que está encostado num gabinete a vida inteira, nunca deu uma aula, eventualmente ganha mais do que aquele que vai para a roça num lombo de burro dar uma aula com extrema dificuldade, aula ruim certamente, mas dá.

Houve uma época — se me permite prorrogar um pouco mais —, e cito como testemunha o Senador João Calmon, em que se falou em ensino a distância. Ele logo ficou alerta e promoveu nesta Casa uma reunião para que as universidades de Brasília expusessem o que estava sendo feito, como tentativa, isolada, solitária, fadada certamente ao insucesso, mas se fez alguma coisa abrindo os olhos para o que havia em termos de teleeducação. O Brasil não tem. É o melhor método de ensino? Não é o melhor método de ensino, é o método simplesmente complementar, mas ele tem uma grande virtude que é de oferecer ensino de bom nível para grandes contingentes humanos. E é o que está faltando aqui no Brasil, porque a produção das aulas, a produção dos filmes é centralizada. O problema é que não aconteceu nada. Desde 1972 se discute esse assunto. Quase todos os países do mundo têm esse sistema. Então, há uma omissão do poder público, do Executivo, sem dúvida alguma, por falta de recursos, por falta de pessoal, realmente não sei o motivo. Mas que estamos no fundo do poço, certamente estamos.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Com a palavra o Deputado Raul Pont.

O SR. RAUL PONT (Fora do microfone.)

Acho que não há uma contradição entre o diagnóstico e as causas geradoras desse diagnóstico (inaudível).

Acho que a pergunta seria: como é que eles entraram? Esse é o problema. Como é que a universidade chegou a ter 11, 12, 13 mil professores contratados dessa forma? Na base do compadrio, do tráfico de influência, sem nenhuma avaliação de que condições essas pessoas tinham. Então me parece que a responsabilidade não está no fato de que 13 mil não realizaram. Acho que a pergunta primeira é como é que eles entraram. E aí tem responsabilidade para apontar. Existia um governo nesse período, existia um ministro, existe um projeto por trás disso que sustenta esse tipo de política. O inchaço burocrático das universidades brasileiras, tenho absoluta certeza, não é vontade nem da comunidade escolar nem da sociedade em geral, e muitas vezes não é também dos professores que estão lá. Mas essa burocratização

que ocorre nas universidades públicas é em virtude de uma determinada política que gera esse processo. Que gera, que facilita, que permite e que dá condições para que isso comece a ser o normal, o comum. Então me parece que são reflexos, são condições que estamos diagnosticando hoje aqui neste debate, nos debates que estamos travando na LDB, que são muitos semelhantes.

Agora, dentro desse quadro, também, V. S.^a ressalta aqui os baixos salários. Um professor, hoje, numa universidade federal, que entre como professor auxiliar, por um contrato de 20 horas, recebe 200 mil cruzeiros — 200 mil cruzeiros. Essa é a realidade salarial de uma universidade em que alguém com 40 horas, quer dizer, na melhor das hipóteses, recebe 400, 500 mil cruzeiros. Qualquer DAS — 3, aqui nesta Casa, DAS — 4, aqui, recebe, no Poder Legislativo, 3 milhões e meio. Como é que é isso? Como é que pode se explicar no mesmo país, no mesmo governo, essa disparidade? O daqui fez concurso? O da universidade também não fez curso superior, não teve aptidões, não teve que passar por um concurso? Então me parece que essas distorções são fruto de uma determinada visão, de uma determinada concepção que não vê hoje na universidade, no ensino brasileiro, nenhuma necessidade.

Então, um país, um governo, principalmente os últimos governos, sem nenhum projeto nacional, totalmente submissos, subordinados às políticas econômicas internacionais, não têm um projeto de desenvolvimento, aceitam um conceito clássico do neo liberalismo, de meras empresas transacionais.

Nos diagnósticos, o senhor diz que tem que se sustar a LDB. Agora, no ponto “B”, todas as questões são colocadas aqui: valorização do magistério, o problema da alteração profunda no Conselho Federal de Educação, todas essas questões estão propostas na LDB, são propostas e se não foram aprovadas ainda é porque existe aqui uma maioria, ou o Governo está fazendo de tudo para que não seja. Não tenho dúvida alguma de que o diagnóstico sobre o Conselho Federal, sobre o tráfico de influência, existe para abertura de faculdade, de universidade. O meu Estado, o Rio Grande do Sul, recentemente viveu uma briga de dois municípios sobre a criação de duas escolas de Medicina com 30 quilômetros de distância. Quer dizer, uma delas não tem a mínima estrutura, é público e notório que não tem a mínima estrutura para sustentar coisa nenhuma em termos de uma faculdade de Medicina. Não tem professores, não tem material, não tem hospital, não tem nada. E como foi liberada e permitida a sua criação?

Então, acho que se vamos fazer esse negócio, temos que ver exatamente onde estão essas responsabilidades.

Tenho absoluta certeza de que do jeito que está proposto na nova LDB, a forma de organização do novo Conselho Federal, do Conselho Nacional, como está proposto no Ministério de Educação, isso não aconteceria, porque não haveria uma composição totalmente submissa e subordinada ao Poder Executivo, que transforma o órgão num instrumento fácil, numa presa fácil nesse tráfico de influências.

Parece-me que as universidades brasileiras de outros estados, não podem desconhecer também aonde estão sendo aplicados os recursos. A Comissão de Educação é composta aqui de todos os partidos, e na Comissão, para aprovar um parecer, ao menos os deputados, a maioria votou, qualificando como improvisado, aventureiro e irresponsável o projeto.

Grande parte dos recursos do Governo Federal está jogada nisso. Essa é a melhor forma de resolvermos o problema de 1º grau, que também é urgente, dos analfabetos, ou das condições que as escolas de 1º grau têm para, realmente, poderem funcionar? V. S.^a também fez um diagnóstico, que é dramático, que são as escolas primárias.

O que é a alfabetização? É simplesmente nos contentarmos que a pessoa saiba votar, saiba escrever o nome, e não ter capacidade de discernimento, de compreensão, de consciência da sua situação no mundo, no tempo e no espaço?

Então, parece-me que essas questões têm responsabilidade. Vejo que há um hiato, há uma grande distância entre o que está colocado aqui como crítica de que a nova Lei de Diretrizes e Bases, que está sendo discutida profundamente aqui há três anos, acho que o prazo já foi suficiente, já deveria ter sido aprovada, já deveria ter virado lei. Se não o foi é porque existe uma relação de forças aqui dentro que ainda não permitiu. Agora, o debate que temos feito está nos tomando horas e horas de discussão, e as pessoas que estão envolvidas nesse debate o estão fazendo com a maior seriedade. Cito, então, todos os partidos, que estão na Comissão pluripartidária, que estão procurando responder exatamente a essas questões. Se depender do nosso esforço, do nosso e de outros partidos aqui, vamos fazer o maior empenho para que isso se transforme em realidade, que o magistério seja proletário, que exista a garantia do concurso, para que tenha, efetivamente, o mérito como um elemento central na ascensão funcional de um professor, para que o conselho seja transparente, aberto, que ele tenha o policiamento democrático da sociedade, para que sejam evitadas as coisas que acontecem.

Sou partidário de que devem haver realmente critérios, consensos democráticos para a escolha das... Quem é que define quem é o mais capaz? É Deus? É o presidente da República? Por que o julgamento do presidente da República é melhor para escolher o mais capaz do que o conjunto da comunidade acadêmica, ou até ampliando ainda mais esse *quorum* de decisão?

Acho que a realidade que vivemos hoje não é fruto dos processos democráticos ensaiados, ela é muito mais o reflexo direto de um determinado tipo de escola, de um determinado tipo de visão sobre o papel da educação na escola, que vem se perdurando nos últimos tempos. Esse é o principal responsável.

O caso que foi citado do Rio Grande do Sul, até, para bem da verdade, quero registrar que a imprensa deu uma determinada visão, o único conflito que houve foi posterior ao processo e não houve constrangimento algum: todos os candidatos, inclusive o escolhido posteriormente pelo presidente da República, que não era o primeiro colocado, haviam assinado perante uma assembléia de toda a comunidade, sem nenhum constrangimento, houve um compromisso de todos os candidatos de respeitar a decisão da eleição. Foi um acordo voluntário entre os candidatos. Ninguém foi pressionado para fazer isso, a não ser um compromisso assumido perante os próprios colegas, perante a comunidade escolar de que iriam respeitar a decisão do pleito. Todos aceitaram as regras do jogo. Como o quinto colocado foi indicado e aceitou, é evidente que houve um repúdio a essa atitude, um repúdio legítimo, que é direito das pessoas, porque houve uma jura, um compromisso firmado e que foi quebrado, gerando, realmente, uma insatisfação muito grande na comunidade.

Entendo que a LDB, o debate que estamos fazendo, as emendas que estão sendo feitas, o esforço de um conjunto de Deputados de vários partidos, é exatamente na direção de responder às questões da última página da sua intervenção. Não vejo — porque aqui também não está explicado — o que haveria de tão ruim na nova LDB, como está colocado que ela apenas consolida o secundário.

Entendo que a LDB atinge toda a educação, ao procurar dar uma visão harmoniosa para os vários níveis e aumentar a autonomia dos municípios e dos estados. Nesse sentido, parece-me ser positivo para que se possa pensar realmente a universidade, o 1º e 2º graus, o ensino técnico. Temos um planejamento harmonioso do ensino regular com a estrutura vigente do ensino técnico, onde não há nenhuma visão que harmonize e que faça com que esse ensino técnico, que, na maioria das vezes, é de boa qualidade, através dos recursos do Senai, possa ser aplicado dentro de um

plano global da educação brasileira. Observo haver essa contradição e dou testemunho, como Parlamentar da Comissão de Educação e membro desta Comissão de negociação, que estamos empenhados em na LDB, exatamente essas questões aqui apontadas.

O SR. CARLOS DE A. AZEVEDO — Sr. Deputado Raul Pont, V. Ex^a fez uma intervenção competente, com conhecimento de causa, mas um pouco longa, não me permitindo alinhar as questões essenciais, que foram muitas as citadas por V. Ex^a

Primeiro, quanto à questão da nomeação do reitor pelo presidente da República, permito-me discordar de V. Ex^a pela seguinte razão: a nomeação pelo presidente da República é o que identifica o responsável pelo patrimônio público ali dentro. Ou existe essa forma de nomeação, que tem que ser caracterizada por um processo de escolha correspondente, ou, então, as universidades continuarão do jeito que estão.

Cito um exemplo flagrante na História da Educação, que envolveu Clark Kerr, sem dúvida alguma, um dos maiores educadores americanos deste século e responsável pela consolidação e desenvolvimento da Universidade da Califórnia, uma das maiores Universidades do mundo hoje em dia. Clark Kerr foi demitido pelo Governador da Califórnia — trata-se de uma universidade estadual — que era, então, o Presidente Reagan, apenas porque considerou que ele era — eu não saberia dizer a palavra exata — “leniente” com a questão de drogas que entram no *campus*. Isso se deu sem provas, sem processo, sem inquérito, sem absolutamente nada. Um reitor solto no mundo, sem prestar satisfação a ninguém e, em particular, à sociedade, é caracterização de uma casta de superdotados, de privilegiados, de pessoas que estão acima do bem e do mal e que cabem em qualquer sociedade civilizada.

Em segundo lugar, quando me referi à LDB, referi-me ao projeto de LDB que eu li.

Estou afastado dessa questão educacional há muito tempo e não quis fazer comentários ao texto vigente à época, que consagrava o assembleísmo. A própria composição do Conselho Federal de Educação a que V. Ex^a correspondeu, permito-me divergir, não atendo nem de longe às exigências da educação. V. Ex^a encontrará exemplos no mundo inteiro, na Inglaterra, a University Grants Committee, em que nenhum deles é eleito, mas nomeado e escolhido pelos poderes públicos. São eles e não os ministros que fazem a divisão dos recursos; são eles e não o ministério ou os órgãos do governo que, enfim, definem como as universidades vão crescer.

Continuo dizendo que a atividade universitária, à medida que depender de voto, não vai funcionar, como não funciona em lugar nenhum do mundo.

Não sou perito no assunto, há muito tempo não leio nada sobre isso. Mas não conheço lugar nenhum do mundo onde os dirigentes são eleitos. Não quero cometer uma heresia ou um desrespeito à Casa, muito menos aos aqui presentes, mas vou citar um exemplo que considero típico. No reino dos animais, se houver uma eleição, não vai ganhar o leão; ganha o pato porque ele nada mais ou menos, voa mais ou menos, canta mais ou menos, faz tudo mais ou menos. Então, deve ser a pessoa mais capaz, e que seja da absoluta confiança do Ministério da Educação e do presidente da República. Porque são eles que prestam conta à sociedade pelo dinheiro envolvido.

Eu sempre disse, enquanto era reitor da Universidade de Brasília, que se quisesse comprar um avião a jato para mim, não daria satisfação a ninguém. Eu não compreí, evidentemente, mas quando descobrissem que eu havia comprado um avião, ele já estaria pago, e voando. É preciso que haja esses mecanismos de controle, sobretudo num País como o nosso onde a tradição universitária é tão recente.

Afinal, é de 1920 a nossa primeira universidade, mas na realidade ela começou com a Universidade de São Paulo, em 1932. São apenas 60 anos de universidade, quando a tradição, no resto do mundo, é às vezes milenar. E as universidades funcionam sem grandes confusões, sem grandes greves, sem grandes reivindicações, porque há

um processo de sedimentação muito grande na sociedade, onde as pessoas sabem que, para o ensino, tem que ser o indivíduo mais capaz, e não o mais identificado com determinado político.

Concordo com o senhor que não se chegou a este estado de coisa por mágica.

Eu não disse isso. Até identifiquei o decreto em função do qual entraram 13 mil pessoas nas universidades — é um decreto de 1980. Havia responsáveis por isso nesta época. Citei uma publicação oficial, que está aqui, do Ministério da Educação, que informa como e quando esse passe de mágica foi feito.

Os reitores também não foram ouvidos, pelo menos alguns se queixaram amargamente de serem transformados professores horistas — que atendiam contingências ou coisas que não tinham características de permanência maior — em professores que lá estão e lá vão ficar, porque a legislação atual (desculpem-me se estou equivocado — o texto que li é da LDB — a verdade é que propostas de vários órgãos passaram por mim, que, no fim há uma consolidação de todos esses documentos) não fala em mérito do professor. A carreira docente baseada em título não conduz a nada; ela tem que se basear no mérito do professor, na sua competência. E é fácil aferir essa competência; não são, a meu ver, as assembleias que a aferem. Não. Aferir a competência de um professor é o que de mais fácil existe através dos trabalhos publicados em revistas internacionais, do reconhecimento que este professor tem, seus livros.

Na LDB anterior existia essa transferência para a eleição dos professores. Acredito até que não pudessem fazer coisas diferentes, porque está dito na Constituição que é um processo democrático. Essa transferência não vai conduzir a nada, continuaremos no domínio das boas intenções sem consequência nenhuma. A realidade nacional é trágica, o próximo milênio aí está. Nele o País será muito mais dependente que hoje. Professor, V. S^a pode me dizer se estou equivocado. O Brasil hoje se distingue no mundo das ciências, em padrões internacionais, em quê? Eu diria que só em Matemática. Não há nenhuma escola neste Brasil onde haja, por exemplo, um bom departamento de Física. Um bom departamento para mim deve ter padrão internacional. Tomemos como exemplo o departamento de Química da Universidade de Indiana, nos Estados Unidos. Há um intercâmbio de professores; o titular daqui vale como o titular lá? Não vale. Isto não existe.

Há um compadrio existente, uma espécie de “combinemos” nas universidades hoje em dia, onde os professores não lecionam, não pesquisam, e os alunos fingem que nada disso está ocorrendo, porque no final do ano eles vão ter as notas. E no fim vão ter o diploma, mas não terão emprego, porque, à medida que a sociedade estica tecnologicamente, o papel, o documento e o diploma valem muito pouco. Daí o fato de eu ter mencionado a necessidade, o imperativo de haver uma desregulamentação profunda das profissões. O senhor me permita concordar com alguns pontos e discordar de outros. Não sei se terei respondido a sua ponderação, mas a ouvi atentamente e reconheço a procedência do que o senhor disse. Mas permito-me discordar da composição do conselho prevista na LDB que eu li, e do assembleísmo como forma de expressão do que há de melhor nas universidades e nas escolas.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Com a palavra o Deputado Aroldo Cedraz.

O SR. HAROLDO CEDRAZ — Sr. Presidente, Sr. Depoente, Sr. Senador João Calmon, como membro da comunidade universitária da Universidade Federal da Bahia, cumpre-me comparecer a esta sessão. Não compareço como representante do meu partido, do Bloco ao qual pertencço nesta Casa, vez que, desde novembro do ano passado, preparei uma exposição de motivos para a liderança do Bloco. Nela alinhio uma série de argumentos para que minha indicação não mais seja aceita para

qualquer tipo de Comissão Parlamentar de Inquérito, particularmente dessas que vejo funcionando mal e mal nesta Casa. Entendo que as comissões permanentes criadas por este Congresso seriam, em princípio, suficientes para a discussão de qualquer tema de envolvimento de qualquer área do conhecimento. Portanto, entendo que esse procedimento atrapalha profundamente os trabalhos desenvolvidos pelas comissões permanentes. Sou membro titular em uma comissão, suplente em outra e, com a participação, salvo engano, em três CPI, o que significa que não tenho como me fazer representar com dignidade, ou ao meu partido e até mesmo como parlamentar.

Por isso já tinha manifestado ao Sr. Presidente, Deputado Eraldo Tinoco, por uma consideração pessoal e até por um reconhecimento do trabalho desenvolvido por S. Ex^a, pelo Senador e pelos companheiros que estão, seguramente, neste plenário e, em particular consideração ao nosso depoente, fiz questão de vir fazer este depoimento público e registrar esse meu débito para com esta Comissão e esta Casa.

Mas, em se tratando desse assunto, eu seria considerado omissos pela minha comunidade se hoje aqui não estivesse para prestar estes esclarecimentos. Mesmo tendo chegado um pouco tarde, dediquei toda a atenção à exposição feita pelo Sr. Depoente. E aproveitando, talvez, a única oportunidade — para não ser incoerente — de participação em qualquer CPI, como esse assunto toca muito de perto a minha vida, pois grande parte dela foi dedicada à universidade como um todo — gostaria, então, de comentar alguns itens tratados aqui e aduzir modestamente alguns comentários.

Entendo que o diagnóstico posto à discussão nesta sessão traz aspectos conhecidos de todos nós, mas tem um valor para mim muito importante, porque revela uma das principais razões do nosso atraso educacional, científico e tecnológico, que é a questão do positivismo. Quero com isso, de saída, congratular-me com a coragem do Sr. Depoente porque entendo ser essa uma das principais razões do nosso atraso como país, como nação e também da nossa perda de valores da cidadania.

A situação da universidade, na minha maneira de entender, não mais cristaliza nossa completa e absoluta marginalização no mercado mundial de trabalho. Isso para todos nós não é segredo algum. Discuti esse assunto detalhadamente há 10 anos, dentro da minha universidade, mas até agora não tive a oportunidade, a sorte de ver ações de governo e desta Casa que possibilitassem a saída dessa posição; ao contrário, estamos-nos distanciando, como foi dito pelo nobre depoente, a cada dia mais, de todas essas questões e, particularmente, colocando-nos numa situação quase irreversível no contexto mundial.

Como membro da bancada que dá suporte ao governo nesta Casa, até aqui tenho procurado dar o meu apoio às propostas do Governo do Presidente Fernando Collor de Mello, quero também registrar que esse governo não demonstrou nenhuma boa vontade, até aqui, com a área de Educação, Ciência e Tecnologia, o que aliás, registro. Identifiquei, de saída, quando ele propôs à Nação, durante o período eleitoral, a discussão de sua proposta de Governo, chamada de Diretrizes Collor para o Governo da República.

Tive a oportunidade de levar a minha preocupação a membros que faziam parte do *staf* maior da candidatura do Sr. Fernando Collor de Mello, mas o que estamos assistindo até hoje, um completo desmantelamento do sistema brasileiro na área de Ciência e Tecnologia. No momento, estamos assistindo o Governo, por não ter tido ou conseguido um plano coerente para tirar o País dessa situação, agarrar-se a soluções imediatistas como a dos CIAC. Não quero aqui discutir o valor da forma de tratamento da Educação pelos CIAC, mas da inoportunidade da adoção ou da sua implantação, que, no momento, para mim, revela simplesmente uma decisão imposta por pessoas alheias ao governo, pois o interesse é, simplesmente, construir prédios e, talvez,

abocanhar boa parte dos recursos destinados à Educação neste País. Precisamos desses recursos para o processo de alavancagem que está sendo discutido aqui e que tem de partir sob a liderança da elite educacional brasileira, que lamentavelmente, ou por sorte nossa, ainda está na universidade brasileira. Discordaria do depoente em relação ao que foi debatido com o meu colega do Rio Grande do Sul a respeito da inoperância dos docentes das universidades brasileiras. Não estou aqui defendendo uma causa, até porque tenho uma vida dentro da universidade que me leva a deixar muito à vontade com relação a isso.

É que a falta do estabelecimento de rotina, seja no curso de línguas, seja o curso de Engenharia, seja no curso de Medicina, na Física, na rotina dos nossos laboratórios não é simplesmente porque nossos professores estão absolutamente mal-formados. Não. Já temos até um grupo pequeno de excelência em alguns centros, em algumas poucas universidades brasileiras que poderiam estar produzindo muito para este País, até permitindo que servisse esse trabalho de gancho para a nossa saída. Mas entendo que, realmente, a universidade não tem sido tratada como deveria ao longo desses últimos 30 anos particularmente, o que levou a uma absoluta falta de condições até para o exercício da simples docência.

Então, volto à questão inicial do positivismo, em que os nomes dos nossos colegas foram sendo destacados a nível de comunidade local nas suas diversas províncias ou nos seus pequenos feudos, muito mais por uma logorréia do que por uma verdadeira produção científica. E nisso embarcou toda a universidade brasileira, tenho a certeza, volto atrás, a dizer que essa é realmente uma razão que temos que buscar muito mais longe, é a questão do positivismo, e não nos demos conta do que estava ocorrendo a nossa volta.

É como dizia a *Veja* na propaganda de lançamento da revista: o mundo está explodindo à sua volta e é preciso saber-se por quê? E nós não procuramos saber por que o mundo estava explodindo à nossa volta.

Então, Sr. Depoente, quero dizer que além de todos os males da falta de recurso, da omissão do Poder Executivo, a responsabilidade maior, creio que é desta Casa, eu penso que esta Casa tem figuras como o Senador, que precisam imediatamente ser resgatados porque aí nós vamos dar o exemplo da questão básica das universidades, como o senhor falou há pouco. E o resgate do valor do médico neste País como um todo, não apenas dentro das universidades. Já fomos muito mais pobres, mas ao entrar na universidade, alcancei laboratórios funcionando, não só nas universidades como em alguns institutos de pesquisa isolados, que antes pertenciam a governos de estado. Hoje não vemos mais nada funcionando em termos de ciência e tecnologia neste País. Países que estavam em situação política e econômica muito piores do que a nossa, há 20, 30 anos, como os tigres asiáticos, como a China que poderíamos usar como parâmetro porque países com problemas muito maiores do que o nosso, que a China tem hoje 50 mil bolsistas espalhados mundo afora, e nós estamos ainda com 2.500, 3.000, e pela primeira vez estamos nesses últimos 20 anos, atrasando o pagamento desses bolsistas no exterior.

Entendo que chegamos realmente ao fundo do poço. Não entendo também, contestando com todo respeito, o que está posto aqui, que a solução esteja na saída do ensino pago. Não! Entendo que precisamos até estimular o ensino pago, mas a escola brasileira — e aí volto a concordar com V. Ex^a — está exatamente na questão do ensino de 1^o e 2^o graus, porque a escola brasileira talvez seja uma das únicas no mundo que não forma cidadãos. A escola brasileira não consegue dar ao brasileiro o poder de sobrevivência mínima respeitando as bases da cidadania. Esse é o grande mal da escola brasileira, talvez por uma questão de currículo, talvez por uma questão de planejamento, que é o que falta ao ensino brasileiro.

Quero aqui também, de público, dar o testemunho da minha admiração pela luta do Senador e dizer, também, da última conversa que mantivemos. O que valorizou ainda mais o trabalho que ele tem feito nesta Casa foi o fato de me dizer que ninguém acredite que a LDB possa ser a lei dos nossos sonhos, a lei que irá salvar o ensino brasileiro. Também penso que não, por razões inúmeras, inerentes à sociedade brasileira. De todas as leis que estão aí, nem a Constituição vem sendo cumprida naquilo que nos toca mais de perto.

Para este Congresso, esta Casa, que vem discutindo em tantas CPI, e que tem, pelo menos, ao longo do ano passado, tido um trabalho exaustivo em discutir questões menores, eu defenderia o que defendia para os meus alunos, quando, por último, passei a me esquivar de participar das greves universitárias. Porque havia greve e depois dela cada um estava com o seu salário 30% mais alto e esquecia, por uns dias, a seca do Nordeste. E ninguém se preocupava em resolver as questões das universidades como um todo.

Então, falta não apenas boa vontade aos docentes brasileiros. Hoje dou aqui o meu testemunho de que, na minha unidade, eles não dispõem de condições mínimas para exercer a docência, muito menos para estabelecer as indispensáveis rotinas em seus laboratórios. Não se trata, realmente, de um descaso dos docentes brasileiros. Concordo com o que aqui foi dito a respeito da abertura das cancelas das universidades para contratação de mão-de-obra mal formada ou simplesmente não formada. Pouco depois de eu ingressar na universidade, por concurso público em 1978, o Governo apresentou as normas de que, para permanecer na universidade, precisaríamos de dispor, no mínimo, de um curso de mestrado nos próximos quatro anos. Fiz um curso de mestrado, no início, com ônus pessoais. Como o CNPq não tinha a estrutura e a organização que passou a ter na década de 80, minha bolsa só chegou sete meses depois. Depois, a que assisti? Ao ingresso, nessa mesma universidade, sem concurso público, de uma leva de companheiros que, eu sabia, e não estavam preparados para exercer sequer a função de docência, quanto mais assumir a geração de conhecimentos, que considero o principal papel da universidade. Eram esses os pequenos comentários que eu gostaria de aduzir neste momento. Desejo também lembrar que debates em relação à ciência e à tecnologia deste País já foram feitos. Em 1975, participei, como relator do Nordeste, de uma reunião muito ampla, desenvolvida a nível nacional sobre o debate sobre Ciência e Tecnologia.

E eu perguntaria aos mais velhos, àqueles que estão lidando diretamente com as questões legislativas e com as executivas deste País, o que fizemos com as conclusões do debate sobre Ciência e Tecnologia, que considero ter sido muito sério e muito amplo? Eu, até agora, não tenho conhecimento de uma ação sequer que tenha levado em consideração essas conclusões, que, tenho certeza, são as mesmas que nós, talvez, consigamos extrair de uma CPI tão séria, tão bem conduzida como esta.

Também gostaria de firmar a posição de que nós precisamos, Sr. Presidente, levar essa discussão para um período inteiro do Congresso Nacional. Quem sabe consigamos extrair um plano, uma diretriz séria e que seja acatada por este Governo? Só assim, eu pessoalmente acreditarei. E repito a comparação com o que eu dizia aos meus alunos depois de não aceitar participar das últimas greves; só acredito que a universidade brasileira encontrará um caminho no dia em que esta seriedade também atingir a nós todos, e que fechemos as universidades brasileiras por um ano e as repensemos; aí, então, passemos a atuar de acordo com os planos governamentais, que terão, com certeza, os subsídios dessa ação da comunidade universitária. E que todos permaneçam nas universidades e não passem a utilizar esse tempo nas praias, nas suas fazendas ou em viagens! A comunidade precisa fazer-se respeitar perante a sua própria comunidade. Só assim eu passarei a acreditar que teremos uma saída.

E, por último, digo que sou extremamente favorável à autonomia das universidades e, até mais, à estadualização de todas as universidades.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ CARLOS AZEVEDO — Eu não vi nenhum ponto de divergência no que o senhor disse. Peço apenas desculpas se, em algum lugar, por ter escrito mal, talvez eu tenha deixado transparecer que eu fazia uma crítica ao professor como um desqualificado. Não. Eu não quis fazer isso. Quis apenas dizer que as universidades não funcionam, estão inteiramente inoperantes, coisa com a qual o senhor parece também concordar. Mas nenhuma divergência tenho em relação a nada do que o senhor disse. Quero felicitá-lo por tudo que disse, com o que concordo em gênero, número e grau.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Não havendo mais oradores inscritos, quero fazer algumas considerações finais e dar oportunidade para que o depoente possa fazer o mesmo.

De minha parte, professor José Azevedo, quero dizer que me impressionou muito esse diagnóstico. Esses dados e essas referências são conhecidas de todos aqueles que militam na educação brasileira, talvez, não de uma forma tão contundente e tão orgânica como V. S.^a apresenta nesse documento, mostrando realmente que estamos diante de um impasse, o de estarmos sem futuro. O Brasil está caminhando para uma situação de não enxergar um palmo adiante do nariz. Estamos no limiar de um novo milênio e mesmo as nações mais desenvolvidas do Mundo estão preocupadas com a questão educacional, debatendo-a seriamente, conscientes de que a corrida, neste momento, é pelo domínio tecnológico. Não conseguimos sair ainda da discussão de como resolver o problema da universalização do ensino básico no Brasil; não conseguimos sair ainda da discussão da continuidade da criança na escola. Sabemos que os índices de evasão e repetência no Brasil ainda são dos maiores no Mundo inteiro. Não conseguimos resolver sequer o problema da alfabetização porque mesmo aqueles que estão nas escolas, que freqüentam por um período acima dessa média que é aqui apresentada, estão saindo da escola semi-analfabetos e, na maioria das vezes, ou em boa quantidade desses casos, são as próprias pessoas que logo, logo se tornam investidas da posição ou do papel de ensinar os outros. Ensinar o quê, se eles próprios não sabem nada?

É evidente que esse diagnóstico, mais uma vez, deve fazer-nos refletir sobre essa realidade, bem como procurarmos as soluções. Este é o papel desta CPI e seguramente o parecer do Senador João Calmon vai trazer à luz muitos pontos que possam ter conseqüências. Já que temos visto aqui de forma ampla, democrática, aberta, as mais diversas opiniões sobre o problema educacional brasileiro, mas todos com um ponto em comum: o reconhecimento do desastre que está ocorrendo no País.

Com relação à receita, à terapêutica para esse diagnóstico, concordo em parte com alguns pontos e com outros não, porque não vejo condições políticas para algumas das soluções aqui apresentadas. Apenas para citar uma questão nesse campo, a que se refere à estabilidade, considero também um desastre para a educação brasileira essa questão, mas não vejo a menor condição política de se alterar essa realidade. Talvez daqui a algum tempo, algumas gerações, mas realmente não vejo condições políticas, embora considere que este ponto é fundamental. Que conseqüência prática teria, no Brasil, uma avaliação séria do problema do professor, se nenhum sistema tem o que fazer em relação a esses ineficazes e a esses incompetentes que por acaso estão aí atuando?

Li há pouco uma matéria mostrando uma grande polêmica quando o Governo do Estado do Ceará resolveu fazer uma avaliação global de seus professores — não conheço os detalhes — mas me parece até que não tinha um caráter de expurgar

ninguém do sistema, talvez até fosse no propósito de oferecer àqueles que tivessem uma avaliação ruim, a oportunidade de crescerem e terem acesso a cursos. Talvez fosse isso. Mas a polêmica se estabelecia em relação ao próprio ato de avaliação, e muitos não aceitaram o proposto. Mais uma vez a atitude corporativista insurgiu-se contra isso.

Poucos dias depois, tive oportunidade de conversar com uma professora brasileira, que atua numa *high school* nos Estados Unidos, ensinando espanhol, numa escola de uma pequena cidade em Oklahoma. Ela mostrou-me o processo de avaliação a que é submetida, avaliação pesada, com detalhes mínimos a respeito da sua capacidade docente, do resultado dos alunos, até mesmo da sua postura e conduta diante da sala de aula. Um avaliador assistia a algumas das aulas para fazer essa avaliação; os alunos também podiam opinar a respeito da conduta e do desempenho do professor. Perguntei qual a consequência prática. E ela respondeu: "O professor que não conseguir um score adequado nessa avaliação simplesmente é substituído".

Temos condições de fazer isso no Brasil. O problema da avaliação dos alunos, que o senhor também coloca com muita propriedade; os alunos não estão sendo avaliados, não se tem hoje, diga, quase que autoridade moral para uma avaliação séria. O problema dos sistemas de ensino é de aprovar em massa os alunos, às vezes, com dados absolutamente esdrúxulos, como ocorreu há pouco na Bahia.

Nos currículos escolares, naquele documento chamado vida escolar, começou a aparecer em algumas disciplinas, uma avaliação SP; alguns estados estranharam essa avaliação e indagaram a respeito. A atual Secretária de Educação do meu Estado narrou-me esse fato, pois recebeu essa indagação com a cópia do documento e procurou ver nos sistemas da Secretaria. Não existia esse tipo de avaliação. Depois, foi indagar, procurar nas escolas o que estava acontecendo, porque em inúmeras disciplinas havia alunos que recebiam SP e isso não era avaliação de absolutamente nada, era: "sem professor". Esses alunos eram aprovados, com certificados emitidos, com vida escolar encaminhada para outros estados. Isso não aconteceu em municípios remotos, no sertão da Bahia, não; aconteceu em escolas da capital, no Estado da Bahia, terra de Rui Barbosa.

Então, esse conjunto de fatores contribui para que façamos uma profunda reformulação na educação brasileira. Não acredito que seja apenas um texto legal. Não concordo que adiar o problema da LDB seja um caminho, até porque, também politicamente, há um certo movimento; muitas vezes se diz que é um clamor da sociedade, mas não é bem isso. Muitos segmentos estão clamando, e esta é uma Casa política que não pode deixar de atender a esse propósito. V. S.^a tem razão em dizer que o projeto, no estágio em que está, é muito ruim e vai conduzir a educação brasileira a um retrocesso muito grande.

Dei apenas minha avaliação, de vez que ela tem sido feita, diariamente, nesses debates, nessas discussões. O Deputado Raul Pont, vice-líder de uma Comissão Interpartidária, tem pacientemente discutido e analisado todos esses aspectos. Essa avaliação de que o projeto, aprovado como está, seria um retrocesso de 20 anos na educação brasileira é, nada mais, nada menos, de um festejado educador brasileiro chamado Lauro de Oliveira Lima, que publicou artigo no *Jornal do Brasil* nele combatendo exatamente o corporativismo, a falta de criatividade para soluções, enfim, combatendo a discussão ou a possibilidade de termos uma escola adequada para os dias futuros. Li aquele artigo e, poucos dias depois, estando nos Estados Unidos, acompanhei pelos jornais um debate entre duas grandes autoridades americanas, o Senador Bob Kennedy e o Presidente George Bush, sobre a reforma que o Governo americano está querendo propor ao Congresso, ou já propôs. Uma frase daquele debate me impressionou, quando o Presidente Bush disse lamentar que algumas pessoas estivessem ainda entendendo a educação como se a escola fosse apenas um museu para

preservar e para guardar conhecimentos, alguns deles ultrapassados. Sua proposta tinha em mente preparar aquele país para o século XXI e, para isso, era preciso reformular a educação nos Estados Unidos. Imaginem aqui?

Finalmente quero dizer que de todas essas questões, parece-me que a mais grave é realmente a que diz respeito ao Magistério: a questão de remuneração, da preparação. Alguém já disse que alguns fazem de conta que estão ensinando e outros fazem de conta que estão aprendendo.

O problema da remuneração é básico e tem conseqüências, talvez até nesse processo de inchaço das universidades, porque se apurarmos, num processo de avaliação rigoroso, certamente verificaremos que é um percentual muito pequeno que se dedica à universidade, de acordo até com seus contratos de trabalho, muito poucos.

O sistema de dedicação exclusiva virou uma mentira, em poucas situações existe essa dedicação exclusiva. E o reflexo disso, nós o vemos nas pesquisas, porque se analisarmos o resultado desse esforço, não em termos numéricos, porque isso não vale absolutamente nada, mas em termos de resultados, como dizia o Deputado Aroldo Cedraz, claro que não vamos colocar culpa apenas em professores que têm uma péssima remuneração, que não têm laboratórios, ou quando os têm, não dispõem de equipamentos, até porque as universidades estão destinando 95% dos seus recursos para pagamento de seu pessoal e apenas 5% para outros custeios. Pelo menos foi assim no ano passado; na discussão do orçamento, tivemos oportunidade de interferir nessa questão. O Relator do Orçamento, o Deputado Ricardo Fiúza, atendendo a uma ponderação que fizemos, porque auxiliamos o Relator em seu trabalho, colocava não um valor adequado, mas um valor possível, para aumentar os recursos de outros custeios. O Senador João Calmon participou, como relator setorial da Educação, dessas preocupações e apontou esse caminho como necessário, um passo a mais, mas ainda muito pouco em relação ao que se precisa fazer.

Finalmente, quero dizer que as reuniões da CPI, embora muitas vezes ocorram com uma frequência pequena diante de problema que já tem sido colocado das múltiplas atividades que têm os parlamentares, têm sido pequenas na sua afluência, têm sido reuniões a que a imprensa não tem dado absolutamente nenhuma ênfase; entretanto, seguramente, são reuniões que têm sido muito importantes na busca de um diagnóstico.

Creio nos resultados desta CPI e, ao dizer estas palavras, agradeço a V. S^a por mais essa importante contribuição para os nossos trabalhos. Agradeço a sua presença, a sua boa vontade, o trabalho que nos traz e a oportunidade de colocarmos essas questões em debate da forma mais aberta, mais franca, sem qualquer tipo de preconceito, mas analisando realmente a questão de fundo das causas e das conseqüências que esses problemas podem trazer ao nosso País.

Muito obrigado pela sua presença e concedo a palavra a V. S^a para suas considerações finais.

O SR. JOSÉ CARLOS AZEVEDO — As minhas palavras são apenas de agradecimento ao honroso convite que me foi formulado por V. Ex^a, pelo Senador João Calmon; à honrosa presença dos Srs. Deputados, em particular daqueles que tiveram a cortesia de me fazer perguntas. Peço, ainda, desculpas a V. Ex^a por ter apresentado um texto incompleto, mas não poderia ser de outra forma, diante da magnitude do problema e em nenhum momento pareceu-me que as sugestões que eu devesse dar teriam certa hierarquia de importância. Fiz o que me ocorreu na hora porque apresentar sugestões para a Educação é muito fácil; torná-las exequíveis é que se torna muito difícil.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Srs. Parlamentares e Sr. Depoente, ao encerrar esta reunião, convoco a próxima para quinta-feira, no mesmo local e

hora, quando serão convocados mais dois depoentes, dentro daquele cronograma que a Comissão já aprovou anteriormente.

Agradeço a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

Data: 19-3-92 — 10h.30min

Convidados: Edson Machado de Souza — Chagas Rodrigues — Raul Pont.

O SR. PRESIDENTE (Solon Borges dos Reis) — Declaro instalada a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a crise na universidade brasileira e terá como depoente, no dia de hoje, o professor Edson Machado de Souza, que ocupa atualmente a Secretaria de Ciência e Tecnologia, mas que tem toda uma experiência como dirigente universitário.

Solicito que o depoente faça a leitura e assine o juramento.

O SR. EDSON MACHADO DE SOUZA — Juro, como dever de consciência, dizer toda verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sob quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise na universidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Solon Borges dos Reis) — Neste instante, concedo a palavra ao depoente, professor Edson Machado de Souza, que usará da palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. EDSON MACHADO DE SOUZA — Sr. Presidente, Deputado Solon Borges dos Reis, Sr. Senador João Calmon, Srs. Parlamentares, se de fato, não preparei um depoimento com a intenção de deixar que o tema flua da maneira mais solta, mais livre possível, sobretudo pelo fato de não ter presenciado depoimentos anteriores, realmente não tenho conhecimento do estágio em que se encontram os trabalhos desta Comissão. De maneira que vou permitir, Sr. Presidente, fazer um rápido depoimento e, em seguida, ficar à disposição dos Srs. Parlamentares, para responder a qualquer indagação.

Eu gostaria de situar este meu depoimento, primeiro, numa perspectiva que eu chamaria de histórica e, numa segunda parte, deter-me um pouco mais numa situação conjuntural, mais recente, da situação da universidade.

Do ponto de vista histórico, eu diria que a crise da universidade brasileira é de identidade, é conceitual, que, de fato, se arrasta pelo menos desde 1961. Por que fixo essa data de forma tão precisa? E que, em 1961, após uma década de discussões, o Congresso Nacional finalmente aprova o Projeto de Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que, obviamente, continha um capítulo específico sobre o ensino superior, onde se disciplinava a questão do ensino superior e, conseqüentemente, a conceitualização da universidade dentro do sistema educacional brasileiro.

Ocorre que, exatamente no mesmo momento — com uma diferença de apenas alguns dias, uma semana para ser mais preciso, o mesmo Congresso aprovava uma outra lei, que era a lei de criação da Fundação Universidade de Brasília, que trazia, no seu bojo, uma concepção de universidade completamente distinta daquela concepção contida na lei fundamental, ou seja, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O conflito ou o contraste conceitual era de tal ordem, que os próprios reitores das universidades, naquele ano de 1961, alguns meses antes do pronunciamento final do Congresso Nacional, exatamente no mês de julho de 1961, os reitores das universidades oficiais brasileiras alertavam o então Ministro da Educação para essa questão um tanto paradoxal. No momento em que as universidades estavam discutindo

um novo modelo de universidade para o País, o próprio Poder Executivo estava propondo ao Congresso Nacional a concretização desse novo modelo, pela via da criação da nova Universidade de Brasília, e o Congresso estava à beira de aprovar uma legislação básica para a educação nacional, que continha um conceito, uma concepção de universidade, que conflitava totalmente com uma concepção mais moderna, mais atual, que estava contida no projeto de lei da Universidade de Brasília.

Isso mostra, portanto, a meu ver, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, que naquele exato momento, naquele ano de 1961, já havia no País uma concepção mais moderna de universidade e, portanto, já se havia avançado e amadurecido para um conceito de universidade, que não era condizente com o modelo até então em vigor no País.

Essa situação um tanto paradoxal se arrasta durante um período relativamente curto, até que, a partir de 1966, portanto, menos de cinco anos depois de promulgada a Lei de Diretrizes e Bases, através de atos do Poder Executivo, através de decretos-leis, tem início o processo que ficou rotulado e conhecido como o processo da reforma universitária brasileira, que começa por volta de 1966 e culmina em 1968, com a aprovação da Lei nº 5.540.

Portanto, na prática, o conceito ou o modelo de universidade, contido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na prática, mal chegou a vigorar. Porque, menos de cinco anos depois de aprovada a lei, já se tem início, no Brasil, o processo de reforma das universidades oficiais, através de atos do Poder Executivo e, posteriormente, a reforma do sistema como um todo, já em 1968, com a aprovação da lei da reforma universitária.

O problema é que a crise existencial da universidade, na realidade, não ficou resolvida com a reforma universitária de 1968. E por que não ficou? Porque mais uma vez o legislador teve dificuldade de tratar com a realidade, ou seja, de traduzir para o processo legislativo aquilo que vinha se passando, aquilo que vinha acontecendo, de fato, no mundo real. Qual era essa dificuldade? Na cabeça do legislador, a idéia de universidade era de uma instituição universal, no sentido pleno da palavra, portanto, uma instituição que abrangesse a totalidade do conhecimento humano, uma concepção clássica de universidade e não moderna, que contrastava com o mundo real que, naquela altura, já significava um sistema de ensino superior no Brasil, onde predominavam as instituições isoladas de ensino superior, portanto, não universitárias, e, ao lado dessas instituições isoladas, algumas instituições nominadamente universidades, mas de cunho especializado, tipicamente as chamadas universidades rurais, como é o caso da Universidade Rural do Rio de Janeiro, de Pernambuco, de Minas Gerais, a Universidade de Viçosa, a mais famosa delas etc. Além do que havia instituições de ensino superior, cujos exemplos mais notórios são a famosa Escola Paulista de Medicina, em São Paulo, e a Escola Federal de Engenharia de Itajubá. Escolas isoladas, não universidades, mas que apresentavam, naquela época, como apresentam até hoje, o alto desempenho científico, portanto, são instituições que por tudo se equiparam às melhores universidades brasileiras e, no entanto, não são universidades, são escolas isoladas.

Essa realidade que estava acontecendo nos idos de 1960 e que persiste até hoje, não foi adequadamente acomodada dentro do texto legal. Assim, continuamos vivendo uma certa ilusão de que a universidade brasileira é uma coisa homogênea, uniforme, quando, na realidade, o que temos é um sistema extremamente heterogêneo, um sistema no qual convivem instituições extremamente diferenciadas e que, por tudo, poderiam ser conhecidas como universidades e, no entanto, não têm o apanágio de serem chamadas universidades, são consideradas instituições de segunda classe.

O segundo dualismo do sistema, que também persiste até hoje, aliás se agravou ainda mais a partir dos anos 60, é o dualismo da dependência administrativa, ou seja, um sistema onde a legislação é feita para as escolas oficiais, criadas pelo Governo,

mas na realidade o sistema é, predominantemente, privado, ou seja, a escola oficial, a escola para a qual a legislação é feita, representa uma parcela pequena do universo, já era pequena na época, hoje, é menor ainda. O sistema dito oficial do ensino superior, hoje, representa, talvez, um terço do sistema do ensino superior como um todo. E a legislação é feita essencialmente para as instituições oficiais e não para as instituições privadas.

Ao longo do tempo, esse carimbo de instituição oficial foi adquirindo uma conotação cada vez mais séria. A legislação de 1968, supostamente uma legislação modernizante, do sistema de ensino superior, previa que as universidades oficiais gozariam de um estatuto jurídico que lhes daria uma certa autonomia. As instituições seriam ou autarquias de regime especial, e o regime especial nunca definido mas, enfim, pretendia-se referir a um regime administrativo de autonomia administrativa das universidades, as universidades que fossem instituídas sob a forma de autarquias ou seriam dentro desse regime especial ou, então, já seriam instituídas sob a forma de fundações. Na época — lembro que isso ocorreu em 1960, portanto já sob o regime legal do famoso Decreto-Lei nº 200, de 1967, que era um instrumento de modernização da administração pública e que previa a figura da fundação como uma forma de liberar e de livrar alguns órgãos da administração pública das penas e das limitações que normalmente cerceavam os órgãos da administração direta, inclusive autárquica.

Por isso que, na lei de 1968, criou-se uma figura nova, chamada de autarquia de regime especial, por causa das antigas universidades — as universidades criadas antes dos anos 60 eram todas autárquicas — e manteve-se a figura da fundação como uma figura moderna. De fato, todas as universidades oficiais criadas a partir dos anos 60, o foram sob a forma de fundação, sob a inspiração da Universidade de Brasília, mas num modelo completamente diferente.

A Universidade de Brasília foi a única fundação instituída com patrimônio próprio e com um patrimônio rentável; portanto, de fato, dentro da filosofia, dentro do padrão de uma fundação, tal como se deve conceber uma fundação. Mas após a UnB, após a Universidade de Brasília, todas as outras universidades foram criadas sob a forma de fundação, só que nenhuma delas teve o privilégio que teve a Universidade de Brasília de receber uma dotação patrimonial rentável que pudesse, se não assegurar a sobrevivência e manutenção da universidade, pelo menos garantir-lhe um fluxo mínimo de recursos próprios que lhe dessem uma razoável autonomia e independência em relação ao orçamento da União.

Essa figura da fundação, ao longo do tempo, foi totalmente deturpada, de tal sorte que, hoje, o fato de uma universidade ser uma autarquia ou ser uma fundação, ou uma universidade federal, faz pouquíssima diferença no seu dia-a-dia, na sua administração cotidiana. Tanto as autarquias quanto as fundações estão submetidas a regras e normas de funcionamento do setor público que limitam, totalmente, a chamada autonomia administrativa das universidades.

Uma autonomia que embora estivesse desde os anos 60 assegurada por lei, agora mais recentemente determinada por dispositivo constitucional, mas uma autonomia que de fato nunca pode ser exercida; pelo contrário, ao longo do tempo as universidades foram perdendo o pouco de autonomia que tinham — inicialmente, pelo fato de serem autarquias e, posteriormente, pelo fato de serem fundações. Mesmo assim, a pouca autonomia administrativa que tinham essas instituições lhes foi sendo gradativamente retirada e, hoje, na realidade, ser uma fundação e ser uma autarquia representa uma diferença muito pequena em relação aos órgãos da administração direta.

E, finalmente, o terceiro dualismo, estou me referindo aos dualismos existentes dentro do sistema e que a legislação não consegue acomodar. O primeiro, recordando, portanto, é o dualismo de universidade e instituição não-universitária; o segundo

dualismo é o dualismo de instituição pública versus instituição privada. O terceiro dualismo é aquele que se refere à natureza mesma, à essência mesma da atividade universitária: são as universidades com produção científica e as universidades sem produção científica. Ou seja, no fundo, o conceito de universidade é de uma instituição que tem uma triplíce atividade — ela é essencialmente uma instituição de ensino, mas que ensina através de duas outras funções igualmente relevantes, que são a produção científica, a pesquisa, e a atividade chamada de extensão ou atividade de prestação de serviço. Essas duas atividades — a pesquisa e a extensão —, na realidade, devem se subordinar à finalidade precípua da instituição, que é ensinar, transmitir educação. São atividades extremamente importantes, mas devem se subordinar à atividade fundamental da instituição, que é o ensino.

Essa subordinação tem que se dar de uma forma ativa e de uma forma que eu chamaria de oxigenante, ou seja, as funções de pesquisa e extensão devem oxigenar a atividade de ensino, no sentido de que elas estão permanentemente provocando as mudanças e a atualização do sistema de ensino, e, portanto, a atualização dos conteúdos que são transmitidos aos estudantes.

O que ocorre, na realidade, é que na universidade brasileira se estabeleceu esse terrível dualismo que faz com que a atividade de ensino se desenvolva de forma totalmente autônoma e independente da atividade de pesquisa e extensão. Não existe essa transfusão, não existe esse processo de oxigenação entre esses dois sistemas. O sistema de pesquisa e extensão se constitui de forma totalmente independente, de forma totalmente à parte do sistema de ensino.

A pesquisa, que deveria ser a própria pedagogia da universidade, acaba sendo uma atividade autônoma e auto-suficiente dentro da universidade, a tal ponto que acaba sendo uma atividade nos momentos de vacas gordas, quando há um fluxo de recursos razoavelmente significativos para as instituições de ensino do País, vê-se com muita freqüência, a atividade de ensino padecendo horrores, com dificuldades por falta de recursos, por falta de instalações, por falta de condições de funcionamento, com laboratórios fechados, enquanto que a atividade de pesquisa está lá florescendo, recebendo recursos a rodo, com os equipamentos mais modernos disponíveis na praça, com todas as facilidades de apoio. Os cientistas têm dinheiro para pagar a sua própria secretária, para comprar papel para a secretária escrever, os cientistas têm dinheiro para comprar papel para a máquina xerox, e assim por diante, enquanto que os professores que não são cientistas e que estão, exclusivamente, na atividade de ensino, padecem as maiores dificuldades.

A situação chegou a tal ponto que até há alguns anos — e eu acho que isso ainda persiste hoje —, para qualquer professor, razoavelmente competente, era muito mais importante ser pesquisador do CNPq, ou seja, receber recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do que ser um Chefe de Departamento ou até mesmo um Diretor de Faculdade. Ele, como pesquisador, recebendo apoio do CNPq, da FINEP e de todos os órgãos de fomento, tinha muito mais facilidades, muito mais recursos para trabalhar do que sendo diretor de faculdade. Então, todo professor, razoavelmente competente, preferia ser cientista do que ser diretor de faculdade ou até mesmo reitor. Para que se aborrecesse, sendo reitor de uma universidade, se sendo um cientista, devidamente apoiado pelo sistema de fomento à ciência e tecnologia, ele teria muito mais condições e muito mais facilidade de trabalho?

Sr. Presidente, a persistência e até mesmo o agravamento desses três dualismos que apontei nos trazem à situação atual. É muito difícil dizer-se que a crise vivida hoje pela universidade brasileira é a maior da sua história; talvez, já tenha até havido outras tão importantes, no passado, quanto a que estamos vivendo hoje. Mas, de qualquer sorte, estamos vivendo uma situação de crise muito importante, muito séria

e que está levando, não apenas a comunidade acadêmica, mas a própria sociedade brasileira a talvez repensar o nosso sistema de ensino superior e a nossa universidade.

É claro que a crise atual é agravada, sobremaneira, pela questão econômica, pela crise econômica que o País está atravessando e que, portanto, afeta profundamente, de um lado, as instituições oficiais, porque não recebem recursos suficientes do Governo, e de outro, as instituições não oficiais, porque a sociedade, aparentemente, não tem condições de continuar mantendo as instituições privadas, sejam elas de bom nível ou não. O fato é que a parcela mais significativa do alunado de ensino superior do País, hoje, frequenta instituições privadas aos que estão tendo dificuldades para sobreviver com os recursos que arrecadam, diretamente, dos alunos. Não há recursos governamentais para subsidiar essas instituições privadas e, conseqüentemente, o sistema como um todo está em crise, tanto as instituições que dependem do Governo, quanto as que não dependem, todas estão sendo profundamente afetadas pela crise econômica.

Na minha opinião não há mais o que discutir se faz sentido essa presença maciça, essa presença predominante do sistema privado no ensino superior brasileiro. Penso que essa é uma situação de fato, uma situação concreta, uma situação real, com a qual nós devemos aprender a conviver. Conseqüentemente, é preciso acabar com o vício, que é típico da administração pública, de achar que toda a instituição privada é, em princípio, ruim, seja porque oferece ensino de baixa ou má qualidade, seja porque mesmo sendo um ensino de qualidade razoável é muito caro, portanto, está fora do alcance da população de renda média ou baixa, ou finalmente, porque a instituição privada tem cunho lucrativo, tem cunho comercial e que, portanto, não pratica a boa e saudável educação.

Acredito que tudo isso são imagens que foram sendo criadas ao longo do tempo. Eventualmente essas imagens se concretizam, se objetivam aqui e ali numa ou noutra instituição, mas seguramente não é o carimbo que possa ser colocado em todas as instituições privadas de ensino no País. Por outro lado, também não é verdade que toda instituição oficial é boa, simplesmente por ser oficial. Evidentemente, a rede de instituições oficiais, não apenas federais, mas incluindo-se aí as instituições estaduais, sobretudo no caso de São Paulo e Rio de Janeiro, mas também isso é verdade para outros Estados, como é o caso do Paraná, Santa Catarina e, agora, alguns Estados do Nordeste. Portanto, a rede de ensino oficial, por uma série de circunstâncias, que não vale a pena perder tempo mencionando aqui, foram capazes de, ao longo do tempo, se construir como as melhores instituições de ensino e pesquisa do País. Não por acaso, as melhores instituições de ensino e pesquisa no País são instituições oficiais, ou do Governo Federal, ou dos Governos Estaduais. Entretanto, não se pode generalizar essa imagem. Existem instituições oficiais medíocres, existem instituições oficiais piores do que muitas instituições particulares. O que vale dizer, também, que existem instituições privadas de má qualidade, existem instituições privadas de muito boa qualidade, de qualidade comparável às melhores instituições oficiais.

Supondo que a crise econômica atual seja meramente conjuntural, e vamos sair da crise, daqui a pouco o País vai retomar o seu processo de crescimento, as burras do Governo vão estar novamente lotadas de recursos arrecadados, o setor produtivo vai voltar a produzir, o País vai voltar a crescer e vamos sair da crise. Tudo bem. Superada a crise econômica, será que estará também superada a crise da universidade, no seu sentido mais amplo? Parece-me que não. Já tivemos períodos em que não havia crise econômica na fase do famoso milagre brasileiro. Tive a sorte de ser o dirigente do ensino superior do País exatamente na fase do milagre quando praticamente não tínhamos problemas econômicos, para financiar o sistema do ensino superior do País e, ainda assim, o sistema estava em crise. Tenho a impressão de que para sair definitivamente da crise é preciso que a sociedade volte a acreditar na sua universi-

dade. Parece que o problema maior da crise atual é a falta de credibilidade da instituição perante a sociedade.

Há muitas acusações, há muitas críticas feitas à universidade brasileira. Não vou entrar nessas críticas agora, se os Srs. quiserem podemos depois aprofundar. Mas o fato é que há uma evidente crise de credibilidade nesse momento, e é preciso que a sociedade volte a acreditar na sua universidade. Para isso é necessário que a universidade dê também exemplos concretos à sociedade da sua competência.

Isso nos leva a abordar a famosa questão da autonomia. Vale a pena voltar a discutir este assunto? Direi que sim. Sobretudo se considerarmos que hoje a presença da universidade oficial não autônoma é minoritária. Portanto, a grande maioria do sistema hoje, por ser privado, já goza de autonomia. As universidades privadas detêm autonomia quase que total, exceto por uma ou outra coisa na qual elas dependem de decisões do Conselho Federal de Educação. Mas do ponto de vista, pelo menos, administrativo econômico-financeiro, as instituições privadas hoje gozam de autonomia total. Então, por que não dar a mesma autonomia às instituições oficiais. Há alguma razão para que uma instituição oficial não goze da mesma autonomia de uma instituição privada? O assunto é perfeitamente discutível, começando pelo fato de que, sendo uma instituição oficial, mantida com recursos governamentais e que, portanto, tem hoje constitucionalmente a obrigação de oferecer ensino gratuito, essa instituição deve, mais do que uma instituição privada, dar algumas respostas à sociedade. Ou seja, deve obedecer a alguns critérios básicos de funcionamento definidos pela sociedade.

Ora, se fizermos uma comparação a fundo, a situação é exatamente a mesma numa instituição privada. Na instituição privada é a sociedade que mantém diretamente a instituição pela via do pagamento das anuidades, das mensalidades. Portanto, essa mesma sociedade tem o direito de exigir dessa instituição tanto quanto ela exige de uma instituição oficial. O problema é que a nossa sociedade não está habituada a ver as coisas dessa forma. Quer dizer, a sociedade não percebe que há um tratamento muito semelhante entre pagar uma instituição oficial indiretamente pela via dos impostos recolhidos, ou pagar uma instituição privada diretamente recolhendo aos cofres da instituição, o valor da mensalidade que ela cobra.

Essa postura, talvez, aí esteja um outro dualismo, talvez esteja descobrindo aí um quarto dualismo. Mas essa postura talvez precisasse ser repensada, precisava ser revista.

A questão da autonomia das universidades oficiais está sendo retomada novamente. Até há uma proposta de emenda constitucional que, suponho, esteja tramitando aqui no Congresso Nacional, no sentido de tornar mais explícita a autonomia das universidades federais. Onde essa autonomia esbarra? Exatamente na questão econômica. Ou seja, quem paga a conta de uma instituição autônoma? Quem é que vai pagar a conta, se ela tem autonomia para fazer o que bem entender com o dinheiro? Será que é razoável dar um cheque em branco ao Reitor e deixar que ele use o dinheiro da sociedade, o dinheiro que a sociedade coloca à sua disposição, através do Governo, da melhor maneira, da maneira que ele achar mais interessante?

Há um processo de ganho e perda. Ganhar a autonomia significa, também, ganhar maior responsabilidade, maior obrigação de prestar contas à sociedade. Se criarmos um mecanismo adequado de prestação de contas — acho que aí a nossa criatividade ainda não foi suficientemente longe — cada vez que se discute essa questão do financiamento da universidade autônoma, a grande pergunta que fica é quem é que vai cobrar depois as responsabilidades da universidade. É claro que na medida em que o Orçamento é aprovado pelo Congresso Nacional, poderíamos ter dentro do próprio Congresso Nacional esse sistema de cobrança. Quer dizer, o próprio Congresso Nacional poderia ter algum dispositivo, algum mecanismo, através do qual ele pudesse

cobrar a execução do papel, dos objetivos da universidade, antes de aprovar o seu orçamento para o ano seguinte.

Enfim, a questão me parece que está em como encontrar aí um balanço, um equilíbrio adequado entre a economia, de um lado, e a cobrança de responsabilidades, de outro lado. Se esse mecanismo pode ser o próprio Congresso Nacional, ou outro órgão ao qual venha a ser atribuída essa competência, essa responsabilidade, é uma questão a discutir.

A vantagem da concessão da autonomia, a meu ver, seria exatamente a de passarmos a ter uma razão adicional, uma razão extremamente forte para fazermos essa cobrança de responsabilidade. Hoje é muito difícil fazer essa cobrança, na medida em que a administração da universidade pode sempre argumentar que ela não tem liberdade para utilizar, de forma produtiva, os recursos que recebe. Isso é verdade. Nenhum reitor de universidade oficial hoje pode utilizar melhor os recursos que ele, eventualmente, economize, se ele reduzir a sua folha de pagamento. Se ele conseguir reduzir a folha de pagamento, a diferença que ele está economizando, é obrigado a recolher aos cofres do Tesouro; não podem dar um destino mais adequado a essa diferença.

Então, qual é o interesse que tem a administração de economizar recursos na folha de pagamento, se esses recursos não vão poder ser utilizados pela própria administração? Assim é com várias outras rubricas.

Hoje, as dificuldades são tão grandes que as universidades são desestimuladas, por exemplo, de auferir receita através de prestação de serviço. Por quê? Porque pela legislação em vigor, elas teriam que, com um ano de antecedência, prever esta receita nos seus orçamentos para poderem receber os recursos ao longo do exercício. Uma universidade hoje não pode fazer um convênio com uma empresa como a Petrobrás, como a Eletrobrás, porque se o volume de recursos provenientes daquele convênio não estiver previsto no seu orçamento ela não pode receber os recursos. Então, isso terá que vir ao Congresso Nacional, para que o Congresso Nacional abra um crédito no orçamento da universidade para só, então, a universidade poder começar a receber recursos provenientes da prestação de serviços. Quer dizer, é um mecanismo totalmente desestimulante.

Quando a universidade, para escapar dessa peia burocrática, procura criar mecanismos paralelos, que são as famosas fundações de apoio, que seguramente esta Comissão já ouviu falar dessa figura, as universidades criam fundações paralelas para, através dessas fundações, prestarem serviços e arrecadarem receitas. O Tribunal de Contas da União diz que isso é ilegal, que essas fundações não podem existir, que essas fundações não podem receber recursos, que essas fundações não podem funcionar nas instalações das universidades, e assim por diante.

Então, temos aí centenas, ou, pelo menos, algumas dezenas de fundações praticamente desativadas, porque as universidades não podem mais fazer uso desse tipo de mecanismo.

Portanto, Srs., não vou ficar me alongando sobre detalhes dessa natureza. Mas a verdade é que, ao longo do tempo, as instituições oficiais de ensino foram de tal maneira cerceadas pelas normas da burocracia, e de tal maneira desestimuladas a procurarem soluções próprias para os seus desafios, para os seus problemas, que eu, honestamente, diria que noventa por cento da crítica que se faz hoje à ineficiência da universidade oficial é oriunda das próprias normas estabelecidas pelo próprio Governo, às vezes, com a participação do Congresso Nacional. Nem sempre, mas, às vezes, com a participação do Congresso Nacional. As regras são de tal maneira cerceadoras, que a universidade não consegue mais exercer qualquer tipo de criatividade, seja na busca de novas fontes de recursos, seja na busca de uma forma mais eficiente de utilizar os recursos que já estão à sua disposição. Enfim, há um desestímulo total,

para que a administração das universidades procure exercitar formas mais racionais e mais eficientes de gestão dos recursos públicos e, conseqüentemente, formas mais eficientes de, de fato, executar os objetivos para os quais são criadas essas instituições.

Eu diria, Sr. Presidente, que essas são as idéias mais essenciais, mais gerais, que eu teria para trazer a esta Comissão.

Evidentemente, por trás dessas idéias está toda uma visão do que vem se passando dentro das universidades brasileiras ao longo dos últimos 25 anos, que é o período em que tenho acompanhado a vida dessas instituições, e, ao mesmo tempo, uma visão um pouco pessimista, que é resultado do fato de termos, principalmente, participado de algumas dezenas de tentativas de equacionamento da chamada crise da universidade, com algumas dezenas de projetos de lei que nunca foram enviados ao Congresso Nacional, algumas dezenas de relatórios de grupos de trabalho criados aqui e ali para analisar e estudar o problema da universidade brasileira. Mas, na realidade, continuamos patinando, eu diria, em cima de conceitos e de idéias que vêm sendo discutidos já há pelos menos duas décadas, sem que essas idéias sejam de alguma forma implementadas ou levadas à concretização através de mecanismos mais simples e mais eficientes.

Agora, pessoalmente, eu me agarro à idéia da autonomia, na esperança de que, com um grande grau de autonomia, a universidade busque o seu próprio caminho, e não precisemos mais estar fazendo grupos de trabalho no Poder Executivo, ou CPI no Poder Legislativo, para saber o que está acontecendo com a universidade.

Elas, autônomas, buscarão os seus próprios caminhos e encontrarão as definições que a sociedade espera que sejam dadas em benefício de um sistema de educação que seja mais justo, mais democrático, mas que seja, sobretudo, mais competente. O que precisamos, efetivamente, é de um sistema educacional competente, que cumpra com eficiência os objetivos de qualquer sistema educacional.

Nunca nenhum sistema educacional, de nação alguma, jamais esteve isento a críticas. Não existe país no mundo, graças a Deus, que esteja satisfeito com seu sistema educacional.

Fu costume dizer que, se algum dia, algum país se der por satisfeito com aquilo que está fazendo em educação, esse país está condenado à morte.

Graças a Deus, em todos os países do mundo, estamos sempre questionando, sempre criticando e sempre exigindo mais dos sistemas educacionais. Isto é verdade para os países do Terceiro Mundo, tanto quanto para os países mais avançados.

Os Srs. vêm assistindo, pelo menos nos últimos 10 anos, os Estados Unidos questionarem fortemente o seu sistema de educação, e na parte mais essencial do seu sistema, que é o sistema de educação básica, que está sendo fortemente questionado.

Também há críticas acerbas ao seu sistema de educação superior, mas essas são menos relevantes.

Se olharmos para o outro lado do mundo, para o outro grande campeão econômico que é o Japão, o problema se inverte. O que está sendo questionado hoje no Japão é a competência da universidade japonesa, e não do seu sistema de educação básica.

Portanto, acho que essa é a realidade de todas as sociedades e de todas as nações. Repito, acho que isso é extremamente importante. Nação nenhuma deve, em momento algum, se dar por satisfeita com seu sistema educacional; pelo contrário, deve estar sempre criticando, sempre questionando e sempre desafiando o seu sistema educacional.

Por isso nem me abate, nem me desanima, Sr. Presidente, o fato de estarmos mais uma vez questionando a nossa universidade, o nosso sistema de ensino superior. Isso é saudável, isso é válido. É preciso que ele esteja sendo constantemente provocado, mas ao mesmo tempo é preciso que a sociedade coloque à disposição desse sistema

os meios para que ele esteja permanentemente se renovando. Não basta colocar desafios, não basta fazer críticas. É preciso criar as condições para que o sistema possa dar respostas, para que o sistema não possa jamais alegar que não está respondendo, que não está dando as respostas adequadas, porque o próprio sistema é autolimitado, é autocerceado pelas regras que lhe são impostas.

Este é o meu depoimento. Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sólon Borges dos Reis) — Muito obrigado, Professor Edson Machado.

Vamos iniciar os questionamentos, como sempre ocorre, pelo nobre Relator.

Antes, porém, quero pedir desculpas à Comissão, especialmente ao Depoente e ao Relator, porque tenho que me afastar neste momento da Presidência, em função de um compromisso de emergência surgido, e vou pedir ao Deputado Solon Borges dos Reis para assumir a Presidência e dar prosseguimento aos trabalhos.

Desde já passo a palavra ao nobre Relator, Senador João Calmon, para fazer as suas indagações.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Desejo inicialmente felicitar o Professor Edson Machado de Sousa não apenas pelo seu depoimento, mas pela magistral lição que acaba de nos proporcionar em relação ao problema de extrema gravidade que é o da crise que assoberba as universidades brasileiras.

A minha primeira pergunta se refere a um episódio de que participou, com relevo singular, o nobre Depoente desta manhã.

Um ano após a promulgação da nova Constituição, a Constituição Cidadã a que se refere Ulysses Guimarães, o nobre Deputado Osvaldo Coelho, representante do Estado de Pernambuco, tentou incluir na lei de meios do ano seguinte uma verba, de acordo com o que prescreve com a maior nitidez o art. 60 das Disposições Transitórias.

Como esse artigo até hoje ainda não foi cumprido, convém recordar que na época, eu, como Relator do Orçamento do Ministério da Educação, me vi obrigado a recorrer ao Professor Edson Machado de Sousa, que era, então, diretor de ensino superior do MEC.

A sua resposta foi dramática. Ele declarou, num ofício enviado à relatoria da Comissão Mista do Orçamento, que o cumprimento imediato do que prescreve o art. 60 das Disposições Transitórias colocaria em risco até mesmo a paz social.

Gravei muito bem essas palavras do nobre Depoente da manhã de hoje.

Com muita dificuldade foi possível convencer o Deputado Osvaldo Coelho de que deveria ser adiado, pelo menos por um ano, o cumprimento desse dispositivo constitucional.

Decorreram, entretanto, mais dois anos, e até agora esse dispositivo constitucional é letra morta, como, aliás, acontece com dezenas de outros artigos da nossa Carta Magna.

Nesse período já surgiu um fato novo: o Tribunal de Contas da União, que é um órgão auxiliar do Congresso Nacional, analisou o orçamento de 1990, e o seu Relator, o ex-Deputado Federal Homero Santos, enfatizou com a maior nitidez que ao invés de 9% da receita de impostos federais para a erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental, aquela lei de meios não destinava a essa finalidade, nem sequer 2% das receitas de impostos federais.

O ex-Parlamentar e hoje Ministro do Tribunal de Contas vai comparecer a esta CPI dentro de duas semanas e vai aprofundar ainda mais a sua análise em relação ao orçamento de 1990, e talvez já possa adiantar dados sobre o orçamento de 1992.

Este problema, Professor Edson Machado de Sousa, nos preocupa profundamente. V. Sr. já destacou, com a objetividade e o brilho que o caracterizam, que os Estados

Unidos, hoje, estão tremendamente preocupados com as falhas, as debilidades de seu ensino fundamental.

No mês de janeiro do corrente ano, tive a oportunidade de ir aos Estados Unidos e lá comprei um livro com um título dramático: "*Uma Nação Analfabeta*".

A nação que se considera analfabeta chama-se Estados Unidos da América, em virtude das gravíssimas falhas do sistema educacional na área do primeiro grau.

Esta falha já havia sido denunciada de maneira dramática no famoso relatório que foi divulgado no Governo Reagan, sob o título "*Uma Nação em Perigo*".

Tive oportunidade de oferecer a V. S^a um exemplar desse dramático documento em que se enfatiza que os recrutas norte-americanos, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, embora tivessem cursado o primeiro grau, não tinham condições de entender as instruções dos manuais para utilização dos armamentos. Infelizmente, ainda não tomamos uma decisão sobre o não-cumprimento do art. 60, das Disposições Transitórias. Estamos diante de duas alternativas. Uma, cumprir esse mandamento constitucional, e outra, que seria altamente deplorável, propor a sua modificação por ocasião da próxima revisão da Constituição.

Como V. S^a foi protagonista do episódio referente à primeira tentativa de cumprimento do art. 60, gostaria de pedir a V. S^a maiores detalhes sobre esse seu enfático pronunciamento que foi um elemento, diria, decisivo da decisão da Comissão Mista de Orçamento de, ao usar a expressão, talvez um pouco inadequada, fechar os olhos para o não-cumprimento de um dispositivo constitucional que havia sido aprovado pela Constituinte, depois de dramáticos debates, em que os adversários dessa tese ganharam por maioria de votos, mas por maioria simples. De acordo com o Regimento da Constituinte, para um caso dessas características, seria exigida a maioria absoluta, a maioria qualificada.

Essa é a primeira pergunta que apresento a V. S^a. Não encerraria essa apresentação da minha primeira indagação sem felicitá-lo, mais uma vez, pela contribuição inestimável, magistral que V. S^a tem dado ao Congresso Nacional em numerosas oportunidades. Creio que este seja o nono ou décimo depoimento que o Professor Edson Machado de Sousa presta ao Congresso Nacional, à Câmara e ao Senado, e cada depoimento contém lições magistrais que recolhemos e aproveitamos devidamente.

O SR. EDSON MACHADO DE SOUZA — Muito obrigado. Senador João Calmon. V. Ex^a, como sempre, é muito generoso nos seus elogios, mas, enfim, o nosso relacionamento de tantos anos permite que possamos falar com absoluta franqueza, com absoluta honestidade, dos nossos pontos de vista.

O episódio a que V. Ex^a se refere foi extremamente ilustrativo, extremamente interessante porque penso que permite façamos uma rápida reflexão sobre algumas, arriscaria dizer, sobre algumas contradições que estão contidas no texto constitucional, ou seja, a contradição não é no texto, a contradição está, a meu ver, nas concepções que estão por trás de certos dispositivos constitucionais.

Se colocarmos lado a lado o princípio contido no art. 212, que teve origem na famosa Lei Calmon, o princípio contido no art. 212, ou seja, da obrigação do Estado de atribuir ao setor educacional um orçamento mínimo, o princípio que está por trás do art. 212 é este. Seja qual for a situação do País, vá bem ou vá mal, o País deve destinar ao setor educacional, no mínimo, 18% da sua receita tributária.

Colocamos esse princípio ao lado do que se refere à gratuidade do ensino oficial...

O SR. JOÃO CALMON — Um esclarecimento. Não são 18% sobre a receita tributária, apenas 18% sobre a receita de impostos. Porque há outros itens da receita sobre os quais não incide esse percentual.

O SR. EDSON MACHADO SOUZA — ... Exatamente, receita de impostos. A correção é perfeita.

Ao lado desse dispositivo, temos outro que é o da gratuidade do ensino oficial. Qual é o princípio que está por trás dessa questão. É a idéia de que mais do que oferecer apenas educação básica aos seus cidadãos, a Nação tem a obrigação de oferecer oportunidades de educação em todos os níveis. O que não é, absolutamente, um princípio universal. Há vários países do Mundo que adotam essa mesma posição que o Brasil, mas esse não é um princípio universal. O que é um princípio universal, e que é aplicado em todas as nações, é o princípio da gratuidade do ensino básico e, portanto, da obrigatoriedade da sociedade de oferecer a todos os seus cidadãos um mínimo de educação. Então, volto aqui ao mínimo. No art. 212, a preocupação é com o orçamento mínimo. Ao lado de um orçamento mínimo, deveríamos estar assegurando o mínimo de educação básica para toda população, mas não. Ao lado do orçamento mínimo estamos pretendendo que a sociedade assegure aos seus cidadãos o máximo possível de educação que esse cidadão possa obter, ou seja, o princípio é da gratuidade da pré-escola até a pós-graduação. Há, portanto, um certo conflito. Quer dizer, estamos dando o mínimo de recursos e impondo o máximo de obrigatoriedade.

Para completar esse quadro vem o art. 60 das Disposições Transitórias, que, pelo menos por um certo tempo, por dez anos, distribui, aloca os recursos, aqueles recursos mínimos assegurados lá no art. 212. Pelo art. 60 eles têm de ser distribuídos de tal sorte que, pelo menos, 50% daqueles 18% sejam atribuídos especificamente a programas de erradicação do analfabetismo e universalização da educação básica.

Senhores, para mim esses três princípios são incompatíveis entre si, eles não podem sobreviver; eles não podem coexistir e são três princípios constitucionais, quer dizer, como vamos fazer para cumprir a Constituição? A lógica, no entanto, e não apenas a lógica, mas a aritmética, basta pegar os números e fazer as contas, a aritmética simples indica que esses três dispositivos são incompatíveis. Ou se cumpre o art. 60 e com isto o art. 212 precisa ser repensado, pelo menos na sua interpretação, porque o art. 212 é taxativo. Ele estabelece um mínimo de recursos; não estabelece o máximo, não estabelece o valor absoluto dos recursos; no mínimo 18% da arrecadação de impostos, da receita de impostos. Para cumprir o art. 60 e esse foi, aproximadamente, o texto e a resposta à sua consulta, em 1989, para cumprir o art. 60 da Constituição era preciso que os 18% fossem elevados pelo menos a 25%. Com 25% da arrecadação de impostos no orçamento, na proposta orçamentária de 1990 seria, talvez, possível cumprir com o disposto no art. 60.

A outra hipótese seria, em algum lugar, se definir claramente quais são as atividades relativas à erradicação do analfabetismo e universalização do ensino básico, o que se entende por isso. Se definirmos claramente o que vamos entender por atividades relativas a essas duas questões, aí poderemos quantificar melhor o que significa isso. De qualquer maneira, se 50% da arrecadação de impostos for destinada a essa finalidade, a consequência é que não é possível manter ensino de segundo grau e ensino superior federais gratuitos. Toda rede de ensino de segundo grau mantida pelo Ministério da Educação entraria em colapso, para não falar da rede de ensino superior. Os recursos seriam absolutamente insuficientes.

Acho que a situação está se agravando mais, Senador, porque na famosa Fonte nº 112, do orçamento, que é a fonte que identifica os recursos específicos relativos ao art. 212, da Constituição, estão entrando cada vez mais despesas. A última que entrou no orçamento de 1992 contempla as bolsas de estudo do CNPq e da CAPES. Então, toda a despesa com bolsas de estudo de pós-graduação, no País e no exterior, está, a partir deste ano, sendo computada nos 18% do art. 212. O que eleva ainda mais, o que agrava ainda mais a questão relacionada com o art. 60, das Disposições

Transitórias. Há um volume cada vez maior de recursos não destinados à educação básica e à erradicação do analfabetismo, sendo carreado sob a rubrica do art. 212 da Constituição, o que torna a situação mais grave. Acho que não posso acrescentar mais nada, Senador.

A conclusão é de que o art. 60 é impossível de ser cumprido, com esses recursos.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Obviamente, ninguém poderia esperar de um educador da sua alta categoria um posicionamento diferente. Acontece que problemas desse tipo não são resolvidos por educadores, mas, em última análise, pelo Poder Judiciário.

O Procurador-Geral da República, respondendo a dois recursos, um do Deputado Osvaldo Coelho, e outro do Conselho Nacional de Secretários da Educação, CONSEDE — presidido por uma educadora de extraordinários méritos, muito conhecida, professora Gilda Polly, ou melhor, já foi eleito o seu sucessor —, o Procurador-Geral da República já se manifestou contrariamente à aprovação do orçamento. Considera-o inconstitucional porque viola frontalmente o que determina, com a maior nitidez, o art. 60 das Disposições Transitórias. O assunto está dependendo da decisão final do Supremo Tribunal Federal.

Numa das próximas semanas, vamos ouvir um membro do Tribunal de Contas da União, Homero Santos. Mas o problema se reveste de extrema gravidade; nos últimos meses surgiu um fato novo para diminuir um pouco essa defasagem das verbas destinadas ao ensino fundamental, que foi o lançamento do projeto dos CIACs. Esse projeto envolve realmente verbas muito vultosas, resta saber se em face da tremenda crise que o Brasil está enfrentando, mesmo esse projeto considerado altamente prioritário, vai obter recursos para o seu cumprimento. Há algumas dúvidas, e graças à atuação do novo Ministro da Educação, o eminente mestre José Goldemberg, algumas alterações já estão sendo introduzidas. Segundo o ex-Ministro Alcenir Guerra, em reunião com a bancada do PMDB na Câmara, no programa dos CIACs a educação entrava com apenas 30%; os 70% quase não tinham nada a ver com educação. Então, estamos dependendo de uma decisão do Supremo Tribunal Federal para esse fato novo dos CIACs, mas essa CPI se refere especificamente à crise da universidade brasileira. Essa é outra área altamente preocupante; posso prestar um depoimento sobre a universidade federal do meu Estado, mas creio que a situação das demais deve ser muito semelhante. A Universidade Federal do Espírito Santo já deveria ter fechado, já poderia ter morrido de inanição por falta de recursos. Isso pode ter uma repercussão avassaladora, desastrosa, catastrófica; por exemplo, o hospital que é mantido pela universidade já começou a fechar os serviços essenciais. O mesmo pode ocorrer com o restaurante.

Estamos diante de problemas graves para as universidades, como os restaurantes, a defasagem salarial, que estão afligindo os professores e servidores, e muitos professores estão aproveitando dispositivo da Constituição e tratando da sua aposentadoria. Até quando poderemos manter o sistema universitário em bom nível, ao nível do estágio de desenvolvimento do Brasil nessa situação de pesadelo permanente? Mesmo porque na Comissão de Assuntos Econômicos, o notável Ministro que passou a integrar o Governo Collor, Adib Jatene, se sente, também, muito chocado em relação à precariedade do sistema de saúde do nosso País. A situação é absurda.

Qual a sua visão deste quadro? A situação das universidades, já que estamos reunidos para apontar as causas da crise da universidade brasileira, não se cumpre o art. 60 das Disposições Transitórias, o que prejudica enormemente. Algumas universidades não entraram em colapso ainda por milagre, ou pela criatividade dos seus reitores V. Ex^a acrescenta mais um fato importante sobre essa estranha decisão do Tribunal de Contas, que não permite que os reitores exerçam toda a sua criatividade,

a sua imaginação para gerar recursos próprios, para evitar que as universidades entrem em colapso. A Universidade Federal do Mato Grosso do Sul teve a capacidade de gerar recursos próprios, mas já se está cogitando limitar a utilização desse dinheiro, a não ser que seja previsto com antecedência.

Por outro lado, gostaria de saber de V. S^a que milita na educação com interesse fraternal há alguns anos, como convencer o Governo de que é necessária uma avaliação profunda da realidade educacional do nosso País. Há 3 anos eu incluo verbas no Orçamento da República com essa finalidade, e até agora V. S^a sabe, como profundo conhecedor desse assunto, que ainda não foi iniciada essa avaliação. Foi feita nos países mais desenvolvidos do mundo só o Brasil parece que não tem nenhum problema na área educacional, certamente por causa dessa convicção de ser dispensável a utilização do dinheiro incluído no Orçamento para realização dessa avaliação.

Encerrando a minha pergunta, cito outro problema que está tornando quase insustentável a sobrevivência das universidades brasileiras. O Orçamento do Brasil, principalmente nos últimos anos, não passa de uma peça de ficção. O Poder Legislativo elabora um orçamento sempre utilizando os métodos mais ortodoxos, o Presidente da República tem condições de decretar o contingenciamento, o bloqueio, o congelamento de até 70% das verbas aprovadas pelo Congresso. Então, a capacidade do Poder Legislativo está colocada em plano secundário. Este ano surgiu uma novidade, a utilização das verbas terá de ser na base de previsão trimestral. Como é que se pode fazer um planejamento numa universidade, ou qualquer outra área de educação nesse tempo? Tem de ser no mínimo de 1 ano e não de 3 meses. E depende de que a liberação das verbas? Da arrecadação de impostos.

Eu estimaria muito poder apresentar algumas sugestões, mas como em educação sou apenas um aprendiz e V. S^a é um mestre, gostaria de ouvir a sua opinião como autoridade.

O SR. EDSON MACHADO DE SOUZA — Senador, V. Ex^a abordou o assunto sob vários prismas. Vamos começar pela retomada da questão do art. 60. Acho que não podemos simplesmente ficar sentados esperando para ver o que o Supremo Tribunal Federal vai decidir a esse respeito.

Do ponto de vista estritamente jurídico, o que o Tribunal pode dizer é que a Constituição não está sendo cumprida, portanto, a peça legislativa aprovada pelo Congresso Nacional, pelo Senado e pelo Presidente da República é inconstitucional. Não vejo outra saída. O que o Supremo poderá dizer fora disso? Essa é uma constatação, e que nós fizemos em 1989. Nós sabíamos que a peça orçamentária que viesse a ser aprovada, seria fora do contexto exigido pela Constituição, portanto, desobedecendo ao art. 60.

É preciso que alguém tome a iniciativa de corrigir isso, Senador, e acho que a iniciativa poderia ser do Poder Legislativo. Por que não? Agora, como corrigir é que é complicado? Aí, é preciso chegar a um consenso.

O SR. RELATOR (João Calmon) — A decisão já é do Poder Legislativo.

O SR. EDSON MACHADO DE SOUZA — Mas não está evidente, Senador, de que é uma disposição, é um desejo do constituinte que não pode ser atendido. Não há como atender a essa intenção do legislador. Há que rever alguns dos três dispositivos que mencionei e que não podem coexistir. Ou se eleva o percentual de 18%, para 25%, porque se não levar, por mera disposição do Poder Executivo e do próprio Legislativo, esses 18% vão ser sempre piso e teto ao mesmo tempo. Quer dizer, nunca serão apenas piso.

Se V. Ex^a for discutir o assunto com o Ministro José Goldemberg, ele vai lhe dizer, não, mas nós estamos aplicando mais do que 18%. É verdade. Quando encerra

o exercício financeiro, dado o balanço, os 18% viram 20% chega até 21%, na execução orçamentária.

Se isso está sendo verdade na execução, então por que não levantarmos logo esse piso? Essa é uma hipótese.

O SR. RELATOR (João Calmon) — No Rio Grande do Sul, por exemplo, a Constituição Estadual aumentou o percentual para 35%, o que representa um aumento de 40% sobre o percentual estabelecido pela Constituição Federal.

O SR. EDSON MACHADO DE SOUZA — A outra hipótese é rever o próprio art. 60, não no sentido de que vamos abrir mão desse compromisso fundamental com a educação básica, com a erradicação do analfabetismo. Não se trata de abrir mão. Trata-se de ver com realismo, qual é o papel de cada um dos três níveis de Governo nesta questão.

O que coloco, Senador, para reflexão dessa questão é o seguinte: será que é razoável exigir que o Governo Federal aplique 50% dos seus recursos, destinados à educação, para essa finalidade? Será que isso é razoável? Acho que é uma questão que merece uma reflexão. A minha posição pessoal, V. Ex^a conhece há muitos anos. Em matéria de educação básica, o MEC deveria ser uma mera agência de fomento. O Ministério da Educação não devia botar a mão na educação básica. Isso não é problema federal.

Agora, pode ser uma agência de fomento, no sentido de que o Governo Federal pode, sim, estimular e apoiar projetos bons, projetos de boa qualidade e que sejam submetidos pelos estados, pelas prefeituras, e até pela iniciativa privada. Por que não? Mas funcionar como uma agência de fomento, como um banco educacional.

V. Ex^a deve estar lembrado das discussões dos anos 60 sobre a criação do FNDE. Quando se criou o FNDE, o que se tinha em mente era alguma coisa desse tipo, que nunca se tornou realidade, apesar de o FNDE existir até hoje.

Então, me parece que era preciso tomar alguma iniciativa, quer dizer, não dá para simplesmente ficar esperando que o Tribunal venha dizer aquilo que a gente já sabe. Se o Tribunal sentenciar que a lei orçamentária é inconstitucional, o que vamos fazer? Vamos ter que fazer um outro orçamento. E a máquina do Governo vai parar, porque vamos ficar alguns meses, outra vez, sem orçamento.

Alguma coisa poderia ser feita do lado dos custos, Senador, acho que essa é a sua questão também. Será que é preciso continuar gastando tanto quanto nós gastamos para manter o sistema de ensino superior? Não é possível fazer o ensino superior de boa qualidade com um pouco menos de dinheiro? É possível.

O SR. RELATOR (João Calmon) — A avaliação é que vai dizer.

O SR. EDSON MACHADO DE SOUZA — É possível fazer e não é preciso nem fazer grandes exercícios de avaliação, Senador. Vamos começar respondendo à seguinte pergunta: por que a Universidade do Espírito Santo ainda não fechou? Eu digo por que ela não fechou. Porque, aconteça o que acontecer, a folha de pagamento está garantida. Todos recebem seu salário no final do mês, não importa se o hospital fechou ou deixou de fechar, se o professor deu aula ou deixou de dar, se o estudante compareceu ou deixou de comparecer. A folha está ali, pingadinha, todos os meses.

Repeto aquilo que disse no meu depoimento inicial. Se o Reitor da Universidade do Espírito Santo resolver colocar na rua um bando de gente para economizar dinheiro e poder usar esse dinheiro, por exemplo, para manter o seu restaurante aberto, ele não pode fazer isso. Começa que ele não pode demitir. Para demitir tem que abrir inquérito administrativo, sem inquérito administrativo não tem demissão, porque o pessoal agora é estável, estão todos sujeitos ao Regime Jurídico Único de pessoal. Então, não pode demitir, não pode reduzir o salário, não pode mudar o regime

de trabalho de um professor. Um professor que está hoje em regime de 40 horas, e o Reitor está plenamente consciente de que não precisa daquelas 40 horas, bastam 20 horas, então por que não baixa para 20 horas, e paga a metade do salário? Porque não pode. É proibido fazer isso.

Se, porventura, conseguisse fazer, o dinheiro economizado não poderia ser utilizado no restaurante. É possível fazer uma universidade mais barata.

O problema do hospital, Senador, essa é uma questão que nós dois já presenciamos inúmeros debates. A grande pergunta é por que a Universidade do Espírito Santo precisa ter um hospital? Por que a Universidade de Brasília passou 20 anos brigando para ter um hospital? Era a única universidade que tinha curso de Medicina sem ter hospital. Passou 15 anos funcionando o curso de Medicina na UnB sem ter hospital. A universidade não descansou enquanto não conseguiu esse hospital. Está aí agora o "Flefante Branco" na L-2 Norte, sendo mantido pela Universidade de Brasília.

Por que a universidade precisa de um hospital próprio? Qual é o outro pronto-socorro que funciona na cidade de Vitória? Não tem outro. O único pronto-socorro que existe na cidade de Vitória, na cidade de Uberlândia, em João Pessoa, na Paraíba, e, provavelmente, em várias capitais do Nordeste, os únicos prontos-socorros públicos são dos hospitais universitários.

Então, o que a universidade está fazendo? A universidade está prestando um serviço à sociedade. Mas não é obrigação da universidade prestar serviços à sociedade. O serviço que ela tem que prestar é educar, é ensinar. Esse é o serviço que a universidade tem que prestar.

Serviço de saúde, serviço de alimentação, de assistência social, são obrigações de outros órgãos públicos, não da universidade. E claro que ninguém ensina Medicina sem hospital. Agora, não é preciso ser dono do hospital para ensinar Medicina. Existem vários países do mundo para nos mostrar isso.

O Distrito Federal, conceitualmente, teoricamente, tem o melhor sistema de saúde deste País, do ponto de vista da sua concepção, da sua organização, da sua estrutura. V. Exª poderia ter o melhor curso de Medicina deste País funcionando em Brasília, se ele fosse apoiado na rede de atendimento de saúde que existe aqui no Distrito Federal. Mas não é. Tem que ser dentro do Hospital da L-2, porque se não vale, não funciona.

Como hospitais, há várias outras atividades que muitas vezes são mantidas pelas universidades e que não constituem obrigação da universidade, constituem obrigação de outros segmentos da sociedade e do próprio setor público. Então, é possível reduzir os custos, sim. É possível. Até onde não sei, obviamente, não vou correr o risco de que dá para diminuir 20, 30 ou 50%. Não sei quanto dá, mas que é possível diminuir custos da universidade pública, não tenho a menor dúvida. É possível, e vários reitores sabem disso, têm consciência disso, sabem o que precisam fazer para diminuir custos, mas não vão fazer, simplesmente porque não há nenhum estímulo para isso.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sólon Borges dos Reis) — Temos horário, e o ilustre depoente deve também ter o seu. O Senador teve os 50 minutos. Tenho prazer em ouvir V. Exª, só que estou em dúvida quanto à duração.

Concedo a palavra ao Sr. Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Professor Édson Machado, quero inicialmente felicitá-lo pela erudita e judiciosa exposição que fez, que, aliás, não nos surpreendeu.

Quando aqui se votou a Carta de 1967 — que o então Presidente queria que pelo menos passássemos a um Estado com uma Constituição, ainda que votada por

uma Assembléa Ordinária — apresentei uma emenda: haveria pelo menos uma universidade em cada estado. A minha idéa era essa. Já nessa última, em que fui Constituinte, tive sorte de ver em cada estado pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho, já que São Paulo, pela sua complexidade, possui dois Tribunais. Quando governei o meu estado pela primeira vez, surgiram as Escolas Normais Officiais, fora da capital, e os colégios de segundo grau — ginásio, liceu e colégio — justamente para libertarmos o Estado do Piauí das tais professoras leigas e para darmos a importância que o ensino fundamental tem. Isto posto, eu lhe faria só três perguntas, as quais V. Ex^a poderá responder sinteticamente.

Primeira: Deveríamos ter uma só universidade em cada estado da Federação — alguns têm duas, três, quatro — ou poderíamos ter uma só, ainda que com desdobramentos?

Segunda: Quanto ao problema do ensino gratuito, tratado por V. Ex^a, a universidade deveria ser gratuita? Não haveria uma maneira — isso está ligado à crise de gerenciamento — de se estabelecer o ensino remunerado? Tenho o meu exemplo: saí do Piauí, fui estudar em São Paulo. Tinha recursos para pagar, mas a escola era gratuita. Então, não há uma maneira, sem humilhar aqueles que não podem, algo pelo menos facultativo, como se ter conhecimento da situação econômica do estudante para saber se ele pode ou não pagar a universidade? O objetivo desse trabalho seria proporcionar estudo gratuito ao pobre. Além disso, o ensino gratuito na sua universidade funciona somente à noite. Não seria possível que uma universidade federal também funcionasse à noite com alguma turma?

Terceira: a minha sugestão final: os reitores — no Brasil não temos essa prática — deviam se reunir, pois são os que conhecem essa crise de gerenciamento, e sugerir um anteprojeto ao Ministro e mandar cópias disso para nós. Assim, poderíamos, sem aguardar a lei geral, tratar dessas questões.

Era o que tinha a dizer e, mais uma vez, eu o cumprimento.

O SR. PRESIDENTE (Sólon Borges dos Reis) — Com a palavra o Dr. Edson Machado.

O SR. EDSON MACHADO DE SOUZA — As questões que o Senador colocou são de simples e rápidas respostas.

Quanto ao número de universidades por estado, realmente, a meu ver, não há razão alguma para decidir se cada estado deve ter uma ou mais. E também não há razão para se optar por este ou aquele modelo.

Dou-lhe um exemplo: o meu Estado, o Paraná. Lá, hoje temos uma rede de universidades estaduais, composta de quatro, com dez faculdades isoladas...

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Permite-me V. Ex^a uma observação? Refiro-me a uma só universidade federal, mantida pela União!

O SR. EDSON MACHADO DE SOUZA — Sim, Excelência. Mas veja bem: lembro-me de quando discutimos o desmembramento do Estado do Mato Grosso, quando havia duas universidades: uma em Campo Grande e outra em Cuiabá. Uma era federal; a outra, estadual. A decisão a ser tomada era: federaliza-se a estadual, ou estadualiza-se a federal? O que fazer?

A meu ver, a questão que se coloca não é relativa à quantidade, mas ao fato de se ter assegurado o acesso ao ensino superior. Nas unidades da Federação mais pobres, dificilmente o estado pode garantir isso. Então, o papel supletivo da União deveria ser exercitado nesse sentido. Isso, de certa forma, vem sendo feito. Em todos os estados brasileiros há, pelo menos, uma universidade federal. Em geral, a primeira instituição que surge num estado é quase sempre federal. A única exceção foi São Paulo. E, assim mesmo, esse estado, durante anos, fez o possível para ter a sua universidade federal, até a criação da Universidade Federal de São Carlos, no interior.

É pequena comparada com a USP, a Unicamp etc., mas, finalmente, São Paulo conseguiu seu intento.

Honestamente, creio que, Senador, é uma situação irrelevante, pois o que deve ser realmente assegurado, garantido, é o acesso ao ensino superior. Se para isso é necessário que o Governo Federal entre com uma ação supletiva para garantir essa oportunidade de acesso dentro de cada estado, então, que isso aconteça. Mas não é indispensável que seja o Governo Federal, não é indispensável! Em São Paulo, isso foi assegurado sem a presença do Governo Federal, no Paraná poderia ter sido, pois esse estado tinha plenas condições de assegurar o acesso ao ensino superior sem nenhuma presença do Governo Federal. Tanto que hoje a Universidade Federal do Paraná representa uma gota d'água do que é o sistema de ensino superior do Estado.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Defendo o ensino privado ao lado do ensino público, as universidades do estado, até de municípios. Eu falava só se o Governo Federal, em princípio, deveria ter uma só...

O SR. EDSON MACHADO DE SOUZA — Podemos olhar a sua questão por outro lado. Por que ter mais de uma federal em certos estados? Por que ter cinco universidades federais no Rio Grande do Sul, ou quatro em Minas Gerais, ou três no Rio de Janeiro? É essa a questão que V. Ex.^a coloca.

Quer dizer, por que isso? Não basta uma? Em alguns casos, eu diria: até mesmo nenhuma!

Quanto à gratuidade, a minha postura é muito clara. Sem a menor dúvida, o ensino superior, para mim, não deve ser gratuito indiscriminadamente. A educação deve ser gratuita, em qualquer nível, para aqueles que não disponham de recursos suficientes. Isso do pré-escolar à pós-graduação. Agora, só iremos equacionar essa questão quando tivermos um eficiente sistema de apoio ao estudante carente de recursos. Esse Programa de Crédito Educativo que aí está não vale nada, pois não serve, não atende às necessidades da população, é uma grande falácia.

O País não pode prescindir de um eficiente sistema de apoio ao estudante carente em todos os níveis. A educação deve ser gratuita para as pessoas carentes de recursos, em qualquer nível. E digo mais, independente do estabelecimento de ensino que ela frequente. Quer dizer, não é preciso, para ter educação gratuita, que o estudante esteja na escola pública. Por que ele não pode ir para uma escola privada que seja paga por alguém que não ele, seja o Governo, uma fundação, seja lá quem for? É assim em qualquer país civilizado. As universidades inglesas vivem das mensalidades que cobram, só que o Governo paga para mais da metade dos estudantes, através de sistema de bolsas. O *Dicence Dot*, nos Estados Unidos, criado na época do Sputnik, paga as mensalidades escolares de milhares e milhares de estudantes americanos em escolas privadas. Na Inglaterra há escolas públicas, mas não pagas, só que mais da metade dos estudantes ingleses têm a sua mensalidade paga por um sistema de bolsas mantido pelo Governo.

Sobre cursos noturnos nem se fala. É claro que pode, deve e tem que haver, tem que funcionar. Só que não devemos ter ilusão. Um maior funcionamento das universidades públicas acarretará custo adicional. Não se faz isso de graça. Não é possível que a universidade, que hoje só funciona de dia, funcione também à noite e não tenha custo adicional. Vai ter sim!

A sua sugestão de alguém mandar um projeto de lei que tente equacionar essas dificuldades é interessante, mas já foram inscritos inúmeros projetos, Sr. Senador. Eu mesmo já participei de, pelo menos, uns dez. Nunca vieram para esta Casa, e não sei por que razão. Talvez fosse o caso se fazer um sistema diferente, ou seja, de se tomar a iniciativa dentro desta Casa.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Solon Borges dos Reis) — Concedo a palavra ao Deputado Raul Pont.

O SR. RAUL PONT — Uma série de questões foram colocadas, mas a interrogação é: por que isso não se realiza? Por exemplo: a questão de uma maior autonomia aos reitores. Essa é uma reivindicação da comunidade acadêmica, professores, estudantes. Se há uma constatação, também do lado do Governo, por que isso não se realiza, ou seja, por que não se toma a iniciativa de se estabelecer uma autonomia real com duodécimos repassados, sem a preocupação de controlar recursos de determinado projeto, de determinada pesquisa, ou prover as universidades, fora o pessoal, a contagotas e sempre direcionados?

O Sr. é membro do Governo, faz parte de uma equipe que envolve, indiretamente, a questão de educação, na área de ciência e tecnologia, da preparação de docentes em relação à sua especialização e aperfeiçoamento. Então, creio que essa seria uma interrogação, quer dizer, por que o Governo não toma iniciativas nesse sentido?

Tenho uma posição divergente em relação a sua especialização e aperfeiçoamento. Então, acho que essa seria uma interrogação. Quer dizer, por que o governo não toma iniciativa nesse sentido?

Tenho uma posição divergente em relação às disposições transitórias. Quer dizer, se o Governo quer realmente priorizar, ele teria condições de cumprir esses 50% em relação aos 18% que, do nosso ponto de vista, é pouco para investimento nessa área. Mas é uma questão que está bem demarcada, em que não se avança. Acho que é uma discussão já firmada sobre o que seria prioridade de um Governo. Há uma certa concordância. Tenho a absoluta certeza de que a Comissão de Educação, aqui, da Câmara, que o Congresso Nacional aprovaria se para cá viessem projetos, ou se essas medidas fossem tomadas administrativamente; grande parte delas pode ser meramente administrativa.

O que me preocupa é que com a mesma ênfase que V. Ex^a criticou os hospitais universitários, por exemplo, que vieram cumprir determinadas funções, por um abandono do Estado da sua rede pública, em Porto Alegre, hoje, se retirar um hospital de clínica e um pronto-socorro, que é do município, as pessoas simplesmente vão morrer na rua, porque não têm aonde ir. Pois existe o Hospital Presidente Vargas também, mas em todos os outros, hoje, só entra quem paga na porta. Pode estar morrendo; não interessa. O sujeito morre na porta, enquanto não deixar um cheque, uma caução. Ora, então um hospital de clínicas se transformou realmente em único local, a que as pessoas podem acorrer. No meu ponto de vista, nesse aspecto, a universidade está cumprindo um relevante papel para com a sociedade. Porque é ela quem vem atendendo, basicamente, a população que antigamente acorria aos hospitais do Inamps e que foram desaparecendo, fechando, inexistindo. Então, me parece que aí não é uma área em que se deveria reduzir custos.

Agora, para ficar no meu estado, nunca entendi por que com uma distância de 50km existem duas universidades federais, em Rio Grande e Pelotas? Por que não existe uma única universidade, com uma única administração, com um planejamento melhor dos cursos? Isto não foi criado pelos professores nem pela sociedade gaúcha. Isso foi criado recentemente. O caso da FURG, quando o Governo Federal assumiu a Fundação da Universidade do Rio Grande, relativamente recente, se comparada com Pelotas é a mesma coisa. Parece-me que esses casos não é culpa, aqui, do Congresso Nacional. Acho que o Governo, se ele tomasse medidas nesse sentido, teria o apoio da nossa parte. No último depoimento, aqui, tivemos uma constatação — e inclusive critiquei — de que na universidade, até colocado com uma grande denúncia, milhares de pessoas foram legalizadas, a sua situação funcional, a partir

de greves ou mesmo com a Constituição de 88. Eu levantei que a pergunta primeira não deveria ser essa. Deveria ser: Como as pessoas entraram?

Fui estudante na década de 60, início dos anos 70 também, e me lembro que os estudantes e os professores reagiam, criticavam e brigavam contra o que estava acontecendo na universidade naquele período, em que ninguém mais fazia concurso; as pessoas entravam simplesmente, porque se davam bem com o Governo, com o reitor e etc., na forma do contrato, na forma do professor horista. O "sujeito" colocava o pé ali dentro, ia ficando, ficando, daí um pouquinho já consolidava alguma coisa, surgia uma greve, um movimento e já legalizava a metade daquela turma, daí um pouquinho legalizou todo mundo. Então, acho que a constatação que tem que se fazer é que essas questões ou essas distorções tiveram responsabilidades, como têm hoje. E quando se critica hoje a universidade porque faz algumas coisas que não deveria, o que restaria, por exemplo, do projeto CIAC, que é deste Governo, do Governo atual, que quer dar casa, comida, roupa lavada, assistência psicológica, médica, dentária, etc., distorcendo completamente o papel específico da educação. Se a universidade gasta mal com o restaurante universitário, porque também está se duplicando gastos hoje. Mas, diriam: a população do primeiro grau é carente. Pois bem, mas temos que resolver essas questões da carência, do desemprego, com outras medidas. Mas não é resolver isso com a educação. E esta aventura — e quero frisar a aventura do CIAC — vai custar esse ano ao País mais de um trilhão de cruzeiros, mais de um bilhão de dólares, e se ele for aplicado, se for executado no orçamento desse ano. Essas medidas são equivocadas, e deveriam ser evitadas. Concordo integralmente com a sua avaliação do crédito educativo. Por sinal a nossa bancada foi a única que tentou impedir, no finzinho do ano aí, que se fizesse essa transferência. Sabemos de onde sai o dinheiro. De novo, saiu do MEC, de novo, saiu da escola pública, das escolas técnicas federais, que foram contingenciadas e não receberam o seu orçamento, e 33 bilhões de cruzeiros foram repassados, ao apagar das luzes do ano passado, com complementação orçamentária de recursos que deveriam ter sido aplicados. Então, me parece que algumas dessas questões têm responsabilidades precisas, hoje, e, ao mesmo tempo acho que teríamos aqui condições, pois estamos bastante abertos, ao menos na Comissão de Educação. O Deputado do PTB também, Solon Borges dos Reis, que participa da Comissão, sabe bem como nós temos uma abertura na Comissão, e daríamos todo um respaldo para medidas que viessem a aumentar autonomia da universidade, a sua gestão plena pela comunidade, ampliar as responsabilidades. Porque no momento que o reitor ou que a própria direção tivesse que fazer render os seus duodécimos, a relação com os funcionários, com os professores, seria diferente.

Hoje, se diminui a folha de pagamento, não sobrá nada. Porque do jeito que está a folha de pagamento nas universidades públicas, daqui a um pouquinho os professores vão ter que pagar para trabalhar, porque é impossível reduzir salário. Na universidade federal, 20 horas se recebe 200 mil cruzeiros. Se nós reduzirmos isso, vai sobrar o quê? Acho que podem existir distorções na universidade, na burocracia. Concordo com isso. Mas do jeito que está hoje a universidade, me parece que não é diminuindo o salário do pessoal que vamos resolver o problema. Acho que o problema é que há uma carência de recursos. Não se tem como manter um professor na universidade, hoje, sem salários. No fim, a universidade está sendo um instrumento. Conheço Departamentos na Federal de Porto Alegre que perderam 30%, 40% do seu pessoal mais formado. Todos os doutores, mestres, etc., estão saindo por medo de uma política de aposentadoria, que é uma interrogação, com salários muito rebaixados, e no momento em que poderiam estar na plenitude da sua capacidade de produção intelectual, de contribuir para a escola pública, acabam usando um artifício, enfim, da aposentadoria um pouco precoce, que a lei permite, e vão trabalhar na PUC.

na UBRA, na Unisinos, para engordar os lucros de pós-graduações dessas universidades. O Governo, nesse momento, poderia ser um elemento decisivo para essas mudanças, se essas questões se transformassem em projeto de lei, ou até medidas administrativas imediatas que podem ser tomadas.

O SR. EDSON MACHADO DE SOUZA — Deputado, apenas posso lhe dar talvez algumas informações, e fazer um rápido comentário.

Concordo com V. Ex^a Realmente ficamos um pouco perplexos que, dentro do Governo, há pessoas que pensam que estão convencidas da necessidade de ampliar a autonomia das administrações universitárias e, no entanto, não se toma nenhuma iniciativa.

Na realidade não é bem assim. Várias iniciativas foram tomadas. Eu diria que um complicador nesse processo — se estivesse afeto a mim o problema, eu trataria de outra maneira —, mas eu diria que o único complicador desse processo é o fato de termos já há três anos tramitando nesta Casa o projeto da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Pelo menos até março de 1990, enquanto estive no Ministério da Educação, havia sempre uma certa hesitação por parte dos sucessivos ministros que passaram por aquela Casa, quanto à oportunidade, à conveniência de tomarem iniciativa de enviar para o Congresso Nacional algum projeto de lei tratando dessa questão, sabendo que estava em discussão na Casa um projeto da LDB, ou seja, a idéia de que a autonomia das universidades oficiais pudesse ser adequadamente tratada no contexto da legislação de Diretrizes e Bases. Houve sempre essa espécie de jogo de espera, isto é, enquanto o Congresso Nacional não aprova a LDB, o Poder Executivo não toma iniciativa. Se me estivesse afeto o problema, tomaria iniciativa.

No momento, como está esse quadro?

No âmbito do Ministério da Educação, o Ministro José Goldemberg, com os seus auxiliares, está adotando uma série de providências para operacionalizar medidas que tendem a reforçar a autonomia da universidade e que independem de qualquer procedimento legislativo. São medidas administrativas, internas, que podem ser adotadas e que, de certa forma, vão reforçar a idéia da autonomia de gestão das universidades oficiais.

Por outro lado, paralelamente a isso, sei que o Ministro José Goldemberg já determinou à sua equipe que aprofunde a análise do projeto, em curso na LDB para saber até que ponto o projeto dá as respostas adequadas.

Finalmente, há a iniciativa, no contexto do Emendão, de proposta de uma emenda constitucional especificamente para abrir e detalhar o art. 207 da Constituição Federal, portanto, explicitar melhor o princípio da autonomia. Há algumas iniciativas em curso que tendem a desembocar fatalmente em algumas medidas que vão fortalecer o princípio da autonomia.

Seguramente, Deputado, haverá reações a esse movimento em direção à autonomia, ou seja, há quem dentro da comunidade universitária não a queira. Por exemplo, as corporações, as associações de docentes e de funcionários, percebendo o que pode a autonomia significar, não necessariamente, tendem a rever a questão do Regime Jurídico do Pessoal das Universidades. Aparentemente, há uma série de indicações no sentido de que a autonomia pretendida é incompatível com a permanência do atual Regime Jurídico de Pessoal das Universidades. Isso vai desencadear um processo de reação muito forte, porque não é do interesse das corporações sair fora do Regime Jurídico Único. Isso é um fator agravante. Haverá outras reações no que concerne à autonomia da gestão financeira e econômica da universidade; sabidamente, com uma maior autonomia administrativa, as universidades poderão também administrar melhor os contratos e os convênios que geram recursos próprios para as universidades

Há uma corrente ideológica que considera que isso é uma forma de o Estado retrair-se, sair do financiamento da universidade para forçá-la a captar recursos. Esse processo acabaria por subornar a universidade aos interesses dos grandes grupos econômicos. Há uma resistência de natureza tipicamente ideológica, conceitual.

O SR. PRESIDENTE (Sólon Borges dos Reis) — Estou eventualmente na Presidência, porque não faço parte da Mesa desta Comissão. Por isso, fiquei impedido, na oportunidade, de comentar e participar do debate. Teria muitos pontos a colocar; no entanto, não vou acrescentar nada, porque já foi fecunda a exposição do Dr. Edson Machado, alimentada pelas questões levantadas pelos Senadores João Calmon, Chagas Rodrigues e pelo Deputado Raul Pont. Realmente, a temática desenvolvida por ele foi feita com muita propriedade — não acrescento nada de novo —, com muita lucidez, com domínio sobre o assunto e com muita atualidade. Muitas perspectivas de mudança se vêem no depoimento do Secretário de Ciência e Tecnologia.

Subscribo praticamente quase tudo, embora muitos itens gostaria de examinar em comum, mas é inviável, devido ao adiantamento da hora. Aqui às terças, quartas e quintas-feiras, na parte da manhã não dispõe de muito tempo. Por isso, deve-se contar até dez, ou até cem antes de inventar algo novo, porque não dá para fazer tudo ao mesmo tempo. Aqui, há muito trabalho para quem quer trabalhar. É uma pena.

Congratulo-me com o Dr. Edson Machado pelo seu depoimento, que será depois difundido, como os demais, porque é um desperdício limitar esse usufruto, essa experiência, esse conhecimento em uma tese muito atual, em uma documentação que reuni e que se encontra à disposição de quem quiser examiná-la. É quase o óbvio. Pode-se comprovar, desde a Independência até hoje, que todas as gerações do Brasil se queixaram da escola do seu tempo. Conforme V. Ex^a disse, é bom que isso ocorra, caso contrário, o conformismo seria um desastre.

Os resultados da obra da Educação não se vêem a olho nu e não se produzem imediatamente, reclamam tempo. Avaliar, agora, a meu ver, é um pouco arriscado. Quem sabe futuramente poder-se-á fazer uma avaliação, mas é preciso debater. Conforme já o disse, há muito para se fazer aqui, mas não vou fazê-lo; apenas um lembrete no sentido da autonomia nas despesas das universidades.

Em São Paulo, as universidades do Estado — são em número de três — recebem um percentual da arrecadação do ICMS e gastam-no como bem entenderem. Isso tem sido também um problema, porque, no caso, não se trata apenas de reivindicar, V. Ex^a vêem a responsabilidade de distribuir esse dinheiro.

Esse Governo aumentou o percentual, mas é um fato que se precisa conhecer quando se trata da matéria. Isso é apenas uma gota d'água. O assunto é oceânico, por isso não vai caber dentro de um dedal.

Congratulo-me com a própria Comissão por termos tido essa reunião e agradeço o seu depoimento e o cumprimento pela forma, pelo conteúdo, pela postura, por essa contribuição magnífica aos trabalhos desta Comissão.

A próxima reunião será na quinta-feira, dia 26, às 10 horas.

Se tudo for conforme está previsto, deverão fazer exposição o professor Edmundo Campos Coelho, e o Ministro Homero Santos, do Tribunal de Contas da União.

Está encerrada a reunião.

Data: 26-3-92 — Hora: 10h23min

Convidados: Homero Santos — Hugo Napoleão — Murilo Resende — Edmundo Campos.

O SR. PRESIDENTE (Sólon Borges dos Reis) — Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da comissão.

Peço ao Ministro Homero Santos que proceda ao juramento, nos termos regimentais.

O SR. HOMERO SANTOS — “Juro, como dever de ~~confiança~~ ^{confiança}, dizer toda a verdade, nada omitindo que seja do meu conhecimento, sobre quaisquer fatos relacionados com investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise na universidade brasileira.”

O SR. PRESIDENTE (Sólon Borges dos Reis) — Da nossa Ordem do Dia consta agora ouvir — o que faremos com grande prazer e proveito, estou certo — o Ministro Homero Santos, que já honrou esta Casa no desempenho, durante vários mandatos consecutivos e fecundos, na função de Deputado Federal para Minas Gerais. Tem a palavra o Ministro Homero Santos.

O SR. HOMERO SANTOS — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O tema que pretendo oferecer a esta importante Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada para investigar a crise na universidade brasileira, não poderia ser outro senão o de registrar, nos Anais deste eficiente sistema de investigação congressual, as observações e considerações que fiz sobre os recursos orçamentários e financeiros destinados à Educação e Cultura no âmbito da União, na oportunidade em que apresentei o relatório e parecer prévio sobre as Contas do Governo da República de 1990.

Atualmente, ninguém mais duvida do valor, da natureza, do papel e da função das CPIs como instrumento de ação política e indispensável meio de controle do Legislativo sobre o Executivo. Aliás, nunca consegui fazer distinção entre as CPIs, e o próprio Congresso Nacional, uma vez que elas são, por assim dizer, as mais legítimas emanações do Legislativo. Através delas é que determinados fatos políticos e administrativos do País são conhecidos, debatidos e resolvidos. Até porque, se, algum dia, se disse que as chamadas CPIs não davam em nada, o mesmo já não mais se poderá dizer. Afinal, tais inquéritos promovidos pelo Parlamento passaram a ter, nos últimos tempos, autênticas funções institucionais do controle exercido pelo Poder Legislativo.

Em vista disso, já que não foi nem poderia ser por qualquer outra espécie de subordinação ou obrigatoriedade, é que aceitei, pronta e prazerosamente, o convite formulado pelo eminente Senador João Calmon e, posteriormente, referendado através de ofício do Deputado Eraldo Tinoco.

Embora, se não existisse razão maior, bastaria a honra de ser um ex-integrante deste nobre Congresso — pois aqui estive durante quase vinte anos exercendo o mandato —, como afirmou, há pouco, o Presidente desta reunião, representando o Estado de Minas —, para vir aqui hoje trazer uma modesta colaboração ao desenvolvimento dos trabalhos desta CPI, que, com certeza, está incluída dentre as mais relevantes investigações parlamentares em curso na atual legislatura. E o faço com viva satisfação, não só para exaltar os ilustres membros desta CPI, presidida pelo digno Deputado Eraldo Tinoco, como também para corroborar e contribuir para o estreitamento e aperfeiçoamento das relações do TCU com o Congresso Nacional, do qual a Corte de Contas é um órgão auxiliar.

Antes de tudo, porém, devo ressaltar que pretendo expor alguns dados e considerações extraídas da recente experiência de Relator das Contas do Governo de 1990.

Como se sabe, a Constituição estabelece a obrigação do Presidente da República, de acordo com o art. 84, item XXIV, de prestar anualmente ao Congresso Nacional, dentro de 60 dias após a abertura da Sessão Legislativa, as contas referentes ao exercício anterior. O TCU tem o dever de apreciá-las, de acordo com o art. 71, item I, da Constituição, mediante parecer prévio, no mesmo prazo, a contar de seu recebimento.

Ao Congresso Nacional, no entanto, é atribuída a competência exclusiva para julgá-las, consoante dispõe o art. 49, inciso IX, da vigente ordem jurídico-constitucional, salvo se não apresentadas, quando então passaria à Câmara dos Deputados

para proceder à tomada propriamente dita de tais contas, de acordo com o art. 51, item II.

Aliás, aqui convém fazer uma observação. Muitos pensam que o Tribunal de Contas da União aprova as Contas do Governo, quando não. O Tribunal de Contas da União apenas dá um parecer às contas do Governo, dizendo ao Congresso Nacional se poderão ser ou não aprovadas. E é o que o Tribunal tem feito.

Notei, durante este relatório, que há um pequeno vício, uma praxe que precisava ser modificada. Quando se termina o relatório, costuma-se dizer: "O Tribunal de Contas da União considera aprovadas as contas do Governo. Isso é um erro. Infelizmente, tentei mudar, mas não consegui. Espero que o novo Relator, Ministro Paulo Afonso, agora o consiga, pois não aprovamos as contas do Governo, apenas damos um parecer ao Congresso Nacional, o único competente para julgá-las e aprová-las.

É certo que esse julgamento por parte do Poder Legislativo configura muito mais um controle político da administração e das finanças públicas do País do que rigorosamente a verificação da legalidade, legitimidade e economicidade na aplicação e gerenciamento dos dinheiros, bens e valores públicos, já que o julgamento da regularidade das contas dos administradores públicos e demais responsáveis por órgãos e entidades da União, inclusive das universidades federais, é realizado permanentemente pelo TCU, mediante tomadas e prestações de contas dos ordenadores de despesas e demais dirigentes públicos, de modo a evidenciar a moralidade e a conformidade dos atos de gestão com as normas legais, com os planos e programas de governo e com os salutar princípios de administração contábil, financeira e orçamentária.

Aliás, isso deve ser sempre lembrado. A prestação de contas anual do Presidente da República, nos exatos e precisos termos das disposições constitucionais, legais e regimentais, não tem o significado de julgamento ou tomadas de contas, para que se possa apurar responsabilidade, alcance, desvio, corrupção ou malversação de recursos públicos, ou para que se aplique sanções, multas ou outras espécies de penalidades e condenações previstas em lei.

O exame das contas do Governo da República por parte do TCU e o seu julgamento a cargo do Congresso Nacional, na concepção predominante, constitui, na verdade, uma avaliação global dos gastos públicos e uma apreciação do desempenho de máquina administrativa.

Ao relatar, portanto, as Contas do Governo relativas ao exercício de 1990, que foram publicadas no *Diário Oficial da União* de 18-7-91, na Seção Primeira, nas páginas 14.277 a 14.350, tive o ensejo de alertar, utilizando-me de demonstrativo da despesa realizada por funções, conforme quadro que consta deste relatório, que, em relação ao exercício de 1989, dez funções apresentaram, em 1990, decréscimos percentuais na participação dos gastos, sendo que, dentre as de maiores variações negativas, encontrava-se a função "Educação e Cultura": — 2,23%.

Coloco aqui, Sr. Presidente, um quadro demonstrativo das despesas realizadas por funções durante o ano de 1990.

Na mesma ocasião, ainda sobre o tema, ressaltai, no tocante à Educação, que o art. 212 da Constituição Federal estabelece que a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, e que o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determina que, nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição, o Poder Público desenvolverá esforço, com mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de pelo menos 50% daqueles recursos para erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental.

Naquele exercício de 1990, a bem da verdade, a Administração Pública Federal, embora tenha aplicado, na manutenção e desenvolvimento do ensino, cerca de 18,21%

da receita líquida de impostos, destinou ao ensino superior 61,1%, ficando apenas 1,05% para o ensino fundamental, razão pela qual deixei ilegível que.

“Em que pese ser o ensino superior o sucedâneo para a formação e o desenvolvimento da massa crítica do País, tal concentração de recursos fere o preceito constitucional que assegura prioridade ao atendimento das necessidades do ensino fundamental.”

— § 3º do art. 212 da Constituição Federal.

E evidencia ainda a inobservância do preceito contido no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Com efeito, dispõe o art. 212 da Constituição Federal:

“A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida, na forma da lei, pelas empresas, que dela poderão deduzir a aplicação realizada no ensino fundamental de seus empregados e dependentes.”

Como se não bastasse a previsão contida no § 3º do artigo acima transcrito, os novos Constituintes — e, neste particular, peço licença para fazer uma especial referência ao Senador João Calmon, e aos Constituintes Álvaro Pacheco e Osvaldo Coelho —, preocupados com a grave crise por que passa a educação no País e objetivando erradicar o analfabetismo e diminuir a evasão escolar, incluíram no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o art. 6º, que diz:

“Nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição, o poder público desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de, pelo menos, 50% dos recursos a que se refere o art. 212 da Constituição, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental.”

Verifica-se, portanto, que, em matéria de recursos orçamentários, sua destinação, aplicação e execução, as contas anuais do Governo constituem excelentes mecanismos de acompanhamento e análise, principalmente depois de todas as inovações constitucionais sobre política e diretrizes orçamentárias, com ênfase maior para a LDO — Lei de Diretrizes Orçamentárias, que representa a principal forma de integração entre os Poderes Executivo e Legislativo, em matéria de política fiscal, fixação de metas, prioridades a serem seguidas e controle dos gastos públicos.

Dentro dessa nova sistemática e com a integração dos orçamentos fiscal, de investimentos e da seguridade social, a Lei Orçamentária anual reflete o comportamento da receita e dos dispêndios da União, sendo tecnicamente tudo transplantado para as contas do Governo, tanto que, como salientado no relatório sobre as contas do Governo, todas as LDO passaram a prever que a prestação de contas anual da União incluirá relatório de execução, com a forma e detalhes apresentados na lei orçamentária.

Isso significa dizer que as contas do Governo passaram a proporcionar uma apreciação da totalidade do universo das receitas e das despesas, procurando comparar o previsto com o resultado, relativamente aos três orçamentos acima de tudo, verificar o cumprimento das vinculações previstas na Constituição, como, por exemplo, para a manutenção e o desenvolvimento do ensino.

Entretanto o Executivo não vem cumprindo integralmente essas previsões, dependendo a maior parte das suas dotações destinadas à educação e cultura com o ensino superior, embora, teoricamente, continue o ensino fundamental como prioritário sobre os demais níveis de ensino.

Essa situação, constatada nas contas do Governo e nos próprios dados fornecidos pelo Departamento do Tesouro Nacional, segundo estou informado, já teria provocado, mediante a iniciativa do Conselho Nacional de Secretários de Educação e do ilustre Oswaldo de Souza Coelho, a propositura de ação direta de inconstitucionalidade por omissão, perante o Supremo Tribunal Federal, quanto ao cumprimento anual do citado art. 60 do ADCT.

Por outro lado, não se defende pura e simplesmente a diminuição dos recursos atualmente alocados ao ensino superior, com vistas à elevação daqueles destinados ao ensino fundamental, nem se pode acreditar que uma coisa esteja relacionada com a outra. O ideal, como releva o trabalho sobre as origens do art. 60 do ADCT, solicitado pelo eminente Senador João Calmon, seria que os 50% dos recursos do art. 212 incidissem sobre todas as contas relacionadas naquele artigo.

Dessa forma, se houvesse aumento da arrecadação do salário-educação e do aporte de outras fontes, seria possível, no plano federal, respeitar integralmente o art. 60, sem prejudicar o ensino superior. Ou seja, o Governo Federal poderia ampliar os recursos para o ensino fundamental, inclusive alfabetização, e manter os do ensino superior.

Aliás, na tentativa de desmontar o volume de recursos com o ensino universitário, procurei relacionar os gastos orçamentários previstos para cada universidade no exercício de 1990.

As comparações e análises que se queiram fazer demonstram claramente a grande variação de verbas entre as universidades federais. O quadro a seguir apresentado confirma a disparidade dos recursos orçamentários e financeiros, retratando as despesas das universidades federais.

Apresento aqui, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, um quadro em que focalizo, no ano de 90, as verbas recebidas pelas universidades no País.

Posso, a título apenas de colaboração, dizer que há uma diferença muito grande entre esses dados e os de 89; bem como já tive algumas informações de que haverá também uma diferença muito grande com relação a 91.

Todas as pessoas envolvidas com essas questões são capazes de reconhecer que não resta muita flexibilidade de recursos, salvo a tão decantada racionalização dos custos e das despesas com o pessoal.

Por outro lado, o ideal seria que as dotações orçamentárias fossem baseadas em critérios transparentes e preestabelecidos, tais como: qualidade do ensino ministrado; proporção vinculada ao número de aluno, professor e funcionário; comprometimento com a execução de projetos destinados à ampliação de vagas e à melhoria do ensino, pesquisa e extensão; bem como a racionalização dos custos e das despesas de pessoal e de custeio.

Outrossim, não se pode perder de vista que as universidades brasileiras constituiriam, apesar da lamentável situação em que se encontram, um patrimônio fundamental para o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Na verdade, pela própria relação apresentada, percebe-se que as atuais universidades federais localizam-se nas grandes regiões urbanas, notadamente capitais. Assim, pode-se afirmar que apenas essa constatação, por si só, retrata a necessidade da interiorização do ensino superior, auspiciosamente prevista no art. 60, parágrafo único, da Constituição Federal e que, certamente, evitaria, como tão bem sustentado pelo eminente Deputado Osvaldo Coelho, que as populações interioranas fossem forçadas a migrar para as capitais.

Segundo o ilustre parlamentar:

"A interiorização do ensino superior é, portanto, meta a ser atingida com a maior brevidade possível, a fim de adequar as universidades ao papel que devem desempenhar, dentro da moderna concepção de serem elas instrumentos a serviço de toda a Nação e não apenas dos privilegiados que, por um acidente geográfico ou às contas de enormes sacrifícios, tenham acesso ao ensino superior."

Ora, se a educação é reconhecidamente fator de transformação social, cabe a todos, por dever cívico e patriotismo, o empenho para que se multipliquem e aprofundem as análises das estruturas das condições de manutenção e desenvolvimento do ensino, em especial da administração universitária rumo à reformulação estrutural e à avaliação das universidades brasileiras, dentro do binômio "expectativa da sociedade e presença do Estado".

Finalizando estas minhas palavras, apesar de admitir que o Brasil passa pela pior crise da história do ensino do País, não ousaria analisar as razões desse descompasso e nem teria uma proposta de desenvolvimento organizacional para universidades que ainda conservam valores positivos.

Não cabe ao Tribunal de Contas da União dizer como priorizar o ensino fundamental, como erradicar o analfabetismo ou diminuir a evasão escolar, muito menos analisar os motivos desse comportamento histórico de se concentrarem mais recursos para o ensino universitário. Cabe, sim, como procurei fazer nas contas do Governo, e faço nesta oportunidade, por uma especial deferência da Comissão Parlamentar de Inquérito, explicitar em pronunciamento a destinação, o comportamento e a execução dos recursos orçamentários e financeiros destinados à educação e à cultura no âmbito do Governo Federal.

Assim, ainda que havendo muito que dizer, é tempo de concluir, e, mais uma vez, agradecer a honra do convite, repetindo, como em outras oportunidades, T. S. Eliot: "não vim para explicar, vim somente para dizer aquilo que já sabia".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sólon Borges dos Reis) — Tem a palavra o relator, Senador João Calmon.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Sr. Presidente, eminente Sr. Ministro Homero Santos:

Preliminarmente, gostaria de fazer uma retificação de interesse histórico sobre a paternidade deste art. 60 das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição.

O eminente Ministro Homero Santos declara, na pág. n° 4, o seguinte:

"Como se não bastasse a previsão contida no § 3º do artigo acima transcrito, que é o art. 212 da Constituição — neste particular peço licença para fazer especial referência ao Senador João Calmon e aos Constituintes Hermes Zanetti e Osvaldo Coelho, preocupados com a grave crise por que passa a educação

no País, e objetivando erradicar o analfabetismo e diminuir a evasão escolar, incluíram no ato das Disposições Constitucionais Transitórias o art. 60, cujo texto é conhecido.”

Por dever de consciência, desejo esclarecer que a iniciativa ao art. 60 partiu do ex-Deputado Hermes Zaneti, Professor e admirável batalhador da causa da educação. O texto original do Deputado Hermes Zaneti era apenas uma manifestação de intenção.

O texto era o seguinte:

Nos dez primeiros anos após a promulgação da Constituição, o poder público, com a colaboração dos setores organizados da sociedade, envidará esforços para a erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental.”

Era, portanto, apenas uma manifestação de intenção, sem referência a percentuais. Coube ao Deputado Osvaldo Coelho a iniciativa de apresentar uma emenda alterando esse texto e inserindo a obrigatoriedade da destinação de 50% dos recursos a que se refere o art. 212 ao texto da Constituição, para essas duas finalidades: erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental.”

O nobre Presidente desta CPI, o Presidente em exercício, Deputado Sólou Borges dos Reis, que é um veterano, admirável, inextinguível lutador da causa da educação, acompanhou de perto e participou, apaixonadamente, desse debate. Os Constituintes que representavam a tendência mais esquerdista da Constituinte procuraram derrotar a emenda do Deputado Osvaldo Coelho. E depois de um pronunciamento memorável do Deputado Florestan Fernandes, este grupo conseguiu, em termos de votos, uma vitória, com a intenção, obviamente, da eliminação do trecho inserido pelo Deputado Osvaldo Coelho no art. 60. Entretanto, como é sabido, para a modificação do texto do Deputado Osvaldo Coelho, seria necessária a maioria qualificada e o grupo conseguiu apenas maioria simples; conseguiu maior número de votos, mas não a maioria qualificada. Então, permaneceu o texto da emenda do Deputado Osvaldo Coelho, texto que foi inserido no texto de responsabilidade do Deputado Hermes Zaneti.

A clareza do dispositivo constitucional é meridiana, é absolutamente incontestável; e o nobre deponente já deixou evidenciado que não há possibilidade de qualquer outra interpretação; é necessário apenas cumprir o que determina, com a maior nitidez, a Constituição. Entretanto, não foi essa a disposição do Governo passado. Houve uma tentativa do Deputado Osvaldo Coelho, tentativa válida, de considerar inconstitucional o Orçamento da República que estava sendo discutido. Ponderei ao combativo Deputado pernambuco que, se isso ocorresse, fechariam pelo menos umas dez ou quinze universidades federais; não resolveríamos o problema do ensino fundamental e da erradicação do analfabetismo com o fechamento sumário de uma universidade. Entretanto, ele reagiu porque é um lutador incansável e se manteve firme na defesa do seu ponto de vista. Então, ao Professor Edson Machado Coelho, que era então Diretor do Ensino Superior do MEC, expus-lhe a extrema gravidade do problema e lhe pedi um pronunciamento enfático sobre as conseqüências da aplicação imediata do texto do art. 60, das Disposições Transitórias. O Professor Edson Machado Coelho enviou documento à Comissão Mista de Orçamento, que tive oportunidade de ler, em que foi dramático, e declarou que, se fosse cumprido imediatamente o texto do art. 60 das Disposições Transitórias, seria colocada em risco até mesmo a paz social, com as conseqüências, inevitáveis, do fechamento imediato de tantas universidades.

O Deputado Osvaldo Coelho, que tem uma sensibilidade invejável, não quis levar às últimas conseqüências a sua luta naquela etapa. Entretanto, como lutador

incansável na causa da educação, ele enviou uma representação, um recurso ao Procurador-Geral da República e não ficou só neste esforço. O Conselho Nacional da Secretária de Educação, CONSELE, também impetrou recurso semelhante e o Procurador-Geral da República acolheu as razões de inconstitucionalidade do orçamento e fez subir os autos, como era do seu dever, à apreciação do Supremo Tribunal Federal.

Eu me senti no dever de prestar esse esclarecimento, porque realmente sou autor do texto do art. 212 da Constituição, na parte referente ao percentual mínimo da receita de impostos federais, estaduais e municipais para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Entretanto, o autor dessa iniciativa foi o Deputado Osvaldo Coelho. Quero apenas deixar claro esse ponto.

O SR. HOMERO SANTOS — Se V. Ex^a me permite, agradeço para dizer como é bom e importante estar presente no Congresso Nacional, ainda mais participando de uma reunião como esta. Todos nós conhecemos V. Ex^a e o Brasil inteiro conhece o homem que durante muitos anos se dedica à causa de educação. V. Ex^a deve estar há trinta anos no Congresso Nacional, onde eu fiquei durante quase vinte e sempre pude testemunhar a dedicação de V. Ex^a, que hoje me ensina, mais uma vez, alguma coisa sobre o problema educacional brasileiro.

O SR. JOÃO CALMON — Apenas presto o esclarecimento, para fixar bem o papel de extraordinário relevo desempenhado pelo Deputado Osvaldo Coelho nesta batalha de destinação de recursos prioritariamente para a erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental.

Além de agradecer a generosa referência, devo lembrar que, pelo menos em termos de posição nesta mesa, à minha esquerda, há um parlamentar muito mais importante, muito mais antigo, muito mais obstinado na luta pela Educação, o Deputado Federal Sólton Bórges dos Reis, veterano mestre, líder do magistério em São Paulo e que realizou uma obra notável nesta área da educação, merecedor de todo crédito e de todas as nossas homenagens.

A dificuldade que estamos encontrando, Ministro Homero Santos, é realmente extraordinária. Não podemos cumprir imediata e instantaneamente esse artigo porque o colapso das universidades seria inevitável; mas não podemos ignorar o que determina a Carta Magna. É necessário travar essa batalha, e o Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar do Congresso Nacional, conforme V. Ex^a destacou, já cumpriu o seu dever com relação ao orçamento de 1990. Mas estamos aqui, não com armas ensarilhadas; continuamos na batalha, o Deputado Sólton Bórges dos Reis, eu e tantos outros parlamentares que se interessam pelo problema mais importante do Brasil.

Eu, por exemplo, tomei iniciativa de apresentar uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias, obrigando o Presidente da República a enviar ao Congresso, juntamente com a proposta de orçamento do ano seguinte, uma demonstração circunstanciada de como foi cumprida essa proposta, o art. 60, das Disposições Transitórias.

Como era de se esperar, a tecnocracia, sempre vigilante, sugeriu ao Presidente da República que vetasse esse artigo, que foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento e pelo Plenário do Congresso Nacional. O veto não foi derrubado pelo Congresso Nacional. No ano seguinte ataquei de novo. Apresentei uma nova emenda e, desta vez, a tecnocracia na área econômico-financeira cochilou e não recomendou ao Presidente da República o veto, e foi incorporado este artigo à Lei de Diretrizes Orçamentárias. Foi enviado para cá um documento, não aceitável, porque é um amontoado de sofismas, e, na realidade, continua a ser desrespeitado o art. 60 das Disposições Transitórias. V. Ex^a, em magistral parecer, já destacou que apenas 1,5% está sendo destinado ao ensino fundamental e à erradicação do analfabetismo, ao invés de 9%, 50% de 18%, enquanto o ensino superior recebeu 61,1%.

Pareceu-nos fundamental a convocação do Relator do Orçamento de 1990 porque depois foi aprovado outro orçamento, o de 1991, e foi aprovado o orçamento de 1992. E ambos estão violando o que determina, com a maior nitidez, o art. 60 das Disposições Transitórias.

Como V. Ex^a foi um brilhante parlamentar e hoje integra o Tribunal de Contas da União, continua ligado à Casa que tanto honrou durante 20 anos. Gostaria de formular esta pergunta concreta: como será possível alterar esse quadro se o cumprimento do artigo iria, sem dúvida, provocar o fechamento das universidades?

O problema, entretanto, é muito mais grave, porque embora as universidades tenham recebido 61,14% dos recursos referidos pelo art. 212 da Constituição Federal e art. 60 das Disposições Transitórias, elas estão atravessando a mais grave crise da sua história. E esta CPI foi instalada com este objetivo: estudar as causas da crise da universidade brasileira. O desrepeito à Constituição não solucionou o problema das universidades. Estamos aqui ouvindo os mestres da Educação brasileira, e cada um presta um depoimento mais impressionante. Outro dia, graças à sensibilidade de um jornalista aqui presente, fui entrevistado sobre esta CPI pela Voz do Brasil e tive oportunidade, sem querer lançar mão do humor negro, porque estamos aqui diante de uma enorme preocupação, estamos aqui procurando fazer um diagnóstico da universidade brasileira para evitar que essa crise se agrave mais.

Entretanto, o que nos preocupa, neste momento — para falar com a maior seriedade —, é que não basta o diagnóstico; obviamente é necessária a terapêutica, e, se esse quadro continuar como está, o diagnóstico será logo seguido do necrológico da universidade brasileira. Não há uma solução à vista; o orçamento não passa de uma peça de ficção; aprovamos um orçamento que é uma peça, infelizmente, apenas autorizativa; e o presidente do ano anterior contingenciou, se não me engano, pouco mais de 70% da verba do orçamento. Este ano não houve esse contingenciamento; entretanto, foi mudada a sistemática do orçamento sob a ótica do Poder Executivo, e as verbas são liberadas de três em três meses, variando de acordo com a arrecadação de impostos no período. Então é humanamente impossível fazer qualquer planejamento não apenas nas universidades, mas também em outras áreas.

O quadro é angustioso. Gostaria de fazer a minha única pergunta ao eminente depoente, com a sua experiência de parlamentar, com a sua experiência de ministro do Tribunal de Contas: se vê alguma saída, alguma solução que possa evitar a eclosão de uma crise sem precedentes. Temos ouvido aqui depoimentos das autoridades mais importantes da área educacional, inclusive da área universitária e o quadro é realmente aterrador. Esta é a única pergunta: com a sua experiência de parlamentar e de ministro do Tribunal de Contas, V. Ex^a vê algum caminho para evitarmos o pior ou devemos apenas cruzar os braços e esperar pela decisão do Supremo Tribunal Federal (quando ocorrer, e, às vezes, demora muito, porque a massa de recursos pendentes de decisão do Tribunal é muito volumosa), estaremos chegando a uma situação que representaria, sem dúvida nenhuma, uma catástrofe? Esta a pergunta.

O SR. HOMERO SANTOS — Agradeço ao eminente Senador as referências ao nosso trabalho. Com relação à pergunta, esclareço que nós, no Tribunal de Contas da União, a cada ano — conforme afirmei — apenas fazemos a apreciação das contas que são apresentadas. O que pude fazer, durante esse período, foi apresentar esse relatório das contas de 1990, que está aqui no Congresso Nacional para ser apreciado e julgado. Sempre acreditei no Congresso Nacional e sei que o Congresso sempre encontrou as melhores soluções para os graves problemas brasileiros. No momento, tramita no Senado Federal proposta de Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, que está sendo votada — foi votada, se não me engano — pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, irá agora ao Plenário e, posteriormente, à Câmara dos

Deputados, quando o Tribunal terá elementos para colaborar ainda mais com o Congresso Nacional.

A resposta que posso dar a V. Ex^a é que não tenho a solução do problema, mas tenho a esperança de que o Congresso Nacional, que possui homens como V. Ex^a, como nosso querido Deputado Sólon, Senador Hugo Napoleão, Murilo, que são homens interessados e imbuídos dos melhores propósitos, irá encontrar, inevitavelmente, a grande solução para esse problema que, realmente, é afilitivo.

É o que eu poderia dizer a V. Ex^a neste instante.

O SR. JOÃO CALMON — Continuaremos mobilizados.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Sólon Borges dos Reis) — Tem a palavra o Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Sr. Presidente, eminente depoente:

Infelizmente, o Congresso Nacional trabalha de maneira difusa, mormente nos últimos tempos. Todos nós temos inúmeras obrigações marcadas para o mesmo horário. Agora mesmo o Presidente pediu-me que o substituísse e eu o faria com muita honra, mas estamos na iminência de votação de nome de embaixadores no plenário do Senado Federal e estou realmente de braços com essa dificuldade; não poderia deixar jamais de vir aqui, sobretudo para ouvir o depoimento do Ministro Homero Santos — mas, infelizmente, pelas razões já expostas, não tive a oportunidade de chegar antes; tive a oportunidade de ler o seu depoimento, e gostaria de comentar um dos aspectos, que é aquele que o Senador João Calmon vem, efaticamente, afirmando, reafirmando, confirmando, ratificando e dizendo a gregos, troianos, guelfos e gibelinos — é a questão da combinação do art. 212 da Constituição Federal, que estabelece que a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, com o art. 60 das Disposições Transitórias, que determina que nos 10 primeiros anos, após a promulgação da Constituição, pelo menos 50% dos recursos devem ser destinados a erradicar o analfabetismo e a universalizar o ensino fundamental, que é, na realidade, o de que o Brasil mais precisa.

Infelizmente, constata o Ministro Homero Santos, com toda a experiência de que é possuidor não apenas na área parlamentar como administrativa e, também, hoje, na colenda Corte de Contas da União, que evidenciou-se que no primeiro ano, embora a União tenha efetivamente aplicado, em 1990, 18,21% da receita líquida de impostos no ensino, e tenha destinado 61,1% ao ensino superior, lamentavelmente — pelas razões que temos verificado aqui — vai de mal a pior não apenas em matéria de recursos a ele destinados mas também em relação ao pagamento de professores; enfim, o problema do funcionalismo da universidade na área de ensino, de pesquisa e de extensão, precisa ser resolvido. Esta equação realmente é difícil. É óbvio que nos interessa o terceiro grau qualificado, mas preocupa-nos sobretudo a inserção desse artigo nas Disposições Constitucionais Transitórias, e sabemos que ela está inviabilizada.

Pediria, então, ao Ministro Homero Santos, que fizesse a gentileza de esclarecer esse ponto. Diz ele que, embora — como afirmei — a União tenha, em 1990, aplicado cerca de 18,21% da receita líquida dos impostos na educação, destinou 61,1% ao ensino superior, restando apenas 1,5 para o ensino fundamental. Somente 1,5? Realmente, não percebi... não seria 39,9% o restante dos 61%? Não percebi esse ponto. É a erradicação do analfabetismo inserida também aí. Apenas 1%. Agora entendi. O que é profundamente lamentável. Não sei como vamos conjugar esses dois incisos.

São outros itens, inclusive, a eliminação do analfabetismo. Aliás, gostaria de dar uma palavrinha a esse respeito e sobretudo...

O SR. HOMERO SANTOS (falando fora do microfone) — No relatório das contas, na pág. 194, cuja fonte é o Departamento do Tesouro Nacional, temos as despesas realizadas no esquema de manutenção e desenvolvimento de ensino. Estão aqui demonstradas.

Administração — 17,5%; Ad. financeira, 1,461%; Planejamento Governamental 0,01%; Ciência e Tecnologia, 0,2%; Telecomunicações, 0,6%. Defesa Terrestre, 0,89%; Serviços de Informações, 0,1%; Educação da Criança (0 a 6 anos), 0,5%; ensino fundamental, 1,5%. São diversos. Há mais, ainda: Ensino Superior, 61,10%, Educação Física e Desportos, 0,1%; Assistência ao Educando, 0,17%; Cultura, 0,17%, Educação Especial, 2,94%; Saúde 2,94%, Proteção ao Trabalhador, 0,26%; Previdência, 8,99%, Pasep, 0,21%, num total geral de 100%. Fonte: Departamento do Tesouro Nacional.

Nos baseamos apenas nessa informação dada pelo Tesouro Nacional. V. Ex verifica, então: Ensino Superior 61,10% e Ensino Fundamental 1,5%.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Isso significa, então, Sr. Presidente, Sr. Relator, Senhores membros da Comissão, que está pulverizado também o volume de recursos no que tange ao disposto no art. 60, das Disposições Constitucionais Transitórias, que realmente não está sendo cumprido.

Agradeço imensamente ao Relator e queria apenas fazer, finalizando, uma observação: a mim não me agrada o termo "erradicar o analfabetismo", e sim "eliminar", embora a Constituição empregue os dois, curiosamente em artigos díspares. Erradica-se a malária. O analfabetismo, embora seja uma doença gravíssima, mas o termo técnico educacional mais adequado acho que seria "eliminação", como encontra-se, realmente, no art. 60 das Disposições Constitucionais Transitórias.

O SR. JOÃO CALMON — Gostaria de aproveitar a oportunidade oferecida pelo Senador Hugo Napoleão para lembrar que no seu Estado, o Piauí, um dos Estados mais pobres da Federação, graças ao apoio que S. Ex^a deu a um padre, o Padre Lira, em São Raimundo Nonato....

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Hoje, Município de Dom Inocêncio.

O SR. JOÃO CALMON — ... foi conseguida a erradicação do analfabetismo. Está lá, inclusive, o nome: Ministro Hugo Napoleão. Foi com a ajuda de S. Ex^a, com a mobilização de esforços comunitários e, por incrível que possa parecer, com recursos até mesmo doados por organizações européias, uma inglesa e outra holandesa, foi conseguida, num dos municípios mais pobres do País, a erradicação do analfabetismo.

Para agravar ainda mais esse quadro, devo lembrar que há um parágrafo esquecido do art. 212, sobre educação e seu percentual, que diz o seguinte:

"Art. 212. Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde, previstos no art. 208, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários."

Na realidade, merenda escolar e livro didático devem ser financiados com recursos não provenientes de impostos. Por exemplo, salário-educação não é imposto, o que também não está sendo cumprido. Nós falamos muito no art. 60, das Disposições Constitucionais Transitórias, mas há outra violação clamorosa, do texto constitucional, com referência ao § 4º, do art. 22.

O SR. PRESIDENTE (Solon Borges dos Reis) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Murilo Resende.

O SR. MURILO RESENDE — Sr. Presidente, houve perplexidade no final das informações do Sr. Homero. S. S^a falou — e parece-me também que o Senador

João Caimon assim entendeu — que este 1% seria dos 9%, quando não e. Na verdade, ele representa menos ainda. Ele é 1% real porque a informação que o Dr. Homero Santos nos dá, no final, o depoente nos dá aí, é importantíssima! Baixou, é de 1%. Estava aqui na ilusão que fosse representar 7% do total dos 18%, e não é. Ele representa, de fato, 1%. É um absurdo! Chega a ser menos de 1%, no fim!

Quando o Senador João Caimon falou que era 1% dos 9%, fiquei satisfeito, achei que ainda havia sido aplicado alguma coisa. Mas não, a informação do depoente é coisa gravíssima! É 1% do total dos 100%.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Sr. Presidente, permita-me apenas mais uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Sólon Borges dos Reis) — Concedo a palavra ao nobre Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — O art. 214, inciso I, fala em erradicação do analfabetismo, e como disse, o art. 60, das Disposições Constitucionais Transitórias fala em eliminar o analfabetismo, em universalizar o ensino.

Eu havia pesquisado, Deputado Murilo Resende, apenas para demonstrar, efetivamente, que não só há dois termos na Constituição, como prefiro o segundo.

O SR. PRESIDENTE (Sólon Borges dos Reis) — Antes de agradecer ao Relator, ao Senador Hugo Napoleão e ao Deputado Murilo Resende, pela contribuição que deram nessa reunião, tão documentada pela oportuna e magnífica palavra do sempre Deputado Homero Santos. E não tendo outra oportunidade para dizer alguma coisa sobre a matéria, vou-me permitir, em poucos minutos, dar também uma modesta contribuição ao que se debateu aqui, mesmo porque não sou Presidente da Comissão, fui Presidente *ad hoc*, mas, como disse o Senador Hugo Napoleão, o Congresso, nas terças, quartas e quintas-feiras, ele trabalha por nove dias: é de manhã, de tarde e de noite. As reuniões se acumulam. Embora isso não se noticie, há simultaneamente reuniões, aqui. Agora mesmo, o Senado está chamando os Senadores para votarem a escolha de embaixadores. E eu saio para uma reunião do IPC, às 11h30min, fora o trabalho no gabinete de cada Parlamentar.

Hoje, tive ocasião, como todos os que aqui estão e os que não estão, de fazer muita coisa. No próprio gabinete, as reuniões se sucedem. Às 14 horas, na Câmara, terei a Procuradoria Parlamentar, que é um órgão novo. De maneira que é um acúmulo que poderia ser mais distribuído ao longo da semana.

Gostaria de dar mais a minha opinião e o fruto da minha experiência, ao longo de uma vida dedicada à Educação. Não considero que no Brasil a Educação seja uma prioridade, salvo a preocupação quase que individual ou de algumas faixas de lutadores de vanguarda, profissionais ou não, como por exemplo, o Senador não é um profissional da educação, mas já faz parte da história da educação no Brasil porque, a partir da luta pela reintrodução na Constituição dos dispositivos que caíram no regime militar, mas que datam das Constituições de 1934 e 1946, teve a glória e tem o crédito de ter incluído na Constituição brasileira essa exigência constitucional de que a União gaste, pelo menos, tanto dos impostos, os Estados, pelo menos tanto, e os Municípios e o Distrito Federal tanto, aumentando sempre, que é também da sua luta, mais o crédito, 18, 25 etc. Alguns Estados aumentaram, São Paulo para 30 e Rio Grande do Sul para 35%.

Mas, a rigor, aí é que está a resposta à preocupação do Senador, do Deputado e do Ministro do Tribunal de Contas da União. A conciliação, a meu ver, salvo outro juízo, que não sei se é melhor ou pior, é perfeitamente viável, desde que a educação passe a ser prioridade governamental número 1.

Temos que reconhecer que um país em desenvolvimento atravessa dilemas sérios, para considerar a educação prioridade nacional número 1, porque os recursos que têm que ser gerenciados são poucos e as necessidades são todas.

É urgente combater as epidemias, as endemias, é urgente promover infra-estrutura, tudo é urgente, tudo é prioritário. Na realidade, entendo que nenhum país tem a escola que quer ter, mas a escola que pode ter, senão a Bazotolândia já teria decretado a solução de sua problemática educacional facilmente.

Penso também que o Brasil pode ter uma escola melhor do que tem, mas a crise em educação sempre existiu e é bom que sempre exista com a convicção de que há uma crise. Tenho levantamento próprio feito ao longo da minha vida para comprovar que desde a Proclamação da Independência até hoje todas as gerações que nos antecederam se queixaram amargamente da escola do seu tempo. Tem que ser assim. Será lamentável que não seja assim, porque os resultados da obra da educação não se vêem a olho nu, e só se manifestam com o tempo. Não vamos desenvolver essa tese. Mas, também se comprova — e todos por assim dizer, sabem, quem quer que se interesse pela matéria, que esse fenômeno é universal. Os Estados Unidos — temos documentação atual —, no Japão, com toda a sua glória econômico-financeira de potência, na Alemanha e na Itália.

Sempre ouvi dizer, desde criança, que o Brasil estava à beira do abismo. Mas, também, que o Brasil, sendo maior do que o abismo, não teria o risco de lá cair. Mas é preciso cuidado, porque o abismo crescendo, se o Brasil não crescer, pode cair.

O problema é que o MEC, nesse caso da Disposição Transitória de nº 60, não é o responsável no Brasil pelo ensino fundamental. O MEC tem cuidado do ensino superior, está aí o documento e mantém o ensino técnico, que é de qualidade. Embora todos se queixem da qualidade do ensino no Brasil — não conheço nenhuma definição de qualidade — no meu livro *A Crise Contemporânea da Educação* — está esgotado, mas foi publicado em 1978, procurei definir a qualidade em três aspectos: a qualidade filosófica da educação, que é principal, educar para que os aspectos sócio-econômicos e o rendimento pedagógico, que é o mais epidérmico, mas é o que impressiona a opinião pública leiga.

Mas, na realidade, o ensino técnico, esse ninguém critica porque esse ensino técnico federal é da mais alta qualidade. Todos que saem da Escola Técnica Federal de São Paulo, já têm emprego garantido e podem seguir para a universidade depois, se quiserem. É difícil entrar, o vestibular lá é mais difícil do que na FUVESP.

Quanto à crise da universidade, seria um debate, mas a conciliação que pediram todos aqui, a partir do Relator, Senador João Calmon, entre o art. 60, das Disposições Transitórias, que fala na erradicação, fez parte dos 27 Constituintes de 1988 que redigiram a Constituição, redigiria novamente “erradicar” porque é preciso erradicar mesmo o analfabetismo. Não há incompatibilidade em dizer eliminar ou erradicar. Só que eliminar faz lembrar piadas do passado, em que falando em eliminar o analfabetismo, pensava-se em eliminar o analfabeto.

Então, essa expressão não é a melhor, mas tanto faz eliminar ou erradicar. O importante é que haja escola para todos e de qualidade. Mas como conciliar? A Emenda Calmon é a bandeira de luta, é a obrigação que o Congresso Nacional, a Constituinte, representando o que há de melhor na opinião pública nacional, impõe ao Estado de gastar “pelo menos”, mas esse pelo menos nem deveria ser preciso. O Senador não teria que travar a luta que travou em 83. aliás travou várias batalhas até ganhar.

Há países que não têm na Constituição nenhuma obrigação de gastar na manutenção do ensino, mas a consideram prioridade. Nós, mesmo com o nosso orçamento doméstico, não precisaríamos de nenhuma lei, cumprimos aquilo, dando prioridade

so que é mais importante, mas precisa estar na lei. Precisa-se fazer ainda uma lei — como fizemos, para dizer o que é manter e desenvolver o ensino, senão vai para lazer, para cultura; são importantes, mas não é manter e desenvolver a educação.

Nesse caso, qual seria o aconselhamento? O governo cumprir o art. 60 e destinar outros recursos — porque há desperdício no Brasil — para acudir as universidades, porque não podemos ficar sem elas, não é preciso, nem prejudicá-las, nem enfraquecê-las do ponto de vista dos recursos, é preciso gastar realmente mais, não o que a Constituição dá como mínimo.

Em 1988, tivemos aqui na Câmara dos Deputados uma Comissão Parlamentar de Inquérito que trabalhou um ano, tive a honra de ser o seu Relator, o relatório está à disposição de qualquer interessado, está impresso, são 70 laudas, o Tribunal de Contas da União colaborou conosco.

Como estava o Governo Federal aplicando os recursos da Emenda Calmon? Nominalmente, aplica. Agora, na realidade, nem sempre aplica. Uma parte do recurso que sai para chegar aos órgãos fins, que são as escolas, onde deve estar o dinheiro, não chega. Então, fica na parafernália, no desperdício, que é uma das características da cultura nacional, sem cogitar de corrupção. Então, há dinheiro, dinheiro há. Agora, é preciso então destinar o que deve ser a prioridade nacional.

Se gastar mais é importante, mais importante ainda é gastar melhor aquilo que já se gasta, senão, não se pode exigir. Se não se pagar para qualificar melhor o professor; se não se pagar melhor para garantir o pessoal docente, de apoio e técnicos administrativos, se não pagar — não o que merece, porque isso não há dinheiro que pague, mas o que precisa —, o mínimo para a vida e o desempenho decente, condigno da sua função, não se pode exigir.

A escola, a meu ver, deve adotar a pedagogia do esforço. Abrir-se à população carente, sem preconceito, sem barreira de qualquer condição — econômica, racial, social etc. Mas exigir pedagogicamente o que no meu entendimento é possível.

Permiti-me fazer essa digressão mas não posso ficar aqui, tenho compromisso às 11h30min, mas acho que é possível, só que o problema é político. Há uma opção, a opção nacional, a meu ver, é a educação porque não é um problema, é o problema. Então, nesse caso, acho viável. Lamento, porque a educação é um problema tão grande, que no meu livro *A maior herança*, publicado em 1965, vou pedir desculpa porque parecia pretensão querer botar um oceano dentro de um dedal. Toda vez que se vai tratar do assunto da educação, se não se limitar o tema não se trata de nada. Mesmo na própria crise da universidade há aspectos que cada um comportaria uma devassa.

Mas nós estamos trabalhando. Está aí o sempre Deputado e ilustre representante do Tribunal de Contas da União, integrante, que já presidiu e presidirá outras vezes; está o Senador, estão todos aqui, e agora os que tiverem a sorte de ouvir o Professor Edmundo Campos, da Universidade Cândido Mendes, vão aproveitar ainda mais. Peço desculpas porque faço parte do Conselho do IPC, e a reunião é às 11h30min, e tenho que estar lá. Então, é essa a dificuldade porque simultaneamente há muitas reuniões nesta Casa. Isso é bom, mas não se pode aproveitar tudo que há.

Agradeço aqui o seu pronunciamento e me cumprimento pelo prazer de revê-lo porque o acompanho de longe. Vou pedir ao nobre Deputado Murilo Rezende que assumo a Presidência porque vamos ter agora a honra de ouvir o Professor Edmundo Campos.

O SR. PRESIDENTE (Murilo Rezende) — Convido o Professor Edmundo Campos para fazer parte da Mesa.

Peço ao Professor Edmundo Campos que preste o juramento.

O SR. EDMUNDO CAMPOS — (Presta o seguinte juramento.)

“Juro, como dever de consciência, dizer toda verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar a crise na universidade brasileira.”

Em primeiro lugar, quero manifestar a minha satisfação e minha honra em estar aqui nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e queria fazer uma menção especial, a minha satisfação em participar desta Mesa com o Senador João Calmon, a quem admiro e que goza da admiração de todas as pessoas envolvidas com o problema da educação superior brasileira.

Quero me desculpar também pelo fato de que desconhecendo um pouco a dinâmica da CPI, eu não tenha preparado nada, sequer um texto escrito, e nem tenha também preparado uma preleção introdutória. Eu achei que a dinâmica era mais ou menos na base da pergunta e da resposta. De qualquer maneira, fiz algumas anotações preliminares que podem servir de introdução ao meu depoimento.

Em primeiro lugar, creio que, rigorosamente, esta CPI não é exatamente sobre a universidade brasileira, mas sobre o ensino superior no Brasil. Nós sabemos, hoje, que o sistema é extremamente complexo e que as universidades propriamente ditas constituem hoje um setor até bastante pequeno, de todo o sistema de ensino superior brasileiro. De modo que não vou me ater às universidades, mas a todo esse grande sistema extremamente complexo, o que me leva a fazer uma segunda ressalva.

Qualquer generalização sobre esse sistema é extremamente perigosa. Temos as instituições educacionais de terceiro grau de toda espécie: universidades, faculdades, estabelecimentos isolados, federações e escolas integradas. Dentro de cada um desses segmentos a diferenciação é enorme. Nós temos universidades, como a Universidade Federal do Acre, que tem um professor-doutor e no mesmo segmento a Universidade Federal do Rio de Janeiro que tem dois mil e tantos doutores; universidades que não têm um único programa de pós-graduação e universidades que somam 30, 40, 50 programas de pós-graduação.

Enfim, é um sistema muito complexo em qualquer dos segmentos e, repito, a restrição sobre o cuidado e a qualificação, porque qualquer generalização a respeito desse sistema é muito problemática.

Digo isso, inclusive, porque vim armado de algumas estatísticas, estatísticas essas que têm de ser tratadas com muito cuidado.

Mas gostaria de dizer, em primeiro lugar, que embora se fale em crise universitária, eu diria que são várias as crises das universidades, todas muito interligadas. Seria bom, para efeito analítico, separar um pouco onde estão os “nós” dessa crise mais global e fazer um histórico das origens dessa crise atual.

Distinguiria, por exemplo, uma crise que, em particular, interessa-me, tem-me chamado a atenção, que eu chamaria de crise ética da universidade brasileira, a crise do valor acadêmico, a crise dos valores universitários.

Identificaria uma outra crise que eu chamaria de crise gerencial da universidade brasileira. É uma universidade ineficiente e, certamente, é uma universidade muito cara e, finalmente, a crise da qualidade.

Definidas essas crises que compõem essa crise tão complexa que é a do ensino superior brasileiro, quais seriam as causas delas? Por exemplo: a crise ética, de onde vem essa crise dos valores universitários?

Evidentemente, nós todos sabemos os efeitos catastróficos que resultaram sobre a universidade brasileira com o período dos governos militares. A convivência da comunidade acadêmica com os militares, dentro da universidade; a convivência da liberdade acadêmica ou do espírito de liberdade acadêmica com a coerção física realmente tiveram um efeito desastroso sobre a moral da universidade, sobre a moral

do professor, sobre a moral do funcionário, sobre a moral dos dirigentes universitários, sobre a moral dos estudantes, em particular.

A universidade passou algumas décadas amordaçada, não pôde manifestar com plenitude os seus ideais de liberdade e os efeitos dessa intervenção brutal na vida acadêmica, na vida universitária, têm reflexos até hoje.

Por incrível que pareça, os reflexos da intervenção militar nós fomos sentir já no período da descompressão política, no período da redemocratização do País, que o efeito retardado da partidarização da universidade brasileira e que teve efeitos tão perversos, que continuou tendo efeitos tão perversos quanto a presença dos próprios militares. Porque ela também degrada os valores universitários, degrada os valores acadêmicos; ela nivela por baixo a hierarquia de qualidade; a universidade tem de ter uma instituição hierarquizada pelo saber; ela tem de ser uma instituição desigual, ela não pode ser uma instituição igualitária, nem todos sabem tudo e com a mesma competência. A universidade é o lugar da competência, do saber competente.

Por isso a partidarização da universidade — não estou falando da politização da universidade. A politização deve e sempre existiu na universidade... a discussão dos problemas políticos do país, enfim, a politização no sentido mais amplo. Mas não é da politização que estou falando, estou falando da partidarização.

É o que nós percebemos hoje, por exemplo, em alguns episódios de eleições de reitores, em episódios que realmente não honram de forma alguma o espírito acadêmico de liberdade de expressão. Porque o que se sente, hoje, nas universidades é o mesmo tipo de censura que os professores, estudantes e funcionários sentiam no tempo dos governos militares.

Então, a partidarização da universidade, a introdução da militância político-partidária no território universitário, tem efeitos extremamente desastrosos com relação aos valores acadêmicos e universitários. Uma consequência dessa partidarização, da introdução da coerção física dentro da universidade, é que com o abandono, com a degradação dos valores acadêmicos, com a degradação da dignidade que a profissão acadêmica já teve em outros tempos — e houve tempos em que ser professor universitário tinha um sentido muito especial dentro da sociedade brasileira — abriu-se, dentro da universidade, uma brecha que não ajuda muito a manter o espírito de dignidade da profissão, a dignidade dos valores acadêmicos.

Introduziu-se, também — e aí via comunidade acadêmica —, dentro da universidade, uma espécie de sistema de castas. Isso veio, por exemplo, via criação de pós-graduação. De repente, o ensino era uma atividade que não valia a pena: não valia a pena ir para dentro da sala de aula, não valia a pena dar aula na graduação porque o que vale a pena, agora, é ir para os laboratórios, é ir para a pós-graduação, é o seminário de pós-graduação, é formar os nossos doutores, os nossos mestres.

Na verdade, o que está por trás disso tudo é, basicamente, o isolamento voluntário da pós-graduação do complexo universitário. Na verdade, a pós-graduação hoje está rigorosamente fora da universidade, fora dos controles normais acadêmicos; ela está muito mais ligada ao sistema de ciência e tecnologia do que ao sistema educacional. É onde estão os recursos, é onde está o dinheiro, é onde estão os laboratórios. É onde está o dinheiro para investimento de capital, então dar aula, ensinar a graduandos... ou seja, essa função fundamental até do pesquisador, do cientista, que é de ensinar, perdeu completamente a relevância e o valor na universidade. Essa função foi relegada, ao longo do tempo, aos professores mais novos, aos menos experientes, aos menos competentes, porque todas as grandes estrelas das universidades, todas as pessoas mais competentes se isolaram no gueto da pós-graduação e negaram a cada nova geração de estudantes universitários o contato frutífero, o contato valioso com as pessoas mais competentes da universidade.

Então, na minha opinião, eu desenho um pouco isso chamando de crise ética, a qual não está separada de forma alguma da crise gerencial. Mas a crise gerencial,

de alguma forma, tem outras causas: a explosão não planejada, a explosão sem controle, o crescimento desmesurado e indisciplinado do sistema de educação superior no Brasil, realmente geraram a crise gerencial.

Na verdade, vejam só: de 1960 a 1975 esse sistema cresceu dez vezes; de 1975 a 1980 ele ainda cresceu 35% — matrícula e número de docentes. Depois, houve uma estabilização por volta dos 2% e em 1985 começou a se observar alguma taxa negativa de crescimento. Mas, de maneira geral, o sistema se estabilizou. Só que ficou um sistema monstruoso, enorme. Nós saímos de 1960, onde tínhamos, por exemplo, 93 mil e 200 estudantes universitários. Em 1990 nós tínhamos 1.540.080 estudantes universitários.

Em 1960, nós tínhamos 18.322 professores universitários neste País. Em trinta anos, em três décadas, esse número subiu para 131.641 professores universitários. Uma explosão de sistema que não foi planejada; ele ficou descontrolado, indisciplinado e, basicamente, cresceu sem recursos para suportá-lo. A estratégia do Estado foi ceder ao setor privado a responsabilidade pelo atendimento de uma demanda que já estava reprimida há muitos anos. Todos nós nos lembramos ainda do problema dos excedentes, um problema grave dos anos 60 e que pressionou muito a expansão do sistema. Expandiu-se no setor via iniciativa privada.

É uma estratégia problemática essa de deixar à iniciativa privada o papel de satisfazer essa demanda reprimida, porque o setor privado se expandiu, mas de uma forma não desejada. O que houve na verdade foi um crescimento vegetativo enorme das entidades, das escolas e faculdades isoladas pelo interior do País que fornecem um ensino da pior qualidade nas áreas de conhecimento, as menos demandadas pela sociedade, as menos importantes para o desenvolvimento econômico do País.

Para ter uma idéia de como cresceu a estratégia de privatização do ensino, as matrículas no sistema de ensino superior do Brasil estão distribuídas da seguinte forma: 62% das matrículas hoje estão no setor privado e 38,48% no setor estatal, no setor público, sendo que as universidades federais concorrem apenas com 21% do total das matrículas do ensino superior brasileiro. Desses 62,43% que correspondem às matrículas do setor privado, a grande maioria está concentrada exatamente nas escolas do interior, escolas de periferia, faculdades de direito, de contabilidade, de administração, de letras e artes. O grosso das matrículas no sistema superior brasileiro está centrada neste tipo de curso.

Por exemplo: ciências sociais aplicadas que incluem administração, contabilidade, direito.

Hoje, elas correspondem a 52,62% do total das matrículas.

Engenharia e tecnologia correspondem apenas a 31,68% das matrículas.

Ciências biológicas correspondem a 20,38% do total das matrículas.

Letras e artes correspondem a 50,5%.

Nessas áreas expandiram-se, nas últimas três décadas, o sistema de ensino superior brasileiro via setor privado. Como não querem investir em equipamento, em laboratórios, investem apenas no cuspe e no giz, pagando — muito mal, por sinal — professores horistas, sem nenhuma qualificação, sem nenhuma titulação. O sistema, se expande dessa maneira, nessas áreas, e não há mercado de trabalho para esses formandos. O velho mecanismo de título universitário como instrumento de prestígio social, de disputa por lugares no mercado de trabalho é degradado.

Hoje, não é incomum que graduados deste sistema disputem com pessoas sem educação superior empregos não qualificados, ou seja, esse segmento do setor privado simplesmente habilita o cidadão a disputar com outro que não ascendeu à universidade empregos não qualificados no mercado de trabalho.

Essa crise gerencial não vem só da expansão, vem também via Estado. A lei brasileira sobre o ensino superior é simplesmente um cipal de leis e decretos que

ninguém mais consegue entender. Além do mais, ela tem um efeito perverso de rigorosamente reduzir praticamente a zero a autonomia universitária. Os gerentes do sistema, por exemplo, não têm nenhuma autonomia para redistribuir verbas, realocar verbas para aplicar os recursos onde achem melhor. Na área didático-pedagógica não têm autonomia para eliminar cursos ou criar novas disciplinas, têm de pedir autorização ao Conselho Federal de Educação. Enfim, o sistema universitário está rigorosamente numa camisa-de-força por via de uma legislação, totalmente inibidora de qualquer iniciativa que vise a aumentar a eficiência e a produtividade do sistema.

A legislação, realmente, precisava ser totalmente revista de tal forma que se desse às universidades de fato as autonomias que elas pedem e com a autonomia a responsabilidade. Enquanto não se der aos gerentes, aos reitores das nossas universidades a autonomia que necessitam e pedem para gerir o sistema, eles não vão aceitar responsabilidade nenhuma. Sem autonomia ninguém aceita responsabilidade.

Não há investimentos do Estado, por exemplo, investimento de capital. Tudo que se gasta na universidade é custeio. Tanto é que hoje 90% de toda verba, todo orçamento das universidades federais, hoje, estão aplicados em pessoal.

O processo orçamentário segue um sistema estranho, porque o critério para o orçamento da universidade é o anterior. O Estado aloca o valor referente ao número de professores e de funcionários que a universidade tem de pagar. É manutenção e pagamento de pessoal. Não há verba de investimento de capital em laboratórios, em instalações físicas. Basicamente é custeio, não sobra nada. Mesmo essa verba de custeio administrada e aplicada em meio a um sem-número de restrições legais, controle do Ministério de Educação e sucessivamente. Não há critério nenhum no estabelecimento dos orçamentos universitários.

A minha opinião é que a distribuição dos recursos pela universidade deveria obedecer um critério óbvio, que é o tamanho do alunado. Hoje, parece-me que o critério é o tamanho do corpo docente e o tamanho do corpo administrativo que o Estado tem de pagar.

O critério deveria ser, primeiro, o número de alunos a que a universidade atender, e algum critério de qualidade. Qual a qualidade da educação que a universidade dá? Qual o percentual dos seus docentes com qualificação acadêmica, com titulação de doutor, por exemplo? É um indicador de qualidade. Quantas pesquisas? Quantos cursos de pós-graduação? E assim sucessivamente.

Na realidade, o critério é homogêneo: o número de professores e funcionários o Estado tem de pagar. O critério se aplica à universidade do Acre, do Piauí, de Minas Gerais, até porque a legislação homogeneiza tudo.

A Universidade Federal do Acre vale tanto, em termos de gerência, em termos de avaliação, quanto a Universidade do Rio de Janeiro.

São todas iguais em termos de legislação; não interessam as diferenças regionais, as exigências diferenciais de mercado de trabalho. São todas iguais para efeito de gerência do sistema pelo Estado.

O resultado é que acabamos tendo uma universidade rigorosamente muito cara. Gostaria de dar alguns dados comparativos sobre o custo da universidade.

Por exemplo, quanto custa um aluno numa universidade brasileira, basicamente nas universidades federais? Tenho alguns dados de pesquisa aqui que talvez sejam interessantes, com a ressalva de que qualquer generalização é muito problemática.

Como as contas das universidades não são muito especificadas, não há um sistema de unidade de custo, fica muito difícil separar os gastos. Vamos supor que do orçamento global do conjunto das universidades federais, por exemplo, o que a universidade gasta com os hospitais universitários e o que ela gasta com os seus inativos. Deveríamos tirar mais, como o que ela gasta com investimentos em edificações, ampliação dos campi universitários. Enfim, desse orçamento global. Eu queria tirar, desse orçamento

global, algumas coisas para ficar com um orçamento que eu chamaria Orçamento de Ensino. O que é realmente, dessa grana toda que a universidade recebe, que vai para o ensino especificamente.

Essas pesquisas chegam a esses dois componentes, em que se fica com o orçamento chamado Orçamento de Ensino. Vamos supor que se divida isso pelo número de estudantes do sistema federal de ensino superior. Aí ter-se-á uma relação de custo.

Há um exercício, por exemplo, com algumas universidades federais, não todas, apenas com algumas universidades federais. A Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal Fluminense, a Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade Federal do Paraná, a Universidade Federal da Paraíba, são as maiores universidades, as mais completas do sistema.

O custo médio, em dólar oficial — tirei a média do dólar no ano —, o custo médio de um estudante é de 3.292 dólares. Esse custo pode ser generalizado para o sistema quase todo.

Pegando-se universidades mais simples, menores, sem pós-graduação. Por exemplo, a Fundação Universidade de Rondônia, Fundação Universidade do Piauí, Fundação do Ensino Superior de São João Del Rey, Fundação Universidade do Amazonas, Fundação Universidade do Maranhão, teremos a média de 2.248 dólares por estudante. A diferença até não é muito grande: 3.292 para as mais complexas e 2.248 para as menores. No global, somando-se só as universidades federais, o custo deve estar por volta de 3.400 dólares.

Para comparar eu coloquei o custo da USP. Fizemos um cálculo, está por volta de 4.009 dólares, e o custo médio das 197 universidades americanas consideradas nacionais. São as melhores universidades, a média é de 4.428 dólares por estudante.

Bom, falar-se-á que a universidade brasileira é barata, ela não é cara. Quer dizer, comparar uma média de 3.292 dólares para as universidades federais com 4.428 dólares para as melhores universidades americanas não é uma diferença tão grande. Acontece que a média dos titulados com doutorado nessas 197 universidades americanas é de 80%. Nas universidades federais é de 16%. Comparando-se custo com qualidade a nossa é muito cara. É muito cara mesmo! Uma universidade cujo corpo docente só tem 16% de doutores, cobrar 3.292 dólares por aluno, quando uma universidade americana, que gasta em média 4 mil dólares, tem 80% do corpo docente com doutorado, é muito cara! Mais ainda, nem se compara, por exemplo, a quantidade de pesquisa que faz a universidade americana com a brasileira. Não se compara nem a quantidade de pesquisa que se faz na USP com a média das universidades federais brasileiras — e a USP gasta 4.009 dólares, em média, por estudante. E a USP é uma universidade modelo no Brasil. Está cara porque o ensino é ruim. É de péssima qualidade.

A pós-graduação no Brasil não conseguiu ainda qualificar nem o próprio corpo docente das universidades, quanto mais criar uma comunidade científica de respeito, de peso. Está muito ruim, não vai bem a universidade brasileira. Ela é cara e ruim.

Comparando custo em dólar com os indicadores de qualidade, percebemos que está complicado. Isso tem a ver com o problema da crise de qualidade. Aí nós poderíamos acrescentar outras coisas.

A qualificação docente continua baixíssima e a razão é muito clara: o setor encarregado da qualificação e titularização do professor brasileiro é a pós-graduação. Mas se desenvolveu no Brasil a idéia de que não, a pós-graduação não tem nada a ver com o ensino; a pós-graduação não tem de qualificar professor universitário, não. A pós-graduação tem de criar é cientistas, tem de criar uma comunidade científica no Brasil.

Todo mundo quer ir para laboratório, todo mundo quer ir para pós-graduação criar cientistas.

Essa ideologia da ciência, essa ideologia da comunidade científica, hoje, é um caso sério! Porque não se consegue, rigorosamente, colocar como função da pós-graduação qualificar o corpo docente da universidade.

Fiz uma comparação interessante no meu livro, que é a seguinte: nos Estados Unidos, o estudante entra para a pós-graduação, numa escola graduada qualquer, como fiz, por exemplo. A escola não quer saber se você vai ser cientista, se você vai ser professor, se você vai para o mercado de trabalho... ela não quer saber apenas te dá qualificação à pós-graduação, você faz com ela o que quer.

O sistema acadêmico brasileiro filtra, de uma certa forma, vocações para a ciência e tende a discriminar vocações para o ensino, vocações para o mercado de trabalho, e assim sucessivamente.

A idéia, por exemplo, é que uma série de áreas que existem no Brasil, onde existe pós-graduação, não deveria ter pós-graduação porque são áreas de conhecimento que não têm nada a ver com pesquisa científica. Mas têm a ver com atendimento à demanda do mercado de trabalho, na área de administração, engenharia civil, clínica médica, enfermagem, enfim... essas são "profissões práticas", que não deveriam ter pós-graduação. A pós-graduação deve estar onde? Nas ciências exatas, nas ciências biológicas... enfim, é um sistema muito discriminatório que tem como uma das suas conseqüências impedido que se crie cursos de pós-graduação que tenham, entre os seus objetivos explícitos, que qualificar o professor universitário. Muita gente não quer fazer pesquisa, porque não tem vocação para pesquisa. Tem vocação para o ensino, ele não quer fazer pesquisa. Ele quer ter algum contato com a pesquisa, mas não quer pesquisar. Ele quer dar aula, ele quer ser professor. Então, tem de ser qualquer indivíduo no mesmo nível que se qualifica qualquer indivíduo que entre na pós-graduação.

Estou me alongando demais, porém creio que esses são os principais pontos que eu queria abordar e, pela própria natureza dessas crises, as soluções são colocadas.

Acho que é preciso, em primeiro lugar, tocar na crise gerencial, que é a mais importante; é a que independe da comunidade acadêmica, quer dizer, nem querermos referir a quais seriam as soluções, os caminhos adequados que a própria comunidade poderia tomar, por exemplo, na área da crise ética, na área da crise de qualidade.

Agora, na área da crise gerencial, certamente, a universidade ganharia muitíssimo se nós considerássemos com maior seriedade a questão de autonomia acadêmica, que não existe, embora esteja na Constituição. Mas ela não existe. Não existe autonomia financeira, não existe autonomia didática, não existe autonomia administrativa. Não existe nenhuma dessas autonomias e não existirá enquanto a universidade estiver metida nessa camisa-de-força que é a legislação brasileira sobre o ensino superior, enquanto ela estiver metida na camisa-de-força do controle do MEC e do Conselho Federal de Educação.

Ajudaria muito que o Ministério da Educação, ou qualquer órgão responsável, começasse a pensar no problema seriíssimo de como se aloca recurso para as universidades, quer dizer, um sistema diferenciado de alocação de recursos que leve em consideração a grande diferenciação do sistema, a grande variação de qualidade dentro do sistema e, principalmente, a vocação de cada universidade dentro desse sistema. Isso é fundamental para que se possa fazer uma alocação racional de recursos. Não se pode alocar os mesmos recursos na mesma quantidade para uma universidade, ou não pode usar os mesmos critérios de alocação de recursos para uma universidade onde não existe um único curso de pós-graduação, não existe um único projeto de pesquisa e usar o mesmo critério de qualidade para uma universidade que faz pesquisa, que tem vários cursos de pós-graduação, e assim sucessivamente.

Basicamente era isso que eu queria comentar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Murilo Rezende) — Vou aproveitar a oportunidade para passar os trabalhos ao Presidente da Comissão, Deputado Eraldo Tinoco, e agradecer a grande aula do Professor Edmundo Campos.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Gostaria de agradecer os Deputados Sólton e Murilo, que me substituíram pela ausência emergencial, e agradecer também a presença dos depoentes, o que, naturalmente, já foi feito em relação ao Ministro Homero Santos. Portanto, quero fazê-lo, neste instante, ao Professor Edmundo Campos.

Como de praxe, concedo a palavra ao nobre Relator para fazer as suas indagações.

O SR. RELATOR (João Calmon) — O Professor Edmundo Campos, depoente desta manhã, é autor de um livro que alcançou grande repercussão quando foi lançado: *A Sinécure Acadêmica*.

Esta CPI, presidida por um Mestre da Educação e, também, Professor da Universidade Federal da Bahia, traçou um programa para a sua atuação que parece da mais alta sabedoria. Nós procuramos estimular o contraditório, apresentar depoimentos de uma corrente de pensamento na área do ensino superior, seja no setor público, seja no setor privado, e, ao mesmo tempo, ouvirmos os depoimentos de mestres que defendem teses que conflitam com as de outros que pertencem às universidades públicas — federais e estaduais — e às universidades particulares.

Por isso mesmo, o Presidente desta CPI já convocou o Professor José Carlos Azevedo, que foi Reitor da Universidade de Brasília e, agora, tenho o prazer de ouvir a análise realista e objetiva do Professor Edmundo Campos, cujo livro, que causou uma grande repercussão na época, ao que parece, não chegou a ser reeditado. Saiu mais alguma edição Professor?

O SR. EDMUNDO CAMPOS — Não foi reeditado.

O SR. JOÃO CALMON — Nós alimentamos a esperança, contando, inclusive, para isso, com o dinamismo do nosso Presidente, com a sua criatividade inextinguível, para que seja possível promover uma reunião final da nossa CPI, reunindo defensores de teses conflitantes e antagônicas, no decorrer da mesma reunião. Por exemplo: o Professor José Carlos Azevedo e o Professor Edmundo Campos, de um lado, e os outros mestres da área universitária, Reitores da Universidade de Brasília, da Universidade de São Paulo, que é a maior do Brasil, da Universidade de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, para tentarmos chegar a uma conclusão sobre a crise da universidade brasileira que se agrava, dia a dia, de tal maneira que parece a todos nós quase um milagre a sobrevivência das universidades públicas.

Hoje, elas já estão no limiar da *débâcle*, a situação é extremamente delicada e essa discussão me parece imperativa.

O Professor Edmundo Campos revelou dados realmente muito importantes, referindo-se à crise gerencial, à preocupação da pós-graduação, que beneficia menos a universidade do que atividades extra-universitárias, inclusive a ciência e a tecnologia. Todo um universo de problemas que nós estamos debatendo, aqui, sem muita cobertura dos meios de divulgação, porque são tantas as atividades do Congresso e há tantas CPI em atividade, que necessário seria que os jornais tivessem, pelo menos, umas 80 páginas por dia para poderem publicar tudo o que se afirma nessas CPI e nas várias comissões técnicas.

Eu gostaria de reduzir o meu questionário a apenas algumas indagações.

V S^a considera que pode ser mantido o sistema atual de aposentadoria que vigora nas universidades? Sistema que é consagrado na Constituição Federal, não é de iniciativa das próprias universidades.

Eu gostaria de ouvir a sua opinião porque, neste momento, nós temos, em vista dos salários ínfimos, pouco compensadores, dos professores universitários, estamos enfrentando um problema de aposentadorias precoces e a situação se torna, realmente, cada vez mais grave. Obviamente, é a sua opinião, porque o que impera mesmo é a Constituição. A Constituição permite aposentadorias após 25 e 30 anos de trabalho.

A outra pergunta seria em relação à gratuidade, se V. S.^a é a favor ou contra a manutenção do sistema de gratuidade nas universidades.

A outra pergunta se refere ao instituto de dedicação exclusiva que, em virtude, também, da degradação, da queda dos salários, está quase no território dos sonhos, pois não é possível à maioria absoluta dos professores universitários cumprir a obrigação da dedicação exclusiva em vista dos seus salários, com essa inflação galopante e avassaladora, serem ínfimos, não permitindo, sequer, a sua sobrevivência de maneira decente.

Então, gostaria de saber a sua opinião sobre a gratuidade do ensino, se é a favor ou não da manutenção da gratuidade, se V. S.^a entende que os hospitais devem continuar incluídos no orçamento das universidades — a situação se agrava de maneira realmente preocupante. Outro dia, o Sr. Ministro da Saúde, Dr. Adib Jatene, fez uma impressionante exposição na Comissão de Assuntos Sociais sobre o agravamento desse problema.

A diferença de custo de aluno, nos Estados Unidos, em relação ao custo/aluno no Brasil é, realmente, muito preocupante; e se V. S.^a ampliou a análise do seu livro sobre a sinecura do ensino e, Professor da Universidade Cândido Mendes, eu gostaria de saber se V. S.^a já foi professor de universidade pública, federal ou estadual, e se sua decisão foi preferir dar aulas numa universidade do setor privado, por sinal de excelente nível, a Universidade Cândido Mendes. A crise é ainda mais preocupante porque não atinge apenas as universidades públicas federais ou estaduais. Ela atinge, também, as universidades do setor privado, mesmo as de níveis mais elevados.

V. S.^a se referiu ao problema da autonomia, fez alusão, também, à "camisa-de-força" do MEC e do Conselho Federal de Educação. Eu gostaria que V. S.^a opinasse sobre esse problema da alta rotatividade, no melhor sentido da palavra, dos ministros que têm passado pelo MEC. Eles, normalmente, duram lá 1 ano, 1 ano e meio a 2 anos. Em alguns casos, ao longo da história, já de algumas décadas, muitos ministros vão para o MEC porque não conseguiram ir para o ministério da sua predileção. Então, são destinados ao MEC. Desta vez, todos nós estamos extremamente felizes porque está à frente do MEC um professor, um reitor do mais alto nível, um profissional que honraria qualquer universidade por mais avançada que fosse, em qualquer parte do mundo desenvolvido, pois ele é tão bom que, com certa frequência, é convocado para também ocupar, embora por pouco tempo, outro ministério, como é o caso do Ministério da Saúde e, agora, para substituir o Sr. Lutzemberg, que foi defenestrado há poucos dias.

Limitei-me a essas indagações e estou certo de que o nosso presidente, que é profundo conhecedor do problema das universidades federais e das universidades particulares poderia, muito melhor do que eu, enriquecer, posteriormente, esta sessão com indagações ao eminente mestre.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Com a palavra, o Sr. Edmundo Campos.

O SR. EDMUNDO CAMPOS — Não sei se posso dar a resposta definitiva a V. Ex.^a, mas gostaria, pelo menos, de comentar alguns pontos. Por exemplo: de uma maneira um pouco seletiva, o problema do ensino pago. Estou vendo, aqui, num dos textos que estou consultando, que cerca de 65% da população estudantil do terceiro grau frequenta o curso noturno. Desses, a grande maioria é constituída de assalariados, e há vários anos, fazem parte da população economicamente ativa. Uma pesquisa em cursos noturnos, em cinco escolas, na área metropolitana de Belo Horizonte, revelou que a idade média desses alunos é de 27 anos. Cito esse caso porque cerca de 65% da população estudantil do terceiro grau, do ensino superior,

freqüente o curso noturno. O curso noturno existe em raras universidades públicas e existe, praticamente, no setor privado da educação, ou seja, pago. Parece-me que boa parte dessa população que freqüenta o curso noturno é de assalariados.

Eu creio que, realmente, há alguma coisa de errado. Acho que não há mais como fugir da questão de que as universidades que fornecem ensino gratuito, hoje, estabeleceram um sistema de regressão qualquer em que o imposto pago pelas classes menos favorecidas está pagando o imposto das classes mais favorecidas. Eu acho que não há como fugir disso. Em particular, as universidades federais, que são as que oferecem um ensino melhor e ensino gratuito, são as universidades que abrigam, na sua maioria, estudantes com uma situação sócio-econômica privilegiada, está pagando o estudo no setor privado e, nessas condições, freqüentando o curso noturno; e nós estamos vendo a resistência das federais em se tornarem um pouco mais eficientes no uso dos seus recursos humanos, abrindo o curso noturno.

Então, Sr. Senador, eu não saberia como responder a V. Ex^a se sou a favor do ensino pago. Sou a favor, certamente, de algumas medidas que, no mínimo, reduziriam alguns desses privilégios. Eu, hoje, não sei, não tenho dados a respeito de quanto custa, por exemplo, a alimentação gratuita para os estudantes nas universidades mas, certamente, não deve ser uma parcela pequena.

O SR. JOÃO CALMON — Aos simpósios, foi revelado que o preço pago num restaurante universitário não dá para a impressão do tíquete-refeição. Foi feita esta revelação. Não sei se há algum exagero, mas foi feita esta revelação, aqui num dos nossos numerosos seminários.

O SR. EDMUNDO CAMPOS — O custo é simbólico. Normalmente, o preço que o estudante paga é simbólico — é um preço puramente simbólico. Eu não diria que sou favor do ensino pago. Seria a favor da expansão do ensino gratuito; que ele, simplesmente, absorvesse, o mais possível, uma parcela maior dos que, hoje, têm dificuldades de cumprir os horários das universidades federais — o que não é para qualquer um. Só pode cumprir horário em universidade federal quem não trabalha ou quem tem um trabalho extremamente flexível com relação ao horário. O regime de matrícula hoje por disciplina obriga o estudante a ir pela manhã, à tarde, e é um pouco complicado para quem tem um emprego freqüentar uma universidade dessas. Ele vai mesmo para o curso noturno, principalmente curso noturno em instituições particulares.

Eu creio que V. Ex^a fez uma pergunta a respeito do regime de tempo integral.

O SR. JOÃO CALMON — Sobre dedicação exclusiva.

O SR. EDMUNDO SANTOS — O regime de 40 horas, já há algum tempo — não saberia responder hoje — estava desmoralizado, porque ninguém fazia 40 horas numa universidade, ninguém cumpria o regime de 40 horas na universidade se, ao mesmo tempo, é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor da Universidade Federal Fluminense e, às vezes, é professor, por exemplo, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Esta é uma situação bastante comum hoje. São professores que estão enquadrados no regime de 40 horas — talvez não com dedicação exclusiva, mas no regime de 40 horas.

Mesmo a dedicação exclusiva não é cumprida rigorosamente, até porque ninguém vai dar regime de 40, primeiro porque não há nenhum controle sobre isto. A displicência da administração universitária com relação ao controle do regime de trabalho é uma coisa surpreendente porque não há nenhum controle sobre isto. Posso afirmar a V. Ex^a, a universidade não tem nenhum controle sobre o regime de trabalho. Ela não sabe se o professor está nas dependências da universidade ou se não está, quando ele vai e quando ele deixa de ir, a não ser o horário de aula. Fora isto, ela não se manifesta.

A segunda razão é que o regime de dedicação exclusiva deveria ser um regime que estimulasse, basicamente, a pesquisa científica — o professor fica na universidade para pesquisar. Ela, na verdade, virou uma complementação salarial — o salário era baixo, andou baixo durante muito tempo e a dedicação exclusiva — o regime de 40 horas — veio mais como complementação salarial. Era um estímulo adicional ao trabalho acadêmico e que acabou incorporado ao salário, e, hoje, é isto — é um sistema que aumenta a faixa salarial do professor, mas que não tem nenhuma outra função pedagógica, nenhuma outra função com relação à melhoria do ensino. Não acredito.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Professor Edmundo Campos, inicialmente, temos que fazer um registro, já que insistimos tanto na sua presença aqui e, naturalmente, imaginamos a sua frustração em ver um plenário praticamente vazio. Isto é nada mais, nada menos, que o reflexo do próprio interesse que a educação desperta na sociedade brasileira. Particularmente, acho que esta é uma das causas por todas as mazelas que o setor educacional passa neste País, porque não é apenas o problema da universidade, é o problema do ensino, da educação como um todo. As dificuldades da universidade não são nada além do que os reflexos das deficiências do Primeiro e Segundo Graus. Por outro lado, as deficiências do Primeiro ao Segundo Graus revelam uma completa dificuldade da universidade em preparar bons professores. O problema dos recursos, a remuneração paga aos professores, sempre coloca os organismos públicos numa situação de dificuldades para fazer um acompanhamento rigoroso de desempenho; e, no fim de tudo, forma-se essa farsa, esse faz-de-conta que é o processo educacional como um todo no Brasil.

Apesar desse desinteresse, inclusive com a frequência sempre muito pequena dos integrantes desta Comissão nas nossas reuniões, todo esse material, todos esses depoimentos e debates estão devidamente registrados, gravados e farão com que, naturalmente, o nosso ilustre Relator tenha um vasto material à sua disposição para a elaboração do seu parecer.

O que nos move no interesse de prosseguir, mesmo a duras penas, com esse trabalho é, exatamente, a expectativa de que todas essas contribuições possam inspirar o nosso ilustre Relator a trazer, ao final dos trabalhos desta Comissão, um parecer que retrate, realmente, a situação da universidade brasileira e permita que esta Casa, e por intermédio dela toda a sociedade possa realmente fazer uma reflexão do País que queremos, porque todas essas questões têm reflexos contundentes no futuro do País, na sociedade que estamos formando, no posicionamento do Brasil no contexto internacional.

Enfim, possa este trabalho servir de reflexão para providências que, talvez, não tenham reflexos nesta geração, mas, queira Deus, possam ter reflexos nas gerações futuras.

É dentro desse contexto que quero fazer apenas três indagações para complementar o que ouvi da sua brilhante exposição e dos seus conceitos tão corajosos a respeito do problema.

Quando digo conceitos corajosos é porque temos visto, ao longo do tempo, debates e posições que, muitas vezes, não refletem coragem, e uma dessas questões diria que é, precisamente, a questão do ensino pago ou não pago porque essa questão sempre é considerada de uma forma enfiada — sempre se encontra um tangenciamento para fugir ao cerne da questão. É evidente que o ensino público é pago e o senhor colocou isto, respondendo ao nobre Senador João Calmon, de uma forma precisa. O problema é saber quem paga, se é o contribuinte que compra no mais modesto estabelecimento comercial o seu pão, o seu leite — está pagando imposto — ou se é o beneficiário direto desse ensino, mas é evidente que o ensino público é pago. O que se tem discutido, e acredito que seja até o cerne da questão, o senhor

colocou também, que é o problema de uma certa injustiça social existente por trás de todo esse problema. Se fizermos uma estatística — e eu não sei se o senhor tem esses dados — a respeito do perfil econômico do aluno da universidade pública e do aluno da universidade privada, vamos encontrar, seguramente — e o senhor deu o indicador desse percentual de alunos matriculados em cursos noturnos que são assalariados e, portanto, teoricamente, pessoas que têm necessidade de primeiro cuidar da sua sobrevivência para, depois, tentar acrescentar algum conhecimento a sua experiência, que o aluno da universidade pública e que é pago pela sociedade e, exatamente, um aluno de um perfil econômico mais elevado; um aluno que tem acesso a escolas privadas e paga por isto e, exatamente, aquele aluno de um perfil econômico baixo.

Ora, ocorre que, além de impedir uma solução qualquer a este problema via Constituição, a maioria dos Constituintes foi ainda mais adiante, impedindo a bolsa de estudo para o aluno comprovadamente carente e que não tem acesso à escola pública. Quer dizer, se de um lado cristalizou a injustiça de garantir a gratuidade na escola pública àqueles que teoricamente têm uma melhor posição, vetou ainda mais a possibilidade do aluno comprovadamente carente, que só conseguiu — talvez até pelas deficiências que traz ao longo da sua experiência educacional — uma vaga numa dessas escolas de “cuspe e giz”, como o senhor caracteriza. E ele não pode ter nem o benefício de uma bolsa de estudo; ele ainda tem que pagar do seu salário. E mais, muitas das vezes este aluno que precisa e tem acesso a mecanismos como do crédito educativo, o que significa na prática que depois de concluído o seu estudo, além das dificuldades que vai ter para ter condições de exercer a sua profissão, ainda vai ter de pagar por conta dos rendimentos que teoricamente venha auferir da sua graduação. Tem de pagar o que precisou tomar emprestado do tempo que era estudante para concluir o seu curso. Então, quer dizer, mais esta farsa, mais este faz-de-conta e não se tem a coragem de ir diretamente ao problema. Claro que sei que a maioria das pessoas sabe que não é cobrança dos três mil e poucos dólares anuais ou dos quatro mil dólares da USP que vai resolver o problema da universidade. Não, isso não vai resolver o problema da manutenção das universidades, mas pelo menos poderia resolver o problema dessa injustiça em relação àqueles que não podem e que só têm acesso às escolas privadas e ainda têm de pagar do seu próprio bolso adicionalmente ao imposto, que também como qualquer cidadão essas pessoas pagam. Mas, voltando especificamente para querer compreender melhor alguns dos aspectos colocados por V. Sr, faço finalmente essas indagações. Primeiro, na sua ótica, quais as medidas para evitar a expansão de cursos desnecessários no País? O senhor, também, colocou dados estatísticos que demonstram claramente que dentro desse sistema tão cheio de mazelas ainda temos mais essa. O indivíduo faz toda essa ginástica, obtém um título universitário e esse título não serve para quase nada. Mas conhecemos também o outro dado da realidade, principalmente aqueles que exercem uma atividade política, e que é enorme a pressão que a própria juventude exerce para abertura de novos cursos, principalmente em regiões menos assistidas de escolas superiores. Esta pressão é naturalmente em decorrência de uma esperança de que mesmo o curso desnecessário, mesmo esse curso que pouco acrescenta em termos de conseguir uma efetiva habilitação para o exercício profissional qualquer, o curso de “cuspe e giz”. Mas essa pressão existe. Como se fazer, então, para evitar essa expansão de custos desnecessários. Segundo ponto e gostaria de ouvir sua opinião: como se poderia garantir na lei a autonomia universitária? Na sua ótica, como se poderia fazer isso? E a pergunta muito cabível neste momento é que a Câmara dos Deputados está ultimando apreciação de um projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Esse projeto irá naturalmente para o Senado, e acho que há um compromisso quase que geral dos parlamentares em realmente conceder esta autonomia universitária. Agora, temos de considerar certas questões. Uma delas é que todo sistema de pessoal, de benefícios, de aposen-

tadoria precoce etc., estão garantidos em outras leis, que não propriamente a lei do ensino. Um outro dado da realidade é que as universidades consomem, hoje, 95% dos recursos em despesas de pessoal. Ora, então as gerências universitárias pouca flexibilidade terão para uma utilização maior desses recursos, mesmo que sejam transferidos globalmente, com toda autonomia, porque estão na dependência de outros dispositivos legais que criam direitos e, em alguns casos, privilégios.

Por outro lado, sabemos também que há no País uma certa cultura do não poder. Ela é resultado de um viés de que no Brasil o indivíduo — toda legislação é conduzida dessa forma — que exerce uma função pública de antemão uma espécie de conceito: é desonesto. Todo sistema de gerenciamento, todo sistema de legislação é no sentido de que a grande maioria é de desonestos, portanto tem de haver todo um emaranhado, um cipal jurídico para evitar os abusos. Na realidade, a prática tem demonstrado que isso não evita abuso nenhum; diariamente temos visto os exemplos de corrupção. O mais grave é que com todo esse emaranhado de leis, a coisa mais difícil é se colocar um corrupto na cadeia, a ponto de, como disse há pouco o Governador Antônio Carlos Magalhães, o ladrão dele, referindo-se ao seu antecessor, é mais antigo e deve ter prioridade, porque até hoje, embora as provas existam, ainda não conseguiu que a Justiça se manifestasse de uma forma concreta. Esse emaranhado de leis e esse caldo de cultura vai trazer dificuldades para uma definição precisa de autonomia.

Comecei a minha atividade profissional dentro de uma universidade, não como educador — meu nobre relator, não sou educador, sou apenas uma pessoa que teve uma experiência no gerenciamento da educação. A minha experiência é toda gerencial e não educacional propriamente dita. Comecei minha vida como assessor de orçamento de uma universidade e, àquela época — e que se não é tão distante, também não é tão recente — os problemas eram os mesmos. Ou seja, se garantirmos na lei — e esse é o meu ponto de vista — um recurso global da universidade que ela aplica, de acordo com seus critérios, com a orientação dos seus conselhos, dos seus órgãos colegiados, com correção. Correção com duplo sentido: correção moral e monetária. O que acontecerá na prática? A meu ver o fracasso eventual desse gerenciamento, talvez até provocado por essas outras questões legais, vai conduzir as pessoas ao seguinte questionário: é preciso mais dinheiro.

Ora, quando analisamos globalmente o problema — o Senador João Calmon é um especialista nesta área, porque sempre se preocupou com isso e tem sido nos últimos anos relator setorial da educação no Orçamento da União — notamos e verificamos o seguinte. A Constituição já estabeleceu 18% dos recursos para educação. Foi uma longa batalha para se conseguir esse patamar, que acredito, dentro das necessidades globais da sociedade, razoável. Mas, quando examinamos a destinação desses 18%, verificamos que acima de 80% vai para o ensino superior — o Senador João Calmon pode confirmar esses dados — e desses 80%, ou mais de 80%, que vão para o ensino superior, 95%, no ano passado, já foram destinados, única e exclusivamente, para pessoal.

Aí nós temos uma equação grave, que me conduz ao último questionamento.

Como o senhor, pela sua experiência, vê a possibilidade de se melhorar essa correlação entre disponibilidade e resultados? Porque por esses dados todos, parece-nos que ampliar a variável disponibilidade é muito difícil na prática.

Teríamos que, efetivamente, começar a analisar essa outra variável dos resultados, como obter melhores resultados na pesquisa, na atividade de extensão, especialmente no ensino. Outro dado que nos tem preocupado, é que em todas as indagações temos visto isto muito claramente, é a correção entre essas dedicações exclusivas, esse percentual, mesmo pequeno, de doutores ou de mestres — mas quase todos voltados para a atividade de pesquisa, poucos, como o senhor também enfatizou, preocupados e

se dedicando à atividade de ensino — e os resultados da pesquisa. O que é que isso tem trazido concretamente de resultados positivos para o País como um todo?

Infelizmente, deparamo-nos com resultados muito magros.

Então, para concluir, como o senhor vê a possibilidade de se melhorar no campo do ensino, da pesquisa, da extensão — e aí envolvendo a questão dos hospitais universitários, a correlação entre disponibilidade de recursos e resultados que a sociedade possa esperar do sistema universitário brasileiro?

O SR. RELATOR (João Calmon) — Sr. Presidente, pela primeira vez, vou pedir licença a V. Ex^a para me retirar, porque tenho um problema de doença na minha família e eu não poderia continuar aqui.

Mas desejo felicitar o Professor, que nos deu uma contribuição realmente preciosa para equacionarmos o problema dramático da Educação brasileira, de um modo geral e especificamente do ensino superior.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Mesmo tendo o prejuízo da sua ausência, porque muito nos honra e ilustra, nós compreendemos perfeitamente as razões. Além da sua responsabilidade como Relator, V. Ex^a tem sido um dos esteios para que este trabalho seja conduzido até aqui.

O SR. EDMUNDO CAMPOS — A uma das perguntas de V. Ex^a, quero responder com uma notícia que li no jornal *Ciência Hoje*, que é uma publicação da SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, de que o próprio Ministério da Educação está remetendo ao Congresso uma emenda constitucional sobre a autonomia universitária.

Pelos termos da declaração da Dr^a Eunice Durham, que é a Secretária de Ensino Superior, essa emenda à Constituição sobre a autonomia visa exatamente sanar algumas dessas deficiências operacionais da universidade. Pelas declarações da Dr^a Eunice, essa emenda pretende que as universidades decidam o quanto devem gastar em pessoal, em pesquisa, que seja uma decisão autônoma de como alocar os recursos por essas rubricas.

Ela sugere que se dê à universidade a liberdade de estabelecer quadros de carreiras próprios e até salários, enfim, tirar um pouco a universidade dessa camisa-de-força de funcionalismo público.

A universidade não deve ser, de forma alguma, vista como um serviço público, como uma repartição pública, nem o professor é um funcionário público que tenha que ser submetido a todo esse tipo de controle.

Creio que já está encaminhada a questão da autonomia universitária. Pela primeira vez, uma iniciativa do MEC encaminha a questão da autonomia universitária, através de uma proposta de emenda constitucional.

Desejo todo o sucesso a essa iniciativa do MEC, que é, realmente, fundamental.

O que está faltando na universidade, e o que está sendo absolutamente necessário se fazer para resolver alguns desses problemas, como compatibilizar recursos com desempenho, é exatamente a questão da avaliação.

Há anos o Ministério está trabalhando com a questão da avaliação do ensino superior. Vamos deixar um pouco a parte operacional e vamos ver os resultados, o produto final. Qual é, rigorosamente, realmente, a qualidade do ensino ministrado pela universidade? Qual é a qualidade profissional do aluno formado pela universidade? Qual é a qualidade da pesquisa que se faz, que se produz na universidade?

É preciso avaliar isso.

O MEC, tanto quanto eu saiba, e eu tenho tido contatos profissionais com o MEC nessa área, há quatro ou cinco anos, talvez mais, tem insistido na tecla de que as universidades têm que entrar no processo de avaliação de desempenho.

A resistência é muito grande, as universidades não gostam de avaliação. Há setores da universidade que não gostam de avaliação, não querem ser avaliados.

O máximo que se permite, o máximo que se concede nessa área de avaliação de desempenho, é alguma coisa semelhante à auto-avaliação.

A própria universidade quer se avaliar, o que é uma coisa problemática.

Eu, seguramente, não confiaria muito, conhecendo como conheço o espírito corporativo da universidade, num processo de auto-avaliação.

De alguma forma, o MEC ou alguma agência governamental envolvida com educação superior, deverá montar algum sistema nacional de avaliação, como existe, como atividade corriqueira, em países subdesenvolvidos.

A atividade de avaliação pode ser uma atividade de pesquisa como qualquer outra, qualquer instituto de pesquisa pode fazer a avaliação de ensino superior, a avaliação da qualidade como uma atividade de pesquisa normal. O que está faltando é o que sobra em alguns países: é ver o processo avaliativo como uma coisa absolutamente normal, corriqueira, cotidiana, que não tem a finalidade de penalizar ninguém, pelo contrário, tem a finalidade de detectar deficiências para eliminá-las, para saná-las, mas a resistência ao processo de avaliação é muito grande, tanto é que até hoje não se fez nada nesse sentido.

Há experiências isoladas, muito compartimentadas, de auto-avaliação, mas enquanto não for parte da cultura universitária brasileira a atividade de avaliação de resultados, vai ser extremamente difícil ter-se uma imagem mais razoável do problema. Por exemplo, o problema do custo. Talvez a universidade nem gaste muito, gaste mal, o problema talvez seja mais de ineficiência.

Vamos supor que tenhamos dez professores que, num curso qualquer, formem cinco estudantes e, numa outra universidade, os mesmos dez professores formem vinte estudantes, quer dizer, gasta-se o mesmo com esses dez professores e nos dois casos; só que o custo por aluno cresce desmesuradamente naquela universidade que com o mesmo número de professores forma apenas cinco estudantes.

Existe muito isso na universidade brasileira, cursos em que a taxa de conclusão é realmente muito baixa.

Por exemplo, o regime de matrícula por disciplina, o regime de crédito, dentro desse sistema, acontece muito isso: poucos alunos fazendo uma cadeira, mas também a cadeira não pode ser eliminada. Há cursos profissionais que têm um grande número de professores, em comparação com o número de estudantes.

Um caso típico no Brasil são os cursos de Arquitetura, que formam poucos estudantes, mas mantêm *in totum* seu corpo docente. São ineficiências que podem ser localizadas, mas que não significam que podem ser eliminadas, não significam, por exemplo, que se deve reduzir custos.

O problema é de ineficiência. A universidade gasta mal. Tem pouco para gastar, e o que tem gasta mal. Ela não consegue localizar, e talvez não tenha autonomia para eliminar esses focos, que são múltiplos, de ineficiências.

Eu estava com mais um exemplo, aqui, que é essa relação aluno/docente, nas universidades brasileiras.

Novamente a mesma estatística, que tirei de uma pesquisa da Universidade de São Paulo, mostra que nas 35 universidades federais, por exemplo, a relação de aluno/docente é de 8 alunos para cada docente.

Nas 197 universidades nacionais americanas, a relação é de 14 estudantes por docente.

A relação é muito dispar: 8 para 14, 8 no Brasil, 14 nos Estados Unidos, isso é média, algumas universidades estão muito longe disso, umas têm uma relação mais satisfatória, outras, realmente, estão com a ociosidade docente muito grande, que precisa ser eliminada.

O que é preciso é a avaliação. É localizar esses casos, fazer algum esforço estatístico para criar tipologias de instituições universitárias, enfim, mapear um pouco o campo das ineficiências, através do processo avaliativo, e eliminá-las.

A questão do alto custo da Educação está aí, nessa relação de recursos disponíveis e qualidade do que se produz com eles, quer dizer, poucos recursos e qualidade da pior espécie.

O SR. PRESIDENTE (Solon Borges dos Reis) — Muito obrigado, mais uma vez, professor Edmundo Campos.

Declaro encerrada a reunião e convocada a reunião seguinte para a próxima quinta-feira, dia 2 de abril, quando teremos os depoimentos da professora Vanessa Guimarães e do Dr. Ênio Candotti.

Data: 2-4-92 — hora: 10h28min

Convidados: Vanessa Guimarães — Ênio Candotti — Alofzio Vasconcelos — Raul Pont — Elias Moraes — José Alves.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Declaro aberta mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a crise na universidade brasileira.

Convido para tomar assento à Mesa a Professora Vanessa Guimarães, Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, e o Dr. Ênio Candotti, Presidente da SBPC.

Inicialmente, quero dar uma palavra de explicação, especialmente aos depoentes de hoje, que esta Comissão tem se reunido sempre com uma presença, um *quorum* pequeno, talvez em decorrência do problema crônico da educação brasileira, exatamente o de não despertar um maior interesse político. Mas como as nossas reuniões são gravadas e tanto o relator como os demais componentes têm acesso ao material taquigráfico dessas reuniões, mesmo sem ter um *quorum* adequado, estamos utilizando o procedimento de ouvir os depoimentos, porque entendemos que a contribuição que cada depoente tem a trazer é muito importante, em se tratando de um assunto como esse. Naturalmente, o relator, na elaboração do seu parecer, no seu relatório final, levará em consideração todos os depoimentos aqui colhidos.

No dia de hoje estamos com uma dificuldade adicional, porque o Senador João Calmon teve um problema e precisou se deslocar de Brasília, não podendo estar presente, mas S. Ex^a autorizou-me a prosseguir normalmente com a reunião, tendo em vista que depois S. Ex^a terá acesso ao material gravado.

Sem mais delongas, passemos, inicialmente, ao depoimento da Professora Vanessa Guimarães, que terá um prazo de 20 minutos, prorrogável dependendo do seu desejo. Portanto, solicito que proceda ao juramento de praxe e logo após, à assinatura desse compromisso. Convido todos a se levantarem para ouvir o juramento.

A SRA. VANESSA GUIMARAES — Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento, sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise da universidade brasileira. (Pausa.)

(Procede-se à assinatura do compromisso.)

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo, portanto, a palavra à Professora Vanessa Guimarães e, logo em seguida, ouviremos o depoimento do Dr. Ênio Candotti; e, ao final dos depoimentos, daremos oportunidade para que os Srs. Parlamentares, que assim o desejarem, possam fazer as indagações, os questionamentos que acharem convenientes.

A SRA. VANESSA GUIMARÃES — Bom dia a todos.

Senhoras e Senhores, o "Aurélio" registra 12 sentidos diferentes para a palavra crise e pelo menos dois deles aplicam-se com propriedade à situação da universidade pública brasileira. O primeiro é o que identifica crise como sendo um estado de dúvidas e incertezas, o segundo caracteriza como sendo uma fase difícil, grave, na evolução das cousas, dos fatos, das idéias.

O que difere a situação das universidades do conceito geralmente aceito para a palavra crise é que no caso dessas instituições o estado de incertezas e a fase difícil, grave, não têm sido apenas momentâneas ou episódicas, mas têm apresentado uma forte característica de perenidade. Seria o caso então de se falar numa crise permanente, o que em certo sentido é um contra-senso.

Assim, desejo, inicialmente, relativizar o nome dado a esta Comissão Parlamentar Mista, pois se de um lado é certo que a universidade brasileira enfrenta problemas setoriais, de outro é também verdade que ela possui algumas faces e atividades que em nada se aproximam de uma situação crítica. Dada a perenidade dos problemas que a universidade brasileira vem enfrentando — e podemos afirmar que eles persistem, com pequenas nuances de diferença, pelo menos nas duas últimas décadas — peço vênia aos Srs. Senadores e Deputados para não falar da crise, mas sim dos problemas que essa instituição enfrenta.

Isso, para mim, não é mera questão semântica, é uma questão de fundo que nós, que hoje nos encontramos com a responsabilidade de dirigir tais instituições, esperamos que encontre, aqui nesta Casa, que é a real representação da população brasileira, a necessária ressonância para que sejam encontradas soluções duradouras.

Os problemas da universidade pública brasileira podem ser, para efeito didático, divididos em quatro grandes questões: a orçamentária, a do financiamento à pesquisa, a salarial e a institucional.

Tenho ouvido com frequência, no âmbito da universidade que dirijo, e o noticiário dos veículos de comunicação também repetem isso, que a crise financeira nunca foi tão grande — e realmente essa situação está hoje agudizada — a ponto de ser reconhecida como crítica, bastando, para ilustrar isso, lembrar que até este momento o Governo ainda não liberou todos os recursos que foram inicialmente incluídos no orçamento do ano passado pelo Congresso Nacional.

No caso específico da Universidade Federal de Minas, deixamos de receber cerca de 25% do orçamento de 1991. Quanto ao orçamento de 1992, já estamos no quarto mês do ano e até agora só 35% do orçamento foi implantado; e, financeiros, pasmem, tivemos, até o momento, a liberação de 4% do financeiro deste ano. Não há necessidade de ser especialista em administração pública para perceber como uma situação dessa é desastrosa para quem tem a responsabilidade de dirigir uma instituição como a universidade.

De qualquer forma, se a situação atingiu, neste momento, um ponto realmente insustentável, convém não esquecer que essa não é a primeira vez, inclusive aqui, nesta Casa, em que se fala na crise orçamentária e financeira das universidades. Essa crise remonta aos anos setenta e tem se repetido a cada ano, sendo uma das responsáveis pela deflagração de inúmeros movimentos grevistas desde então, além de gerar movimentos de solidariedade de amplos setores sociais. A despeito de tudo, a situação de hoje difere quase nada de quinze ou vinte anos atrás.

Nós, reitores, continuamos em nosso dia-a-dia administrativo obrigados a conviver com dificuldades para resolver problemas elementares, como o pagamento de água, luz, telefone, a compra de material indispensável ao funcionamento da nossa instituição, como giz e papel.

É de propósito que estou citando exemplos tão prosaicos, primeiramente para deixar claro que quando a comunidade universitária vem a público reclamar por mais

verbas não está clamando por privilégios grandiosos, mas apenas tentando garantir o seu direito à sobrevivência. Em segundo lugar, porque as demais dificuldades, geradas pela insuficiência orçamentária e financeira e pela incerteza do repasse financeiro, como a não-renovação adequada dos acervos bibliográficos e dos laboratórios e a manutenção e recuperação de prédios, são de mais difícil visualização e serão abordadas em outro capítulo deste depoimento.

A segunda questão grave é a do financiamento à pesquisa básica e tecnológica, que como se sabe, no Brasil, é feita quase que exclusivamente pelas universidades públicas. Não vou me estender sobre o tema, que certamente será tratado com mais vagar e mais conhecimento de causa aqui, nesta reunião, pelo Dr. Ênio Candotti, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Mas, a exemplo do que ocorre com a questão orçamentária, a questão do financiamento à ciência e à tecnologia no País caminha para um momento insustentável, embora venha de longa data.

Menos de 1/3 (um terço) dos recursos previstos para aplicação em pesquisas durante o ano passado foram liberados pelo Governo, que é praticamente o único financiador que temos. O resultado é que os grupos de pesquisa ou ficaram paralisados, ou viram perder-se alguns trabalhos que vinham desenvolvendo há mais tempo e que, como quase tudo na área de pesquisa, são de longa maturação. O pior é que as conseqüências desse processo não são mensuráveis e nem evidentes a curto prazo, elas só aparecem a médio e longo prazos e o custo maior quem vai pagar é a população e o próprio País.

Vou me permitir citar um exemplo da minha universidade, porque confio no poder didático dos exemplos: uma professora da Faculdade de Farmácia da Universidade de Minas Gerais, trabalhando em conjunto com a Fundação Oswaldo Cruz e com a Universidade de Munique, na Alemanha, conseguiu, há pouco tempo, identificar cinco plantas brasileiras, especialmente da Região Amazônica, que possuem substâncias ativas no tratamento e na prevenção da malária. Para o prosseguimento dos estudos, entretanto, ela precisa de novos investimentos, inclusive para realizar alguns exames na Alemanha, em equipamentos não disponíveis no Brasil. Mesmo tendo o seu projeto aprovado pelos órgãos competentes, ela não obteve os recursos para prosseguir os trabalhos. Essa professora, é claro, sofre com o problema, mas o sofrimento maior, certamente, é o dos milhares de brasileiros. No ano de 1989, por exemplo, foram registrados 500 mil casos da doença. Estas pessoas vêem mais distante a possibilidade de uma melhor solução para o problema. Hoje eles não contam com qualquer preventivo para a malária, e a doença tem que ser tratada com produtos importados, um dos quais é altamente tóxico. Exemplos como esses, com certeza, podem ser encontrados às dezenas nas principais universidades públicas brasileiras. Isso não tem sido suficiente para sensibilizar as autoridades que detêm o poder sobre os recursos do País, e decidem para onde eles devem ser canalizados.

O processo de esvaziamento do setor público de Ciência e Tecnologia não é novo; em 1990, por exemplo, último ano para o qual são disponíveis dados consolidados sobre recursos liberados, o investimento em pesquisa feito através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, — FNDCT, que concentra quase a totalidade das verbas federais para o setor, foi de algo equivalente a 28 milhões de dólares. Essa cifra corresponde — pasmem — a apenas 11% dos 253 milhões de dólares que haviam sido aplicados em 1975, 15 anos antes, ano em que mais nos aproximam de um investimento razoável no setor.

Como têm sido freqüentes as comparações entre as universidades brasileiras e suas congêneres de outros países, especialmente as norte-americanas — claro, sempre para desvantagem nossa — vou usar também esse expediente de comparação, citando dados que são omitidos pelos nossos críticos: apenas o Instituto, o famoso MIT,

tem, no seu orçamento de pesquisa anual, cerca de 250 milhões de dólares. Isso significa, em linguagem muito simples, que apenas um Instituto de Pesquisa nos Estados Unidos recebe dez vezes mais recursos do que todos os grupos universitários brasileiros reunidos. E nem é possível dizer que lá são as empresas privadas que fazem o maior investimento, porque isso não é verdade, no caso das universidades. Os investimentos industriais, privados, em universidades americanas representavam em 1985, por exemplo, apenas 4% dos investimentos comparados com o Governo Federal.

A terceira questão, que merece ser abordada dentro dos problemas estruturais da universidade brasileira, é a salarial, como as outras duas, também não é nova. Como ela está também próxima de um momento de ruptura, e mais uma vez, como as outras duas, tem atravessado os anos sem que seja encontrada para ela uma solução duradoura razoável.

É histórica a defasagem salarial dos servidores das universidades federais brasileiras. Ao longo desses últimos 20 anos houve até momentos de relativa estabilidade, como em 1987, por ocasião da implantação do novo quadro de pessoal. Esse e outros momentos de relativa estabilidade, entretanto, só foram conquistados à custa de movimentos grevistas, alguns atingindo níveis traumáticos, e todos causando forte desgaste, tanto institucional como os enormes prejuízos à sociedade.

Mais uma vez vou citar dados concretos, pois eles são, por si só, eloquentes ou suficientes para demonstrar a que nível chegou a situação salarial dos servidores universitários. O salário inicial de um professor da Universidade Federal, em regime de 20 horas semanais, está nos exatos Cr\$250.035,06, valor que equivale a pouco mais de duas vezes o salário mínimo vigente do País, que é, como sabemos, o mais baixo de toda a sua história. As despesas com o pessoal docente, na minha universidade, por exemplo, UFMG, caíram de 12 milhões e 300 mil dólares, em fevereiro de 1990, para apenas 6,6 milhões em dezembro de 1991, incluindo os aposentados e pensionistas. Como durante o ano de 1991 houve um grande número de aposentadorias, parte das quais obrigando a reposição de pessoal, fica fácil concluir que essa redução de quase 50% no valor global da folha de pagamentos foi conseguida à custa de um violento achatamento salarial. A redução em relação ao pessoal administrativo é ainda maior. O valor global da folha caiu de 9,1 milhões de dólares, em fevereiro de 1990, para 3,8 milhões em dezembro de 1991. Levando-se em conta que o reajuste aplicado sobre os salários dos servidores das universidades foi de 100%, dividido em 3 parcelas, janeiro, fevereiro e março, concluímos que estamos agora ainda muito abaixo do nível salarial de dois anos atrás.

Quero destacar que, ao contrário, como muitas vezes se apregoa, as universidades federais não vêm aumentando seu quadro de pessoal, ao contrário, vêm sofrendo uma redução efetiva no quantitativo. Apenas nos dois últimos anos, a Universidade Federal de Minas teve uma redução de quase 20% em seu quadro de professores na ativa. Em fevereiro de 1990, a universidade tinha 2.978 professores e em fevereiro deste ano o número era de apenas 2.594. Embora menor, houve também redução de pessoal administrativo, cujo total caiu no mesmo período de 4.730 para 4.249. Houve, portanto, um esforço para aumentar a produtividade da instituição, mas apesar disso e de os níveis salariais encontrarem-se em patamares tão baixos, os gastos com o pessoal em nossa Universidade vêm superando a casa dos 90% do orçamento total. Esse dado, aliás, é citado com frequência pelos que pretendem apresentar as universidades federais como instituições ineficientes que gastam muito e produzem pouco.

Creio ter deixado claro, com os dados que acabei de citar, que a situação não é bem essa. A universidade tem problemas, mas o seu esforço em aumentar a produtividade, e melhorar essa relação entre o número de professores, funcionários e alunos tem sido muito grande, e os resultados não tardarão a aparecer.

Ainda no capítulo da questão do pessoal, é preciso registrar o enorme esforço feito pelas universidades, para a qualificação do seu pessoal docente. O número de mestres e doutores da UFMG, por exemplo, praticamente triplicou durante a década de 80, enquanto o número total de professores manteve-se inalterado. Cresceu significativamente ainda o número de docentes em dedicação exclusiva, que hoje representam cerca de 70% do corpo docente.

Finalmente, é preciso não esquecer que, nos dois últimos anos, as universidades passaram a ter incluídos em seus orçamentos as despesas com todo o pessoal inativo e de pensionistas o que antes ocorria apenas com os estatutários.

Com isso, a participação desse grupo no valor global da folha cresceu muito. Em fevereiro de 1990 significavam 15,2% da folha do pessoal; em fevereiro do ano passado, já eram 22,5%, e em fevereiro deste ano as despesas com os inativos e pensionistas atingiram a casa de 31%.

Essa é a realidade da UFMG, e certamente das grandes instituições e das instituições mais antigas do País.

Todas essas variáveis devem, sem dúvida, entrar nas análises que são feitas sobre o problema do pessoal das universidades, sendo até leviano simplesmente afirmar-se que as universidades gastam demais com o pessoal.

A relação existente, em que mais de 90% do orçamento é consumido com despesas de pessoal, é realmente preocupante. Mas essas são características de todas as universidades do Brasil hoje, inclusive as estaduais paulistas. É preciso não esquecer que esse número persiste, a despeito de as universidades já terem feito a redução do pessoal, e de terem investido muito na qualificação do pessoal. O esforço, portanto, deve ser feito no sentido não só de aumentar os salários, mas também os recursos destinados aos custeios, única forma de modificar essa relação percentual.

A quarta questão, em que se pode enquadrar a soma dos problemas das universidades brasileiras, é também a mais importante delas, pois do seu correto equacionamento dependerá a solução das demais. Trata-se da questão institucional, da definição da identidade da universidade e da compreensão que a própria instituição vier a ter sobre o papel que tem a cumprir na sociedade.

Creio não haver mais dúvidas de que o atual modelo de organização jurídica das universidades federais está esgotado. Esse modelo tem sido em largo sentido um dos responsáveis pela fragilização da instituição, de vez que ele retira a autonomia da gestão administrativa e financeira, com repercussão na autonomia didática e de pesquisa. É certo, entretanto, que mesmo dentro desse modelo castrador, a universidade brasileira soube, ao longo dos seus poucos mais de 60 anos de existência, construir uma história que não a envergonha. Uma história, todavia, feita à custa de muitos heróis e até mesmo de alguns mártires, que se sacrificaram na resistência às tentativas de cerceamento externo. Não vou me deter em exemplos, mas convém não esquecer no passado recente, nos idos de 1960 e 1970, que em muitas das nossas universidades federais, tivemos projetos acadêmicos e de pesquisa profundamente afetados por decisões que nada tiveram a ver com o interesse da sociedade. Falo da aposentadoria e do banimento científico de muitos de nossos cérebros, impostos pela intolerância política. Mas falo também da imposição de currículos e de reformas, até mesmo do aumento compulsório do número de vagas em alguns cursos por meros caprichos de governantes.

Alguns tipos de violência, que continuam sendo cometidas contra a instituição, são menos evidentes, mas igualmente danosos. Se é fato que já não sofremos pressões políticas, não é menos certo que continuamos sofrendo ações administrativas, que também afetam o nosso projeto. Já citei neste depoimento dois fatos que reputo da maior gravidade. O primeiro, é que o nosso orçamento, ainda que amplamente discutido e aprovado pelo Congresso, simplesmente deixa de ser executado, sem que possamos fazer qualquer coisa a respeito. Os recursos são contingenciados, sem que

haja qualquer legislação que garanta tal contingenciamento. Mesmo o recurso não sujeito a essa restrição, simplesmente não nos é enviado, gerando uma situação de absoluta incerteza e insegurança na administração.

No ano passado, a Universidade Federal de Minas Gerais aguardou seis meses para ter autorização de gastar os seus recursos próprios, gerados pelas suas fontes patrimoniais próprias ou pelo trabalho dos seus docentes, funcionários e alunos.

Um outro fato grave é o aniquilamento progressivo da pesquisa, também aqui através da retenção de recursos, embora esses tenham sido previamente aprovados pelo Congresso. A conclusão a que podemos chegar é que, se antes estávamos submetidos à tirania da intolerância política, agora, o que nos submete é a vontade administrativa da área econômica que não hesita em ignorar a vontade do Congresso para garantir o cumprimento de metas de sua administração.

Citei dois tipos diferentes de violências praticadas contra a universidade, em momentos distintos de nossa História, exatamente para tentar demonstrar que a instabilidade, a incerteza, é intrínseca, ao modelo vigente, que nos deixa de mãos atadas para a solução dos nossos problemas, a respeito dos quais, na maioria das vezes, temos pleno conhecimento.

O modelo, como já disse, está falido e merece ser questionado e desconstruído, de tal maneira que, em seu lugar, surja um modelo novo capaz de dar às universidades a condição de que necessitam para a execução do seu projeto, dentro das exigências contemporâneas

A construção desse novo modelo inclui, necessariamente, autonomia universitária, já tão decantada em prosa acadêmica e em texto legislativo, mas ainda tão distante de nossa realidade. A autonomia universitária já foi discurso de resistência, já foi projeto de tese, já se transformou em ensaios e *papers* de especialistas, já foi objeto de documentos de conselhos universitários e congregações, já foi objeto de estudos e mais estudos e desde outubro de 1988 era um preceito constitucional neste País. A despeito de tudo isso, ainda não é uma realidade. Por quê?

Creio que este é o momento para que essa questão de autonomia seja assumida por nós sem máscara, sem subterfúgios. Acho também que esta reunião nos dá o cenário ideal para essa discussão, pois caberá ao Congresso a responsabilidade maior na definição dos novos caminhos da universidade brasileira, que é um tema de interesse de toda a sociedade. Este é o local adequado para essa deliberação, já que a universidade pública deve ser assumida e estar a serviço do público, portanto, da sociedade.

Disse que a autonomia universitária já foi bandeira de resistência e, hoje, olhando na perspectiva histórica, podemos perceber que essa resistência, se foi decisiva para a preservação da universidade, hoje aparecerá apenas romântica se continuarmos insistindo na mesma argumentação e na simples repetição de palavras de ordem. O tempo é novo, a situação é nova e ambos exigem abordagem novas.

A autonomia, especialmente a de gestão financeira e administrativa, será algo novo para a universidade e, como tudo que é novo, implica em alguns riscos. Enfrentar esses riscos é um dever de contemporaneidade nosso. Não sei, por exemplo, até que ponto podemos nos fechar na idéia de que só queremos a autonomia se tivermos a garantia de que não nos faltarão recursos de forma alguma. É preciso, sim, que o novo modelo de autonomia seja implantado com cautela, de modo a não provocar a descontinuidade do projeto universitário, que não se constrói do dia para a noite. Isso não significa, entretanto, pretender viver uma situação de privilégio absoluto, imune a qualquer tipo de percalço.

Essa idéia do risco implícito na proposta é, portanto, uma das idéias de que não podemos fugir neste momento, assim como também não podemos nos deixar levar em aventuras que podem mergulhar a universidade pública em uma situação de tamanha confusão que a conduza ao esfacelamento. Para que isso não ocorra,

creio que será necessário aprofundar o debate sobre o papel que cabe à universidade pública, embora o seu conceito entre nós tem sido muito confundido com o de uma instituição estatal.

Se queremos uma universidade pública, devemos pretendê-la comprometida com os interesses da sociedade, cabendo a esta última seu controle e a determinação do seu caminho.

Os estudos já feitos sobre a questão da autonomia são, ao meu entender, suficientemente esclarecedores sobre os muitos problemas que poderão advir quando da implantação do novo modelo. Cabe-nos apenas aperfeiçoar tais estudos, detalhando-os e partindo para uma etapa de negociação em torno do modelo possível, que significa o equacionamento duradouro da maioria dos problemas da universidade pública. Se formos buscar o modelo ideal, não sairemos do lugar em que estamos.

Quando digo que deve ser dado início a uma etapa de negociação é porque acredito que a definição do assunto não será tarefa exclusiva nossa que estamos dentro da universidade, e, certamente, não pode ser tarefa exclusiva do Ministério da Educação ou do Congresso Nacional. Esta é uma tarefa que compete à sociedade e, na sua definição, devem estar envolvidos os amplos setores que representam a sociedade: o Poder Executivo, o Congresso e os mais variados setores, incluindo aí as próprias universidades, que tenham responsabilidade sobre os destinos do País e que devem se envolver no debate e tomar posição a respeito.

A autonomia da universidade pública brasileira para produzir os resultados que esperamos dela terá que resultar de um amplo entendimento social. Só assim, a universidade, esta instituição ímpar na vida das nações, poderá cumprir plenamente o seu papel. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muito obrigado, ilustre Reitora. Neste momento, solicito ao Dr. Ênio Candotti para proceder ao juramento de praxe.

O SR. ÊNIO CANDOTTI — Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise na universidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra ao professor Ênio Candotti, Presidente do SBPC, para o seu depoimento por 20 minutos.

O SR. ÊNIO CANDOTTI — Antes de mais nada, quero agradecer ao convite para prestar um depoimento nesta Comissão de Inquérito e me congratular com os nobres Senadores e Deputados que consideraram oportuna a minha convocação. Peço, no entanto, desculpas por não trazer um texto escrito, pois diria que sou menos otimista de que a minha colega Vanessa, da universidade, uma vez que, ao escrever um texto, pressupõe-se que o dia seguinte em que ele será lido o texto ainda poderá se referir a uma realidade semelhante. Vivemos dias tais que não sabemos se o amanhã será igual ao hoje. É quase como aquele famoso desafio que se coloca aos cientistas: “Sim, é possível fazer ciência, mas o sol amanhã não pode faltar ao seu compromisso de nascer de novo”.

Confesso a V. Ex^a que estive sexta-feira em Brasília para a entrega do prêmio Álvaro Alberto, e o céu, apesar de cinzento, tinha formas, linhas e cores completamente diferentes daquelas que encontro hoje, três dias depois. Lembro esse fato porque, obviamente, não podemos deixar de lembrar em que momento particular da vida política deste País nós estamos. O grave é lembrar que fatos como esses ocorrem todas as semanas; mais grave ainda é lembrar que há anos vêm ocorrendo.

Vou deixar para o fim a leitura de um texto de San Tiago Dantas, nobre membro desta Casa, que teve grande influência na definição da política brasileira para vermos

que, em 1963, ele dizia essas mesmas coisas. O que terá que temos? Quais serão as características dessa extrema instabilidade de meio em que vivemos? Instabilidade diria quase, até mesmo dos próprios conflitos, que geram conflitos sociais e políticos.

Portanto, nesses momentos, acredito que o nosso dever é relembrar alguns princípios e tentar simplificar, com exemplos do nosso dia-a-dia, quais são os pontos de referência que estão ao nosso alcance, de modo que o raciocínio possa fluir e que alguma razão seja encontrada em tanta imprevisibilidade. Queria falar desde a razão, mas não fica bem.

Partiria do seguinte exemplo: a que se deve o fato de que o nosso melhor instituto de pesquisa em matemática, o Instituto de Matemática Pura e Aplicada, construído ao longo de 30 anos, que formou 500 doutores, 2 mil mestres, que seria comprado na Bolsa de Valores de Paris ou de Nova Iorque a preços altíssimos por qualquer instituição.

Ele, esse instituto, após ter sido construído em plena era da dita modernidade em que a capacidade de competir nos mercados internacionais do comércio, da indústria e da competência, do conhecimento, é a chancela permanente dos discursos oficiais, neste momento, está sendo desmantelado. Dos 20 grandes matemáticos que lá restam, 5 estão deixando o País, porque não vêem condições de sobreviver, e, o que é pior, vão embora não por uma cassação explícita, vão embora por uma cassação branca, pelo fato de que não podem pagar a escola dos filhos. É muito simples a razão.

Jovens pesquisadores desse mesmo instituto de matemática estão nos Estados Unidos para trabalho e pesquisa, recebem convites e lá ficam. Quero dizer nome e sobrenome: José Volor, jovem, brilhante algebrista do instituto, é um dos mais combativos matemáticos a favor do nosso desenvolvimento científico, sempre nos acompanhou nas batalhas pelo nosso desenvolvimento científico e foi contra a permanência no exterior, e hoje ele se vê obrigado a permanecer nos Estados Unidos, aceitando um lugar na Universidade do Texas.

Então, esse fato que nós hoje misturamos com as manchetes prodigiosas de todos os dias e que às vezes perdemos de vista, acredito ser um ponto de referência para esta nossa reflexão, um ponto concreto.

Mas como foi possível? Nós produzimos o carro que não é carroça, nós produzimos o computador que não é tartaruga, nós produzimos uma instituição competente sob todos os pontos de vistas, e a destruímos. Para quê?

Para que daqui a 20 anos seja possível instalar mais uma comissão de inquérito e possamos, assim, alimentar uma espécie de fado, de tradição, de sina que nos leva, permanentemente, a deixar a pedra cair ribanceira abaixo para depois poder carregá-la para cima e vê-la novamente rolar.

Quero enfatizar esse fato trágico, que se repete ano após ano e que nos traz aqui, a esta mesma sala, alguns poucos que perseveraram e não acreditam que esse fato, este desígnio, seja inexorável, deverá haver saída para isto.

Em certos momentos se imagina que há, que predomina uma visão de cultura, de universidade, de instituição, de ensino e pesquisa atenta apenas aos objetivos culturais, éticos, históricos, de memória, que está voltada sobre o seu próprio passado, que pensa a própria sociedade.

Em outros momentos se imagina que esperamos dessas instituições a competência, a capacidade de alcançar objetivos, a capacidade de responder às demandas dos setores chamados produtivos. E como que por excesso de fidelidade às determinações de momento, abandonamos a antiga e compramos a nova como sendo a que vai resolver. Então, possivelmente, o nosso instituto de matemática é descartado porque, afinal, que soluções apresentam esses matemáticos para os problemas do cólera, que são os problemas imediatos que devem ser resolvidos?

À parte o fato de que mesmo os institutos que estão estudando o cólera estão, hoje, procurando garantir as amostras de vibrião para poder estudá-lo, há a busca

de um utilitarismo desenfreado, como o que assistimos nestes últimos anos, e não atribuo isso aos últimos dois anos de governo. Eu estive aqui há quatro anos atrás dizendo a mesma coisa, e estávamos ainda nos últimos anos do governo anterior. Havia como que uma pressão constante: o que, afinal, esses intelectuais, esses cientistas, esses pesquisadores, essas universidades querem? Por que não resolvem os problemas da nossa pobreza, da nossa saúde, das nossas comunicações ou transportes?

Lembro-me de uma famosa observação, acho que foi do Pécora, em 72. Ele era o Secretário-Geral do Ministério da Economia, do Ministro Delfim, e depois de longas discussões sobre recursos ele disse que estava muito bem, que ali estavam os milhões, mas que ele queria a vacina contra a malária em 6 meses. Mal tínhamos condições de explicar para ele que não é bem assim. Mas há essa compulsão de querer um recibo, um compromisso de solução rápida, o que fere uma cultura que permita acompanhar a institucionalização da ciência, da pesquisa científica, da educação em nosso País, ou seja, tenho a impressão que ainda não conseguimos, nos nossos debates parlamentares, nos nossos debates com a opinião pública, nas nossas discussões com os homens do governo, garantir a legitimidade, a necessidade de se observar a vida científica e universitária como uma vida que vive de duas culturas e que vive de duas éticas ao mesmo tempo.

Quais são as duas culturas da universidade? A cultura da memória, a cultura da história, da identidade de uma sociedade, e a cultura da competência, do conhecimento, do saber fazer ao mesmo tempo que tem duas éticas: a ética de uma absoluta fidelidade à ciência e aos seus resultados, é uma batalha sem fronteiras para garantir que a verdade surja de nossas pesquisas, e ao mesmo tempo uma ética de irresponsabilidade social e de vínculo com uma sociedade da qual fazemos parte.

Se a bomba atômica é o resultado da pesquisa científica, se a possibilidade de manipulações genéticas em seres vivos é possível, isso não quer dizer que devam ser feitas, realizadas, isso não quer dizer que essa verdade científica deva se sobrepor sobre a outra. Há um equilíbrio que, necessariamente, devemos obedecer; da mesma forma como atender às demandas de mercado não pode ser um imperativo que se superponha ou que nos afaste dos estudos e da valorização dos elementos que fazem com que vivamos neste País e não em outro, das nossas tradições, dos nossos valores, da nossa História.

Ocorre-me uma lembrança: nesses últimos tempos de radicalismo utilitarista, quais foram as primeiras vítimas? A memória, a História e a cultura. Lembra o ano passado o massacre que foi feito na cultura? Gerou até uma CPI — parece-me se não gerou é porque não restava mais o que examinar no caso e ainda se está tentando, lentamente, reconstruir algumas instituições capazes de preservar essa memória, essa cultura, mas nas universidades certamente é mais fácil comprar um computador do que uma máscara para uma companhia ou para um grupo de teatro. Esse é um drama!

Vocês lembram que a Revolução Industrial nasceu exatamente entre os países que souberam, em um determinado momento, valorizar a máscara tanto quanto os computadores. A Inglaterra, num ilustre período, via conviver teatro e ciência com igual cuidado.

Digo isso porque acredito que uma das possibilidades de alterar esse quadro aqui, hoje, no Congresso Nacional, é a capacidade de perceber que algumas exceções, que algumas diretrizes, que uma mudança na maneira de ler, de cobrar e de interpretar essa crise da universidade deva se fazer: ou fazemos isso ou não conseguiremos discutir a autonomia que muito bem foi examinada pela Vanessa. Não vamos equacionar o problema das universidades colocando coeficientes de funcionários, alunos e recursos, isso só pode estar na cabeça de técnicos do Banco Interamericano ou de qualquer outro banco.

Tenho certeza que se solicitássemos ao Bradesco um estudo, é isso que eles sabem fazer: reunir números e juntá-los para dar alguma resposta e, provavelmente, para justificar o salário que recebem no fim do mês. Mas não é por aí! Nunca ouvi Quantas coisas esses técnicos não dizem ou não querem dizer ou não sabem?

Os documentos do Bird falam em privatização do ensino superior brasileiro e esquecem que o ensino superior americano, grande paradigma, tem 6, 7, 8% de participação privada, 90% é público. Isso é hipocrisia ou má-fé, não sei, era um parêntese!

Quando pensamos em dar ao País a estrutura intelectual capaz de se aproximar, de avançar na direção da modernidade, 1960 — digamos, anos JK — a solução, a proposta foi de que é preciso criar uma pós-graduação. Fui um dos primeiros alunos de uma pós-graduação ainda informal; a formal surgiu nos anos 69/70.

A pós-graduação é um programa que foi extremamente bem sucedido. Dentro da maré das nossas frustrações, acredito que ele merece um cuidado particular, porque ele contém indicadores de como determinadas coisas se podem fazer apesar das enormes dificuldades que atravessamos neste período inteiro.

Ele foi orientado por uma filosofia de que é preciso multiplicar os quadros competentes. Tínhamos metas. Alcançamos essas metas? Não, estamos a cerca de 40% das metas previstas nos anos 70. Vejam: "Plano Destaca: Pós-Graduação e Pesquisa é fundamental para elevar Ciência e tecnologia". *Jornal do Brasil* 1974. Aqui há os números das metas, e confrontando-os com os que temos hoje ainda estamos 50% aquém do previsto na época.

Nos anos 80, anos recessivos, o quadro de doutores no País se multiplicou por um fator 2 ou 3; o quadro de mestres por um fator 4. Ou seja, esse programa, apesar de tudo, funcionou. Mas, hoje, em que situação nos encontramos? Se estávamos crescendo numa curva que se tornava rapidamente exponencial, e aumentava muito depressa, hoje nos encontramos na terrível situação de que tendo realizado, em boa parte, os objetivos políticos apresentados pelo presente Governo em seus planos — no início do ano passado já tínhamos feito isso — não conseguimos fazer com que esse programa prossiga, que ele cresça, se desenvolva. Como? Por quê? Onde? É muito simples e faz parte das medidas que solicitamos ao Congresso e ao Executivo, de empenho, para ser ele resolvido.

A pós-graduação forma gente. Para que essa gente forme mais gente é preciso dar a ela condições de trabalho. Se havia uma sala onde se formaram 20 meninos, para que eles passem a 40, 80, 160, é preciso 2, 3, 4 salas, é óbvio. Hoje os 40 meninos formados estão na mesma sala; os 80 estão na mesma sala. É óbvio que eles vão acabar se dedicando ao comércio, à indústria de sabão, ou irão para o exterior.

Todos sabem da insistente solicitação de recursos, ela é de conhecimento público. O que não é de conhecimento público é que todos os recursos que solicitamos são muito menos do que os recursos hoje liberados para o metrô de Brasília; equivalem a poucos quilômetros da Linha Vermelha. Eu quase ousaria dizer, mesmo sabendo que posso, com o meu juramento, ferir a veracidade das minhas suposições, que uma Linha Vermelha feita com 20% a menos de gastos, o que corresponde ao orçamento de Ciência e Tecnologia, continuaria a ser vermelha, ela não ficaria mais amarela, nem mais insegura. Digo isso porque um engenheiro amigo meu, ao ver uma estrutura de aço, disse que aquela era uma estrutura de aço que ficaria bonita, vermelha, mas não era necessária; ela serviria para dar mais peso à estrutura técnica da ponte apenas.

Quando, então, solicito a este Congresso particular atenção para o fato de que os recursos para a área de Ciência e Tecnologia são muito poucos, mas são absolutamente necessários para que se dê continuidade a um processo iniciado há 20, 30 anos, e que procuramos preservar ao longo desse tempo para que possa dar os primeiros

frutos ao País, estou apenas dizendo que esta Casa tem deixado para um plano extremamente secundário o cuidado para com a reprodução da nossa capacidade e do nosso conhecimento.

Eu ousaria dizer que esta Casa tem sido omissa nessa questão, novamente posso correr o grave risco de questionamento, mas não posso acreditar que se tenha capacidade para resolver problemas urgentes, importantes, socialmente relevantes, em 24 horas, e não se consiga dar solução aos pequenos problemas que entram profundamente a estrutura científica, tecnológica e universitária do País.

Vejam um exemplo. Está nas mãos de V. Ex^a a possibilidade de dar à proposta de autonomia plena execução. É triste verificar que essa proposta, que ajustaria a determinação constitucional de autonomia, acrescentando-lhe apenas que uma figura jurídica própria poderia ser dada à universidade, e, assim, liberá-la de uma série de entraves burocráticos que levaram comprovadamente a graves danos, jaz no fim de um projeto em que se prevê a quebra do monopólio do petróleo e das telecomunicações. Isso é brincadeira! Todos sabem que o monopólio exigirá 10 anos de discussões nesta Casa, honestas discussões, porque se trata de uma questão que transcende o fato simples do monopólio do próprio petróleo, ou das próprias telecomunicações. Juntar aquilo me parece um pouco colocar a cereja em cima do sorvete, um enfeite. Ninguém se dá conta de que a revogação do monopólio do petróleo, do monopólio das telecomunicações só tem significado, ou a sua manutenção, se contarmos com alguma competência instalada para fazer desse petróleo algo mais do que um produto bruto de exportação, para fazer das telecomunicações algo mais do que um simples mercado de telefones portáteis.

Há poucos dias estive no Pará, em um seminário organizado pela Universidade e pela Sudam sobre projetos tais como: "Como Promover o Desenvolvimento da Amazônia". É de todos conhecido um fato. Eu acrescentarei outros a ele, de modo a vincularmos os nossos raciocínios aos pontos de referência. Todos sabem que o Estado do Pará e Amazonas, talvez, têm a sua sustentação ligada, em 50%, à exportação de produtos brutos *in natura*, são aos quais não há nenhum valor agregado; apenas 8% de produtos com algum valor agregado. É óbvio que isso significa uma depredação não apenas o bom-senso, mas do próprio ambiente do Estado, da economia, que nenhuma conferência das Nações Unidas vai discutir, porque é uma depredação quase abençoada pelas classes empresariais da região. Acredito que quem tem 50% de exportação em bruto, provavelmente buscará 60, 70, 80%, buscará aumentar a sua exportação. Obviamente não vai, como não fez até agora, como não fez ao longo de décadas e décadas, buscar, em alguma inteligência, fatores de aumento do seu ganho, lucros.

Ao mesmo tempo, na área científica, nos últimos 20 anos, vinte doutores e duzentos mestres foram formados nas Universidades do Estado do Pará e da Amazônia.

Isso é um atestado da depredação do território da Amazônia. Se a metade ou mais da metade, 70% da economia da região, se deve à extração bruta, sem valor agregado nenhum, sem inteligência agregada nenhuma, para que ter doutores e mestres?

As questões econômica e científica do sistema universitário estão ligadas.

Por onde começar? Vamos formar mais mestres? Vamos colocar mais competência à disposição das classes dominantes? Não. Por quê?

Calcula-se que, dos 1 mil e 500 pesquisadores que estiveram na Amazônia, pesquisadores no sentido de matrizes, de reprodutores, de pessoas com experiências, apenas 75 ainda estão lá.

Alguém poderá dizer que são 80, são 78. O fato é que menos de um vigésimo dos pesquisadores que lá se instalaram para ficar conseguiram ficar.

Quais as razões? Os saldos da economia, da política científica, da política universitária não amanhecem com regularidade todos os dias. E assim não é possível.

Portanto, o que V. Ex^a, nesta Casa, tem em mãos, é um problema de várias dimensões, além dos problemas trágicos, dramáticos, da previdência, do trabalho, do desenvolvimento regional, das próprias privatizações.

Trata-se do único e grande patrimônio que este País deve cuidar até o fim, sem restrições, que é o conhecimento, a produção, o saber ler e escrever do que fala sempre o nosso Senador Darcy Ribeiro. Ou seja, é aquele algo mais que precisamos preservar a custo de que todo o resto não valha a pena.

Perdoem-me se fugi, com algumas divagações, da minha tarefa de fornecer aos senhores alguns dados, apontar para certas questões que devem, com urgência, ser examinadas nesta Casa, e que podem concretamente ajudar a resolver esta questão.

Vamos aos fatos.

A universidade não acompanha os empregos; a universidade não consegue se ajustar à demanda do mercado. Essa é uma grande crítica feita pelas classes empresariais.

Como deveríamos proceder?

Um caminho é a autonomia. Outro é o extremo cuidado em não fazer essas perguntas em épocas de recessão. Além do mais não se deve desviar, por causa disso, a atenção dos planejadores do Governo para a demanda, para a área empresarial.

Vou assinalar os pontos que tinha preparado em honra à longa viagem que este Congresso me convidou a fazer, a questão dos empregos, a questão da recessão, a solução vinha dar às empresas o comando da política científica e tecnológica, de modo a reduzir esse desajuste.

Feito isso em época de recessão, tirou-se dinheiro das universidades, dos institutos de pesquisas, e as empresas não foram buscar os créditos à sua disposição para que pudessem, de fato, exercer o comando.

Esse o primeiro pecado da política industrial e de comércio no exterior, sobre dinheiro no crédito das empresas, falta dinheiro para financiar as pesquisas.

Segunda questão: uniformização.

As universidades do norte não podem ser regidas por projetos que satisfaçam as universidades do sul. É preciso descentralizar, saber, com sabedoria, romper essa unidade centralizada em Brasília, que não consegue atender nem a uns nem a outros e paralisa a todos.

Isto tem a ver com a famosa autonomia, mas também com uma estrutura burocrática que, ideologicamente, busca, na centralização, as soluções dos problemas.

A questão das estabilidades.

Confunde-se, muitas vezes, a estabilidade de instituições com a estabilidade dos membros que a elas pertencem. Devemos garantir a estabilidade de nossas universidades, de nossos institutos de pesquisa. O que não quer dizer que devemos garantir a estabilidade da incompetência ou de uma burocracia ineficiente. Devemos ter meios de controle, avaliação, capazes de transformar o quadro. Devemos utilizar criteriosamente os recursos que nos são repassados. Bem sabem os senhores as acrobacias que se devem fazer para poder utilizar recursos de um item para outro, porque as determinações jurídicas impedem transferências, ou utilizações mais criteriosas.

A discussão do público e do privado, como se essa questão, de fato, tivesse alguma relevância no ajuste dos problemas aqui apontados.

A privatização das universidades significa apenas o abandono de uma política que busque, nas duas dimensões — ética e cultural —, o abandono de uma das duas. Provavelmente a bomba atômica e o utilitarismo prevaleceriam, pois as regras do mercado querem resultados. Nada melhor do que resultados explosivos.

Há, portanto, na discussão do público e do privado, um debate das dimensões dessas instituições que devem, obviamente, voltar-se para a história, para a sociedade, para as dimensões éticas maiores, com a igual atenção em que se voltam aos seus objetivos científicos, técnicos e de competência.

Finalmente, quero deixar registrado que a política atual tem se pautado por forte dose de esperança em créditos internacionais, tanto a política universitária quanto a política de ciência e tecnologia.

Tudo gira ao redor de um ou outro empréstimo de algum banco caridoso. Como caridade não há e como os bancos têm determinações que não coincidem necessariamente com aquelas que possam ser escolhidas por esta Casa ou por esta sociedade. Acredito que seja temerário deixar a política científica e tecnológica, e universitária dependente dos empréstimos internacionais. Isso é muito grave. Espero que essa menção sirva de alerta. Deveríamos desenvolvê-la mais, porque, neste caso, o dinheiro tem cor e tem uma preferência, tem prioridades. E isso não pode ser decidido nem por banqueiros e muito menos por banqueiros que não respondem às leis do País.

Finalmente, peço dois minutos para poder ler a mensagem de San Tiago Dantas. Dizia, ele, em 1964. É da causa do extraordinário progresso no campo tecnológico e cultural dos países europeus. (SIC)

“É preciso reconhecer que para cada cientista é preciso criar uma situação à parte na sociedade e mesmo através de uma aparente injustiça na participação dos rendimentos e na remuneração dos incentivos. O homem de ciência tem de se tornar, no País, um privilegiado. E essa posição de privilégio é apenas aparente, mas se não tivermos a coragem de aceitá-la, de demitir mesmo certos desajustamentos que daí resultam e que podem ser considerados inconvenientes, não conseguiremos formar as bases para criar um campo estável de homens de ciência no País que segurem a estabilidade, o aliciamento vocacional, o aliciamento passará a ser instável e o homem de ciência desaparecerá ao fim de pouco tempo.”

Diz em outro trecho, mais adiante:

“Creio que esses problemas se não forem vertidos para a consciência pública — o desenvolvimento e a explicação desse fato — se não forem colocados ali com toda a amplitude do seu significado não nos deixarão sair do campo da política, da ciência, dessas pequenas medidas ilusórias com as quais conseguimos apenas irritar a fimbria do problema, sem, entretanto, entrar no cerne, no seu núcleo de solução. É necessário que haja, também, o levantamento dos recursos públicos e privados de que dispomos para a batalha da ciência. A batalha da ciência para um país subdesenvolvido é uma batalha extremamente cruel, porque ela representa o sacrifício de investimentos de primeira necessidade social, em benefício de investimentos de produção mais remota, mas que se não forem feitos em tempo não chegarão, depois, a ser oportunos.

De sorte que extrair recursos de finalidades, muitas vezes pacificamente aceita pela consciência popular para concentrá-los em finalidades para as quais a consciência pública ainda não está preparada, é sempre uma tarefa heróica para um homem de governo. E essa tarefa só poderá ser cumprida se o homem do Governo contar com o apoio na área da opinião pública e que tem que construir esse apoio é a conjugação dos homens de ciência, dos homens de cultura e dos homens de governo, esclarecendo ao público e evidenciando cada vez mais, cada vez mais, veementemente, as grandes contradições que o progresso científico, em torno de nós, está criando.”

San Tiago Dantas falou isso em 1964, legou-nos grandes diretrizes, grandes homens, sempre lembrados em nossa política. É pena que homens e diretrizes como essas sejam tão pouco lembradas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muito obrigado ao professor Ênio Canddotti.

Temos, pela ordem de inscrição, quatro pessoas inscritas, sendo uma titular, um membro suplente, e dois que não são membros da comissão.

Deveríamos dar prioridades aos membros da comissão, mas acredito que ninguém vai se opor a seguirmos a ordem de inscrições.

Concedo a palavra ao Deputado Aloísio Vasconcelos, pedindo que cada parlamentar utilize um tempo máximo de cinco minutos para as suas indagações. Pode, por obséquio, dirigi-lo a qualquer dos dois depoentes.

O SR. ALOÍSIO VASCONCELOS — Em primeiro lugar, gostaria de manifestar minha satisfação de estar aqui, hoje, para ouvir a professora Vanessa, que é a pessoa competente e séria reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, mas também rever o Dr. Ênio Canddotti, que colaborou muito na questão do PLANIN — Plano Nacional de Informática, de que fui o relator.

A grande dificuldade, Sr. Presidente, é que nós temos, às quintas-feiras, cinco, seis comissões. Agora, por exemplo, tenho às 11 horas e 30 minutos, deveria estar relatando o projeto de área de esportes. Mas gostaria de fazer três comentários e ouvir, se possível, da reitoria uma resposta.

Eu costumo dizer que a crise da universidade brasileira é a crise de recursos. Nós vivemos num regime capitalista e é impossível você gerir uma universidade de maneira que nós queremos que ela seja com os recursos que a ela são alocados.

Eu não sabia, embora com muito orgulho e muita honra para mim seja professora da Universidade Federal de Minas Gerais desde 1967, na área de engenharia industrial, não sabia que a universidade gastava 90% dos seus recursos em pessoal. É evidente que aceito a consideração feita pelo professor Ênio, de que aí não é um parâmetro, não é um número, um banqueiro vai deixar e dizer, 40% ou 70%. Acho que qualquer instituição pública ou privada que tiver mais de 65% ou 70% alocados a pessoal ela estará seguramente prejudicando algum outro segmento: ou pesquisa, ou treinamento externo, ou ampliação de seus equipamentos, laboratórios etc.

Então, professora, já que não podemos eliminar pessoal para aumentar essa defasagem entre pessoal e recursos, nós temos de trabalhar na outra linha para aumentar os recursos.

Em segundo lugar, foi comentado aqui que o Congresso Nacional tem hoje uma posição de omissão. Aceitei e vou tentar, ainda hoje, conversar com o Presidente da Câmara, que para mim é de mais fácil acesso, separar o projeto de autonomia da universidade da área de telecomunicações e do monopólio de petróleo.

O problema da universidade é de hoje, se possível com uma solução para amanhã. E o do petróleo, como foi bem dito, talvez seja para o outro século.

Agora, também, Reitora e Professor Canddotti, o Congresso Nacional passou a representar para a sociedade um eixo de poder que essa sociedade ainda não sabe dele, ainda costuma raciocinar num período timocrata, e nós, hoje, estamos num período democrata.

Houve uma mudança no eixo do poder, do sistema militar para o sistema civil. E o Congresso, muito embora colocado pelos canais de televisão, principalmente, sempre numa posição ruim perante a sociedade, o que se faz de bom aqui não é divulgado, e o que se faz de mau é amplamente divulgado. Apenas, sem usar muito do meu tempo, ano passado votou-se aqui a Lei do Inquilinato, votou-se a Lei de Informática, votou-se o Código do Consumidor, o Código da Criança e do Adolescente, alguns que estou lembrando. E isso, se fazéssemos uma pesquisa na sociedade, ninguém sabe. Agora, houve um incidente lamentável com um Deputado de Rondônia, e esse assunto do Deputado de Rondônia foi ao ar 71 vezes na emissora de maior domínio da opinião pública.

Então, isso realmente é um projeto maior, que nós não vamos entrar no seu mérito, para se depreciar o Congresso Nacional.

Então, estou oferecendo um trabalho na busca de se atingir os objetivos aqui pregados e, também, oferecendo espaço para que a universidade como um todo venha para o Congresso na hora que achar conveniente e faça o seu trabalho de alocação de recursos no orçamento.

Vou dizer à Reitora o seguinte: eu não assino nenhuma emenda para o orçamento que vise o aumento de despesas militares. Acho que nós temos recursos para área militar muito grandes, mas trabalho todos que forem para aumentar o recurso na área de educação.

O terceiro e último comentário.

Claro que nós não podemos viver sem pesquisa. Se a universidade tem bons laboratórios e não tem bons pesquisadores, para isso tem de se encontrar uma solução, ou através de intercâmbio, ou através de ajuda externa, mas alguma coisa tem de ser feita. Não é possível que nós fiquemos com a inteligência disponível mas ela não produzindo recurso em benefício da própria sociedade. Acho que essa parte de pesquisa tem que ter também uma prioridade dentro do quadro traçado para a universidade brasileira. E vou assumir, com a Professora Vanessa, a qual muito respeito e admiro, o compromisso de ser um dos, pelo menos, 52, 53 Deputados mineiros a trabalhar nessa questão de autonomia, porque se não tiver autonomia, a universidade vai ficar nesse "amassa barro", como falamos lá em Minas, que significa você ficar pisando, pisando sem sair do lugar, ou no caso, sem resolver o problema. E temos realmente que promover a autonomia das universidades, se não quisermos perder, como está ocorrendo, as boas massas cinzentas que estão sendo exportadas.

Para se ter uma idéia, no sul de Minas, na cidade de Alfenas, um professor ganha um milhão e pouco. Se o filho desse professor quiser estudar nessa mesma universidade onde o pai leciona, ele terá que pagar 700 mil cruzeiros por mês, na Faculdade de Medicina.

Basta ver esse quadro, para se verificar o que há de impossível no sistema educacional brasileiro.

Então, a minha proposta é:

Primeiro — aumentar os recursos, buscá-los onde houver para não ficarmos com essa história de 90% aplicados em pessoal:

Segundo — o Congresso Nacional está hoje de porta aberta para que trabalhem no orçamento. E estou me oferecendo para tentar ajudar a eliminar o problema, pelo menos na área orçamentária, sem contingenciamento. Porque não adianta o Congresso votar e o Presidente da República mandar contingenciar 80%, como no ano passado, e aí vira balela;

Terceiro — vamos trabalhar todos para a autonomia da universidade.

Hoje mesmo, Professor Caudotti, o Presidente da Câmara, Deputado Ibsen Pinheiro, vai receber a visita deste Deputado, já com um processo de desmembramento da área de petróleo e telecomunicações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Nobre Deputado, dirige V. Ex^a um questionamento a algum dos depoentes ou apenas fez um comentário?

O SR. ALOISIO VASCONCELOS — Fiz os três comentários, mas gostaria de ouvir a Professora Vanessa, principalmente, sobre a questão dos recursos. A questão da autonomia é um compromisso meu para com ela.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Antes de passar a palavra à professora Vanessa, solicito ao Deputado Raul Pont para que assuma a Presidência dos nossos trabalhos, até a sua conclusão, tendo em vista um compromisso inadiável que temos, e cujo horário está-se completando, lamentando também, pois eu próprio teria algumas

questões a fazer, especialmente nessa questão orçamentária. Apenas à guisa de colocar o assunto em debate, gostaríamos de dizer que temos alguns limitadores. O primeiro é o limite constitucional que, aliás, é o único setor onde conseguimos estabelecer um limite aumentando em relação ao texto constitucional anterior.

Essa questão do contingenciamento está sempre muito ligada ao problema de arrecadação. Evidente que o orçamento é autorizativo, mas ele não pode ser imperativo, porque os cálculos de receita que são feitos nem sempre se realizam. E, evidente, sem uma receita realizada, não se pode fazer a despesa. Pessoalmente tenho debatido, desde os meus tempos de assessor de orçamento da universidade, foi assim que comecei a minha vida profissional, o debate é sempre o mesmo, mas, parece-me, a grande linha de raciocínio tem que ser, talvez, esta do exemplo do professor Candotti, a linha da eficiência. É a linha de se procurar economias que possam ser feitas, sem prejudicar o objetivo final. Esse exemplo da linha vermelha é muito característico do que é a cultura brasileira. Primeiro, no sentido da dificuldade de se estabelecer prioridades. Esse é um primeiro grande ponto. É difícil se estabelecer prioridades neste País. Segundo é a dificuldade que temos de enxergar — e vejam que não é uma dificuldade de agora, o depoimento de San Tiago Dantas é muito ilustrativo — de o País pensar em termos de um plano estratégico, num plano não só de hoje, mas do futuro. E todas essas questões estão relacionadas entre si. Os orçamentos anuais, nesta Casa, despertam sempre uma movimentação e um debate muito intenso. O Orçamento Plurianual passa aqui sem nenhuma reflexão, sem nenhum debate. Um componente cultural nosso é o imediatismo, não pensamos a longo prazo. E a universidade não pode viver dessa forma.

Lamento ter que me ausentar nesta parte dos debates, mas, naturalmente, os companheiros inscritos, e outros que queiram fazer indagações, terão oportunidade de acrescentar muitos pontos a este debate. Lamento perder esta oportunidade, mas tentarei resgatar isto ouvindo as fitas que estão sendo gravadas.

Deputado Raul Pont, por favor. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Raul Pont) — Concedo a palavra à professora Vanessa Guimarães para que responda ao Deputado Aloisio Vasconcelos.

A SRA. VANESSA GUIMARÃES — O Deputado Aloisio Vasconcelos colocou dois problemas extremamente presentes hoje.

Um é a questão da definição da autonomia que nos dará condições de gerenciamento, melhores condições de trabalho da atividade universitária.

A outra questão é a que diz respeito ao orçamento, já que vamos enfrentar a constituição do orçamento no mês que vem. Já temos o orçamento do ano que vem sendo definido.

Esse é um assunto que preocupa o conjunto dos reitores. Temos que ter realmente uma conversa séria sobre a questão orçamentária, não só para dar o dimensionamento necessário à universidade, mas, sobretudo, independente de qualquer definição, qual que ritmo que venha a ter o projeto de autonomia, conseguirmos conquistar autonomias efetivas. Será que temos necessidade de ter um orçamento tão detalhado no plano do Governo Federal? Parece-me que a própria Lei Orçamentária já pode nos conceder a autonomia concreta de que precisamos. Precisamos de quê? De liberdade de gerenciamento dos recursos de custeio e capital, fundamentalmente e de imediato. Essa é uma questão fundamental.

Segundo, precisamos criar uma massa de pressão política sobre o Governo Federal, para que os recursos previstos no orçamento sejam repassados à universidade. É uma situação maluca. Até novembro do ano passado eu tinha recebido apenas 45% do orçamento e atingi o teto de 45% em dezembro! Olhem, até novembro eu tinha 25% ou 30% do orçamento financeiro na mão! E tem mais, conhecendo e tendo a liberação do meu orçamento próprio, que é gerado pela própria universidade, eu

não sabia se poderia gastá-lo antecipando as despesas do orçamento, porque eu não saberia depois como prestar contas, porque eu não sabia se eu teria cobertura orçamentária, se o Governo me liberaria a verba. Então, é uma situação maluca, onde você tem que gerenciar, sustentar e manter um projeto social, que é importante, tenho que deixar isso para as gerações futuras, e não ter os meios nem legais, nem financeiros, para fazer funcionar uma instituição com todas as dificuldades que tentei aqui, rapidamente, neste pronunciamento, desenhar. Então, isso é uma maluquice. Por mais que eu entenda uma situação de crise — e somos os primeiros a entender dessa crise, por dever de ofício — não podemos admitir que em abril não saibamos ainda o que vamos ter nos próximos meses. Liberam-me um orçamento em 35%, mas eu não sei se terei o financeiro. Até hoje não recebi o que me resta do orçamento de 91, do descontingenciado, nem o deste ano. Este é um problema só dos reitores?! Não pode ser!

Agora, se vou para um jornal e faço a denúncia desse fato, compro não só a ira do Governo, como a incompreensão da sociedade. Pois é fácil dizer que o serviço público é incompetente.

Ora, essa é a armadilha em que nos encontramos hoje. Falar para quem? Para uma população que não encontra posto médico? Para uma população que não tem assistência básica? Para uma população que está com problemas de aposentadoria dos seus idosos? É para esta população que vou reclamar o fato de que não tenho recursos para manter uma atividade de elite? Então, para quem vou dizer isso? Para o próprio Governo? Ele me disse: "Espere! Deixe a crise passar. Quando eu sair do quadro recessivo eu te darei algum recurso"! Então, eu preciso dizer isso para alguém. É preciso que haja uma força política que se junte à força política das universidades e daqueles setores que conseguem manter lucidez neste País, porque estão com a cabeça um pouco acima de uma miséria absoluta, para exigir que essa instituição não morra neste momento, pois ela é uma instituição perene no País. Ela tem que sofrer o impacto da crise? Sei que tem! Mas não a ponto de não saber como pagar as compras que tem que fazer, de não saber como manter um hospital universitário funcionando.

Hoje, tenho um problema: se o meu hospital universitário fecha, fecho a única instituição pública de qualidade oferecida à população em Belo Horizonte. Tenho que ir ao Governador comunicar-lhe que vou ter que desativar alguns leitos. É um problema social. Agora, a manutenção desse hospital recai sobre os ombros da universidade.

Essa é uma situação, hoje, sem saída se não encontramos canais para conservar. A questão da autonomia — perdoem-me o parêntese — é preciosa e fundamental, tem relação com esse problema, mas não pode ser uma cilada para nós. Se o Estado está pensando que vai apressar o projeto de autonomia para se livrar da responsabilidade da manutenção, tem que estar enganado; não vamos conviver com isso. Queremos autonomia para viver melhor, não para morrer.

Quando falo que estamos mantendo apenas a folha de pessoal, estamos. Só fiz pagar a folha de janeiro a abril e gastei os últimos recursos próprios que a universidade conseguiu gerar nos anos anteriores para pagar os credores, manter a folha de serviços de contratos de hospitais. Daqui para frente não sei como será. Nós, reitores, ontem, não sabíamos o que fazer com as nossas instituições; a sociedade não sabe disso, mas essa instituição está em perigo. Não sei se vai estar aberta no mês que vem; não sei se conseguiremos fazer o malabarismo para manter com dignidade a instituição funcionando, saudando seus compromissos e não dando calote no mercado. É para isso que a situação está nos empurrando, ser uma instituição considerada mal pagadora, que não cumpre com os compromissos básicos e que dá um péssimo exemplo, inclusive, em gerenciamento.

O nível de incerteza que temos hoje leva-nos a pedir a discussão da autonomia a exigir condições para que essa discussão seja séria, porque não estamos confiantes de que há realmente seriedade do ponto de vista da sociedade brasileira — vou dizer do Governo de um modo geral — para encarar a questão da autonomia. Não estou sentindo que já tenhamos as condições necessárias para exercermos a autonomia, porque se autonomia é dizer: você agora tem um belo problema na mão e resolva como manter sua instituição funcionando; acho que não é isso que estamos pedindo.

A minha instituição funciona há 76 anos sem autonomia e não quero que ela morra, neste momento, contendo o diplomata de universidade autônoma.

Essas são as inquietações do momento; não nos falta coragem, mas temos que ser realistas.

O SR. ALOISIO VASCONCELOS — O Conselho de Reitores tem um peso extraordinário. Ele não tem força para enfrentar o Ministro da Educação, e daí sair via Executivo uma solução?

A SRA. VANESSA GUIMARÃES — Não temos tido, embora estejamos fazendo um trabalho sem perder a esperança. O que temos é o adiamento da questão da liberação do financiamento que vai ocorrer em abril. Hoje é dia 2 de abril, e não tenho ainda informação. Ontem, o Ministério da Educação não conhecia quais os recursos de que iria dispor, está tudo preso na área econômica. A verdade é essa: não tenho o dinheiro, como não sei quanto e quando o terei. O orçamento para nós é um espelho do que deveríamos ter. Garanto que se o orçamento que o Congresso atribui à minha universidade, tenho certeza de que os outros reitores podem dizer o mesmo, temos condições de fazer, mesmo com as limitações existentes no quadro atual de funcionamento de gestão, um bellissimo trabalho de crescimento da instituição, não só de manutenção.

O SR. PRESIDENTE (Raul Pont). — Concedo a palavra ao Deputado Elias Murad.

O SR. ELIAS MURAD — Caro colega, Presidente, Deputado Raul Pont, cara amiga, Magnífica Reitora da minha universidade, professora Vanessa Guimarães, caro colega, professor Ênio Candotti:

Em primeiro lugar peço desculpas a minha amiga, professora Vanessa Guimarães, por ter chegado atrasado e não ter ouvido sua exposição. Mas, como bem disse o colega Aloisio Vasconcelos, aqui temos que ter o dom da ubiquidade, estar em lugares diferentes no mesmo horário. Agora mesmo deveria estar na reunião dos meus companheiros do PSDB, que hoje devem tomar decisões importantes, e estou até, neste momento, preocupado com a situação. Deverei até, feitas essas observações, pedir licença à Mesa, porque terei que comparecer à reunião do meu Partido daqui a pouco.

Mas, professora, gostaria de fazer alguns comentários e dar a colaboração da experiência de um professor que foi quase tudo na Universidade Federal de Minas Gerais, exceto, reitor; o resto praticamente já fui; desde aluno até monitor, estagiário, todos os cargos, diretor de faculdade. Realmente, esta situação da universidade preocupa a todos nós que trabalhamos na área educacional por décadas. Tenho verificado que o problema se arrasta há várias anos.

Agora, de qualquer maneira, Magnífica Reitora, gostaria de colocar algumas situações tiradas, aliás, da minha vivência universitária. Fui diretor também, como Vossa Magnificência sabe, de uma faculdade de medicina particular, fundacional. Lembro-me de um exemplo. Quando fui comprar alguns livros didáticos para a biblioteca, a livraria importadora deu-me um determinado preço. Mas o preço era mais

de 50% inferior àquele preço que ela havia vendido à própria Universidade Federal de Minas Gerais. Indaguei ao vendedor o porquê. E ele me respondeu da seguinte maneira: Porque da sua faculdade sei que receberei dentro de trinta dias; da Universidade não sei quando vou receber. Então, é um problema que se vem arrastando dentro da linha que Vossa Magnificência que expôs brilhantemente, respondendo ao Deputado Aloisio Vasconcelos. Coisas desse tipo. E há também um outro exemplo, que entra na própria burocracia e, talvez, da falta de autonomia. Quando eu era Diretor da Faculdade de Farmácia, fiz uma proposta ao Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais para a Faculdade de Farmácia fabricar e fornecer alguns medicamentos básicos para o Hospital das Clínicas. Em nossos laboratórios fabricaríamos medicamentos básicos para o Hospital das Clínicas e o preço seria 1/10 do preço em vigor no mercado em Belo Horizonte. E simplesmente não conseguimos levar avante o nosso convênio entre a Faculdade de Farmácia e o Hospital das Clínicas. A alegação na época era de que não poderíamos, comunidade da Universidade, vender para outra unidade. Resultado, o Hospital das Clínicas continuou comprando os medicamentos com o preço dez vezes maior. Então, são coisas como essas que realmente preocupam. Apenas são dois exemplos muito rápidos que estou apresentando aqui e colocando em discussão, para mostrar essas dificuldades que a universidade, acredito, ainda enfrenta até hoje.

A SRA. VANESSA GUIMARÃES — Enfrenta, sim.

O SR. ELIAS MURAD — E quero dar os meus parabéns também, à apresentação de Vossa Magnificência. Eu não cheguei a ouvir totalmente, mas pela resposta que deu ao Deputado Aloisio Vasconcelos, eu vi qual é a posição. E coloco-me à disposição. A bancada mineira, acredito, como disse o Deputado Aloisio Vasconcelos, e outras bancadas de outros estados, aqueles que se preocupam com a educação neste País, acredito que nós, parlamentares, poderemos dar um apoio que poderá ser muito importante, inclusive, dentro dessa linha de um maior empenho para a autonomia, porque aí viriam as soluções, mínimas, mas que são fundamentais. Por que a universidade tem que pagar cinco vezes mais caro pelos livros que compra? Por que tem que pagar dez vezes mais os medicamentos que utiliza? São coisas desse tipo que levam a uma dificuldade enorme na utilização, às vezes, dos seus próprios recursos. E finalizando, porque não quero me alongar e terei que sair daqui a pouco para a reunião do meu Partido, quero fazer apenas um ligeiro comentário sobre a colocação do professor Ênio Condotti, dizendo que na nossa experiência, também, de mais de três décadas de vida universitária e também trabalhando às vezes como pesquisador, esse movimento, por exemplo, do êxodo dos cientistas brasileiros é coisa antiga, como V. Ex.^a, professor, sabe. Lembro-me que em 1965, quando era Ministro de Relações Exteriores nosso caro amigo e ex-Deputado, Senador também, Magalhães Pinto, ex-Governador de Minas Gerais, ele fez um amplo movimento nacional para o retorno dos cientistas quando era Ministro das Relações Exteriores e pelo que sei não conseguiu o retorno de um sequer. E como os cientistas iriam retornar para ganhar quatrocentos, quinhentos, seiscientos dólares, aqui no Brasil, se estavam ganhando dois, três, quatro mil dólares no exterior? Então, é um problema antigo, mas temos que continuar procurando para ver se encontramos a solução. São apenas alguns comentários, não sei se querem acrescentar alguma coisa. Muito obrigado.

A SRA. VANESSA GUIMARÃES — Quero dizer que o professor Murad é nosso professor, conhece bem a história e conhece bem o problema. De fato, esse é o problema. Temos um problema interno de gerenciamento e quando chamo a atenção de que temos que garantir os contratos que fazemos, temos que pagar e a universidade não pode ficar dando calote, não pode deixar de cumprir, é porque isso retorna não só em termos de imagem, mas também em aumento nos gastos,

pois as firmas prestadoras de serviços colocam os preços acima dos praticados no mercado, já embutindo a expectativa de inflação até a hora de receber.

Então, é muito importante que a universidade reaja a isso e não entre em um estado de decadência, inclusive enquanto instituição que compra serviços da própria sociedade.

Dentro daquilo que é lícito, que é correto, temos que saber cumprir com estas obrigações, não é justo que sejamos colocados diante de uma solução como esta, não é justo colocar na mão dos dirigentes universitários, hoje, a sobrevivência da instituição nessa base, sem recursos e sem facilidade de gerenciamento.

O senhor colocou muito bem, pois ontem os reitores estavam discutindo isso. Antes de alcançarmos o estatuto da autonomia prevista na Constituição, se o Governo quiser hoje, se o Congresso quiser hoje, ele torna viável, dentro do quadro, a própria existência da universidade, pela Lei Orçamentária de um lado e de outro pela desregulamentação, ou seja, estamos sofrendo hoje um excesso de regulamentação pelo Governo Federal que não decorre de coisa nenhuma. O princípio da Constituição está muito claro, já seria suficiente para recuar uma série de medidas que são burras, por exemplo, se tenho que trocar um ônibus que está hoje colocando em risco a vida dos alunos da escola de farmácia que têm que se deslocar, tenho que obter autorização da SAFE. Enquanto ela não me autorizar, mesmo que eu tenha o recurso e o problema, não posso resolvê-lo.

Ora, como pode a Safe dizer quantos veículos a UFMG tem que ter. Ela diz que eu tenho que ter 36, sem ter ido lá, quando a universidade tem que ter 36 só para o trabalho do internato rural da escola de medicina.

Então, como fica a administração de um problema de um projeto pedagógico, de um projeto de pesquisa quando administrado pela SAFE, por um burocrata de Brasília que vem dizer quantos recursos eu devo ter, quantos automóveis eu posso ter, se eu devo ter um navio ou não em Minas Gerais. Isso não é necessário, não há necessidade, não precisa haver um projeto de autonomia regulamentado para que problemas desse tipo deixem de acontecer.

Então, estamos na situação de querer uma definição, uma regulamentação de autonomia quando, na verdade, não conseguimos sequer o respeito do Executivo para conversar conosco de uma forma séria. Essa é a situação em que nós nos encontramos. Queremos avançar muito no plano legal, ter uma condição de autonomia, que é uma personalidade jurídica que a universidade precisa ter, mas estamos muito aquém do que estávamos há 10 anos em matéria de descentralização e capacidade, possibilidade de gerência de projeto universitário, seja ele em qualquer dimensão, do pedagógico ao projeto acadêmico de pesquisa, seja ela tecnológica ou de pesquisa básica.

Na verdade, estamos regredindo na direção da autonomia quando a Constituição fez um grande progresso, ao dizer que a autonomia era um princípio da Lei de Diretrizes e Bases, foi alçada à condição de princípio constitucional e nada aconteceu nesse período, pelo contrário, estamos perdendo espaço de autonomia.

Acho que deve ter uma definição mais clara do projeto de autonomia e acho que existem medidas concretas que o Congresso Nacional pode ajudar a tomar; tanto no plano da legislação quanto no plano especificamente político que acho que é o mais sério de todos.

O SR ENIO CANDOTTI — Tenho a impressão de que o debate do momento, essa questão da autonomia, parece, em uma emenda constitucional, favorável à modernização do Estado.

A grande dificuldade que hoje encontramos é que faltam diretrizes claras capazes de preservar o que se tem e fazer com que ele funcione, como um designio para

destruir ou inviabilizar tudo que é público, instituições públicas, através de um emaranhado de leis que amarram toda a operação e busca-se a solução em uma aparente privatização. Como se para resolver esses problemas, que exigiriam apenas os termos revogam-se as disposições tal, tal, tal, precise privatizar a instituição universitária.

Isso faz parte de uma diretriz maior que responde a um conflito não resolvido nesta Casa, no Governo e, talvez, na sociedade. Acho que provavelmente daqui a meia hora, na sua reunião de partido, se bem que sei como pensam os membros do PSDB, seja essa a questão central. Pode-se participar de uma proposta de política de governo em que se exige a destruição do Estado e de suas instituições para dar solução aos problemas nacionais ou é possível modernizar o Estado, preservando o seu caráter público. Esse é o dilema do PSDB.

A responsabilidade pelos desastres está nas nossas mãos e a solução também, não é uma questão de dinheiro. Tenho absoluta certeza de que se os recursos disponíveis fossem repassados de uma maneira razoável, flexível, fariam-se milagres, pagar-se-ia metade do que se paga hoje.

Então, há muito a fazer. E quando se falava em omissão era porque as questões centrais não estavam sendo discutidas, é tudo um minuetto em que se dá algo para receber em troca algo, para avançar um pouco, e não se fixa no cerne da questão, porque o cerne da questão é uma diretriz que montou o estado confundindo-o com uma repartição pública.

O SR. PRESIDENTE (Raul Pont) — Pelas mesmas razões levantadas pelo Deputado Elias Murad, também não estive na primeira parte, sou membro da Comissão de Educação e hoje tínhamos uma reunião com o fórum das entidades em defesa das escolas públicas.

Vou ser bem objetivo, pois temos mais um deputado inscrito, Deputado José Alves. Hoje estamos frente ao Congresso com um projeto de emenda constitucional que altera bastante as estruturas da universidade brasileira. Gostaria, pelo visto a professora Vanessa já entrou nesse tema, peço desculpas se vou repetir alguma coisa já dita, mas o projeto gira basicamente em torno de uma proposta que é uma interrogação, uma incógnita de um novo regime jurídico da universidade, transferindo os gastos de pessoal para ter essa autonomia futura, levando, também, para a universidade os encargos relativos, como gastos que estariam incluídos no rateio que se faria dos recursos orçamentários futuros.

Gostaria de ouvir, estamos discutindo isso na Comissão, uma opinião do professor Candotti, da professora Vanessa, sobre se já existe alguma discussão no Conselho de Reitores ou se já existe alguma informação mais precisa, a partir do MEC, para os reitores, explicando o que é esse novo regime jurídico, quer dizer, já há alguma indicação, porque a experiência autárquica, a experiência fundacional já são conhecidas. Toda a discussão feita em relação ao Regime Jurídico Único, em relação às mudanças que foram feitas, levam isso em consideração. A universidade iria para a Lei da S.A.? Há algum indício? Pelo menos nós da Comissão não conseguimos, até agora, que alguém nos dissesse qual é o futuro, o que se prevê com esse novo regime.

Então, a pergunta seria essa: — O que há de concreto em relação ao que seria esse novo regime? Em segundo lugar, se seria possível, da forma como está proposta a autonomia, que é transferir os gastos de pessoal e fazer com que existam quotas fixas da parte orçamentária para serem administradas pelas universidades, mas transferindo a elas também os custos com a manutenção dos inativos. Sabemos que é a questão dos inativos, para os estados hoje, para as prefeituras, para o próprio Poder Público, a crise atual da Previdência que nos mostra ter sido esse fato sempre tratado de uma forma extremamente irresponsável, leviana, sem nenhuma perspectiva do que significa a longo prazo. Entendi ser isso uma verdadeira armadilha para a universi-

dade. Os custos de pessoal inativo em todos os estados, hoje, fazem parte dos elos que mais crecem em relação a essa manutenção dos estados. Se isso vale para a universidade teremos uma verdadeira armadilha, porque com a transferência mais ou menos fixa da receita orçamentária do Estado, a universidade terá que, cada vez mais, buscar outras fontes de recursos, ou através da sua privatização, ou da crescente cobrança de mensalidades; enfim, eu gostaria que esse assunto fosse retomado, se já foi apresentado alguma sugestão ou uma opinião dos dois depoentes que para nós, da Comissão de Educação, será de extrema valia no debate que está sendo travado.

O caso de desdobramento do Emendão, ele já ocorreu; quer dizer, ele já está fracionado, no mínimo, em cinco projetos. Concordamos integralmente, não temos como discutir uma emenda constitucional do jeito que vem inicialmente, misturando telecomunicações, petróleo, com educação e tudo o mais. Enfim essa é uma técnica de todos os projetos que chegam do Governo; as emendas, as últimas medidas provisórias, tratavam desde aluguel, mensalidade escolar, a salário, era uma verdadeira salada, exatamente para dificultar e impedir que se trabalhasse esses temas como deveriam ser.

A SRA. VANESSA GUIMARÃES — V. Ex^a tocou num ponto que está nos preocupando demais, ninguém sabe o que seria esse novo ente jurídico. Não existe. Conheço um documento, feito por um estudioso no assunto, que levanta uma hipótese; mas ninguém desenhou esse novo ente jurídico e nós não sabemos se isso melhora ou piora, o que ele vai significar. A outra questão refere-se ao inativo. Eu disse aqui, no meu trabalho, que hoje, na nossa universidade, vamos chegar a 36% de inativos ao final deste ano, quer dizer, isso não pode ser jogado como responsabilidade perene dessa universidade. Também achamos que temos de colocar os inativos da universidade numa vala comum, quer dizer, é preciso encontrar um tratamento adequado para a questão, ou seja: o que significa esse projeto hoje, essa emenda? O que ela acrescenta ao princípio constitucional já estabelecido? Que questão ele resolve? Eu só tenho certeza do primeiro, do *caput*, que estabelece autonomia administrativa da universidade, explicitando, inclusive, a de recursos humanos, que não é necessário, mas se reafirma e tenho certeza, quanto aos professores pesquisadores estrangeiros, que devem ter condições de serem contratados pela universidade.

Tirando esses dois pontos, enquanto não conseguirmos montar uma complementação, a isso que seria uma lei ordinária ou uma desregulamentação, não sei como iremos afirmar esses dois princípios que estão postos ao Emendão. Eu não sei, os reitores estão trabalhando nesse perfil; ontem, tivemos reunião até tarde sobre essa questão. O Ministério não discutiu conosco, não disse o que pretende, a que problemas resolve, que avanços pode dar, do ponto de vista mesmo jurídico, o que significa esse novo ente, porque a autarquia e a fundação já existem. Administração direta sabemos o que é, bem como o ente jurídico especial. Quer dizer, não que discordemos, mas simplesmente, não se sabe como operacionalizar a partir daí. A questão, por exemplo, do regime jurídico. Ao sairmos do regime jurídico isso implica perdemos várias das conquistas que nele estão contidas, como, por exemplo, a estabilidade. Uma universidade pode existir sem que o seu corpo docente qualificado não seja estável, ficando, portanto, sujeito e exposto a todas as crises, inclusive, às instabilidades políticas ou às perseguições de outra ordem e natureza? Penso ser a estabilidade um requisito da autonomia e não pode haver uma universidade autônoma sem que se atribua a uma parcela significativa do seu corpo docente o atributo da estabilidade; ou seja, ele não está sujeito às crises ou à amopia de um executivo, ele está protegido no exercício da sua função, que é voltado para o conhecimento e a crítica. Existem situações que nós não trabalhamos sobre ela; eu não sei, por exemplo, se podemos ter um plano de carreira que incorpore parcelas significativas e conquistas do regime

jurídico sem, no entanto, atrelar a universidade a uma situação de regime jurídico que não é, na totalidade, vantajoso para a instituição. Não estou falando como pessoa dentro do quadro de regime jurídico, mas, para a instituição, não é possível trabalhar por dois anos, como estágio probatório, a partir do qual, qualquer funcionário se torna estável; essa é uma circunstância que admitimos, tem que ser revista.

Agora, eu não sei como trabalhar essas questões e é isso que eu estou propondo — que estudemos essas questões concretas, essas questões que são operacionais e que vão dar uma fisionomia ao projeto universitário. Considero que podemos discutir esse princípio muito antes de aprová-lo simplesmente.

O SR. ÊNIO CANDOTTI — Tenho a impressão de que nos momentos em que as pessoas jurídicas se tornam mais importantes que as questões essenciais devemos recuar e voltar para as questões essenciais. Eu diria, quase que como uma certa irreverência para com os colegas juristas, o que nós precisamos é que não ocorra o que foi denunciado ao longo de toda a manhã. A universidade tem recursos e deve saber onde bem empregá-los. Paga pessoal, compra livro, isso é uma questão que deve ser da competência do Sr. Reitor. Darei a vocês um exemplo claro de como funciona um instituto de pesquisas, assim chamado moderno. O magnífico Reitor é escolhido após uma consulta a todas as autoridades do País, por um colegiado que se extingue após a sua indicação e, uma vez escolhido recebe a dotação orçamentária e com ela faz o que bem entende, compra, estabelece convênios, aumenta os salários, diferencia, entendo que faz uso do princípio da possibilidade de bem utilizar e ele obviamente presta contas, no fim do seu exercício que está sujeito a fiscalização como qualquer instituição. Mas, o modo como são empregados os recursos, certamente, não deve obedecer às preocupações de um jurista que procurou evitar que burlas pudessem ser feitas, que a igualdade, a isonomia, isso tudo deve ser secundário.

O que é importante para que a universidade do Acre tenha um, dois, três, quatro ou cem pesquisadores? Que pague ouro aos pesquisadores que assim considerarem oportuno, que essa escolha seja feita segundo padrões de qualidades suficientes, mas que pague, senão a universidade do Acre não conseguirá ter em seus quadros os pesquisadores dos quais necessita, Minas quer se dedicar ao hospital universitário? Que o faça, mas que tenha essa flexibilidade. Se não a tiver isso não funciona.

Agora tenho uma outra observação, que soa até mais radical, que Vanessa refere-se a que uma parte do corpo universitário deva ter a sua estabilidade garantida; eu diria uma pequena parte, senão, não há renovação possível, chega um certo momento em que jovens que nós formamos, e que são melhores do que nós, não podem nos substituir. Entendo que a universidade, por natureza, ela é uma instituição cruel, o melhor deve ocupar o lugar daquele que já não é mais tão bom; o outro vai, não é demérito alguém encontrar outras funções naquela universidade, o seu quadro deve ser renovável, substituível; então a estabilidade sim, para alguns, para um pequeno corpo que preserve a instituição, a estabilidade da instituição deve ser garantida, mas a das pessoas não.

O que nós devemos, nessa discussão da autonomia, é esquecer todas as formalidades. Como é que nós vamos fazer para que Vanessa possa pagar com dinheiro do pessoal, livros e com o dinheiro de livros, dívidas de pessoal. Que os encargos assumidos pelas universidades não fiquem a cargo das outras, porque aí ela ultrapassa, é verdade. Se esses encargos antigos são da parte dos inativos isso é um problema que deve ser resolvido e, ao longo da discussão será excluído ou incluído.

É preciso construir uma instituição que possa funcionar nos dias de hoje e que responderá ao Tribunal de Contas ao final do exercício mas que, durante todo o tempo, tenha a ampla estabilidade como instituição e ampla liberdade de funcionar. O resto é resto. Pode oferecer trabalho por tempo determinado, um mês, dois meses;

pode precisar de altas autoridades para ensinar línguas. Agora, é claro, se quisermos com isso levar em direção da privatização aí começa uma guerra sem fim, então vamos resolver nem uma coisa e nem outra. Quanto à questão da privatização, é simples, basta saber que não há nenhuma universidade no mundo que funcione a partir de recursos arrecadados de empresas. Isso já foi dito mil vezes, só não o foi pelo pessoal do Banco Mundial...

O SR. PRESIDENTE (Raul Pont) — Concedo a palavra ao Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES — Sr. Presidente, Dr. Vanessa, nossa Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, Dr. Ênio Candotti.

Quero dizer aqui que, com grande satisfação, embora não sendo desta Comissão, vim atender a um convite que me foi formulado.

Devo dizer que sou Deputado por Minas Gerais, e embora não da área específica da educação aqui no Congresso, sou agrônomo e ligado à área da agricultura, mas nós sabemos que a agricultura também é um ramo da economia que depende e está ligado intimamente à educação, principalmente nas áreas agronômicas.

Não farei indagações porque os nossos colegas anteriores já as fizeram, quero ser breve, pelo adiantado da hora, mas pretendo abordar dois pontos, rapidamente, que já foram colocados aqui, e sobre os quais demonstro a minha preocupação.

Realmente achei um absurdo e fiquei preocupadíssimo quando nossa reitora disse que hoje, a universidade não sabe nem quando e nem quanto terá de recursos para gerir suas necessidades mais urgentes. É um fato de assustar. Entendo ser até falta de responsabilidade. Que a universidade e o tamanho da conotação que representa para o global da nossa economia, tanto na parte de ensino como da própria economia brasileira, não pode contar com quantidades exatas e nem quando. Isso é realmente catastrófico!

O professor Candotti relacionou rapidamente um assunto, ao qual quero me referir, a integração da universidade e demanda de emprego. Esse é um fato que precisamos entender e que nos traz uma preocupação muito grande, talvez um melhor planejamento. Eu, por exemplo, quando me formei em Agronomia, tinha recebido ofertas de cinco ou seis empregos para decidir a hora em que quisesse trabalhar.

Hoje não sei muito bem, porque a área da Agronomia já está saturada, então, são outros ramos como a Medicina, por exemplo, que tem uma posição bem mais favorável nessa demanda de emprego.

Como o professor Candotti disse, esse problema é realmente ligado à economia e, quanto ao clima de recessão, essas perguntas não devem ser colocadas nessa época. Mas penso que tem que haver um planejamento global e todos esses problemas aqui colocados em relação à universidade brasileira, também são atuais, não só da universidade, são problemas muito mais profundos da estrutura econômica e social do País e se não forem resolvidos, a universidade continuará padecendo. O que precisamos é melhorar o salário do povo brasileiro; é fazer crescer a nossa economia para que possamos ter um PIB muito maior e conseqüentemente a universidade terá recursos muito mais satisfatórios.

Com relação a esse ponto, o próprio planejamento de integração universidade e demanda de empregos, deve voltar-se à valorização do profissional, se ele sai em condições de trabalhar, será valorizado. Mas se ele fica aí ao relento e não consegue trabalhar ao longo do tempo, ele se sentirá até inseguro na sua própria profissão. Isso é um problema muito sério. Quanto à criação de uma faculdade, ela não deve atender a regionalismos, interesses políticos, mas obedecer a um planejamento global do ensino brasileiro. Com relação à pesquisa, outro ponto que eu como agrônomo e fazendo parte da Comissão de Agricultura, meu primeiro pronunciamento foi com relação ao crescimento da agricultura brasileira; eu disse e repito agora aqui, a pesquisa

nacional é uma questão de soberania para o Estado brasileiro, principalmente uma tecnologia de ponta. Hoje, dependemos, principalmente na área em que estou ligado, agricultura, dos princípios ativos; 95% são de multinacionais, importados. Se estamos falando hoje em economia de mercado, de mercado aberto, nós temos que pensar em concorrência nossa, não podemos ficar dependendo do exterior.

Saliento que o pesquisador brasileiro, nos últimos tempos, tem o seu salário reduzido a treze vezes seu valor real. Esse é um ponto fundamental. Os grandes pesquisadores não ficarão aqui ganhando pouco se lá fora eles ganham muito mais.

Quero terminar dizendo que na qualidade de Deputado por Minas e também da Comissão de Orçamento, dou o meu apoio a todas as universidades de Minas Gerais e aqui no Congresso estarei ao lado de vocês.

Muito obrigado.

A SRA. VANESSA GUIMARÃES — De novo reafirmo o interesse do conjunto das universidades antes de ir trabalhar na Comissão de Orçamento do Congresso, a fim de ter conquistas objetivas, independente de qualquer mudança de cenário, no que se refere à regulamentação ou não de autonomia. Pensamos poder fazer conquistas muito reais com a compreensão da Comissão de Orçamento do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Raul Pont) — Não temos mais nenhum Deputado inscrito. Gostaríamos de, em nome da Comissão, agradecer a vinda dos professores Vanessa Guimarães e Ênio Candotti, bem como convidar as demais pessoas que têm acompanhado os nossos trabalhos, ao longo dessas reuniões, que estaremos na próxima quinta-feira realizando mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Agradecemos a presença de todos e encerramos os trabalhos por hoje.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

Data: 23-4-92 — hora: 10h37min

Convidados: Carlos Sant'Anna — Osvaldo Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Solicito que tome assento à mesa o Dr. Carlos Sant'Anna, ex-Ministro da Educação, que nesta qualidade foi convocado para depor nesta CPI. Convido também o Deputado Osvaldo Coelho.

Vamos adotar o mesmo procedimento das reuniões anteriores, quando tivemos mais de um depoente. Primeiro, ouviremos os depoimentos e, em seguida, os questionamentos que poderão ser dirigidos a um ou a outro. A não ser que o Deputado Osvaldo Coelho prefira de outra forma, que façamos a inquirição ao Dr. Carlos Sant'Anna e depois ouviremos o seu pronunciamento.

Solicito ao Dr. Carlos Sant'Anna que proceda ao juramento de praxe e depois o assine.

O SR. CARLOS SANT'ANNA —

“Juro com o dever de consciência dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise na universidade brasileira.”

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra, por 30 minutos, ao Dr. Carlos Sant'Anna, para apresentar o seu depoimento e, logo em seguida,

daremos oportunidade aos Srs. Parlamentares que o desejarem para fazer as indagações consideradas necessárias.

O SR. CARLOS SANT'ANNA — Sr. Deputado Eraldo Tinoco, Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar a crise na universidade brasileira; Sr. Senador João Calmon; Srs. Deputados; Srs. Senadores, afeito sempre a pronunciamentos em que a parte porventura escrita é apenas um mero registro dos fatos que tenho a considerar, neste caso, porém, em que irei fazer um depoimento a uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e que inclusive pelas circunstâncias é precedido de um juramento, vou preferir me ater ao texto que preparei para ficar fiel, no máximo possível, às palavras que trago escritas.

Muito me honra estar aqui presente, Sr. Presidente, Deputado Eraldo Tinoco, e Sr. Senador João Calmon, seja pelos anos que dediquei à educação em cargos públicos e como professor, seja pela alegria de retornar a esta Casa.

Não tenho a intenção, nesta oportunidade, de levantar um diagnóstico da universidade brasileira, nem mesmo buscar em profundidade as causas determinantes de sua crise que tem raízes na própria história e na cultura brasileira. Tentarei apenas tecer algumas observações a respeito da situação atual do ensino superior como um todo, com ênfase especial no ensino de graduação.

A visão global do sistema na adversidade que o caracteriza facilita a compreensão de suas virtudes e potencialidades, também de suas fraquezas e problemas. Facilita ainda o caminho para a busca das soluções referentes aos impasses de forma a recuperar, modernizar o ensino superior brasileiro, soluções essas que, sem dúvida, nascerão e contemplarão a diversidade e dimensão do sistema de educação superior.

Há no Brasil uma forte tendência em adotar soluções únicas, uniformes, para situações heterogêneas, desprezando-se muitas vezes a força e a riqueza que pode estar escondida na variedade, na diversidade, marca da própria realidade geográfica e sócio-econômica do Brasil.

Cada instituição por sua trajetória histórica detém uma vocação. Nessa vocação é que deverá buscar Sua Excelência. Na fase de transição, de recuperação econômica, de medidas para a retomada do crescimento econômico e para o desenvolvimento de uma política social séria, de busca de estabilização político-democrática, é importante, é mesmo urgente que os vários segmentos responsáveis pela educação brasileira ofereçam uma sólida contribuição para que da crise surja uma universidade renascida, comprometida com a qualidade e, portanto, com os destinos do nosso povo.

Da análise do processo de desenvolvimento de outros países, seja do Japão e demais países asiáticos, da Alemanha, França, Inglaterra, Estados Unidos, uma afirmação é inevitável: o grau de prosperidade de um povo guarda uma forte correlação com a qualidade do seu ensino universitário e do estágio do desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Examinaremos tópicos que corresponderão à perspectiva do amanhã, o enfoque da modernização da universidade; a expansão do ensino superior; a melhoria da qualidade do ensino; o financiamento; a autonomia da universidade e conclusões.

Perspectivas do amanhã: a modernização da universidade.

Não se trata aqui de constatar tendências de longo prazo nem o lado determinístico dado pela situação atual do sistema. Trata-se de refletir sobre o passado e perceber que a universidade dedicava-se, então, a formar uma pequena elite dirigente e preparar um número limitado de profissionais liberais.

Sua tarefa bem delimitada permitia um roteiro sem maiores percalços e esse quadro respondia sem questionamentos ao próprio quadro das exigências da sociedade brasileira à época. Os tempos são outros e a universidade não conseguiu integralmente acompanhar a evolução operada no Brasil como consequência do desenvolvimento industrial, mantendo-se de certa forma a universidade enquistada em seus próprios valores, afastando-se a cada passo da realidade brasileira. Um dos desafios que enfrenta

a universidade é o do restabelecimento dos elos de ligação com a sociedade, de modo que se torne capaz de enfrentar as grandes questões nacionais seja pelo ensino, pesquisa ou extensão.

A modernização da universidade é assim tão urgente quanto necessária. O desenvolvimento tecnológico que se persegue hoje em dia, para estabelecer uma economia competitiva, não pode mais se basear na mera importação de soluções acabadas, mas supõe capacidades para adaptar e inovar. Não pode ainda ser realizado sem recursos humanos altamente qualificados e exige um sólido alicerce no domínio das ciências básicas que constitui o motor desse processo e a fonte de inovações.

O País precisa, portanto, de cientistas competentes, tanto quanto de pesquisadores criativos nas áreas das ciências aplicadas. Se todo esse esforço tiver como objetivo a diminuição das desigualdades sociais que afligem o País, deve-se também contar com o pessoal qualificado que possua outras competências; competências necessárias para gerir empresas e serviços públicos, para produzir análises econômicas sobre as condições de vida, de saúde, de trabalho da população.

Sobre as limitações do sistema educacional e as dificuldades da organização política, sobre a dinâmica do movimento sindical, sobre os fluxos migratórios e o processo de urbanização, e sobre o impacto da transformação sócio-econômica no meio ambiente. Tudo isso é necessário para a formulação de políticas públicas destinadas a criar uma nação próspera e moderna. Na perspectiva do amanhã interessam aqui três itens que sobressaem quando se trata de pensar novos caminhos para a universidade e para o ensino superior brasileiro: a expansão, a melhoria da qualidade da oferta e o financiamento. São itens que guardam estreita relação entre si.

Expansão do ensino superior — situação atual e comentários.

Alguns dados atuais ajudariam a viabilizar o quadro da educação de nível superior, e que conduziriam nosso raciocínio de forma mais aproximada da realidade.

Ensino de graduação: quanto às instituições, poderão acompanhar no quadro que o sistema educacional brasileiro, na primeira coluna do total geral, segundo os dados de 1990, tem 918 instituições de ensino superior, das quais 24,18% são públicas. Do total das 222 públicas, 55 pertencem à órbita federal; 83 à estadual e 84 à municipal. Das 918, 95 estruturam-se como universidades, confirmando-se a tendência da expansão da escola isolada no Brasil; quer dizer, de 918 só 95 são universidades, as restantes são escolas isoladas.

Segundo a dependência administrativa, das 95 universidades (está no quadro), 36 são da área federal, 16 da estadual, 3 da municipal e 40 do ensino particular, havendo, portanto, a predominância da universidade pública.

Há concentração de instituições de ensino (outros quadros adiante mostrarão) na região Sudeste, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, onde se localizam 61,4% das instituições de ensino superior e 40% das universidades.

Pessoal docente (quadro nº 38). No total de instituições de ensino superior, encontram-se 131.641 professores em exercício; desse total, 64,7% exercem o seu magistério em universidades. Nas universidades federais, especificamente, há 41.821 docentes em exercício.

É interessante registrar que os dados de 1990 revelam que o número de professores das universidades federais diminuiu nesses dois, três anos, por força do acelerado processo de aposentadorias que houve a partir daquela data para cá. De modo que esse número de professores se reduziu consideravelmente em consequência das aposentadorias.

No setor privado (ainda no quadro nº 38), apenas 19% dos docentes cursaram pós-graduação; no setor federal, 48% dos docentes são pós-graduados, com 31% possuindo mestrado e 17% doutorado. Oitenta e um por cento dos docentes do setor

federal trabalham em tempo integral e no setor privado apenas cerca de 10%. Na esfera estadual, 21% dos docentes são mestres e 28% doutores, mas notem que esses dados, nessa esfera, estão profundamente influenciados pela marca da USP e das universidades de São Paulo, com um total de 49% de pós-graduados. Observem que esses valores sofrem influência dos dados oriundos das universidades que são do Estado de São Paulo.

Quanto ao alunado, as 918 instituições de ensino superior abrigam 1.540.080 alunos, sendo que desse total 824.627, ou seja, 53,5% encontram-se matriculados nas universidades das três esferas administrativas, inclusive do setor privado. Embora sejam apenas 36 as universidades federais, 20% do alunado estão matriculados nas universidades federais.

Os estabelecimentos isolados que não são universidades, embora em número de 749 das 918 instituições, detêm 513.300 alunos, apenas 33% do total, apesar do número excessivamente alto de instituições.

Com referência à relação aluno/docente, a média brasileira é doze, de um professor para cada doze alunos, de acordo com a dependência administrativa a que pertence o estabelecimento.

As 36 universidades federais ofereceram 1.085 cursos, enquanto as demais 59 desenvolveram 1.259 cursos, o que demonstra que as universidades federais têm uma abrangência maior na apresentação de cursos.

A pós-graduação brasileira constitui o setor mais bem sucedido de todo o sistema. A qualidade de seus cursos oferece segura contribuição não apenas à formação de pesquisadores nas várias áreas do conhecimento, como ainda à qualificação de docentes.

É verdade que a pós-graduação representa um setor de certa forma restrito e está desigualmente distribuída entre as instituições de ensino superior, sendo o seu alto nível a base necessária para o seu próprio aperfeiçoamento.

Algumas características do setor de pós-graduação. Durante os 25 anos (veja o gráfico 49) que vem se afirmando, houve um crescimento razoável da pós-graduação, apresentando expansão nos anos mais recentes. Em 1989 funcionavam 1.379 cursos de pós-graduação que atendiam a 880.504 alunos. Os quadros anexos revelam os cursos existentes e o corpo docente por natureza do vínculo segundo áreas de conhecimento. É possível perceber que para os diversos cursos de graduação, da área social, da área química, da área de ciências aplicadas, há um equilíbrio de distribuição por áreas e entre as ciências básicas e aplicadas nos ramos de formação profissional. A pós-graduação, todavia, concentra-se maciçamente nas universidades públicas. A avaliação dos cursos de pós-graduação revela ter havido, nos últimos anos, uma evidente consolidação da base inicial e sensível melhoria de qualidade dos cursos de pós-graduação. Cursos com conceitos A e B representavam 52% dos existentes em 1979. Eles são classificados de A, B, C, D e sem classificação. Em 1989, situavam nesses níveis 77% dos cursos de mestrado com classificação A e B, e 87% de doutorado com classificação A e B. Curiosamente, de 1989 para 1990, esses percentuais caíram. Setenta e sete por cento tinham classificação A em 1988 e 1989; 66%, em 90. Oitenta e sete por cento tinham classificação A e B em 1988 e 1989, para doutorado, 69,5%, em 90. É um dado para se meditar.

A pós-graduação está concentrada também, desgraçadamente, regionalmente, por instituições, privilegiando sem dúvida São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais; a região Sudeste, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro.

A pós-graduação apresenta, todavia, alguns problemas que urge corrigir. À medida que se desenvolveu a pesquisa, os docentes envolvidos foram se distanciando dos cursos de graduação e, paradoxalmente, em vários centros universitários de pesquisa, não houve uma melhoria correlata da qualidade nos respectivos cursos de graduação.

Ademais, ao longo deste quanto de século, em que a pós-graduação se desenvolveu no País, nas universidades, precisamente, a pesquisa implantou-se cerca de 25 anos atrás nas academias, enraizou-se como atividade acadêmica, voltada mais hoje para os interesses docentes específicos atinentes à titulação e à vida profissional e científica dos pesquisadores e suas instituições do que mesmo, infelizmente, para os interesses ligados ao desenvolvimento regional e nacional, ou mesmo à comunidade onde a universidade está implantada e para cujo aperfeiçoamento deve contribuir.

Avaliação crítica

Conforme assinala, há 1.540.080 estudantes matriculados no nível superior. Esse total, todavia, não atinge 12% dos jovens em idade de cursar esse nível de ensino, sendo essa percentagem bem inferior à de muitos países da América Latina, sem necessidade de citar os países do Primeiro Mundo.

A tendência no Brasil é, sem dúvida, o aumento da demanda, considerando a esperada melhoria do ensino fundamental, que possibilitará um contingente maior de alunos terminando o ensino fundamental e o ensino médio.

Por deformação completa do sistema educacional, poder-se-ia dizer que a redução da demanda do ensino superior é fortemente influenciada pelo perverso fenômeno da evasão escolar no ensino fundamental e da restrição do número de escolas de nível médio.

A expectativa, quando o tema em discussão é da expansão do ensino superior, é de que isso ocorra pela expansão do setor público gratuito. É verdade que esse sistema — setor público gratuito — hoje atende a 37,57% dos alunos matriculados, sendo que deste total 20% estão em instituições federais; 12%, em estaduais; 4,9%, nas municipais. É preciso levar em conta que as instituições federais, abrigando 20% do alunado, cerca de 320 mil alunos consomem perto da metade de todos os recursos disponíveis no MEC, e 23% dos recursos públicos da União extra-MEC e MEC destinados à educação de uma maneira geral.

Essa constatação leva os analistas a configurarem a expansão do ensino superior público por uma política que contemple diferentes soluções, sempre levando em conta a limitação de recursos — a escassez mesmo — a que o Brasil se submete para conseguir retomar o seu desenvolvimento. Isso significa privilegiar esquemas que nasçam da reestruturação das instituições, tornando-as mais produtivas em termos de resultado com qualidade, sem exigência de novas nomeações, que avolumam consideravelmente as despesas com pessoal em detrimento das despesas de outros custeios e capital que são fundamentais para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do ensino.

Um dado capaz de tornar ainda mais evidente a necessidade da reformulação da vida universitária está posto na seguinte situação no exercício de 92: dos 4 trilhões, 380 bilhões, 656 milhões e 441 mil cruzeiros dos recursos do Tesouro alocados para a educação e destinados às 53 instituições federais de ensino superior, que são chamadas IFES — Instituições Federais de Ensino Superior —, 84%, portanto 3 trilhões, 686 bilhões, 666 milhões, são destinados a pagamento de pessoal. Oitenta e quatro por cento dos 4 trilhões são destinados a pagamento do pessoal, restando para as despesas de outros custeios de capital apenas 16%. Ou seja, dos 4 trilhões, 380 bilhões, só 694 bilhões são destinados a outros custeios de capital.

Os referidos esquemas partiriam, em primeiro plano, portanto, da constatação da existência de capacidade ociosa das instituições, tanto em termos de salas de aula como de pessoal, uma vez que para o conjunto das Instituições Federais de Ensino Superior — para o conjunto das IFES — o número médio de aluno por professor é 7, um professor para cada 7 alunos. É demasiadamente alto o custo que chega, na média, a ser, nas universidades públicas federais, de 8 mil dólares por aluno. Tenho um gráfico que demonstra universidade por universidade — e que consta dos anexos que vão ser entregues à comissão — o custo em dólar do aluno em cada universidade pública federal.

É verdade que tais dados devem ser recebidos com reserva. Há estudos que os contestam sob o argumento de que as análises sobre a relação aluno/professor e custo/aluno são feitas como resultado da divisão do orçamento educacional pelo número de alunos. É muito importante até por causa dos cálculos que o Banco Mundial vem fazendo e publicando. Se em outros países o custo aluno refere-se tão somente às despesas com o ensino, no Brasil são incluídos os custos dos aposentados, da pesquisa, dos hospitais universitários e outros, como manutenção de museus, de arquivos etc. Tudo entra como rubrica educação e é dividido como se fosse processo de ensino, que pode dar esse custo aluno. É a análise que a CPI poderá fazer cuidadosamente, portanto dirimindo esse questionamento.

Em artigo publicado a respeito da matéria recentemente no *Estado de S. Paulo*, e cuja cópia será anexada — de 24 de fevereiro —, J.S., PhD em economia pela Universidade de Pittsburg, para o Reitor da Universidade de Minas Gerais, afirma que na Universidade Federal de Minas Gerais 32,8% da folha do pessoal são combinados por inativos e 25% dos funcionários administrativos estão alocados no Hospital das Clínicas.

O ilustre Professor faz ainda as seguintes observações: as distorções existentes na folha de pessoal não são consequência de salários milionários; elas advêm do instituto da estabilidade, da aposentadoria com proventos integrais, da precocidade do tempo para aposentadoria — professores que se aposentam com menos de 25 anos de trabalho — de disseminação indiscriminada da dedicação exclusiva — 80% dos professores estão no regime de 40 horas e dedicação exclusiva — e das trapalhadas jurídicas que obrigam ao MEC a alocar substanciais recursos provenientes de causas trabalhistas perdidas.

Tudo indica que uma palavra básica para o ensino superior gratuito seria não apenas a reestruturação interna, mas, ainda, a solução de questões externas que repercutem seriamente na vida universitária.

O que se deseja é a implantação da austeridade para que as universidades públicas absorvam um contingente maior de alunos, sem necessariamente ter aumento do seu quadro docente e técnico-administrativo.

Nessa direção, poder-se-ia discutir, por exemplo, aqui, a ociosidade das salas de aula no período noturno, mas discutir com reflexão. A implantação dos cursos noturnos como meio de o Estado responder ao seu dever para com a educação, conforme reza a Constituição, será um sinal altamente significativo para o atendimento dos alunos que precisam trabalhar. Talvez seja uma das medidas a propiciar maior eficiência ao sistema, considerando que o índice de evasão chegue, em alguns casos, a atingir 50%, o que significa a duplicação do curso de cada graduação.

Nos anexos que estão trazendo para a comissão examinar, V. Ex^a verá que, do total de 1 milhão e 540 mil alunos que ingressam nas universidades públicas a cada ano, só 222 mil — há tabelas aí que demonstram — chegam a sua conclusão. Em verdade, se eles permanecessem dentro das universidades, a saída seria 1 milhão e 540 mil, ou coisa muito parecida, ou talvez um pouco maior, por algum repertante não, não é isso que acontece. É cerca de 1/5 menos que sai. Quer dizer, entram 1 milhão e 540 mil e saem 222 mil, o que significa que os 4/5 abandonam pelo caminho as universidades brasileiras.

É importante que a universidade se debruce sobre suas potencialidades e se coloque a serviço das necessidades que eclodem do próprio movimento de modernização do País e da reconhecida impossibilidade de uma clientela significativa submeter-se ao regime formal dos cursos de ensino superior.

Refiro-me à diversificação de cursos a serem operacionalizados pela necessidade que o Brasil tem de criar e implantar a Universidade Aberta. Educação por módulos, por correspondência, à distância, totalmente controlada, bem como instituições de

caráter mais técnico e profissionalizante, a exemplo dos cursos superiores que vêm com sucesso sendo desenvolvidos pelos Centros Federais de Educação Tecnológica.

No que se refere à Universidade Aberta, preparei, quando estava no MEC, mensagem que foi enviada ao Congresso Nacional pelo então Presidente da República, criando-a e definindo o seu modo de funcionamento e recursos humanos e materiais para esse seguro.

O projeto, concebido pela equipe do MEC, especialmente desenvolvido pelo Inep, propõe a criação da Universidade Aberta no sistema federal do ensino praticamente sem custos adicionais, pois determina a criação da grade curricular das 36 universidades federais, os meios de comunicação e televisão e da radioemissão da Fundação Roquette Pinto, antiga Funtevê e Radiobrás, e os recursos humanos docentes e administrativos já existentes nesses organismos públicos.

A inovação consistirá na aplicação de novas metodologias consentâneas à era das comunicações. Logo depois, como Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, tive oportunidade de ver o projeto aprovado, e hoje, está em tramitação no Senado Federal.

Entre os anexos, trago o avulso do projeto de lei resultante da mensagem, que está parado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Quanto à educação tecnológica e a técnica de nível médio a ela atrelada muito ainda há que se fazer. Os números demonstram que ainda não alcançamos os índices desejáveis de matrícula do ensino superior. No entanto, esses índices não devem ser atingidos em detrimento da qualidade. Mas, não os tendo ainda, a matrícula atual nas instituições do 3º grau provém de um desvio causado pela deficiência na formação de recursos humanos a nível médio.

O ensino técnico brasileiro é incipiente e praticamente encontra-se nas mesmas condições em que o deixou o saudoso Presidente Nilo Peçanha. No Governo do Presidente Sarney, nós nos esforçamos por mudar esse quadro, iniciando a implantação que o Senador João Calmon conhece muito bem, de mais de 50 escolas técnicas e agrotécnicas federais e cerca de 200 escolas agrotécnicas de 1º grau.

Infelizmente, apesar dos avanços conseguidos e apesar das escolas técnicas implantadas, as primeiras depois de Nilo Peçanha, porque as que estão funcionando desde o tempo de Nilo Peçanha, as pesquisas de qualidade revelam que são as melhores escolas de 2º grau entre públicas e privadas de melhor qualidade de ensino que é ministrado no País, o das escolas técnicas federais.

Infelizmente, esse esforço patina hoje num certo descaso, possivelmente pelo desconhecimento da importância da formação técnica de nível médio na modernização do parque produtivo nacional.

Este ensino técnico, mesmo nas condições atuais, tem-se mostrado fundamental à formação tecnológica através dos Centros de Educação Federal dos Ensinos Técnicos — os CEFETEs — ou através do acesso através dos técnicos de nível médio; as escolas especializadas de engenharia, sua importância pode ser avaliada pela demanda constante que os setores produtivos demonstram pelos jovens formados nessas escolas técnicas federais ou saídos dos Cefete.

O Estado de São Paulo, recentemente, despertou para a importância do ensino técnico com formação tecnológica. Tanto que desatrelou da Secretaria de Educação as 80 escolas técnicas do Estado de São Paulo, subordinando-as à Secretaria de Desenvolvimento Económico, Ciência e Tecnologia, onde já estavam vinculadas as universidades estaduais de São Paulo.

Embora o foco de minhas atenções, até agora, tenha sido o sistema federal, o estudo perde em consistência, se analisado apenas em si mesmo.

Isto significa a importância de serem incluídas nas análises sobre o ensino superior o sistema estadual e o municipal em suas peculiaridades e na capacidade de atendi-

mento, em termos de alunado e de oferta de cursos, tendo em vista as demandas globais da comunidade a que servem.

O sistema particular, cuja contribuição ao ensino superior é bastante significativa, merece cuidadosa atenção, quando se discute a problemática da crise no ensino superior. O universo do sistema particular abriga instituições idôneas e de alto nível, ao lado de escolas que funcionam como empresas de ensino sem compromisso maior com a qualidade.

Para uma melhor visão da dimensão dessa rede, vale assinalar, além dos dados já mencionados, que no vestibular de 91, das 516 mil e 773 vagas oferecidas para o ensino com um todo, 355 mil e 367, portanto 68,8%, foram oferecidas pelo sistema de instituições particulares. Do total dessas vagas, 242 mil e 500, isto é, 68,2%, para cursos noturnos.

Em relação ao total geral, 516 mil e 700, 46,9% foram oferecidas para cursos noturnos da rede particular. Estudos já acusam, com precisão, a baixa qualidade do ensino desenvolvido nesses cursos noturnos.

Os cursos noturnos são, assim, um desafio necessário para a resposta a um apelo de ordem social, atendimento ao aluno trabalhador, vêm oferecendo ensino de 2ª ou 3ª categoria que o sistema federal de ensino possa desenvolver como se prepara para fazê-lo, cursos à noite, mas que garantam o nível de qualidade de ensino. As instituições que se distinguem pela excelência sejam públicas ou particulares merecem toda a sorte de incentivos, é de justiça defender a clientela e a própria sociedade daquelas que apresentam nível de desempenho de baixa qualidade.

Essas instituições que oferecem ensino de baixa qualidade precisam desaparecer. Elas, essas instituições, não estão em crise, elas são a própria crise, e existem porque a sociedade perdeu o senso de indignação. A verdade é que isso só ocorrerá à proporção que a clientela puder exercer o direito de escolha e forem aplicados severos instrumentos de controle e avaliação de desempenho e de resultados pelos próprios alunos, pela família, pela comunidade e por órgãos especializados da área educacional, como o MEC e Secretarias de Educação etc.

Um grande esforço precisa ser feito portanto, para resgatar a credibilidade do ensino superior, criando-se mecanismos que coibam a proliferação de instituições que não suportem ensino qualificado.

Neste particular, o Conselho Federal de Educação deveria ter um destacado papel, soltando as amarras do seu emperramento burocrático e libertando-se do papel bisonho que desgraçadamente desenvolve.

Deveria o Conselho Federal de Educação poder bem avaliar o desempenho de cada estabelecimento de ensino superior público ou particular, para atuar pela desativação, pelo fechamento dos que ministram o ensino de má qualidade e fazem da educação superior uma farsa e uma fraude. Além disso, e imediatamente, não permitir a criação de mais nenhum curso de graduação e pós-graduação em nenhum estabelecimento de ensino superior que não seja capaz de demonstrar detalhada e exaustivamente, de maneira objetiva e irrefutável, a boa qualidade do curso que se propõe a administrar.

É preciso, de outra parte, que o Conselho Federal de Educação estanque o facilitário de criação de novas universidades, cujo número cresce assustadoramente e constitui a maneira dissimulada e torpe de permitir outro facilitário, o da criação de novos cursos de má qualidade, já que a Constituição permite que as universidades o façam sem nenhuma exigência regulamentadora.

Ademais, é preciso trazer à tona ainda que a deterioração do ensino público fundamental e médio provoca uma discriminação perversa da população de baixa renda que termina por se refugiar nas instituições de menor prestígio da rede particular. Dessa situação nasce o argumento mais forte, porém falacioso, em defesa do ensino

público pago. É uma questão que merece análise acurada, sem paixões ou falsas ideologias. É comum que a equidade venha a ser discutida e defendida apenas no espaço fronteiriço da qualidade do ensino superior. Se não inócuo neste tempo, é pelo menos retardatária. O ensino superior pago, a meu ver, não será a solução. No caso, a presença nas universidades públicas será exatamente dos que puderem pagá-la, permanecendo assim a perversidade do sistema.

O que se defende é a imperiosa, inadiável necessidade de se alcançar a equidade, a partir do ensino fundamental, mesmo da educação pré-escolar e da Educação média, que todos tenham direito à educação de alta qualidade para que a seleção, ao ensino superior, no momento próprio, privilegie os que realmente se distinguem pelas condições intelectuais e não apenas pelas condições sócio-econômicas de sua família.

A rede particular de ensino superior — também ela —, portanto, está em crise. Em alguns casos as instituições encerram suas atividades, em outros a demanda se apresenta muito baixa com a conseqüente desativação de vários cursos. Esses sintomas levam o setor particular a admitir a necessidade de reestruturação e também de adoção de novas formas de atuação.

Não faz assim sentido a discussão centrada apenas na proposição escola pública *versus* escola particular, vez que alguns problemas são idênticos, outros assemelhados e conceitualmente ambas buscam atingir os mesmos objetivos: a melhoria da qualidade do ensino superior.

A crise estrutural, financeira, administrativa, gerencial, a crise em que se debatem as universidades no que tange à interpretação de suas funções no mundo de hoje e cada universidade na busca de sua identidade, guarda uma estreita relação com a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. É comum que se aponte o baixo nível de ensino como resultado do nível do estudante em seu passado escolar e da formação do professor e seu nível salarial. Outras variáveis podem ser acrescentadas como: ausência de laboratórios, de equipamentos, bibliotecas, para citar tão-somente os mais elementares e tradicionais auxiliares do ensino e da pesquisa.

Já vimos que o sistema federal de ensino conta com 48% de seus professores em pós-graduação, 31% com mestrado e 17% com doutorado, segundo levantamento de 1990, enquanto a rede particular abriga apenas 19% de docentes com esse nível de formação, sendo 14% com mestrado e 5% com doutorado.

Os dados são aqui apontados porque é inegável a influência do nível de preparo do corpo docente com a qualidade de ensino. Óbvio. Por esses dados fica evidente que não é ainda preocupação da rede particular investir no aprimoramento do professor e, conseqüentemente, em sua pós-graduação. É preciso sempre ressaltar, todavia, as exceções.

Sem dúvida a universidade vem se ressentindo também do número de aposentadorias nos últimos tempos. A indecisão sobre as possíveis modificações dos institutos da aposentadoria vem acarretando um apressamento muito grande na aposentadoria, no requerimento de aposentadoria dos professores, provocando um precioso desfalque nos quadros dos recursos humanos das universidades, de professores que só se aposentariam pelos 70 anos, o limite tradicional brasileiro de aposentadoria, e que estão se aposentando aos 50 e poucos anos com receio das mudanças do regime de direito das aposentadorias, o que representa uma perda das universidades e do processo de ensino de detentores de saber, de experiência acumulada, que só se adquire ao longo de muitos anos e em uma massa crítica incalculável.

Todo esse quadro se delinha exatamente quando maior é o apelo da sociedade por uma educação mais sofisticada, mais qualificada, mais experimentada, capaz de enfrentar os desafios postos pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia, resultando na importância da cooperação da universidade com o setor produtivo para a implantação de estruturas modernizadas, quando as necessidades impostas pela retomada

do crescimento de serviços, de assessoria a órgãos públicos e privadas, quando o ensino fundamental e médio estão a exigir a colaboração das instituições de ensino superior na busca de novos instrumentais que lhes tragam um sopro de renovação.

Sem dúvida, afirmativas que se fazem a respeito da qualidade do ensino passam de certos indicadores, como número relativo de professores com pós-graduação, como acabamos de ver, mas há necessidade de dados seguros que permitam o julgamento objetivo de cada instituição e sirva de base para a determinação de um roteiro de trabalho confiável e diversificado e até individualizado, universidade por universidade, estabelecimento por estabelecimento, capaz de colocar o ensino superior no nível das sociedades mais avançadas.

Esses dados seriam produzidos em suas dimensões mais amplas pelo instrumento considerado fundamental na implantação de uma política pública, Sr. Senador João Calmon, a avaliação do desempenho institucional na qual se inclui a qualidade do pessoal docente. Pergunta-se se a ausência da avaliação institucional, ao longo da história da educação superior brasileira, não teria grande peso na crise por que passa essa educação. Pergunta-se, ainda, se o nível da pós-graduação atingido pelo Brasil nos dias atuais, não resulta do processo de avaliação que acompanhou a sua evolução desde o início.

Não se trata aqui de discutir os aspectos técnicos e operacionais referentes à avaliação porque é matéria de especialista. Trata-se, isto sim, de verificar que a ausência pode conduzir a uma política falsa, que termina por não valorizar as instituições avançadas e distintas por sua excelência, a não reconhecer e respeitar a heterogeneidade que caracteriza o universo das instituições, e por isso não favorecer a diversificação do sistema.

Defenderia, então, a implantação do sistema de avaliação, principalmente dos cursos de graduação, em termos de qualidade de ensino oferecido e da sua adequação, tendo em vista as últimas conquistas no campo do conhecimento e as necessidades de formação profissional que poderão apontar para a conveniência da operação na estrutura de oferta.

Por último e não menos importante, trago a discussão a importância do processo de avaliação do desempenho institucional como básico, também, para o estabelecimento de critérios de financiamento das instituições.

Evidentemente que o que acabo de expor refere-se à avaliação continuada, isto é, a implantação de instrumentos permanentes de avaliação, a exemplo do que dispõe a Capes há 25 anos, para pós-graduação. Para enfrentar, porém, a crise no ensino superior do Brasil, com conhecimento de causa, seria, todavia, também, indispensável fazer-se uma avaliação global, rápida do estado em que se encontra o ensino superior e das pesquisas científicas e tecnológicas, não apenas de instituições públicas, quanto de todas as instituições privadas e convencionais, tal como feita em países como os Estados Unidos e Japão.

Aos que tiverem curiosidade no assunto, peço que solicitem ao Senador João Calmon que lhes empreste dois livros fundamentais de pesquisas educacionais feitas nos Estados Unidos, *Nation at Risk* e *Nation Response*, que o Senador tem e consulta com grande frequência, aqui tem grande importância para orientar os que desejam fazer pesquisa do sistema educacional, avaliação do sistema educacional.

Não seria uma iniciativa nova, mas trata-se de dar curso ao que comeci no MEC, por proposta e incentivo do ilustre Senador João Calmon, que alocou recursos orçamentários para esse fim, com os quais foi possível implantar uma comissão de alto nível, que ofereceu um diagnóstico preliminar, e contratar, naquele ano, os serviços de pesquisa da Fundação Carlos Chagas, cujo trabalho preliminar para o ensino fundamental demonstrou um quadro estagnado. Como a crise da universidade tem origem também no que acontece nos demais níveis de ensino, torna-se, portanto, indispensável

um diagnóstico não apenas de avaliação da universidade, mas um diagnóstico global da Educação brasileira, a fim de que se possa implantar mecanismos de avaliação continuada e permanente, monitorando, assim, todo o sistema para as correções que se fizerem necessárias no tempo e no espaço.

Conforme já citei, vou entrar nas questões referentes a financiamento.

Neste ano de 92, dos recursos do Tesouro alocados a 53 instituições federais de ensino, foram destinados 3 trilhões, 685 bilhões e 676 milhões do orçamento para pagar pessoal e 694 bilhões e 990 milhões para as despesas de outros custeios de capital. Com essa proporção, é fácil concluir que não há recursos para investimentos, nem para a aquisição do equipamento mínimo necessário à manutenção da educação, como biblioteca, material de laboratório, reparo de aparelhagens de ensino, porquanto as despesas básicas de manutenção consomem todo o orçamento para outros custeios de capital.

O quadro cria um real dilema: a impossibilidade de recursos mais representativos para o ensino superior. Todos sabemos que a nova Constituição, ao redistribuir as receitas de impostos, provocou uma sensível diminuição dos recursos disponíveis em nível real e privilegiou, com justa razão, o ensino fundamental na alocação dos recursos públicos, com a obrigação de se aplicar pelo menos 50% desses recursos na erradicação do analfabetismo e na universalização do ensino fundamental. De outro lado, temos que contrastar essa disposição constitucional com o indiscutível papel do ensino superior, em particular, das universidades, no desenvolvimento nacional.

A escassez das verbas constitui uma das dimensões essenciais da crise estrutural de que estamos tratando. E é preciso que seja resolvida não apenas para a reconquista da credibilidade de tão importante segmento do sistema nacional brasileiro como para equipá-lo de forma a desempenhar os novos papéis que os tempos atuais dele exigem.

A alimentação de recursos e, ao mesmo tempo, a necessidade de expansão e melhoria na qualidade conduzem ao caminho da racionalização de gastos, a partir de um severo e contínuo processo de avaliação. Essa racionalização está ligada à modernização do sistema gerencial do setor, considerando que algumas universidades apresentam as características de grandes e ciclópicas organizações.

Necessário ainda é considerar que algumas universidades vêm assumindo responsabilidades que, de certa forma, fogem à área da Educação, sobretudo as que dizem respeito à extensão. Refiro-me, especialmente, aos hospitais universitários, que, além do campo de estágio para os alunos da área de saúde, extrapolaram as suas atividades para exercerem atividades assistenciais que são da área da saúde. Por isso mesmo, essa ampliação de funções precisa ser devidamente acompanhada da especificação das fontes de recursos. Citei a área da saúde por ser a minha. Outras especificações hão de surgir, na proporção em que uma análise objetiva e exaustiva da situação for realizada.

É extremamente questionável a alocação dos gastos dos hospitais universitários, que se estendem na assistência importante, necessária, fundamental, à saúde pública, que, como sendo do setor educacional, oneram o cálculo do custo professor/aluno, com os gastos desenvolvidos nos hospitais, tanto gastos de outros custeios e manutenção quanto os gastos do próprio pessoal administrativo que trabalha nos hospitais.

O Sistema Único de Saúde, planejado para permitir tal enlace, tinha um compromisso constitucional de repassar aos hospitais universitários recursos suficientes para desonerar o setor Educação e ganhar com a qualificação do serviço prestado pelos setores universitários, mas de forma que não fosse perversa para o setor educacional. Da forma como está, cada hospital universitário tem um custo que reflete perversamente no sistema de Educação, porque onera profundamente todas as correlações de avaliação do sistema educacional.

Diante do quadro de dificuldades a enfrentar na recuperação das universidades públicas, levanta-se a possibilidade de superar a dependência exclusiva em relação às verbas do Tesouro Nacional, tentando diversificar as fontes de recursos financeiros.

Como já afirmei, assiste à universidade o compromisso de recuperar os custos de suas operações, racionalizando as despesas e melhorando seus processos gerenciais. Acredita-se que, ao assumir sua autonomia, a universidade ganhe novo impulso na busca de novas fontes de financiamento para o atendimento de seus objetivos maiores e de seu aperfeiçoamento.

Autonomia Universitária

Toda essa gama de características da crise da universidade adquire sua real dimensão, quando enfocada à luz do princípio de sua autonomia, consagrado de forma inequívoca — art. 207 da Constituição brasileira.

Sabe-se que, por uma ação conjunta com a universidade, o MEC vem buscando, há algum tempo, redefinir a aplicação desses princípios, propondo modificações na legislação e nas práticas existentes. Emenda à Constituição já foi até proposta para assegurar a autonomia em termos de administração de recursos, inclusive para pagamento de pessoal e estabelecimento de carreiras próprias. Já foi feita também a proposta de repasse global de recursos a cada instituição isoladamente ou a cada universidade, indispensáveis esses recursos à sua manutenção, com estabelecimento de indicadores de desempenho, como critérios para alocação diferencial de verbas.

A universidade, como uma instituição estabelecida pela sociedade, não pode se colocar acima das leis, nem é soberana! Não é uma república soberana. Instaurada para atingir objetivos específicos, sua autonomia se realiza no exercício pleno das suas atribuições e das disposições legais em vigor.

Por último, cabe afirmar que o que justifica a autonomia das universidades é o fato de congregarem pessoal altamente qualificado, oferecerem ensino de alta qualidade e serem capazes de gerar conhecimento científico e tecnológico através da pesquisa. Uma instituição com tais atributos não precisa ser supervisionada no seu funcionamento interno, nem estar sujeita a controles formais e burocráticos, desde que desempenhe plenamente o seu papel, o papel que a Constituição, as leis e a sociedade lhe atribuem.

Conclusões

Sr. Presidente, Sr. Relator, para concluir, detenho-me um pouco mais em nossas universidades federais.

A ineficiência de nossas universidades não provém apenas, como alguns supõem, da falta de recursos financeiros do ensino, cuja análise estamos acabando de fazer, neste tempo que podemos dispor, tampouco da mediocridade do ensino médio, nem da debilidade endêmica do ensino básico apenas.

Há causas endógenas que merecem ser identificadas, para que não se percam os diagnósticos dos sintomas periféricos ou fatores externos, para que não se perca todo o tempo em sanar tão-somente o entorno, aplicando-lhe curativos e emplastos. Identifique-se a primeira causa interna como institucional e estrutural, por deformação do modelo da universidade, hereditariedade e continuidade por herança desse modelo.

A maioria de nossas universidades federais constitui-se de um amontoado de instituições independentes — escolas, faculdades etc. — e isoladas, apenas formalmente reunidas, mas, na verdade, sem qualquer integração universitária, no sentido pedagógico e universal da expressão. Desperdiçam-se, assim, espaços e recursos humanos, que vagueiam na ociosidade e na solidão diárias não utilizadas e de potencialidades perdidas no monólogo de professores e de disciplinas e departamentos estanques. Todas, sem exceção, são arquitetonicamente superdimensionadas, numa prodigalidade métrica que não pára nunca, construindo-se, cada vez mais, para atender às ilhas de competência que afloram, emergentes. Ilhas que não podem, todavia, atingir as

capitanias hereditárias de outros professores e de outros departamentos e que permanecem. Como exemplo, a Universidade do Rio de Janeiro tem mais de 300.000 metros quadrados de área edificada, construída e lá estão matriculados 20.000 alunos — 300.000 metros quadrados para 20.000 alunos. Esses 300.000 metros quadrados seriam capazes de não só permitir que os alunos lá estudassem como permitir que eles morassem, que os professores morassem, todos poderiam morar lá nos 300.000 metros quadrados. Comparem, por exemplo, o que acontece com a Universidade Autônoma do México. A Universidade Autônoma do México tem uma área que não chega a 400.000 metros quadrados de área edificada, mas tem uma matrícula de 300.000 alunos. Tem 400.000 metros quadrados de área edificada, portanto, mais do que a UFRJ que só tem 20.000 alunos. A do México tem 400.000 metros quadrados de área edificada e tem matriculados 300.000 alunos, ressaltado.

A segunda grande causa é funcional. Contém, aí, também causa interna, endógena, que sem resolver esta, sem colocar o bisturi e furar esse tumor aí vai ser muito difícil resolver as causas externas se não se resolver as internas. Contém aí, também, um componente estrutural recente, pois que os departamentos dessas universidades são versão corporativa das antigas cátedras, verdadeiros feudos grupais em processo de decadência pedagógica acelerada, partidarizadas quase sempre e preocupadas em manter a hegemonia para a propaganda e o proleto, com vistas ao poder político-administrativo na universidade e o que mais, acima ou embaixo, tiver a ela vinculado.

Confunde-se, muitas vezes, então, e com êxito, o papel da universidade. O papel da universidade quer ser o foro de debate aberto de idéias e o embate de correntes filosóficas e de grandes opções sócio-econômicas da humanidade, da Nação e do Estado, do País, da região, confunde-se com o de instrumento de conquista de poder para os objetivos de determinado grupo partidário ou partido político.

A componente funcional mais importante apóia-se, fulcra-se, todavia, no corpo docente: sua quantidade, composição, formação e desempenho. Pasma-se ao se quantificar a dimensão relativa do corpo docente das universidades federais — um para sete. Pasma-se, ainda, em face da comparação com as universidades de outros países. Senão, vejamos: na Universidade de Heidelberg, na Alemanha, há um professor para 22 alunos; na UCLA — Califórnia, Estados Unidos, um para 22; na de Buenos Aires, Argentina, um professor para 16 alunos; na Cidade do Cabo, na África do Sul, um para 15 alunos; em Sidney, Austrália, um para 16; Sorbonne, um para 49. A USP, um para 10! Total da média brasileira, um para sete. As ressalvas já foram anteriormente feitas.

Na composição, formação e desempenho do corpo docente as distorções se acentuam. No quadro de professores, em 1990, das universidades federais, encontram-se 7.170 doutores e 13.196 mestres. Aqueles que não têm uma formação pós-graduada, são cerca de 28.000 e que não têm pós-graduação, compõem, comumente, o quadro de professores a tempo parcial, que têm atividade docente como complementar de seu orçamento doméstico, não integrando, portanto, a vida e dinâmica universitárias no seu labor absorvente e produtivo.

A inexistência ou falta de critérios para avaliar o desempenho desses professores, somos obrigados a nos fixar tão-somente em um: a quantidade de trabalhos publicados em revistas especializadas ou anais de congressos nacionais e internacionais. Por esse parâmetro, o desempenho médio dos professores das instituições federais de ensino superior é péssimo. Computando os trabalhos publicados nos dez anos anteriores a 1989, inclusive comunicações a congressos e reuniões anuais da SBPC, que não exigem julgamento prévio, ficou demonstrado que cada docente dessas instituições gasta três anos para produzir um trabalho qualquer digno de registro. Fora do Brasil exige-se um mínimo de duas publicações por ano. Na USP são publicadas 2,6 por ano. Como uma ínfima minoria pesquisa e publica, e a grande maioria não pesquisa nem publica coisa alguma, vê-se a dificuldade que temos para alcançar padrões e

amplitudes científicas e tecnológicas para a competição que desejamos neste fim de século e início do século que vem.

A penúltima grande causa da ineficiência de nossas universidades federais está na rigidez e obsolescência dos currículos. A mediocridade a que o corpo docente é conduzido, a feudalização dos departamentos e conseqüente esclerosação programada levam à manutenção de currículos rígidos e, de certa forma, de matérias curriculares hereditárias, que se vão defasando dos avanços científicos e tecnológicos. Um bom exemplo que cito — porque minha área é o caso da medicina — no Brasil, em sua grande maioria, com as ressalvas especiais de São Paulo e, talvez, Rio de Janeiro, mas, em sua grande maioria, os cursos de medicina têm, no mínimo, um quarto de século de atraso. Em todo o mundo há, sempre, uma distância muito grande entre o ensino fundamental, ciências básicas e medicina, mas, entre nós, o intervalo não só é grande entre esta e aquela, como é também enorme entre tecnologia e técnicas avançadas e as aplicações médicas a nível de graduação.

A última causa interna da degradação das instituições federais de ensino é a internalização, Sr. Presidente e Sr. Relator, da luta partidária dentro das universidades. Ora, na universidade, o principal critério de ascensão à chefia e liderança deve ser o da competência; da competência no ensino, da competência pedagógica, da competência no processo educacional. Todos os demais são secundários, e alguns seriam deletérios ou são deletérios. Com isto não se desmerece o confronto das idéias, não tem nada a ver, nem a luta na defesa de princípios individuais e coletivos. Partidarizar, todavia, corpos docente, discente e administrativo para o controle da direção, administração e definição da orientação do ensino e pesquisa, por aspectos político-partidários, é negar o próprio conceito de universidade na sua profundidade, abrangência e universalidade, é atrelá-la a plataformas e programas e, por vezes, dogmas desprovidos, quase sempre, de métodos pressupostos, essências e valores científicos. As disputas partidárias trouxeram para dentro das universidades federais clientelismo a fazer corar qualquer coronel nordestino.

Vê-se, pois, que a crise é geral, acentuando-se nas instituições particulares por falta de mecanismos de contenção, orientação e controle e nas instituições públicas pela ausência dos mesmos mecanismos adicionados a uma aguda crise econômica, financeira, histórica, estrutural, institucional, funcional e ética. Entenda-se por funcional e ética o desvio consciente da universidade — ou inconsciente — dos seus objetivos fundamentais e precípuos. Não será suficiente, portanto, o saneamento das mazelas externas que atingem a instituição. É preciso que ela se cuide internamente livrando-se desses males institucionais, estruturais, funcionais e éticos, que a afastam dos seus objetivos maiores, que são: gerar, conservar e transmitir os valores culturais, científicos e tecnológicos com vista à realidade nacional e sua inserção no rol dos valores universais.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Ilustre Ministro Carlos Sant'Anna, de propósito nós deixamos o tempo correr sem nos atermos à rigidez do prazo estabelecido. Mas isso nos obriga a contar com a sua paciência e de todos os componentes da Comissão e dos que estão assistindo a esta reunião, para ouvirmos de pronto o depoimento do Deputado Osvaldo Coelho. Em seguida, faremos o período das indagações e cada Parlamentar que desejar fazer a sua indagação poderá se dirigir a qualquer dos depoentes.

Peço a V. Ex.^a que permaneça à mesa e logo após o pronunciamento do Deputado Osvaldo Coelho nós daremos oportunidade, então, para o debate e as indagações.

Vamos, de pé, ouvir o juramento do depoente.

O SR. OSVALDO COELHO — “Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos

relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise da universidade brasileira”.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muito obrigado.

Peço que assine, por favor.

Concedo a palavra, portanto, ao Deputado Osvaldo Coelho, para prestar o seu depoimento, especialmente na qualidade de autor da emenda que resultou no art. 60 das Disposições Transitórias da Constituição. Esta foi, sem dúvida, a razão principal da sua convocação a esta CPI.

O SR. OSVALDO COELHO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, eu, particularmente, não me espantei com o brilhante pronunciamento do nobre Deputado Carlos Sant’Anna.

Eu fui seu contemporâneo na cidade de Salvador quando S. Ex^a militava na política, não universitária, mas política do curso secundário.

Ali, S. Ex^a já anunciava o seu destino de homem público, a sua vocação para a cátedra, para as congregações e o seu espírito público a serviço da Bahia e do Brasil. De forma que a mim não causou nenhum espanto o brilhantismo do Deputado Carlos Sant’Anna.

Mas, Sr. Presidente, meus senhores, eu quero louvar a iniciativa desta Comissão de investigação. Ela é, realmente, uma oportunidade extraordinária para uma reflexão sobre a vida brasileira, sobre o desenvolvimento brasileiro e sobre tudo que diz respeito ao ensino no Brasil.

Depois da exposição do nobre Deputado Carlos Sant’Anna, a mim veio o fortalecimento de uma convicção: no que diz respeito à educação e ao ensino do Brasil, tudo está desastrosamente errado e o momento que vivemos é o momento para cortarmos os nossos compromissos com os erros e com o passado.

Se nós assim não procedermos não estaremos servindo à Pátria, não estaremos cumprindo bem os nossos mandatos e a delegação que tivemos do povo para aqui comparecermos.

Sou, por natureza, otimista e confiante. Creio, até, que vamos consertar o País, mas seria insincero se, depois de um depoimento como esse que acabamos de ouvir, não dissesse a V. Ex^a que, de vez em quando, eu tenho um baque, caindo em posições até de depressão, para saber que forças seremos capazes de reunir para consertar esse estado de coisas, no que diz respeito à educação brasileira.

Confesso a V. Ex^a que não serei enfadonho, mas gostaria de dar, realmente, algumas informações.

Primeiramente, me permitirei ler para V. Ex^a algumas notas previamente escritas.

A questão da universidade, uma instituição com responsabilidade social de apresentar solução às principais necessidades da sociedade, em termos de formação de recursos humanos qualificados, pesquisas e disseminação de seus resultados.

A universidade brasileira é muito recente. As dificuldades por ela enfrentadas, internas e externas, sem dúvida se encontram na raiz do fato de que ela ainda não realiza plenamente a sua vocação histórico-social.

A universidade brasileira é elitista, mas a universidade nos outros países também é elitista.

No caso brasileiro, porém, essa elitização reforça pura e simplesmente a seleção de natureza sócio-econômica, na medida em que os níveis de ensino anteriores não atingiram os patamares, qualitativos e de democratização desejados.

A universidade pública brasileira situa-se quase sempre nas capitais dos Estados.

A universidade deve buscar responder a sua missão social, onde se faz necessária. É preciso que ela vá até o estudante.

Eu estive na Califórnia, na cidade de Fresno, onde havia um campus universitário e perguntei ao reitor quantas universidades existem no Estado da Califórnia. Duas universidades: a Universidade do Estado da Califórnia e a Universidade da Califórnia. Porém, essas universidades tinham 29 campi espalhados por todo o Estado, numa ocupação espacial. Nenhum californiano se encontrava a mais de 50 milhas do ensino universitário.

Para uma ligeira comparação, na minha cidade do Recife, há duas universidades federais: uma é chamada Federal propriamente dita; e a outra, Federal Rural.

A Federal Rural está no Município de Recife, que não tem um metro de zona rural, só tem zona urbana. No entanto, lá tem uma universidade federal rural, onde se formam veterinários, agrônomos e outros profissionais, todos voltados para as ciências agrárias, mas não existe campo.

Há uma determinação do Conselho Universitário de não arredar o passo da cidade do Recife para servir ao desenvolvimento do Estado, quer seja na bacia leste de Garanhuns, quer seja no semi-árido do Estado, quer seja nas margens do São Francisco, onde existe irrigação, porque ofende os direitos do corporativismo que está enraizado fortemente lá. É isso contra interesses e contra decisões governamentais.

Um estudo determinando o deslocamento da Universidade Rural de Pernambuco para o interior foi feito na gestão do Ministro Marco Maciel, foi prosseguido na gestão do Ministro Jorge Bornhausen, mas o Conselho Universitário dizia e afirmava, petulantemente, que se negava a se reunir para estudar proposta tão extravagante, que seria fazer funcionar cursos de agronomia, de tecnologia de alimentos, de veterinária, de zootecnia fora da cidade de Recife.

Então, a universidade está em crise porque ela está cavando a sua crise.

Imaginem os senhores: os agrônomos, os veterinários, os zootecnistas são formados na cidade do Recife. Muitos e muitos deles são nascidos na zona rural, mas é em Recife que eles concluem a sua adolescência, enfrentam a sua mocidade, encontram as suas namoradas, casam, afeiçoam-se e depois que terminam o curso são chamados para o interior. Ah, vão ter que travar conhecimento com as fazendas. Chamam a mocinha da cidade do Recife para ir para lá. Ela olha aquilo e diz: "Volte, aqui não fico." E eles vão para a cidade do Recife. Isso não é apenas um caso, são 99% dos casos.

Os senhores imaginem o que é que os cofres, o que é que os consumidores estão financiando, uma desordem, uma bagunça, um corporativismo exagerado, merecedor da maior repreensão possível.

Mostrei para V. Ex^a o que ocorre na Califórnia e o que ocorre com o meu Estado. Mas, se não formos longe, nós vamos ao Estado de São Paulo. Lá existe a Universidade do Estado de São Paulo. Ela tem a reitoria na cidade de São Paulo, mas todas as unidades de ensino de graduação estão lá no interior, em Jaboticabal, em Jaú, em Ribeirão Preto e em tantos outros municípios. É a universidade a serviço do desenvolvimento do Estado. E as nossas universidades de Pernambuco a serviço do corporativismo dos professores, como já foi falado aqui.

Esse estado de coisas não pode continuar, tem que ser quebrado, e é um dever nosso, desta Casa, e somente nosso.

Ainda chamaria a atenção de V. Ex^a para o que verdadeiramente me fez chegar aqui, que foi a minha condição de autor do art. 60, que fala no ensino fundamental e que diz, por imperativo constitucional, que a universidade tem que se descentralizar, ir para as cidades-pólo de desenvolvimento. A palavra mais feia que se pode pronunciar no conselho universitário é dizer que a universidade tem o dever de ir ao encontro dos estudantes. Os estudantes é que têm de ir ao encontro das universidades, para dismantelar cada vez mais os interesses do desenvolvimento do País e dos nossos Estados.

Tenho aqui uma cópia... Eu me bato pela obediência ao cumprimento do dispositivo constitucional. A população brasileira, os eleitores foram convocados para eleger uma Assembléia Nacional Constituinte e essa Assembléia, em nome dos eleitores, deveria escrever na Constituição as aspirações e os anseios dos eleitores. Então, foi escrito que pelo menos 50% dos recursos gerados pelo art. 212, de autoria do nobre Senador João Calmon, pelo menos 50% teriam de ser aplicados no ensino fundamental.

O problema da universidade é como a montagem de um automóvel; todas as peças têm de ser bem ajustadas para o automóvel funcionar bem. Se há universidade cuidando das excelências, mas a matéria-prima não é de boa qualidade, nós não estamos fabricando nada que preste, doutor nenhum que preste. E se estamos fabricando da maneira que estamos fabricando, privilegiando, sobretudo nas universidades públicas, somente os filhos dos ricos...

Tenho uma pesquisa que diz que 80% dos estudantes da Universidade de Pernambuco são oriundos de família média para média alta. Então, o que se precisa construir lá não são mais gabinetes, mordomias para professores, são pátios para garagem de carros dos estudantes ricos.

Será que está certo que dos recursos disponíveis para a educação, porque a Constituição diz que pelo menos metade seja destinada ao ensino fundamental, desses recursos todos, ao invés de metade, 90% para a universidade, 80% para a universidade e apenas 20% para a qualificação do ensino fundamental ou a expansão da rede do ensino fundamental?

A Alemanha, em 1860, universalizou o ensino fundamental.

O Japão, na virada do século, universalizou o ensino fundamental.

Ontem, o Ministro Marcílio Marques Moreira dizia que o maior centro financeiro do mundo é Tóquio, os 10 maiores bancos do mundo estão em Tóquio.

Se o Japão cuidou do ensino fundamental, do ensino de 2º grau e agora cuida do ensino universitário, teria de ser o que é.

A Alemanha foi destruída, como o Japão, na II Guerra. O que ajudou a Alemanha a se reerguer se não a sua qualificação de mão-de-obra?!

A nossa mão-de-obra, dizia o nobre Deputado Carlos Sant'Anna que a mão-de-obra qualificada, da responsabilidade do Governo Federal, tem que ser lembrado Nilo Peçanha; nós esquecemos completamente.

O nobre Senador Ronan Tito, talvez, tenha essa experiência que eu também tenho. Numa fazenda chega um trator, o camarada quebra um trator, quebra dois, quebra três e daqui a pouco é chefe dos tratoristas. Não é verdade? Porque ninguém ensinou ninguém a ser tratorista, a mecânica, o ensino fundamental.

Quanto custa isso de prejuízo, de ineficiência? Qual é o tamanho desse atraso?

Um dia cheguei à fazenda de um amigo meu e no batente da porta estavam alguns peões, pais de famílias numerosas, dez, dois cegos. Perguntei o que tinha acontecido e responderam que tinha sido uma conjuntivite, e disseram que tinha de botar leite de pião, um colocou no outro e os dois ficaram completamente cegos.

O que é que era isso? É a falta de cultura, é o analfabetismo, é o descaso com os pobres, é esse oceano de escravos nossos do século que se aproxima.

Não sei mesmo, o nobre Senador João Calmon sempre me adverte para não dizer isso, mas qual é a diferença dos nossos analfabetos de hoje para os escravos do século passado? Acho que é só a cor.

A Constituição cidadã diz que tem que fazer o concurso público para ingressar no serviço público. Eles se reúnem, lá na minha cidade, e perguntam que dia é o concurso para os analfabetos entrarem no serviço público. Que coisa engraçada. O homem é igual perante a lei, perante todas as oportunidades, mas tem que ser alfabetizado, e o governo não alfabetiza coisa nenhuma.

Está tudo errado e temos que concertar.

Quando eu estudava, tinha curso de Direito, Medicina, Agronomia, Engenharia, Farmácia, Odontologia e por aí terminava tudo e o País ia bem. Agora, temos 20 graduações e sem se falar das licenciaturas chega a cento e tantas. Que universidade é essa? Tudo sem nenhuma preocupação especial, sem nenhum compromisso político. Se inúmeros espaços não têm universidades, os políticos devem cuidar de outras coisas e não de melhorar a universidade que está a serviço de um corporativismo, longe, realmente, da população como devia estar.

São essas coisas que me ocorrem. Quando visitava o Estado da Virgínia, perto de Washington, há dois anos, dizia ao meu cicero que só queria informações do ensino médio; pedia, por favor, para não me levar em escolas superiores. Existem escolas de ensino médio em todos os cantos, são 36 mil matrículas. Tinha uma que ensinava a cozinhar e eu perguntei se era para formar cozinheiros. "Não, não é. Esse estudante, saindo, pode gerenciar uma lanchonete, um restaurante, pode gerenciar uma casa de festas. Agora, quando o senhor pedir um banquete para 200 pessoas, vai chegar comida para 200 pessoas, não vai sobrar nada para os porcos, nada de desperdício, aqui as coisas são feitas assim."

Aqui, como é o gerente de restaurante? Quanto mais ele jogar fora, quanto mais desperdício... E quem é que paga isso? Por que isso acontece?

São essas curiosidades que eu tenho. O nobre Deputado Carlos Sant'Anna falou como o homem da congregação, da cátedra. Prefiro falar com os senhores daquele que tem potencial de chegar à universidade e lá não chega. É em nome desses que eu quero falar. E estou inconformado porque as coisas não estão mudando em nada. Fala-se em autonomia universitária.

Meu Deus, quando se falava em universidade, que eu queria entrar no assunto... "Pelo amor de Deus, não entra, não, que isso aí é negócio de cientista, não pode falar." Um reitor chegar à Reitoria por eleição de professores, alunos e servidores, na minha cabeça, não entra nunca um absurdo desse. O reitor tem que ser nomeado pelo governador do Estado. Ele, sim, que é legítimo representante daquela comunidade. Ele foi em todos os grotões. Ele é que foi aos grotões. Ele é que foi às periferias. Ele é que deve mandar na universidade estadual. Mas uma corporação de professores, de funcionários? Eu não estaria de acordo com esse juramento se não dissesse isso a V. Ex.^a com esta clareza. Acho isso o maior absurdo do mundo. Que o Presidente da República não tenha também o poder discricionário de nomear o seu reitor da universidade federal? No máximo, venham sugestões descomprometidas, mas compromissos nunca. O legítimo e o responsável pela vida dos cidadãos é aquele que recebe o voto. Mas, se a gente não oferece o ensino fundamental, e o ensino bom e farto de segundo grau para os brasileiros, este País, cada vez mais, verdadeiramente, não vai ter vontade política. Cada vez mais vai-se falar na influência do dinheiro e do poder para manipulação dos votos. E eu sou filho de coronel. Aquele que o Sant'Anna falou ali. Sou filho de coronel. Talvez um coronel com algumas diferenças dos outros. Meu pai acreditava muito nesse negócio de recursos humanos. Nascido lá no São Francisco, numa cidade bem pequenininha, ele nos botava para estudar no Mackenzie, em São Paulo, no São Bento, na Universidade do Rio de Janeiro, na Universidade da Bahia, a mais famosa da época. Ele sempre procurava essas oportunidades maiores para nós. Mas sou nascido assim nesse ambiente.

Hoje, eu prefiro muito mais labutar com o voto do esclarecido do que com o voto de quem não tem discernimento para votar. Que democracia é essa que a gente faz e quer aperfeiçoar, e fica contemplando um oceano de analfabetos? Onde é que as teses nacionais vão encontrar acolhida se as massas são ignoras? E a mão-de-obra? O Presidente fala tanto em competitividade, o mundo ficou pequeno, mas para nós montarmos um automóvel não sei quantas centenas de vezes mais horas

do que no Japão, do que nos Estados Unidos, do que qualquer país, da Coreia ou coisa que o valha. Como é que se vai competir? Como é que se vai fazer a agricultura com gente ignorante? Sou de um município em que a agricultura é uma das mais avançadas do Brasil. Faz irrigação, cultiva-se uva, manga para exportação, aspargos, tomate, tudo isso. Ou se tem uma mão-de-obra muito boa ou nós vamos à breca.

Mas fui advertido sobre isso quando estive na Califórnia. Quando eu disse ao reitor da cidade de Fresno que na minha cidade estávamos implantando um projeto de irrigação, ele disse: "Cuide dos recursos humanos e sobretudo dos recursos humanos de nível médio, porque, se não cuidar, o seu projeto vai à breca, como foi à breca aqui no projeto de irrigação do Estado de Washington". E eu, advertido disso, corri, procurei o Senador Marco Maciel, que era Ministro, procurei o Senador Bornhausen, procurei o Ministro Sant'Anna, e todos foram meus amigos na construção de duas escolas técnicas de nível médio, que estão safreando técnicos a serviço desse grande investimento que o Governo fez lá, e que não iria para lugar nenhum se não tivesse esses técnicos.

Para alegria do Senador João Calmon, quero dizer que amanhã estarei inaugurando, na minha cidade, uma escola de tecnologia de alimentos, uma regional também a serviço do desenvolvimento.

Mas, estou falando em nome do consumidor da universidade, do consumidor do ensino brasileiro. A nossa mão-de-obra... Dizem que nos países recém-industrializados, numa relação de 37, o Brasil está em 37º — a pior mão-de-obra. E quando estou falando de mão-de-obra, estou misturando aqui com o Primeiro Mundo, que é o sul do País. Avalie se a gente pegasse só da Bahia para lá, que escândalo não seria, de peso pesado, para o desenvolvimento.

Por último, quero dizer que embora tenha sido da minha lembrança, devia ser uma questão de honra para o Congresso o cumprimento do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Aí o Governo, em vez de 50% aplica 9. E os outros recursos com destinações diferentes, em desobediência ao dispositivo constitucional. Isso é sagrado, esses recursos são do ensino fundamental. Só vai acontecer o ensino de segundo grau de boa qualidade se tiver o ensino fundamental de boa qualidade. E esses dados são apurados pelos meus assessores, pelo Tribunal de Contas, são dados irrefutáveis.

O que está acontecendo de imoral e de indecente é que os mais pobres estão financiando os mais ricos, que vão para as universidades públicas. E vão para as universidades públicas mal gerenciadas, que desperdiçam recursos, que fazem construções extravagantes. Há democracia nisso? Há alguma coisa de respeitável, de digno, em que os pobres, que não têm escolas, com os seus dinheiros, estejam financiando a universidade pública? E dizem: "O que fazer da universidade pública?" Ela tem que ser mais imaginativa, mais criativa, mais audaciosa. Ela tem que experimentar cobrar dos ricos, porque é imoral que o rico não pague e que falte escola para os pobres.

Semana passada, Deputado Carlos Sant'Anna, eu passei em municípios que V. Exª conhece: Brejolândia, Santana, Lapa, Traíras, distritos, ali, na Bahia, que V. Exª tão bem conhece, e aquelas populações de manhã, e à tarde, todos sem fazer nada. Qualquer desavisado haveria de dizer: "Que povo preguiçoso". Não são preguiçosos, não. Eles são desinstruídos, deseducados, eles não sabem fazer nada, porque o Governo impõe a eles não fazer nada. E o Governo faz a Constituição do cidadão, administra os recursos públicos, desatencioso à obediência das leis, e tudo isso é como se certo fosse.

Penso que a universidade pública deve ser paga, penso que ela não deve crescer agora. Penso que o bom para o País é injetar recursos no ensino fundamental. Mas

não a professora e o giz. A professora, o giz, o quadro-negro, o laboratório, e o salário do professor, é isso que penso. Penso que a universidade, ao invés de estar encastelada nas grandes cidades, deve procurar a sociedade, deve abrir cursos de formação de professores, tenho uma influência em cerca de 10 municípios pernambucanos, todos esses no oposto do Recife.

Na minha cidade são 40 ginásios, para usar a expressão antiga; na zona rural, 40.

Quando eu estudei, em 1945, havia um na minha cidade; hoje, na zona rural, tem 40. As professoras ganham melhor do que as professoras do Estado.

O Senador João Calmon conheceu um desses ginásios, deve ter se espantado.

Os meninos vêm até de 12 quilômetros, de bicicleta, de jegue, de burro, e vão para esses ginásios, mas isso foi uma coisa planejada.

Como cuidamos de educação... primeiro é um dever elementar oferecer educação a todos e não somente aos da cidade.

Porque quando chegava a quarta série vinha o pai, a mãe e o filho, todos para a cidade, ficavam debaixo da ponte, os párias, sem fazer nada.

Hoje vai até a oitava série, fica ali, depois o filho, o rapaz já está meio taludinho, já vai para a casa de um parente, ali, na cidade, ou então procura bons serviços na zona rural.

E eu questiono para os outros municípios: por que vocês não fazem a mesma coisa que Petrolina faz, etc.? É a dificuldade de professor.

Como existe uma escola de formação de professores em Petrolina, essa escola forma esses professores — e esses professores têm licenciatura plena — e eles vão para a zona rural e se conformam ali.

Os outros municípios não têm esses professores formados. Então, não têm recursos humanos. Quando é um distrito muito importante tem um ginásio que não vale nada lá, etc., casa coisa toda.

Se a universidade fosse advertida, ela teria preparado esses recursos.

Então, meus amigos, estou falando em nome desses que não consomem universidade, que têm anseios por consumir, e estou seguro que o problema do desenvolvimento brasileiro não está prioritariamente no avolumar de recursos para a universidade. Não podemos começar nenhum edifício pelas telhas e nem pela cumeeira. Temos que começar da maneira mais simples que todo mundo começa, pelos alicerces.

Temos que universalizar mesmo o ensino fundamental, chegar a todo brasileiro, porque essa é a receita de todos os países do mundo. Não existe nenhum país no mundo que começa a construir casa pela cumeeira, todos começam pelos alicerces.

Então, entendo que, para a universidade prestar bons serviços, primeiro ela tem que ser democrática, tem que receber e selecionar uma massa de estudantes que saiam de todas as classes sociais, e hoje ela só manipula os filhos dos ricos. Então, isto é indecente.

Tem que ter uma sabedoria na aplicação dos recursos, de maneira que fique preservada a obediência ao dispositivo constitucional, e que se cuide da universidade pública nos seus limites.

Ela não pode querer espaço maior do que o que já tem, talvez tenha até que encolher-se. Ela tem que espalhar-se um pouco, não pode ficar só numa cidade grande.

E outros mecanismos de estímulo às universidades privadas; as bolsas de estudo, os financiamentos.

Fez-se uma forma de financiamento, ontem, e não deu certo, ninguém pode se frustrar nas tentativas não vitoriosas. Temos que encontrar, tudo isso.

Peço até desculpas porque me alonguei, porque repeti. Esse assunto me apaixonou e, por último, não acredito em desenvolvimento deste País sem a universalização do ensino. Isso não se fez num ano, mas tem que ser uma construção da nossa responsabilidade.

Não sou contra a universidade. Agora, acho que tem os, *modus in rebus*, que estabelecem os limites da universidade.

A Universidade Federal de Pernambuco, por que fica no Recife? Então, muda o nome. Como é que a Universidade Rural de Pernambuco fica no Recife, e não é nem no meio rural? Muda o nome.

Aí vamos tentar.

Mas temos esses outros modelos tão bons; esse da Califórnia, esse do Estado de São Paulo. Se formos para Santa Catarina, existem exemplos a serem inspiração para o ocupamento espacial da universidade. Eles fazem convênios com fundações e prefeituras, accitam e, às vezes, desconversam e, no fim, o cliente, que é o estudante, se beneficia. Esse negócio é antigo, continua antigo e eu não tenho nenhum estímulo.

Eu já avisei que a minha luta é muito grande. Tenho, aqui, duas representações feitas pelo Sr. Aristides Junqueira ao Supremo, onde ele pede que se decrete a inconstitucionalidade do Orçamento porque não obedece ao artigo 60. Eu faço a representação ao Procurador, ele manda para o Supremo e, infelizmente, o Supremo põe numa fila lá — que eu não sei qual é — e não julga. Já fiz isso durante dois anos e vou fazer a terceira vez.

Tenho cartas endereçadas ao Sr. Ministro Marclio Marques Moreira, pedindo a S. Ex^a que, durante a organização do Orçamento, S. Ex^a se lembre de obedecer o art. 60 das Disposições Transitórias. Agora trago essa consideração para esta Comissão.

Sou imensamente agradecido à oportunidade que me foi dada e quero dizer que ninguém pode se dispensar de oferecer tempo e inteligência para consertar este País e começa-se por esse assunto. Não acredito que exista nenhuma clareira mais importante para o desenvolvimento nacional do que a Educação.

Muito obrigado ao Sr. Presidente e aos Srs. Parlamentares que tiveram a paciência de me emprestarem os ouvidos para este depoimento. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Deputado Osvaldo Coelho.

Sem mais delongas, passo a palavra ao nobre Relator, Senador João Calmon, para dirigir as suas indagações, tanto ao Sr. Ministro Carlos Sant'Anna quanto ao Sr. Deputado Osvaldo Coelho.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Srs. Assistentes desta importante reunião, eu não exageraria se afirmasse, como o faço da maneira mais enfática, que o depoimento do ex-Ministro da Educação Carlos Sant'Anna foi o mais completo, o mais dramático e o mais impressionante que nós ouvimos desde a primeira reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Acho que nós, que pertencemos a essa tão criticada classe política, devemos nos orgulhar pela profundidade, realmente impressionante, do depoimento do ex-Ministro Carlos Sant'Anna.

Fui testemunha dos seus admiráveis esforços para tentar dar uma contribuição substancial para a solução do problema, que deveria ser altamente prioritário, da Educação em nosso País. Obviamente, como, desgraçadamente, para o Brasil, os Ministros da Educação dão apenas plantão no MEC — a média de duração de cada um gira em torno de um ano e meio ou dois anos — não lhe foi possível realizar tudo o que S. Ex^a havia planejado.

Sou testemunha ocular e testemunha auditiva de um episódio que, talvez, tenha sido o mais chocante em pouco mais de duas décadas da minha atuação na área da educação — o resto do tempo eu considero perdido, desperdiçado. Nós, Parlamentares, fomos convidados para uma reunião na Sala de Arte do MEC, no 9^o andar, para discutirmos reivindicações salariais dos professores e dos servidores, com a participação e, obviamente, com o apoio de estudantes universitários. O que eu vi durante

toda essa reunião ficou gravado com letra de forma na minha memória. Durante o longo tempo em que discutimos as reivindicações da comunidade acadêmica, junto ao Sr. Ministro da Educação, também um professor universitário, houve ininterruptamente, um coro com a mais grave ofensa que se pode fazer à mãe do Presidente da República e à mãe do Ministro da Educação.

Uma cena como essa, realmente, não pode ser esquecida, e o Ministro Carlos Sant'Anna, como sempre, agiu bravamente, corajosa e patrioticamente, e deu a todos nós uma demonstração do seu alto espírito de civismo.

Eu não poderia, a esta altura da reunião de hoje — já são, praticamente, 12 horas e 30 minutos — formular muitas indagações ao Professor Carlos Sant'Anna, mas, pelo menos uma, sinto-me obrigado a formular.

Esse depoimento do Professor Carlos Sant'Anna, creio que, dificilmente, possa ser superado por qualquer outro estudo sobre o drama da universidade brasileira. Estou certo de que qualquer outro documento pode se equiparar ao trabalho que nos apresentou, mas nenhum poderá superá-lo.

Entretanto, para surpresa minha, que tenho obsessão pela Educação, no dia 5 deste mês, quando me encontrava a bordo de um avião, numa viagem a um país da África, onde o pai que não manda o seu filho para a escola é inevitavelmente condenado à prisão, quando eu me dirigia a esse país, onde se gasta mais com a Educação do que com todas as forças armadas, eu li um exemplar da *Folha de S. Paulo*, onde, na página 3 do Primeiro Caderno, estava publicado um artigo de um dos depoentes desta CPI, o ex-Reitor da Universidade de Brasília, o Professor José Carlos Azevedo. Nesse artigo, ele revela que o Banco Mundial realizou um levantamento sobre a situação do ensino superior no Brasil. Estranhamente, esse relatório foi considerado confidencial. Eu vou ler — são cinco linhas — o início do artigo do Professor José Carlos Azevedo. Diz o artigo:

“...Vergonhoso e deprimente para o Brasil é o relatório confidencial do Banco Mundial, de 12 de outubro passado, sobre a reforma do ensino superior em nosso País, mencionado na *Folha de S. Paulo* há algumas semanas.”

Não vou me estender na leitura desse artigo porque resume o relatório confidencial, que já é do conhecimento do Professor José Carlos Azevedo e, provavelmente, de vários outros educadores.

Nós vamos ter o prazer e a honra de contarmos com a presença do eminente Professor José Goldemberg, atual Titular da Pasta da Educação que, sem dúvida nenhuma, é uma glória do ensino no nosso País. Certamente, S. Ex^a terá a oportunidade de confrontar o estudo magistral, do qual hoje tomamos conhecimento, do Professor Carlos Sant'Anna, e esse Relatório confidencial. Ao mesmo tempo, creio que será nosso dever, aqui, nesta CPI, fazermos um esforço para que esse relatório deixe de ser confidencial, até porque não acredito que ele tenha sido considerado confidencial pelo Banco Mundial.

Como essa batalha é de importância extraordinária, eu estou certo de que contando, como até agora temos conseguido, com o apoio do Presidente desta CPI que, também, é um professor universitário e um lutador extraordinário dessa causa altamente prioritária, nós vamos juntar aos documentos conseguidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito, sob a Presidência do nobre Deputado Eraldo Tinoco, esse documento do Banco Mundial. Mas, repito, duvido, duvido mesmo, que o Banco Mundial tenha feito um trabalho mais completo do que o que foi apresentado, hoje, pelo Professor Carlos Sant'Anna.

A esta altura — 12 horas e 33 minutos — eu não poderia fazer muitas perguntas ao nosso primeiro depoente desta manhã, o Professor Carlos Sant'Anna. Portanto, limitar-me-ia a fazer uma indagação. Se V. S^a estivesse participando, e creio que

poderá estar participando da revisão constitucional, votaria a favor da manutenção da aposentadoria de professores e professoras, de acordo com os limites estabelecidos pela Constituição cidadã a que se refere Ulysses Guimarães? Essa a única pergunta, já que devo ter mais umas 40, mas me limitarei a essa, renovando as minhas felicitações mais entusiásticas pelo seu primoroso e antológico trabalho.

O SR. CARLOS SANT'ANNA — Nobre Senador, responderei objetivamente como acontece sempre todas as vezes que sou interpelado. Primeiro, lhe dizendo que votei a favor das primeiras tentativas de emendas constitucionais pela aposentadoria do professor aos 30 anos de serviço e pelas professoras aos 25 anos.

Encaminhei a votação, inclusive de uma das vezes em que essa tentativa foi levada a efeito no Congresso Nacional, fui um dos encaminhadores da votação por indicação do líder de então, do meu partido que era na sessão, o Deputado João Linhares.

Hoje, não sei se votaria. Estou sentindo o peso da perda que as universidades estão tendo, dos seus melhores professores em saber, em experiência, em competência, na plenitude da sua competência, da sua experiência e do seu saber, pela aposentadoria.

Veja bem que muitos dos professores, e pelo menos na nossa Bahia — não é, Deputado Heraldo Tinoco? —, muitos professores com 30 anos de serviço, com tempo para se aposentar, não se aposentariam. É preciso que se lhes diga: não se aposentariam. E ficariam esperando a chamada compulsória. Essa é a nossa tradição na Bahia. O professor fica esperando a compulsória porque, inclusive, para quem exerce o magistério, o ensino é a vida do próprio professor. Se ele vai para casa, se ele cessa a sua atividade, é como a planta que perde a água, ele medra.

Li depoimento agora, na imprensa da Bahia, de uma professora que saía com medo de que se lhe tirassem os direitos que estão colocados na lei. Houve tanta celeuma de que havia uma modificação. Então, ela dizia que *cumil pssur*, em se aposentava pelo fato de dizer que iria se aposentar. Ela poderia continuar, mas ela tinha receio de que se lhe tolhessem direitos e que depois, na sua velhice, quando já lhe cerceiam as forças, etc., ela ficasse numa situação de desamparo. Então, para garantia desses direitos que ela se sentia ameaçada, se retirava pela aposentadoria.

Na minha exposição, disse que o número de professores, de pessoal docente que computávamos em 1989, a época que estávamos no Ministério, em relação a hoje, houve uma diferença substancial em relação ao número de professores, exatamente pela aposentadoria. Por aposentadoria precoce — não pelo tempo de serviço, elas todas foram legais — porque os professores, mesmo com 30 anos, talvez não se aposentassem; não se aposentariam precocemente, mas se aposentaram.

É importante para quem exerce o magistério, que é uma função altamente sacrificada, que se possa ter a garantia de que vai viver na aposentadoria, na velhice, com dignidade. No momento em que as forças não são mais as mesmas, em que se chegam os problemas das doenças que vão aparecendo, o professor tem que ter a garantia da sua aposentadoria com dignidade.

Dadas essas garantias, acho que tivemos que pensar se temos o direito de mandar para casa o que há de melhor no saber, na competência, na experiência e na plenitude profissional, quando os professores se aposentam precocemente.

Aproveito a resposta dada para também dizer alguma outra coisa que me parece de fundamental importância. O problema, o fato é que estamos à beira do século XXI, mas não século XXI como um período meramente de que o tempo passou, que o tempo mudou. Não. É o período de uma nova era, é a era em que terá o poder quem tiver o saber. Será a época da grande dominação científica e tecnológica. A correlação que sempre houve nesse último século de dominantes e dominados entre quem tem o poder econômico, tem o domínio; quem não tem o poder econômico, é dominado. Isso, dentro dos próximos anos, se não agora, nas próximas décadas

do século que vem, será em função do poder científico e tecnológico. Quem tem o saber terá o poder. Será a época do científico-tecnológico, será dominante quem não tiver, será dominado.

Vejam que não é mais meramente aquele poder tradicional, clássico, econômico. Lembrem-se da Guerra do Golfo Pérsico — é o saber científico e tecnológico que vai permitir às nações serem do Primeiro Mundo, serem do Segundo Mundo, serem civilizadas, não serem civilizadas, serem dominantes, serem dominadas.

Mas, de onde é que vem o saber científico e tecnológico? O que é que as grandes nações estão fazendo — as nações do Primeiro Mundo — para se prepararem para essa corrida e para esse saber? Por que os Estados Unidos estão fazendo a pesquisa do seu sistema educacional *national at risk*, a nação em risco? A nação responde os inquiridos, as avaliações que fizeram. Por que Mikhail Gorbachev fez na União Soviética, o Japão fez, a Europa Ocidental fez? Por quê? Porque eles sabem que é preciso revisar todo o sistema educacional, para permitir a competição de saber, a competição na área científica e tecnológica.

Não é sucateando a universidade brasileira que estaremos nos preparando para esses tempos que já estão aí chegados, e que estão por vir. Não é possível que as minhas palavras aqui sejam interpretadas, se não de uma análise crítica, verdadeira, de um diagnóstico até ruim, até pesado, mas não no sentido de dizer que está ruim e por isso precisa acabar. Não. Está ruim e por isso precisa ser modificado, precisa ser consertada para que ela volte — a universidade brasileira, como um todo, seja pública, seja privada, mas especialmente a pública — a ser o que deveria ter sido desde o princípio. Que ela seja o cadinho onde vamos formar os homens que vão preparar o Brasil para a geração do futuro. Isso é de uma extrema importância. Daí por que me preocupa profundamente imaginar que há agora que ser levado em consideração o que está na universidade brasileira, entre quem é rico, quem é pobre, quem é público, quem é privado. O dilema não é esse.

O que importa é saber quem tem condições, que jovens têm condições intelectuais, que jovens podem ser preparados para dar ao País, ao Brasil, no futuro essa capacidade de produção de técnicos, de cientistas, de tecnólogos, para enfrentar esses momentos altamente duros e difíceis.

Sr. Relator, quero dizer, meu ilustre amigo, patrono da educação brasileira, Senador João Calmon, que as nações do Primeiro Mundo têm a *détente* do poder. Elas fazem o clube, que é dos sete, e os sete têm uns outros tantos em volta, elas não estão absolutamente interessadas senão em fazer com que as nações do Terceiro Mundo desenvolvam a eliminação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental, mas nunca do ensino superior, do científico e tecnológico, nunca. Nunca.

Quem tiver o avanço na ciência e na tecnologia poderá disputar poder e não interessa aos que têm a disputa do poder. Não interessa por quê? Porque as potencialidades do mundo são diminutas, elas devem estar para o desfrute das que têm o poder. Se outras chegaram ao poder, esse é o raciocínio de quem tem a *détente*, dificilmente, evidentemente, o mundo será pequeno. Dificilmente o mundo poderá caber para tanto estudo.

A Índia, por exemplo, que é um país que tem dificuldades enormes, soube entender o seguinte: sim, por um lado é preciso compatibilizar. Se de um lado temos que eliminar o analfabetismo, se um lado temos que analisar o ensino fundamental, de outro lado, não podemos jogar a universidade fora. Se jogarmos a universidade fora, jogaremos fora o nosso futuro, comprometeremos o destino do País, legaremos esta Nação ao estado de colônia do séc. XXI dos países que terão a ciência e a tecnologia. Isto interessa a nós, brasileiros? Não! Pode não interessar aos que fazem os relatórios catastróficos, interessados talvez em sucatear a universidade: mas esse não pode ser o objetivo nem essa a interpretação dos depoimentos que estão sendo dados aqui.

É como quem faz um diagnóstico verdadeiro, porém ruim. Digamos é quem diagnostica uma doença muito ruim em alguém, câncer por exemplo. Mas não diagnostica para matar o paciente, não! Diagnostica porque é preciso intervir drasticamente para retirar aquele tecido malsão, aquelas partes fissulares degeneradas e permitir que o indivíduo viva. E viva bem!

Quero dizer que a nossa intervenção aqui é nesse sentido. Estamos fazendo esses depoimentos, mas com o objetivo de que haja correções, de que esta Comissão possa ter um papel importante, em definir as correções, em fazer atuá-las para que a universidade possa sobreviver. Para que, ao mesmo tempo, seja possível compatibilizar constitucionalmente a importância, a necessidade que a universidade sobreviva com os grandes programas fundamentais para o povo brasileiro de eliminação do analfabetismo e universalização do atendimento do ensino fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra ao nobre relator.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Quero dirigir uma indagação ao eminente Deputado Osvaldo Coelho sobre a sua heróica batalha do art. 60. Antes, entretanto, gostaria de registrar a presença neste plenário do professor Ubirajara Brito que foi um notável e incansável colaborador do Ministro Carlos Sant'Anna. Ambos pertencem aos Quadros da Universidade da Bahia e o professor Ubirajara Brito realmente foi um fator muito importante para o extraordinário êxito da administração do Ministro Carlos Sant'Anna.

O nosso eminente Deputado Osvaldo Coelho referiu-se à iniciativa mais importante que tomou ao longo de toda a sua brilhante carreira parlamentar. Ele ainda não ensarilhou armas. Está acompanhando junto ao Supremo Tribunal Federal, junto aos Ministros daquela corte a tramitação de dois recursos. Um de sua iniciativa e outro do Conselho Nacional dos Secretários de Educação.

Os dois recursos foram acolhidos pelo Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira, e encaminhados ao Supremo Tribunal Federal. Estamos aguardando a decisão final da Suprema Corte. Entretanto, apenas como linha auxiliar e muito modesta pelo trabalho que deve ser creditado, acima de tudo, ao Deputado Osvaldo Coelho, também tomei posteriormente uma iniciativa no mesmo sentido. Apresentei uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias que estava em tramitação no Congresso Nacional, obrigando o Presidente da República a enviar ao Congresso, juntamente com a proposta de Orçamento, uma demonstração pormenorizada do cumprimento do art. 60, das Disposições Constitucionais Transitórias. Infelizmente, para a batalha do Deputado Osvaldo Coelho, que é a de todos nós, a área econômica estava alerta e levou o Presidente da República a vetar esse dispositivo que havia sido incluído, por iniciativa minha, na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Decorreu um ano — e como o Deputado Osvaldo Coelho, sou perseverante, teimoso — voltei a apresentar uma emenda no mesmo sentido da Lei de Diretrizes Orçamentárias. E desta vez a área econômica cochilou e não levou ao Presidente da República a idéia de vetar o artigo que fôra incluído, na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Apesar desse artigo estar incluído na referida lei ele não foi cumprido pelo Governo no ano passado. Essa luta vai continuar e estou absolutamente certo de que com a colaboração do Congresso Nacional e de todos os Parlamentares presente e ausentes, um deles é o jovem Senador Élcio Álvares, que está deixando marcas profundas da sua atuação no Senado Federal, acabaremos ganhando esta batalha.

Desejo felicitar vivamente o Deputado Osvaldo Coelho pela sua luta perseverante e, ferindo talvez a modéstia que é uma das características da sua família, que teve como figura maior no Congresso Nacional, no universo político do Brasil o saudoso e inesquecível Nilo Coelho, que a Escola Técnica Federal de Petrolina, funcionando a dois ou três anos só abriu as suas portas e começou a atuar porque o prefeito

de Petrolina decidiu pagar com recursos municipais a totalidade da folha salarial dessa escola.

Não poderia neste momento deixar de fazer esse registro que demonstra a capacidade extraordinária do Deputado Osvaldo Coelho e de toda a sua família sempre mobilizada em defesa da causa sacrossanta e prioritária da educação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muito obrigado. Não temos inscrições sobre a mesa, mas quero fazer uma indagação ao Dr. Carlos Sant'Anna e uma outra ao Deputado Osvaldo Coelho.

Dr. Carlos Sant'Anna, na sua exposição ficou claro para mim dois aspectos. Primeiro, é o de que há um número percentualmente elevado de professores em tempo integral e dedicação exclusiva. Pelo que consta esses professores não se dedicam à atividade de ensino e, sim, à atividade de pesquisa e extensão.

Na avaliação de V. S.^a inclusive quando da sua passagem pelo Ministério da Educação, cargo que desempenhou com brilhantismo, qual a sua avaliação a respeito do resultado dessa pesquisa, o investimento que o Poder Público faz na atividade de pesquisa tem trazido respostas adequadas ou estas pesquisas, como me pareceu também na sua exposição, se dirigem muito mais às questões de interesse puramente acadêmico, dos departamentos ou dos professores e não trazem resultados palpáveis e adequados para a sociedade como um todo? É a avaliação sobre essa questão que gostaria de ouvir de V. S.^a

Ao Deputado Osvaldo Coelho já vou encaminhar a questão com respeito ao problema da interpretação do art. 60, que tem sido nesta Casa muito questionada. Desde quando o art. 212 se refere aos recursos públicos, de um modo geral, há sempre uma linha de interpretação de que esses 50% devem ser relativos à totalidade dos poderes públicos, envolvendo a União, Estados e Municípios. E que desta forma como os Municípios aplicam fundamentalmente os seus recursos em ensino básico e os Estados também, grandes parcelas de suas aplicações são dirigidas ao ensino básico que, no somatório dos orçamentos públicos, estaria sendo atendida a disposição constitucional e que ela não deve ser encarada apenas em relação ao Orçamento da União, uma vez que pela própria determinação constitucional, a preocupação mais acentuada da União deveria ser em relação ao ensino superior e, por via de consequência, não seria lícito restringir que o Orçamento da União aplique 50% em ensino básico e os outros 50% para todas as demais funções, incluindo ensino superior que, diga-se de passagem, hoje, consome a maior parcela dos recursos da União.

Então, como V. Ex.^a vê essa interpretação? Como se posiciona sendo autor da emenda que redundou no art. 60 da Constituição, essa interpretação feita e que, inclusive, está sendo feita agora em relação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, tentando, pelo menos no parecer, ou ao texto, neste momento aprovado na Comissão de Educação, dando essa interpretação que os 50% devem ser em relação à totalidade dos recursos públicos?

São as indagações.

Passo a palavra, inicialmente, ao Dr. Carlos Sant'Anna.

O SR. CARLOS SANT'ANNA — Ilustre Deputado Eraldo Tinoco, profundamente ligado às lutas pela educação em prol da melhoria, do aperfeiçoamento do processo educacional brasileiro, a pós-graduação do Brasil, com 25 anos apenas, é talvez um dos pontos, como disse na exposição, de êxito do processo educacional, visto a grosso modo, de fato, os níveis de excelência que os cursos de pós-graduação conseguiram desenvolver no Brasil, talvez porque tenham um processo de avaliação continuado e permanente, extremamente rigoroso, conduzido por órgão extremamente eficiente do MEC, que é a CAPES. A pós-graduação, entretanto, se é possível se verificar esses níveis de excelência com 87% dos cursos de doutorado, é 67%

dos mestrados entre os níveis de excelência A e B; todavia, uma avaliação profundamente crítica desses custos pode nos permitir destaques para alguns problemas. Por exemplo, primeiro, no regime militar, houve um determinado momento em que, corretamente, a política educacional pretendeu desenvolver a pesquisa e a pós-graduação no Brasil, que não existiam, e as colocaram na universidade como um prolongamento do estudo universitário, mas o objetivo era, ao mesmo tempo em que se desenvolvia essa pós-graduação, fazendo mestres, doutores, pesquisadores, a melhoria, o aperfeiçoamento da qualidade no ensino de graduação.

Vinte e cinco anos decorridos, o que observamos é que não há dúvidas de que a qualidade do ensino melhorou em várias das instituições onde se implantou a pós-graduação. Mas o que se pergunta é: a pós-graduação ajudou ou participa profundamente da melhoria da qualidade desse ensino superior? Só indiretamente, porque, na medida em que faz mestres e doutores que vão para o ensino de graduação, esse recurso humano preparado vem para o ensino de graduação. Mas os professores da pós-graduação, aqueles que lá vivem, fazem a pesquisa na pós-graduação e deviam ter um entrelace grande com a graduação, até para melhorar a sua qualidade. Há, portanto, uma espécie de fosso entre a alta qualidade, a excelência e o pessoal docente da pós-graduação e a graduação, porque não se intercomunicam como seria necessário, de modo que o objetivo da docência na pós-graduação pudesse melhorar a qualidade da graduação. Não há essa correspondência.

Segundo, a pesquisa foi colocada na universidade porque era o seu local de partida, porque há 25 anos ela não existia. Então, resolveu-se que a pesquisa estaria na universidade para ela começar. O que aconteceu? A pesquisa se enraizou na universidade e ficou acadêmica demais. Como a pós-graduação tem alto intercâmbio com os países do Primeiro Mundo, onde ela é muito desenvolvida, as interfaces entre a pós-graduação e a pesquisa — Ubirajara pode desenvolver essa tese — tem essas correlações com o Primeiro Mundo, ela começa a refletir e importar as questões do pesquisador do Primeiro Mundo, ou seja, a pesquisa se dissocia mais do que seria desejável da realidade brasileira quando deveria estar servindo mais à realidade brasileira para modificá-la no sentido do desenvolvimento do que, na verdade, o faz.

É verdade que há grandes esforços. Isso que estou dizendo é conhecido por todos, a SBPC tem debatido bastante a necessidade de que é preciso fazer com que a pesquisa se volte para os problemas da realidade brasileira, que ajude na mudança, na transformação da realidade brasileira, mas, sem dúvida alguma, isso ainda não foi conseguido da maneira correta.

Então, a pesquisa fica tratando mais daquelas importantes para as correlações como pelo mundo dos pesquisadores das instituições científicas e distanciadas ficam da realidade brasileira. Um dos desejos agora, a partir de alguns anos em que a própria Capes, que faz a supervisão, está procurando fazer com que isto mude, é que haja exatamente essa maior adequação. Tanto que por isso os centros de pós-graduação estão muitas vezes saindo das áreas da educação para as áreas de ciência e tecnologia, daí porque a pós-graduação hoje está sendo mais ligada às áreas de ciência e tecnologia do que necessariamente aos Ministérios da Educação, por exemplo. Há uma tendência de ligar o ensino de pós-graduação e até o de graduação às áreas de ciência e tecnologia para exatamente fazer aquela correlação entre a pesquisa, a pós-graduação e a mudança da realidade brasileira tão necessária.

Os professores deveriam, tanto quanto possível, estar em regime de tempo integral e de dedicação exclusiva, se fosse possível, se houvessem recursos, porque isso lhes dá um salário mais digno e a possibilidade de viver o processo pedagógico e educacional em que ele, docente, está inserido integralmente, sem necessidade de fragmentar a sua vida na busca de recursos financeiros adicionais para permitir o seu próprio sustento. Seria a dedicação exclusiva com recursos correspondentes.

Um percentual grande de professores na universidade federal já tem este regime. O que eu disse não foi que eles não se aplicam ao que estão fazendo. Não, essas possibilidades se aplicam. Agora, os 20% que não têm estão totalmente desmotivados e, nesse caso, eles influem muito negativamente na qualidade do ensino. E os que têm a possibilidade de desenvolvimento para a publicação de trabalhos e a falta de inserção e o fato de que a pós-graduação está muito centrada em São Paulo, no Rio e em Minas Gerais e com esparsa concentração em outros estados. No Nordeste, como no Estado da Bahia, no nosso Estado, em Recife tem, mas muito evidentemente esparsa. É evidente que as outras regiões do País sofrem exatamente por falta dessa interrelação entre a pós-graduação e a graduação.

O professor Swartzmann, cujo artigo citei, foi quem fez a alusão de que a grande despesa com pessoal, resultante dos recursos que o Governo Federal custeia, advém de uma série de fatos, e não de salários milionários. Há mais de 81% de professores em regime de dedicação exclusiva e tempo integral. Há a questão das aposentadorias, que não saem, a folha de aposentados não sai e ela fica onerando a universidade, os funcionários administrativos que trabalham em extensão, que, muitas vezes, agrícola, assistencial, ou saúde pública etc., onera os gastos da educação.

São esses os problemas que foram citados.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Com a palavra o Deputado Osvaldo Coelho.

O SR. OSVALDO COELHO — Deputado Tinoco, vou dizer a V. Ex^a o que penso. Ainda passei pela universidade de Direito, onde estudávamos Direito Romano, meu professor, Adalberto Nogueira, dizia os romanos afirmavam que, quando a lei é clara, não há o que interpretar.

Agora, não estou só; o Procurador Aristides Junqueira pensa como eu.

Quero dizer a V. Ex^a que o Ministro Carlos Sant'Anna não questionou na ocasião; apenas mostrou o fato, que era o desfalque que isso traria para o Brasil.

O SR. CARLOS SANT'ANNA — Não apenas o desfalque. Para facilitar o raciocínio de V. Ex^a, esclareço que, se for cumprido o dispositivo constitucional, a universidade pública federal fecha.

O SR. OSVALDO COELHO — Não estou muito preocupado com o fato de a universidade pública fechar, estou preocupado em abrir os horizontes para o oceanos de analfabetos brasileiros e os que fazem um curso fundamental de péssima qualidade. Esta é a minha preocupação: abrir os horizontes. Se V. Ex^a dissesse que uma porta vai fechar, eu não me importaria, desde que outras 10 se abrissem para os pobres que precisam ingressar na sociedade. São considerações que não cabem no momento.

Esse fato passa a ter uma interpretação política. No meu entender, se for para manter o *status quo*, vamos interpretar diferente dessa clareza à qual me refiro. Os que não querem manter o *status quo*, inclinam-se consensualmente, hoje, para o cumprimento do dispositivo constitucional. Através dessa intervenção — no Ato das Disposições Transitórias — o legislador Constituinte pediu para dar um freio no problema do ensino, para que durante 10 anos pudéssemos ingressar... Como bem disse o ex-Ministro Carlos Sant'Anna, trata-se de uma era nova, chegou o momento da sabedoria. A sabedoria deve estar na universidade e no povo, que deve estar preparado para absorver os conhecimentos oriundos da universidade.

Creio que, hoje, as pessoas que querem interpretar o que não se precisa interpretar estão satisfeitas. Fico muito incomodado com esse analfabetismo, com essa ignara de trabalhadores, com a baixa produtividade, com a ineficiência. Sou muito incomodado com isso. Fico, então, com os romanos: não tem nada a interpretar: é o que está escrito mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Ao encerrar esta reunião, resta-me, na qualidade de Presidente desta CPI, agradecer a presença do Dr. Carlos Sant'Anna, que é sempre uma presença agradável no nosso meio. Temos participado de muitos debates e de muitas iniciativas, temos discordado em alguns detalhes, mas sempre dentro dessa característica muito própria do Dr. Carlos Sant'Anna, que é a elegância e a sua maneira muito franca de colocar as coisas. Assim, é um prazer enorme tê-lo aqui, especialmente trazendo contribuição tão preciosa a esta Comissão.

Passo às mãos do Relator o depoimento com os anexos. Sem dívida alguma, posso dizer que foi um momento muito importante dos trabalhos que desenvolvemos aqui. Agradeço ao Senador João Calmon, tem sido incansável nesse trabalho, e aos companheiros que aqui estiveram e que, inclusive, fizeram questão de registrar as desculpas por terem de se ausentar antes do término da sessão, como foi o caso do Senador Ronan Tito. São poucos os que têm participado assiduamente dos trabalhos, o que não nos desanima. A nossa esperança é de que o relatório final do Senador João Calmon — como acontece com tudo o que ele faz — consiga realmente captar tudo de importante que ocorreu aqui e traduzir em seu parecer. Sem dívida alguma, os depoimentos de hoje vão enriquecer o trabalho de S. Ex.^a O mesmo digo em relação ao Deputado Osvaldo Coelho. A luta de S. Ex.^a é bonita, estimulante. Acompanhei muito de perto um debate na Comissão de Orçamento, o qual o Deputado Osvaldo Coelho levou — como sempre, com muito entusiasmo. Votei favoravelmente à emenda de S. Ex.^a Acredito, como S. Ex.^a, que não há o que interpretar. Tem sido essa a minha posição na Comissão de Educação. Entretanto, vi, com muita clareza, quando fui Relator-Geral do Orçamento, que a aplicação do dispositivo, como está escrito na Constituição Federal, causaria — não diria o fechamento das universidades — a necessidade de a sociedade brasileira alocar muito mais do que 18% para o segmento educacional.

O dispositivo do art. 60 deixa claro que 9%, pelo menos, devem ser direcionados ao ensino básico, mas não determina que ao invés de 18% seja 25% ou 30%.

É evidente que sabemos que manter as universidades funcionando é muito difícil, em se tratando de um País pobre, em desenvolvimento, de um País onde as aspirações da sociedade se direcionam para outros segmentos, que não principalmente o segmento educacional. Apesar de tudo isso, devemos louvar a persistência e o combate do Deputado Osvaldo Coelho. Esperamos que um dia possa acontecer como na expressão do Apóstolo Paulo: "Combati o bom combate, acabei a carreira e guardei a fé". A fé de S. Ex.^a nos estimula.

Muito obrigado ao Dr. Carlos Sant'Anna e ao Deputado Osvaldo Coelho. (Palmas.)

Está encerrada a reunião.

Data: 30-4-92 — hora: 19h30min

Convidados: Cristóvam Buarque — Diógenes da Cunha — João Calmon — João Faustino — Raul Pont — Henrique Eduardo — Ibero Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Está aberta a reunião. Convoco para ter assento à mesa o Professor Cristóvam Buarque, ex-Reitor da Universidade de Brasília, e o Professor Diógenes da Cunha Lima, ex-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Daremos, inicialmente, a palavra ao Professor Cristóvam Buarque, para o seu depoimento de 20 minutos. Logo em seguida, ouviremos o depoimento do Professor Diógenes da Cunha Lima, por igual período. Encontram-se, desde já, abertas as inscrições para as inquirições que os Srs. Parlamentares desejarem fazer.

Peço ao Professor Cristóvam Buarque que proceda ao juramento de praxe e que o assine depois.

O SR. CRISTÓVAM BUARQUE — “Juro, sobre o juramento de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise na universidade brasileira.”

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Passo a palavra ao Professor Cristóvam Buarque para o seu depoimento.

O SR. CRISTÓVAM BUARQUE — Creio que o principal, embora o juramento se refira à verdade que devemos dizer, é jurar o que se escreve. Deixo escrito um depoimento que — sugiro seja acrescentado ao juramento — juro ser verdade, de acordo com a maneira como encaro o problema da universidade brasileira.

Começo, cumprindo meu juramento, dizendo que a expressão “crise da universidade” deve ser reanalisada. Fico extremamente satisfeito em ver que há uma comissão parlamentar analisando a universidade. Por duas razões: primeiro, porque mostra a seriedade com que o Congresso trata o problema da universidade, dando-lhe status de merecer uma investigação; em segundo, porque retira de dentro da universidade o tema “crise universitária”. A crise da universidade não é um assunto que deve ser estudado apenas pela universidade; deve ser estudado por toda a comunidade nacional.

O primeiro ponto — creio — que deve ser analisado é o significado da crise da universidade. Escolhi como documento — não o lerei por ser muito longo — o que chamei de “Um Pequeno Dicionário da Crise Universitária Brasileira” ou um “Pequeno Dicionário da Polêmica Universitária”. Tomei cerca de 50 verbetes, analisando minha posição sobre cada um deles.

Leio, em ordem alfabética, embora esteja apresentado não em ordem alfabética, como nos dicionários tradicionais, mas a partir da importância. Começa com a palavra crise.

Analiso, por exemplo, o problema da administração da universidade, da aposentadoria dos professores, do assembleísmo, da falta de auto-estima, da definição de autonomia, do que significa crise de autoridade, do problema das bolsas de estudo, da crise em si, da relação com a cultura, da dedicação ao ensino, do conceito de democracia na universidade, do desafio que a universidade deve enfrentar, do significado de diversidade universitária, de como tratar do problema da eleição de reitores, do elitismo — que é um tema extremamente discutido —, do empreguismo na universidade — tem sido um dos temas mais discutidos nesta Comissão —, do que é o ensino superior, da estabilidade funcional do professor, do trabalho de extensão universitária, sobre o problema da gratuidade, das greves, da hierarquia, da história da crise, da indissolubilidade ensino/pesquisa/extensão, do isolamento que a universidade vive em relação ao mundo e do mundo em relação à sociedade, da inonomia, da legitimidade da universidade, da relação da universidade com o mercado, da missão da universidade, dos movimentos docentes, discentes e de funcionários, do horário noturno, do problema do número de professores, do papel da universidade na sociedade, do problema da paridade dos três segmentos da universidade insinuado nas suas decisões, do partidarismo dentro da universidade, da pesquisa, do conceito de universidade pública, da sua qualidade, dos rituais universitários, do papel social da universidade, do que é uma universidade para a crise — proposta que fazemos na segunda parte do nosso trabalho —, e, finalmente, do vestibular. Li em ordem alfabética, mas, na apresentação, os tópicos estão dispostos seguindo uma ordem que considere mais apropriada.

Na outra parte do depoimento, para não ficar apenas na análise, apresento uma sugestão à Comissão, apontando uma proposta de universidade para o Brasil nas próximas décadas, não nos próximos meses. Analisei qual é a transição, a universidade como instrumento de soberania, qual deve ser a reforma no método, na estrutura;

como ela deve se integrar na sociedade; como devemos educar a universidade, quais as amarras que impedem as mudanças; quais são as mudanças, as atividades, o que é uma universidade tridimensional, que é aquilo que a gente vem tentando aplicar na UnB; como integrar a universidade; qual a metodologia, a avaliação e uma proposta, inclusive, de como se fazer a eleição de dirigentes. Pois bem, esse é o documento. E está escrito com a verdade que penso, embora, obviamente, não penso que seja a verdade da realidade, porque a realidade não é necessariamente o que pensamos. Mas propomos coisas e temos que ter modéstia para isso.

Como resumo, incluí algumas páginas no começo, que não vou ler, mas gostaria de considerar o seguinte: primeiro, fala-se muito, Srs. Senadores e Srs. Deputados, que a manifestação da crise na universidade aparece por causa da perda de qualidade dos alunos de hoje. Eu me formei há aproximadamente 20 anos — nos anos 60, em Engenharia — e é impossível que um estudante de engenharia, hoje, saiba menos do que aquilo que aprendi na universidade. É impossível! Não tive um professor em dedicação exclusiva, não tive biblioteca, não tive uma revista de engenharia em português, na época, e os livros eram poucos, tínhamos que estudar em inglês e me lembro de alguns livros em italiano e francês, línguas das quais não sabíamos nada! Eu não tinha um professor em dedicação exclusiva. Não havia um professor com pós-graduação! Os senhores podem dizer que estudei em Recife e que, em São Paulo, talvez fosse diferente. Não acredito que fosse muito diferente!

Entretanto, é óbvio que, hoje, um estudante sai em crise, o que não aconteceu comigo na universidade! Por quê? Onde está o sintoma da crise? Não pode ser na qualidade, quando se mede a quantidade de conhecimento que um aluno de hoje obtém. E o que eu disse para o meu curso de engenharia, diria para a economia, que quase não existia na época, que é a minha segunda carreira. Diria para a medicina inclusive. Refiro-me à média; é possível que algumas universidades da época fossem melhores do que muitas de hoje. Mas, na média, não pode ser pior a quantidade de conhecimentos que se adquire na universidade. Entretanto, a crise é uma realidade! Mas de onde vem a crise? Para mim, o que se perdeu na universidade entre 30 anos atrás e hoje não foi em termos de qualidade, não foi a quantidade de conhecimento que se recebe, mas a sintonia desse conhecimento com as exigências do momento no qual o aluno sai. Eu me formei em engenharia há quase 30 anos, sabendo muito pouco, comparado ao engenheiro de hoje, mas saí sintonizado com o esforço de industrialização do Nordeste. Saí sintonizado com a proposta de desenvolvimento para o Brasil; saí com o objetivo de colaborar para construir um País novo. Hoje, o aluno sai sabendo mais engenharia, mas não sai com um projeto para o qual trabalhar. Ele não sai sintonizado com um projeto de nação. Essa é, a meu ver, a verdadeira crise universitária. O fato de termos uma instituição que perdeu sintonia com o conjunto.

Agora, vamos analisar por que se perdeu sintonia, onde está “a culpa” e como resolver isso!

A grande culpada não é a universidade, embora ela seja também culpada; a grande culpada é a sociedade brasileira, é o País, é a humanidade, se quiserem ir mais longe, que deixou de ter um projeto hegemônico para oferecer à sociedade, inclusive à universidade. A universidade perdeu sintonia não só porque ele se afastou do projeto, mas porque o projeto desapareceu. A verdade é que aquela idéia de que o desenvolvimento construiria uma utopia e que o nosso papel de universitário era fazer parte, gerando conhecimento que construiria a utopia, essa utopia morreu. Ninguém mais acredita que o crescimento em si vai fazer utopia. Ninguém acredita em si que ser engenheiro mecânico vai acabar com a fome do Nordeste, como a minha geração acreditou. Não por ser engenheiro mecânico, mas por ser um profissional de nível superior.

Então, a sociedade brasileira perder o rumo! E quando uma sociedade perde o rumo, ela força a perda de rumo para todas as instituições dentro dela. Mas que, se formos olhar bem, a universidade está até menos fora de sintonia do que muitas outras. Acho que o ex-SNI perdeu muito mais sintonia do que a universidade a partir da perda daquele modelo autoritário concentrador. Acho que o INSS hoje está menos sintonizado, pela perplexidade geral do que fazer com aposentadorias, com crises financeiras e tudo. Acho que a Igreja Católica, com o maior respeito, está meio fora de sintonia, quando vemos as igrejas protestantes crescendo, quando vemos perplexidade por diversos valores novos na moral.

Há uma perda de sintonia de todas as instituições! Com o maior respeito, não há qualquer instituição mais importante, fundamental, decisiva para o futuro do Brasil do que o Congresso Nacional. E devemos perceber que esse momento de apertado, inclusive, faz com que haja falta de sintonia entre a agenda do povo, a agenda da Nação e a agenda de cada um de nós, inclusive do Congresso. Então, há uma perda de sintonia, mas não por culpa da universidade, que tem uma grande parcela de culpa e da responsabilidade. Por quê? Porque a universidade é uma das poucas instituições que podem usufruir da falta de um projeto nacional. Ela pode usufruir, portanto, pode ter como seu objetivo a ajuda no encontro de um projeto nacional.

Nesse ponto, creio que, mantida as diferenças, há uma semelhança com o Congresso Nacional. Somos diferentes do SNI, somos diferentes do INSS, somos diferentes de uma quantidade de instituições, cujo papel é cumprir uma função para realizar o projeto nacional. Nós — universidade, Congresso e algumas outras instituições — temos também o papel de encontrar um projeto. Não de executar! Executar é um problema do Congresso e do Poder Executivo. A Universidade não é uma instituição política e não se deve pretender ser uma instituição política. Mas, formular o conhecimento de um novo projeto nacional, sim, a universidade pode ajudar. E aí vem a culpa da universidade! Lamentavelmente! A universidade não está tentando se aproveitar da crise nacional para dizer: "Estou aqui para ajudar a formular uma proposta nacional"! A universidade assumiu-se estar em crise, em vez de assumir-se ser para a crise! E creio que o primeiro passo para retirar a universidade da crise atual é a universidade dizer: "Não estou apenas em crise; sou para a crise. Existe para formular alternativas que criem um sabor de nível superior que ajude a encontrar um caminho diferente para o País!"

Vejam que muitas das universidades, na sua história, têm cumprido esse papel. Outras não; e têm sido destruídas por isso! Se olharmos bem, a universidade mais tradicional, embora não a mais antiga, que é a Sorbonne, deixou de existir durante uns cinco anos, depois da Revolução Francesa, porque ficou fora de sintonia. Ela existia para formar os filhos dos aristocratas, para formar os dogmáticos. E a Revolução Francesa cortou a cabeça dos aristocratas; não tinha mais aristocrata para ir à universidade. E ela não soube se situar em ser uma universidade para formar outro tipo de sociedade. Que fez a Revolução Francesa? Fechou! Não servia para nada, porque ela não soube se sintonizar. Já outras universidades souberam se sintonizar. Sintonizaram-se num projeto novo de sociedade, ou num intervalo entre um projeto e outro sintonizar-se na própria crise; sintonizar-se nas dificuldades de um projeto nacional.

Como creio que a crise brasileira vai durar provavelmente algumas décadas, não no crescimento, no emprego, que são alguns detalhes importantes, mas a crise de uma proposta de nação diferente, a reinvenção do Brasil vai durar algumas décadas — não estou falando em consertar o Brasil que está assim, isso é até possível, durante algum tempo. Mas não a reinvenção dele! Não um Brasil que vai ficar com um salário mínimo de Cr\$280 mil, em vez de Cr\$250 mil, que dá para comprar mensalmente dois pães a mais por dia para cada família de cinco! Não! Isso é um concertozinho! Lamento que muitos de nós estejam gastando tanto tempo em lutar para que o salário

mínimo suba de Cr\$250 mil para Cr\$280 mil, quando a solução dos problemas dos que ganham o salário mínimo não vai chegar, ainda que este seja Cr\$500 mil cruzeiros.

Vai chegar através da educação para todos que tenham salário baixo ou alto, alimentação para todos que tenham salário alto ou baixo, saúde para todos que tenham salário alto ou baixo. Então, o conserto de elevar o salário mínimo para Cr\$280 mil, Cr\$300 mil etc., esse pode haver. Mas a reinvencão de um Brasil diferente vai levar algumas décadas.

E são nessas décadas que eu gostaria de ver a universidade situada, tendo o papel de ser uma universidade para a crise. Obviamente, não nego que precisa recursos para que a universidade cumpra esse papel, mas não creio que o primeiro problema da universidade seja recurso! O primeiro problema da universidade é ideológico; é uma idéia de universidade! Sem dinheiro, essa idéia não será executada, mas, só com dinheiro, também não será. Vou mais longe: muito dinheiro sem uma proposta nova de universidade pode ser perigoso, porque a universidade vai pensar que não há crise no País.

É preciso que a universidade descubra pelo menos que há crise no País. Quando digo universidade, quero fazer a maior ressalva em respeito a milhares de colegas, companheiros, estudantes, funcionários, professores, até eu próprio, que tenho a honra de ser professor universitário, é a minha profissão, a minha opção pessoal, e estou falando aqui como professor universitário e, portanto, sinto isso. Mas a instituição em si ainda não percebeu que o seu maior problema não é a falta de recursos, mas sim a falta de uma idéia de universidade. E que, depois da idéia, é preciso recurso para que ela não morra. Obviamente, é um processo dialético; se demorarmos muito sem recursos, ela morre antes de ter a idéia, mas não podemos discutir só recursos; temos que discutir uma idéia de universidade. E é sobre isso que coloco a segunda parte do meu documento.

Qual é uma proposta de universidade que poderia ter sintonia? Primeiro ponto: quero insistir que o problema da universidade não é aumentar número de alunos hoje. O Brasil tem um dos menores números de alunos universitários por habitante do País. Um dos menores do mundo. Mas o Brasil tem o maior índice, a maior proporção de estudante universitário em relação a estudante do Segundo Grau. As pessoas esquecem isso! A cada cinco alunos do segundo grau, temos dois na universidade. Nenhum país do mundo tem essa proporção, porque, em outros países, muitos alunos que entram no primeiro grau chegam ao final do segundo grau. Então, a pirâmide se forma até o fim do segundo grau; depois ela se transforma na universidade. Aí, o número de universitários é grande. Não podemos querer mudar a pirâmide no topo. A isonomia tem que começar pelas bases. Esse é outro dos temas que no Brasil tanto se discute: a isonomia pelo topo, esquecendo a isonomia básica. A isonomia básica, neste País, é todo mundo ter uma escola boa, de qualidade para todo mundo; é ter saúde para todos, é ter comida para todo mundo e depois se discutirá a isonomia no topo.

Pois bem, a isonomia educacional não pode começar por todo aluno que termina o Segundo Grau entrando na universidade, mas todo aluno entrando na primeira série do I Grau, terminando a última do II Grau e depois, com isso, automaticamente, o número de universitários vai aumentar.

Então, o primeiro passo para mudar a universidade não é aumentar o número de alunos. O segundo passo, não fazê-la paga.

A idéia de universidade paga é mais uma das armadilhas — a meu ver muitos propõem sem perceber — da elite brasileira para manter a universidade propriedade sua: enquanto, vejam bem, a universidade só servia para uns poucos, mas servia conforme um projeto de Nação elitista, ninguém falava em cobrar a universidade, agora que vem uma democracia, que se começa a pensar em um outro País, que se começa a discutir

em cima de bases para que muitos cheguem à universidade, começamos a falar que ela seja paga.

O que gostaria de propor como discussão desta Comissão não é quem paga a universidade, mas quem se beneficia dela. Se o beneficiário da universidade fossem os alunos, acho que ela deva ser paga, mas aí, vamos ser coerentes, vamos pagar integralmente, não vamos criar a mentira de pagar 10% e o Estado dar 90% e dizer que ela é paga e, portanto, o aluno é dono dela. Vamos cobrar 100%.

Os 100%, hoje, significam cinco mil dólares em média; no curso de Medicina isso dobra ou triplica. Quantos podem pagar cinco mil dólares por ano para ter dois ou três filhos na universidade? Então o número de alunos já vai reduzir, não vamos ter 400 mil alunos, vamos baixar para 200 mil e, quando baixarmos, o preço sobe para 10 mil dólares e não mais cinco mil. Quando chegar a 10 mil dólares, o número de alunos cai, já são 50 mil. Ao chegarmos nos 50 mil alunos, o custo será de 20 mil dólares. Aí eu recomendo mandar seus filhos estudarem no exterior — como era no começo do século, porque o número de alunos era pequeno.

Então, vamos ser coerentes. Não é possível utilizar a mentira dizendo: "Vamos cobrar. Custa cinco mil dólares; o aluno paga 500 dólares e o Governo dá 4.500. Essa é a mentira e com uma finalidade: a partir daí, a universidade é privada, e aí o médico não irá estudar cólera, porque com a cólera ele não receberá o seu investimento de volta, pois quem tem cólera não pode pagar médico. Assim, o aluno vai estudar cirurgia plástica para rejuvenescer madames. Ele não vai estudar como evitar que os dentes caiam, mas estudará ortodontia para corrigir o dente torto ou mal implantado.

Esta é uma das razões pelas quais — acho, em nome da justiça — se quer privatizar a universidade.

Vejam, na África do Sul, a universidade era grátis, agora que acabou o *apartheid*, quer que ela seja paga. Por quê? Porque sem o *apartheid* os negros vão poder frequentar a universidade, e então só há uma maneira de impedi-los: é fazê-la pagar. Continuarão entrando negros, mas serão poucos, porque a maioria ainda é pobre. Com isso essa universidade passa a ser paga; é justo que ela seja paga, mas os livros de história vão continuar dizendo que os brancos são maiores, mais competentes e mais inteligentes que os negros, pois são os brancos que pagam.

O papel da universidade pública na África do Sul agora não é fazê-la pagar, é fazê-la trabalhar para a maioria do país, incluindo os negros que lá vivem. E isso, muitas vezes, esquecemos. Mas a esquerda, que defende a gratuidade, esquece também que mantê-la grátis apenas tendo como privilegiados os alunos, é melhor fechá-la e mandar as pessoas estudarem no exterior. Para que seja grátis é preciso que ela tenha um papel com o País.

E o que é a universidade ter um papel com o País? Volto a insistir: quero discutir quem se beneficia, antes de discutir quem paga; e quero que os beneficiários da universidade sejam os 150 milhões de brasileiros, e vou mais longe, quero que os beneficiários da universidade brasileira sejam os cinco bilhões de habitantes do mundo hoje e os futuros bilhões que venham a existir. E isso através de quê? Através de uma universidade capaz de gerar saber de qualidade para toda a humanidade. Mas como se faz isso num País pobre como o Brasil?

Faz-se de uma maneira muito simples. Há dois tipos de conhecimentos na universidade, um que chamaria de *estético* as ciências puras, as artes, a filosofia e as letras. Essas áreas não têm compromisso com o Brasil, nem com o agora. Essas áreas têm compromisso com a humanidade e com o futuro. O filósofo não tem que ter compromisso com a fome, mas com o saber. O cientista idem. O artista o literato também.

Agora, há outras áreas do conhecimento: Engenharia, Medicina, Direito, Economia, Nutrição, cujo compromisso não é com a Humanidade nem com o futuro; é

com este País e com o agora. E se este País escolheu o caminho da democracia, este País significa a maioria.

Então, essas áreas têm que ter um tratamento diferente. As áreas estéticas têm que ter um único compromisso, que é com a qualidade. Qualidade significa ineditismo, em gerar um saber novo para o mundo. Quem quer estudar São Tomás de Aquino deve ter o mesmo privilégio de quem quer estudar a fome. Mas temos que inventar alguma coisa sobre São Tomás de Aquino que ninguém disse e que seja coerente com o juramento e que seja verdade. Tem que gerar saber de qualidade. A avaliação nas áreas estéticas tem que se dar a nível internacional, ou então não se faz, deixa-se que lá fora se descubra as coisas, porque já que é um compromisso com a humanidade, não há por que avaliar com os padrões brasileiros.

Agora, as áreas tecnológicas têm que dar respostas para o Brasil aqui e agora. O engenheiro tem que fazer aquilo que se precisa para resolver os problemas das grandes massas do País. O problema do Brasil é fazer um automóvel que não pareça com uma carroça, ou transportar 150 milhões de habitantes a um preço compatível com os seus salários? Fico com a solução da segunda proposição.

O papel de um nutricionista é resolver o problema dos gordos ricos, ou dos pobres magros? Fico com a segunda.

O problema dos médicos de pele é fazer com que os carecas tenham de volta seus cabelos ou evitar os problemas de queimaduras? Fico com a segunda opção.

E aí é preciso exigir qualidade, mas também compromisso com os problemas deste País.

Como se faz isso? Primeiro, com uma rígida avaliação. E a universidade a tem desprezado. A universidade é em parte culpada de não haver isso. Falo com a tranquilidade de quem é de uma universidade que tem um centro de avaliação de seus professores, em que os alunos também avaliam os seus professores, e que hoje tem um sistema de avaliação que se espalha por todo o Brasil. Lamento que na hora em que foi criado não tenha se aceitado chamá-lo de Auditoria Acadêmica.

Não entendo como uma universidade tenha uma auditoria financeira, que é meio, e não tenha uma auditoria acadêmica, para avaliar o que é a sua finalidade. Mas não importa o nome. É um centro de avaliação, mas é muito pouco. A avaliação não pode, inclusive, ficar restrita à universidade. A avaliação da universidade tem que ser feita pelo conjunto da sociedade brasileira, através de instituições superiores que possam analisá-la. Claro que há o problema da liberdade acadêmica! Claro que há o problema de como se avaliar alguém cujo trabalho leva 20 anos para ficar maduro! Claro que há esses problemas. Por isso a comunidade deve participar.

Então, o primeiro passo é avaliação. Mas o segundo é uma radical mudança no currículo dos cursos das áreas técnicas. Lamentavelmente, grande parte dos cursos das áreas técnicas estão trabalhando hoje como se não houvesse começado um processo democrático no Brasil.

É como se na África do Sul as universidades continuassem organizadas como se não houvesse sido eliminado o *apartheid*. É como se na Rússia as universidades continuassem organizadas como se ainda não existisse mercado. Não pode ser assim! Tem que haver mudanças no conteúdo dos cursos de Medicina. Tem que haver mudanças no conteúdo dos cursos de Engenharia, de Nutrição, ao menos nas universidades públicas. Quanto às particulares, muito bem! Elas são feitas para formar pessoas para o mercado. Então o pai do aluno paga pela universidade em vez de comprar ouro ou investir na bolsa. É um investimento como outro qualquer, que não vai resolver os problemas do Brasil, mas que permitirá que a universidade seja mais uma escada social neste País de elitismo.

Mas a universidade pública não pode ser uma escada social dos indivíduos apenas, embora também isso. Ela tem que ser, acima de escada social, um instrumento de

construção de um mundo mais belo e melhor. ~~Mais belo nas áreas estéticas: Ciências, Artes, Filosofia e Letras. E melhor nas áreas tecnológicas.~~ Esse é o desafio.

Qual a proposta de estrutura que temos, além da mudança do curso e da avaliação?

A universidade prisioneira dos departamentos, não conhece a realidade do mundo. O estudante de Medicina não conhece a cólera, pois ela é um problema de saneamento, de economia, de urbanismo. O estudante de Engenharia não conhece nada do transporte, que é um problema de urbanização, de economia, de sociologia, de psicologia social. A fome não entra na universidade, pois ela não é um tema da Nutrição. A Nutrição estuda a nutrição, não a fome, que é problema de História, Geografia, Economia, de distribuição de renda. Então, precisamos ter uma estrutura multidisciplinar na universidade. A UnB montou-a. E hoje se espalha pelas universidades do Brasil o que chamamos de matriz: qualidade na área departamental e compromisso no que chamamos núcleos temáticos.

O núcleo da fome, núcleo da saúde, o núcleo da economia, o núcleo do Brasil, o núcleo da América Latina, o núcleo da Ásia são organizações por tema e não por categoria do conhecimento e não por área do conhecimento. E para que a universidade dê um salto, já que estamos entre um paradigma e outro, já que vamos viver um período de insegurança e falta de rumo, tem que premejar a universidade o humanismo. Não serve um engenheiro que seja só engenheiro.

Li artigo do Deputado Roberto Campos esta semana, onde mesmo ele, que é um homem que rege e defende com muita coerência e competência o problema de mercado, citava Haijek, que é o economista mais liberal de todos, como um dos grandes mestres dele e que dizia: "Ninguém pode ser um bom economista se só for um economista." Porque se o economista quer trabalhar a realidade do mundo, como economista ele não entenderá nada, porque a realidade do mundo é diferente e é multidisciplinar.

Estabelecemos uma universidade multidisciplinar não só nos temas, mas também na promoção do humanismo ali dentro, através do que chamamos de núcleos culturais.

Finalmente, não basta ter essa universidade tridimensional que apresentamos num documento: é preciso integrar esse cubo da universidade tridimensional ao mundo. Uma universidade isolada do mundo pode funcionar quando o mundo vai muito bem, porque através da Engenharia se resolve os problemas de transportes e da construção, mas quando o mundo está mudando, não basta ter a engenharia. É preciso ligar a universidade à realidade.

Isso nós fizemos, estamos fazendo na UnB e em outras universidades do Brasil, através de um profundo e intenso trabalho de extensão. Não é extensão populista, como se coloca, é fazer com que o nosso aluno aprenda a realidade lá fora. Mas, em alguns casos, quando vemos a esquerda que está na universidade falar em populismo, temos que pensar duas vezes. Às vezes vejo que o radicalismo antipopulista chegou a tal ponto que existem pessoas que são capazes de verem outras se afogando e que não as tiram da água, porque é populismo salvar quem está se afogando.

Ensinamos a pescar, em vez de darmos o peixe, mas não podemos ensinar a nadar em vez de salvar o que está se afogando. É uma parte da população brasileira está se afogando e a universidade tem responsabilidade de evitar isso. Como, por exemplo, uma integração profunda da universidade com o ensino básico. A universidade está alienada do ensino básico. Não é culpa apenas dela; é o salário do professor que é baixo; mas esse salário vai continuar baixo por algum tempo. A universidade vai esperar que os salários subam ou vai inventar uma forma de se integrar no ensino básico? Existem formas.

Primeiro, ela pode, apesar dos baixos salários de professores, dar mais prioridade aos cursos de licenciatura do que aos de bacharelados. O que temos visto ao longo desses últimos vinte anos é o contrário. Temos poucos cursos para formar professores de Geografia; mas, para geógrafos, temos muitos. Temos poucos cursos para formar

professores de Física e Matemática. Temos cursos para físicos e matemáticos. Isso tem que mudar!

Segundo, a universidade deve se integrar no processo do ensino básico com a proposta que temos, que essa não está implantada nem aprovada, ou seja, ao invés de um vestibular que selecione — temos que continuar com o rígido processo de seleção — que a avaliação seja feita dentro do próprio ensino básico.

Não é comparar, num País de desigualdades como o Brasil, com os Estados Unidos as notas do Segundo Grau. Mas podemos aplicar provas no final do primeiro ano do 2º Grau, no final do segundo e do terceiro anos e tirar a média. Isso criaria já uma relação. Sem medo de que pareça — e vou explicar por que não parece — uma proposta feita há alguns meses atrás, dessas que o atual Governo faz e esquece. Tem que colocar, de uma maneira mandatória, estudantes da universidade como professores do 2º Grau. Por que se impõe mandatoriamente uma disciplina chamada Estudos dos Problemas Brasileiros — EPB —, que está caindo de moda, mas não se pode fazer uma prática dos problemas brasileiros?

Por que não podemos ter como parte da formação do aluno dar aulas no 2º Grau? Não falo isso como pagamento da universidade. Porque se ele sentir que está pagando a universidade, já não fará isso. Se está pagando é o dono e sendo dono não vai querer fazer isso.

O Brasil não perderia muito se prolongássemos para cinco anos, ao invés de quatro, muitos dos cursos universitários de hoje. Nesse quinto ano o aluno participaria do 2º Grau como professor. O Brasil precisa hoje de, pelo menos, um milhão de novos professores. E não existe esse um milhão, prontos para lecionar, na hora em que formos contratar. Teremos que usar, de forma emergencial, pessoas que estão em condições de dar aulas no 2º Grau. O Brasil não pode é fazer, por exemplo, o que fez Cuba, fechar a universidade para alfabetizar e resolver o ensino básico. Seria um suicídio da ciência e da tecnologia brasileira. Temos que combinar as duas coisas.

O terceiro papel da universidade no ensino básico seria um instrumento...

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Lamento informar que o seu tempo já se esgotou. Concederei a V. Sª mais 5 minutos, para concluir.

O SR. CRISTÓVAM BUARQUE — O que precisamos além disso? Que a universidade seja um instrumento de treinamento dos professores do 2º Grau. Se a universidade for esse instrumento, conseguiremos dar um salto razoável. As amarras que impedem isso são internas e externas. Externas, porque a universidade continua sendo vista lá fora apenas como escada social e não como instrumento de transformação. Por isso, a idéia de pagar, dentro da justiça; se é uma escala social, tem que ser paga.

O mais grave são as profundas amarras internas na universidade, que analiso no documento. Uma delas, precisamos ter a tranquilidade de afirmar, é o corporativismo que existe em toda a sociedade brasileira e também na universidade. A universidade se olha mais para dentro. Eu diria que a universidade é a menos corporativa, talvez, das instituições, porque ainda olha para fora, como objeto de estudo. Mas ainda é muito corporativa e isso irá dificultar as mudanças.

Creio que devemos mudar de fora para dentro e não apenas de dentro para fora. E esta Comissão tem um papel. Srs. Deputados e Senadores, já participei até como colaborar em algumas Comissões Parlamentares de Inquérito no Congresso. Lamentavelmente, o excelente papel que essas Comissões fazem, na maioria dos casos, se limita a analisar como inquérito a crise. Já é um grande papel, mas creio que nesse caso aqui deveríamos buscar mais além de analisar a crise, um papel propositivo das transformações que a universidade precisa fazer. Não é que o Congresso imagine isso apenas numa comissão e tente impor à universidade. Mas daqui pode

sair uma idéia da necessidade de uma reforma universitária profunda neste País. Não apenas aumentar as verbas, os salários, nem pequenos arranjos. Não! Uma profunda reforma universitária de como deve ser uma universidade num período de transição para uma sociedade democrática que vamos construir.

Daqui pode sair primeiro, a necessidade da reforma universitária; segundo, daqui pode sair eu não diria a proposta da reforma, mas o caminho que devemos seguir para criar um grupo neste País, obviamente acima de partidos, de instituições e que pense essa reforma universitária.

O documento que deixo é uma pequena contribuição, em que faço a recomendação de que esta Comissão, no seu relatório, avance no alerta a este País de que é preciso uma profunda reforma na universidade brasileira. E dei a minha contribuição pessoal, nesse "Dicionário Pessoal dos Verbetes da Polêmica Universitária", sugerindo quais deveriam ser os rumos dessa reforma.

Não tenho a menor idéia se essa de fato será a melhor, porque o problema é muito complexo e muito mais gente precisa discuti-lo. Mas, pelo menos, é a minha contribuição pessoal, que dou com muito prazer, agradecendo o convite que me foi feito do Senador e do Deputado para estar aqui presente.

Finalmente, quero dizer que uma das provas de que a universidade não vai tão mal é que todas essas análises e autocríticas eu as faço a partir de alguém do dentro, de alguém que fez a opção, de alguém que não quer ficar fora da universidade e acha que a universidade é uma das instituições, mais do que todas as outras, que está discutindo, e fora dela, as suas próprias crises.

Recentemente, para terminar, participei de um debate do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, onde estavam presentes todos os reitores, alguns ex-reitores, como eu, jornalistas. Debatíamos a crise universitária. Havia um jornalista furioso nas críticas. Eu faço críticas fortes, mas não furiosamente. Aceitei, inclusive, parte das críticas desse jornalista. Mas fiz-lhe uma proposta: que fizesse uma reunião de diretores de jornais e chamasse reitores para dizer o que pensamos do jornal brasileiro hoje, o que pensamos da imprensa. Duvido que a imprensa chame pessoas de fora para discutir a crise do jornal. A universidade já está chamando pessoas de fora para discutir a sua crise. Eu fico satisfeito que o Congresso Nacional também esteja discutindo essa nossa crise, que, sendo a crise da universidade, é a crise do futuro do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Agradeço ao Professor Cristóvam Buarque seu brilhante depoimento. Conforme a orientação dos trabalhos, vamos deixar as indagações para serem feitas ao final, após ouvirmos o depoimento do Professor Diógenes da Cunha Lima, ex-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a quem peço, neste momento, para fazer a leitura e a assinatura do juramento.

O SR. DIÓGENES DA CUNHA LIMA — Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento, sob quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise na universidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Oferecemos o mesmo período de tempo ao Professor Diógenes, 36 minutos, para que possa fazer as suas colocações. Comunico ao Plenário que também está à disposição, com o Secretário, a lista de inscrições.

Concedo a palavra ao Professor Diógenes da Cunha Lima.

O SR. DIÓGENES DA CUNHA LIMA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Professores, registro a minha alegria e honra de participar desses trabalhos, dando o depoimento de uma vida dedicada à educação superior, a minha experiência. Registro também a minha responsabilidade de falar depois do mestre

Cristóvam Buarque, que sabe das coisas, e perante pessoas tão qualificadas quanto as que integram a Comissão.

Dividi a minha exposição, que será breve, até para não repetir muitas coisas que o mestre Cristóvam Buarque já apresentou, e com as quais concordo integralmente, em quatro partes: se valeu a pena; o que é a universidade, o nosso sistema universitário, uma apresentação do que vejo, razões dessa crise da universidade brasileira; uma experiência, coisa rápida que tivemos; e, afinal, possíveis sugestões.

O primeiro passo é indagar se a jovem universidade brasileira, a menina com menos de setenta anos, muito nova, inventada a partir da junção de universidades, se valeu a pena o seu esforço e a sua experiência a cada um de nós. Seria a primeira grande indagação, que não temos muita condição de responder, mas temos, quase por intuição, que dizer o que pensamos; uma reflexão sobre isso.

Somos 920 instituições de ensino superior. Destas, 10%, 94 são nominalmente universidades. Um milhão e meio de estudantes de nível superior, atuando em todos os Estados brasileiros, vários pelos Estados maiores, pelos Estados grandes, pelo menos um em cada Estado. Valeu a pena esse esforço, esse trabalho, o dispêndio, o custo da Nação, notadamente, nas 36 universidades federais? Cinqüenta por cento de pós-graduados *stricto sensu*; doutorado e mestrado, cerca de 50% hoje em dia. Discute-se muito — e, aí, recomeça a reflexão — sobre a relação docente-aluno. As universidades alemãs que visitei, quando na Presidência do Conselho de Reitores, enfatizavam e davam grande importância à sua relação de 20 por 1, enquanto que nós, nas federais, temos sete por um.

Mas nós sabemos que todas essas estatísticas têm que ser olhadas sob o ângulo real. No caso das universidades brasileiras, há uma série de atividades que não estão, rigorosamente, dentro desse padrão. A mesma coisa que se repete do MEC, que mais de 50% do custo do MEC vai para as universidades federais e que só se tem 20% do alunado, mas não se observa, por exemplo, que compete à universidade manter hospitais e que estão incluídos nesse valor as aposentadorias, as pessoas inativas, os centros odontológicos, os museus que a universidade mantém, as gráficas e os famigerados restaurantes universitários. Quantas coisas estão nesse meio para apresentar custos e relação?

Creio que a crise que existe sobre a universidade e que é antiga tem múltiplas facetas. Uma delas seria econômico-financeira, mas, para mim, a mais grave é uma crise de motivação. Há uma crise de pessoal qualificado. Para mim, há uma crise extraordinária de gestão e há, também, no sentido mais amplo, uma crise ética.

Quero dizer aos Srs. que muito me agrada comprovar e saber que a corrupção, como se fala por aí, não chegou dentro da universidade. A crise ética, talvez, é a falta de uma visão do Terceiro Milênio; o que se está procurando para o Terceiro Milênio. Qual é a destinação da universidade, para que serve e para que todo este enorme esforço nacional? A que se destina a formação de pessoal? Será apenas um elemento de ascensão, mobilidade vertical, das pessoas que nelas ingressam? Será a formação da cidadania, será a formação do homem integral? Para mim, são pouco claros os seus objetivos. É muito fácil dizer-se que a finalidade é de ensino ou pesquisa e extensão, mas a coisa parece misturada, difícil, um ambiente nublado para se saber, realmente, a que serve, a que se destina e o que está fazendo?

Muitas vezes, parece-me um problema ético; é que grupos pretendem transformar a universidade num outro tipo de instituição. Professores, alunos, funcionários que vão lá para votar e serem votados; para discutir problemas salariais; para fazer greve; para promover algumas promoções culturais, ou seja, é um nítido papel de sindicato. Será a universidade apenas um sindicato, com as características específicas disto? Será que resolvendo um problema que já foi bem exposto, jogar dinheiro na universidade resolve? Parece-me que, quando o organismo está distorcido e se joga muito dinheiro, aumenta a distorção.

Paralelamente, a universidade está sendo tratada a pão e água e mais água de que pão, mas, paralelamente ao problema, há que se pensar, definir, estabelecer objetivos muito claros, estabelecer as formas de liderança compatível com a necessidade do momento atual e da região, do local onde esta inserida a universidade.

Parece-me que há muitos fatos que são inegáveis. Nós não temos um processo de avaliação completo para dizer se valeu a pena. Oitenta por cento da pesquisa nacional está dentro da universidade — olhem que é um dado muito sério. Mas se ela é pequena, se nas publicações científicas nós, ainda, não atingimos o nível desejado, já é um dado importante para se refletir; tem formado somente todo o professorado do ensino médio ao longo do tempo do Primeiro e Segundo Graus, além do seu próprio pessoal e forma profissionais de várias áreas: políticos, líderes, líderes deste País.

Então, quero crer que o País irá para onde for a sua universidade. Quero, no mínimo, crer que o destino do País está ligado ao destino da sua elite pensante, porque a universidade é formadora de uma elite pensante, não num outro sentido, mas naquele que usa a cabeça, os instrumentos da produção do conhecimento para fazer crescer o homem e torná-lo mais feliz, ser socialmente útil.

Eu creio que a universidade é a principal responsável pela produção do saber neste País.

Pensem os Srs. o que representaria cada Estado nosso sem a sua universidade correspondente, sem as suas instituições universitárias — o que seria? Impensável no dia de hoje. A modificação que houve, notadamente nas regiões pobres, na minha região, o Nordeste, como o Norte e o Centro-Oeste — o que representa? E observem que a concentração das universidades é no Centro-Sul, mas, a partir daí, modificou-se muito a vida daqueles Estados. A extensão universitária, eu diria que nasceu na Universidade do Rio Grande do Norte com o Reitor Onofre Lopes, o Grutac, que deu nascimento a muitos outros projetos como o Rondón e outros que não me recordo bem. É como a extensão universitária: um ano como professor, depois de formado, para atender a demanda do Segundo Grau. Esta é uma proposição antiga e creio que não é do seu conhecimento — a do Grutac, no Rio Grande do Norte, da época do então Ministro da Educação, Sr. Senador Jarbas Passarinho.

As coisas graves que vejo na universidade: primeiro, os seus objetivos não são muito claros. A meu ver este é um grave problema porque é impossível viver numa instituição, atingir a eficácia e eficiência sem saber-se quais são os seus defeitos. Como ele funciona. Ao meu ver, a gestão universitária — que, agora mesmo, na Universidade do Rio Grande do Norte, com o apoio da OUI, da Universidade de Quebec, devo estar sendo discutida e é o terceiro seminário de gestão universitária — é um problema realmente grave para mim.

No meu entender, uma das coisas mais incríveis é que passamos do chamado autoritarismo para a ausência de autoridade. Então, a coisa, de tal maneira, degingolou e houve, ao meu ver, uns critérios rigorosamente antidemocráticos.

Por exemplo, a formação desses colegiados heterogêneos e a chamada paridade. O que é isso? Para mim, a experiência é um desastre. Colocou-se, na mesma sala dos colegiados superiores da universidade, professores, alunos e funcionários em condições paritárias. Significa dizer: obriga funcionários e estudantes a decidirem sobre fatos que não conhecem; a decidirem sobre o que não sabem. O meu motorista, eleito, veio discutir política de pós-graduação na universidade. Não que não mereça, considero-o um rapaz simpático e inteligente, mas recuso-me a discutir com ele. No processo da democratização que se instaurou, estabeleceu-se essa estranha coisa de funcionários que serviam de apoio e de estudantes como agentes de informação para decidirem os altos destinos da universidade.

Para mim é absolutamente estranho, desusado, diferente — devo levar pedras se disser isto de fora, mas tenho coragem, jurei e devo dizer aquilo que penso. Isto

é, rigorosamente, como penso. Sei que fere interesses de muitos que, a pretexto de inovar a universidade, de ampliar e melhorar a democracia, têm atitudes rigorosamente antidemocráticas e, mais ainda: nesta diluição de responsabilidade. Quem é responsável por isso? O colegiado, significa ninguém. O reitor, cuja palavra não tem mais o mesmo sentido, muitos já não podem usar aquele nome bonito de magnífico, já perdeu o direito de utilizá-lo, porque magnífico para mim é Shakespeare, é Goethe, é Oscar Niemeyer, é Villa Lobos, mas, regente, aquele que rege, o reitor, já não é mais. Ele serve, na maioria dos casos, para presidir solenidades, para vir de pires na mão pedir ao ministro algum recurso para diminuir a crise financeira da sua universidade; e mais ainda, para assinar como gestor do dinheiro quando, de fato, ele já não é mais gestor do dinheiro que foi passado para todos os departamentos, cada departamento decide o seu papel e o seu destino.

Essa coisa de eleição chegou a tal ponto que eu posso dar dois exemplos concretos da minha universidade, é sobre o reitor que me substituiu, logo depois. Havia um prefeito no campus, que é o homem encarregado de fazer a administração do campus, e foi chamado pelo reitor, pois havia um buraco enorme na sala de aula para fechar. E o reitor falou: "É um absurdo, os estudantes estão perdendo aula". Então, ele disse — "O Sr. fale com jeito comigo porque eu fui eleito. Eu vou pensar, ou vou convocar o meu pessoal para examinar". Houve a criação de um colegiado lá para saber se se tapava ou não o buraco.

Esses fatos se repetem com muita frequência dentro da burocracia extrema, que para mim, é outro elemento, outra falha da universidade. Em uma universidade ou outra é possível que haja menos burocracia. O que eu sei é que se pede a coisa mais simples, por força de lei, à transferência de um estudante que vem por determinação de uma função... na Universidade de Brasília... um Deputado que chega aqui, que tem o direito da indissolubilidade do casamento, mas a universidade vai examinar aquilo ali através dos seus canais burocráticos... e o tempo passa e não se resolve aquilo ali. Isso é em todas as universidades.

Esse critério de gestão, muitas vezes, com todas essas eleições, estabelece, muitas vezes, que o mais astucioso seja eleito em vez do mais competente, e, para mim, o único critério da universidade é o da competência. Não pode haver aquela jogada de fazer média com o estudante, quando o professor pretende ser eleito. Não há como se pensar em uma universidade gerida por funcionários. Seria quase que os funcionários reivindicassem participar, aqui, da elaboração das leis dentro do Congresso. São funcionários para dar apoio; não são eleitos pelo povo para esta função como docentes que sabem das finalidades reais da universidade. O resto é apoio, e o outro é formação. E é um desrespeito, a meu ver, aos alunos exigir deles que decidam sobre o que eles não sabem, como expulsar os funcionários.

O descomprometimento da universidade é outro defeito, eu diria, com a Federação. A Universidade da Paraíba pode e deve estar estudando, porque é universal, os problemas da China, mas antes desses estudos, a meu ver, que estude a Paraíba, o Nordeste, para depois o País e aos problemas universais. Isso, a meu ver, é um compromisso que não tem com o momento, porque a universidade há que ser dinâmica; muitas vezes ela tende a se estratificar e não sair daquele posicionamento parado.

A universidade, historicamente, foi e é preservação cultural. A universidade deve ser, reter e ter o acervo básico do saber, do conhecimento.

Há que guardar, há que ter. A universidade tem falhado muito na falta de promoção da preservação cultural de importância. Há deficiência de produção, de revista, sem falar dos laboratórios, da biblioteca, porque estes são um desastre. A situação da universidade brasileira, salvo exceções como a UnB, a USP e a Unicamp, que já têm bibliotecas de respeito, na maioria das vezes é um desastre!

Há falta de auto-avaliação, na maioria das universidades, com os seus alunos, os seus cursos e na universidade como instituição.

O divórcio da universidade/empresa. Há uma desconfiança mútua da empresa para com a universidade e da universidade para com a empresa. Não sei como mudar. Tentei algumas vezes, mas é uma coisa tremenda a desconfiança mútua do empresário, das empresas para com a universidade e da universidade para com as empresas; o divórcio entre uma universidade e outra. Os centros de excelência, que eles melhoram em cada universidade; *não estão a serviço das demais; estão a serviço inteiro.*

Fecham-se e a colaboração é mínima de uma com as outras. Quando, às vezes, vai começar a colaborar é de cima para baixo. A que sabe mais tem maior sede, vem numa posição de importância que torna intolerável a aproximação da que está nascente.

Há ociosidade de professores, de instalações e de equipamentos. E impressionante a falta de avaliação dessa ociosidade. Também porque não há cobrança, por exemplo, da assiduidade do professor, das coisas mais elementares que não carecem de verbas para melhorar, da análise do estudante, da competência, do domínio do assunto, do conhecimento.

A autonomia. Conferir autonomia sem dinheiro é um desastre para a universidade. Há que se meditar muito sobre esse aspecto e se confere autonomia para a universidade viver sozinha, mas ela não vive.

V. Ex^{as} conhecem muito bem os problemas das universidades. Mas resumo dizendo que ela há que se aperfeiçoar, melhorar, ver com maior clareza os seus objetivos para saber onde atingir; se não sabe qual é a meta, qual é o fim, fica difícil, dentro deste quadro, chegar lá.

Na administração da escassez há muitas coisas, como esta, que se pode fazer, às vezes, com pequenas experiências, na união, no trabalho conjunto, no esforço.

Creio que nós tivemos uma experiência, na Universidade do Rio Grande do Norte, muito bonita, e até a Câmara, sob a Presidência, à época, do Deputado Paulino Silva, prestou uma homenagem à Universidade do Rio Grande do Norte nos seus 25 anos, homenagem bonita, porque a Universidade estava conquistando alguns pontos curiosos e diferentes e até com essa dificuldade, porque era a administração da escassez. Era a dificuldade da administração.

Mas dois projetos chamaram a atenção — não vou censar nem tentar repetir o óbvio — porque, simplesmente, foram vitoriosos: um chamado Memória e o outro chamado Vanguarda. O projeto Memória tinha maior amplitude para ver se colocava a universidade na preservação cultural. E houve um trabalho de motivação na universidade inteira para ela trabalhar: professores, alunos e funcionários. E começou a trabalhar nesse projeto. Mas, ao resultado concreto, eu quero lembrar alguns itens: fez-se, por exemplo, na TV Universitária uma documentação sobre as matrizes do pensamento das personalidades locais e dos que nos visitavam.

Então, temos um acervo, hoje de mais de cem pessoas, com as matrizes, contendo pensamentos dessas pessoas. Luiz da Câmara Cascudo deu duas horas de depoimento para a TV, dizendo o que ele pensava; Djalma Maranhão contou a história da sua vida; Dinarte Mariz, no plano local ou um artista como Oriano de Almeida. Mas aqueles que se destacaram em uma atividade, que têm uma contribuição a dar, vamos registrar e repassar para ver como se fazia; os visitantes como Oscar Niemeyer ou um D. Helder Câmara. Muitos registraram.

Esse foi o primeiro trabalho que se chamou Memória Viva, depois foi transmitido nacionalmente em um outro programa na TVE.

Um outro lado: começou-se uma Escola de Música. Vamos registrar a música que se fez no Rio Grande do Norte, que se diz lá um Estado musical: eram 1.200 partituras eruditas, populares, folclóricas, que foram registradas.

Passou a ser o acervo da Escola. Trinta e um *long plays* foram publicados, de música local, pela seleção da escola e que serve ao acervo da escola.

Em outro setor de música havia um professor que tinha a maior coleção brasileira de discos em 78 rotações. Ele entende, dedicou a sua vida nisso embora seja professor

de Medicina. O registro em fita do Professor Graço Barbalho, dos anos, creio, de 28 a 53, de toda a música popular brasileira. Um exemplo dos estudos dele: "A Segunda Guerra Mundial vista à luz da Música Popular Brasileira". Estudo interessantíssimo, porque todo o tempo da Guerra, desde os primórdios até à vitória, está registrado pela música popular brasileira. Estudo interessantíssimo!

Um outro item: no Nordeste, todo mundo sabe o cordel. A maior coleção brasileira estava na casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. Porque é o jornal, é a filosofia local, é o pensamento do nordestino. A universidade partiu para registrar 10 mil. Hoje já está bem mais, mas dez mil folhetos de cordel passaram a integrar a sua coleção para estudos. Essa experiência foi realmente interessante.

Teses dos professores que não se publicava, não chegavam ao conhecimento, não se podia publicar os trabalhos deles. Dir-se-á que muitos não tinham valor científico necessário, mas era o que se produzia em latim "Par sed mihi": "Pode ser ruim, mas é aquilo que é meu". Foram 400 publicados, no mimeógrafo, em pequena edição de 50, 100, 200, mas existiu. Isso foi uma experiência que deu certo.

Apoio: Federação das Indústrias, Federação do Comércio, institutos vários, Governo do Estado, prefeitura, qualquer organismo que pudesse participar, e quando havia interesse comum com a Fundação Joaquim Nabuco ou outros organismos, que estudava aqui no Senado, na Câmara, o pedido onde poderia ser. Em outras palavras: participação com outras universidades para estudos comuns.

Este acervo existe, funciona e em muitas outras áreas foram feitos. É o Projeto Memória funcionando. Ao lado desse, partimos para outro, que era o Projeto Vanguarda.

As coisas tendem a se mobilizar, a se estagnar, a morrer. Uma universidade tem que ser dinâmica e estar para frente, verificar a produção do conhecimento que envelhece. Então, em todos os setores havia uma busca neste sentido. E desde a música experimental dos jovens até alguns avanços de física, do estudo interno ou de combustível sólido, porque Natal é o local em que foi realizada nessa busca do Projeto Vanguarda.

Ainda no Plano de Conselho dos Reitores, a coisa mais simples é que nos falta dinheiro, mas começou-se a fazer a união por computadores, através da informática, das bibliotecas para estas ficarem à disposição das nossas universidades.

Creio que não há outro caminho que não o de unir os centros, que é a produção, é o saber, o registro dos livros de todas as universidades.

Para mim, como sugestões: repensar; e órgãos colegiados diretivos da universidade do grau maior serem feitos por professores. Esta é uma proposição.

São dez pequenas proposições que, creio, dentro do pensamento ainda no nosso Cristóvam Buarque, a Câmara e o Senado podem dar uma contribuição diretiva não só de investigar a crise, mas passar para frente na orientação que lhes cabe como condutoras do Poder Legislativo.

Que hajam órgãos coletivos também para os seus funcionários e estudantes no seu âmbito, o que deve ser considerado pelos órgãos superiores de professores: estimulados, valorizados para o estudo da melhoria, eficiência e eficácia.

Eleição direta a ser examinada. Esses aspectos que eram considerados conquistas, para mim há que ser repensados pois o que se conhece é que há professores em outros setores.

Programas que se destinam a evitar a ociosidade pessoal, de instalações, de equipamentos, de possibilidades de união-empresa, união entre as universidades.

Entendo mais que essa união, essa participação social da universidade há que ser com os órgãos públicos, todos têm que servir. A universidade desconfia dos órgãos públicos federais, estaduais, municipais, e há uma desconfiança também inversa, como há com a empresa. A universidade há que se integrar e há que servir aos órgãos públicos, porque são de interesse público. Há que se destinar a isso.

A universidade também deve ser pluralista e não sectária, valorizando todas as formas da filosofia e não a uma única corrente ideológica, único filósofo, para presidir com as suas múltiplas tendências o pensamento. Há que aceitar, terá que ser receptiva. A universidade há que ser receptiva a todas as idéias, a todas as correntes do pensamento.

A avaliação deve ser feita aos alunos, do aluno para o professor, há que avaliar o professor, os cursos, a instituição, e o critério — o Prof. Itamar sugeriu — de valorização, de promoção e de pagamento pela produção académica. Não há dúvida. A autonomia com recursos, não a universidade tratada apenas mais com água do que com pão.

Um programa de preservação cultural de sua memória que seja permanente, até porque ela terá os subsídios, os elementos necessários a ter um valor endógeno, interno, *ad intra*. Ela tem que ser preservadora dos bens culturais, de como foi desde as suas origens. Mas, ao lado disso, a obsolescência do saber exige um processo, não digo um projeto, de vanguarda; a obsolescência do saber notadamente na ciência. Sabemos que o saber nas artes se perpetua; ninguém pode modificar um quadro de Salvador Dali, ele é aquilo e terminou. Mas a ciência, hoje, não é amanhã, sobretudo o que é tecnologia. Então, a obsolescência do saber científico e tecnológico exige a vanguarda, exige uma perspectiva.

Há, por fim, que se dar autonomia à universidade, absoluta, para que ela possa gerir os seus caminhos, dizer os seus caminhos. E ainda, há que estudar uma ética para o futuro. A universidade deve-se voltar para esta visão.

Creio que V. Ex. sabe que vale a pena, e concluo lembrando a sugestão do poeta: "A alma da universidade não é pequena".

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muito obrigado, Prof. Diógenes da Cunha Lima.

Passamos, imediatamente, ao período das indagações. Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador João Calmon, para os seus questionamentos.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Sr. Presidente, eu pediria licença, pela primeira vez, para uma inversão da ordem que temos seguido, dando preferência às perguntas dos nobres Parlamentares, inclusive alguns Senadores como eu, porque nós temos a obrigação de estar, dentro de pouco tempo, no plenário para votar a Lei do Salário Mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Pois não. Sugestão aceita. Pela lista de inscrições, concedo a palavra ao nobre Deputado João Faustino.

O SR. JOÃO FAUSTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores. Indiscutivelmente, esta Comissão vive hoje um dos seus grandes momentos. Não me refiro à quantidade, mas à qualidade dos depoimentos que acabamos de ouvir.

O depoimento do Prof. Cristóvam Buarque redefine, no meu entendimento, uma postura filosófica conceitual para a universidade brasileira. E, sem dúvida, o seu depoimento dará a esta Comissão substância, conteúdo, para que propostas novas possam ser formuladas pelo Poder Legislativo brasileiro em função das mudanças que desejamos ver nas universidades brasileiras.

O depoimento do Prof. Diógenes da Cunha Lima, repleto de dados, traduzindo uma experiência rica, pragmática, na vida administrativa, pedagógica, da universidade brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, é importante que se registre a magnitude deste dia da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quando esta CPI foi constituída, a universidade brasileira vivia, talvez — como vive hoje — um dos momentos mais críticos da sua história, paralisada há mais o-

60 dias, professores enfrentando a realidade do subemprego, a administração central da educação nacional indiferente às dificuldades, aos problemas e ao esvaziamento da instituição universitária do País.

Enfrentávamos, portanto, uma crise administrativa, financeira, pedagógica e, além de tudo isso, agravando tudo isso, tomava o Governo a iniciativa de encaminhar para o Congresso, ou pelo menos anunciar o encaminhamento ao Congresso Nacional, de uma mensagem cujo objetivo sintetizava claramente a intenção privacionista da universidade do nosso País.

Diante dessa complexidade, o Congresso Nacional tomou a iniciativa de criar esta CPI, para que aqui dentro fosse constituído um fórum próprio, capaz de discutir, e não apenas discutir, mas preservar a instituição universitária brasileira, principalmente a universidade pública. E esta CPI tem procurado se desincumbir desta missão, debatendo, discutindo, ouvindo depoimentos daqueles que têm compromissos com o ensino superior brasileiro, que têm responsabilidade para com a educação do País, e que desejam, ao participar dos trabalhos da comissão, oferecer uma contribuição que, no meu entendimento, será histórica para a universidade brasileira.

Gostaria de fazer algumas indagações, dizendo mais: que nós, que aqui estamos, entendemos que a crise brasileira, tão propalada, tão discutida, tão analisada, só terá sinais de alento se começarmos a resolver preliminarmente o problema da universidade e do ensino superior. Porque se avançamos em alguns segmentos, na área dos transplantes, da arquitetura, da comunicação, da tecnologia de ponta, se avançamos em todos esses setores, todos esses avanços nasceram dentro da nossa universidade, dentro do ensino superior, dentro da universidade pública, dentro dos grandes centros de saber. Exatamente por entender isso, e desta forma, é que pensamos que só poderemos resolver o problema do País, a crise brasileira, se começarmos a resolver a crise da universidade brasileira.

É dentro dessa linha que gostaria de dirigir duas perguntas, uma ao Professor Cristóvam Buarque, uma outra ao Professor Diógenes da Cunha.

Sem dúvida nenhuma, no depoimento do Professor Cristóvam Buarque, analisou-se o aspecto elitista da universidade pública brasileira, a falta de sintonia dos seus propósitos, dos seus objetivos com o País, numa complexidade nacional. É uma universidade que tem a democracia dos hábitos, mas não tem a democracia dos resultados.

Perguntaria ao Professor Buarque: como, que idéias, que contribuição se poderia dar a esta Comissão, no sentido de se apresentar mecanismos que possam reduzir o elitismo da universidade pública? V. S^a, que dirigiu com tanto brilhantismo a UnB, e que sabe que lá a universidade tem os alunos do Lago, muito mais do que os alunos de Taguatinga, Planaltina ou Guarã. Talvez seja o maior pátio de estacionamento de veículos de Brasília. Como, que mecanismo ou que experiência se pôde viver dentro da UnB, para que a universidade, que é paradigma, que é exemplo, pudesse realmente democratizar seus hábitos?

A segunda pergunta dirigiria ao Professor Diógenes da Cunha Lima.

O seu pronunciamento, o seu depoimento, analisou com muita propriedade as deformações da universidade pública. Com a sua democracia excessiva, com o seu assembleísmo, enfim, com a complexidade da sua administração, com a burocratização que impede a concretização dessa sintonia de que nos falou, com tanta propriedade, o Professor Cristóvam Buarque.

Perguntaria ao Professor Diógenes, também, como, que idéias poderíamos trazer para esta Comissão que objetivassem a redução da complexidade administrativa e da burocratização da universidade, visando à sua sintonia com a sociedade brasileira em crise.

Essa a minha participação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Muito obrigado.

Concedo a palavra, por 5 minutos, ao Professor Cristóvam Buarque, para responder à indagação feita.

O SR. CRISTÓVAM BUARQUE — Primeiro, quero agradecer a pergunta ao Deputado, dizer que fico satisfeito de recebê-lo, não só pelo respeito que tenho por S. Ex^a, e sentir-me merecedor da pergunta, mas pelo tema.

A primeira coisa, Deputado, e é isso que procuro neste documento — é redefinir as palavras. Veja bem: o problema público, privado e estatal, numa sociedade democrática, não deve haver espaço para instituição que não seja pública. Agora, há duas maneiras de uma instituição cumprir o compromisso público: uma, nas mãos do Estado, e outra, nas mãos dos setores privados, todas duas são públicas. Uma empresa privada que faz remédio para resolver problemas de saúde, tem um papel público. Então, a universidade tem que ser pública. Mesmo a estatal, que não é hoje pública, porque é estatal, mas não é pública, e também as particulares, pelo compromisso que elas devem assumir.

A segunda é a palavra "elitismo". Veja bem: é óbvio que a universidade é elitista, mas não por causa do estacionamento dos carros, o estacionamento dos carros é um problema do elitismo, da sociedade inteira. Nas lojas de brinquedos só entra rico, nas sorveterias só entra rico, nos hospitais bons só entram ricos. Nas escolas boas — são particulares na maior parte — só entram ricos, isso é o elitismo da sociedade, mas a universidade também é elitista. Não porque as pessoas que entram lá têm carro, mas porque as pessoas saem de lá para trabalhar para quem tem carro.

O que faz uma universidade elitista não é a roupa de quem entra, mas a cabeça de quem sai. É menos elitista um filho de rico que entra na universidade e estuda para resolver o problema do cólera do que um filho de pobre que entra na universidade para fazer cirurgia plástica para ficar rico.

Primeiro entendimento do elitismo: elitismo não é o tipo de aluno que entra, é o tipo do profissional que sai e para quem ele trabalha. E aí vamos ver como se muda. Se ele entra numa universidade pública, estatal e grátis, ele tem que trabalhar para as massas. O que é trabalhar para as massas? Nas áreas das ciências, das artes, da filosofia, as massas é o mundo inteiro. Vou insistir. Estou totalmente de acordo com o meu colega Diógenes de que as massas internacionais são melhor servidas por um profissional se estuda o local, mas não porque é local, mas porque através disso ele dá uma colaboração internacional maior.

Quem quiser estudar São Tomás de Aquino, aqui, tem que ter espaço. Mas ele vai dar uma contribuição internacional maior se ele estudar um filósofo local. Um dos exemplos é Câmara Cascudo. Se Câmara Cascudo tivesse estudado os mitos gregos, talvez não tivesse dado a mesma contribuição, mas mereceria estudar, se ele quisesse estudar isso.

Então, nessas áreas estéticas, o único compromisso para não ser elitista é ter uma rígida avaliação. O seu trabalho tem que trazer algo de ineditismo para o mundo internacional, para o pensamento mundial.

Agora, nas áreas técnicas temos que mudar o currículo, para que ele estude os problemas das massas brasileiras, porque se nós queremos o sistema democrático, os médicos não podem resolver os problemas de saúde apenas dos ricos, têm que resolver os de todos.

Como é que se resolve isso? Há que mudar o currículo.

O currículo dos cursos de Nutrição, vou insistir, é feito para solucionar o desejo de emagrecimento dos gordos e não para resolver o problema da desnutrição.

Há áreas em que não se pode trabalhar separadamente o que afeta ricos e pobres. A cirurgia plástica, mesmo, estuda tanto o rejuvenescimento como a correção dos defeitos.

Mas temos que procurar ter um currículo mais adaptado à realidade, e, aí, acho que os núcleos temáticos ajudariam, porque se trariam os problemas reais para dentro da universidade. Esta é a mudança: mudança na estrutura, mudança no currículo. Segundo, a relação com a sociedade inteira. Como é que se faz isso? Através das extensões, da incorporação da universidade ao programa de educação de base e através, sobretudo, do ensino à distância.

A universidade tem que ter não uma relação de quinze alunos por professor, mas de duzentos, trezentos alunos por professor. Mas não na sala de aula.

Na sala de aula isso não pode ocorrer. Não se pode ensinar um estudante de Medicina com duzentos alunos assistindo a uma cirurgia ou a um parto. Há que se ensinar a dois de cada vez.

Agora, pode-se ter o ensino à distância. Não para formar médicos, mas para ensinar a História do Brasil, o que é a inflação, o que é a democracia, a geografia do mundo, através dos jornais, das televisões. Chama-se a isso ensino à distância.

A universidade brasileira poderia ter dois, três milhões de alunos sem aumentar o número de pessoas ali dentro.

A outra coisa, para acabar com o elitismo, é a relação com a sociedade. E, aí, tomando o que disse o Diógenes, a universidade pode se relacionar com o setor privado. E vou apresentar uma proposta que está aqui escrita.

Vincular a universidade ao mercado, como propõe o Ministro Goldemberg, é correto, se se disser qual o mercado. O dos ricos apenas não interessa; mas o mercado de todos, sim. Então, a universidade tem que atingir o mercado de todos.

Como é que se faz isso? Definindo-se metas. O Governo quer duzentos médicos que trabalhem no problema de epidemias. A universidade forma os duzentos médicos e damos o dinheiro. Pode até não ser por universidade, podem ser grandes pacotes das universidades brasileiras.

Queremos engenheiros que entendam de saneamento, e não de grandes represas. Queremos duzentos engenheiros, no próximo ano, que entendam de saneamento; queremos trezentos licenciados em Geografia. O Governo pode definir a meta, mantendo-se a autonomia de como vai ser o curso.

A autonomia do tipo pode acontecer, mas o destino profissional não precisa ser autônomo. A sociedade é que define que profissional quer! Como fazer não deve definir, porque em como fazer, se intervir, vai fazê-lo, provavelmente, errado. É melhor dar autonomia para que cada uma faça.

Depois, há o relacionamento com as empresas. Há uma maneira boa de se promover o relacionamento com as empresas.

Jogar as universidades nas mãos das empresas é uma tragédia, porque elas trabalham para hoje, e não para o futuro. Nenhum empresário é louco de trabalhar para o mercado de daqui a vinte anos. Então ele vai produzir não remédios para a cólera, mas remédios para a calvície, para dar um exemplo.

Então, como é que se pode fazer?

Tenho uma proposta que coloco aqui. Por que o Estado, além dos recursos que dá à universidade, não diz: "Para cada cruzeiro que a universidade consiga do setor privado para trabalhos diretos em tecnologia, o Governo dá mais um"?

Se dissermos que a universidade deve se virar, ela vai ficar prisioneira do mercado; mas se disséssemos: "É bom ir para o mercado atual, mas vamos dar mais um cruzeiro, ou dois, ou três — não sei a proporção — para que vocês façam as coisas livremente". É outra maneira.

Então, vejam bem, citei as metas que podemos definir. Acabar o elitismo, na medida em que as metas forem comprometidas com as massas. Se não forem, ele não se acaba. Aí há o problema do elitismo fora, no Congresso e no Poder Executivo.

Segundo, a mudança do currículo das áreas técnicas, onde incluo, inclusive, Direito, Economia, Nutrição, Medicina, todas as profissões que buscam um mundo melhor, diferenciadas daquelas que buscam um mundo mais belo.

Terceiro, a rígida avaliação da qualidade de todos.

E só um detalhe, aí, citando o Diógenes: a Ciência não muda nos seus objetivos, muda no que ela aprende. As técnicas mudam no que elas aprendem e ensinam, mas não mudam nos objetivos. Algumas coisas que eram boas deixam de sê-lo, conforme o tipo de sociedade que queremos. Então, devemos analisar esses dois aspectos.

Finalmente, o ensino à distância. Criar dentro da universidade, forçar a universidade a se empolgar pela educação das grandes massas. Não no ensino básico apenas, mas das grandes massas nacionais, através dos meios de comunicação, como algumas universidades fazem; antes que se façam universidades só para isso, como se está propondo no Distrito Federal. É até melhor que haja só para isso do que não haver; mas é melhor que as universidades à distância estejam dentro da universidade.

E, finalmente, a estrutura universitária, que proponho que se dê através dos núcleos temáticos, porque eles levam os problemas reais para dentro da universidade.

E, repito, para não deixar de colocar, exigir-se da universidade ser um instrumento de redefinição da crise lingüística que o Brasil vive, do significado dos termos. Por isso, apresentei o meu dicionário pessoal.

Nas crises, temos a vantagem de ter dicionários pessoais. Nos momentos de paradigma, não existe lugar para a personalização dos dicionários. Vivemos um momento de crise; podemos nos dar ao luxo de inventar significados pessoais para as palavras, porque ninguém as está definindo bem. E esse é um papel, a meu ver, hoje, da universidade. E definir, sobretudo, Deputados, para concluir, o que significa a palavra "modernidade", que eu peço desculpas por não ter incluído no meu dicionário.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Com a palavra o professor Diógenes da Cunha Lima.

O SR. DIÓGENES DA CUNHA LIMA — Creio que todos sabem que a burocracia tomou conta da universidade de uma maneira avassaladora.

Muitos sabem que a quantidade de processos judiciais promovidos contra a universidade é enorme, porque se vai estudar e se negam direitos, ainda que líquidos e certos.

Creio que todos sabem do sofrimento das aproximações de professores com a universidade, da mudança de estudantes. Isso ocorre em Brasília, onde se deve receber os filhos dos Parlamentares que se deslocam para cá com suas famílias.

Mas há também um problema grave que, repito, é de gestão.

Na hora em que tudo é colegiado, ninguém é responsável por nada, diretamente. Joga-se no colegiado e ele irá discutir, enviará para um relator, que examinará, que levantará três preliminares e, a partir daí, se começará a discutir e se eternizarão os problemas.

A meu ver, a universidade, a quem compete gerar conhecimentos, fazer descobertas, deverá fazer a sua análise e o seu programa de desburocratização. Um programa de desburocratização, de simplificação das suas decisões, para tornar — desculpem a palavra tão repetida — permeável, transparente a universidade, que parece uma instituição ainda isolada do todo, que não participa da sociedade brasileira.

Agora, ela própria é que pode, internamente, se modificar. E, a meu ver, dentro daquela sugestão de se criar, o professor é que sabe qual é a finalidade da universidade, logo, ele é que deve gerir a universidade, com o apoio dos funcionários e tornando-a voltada para o estudante, que é centro da sua atividade. O centro da nossa preocupação é o estudante.

Muitas vezes se cuida de tudo na vida, menos do essencial. A universidade deve se voltar para o estudante, mas às vezes ele passa a ser apenas um dos instrumentos para se atingir poder internamente na universidade, o que não é o desejável.

Mas, quero dizer, Sr. Deputado, que agradeço toda a presença e a beleza que é a constituição e o funcionamento desta Comissão, que se deve, também, à presença do Deputado João Faustino, e dizer que acredito — é intuição — no ensino. A educação é como o petróleo, justifica qualquer investimento e dá lucro, por pior administrada que seja.

Investir na educação dá lucro, mesmo com toda a burocracia, mesmo com as falhas, com os erros que nós detectamos.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Raul Pont, o inscrito seguinte.

Antes, entretanto, pergunto ao Deputado João Faustino se poderia nos prestar a gentileza de assumir a Presidência *ad hoc*, em função de um compromisso inadiável que tenho neste momento. Infelizmente, até agora esta Comissão não reuniu *quorum* para eleger o seu Vice-Presidente. Apesar de não termos tido, ainda, o *quorum* numérico, temos tido, graças a Deus, o *quorum* da qualidade e podemos dizer isso especialmente no dia hoje, com as brilhantes exposições que aqui ouvimos, sem dúvida alguma importantes para a nossa reflexão e para a composição do parecer do Relator, que, sabemos, vai incorporar todas essas opiniões tão válidas ao seu relatório, para tentarmos tirar a universidade da crise.

Também vejo o professor Cristóvam com esse horizonte. Há pouco tempo escrevia um artigo em que questionava exatamente esse problema do horizonte, de como as elites brasileiras encaram os seus problemas.

Nós pensamos muito mais a respeito do hoje do que do futuro, e fiz aquela reflexão analisando alguns fatos específicos, como, por exemplo, a apreciação do Orçamento Público que ocorre nesta Casa.

Nós temos muito mais preocupação, e a própria imprensa, os próprios meios de comunicação e as próprias pessoas que se debruçam sobre o assunto, a respeito das questões imediatas, das questões até paroquiais, do que, por exemplo, de uma reflexão a respeito da destinação dos recursos setorialmente, a respeito, por exemplo, das questões plurianuais. Talvez este seja o único País no mundo em que o orçamento anual tem mais importância que os orçamentos plurianuais.

E nesta colocação que tivemos aqui no dia de hoje, tivemos e temos oportunidade exatamente de fazer essa reflexão dentro do horizonte de que a universidade é uma instituição que não pode estar madura com a idade que ela tem, mas não pode também perder a sua perspectiva de uma instituição não apenas para o hoje, mas, acima de tudo, que possa transformar a sociedade e projetar para o futuro aquela sociedade que todos sonhamos e imaginamos. De sorte que o *quorum* da qualidade felizmente permanece nesta Comissão, o que nos anima, inclusive, a prosseguir no nosso calendário até o dia 21, convocando desde já reunião para o próximo dia 7, quando teremos o depoimento do Deputado Florestan Fernandes e do Professor Jacques Veloso.

Convido todos os integrantes para que aqui estejam e peço, de antemão, as minhas excusas tanto aos nobres depoentes como aos integrantes da Comissão pela minha ausência eventual e involuntária a partir deste momento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Assumo com muita honra a Presidência dos trabalhos desta CPI, e passo a palavra ao ilustre Deputado Raul Pont.

O SR. RAUL PONT — Professor Diógenes, é com satisfação que o recebemos e temos a oportunidade de ouvi-lo debater estes temas e que aprendemos um pouco mais sobre a universidade. Vou levantar alguns temas, para que outros Deputados

possam ter a possibilidade de falar, e vou dirigir questões para os dois ex-reitores para ganharmos tempo.

Inicialmente, gostaria de dizer que me sinto sintonizado com o diagnóstico feito das origens da crise, que separa aquela visão de que a crise é da universidade ou de outras instituições. Digo isso porque vivi, como estudante, na década de 60, esse tipo de universidade que buscava uma sintonia com o projeto nacional, e que de certa forma ajudou a criar e a desenvolver um projeto com equívocos, problemas, mas que fazia disso um instrumento insubstituível no processo de formação dentro da escola em geral e não só da universidade. Então, quero parabenizar o professor pela capacidade de síntese e pelo brilhantismo com que colocou esse problema, que me parece que é central, o primeiro. Acho que sem resolvermos isso a universidade ou qualquer outra instituição permanece em crise.

Se analisarmos o que é hoje a indigência do debate teórico-político no Congresso Nacional, observaremos que é algo que mostra exatamente a fragilidade das estruturas partidárias, de projetos de médio e longo prazo que venham a possibilitar rumos não só para o País, mas para o conjunto das suas edições. Parece-me que a sua avaliação é, do meu ponto de vista, extremamente correta, feliz e muito precisa em relação a esse aspecto.

Em segundo lugar, gostaria de lançar alguns problemas, e ouvi-los. Um deles, já levantado pelo Deputado João Faustino, é sobre o ingresso na universidade. Tramita aqui na Comissão de Educação, e por isso a minha ansiedade em ouvi-los, um projeto que quer romper um pouco ou enfrenta este problema do ingresso na universidade pública no seu elitismo. Gostaria de saber das senhores se partilham da idéia ou se conhecem algumas experiências ou se têm algum posicionamento, já em algumas universidades brasileiras, ou no Conselho de Reitores sobre um processo de ingresso com seleção econômica, no sentido de permitir àquelas famílias com menor renda, mediante comprovante do Imposto de Renda ou de patrimônio, enfim, os critérios do projeto são um pouco genéricos, superficiais, mas sabemos que em outros países existem experiências nesse sentido. No caso da França, alguns dos campos da Universidade de Paris tiveram e mantêm experiências nesse sentido, para enfrentar essa acusação de que a universidade é elitista. De antemão já digo que não concordo com o argumento fácil de que são os estacionamento, o número de carros, porque estudos feitos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na USP, o próprio diagnóstico feito aqui pelo Reitor Lobo, na sua exposição, mostra que isso é muito mais manchete de jornal do que realidade. Portanto, não compartilho dessa visão simplista, de que é por este indicador que vamos saber se a universidade é ou não. Mas, a dúvida de que coloco é esta. Existe um projeto, vamos ter que nos posicionar sobre ele e gostaríamos de ter mais informações, mais dados sobre essa experiência.

Segundo — aí é mais uma questão polêmica — o professor Diógenes da Cunha mostrou claramente a sua posição sobre a gestão democrática. Quero colocar o problema não só sob o ângulo da escola pública, porque, como foi dito aqui, temos novecentas instituições, noventa e quatro universidades, trinta e seis são federais, mais algumas estaduais, onde os critérios são um pouco diferenciados. O que quero dizer é que a maioria esmagadora das universidades e do público universitário, hoje, está sob instituições privadas. Conheci o problema inicialmente colocado sobre a necessidade do projeto, da mística como aluno, e conheci a realidade do estudante como professor em universidade particular na década de setenta e dos anos oitenta, onde sentimos o reflexo da ausência do projeto, da ausência da mística de um processo, praticamente, de ausência de democracia na sociedade, do debate e assim por diante. Este não é o tema principal, mas a gestão democrática. Temos uma realidade que de um milhão e meio, temos quatrocentos ou um pouco menos de estudantes na escola pública. A grande maioria está sob o controle, a égide, a orientação de mantene-

doras ou de simplesmente empresas educacionais. Fora do processo de escolha com maior ou menor participação da comunidade acadêmica, temos a alternativa da indicação pelo Presidente da República, ou pelo Governador, ou pelo dono. Qual a outra alternativa? O Professor Diógenes fez uma crítica bastante dura aos processos eletivos. Podemos substituir isso pelo quê? Não conheci processo eletivo. Formei-me em uma das universidades em que predominava o autoritarismo e predominava a indicação, que nunca — ao menos dos que conheci — primou pela competência, mas primou pela amizade ao Presidente da República. A indicação pelo Presidente da República que, dos que conheço, nunca primou muito pela indicação de competência, ao menos da minha universidade. Depois como professor sofri e conheço durante anos a experiência da mantenedora, onde o Conselho Universitário é uma ficção, porque acima dele, todo-poderoso, está a mantenedora, que é um ente que não se sabe bem o que é. É uma ordem religiosa? É um grupo de acionistas? Então, eu gostaria de ouvir qual seria a outra alternativa ao processo eletivo. Acho que podemos discutir processos paritários, maior ou menor participação, médias ponderadas, mas eu gostaria, principalmente, de ouvir o professor Diógenes, que também viveu uma experiência aqui na UnB, sobre como vamos encaminhar isso. Por fim, eu gostaria também de ouvir a opinião dos ex-reitores sobre o projeto de emenda constitucional que tramita aqui — os senhores devem ter conhecimento. Ele procura, ou ao menos promete, atender esta questão de ampliar a autonomia com recursos, como pede o Professor Diógenes, só que de uma forma que acho extremamente perigosa: quotas fixas, percentuais sobre um orçamento, que sabemos extremamente limitado, e com encargos — isto já está sendo mudado parcialmente pelo Relator, mas com os encargos dos inativos poderá se transformar muito mais numa armadilha do que numa autonomia financeira real.

Então, sei que em cinco minutos é difícil tratar desses temas, mas também temos um tempo limitado para pergunta, e faço uma só, de uma única vez.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Antes de passar a palavra ao professor Cristóvam Buarque, eu gostaria de dar uma explicação à Comissão: os Srs. Senadores estão sendo convocados agora a Plenário do Senado Federal para uma votação, por sinal polêmica, do salário mínimo. De forma que esperamos que antes do final da nossa reunião possamos ter o privilégio da participação dos Srs. Senadores neste debate.

Passo a palavra ao Professor Cristóvam Buarque.

O SR. CRISTÓVAM BUARQUE — A minha resposta à pergunta do Deputado exige saber que postura, que visão se tem da universidade: se a universidade é uma escada social para ajudar as pessoas a subirem na vida, acho que deve facilitar para os pobres. Deve-se facilitar bem, abrir bem, para que os pobres entrem e lá subam na vida.

Mas se temos a idéia de que a universidade é uma instituição de serviço público, inclusive para as massas pobres, acho que não devemos facilitar a entrada de incompetentes, ricos ou pobres. Devemos exigir os mais competentes e dar os ensinamentos para que sejam médicos competentes e sirvam para o povo.

Eu fico com a segunda.

Agora, se a primeira é a opção, está equivocada e iludindo as pessoas pelo seguinte: vamos supor que queiramos que as pessoas subam na carreira através da universidade. Eu pergunto: Vamos deixar que entrem os analfabetos? Não, então aí se retira 4 milhões de crianças. Temos 31 milhões de crianças.

Vamos deixar que os analfabetos entrem? Não, então tira 4 milhões que nunca vão entrar numa escola.

Vamos deixar que entrem os que não terminam a 1ª série do 1º grau? Não, então aí tira 10 milhões. Já são 14 milhões.

Vamos deixar que entrem os que não terminam o 1º grau? Não, então tira mais 5 milhões.

Vamos deixar que entrem os que não terminam o secundário? Não, então tira mais 2 milhões.

Então, a democracia de facilitar só vai beneficiar 3 milhões dos 31 milhões do País. É um elitismo e não uma medida popular.

Desses 3 milhões, um e meio já entra. Então, nenhuma medida popular facilita.

Há outros exemplos? Há, por exemplo, nos Estados Unidos para negros, latinos e mulheres.

Nos Estados Unidos quase todos terminam o 2º grau. Então, embora seja um privilégio, de qualquer maneira, é um privilégio a partir de uma totalidade e não de uma pequeníssima minoria de 3 milhões em 31 milhões.

E mesmo assim está sendo contestado, lá.

A solução não é reduzir as dificuldades para entrar na universidade, as soluções são duas: uma, aumentar o número de pessoas que terminam o 2º grau, fazer com que todos os brasileiros terminem o 2º grau; a isonomia básica, e dentro da isonomia entre os assalariados altos deste País, a isonomia básica deste País.

Segundo, exigir mudanças dentro da universidade, para que aqueles que recebem formação sirvam à humanidade inteira, ao Brasil especialmente e às massas brasileiras pobres, se queremos uma sociedade democrática.

Então, a minha posição e essa.

Eu só quero dizer, antes de passar a outra questão, que essa idéia é mais um dos arranjos que viemos fazendo no Brasil, beneficiando sempre a minoria, dizendo que é em nome da maioria.

Lutamos por aposentadoria por tempo de serviço, em nome de que o povo brasileiro não chega à idade, mas só beneficiou quem pode provar que trabalhou 35 anos. Só a classe média conseguiu se beneficiar.

Agora estamos consertando a violência, colocando policiais de binóculos em prédios daqui de Brasília como uma grande coisa, ao invés de começar a acabar com a violência.

A Globo fez um programa maravilhoso sobre soluções para meninos de rua: pôr menino para trabalhar, coisa que a Europa já deixou de fazer há 100 anos. Aqui é um avanço pôr criança na fábrica, que de fato é melhor do que na rua, mas é um arranjo.

Devemos fazer com que todos terminem o segundo grau e, enquanto não faz isso, exigir que a universidade mude o seu compromisso, mas não a sua responsabilidade com a qualidade. E se com essa qualidade são os ricos que entram, o que está errado é o ensino básico, não a universidade.

Outro ponto é sobre a autonomia.

Sou francamente favorável à autonomia. Obviamente tem que se garantir os recursos. Essa é outra luta. Agora, sacrificar a autonomia para não perder os recursos sou contra, precisa dar autonomia.

Agora, autonomia, não autismo. A universidade hoje é autista, ela não fala com o País, ela não fala com o povo. Tem que ser uma autonomia vinculada à sociedade, a partir de metas, de propostas, de compromissos com a sociedade. E finaliza onde? Aqui e no Poder Executivo. Não se pode cortar esse laço.

E aí vem o problema da eleição.

Não queria me adiantar ao Diógenes, mas faço uma proposta: primeiro, a eleição ainda é importante, não para sempre. No dia em que o País souber para onde vai, e a universidade se sincronizar com isso, esse assunto de eleição de reitor vai ficar para o passado.

E quando a universidade tiver muita gente capaz de ser autor da universidade — autor no sentido de autoridade — qualquer um vai ser reitor.

Até proponho que no futuro seja sorteio: quem perder vira reitor. (Risos.)

Por enquanto, tem que haver eleição. E o funcionário tem que participar. Não porque o funcionário vai escolher melhor, é porque exige que o reitor debata.

A eleição direta não escolhe reitor melhor. Falo com isenção de quem foi eleito diretamente. A eleição direta não escolhe reitor melhor nem pior, mas escolhe uma universidade melhor, porque obriga o candidato a reitor a debater sua proposta.

O que está errado hoje é que vejo eleições de reitor em que eles debatem se vai ter estacionamento ou não. Eles são candidatos a prefeito do campus e não a autor de uma universidade nova. Então, a eleição ainda deve continuar, mas não deve bastar-se na universidade. Ah, sim, rompo com o corporativismo. Qual a proposta que faço aqui? Para as federais, senão seria difícil.

V. Ex^a não debateram ontem, aqui no Senado, se o Rezek volta ao Supremo Tribunal Federal? Por que a universidade não elege uma pessoa e manda para que a Comissão de Educação da Câmara sabatine esse candidato e defina se essa pessoa merece ou não o cargo e a comunidade que eleja outro.

A responsabilidade de dizer que não serve é grande para a Comissão. Mas, por que não fazer isso? E fiscaliza, vê os compromissos, vê se a eleição foi fisiológica; ver, como disse o Diógenes, se o candidato a reitor apenas usou lábia junto aos funcionários ou é uma pessoa que tem capacidade de representar uma universidade.

Essa é uma idéia; ou transfere, até, se quiserem, para as Assembléias Legislativas, mas criando-se um fórum externo à universidade. Sou favorável a esse fórum. Não deve se bastar dentro da universidade, porque corremos o risco de, obviamente, haver fisiologismo.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Concedo a palavra ao Professor Diógenes da Cunha.

O SR. DIÓGENES DA CUNHA — Eu diria que a universidade só pode enfrentar essa próxima ação unindo uma universidade à outra.

Se temos 95 universidades no País, elas têm que estar unidas, e até com as instituições de ensino superior na universidade, mas que têm valor.

Até agora, quando há essa união, as universidades somam mais defeitos do que virtudes. Entre elas somam-se mais defeitos que virtudes. Só se enfrenta o problema união com sociedade, através desse posicionamento.

Quanto ao elitismo, parece-me que há um consenso, Deputado, de que a universidade é formadora de uma elite intelectual. Quanto à qualidade, ou o elitismo, no sentido econômico-social, a universidade é que pode gerir e criar a forma de estabelecê-los internamente. Creio que não há outro caminho para dar essa amplitude, principalmente tendo por base um único critério, que é o da competência, dentro daquilo que o nosso mestre Cristóvam Buarque apresentou.

Sobre a gestão universitária, há uma divergência de pensamento. Considero um desastre, uma coisa pouco moral — desculpem a expressão — colocar-se em colegiado superior para decidir, paritariamente, em eleição direta, funcionários mal qualificados, sem conhecimento, que podem dirigir, gerir a universidade e a política de graduação, a política de pós-graduação, a política de pesquisa da universidade; estudantes que estão em formação, a pretexto de serem bonzinhos e democráticos.

Isto é antidemocrático, rigorosamente antidemocrático, porque fere a responsabilidade.

Para mim há um princípio básico, também, o de que só pode votar quem pode ser votado. Eticamente, para mim, seria isso. Se eu posso escolher o reitor, eu posso também ser escolhido reitor. O estudante, teoricamente, pode ser escolhido reitor. Os funcionários também podem ser escolhidos reitor, é teórico, senão seriam dois pesos e duas medidas: poder apenas votar.

Creio que decidir, colocar em órgão decisório da finalidade da universidade, funcionários que são pessoas de apoio, colocar também estudantes que estão em formação é atribuir uma responsabilidade que eles não podem assumir pela própria constituição, pela própria formação.

É uma distorção universitária no processo de gestão.

Claro que as suas preocupações, Deputado, parecem-me muito válidas na medida em que não temos um caminho. Partiu-se de um autoritarismo, de uma violência, de uma escolha que era semelhante à da União Soviética — as universidades que vi e que haviam nomeado há 4 anos e estavam pleiteando fazer lista quintupla. Na Universidade de Bonn, só os professores titulares escolhem um colegiado, como nos Estados Unidos, a maioria. O Brasil optou por essa fórmula híbrida, boazinha, demagógica, a meu ver, de estabelecer isso. Criou o termo democracia é participação; e democracia tem sempre o sinónimo de participação, mas para mim — me permitia usar uma linguagem do meu mestre, Deputado Djalma Marinho — seria o debate mais estéril do que o ventre de Sara, o debate do mestre Cristóvam Buarque com o estudante iniciante da universidade, eleito representante dos estudantes, sobre os altos destinos da pós-graduação ou da pesquisa na universidade.

Penso que a universidade não deve ser gerida dessa forma, deve ter o princípio de responsabilidade, porque democracia implica responsabilidade e quem sabe das finalidades são os professores. Esses, sim, estão e devem, teoricamente, estar preparados para isso. O corpo de apoio deve dar apoio, deve ter o seu órgão próprio, que tenha audiência pelos outros colégios. Como eu disse aqui, um estudante deve ter o seu órgão próprio.

Quando na Presidência do Conselho de Reitores, fui advertido pelo MEC por estar recebendo a UNE, porque uma lei proibia ter contato. Fomos, muitas vezes, porta-voz dos estudantes. Nós os recebemos tantas vezes quantas fomos procurados, como a ANDES e a FASUBRA, que eram os órgãos representativos de funcionários e professores. Creio que o caminho lógico é o da audiência através da representação, não do corte. A situação ficou tão estranha que as idéias iam-se formando na cabeça das pessoas, com uma aceitação absoluta. O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um editorial, dizendo que eu e o Conselho estávamos recebendo terroristas, quando se tratava de estudantes. A menina estava falando, e muito bem, sobre os problemas da classe.

Audiência é uma coisa, decisão sobre a vida universitária é outra. A capacidade decisória não está criada ainda e o debate estéril não é a forma de atingir a democracia. Funcionários qualificados, tudo bem que tenham audiência, devem ter o seu órgão, mas penso que o modelo brasileiro, optado pela maioria do Brasil e aceito, há de ser repensado.

Com respeito à emenda constitucional, preocupa-me essa forma de conferir autonomia sem dinheiro. A universidade carece de dinheiro para os seus objetivos. Vejam o exemplo do absurdo: universidades resistem sem revistas científicas, porque não há verba para isso. Na nossa gestão, compramos 100 mil volumes para a biblioteca da universidade. Sabem o que isso representou? A totalidade da verba destinada ao tipo de material em que estaria incluído o livro. Não é nada, não tem significação, mas também não tem ligação. Uma universidade do Piauí não pode ter notícia junto à USP. A ausência de forma de consulta, de trabalho, de apoio entre as universidades é que destrói esse momento brasileiro. Preocupa-me muito tal situação. Há que se pensar nesse emenda em termos de percentual sobre os impostos, a receita, como fez o Japão, que se tornou vitorioso e hoje ameaça a economia americana através da educação. Repito: investimento em educação sempre dá lucro. Não se pode deixá-la com autonomia, morrendo de fome.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Concedo a palavra ao Deputado Henrique Alves.

O SR. HENRIQUE ALVES — Sr. Presidente, ilustres depoentes, Srs. Deputados, Srs. Senadores, quero fazer nossas as palavras do Deputado João Faustino, quando aqui observou que hoje é um dia muito feliz para esta Comissão, que recebeu aqui tantos ilustres reitores e educadores. Hoje é um dia muito especial, pela qualificação dos depoimentos aqui prestados.

A CPI está de parabéns pela oportunidade de trazer aqui figura tão ilustre e renomada como o Professor Cristóvam Buarque.

Do Rio Grande do Norte, é com alegria e muita honra que recebemos o Professor Diógenes da Cunha, um norte-rio-grandense que nos brindou com uma exposição tão bem formulada. O registro que fazemos da presença quase maciça da bancada é um atestado à competência e à qualificação do Professor Diógenes da Cunha.

Vou ser objetivo em duas colocações, porque há outros Deputados que querem fazer uso da palavra. No tocante ao assunto já debatido, temos nossas opiniões próprias, mas é sempre bom ouvir outros depoimentos para reforçar nossa opinião ou até redefini-la.

Uma questão antiga, mas que sempre volta à tona, é o ensino pago na universidade. Estamos cansados de ouvir que quem está dentro das universidades públicas são aqueles que têm melhores condições financeiras, freqüentam cursinhos para poder se preparar melhor; que, portanto, poderiam pagar a universidade privada; que ingressam na universidade pública, tirando o lugar dos pobres que não puderam se preparar melhor, porque trabalham e não têm tempo para estudar. Essa história antiga sempre volta e sempre ameaça a instituição da universidade pública gratuita. Gostaria de saber a opinião dos dois depoentes a respeito desse tema. É possível? Como V. S^a analisam esse tipo de discussão? Se não me engano, há uma proposta do Ministro José Goldemberg no sentido de que não seria a cobrança pura e simples do aluno que estuda, mas, através do exame do Imposto de Renda deles próprios e dos seus pais, poder-se-ia cobrar um índice, para que a universidade pudesse receber, de alguma maneira, uma colaboração daqueles que tivessem condições de pagar a universidade pública.

O Professor Diógenes da Cunha assinalou que há uma desconfiança recíproca entre a universidade e os órgãos públicos. É uma advertência, uma denúncia interessante, nos preocupa e é verdadeira. Até que ponto, Professor Diógenes, isso poderia ser eliminado? Parece-me que a universidade, muitas vezes, pode não colaborar — talvez seja essa a interpretação — com o órgão público, para não parecer uma adesão, porque muitas vezes há um dirigente de um partido ou de segmento político conflitante com o pensamento da universidade. Há um constrangimento por parte do governante e do administrador. Não quer que pareça uma adesão à universidade, a perda da liderança das suas idéias, entregando-as à universidade.

Que tipo de orientação V. S^a, com a experiência que têm, poderiam dar para promover uma relação melhor entre a universidade e órgãos públicos, já que ambos têm as mesmas responsabilidades de formar, fazer crescer e de pensar num Brasil melhor?

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Concedo a palavra ao Professor Cristóvam Buarque.

O SR. CRISTÓVAM BUARQUE — Quero deixar claro ao meu colega Diógenes que, ao me referir à autonomia da universidade, eu estava falando em termos de gerência. Sou favorável, desde que os recursos sejam garantidos. Isso pode ser feito. A USP, a Unicamp e a Unesp estão assim procedendo e não está ruim, mas não

confundo isso com o problema da paridade da representação interna. Na redefinição das palavras, temos que redefinir o que é uma universidade científica. Universidade democrática não é aquela que elege o reitor e que funciona com paridade, mas aquela que trabalha para um país democrático. Hoje, para trabalhar com um país democrático sou favorável a eleição direta durante algum tempo, até que não seja mais necessário, para debater a universidade, e aí todos têm que dar opinião. A universidade de Brasília não aceitava, no seu curso de Medicina, a homeopatia e o estudo de ervas como alternativa. Foi de fora, conversando com uma erveira — eu nem conhecia esse termo — que surgiu, a partir de um programa de extensão. Essas coisas surgem do debate.

Aluno pode ser eleito reitor? Primeiro, o Congresso fiscalizaria. Sou contra nomear. Mas na hora em que os professores, funcionários e alunos elegerem um aluno, ocorreu uma dessas duas alternativas: ou os professores são tão ruins, que é bom que se eleja um aluno, ou esse aluno é tão bom que merece; ou os alunos são tão ruins que elegeram um aluno como protesto pelo nível de universidade que têm. Nesse caso, é bom que eles o elejam como denúncia. O ruim é se eleger reitor estudante para toda a universidade brasileira. O papel de denúncia pode até ser positivo, não sou contra. Mas não acredito que em nenhuma universidade brasileira haja aluno que se eleja, mas, se se eleger, é porque a universidade está tão ruim que é bom que aconteça isso como forma de denúncia. Se ele for tão genial, é bom que a universidade tenha um aluno reitor.

A paridade é universal e não entro nesse detalhe. Para mim, é tão conjuntural esse processo que tanto faz o aluno votar universalmente como em paridade. No Conselho sou contra a paridade. Nos conselhos, a paridade é a destruição da universidade. No dia em que houver trinta conselheiros — dez representam o aluno, dez, o professor e outros dez o funcionário — verificaremos a desnecessidade de tão elevado número, pois eles vão fazer suas assembleias antes e cada um, por telefone, vai dizer o que foi acordado. Bastam três conselheiros representando cada categoria. Não deve haver paridade nos conselhos. No processo eleitoral, deve haver participação. Se é com paridade, se é 20%, 10% ou universal, é um detalhe, mas não deve se bastar — volto a insistir — a eleição internamente. O reitor tem que ser nomeado externamente, pelo presidente da República, através de lista tríplice, no momento em que as coisas estão bem. Hoje, acho que não seria bem. Na atual circunstância, para casar legitimidade com legalidade, vi que tem de ser eleito só um, que irá para cá e será sabatinado, como se faz com membros do Banco Central e de outros órgãos. Não daria tanto trabalho. Juntar-se-ia quatro reitores de uma só vez e se faria a sabatina deles. De quatro em quatro anos se renovam 34 reitores. Então, se se dividir 34 por quatro anos, dá 7, 8, 10 por ano. Não é tanta coisa. E se criaria uma regulamentação.

Essa proposta não é aceita internamente pela comunidade acadêmica, mas eu a apresento aqui e a assino como minha.

Deputado, fico muito contente em tê-lo presente. Esqueceram de se referir que somos amigos.

Temos que discutir, mais uma vez, o tipo de universidade que queremos. Se queremos uma universidade que seja escada social, ela tem que ser paga. Se queremos uma universidade prestadora de serviços através do conhecimento, ela tem que ser grátis, como o é, por exemplo, o exército. Alguém cobra do pai do soldado, que é filho de rico, que pague a merenda do filho na hora de ir para a guerra? Não. Ele está prestando serviço ao País.

Mas qual é a diferença entre o exército e a universidade? É que o exército consegue dar a impressão de que serve ao País, e a universidade não. Então, o que fazemos? Cobramos, já que ela não dá essa impressão, ou mudamos para que

ela a dê. Aposto nessa segunda colocação. Vamos exigir uma universidade que demonstre legitimidade para a opinião pública para se sentir no direito de ser grátis. Este Congresso deveria optar por esse lado, em vez de pela cobrança, porque, se se cobrar, a universidade vai ser particular e aí ela não vai ter necessariamente um compromisso social. E ela deve ter. E o compromisso social não é com os pobres, é com o saber universal em certas áreas e com os problemas do País em outra. A minha proposta é de que devemos fazer isso.

Ainda sobre a autonomia, quero colocar uma outra proposta. Para que haja dinheiro e autonomia, tenho defendido — e volto a insistir, é outra coisa polêmica — que as universidades saiam da área do Executivo que cuida da educação básica. Defendo que a universidade deve se situar no Ministério ou Secretaria de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior e, talvez, até da Cultura. Por quê? Porque é indecente brigarmos por recursos para a universidade contra quem briga para a alfabetização: para a universidade contra quem briga por recursos para o ensino básico. Só há uma maneira de se resolver esse problema: o Congresso decide que tanto vai para o presente, que é ensino básico, e tanto vai para o futuro, que é a universidade. A universidade não responde ao presente, mas ao futuro, fazendo médicos. A educação de base responde ao presente, como existir o médico, com a saúde. E a universidade vai brigar com o INPE, SIMPA, o CNPq, com órgãos que trabalham com a infra-estrutura do conhecimento. E o ensino básico vai disputar alfabetização, ensino básico etc. E eu colocaria o ensino técnico também desse outro lado, numa Secretaria. Esse seria um caminho. O outro é discutir-se quanto por cento se recebe em termos, por exemplo, dos impostos. Alguns dizem: E quando os impostos caem? Bem, quando os impostos caem, o Brasil inteiro tem que sofrer. Esse foi um problema que aconteceu com a USP e a UNICAMP quando caíram os impostos. Se os impostos caírem, alguém tem que perder, e a universidade pode ser uma das que perdem. Ela tem que pagar um preço também, e se ajustar aos momentos de crise, ainda que brigue para que a crise acabe.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Concedo a palavra ao Professor Diógenes da Cunha Lima.

O SR. DIÓGENES DA CUNHA LIMA — Agradeço ao meu querido Deputado a oportunidade de voltar a este assunto. E quero começar dizendo que entendo da mesma forma a situação. Já tenho manifestado outras vezes sobre o fato de que um dos erros básicos do País é a universidade vinculada ao Ministério da Educação e, assim, ao ensino de 1º e 2º graus. E a razão principal é que considero que a universidade tem a missão de formar professores para o ensino de primeiro e segundo graus. Se ela concorre com o primeiro e segundo graus em verbas, em recursos, em orientação, ela não pode formar professores.

Uma das falhas básicas do sistema é o terceiro grau, é a visão do ensino superior concorrendo com o pessoal que ele deveria formar. Então, para mim, realmente deveria haver um órgão abrangente, como propõe o Cristóvam, que seria o mais simples possível, com tudo o que se referisse à ciência, à arte, à tecnologia, à cultura e à universidade, porque essa é a função precípua, essa é a destinação precípua. Está errada a mistura, até porque se presta a que qualquer Ministro que assuma, para explicar as suas dificuldades, ou a sua incapacidade de reconquistar mais recursos para o Ministério, declare que a universidade consome x% da verba do Ministério etc.

Isso é um desastre para a vida universitária.

No tocante ao ensino pago, esse é um velho tema em que se vejo uma vantagem. A de que a universidade precisa merecer ser gratuita; ela precisa funcionar para ser gratuita. E há muitas formas de pagar, como as bolsas de estudo, o valor de

qualificação daquele que tira acima da média da turma, no seu conceito — esse mecanismo, pois é uma forma de pagar à comunidade o que ela está recebendo —, as bolsas de trabalho interno dentro da universidade, e outras. Acho que esse debate, como forma de destruir a universidade, não funciona: a privatização, não funciona.

Quanto à desconfiança, que é um tema que tem me preocupado há muito tempo, e é recíproca; ela, em parte, surge do fato de que a universidade não quer se meter no que chama de política; acha que o poder público só se refere à política. Esse é o pensamento da universidade. Do lado do poder público, é uma coisa incômoda aquele que pensa; é muito incômodo quem pensa; começou a pensar, passa a incomodar. A tentativa é a de afastar aquele órgão que está pensando, está refletindo, está discutindo.

Que forma eu vejo de diminuir essa desconfiança? Criação de um fórum de debates no poder público, em todos os níveis, para trocar idéias com a universidade, uma forma interna de conscientização do espírito universitário. Parece-me, Deputado Henrique Alves, que não há outra forma, senão o debate. Reuniões como esta, que, para mim, mais que uma Comissão de Inquérito, deveria ser uma comissão que examinasse permanentemente o problema do nível superior, porque os ensinos médio e básico dependem exaustivamente da universidade. Essa coisa só vai endireitar se houver um caminho para a universidade.

O SR. PRESIDENTE (Eraklo Tinoco) — O último interpelante é o Deputado Iberê Ferreira de Sousa, a quem passo a palavra.

O SR. IBERÊ FERREIRA DE SOUSA — Sr. Presidente, quero inicialmente fazer minhas as palavras do próprio Presidente João Faustino, do Deputado Henrique Alves, quando disseram da importância desta reunião com a presença de depoentes do nível do professor Cristóvam Buarque e do professor Diógenes da Cunha Lima. Evidentemente, não poderia deixar de transmitir, ou de registrar a minha alegria em ter aqui o professor Diógenes, um co-estaduano que honra o nosso Estado pela sua cultura, e dizer que a nossa alegria maior é exatamente por vê-lo no mesmo patamar de figuras como o professor Buarque.

A minha intervenção, em decorrência do adiantado da hora, é muito objetiva. Pergunto a V. S^a a opinião sobre o seguinte: há um consenso de que a universidade deve ser permanentemente avaliada. Dentro desse sistema de avaliação, não seria válida a avaliação dos cursos que eu chamaria de "ociosos"? considero cursos ociosos aqueles com duas ou três pessoas matriculadas apenas. Posso citar como exemplo, se não me falha a memória, a nossa universidade do Rio Grande do Norte. Ela tem cerca de 52 cursos de graduação. Na minha cidade, Santa Cruz, há um curso com apenas dois alunos matriculados. E sendo feita essa avaliação, esses cursos ociosos, em vez de continuarem a existir, seriam substituídos por cursos de especialização em assuntos de interesse regional, como forma de integrar um pouco mais a universidade aos problemas regionais. Creio, inclusive, que os cursos de especialização teriam uma vantagem. Quanto aos cursos de graduação, por menor que seja a demanda, quando a universidade fala em acabar com eles, há sempre reação da comunidade. A sociedade não aceita a extinção de qualquer curso. Os cursos de especialização teriam um tempo determinado de existência, de acordo com o assunto que estivesse carecendo, necessitando de um estudo mais efetivo, mais profundo. Era essa a intervenção que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Passo a palavra ao professor Cristóvam Buarque.

O SR. CRISTÓVAM BUARQUE — Antes gostaria de fazer uma colocação para o Deputado Henrique Alves. Esqueci-me de falar sobre isso. Nós, da UnB,

fizemos um acordo com o Senado — e que terminou não sendo executado —, que poderia, de uma maneira bem concreta, estimular o relacionamento entre o Congresso e a UnB. E volto a insistir nisso aqui: era a idéia da UnB, mas poderia ser qualquer outra universidade, tornar-se o centro de um grande arquivo da qualificação das universidades brasileiras para responder às perguntas que os Senadores têm. Na hora que se quisesse discutir a bomba atômica, se telefonaria e teríamos, no microcomputador, os dados e daríamos uma lista de pessoas aptas a fazê-lo. A minha idéia incluía até partidos para o caso do Senador ou Deputado quererem alguém com afinidade partidária. Isso é uma coisa concreta. Mas é mais do que isso. Tem que ser na escolha do Reitor, tem que ser na definição das prioridades na universidade, tem que ser na definição da estrutura e naquilo que propus no começo, que eu não gostaria de esquecer: a elaboração de uma reforma da universidade brasileira a partir daquilo.

Quanto à colocação de V. Ex^a, Deputado, eu gostaria de dizer o seguinte:

Primeiro, há custos ociosos e temos que cuidar deles. Mas tudo, veja V. Ex^a, depende da óptica. Em algumas cidades, a existência da universidade é uma razão em si. Nessas cidades devemos manter a universidade até com dois ou três alunos. Mas são universidades cujo objetivo não é tanto gerar o saber, é o existir, porque a existência de uma universidade muda uma cidade.

O novo Estatuto que está se discutindo na UnB diz que não se cria nada que não tenha recursos preexistentes. Na discussão eu disse: Então fechem a UnB, porque, quando ela começou, não existiam recursos”.

A Universidade de Cambridge foi criada por três alunos que fugiam para não ser presos em Oxford.

E está funcionando bem há 700 anos. Nada começa com todos os recursos.

Tem que estar claro que é uma universidade que existe para mudar a região. Nós, como nordestinos, sabemos como isso é importante.

Mas, em outras regiões, não. É inadmissível que a UnB tenhamos seis cursos com menos de dez alunos. E qual a nossa proposta feita na época? Passar para o horário noturno, que já garante o preenchimento. Não porque baixaria a qualidade, mas porque aumentaria o número de possíveis candidatos, ou fechar. E daríamos bolsa de estudo a esses alunos, que ficariam sem curso aqui, transferindo-os para outro lugar, o que sairia muito mais barato. Quanto a isso sou favorável.

Então, vamos colocar dessa maneira: não se deve manter cursos ociosos em alguns lugares, onde o papel da universidade é mais do que existir. É produzir o saber, a preço razoável e de qualidade.

Mas, naquelas pequenas cidades do interior, em que a criação de universidades é um gesto de ruptura com o passado, para manter lá os jovens, ao invés de eles irem estudar e ficarem de vez fora, vale a pena o sacrifício de manter a universidade, nos primeiros anos, com poucos alunos, até que haja um número suficiente de alunos.

E apenas mais um detalhe, quanto à universidade voltar-se para a região. A universidade deve se voltar para a região, para o País, para a cidade, nas áreas técnicas. Nas áreas de humanidades, devem pensar grande, devem pensar no mundo inteiro, mas querendo dar uma contribuição. E elas dão uma contribuição ao mundo inteiro, se ela pensar em local.

Devemos estudar, não porque é o Nordeste, mas porque é parte da humanidade. E temos mais condições de dar uma contribuição estudando o Nordeste do que estudando outra coisa. Gilberto Freire é um exemplo, Câmara Cascudo é outro. Se eles tivessem estudado o mundo, talvez não tivessem dado nenhuma contribuição. Mas eles não deram contribuição ao Nordeste, eles deram contribuição ao mundo inteiro, a partir do estudo do Nordeste. Isso é algo que muitas vezes nos falta, e caímos no provincianismo.

Uma das coisas que as universidades do Nordeste deviam estudar é o Brasil. Porque se for esperar de outras regiões, as propostas não serão as melhores para o Brasil, como um todo. Porque o Nordeste representa um melhor retrato do Brasil, mais do que São Paulo. Da mesma maneira, e isso tenho debatido muito, inclusive no exterior, o Brasil hoje é um dos poucos países do mundo que parece um retrato do Planeta. A Suíça não parece com o Planeta. A França não parece com o Planeta. E também Uganda não parece com o Planeta. O Brasil carrega as contradições de um Planeta em crise. E, portanto, do Brasil podem sair propostas universais. Assim como do Nordeste podem sair propostas nacionais. e, portanto, inferindo também para o mundo.

Mas, desculpem V. Ex^ª, porque sabem que em Recife a rádio fala para o mundo, então, pode ser uma deformação de pernambucano. Mas tenho a impressão de que precisamos olhar grande o papel da universidade, sem perder o contato com o local, para o caminho para o grande.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Com a palavra o Professor Diógenes.

O SR. DIÓGENES DA CUNHA LIMA — Para encerrar, porque tenho mania, permito-me lembrar que o Tejo não é mais belo do que o rio que corre pela minha aldeia porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia, ou seja, a definição poética continua a dizer que é a partir do local é que se é universal.

Em todos os níveis a universidade deve se voltar, e creio que os dois alunos do curso que abri em Santa Cruz devem continuar lá, lutando pela presença daquele núcleo, pela presença da universidade no município, até ampliando outros que não atingiu no Rio Grande do Norte.

Com relação aos cursos de especialização, creio em aperfeiçoamento. Não posso eleger como um critério exclusivo de competência apenas o doutorado e mestrado. Mas e até muitas vezes, é mais útil à universidade esses cursos, e ao professor que vai transmitir o conhecimento, a forma horizontal, dado que há verticalização de um estudo de doutorado ou de mestrado.

Creio que há que aperfeiçoar a universidade. As falhas, os defeitos de formação, são correção de rota do que temos da universidade brasileira. A universidade, a meu ver, está na relação custo-benefício, o benefício que ela trouxe ao País e que tem trazido ao País é muito maior. Mais ainda: no futuro, no próximo milênio, este País terá de ouvir a sua universidade, terá de estar indissoluvelmente ligado à universidade brasileira na busca do caminho da ética brasileira nesse mosaico de povos que é o Brasil, na civilização nordestina que representa o País, na multiplicidade deste continente chamado Brasil, do qual a universidade é o topo intelectual que deve orientar a cultura brasileira.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Resta-nos encerrar esta reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga a crise da universidade brasileira. Antes de fazê-lo, desejo agradecer as presenças ilustres dos Professores Cristóvam Buarque e Diógenes da Cunha Lima. Tenho a convicção de que os depoimentos aqui proferidos engrandeceram o Congresso Nacional e enriqueceram profundamente esta comissão: a convicção de que, com os debates que aqui presenciamos, com as propostas aqui formuladas, a universidade brasileira cresceu um pouco, reduziu, com certeza, os obstáculos ao seu crescimento e a sua modernidade.

Desta CPI sairá um documento. Nele serão apontadas as alternativas de se construir uma universidade nova e sintonizada com a realidade brasileira.

Quero, portanto, agradecer a presença dos Srs. Parlamentares e, especialmente, o depoimento dos ilustres professores. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

Data: 7-5-92 — hora: 10:15

Convidados: Jacques Veloso — Florestan Fernandes — Raul Pont — Maria Luiza Fontenelle.

Observações:

(Não houve gravação do início da reunião.)

Há algum tempo já passamos por crises — isto é do conhecimento de todos os Srs. Talvez, basta algum elemento mais saliente do benefício, como, por exemplo, o fato de que o Brasil padece de uma distribuição de renda que está entre as piores do mundo, e, hoje, debate-se o salário mínimo, sem considerar os trabalhadores. Discute-se se será 100 ou acima de 100 dólares. Enfim, temos uma estrutura social com enormes desigualdades. Temos uma sociedade de rápidas transformações sociais em vários setores e, ao mesmo tempo, de estagnação em outras áreas da nossa sociedade. Essas disparidades se traduzem em vários aspectos, sendo que alguns não podem deixar de refletir no sistema de ensino. A crise atravessa todo sistema de ensino — da pré-escola à pós-graduação. No Primeiro Grau, temos estágios de professores com salários ínfimos, que não atingem, sequer, o salário mínimo de várias regiões do País. Isto, ao invés de atrair profissionais qualificados, repele muitos daqueles que se formam nas nossas escolas normais e, ao invés de se destinarem ao ensino, destinam-se a outros setores da vida produtiva. Os índices de repetência e evasão, embora tenham sido um pouco melhorados ao longo dos anos, continuam alarmantes por qualquer padrão que se queira adotar — reflexo, em boa medida, na situação de suma pobreza em que vive a maior parte da nossa população.

Na verdade, pesquisas recentes têm mostrado que a repetência é muito maior do que aquela que se crê e a evasão é muito menor do que as estatísticas oficiais indicam. Evadem-se das escolas porque repetem, porque não têm maiores condições de permanecerem e, mais tarde, voltam a se matricular em outra escola fora da sua zona de residência, são classificados como novos alunos, como evadidos do sistema quando, de fato, fizeram apenas uma transferência de escola — para evitar o estigma da repetência, matriculam-se como se fossem alunos novos. Portanto, não são evadidos.

O estigma da repetência afeta, também, o ensino ao Segundo Grau. A repetência do Segundo Grau é, também, bastante elevada. Nos anos 60, o Brasil contava com bons colégios estaduais — muitos de nós estudamos em colégios estaduais no País. Todo Estado tem, pelo menos, um bom colégio estadual — São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, entre outros, possuíam vários colégios estaduais. Onde estão esses colégios estaduais? Desapareceram porque o Governo não investiu mais em educação como vinha investindo no passado. Sabe-se que com a Constituição promulgada em 1967, eliminou-se a vinculação de recursos para o ensino e, mais tarde, foi restabelecida pela Emenda Calmon — a Emenda que leva o nome do Senador João Calmon, aqui presente — e, nesse período, diminuíram drasticamente os dispêndios em educação, sobretudo no Primeiro e no Segundo Grau. Para que V. Ex.^a tenham uma idéia, o País, ao tempo da vinculação de recursos pré-67, gastava em educação sempre um pouco a menos do que previa a Constituição — na média, algo em torno de 10%. Durante o tempo em que se seguiu a Constituição promulgada de 1967, esses gastos chegaram a cair no plano federal, cerca de 4% ou até menos. Os bons colégios estaduais desapareceram, o estudo privado tomou conta do nível de Segundo Grau e, com isto, caiu a qualidade dos candidatos que entravam na universidade, o que, evidentemente, veio afetar o desempenho na nossa universidade, no nosso ensino superior. O ensino de Segundo Grau no País, hoje, custa menos de 300 dólares, o que, evidentemente, é um valor ínfimo se comparado a qualquer outro padrão internacional.

A expansão do Segundo Grau que ocorreu se deu às custas da compressão do salário dos professores. Em parte, mas não apenas devido a essa deterioração do Segundo Grau, proliferou no País a indústria dos cursinhos de vestibulares que, em sua grande maioria, são privados. E são instituições que preparam para o vestibular? Não: preparam mediante um adestramento, ao invés de preparar para uma formação. Os alunos que vinham com deficiências do ensino de Primeiro e Segundo Graus, ao ingressarem, conseguiram ultrapassar a barreira do vestibular com deficiências, de certa forma, alargadas, até porque os cursinhos, adestrando para responderem as provas, roubam o tempo do aluno que poderia ter se dedicado à sua formação. Há, de fato, algumas experiências inovadoras nesta área na tentativa de implantar-se provas de redação nos vestibulares, provas discursivas, o que, certamente, poderia estar fazendo, em pequena quantidade, reorientar o tipo de treinamento que se dá nos cursinhos de vestibular.

Mais uma vez — vale repetir — o padrão dos nossos jovens que chegam às universidades quanto ao domínio dos conhecimentos adequados para o ensino superior, cai ao longo do tempo. Esse fenômeno, em parte reflete o fenômeno da massificação do ensino, que não é brasileiro, é universal. Em todos os países do mundo, em diferentes graus, a massificação tem ocorrido a partir dos anos 60, e a partir dos anos 60, em todos os países do mundo, verifica-se uma rápida expansão no sistema de ensino.

O caso latino-americano é bastante típico, e dentro deste o caso brasileiro é típico e, também, atípico. É típico na medida em que, aqui, também se observou a diferenciação e a massificação. O ensino dirigido atendendo cada vez mais a parcelas cada vez maiores da população, mas alterando os seus componentes internos de forma que, de um padrão anterior que, se não era homogêneo, tinha alguma heterogeneidade, passa a ter um padrão altamente heterogêneo de qualidade e de forma de atendimento, dentro do sistema de ensino e, em especial, na educação superior.

Na educação superior brasileira, é preciso que se ressalte, porque a crise da universidade advém dessa nossa histórica trajetória, a educação superior brasileira, o fenômeno da privatização do ensino é bastante conhecido. Vale a pena destacar alguns dos seus aspectos. Em primeiro lugar, o fato de que nos anos 60, o ensino público dominava cerca de 60% do contágio das matrículas, ao longo de um período de 10 anos ou menos. Com uma retração relativa dos investimentos públicos em educação superior e com uma grande procura pelas escolas superiores, o ensino particular cresce a taxas gigantescas. Com isto, ao final de uma década, aproximadamente, o ensino privado irá dominar 60% das matrículas, isto é, o ensino superior, de 40% passa a 60% e o privado, de 60% passa a 40%. Os percentuais, portanto, se invertem. Cabe mencionar de passagem, que o ensino privado chegou a dominar 70% ou 75% da matrícula no final dos anos 70 e, a partir disto, o ensino superior público recupera um pouco do seu espaço. Ora, esta vigorosa expansão do ensino superior privado ocorre, em boa medida, movida pelo lucro. O Brasil é um dos poucos países do mundo — há alguns outros, ao que me parece, como as Filipinas, segundo informações de que disponho — onde o ensino superior privado é mantido por mantenedoras que, de mantenedoras, têm apenas o nome, porque, de fato, na sua maioria, com raras exceções, são instituições mantidas pelas altas anuidades cobradas e pelos baixos custos obtidos na forma pela qual se gere esse ensino superior privado. Um exemplo ilustrativo dos padrões de qualidade que regem boa parte de nossas escolas particulares privadas é o fato de que um recente — hoje em dia não é tão recente — levantamento realizado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, em meados dos anos 60, indicava apenas 200 faculdades de fins de semana, nas quais os alunos obtinham seus diplomas à custa de freqüenciá-los por poucos dias na semana. Essa expansão, em boa medida, decorre da leniência com que o Conselho Federal de Educação avalia e tem avaliado os requisitos para ensino de boa qualidade no País.

A alteração desses percentuais a que há pouco me referi, teve efeitos, evidentemente, na democratização do ensino. Hoje é comum se ouvir dizer — e esse debate tem surgido com muita insistência — que nas universidades públicas estão os mais ricos e nas universidades privadas, pagas, estão os alunos menos ricos. Se isto, em parte, é verdade, não se pode esquecer que os poucos dados de que dispomos a respeito dos anos 60, indicam sinais diferentes. Naquele tempo, não se marcava a diferenciação quanto ao nível dos alunos que frequentavam as universidades públicas e as particulares. Essa diferenciação vai ocorrer a partir das trajetórias de expansão do ensino superior em nosso País. Estão aí, talvez, alguns dos antecedentes da crise por que passa, hoje, o nosso ensino superior. Mas, por outro lado, vale ressaltar o caminho diverso que seguiu a pós-graduação brasileira, bastante diverso daquele seguido, de modo geral, pelo ensino de graduação.

A partir de uma correta indução das políticas governamentais de fortalecimento da pós-graduação, o Brasil deu um salto histórico, qualitativo e quantitativo, também, pode-se dizer gigantesco, em pouco mais de uma década. De alguns cursos esparsos de mestrado e doutorado no Brasil, existentes nos anos 60, saltou o País para um ponderável setor de pós-graduação, graças, em boa medida, a estímulos conseguidos pela Capes, pelo CNPq, pela Finep, pelos esforços dos docentes e gestores em cada uma das nossas universidades.

Hoje, na universidade brasileira, 90% da sua produção científica concentra-se no setor público em universidades públicas que detêm, também, cerca de 85% da matrícula nos cursos de mestrado e de doutorado.

As avaliações coordenadas periodicamente pela Capes, realizada a propósito dos programas de pós-graduação, indicam que o seu padrão médio tem melhorado ao longo do tempo; indicam, também, o importante espaço ocupado pelas universidades públicas nesse setor.

Na última avaliação, coordenada pela Capes, em cerca de doze universidades no País, 30% ou mais dos seus cursos tiveram conceito excelente: conceito A. Entre essas doze universidades, apenas a PUC do Rio de Janeiro estava incluída entre as particulares; as demais eram públicas: Unicamp, USP, Federal do Rio de Janeiro, Federal do Rio Grande do Sul e tantas outras mais.

Ao lado de problemas graves que surgem e se avolumam no nosso ensino superior brasileiro, temos alguns caminhos positivos e algumas alternativas bem encaminhadas para solução dos nossos problemas.

Outro aspecto que vale destacar, como resultado dessas políticas e trajetórias progressivas no nosso ensino superior, diz respeito à eficiência, ao desempenho e ao custo das nossas universidades.

Temos ouvido, com grande frequência, que a crise na universidade é ineficiente e cara em demasia (SIC). Não dão conta do seu recado, e quando o dão, fazem-nos a custos excessivamente elevados.

Cabe, no caso, apontar várias distorções ou equívocos cometidos pelos críticos do desempenho das nossas universidades públicas.

Em primeiro lugar, a condição da relação aluno-docente. Nossas críticas são pobres a respeito dessas relações. Nossas estatísticas oficiais não nos permitem conhecer, de fato, quantos docentes temos nas nossas universidades públicas. O máximo que podemos conhecer é quantos contratos docentes existem nas nossas universidades.

Em segundo lugar, as estatísticas não diferenciam o docente tempo parcial do docente tempo integral. Isso significa que elas são enganosas, na medida em que levam o analista, à primeira vista, a entender que existe um número muito maior de docentes do que, de fato, aqueles presentes na universidade.

A estimativa é que nas médias universidades públicas devemos ter uma relação de aluno-docente da ordem de doze ou quatorze para um, enquanto as estatísticas

oficiais apontam uma relação ao contrato-docente tempo parcial ou integral da ordem de oito para um ou menos.

Quanto aos custos das nossas universidades públicas. Como andam os seus custos? Os espaços federais que são o setor de maior peso, enquanto conjunto, dentro do novo ensino superior, boa parte do que aparece como custos não o são, são despesas que não podem ser imputadas ao custo de uma instituição de ensino e pesquisa. Por exemplo, hospitais universitários que consomem uma parcela gigantesca de recursos em algumas instituições. Na UNI-Rio chega a 30%; em outras universidades a 10%, a 15% das despesas totais.

Os aposentados inativos, pagos pela conta das nossas universidades, são outro elemento de despesa que não vale ser computado como custo às nossas universidades. Se eliminarmos esses elementos que não significam de fato custos, mas despesa, no seu todo, ou em parte, como é o caso dos hospitais universitários, dedicados em boa medida a uma importante tarefa de assistência social, veremos, de maneira geral, na maioria dos casos, o desempenho e o potencial acadêmicos de nossas universidades públicas, no caso das federais, em especial, que têm, em boa medida, correspondido a variações nos seus custos. Em outras palavras, verifica-se que em custos que variam de 4 a 7 mil e 500 dólares por ano, em benefício a custos por aluno e não a despesas por aluno. Em boa parte dos casos, temos custos ascendentes associados a um melhor desempenho ou a um melhor potencial docente, implicando, por exemplo, numa melhor qualificação docente, num melhor desempenho em programa de pós-graduação, nas relações de professor/aluno diferenciadas. Em suma, em boa parte dos casos, um bom potencial docente tem se materializado em melhor desempenho da nossa universidade. É evidente que isso não se aplica a todas elas. Há várias exceções.

Em recente entrevista da Secretária de Ensino Superior, concedida ao jornal *Ciência-Hoje*, da SBPC, dizia ela que as nossas universidades públicas estariam, talvez, em três categorias. Em cerca de 1/3 delas o seu desempenho estaria adequado a padrões satisfatórios; outro terço precisaria de alguns ajustes, a fim de que se adequasse a padrões satisfatórios; em um outro terço seria necessário ter ajustes drásticos ou profundos para que se chegassem a padrões satisfatórios de desempenho em relação a custos.

Meus dados apontam em uma direção semelhante, porém, com a ênfase diversa.

Em primeiro lugar, é preciso indagar que critérios foram usados para classificar as universidades em três grupos, com três tipos de desempenhos em relação a custos, no caso da entrevista da Sr^a Secretária.

No caso dos meus dados, os padrões são o desempenho das universidades em relação a custos efetivamente computados. Talvez, possa-se dizer com segurança que, pelo menos, em cerca de 2/3 das nossas universidades públicas, o seu desempenho tem correspondido, em boa medida, à variação dos seus custos, isto é, a custos mais elevados, onde observa-se, em geral, desempenho de melhor qualidade, apesar de todos os complicadores a que me referi há pouco.

Passo, agora, a discutir alguns aspectos da crise da universidade que hoje enfrentamos. Eles estão, em boa medida, condicionados pela trajetória do comportamento e variáveis a que me referi há pouco.

O primeiro aspecto concernente à nossa crise na universidade, em especial às universidades públicas — a que faço referência sobretudo —, existe uma crise de governo, uma crise de gestão.

Essa crise de governo, essa crise de gestão, tem raízes no nosso passado recente.

V. Ex^{as} não de recordar que, antes da reforma universitária de 1968, editada em tempos do regime militar, os Reitores eram nomeados pelo Presidente da República através de uma lista tríplice de nomes. Depois de 1968, os Reitores passam a ser escolhidos a partir de uma lista sêxtupla de nomes, a fim de que, mais facilmente

escolhidos, pudessem ajustar-se às opções políticas do Governo e, certa ou muito provavelmente, menos ajustados às necessidades da instituição que deveriam dirigir.

Como reação a esta e a outras formas de intervenção branca, por assim dizer, do Estado na Universidade, surgiram os movimentos para eleição direta para Reitores.

O balanço desse processo é misto. Não se pode afirmar com segurança que as experiências de tentativa de eleição, de consulta ampla à comunidade universitária, por exemplo, mediante votação paritária de alunos, funcionários e professores, sejam positivas ou negativas. O resultado, como disse, é misto. Mas são, entretanto, os resultados que vão nos indicar o caminho correto para um novo encaminhamento desta questão, da crise de Governo nas universidades públicas brasileiras. O caminho correto parece buscar, escapar a toda e qualquer tentativa de conceber a universidade como uma instituição fechada em si mesma, como se nós, professores, funcionários e alunos, tivéssemos recebido algum mandato popular que não recebemos. V. Ex^{ca}, sim, estas recebem por meio do voto. Cabe, então, escapar a toda e qualquer tentativa de conceber a universidade como uma instituição fechada em si mesma, cujos integrantes tenham recebido algum mandato popular que lhes desse o direito de escolher, em nome do povo brasileiro, os seus dirigentes.

Uma universidade pública precisa e deve ter vinculações com o Estado. Não pode, por outro lado, submeter-se a esse mesmo Estado. A crise de Governo é, portanto, uma crise de autonomia das nossas universidades. Autonomia não significa soberania. Por isso, não podemos nós, professores, funcionários ou alunos, atribuir-nos o direito de escolher nossos dirigentes independentemente da vontade do Governo eleito pelo voto popular. Autonomia implica prestações de contas à sociedade. Esse é um dado fundamental do empenho, da luta que vínhamos mantendo e temos que continuar a manter em prol da autonomia das universidades públicas. A contrapartida da autonomia é a avaliação, é a prestação de contas à sociedade que mantém essa mesma universidade pública. Voltarei a essa questão em seguida.

No momento, quero tratar de um outro aspecto da crise da nossa universidade: a crise da gestão.

A reforma universitária definiu controles burocráticos sobre a universidade pública, definir os controles sobre os meios ao invés do controle sobre os fins, sobre os resultados. O quadro de pessoal do nosso Estado é de funcionalismo público hoje em dia. A universidade é, de fato, uma mera repartição pública quando se olha para o seu quadro de pessoal. A crise financeira por que tem passado a universidade tem levado com muita frequência ao abandono de profissionais altamente qualificados, tem provocado com alguma frequência êxodos de professores na universidade para outros setores da vida nacional, talvez porque os salários pagos não sejam competitivos. É bem verdade que, como elemento a minorar uma isonomia salarial que prejudica a competitividade do quadro docente, existem bolsas de pesquisa com CNPq, por agências de fomento estaduais, como a PAPESP, que desempenha um importante papel nessa e noutras linhas. Existe esse mecanismo complementar dos salários com uma módica quantia que pode chegar até os 25% do salário do professor. Prevalece, em última análise, uma rigidez no quadro de pessoal das universidades que impede a competitividade do quadro docente, existem bolsas de pesquisa com o CNPq, por agências de fomento estaduais, como a Papesp, que desempenha um importante papel nessa e noutras linhas. Existe esse mecanismo complementar dos salários com uma módica quantia que pode chegar até aos 25% do salário do professor. Prevalece,

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Já passaram os 5 minutos, mas não temos sido rígidos quanto ao tempo. Portanto, V. S^a pode resumir e concluir o seu discurso.

O SR. JACQUES VELOSO — Muito obrigado. Vou procurar ser breve nos minutos que me faltam, tendo a oportunidade, mais tarde, de voltar às questões que desejo abordar.

Há, portanto, uma ausência de estímulo para eficiência do orçamento da universidade pública brasileira. Há rigidez no controle do quadro de pessoal na gestão financeira. Além disso, a falta de estímulo também não respeita a gestão financeira.

Quanto a recursos, a aplicação do mínimo constitucional previsto desde 83 não foi cumprida por um longo período. Estudos que realizei mostram que desde 84 até o orçamento de 88, a Constituição não vinha sendo cumprida. O mínimo constitucional de 13%, mais tarde mínimo de 18% não vinha sendo gasto. Pela primeira vez, em 88, o mínimo constitucional é até superado — em 18% — para a manutenção do desenvolvimento do ensino. Já aludi ao fato de que, com a retirada, com a supressão de mínimos constitucionais, caíram substancialmente os gastos públicos na educação durante os anos 70. O déficit acumulado é sempre de 9%, aproximadamente, entre 84 e 88, isto é, cerca de 9% repostos os impostos nesse período deixaram de ser aplicados como deveriam na educação brasileira, afetando, portanto, o próprio ensino superior.

Na gestão de pessoal, de recursos não-financeiros, há rigidez, quer dizer, inflexibilidade. O mesmo se aplica à gestão financeira. O controle burocrático prevalece aqui, também sobre a avaliação de resultados porque conduz à ineficiência. A instabilidade de recursos, do afluxo, do aporte de recursos das universidades públicas, é outro fator a conduzir a ineficiência. O próprio MEC calcula que em 1990, por exemplo, a título de ilustração, os recursos para outros custeios de capital das universidades federais, cerca de 40%, foram repassados no último trimestre do ano, sendo que 20% foram repassados no dia 20 de dezembro de 1990.

Ora, como pode uma universidade sobreviver adequadamente e caminhar firmemente na busca da eficiência da solução dos seus problemas, se um quarto dos seus recursos para outros custeios e capital, advindos do Tesouro, lhe são repassados 10 dias antes de finalizar o ano letivo? As políticas de governo que vêm sendo levadas a cabo, implementando, portanto, são também responsáveis pela crise por que atravessa hoje a universidade brasileira. O próprio Ministério da Educação reconhece este ano que não acabou de pagar o que devia no ano passado às universidades públicas. E sabe-se que dos recursos para outros custeios de capital desse primeiro trimestre, ou seja, cerca de um quarto, apenas 5% foram entregues às nossas universidades.

A compreensão proporcional de recursos para outros custeios de capital não pode deixar de ser mencionada. Para que os Srs. tenham uma idéia, em meados dos anos 70 tínhamos as universidades federais recebendo cerca de 25% do seu orçamento para outros custeios de capital, isto é, 28%, para ser mais preciso, em 1982, dos quais parte significativa era para despesas outras que não obras. Esse número cai para 15% em 1980, para 9% em 85, para 10% em 87, para 4% em 89, e a queda continua.

Srs. Parlamentares, Sr^a e Srs., para não me alongar mais nessa exposição, alguns dos caminhos para sair desta crise estão na lotação de orçamentos globais num montante compatível com o que necessitam as universidades públicas brasileiras, estão na estabilidade do aporte recursos às universidades, estão na flexibilidade da gestão financeira a ser constituída por uma efetiva autonomia da instituição e que inclua também essa flexibilidade de estímulos à eficiência, aos desempenhos. Reformar, reestruturar a gestão das nossas universidades e as condições de gestão que lhe são oferecidas pelo Governo é uma tarefa da maior importância a ser levada a cabo nos próximos anos, como uns dos caminhos para enfrentar o desafio da crise que hoje se abate nas nossas universidades.

Nesse sentido uma legislação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, deverá prestar uma contribuição do maior relevo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Obrigado, professor Jacques Veloso. Concedo a palavra ao nobre Deputado Florestan Fernandes para proceder ao juramento de praxe e assiná-lo.

O SR. FLORESTAN FERNANDES — “Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise na universidade brasileira”.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra ao Deputado e Professor Florestan Fernandes para o seu depoimento, que também terá o prazo de 20 minutos, lembrando apenas que estamos preocupados com a questão do tempo, porque temos sessão do Congresso convocada para às 11 horas e, como de praxe, nenhuma comissão pode funcionar concomitantemente com o plenário. Por isso, queremos aproveitar o máximo, inclusive nos debates. Sem mais delongas, concedo a palavra ao Professor Florestan Fernandes.

O SR. FLORESTAN FERNANDES — Sr. Presidente, antes de realizar o meu depoimento que não está escrito, nem tinha sido prefixado, queria entregar a esta Comissão um discurso que fiz no Grande Expediente na Câmara, tratando daquelas três teses falsas sobre a universidade brasileira, os três grandes equívocos correntes na apreciação da universidade brasileira. Penso que ali trago uma contribuição mais substancial do que esta que poderia se vincular à exposição que vou fazer.

O professor Jacques Veloso fez uma exposição objetiva e tratou do problema com muita competência, usual nos seus trabalhos. Esta Comissão, por sua vez, tem elementos para recolher dados fornecidos por instituições que trabalham com as estatísticas do ensino no Brasil e com a situação das universidades. Por isso, deixei tudo isso de lado, e aqueles que quiserem conhecer meu pensamento de uma maneira mais ampla teriam que recorrer ao livro *Universidade Brasileira — Reforma ou Revolução*. Há um estudo comparativo sobre a América Latina que está no livro *Circuito Fechado* e também no pequeno livro sobre a crise na Universidade de São Paulo, publicado pela Editora Brasiliense. Agora, noutro trabalho publicado pela Editora Dominus, trato de duas situações de crise no momento em que elas nascem e se desenvolvem. Sou agente e ao mesmo tempo, numa delas, Relator, noutras delas, Presidente e Relator de uma Comissão de Inquérito que levou os estudantes e professores da Universidade de São Paulo a tomarem posições rebeldes diante do Governo do Estado, em defesa da universidade.

Na minha exposição, não posso tratar, em 20 minutos, desse vasto tema que me foi atribuído aqui. Há crise na universidade brasileira. A concepção deveria ser de crise dentro da crise, porque há uma crise que poderia ser apreciada de uma perspectiva genética do passado e há uma crise que poderia ser considerada de uma perspectiva comparativa sobre a situação atual, não só do Brasil mas do mundo. A universidade não está em crise no Brasil, ela está em crise na sociedade contemporânea, e os lados mais profundos dessa crise estão vinculados a uma crise mais ampla do padrão de civilização nascido com a indústria e a expansão, pelo mundo inteiro, dos padrões culturais da Europa do século XIX. Não posso tratar de tudo isso aqui, mas é bom que todos tenham em mente que essa crise é mais ampla no livro “O dilema educacional brasileiro”, em que há um artigo meu sobre a crise vista dessa perspectiva mais ampla do mundo contemporâneo e do significado da crise específica da universidade brasileira.

É importante, na análise da situação que estamos discutindo, não esquecer o passado, não que o passado seja uma carga que devemos transportar conosco, mas o passado está incrustado em nossas mentalidades, em nossos valores, ou, então, em nossos contravalores.

A colonização européia assumiu várias dimensões. Sabemos que, se compararmos os diferentes países da América Latina, veremos a universidade nascer, em alguns países, concomitantemente à conquista na América espanhola e as universidades não apareceram no Brasil. Os elementos de elites do Brasil iam estudar em Portugal, até o começo do século XIX, mesmo depois da vinda da família real. Propagou-se o padrão de ir estudar na Suíça, na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, com menor incidência. Nós não valorizamos a cultura superior e, por causa da vinda da corte, da necessidade de estabelecer no Brasil a infra-estrutura de uma sociedade metropolitana. O Brasil-Colônia se transforma numa sociedade metropolitana graças à invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão; criamos institutos isolados de ensino superior.

Aí está um avanço que já nasce atrasado. Portugal poderia ter implantado, no Brasil, a universidade integrada nesse momento, mas não o fez. Nós conhecemos as faculdades de Medicina, as escolas de Engenharia, que eram dedicadas à especialização militar, as faculdades de Direito. Esse é o germe da universidade brasileira. Esse tipo de instituição satisfazia as necessidades das elites, dos instrumentos dominantes.

Precisamos reconhecer que, especialmente no fim do século XIX e início do século XX, essas instituições deram uma contribuição importante ao pensamento crítico e à produção intelectual, mas, ao mesmo tempo, essas instituições criam os germes de uma crise profunda vinculada à idéia de que o saber deveria ser universal e deveria seguir os padrões da ilustração e exigir a fundação de universidades.

Não posso discutir aqui todo o percurso dramático dessa pugna de intelectuais pelo advento das universidades. Mas o fato é que há uma tentativa, no Rio de Janeiro, no Distrito Federal, de se implantar uma universidade, que não germinou, sob uma nítida influência francesa. Posteriormente, em São Paulo, é que se vai consolidar a idéia da necessidade da universidade.

Batidas no campo de batalha, as elites paulistas acharam que teriam de ganhar no campo da idéia e seguiram aquela inspiração da sucessão das elites. As elites careceriam de uma renovação de formar os seus quadros humanos, para, através da influência cultural, exercer, dentro da universidade brasileira, uma função renovadora que permitisse ao Brasil todo ter um desenvolvimento mais homogêneo.

As peripécias da criação da universidade podem ser estudadas em São Paulo, porque, naturalmente, as escolas isoladas resistiram à inovação. A Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica, todas elas tinham muito prestígio e a criação da universidade significava uma perda relativa de poder, uma perda relativa de domínio dos orçamentos e uma perda relativa de influência na sociedade. Mas data daí o aparecimento da universidade como um todo orgânico, embora a universidade nascente fosse meramente conglomerada. Era um ajuntamento de instituições, não uma universidade diferenciada e incapaz de atuar como um todo. A Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica, por exemplo, estabeleceram uma guerrilha com a Faculdade de Filosofia e com o próprio núcleo administrativo que era a universidade, embora dominassem o conselho universitário. Isso tudo criou, já nas origens da universidade, uma crise orgânica permanente, que até hoje não foi resolvida de maneira satisfatória.

É preciso marcar aí dois pontos nítidos. Primeiro, pauperismo da nossa herança cultural, com suas ramificações na mentalidade, na concepção do mundo das elites, dos estamentos dominantes e, posteriormente, das classes sociais dominantes, segundo, o fato de a universidade nascer em um mundo conturbado, no meio de conflitos que se vinculavam à tentativa de São Paulo manter uma hegemonia cultural ao lado da sua hegemonia econômica. Em São Paulo surgiram duas unidades. Uma, a universidade de São Paulo; outra, a Escola de Sociologia e Política. Fui aluno de ambas

e pude percorrer o caminho da influência européia e o caminho da influência norte-americana da Escola de Sociologia e Política.

Por causa da Lei de Diretrizes e Bases originária, lutamos pela sociedade brasileira na década de 50 e no início da década de 60, por uma transformação global do sistema de ensino. A idéia era de uma revolução no campo da educação. Inclusive não mais dentro daquele esquema que Fernando de Azevedo falava, parafraseando um político mineiro, Antônio Carlos: "Façamos a revolução nas escolas antes que o povo a faça nas ruas". Na verdade não tivemos nem a revolução nas escolas, nem a revolução nas ruas, mas os estudantes e os professores, especialmente os professores jovens da Faculdade de Filosofia, e os professores mais ou menos radicais das outras faculdades, lideraram um processo de mudança, que estava em plena efervecência, quando em 1954 a sociedade brasileira apresentou à Universidade de São Paulo a conta do seu avanço, da sua modernidade. Vocês foram longe demais e agora têm de recuar. Aí foi possível ver dentro da universidade os que eram universitários e os que eram representantes da sociedade global. Por exemplo, o Presidente Castello Branco achou que não devia punir os professores da Universidade de São Paulo, porque eles eram parte de uma universidade estadual. Caberia legalmente ao Governo do Estado iniciar esse processo.

Ora, o Governador do Estado de São Paulo, Adhemar de Barros, era um homem muito esperto para saber e ele mesmo estava envolvido no chamado processo "revolucionário". Aqui tivemos uma contra-revolução, um golpe de estado seguido de uma contra-revolução, ele não tomou nenhuma providência para punir qualquer professor, porque sabia que atrás dos professores viria ele próprio. Os professores da Faculdade de Medicina, reunidos na sua congregação, decidiram aplicar a punição aos professores da escola e estes professores foram as primeiras vítimas, e vítimas que já haviam sido escolhidas pelos próprios universitários em colaboração com os serviços de inteligência do Exército. E com o nosso serviço tínhamos uma política especial — não me lembro o nome agora — e aquela lista foi, naturalmente, peneirada, pela colaboração dessas três forças conjugadas. A lista começou a ser aplicada na Universidade de São Paulo por iniciativa dos professores da Faculdade de Medicina, e o Professor Ulhoa Cintra me disse, com muita integridade: "Florestan, eles não estão defendendo a liberdade do ensino, nem a liberdade da cátedra, eles estão defendendo o seu bolso, porque estão com medo de que haja uma socialização da Medicina e querem se prevenir contra esse processo".

Realmente, mais tarde, a luta pela reforma universitária se tornou muito candente durante toda a década de 60. A própria Faculdade de Filosofia foi ocupada por estudantes, professores jovens e professores catedráticos, mais ou menos jovens. A idéia era a de substituir essa universidade concebida sob a emergência da conglomeração, por uma universidade crítica, integrada, diferenciada, que chamei universidade funcional e que outros colegas, imitando a rebelião na França, chamaram de universidade crítica.

Essa germinação de idéias, muito generosa, acabou sendo cortada pela instauração da Junta Militar. A instauração da Junta Militar acabou com todos os pruridos legais da ditadura, e o AI-5 tomou conta da situação. Antes prenderam os professores — eu estive entre os professores presos em 1964 —, depois os soltaram. Nos submeteram a um processo na Justiça Militar, foram absolvidos nesse processo, depois de uma longa tramitação. Mas a Junta Militar desconsiderou esse fato e impôs a punição dos professores, excluindo-os da Universidade de São Paulo, como excluiu de outras universidades. Só em Belo Horizonte, Minas Gerais, houve uma resistência a essa violência. Para que todos os presentes tenham uma idéia do que sucedeu, duas senhoras desconhecidas, duas matronas paulistas que pareciam dinossauros, num processo de desglacialização, se apresentaram ao Professor Eurípedes, propondo lecio-

nar Sociologia, no meu lugar, como um serviço que queriam prestar à sociedade brasileira. Por aí vocês vêm, verifica-se que se trata de coroar um avanço, e que o resto da sociedade, em certos setores das elites, repelia. Fomos longe demais e tínhamos de pagar a conta. Mas fomos longe demais sem ter ido tão longe. Essa é a lição que temos de tomar de uma crise que iria desdobrar-se posteriormente, na luta do Governo que se estabelece, pelo controle da inteligência no Brasil, pelo controle da pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Professor Florestan, não queremos, absolutamente, limitar o seu tempo, e por isso mesmo vou pedir licença para me afastar desta reunião em função de ser o Relator da matéria que deverá ir à votação neste instante.

Passo a Presidência ao Senador João Calmon, que vai também fazer este papel de Presidente, e é o Relator, desculpando-me, mas tenho de estar presente desde o início da reunião. Não quero, em absoluto, que se estabeleça qualquer limite de tempo, até porque não fizemos isto com nenhum dos outros depoentes.

O SR. FLORESTAN FERNANDES - Deputado Eraldo Tinoco, senti-me muito honrado com sua presença, e fico muito satisfeito que o meu amigo, Senador João Calmon, seja o condutor final desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Obrigado.

O SR. FLORESTAN FERNANDES — Temos de pensar na nossa crise mais profunda em termos desse passado recente. Eu coloquei em questão o passado remoto, mais antigo, o que vinculava a Portugal, a vinda da Corte, a instauração das escolas superiores e também o processo de formação da universidade em São Paulo.

Agora temos de tratar da crise no seu aspecto recente. Uma crise que foi desastrosamente provocada por inexperiência. Devo dizer que o trabalho feito, por exemplo, na Universidade de São Paulo, nos ensinou algo importante. Com todas as dificuldades que tínhamos, porque o salário era baixo, porque o tempo integral não era universal, descobrimos que o tempo integral é a exigência fundamental do progresso do ensino, da pesquisa e de todas as funções da universidade. Mas eu queria dar um exemplo. Na cadeira de Sociologia I, realizamos a maior pesquisa sociológica que foi feita no Brasil até hoje, sem verbas especiais, nem de fundações estrangeiras, nem do Governo, pelo trabalho da equipe de professores, pela colaboração dos estudantes, pela colaboração dos negros e pela colaboração dos brancos que se interessaram pela pesquisa. Mas a grande lição que posso colher sociologicamente com o caso paulista é que se pode atingir um patamar de desenvolvimento institucional. Agora, para manter esse nível de desenvolvimento diferencial e continuar a crescer, é preciso que exista uma continuidade, que venha do aumento de investimento por parte do Estado, e da própria dedicação do corpo docente de pesquisadores.

Em nosso grupo de ensino de Sociologia, tivemos a primeira equipe de pesquisa criada formalmente no Brasil, junto às matérias de Ciências Sociais. Uma vez o professor Simão Mathias me disse: Florestan, vocês são felizes, porque vocês não precisam de verba; precisam, sim; de papel e lápis. Eu respondi: precisamos de papel e lápis da mesma maneira que vocês. Quando vocês entram na fase de elaboração do trabalho final, também recorrem ao papel e lápis. Nós também agíamos dessa forma. Agora, no levantamento de dados, precisamos de recursos humanos qualificados e meios para a pesquisa.

Criamos um centro de Sociologia Industrial e do Trabalho que foi naturalmente fechado pela ditadura militar. Surgiram outros centros de pesquisa na Universidade de São Paulo. Alguns foram fechados, outros sobreviveram de uma forma mesquinha, asfixiados. Mas a grande lição que tiramos foi que um país subdesenvolvido, com

seus próprios meios, pode produzir o avanço da pesquisa científica e do ensino, sem qualquer submissão ao patrocínio estrangeiro. Pode haver uma colaboração, pode haver, inclusive, uma contribuição estrangeira, mas não deve haver subalternização e submissão que acabe fixando o trabalho intelectual da universidade brasileira nos padrões das universidades estrangeiras, que não têm os nossos problemas.

Nos Estados Unidos, no Japão, na França e na Alemanha, seria difícil estudar problemas de desigualdade social, de miséria, como aqueles que estudamos na pesquisa sobre o negro.

Apesar do conflito racial nos Estados Unidos, a segregação racial, lá, assumiu outros padrões, apesar de a sociedade norte-americana viver dilemas coloniais que não foram absorvidos e que também não conseguimos superar.

Então, esta é uma lição: a Universidade de São Paulo não foi capaz de manter os ritmos de investimento necessários para que a universidade pudesse crescer continuamente. E não adianta falar em solução da crise enquanto não formos capazes de resolver esse dilema, que é a continuidade do crescimento do ensino, da pesquisa e da aplicação do conhecimento. Não vou voltar a esse tema, mas vou abordar o problema fundamental.

Quando estávamos tentando estabelecer padrões novos de organização da universidade, aquele que nascia da crítica à experiência paulista e o que nascia do esforço de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e que floresceu aqui em Brasília — ... e refiro-me ao padrão de organização de universidade — dois padrões que se conflitaram, mas colocaram-se como alternativa, e, se houvesse uma situação de debate mais prolongado, teríamos enriquecido a inovação institucional, no que diz respeito à universidade, ou seja, no modo de organização, expansão e diferenciação das funções da universidade.

Com o golpe militar e principalmente com a instauração da junta militar, o que ocorreu? A universidade foi submetida a uma reforma que não era aquela que os universitários queriam, nem a universidade de que o povo brasileiro necessitava. Era a universidade que nasceu da colaboração de alguns professores brasileiros com os técnicos norte-americanos que vieram colaborar naquele processo MEC-USAID.

Estabeleceram-se três grupos, que trabalharam com os modelos para o ensino fundamental, médio e superior.

Com cinco brasileiros e cinco norte-americanos surgiu a idéia, primeiro, de que o ensino é mercadoria e que no Brasil devíamos, no caso da universidade, cobrar o ensino, e tratá-lo juntamente com a instituição universidade como uma espécie de usina.

Esse foi o padrão aplicado ao setor privado.

As universidades que surgiram no setor privado com financiamento público adotaram o modelo da corporação e cresceram com recursos públicos e expropriação típica de uma sociedade capitalista que permitia uma expansão acelerada que iria reduzir, progressivamente, o espaço da escola pública. Esse espaço começou a ser reduzido com a Lei de Diretrizes e Bases aprovada em 62.

Em benefício da escola privada e da confessional, o espaço da escola pública começou a ser reduzido legalmente, graças a essa Lei de Diretrizes e Bases, que encontrou grande resistência pública. Mas ele acabou se acentuando posteriormente, e esse núcleo de especialistas, que tratava do ensino superior e da expansão da pesquisa, propôs inovações que não são propriamente aquelas que têm vigência nos Estados Unidos, mas são aquilo que os Estados Unidos querem para periferia. Nós, do Brasil, desejávamos outra coisa, porque criticávamos a colonização, e os alunos dos professores, franceses, alemães, italianos, portugueses, todos nós, como é o caso de Paulo Emílio de Sales Gomes, o meu próprio caso, falávamos que a descolonização não foi levada até o fim e até o fundo; e criticávamos, então, uma herança colonial que

não veio de Portugal, mas que vinha do padrão europeu e da sua instauração, no Brasil, sob influência direta dos professores europeus.

Esses professores nos colocaram na metade do século XX, juntamente com os professores norte-americanos. Mas, ao mesmo tempo, eles tinham uma concepção verdadeiramente colonial da sua função, a tal ponto que eu, por exemplo, que fiz curso de madureza e entrei na Universidade de São Paulo diretamente, num exame de habilitação, em 1941 vi-me constringido a assistir a um curso sobre Hegel, que durava um ano inteiro, lecionado em francês. Quer dizer, isso é não entender a situação brasileira, é pensar que o Brasil é parte da França e que nós, aqui, tínhamos as condições francesas e expansão do ensino superior. Esse professor era competente, de espírito crítico e estava discutindo Hegel.

Tínhamos que correr, estudar e trabalhar. Era uma anomalia.

Em seguida, nós iríamos sofrer um processo de colonização indireto, porque essas comissões MEC-USAID faziam sugestões ao Governo que, no caso do ensino superior, foram introduzidas em duas leis editadas pelo General Castello Branco, que praticamente direcionou a evolução posterior do ensino superior no Brasil.

Essa contra-reforma é discutida por mim no último capítulo do livro *A Universidade Brasileira — Reforma ou Revolução*. Tratava-se de uma verdadeira contra-reforma, ou uma anti-reforma, porque não correspondia àquilo que queríamos fazer e poderíamos realizar, mas àquilo que, de uma perspectiva conservadora, seria o ideal para uma sociedade do Terceiro Mundo, atrelada aos padrões culturais dominantes dos Estados Unidos.

Esse passo foi muito negativo, porque golpeou o primeiro movimento espontâneo na sociedade brasileira pela adaptação da universidade às nossas condições reais e a uma tentativa de inovação de dentro para fora da universidade brasileira.

A segunda medida negativa foi aquela tentativa que se mistificou sobre a idéia de que devíamos dar maior número de vagas, não deveríamos ter os números clausos. Antes a universidade brasileira estava sujeita aos números clausos. Eu, por exemplo, fiz concursos de habilitação na Faculdade de Filosofia. Havia 30 vagas e 29 candidatos, mas apenas 6 foram aprovados — inclusive eu. Portanto concebia-se o ensino como de alta qualidade.

Sobre a idéia de combater os números clausos e de democratizar as “oportunidades educacionais”, fez-se a inundação da universidade e abriu-se a universidade. O que se pretendia? O que estava por trás dessa mistificação? Era a tentativa de sufocar a rebelião dos jovens. Inundar a universidade, quebrar aquela resistência do jovem, tanto do estudante quanto do professor, e acabar com qualquer espírito crítico, com qualquer conflito de geração em busca de novos valores e de novas concepções.

Por fim, houve essa predominância, essa supervalorização do ensino privado. Identificou-se no ensino superior, como se fez em todo o mundo, pelas pesquisas feitas nos Estados Unidos, os fatores das revoluções na periferia. Descobriram que havia sociedades nas quais os militares poderiam ser os líderes revolucionários. Havia outras sociedades nas quais a revolução estava ligada à inquietação estudantil e ao ensino. Fizeram ainda outras descobertas. O caso brasileiro localizou a resistência à dominação estrangeira e o processo de inovação com a influência da escola pública. Portanto, era preciso restringir o espaço ocupado pela escola pública, dar homogeneidade, hegemonia à escola privada e criar uma mentalidade de “cidadão responsável” naqueles estudantes que tinham condições financeiras de frequentar a escola paga.

Dai essa grande expansão do ensino superior, que nem sempre esteve vinculado ao padrão de universidade, porque se fomentou muito a escola superior isolada. Ao analisar os dados estatísticos, constata-se que realmente a grande parte do ensino superior é ocupada pela escola privada isolada, que é a escola que trafica muito mais o ensino como mercadoria. Ao mesmo tempo, procurou-se expandir a universidade

paga, a universidade que adquiria empréstimos do poder público, empréstimos de pai para filho, que iriam ser pagos a longo prazo, com juros módicos, praticando um processo de acumulação de capital altamente acelerado.

Então, nesse ponto temos fatores de crise: as duas modalidades de reforma universitária, uma ligada às lutas em São Paulo pelos jovens que queriam a universidade crítica ou a universidade plurifuncional, outra com o modelo da Universidade de Brasília, que nascia de uma influência que tinha raízes norte-americanas. Atcom, por exemplo, colaborou com o grupo de Anísio Teixeira, e não se pode negar que ele deixou uma marca na concepção da universidade que se implantou em Brasília. Ele esteve em Concepción, primeiro, depois veio para cá. É claro que Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e o grupo com que eles trabalhavam inseriram tudo isso em uma perspectiva mais ampla, mas, de qualquer maneira, havia um germe norte-americano ali.

O importante é que, no momento em que a reforma universitária se desencadeava como processo histórico, foi tolhida, sufocada pela ditadura militar e condicionada por um processo de burocratização da carreira que os militares impõem no fim de 68, início de 69.

Havia muito de importante e positivo na contribuição dos militares, não se pode negar isso. Não vêm especialistas norte-americanos e especialistas brasileiros de alta qualidade trabalhar em conjunto à toa.

A avaliação, os custos, a racionalidade, tudo isso é posto em questão neste momento. Mas não é posta em questão a necessidade de se criar uma universidade que, posteriormente, será defendida pela ANDES. Sob controle militar, a ANDES acabou desempenhando uma papel de expandir a crítica ao processo existente de ossificação da universidade brasileira e a tentativa de defender valores novos, idéias novas para uma inovação mais profunda.

Não tenho tempo — já abuscí do tempo...

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Ninguém teria coragem de limitar o seu tempo, mestre.

O SR. FLORESTAN FERNANDES — Agradeço ao Professor João Calmon — no Rio é chamado Professor Calmon devido à proximidade que existe entre S. Ex^a e nós todos.

Mas há fatores recentes que estão ligados à crise da ditadura.

A crise da ditadura, não superada, teve raízes econômicas, culturais e políticas. A Nova República e o chamado Brasil Novo são transições com a ditadura. É a continuidade da transição lenta, gradual e segura. Portanto, não conseguimos dar um salto qualitativo; ou seja, implantar, no Brasil, uma democracia fundada nos ideais da Constituição de 1988. Foi muito difícil chegar ao consenso que produziu essa Constituição, que, pela primeira vez na história do Brasil, deu um espaço tão grande à Educação.

E aqui o Senador João Calmon teve o seu papel, porque S. Ex^a foi o Relator da Subcomissão de Educação, quando procurou aproveitar a oportunidade de juntar influências díspares.

Hoje a universidade se debate com o dilema profundo, que vem da nossa situação histórica peculiar: a desigualdade de desenvolvimento. Existem regiões desiguais, desigualdade racial e pessoas que são desiguais por causa de sua condição racial. Há desigualdade social muito profunda numa sociedade que manteve o trabalho escravo até o fim do século XIX. Todas essas desigualdades criaram entraves e obrigam a universidade a um diálogo com a sociedade brasileira, que não é o mesmo da universidade européia ou da universidade norte-americana ou da universidade japonesa.

Temos que resolver problemas que vêm do passado remoto e recente e temos que resolver problemas que surgem no presente e que apontam para o futuro. Mas não estamos fazendo nenhuma dessas coisas a contento.

Os dilemas que vieram do passado, nós queremos jogar embaixo do tapete. Isso significa estagnação. Os problemas que emergem do fato de não termos tido uma verdadeira derrubada do regime militar, de o regime militar ter sido o árbitro da transição, esses dilemas são graves, são entraves, e eles se refletem na universidade.

Pela primeira vez, a universidade conheceu uma fiscalização interna que foi incorporada à universidade pela ditadura militar. Criou-se, dentro da universidade, um fortalecimento daquela mentalidade elitista do passado, antiuniversitária. Dei o exemplo da Faculdade de Medicina. Defender a punição dos colegas é uma atitude antiuniversitária; defender na universidade, não a autonomia da universidade, não a liberdade de ensino e de cátedra, mas a sociedade dos privilegiados. Não podemos jogar tudo embaixo do tapete, pois isso representa a estagnação. Por outro lado, temos a necessidade de criar uma sociedade nova, que rompa com o passado. Essa ruptura não ocorreu porque o movimento das "Diretas já" foi traído, porque surgiu uma conciliação das elites que nos lançou nesse processo de estabilização histórica e que significa contemporização. Não pode haver nenhuma solução de uma crise dentro da contemporização. A contemporização significa a continuidade da crise, o seu aprofundamento. Hoje, as exigências que se colocam para nós vêm das necessidades impostas por todas essas desigualdades que eu mencionei, e pela necessidade de que o Brasil seja capaz de absorver esse padrão de civilização pós-industrial, como é chamada, com autonomia, com capacidade de lastrear uma nova civilização nos trópicos e que não seja a herança de Portugal, que não seja a herança dos Estados Unidos, seja produto da criação interior do nosso País. Capacidade de fazer isso, a universidade já comprovou que temos. O grande valor de toda essa evolução da universidade está nisso, nós provamos que somos capazes de expandir um ensino de alta qualidade, o ensino de qualidade média e o de qualidade básica. Ao mesmo tempo, somos capazes de criar um conhecimento original susceptível de utilização na área da aplicação e na área da tecnologia.

Aí vêm desafios que exigem recursos humanos, que exigem recursos intelectuais e que exigem recursos financeiros, que a sociedade brasileira não quer alocar na universidade; ela quer alocar diretamente na esfera de atividade da iniciativa privada. Nesse caso, a iniciativa privada vai continuar a parasitar sobre a riqueza da nação, apropriando-se de recursos que deveriam ser usados também para a iniciativa privada, mas não somente para ela. E quando falo em iniciativa privada, não falo só no ensino; falo na indústria, na agricultura, nos serviços, em todas as esferas da economia e da sociedade.

Temos de dar um salto qualitativo na História. Essa idéia de que o neoliberalismo vai nos pôr de pára-quebras no Primeiro Mundo é uma ilusão. Ninguém deseja de pára-quebras no Primeiro Mundo. Temos de criar uma sociedade livre, uma sociedade de homens livres e iguais. Temos de abrir a universidade para os de baixo.

Anísio Teixeira falou que a escola não é privilégio e hoje essa noção deve ser estendida ao ensino médio e ao ensino superior. O ensino médio não é privilégio e o ensino superior não é privilégio. O excluído está exigindo sua presença na universidade. Ele está pagando por essa presença hoje. Se os senhores forem ao ABC, verão que a maioria dos estudantes são trabalhadores ou filhos de trabalhadores que, à noite, freqüentam cursos de segunda qualidade, iludidos pela idéia de que estão fazendo cursos qualificados, cursos que lhes permitirão deixar de ser filhos de operários, que lhes darão condição de cidadão pleno na sociedade brasileira, o que não está acontecendo.

Por fim, há um último ponto que tenho de mencionar: neste momento de reflexão negativa sobre o socialismo, não podemos pensar que o socialismo está morto. Se pensarmos que o socialismo está morto, pensaremos também que a civilização ocidental está morrendo. Por quê? Porque foi a sociedade industrial que associou o grande avanço da ciência e da tecnologia ao maior índice de barbárie. Basta ver o que aconteceu na Inglaterra sob o governo da Primeira-Ministra Margaret Thatcher; basta ver o que aconteceu nos Estados Unidos com o Governo Reagan; basta ver a explosão que está ocorrendo na sociedade americana e na sociedade inglesa.

O neoliberalismo pode ser muito bom para o mercado, pode ser muito bom para a expansão da indústria, mas é negativo para a revolução cultural, para a igualdade entre os seres humanos, para a democracia da maioria.

A universidade tem um papel muito profundo no desenvolvimento do socialismo, porque não queremos um socialismo com barbárie, um socialismo que nasça dos problemas que o capitalismo está nos legando. Queremos um socialismo com liberdade, aquele socialismo que floresceu na idéia dos grandes pioneiros do anarquismo, do socialismo, do comunismo no século XVIII e que herdaram os valores dos utopistas de eras anteriores. Por isso, a universidade tem um papel muito amplo a cumprir, que transcende os limites do capitalismo, transcende os limites do nosso subdesenvolvimento relativo e transcende a crise da universidade brasileira. Por isso fiquei muito contente de vir aqui para defender essas idéias e mostrar que a universidade brasileira está viva e vai ser um dos fatores da renovação cultural, não só do Brasil, mas da humanidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Vamos dar a palavra agora aos Parlamentares inscritos. Mas antes de fazê-lo eu gostaria de me congratular com os mestres que aqui falaram, o Professor Florestan Fernandes, o Professor Jacques Veloso, e com esse final realmente antológico: a universidade está viva e o socialismo não morreu. Essa também é a nossa crença.

Dou a palavra ao nobre Deputado Raul Pont.

O SR. RAUL PONT — Vou dar preferência à Deputada Maria Luiza, porque ela tem um compromisso na outra CPI. Passo a minha inscrição para o segundo lugar.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra a nobre Deputada e Professora Maria Luiza Fontenele.

A SRA. MARIA LUIZA FONTENELE — Sr. Presidente em exercício da CPI, estamos, neste momento, com três Comissões no Parlamento que revelam exatamente a ameaça que pesa sobre o Brasil: uma CPI da Ciência e Tecnologia; esta, sobre a universidade; e a outra, sobre o Processo de esterilização das mulheres.

Parece que nada tem a ver uma com a outra, mas acredito que hoje há um esforço em eliminar o nascimento, seja de seres humanos, seja de idéias críticas, e, portanto, quero também me congratular com o Professor Florestan Fernandes, não só por toda a sua fala, mas pela máxima final, ou seja, que a universidade vive e o socialismo não morreu. Mas há um esforço grande para eliminar os dois; eliminar a possibilidade do exercício e do pensar sociológico e universitário da Ciência.

Quero dizer da preocupação que externei ontem, na Comissão de Educação, sobre o Projeto Minha Gente; aliás, já dizia o Professor Florestan Fernandes que ele nascia com um pouco do ar demagógico do Governo Collor. Esse projeto dispõe de uma quantidade de recursos que é mais do que 1/3 do que está destinado ao funcionamento de todo o setor universitário no Brasil, e superior aos recursos destinados para a área de Ciência e Tecnologia. Foram destinados, no orçamento, 34 bilhões de cruzeiros para a Ciência e, segundo informações do Governo, esse dinheiro será reduzido a

19 bilhões de cruzeiros, enquanto para o Projeto *Minha Gente* há 1 bilhão e 300 milhões de dólares.

Coloco essa informação em primeiro plano e, como consequência dela, pergunto como podemos fazer desenvolver todo um processo dentro da universidade, que é não só de divulgação do saber, de transmissão do saber, mas também da produção da Ciência, sem dispormos de recursos. E mais: há essa outra tendência, muito forte, que o Deputado Florestan aqui mencionou, que acredito ser uma das questões mais graves do momento. É exatamente o fato de os acordos sempre serem de elite — e há não só um acordo de elites que permanece, mantendo interesses estranhos ao Brasil, portanto a uma ciência nossa e a um saber nosso — e de haver uma tentativa cada vez maior da domesticação dos que tentam fazer diferente. Contemporizar com o que está posto é uma das questões mais graves do momento. E isso se faz sentir de forma gritante no que se refere à Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Um projeto que foi gestado e quase chegou a ser gente na gestão passada, é um natimorto hoje. Como está sendo difícil tornar esse projeto uma realidade!

Eu gostaria de externar minha indignação, porque, ontem, quando coloquei essas indagações para o Ministro, S. Ex.^a fez ouvido de mercador. E dizer também que a tarefa para os que insistem em defender a educação pública deste País, em defender a universidade e uma ciência realmente nossa, um saber nosso, é uma tarefa grandiosa. E estou aqui para dizer-lhes que não esmoreçamos.

Infelizmente, não ouvi a exposição anterior e não conheço o palestrante como conheço o Professor Florestan Fernandes e o Senador João Calmon, mas diria a esses dois baluartes da educação no Brasil que não esmoreçam. Não temos ainda a mesma trajetória dos senhores, nós que integramos a Anules, nós que estamos na batalha pelo projeto da LDB ainda temos muito a aprender. Queremos dizer-lhes que o momento é tão grave que aqueles que deram muito de si numa trajetória de experiência de vida, ainda têm que fazê-lo por muito mais tempo. São pessoas cujo testemunho sustenta essa perspectiva de acreditar na possibilidade da realização do novo e de um projeto que até hoje não existia no Brasil. Todas as tentativas, seja em São Paulo ou em Brasília, foram abortadas.

Não existe até hoje realmente um projeto de educação para o Brasil, não existe até hoje um programa que vise priorizar a Educação como um fator preponderante, prioritário, podemos dizer, para nos levar no mais curto espaço de tempo ao primeiro mundo. Mas não vamos tergiversar muito. Vou me ater somente ao seu depoimento, tanto no que se refere à autonomia propriamente dita, quanto àquilo que foi, de passagem, citado sobre os processos de escolha da direção, o problema da gestão democrática, que, em seu pronunciamento, aparece como a necessidade de se trabalhar tanto o processo eletivo como uma representação mais ampla, que responda, também, à relação de forças nas instâncias representativas da sociedade, Congresso, Assembleias Legislativas, e assim por diante.

Em relação ao aspecto mais geral — o Senhor deve ser conhecedor, trabalhou muito na LDB, deve estar acompanhando — tramita no Congresso uma emenda constitucional no sentido de dar — ao menos essa é pretensão do projeto — às universidades uma maior autonomia.

Em contrapartida, o projeto original estabelecia uma parcela fixa do orçamento público, que seria repassada a essas instituições, mantendo encargos, como os dos inativos, fazendo com que isso se transforme, estabelecendo também um novo regime jurídico, onde a universidade passaria a ser um novo ente, que não seria regido nem pelo novo regime único, nem seria uma S/A, nem seria uma fundação. Enfim, seria algo singular que, no projeto, não está muito claro. Não há essa discriminação dentro do projeto, mas gostaríamos de ouvir qual é a sua opinião sobre essas idéias da emenda constitucional enviada pelo Poder Executivo; e também como se poderia.

garantido um avanço democrático nas universidades públicas, trabalhar com essa idéia de critérios eletivos e critérios de resguardo de uma representação mais ampla, para que a universidade não fique em algo meramente corporativo, ou fechado, alheio à sociedade. Se tiver possibilidade, também, em relação aos critérios de ingresso na universidade.

Eu, particularmente, tenho insistido com nossos depoentes, nesta Comissão, para que tenhamos o maior número de opiniões, informações, dados sobre esses elementos, que são matérias que teremos que votar, aqui, na Comissão de Educação e no plenário, diante de um curto espaço de tempo. É sempre importante ouvir os especialistas na área, conhecedores que são desses setores de uma maneira especializada.

Sobre a questão do ingresso na universidade, tramita aqui um projeto sobre a criação de mecanismos de seleção econômica, para garantir que os mais pobres e aqueles cujas famílias não têm uma renda superior ou razoável possam entrar na universidade; a eles estaria garantida uma espécie de privilégio no processo de seleção, via mecanismo da apresentação de declarações de renda do patrimônio da sua família, privilegiando, portanto, o ingresso dessas pessoas na universidade pública.

Tivemos o depoimento de outras pessoas. O Reitor Lobo se manifestou sobre isso, o Professor Cristóvam Buarque também. Gostaríamos de ouvi-lo sobre os temas: os critérios de ingresso e a gestão democrática. E qual a sua opinião sobre a autonomia proposta pelo Governo, através dessa última emenda constitucional.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao professor Jacques Veloso.

O SR. RAUL PONT — Se o Professor Florestan Fernandes quiser se manifestar sobre isso, gostaríamos também de ouvi-lo.

O SR. FLORESTAN FERNANDES — Vou deixar com o professor Jacques, porque ele é muito competente para tratar disso.

Agora, o que eu queria ressaltar é que no Projeto de Diretrizes e Bases havia um artigo, no qual estava dito que os alunos destituídos de recursos podem receber bolsas do Poder Público...

O SR. RAUL PONT — Mas é diferente, não é o problema da situação do carente.

O SR. FLORESTAN FERNANDES — É totalmente aberto, fica aberto.

A minha sugestão não era para colocar, mas sofri uma decepção quando vi que o Jorge Hage tinha feito aquilo, porque havíamos combinado de colocar esse dispositivo em outra parte do projeto. Mas S. Ex.^a colocou no projeto de lei e, então, todo o estudante pobre teria essa garantia de receber uma bolsa de estudos do Poder Público.

O SR. RAUL PONT — O projeto que está aí é um outro projeto de lei ordinária, de um outro Deputado que está na Comissão de Educação, onde a proposta é um pouco diferente. A proposta é a de que a seleção, o vestibular, tenha uma preliminar, onde haveria um privilégio, se é que pode se dizer um privilégio, mas a preferência para pessoas de baixa renda, para a realização do vestibular. Não é a possibilidade do carente requerer a bolsa após ingressar. É, antes do ingresso, no próprio vestibular, haver uma seleção prévia, onde o número "x" de vagas, por exemplo, seria garantido para essas pessoas e as outras vagas seriam disputadas.

É um projeto que está na Comissão do Trabalho e cuja idéia básica é essa; a de trabalhar com uma seleção prévia dos candidatos, não daqueles que já passaram no vestibular e, como carentes, podem requerer bolsa. É o que existe hoje, as universidades federais mantêm esse sistema de bolsas.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao professor Jacques Veloso.

O SR. JACQUES VELOSO — Muito obrigado.

Vou começar pela última questão, mais específica, pois as outras são mais genéricas. Mas essa também tem raízes, mais amplas do que à primeira vista podemos supor.

O vestibular, sabemos que é altamente seletivo, porque a sociedade é altamente seletiva. O vestibular reafirma as desigualdades, porque a sociedade é extremamente desigual.

Qualquer medida tomada de forma a democratizar, digamos assim, o acesso ao, nível superior, via vestibular, teria efeitos muito limitados.

A maior democratização do vestibular é a distribuição de renda. Este deve ser o nosso ponto de partida. A maior democratização do vestibular é uma sociedade mais igual, mais justa, socialmente. A maior democratização do vestibular é um bom ensino de primeiro grau, um bom ensino público de primeiro grau, um bom ensino público de segundo grau.

Este é o caminho da aceleração democrática, ou democratizante, do ensino superior.

Esse deve ser o nosso ponto de partida. Toda e qualquer outra medida será sempre paliativa, o que significa que não devemos contemplá-las também.

No caso, por exemplo, dos mecanismos de seleção que permitam, por exemplo, a definição de quotas para estudantes pobres, é preciso ter em conta duas coisas: em primeiro lugar que, qualquer sistema de quotas sempre abarcará um universo bastante restrito, porque são pouquíssimos que conseguem chegar — pobres, trabalhadores — à universidade. A seleção se faz previamente, como sabemos, no primeiro grau e depois no segundo grau.

Se um sistema como esse vier a ser implantado, creio que duas medidas concomitantes precisam ser adotadas: em primeiro lugar, o vestibular é uma questão também de autonomia universitária. Se não temos condições de absorver na universidade todos que pleiteiam o seu ingresso, se é preciso que continuem a existir algumas formas de seleção, é preciso também que essa seleção seja deixada cada vez mais a critério das universidades.

Experiências diversas têm sido conduzidas dentro do âmbito estrito das limitações hoje impostas às universidades, e algumas delas são muito promissoras. Fiz menção breve a algumas delas aqui, numa tentativa de introdução de critérios diferentes, que não seja apenas o uso de múltipla escolha, ou seja, de critérios diversos daqueles que levam os cursinhos de vestibulares a prepararem para o adestramento e não para melhorarem a formação do estudante.

Então, é preciso que qualquer mudança no sistema do vestibular seja feita paralelamente à concessão da verdadeira autonomia que as universidades precisam de ter, de tal forma que experiências diversas possam ser conduzidas, não só para que conheçamos melhor os possíveis resultados de diferentes experiências como para que elas possam refletir também diferenças regionais que são tão grandes em nosso País. E, em segundo lugar, um sistema de quotas só pode ser estabelecido, a propósito da lembrança do Deputado Florestan Fernandes, só pode ser estabelecido se duas outras questões forem tratadas de forma adequada. Primeiro, mecanismos de recuperação acadêmica nas universidades que precisam ser também estabelecidos; os mecanismos de manutenção econômica, financeira, do estudante mais pobre, quando este ingressar na universidade por um sistema de quotas.

Em outras palavras, o que quero dizer é que hoje, cada vez mais, observa-se uma crescente dificuldade dos jovens que chegam à universidade de enfrentar adequa-

damente os requisitos de um bom padrão de ensino, de um bom padrão acadêmico. Certamente, os jovens que ingressaram pelo sistema de quotas enfrentarão dificuldades ainda maiores. Deixá-los na universidade à mercê do percurso usual que seguem os demais jovens é querer que eles fracassem logo e de forma muito flagrante. É necessário, portanto, que haja mecanismo de fortalecimento e de recuperação da formação desses jovens que entrem por um sistema de quotas.

Por outro lado, vale a pena insistir, mais uma vez, que é indispensável, também, o sistema de bolsas de estudo para a manutenção do jovem trabalhador, instituída para que ele acompanhe o curso, que tenha condições econômicas, materiais de acompanhar um curso de nível superior. Acho que essas são as considerações que eu tenho a fazer a propósito do sistema de quotas.

Quanto à questão da autonomia dos processos de escolha e de gestão democrática em relação à LDB, em relação à emenda constitucional que tramitou aqui e no momento está parada — A autonomia universitária é algo bastante difícil de ser definido, em termos conceituais. Eu acho que vale a pena, mais uma vez, tentar recuperar algumas palavras que eu disse há pouco, ainda que introdutórias ao tema, no sentido de que a universidade, em especial a universidade pública, tem que ser protegida da ingerência indevida do Estado, de partidos políticos, de grupos ou segmentos quaisquer da sociedade, empresas, sindicatos, mas, ao mesmo tempo, não pode se isolar desses diversos setores sociais, junto aos quais ela deve atuar e que, afinal de contas, a mantém. A autonomia, portanto, para mim, é uma linha divisória muito tênue e difícil de definir, de forma abstrata entre as interferências indevidas e o atendimento às demandas da sociedade como um todo. A autonomia precisa, para que possa vir a ser colocada em prática, de legislação que a defina em termos de falta da conquista da autonomia, que se constrói no dia-a-dia, e não a partir de uma lei ou de qualquer atitude ou de qualquer comportamento isolado num dado momento no tempo.

Os processos de escolha dos dirigentes devem ser, dentro do conceito de autonomia que defendo, matéria própria de cada instituição.

Como disse há pouco, não há como definirmos, *a priori* se esse ou aquele processo é melhor. Podemos definir alguns parâmetros para esse ou aquele processo, e esse parâmetro, adequadamente no projeto da LDB, que vem desde 1990, ao qual se referiu a Deputada Maria Lúza Fontenelle. O critério geral é o de que os docentes tenham a seu cargo, tenham uma dominância nos processos de escolha dos dirigentes dentro de cada universidade.

Eu não iria além dessa definição em matéria do que devem ser os critérios de representação na escolha dos dirigentes adequados em cada instituição. O Deputado Raul Pont menciona também o risco de que a universidade se isole da sociedade. De que maneira poder-se-ia prever definições de tal modo que facilitassem a articulação da universidade com a sociedade? No que respeita à gestão e à composição de órgãos colegiados das universidades, uma das propostas freqüentemente mencionadas tem sido a de que façam parte de órgãos colegiados das universidades, representantes de diversos setores da sociedade. Essa é uma questão extremamente complexa e de difícil definição *a priori*. Creio, também, que cada universidade deve definir os seus próprios rumos e experimentar os seus próprios rumos a esse respeito.

Duas questões, entretanto, devem ficar claras desde o início, no meu entender.

A primeira delas é a de que os representantes do que se convencionou chamar de comunidade externa, a instituição, podem, de fato, contribuir para facilitar a interação da universidade com a sociedade. Entretanto, esses representantes, a meu ver, só têm sentido em órgãos superiores da universidade como, por exemplo, o conselho curador, como por exemplo, algum órgão — que isso não existe em certas instituições. Podem vir a ser criadas, mas que não cuide, órgão esse que não esteja envolvido com o dia-a-dia da instituição. Não vejo, por exemplo, qualquer sentido na inclusão

de representante da comunidade externa junto ao conselho universitário, e discute matérias de política da instituição e discute matérias do dia-a-dia da instituição também, pelo menos no que respeita às grandes diretrizes.

A maior parte das questões que discutem dentro da universidade na sua gestão, são questões que, embora tenham um fundo político e fundo social e, sem dúvida, um fundo econômico também, são matérias que estão estreitamente vinculadas questões de ordem acadêmica. E nesse aspecto, os docentes são, sem dúvida, as pessoas, os profissionais mais qualificados a encaminhar adequadamente essas questões. Com isso estou querendo dizer que representação externa em órgãos superiores da universidade tem algum sentido sim, e pode contribuir, eventualmente, de maneira a facilitar a interação da universidade com a sociedade, mas essa representação deve estar presente em órgãos que não aqueles como o conselho universitário que, certamente, não outros como os que vêm em nível hierarquicamente superior ao conselho universitário.

A emenda constitucional, que há pouco foi apresentada, acena na direção correta. Tudo isso estava previsto já no substitutivo de LDB, aprovado na Comissão de Educação, em 1990.

Outras questões em aberto. Por exemplo, que cria uma figura jurídica específica, denominada universidade. A universidade pública não tem como enquadrar-se na figura da autarquia nem na figura da fundação, como hoje está enquadrada, justamente porque esse enquadramento define amarras que tolhem a sua gestão e, portanto, impedem uma busca da eficácia, da eficiência e do melhor cumprimento das suas finalidades. Portanto, a criação de uma universidade, já prevista no substitutivo a que eu me referi, é uma direção correta a ser seguida. Outra direção correta para a qual acena essa emenda é a percentagem fixa do orçamento para as universidades públicas. Temos aqui uma dificuldade técnica que merece ser mencionada e que foi superada na sugestão que fez a SBPC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ao Relator da matéria, Deputado Ney Lopes, e a dificuldade técnica é a seguinte: não podemos definir um percentual fixo de um orçamento que é um todo, percentual destinado à universidade, quando esta parte da universidade compõe o próprio todo sobre o qual vai se estabelecer o percentual. Ou seja, o orçamento só é definido finalmente quando é definida a parcela que cabe às universidades e também ao primeiro e ao segundo grau. Não há como, portanto, dizer que a universidade receberá uma parcela fixa do orçamento. Existe aí um equívoco técnico que precisa ser sanado. Há duas alternativas a essa questão: uma delas pede que se atribua às universidades um coeficiente, enfim, uma proporção do que se atribui aos demais níveis de ensino no orçamento, ao primeiro e segundo graus. Vamos definir inicialmente o que vai ser melhor para primeiro e segundo graus, e sobre esse subtotal um percentual 50%. Outra solução, a meu ver, mais apropriada, e foi aquela aceita pela SBPC, tendo eu contribuído, me orgulho disso, nesse sentido, é a de que um percentual das receitas de impostos seja atribuída à universidade. Quer dizer, os impostos são muito mais estáveis do que o orçamento, sabemos disso, até por isso a vinculação, proposta pelo Senador João Calmon, há tempos atrás e hoje incorporada na nova Constituição, é por isso que ela tem tanta importância. Então, nesse caso, o procedimento correto seria atribuir, ou melhor, definir uma percentagem dos recursos de impostos destinados à modernização e desenvolvimento do ensino para a cobertura das despesas das universidades. Parece-me que o texto final da emenda constitucional, a última versão do texto contemplava essa alteração.

Fica em aberto, como lembrou o nobre Deputado, a questão dos inativos. Não faz sentido que incluamos nas despesas de manutenção do desenvolvimento de ensino para os inativos, pois que não contribuem mais, embora possam tê-lo feito no passado, nem para manutenção e nem para o desenvolvimento do nosso tema educacional.

Em resumo, a emenda acena para o sentido correto. A questão que fica em aberto é: empenhamo-nos em aprovar essa emenda já, antes do projeto de LDB, ou seria mais conveniente incorporá-la desde logo, ao projeto de LDB? Alguns preferiram, já que acenava na direção correta, empenhar-se por essa aprovação de imediato. Creio que se caminhamos nessa direção é necessário que a aperfeiçoemos, de acordo com os termos do Projeto de LDB, do substitutivo aprovado em 1990, e mais, que tenhamos de imediato uma legislação que venha a regulamentar essa emenda, a fim de que ela não tenha efeitos negativos. Essa emenda deixaria as portas abertas — algumas das quais foram aqui mencionadas — que podem, ao invés de beneficiar o avanço do ensino superior público, podem vir a prejudicar esse avanço.

Eram essas as considerações que desejava fazer.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Em virtude do adiantado da hora, como Relator, acumulando as funções de Presidente, limitar-me-ei a um breve comentário que se inicia com a afirmação do mestre dos mestres, Deputado Florestan Fernandes: “O socialismo não morreu e a universidade está viva”. Estou ouvindo hoje o 24º depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Crise na Universidade Brasileira. Concordo inteiramente com a sua afirmação de que o socialismo não morreu, basta ver no mapa mundial, ainda há países socialistas e, mesmo nos países capitalistas, ainda há partidos socialistas atuantes, combativos. Em relação à universidade, evidentemente, não diria que ela está viva em toda a sua plenitude, ela está exangue. Ao longo de mais de 25 depoimentos chegamos a essa conclusão. Sabemos que o orçamento da República, os orçamentos em geral, são mera ficção. São leis autorizativas: O Poder Executivo não se julga no dever de cumpri-las integralmente, fica a critério de um segmento do Governo, que é o Ministério da Economia, ou da Secretaria da Fazenda.

O que ouvimos ao longo dos depoimentos realmente é dramático. Não diria que não vejo nenhuma luz no fundo do túnel, creio que há ainda uma luz, mas não esplendorosa, integralmente animadora. Nesses primeiros meses do ano, de acordo com algumas informações de depoentes que aqui compareceram — não diria o Ministério da Educação, mas o da Economia — só se liberou verbas para as universidades em torno de 9 a 10% os recursos que constam do orçamento.

Só vejo como tentativa válida de garantir a sobrevivência da universidade pública brasileira, se for adotada a inspiração paulista: lá, já há alguns anos, foi tomada a decisão de destinar o percentual do ICMS para a manutenção das universidades. Esse dinheiro vai diretamente sem nenhum desvio — creio que sim — para os cofres das universidades estaduais de excelente nível. Se não adotarmos o modelo paulista, será inevitável o colapso das universidades, provavelmente até o fim deste ano. O que tenho ouvido e visto, ouvido aqui e visto no Brasil todo, inclusive no meu Estado natal, é algo dramático, chegando-se ao limiar do desespero.

Já na Bahia, há alguns anos, todos nos lembramos, os estudantes exigiam — tinham razões para isso — determinado preço para a refeição universitária. Como não conseguiram — obviamente os estudantes são jovens — decidiram quebrar e incendiar. Há 5 anos a Universidade Federal da Bahia não possui um restaurante universitário. No meu Estado, recentemente, há poucas semanas, os estudantes não concordaram com o aumento do preço da refeição. O reitor que foi eleito pela comunidade, em primeiro lugar queria aumentar, pelo menos, para adaptar-se um pouco às condições impostas pela inflação. Os estudantes reagiram — isso é normal nessa faixa etária — dramaticamente, pondo cadeados no portão de entrada da universidade: fecharam a universidade. Foi necessário o reitor recorrer ao mandado de segurança e, felizmente, depois de algumas semanas, os estudantes entraram num acordo e aceitaram, praticamente, o que o reitor acreditava indispensável, para não fechar o restaurante da universidade.

No resto do Brasil, os depoimentos que ouvimos aqui estão registrados, foram gravados e serão publicados e o mais assim dos membros desta Comissão. Deputado Raul Pont, ouviu todos os depoimentos. Parece-me fundamental, como medida de emergência, urgência urgentíssima a aprovação de alguma decisão que obriga o Governo Federal a seguir o exemplo inspirador de São Paulo. Não há como evitar esse *débacle* a curto prazo. E a situação se agrava com a nova iniciativa do Governo com o lançamento do Projeto dos CIACs. O Presidente da República lançou esse programa se fosse cumprido, asseguraria um lugar de relevo a S. Ex^a na área da educação, pelo menos de 1º grau, num projeto tão ambicioso. Mas faltou alguém, talvez, para fazer uma advertência.

No Governo do Presidente José Sarney foi lançado um programa, de que todos nos lembramos, PROTEC. Esse programa tinha uma finalidade de construir 200 novas escolas técnicas federais e agrotécnicas federais. Até agora, creio que não foram inauguradas ou concluídas 8, 9 ou 10%, no máximo. Todas as demais, ou estão abandonadas, ou num ritmo extremamente lento, e o Tesouro está sendo onerado pela correção monetária dos créditos das empreiteiras. Como a situação realmente é dramática, é necessário, às vezes, lançar mão da imaginação criadora, foi o caso do Ministro Adib Jatene que, corajosamente, denunciou que na sua área, por exemplo, o grande interesse é o das empreiteiras, ou seja, a construção de hospitais. Elas, inclusive, procuraram estabelecer mecanismos, às vezes não muito ortodoxos, para obtenção desses recursos orçamentários. S. Ex^a procurou os grandes bancos do País e os convenceu a pagar um imposto que eles não estavam recolhendo, se não me engano era o Finsocial. E, com essa demonstração de imaginação criadora, o Ministério conseguiu apenas Cr\$1 trilhão, para evitar o colapso da rede hospitalar neste País.

Ora, temos o problema do Protec, das escolas técnicas federais e agrotécnicas. Cada Parlamentar que foi eleito, obviamente está pressionando o Governo para obter liberação de verbas, sem dívida alguma.

Surgiu, um pouco antes, uma outra decisão... Tínhamos e temos escolas técnicas federais de excelente nível, como é o caso das universidades federais. Mas o Governo tomou uma decisão recente: transformar algumas escolas técnicas federais em Cefet, invadindo a área da universidade, hoje são escolas de 3º grau. No Rio surgiu o projeto do Governador, que agora está retomando os Cieps, e temos esse programa dos CIACs, sem a menor viabilidade, digo em termos de conclusão do projeto até o fim do Governo Collor. Até agora, salvo engano, foram inaugurados apenas 3, enquanto o plano é de 5 mil.

O SR. RAUL PONT — Ontem, no depoimento do Ministro Goldemberg, apesar da dotação inicial de US\$ 1 milhão de dólares, S. Ex^a declarou que já houve um contingenciamento, que agora tem o eufemístico nome de programação. Pela programação eles encolheram 35% e, daqueles 1.000 projetados para 1992, o Ministro pretende entregar menos de 300, com pretensões de chegar-se a 250 este ano. Enquanto isso, o preço do metro quadrado, que originalmente era de US\$ 280, já está em 340, e mesmo levando-se em conta que seria um contingenciamento que reduziria para US\$ 670 milhões para este ano, teríamos, na melhor das hipóteses, o custo de cada CIAC ampliado para mais de US\$ 2 milhões, quando a ideia original — ao menos do tempo do Ministro Alcega Guerra — é de que não iria ultrapassar US\$ 1 milhão. Agora, trabalha-se com projetos flexibilizados, aumentando-se um pouco mais o tamanho desses dados. Mas, esses dados, ontem foram passados no depoimento do Ministro, o que nos mostra que é um recurso — não tenho dúvida alguma — extremamente malversado, porque esse dinheiro na rede tradicional estaria, numa relação custo/benefício, muito melhor aplicado e, a longo prazo, com um rendimento muito maior. Tenho certeza que grande parte desses CIACs, não serão mantidos pelas prefeituras que estão fazendo os acordos. Uma coisa é o prefeito fazer o convênio

para ganhar prestígio, talvez votos, outra é manter o Ciac posteriormente, com médico, dentista, atendimento comunitário, como o projeto prevê. É completamente diferente o custo disso e uma escola tradicional. Entendo que esses prejuízos são impossíveis de mensurar-se neste momento. Caminhamos para um novo Protec, um novo Prenem

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Disse apenas o mais recente. V. Ex^{ta} ilustra com cifras recentes que ontem foram citadas pelo Ministro Goldemberg, que é, sem dúvida nenhuma, um educador de extraordinário valor. Apenas não resiste, não há capacidade para isso, aos apelos para acumular por um certo período o Ministério da Saúde; agora, por exemplo, a Secretaria do Meio Ambiente, e isso exige um tempo que não seja reduzido. Então, a situação é dramática, e falo porque tenho acompanhado e participado de todos esses debates e discussões.

Então, mestre dos mestres, tenho uma dúvida quanto à afirmação de que a universidade está viva, ela está no limiar de um *débacle*, porque a situação não está resolvida, pois não se resolve o problema da liberação de recursos, porque fica a critério de tecnocratas insensíveis do Ministério da Economia.

Não está resolvido o problema de salário, por exemplo, dos professores. Muitos deles estão se aposentando. Há evasão. A dedicação exclusiva é apenas uma aspiração, não uma realidade, porque se todos os professores fossem respeitar essa condição de professor de dedicação exclusiva, estariam exangues. Realmente o salário não permite que a pessoa se dedique apenas a uma função, que só tenha uma fonte de renda. Um outro problema que tem sido situado, e é grave, é até que ponto as universidades poderão resistir, desde que não consigam ficar com a responsabilidade do ônus das aposentadorias.

Como resistir, se as universidades não se livrarem desse ônus da aposentadoria após 25 anos de trabalho para as professoras e 30 anos de trabalho para os professores?

Então, só há uma maneira de a universidade resistir a isso, é se esse peso não entrar como o professor Jacques Veloso já salientou, com tanta propriedade — na área de responsabilidade das universidades, o pagamento das aposentadorias.

Outro problema, já que estou, à minha direita e à minha esquerda, com mestres eminentíssimos, até que ponto após as conquistas da Constituição cidadã — de acordo com as palavras do nosso Líder Ulysses Guimarães —, até que ponto as universidades e a educação em geral vão poder arcar com a responsabilidade direta, por exemplo, da licença-maternidade? Porque não existe, para surpresa minha, porque não sou professor, sou lutador da causa da Educação, e muito menos essa licença-paternidade, que aprovamos num momento de emoção ou de eclipse mental, não sei bem.

Então, esses problemas todos que estou citando são fatos concretos, recentes, foram decisões da Constituinte. Com tudo isso, se não for adotada a solução paulista para evitar a insensibilidade do tecnocrata, que não quer liberar recursos para as universidades, vamos enfrentar o problema de um colapso das universidades, provavelmente ainda este ano.

Não sei se estou usando aqui algum argumento *ad terrorismum* mas já ouvi aqui mais de vinte depoimentos, e realmente todos os reitores que por aqui passaram pintam um quadro tenebroso.

Nesta hora, se não houver sensibilidade do Governo para apoiar, em regime de emergência, uma mudança do sistema de financiamento da universidade, para que o dinheiro não fique a critério do tecnocrata frio, insensível, do Ministério da Economia, o colapso será inevitável.

Mas também esse colapso será inevitável se o Governo, que está com medidas paliativas, não decidir fazer a reforma fiscal. Não me canso de repetir, já disse aqui mais de uma vez: no Estado que teve a glória, a honra de ver nascer o mestre dos mestres, Florestan Fernandes, segundo confirmou a Ministra Zélia Cardoso de Mello,

a sonegação de impostos municipais, estaduais, federais e igual ao Orçamento Geral da República. Só em São Paulo.

Se montarmos dispositivos de arrecadação de impostos, poderemos resolver esse problema de sonegação. Mas sem a solução do problema da evasão fiscal, continuarão bem solução os problemas de educação, da saúde, dos salários de fome, dos salários ínfimos. Há seres humanos, que são da área do magistério também, que não são do Rio, nem de São Paulo, mas do Norte, do Nordeste, do interior, até do meu Estado, que ganham a metade ou 1/3 de um salário mínimo.

Quando estreou o nosso Senador Darcy Ribeiro, até lamentei que não tivesse havido pelo menos uma greve de protesto, durante um dia, contra essa sórdida, essa desumana exploração dos trabalhadores da educação. Por exemplo, no Nordeste, há um caso, que foi focalizado pelo *Jornal da Tarde*, verpertino do grupo do *Estado de S. Paulo*, de uma professora primária que ganha, por mês, a metade do que ganha, por hora, um operário da indústria automobilística de São Paulo, que não é nenhum marajá, sabidamente. E nada se faz para corrigir isso. O que se faz é plano ambicioso para termos edifícios de escolas do 1º grau dignas do Primeiro Mundo.

Por falar em Primeiro Mundo, na última viagem que fiz, entrei numa livraria e vi um título que me deixou traumatizado: "Uma Nação analfabeta". Eu estava nos Estados Unidos. A nação que se considerava analfabeta tem um nome, chama-se Estados Unidos da América. Então, ofereci-o ao Ministro Goldemberg, que o repassou ao professor Paulo Elpidio. "Uma Nação Analfabeta", em virtude das gravíssimas deficiências do ensino fundamental.

Comparar o ensino fundamental dos Estados Unidos como do Japão, equivale a comparar um país desenvolvido e um país da África, como esse que visitei há pouco, o Cameroon. Se bem que lá a situação é melhor do que a nossa: um pai que não colocar o seu filho na escola vai diretamente para a prisão, para a cadeia. Aqui, há meio século, temos Constituições que determinam que, quando o prefeito não destinar um percentual mínimo da receita de impostos para a educação, deve ser decretada a intervenção no Município. Decorreu meio século e esse dispositivo da Carta Magna jamais foi aplicado.

Então, na minha idade, obviamente já ultrapassei a média de vida do brasileiro, preocupo-me muito. Não são períodos remotos não, estamos sob ameaças iminentes. Se não forem tomadas algumas providências em relação a todas essas obras em andamento e várias delas abandonadas; se não houver uma revisão, que parece que começa ser feita, do programa dos Ciacs, se não se enfrentar, corajosamente, o problema angustioso das universidades públicas, não estou vendo fantasmas ao meio-dia, o pior pode acontecer. Não sei se esta é a opinião também do nobre depoente, do único parlamentar que está no plenário.

Não desejo prolongar a minha intervenção porque já é tarde, mas deixo aqui esta reflexão e deixo aqui, principalmente, esta indagação, essa idéia, pelo menos de um leigo — sou apenas um lutador da educação, não sou um professor —, de alguma coisa de emergência que possa, pelo menos, incluir a imitação do exemplo paulista. Se não, antes do fim deste ano vamos ver universidades federais fechadas, criando gravíssimos problemas para a educação e para o País em geral.

O SR. JACQUES VELOSO — Se o Senador me permitir, gostaria de fazer um esclarecimento sobre o caso paulista. A idéia de um imposto destinado à universidade foi uma solução. Essa idéia foi muito boa, acontece que os custos da universidade estão crescendo e esse imposto, com a crise econômica, está caindo. No momento em que o volume do imposto caiu, o Governador Quéricia incorporou ao sistema de ensino superior em São Paulo outras unidades. Quer dizer, comprou escolas privadas e incorporou ao sistema público. O que teve consequências negativas.

Em São Paulo, temos três sistemas de ensino: o da USP, o da Unicamp e o da Unesp. Esse sistema da Unesp não tem defesa, porque como ele é fragmentado, o Governo acaba tendo uma liberdade muito grande de comprar uma escola em Bauru, uma outra em outra cidade e incorporar as pequenas, o que acarreta despesas que estão sendo resolvidas porque os reitores procuram, entre eles, estabelecer mecanismos de compensação. Só que agora eles atingiram um limite no qual não há compensação possível, tanto que o movimento "SOS Universidades", que surgiu em São Paulo, não engloba só o sistema federal não; ele inclui o sistema federal e o sistema estadual de ensino superior.

Por isso, é preciso ter muito cuidado quando se elogia demais o que se faz em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Mas é muito melhor do que o sistema tradicional. Não é o ideal, mas é muito melhor.

O SR. JACQUES VELOSO — Realmente, é melhor.

Agora, a universidade está viva apesar disso tudo, porque ela vive em nós. Nós somos a universidade. Se entregarmos os pontos, aí realmente ela morre.

Conheço professores, estudantes, técnicos de educação, funcionários de infra-estrutura, eles têm de resistir.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — (Inaudível.)

O SR. JACQUES VELOSO — Mas algum dinheiro acaba entrando.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Não sei o que acontece no Rio Grande do Sul. Que percentual recebeu das verbas previstas no Orçamento essa peça de ficção que não é respeitada? O senhor tem idéia?

O SR. JACKSON VELOSO — Falei com um dos dirigentes, na área de pós-graduação e fui informado de que se trata de uma situação muito semelhante à que foi denunciada pela Reitora Vanessa Guimarães. Até o início de abril a universidade só havia recebido os salários. As verbas de custeio não haviam chegado. Talvez agora já tenha chegado uma quota-parte, mas é uma pequena parte que vem "pingada", a critério muito mais do Ministério da Economia do que do MEC.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Soube que na periferia da Cidade de São Paulo há cidades com 5, 6, 7, 8 e até 9 turnos nas escolas de primeiro grau. Quando afirmei que, de acordo com as informações da Professora Guilomar, eram 4 ou 5, houve uma tentativa de contestação pelo nosso Deputado Sólton Borges dos Reis. A Deputada Irma Passoni confirmou, porque foi professora de uma dessas escolinhas. Três dias depois, o Secretário da Educação de São Paulo dava uma entrevista dizendo que as escolas da periferia da Capital possuíam 8 ou 9 turnos. Portanto, a situação é dramática. Especialmente em relação à universidade, se não houver uma solução de emergência, imitando o exemplo paulista — que não é o ideal, mas é melhor — ficará muito difícil.

O SR. JACQUES VELOSO — A grande vantagem do vínculo, mesmo com a possibilidade da queda do ritmo da Economia, é que isso é previsível. As universidades podem prever, pelo comportamento da Economia, o que vai acontecer com o ICMS nos próximos meses. O grande drama das federais é o fato de não poderem prever nada, porque nunca sabem exatamente o que vão receber. Esse é o grande drama. Não é apenas o problema de ser pouco, mas de ser também imprevisível. Logo, não há como fazer qualquer obra, qualquer administração, qualquer compra de material sem o risco de prejuízos acumulados no futuro, seja pelo não-pagamento, seja por ter de comprar a preços muito superiores aos do mercado, uma vez que os vendedores não vendem aos inadimplentes. Creio que uma saída imediata, mesmo levando em

conta a emenda constitucional que aqui está, seria vincular a receita líquida a impostos federais, ou seja, vincular a receita líquida a um percentual que fosse repassado, em duodécimos, para que a universidade pudesse planejar.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Independente do Ministério da Economia ou da Secretaria da Fazenda.

O SR. JACQUES VELOSO — Sim, porque a queda da Economia vai refletir também lá. Vão ter que “apertar os cintos”, cortar despesas que podem ser cortadas. Pior é a atual política, através da qual não se pode planejar, onde tudo é imprevisível: o contingenciamento e o simples não recebimento de quota nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Gostaria de ouvir o comentário do Professor Jacques Veloso quanto às últimas intervenções sobre o problema da iminência de um colapso em consequência da absoluta falta de controle e ascendência do MEC na área de liberação de verbas. O Ministro da Educação não pode ser acusado de omissão. As verbas dependem exclusivamente do Ministério da Economia, que adota critérios errados.

O SR. JACQUES VELOSO — Quero registrar minha simpatia pela direção para a qual aponta essa emenda. Deve haver uma legislação determinando que o Governo fique responsável pelo repasse. A questão não é só a penúria de recursos, mas também a ausência da possibilidade de qualquer planejamento ou previsão. Talvez, como medida de emergência, a emenda constitucional que está em tramitação seja uma solução.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Estou me referindo à proposta de emenda constitucional que está tramitando em regime de urgência, vinda do Executivo junto com o Emendão.

O SR. JACQUES VELOSO — Essa seria a referida pelo Deputado Raul Pont, cuja tramitação, de acordo com o que fui informado, foi interrompida porque outros projetos tiveram a tramitação interrompida.

Alguma medida de emergência deve ser tomada. Não basta apenas uma emenda no sentido de que se vinculem recursos da universidade a uma arrecadação mais ou menos previsível. É necessário que o repasse seja previsível também. Recordo-me de que, durante as negociações dessa emenda cuja tramitação foi interrompida, houve insistência da parte de algumas organizações no sentido de que na emenda fosse incluída a obrigação do Governo de repassar esse valor em duodécimos. Essa insistência não foi acolhida. Se ela vier a ser aprovada é preciso que haja uma legislação complementar em seguida. Caso contrário, será aprovada uma emenda que vai destinar recursos à universidade numa quantia satisfatória — deve ser também regulamentada em legislação ordinária — mas sem sabermos quanto e quando serão repassados.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — A idéia seria seguir a inspiração paulista. Perdoem-me a insistência. Sou um otimista incurável. Quando o Emendão aqui chegou, não vi nenhum protesto. O Emendão tinha um artigo que dizia que, sobre o aumento da arrecadação de impostos decorrente do Emendão, não incidirão os percentuais a que se refere o art. 212 da Constituição, conhecido como Emenda Calmon. É um golpe terrível, profundo, mortal. Não houve um pronunciamento das entidades representativas.

Agradeço a inestimável colaboração dos senhores aqui presentes.
Está encerrada a reunião.

Data: 14-5-92 — hora: 10h40min

Convidados: João Faustino — Eunice Ribeiro — José Arthur Gianotti — João Calmon — Maria Luiza Fontenele — Paulo Lima.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Está aberta a reunião.

Convoco, para fazer parte desta Mesa, a Professora Eunice Ribeiro Durhan e o Dr. José Artur Gianotti.

Concedo, inicialmente, a palavra à Professora Eunice Ribeiro Durhan que prestará o seu depoimento.

Solicito que V. Sª preste o juramento de praxe.

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURHAN — Juro, como dever de consciência, dizer toda verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento, sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar a crise na universidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Concedo a palavra à Professora Eunice Ribeiro Durhan para que preste seu depoimento. lembrando que nesta fase de depoimento V. Sª disporá de vinte minutos.

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURHAN — Sr. Presidente, Sr. Relator, ilustres convidados e companheiros que ouvem esta apresentação:

Esta constitui efetivamente uma Comissão extraordinariamente importante e creio que o meu depoimento, como Secretária Nacional da Educação Superior, é uma ocasião fundamental para apresentar as possibilidades de atuação e de colaboração conjuntas entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, no sentido de resolver um problema de imensas proporções que tem um reflexo importante nas possibilidades de desenvolvimento deste País.

Trata-se da questão geral do ensino superior. Mais do que as universidades, creio que se trata de todo um sistema extremamente amplo e heterogêneo que permeia o conjunto do País. Esse sistema, cuja heterogeneidade talvez seja um dos elementos que estão sendo menos levados em consideração, dentro da reflexão que se processa. No conjunto que tem ocorrido, digamos, e uma restrição do pensamento ao papel das universidades, toda a questão das escolas chamadas isoladas tem sido, de forma geral, objeto de uma reflexão muito pequena e a maior parte da discussão tem-se concentrado, digamos, no sistema federal de ensino e dentro do sistema federal de ensino, nas universidades federais.

As universidades federais hoje representam uma parcela muito pequena do conjunto do sistema de ensino e é fundamental que essa heterogeneidade seja o objeto da reflexão, porque acredito que estamos hoje vivendo dentro de um conjunto de crises, e uma das quais é uma crise ideológica. Estamos vivendo ainda o mito de 1920 reafirmado em 1968, isto é, que o ensino superior no País deve e será fornecido através de grandes universidades de pesquisas, e que ele será inteiramente gratuito e que haverá um acesso de toda população a essas instituições.

Desde essa época, a realidade tem-se movido num sentido absolutamente contrário. Em vez de analisarmos o que acontece dentro do conjunto do sistema, nós temos continuado a manter a ficção de um sistema federal cobrindo todo o País, e um sistema federal baseado em universidade de pesquisa.

Gostaria de mostrar a inviabilidade, não é dessa concepção, e a necessidade de trocá-la por uma reflexão que leve em conta essa heterogeneidade e que leve em conta alguma coisa, não é que temos refletido pouco, temos denunciado muito e temos refletido muito pouco, que é a questão do custo.

Creio que vou tratar de alguns assuntos que são certamente polêmicos e, certamente, pouco populares: e a questão do custo-benefício que este sistema oferece. Creio que, para fazer isso, temos de partir de um contexto um pouco mais amplo.

A idéia de que a crise do ensino superior é estrutural, profunda, que se manifesta no conjunto dos países, não é simplesmente uma realidade brasileira. Creio que os fundamentos estruturais dessa crise são gerais do mundo todo. Vivemos essa crise

estrutural agravada por uma crise conjuntural e agravada pelo fato de que trabalhamos com modelos extremamente ultrapassados e antiquados. Mas uma idéia básica de qual é a origem dessa crise geral das universidades é importante que seja colocada no contexto da discussão.

A origem básica desta crise é um problema de financiamento, o qual vem e decorre de profundas transformações, e que se processam tanto a nível da universidade quanto a nível do ensino superior. Trata-se, na verdade, de duas grandes revoluções que ocorrem no ensino superior, a partir do século passado.

A primeira grande revolução, que nós ainda não completamos, que é a revolução do século XIX, é a transformação das universidades em centros de pesquisa ou, como se diz, na linguagem floreada da ecologia, num centro de preocupação de conhecimento inovador. Essa é alguma coisa, que não era o papel da universidade até o século XIX. Ela foi uma introdução que encontrou uma extraordinária resistência dentro das próprias universidades, com a acusação de que isso iria destruir a missão das universidades, que é basicamente a de ensino. Mas ela foi um movimento, digamos, avassalador. Ela esteve extremamente associada à própria questão da aceleração do desenvolvimento da produção do conhecimento e por que não dizê-lo, esteve associada a um outro fator. No momento em que a universidade se transformou num centro de pesquisa, ela passou a ter uma relevância muito grande para o próprio setor produtivo pela primeira vez, e direta, pela primeira vez na sua história. O exemplo clássico dessa transformação e dessa relação foi o desenvolvimento da ciência química na Alemanha, que esteve indireta e diretamente associada ao desenvolvimento da indústria química naquele país.

A partir desse momento se altera basicamente a relação da universidade com a sociedade. Aí não se altera, obviamente, de forma brusca, mas ela se altera a longo prazo.

Há um problema crucial que começa a se desenvolver a partir desse momento. É que há claramente um aumento de custo envolvido nessa questão. Universidades que eram pequenas instituições de ensino e baratas, relativamente, que atendiam a um número muito pequeno de pessoas, começaram a exigir financiamentos cada vez maiores, porque a pesquisa se torna cada vez mais cara. Uma pesquisa hoje envolve um enorme investimento de capital e isto cada vez mais. De modo que esse fator já estava presente, não no início do século, mas a partir da Segunda Guerra Mundial, quando começa a ter uma aceleração imensa pelo fato de o próprio custo do desenvolvimento tecnológico e da necessidade desse desenvolvimento tecnológico ser absorvido na universidade como elemento da pesquisa.

Estabelece-se uma dinâmica clara entre desenvolvimento tecnológico e de pesquisa que vem, inclusive, do fato da dependência da pesquisa em relação ao desenvolvimento tecnológico. Portanto, uma necessidade crescente de financiamento, tornando as universidades cada vez mais caras.

Em geral, digamos, esse financiamento foi sendo providenciado, não através do próprio orçamento das universidades, mas de fontes paralelas de funcionamento e com o custo crescente que este financiamento acarreta. O que ocorreu normalmente no resto do mundo foi uma participação, cada vez maior, do setor privado no financiamento das pesquisas. No Brasil, isso não ocorreu.

Até digamos, creio, que há vinte anos havia sido introduzido no Brasil o que era então um sistema extremamente moderno de financiamento, que esteve incorporado na Fundação do CNPq, mais tarde da Fapesp e da Finep, isto é, a existência de agências governamentais que provêm paralelamente o financiamento da pesquisa.

O que aconteceu, a partir dessa época, é que no Brasil nos restringimos a esse modelo. A partir do financiamento da pesquisa, especialmente daquela que ocorre na universidade, ficou e permaneceu inteiramente dependente de fundos públicos

e basicamente de fundos federais. Criou-se um sistema federal e um sistema federal baseado em recursos públicos para financiar pesquisa no Brasil. Criou-se uma enorme dependência e uma exclusividade da dependência em relação a esse setor. Quer dizer, no momento em que o setor federal encontra dificuldades de financiamento, toda a parte de pesquisa do País é seriamente prejudicada. Isso inclui, inclusive, as universidades estaduais e algumas outras cujos financiamentos dependem, em grande parte, de verbas do CNPq e da Finep.

Creio que, em exposições anteriores, do Ministro Goldemberg, nesta Casa, S. Ex^a apresentou os gráficos necessários para demonstrar como o crescente investimento do PIB em pesquisa e em pesquisa e desenvolvimento ocorre no resto do mundo, a partir de inversões do setor privado, além do setor público. O nosso problema é que mantemos apenas uma fonte de independência e este é um elemento estrutural de constrangimento dentro do conjunto de sistemas. Temos de lidar com isso através de uma outra revolução, esta é a transformação de pequenas instituições de elite para atender a um público de massa. Houve, a partir de 1968, uma imensa ampliação das matrículas em todas as universidades do mundo. Houve uma crise enorme de atendimento, que derivou de uma transformação profunda no próprio mercado de trabalho. Quer dizer, com a importância não só crescente dos serviços e das atividades gerenciais, etc., as posições fundamentais do mercado de trabalho passaram a depender de um ensino superior. E com isso a demanda para ensino superior cresce enormemente. Ficou bastante claro no Brasil, isso é o primeiro grande movimento nessa direção, que foi chamado movimento dos anos 60 e se completa depois de 68 tanto governamental quanto privado, na área do ensino superior. Agora, é verdade que um sistema que antigamente era um sistema de ensino e que atendia a uma pequena elite, que formava alguns profissionais liberais, uma pequena camada do serviço público e da igreja se transformou hoje numa imensa instituição de pesquisa que atende a uma população enorme, que é exigida pelo mercado de trabalho. Isso, obviamente, implica não só no aumento de custo, mas sim aumento enorme do custo relativo. São esses fatores que têm levado à crise mundial de financiamento das universidades. E é bom que tenhamos que trabalhar dentro desse contexto, mas não é só isso. Há uma crescente multiplicação de funções nas universidades. As universidades, hoje, não são mais instituições — a não ser as instituições privadas na sua maioria — de ensino, onde são feitas algumas pesquisas, paralelamente financiadas pelo CNPq e Finep. São exigidas a oferecer curso de treinamento, aperfeiçoamento, reciclagem para adultos com curso superior concluído. Isto é uma parte crescente na atividade da universidade. Ela tem que fornecer a formação avançada a nível de pós-graduação, que está ligada com a pesquisa; ela tem que promover o desenvolvimento da pesquisa básica e da pesquisa aplicada; ela tem que estabelecer, cada vez mais, uma cooperação do setor produtivo para o desenvolvimento tecnológico; ela tem que prestar os serviços mais diversos de assessoria aos órgãos governamentais públicos e privados, aos grandes empreendimentos estatais, inclusive; ela tem que prestar uma colaboração na melhoria da qualidade do ensino básico e a sua relação com o desenvolvimento da cidadania responsável e das necessidades do mercado de trabalho; ela tem que fazer um enorme conjunto de prestações de serviço, e no caso brasileiro, basicamente, a prestação do serviço de saúde. Hoje, a rede federal pública de hospitais está praticamente restrita aos hospitais universitários que, na grande maioria dos estados e das capitais, são a principal fonte de atendimento, com o mínimo de qualidade, a uma população que precisa desesperadamente de atendimento médico. Só ela constitui praticamente 1/3 dos custos relativos à manutenção de uma universidade.

E, finalmente, uma universidade que tem assumido, cada vez mais, o papel de uma ação cultural. No Brasil, o poder público ausentou-se basicamente da área da cultura. O que tem ocorrido é uma sistemática transferência de centros de documen-

tação, de institutos de pesquisa e históricos, de museus para a área de atuação da universidade. A universidade é hoje, no Brasil, o maior centro receptor de doações, mas são todas doações onerosas e que implicam um custo crescente. Só na Universidade Federal do Rio de Janeiro temos — creio — sete hospitais e quatro museus, e na Universidade de São Paulo — para citar outro exemplo — temos dois hospitais e também quatro museus.

Então, é importante verificar que há um aumento de custo da universidade que tem pouco a ver com o aumento do custo do ensino. Ao ensino é que ela presta, porque a universidade não é simplesmente uma instituição de prestação de ensino. Isso significa o quê? Significa que, dentro dos dados que vamos apresentar, este custo não pode ser generalizado de forma a atender ao conjunto de demanda do País. E é importante saber, então, quanto é que custa, e quanto é que o governo Federal despende.

Agora, vou me restringir um pouco e retomarei mais tarde o problema do custo do sistema e o que ele implica em termos de dispêndios, que estão sendo feitos pelo Governo Federal. Os dispêndios do Governo Federal constituem a parte fundamental da crise conjuntural, e esta crise vem-se armando e se deslancha com toda violência agora, a partir da Constituição. É porque a Constituição executou uma efetiva transferência da participação da União na receita de impostos. Com isso, dentro de um sistema onde não houve um razoável desenvolvimento econômico, significa que o cobertor, debaixo do qual todos nos abrigamos, isto é, o que é o fundo da União na receita de impostos, e ele diminuiu. Quer dizer, diminuiu o dinheiro disponível da União para realizar o conjunto de tarefas que ela deve prover, e diminuiu, também, o conjunto dos recursos que poderiam estar alocados tanto em Ciência e Tecnologia quanto nas universidades, e na manutenção do sistema do ensino superior. Se diminui a oferta de recursos, entretanto, aumenta extraordinariamente a demanda dos serviços de favorecimentos. Uma coisa que mais acontece no Ministério da Educação é recebermos deputados que querem fundar universidades, interiorizar universidades existentes, incorporar escolas dentro das universidades, criar escolas técnicas federais, ampliar a atuação do Cetec. Mas o cobertor não aumentou. O entendimento de tudo isso vai ter que ser feito exatamente dentro dos 18% de verbas para a educação. Estamos, então, com todas as universidades querendo se expandir, tentando criar novos cursos. E isso está criando — como digo — a grande crise conjuntural dentro do sistema. E ao mesmo tempo aumenta, portanto, a demanda para o fundo de pesquisas e decresce a disponibilidade governamental para o fundo de pesquisas. Acho que essa é uma parte básica de reflexão do Legislativo, porque a operação desmonte não ocorreu de alguma forma de operação desmonte, isto é, alguma forma de parceria nova entre o Estado, o Município e o Governo Federal vai ter que ser compensado em termos de atendimento a uma demanda crescente.

Queria passar a primeira transparência, por favor. Se sobrar tempo, falo dos demais sistemas, o privado e o estadual.

Quero apresentar claramente o problema e acho importante a consciência deste fato, porque hoje não é a primeira vez na minha vida, depois de tantos anos na vida acadêmica, que participo do que se chama o Executivo, e que é comumente conhecido como o Governo. Creio que os Deputados usam essa expressão. Quando eles falam Governo tendem a dizer o Executivo. Quero, em primeiro lugar, afirmar que o Governo não é o Executivo, o Governo é o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, porque são esses três poderes que têm que resolver o problema do ensino superior. Não é um problema que eu possa resolvê-lo dentro do lugar onde estou, que é o Ministério da Educação, e, dentro do Ministério, a Secretaria de Educação Superior. Posso fazer o que é possível, mas não posso mais, se não houver uma clara consciência da necessidade dessa colaboração, pela seguinte razão: tenho dados

aqui, aquela tabela anual. Esses dados são o que foi da receita tributária da União do ano passado, que são de 10.2 trilhões. É apenas a receita tributária, obviamente há outras fontes como salário-educação, Finsocial, etc. Como o plenário é tão pequeno, quem sabe ele se desloca para cá e, sendo assim, fica possível verificar a questão. É a receita bruta depois das transferências constitucionais. Sobrou para a União seis trilhões, e desses seis trilhões, 18% corresponderiam a um trilhão. São os 18% constitucionais para a manutenção do ensino, dos quais, aliás, não é 50% como os Senadores exigem e como deveria ser integralmente. Podemos cumprir o preceito constitucional com todas as fontes, mas não com as fontes dos impostos. O MEC recebeu mais o ano passado, ainda recebeu 18%. Só o MEC recebeu, ao invés de 1 trilhão, 1.2 trilhões. Ao invés de 18% da receita de impostos, recebeu 20.7%. Quero dizer o que gastamos. Isso, como digo, não é o orçamento total do MEC que inclui muitas outras fontes. Inclusive, a seguridade, o Finsocial, o dinheiro da FAE e todas essas coisas. Mas o que vem com a receita de impostos? Todas as outras fontes não podem ser utilizadas no ensino superior, tenho que utilizar esta.

As folhas de pessoal das instituições federais de ensino consumiram no ano passado Cr\$ 824 bilhões que correspondem a 68% de todas as aplicações do MEC. E por que tivemos 20%? Se tivéssemos tido 18%, como aliás me parece justo em face das imensas necessidades deste País, teríamos utilizado só na folha de pessoal 76% de toda a receita de impostos destinados à educação, o que corresponde a 13,7% do total dos impostos líquidos. O orçamento de OCC foi de Cr\$ 906 bilhões, o total de IF, quer dizer, os Cr\$ 824 bilhões mais a parcela que correspondeu a cerca de 9% do total da folha de pagamento, que foi distribuída para a OCC, que consumiu Cr\$ 906 bilhões. A OCC da dívida incluída era Cr\$ 1.021 bilhões, que incluem os empréstimos externos, etc. do orçamento do MEC.

Todo mundo sabe que o ano passado foi extremamente penoso para as universidades e o meu único argumento é o seguinte: dentro das receitas de impostos e mantido o nível salarial, que foi mantido, era absolutamente impossível uma transferência maior de recursos para as universidades federais. Tentamos, durante todo o decorrer do período, fazê-lo e continuamos tentando. A situação do primeiro trimestre foi muito ruim, agora melhorou um pouco, pelo menos boa parte das universidades conseguiu pagar as contas atrasadas, pelo que soube e, mesmo assim, a situação é complicada.

Há alguma coisa que sumiu da reflexão, ou seja, quanto custa a universidade. As pessoas não se acostumaram, pelo fato de a folha de pagamento ser negociada paralelamente à despesa da universidade, do orçamento da universidade, não se faz o cálculo de quanto a universidade está custando. Faz-se o cálculo de quanto de OCC não foi repassado. Quando se vota o Orçamento aqui no Congresso, esta massa que é na verdade o que se tem para gastar, não se calcula esse custo, porque se você aumenta, digamos, a folha de pagamento, sobra menos dinheiro da OCC, mesmo que o Congresso vote separado e sobra menos simplesmente porque a fonte é uma só. A fonte da qual tenho que tirar as duas despesas é a fonte dos impostos.

Então, tem que haver uma enorme negociação na qual apenas o Ministério trabalhe com os dois pontos do problema. Tanto o Congresso, como os sindicatos, quanto os reitores trabalham com a outra ponta do problema e fico na posição extremamente impopular de ficar dizendo quanto é que custa no conjunto. Não é que os professores estejam ganhando nababescamente — voltarei, se tiver tempo ainda, a essa questão — mas embora eles não ganhem muito, a folha de pagamento é enorme. Estamos chegando hoje rapidamente a uma situação absolutamente "kafkiana" na qual se gasta demasiado e todo mundo recebe pouco.

Vou tentar depois explicar esse mecanismo perverso, pelo qual isso acaba ocorrendo, e que nos coloca a todos numa situação extremamente penosa.

Isso foi o repasse mês a mês para as universidades.

Gostaria de chamar a atenção para o que ocorre entre junho e dezembro, ou melhor, comparemos o mês de junho como mês de novembro. A folha de pagamento subiu de Cr\$ 40 bilhões para Cr\$ 134 bilhões durante o decorrer do ano. Cada vez que sobe a folha de pagamento, sobe o OCC, porque quando chega o dinheiro do orçamento, pagamos primeiro a folha de pagamento, como aliás a Constituição exige, e o que sobra, repassamos para o OCC, não há de onde tirar mais nada. Então, vamos tentando esticar o OCC até o final do ano e assim, obviamente nos momentos de reposição salarial, há uma queda de OCC e depois vamos tentando recuperar o OCC e chegamos a esse recurso final.

Esse é o mecanismo que é inelutável, não há outro modo de operar, não tenho outra fonte de recurso.

Então, se vê que, no ano passado, repassamos Cr\$ 823 bilhões no total e Cr\$59 bilhões de liberação orçamentária; os Cr\$14 bilhões nem sequer pagamos, tivemos que deixar como restos a pagar. Isso nos colocou numa situação inconstitucional, Sr. Senador, de não poder diminuir até 50%. E não tenho nenhuma alternativa, não posso fechar a universidade, não posso fechar a escola.

O que custa isso por aluno? Há uma polêmica enorme a respeito dos custos e dos custos relativos de quanto isso responde, que diz respeito a alguma coisa. Gastamos tudo isso, os professores ganham pouco, mas será que isso corresponde a um rendimento pelo menos satisfatório? Os dados a respeito de quanto custa o ensino nos diferentes países é uma questão extraordinariamente controversa. Especialmente no Brasil, é muito difícil de se estabelecer índices que sejam comparáveis, em primeiro lugar porque tem que se reduzir aluno à equivalência de tempo integral para poder ser comparado com os outros, depois tem que se retirar certas despesas com hospitais, e isso nem sempre é fácil, porque, freqüentemente, o pessoal do hospital está contratado como docente e não se sabe quanto custa. Mas digamos dos cálculos brutos que foram feitos, acho que o último número seria um número razoável. Creio que um número razoável seria pensarmos que o estudante de uma universidade pública custa em média US\$5 mil por ano, pelos dados que temos, e um estudante da escola primária custa US\$60.

Esse é o custo do ensino por aluno. O custo por aluno é uma coisa complicada, porque não representa quanto custa o aluno, mas o quanto custa mantê-lo lá, fazendo todas as outras coisas conjuntamente. E, certamente, se tomarmos o primeiro número que chega perto de US\$8 mil, o custo seria absolutamente excessivo. A verdade deve estar entre os dois números. O que significa que, freqüentemente, as nossas universidades gastam praticamente por aluno o equivalente a uma universidade de Primeiro Mundo e certamente oferecem um serviço de qualidade extremamente inferior àquele que se acha nas boas universidades do Primeiro Mundo. São dados do Banco Mundial que foram baseados aliás em estudos feitos no Brasil, quero dizer que não são estudos do Banco Mundial, são estudos feitos numa polêmica que se estabeleceu entre a Profª Elisa Boliniqui, do Nupes e o Prof. Jacques Schwartzmann da UFMG. Pelos cálculos da Profª Elisa chega perto de US\$8 mil e, pelo cálculo do Prof. Jacques, está perto de US\$5 mil. Eu, como sou salomônica, acho que certamente a verdade deve estar no meio.

Esses dados foram retirados do *report* do Banco Mundial, mas não são dados do Banco Mundial, são dados feitos aqui no Brasil, por pesquisas internas.

Gostaria de mostrar que durante todo esse tempo, em função exatamente de que não há, em momento algum, o cálculo de custo/benefício, temos tido um desenvolvimento perverso em que aumenta o número de docentes, aumenta o número de funcionários e aumenta muito pouco o número de alunos. Temos alguma coisa que ocorre nas universidades, em que o custo não está associada a um benefício equivalente,

as duas coisas não estão associadas. E isso não é propriamente culpa das universidades, do tipo que vemos nos jornais que tal universidade é perdulária, isso decorre exatamente do modelo de financiamento. Um modelo de financiamento que devemos alterar com o qual todos nós somos coniventes. Não é culpa das universidades, nem do Executivo, nem do Legislativo, é uma responsabilidade coletiva dos três. E são os três, conjuntamente, que vão poder resolver esse problema de um financiamento perverso, em que o custo aumenta e o benefício diminui.

Aí tenho um quadro que considero extremamente importante para mostrar um aspecto das universidades federais. Retirei as escolas isoladas: a relação aluno/docente nas universidades. As universidades têm mais ou menos o mesmo tipo de recursos, o mesmo tipo de obrigações, todas elas têm hospitais, todas elas têm biblioteca, algumas têm museus, zoológicos, etc. De modo que, num caso ou noutro a gente pode cometer injustiça, mas, no conjunto, o dado bruto é esse. A relação aluno/docente é extremamente variável: vemos de treze a dois. Quer dizer, dois alunos por professor praticamente. Seis é a média, muito baixa certamente. Por mais que se diga que a comparação é complicada, porque os sistemas são diferentes, a média de uma boa universidade de pesquisa, uma universidade nacional, é basicamente de doze. Como a gente está no Brasil, a gente aceita dez. E não é só isso: de dez, as universidades chegam basicamente dentro desse modelo.

O nosso problema é que, além de termos uma parte do que se chama gasto excessivo, ele vem não de um rendimento muito diferencial, que se dá dentro das universidades. É necessário não o sistema de alimentar unilinearmente as universidades, também não quero um sistema punitivo; mas um sistema de incentivo, que promova uma ação na universidade, no sentido de levar aquilo que é uma palavra horrível no Brasil hoje; a sua produtividade. O número de alunos que atende, o número de alunos que forma, de tal modo que ela receba mais e seja recompensada através de um serviço mais bem feito.

No momento em que o financiamento da universidade estiver relacionado à sua capacidade de receber e formar alunos, haverá um esforço muito sério das universidades nesse sentido. Hoje não há nenhum incentivo para que isso ocorra.

A mesma coisa vou mostrar em relação aos funcionários. Temos situações absolutamente insustentáveis em que todo mundo recebe igual. Se você é um péssimo gerente de universidade, um reitor que está enchendo sua folha de pagamento, isso só redundará em benefício. Se você é um excelente reitor, tentando fazer uma racionalização do gasto, você é punido dentro do sistema de beneficiamento.

Essa é a relação aluno-funcionário. Gostaria de mostrar que essa relação não tem nada a ver com a qualidade da instituição. Muito pelo contrário, ela é invertida. Parece que quanto pior a instituição, maior o número, maior essa razão. Não é sempre verdade. Existem instituições boas que, por acidentes históricos, de reitores irresponsáveis, estão hoje com imensa dificuldade de enxugamento do quadro.

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURHAN — Aluno-professor eu mostrei; aluno-funcionário ainda é pior a heterogeneidade. Temos situações em que a média está em 5 alunos por funcionário. Essa é uma média absolutamente irresponsável neste País. Uma boa universidade, como a PUC do Rio de Janeiro, tem 16. Da USP não retirei os dados, mudou desde que eu estava lá. Rio de Janeiro e Paraná são as que têm índices maiores.

Estou mostrando os dados, mas não vou colocá-los, porque eles têm que ser interpretados com cuidado. Há exceções sempre. Há casos, como o Rio de Janeiro, por exemplo, em que há uma clara deformação. É a única universidade do País que tem oito hospitais. Todos os hospitais foram passados para a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi uma política deliberada do Governo. Apesar de os hospitais universitários não serem uniformemente bem administrados, eles são melhores do

que os da rede pública. A pressão que temos para absorver hospitais é fantástica. Passo a metade do meu tempo recusando doação de hospital para universidade.

Há deformações, que cada classe deve corrigir — isso é necessário quando se usa uma tabela dessas. Ainda assim, é insustentável a situação em termos de pessoal dentro da universidade. O que acontece é que a universidade tem pouco aluno.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Eu gostaria de colocar à disposição da depoente mais cinco minutos.

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURHAN — Não vou fazer conclusões, vou apenas terminar os dados. Espero que, se houver perguntas, eu possa concluir a minha exposição.

Fizemos, mas não tenho tempo de expor, um certo modelo do que seria o número razoável de funcionários docentes que as universidades deveriam ter em face dos alunos que elas possuem, aos cursos de pós-graduação e ao desenvolvimento da pesquisa. Numa outra oportunidade, particularmente para os Senadores e Deputados interessados, poderia fazer a análise. É apenas para dar uma idéia.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Como vamos publicar esses dados nos Anais da Comissão, gostaria de pedir que, posteriormente, isso possa ser incluído em seu depoimento.

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURHAN — Pois é! Esse aí, digamos, que é um exercício para mostrar como centro dessa heterogeneidade, temos universidades que estão melhores e outras que estão piores; algumas estão até com deficiência de gente e outras com excesso. Quer dizer, o momento básico em que nós não temos recursos suficientes para atender a toda essa imensa demanda, uma coisa fundamental é terminar com a irracionalidade do sistema distributivo. Exigir, através de incentivos, e não de medidas punitivas, levar as universidades a aumentar a sua eficácia, sua eficiência, mas isso não pode ser feito no sistema atual.

Vou citar especificamente o caso do Reitor Maculan, no Rio de Janeiro, que herdou um dos maiores índices de relação funcionário-aluno, conseguiu eliminar três mil e que está com um OCC ridículo e os laboratórios caindo em pedaços. É impossível, pela legislação vigente, que essa economia que ele realiza reverta em benefício da manutenção dos seus laboratórios.

Enquanto não for possível a universidade realizar essa tarefa, isto é, enquanto não for possível e admitido, através das Lei de Diretrizes Orçamentárias, que a economia de pessoal reverta em OCC para as universidades, de tal forma que ela possa ser aplicada, o reitor tem que ser um herói ou um louco, normalmente, um misto das duas coisas, para reduzir pessoal, enxugar folha de pagamento, racionalizar o serviço. Por quê? Ele compra uma imensa briga interna — o Professor Maculan foi até ameaçado de morte — e, por outro lado, não ganha nada. A universidade dele dá o dinheiro.

Nesse sistema, um bom reitor neste País é um herói que precisa de uma medalha ou um monumento, cada vez que deixa a sua reitoria. Ao passo que a situação para péssimos reitores — desculpem-me os representantes dos reitores aqui presentes — para esses não há problema nenhum, porque, neste País, o difícil é tentar fazer alguma coisa para melhorar o atendimento. Enquanto não mudarmos as leis, é muito pouco o que posso fazer.

Deixe-me só terminar, passando mais algumas projeções nesses cinco minutos que me restam. Só tenho mais uma última projeção, que completava aquela, que é o orçamento total por aluno de acordo com as universidades, em dólares, para mostrar novamente como há universidades eficientes e pouco eficientes. E que também o custo orçamento-aluno não corresponde em nada a critérios básicos de qualidade nas universidades.

Temos excelentes instituições em que essa relação é baixa e outras que não têm nenhuma produção científica onde essa relação é extraordinariamente elevada. Volto à minha tese da necessidade não simplesmente de um aumento de recurso, que não sei de onde vai sair, mas pelo menos uma racionalização no uso desses recursos, de tal forma que o benefício desse investimento seja melhor. E basicamente que ele sirva para as duas coisas: permita um financiamento dos laboratórios, das bibliotecas e da manutenção básica da universidade, que é o elemento mais sacrificado hoje.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, membros da Mesa, gostaria apenas de abordar outro problema, que tinha que ser tratado, mas não dá tempo, que é o da qualificação. Um elemento básico é que um país que está investindo na universidade recursos equivalentes àqueles que ocorrem nas universidades de Primeiro Mundo deveria ter um padrão de qualidade equivalente. E isso poderia ser medido razoavelmente pelo número de doutores, porque é um indicador razoável da qualificação do corpo docente. E realmente o número de doutores é muito baixo.

Temos aquele outro quadro, com o número de doutores nas universidades nacionais americanas, por exemplo algumas das quais o custo é equivalente, quer dizer, nas estaduais e assim mesmo ainda estão deformado, porque só a USP, a Unicamp e a Umesp elevam extraordinariamente a média. As outras quinze universidades estaduais têm uma média muito pequena. Se formos comparar essa relação no sistema federal como no sistema paulista, a defasagem se torna muito maior. Quer dizer, estamos gastando uma quantidade muito grande, equivalente à do Primeiro Mundo, com um pessoal muito menos qualificado, com um rendimento muito menor e uma imensa margem de desperdício.

Queria novamente deixar bem acentuado que isso não é culpa das universidades. Ou assumimos conjuntamente a culpa por essa situação e conjuntamente a alteramos, ou esse quadro não vai ser revertido. Porque se colocamos a universidade nas condições em que ela é obrigada a ser irracional para obter recursos, ela será irracional.

Esta é a situação.

Queria chamar a atenção, finalmente, para dois outros problemas. Mostrei que estamos gastando cerca de oitenta por cento dos dezoito por cento para manter a rede das trinta e seis universidades federais e mais, digamos, as demais instituições, que somam as cinquenta e quatro instituições federais de ensino. As trinta e seis universidades federais consomem a grande maioria desses recursos. Essas universidades estão atendendo a trezentos e quarenta mil alunos. Temos um milhão e meio de alunos matriculados no ensino superior brasileiro; ela atende a pouco mais de vinte e dois por cento da demanda a este preço. Se fôssemos atender a toda a demanda dentro do modelo preconizado, teríamos que multiplicar por cinco os recursos federais disponíveis. Isto significaria que estaríamos chegando perto da metade de todo o Orçamento da União, simplesmente para atender às necessidades do ensino superior, sem contar o problema crucial do ensino básico neste País.

Quer dizer, este modelo precisa ser alterado. Precisamos certamente da existência de excelentes universidades públicas e o desenvolvimento do ensino junto com a pesquisa, em que haja hospital, em que haja museu, etc.

Os Cefet são mais baratos, são instituições excelentes, são instituições tecnológicas que dão um excelente treinamento para os alunos e têm uma imensa quantidade de renda própria. Os Cefet são modelos alternativos, onde o ensino ainda é gratuito e que, entretanto, trabalham, na verdade, estritamente entrosados com as comunidades.

Temos as universidades comunitárias, como as que existem em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, onde também damos um ensino de boa qualidade a um preço muito mais reduzido.

Temos a possibilidade de criar escolas isoladas, onde a pesquisa seja didática e que seja possível atender a uma população com uma boa qualidade de ensino sem ter que colocar um acelerador nuclear lá dentro, simplesmente porque temos que ter um grupo de Física; ou ter que estabelecer um laboratório de biotecnologia para cada atendimento em cada estado, porque não há sequer pessoal habilitado para manejar esses laboratórios e fazer estas pesquisas. Então, acredito que é dentro disto que devemos atuar.

Qual é a intenção do Ministério da Educação? Em primeiro lugar, acho que é importante que a discussão se generalize em termos da participação da União, do Estado e do Município dentro desse sistema. Em segundo lugar, é necessário que se analise, de uma forma menos preconcebida, o ensino particular. Tenho absoluta certeza de que há uma imensa proporção de instituições privadas que deveriam simplesmente ser fechadas, porque não dão ensino de qualidade nenhuma. Temos instituições às vezes medíocres, às vezes medianas e às vezes boas, que dão um atendimento à população que, hoje, é indispensável que seja mantido.

Não há, digamos, uma política razoável para esse setor, porque a política poderia consistir no crédito educativo, e o crédito educativo está falido. Não posso entrar na questão do crédito educativo, porque já fiz uma palestra neste sentido.

É necessário um sistema eficaz de avaliação sobre a qualidade do ensino oferecido nessas universidades, para que possamos separar o joio do trigo. O nosso sistema de credenciamento tal como existe é um sistema absolutamente medieval, ineficiente, ineficaz: não produz qualidade nenhuma e não fiscaliza nada. Para fiscalizar os miríades de estabelecimentos que existem aí, teria que haver uma burocracia estatal de tal natureza que consumiria a maior parte dos meus recursos, alimentando a burocracia do MEC, que também não é a solução.

Os problemas são mais complexos e mais graves do que pensamos. É necessário que deixemos simplesmente de restringir a discussão a respeito dos salários dos professores. Essa questão ilustra a exposição que vou fazer. Essa discussão gira sempre em torno de afirmações que são sempre parciais. Quando sou atacada com uma afirmação parcial, a minha tendência é responder com uma afirmação também parcial.

Vejam agora a enorme celeuma que existe em torno do que se ganha e do que se gasta. Esse dado é o da tabela oficial de quanto ganha um professor titular com doutorado. Aliás, um professor com doutorado é o mínimo que se pode esperar, diga-se de passagem. Porque, se o sistema permitir que um professor titular não tenha doutorado, realmente, a qualidade de ensino será absolutamente ridícula.

Há uma outra tabela que mostra a nossa média salarial. O original está aí? Não veio a outra? Mas essa era fundamental, pois mostrava a diferença entre o que está na tabela e o que pagamos. Essa tabela não significa mais nada, porque há um conjunto de leis aqui em que há aumento por tempo de serviço, há os anuênios, há os quinquênios, há as incorporações de funções gratificadas, que são cumulativas. Depois de cinco anos como chefe de um departamento, o servidor incorpora esse vencimento; depois, quando ele passa a ser, durante cinco anos, diretor de universidade, ele incorpora o outro vencimento; depois, passa para reitor e incorpora uma outra gratificação. Não é só isso. Se uma vez na vida o servidor teve o chamado adicional de periculosidade, isso passa a ser incorporado no seu salário.

Temos, então, casos em que, em decorrência desse conjunto de incorporações de funções gratificadas e de privilégios, o salário de cada pessoa não tem mais nada a ver com a função que ele cumpre, e, além disso, com o número de funções gratificadas que ela incorporou. Se, por acaso, ele ganhou a URP na Justiça, e dependendo do juiz que julgou a causa, porque uns mandam incorporar só um pequeno período, outros mandam incorporar permanentemente, isso agrava mais ainda o caos absoluto salarial

que temos hoje, de tal forma que a média deve ser pelo menos um terço maior do que essa que consta agora. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Teremos uma fase posterior de debates, em que a professora poderá completar algum pensamento que tenha ficado incompleto em função da limitação do tempo.

Passo a palavra ao Dr. José Arthur Gianotti, solicitando-lhe que, antes, preste o juramento.

O Sr. José Arthur Gianotti presta o seguinte juramento:

“Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise da universidade brasileira.”

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Concedo a palavra ao Dr. José Arthur Gianotti, para proferir o seu depoimento.

O SR. JOSÉ ARTHUR GIANOTTI — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, há muito tempo não dou aula, mas espero cumprir os meus vinte minutos.

Não vou dar nenhuma visão geral do ensino superior; pelo contrário, quero dar testemunho do que tem sido a vida acadêmica nos últimos tempos da universidade. Embora eu não tenha dado aula, ainda estou na universidade com os meus assistentes, com os meus seminários, etc.

Quero lembrar que começamos uma crítica muito violenta a essa vida acadêmica já no início dos anos oitenta. Somos os primeiros, em todo o nosso grupo, a denunciar, de certo modo, essa indefinição que existe entre o fazer e o não fazer de conta em qualquer forma de serviço público ou privado, mas que, na universidade, é extremamente evidente. Portanto, o meu enfoque será bem diferente. Vou tentar mostrar que tipo de consciência de trabalho é preciso ter e como essa consciência está ligada a certos direitos e deveres. A meu ver, sem mudanças radicais na vida cotidiana do professor, do funcionário e do aluno, não teremos nenhuma alteração importante na universidade.

Quais foram as críticas que fizemos à vida acadêmica? Em primeiro lugar, denunciávamos o fato de que a estrutura departamental, que evidentemente era a única solução para as injustiças e a estrutura esgotada da cátedra, criou problemas absolutamente cruciais que pediam solução. Dissemos que o departamento como tal, com a sua estrutura, propicia o pacto dos medíocres, pelo qual cada um se organiza de maneira a não colocar a mão na cumbuca alheia, desde que ninguém venha colocar a mão na sua própria, ajuda o pacto, propicia o pacto dos medíocres, isto é, trata-se justamente de que cada um possa se organizar de tal maneira que “não meto a mão na cumbuca alheia, desde que ninguém venha meter a mão na minha”.

O departamento teve uma outra estrutura que teve um outro efeito nocivo, ele igualizou as tarefas de tal forma que cada pessoa que entra no departamento se imagina pesquisador autônomo e com isso ele não está disposto a realizar tarefas de auxiliar. Isso evidentemente não vale para os laboratórios, onde a própria estrutura assegura uma hierarquia na pesquisa e na docência.

Pois bem, denunciávamos o enorme desperdício da universidade e os dados de hoje, fornecidos pela Professora Eunice, não fazem mais do que confirmar essa nossa assertiva. O que está acontecendo hoje?

Está acontecendo que essa crítica que nós fizemos se tornou uma arma contra a vida acadêmica. Ora, não estávamos, de forma alguma, interessados na destruição da universidade, não estávamos interessados em sufocar a universidade, queríamos o restabelecimento e a renovação da vida acadêmica, isto é, de uma vida dedicada ao ensino e à pesquisa.

Hoje, mostra-se que as universidades são pouco produtivas e temos dados precisos de que ela tem um desperdício cavalari. O diagnóstico está certo, mas tenho a impressão de que as terapias usadas nesses últimos tempos estão completamente erradas. Por quê? As universidades, não só as universidades, mas também todos os centros de pesquisa, estão sendo basicamente sufocados pelo sistema de contingenciamento, isto é, não se trata mais de se ter bons orçamentos votados no Congresso — inclusive voltarci a essa questão — mas trata-se, simplesmente, de ficar pressionando o segundo escalão do Ministério da Economia a fim de que ele possa soltar as verbas.

É muito interessante, na tabela que foi apresentada aqui, percebermos que somente no final do ano as verbas foram soltas, de tal maneira que houve, nessa política de contenção, um fabuloso desperdício, porque todos tiveram que gastar antes de terminar o ano fiscal. Não sei o que está acontecendo do ponto de vista político.

O Presidente disse que ciência, tecnologia e educação eram prioridades máximas. Os ministros asseguram que ciência e tecnologia são prioridades máximas; todos pensam nessa prioridade máxima, no entanto, estamos assistindo ao sufoco das universidades, dos institutos de pesquisa que estão sendo desmontados, não pela falta de orçamento, mas justamente por questões de fluxo de caixa.

Então, acho muito interessante que estes dados colhidos hoje sejam publicados, que os nossos testemunhos sejam publicados, mas, realmente, tenho medo de que até a sua publicação tenhamos uma situação de terra arrasada.

Qual é a minha hipótese do que está acontecendo? Nesta política de contenção de crédito é evidente que os desperdícios da universidade e do sistema de ciência e tecnologia devem ser cortados. Mas como? Se simplesmente acreditamos que apertando os cintos vamos ter o enxugamento natural do sistema, estamos desconhecendo todos os contingenciamentos da própria legislação, todas as coerções que existem dentro da própria universidade que impedem esse enxugamento. Tenho a impressão de que este Governo teve uma boa lição a respeito dos trabalhadores disponíveis ou postos em disponibilidade.

O que está acontecendo com esse enxugamento e com esses cortes lineares dos orçamentos é simplesmente a expulsão dos melhores pesquisadores, dos melhores professores das universidades e dos centros de pesquisa.

Devemos lembrar que nem todos os países têm ciência, tecnologia avançada, e eles podem ter mais tecnologia sem ciência, ou pelo menos puderam ter mais tecnologia sem ciência até agora. O Paraguai não tem ciência e qualquer pessoa que tenha uma vocação científica é obrigada a emigrar. O Japão tem muita tecnologia e tem pouca ciência em relação à tecnologia que produz. Mas sabemos, e os japoneses sabem melhor do que nós, que, com o desenvolvimento da ciência moderna, o gap entre a invenção científica e a tecnologia se encurtou de tal maneira que se o próprio Japão não criar a sua ciência, ele não consegue manter a situação de ponta que ele tem no desenvolvimento tecnológico.

O que, portanto, estamos fazendo neste tipo de política é realmente o suicídio do ponto de vista da qualificação da universidade e do centro de pesquisa. Por quê? Porque estamos desconhecendo não só o que é a dinâmica geral da universidade, mas estamos desconhecendo que, para haver uma reforma, a condição básica é a oxigenação do sistema, a fim de que os grupos de excelência e os processos de qualificação possam ser realmente desenvolvidos.

Tenho a impressão de que a comunidade científica tem reagido de duas formas. De um lado, é bem verdade, de uma maneira extremamente corporativista, tentando manter as vantagens funcionais que durante os últimos anos ela obteve. Mas somos, obrigados a reconhecer que existe muita gente séria e muita gente trabalhando. Vimos, na semana passada, aqui em Brasília, centenas de pessoas vivem do Brasil inteiro

para se juntar no CNPq, para dar parecer à mão em processos do tamanho de um bonde, absolutamente antiquados do ponto de vista da sua estruturação, a fim de que justamente as bolsas não fossem interrompidas, os auxílios de pesquisas não fossem interrompidos, mas o que acontece?

Todo esse serviço que os melhores cientistas do Brasil estão fazendo tem resultado na doação de bolsas de auxílio que não chegam às mãos dos pesquisadores. Então, temos uma situação absolutamente esdrúxula em que o pesquisador recebe carta dizendo que a sua pesquisa foi aprovada, o seu crédito foi aprovado e que simplesmente ele fica na esperança da liberação de verbas, isto é, de um fluxo de caixa que sabemos não ser prioritário em relação a outros compromissos políticos do Governo.

Portanto, tenho a impressão de que se toda a Nação brasileira, o próprio Governo, o Executivo, o Legislativo, não tomarem providências imediatas para evitar a destruição dos grupos que estão realmente funcionando no Brasil, nós teremos a desvantagem desses grupos e, em consequência, teremos anos a fio para remoldá-los.

Sobre esse aspecto, gostaria de fazer algumas observações, isto é, é preciso de imediato que as universidades obtenham autonomia. Tenho a impressão de que esta é uma batalha difícil, já sei que a corporação vai reagir contra a autonomia, mas não vejo possibilidade alguma de que as universidades reconheçam a si mesmas nas suas diversidades, não vejo nenhuma possibilidade para as universidades se diferenciarem já, mais do que elas são, se continuarmos a impor um padrão único de estrutura para as universidades, mantivermos a isonomia salarial e mantivermos a ficção de que a Universidade do Acre é igual à Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Lembro-me de um episódio que me marcou muito, logo no início do Governo Sarney, quando foi instalada a comissão para a reforma universitária, da qual participei — era um compromisso do Presidente Tancredo Neves — e numa das sessões fomos surpreendidos pela apresentação da folha salarial da Universidade do Acre, que naquele momento era a maior do País.

Fiquei comovido ou abalado — afinal, eu, como professor da Universidade de São Paulo, ganhava menos do que um Doutor da Universidade Federal do Acre.

Um dia, nessas minhas andanças, cheguei à Universidade do Acre. Francamente, com o custo de vida naquele Estado, com as condições de vida ali, nenhum de nós, creio, aceitaria um cargo de professor lá, com os salários que estamos ganhando hoje. E, portanto, se quisermos ter uma Universidade no Acre, temos que pagar as pessoas para que possam realmente estar lá. E sabemos que ali pode haver um excelente centro de estudos amazônicos; mas sabemos perfeitamente que não haverá um bom departamento de Física de alta energia.

Nesse sentido, essa universidade tem que se diferenciar, deve se adaptar às suas condições ambientais, sem o que não terá nenhum instituto de pesquisa, nenhum instituto de docência. Essa diversificação não pode ser legislada de cima para baixo. Creio que é fundamental que todos tenhamos consciência disso, isto é, a diversificação que exige hoje o sistema de ensino é algo cuja mina não conhecemos e, portanto, há somente uma única solução: a liberação, o afrouxamento desses laços, a fim de que essas universidades possam se adaptar por si mesmas; e, evidentemente, isso implica um sistema geral público de avaliação para se saber o que essas universidades estão fazendo com o dinheiro público que estão recebendo.

Portanto, sem esse binômio — a autonomia mais ampla possível e um sistema eficaz de avaliação — não seremos capazes de alterar a vida cotidiana da universidade, que, afinal de contas, é a única que produz o ensino ou a ciência. Ficaremos nessa farsa de dizer que temos uma universidade ou duas ou três ou quatro em cada estado e que muitas vezes não merecem o nome de colégio.

Muito bem. Isso significa também, a meu ver, uma mudança na atitude do Poder Legislativo, o que pode ser feito já em relação aos orçamentos das universidades. Não têm sentido nenhum, no meu entendimento, esses orçamentos absolutamente detalhados, em que se determina que uma verba para contratar um faxineiro não pode ser transferida para um motorista; ou que uma verba para livros não pode socorrer uma falha no equipamento.

Esta situação está levando a que os reitores mais eficientes burlam a lei quando possível. Estamos criando uma situação em que o bom reitor burla a lei, sendo esta a única maneira de se poder, realmente, resolver os problemas que estão enfrentando as universidades.

Ora, tenho a impressão de que o Congresso tem, dentro da Lei Orçamentária, simplesmente a possibilidade de dar maior liberdade às unidades universitárias, a fim de que possam se adaptar ou possam, efetivamente, realizar o seu trabalho.

Outra questão que quero levantar é a do sistema de trabalho. A comunidade pediu, esperneou e conseguiu o Regime Jurídico Único. Acho que foi um desastre para a universidade, e as conseqüências estão se avolumando. Por quê?

Em primeiro lugar, o trabalho universitário tem especificidade. Trinta anos para a aposentadoria do professor universitário é um escândalo; e digo que eu obtive esse escândalo. Aposentei-me há oito anos. É verdade que a minha situação era peculiar. Já havia me acostumado com a aposentadoria, afinal de contas, eu tinha sido aposentado compulsoriamente. Tínhamos fundado o Cebrap e havia necessidade de alguém — depois que o Senador Fernando Henrique Cardoso veio para o Senado Federal — para continuar a dirigir o Cebrap. Portanto, era muito difícil eu continuar na universidade e, ao mesmo tempo, na direção do Cebrap. Portanto, a aposentadoria, para mim, era uma solução.

Mas pergunto: tem sentido um professor, formado com dinheiro público — fui umas das primeiras pessoas a receber das mãos de Anísio Teixeira bolsas da CAPES —, que fez toda a sua carreira basicamente gastando dinheiro do contribuinte no Brasil, tem sentido que esse professor se aposente com 54 anos, no momento em que a sua produtividade intelectual — no caso, a minha — está no máximo? E o que está acontecendo hoje? As pessoas estão se aposentando com 48, 50, 51, 52 anos. A universidade está gastando em uma situação absolutamente maluca. Ou as pessoas refazem os seus concursos, ou vão para outras universidades, e a folha de inativos das universidades está crescendo assustadoramente. Tenho dados — a Eunice pode confirmar —, parece-me que a folha de inativos das universidades federais está por volta de 30%.

A Universidade de São Paulo terá um problema. Daqui a cinco anos, ela terá 50% do seu orçamento comido pelos inativos. Ora, não são inativos; são pessoas que simplesmente estão recebendo duplos salários.

De um lado, temos a ficção da isonomia salarial e, de outro, temos uma legislação que cria todas as ficções para a diversificação burocrática, e não do ponto de vista daquele serviço que presta o professor de universidade e, mais ainda, do seu significado cultural no contexto do País. Portanto, essa é uma questão: um regime particular para a universidade, a meu ver, é algo essencial e deve ser resolvido o mais rapidamente possível.

Essa questão das aposentadorias precoces — e vou terminar com isso — tem levado a situações esdrúxulas. Por quê? Vou dar um exemplo já que conheço bem o assunto — e está aqui a Professora Vanessa para me confirmar.

A Universidade Federal de Minas Gerais, há pouco tempo, abriu cinco vagas para um concurso para a cadeira de Filosofia. A lógica burocrática manda abrir essas vagas. Não existem cinco doutores disponíveis para prestar esses concursos, em geral. Tanto é assim que apenas três professores mineiros apresentaram-se a esse concurso.

Como a banca foi rigorosa e como a Universidade Federal de Minas Gerais está fazendo o possível para não abrir as portas a qualquer tipo de aventureiro, simplesmente dois desses candidatos foram reprovados, de tal forma que das cinco vagas unicamente uma foi preenchida. Isso não está acontecendo nas outras unidades da Federação. Estamos assistindo a um entupimento de novos ou velhos professores que vão fechar a carreira dos nossos jovens.

Ora, é sabido que existe uma queda da qualidade de geração para geração, das pessoas que têm hoje cinquenta e cinco, sessenta anos, para as pessoas que têm quarenta e cinco, cinquenta anos, por questões que não saberia explicar. Essa geração, intelectualmente, não tem a qualidade da outra geração.

Em compensação, posso assegurar-lhes que os novos jovens são de extrema boa qualidade. Estamos, portanto, com uma política suicida de entupir os departamentos com novos incompetentes, a fim de que os nossos jovens sejam expulsos do País em uma guerra pela conquista de cérebros que existe no mundo inteiro, isto é, estamos já com uma política geral de formar gente para o exterior.

Portanto, acredito, diante desses sintomas que procurei trazer aqui, que se não houver uma medida imediata no que diz respeito, em primeiro lugar, à constância dos recursos mínimos necessários ao sistema de educação, ciência e tecnologia, se não houver uma mudança, em particular, do Poder Legislativo, em relação às determinações do orçamento das universidades, e se isso não for acompanhado de um sistema de avaliação, que deve ser implementado o mais rapidamente possível, eu não vejo possibilidade de sairmos da crise.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Passemos, agora, à fase dos debates. Concedo, inicialmente, a palavra ao Senador João Calmon, Relator desta CPI.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Sr. Presidente, eu preferiria que a única deputada presente no plenário, Deputada e Professora, Maria Luiza Fontenele fizesse suas indagações, eu, em seguida, apresentaria as minhas considerações finais.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — A Presidência acata a sugestão de V. Exª e passa a palavra à Deputada Maria Luiza.

A SRA. MARIA LUIZA FONTENELE — Sr. Presidente, ontem fui procurada por alguns jornalistas que tinham a relação de entidades que, no Ceará, receberão subvenções. O jornalista queria saber se essas entidades estariam vinculadas. Uma delas receberia quatro bilhões de cruzeiros. Por informação da Universidade de Brasília, a Universidade recebeu, até o presente momento, um bilhão e poucos milhões de cruzeiros, para a atuação dessa universidade, onde, segundo informação do reitor, 1.400 projetos de pesquisa estão em andamento. Portanto, considero extremamente perigosa a análise que se centra na questão financeira, porque vejo que se não colocarmos a natureza do trabalho que as universidades e institutos de pesquisas fazem, correremos o risco de ficar tão-somente na relação aluno/professor ou professor/funcionário. A Drª Eunice colocou muito bem. Por exemplo, analisando a Universidade Federal do Ceará detectamos que concentração maior de funcionários está no Centro de Saúde, o que tem maternidade, hospital de clínicas; está no Centro de Agrárias, onde há uma fazenda experimental, onde exatamente esses funcionários estão alocados. Mas mesmo assim, chamo a atenção para os seguintes dados: no pronunciamento que fiz na sexta-feira última, mencionei que não era correto esse tipo de análise. Se ele não acertou esse tipo de análise, não aceitaria, também, o fato de o professor ganhar menos do que um motorista do Congresso Nacional. Não dá para ir por aí. Mas há que se indagar. Por que um doutorado, no final de carreira, ganha três milhões e pouco?

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURHAN — Um doutorado em final de carreira recebe, frequentemente, mais de 50% disso, e, frequentemente, é o dobro disso.

A SRA. MARIA LUÍZA FONTENELE — Tudo bem. Mas a indagação seria: por que um doutor em fim de carreira recebe menos do que o Diretor do Congresso Nacional, que recebe treze milhões.

Enfim, eu acredito que deveríamos fazer indagações dessa natureza, não querendo que o Diretor do Congresso Nacional receba menos, eu não estou aqui à caça de marajás, e acho este discurso profundamente reacionário. Mas, ainda sobre a questão financeira, eu acho que deveríamos estudar o assunto, porque é uma questão que prejudica profundamente as universidades, não só as universidades, todos os estabelecimentos de educação, ou quem receba dinheiro público é que o repasse desses recursos, por exemplo, a Universidade de Brasília, a responsável pela divulgação desses dados recentes, deveria ter recebido recursos superiores a seis bilhões, e não recebeu. Ora, em qualquer processo inflacionário, se os recursos não chegam no tempo devido, isso significa uma perda. Tivemos estudos feitos pelo Professor Elias, da Universidade de Minas Gerais, onde ele detectou que a perda é realmente monstruosa. A ponto de os 18% que são devidos ao setor público, terminam não sendo 18% porque ele passa a ter recebido mais, no final do ano. Então, as perdas distorceriam, portanto, esse valor.

Isso posto, eu entro na análise feita pelo Professor Gianotti — e me incluo porque tenho 49 anos — nossa geração estava na universidade, quando se deu o golpe militar. Nós tivemos, inclusive, do ponto de vista da nossa formação universitária, um profundo prejuízo, porque os melhores professores ou foram retirados das universidades ou foram proibidos de ensinar o que sabiam. E depois que entramos nas universidades, o que era fundamento, na universidade, era exatamente a delação, como princípio, a Lei da Segurança Nacional como norte. Era a nossa formação e nosso desempenho profissional. Portanto, eu creio que qualquer avaliação das universidades teria que passar por um modelo de universidade que foi implantado, para dismantlar, exatamente, esse tipo de formação, esse tipo de ensino e de produção, que foi de um período em que V. S^a teve o privilégio de participar. Então, a minha contribuição aqui iria mais no eixo de como é que colocaríamos em comum essa reflexão de conseguirmos obter, realmente, uma qualidade diferente de outras universidades. Não tenho nenhum princípio corporativista. Por exemplo, o Professor Anchieta, reitor da Universidade Federal do Ceará, aposentou-se com a idade aproximada de 45 anos, com todos os direitos de professor. Com todos os direitos que tinha e, logo em seguida, fez concurso para a mesma disciplina que ele ensinava na Universidade. E isso vem se repetindo. O Professor Anchieta, na área dele, é considerado uma das excelências na área da matemática. Mas como vamos enfrentar esse problema se não houver um tipo de enfrentamento da realidade diferente totalmente da relação financeira, e de querer penitenciar as universidades dos erros dos governos? Por exemplo, o desperdício dos recursos, em todos os setores, talvez até seja maior do que aqueles que nós identificamos nas universidades. Não estou aqui querendo justificar. Acho que há uma formação nas universidades que é prejudicial ao próprio conceito de universidade, e até digo que, se a universidade pudesse derrubar os seus muros e fazer um trabalho mais amplo seria interessante. Visitei, recentemente, a Embrapa, o trabalho desenvolvido, do ponto de vista da produção científica na área de biotecnologia, engenharia genética é uma coisa muito interessante. Como é que podia haver um leque, aí, de troca de experiências entre esses, que não tem nada a ver com a educação, a Embrapa, que é da área da agricultura.

Então, como é que pode se dar esse liame para nós rompermos as barreiras e derrubarmos os muros e termos, realmente, uma produção que o Brasil está a desejar e que eu penso que passando só por dentro das universidades nós não alcança-

ríamos. Há necessidade de termos um tipo de procedimento para, sem dúvida alguma, quebrarmos esses muros e essa mediocridade, que, a meu ver, a ditadura conseguiu implantar, não só nas universidades, mas no País, como um todo.

A questão da ciência e tecnologia e do gerenciamento dos recursos foi conseguida, inclusive, por esforço grande, onde o Deputado Ariosto Holanda teve um papel destacado, junto aos institutos de ciência: 34 trilhões de cruzeiros que estão reduzidos a 19, no âmbito da ciência e tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Estando presente em plenário o presidente titular desta comissão, cu passo a presidência a S. S', o Deputado Eraklo Tinoco.

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURHAN — O Professor Gianotti, em parte, completou aquilo que estava presente na minha palestra original. Como eu não consegui dizer tudo nos vinte minutos, eu creio que boa parte das indagações, observações e críticas que foram feitas correspondem, estritamente, ao que eu acredito da posição a qual eu ocupo. Creio e estou profundamente convencida de que ou nós fazemos efetivamente uma reforma profunda que implique a relação entre a autonomia e a avaliação, ou não há possibilidade de solucionarmos o problema dentro da estrutura atual, dado o custo que ele possui. Nesse custo está embutida, não só uma imensa margem de desperdício, mas um sistema que privilegia as universidades que desperdiçam. Esse é o caso. O próprio mecanismo que leva as universidades a não terem condições de fazerem, elas próprias, a sua renovação. Entretanto, acho que é fundamental que se diga que as oposições políticas a uma reforma deste tipo são imensas. A Fasubra já se declarou contrária à autonomia. Que as oposições políticas a uma reforma desse tipo são imensas. O problema da isonomia salarial se transformou num monte sagrado. E como não há nenhum controle da qualidade, efetivamente, dos docentes e nem dos funcionários, isso significa simplesmente pagar igualmente aqueles que fazem um trabalho extremamente desigual e que têm uma qualificação e um desempenho extremamente diferenciado.

Não acho que a avaliação seja um sistema único. Queria apenas fazer essa observação. Num sistema de financiamento, há que se ter indicadores bastante fluidos e amplos, de tal forma que seja possível uma enorme flexibilidade de adaptação. Penso que tem que haver incentivos orçamentários que contemplem um conjunto de fatores, o que, inclusive, permite à universidade ter um caminho diferenciado. Mas tem que haver um certo desempenho para o número de alunos que a universidade recebe e forma, não só para o que recebe. Temos uma imensa massa de alunos que não freqüentam a universidade, que está presente nas estatísticas e não está presente de verdade. Mas temos os dados referentes a quantos alunos efetivamente foram formados. A desigualdade de uma universidade para outra é brutal. Temos que, efetivamente, contemplar melhor aquelas que estão recebendo mais alunos e que os estão formando, em primeiro lugar.

A SRA. MARIA LUIZA FONTENELE — Não tenho nenhuma discordância em relação a isso.

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURHAN — Temos, na verdade, que contemplar a qualificação. É importante que esse orçamento esteja preso à qualificação do corpo docente. O docente mais qualificado deve receber mais, inclusive, do que os outros docentes. E é importante que a qualificação do corpo docente seja uma forma através da qual a universidade aumente o seu orçamento.

E, em terceiro lugar, ele tem que estar preso, efetivamente, à produção científica. É impossível que continuemos a trabalhar na ficção de que todo mundo que é professor adjunto — 4, com DE, é um pesquisador, de tal forma que eu tenha que pagar a mesma coisa para — digamos — um bioquímico, da capacidade do Professor Leo-

poldo, da Universidade do Rio de Janeiro, que é uma sumidade internacional, que a um professor de educação física, no interior de um Estado, que jamais publicou um artigo na vida. Não é justo. Para eu pagar o suficiente para o Professor Leopoldo ficar nessa universidade, eu não posso ser forçada a pagar a todos os demais, que não são professores Leopoldo, que estão presentes na universidade.

E, aí, chega-se a uma parte crucial — me parece — da fala do Professor Gianotti, de que o diagnóstico está certo e a terapia errada. Como é que deslindamos esse nó? Como é que estabelecemos a terapia? Da perspectiva de quem trabalha no Executivo, eu me sinto absolutamente num cipoal de leis. Mas não é possível fazer isso que o Professor Gianotti aconselha. Num momento de contenção orçamentária, não podemos fazer um corte linear. Temos que, efetivamente, estabelecer quais são as prioridades, o que deve ser financiado e o que não pode ser. E não posso fazê-lo; o meu orçamento foi inteirinho votado no ano passado, neste Congresso, onde me dizem exatamente onde tenho que aplicar. E não posso fazer isto; não posso dizer para a universidade — foi esse o problema que tivemos no ano passado — que para fazer uma economia de pessoal — que foi feita, aliás — para aumentar um pouquinho a sua verba de custeio. Não foi possível. O orçamento, absolutamente, me impede. Qualquer troca dessas tem que vir no orçamento. Não só isso; tenho pilhas e pilhas de processos que tomam um tempo enorme pois cada vez que se quer trocar um jardineiro por um faxineiro, o processo tem que passar por mim, pelo Ministro, que tem que assinar, pelo Presidente da República e vir, com um projeto de lei, para o Congresso. Eu queria saber que condição que o Congresso tem de avaliar se a universidade precisa de um faxineiro ou se quer trocar — digamos — cinco datilógrafos por um técnico e um analista de computador! É impossível fazer-se isso; tem-se que passar pelo Congresso.

Quer dizer, esse desamarramento, que é o problema da autonomia universitária, passa necessariamente por uma discussão da legislação. É importante. Não se pode fazê-lo, porque freqüentemente se está emperrado dentro de um mecanismo de tal forma detalhista, que é impossível fazer, quer no Ministério, quer na própria universidade, os ajustamentos necessários. Acho que essa questão é fundamental.

A outra coisa é a questão do fluxo de recursos e a medida em que isso está sucateando o conjunto do sistema de ciência e tecnologia.

Quero dizer que não se pode fazer um simples raciocínio dessa forma. Em ao fato de o Governo ter ou não prioridades, estaremos fazendo um raciocínio parcial. E aí, Deputada, eu respondo à questão de por que a Universidade de Brasília não recebeu os 6 bilhões. Ela recebeu 20 bilhões num único mês, para pagar a URP, devido à decisão de um juiz, que é inteiramente contrária a todas as outras decisões dos outros juizes trabalhistas. E eu fui forçada a repassar essa verba. Eu tinha 20 bilhões para o custeio das universidades todas e destinei 20 bilhões para a URP de uma parcela dos funcionários que, numa sentença — na minha opinião absolutamente esdrúxula e contrária a tudo aquilo que aconteceu — não só pagou a diferença do tempo, mas incorporou-a ao vencimento e forçou o pagamento desde aquela época, com o que estourou, inteiramente, todo o nosso orçamento. E o professor Gianotti perguntou: “Qual é a prioridade e qual é o fluxo?”

Quero dizer, que não se pode fazer um simples raciocínio dessa forma. Em primeiro lugar, é como eu disse: é impossível continuar na dependência desse sistema, face ao sistema federal, simplesmente porque enquanto não houver uma séria reforma fiscal, que está na dependência da votação deste Congresso — e não estou dizendo que tem que ser feita a reforma fiscal que o Governo propôs; uma reforma fiscal qualquer, mas uma reforma fiscal que garanta um fluxo de recursos para o Executivo, qualquer que ele seja — é absolutamente impossível produzir fluxo de recursos. Então, a idéia é a seguinte: se esse é prioritário, então tiramos de algum outro caso.

Mas vou refletir com a educação. O Ministério da Educação tem recebido religiosamente, de toda a arrecadação da União, 18%. Meses há em que quando isso não dá para pagar a folha, ele recebe mais.

Não basta dizer — digamos — que há uma prioridade. No caso da educação, acho impossível que a longo prazo se pense que, para um nível federal, é possível aumentar muito mais do que 18%. Mas o problema é que quando recursos não há, porque a arrecadação não respondeu, não há jeito, obviamente. Não se pode tirar o dinheiro do nada. E boa parte dessas coisas que acontecem, quero dizer que este Congresso votou uma liberação de 500 milhões de cruzeiros, para a Escola Agrícola de Itabirana, que nunca se ouviu falar e que, certamente, não era prioridade do orçamento e o Congresso votou e darei esse recurso quando puder. E esse recurso vai sair do quê? Vai sair de um apoio a grupos de pesquisa que estão absolutamente morrendo neste País. E não é só isso, do meu orçamento, onde eu poderia socorrer essa questão, 67% estão vinculados exatamente a quanto eu tenho que dar para cada universidade. E, também, não vejo na política anterior do Ministério nenhum critério nessa distribuição, mas também, não vejo naquilo que é votado neste Congresso, nenhum critério de qualidade em função de quem recebe o quê e quanto, dentro do orçamento estabelecido.

Por isso é que comecei a minha fala dizendo: não vamos resolver esse problema nem em nível do Executivo e nem do Legislativo. Ou adotamos realmente uma política que nos permita uma distribuição racional de recursos ou não vai dar, não adianta dizer simplesmente que o Executivo não respeita o orçamento. O Executivo, na área da educação, está respeitando o orçamento, simplesmente ele não pode ser analisado em termos de desembolso de um doze avos, como está pensando o Reitor Ibañez, ele não pode pensar dessa forma, porque o orçamento é dado em valores médios. O orçamento que foi liberado para as universidades durante este semestre, é de um terço, 33%. esperando-se índice de inflação, porque tenho que reservar 66% para o próximo orçamento, o que está correto, esta não pode ser feita em função de um doze avos. E, na medida em que a arrecadação está entrando, está sendo feita. E a relação básica da situação do primeiro trimestre foi que a pequena reforma fiscal, que foi feita pelo Congresso, ela passou a vigor a partir de março, apenas. Trata-se de um problema mais sério, na sua raiz está a reforma fiscal, qualquer que seja, a reforma fiscal do Governo, da Oposição, porque realmente a situação se tornou, para o Executivo, absolutamente, insustentável. Não posso cumprir o que o Congresso determina e não é porque não queira, mais porque o dinheiro simplesmente não dá. Temos que desamarrar essa legislação. O primeiro passo seria, efetivamente, dar à universidade, autonomia. Tenho defendido e o fiz na Comissão que estuda as emendas constitucionais, a idéia de que está vinculado a um percentual dos 18% pela simples razão de que temos que garantir à universidade o que ela já tem hoje e distribuí-lo de acordo com incentivos que lhe permitam melhorar. Esta autonomia é fundamental. Sem o que vamos continuar amarrados a essa questão, cada vez que tenhamos que transformar o faxineiro em cortador de grama, o Congresso Nacional tenha que se preocupar, aquela Casa legislativa tem atribuições mais importantes para desempenhar do que examinar essas absolutas e monstruosas pilhas de processos, as quais o Presidente da República assina uma por uma. E, certamente digamos — no caso das universidades, é fundamental que a economia que se faz no pessoal, possa ser utilizada para OC. Isso tem sido um tabu fundamental dentro do Congresso. Sem isso, não vai ser possível uma racionalização de recursos.

Propus uma questão desse tipo e ela parece que não gosta da proposta do Executivo, mas sei que há emendas aqui, não é nesse sentido e é necessário que se analise um pouco como isso terá que ser fundamentado. E esse é que é o problema, nem todos os países e nem todas as universidades têm ciência. Neste País, pagamos a

todas as universidades como se elas estivessem promovendo o mesmo tipo de conhecimento. Hoje temos que ter incentivos determinados. Nem todos os lugares têm ciência, não há nenhuma universidade onde todo mundo a realize, nem na melhor universidade do País e é isso que acontece. Mas se não se está fazendo ciência, que se dê uma maior carga horária de aulas. Essa é uma questão fundamental.

Enquanto não for possível mexer nesse chamado Plano Único de Cargos e Salários e estivermos sob o Regime Jurídico Único, não há flexibilidade nenhuma possível, no planejamento. São esses dados, Deputado, a quem eu queria responder bem como à Universidade do Ceará; por falar nisso, um exemplo dentro dos nossos indicadores é uma universidade que tinha que ser incentivada, ela é extremamente racional, ela tem uma relação funcionário-aluno boa. Quando se fala — digamos — de um incentivo em função de indicadores de desempenho, não é o favorecimento do “sul maravilha”, em oposição ao coitadinho e ao pobrezinho do Nordeste; não, algumas das nossas boas universidades, em termos de desempenho, estão no Nordeste. Talvez eles não tenham os grandes laboratórios de pesquisa que tem a USP, mas eles têm, na verdade, pesquisas em andamento, eles têm uma excelente relação professor-aluno, eles estão dando um ensino de boa qualidade e é uma universidade que tinha que ser incentivada. Há outras no Nordeste e em São Paulo, no Rio de Janeiro e até em Minas Gerais — mas não a Universidade Federal, que é uma das boas que possuímos — na qual essa relação é absolutamente insustentável. Esta, eu acho que é a questão. E, por isso, quero dizer por que a Universidade brasileira não recebeu os 6 milhões. Isso ocorreu porque ela não deveria receber um valor. Ela estava calculando os 6 milhões em função de uma dotação uniforme, distribuída através do ano e não é assim que se pode calcular o que se distribui dentro do Governo, dentro de um valor que é um valor médio para o conjunto do ano. E a avaliação da universidade não foi apenas um modelo militar. O professor Gianotti e eu, provavelmente a senhora, vivemos na universidade durante o regime militar. O professor Gianotti foi aposentado mas eu vivi. Acho que há coisas aí.

A reforma que o regime militar impôs satisfaz, em grande parte, às reivindicações que a esquerda tinha feito, inclusive a reforma departamental, que foi apresentada depois.

Temos que assumir a nossa responsabilidade enquanto acadêmicos. Não se tem falado no departamento. Escrevi, há alguns anos, um artigo sobre a falência da estrutura departamental. Esse não é tema de debate dentro da universidade, é crucial para a universidade e tem que ser levantado. E não foi só a mediocridade implantada pela ditadura. A mediocridade tem sido implantada através da isonomia. A isonomia é um movimento corporativo que implanta a mediocridade com uma eficácia muito maior do que a ditadura foi capaz de fazer. Enquanto nós, efetivamente, não tivermos uma carreira associada à qualificação e à produção, essa mediocridade vai estar instalada e não vai poder ser controlada dentro da universidade. Desculpem-me, fico veemente quando vai andando a discussão.

Sobre a Embrapa, quero dizer que há um ano, na presidência da Capes, fizemos um grande seminário, que está em andamento. Através de um sistema de bolsas de estudo, o pessoal da Embrapa colaboraria com as escolas agrícolas, inclusive orientando alunos de pós-graduação. Está em andamento exatamente esse plano, que abre as universidades para os institutos de pesquisa e que permite alguma coisa nessa parte.

Faço um apelo ao Congresso: vote a autonomia, libere o orçamento da universidade, exija critérios de desempenho para saber quanto cada universidade vai receber, permita às universidades que a economia, na sua folha de pessoal, redunda num transporte e não só isso: dê-se à universidade a liberdade de fazer alguma coisa de que ela necessita. Ela tem que enxugar pessoal, mas não tem que pagar menos

ao pessoal. Temos que ter menos pessoal na universidade, mas qualificado. Há uma revolução, hoje, no mundo inteiro e na universidade ela tem que ser fundamental. Não podemos mais ter centenas de universitários semi-analfabetos, que não sabem bater à máquina. Temos que ter um corpo de funcionários altamente qualificados, que precisam receber um salário melhor, mas não podemos pagar os funcionários como se todos eles fossem analistas de sistema.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muito obrigado. Com a palavra o Professor José Arthur Gianotti.

A SRA. MARIA LUIZA FONTENELE — Sr. Presidente, permita-me só um esclarecimento. Não quero polemizar nem continuar indagando, mas dizer que as entidades, tanto a Fasubra como a Andes, têm-se manifestado em relação ao tipo de autonomia proposta no PEC-50, em que foi Relator o Deputado Nei Lopes. Está havendo um posicionamento contra esse tipo de autonomia prevista nessa proposta, em tramitação no Congresso Nacional.

O SR. JOSÉ ARTHUR GIANOTTI — A própria deputada mencionou que não podemos nos furtar aos constrangimentos financeiros. Os pontos que eu gostaria de ressaltar, que talvez não foram bem entendidos, são os seguintes: a situação da ciência e da tecnologia e da educação no Brasil, hoje, na crise em que está, precisa ser oxigenada já. Portanto, não se trata, agora, de pensar que podemos reformar para depois pedir desempenho, para depois dar dinheiro. Esse sistema de estrangulamento está levando a que os piores fiquem no sistema e os melhores vão embora. Essa é uma questão absolutamente grave e urgente.

Se, de fato, o orçamento do MEC está todo contingenciado, como a Professora Eunice Ribeiro falou, esse Governo tem uma enorme responsabilidade no contingenciamento das verbas da FINEP e CNPq. Isso está realmente levando essas instituições à falência. Essa é uma questão de absoluta urgência. Trata-se de dizer aos pesquisadores que eles vão trabalhar nessa margem de segurança, que seja mais baixa ou mais alta, mas não é possível começar uma pesquisa e depois perdê-la por falta de reagente, ou porque o objeto importado não chegou no prazo devido. Isso está acontecendo sistematicamente. Numa situação de crise, de recessão, estamos ainda investindo dinheiro com enorme desperdício, não por causa do desperdício estrutural da universidade, mas por causa de um corte linear de contingenciamento, em que valem outros compromissos, anteriores à prioridade máxima proclamada da ciência e tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Com a palavra o Deputado João Faustino.

O SR. JOÃO FAUSTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, inicialmente desejo me congratular com os depoentes, pela objetividade, pela maneira clara com que abordaram o problema da universidade brasileira.

A primeira das indagações que tenho a formular diz respeito a essa análise crítica, que hoje tivemos oportunidade de testemunhar. Sou daqueles que acredita que a universidade, apesar de todas as dificuldades por que passa no momento e por que passará no futuro, desempenhou um papel decisivo no crescimento da visão humanista, no desenvolvimento de alguns setores básicos da vida nacional, como arquitetura, tecnologia de ponta, biociência, química, eletrônica, informática etc. Acredito que, o que temos de bom nesses setores, se deve basicamente à universidade, à pesquisa, ao esforço que a estrutura universitária desenvolveu, no sentido de formar bons professores, inclusive no exterior, nos investimentos que foram feitos. Realmente, a universidade desenvolveu, especialmente nessa última década, um papel muito importante e muito decisivo para que o Brasil projetasse no mundo alguns setores que detém hoje.

Vejo que se avizinha o caos. A universidade está próxima à convivência determinada com o caos. Há realmente problemas sérios, do ponto de vista orçamentário, financeiro e administrativo, acho que há uma falência total do sistema departamental — concordo perfeitamente com a professora Eunice Ribeiro —, cada departamento hoje é uma corporação, pior do que uma corporação, uma corporação que tem medo de decidir, porque as atribuições dos chefes de departamento superam as atribuições do próprio reitor, que tem a visão macro da universidade; ninguém decide em departamento nenhum, criam-se comissões e subcomissões para que decisões pequenas sejam proteladas meses, até anos. Atualmente, um companheiro está pedindo uma lotação provisória, prevista em lei. Há seis meses, luta por um parecer da universidade. O chefe do departamento esteve com o processo, nomeou uma comissão, a comissão não se reúne, o presidente da comissão foi fazer curso no exterior. Resultado: o professor prejudicado, por conta de uma burocracia ilimitada que toma conta da universidade brasileira.

A revisão na legislação é fundamental. Não podemos conviver mais com isso e ficarmos presos às funções básicas de ensino, pesquisa e extensão. Temos que nos libertar desse conjunto rígido de atribuições. Deve haver, nesse sentido, uma flexibilidade muito maior.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas bem objetivas à professora Durhan, para esclarecimento pessoal.

Foi-nos dito e demonstrado em quadros que 68% dos recursos do Ministério da Educação são destinados ao ensino superior. Qual o percentual destinado às escolas técnicas federais? Chegaríamos a um percentual realmente assustador e teríamos um mínimo percentual destinado ao ensino básico e ao ensino fundamental.

Foi-nos apresentado um quadro que desnuda toda a face de distorções no ensino superior brasileiro. Os custos do aluno na universidade do Japão é inferior aos custos do aluno na universidade brasileira. Nos custos do Japão — em torno de cinco mil e poucos dólares — estão incluídas despesas com inativos, com hospitais, com museus. Acho que esses dispêndios fazem crescer assustadoramente o custo/aluno na universidade brasileira. Não sei se V. S^a poderia responder ... esses dispêndios fazem crescer assustadoramente o custo/aluno na universidade brasileira. Não sei se a senhora poderia responder de pronto a essa pergunta, se não for possível, que o faça mais adiante. E uma terceira pergunta, também, muito objetiva: a sua opinião sobre a possibilidade de as escolas técnicas federais ministrarem curso de nível superior, no caso, formação de tecnólogos. E faria outra pergunta também, dentro da exposição que o Professor Gianotti fez: se para essa reforma que se tenta fazer — e esse tem sido o papel desta Comissão aqui, apresentar ao Brasil o modelo para a universidade brasileira, que possa realmente salvar a instituição do caos que se avizinha — eu perguntaria, já que o termo está em moda, se não seria necessário um pacto universitário, porque, sem ele, dificilmente mudaríamos qualquer coisa, tanto da legislação quanto da estrutura universitária.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Inicialmente, para a sua resposta, concedo a palavra à Professora Eunice Ribeiro.

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURHAN — Eu quero agradecer ao Deputado João Faustino em primeiro lugar porque, na pressa, acho que não ressaltai alguma coisa importante, que V. Ex^a teve a bondade de ressaltar. Acho que apesar da crise, apesar das dificuldades há muita coisa boa nas universidades brasileiras. Temos, hoje, nas universidades brasileiras, inclusive, um sistema de pós-graduação praticamente único em todo o Terceiro Mundo, em que estamos formando pessoal de altíssima qualidade, em todos os ramos de conhecimento, talvez não na quantidade desejada; também, alguns não são de tão alta qualidade assim, mas se tem conseguido isso.

Certamente foi uma vitória desse sistema e temos grupos de pesquisa excelentes, fazendo pesquisa relevante. É verdade que a crise conjuntural, na qual o Professor Gianotti se concentrou, é bastante séria e, entretanto, acho que houve, a partir de abril, com a vigência da nova reforma, alguma liberação de recurso, inclusive por causa do Finsocial; a interrupção do pagamento do Finsocial prejudicou enormemente as universidades, porque prejudicou enormemente os hospitais. No seu conjunto, os hospitais ficaram inteiramente desprovidos; então, nessa conjuntura, não houve um grande decréscimo, tanto do orçamento de pesquisa, que vem do Finep e do CNPq, quanto da renda dos hospitais, quanto o decréscimo das universidades. Então, os últimos seis meses acho que foram os piores da história da universidade, mas acho que agora a situação melhorou um pouco, e espero que ela melhore um pouquinho mais. Mas V. Ex^a tem razão. Estávamos no caos, acho que talvez tenhamos já chegado ao fundo do poço e começamos a melhorar um pouquinho de agora para frente, para permitir pelo menos a permanência daquilo que há de bom dentro da universidade.

Dos recursos, 68% são destinados ao ensino superior. Tenho sempre que trazer as tabelas, Sr. Deputado, porque tenho uma péssima memória para números. Consegui guardar alguns cruciais, a respeito do nosso ensino, mas não tenho o volume das escolas técnicas. Boa parte, digamos, das despesas de Cenet, entretanto, são feitas com construção de escolas e menos com manutenção de escolas. E das escolas técnicas, as mais dispendiosas, que são as Ceteb, estão no ensino superior, de modo que parte dela já está embutida. Não estão as escolas técnicas de segundo grau, V. Ex^a me desculpe, mandarei os dados em seguida, mas não os tenho no momento, o que sei a respeito das escolas técnicas é que há uma imensa pressão para a construção dessas escolas, que deveriam depois ser mantidas pelos municípios. É que da parte dos municípios não ocorre, na verdade, a manutenção. A pressão dos prefeitos para a construção de escola técnica deriva, muitas vezes, do completo abandono dessa escola, uma vez que ela tinha sido construída pelo Governo Federal e entregue. O nosso problema aí não é também desrespeito aos três Poderes. Acho que seria possível, na verdade, que parte das escolas técnicas se transformassem em Ceteb. Acho que a criação, a expansão de um ensino superior mais tecnológico, onde há efetivamente uma pesquisa aplicada, é excelente. Recomendo a qualquer pessoa que queira ter uma visão positiva do sistema brasileiro, hoje, a visitar o Ceteb do Paraná, que é uma instituição excelente, onde não há desperdício nenhum, todos os equipamentos são reparados. Boa parte dele é produzido na própria escola; o treinamento da manutenção de equipamento de alta precisão é feito como parte do treinamento dos professores, onde se faz efetivamente o treinamento de pessoal da indústria, que remunera a instituição e doa equipamento e de tal forma que temos algumas instituições que não mencionei e que são efetivamente modelares.

Acho que no momento é impossível pensar nessa expansão, porque temos que concentrar a tarefa na regularização do fluxo básico de OCC para o que existe, quer dizer, pelo menos como tarefa do Executivo, é que está todo mundo morrendo de fome e primeiro tem-se que dar o mínimo para depois pensarmos efetivamente numa transformação que nos leve a essa direção e, inclusive, talvez com o auxílio dos próprios estados e em parte algum auxílio do município. Acho que essa seria uma política crucial para o ministério, está apontada num documento que deixei aqui, mas lamento dizer que não tive recursos para implantá-la ainda.

Sobre o custo do Japão, a despesa com os inativos. Certamente no Japão não temos um sistema em que as pessoas se aposentam não só com tempo integral, não só com salário integral, mas inclusive com uma promoção. O Regime Jurídico Único é uma luta fantástica, a pessoa é promovida, não só é aposentado com 25 anos, no caso das mulheres, mas inclusive é promovido ao se aposentar, é um incentivo

à aposentadoria. No Japão é o contrário. De modo que realmente acho que a porcentagem dos inativos, se estiver na folha, deve ser em torno de 5%, ao passo que a nossa está beirando a 30%. E isso é porque, obviamente, o Japão tem menos inativos do que nós. Como sabemos, como o Japão é um país pobre, as pessoas têm que trabalhar bastante, ao passo que no Brasil, sendo um país extremamente rico, as pessoas podem se dar ao luxo de uma ociosidade precoce, através de uma legislação extremamente generosa. Agora, dos custos básicos excluímos os hospitais na medida do possível. E eu gostaria novamente de dizer que tenho realmente medo de apresentar dados, porque é sempre um indicador. É muito difícil esperar completamente a despesa de hospital. A despesa de hospital que está na universidade é a da folha de pagamento, retirei essa despesa na base dos cálculos, porque o custeio do hospital entra em grande parte do Inamps. Por isso também que a universidade não recebe só os recursos que estão ali escritos para a OCC, pelo menos 15% a mais vêm de outras fontes. Eles recebem recursos do Inamps para manutenção do hospital — quando é liberado, não é, Professor Gianotti? — os recursos dos convênios para financiamentos têm uma receita própria para prestação de serviços, de tal forma que em algumas universidades, e eu gostaria de citar como exemplo a Universidade de Mato Grosso do Sul, pode o seu recurso do OCC ser o triplo daquele que vem do Tesouro, como aliás é necessário e é bom, isso não é uma privatização da universidade, é o fato da inclusão da universidade. As universidades japonesas não incluem, entretanto, museus; de forma geral, os museus são alguma coisa na qual a universidade desempenha um papel de pronto-socorro: salvar o patrimônio histórico desta Nação. Tenho um seminário agora sobre os museus universitários e veremos o que faremos com eles.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra ao Professor José Arthur Gianotti.

O SR. JOSÉ ARTHUR GIANOTTI — O Deputado tem razão. Vai ser necessário um pacto com os três Poderes e a própria universidade. Mas quero lembrar que esse pacto racha a comunidade científica, e isso é inevitável. Da mesma forma que o Vicentinho, quando foi para os Estados Unidos tentar segurar a Autolatina, em São Paulo, ele rachou a comunidade operária. E esse efeito de rachar é altamente produtivo. Quero lembrar o seguinte, quando começamos a falar em avaliação, houve uma grita generalizada, a idéia de que professor devesse prestar contas a seus pares de uma forma mais sistemática do que simplesmente no ritual dos concursos. Era algo que não tinha sentido, dentro da cultura brasileira do catedrático. Pois não é que a avaliação hoje se tornou o lugar comum? Muito bem. Acredito que essa autonomia também se tornará um lugar comum e peço-lhes desculpas para dar o testemunho de São Paulo. Quando veio a autonomia das três universidades paulistas, com 8.4 na arrecadação do ICM, a maioria dos nossos colegas foi contra, dizendo que era uma maneira de o Governador se livrar da questão da universidade, que era uma espécie de privatização da universidade, assim por diante. Os chavões foram imediatamente convocados. O que aconteceu? Aconteceu que no primeiro momento os próprios reitores fizeram a festa. Em seis anos a Universidade de São Paulo passou de 6 mil funcionários, digo, de 9 mil funcionários para 16 mil funcionários, com a idéia de que eles estavam suprimindo carências que realmente precisavam ser supridas, mas que depois poder-se-ia fazer o enxugamento. Como este não foi feito, de repente a universidade de São Paulo teve uma quantidade de funcionários que ela nunca tinha tido. O resultado: a própria universidade começa a corrigir seus erros e hoje os reitores, todos eles, estão cortando funcionários, porque eles sabem que essa situação é impossível, isto é, a autonomia trouxe uma responsabilidade na gestão do recurso público e trouxe a possibilidade de adaptação, há circunstâncias efetivas onde ela

pode trabalhar, então, na Universidade de São Paulo da própria universidade ter a sua política de adaptação às circunstâncias efetivas onde ela pode trabalhar. Então, a Universidade de São Paulo trabalha de uma maneira, a Unicamp trabalha de outra e a Unesp, que é uma universidade distribuída no Estado de São Paulo, em vários *campi*, tem uma outra filosofia. Quer dizer, isto não havia, a autonomia. E agora é necessário que em São Paulo se estabeleça o sistema de conciliação. Isto é, para poder assegurar essa autonomia nós precisamos permitir que a universidade encontrasse os próprios modelos.

Para terminar, eu gostaria de dizer que: esta Comissão tem uma enorme importância na formação daquilo que se chamou de modelo para uma universidade, mas como a universidade virou, hoje, uma palavra equívoca, como manga, e universidade ela pode significar tanto a manga fruta como a manga da roupa, o pedaço de roupa, e todos esses vários institutos são chamados de universidade, ou preferia que os ilustres Deputados pensassem menos num modelo da universidade, mas pensassem, antes de tudo, numa meta onde pudessem caber várias formas de vida acadêmica.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra ao último inscrito, o Deputado Paulo Lima.

O SR. PAULO LIMA — Eu analiso que a situação da universidade é o primeiro alarme do contexto da busca do caminho que o Brasil quer encontrar. E hoje nós vemos que havendo a crise da universidade, é muito pior no ensino básico. Então, temos que analisar até a própria Constituição quanto ao seu cumprimento, no que tange ao crédito educativo. Se é uma instituição filiada, o que está ocorrendo para salvá-la. Ou para que, realmente, possa amparar o aluno carente. Será que o aluno carente terá, como prevê a própria Constituição, os seus atributos para que ele possa ter os seus conhecimentos adquiridos dentro de uma universidade?

A produtividade é sempre discutida dentro de uma universidade. E nós vemos, lá em São Paulo, como Deputado de São Paulo, vemos a Universidade de São Carlos, onde eu tive em minhas mãos um estudo pelo qual um aluno sairia na média de 20 mil dólares ao ano, dentro daquela Universidade. Esse trabalho chega às mãos em 1990, durante a campanha que estava ocorrendo. Nós vemos que o Governo tem a obrigação de dar a gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais. Mas ocorre que a refeição, inclusive, é subsidiada, a tal ponto que há pessoas que não necessitam desse subsídio. Eu acho que subsídio se dá a quem precisa. Agora, quem tem condições de pagar, tem que pagar. Acho que esse é um subsídio à forma de alimentação.

Nos vemos a Unesp, em Presidente Prudente, da Universidade de São Paulo, onde chegamos ao cúmulo de ter um aluno no último ano do curso de Engenharia Cartográfica. Digamos que tenha aproximadamente de 20 a 25 professores à disposição desse aluno. Quer dizer, então isso é o cúmulo da aberração do dinheiro público e de uma condução de crise dentro de uma universidade.

Nós vemos que a pesquisa na USP foi um trabalho, inclusive foi uma luta quando o Secretário da Educação, o atual Ministro Goldemberg, que a maioria dos doutores, ou, inclusive, das pessoas que tinham curso de graduação, de pós-graduados, eles não desenvolviam um trabalho constante dentro da universidade, inclusive aos quais tinham uma aula, eles não dão aula programada dentro do *curriculum* da disciplina. A maioria dos doutores passa a maior parte do ano acompanhando apenas os seus auxiliares dentro das salas de aula.

Então, perguntamos: por que não a maior cabeça dentro de um departamento passar seus conhecimentos, enormes, para os alunos que lá estão? Na maior parte do tempo, não ter esse acompanhamento na produtividade no que tange à pesquisa e no que tange à parte docente?

Nós temos vistos, na questão do ensino básico, algumas prefeituras, como a de Maringá, como a de Curitiba, que estão adotando a gestão privada no ensino básico. O pagamento é por aluno. Então, existe uma preocupação do corpo diretivo e dos docentes, aos quais cabem 50% da produtividade da escola pública, do ensino básico, e também com a participação de alguns empresários e de alguns funcionários que queiram pleitear dentro desse trabalho. Eles recebem por aula dada e também têm uma participação dentro da escola pública e que funciona perfeitamente. Onde se verifica uma quantidade quase mínima de depredação da escola pública que é o grande problema hoje dentro das escolas é a depredação. Os alunos não fazem questão de conservar o que têm e os funcionários e alguns professores também, em função do próprio sistema existente, não brigam pela conservação do patrimônio público.

A Constituição, em seu art. 20, prevê autonomia, como disse, agora há pouca ao professor. Por que essa autonomia não é dada em seu pleno gozo a todas as universidades brasileiras, no que concerne à educação, à didático-científica e gestão financeira e patrimonial, apenas tendo o acompanhamento do Ministério da Educação, o seu controle através dos resultados? O resultado de uma universidade, analisamos pela produção que gera à comunidade, no que tange à saúde, no que tange à parte de assistência social, e, também, nos resultados dos alunos, dos profissionais que saem das fileiras acadêmicas, através da prestação de concursos, através do seu trabalho profissional e liberal dentro da sociedade.

E nós vemos também o ensino básico, que não tem delineado seus princípios básicos, também, como livros didáticos permanentes. Por que não colocar como obrigatório livros didáticos permanentes, no que concerne à Matemática, ao Português, à Literatura, à História, à Geografia, que são matérias de conhecimento permanente. Não se mudam essas matérias, por que não acabar...

O SR. JOSÉ ARTHUR GIANOTTI — Na universidade, isso?

O SR. PAULO LIMA — Não, estou falando no ensino básico, na universidade existem os livros permanentes, sim, que passam de aluno para aluno, de irmão para irmão e ao qual as próprias universidades, no sentido pesquisa e biblioteca, contêm várias formas para a pesquisa e para o ensino do acadêmico. Acho que no ensino básico deveríamos acabar principalmente, com a indústria das editoras, o enriquecimento, como se faz hoje dentro das editoras, porque o livro é descartável, ele não serve para o irmão mais novo, ele não serve de um aluno para o outro. Por que o MEC não estuda a possibilidade de colocar livros didáticos permanentes para o ensino básico? Que se estude, também de acordo com o art. 206, inciso V, a valorização do profissional de ensino com o plano de carreira para o magistério, como o Senador Hugo Napoleão citou aqui agora há pouco, que seria uma forma de isonomia, ou seria, realmente, uma valorização do profissional que se presta, na sua vida profissional, a zelar pelo ensino público e trabalhar pelo engrandecimento da universidade e da educação do nosso País. Então, seriam questões que deveriam ser consideradas para que possamos, realmente, sair da crise e procurar o caminho de que o Brasil necessita e precisa.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra à Professora Eunice Durhan.

A SRA. EUNICE FURHAN — Sr. Deputado, eu não conheço bem os dados a respeito do chamado orçamento custo/aluno, eu não conheço nenhuma universidade brasileira, embora as tenham chamado de perdulárias, não é onde esse curso vá a 20 mil dólares por aluno. Isso é absolutamente impossível. Eu gostaria de ter esse trabalho, mas eu posso lhe passar os dados que eu tenho, mas nós estamos aqui trabalhando numa superestimativa de 8 mil, valor no qual eu não acredito, mas de uma subestimativa de 4.900, que eu acho talvez um pouco reduzido.

E o que eu tinha tentado explicar, também, é que este não é o custo do aluno, mas o da universidade em função dos alunos, porque ela inclui as outras coisas, e a Universidade de São Carlos certamente é uma das boas universidades de pesquisa que temos neste momento. Talvez esteja aí incluído um alto investimento que foi feito nos laboratórios das universidades. De modo que, em um ou dois anos, onde se fizeram efetivamente investimentos nos laboratórios que vão ter outro retorno pode ser que, contado desta forma, dê durante um ano os 20 mil dólares. Mas aí é uma questão de que essas estatísticas são muito complicadas e elas freqüentemente são lidas de uma forma muito distorcida. Mas eu gostaria de ver este trabalho, não tem a universidade brasileira esse custo.

O problema do crédito educativo é um programa que está hoje inteiramente ultrapassado. Porque ele foi feito e elaborado em termos de um contrato entre a Caixa Econômica e o estudante individualmente, no qual não entra em conta nenhuma avaliação da instituição na qual o aluno ingressa. Eu gostaria muito de ter um projeto para alterar fundamentalmente o crédito educativo. Eu creio que o crédito educativo pode ter um instrumento efetivo de ampliação de acesso ao ensino superior e um instrumento de avaliação do ensino privado. O problema com crédito educativo, entretanto, é que, nessa situação de restrição, e dado o caráter leonino do contrato, no qual o aluno entra e não tem prazo para sair, tendo aproveitamento ou não, no qual o MEC não tem um controle sobre o valor das mensalidades. Estamos simplesmente tentando cumprir obrigações contratuais, a que somos forçados pela justiça.

O problema crucial do crédito é que ele funcionava com os recursos do FAS. Quando a Constituição e a legislação posterior, votada pelo Congresso, dedicou inteiramente os recursos do FAS à seguridade social, não ficou previsto nenhum recurso adicional para o crédito educativo, de tal forma que ele acabou entrando nos 18% da educação.

Aliás foi uma medida bastante controversa, porque não se deve aplicar o dinheiro dos impostos nas escolas particulares. Nesse caso, ele não é diretamente aplicado nas escolas particulares, porque é crédito dado ao aluno e não doação, crédito que deverá ser ressarcido posteriormente.

Mas estamos certamente numa situação em que, em primeiro lugar, é necessário restabelecer algum fundo para esse crédito, que não seja exclusivamente da receita de impostos. Aliás, há um projeto no Senado, já votado na Câmara, que implica a restituição de uma parte das loterias esportivas para o crédito educativo, como ocorreu no passado. Há também um projeto do Ministério da Educação, que — tão logo haja esta aprovação que nos dê uma liberação orçamentária adicional — poderá introduzir um novo programa.

Terei o maior prazer em discutir com os Deputados a natureza do projeto, na medida em que ele efetivamente beneficie o ensino do País e o acesso da população a um ensino de boa qualidade. E não simplesmente beneficie instituições que vendem diploma, no sentido figurado. Aí, entramos num problema que não foi levantado. Mas quero aproveitar essa permanência no Congresso e abordar esse assunto. O processo absolutamente antiquado de regulamentação de profissão cria um valor de mercado para o diploma, que não é um valor de conhecimento. Com isso, criamos uma procura artificial por diploma e de tal modo que é o diploma e não o conhecimento que garante o aumento do salário. As pessoas são levadas a buscar o diploma e não o conhecimento.

O credenciamento das profissões, o excessivo credencialismo brasileiro, que é único no mundo — nem a Itália tem um sistema tão complicado — em que tudo é regulamentado e tudo exige um curso para que seja obtido, esse sistema leva a um efeito extremamente perverso em função das universidades.

Não concordo com o Deputado sobre a questão. Defendo a gratuidade do ensino, defendo a racionalização dos gastos. Acho, entretanto, que o subsídio alimentar não deve sair da verba de educação.

É difícil atuar neste momento, porque as universidades têm e não têm autonomia. Mas gostaria enormemente, estou estudando a possibilidade de impedir que com o recurso da educação seja financiado o restaurante universitário.

Tenho uma boa experiência disso. Houve um momento em que estava na Universidade de São Paulo e fizemos um estudo do custo do restaurante universitário e ele era maior que o custo de manutenção de toda a Escola Politécnica, que era a maior escola da universidade e uma escola de alta tecnologia. Só o restaurante universitário. Acho que esse restaurante pode ser subsidiado com outros fundos, mas não deve sair da verba de educação. E aí concordo, Deputado. Tentarei encontrar uma forma, através dessa legislação tão complexa, em que isso possa ser efetuado.

E não é verdade que os doutores passam a maior parte do ano sem dar aulas. Parece-me que V. Ex^a citou o caso específico da Universidade de São Paulo nesta questão. Nessa universidade, a carreira começa com doutor, de modo que tem muito pouco professor que não seja doutor. Obviamente que se os doutores não derem aula, não há professor para dar aula.

Em primeiro lugar, sou uma professora da Universidade de São Paulo e enquanto estive lá, isso foi até há dois anos, dei aula sistematicamente nos cursos introdutórios. O meu departamento não era o único, a minha faculdade não era a única. Os professores, obrigatoriamente, devem, todos, até o titular, dar aula em algumas das disciplinas básicas. Essa norma não é geral, não abrange todas as universidades. Mas na Universidade de São Paulo a prática é que todos dêem aula na graduação, inclusive dêem aula nos cursos introdutórios. Isto já está implantado.

Creio que, em muitas universidades federais, aconteça um problema um pouco diverso. Exatamente nas universidades em que há pouco doutor, os doutores querem ficar só na pós-graduação. Eles não querem dar aula na graduação. Isso não é geral, mas existe e deve ser combatido.

Acho que os professores devem dar aulas e devem dividir o seu tempo. E a minha opinião é a de que todos os professores deveriam dar aula na graduação e de preferência no primeiro ano, porque é um processo pedagógico necessário ao professor.

Mas isso não deve ser imposto. Não se deve passar uma lei para tudo, porque isso engessa o sistema mais do que o auxilia.

E a experiência de Maringá é importante e deve estar a cargo do município. O que se pode fazer no universo federal é limitado. O ensino de 1^o e 2^o graus é basicamente responsabilidade do Estado e do Município. Acho que não cabe, no Brasil, uma carreira única para o magistério. É impossível haver uma mesma carreira para o magistério no interior do Estado do Paraná e no interior do Estado do Maranhão, mesmo porque esses recursos provêm do Estado e do Município.

Acho sim que o Governo Federal tem a obrigação de fazer um papel redistributivo nessa questão. Mas dentro da divisão atual de responsabilidades, o Governo Federal deve fazer, com a sua quota do salário-educação, as escolas para serem mantidas pelos Estados e Municípios. Não pode o Governo Federal, que mal dá conta das suas obrigações para com o ensino superior, fazer uma rede, ele próprio, de escolas de 1^o e 2^o graus.

Há uma rede de escola tecnológica e está se tornando muito difícil mantê-la com um sistema federal unificado. Então, é importante que essas questões sejam de responsabilidade no Município, onde, na verdade, a população pode cobrá-las.

O que o Ministério tem feito é algo muito simples: em função do fato de que estão sendo construídas e reformadas escolas comuns, se estão construindo Ciac e,

ao lado deles, está-se fazendo um processo chamado "ciacização", isto é, utilizar parte dos equipamentos dos Ciac para melhorar escolas comuns, está-se exigindo na verdade dos prefeitos a apresentação de um plano de melhoria de salários. Esta é a política do Ministro José Goldemberg, a qual pressupõe que o Governo não pode dar salário, mas se o Governo está construindo escola, a prefeitura então que use o recurso que tem para aumentar o salário dos professores.

Este tipo de contrato tem sido firmado sistematicamente, e acho que esta é uma política extremamente esclarecida, porque não parte do pressuposto que o Governo Federal vai dar tudo. Mas, na verdade, ele parte do pressuposto de que, a uma função redistributiva do Governo Federal, corresponda um esforço do Estado ou Município no seu nível de competência, que é o de pagar os salários dos professores e manter as escolas.

Este plano de valorização tem que ser feito, não através de um sistema único, mas através de um sistema variável. No caso das universidades, o plano único que implicou essas quatro categorias e que depois foi alterado de tal forma que é necessário mais titulação para um progresso, na minha opinião, contribui para um desastre da universidade como instituição de ensino.

As universidades são muito diversas em seu tempo de qualificação, a carreira é absolutamente igual. E de tal forma, como já citei anteriormente, paga-se a um pesquisador de nível internacional, com uma elevadíssima produção científica e uma elevadíssima produção docente, pessoas que estão formando doze ou treze doutores a cada dois anos, além de dar aulas de graduação, a mesma quantia que se paga por um professor que jamais publicou um artigo e dá, às vezes, menos aulas do que esse grande pesquisador.

Então, através desse sistema único, rígido e sem controle, não há perspectiva para o pesquisador. Isso é algo que deve ser cobrado da universidade, mas não pode ser feito através do Governo Federal. O que o Governo pode pedir é o desempenho da universidade no seu sentido global.

Agora, o controle interno que influi nesse desempenho global, essa é uma tarefa que só a universidade pode realizar internamente. Não que o Governo possa entrar nas universidades e fazer uma avaliação de professor. Isto, a universidade fará no momento em que haja um incentivo para que ela receba mais, quando o seu corpo docente for qualificado.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muito obrigado.

O SR. PAULO LIMA — Gostaria de fazer um comentário rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Pois não.

O SR. PAULO LIMA — Gostaria apenas de lembrar que em 1991 muitas universidades não receberam o crédito educativo. Há um contrato assinado e vigente, mas a maioria dos alunos não recebem o valor correspondente ao crédito educativo.

Este ano, parece-me que já foi repassada a verba para o Ministério da Educação, no valor de 80 bilhões, de acordo com o Ministro Goldemberg, e que, até o momento, não existe nenhuma definição em relação ao crédito educativo para o 1º semestre deste ano.

A SRA. EUNICE DURHAN — Essa explicação, posso dar.

Não houve nenhuma universidade que ficou sem o crédito educativo.

No ano passado, a verba orçada para o referido crédito foi inteiramente despendida no 1º semestre. Eram 49 bilhões. Através inclusive de um processo que teve que passar pelo Congresso, conseguimos um adicional de 14 bilhões. O que foi obtido foi conseguido dentro do Congresso; que pagaríamos o equivalente à matrícula do primeiro semestre mais 66%. E isso foi feito integralmente. Naquela época, fiz diversas

reuniões, eles concordaram de início, mas, assim que repussei o dinheiro, eles voltaram atrás, acharam que seria insuficiente o que receberiam; e paguei adiantado ainda por cima. Mas não haveria aumento de matrícula para os alunos do Crédito acima de 66%. Não tenho instrumentos legais para forçar as universidades, porque o contrato não é feito por nós. Não houve universidade que tenha ficado sem receber. As universidades receberam todo o equivalente ao que tinham recebido no primeiro semestre e mais 66%. Então, se alguma universidade lhe disse isso, o senhor pode me trazer o nome pessoalmente e eu lhe direi quanto foi dado a ela.

Neste segundo semestre, não há uma liberação dessa ordem de recursos do Tesouro. O que está alocado dos recursos financeiros são 149 bilhões, que o Congresso votou para o Crédito Educativo. Desses 149 bilhões, obviamente, há um valor médio para o semestre. De modo que, para fazer uma distribuição justa, eu deveria programar 1/3 para o primeiro semestre e 2/3 para o segundo. Como há esperança de que possamos obter recursos adicionais através de um projeto que tramita aqui, pedimos a liberação orçamentária de 75 bilhões. A dotação orçamentária depende da liberação financeira, que depende da arrecadação da União. Antes dessa liberação, tenho que pagar os funcionários das universidades.

Conseguí, neste momento, uma liberação financeira de 20 bilhões desses 75 bilhões, e pedi à Caixa que comece imediatamente o aditamento do que foi liberado financeiramente; os restantes 55 bilhões deverão ser pagos em duas parcelas. De tal forma que espero chegar ao fim do ano com essa quantia.

Entretanto, tenho uma variável absolutamente incontrolável. É que as instituições privadas pagam quando querem. As instituições privadas funcionam de acordo com o mercado. O mercado tem mecanismos de controle, isto é, quando a mensalidade fica muito elevada, os alunos saem, e as universidades não se mantêm. Esse é o mecanismo de mercado que controla o preço da universidade privada. Não no Crédito Educativo, porque o nosso contrato é permanente. A universidade sobe o quanto quiser, e isso é um acordo que está no contrato. Eu, no momento, não posso mudar esse contrato. Esse contrato foi assinado e perderei na Justiça qualquer causa — e já perdi — em que tente fazer algum tipo de controle.

O SR. PAULO LIMA — Professora, no que tange...

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Deputado, infelizmente, o tempo é limitado e não poderemos continuar ouvindo as suas indagações, mas a professora Eunice se coloca a sua disposição para encaminhar esses esclarecimentos, terá todo o prazer de lhe transferir.

Concedo a palavra ao professor Gianotti para suas considerações finais.

O SR. JOSÉ ARTHUR GIANOTTI — Deputado, serei extremamente breve. O senhor é meu aliado na crítica da universidade, mas, para ser aliado na crítica da universidade, é preciso que conjuguem nossas informações. Em primeiro lugar, um aluno numa classe pode acontecer, porque, se está marcado um voo regular de São Paulo a Paris, se esse voo não for realizado, muita coisa pode acontecer também. Portanto, um caso não significa nada na universidade, é preciso ver os dados agregados.

Em segundo lugar, a lista dos improdutivos na Universidade de São Paulo já criou muita polêmica. O senhor sabe muito bem que ela não tem nenhum sentido, porque pessoas que tinham publicado livros, um livro por exemplo, um dia antes daquela lista ter sido feita, tinha virado improdutivo durante dois anos. Ninguém produz mais, na minha área, livros a cada semestre. E a própria Universidade reconheceu o erro da publicação desse livro.

Em terceiro lugar, Deputado Paulo Lima, os professores dão aula sim. E se estamos, hoje, fazendo críticas à universidade, é porque a nossa universidade é a melhor da América Latina. E não vamos criar situações que, por exemplo, predomi-

naram na Argentina, que destruíram a universidade da Argentina e fizeram com que grande parte da intelectualidade argentina emigrasse. O caso argentino é, a meu ver, o caso mais terrível e que devemos ter sempre em mente, para nunca segui-lo.

Quero lembrar ao nobre Deputado que, em filosofia, em ciências sociais e medicina, a Argentina ganhou prêmio Nobel, fez trabalhos admiráveis, assim por diante. E essa universidade foi destruída pelo populismo, destruída por um preconceito antiuniversitário. E se mantivermos esse preconceito e esse populismo no Brasil, teremos a mesma situação.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muito obrigado.

O SR. PAULO LINO — Gostaria de fazer um comentário sobre...

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Deputado, o andamento dos trabalhos é de indagações e respostas. V. Ex^a teve todo o tempo disponível para as perguntas; não podemos estender esse diálogo como um debate, porque, infelizmente, estamos restritos a regras regimentais.

O SR. PAULO LINO — Mas é no que tange à própria colocação do Professor.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Mas se cada Deputado tiver a oportunidade de fazer uma indagação e estabelecer um debate, não terminaremos a tempo. Mas, como é o último inscrito, concederei a V. Ex^a

O SR. PAULO LINO — Obrigado.

Professor, no que tange à Unesp, que citei um caso, que talvez seja isolado, mas não é de hoje.

Se há somente duas ou três pessoas num vóo, a empresa, obviamente, é obrigada a cumprir o contrato preestabelecido, mas, com certeza, após um ou dois anos tendo prejuízo ou prestando pouca assistência, será revista a forma de trabalho.

O que alego não é essa questão. Acho que os professores e a universidade deveriam procurar alguma forma de suprir mais os alunos. Por que essa ausência de procura, essa ausência dos acadêmicos num curso gratuito? Alguma coisa tem que ser analisada, isso já está ocorrendo há quatro, cinco anos.

Citei um caso específico do qual tenho conhecimento. Não posso falar das outras universidades.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Deputado, a Presidência solicita que V. Ex^a seja breve, pois o Relator ainda não fez suas indagações e, lamentavelmente, não podemos estender o tempo.

O SR. PAULO LINO — Pois não.

Para finalizar, quando disse da questão de produtividade da USP, essa foi uma denúncia do próprio Ministro Goldemberg. Estou abordando a respeito do que li nos jornais e acredito que o Ministro Goldemberg tenha falado com propriedade e com conhecimento.

Eram estas as minhas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — O Professor Gianotti não tem comentários a fazer e, sem delongas, passamos a palavra ao nobre Relator.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Sr. Presidente, Srs. Deponentes, Sr. Deputado, em virtude do adiantado da hora, este Relator não terá a oportunidade de comentar, de maneira adequada, os valiosíssimos depoimentos prestados pela Professora Eunice Durhan e pelo Professor Gianotti.

Esta CPI existe por iniciativa do Deputado João Faustino, do Rio Grande do Norte, e sinto-me no dever de lhe dar esse crédito.

Como Relator, junto ao Presidente Eraldo Tinoco — que tem procurado dinamizar de maneira inexcusável os nossos trabalhos, garantindo um alto grau de eficiência — e produtividade — cheguei à conclusão de que estamos colhendo dados muito mais ricos, muito mais valiosos do que o recente relatório do Banco Mundial sobre ensino superior no Brasil.

Estou certo de que, publicados todos os depoimentos colhidos aqui ao longo do trabalho desta CPI, vamos dar uma contribuição inestimável para o equacionamento do problema do ensino superior e para ser traçado um plano de salvação da universidade pública brasileira que, notoriamente, está exangue.

Ouvi declarações nesta reunião que, realmente, são impressionantes, tanto da parte da Professora Eunice como do Professor Gianotti.

O Professor Gianotti se referiu, com a coragem que muito o honra, ao problema criado pela Constituição cidadã, da qual tanto nos orgulhamos, em várias áreas, principalmente na área da aposentadoria, aposentadoria após 25 anos de trabalho para professoras e 30 anos para professores. Não há sistema educacional — creio, não sou um técnico, sou apenas um lutador da causa educacional — capaz de sobreviver com essa aposentadoria precoce.

Por outro lado, a Constituição brasileira, a Constituição cidadã, criou a licença-paternidade e a licença-maternidade, que não existem em vários países desenvolvidos. Ouvei, por exemplo, nos Estados Unidos, a declaração de uma professora que estava no último mês de gravidez, quando lhe fiz uma indagação de quantos meses ela teria de licença — ela não chegou sequer a entender a minha pergunta, e eu, quando lhe esclareci o que ocorria no Brasil —, que respondeu: "Senador, a gravidez é uma decisão pessoal. Aqui não existe essa figura da licença-maternidade. Eu, como brasileiro, leitor do livro do Conde Afonso Celso, *Porque me engano do meu País*, não tive coragem de dizer que, além da licença-maternidade, além da aposentadoria precoce, nós temos essa caricata licença-paternidade.

O quadro, então, é dramático. Ao longo de tantos depoimentos, o Presidente desta Comissão e todos os demais chegamos à conclusão de que, realmente, a universidade pública está ameaçada de morrer, de entrar em colapso. Os dados são tão impressionantes que não há a menor dúvida sobre essa previsão, que não é marcada pelo pessimismo.

Como vamos garantir a sobrevivência da universidade com o orçamento que nós aprovamos, de acordo com a Constituição, que é mera ficção? O orçamento é meramente autorizativo! O Poder Executivo não se sente obrigado, obviamente — porque está garantido pela Constituição — a cumprir, rigorosamente, o que determina o orçamento, até porque ele está na dependência de uma arrecadação maior ou menor de impostos. Chego a pensar e ousar, pela primeira vez, fazer a afirmação aqui de que nós deveríamos até examinar a possibilidade de não considerar tão prioritária a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, que, obviamente, como lei complementar, se baseia no atual texto constitucional.

Está prevista para daqui a poucos meses a revisão constitucional. Com esta Constituição, com as modificações que lhe foram introduzidas, qualquer esforço no sentido de salvar a universidade pública brasileira pode resultar inútil. Mas esta é apenas uma face do problema.

Agora mesmo, num momento de feliz inspiração, foi lançado o programa de construção dos CIAC, num País em que há escolas com uma sala para quatro séries; num País em que há escolas — como no meu Estado — funcionando, uma, num açougue, e a outra, na capela de um cemitério. São coisas que, ditas, parecem inacreditáveis. Nesta hora, está sendo dada uma prioridade precária, porque se não há verbas para construir todos os CIAC, não há verbas para manter todos os CIAC...

Temos um outro problema que afeta os Parlamentares, inclusive dois presentes aqui, à Mesa. O ex-Presidente José Sarney lançou um programa chamado Protec para a construção de 200 novas escolas técnicas e agrotécnicas federais. A maior parte está inacabada — umas, com 20 ou 30%; outras, com 40 ou 50%; algumas já foram abandonadas. E, aí, resta a indagação: o que fazer? Vamos dar a máxima prioridade a um novo projeto, ou vamos fazer um esforço para concluirmos essas escolas técnicas e agrotécnicas federais que são, de um modo geral, de excelente qualidade? De um modo geral, de excelente qualidade. A Professora Eunice já se manifestou entusiasticamente com relação aos Cefet. As escolas técnicas federais do Brasil, de um modo geral, têm um nível muito bom.

Nesta hora, como dar prioridade a um outro programa, que deveria ser saudado com o maior entusiasmo, e todos nós devemos apoiá-lo, ou sem condenar ao abandono essas escolas que estão inacabadas e, às vezes, com menos da metade do seu projeto executado?

Estou certo de que, como vamos ouvir, na próxima semana, o admirável Ministro José Goldemberg, que deveria ficar no Ministério, com certeza, não apenas até o fim do Governo Collor, mas deveria ser mantido depois que o Governo Collor encerrassem o seu ciclo, teremos de chegar a conclusões da maior importância, importâncias decisivas.

Hoje recebemos duas lições admiráveis. Vamos receber mais duas: a do Ministro Goldemberg e a do Professor Demôn. Será a última conferência.

Sem uma meditação não-sectária, construtiva, patriótica, baseada na opinião das sumidades da educação, que depuseram ao longo dos trabalhos desta CPI, não creio que se possa aprovar na Câmara, depois no Senado, uma lei de diretrizes e bases que não exija, meses depois, a sua revisão.

Tenho aqui, pelo menos, umas trinta perguntas a fazer aos dois depoentes, que nos deram uma inestimável colaboração no dia de hoje.

Mas deixo aqui esta meditação: até que ponto a educação brasileira vai sobreviver na base dos novos direitos que foram assegurados pela nova Constituição, a começar por este já citado, que é o da aposentadoria precoce, a licença-maternidade e a convicção que todos já temos de que não bastam os 18% que foram introduzidos a duras penas na Constituição, primeiro, por iniciativa minha, 13%, em 1983; depois, como relator da Comissão de Educação da Constituinte para 18%. Esse percentual já não é suficiente. O Rio Grande do Sul, na área estadual, já aumentou para 35% — de 25% para 35%. E não poderemos resolver o problema da educação apenas com 18% da receita de impostos federais, principalmente porque há o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, cuja constitucionalidade já foi admitida ou até proclamada pelo Procurador-Geral da República, e que se fosse cumprido levaria a um colapso imediato todo o sistema de universidade pública em nosso País.

Ficam aqui essas reflexões. Esperamos que, pelo menos, na próxima semana tenhamos, além da presença do Deputado Paulo Lima, paulista, que fez perguntas tão interessantes, a presença de outros colegas parlamentares.

Encerro essa participação afirmando que os Anais desta Comissão Parlamentar de Inquérito serão de fundamental importância para o futuro da educação brasileira.

Ouvi há pouco o encerramento dos trabalhos da CPI sobre o atraso tecnológico. O relatório tem 428 páginas e o parecer da Relatora, Deputada Irma Passoni, só pôde ser apresentado três meses e meio após o encerramento dos trabalhos da CPI.

Estou certo de que, como aqui, demos oportunidade a todas as correntes, da direita, da esquerda, dos avançados, dos retrógrados, estabelecemos a controvérsia, vamos dar uma contribuição realmente extremamente valiosa, graças aos esforços do nosso Presidente e deste humilde Relator, que é apenas um infatigável lutador da causa da educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muito obrigado, Senador João Calmon. Como não houve, propriamente, uma indagação, já consultei os dois palestrantes de hoje, que não querem mais fazer uso da palavra.

Portanto, encerro a presente reunião, convocando a próxima para o dia 21 de maio, às 10:00h, quando ouviremos o depoimento do Exm^o Sr. Ministro da Educação, Professor José Goldemberg.

Muito obrigado.

Data: 21-5-92 — hora: 10h45min

Convidados: João Calmon — José Goldemberg — Hugo Napoleão — Júlio Campos — Almir Gabriel — João Faustino — Sólton Borges dos Reis — Raul Pont.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Srs. Congressistas, declaro abertos os trabalhos desta CPI mista que investiga a crise na universidade brasileira, convocada no dia de hoje com a finalidade específica de ouvirmos o depoimento de S. Ex^o, o Sr. Ministro da Educação, Prof. José Goldemberg.

Neste instante, solicito a S. Ex^o que proceda ao juramento, assinando-o em seguida.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise na Universidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Tenho a satisfação de passar a palavra, neste momento, ao Exm^o Sr. Ministro da Educação, Professor José Goldemberg, que terá um prazo de trinta minutos para apresentação de suas considerações iniciais e, logo em seguida, abriremos oportunidade para as indagações que forem julgadas necessárias.

Solicito a Secretaria que coloque à disposição dos Srs. Parlamentares a lista de inscrição para efeito das intervenções.

Tem a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — Sr. Presidente, Deputado Eraldo Tinoco, meu caro Senador João Calmon, tomarei a liberdade de falar de pé e fazer algumas projeções, que, creio ajudaria no entendimento do depoimento que vou prestar diante desta Comissão.

Srs. Congressistas o depoimento que desejaria prestar a esta Comissão vai se restringir a questões referentes à universidade, isto é, ao ensino superior. Tenho feito outros depoimentos no Congresso sobre os vários aspectos do ensino fundamental, mas hoje restringirei minhas observações à universidade brasileira. Aliás, comenta-se que o atual Ministro da Educação, tendo vindo da universidade, tem dedicado muito mais o seu tempo ao ensino fundamental do que aos problemas da universidade.

Quero desfazer essa impressão, que não é verdadeira. Tenho me dedicado aos problemas das universidades, mas não há a menor dúvida de que o ensino fundamental é o que exige de todos nós medidas mais urgentes. A universidade, apesar dos problemas que enfrenta — e ela claramente os enfrenta —, tem mecanismos de correção e potencialidades que dependem menos de ações de Governo do que os outros níveis de ensino.

Essa transparência mostra, de uma maneira global, os dispêndios com o setor educação no Brasil. Para permitir uma comparação, colocamos os dados todos em

dólares. E aqui temos dados de 1986 a 1990, depois mostrarei os de 1992, em que dividimos os dispêndios em três categorias: os da União, os dos Estados e os dos Municípios. Há também o total.

Como V. Ex^{as} sabem, o grosso dos dispêndios com o ensino fundamental, o de 7 a 14 anos, como o de 14 a 18 são feitos no Município e no Estado, tendo a União uma participação pequena na manutenção desse sistema de ensino, a não ser através das suas transferências que são muito importantes.

A União recebe 18% dos impostos, subtraídas as transferências. Os valores são, aproximadamente, estes: em 1986, US\$2,6 bilhões; em 1987, US\$2,8 bilhões; em 1988, US\$3,06 bilhões; em 1989, US\$3,7 bilhões; e em 1990, US\$5,2 bilhões.

Os recursos da União são aqueles destinados às universidades federais. Como uma fração do Produto Interno Bruto, temos essa evolução dos recursos gastos com educação. Aqui vê-se a porcentagem do Produto Interno Bruto que vai para educação. No ano de 1990, o que se despendeu em educação, no Brasil como um todo, superou a marca dos 4% do Produto Interno Bruto, que é aproximadamente a taxa mundial de dispêndios com educação. Poder-se-ia perguntar, de imediato, se o Brasil já atingiu o nível de dispêndio de outros países, por que razão há tantos problemas no Brasil ainda? E a resposta é muito simples: é que o Produto Interno Bruto é muito pequeno. Apesar de estarmos no nível internacional de dispêndios acima de 4%, 4% de um número que não é muito grande também não é muito significativo.

Durante a década de 1980-1990, o PIB se manteve praticamente estacionário. Portanto, o volume total de recursos colocados dentro do sistema, nessa década, estacionou, apesar de a população crescer 2%, ao ano.

Gostaria de mostrar — embora esta transparência não seja de boa qualidade — o orçamento do Ministério de Educação para 1992. Farei a leitura dos números, porque essa informação contém uma boa parte da mensagem que desejo transmitir aos Senadores e Deputados.

Este é o orçamento inicial de 1992, também em dólar. Dividimos o orçamento em três categorias. Por ser inicial, não significa que será inteiramente cumprido, porque a maneira pela qual o orçamento opera dentro do Ministério da Economia é muito interessante.

O Tesouro Nacional, todo mês, recebe os impostos, transfere as cotas para os estados e municípios e, do que sobra, transfere 18% para o Ministério de Educação. Isso é cumprido religiosamente. Nessa questão, jamais surgiu qualquer discussão com o Tesouro. Freqüentemente, os 18% que são religiosamente transferidos não bastam para atender às despesas do Ministério de Educação. Assim, negociamos com o Tesouro para que ele adiante recursos, em janeiro, fevereiro e março, que, a rigor, só poderiam ser passados em agosto ou setembro.

No ano passado, se somarmos todo o ano, foram transferidos 19,7% do Orçamento da União para a educação. A Constituição determina que seja o mínimo de 18%; no ano passado, chegamos a quase 20%. Este ano, negociamos, mês a mês; se a arrecadação é baixa, adiantam-nos um pouco por conta do aumento de arrecadação que se espera ocorrer um pouco mais para adiante.

Os números são extremamente interessantes. Dividi entre as categorias, porque esse é um motivo de discussão freqüente. No ensino básico, consta do orçamento de 1992, US\$2,9 bilhões; no ensino médio, US\$400 milhões — estou lendo números aproximados; em ensino superior, US\$2,996 bilhões. Tem outros que são pequenas atividades do Ministério de Educação, como o Colégio Dom Pedro II.

Total: US\$6,5 bilhões. Para o ensino básico são US\$2,9 bilhões, divididos em salário-educação e Finsocial.

Então, V. Ex^{as} vêm que, no ensino básico, com 2,9 bilhões, existe uma linha chamada FAE, que é Finsocial, que é a merenda escolar — US\$870 milhões. Depois

temos FNDE, que tem a cota federal e a cota estadual, ambas com aproximadamente US\$800 milhões.

Portanto — o Senador João Calmon tem levantado essa questão frequentemente —, dos 18%, excluindo Finsocial e salário-educação, quanto está indo para o ensino básico, ou seja, atividades de apoio à sala de aula, construções escolares, treinamento de professores etc.? É uma fração bem menor do que o valor total.

Colocado de uma forma gráfica, temos: ensino básico, 44,9% — 45%, incluindo recursos que não vêm dos 18%, são recursos do Finsocial e do salário-educação; ensino médio, 6,3%, e ensino superior, 46,26%.

Então, é o montante de recursos que o Ministério opera.

Mas se considerarmos apenas os 18%, o ensino superior é responsável por aproximadamente 70% dos dispêndios do Ministério da Educação. Ou seja, o Ministério da Educação, sob esse ponto de vista, é essencialmente um Ministério que dispense recursos em ensino superior.

Esses dados são muito importantes. Tomarei a liberdade de colocar de novo esse gráfico e, posteriormente, distribuirei essa tabela, que é extremamente elucidativa. Se olharmos essa tabela que tem os números, V. Ex^a vêem que, em ensino superior, gasta-se aproximadamente US\$3 bilhões. Isso vem integralmente dos 18% da União.

Agora, o que vem da União no resto? Vem basicamente o CENEB, US\$ 375 milhões; mais outras atividades, US\$162 milhões, ou seja, aproximadamente, 20%. Depois há uma componente importante que vem dos 18% e que vai diretamente do Tesouro para o Distrito Federal, sem passar pelo Ministério da Educação, que é a manutenção do sistema de ensino fundamental do Distrito Federal: aproximadamente US\$200 milhões por ano, quer dizer, o sistema de ensino fundamental de Brasília é pago pelo Governo Federal dos 18% da União, mas não passa pelo Ministério.

Estou usando a unidade de dólares. Em cruzeiros, Senador, o orçamento total do Ministério da Educação é de Cr\$11 trilhões, dos quais o Distrito Federal recebe Cr\$600 bilhões, aproximadamente 6%. Depois, há pequenas despesas com outros tipos de escolas, como as militares, que são quantias pequenas.

O SR. — (Intervenção fora do microfone)

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — Mas o dinheiro da FAE vem do Finsocial; são 7,5% do Finsocial. Por isso que os problemas que atrapalham o desempenho da saúde, que é a manutenção dos hospitais, atrapalham também a merenda escolar.

O problema da merenda escolar — não é o que vamos discutir — está intimamente ligado com o problema dos hospitais. É um problema de "cobertor curto" e, frequentemente, os Ministérios da Saúde e da Educação tentam ajudar um ao outro; quando há uma crise muito séria nos hospitais as liberações atrasam um pouco na merenda e ajudam a saúde e vice-versa.

O SR. — (Intervenção fora do microfone.) — É um tipo de despesa muito sustentável a desperdícios e outras adjacências.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — Exatamente. Mas eles não são recursos dos 18% da União, são dos recursos do Tesouro.

Esses são os recursos com os quais nós contamos.

Os recursos da universidade são aproximadamente US\$3 bilhões, ou seja, US\$250 milhões por mês, uma quantia considerável e que corresponde, efetivamente, aos 18% ou 20% que a União...

O SR. — Para quantas universidades?

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — Para 34 universidades federais. Frequentemente, esses recursos não são suficientes, porque a maioria vai para o pagamento da folha de pessoal, que não tem elasticidade nenhuma, é paga sem maiores discussões. O Ministério da Educação é, basicamente, um repassador da folha de pagamento.

O SR. — (Fora do microfone.)

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — No orçamento da Secretaria Nacional de Ensino Superior, existe uma pequena cotação para ajudar escolas. E há, naturalmente, uma componente, entre as quais o crédito educativo.

No orçamento da Secretaria Nacional de Ensino Superior, existe uma fração de recursos; neste ano, são Cr\$150 bilhões, ou seja, cerca de US\$60 milhões. Isso é, desses US\$3 bilhões, US\$60 milhões vão para o crédito educativo, que, no fundo, carrega recursos para universidades particulares, porque os alunos que recebem esse crédito são alunos de escolas particulares. É uma instituição em crise, porque os Cr\$150 bilhões consignados no orçamento só bastam para um semestre, não bastam para dois. Há uma proposição, que foi votada pela Câmara, alocando recursos da loteria esportiva para o crédito educativo e que determinava que 30% do lucro da loteria esportiva seria destinado ao crédito educativo. Esses são recursos adicionais aos 18% da União.

Essa proposição nasceu na Câmara e não no Executivo. Como o Senado a emendou, voltará à Câmara para a decisão final. Mas se esses recursos não podem ser usados por razões que o Senador levantou, então o crédito educativo vai, de novo, enfrentar problemas este ano.

O Dr. Hélio Leite, que é o Secretário Adjunto de Ensino Superior, está me lembrando que, além das universidades, tem as escolas federais isoladas. Por exemplo, a Escola Paulista de Medicina e várias outras que não são universidades, além de quatro centros de educação tecnológicos também.

Então, V. Ex.^a podem constatar a natureza do problema: nos US\$3 bilhões, que é uma importância apreciável, comparada com os recursos que a União dispense, estão o crédito educativo, alguns auxílios para universidades particulares e os hospitais. E o Ministério da Educação tem 44 hospitais, que são hospitais-escola, que, de modo geral, nas regiões onde estão colocados, são os melhores hospitais que existem, porque sendo hospitais-escola precisam ter um equipamento mais moderno. São 44 hospitais, os quais são mantidos por nós e, naturalmente, são conveniados com o Inamps e recebem essas taxas que normalmente os hospitais recebem. Como são hospitais universitários e são, portanto, mais equipados do que os outros, o Inamps paga um pouco mais a eles, mas, ainda assim, não é o suficiente para a sua manutenção. E, portanto, o Ministério da Educação, quando transfere recursos para as universidades, está bem consciente que parte desses recursos é transferida para os hospitais. Com isso, então, acontece o seguinte: o orçamento do Ministério da Educação vai basicamente para pessoal, crédito educativo, hospitais, para pessoal, crédito educativo, hospitais etc. e o que sobra é custeio. E é no custeio que a situação é mais alarmante, mais crítica. Feitas as contas todas, fica menos de 10% do orçamento global para custeio.

(Pergunta feita fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Vou fazer um apelo aos nobres pares, que deixem as indagações para o final, pois todos terão oportunidade de fazê-las.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — Mas voltarei a esta questão, porque acho que é uma das soluções para o problema.

A dificuldade, então, senhores, é configurada dessa maneira. Quer dizer, como a folha de pagamento consome a maioria dos recursos, e é paga sem maiores discussões, acaba-me faltando recursos na área de outros custeios, que é de onde surgem, de modo geral, as reclamações e as expressões que são usadas com relação a sucateamento das universidades por aí agora.

Como os Senhores sabem, houve uma outra comissão, da Câmara, creio, que fez um estudo sobre sucateamento dos centros de pesquisas. A grande maioria dos centros de pesquisas, no Brasil, estão situados em universidades. E como os recursos da Secretaria de Ciência e Tecnologia, que alimentam a Finep e o CNPq, têm sido

contingenciados seriamente, isso, naturalmente, se compõe com o problema que as universidades enfrentam. Agora, o novo problema das universidades é diferente dos problemas da Secretaria de Ciência e Tecnologia — e foi Secretário de Ciência e Tecnologia, de modo que estou a par dos problemas — porque lá o problema é contingenciamento; aqui não é contingenciamento, porque os 18% da União não são contingenciados. Desta vez, no meu ponto de vista, as universidades estão protegidas, pois os recursos não são contingenciados, o problema é que não são suficientes.

Desejaria apenas completar minhas informações, dando esclarecimentos sobre salários, como o dinheiro é gasto nas universidades.

Os Senhores vejam que o orçamento global das universidades é de três bilhões de dólares. Existem, nas universidades federais, aproximadamente 300 mil alunos, que são 1/4 dos alunos que estudam em universidades no Brasil. A parte privada do ensino superior é muito grande no Brasil, ela se desenvolveu muito e tem quatro vezes mais alunos do que as universidades federais. O sistema se desenvolveu muito para o lado do sistema privado. E o sistema oficial, o sistema de universidades e institutos federais de ensino superior permaneceu praticamente estagnado desde 1988. Há um envelhecimento claro do sistema também. Como ele permaneceu aproximadamente estagnado, os professores vão envelhecendo e, evidentemente, o número de aposentadorias vai aumentando, e o número de aposentadorias foi aumentado pela Constituição de 1988, que permitiu a aposentadoria com 25 anos de serviço para mulheres e 30 para homens. E o problema de repor as vagas é muito complicado.

Se dividirmos três bilhões de dólares por 300 mil alunos, cada aluno na universidade custa para o poder público 10 mil dólares por ano. Esse número precisa de correções, evidentemente, porque há hospitais que mantêm atividades complicadas, mas, 10 mil dólares por ano é, efetivamente, um número muito elevado. Vamos fazer as comparações.

Aqui, temos esses quadros que mostram o orçamento total anual por aluno em vários países do mundo. É média, naturalmente. Esses gráficos precisam ser olhados com cuidado, porque alunos de Medicina custam muito mais do que alunos de Direito e por aí fora, mas a média dá uma idéia da situação.

Na Alemanha, os alunos custam, aproximadamente, seis mil dólares por ano; na Inglaterra, aproximadamente, cinco mil. As instituições federais de ensino superior, englobando as universidades, aproximadamente oito mil dólares. Decorre daquele número, é próximo da quantia de 10 mil dólares, feitas as correções.

Na Universidade de São Paulo, eles custam menos que seis mil dólares. Portanto, o que temos aqui é um sistema grande e caro.

Uma outra informação que é relevante sob este ponto de vista é o número de alunos por docente.

Aqui, as comparações com vários países. Tenho uma comparação com os Estados Unidos.

Nos Estados Unidos, as universidades estatais — não Harvard, que é uma universidade particular, mas as universidades dos estados e da União — têm aproximadamente 13 alunos por docente. E, no Brasil, em média, este número é de aproximadamente sete. Mas há problema aparente, pelo menos, de gordura nesse sistema.

O que há com o sistema brasileiro é a sua heterogeneidade, quer dizer, o problema que mais chama a atenção, à medida em que nos debruçamos sobre ele, é a extrema heterogeneidade do sistema, e que números médios obscurecem a realidade.

Esses dados são um pouco antigos, são de 1988, mas como o sistema está mais ou menos estacionário, não há grandes alterações desde então.

E o que se verifica, então, é que há universidades que custam muito por aluno, e há universidades que custam bem menos por aluno. Isto é, há uma grande heterogeneidade no custo do orçamento total por aluno.

Então, os senhores vejam aqui:

Esta é a Universidade Federal do Maranhão.

Esta é a Universidade Federal de Sergipe.

Esta é a Universidade Federal de Viçosa, com o custo muito elevado.

Aqui, Unirio, que é uma universidade no Rio de Janeiro.

Quer dizer, há uma grande heterogeneidade dentro do sistema, que é um dos problemas mais sérios.

Podíamos perguntar o que aconteceu com essas universidades, que acabaram tendo histórias tão diferentes.

A resposta é complexa, mas tem a ver muito com o fato de que, frequentemente, essas universidades foram estabelecidas muito mais por razões históricas do que por necessidades claras das regiões pelas quais foram criadas.

(Pergunta fora do microfone.)

São distorções que estão no orçamento e, justamente este é o ponto ao qual desejo chegar. É que o orçamento das universidades federais, das instituições federais de ensino superior, tem sido determinado única e exclusivamente por motivos históricos e não por qualquer racionalidade na organização do sistema. Tenho a impressão de que a maneira mais clara de se ver isso, é essa aqui, em que foi feito um esforço importante dentro do Ministério da Educação, para fazer uma comparação entre o número de docentes e um número que é definido como o ideal de docentes. É claro que podemos discutir um pouco sobre o que é o número ideal de docentes. É claro que podemos discutir um pouco sobre o que é o número ideal de docentes. Mas há um trabalho de preparação em relação a isso, definido por comparações internacionais, e comparado com as universidades que se distinguiram mais no Brasil e por aí fora. São números que, de um modo geral, os educadores aceitam. E, o que se observa então, são situações muito curiosas. Os senhores observem, então, a Universidade Federal do Espírito Santo, que tem um número ideal de docentes pelo tamanho da universidade, pelo número de alunos, pelas várias coisas que ela tem, isso leva em conta a engenharia, a medicina etc. e tal, ela deveria ter 1.156 docentes e tem 1.171. Portanto, ela está bastante bem dimensionada. Em compensação, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que deveria ter 2.492 docentes, tem 3.366. E por aí fora. Quer dizer, tem distorções até maiores em alguns casos.

De modo que esse é um dos problemas mais sérios e, também, se compararmos o número de funcionários e o número também ideal de funcionários — que é o que está mostrando aqui —, os senhores vêem de novo o mesmo tipo de situação. A Universidade Federal do Espírito Santo, que deveria ter 1.571 funcionários, tem 1.313, ou seja, tem menos funcionários do que uma locação racional daria a ela. Em compensação, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que deveria ter 2.742 funcionários, tem 8.100.

A Universidade Federal de Viçosa, que deveria ter 1.074 funcionários, tem 3.288. Ou seja, poderíamos argumentar, evidentemente, que cada universidade dessas é um pouco diferente da outra. Por exemplo, Viçosa é mais escola de agronomia, tem muito de agronomia e, portanto, tem muitos laboratórios e por aí fora. Ou seja, há atenuantes para essa situação, mas quando se olha a situação globalmente, é óbvio que o sistema universitário brasileiro é de Primeiro Mundo, porque não existe ensino universitário de Terceiro Mundo ou de quarto mundo, quer dizer, para ensinar Física ou Medicina não adianta ensinar Medicina primitiva, ou física primitiva, é um esforço de Primeiro Mundo e, portanto, os números deveriam ser comparados aos números de Primeiro Mundo. E o Brasil está assim. Quando — os Srs. Senadores sabem bem — no ensino fundamental enfrentamos uma situação oposta. Realmente, o ensino fundamental é ainda de Terceiro Mundo, e queremos transformá-lo em de Primeiro Mundo.

Então, meus amigos, esse é o retrato que temos e gostaria de dizer agora, antes de concluir, para ficar dentro do meu tempo.

O SR. JÚLIO CAMPOS — O Senhor tem o gráfico da Universidade do Centro-oeste?

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — Tenho aqui, seguramente, aliás, dividido por região e etc. Mas, talvez, o Sr. Hélio Leite poderia providenciar.

Agora, meus amigos, gostaria de aproveitar os 5 minutos finais da minha exposição, para discutir como é que o Ministério da Educação está enfrentando o problema.

O primeiro problema, que é, de um modo geral, mais afilitivo e que provoca inquietações generalizadas, é o problema salarial. Porque enquanto o problema salarial não é minimamente resolvido, as pessoas não querem nem escutar uma discussão muito aprofundada sobre o resto. Então, a gente tenta mostrar e tenta explicar que, estruturalmente, o salário às vezes é baixo para funcionários e professores porque tem funcionários demais para aquela organização, o que provoca imediatamente a ira dos interessados. Mas a finalidade do Governo, do Executivo e do Legislativo, é olhar o problema em conjunto. Lamentavelmente, é o que temos que fazer. E o que sucede, então, é que se faz um esforço considerável para tentar adequar os salários. A adequação dos salários dentro das universidades não pode ser feita sem olhar o conjunto dos problemas econômicos do País. Os recursos vêm do Ministério da Economia, mas somos beneficiados pela cláusula dos 18%. É que o PIB não é suficientemente elevado, e a arrecadação de recursos não tem se desenvolvido da maneira que se espera e, portanto, mesmo os 18% não dão. A pressão salarial, de um modo geral, é muito forte e acaba prejudicando o custeio. E, daí, então, tem um outro grupo que se queixa, que é o grupo dos pesquisadores. Porque nem todos os professores da universidade se dedicam a atividades de pesquisa. Aí o grupo dos pesquisadores, que de um modo geral é muito interessado, muito motivado, que, evidentemente, se sente seriamente prejudicado. Há um conflito claro entre mais recursos para a pesquisa e mais recursos para salários, que cabe ao Executivo administrar.

Tentamos, no ano passado, elevar os salários dos professores e dos funcionários — isso foi feito em meados do ano passado — talvez não da forma suficiente, que todos desejariam, mas esse é um problema geral que a Nação enfrenta, não são só as universidades. Ainda assim, os salários dos professores das universidades foram reajustados de uma maneira muito significativa e conseguiram recuperar um pouco os níveis que eles atingiram no passado.

A questão dos salários dos docentes precisa ser discutida com cuidado, porque as tabelas salariais, que são os salários mínimos, das diversas categorias, não dão uma visão correta do que se passa dentro das universidades. Porque a carreira universitária — isso eu fiz muita questão, eu mesmo, já como Ministro de Educação, no final do ano passado, de atuar muito nisso — é uma das carreiras que, claramente, premia o mérito e a dedicação.

Acho que isso devia valer para todas as carreiras, mas o caso da carreira universitária, ela lembra um pouco a carreira do Itamaraty ou até a carreira do exército. Quer dizer, existem balizamentos claros de como é que a pessoa ganha mais. Isso não se baseia apenas na minha experiência como reitor ou como Ministro da Educação, mas como pai. Porque meu filho é professor de uma universidade e eu vejo e acompanho o olerite dele. E o que acontece é muito simples. É que o salário mais baixo das universidades é o salário de um indivíduo que se forma, um engenheiro, médico, químico, etc. e tal, e que é contratado sem nenhuma titulação. Ele, simplesmente, é graduado pela universidade e, geralmente, é contratado no regime de 20 horas semanais. Essas 20 horas semanais são horas de presença na universidade. De modo

geral, a média de aulas que são dadas pelos professores universitários do Brasil varia de 5 a 8 aulas por semana. São 20 horas semanais, das quais de 5 a 8 aulas são usadas no contato com alunos. E o resto, teoricamente pelo menos, é dedicado à correção de provas, preparação, etc. E esse salário inicial, de fato, não é muito elevado. Mas se o indivíduo passar para o regime de 40 horas ou passar para o regime de dedicação exclusiva — o regime de 40 horas é o dobro do regime de 20 horas, e o regime de dedicação exclusiva é mais ainda, quer dizer, o regime de dedicação exclusiva tem uma gratificação significativa. E, mais ainda, se ele fizer mestrado, se ele fizer doutorado, e se ele fizer concurso para professor titular, ele pode ganhar — e ganha efetivamente — dez vezes mais do que ele ganha na posição inicial, além das vantagens que vão se acumulando ao longo dos anos, que são quinquênios.

O SR. ALMIR GABRIEL — O Senhor tem uma tabela disso?

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — Tenho. Tenho a tabela e...

Vou ler, porque não tenho a transparência em mãos, mas depois eu consigo. Veja: essas são os salários de dezembro de 1991. Essa tabela deu origem a certas controvérsias com alguns reitores, de modo que quero explicar como é que ela é feita.

Essa tabela é feita pegando o salário bruto de cada professor. Isso é feito para o Brasil todo. Então, isso aqui não é feito com base na tabela salarial. Pergunta-se para o computador quanto ganham cada um dos 44 mil professores e universitários que trabalham nas universidades brasileiras. Tem 44 mil professores na ativa. Pega-se o salário dele. Esse salário provém de diversos componentes, alguns têm muitos quinquênios, outros têm poucos quinquênios, etc. e tal. Esses são os vencimentos de docentes que são professores titulares e que têm doutorado. Tudo isso conta na escala. O que ocorre freqüentemente nas universidades é que o indivíduo é chefe de um departamento, acumula vantagens de um tipo ou de outro, é uma situação bastante complexa. Esses são salários brutos, levando tudo isso em conta. Esse é o tipo de carreira universitária. Argumenta-se que desde dezembro de 91 há uma erosão mais ou menos significativa no salário mínimo dessa categoria de professores e que é de mil duzentos e noventa dólares. Esse é o mínimo. O máximo — isso naturalmente inclui catedráticos de vinte e cinco anos de serviço, chefes de departamentos, diretores, etc. — três mil e quatrocentos dólares. É tudo avaliado aqui em dólar. Mil e duzentos e noventa dólares é o salário mínimo de professores dessa categoria. Titular, com doutorado, no topo da carreira. Isso é o topo da carreira, não é o seu início, absolutamente. Significa freqüentemente cinco a dez vezes mais do que o valor inicial da carreira, mas há um caminho claro de progressão dentro da universidade. Isso é dezembro, porém há uma erosão desde então. No topo dá três mil e quatrocentos dólares. São poucos, evidentemente, que estão no topo. O valor médio se situava em dezembro, então, em torno de dois mil dólares. É claro, se pegarmos professores como um todo nas universidades, aí diminui. Se perguntar qual é o salário médio dos professores universitários do Brasil, é fácil calculá-lo, pega-se a folha de pagamento e divide o seu total por quarenta e quatro mil professores. É de aproximadamente setecentos dólares o salário médio de todos os professores do Brasil. Então, essa é a informação. Portanto, é claro que existe, mas é uma coisa que varia muito com o tempo, porque há erosões. Essa é uma transparência difícil de acompanhar, porque tem muitos detalhes. Os salários têm um comportamento que oscila muito. Há época que o salário está elevado e outra que cai, depois sobe outra vez e há uma erosão. Aqui, novamente, o salário dos professores no topo da carreira. Como disse, o valor médio é de aproximadamente setecentos dólares, mas há professores que ganham menos que isso. É muito variado. Esse é o problema que atrai maior atenção, mas em defesa do sistema universitário brasileiro não é possível que nós nos ocupemos

apenas com o problema salarial, porque tem o problema dos hospitais, que envolve o atendimento à população, e há o problema da pesquisa científica, que exige bibliotecas, laboratórios, etc. Há o balanço dessas coisas que é difícil de fazer.

Sr. Presidente, só para concluir, pois já passei do meu tempo, quero me colocar à disposição para perguntas dos Srs. Senadores e Deputados.

A maneira pela qual o Ministério da Educação vê essa questão é a seguinte: É preciso introduzir algum grau de racionalidade na distribuição de recursos para as universidades. Não é possível que a distribuição de recursos seja feita apenas em bases históricas. É preciso que se tente corrigir esse tipo de situação em certas universidades, pois algumas têm recursos elevados e outras insuficientes. E uma das maneiras pela qual está se tentando fazer isso já de imediato — o próprio Congresso fez isso no Orçamento de 1992 — além de alocar os valores históricos das universidades é alocar verbas que são destinadas à Secretaria Nacional de Ensino Superior, para corrigir distorções existentes. É com isso que salvamos hospitais. Outro dia, houve um sério problema no Hospital do Espírito Santo — é o primeiro que aparece nos gráficos e eu o estou usando como referência. O Hospital do Espírito Santo está fechado: Depois da greve que ocorreu no ano passado, ele praticamente não abriu pelo Prefeito, pelo Governador, pelo Senador, por todo mundo e fizemos uma operação salvamento, na qual utilizamos os recursos da Secretaria Nacional de Ensino Superior para reforçar as verbas. Agora, estamos numa operação de salvamento do Hospital da Universidade Federal Fluminense. Estamos nessa operação combinando, evidentemente, com o Ministério da Saúde.

Cada verba que vai para um hospital cria problemas no crédito educativo ou em outras áreas que necessitam também de recursos. E o que precisa é estabelecer uma certa racionalidade na alocação. Como Reitor da Universidade de São Paulo, tenho a experiência no sentido de que a única maneira de introduzir racionalidade dentro do sistema, é dar responsabilidade à própria universidade. O desempenho das universidades é extraordinariamente diverso entre elas, porque historicamente — e no momento temos aqui Senadores que foram Ministros da Educação — e uma situação confortável para a universidade e para o próprio reitor, a de vir reclamar no Ministério da Educação. Universidades que notoriamente têm excesso de pessoal, tanto docente como não docente, reivindicando mais cargos e mais posições. Isso se dá porque, freqüentemente, essas universidades estão muito desligadas do meio social em que vivem. Assim é que um professor que vai fazer o doutorado em Astronomia, volta para o Piauí e acha que tem que dar lá um curso de Astronomia, pede um laboratório etc. — *estou inventando este exemplo, não creio que ele ocorra*. Então, a Universidade do Piauí, que tem necessidades maiores do que um curso de Astronomia, acaba tendo o curso de Astronomia, com professores, com gratificações de chefia e por aí afora.

Respondo agora ao Deputado, antes mesmo de ele formular a pergunta. A solução que encontramos em São Paulo faz parte da proposta que o Governo encaminhou ao Congresso Nacional para reorganizar o sistema de financiamento das universidades. Ele é o seguinte basicamente: é decidido que uma quota, uma fração — no caso de Estado é ICM, no caso Federal é o Orçamento da União, subtraídas as transferências — é alocada em cada universidade. Os recursos são os que a universidade tem e que ela gerencia, tanto para pagar pessoal como para fazer outras atividades, como hospitais, laboratórios etc. Só há uma regra: não é possível gastar com o pessoal mais de 80%, senão ela deixa de ser universidade e passa a ser uma escola de 3º Grau. O País necessita de universidades, porque a universidade brasileira é um passaporte para a modernidade; portanto, o País precisa delas. Mas ele precisa de universidades que sirvam ao povo brasileiro, e não necessariamente ao pessoal que está dentro delas. É preciso conciliar essas duas coisas.

Esse tipo de responsabilidade dado aos reitores tem um efeito extraordinário. Em várias universidades do Estado de São Paulo, os reitores, ao enfrentarem demanda de servidores, acabaram colocando o problema muito claro: "O que existe para os servidores é isso. Podemos diminuir o número de servidores e aumentar o salário." Isso foi feito em alguns casos, porque foi claramente reconhecido pelos próprios servidores que havia gorduras em determinados departamentos. O cooperativismo interdepartamental, que é muito forte dentro das universidades, é forçado a enfrentar uma decisão, e é uma decisão democrática dentro dos colegiados da universidade. Ele é feito olhando o que se deseja e os meios. É exatamente como na nossa casa: vive-se de acordo com o que se ganha.

Pode haver uma discussão, e há uma discussão de quanto o Governo Federal aloca para aquelas universidades. Isso é fixado pelas leis maiores do País. A educação tem 18%, no mínimo, da Receita da União. Pode-se até discutir se deveria ser 18% ou 25%. Agora, existem outras prioridades, e só quem pode decidir isso em nome do povo brasileiro é o Congresso Nacional. Se se vai colocar mais em saúde, em educação ou mais em segurança é um problema que só os representantes do povo podem decidir num regime democrático. Mas, uma vez decidido, o reitor, então, trabalha dentro daquela alocação. A emenda está em andamento, tem parecer favorável da comissão que a está examinando, e surgiram problemas em torno dos direitos dos atuais professores e funcionários. Naturalmente é preciso disposições transitórias. Atualmente, há o Regime Jurídico Único. Ele constitui uma garantia de emprego e de salário, mas acaba sendo nivelado por baixo, porque ele tira completamente a flexibilidade das universidades, e a procura da qualidade claramente necessita de flexibilidade, que é o que gostaríamos de fazer.

A emenda está diante do Congresso Nacional. Independentemente disso, estamos tentando colocar na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que o Congresso vai examinar, dispositivos que dêem mais liberdade aos reitores, para que possam efetivamente tentar melhorar o desempenho das suas universidades.

Temos aqui claramente um problema em que o sistema cresceu sob os influxos do próprio corpo interno das universidades, e precisa, agora, enfrentar a maioridade, e a maioridade é essa: a União está exaurida nos seus recursos, que são limitados, e é preciso introduzir essa racionalização. É o que estamos tentando fazer, mas introduzindo também um conceito de responsabilidade maior dos próprios reitores. Eles não podem se considerar apenas como correias de transmissão de reivindicações internas; têm que ser reitores que efetivamente dirijam as suas universidades. Queremos dar a eles mais poder. Por isso a escolha de reitores é uma questão tão delicada. É o Presidente da República que os escolhe com base em listas sêxtuplas, preparadas pelos colegiados internos. As universidades com autonomia parcial estamos tentando dar uma autonomia completa. Eles, efetivamente, devem conversar com os colegas e conduzir a universidade, provocando uma utilização mais racional dos recursos que a União consegue colocar à sua disposição.

Perdoem-me por haver-me prolongado nessa discussão, mas são informações úteis. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Vamos iniciar o período das indagações.

Solicitamos aos Membros da Comissão que se restrinjam ao seguinte critério: o Relator terá inicialmente a palavra e, durante dez minutos, poderá fazer as suas indagações; o depoente terá igual tempo para respondê-las. Em seguida, cumprimos a lista de inscrições, pedindo que cada um se restrinja a cinco minutos, com igual tempo para a resposta, tendo em vista que temos hoje felizmente um quorum bastante significativo e uma lista de inscrições bastante numerosa em relação ao tempo disponível.

Sem delongas, passo a palavra ao nobre Relator para as suas indagações.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Sr. Ministro, inicialmente, desejo felicitar-lhe efusivamente pela objetividade da sua exposição, que nos pareceu realmente impressionante, baseada em estatísticas recentes e valorizada pela sua extraordinária experiência como reitor da maior universidade deste País.

Nestes poucos minutos que me foram reservados, gostaria de me limitar a um rápido comentário sobre o problema dos percentuais incidentes na receita de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Em primeiro lugar, Ministro, tenho sérias dúvidas sobre uma afirmação sua, que obviamente não é de sua exclusiva responsabilidade, mas também da Assessoria, de órgãos do MEC e do Ministério da Economia, que também forneceram informações.

Não acredito que o Governo Federal, especificamente o Ministério da Economia, transfira religiosamente a quota referente aos 18% sobre a receita de impostos pontualmente, sem deixar de, num determinado mês, transferir apenas a metade, de um terço ou dois terços. Pela minha longa experiência de duas décadas nessa área de educação, nunca constatei que o Governo Federal tivesse um real interesse pela educação em todos os níveis.

Além dessa emenda dos 18% e dos 25% sobre a receita de impostos, sou autor também de um outro artigo, que não é muito comentado: o que obriga o Governo Federal a enviar ao Congresso, juntamente com a proposta de Orçamento do ano seguinte, uma demonstração circunstanciada de como cumpriu o que determina o art. 212 da Constituição: os 18% e os 25%. Nunca o Poder Executivo cumpriu esse artigo.

Na minha primeira tentativa, o artigo foi incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias e vetado pelo Presidente da República. Mas como sou teimoso e perseverante, repeti a dose no ano seguinte e incluí de novo esse artigo. Dessa vez, o Ministério da Economia não cochilou e levou ao Presidente da República uma exposição, dizendo da necessidade de se vetar esse artigo. Foi o atual Governo que vetou o referido artigo.

Gostaria de lhe pedir o reexame dessa afirmação de que o Ministério da Economia cumpre rigorosamente o que determina a Constituição: 18% no mínimo da receita de impostos federais e nunca menos que 25% da receita de impostos estaduais e municipais.

V. Ex.^a se referiu também ao percentual que, segundo o autor dessa iniciativa, não é suficiente. Mas é preciso considerar que, quando comecei essa batalha, o percentual era de 10% sobre as receitas de impostos federais. Posteriormente, consegui aumentá-lo para 13%, com a ajuda de todo o Congresso Nacional. Na Constituinte, então, com a colaboração esmagadora de todos os Constituintes, conseguimos aumentar para 18%. E quando foi aprovado esse percentual, nós, Constituintes, não sabíamos que a Constituinte iria garantir, por exemplo — permitam-me ser desagradável, mas quero ficar em paz com a minha consciência, que é o primeiro dever do homem público —, nossos critérios para a aposentadoria: a de professoras, após 25 anos de trabalho, e a de professores, após 20 anos de trabalho. Ou seja, teoricamente, uma professora de 1.^o grau, com 42 anos, pode aposentar-se com salários integrais; e um professor de 2.^o e 3.^o graus, com 46 ou 47 anos.

Digo isso para ficar em paz com a minha consciência, sejam quais forem as conseqüências, inclusive a imperiosa previsão de que quem defende uma tese aparentemente tão odiosa está condenado à derrota, a não ser reeleito. Acredito que, de duas, uma: na revisão constitucional, vamos mudar essa idade mínima de aposentadoria, que, creio, seja a única do mundo, na mesma Constituição que aprovou uma caricata licença-paternidade, ou não há solução para o problema da educação.

É preciso ter a coragem de reconhecer isso, ou então, vamos procurar outra solução, se essa for considerada drástica. Vamos aumentar os percentuais na área federal, por exemplo, de 18% para 25%. Isso não seria nenhuma novidade, porque na terra do nosso Deputado Raul Pont, a Constituinte estadual aumentou a receita de impostos estaduais de 25% para 35%; outros Estados aumentaram para 30%.

Mas, Ministro, desejo fazer esta afirmação com a maior veemência: não há como melhorar a situação da educação neste País, se for mantido esse sistema de aposentadoria e se for mantido também esse percentual.

Mas esta é apenas uma das distorções. Obviamente, não tenho tempo para citar outras. Creio que isso é absolutamente fundamental, porque não vamos vencer a batalha da educação sem termos dinheiro suficiente. Com este quadro que vemos, o que vai acontecer já começou a dar os seus primeiros indícios veementes.

Ministro, V. Ex^a sabe tão bem quanto eu: as universidades estão exangues, estão no limiar da *débacle*, do colapso. E isso não ocorre por má vontade do Ministro José Goldemberg, a quem sempre estou elogiando. Ele não deve seguir a linha tradicionalmente seguida do MEC, pela qual um Ministro da Educação passa lá um ano, um ano e meio ou no máximo dois anos. Ele deveria ser Ministro da Educação até o fim do Governo Collor, e torceríamos para que ele continuasse Ministro da Educação no decorrer do mandato do sucessor do Presidente Collor.

Mas, neste quadro, se não alteramos certas anomalias da Constituição atual, da Constituição cidadã de Ulysses Guimarães, e não aumentarmos também os percentuais para a educação, a situação ficará cada vez mais catastrófica.

Há uma preocupação com os salários dos professores universitários, que, de um modo geral, são pessoas de qualidade, pessoas muito dedicadas. Mas insisto em dizer, pedindo ao nosso Presidente a paciência de ouvir só mais esta declaração: o nosso interesse por salário deve ser global. Temos professores neste País que ainda ganham no interior a metade ou um terço de um salário mínimo. Já proclamei isto no plenário do Senado. Neste País promovem-se tantas greves, vamos fazer uma greve de protesto com duração de um ou dois dias. Mas não podemos continuar pagando à professora do interior do Norte e do Nordeste, e até do meu Estado natal, a metade ou um terço de um salário mínimo.

Fica aqui esta veemente afirmação, com o compromisso de que, enquanto tiver forças suficientes, vou lutar, com a minha maior energia, para aumentar o percentual de 12%, de 25%, que hoje, sabidamente, não é suficiente; e, ao mesmo tempo, procurar convencer a sociedade de que, sem prejuízo do direito adquirido — não estou propondo aqui uma violação de direitos adquiridos — não é possível se pensar seriamente em educação neste País aposentando-se professores aos 42 ou 45 anos de idade.

Perdoe-me, Sr. Presidente, se me estendi na minha manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra ao Sr. Ministro José Goldemberg, com igual tempo para responder.

O SR. MINISTRO JOSE GOLDEMBERG — Sr. Presidente, acho que posso responder rapidamente. Nobre Senador João Calmon, posso lhe assegurar que, desde que assumi o Ministério da Educação, há cerca de sete a oito meses, tenho acompanhado isto de perto. As transferências constitucionais de 18% estão sendo cumpridas, mesmo porque elas não poderão deixar de ser cumpridas, pois 90% das transferências vão para salários, e salários temos que pagar. Farei um reestudo, atendendo ao seu apelo, mas posso lhe tranquilizar que o problema não está aí. O problema é que 18% de pouco é um número pequeno. Este é o problema.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Sr. Ministro, ontem interpelei o Sr. Roberto Macedo, que é o homem dessa área no Ministério da Economia, e ele defendeu

tese contrária: que não é imperativo o dever do Ministério da Economia em transferir os 18%. Eu lhe respondi que o Ministério da Educação é outro departamento, que há um artigo da Constituição que protege, que ampara a verba para a educação. Ele disse: "Não é esse o nosso ponto de vista". Estou citando o Professor Roberto Macedo, que aparece numerosas vezes substituindo o Ministro Marcílio.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — Isto pode estar ocorrendo. É claro que esse problema de aposentadorias precoces é muito grave. Mas as universidades podem melhorar o seu desempenho, como os senhores viram. Em um dos quatro hospitais universitários do Rio de Janeiro, ocorreu um problema esta semana. Foi no Hospital Universitário da Universidade Federal Fluminense. Ele estava com uma dívida de dois bilhões de cruzeiros e ameaçando fechar. Por quê? Porque ele ficou em greve durante dois meses e, portanto, não faturou nada do Inamps. Ora, pelo amor de Deus! Em primeiro lugar, a população não foi atendida. Em segundo lugar, é um problema de gestão. Como é possível que eles queiram continuar a receber os recursos, quando o serviço não é prestado? É preciso um pouco mais de responsabilidade nesse sistema.

De modo que é esta responsabilidade que queremos introduzir no sistema, atribuindo recursos que estejam ligados com o desempenho.

Tenho uma transferência que mostra que, no Brasil, considerando-se todas as universidades brasileiras, o número de professores com doutorado é menor de que 20%: é aproximadamente 15%. Nas universidades americanas, como comparação, 80% dos professores têm doutorado; na Universidade de São Paulo, 60% dos professores têm doutorado. Ora, professores com doutorado são os que ganham bem; os que não ganham bem são os outros. Não é possível simplesmente fixar-se o salário dos professores universitários pela base; é preciso baseá-lo no desempenho. De modo geral, a reivindicação é contrária.

Senador, evidentemente, apoiarei entusiasticamente o aumento de 18% para 25%. A Constituição fala em 18%, mas há demandas imensas na área social. Precisamos, então, aumentar a eficiência com que esse recursos são usados hoje.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Não é cumprindo também o art. 60: 50% é ensino fundamental para a eliminação do analfabetismo. Quanto a isto, não existe a menor dúvida.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — Na minha visão, se esse artigo fosse cumprido, aí sim, as universidades entrariam num colapso total. Porque, atualmente, dos 18% da União, mais de 70% vão para as universidades. O art. 60 da Constituição não está sendo cumprido. Se fosse cumprido, aí sim, as universidades atravessariam uma crise sem precedentes. Mas é o que está dito na Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muito obrigado, Sr. Ministro. Concedo a palavra, por 5 minutos, ao nobre Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Sr. Presidente, Sr. Relator, Exm^o Sr. Ministro, durante praticamente o ano e meio que passei como Ministro da Educação, só enfrentei uma greve, aliás, greve esta que encontrei quando assumi, em outubro de 1987. Encontrei, aliás, greve também no funcionalismo do Ministério. Depois dessa, durante toda a minha gestão, felizmente não houve mais greves.

Quando falei que passei no Ministério praticamente um ano e meio, isto me faz lembrar que, infelizmente, a média de tempo de passagem de ministros da Educação no cargo, como salientava o Senador João Calmon, é de pouco mais de 12 meses; e ainda assim graças à passagem de Gustavo Capanema, que pelo Ministério passou mais de 10 anos. Isso realmente é lamentável para o critério de uma política educacional mais duradoura, mais adequada.

Mas dizia eu que a situação hoje me parece a mesma que encontrei, ou seja, 70% a mais dos recursos ordinários, isto é, aqueles derivados de impostos, destinam-se ao ensino superior; e destes, quase 90% às folhas de pagamento de pessoal. É claro que os professores, de uma maneira geral, hoje como antes, não são bem remunerados. É claro que as greves, muitas vezes, têm seus fundamentos.

Eu questionava muito a eficiência da universidade e do ensino superior federal no Brasil, com o objetivo, evidentemente, de causar debates e discussões para elevar o nível. Lamentava eu que, como decorrência de greves, por exemplo, da greve a que me referi, muitas vezes prejuízos incalculáveis fossem suportados pelas instituições de ensino superior, pelas Iníes. Recordo-me de que, na Universidade Federal de Santa Catarina, foi seqüestrado, durante a greve, todo o material de vestibular, provocando, então, um retardamento de dois a três meses no vestibular, depois de iniciados as aulas, e a recomposição do banco de provas. Lembro-me também de que, na Universidade de Brasília, UnB, desligaram, durante a greve, o ar condicionado do Setor de Obras Raras dessa Universidade, quer dizer, um prejuízo incalculável.

Eu costumava dizer que aluno não é produto final de montagem de fábrica, como, por exemplo, a de automóveis, em que, quando há uma greve, paralisa-se o trabalho durante 30 dias, mas, quando os trabalhadores voltam ao local de trabalho, o ritmo de produção continua. Com o aluno infelizmente isto não acontece. O reaquecimento é lento, com prejuízos para a sociedade e para a coletividade.

Mas é claro, dizia eu, que muitas greves tinham o seu fundamento, tinham suas razões de natureza econômica, financeira e social. Daí a dificuldade que encontrei, como encontra naturalmente V. Ex^a em compatibilizar o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a realidade. Como bem disse V. Ex^a, se ele fosse aplicado, aí então as nossas instituições superiores de ensino federais iriam à bancarrota, o que não queremos; o objetivo da CPI não é este.

Eu terminaria pela minha pergunta: vejo na eleição de reitores o equilíbrio entre a eleição interna, que é democrática, pois traz a escolha dos seis preferidos pela comunidade acadêmica, e a escolha do Presidente da República, que se manifesta escolhendo ou elencando um dos seis. Ele representa aí a sociedade, que dá o contrapelo na escolha da comunidade acadêmica. Então, eu indagaria o que pensa V. Ex^a desse atual sistema de eleição e de indicação para a nomeação de reitores e essa correlação com a autonomia universitária. Se V. Ex^a pudesse falar ainda um pouquinho sobre autonomia, eu agradeceria, com os cumprimentos pela exposição que acaba de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Por igual período, concedo a palavra ao depoente.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — Caro Senador, a minha posição em relação à escolha de reitores é claramente a de obediência ao que está determinado pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Os colegiados superiores das universidades fazem uma lista, é encaminhada ao Presidente da República, que escolhe um deles, qualquer que seja a sua colocação dentro da lista. É justamente um balanço do desejo da universidade, através dos seus colegiados superiores, e da autoridade executiva máxima do País, que representa os interesses gerais da sociedade. Isso é o que diz a Lei de Diretrizes e Bases, e esse é o processo que me parece o mais adequado. Caso as universidades desejassem escolher seus próprios reitores sem a interferência do Poder Executivo, a Petrobrás, a Eletrobrás e outras empresas estatais também achariam que o corpo interno tem mais competência para escolher do que o Presidente da República.

E não é assim, porque a Petrobrás não existe para servir aos seus funcionários, nem para seguir as orientações determinadas por seus funcionários, por mais compe-

tempo que sejam, mas para servir o País. O mesmo vale para as universidades. As universidades não existem para servir ao seu corpo interno, mas para servir à sociedade. E o juiz disso são as autoridades eleitorais do País.

Quanto a isso, a minha posição é claríssima. A própria Universidade de São Paulo, quando reformou seus Estatutos, na ocasião em que eu era o reitor, adotou esse procedimento. Agora, tem se tentado, meu caro Senador, no momento, burlar o espírito e a letra da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, porque, em algumas universidades, os colegiados abrem mão, por razões que desconheço, porque não há nenhum embasamento legal para isso, abrem mão do seu dever e direito soberano de fazer as listas e se submetem a uma consulta que segue regras estabelecidas de maneira diversa de universidade para universidade, ponderando votar 30% para docentes, 25% para alunos. Isso, nos sistemas mais complicados. E, ainda, ainda, abrem mão e aceitam se submeter à decisão de consultas que não têm nenhum valor legal.

Tem ocorrido muito é que os que são eleitos, o que vem diante do Conselho Universitário, meu caro Senador, são o que chamamos de "chapões". Realmente, todas as funções já são distribuídas, e o Ministro da Educação levou um desses tipos típicos ao Conselho Federal de Educação. Eu consultei o Conselho, que rejeitou a lista e eu devolvi todas as listas às universidades que organizarem listas viáveis dessa maneira. É o Colegiado Superior, que não pode abrir mão do seu direito soberano de escolher as listas. Se o processo seguir procedimento desse tipo, as listas serão devolvidas.

Quando as listas forem feitas corretamente, ainda assim o Presidente da República se considera autorizado pela lei a escolher aquele que lhe parecer mais competente. E é o que tenho feito. Outro dia, no caso de uma universidade do Rio de Janeiro, foi escolhido o terceiro da lista, porque a recomendação do Ministro da Educação, que o Presidente da República procura, foi claramente a de indicar o terceiro da lista, a quem eu entrevistei pessoalmente, pois, de modo geral, eu entrevisto todos os candidatos.

Esse é um dos problemas importantes que é preciso preservar na legislação. Caso contrário, haverá universidades que serão avassaladas por movimentos que realmente não têm muita responsabilidade, que vão transformar a escolha do reitor na escolha do prefeito municipal, como ocorreu outro dia em uma escola técnica, não com uma universidade. A sociedade local, Câmara de Vereadores, Prefeito etc., se julgava com o direito de indicar o diretor da Escola Técnica Federal. A Escola Técnica Federal pertence à União. Ela está colocada naquela comunidade, mas não pertence àquela comunidade. Ela é da União, ela serve à população daquele Estado e freqüentemente de outros Estados. Tivemos que enfrentar problemas sérios e acabamos resolvendo o problema satisfatoriamente.

É preciso abandonar a idéia de que a universidade é um campo de manobra de grupos com interesses outros que não sejam os interesses da melhoria da universidade.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos, por igual período de cinco minutos.

O SR. JÚLIO CAMPOS — Sr. Ministro, como Governador de Mato Grosso dei prioridade absoluta à educação. Fiz o salário do professor ter um teto máximo, na época, três salários mínimos regionais. Investi mais de 25% na educação e saí com uma imagem relativamente boa perante a área estadual de ensino.

Quanto à área universitária de Mato Grosso, vejo que é o mesmo problema das demais universidades brasileiras, como falta de recursos, excesso de funcionários e de professores, na sua grande maioria pela tabela-padrão, muita preguiça por parte

deuses servidores e de certos professores, um corporativismo violentíssimo dentro do setor universitário; essa história da aposentadoria precoce, malditamente votada por nós na Constituinte de 1988, porque, para se ter uma idéia, tenho um exemplo típico na minha família. Algumas pessoas da minha família se aposentaram agora com 45 anos de idade — gente forte, que poderia estar na fase mais áurea da sua inteligência — porque a lei favorece aposentar com 25 anos de serviço, pois começou muito jovem.

Há, também, uma politicalha violenta, pseudoideológica dentro dos campos universitários. Muitos cursos, hoje, dentro das universidades, já não têm interesse nenhum por parte dos alunos, mas continuam a funcionar com cinco, três alunos em sala de aula; falta material para pesquisa, falta a interiorização da universidade para determinados pontos, principalmente no meu Estado, Mato Grosso, que tem uma migração muito grande por parte de gaúchos e paranaenses para o novo Mato Grosso, e o pessoal quer ficar concentrado em Cuiabá e não admite sequer criar um curso de veterinária, porque Mato Grosso é o segundo maior produtor de rebanho do Brasil. Temos nove milhões de cabeças de gado Vacum, e não conseguimos implantar um curso de veterinária no interior, que é Rondonópolis, grande produtor de gado de Mato Grosso, porque o pessoal não quer ir, eles querem ficar em Cuiabá, pois estão na Capital, têm melhorias e é uma cidade relativamente boa.

Então, gostaria de saber o que fazer, Sr. Ministro. Qual a solução para tudo isso?

Esse assunto levantado pelo Ministro, com relação à escolha de reitor, de Mato Grosso, quando o Ministro Hugo Napoleão à frente do MEC tivemos isso. A lista sextupla não valeu, valeu o primeiro colocado e os demais elementos da chapa dele. Os demais votados não puderam vir na lista porque fizeram um acordo interno, e desta vez é a mesma coisa.

Gostaria de saber o que fazer. Qual o caminho para conseguirmos mudar essa situação, porque, realmente, se compararmos os níveis, o ideal seria: nos Estados Unidos, 13 alunos por mestre, e no Brasil 44.000 servidores para 572 alunos, dando uma média de 10 e teríamos de ter pelo menos 440.000 universidades e só temos 300.000 matriculados. Qual seria a solução? É uma área difícil de mexer porque o PT se infiltrou de uma forma complicada e qualquer coisa eles acham que é política, e nós só queremos ajudar, apesar de ser difícil dar a nossa colaboração porque o negócio fica meio partidário.

Em Mato Grosso, teremos uma eleição no mês de junho e já está tudo com bandeira armada; PFL com candidato, PTB com outro, PDS com o pessoal do Maluf apoiando, o PT, o PC do B não aceita, o que dá uma confusão que não sei onde termina.

O senhor, que é mestre, um dos grandes luminares da educação deste País, que em bendita hora o Presidente Collor mudou da Ciência e Tecnologia para a Educação e houve realmente um consenso nacional, porque nem o PT que grita contra tudo desta vez não gritou, ficou quieto, gostaria de saber do senhor o que nós devemos fazer para salvar a universidade brasileira.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — Vou tentar responder rapidamente a V. Exª, nobre Senador.

Em primeiro lugar, a escolha de reitores é muito importante. Espero que as várias medidas que o Ministro tem tomado, assessorando o Presidente da República nessa questão, sejam entendidas pelo que chamamos de maioria silenciosa nas universidades.

Acredito na existência de uma maioria silenciosa nas universidades que não vai às assembleias, que não faz gritarias, mas que está voltada para o interesse da pesquisa.

do ensino e sobretudo da população. Se V. Ex^a olhar as várias escolas que temos feito verá que elas refletem esse tipo de preocupação.

Temos devolvido listas, e devolverei quantas vezes forem necessárias e escolhidas de acordo com os critérios de competência e de dedicação. Esse negócio de mudanças eventuais não é o que a lei prevê e, portanto, usarei a lei.

Acredito que por aí, nobre Senador, melhoraremos a qualidade das escolas e a responsabilidade do corpo interno, em primeiro lugar. Em segundo lugar, usando de dois instrumentos que dependem do Congresso Nacional. Um é mais complicado porque é a reforma constitucional. No fundo, é a regulamentação do art. 207 da Constituição, que atribui às universidades autonomia.

A rigor, essa redefinição da autonomia, dando aos reitores um bloco de recursos, tirando os funcionários das universidades do que considero um caos realmente, que é o Regime Jurídico Único, dando autonomia para as universidades para estabelecer o seu regime próprio poderia ter sido apresentado como legislação ordinária. Não foi apresentado como legislação ordinária porque, no momento, o Governo estava mandando um conjunto de medidas, e o Congresso foi incluído.

Se não houver uma decisão de parte do Congresso sobre a questão das emendas constitucionais nós encaminharemos como uma lei ordinária, porque aí, Senador, essas questões imediatamente começam a se ajustar.

Como reitor da Universidade de São Paulo, fiz um esforço enorme para melhorar aquela universidade. Havia um curso nas condições que V. Ex^a falou, em que havia 3 alunos, mais professores do que alunos no curso. O curso, que é de 4 anos, tinha que ter 20 professores, porque são várias disciplinas e os alunos eram em número de 7, tinha curso diurno e curso noturno.

V. Ex^a não imagina, nobre Senador, como foi difícil extinguir o curso noturno, porque cabiam todos no mesmo curso. Isso, para um reitor que tem que gerir os seus próprios recursos vai acordar logo para esse problema. Eu preciso dessa legislação. Essa é a primeira.

A segunda é mais imediata. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Proposta Orçamentária do ano que vem, que ainda vão ser apreciadas pelo Congresso, estamos negociando, com a área econômica e com os reitores, a introdução de emendas que vão permitir uma maior flexibilidade de uso dos recursos, para escaparmos da camisa-de-força do Departamento de Orçamento da União e aí creio que os Deputados e Senadores poderão efetivamente nos ajudar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Gabriel.

O SR. ALMIR GABRIEL — Sr. Ministro, gostaria de iniciar parabenizando a síntese que V. Ex^a apresentou como mostra da situação do ensino universitário brasileiro.

Para efeito do meu raciocínio, gostaria apenas de tirar uma dúvida entre a primeira, segunda ou terceira transparência, em que, na primeira, aparece, em 1990, a importância equivalente a 5,2 bilhões de dólares como gastos da União, e na terceira transparência, aquela que é datilografada, que ainda não aparece bem, os gastos chegam a 6 bilhões.

Não tenho bem clareza se na segunda transparência ou terceira apresenta ou entra algum outro recurso, já que na primeira está escrito: "Dispendios com o Setor Educação".

Gostaria de dirimir essa dúvida, antes de seguir no meu raciocínio.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — Sr. Senador, como mostra uma das tabelas, a diferença deve ser o Financeira. Acredito que o Financeira não foi incluído porque não são despesas de educação, são despesas de assistência de atividade...

O SR. ALMIR GABRIEL — Então, corresponde a 800 milhões de dólares, que seria essa diferença. Um segundo ponto que eu gostaria de colocar, não é uma pergunta, é o seguinte: pelo número de alunos que foi apresentado por V. Ex^a, na verdade a universidade brasileira, se tivesse como parâmetro americano, bastaria ter 25 mil professores, e entre os servidores não mais 90 mil, mas apenas 40 a 50 mil servidores, pelos dados fornecidos por V. Ex^a e comparados com a universidade americana.

Gostaria de saber, desse total de três bilhões de dólares, quanto é o gasto com pessoal e se neste gasto com pessoal já está incluído pessoal inativo e pensionista que de certa forma mantém ligação com o próprio Ministério da Educação.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — A resposta é a seguinte, Sr. Senador: a nossa folha de pagamento é, aproximadamente, de 200 milhões de dólares por mês, incluindo os inativos. Ou seja, são 80% do três bilhões de dólares. Este é com pessoal. Os 20% restantes são para outros custeios, mas é que há outras despesas para outros custeios, e acaba indo 10%, aproximadamente.

O SR. ALMIR GABRIEL — A terceira questão que eu gostaria de fazer é qual é o número de alunos saindo a cada ano, da universidade brasileira?

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — Sr. Senador, a resposta a esta pergunta é terrível: 50% — dos ingressantes, saem 50%. A evasão que tem no ensino fundamental, que tem sido objeto de outras conversas com o Senador João Calmon, é muito grande, mas da universidade é de, aproximadamente, 50%. Não é mais alta, mas ainda assim é muito elevada.

O SR. ALMIR GABRIEL — Esse é o produto final da universidade. Quer dizer, a relação professor/aluno, no meu entender, é insuficiente para análise. Porque pode se ter muito aluno e não formar nenhum. Então, o produto final da universidade é o aluno sair profissional formado.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — Este ingrediente entra naquele número chamado número ideal. Em primeiro lugar, as universidades brasileiras poderiam ter o dobro dos alunos que têm e poderiam sair o dobro do que sai. E aí, Senador, eu acho que a discussão de mais recursos para a educação é mais difícil do que a discussão que nós estamos tendo. Para se conseguir mais recursos, vai ter que ser feito às custas de alguém, e melhorar a essência das universidades está ao nosso alcance.

O SR. ALMIR GABRIEL — Neste aspecto, eu gostaria de fazer uma colocação que tem a ver com uma afirmação do Senador João Calmon. Pelo custo de um aluno da universidade da Alemanha, o Brasil precisaria, para o número total de alunos hoje, 1,8 bilhão de dólares, e gasta três. Se fosse pelo custo da Universidade de Quebec, seria 1,2 bilhão de dólares, e gasta três. Se fosse pelo custo da Universidade de São Paulo, seriam 1 bilhão e 500 milhões, e gasta três. Então, a questão não é a quantidade de recursos. Existe uma questão muito mais dramática e séria que eu nem pretendo que se retire da educação, já que se podem criar universidades ou escolas em áreas interiores do País, como o próprio Senador Júlio Campos o colocou, não se trata de retirar, mas se trata de repensar se esse 1 bilhão e 800 milhões a mais, ou 1 bilhão e 200 milhões a mais realmente estão tendo uma destinação adequada.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — Senador, V. Ex^a tem inteira razão. A maneira pela qual nós estamos tentando orientar a situação, agora, sem as duas leis que eu mencionei aqui — a reforma da Constituição, ou equivalente, e a flexibilidade no orçamento — nós estamos tentando fazer com a Universidade de Brasília.

V. Ex^a devem ter reparado que a Universidade de Brasília não tem cursos noturnos, o que me parece uma distorção completa, porque ali na W-3 há uma quantidade imensa de escolas que funcionam à noite, e quem passa por ali às 11 horas vê que estão cheias de alunos, e por que a Universidade de Brasília, que é pública, não tem cursos noturnos? Nós negociamos com o reitor e com o Governo do Distrito Federal e, efetivamente, a partir do 1º semestre a Universidade de Brasília vai começar a oferecer cursos noturnos. É evidente que quando a discussão começou, eu vou me permitir revelar isto aqui: a discussão é clara! Nos cursos noturnos nós precisamos de "x" professores, "y" funcionários, e mais outras coisas. Fizemos uma negociação duríssima com o reitor e, finalmente, vários cursos noturnos vão ser estabelecidos, com o corpo atual, com o mínimo de modificações. Ou seja, eu saí da discussão convencido de que a otimização é possível.

O SR. ALMIR GABRIEL — Uma outra colocação que gostaria de fazer, Ministro, é que, na verdade, toda vez que fazemos um tratamento conjunto acaba havendo uma distorção bastante grande. É acho que no mesmo saco da questão universitária estão sendo postas universidades que estão próximas de uma situação difícil. Algumas situações de eficiência adequada e outras que estão bastante distantes disso. Acho que o Parlamento precisará saber. O Parlamento brasileiro precisa saber quais são as universidades que estão num índice de eficiência adequada e aquelas que não estão.

Falo isso em função do seguinte: quando fui Relator-Geral do Orçamento, em 1988 para 1989, houve, nas negociações, uma sobra de dinheiro que era possível colocar nas universidades e foi do meu interesse alocar em universidades do Acre, do Pará, do Piauí, do Mato Grosso, enfim, naquelas universidades que tinham menor capacidade de ligação com a própria sociedade local. Recebi uma manifestação dos reitores dizendo que esse era o único acordo que existia, acordo este que estipulava que qualquer que fosse o recurso destinado à universidade teria que seguir uma tabela percentual determinada. De maneira que acabei não fazendo o que chamaria "tentar diminuir as distorções". O recurso foi mesmo para a universidade, mas foi dividido pelo bolo geral, o que significou praticamente nada para todas, quando poderia realmente reforçar a situação daquelas que precisariam de um apoio mais significativo.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLBEMBERG — Senador, conheço bem essa questão. O Deputado Eraldo Tinoco foi Relator dessa parte do Orçamento, agora na última vez, e já tentamos corrigir um pouco. O Deputado Eraldo Tinoco conhece a receita, espero que S. Ex^a seja o Relator de novo e V. Ex^a também.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Não estou mais na Comissão de Orçamento.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLBEMBERG — Senador, há uma solução simplíssima que o Congresso pode fazer com uma penada: colocar o dinheiro na Secretaria Nacional de Ensino Superior, porque ela aloca, dependendo do mérito. Isso foi o que fizemos, em parte.

O SR. ALMIR GABRIEL — Sr. Ministro, acho que uma solução, também, seria colocar um valor estimado, de acordo com o número de alunos — alunos existentes e alunos saídos —, a fim de que tenhamos uma equação que possa ser mais justa para atender, inclusive, às necessidades de cada uma das universidades do Estado. Seria uma solução que se poderia pensar e não apenas seguir o caminho histórico que as universidades têm tido. Sobretudo levando em conta um outro aspecto, que considero extremamente grave, Ministro, é que na hora de mandar fazer cursos livres, especializações, na área de Ciência e Tecnologia, no ensino, o que se nota é que as universidades do Norte e do Nordeste são penalizadas quando colocadas, de maneira

proporcional, com as universidades do Sul, Sudeste. As do Nordeste já têm uma situação de equilíbrio razoável, mas as do Norte e do Centro-Oeste têm um atraso brutal em relação a todas essas outras.

Por fim, Ministro, eu diria que, na verdade, a situação de crise que um país vive até romper a sua Constituição e fazer uma nova é uma situação da qual não podemos nos afastar, como uma situação de realidade.

A segunda é que o Brasil, infelizmente, não teve nos seus dois últimos Presidentes pessoas que conduzissem o pacto social necessário. Eu tenho certeza e tenho esperança de que V. Ex^a, como o Ministro da Saúde também, Dr. Adib Jatene, têm condições, dentro da área da Educação e da Saúde, respectivamente, de certa forma substituir os próprios Presidentes com vistas a conseguir que a universidade possa fazer uma autocrítica e possa realmente caminhar para um novo tempo neste País. Os dados de que dispomos, relativos à nossa população até o ano 2010, indicam o Brasil numa situação de excepcional posição. O Brasil terá a melhor distribuição etária até o ano 2000, em todo o mundo. Teremos 192 milhões de habitantes, sendo que: 50 milhões com menos de 14 anos; 130 milhões entre 15 e 64 anos; e 12 milhões de pessoas com mais de 65 anos de idade.

Então, teremos diante de nós uma oportunidade excepcional e a universidade deve cumprir um papel da maior importância, da maior significação, ajudando a pensar a nova sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Como as indagações já foram respondidas, passo a palavra ao Deputado João Faustino.

O SR. JOÃO FAUSTINO — Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Srs. Deputado, Sr. Ministro, desejo inicialmente, congratular-me com V. Ex^a, Sr. Ministro, pela colaboração que presta aos trabalhos desta Comissão no dia de hoje.

Esta Comissão foi constituída num momento de crise aguda na instituição universitária brasileira. Praticamente todas as universidades do País estavam paralisadas, salários aviltados; professores buscando a alternativa da aposentadoria precoce ou sendo receptivos aos acenos da iniciativa privada; laboratórios obsoletos; inexistência de incentivos à pesquisa; enfim, a universidade vivendo um dos momentos mais difíceis da sua história.

Foi nessa conjuntura que o Congresso Nacional decidiu criar a CPI que investigaria em profundidade a crise na universidade brasileira.

Sr. Ministro, sou daqueles que acreditam que a universidade prestou e vem prestando um dos mais significativos e relevantes serviços à vida deste País e se tivemos alguns avanços na área da medicina, especificamente dos transplantes, da biociência, da informática, da arquitetura e tantos outros setores, esses avanços se devem, inquestionavelmente, à universidade e ao ensino superior. Aqui, nos nossos hospitais, não estão profissionais estrangeiros, vindos de outras universidades, para efetuarem as cirurgias mais delicadas e mais avançadas do mundo. Estão os nossos profissionais, que saíram das nossas universidades e se habilitaram a cursos de especialização fora e retornaram a colocar os seus conhecimentos a serviço do País.

Portanto, a universidade, inquestionavelmente, prestou e vem prestando significativos serviços à Nação. Todavia, Sr. Ministro, estamos diante de uma crise grave que precisa ser aprofundada, discutida, analisada. Crise essa que exige a elaboração de alternativas, de posicionamentos firmes, decisivos, de um pacto até entre comunidade universitária, Poder Executivo, sociedade como um todo, para que possamos descobrir os caminhos, as alternativas para a universidade brasileira, porque sem isso, Sr. Ministro, sem dúvida, a grande sacrificada será a Nação e o povo brasileiro.

Eu teria algumas indagações a formular a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — V. Ex^a tem mais um minuto.

O SR. JOÃO FAUSTINO — Na interpelação do Senador, Sr. Calmon, Sr. Ex.^a apresentou o número de 200 milhões de dólares com despesas de pessoal, e gostaria qual o percentual, qual o valor desse total com inativos e com a manutenção de hospitais, museus e outros órgãos que existem na estrutura da universidade brasileira e que são mantidos com esses recursos. Esta é a primeira indagação.

A segunda indagação é sobre a avaliação que V. Ex.^a faz da Lei nº 5.540, que instituiu o sistema departamental, a matrícula por disciplina e que fechou a universidade nessa camisa-de-força de ensino, pesquisa e extensão.

Eu queria, portanto, o posicionamento de V. Ex.^a, agradecendo, por antecipação, a colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Obrigado.

Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO JOSE GOLDEMBERG — Deputado, esses 200 milhões de dólares que são pagos ao pessoal de distribuem, aproximadamente, da seguinte maneira: cerca de 20% vão para inativos e essa conta está aumentando muito por causa do problema das aposentadorias precoces; do resto, aproximadamente 40% vão para outras coisas que não sala de aula mesmo, escola mesmo, tipo de medicina, hospitais etc.; o restante, então, vai para funcionários e professores, sendo que a folha se divide aproximadamente na metade — metade para professores e metade para funcionários. Temos aproximadamente 100 mil funcionários e 50 mil professores, aproximadamente.

Essa é a resposta, Sr. Deputado.

Em relação à Lei nº 5.540, acho que ela foi um fator de progresso dentro das universidades, porque quebrou o sistema de cátedras. É verdade que as cátedras não eram tão horríveis como eram pintadas antigamente e as pessoas, digamos, se deixaram levar pela imagem de que a cátedra era a causa dos problemas da universidade, o que não era verdade. Mas o sistema departamental mostrou-se bastante útil em muitos casos. Ele é mais democrático e permite a ascensão de pessoas, quer dizer, ele não fecha o topo da pirâmide. No sistema departamental há, digamos, uma maior facilidade de acesso.

O Senador João Calmon está me informando aqui que esta Comissão foi constituída por sua iniciativa, o que acho extremamente meritório, Sr. Deputado. Agora, vou tomar a liberdade de fazer uma sugestão: que esta Comissão, ao fazer seu relatório, efetivamente tente fazer um relatório balanceado, porque houve outras comissões dirigidas a problemas parecidos com esse, como, por exemplo, o das instituições de pesquisa, que acabaram fazendo um relatório muito desbalanceado.

Esta Comissão, estou vendo pelas inquirições dos Senadores e dos Deputados, claramente está identificando um problema, em que estamos encontrando um organismo que apresenta sinais de anomalia por duas razões: primeiro, porque tem alguém de fora perturbando a vida do sistema, não dando suficiente comida etc., e, por outro lado, um problema de anomalia interna, que levou a essas distorções enormes, com muito mais funcionário do que precisa, cursos que não precisa e por aí fora. Esse problema precisa ser enfrentado de frente. Não é possível que uma Comissão Parlamentar de Inquérito, do nível desta Comissão, acabe seguindo o caminho fácil que essa outra comissão seguiu: a culpa é do Governo, e precisa pôr mais dinheiro etc. É preciso pôr mais dinheiro em tudo, meus amigos. É preciso um pouco de auto-crítica.

O que acho que está faltando agora, basicamente, na universidade, é uma componente forte de auto-crítica. Nós estamos enfrentando, agora, no momento, reclamações de diversos setores, de funcionários, de professores. Deputado, tentei entender a pauta de reivindicações contra o projeto da Deputada Rita Camata. Esse projeto não é um projeto do Executivo, é um projeto de uma Deputada, de um membro

do Congresso Nacional, vai ter de passar pelo Senado. Ele é Oposição, ainda por cima. O Governo nem se manifestou sobre ele. Então, eles estavam propondo entrar em greve contra o projeto da Rita Camata.

Depois, pela isonomia salarial imediata. Bom, a isonomia salarial está sendo objeto de um projeto de lei. É um longo processo, não é um negócio que vai lá na caixa pagadora buscar o dinheiro. E, ainda contra a autonomia das universidades, ainda por cima.

Como é possível que alguém de dentro de uma universidade brasileira se lance contra a regulamentação da autonomia, que se conquistou duramente, na universidade? Quer dizer, é preciso fazê-los ponderar que a Nação inteira também tem outras reivindicações que precisam ser balanceadas. De modo que é o problema do doente: é preciso dizer muito bem o que o médico pode fazer pelo doente — seguramente há médicos no auditório, mas é preciso perguntar o que o doente pode fazer por ele mesmo, também. Porque ele pode fazer e pode fazer muito.

A meu ver, espero que o ex-Ministro da Educação concorde comigo. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Passo a palavra ao Deputado Sólton Borges dos Reis.

O SR. SÓLTON BORGES DOS REIS — Sr. Ministro, fomos trabalhado nesta Comissão, não apenas hoje, quando V. Ex' está aqui, honrando-nos e trazendo a contribuição lúcida, objetiva do seu conhecimento específico e da sua cultura geral, mas todas as semanas debruçados sobre essa questão da crise da universidade.

Tenho pessoalmente um levantamento, à disposição dos interessados, demonstrando, com documentação, desde a Proclamação da Independência, até hoje, que todas as gerações neste País queixaram-se da escola de seu tempo em comparação com a escola anterior. E tenho também um levantamento, à disposição dos interessados, mostrando que a crise atribuída à educação no Brasil é um fenômeno universal hoje. Em toda parte, há crise da escola. Mas não há dúvida de que a universidade está incluída nessa crise geral, que não é apenas da área da educação, mas é também da área da educação.

Tenho para mim, Sr. Ministro, que um povo só tem a escola que pode ter e não a que quer. Caso contrário, a "Basutolândia" já teria decretado a solução de todos os seus problemas educacionais e de outra ordem.

Cabe, então, a pergunta: nós, no Brasil, temos a universidade que podemos, ou podemos ter uma universidade melhor? Tenho para mim que nós podemos ter uma universidade melhor, desde que se gaste mais, mas não apenas mais, se gaste melhor o que se gasta, para que se possa exigir mais, porque, sem mais recursos, não é possível exigir tanto quanto convém que se exija, tanto do professor como do aluno e da instituição em geral.

Quanto a isso, o Congresso, o Legislativo em geral, sempre tem dado recursos, não só para gastar mais como para gastar melhor. Já a Constituição de 1934 previa a destinação de recursos para manter o ensino — a de 1946 e a de 1937 eliminaram. Quando o Executivo governa sozinho, acaba a obrigação. Depois, veio o Legislativo em 1946 e, então, restabeleceu-se o princípio dos constituintes, em 1934, ampliando-se e definindo melhor a destinação, mas, depois, veio a Constituição de 1967, o sistema militar governando sozinho, e, então, eliminou-se a obrigação. Agora, vem a Emenda Calmon que abriu para o Senador João Calmon um espaço na história da educação deste País, porque a sua luta é conhecida, respeitada, admirada e merece a gratidão de todos.

Temos, aí, a Constituinte de 1987, da qual tive a honra de ser um dos relatores na redação final e que, também, manteve e ampliou, por concurso do próprio Senador João Calmon, essa exigência de 18% e 25%, pelo menos para a manutenção e desenvol-

vimento do ensino. Não é para a educação em geral, nem para a cultura, nem para o lazer nem para a recreação. Tudo isso é importante, mas não é o texto constitucional. O Congresso, sempre que pôde, deu recursos. Para que se faça uma aplicação controlada, disciplinada e objetiva, a lei diz como gastar. E a nossa CPI — se V. Ex. não conhece, eu passarei às mãos de V. Ex. o nosso Relatório — define a aplicação desses recursos nos estados — São Paulo, 30%, outros 35%. O dilema do Brasil em desenvolvimento é que tudo é urgente, é prioritário, é necessário; a população em idade escolar é maior, a força de trabalho é menor. Isto é uma condição da nossa evolução econômica e demográfica.

Quero fazer uma pergunta a V. Ex., mas antes farei umas considerações a respeito de perguntas que foram dirigidas a V. Ex. sobre a transferência, a que se refere o Senador João Calmon, eu penso que o Senador foi informado e se prende à transferência, em tese, dos recursos que a União tem a obrigação de passar para os Estados, em função da legislação e do sistema tributário brasileiro, o percentual que cabe ficar. Isto, realmente, é um problema e o salário-educação, também, já foi problema.

Quanto à chamada aposentadoria precoce, foi, também, uma contribuição do Legislativo. Quando a Constituição de 1946 previa a aposentadoria aos 25 anos, eu tinha outras perspectivas que eu não vou analisar agora, mas que é uma coisa muito importante que precisaria ser estudada.

Quanto à evasão! O percentual de evasão é uma realidade, mas o ponto da referência, oito anos de escolaridade mínima, é incompatível com a realidade do Brasil. Quando eu fui, pela primeira vez, convidado pelo governo soviético, conhecer o ensino na Rússia, encontrei aquele país estudando a viabilidade de aumentar um ano de escolaridade; e quando voltei, muitos anos depois, numa segunda viagem, não havia sido adotado um ano a mais. E a 5.692, num passe de mágica, diz que, agora, não são quatro anos de ensino básico, são oito, sem pensar em pessoal, sem pensar em recursos. Por decreto, não se resolve nada. Então, existe a evasão, mas, agora, parece que piorou, porque muda o termo de referência: o primeiro grau são oito anos.

Aplaudindo e agradecendo V. Ex. pelo depoimento, eu gostaria de saber a sua opinião sobre os fins da universidade. Universidade para quê? Se os fins da universidade são a produção do conhecimento, através da pesquisa, a difusão e multiplicação desse conhecimento, através do ensino, e a aplicação prática a serviço da comunidade, como se faz em muitas universidades — em São Paulo, sei que universidades como a Unicamp e a USP fazem muito, levam à comunidade a que servem muito da sua conquista científica. A universidade tem cumprido, tanto quanto possível, dentro das limitações financeiras e outras, dos vícios da estrutura política e governamental brasileira, as suas finalidades? A universidade tem conseguido produzir conhecimento através da pesquisa? Tem conseguido levar esse conhecimento a todos, através do ensino e tem levado os frutos desse conhecimento, isto é, a aplicação prática da ciência, a técnica, à comunidade? Esta é a única pergunta que faço.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — Sr. Deputado, vou responder rapidamente. No Brasil existem 34 universidades. Elas são muito heterogêneas, como citei aqui. Eu diria que um certo número dessas universidades — é um pouco difícil de se avaliar —, a metade dessas universidades foi criada de baixo para cima, isto é, foram criadas como respostas à necessidades claramente estabelecidas da sociedade. E essas cumprem o seu papel de ensino, pesquisa e prestação de serviços à comunidade. Quais são essas universidades? Eu vou dar alguns exemplos porque, é claro, não é possível classificá-las em dois blocos só. Há uma região cinza. As universidades mais antigas do Brasil, claramente, cumpriram esse papel — a Universidade de São Paulo, que é a mais antiga; a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que, mais

recentemente, sofreu muitas distorções, também desempenhou um papel importante, além da Universidade Federal de Minas Gerais e várias outras.

Agora, certas universidades no Brasil foram criadas de cima para baixo e não de baixo para cima, atendendo a decisões de caráter momentâneo. Em tese, seria em nome da comunidade — em tese —, mas foram criadas de cima para baixo, foram criadas por lei. Frequentemente, a própria comunidade nem estava muito ligada nelas. O Estado do Rio Grande do Sul, com 4 universidades federais; Minas Gerais, creio, tem sete universidades.

O SR. RELATOR (João Calmon) — São Paulo tem uma federal e uma escola isolada.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — São Paulo só tem uma universidade federal.

Eu acho que houve muita liberalidade na criação de universidades, não que o povo brasileiro não precise de educação. Tanto precisa de educação que foram criadas inúmeras universidades particulares. Mas as universidades que custam caro, por aluno, não são as particulares, porque as particulares pegaram um nicho fácil — são cursos de Economia, Pedagogia, História, Geografia etc. Os cursos pesados cabem mesmo ao Governo Federal, com cursos de Engenharia, Medicina etc. Eu acredito que várias dessas universidades não precisariam ter sido criadas ou poderiam ter sido adiadas.

Cada vez que se cria um Estado no Brasil — e não quero fugir à pergunta, sei que é uma pergunta delicada e os Senadores desses Estados, seguramente, vão ficar descontentes —, esses territórios que foram transformados em Estados poderiam ter esperado um pouco até a criação de suas universidades. Eu não vejo no que é respondida uma aspiração local e, portanto, isto vai aumentando, é claro, os custos. Eu acho que, daqui para a frente, a criação de novas universidades e novas escolas técnicas, em suma, novos encargos para o Governo Federal, têm que ser examinados criticamente.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Obrigado, Sr. Ministro. Concedo a palavra à nobre Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO — Sr. Presidente, Sr. Ministro, nobres Senadores, Srs. visitantes: primeiramente, quero parabenizar o nosso Ministro pela bela exposição. Há no Congresso, Sr. Ministro, uma Comissão estudando exatamente os desequilíbrios regionais.

V. Ex.^a citou, aqui, que 80% dos professores americanos têm cursos de pós-graduação; no Brasil, a média é de 15% e São Paulo, o Estado mais rico, 60%, é o Estado que tem as universidades mais antigas do País.

Há no Congresso, Sr. Ministro, uma Comissão estudando exatamente os desequilíbrios regionais. Por causa dessas distorções regionais, sempre que as verbas são rateadas, os Estados do Norte recebem menos por terem uma população menor, mas Roraima recebe imigrantes de todos os Estados do Brasil, até mesmo de São Paulo. Dessa maneira, nunca poderemos contornar os problemas existentes, como, por exemplo, o ensino básico.

Temos o caso da FAE. Talvez em decorrência da distância de Roraima aos grandes centros, nós levamos uma desvantagem muito grande. No caso da merenda escolar: no primeiro bimestre, recebemos da área federal apenas 18% e no segundo bimestre, zero.

Quanto ao FPE, até hoje recebemos como se tivéssemos uma população de 120 mil habitantes, porque ficamos 10 anos, no Brasil, sem ter recenseamento. E agora, este ano, fizeram um levantamento dando como resultado apenas 220 mil

habitantes, quando, na verdade, temos muito mais. Tudo isso por conta de um levantamento mal feito, porque os reconseadores não foram às localidades distantes.

Mas, Sr. Ministro, sabemos que o problema maior do nosso País é exatamente a educação do nosso povo. Roraima precisaria ter, não digo um tratamento privilegiado, mas ao menos se levasse em consideração a sua renda *per capita*, e a distância do centro do País; que não tivéssemos o rateio baseado no número de habitantes, mas nas dificuldades de um Estado que está-se estruturando e que não recebe por parte do Governo Federal nenhuma verba extra.

Eu tenho um projeto de regionalização da merenda escolar porque, além de recebermos uma participação mínima, como já disse antes, em decorrência da distância a maior parte da mercadoria já chega vencida. Muitas e muitas vezes tem servido para ração, porque o leite chega vencido, assim como os biscoitos chegam estragados. Então, se essa regionalização fosse aceita diminuiriam bastante os custos com o transporte. O transporte, hoje, para Roraima, em relação à merenda escolar, tem um valor bem maior do que a mercadoria em si, que chega nas escolas. E veja a distorção: sai daqui para Roraima e vai para a Capital, Boa Vista. Depois de chegar em Boa Vista, a Secretaria de Educação, através da FAE, distribui, retornando a mercadoria pela BR-174.

Então, tudo isso é tão difícil que temos, por obrigação, que levar ao conhecimento das autoridades competentes as dificuldades regionais, porque muitas vezes o próprio Ministro não conhece a região. Não sei se V. Ex^a conhece Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Peço a V. Ex^a que conclua o seu pronunciamento.

A SRA. MARLUCE PINTO — Peço a V. EX^a apenas um minuto, porque se não aproveitarmos essa oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Peço a compreensão de V. Ex^a porque ainda há muitos inscritos, e a hora já vai bastante avançada.

A SRA. MARLUCE PINTO — Com relação às universidades, já que 15% é a média brasileira, se V. Ex^a fizer um levantamento da média na região Norte verificará que os professores das nossas universidades, nem 5% têm doutorado.

É uma cooperação que damos para o Sr. Ministro, a fim de que essas distorções, pelo menos num futuro muito próximo, sejam corrigidas.

Gostaria que V. Ex^a me explicasse como poderá ser resolvido esse problema tão sério da região Norte.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — Minha cara Senadora, estamos perfeitamente conscientes de que existe uma diferença muito grande entre as regiões Norte, Nordeste e Sul. Temos programas especiais para isso.

Por exemplo, a CAPES, que é o órgão do Ministério da Educação que dá bolsas de estudo, tanto dentro do Brasil como no exterior, tem cotas especiais para o Norte. Esse privilégio existe. Vou dar um exemplo a V. Ex^a: metade dos estudantes de pós-graduação da Universidade de São Paulo, é de outras regiões do País. É facilímo para um professor da Universidade do Amapá ir fazer a sua pós-graduação na Universidade de São Paulo. O que há é que não retornam, ou, então, o reitor, os diretores não são suficientemente enérgicos em encorajar a pessoa a efetivamente especializar-se.

O que há nas universidades — estava dizendo ao Deputado João Faustino e ao Senador Júlio Campos — é uma acomodação grande, também. Não há país que vá para a frente se as pessoas não forem ambiciosas e quiserem progredir. Não há como o Governo Federal chicotear esse pessoal e fazê-los progredir. É que, às vezes,

eles não querem progredir mesmo. Estão lá, satisfeitos, têm seus sítios. E uma coisa que me impressiona muito a quantidade de professor universitário que tem sítio. É anedótico isso, não?

Então, mandar esse pessoal para o exterior, ter pessoas ambiciosas, é algo importante, efetivamente. Não podemos despertar a ambição nas pessoas que estão no Amapá. Mas que existem mecanismos que privilegiam essas regiões, existem, e estão à disposição. Em relação à FAE, ao contrário de responder a V. Ex^a, vou mandar que o Presidente da FAE procure V. Ex^a para dar-lhe todas as informações.

A merenda escolar está sendo regionalizada fortemente. Nós agora não compramos mais em Brasília, de modo geral, porque queremos, justamente, evitar o turismo de alimentos. E a Secretaria de Educação precisa, efetivamente, ser dinâmica.

Mas a melhor maneira de responder, Sr^a Senadora, será enviando o Presidente da FAE para que conserve com V. Ex^a, porque podem ocorrer, efetivamente, distorções das quais o Ministro não está informado.

A SRA. MARLUCE PINTO — Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Com a palavra o Deputado Raul Pont.

O SR. RAUL PONT — Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Ministro da Educação. Eu vou abster-me de fazer um comentário sobre os gráficos e números apresentados, porque esses gráficos necessitam de um aprofundamento maior para uma análise mais minuciosa.

É extremamente difícil trabalhar com médias, com picos e pisos em relação a estas informações, porque as distorções às vezes existem e podem ser grandes. Por outro lado, elas também revelam, às vezes, muito mais um *frisson*, as pessoas são chocadas com alguns números, mas que, se forem traduzidos para a realidade, nem sempre conferem exatamente com o pico do gráfico ou as médias estabelecidas. Só para citar um exemplo, essa semana, um professor universitário mostrou-me o seu contracheque, com 20 horas na universidade federal. Não alcança 300 mil cruzeiros, um professor com 20 horas, sem titulação. Então, um salário, portanto, muito abaixo da média citada de 700 dólares.

Mas quero pegar apenas quatro pontos que me parecem ser muito mais importantes e oportunos com a vinda do Ministro, que são as questões centrais que esta Comissão deve abordar. Está aqui no Congresso uma emenda constitucional que aponta para uma reforma imediata na universidade, que poderia resolver parte desse problema.

Em primeiro lugar, gostaria de saber qual é o pensamento do Governo sobre o que seria esse Regime Jurídico Próprio, já que não há nenhuma discriminação na justificativa ou no projeto do que é esse Regime Jurídico Próprio. Se é próprio, certamente não será uma autarquia, não será uma fundação: o que será, efetivamente, este Regime Jurídico Próprio?

Segundo, a forma de garantir autonomia seria através de parcelas fixas que as universidades teriam em cima do orçamento voltado para a educação. Esta não é exatamente a fórmula que foi alardeada como uma alternativa, no caso das universidades públicas de São Paulo, onde há uma indexação, há um imposto. Parece-me que isso é completamente distinto — indexação de imposto. É muito diferente de nos contentarmos — ao menos é a minha dúvida — desta generalidade de parcelas fixas de um orçamento. Porque esse orçamento tem limites constitucionais. Mas sabemos que é muito mais fácil não cumpri-los e todos os outros reitores que aqui estiveram foram unânimes em dizer que o ano passado o contingenciamento que sofreram girou entre 65 a 70%, esses depoimentos estão gravados aqui na Comissão.

E sabemos que o orçamento, no global, não sofreu exatamente esse tipo de contingenciamento. Portanto, no caso das universidades houve uma perda real de recursos originalmente previstos e aqueles que foram cumpridos.

Então, a segunda dúvida que tenho é essa: o que é essa parcela fixa? Ela está indexada aqui apenas a um orçamento? No caso das universidades também, em caso de o projeto, arcarem com os inativos? O próprio Ministro, na sua primeira intervenção, aumentou-nos a preocupação e a dúvida, porque afirmou que os encargos com os inativos vêm crescendo e tendem a crescer. Isto, até pela expectativa de vida do brasileiro, é natural que ocorra. Entendo que isto está agravado, foi muito agravado não tanto pela nova Constituição de 1988, mas exatamente pela ausência de uma política previdenciária clara no País e pelas ameaças e pelas dúvidas que levaram aqui centenas, talvez até milhares de professores rapidamente procuraram cumprir — e não estou dizendo que estou de acordo com os 25 ou 30 anos, estou dizendo que a reação dos professores foi exatamente muito menos em função da nova Constituição e muito mais em função da dúvida sobre o que seria a nova política previdenciária para a universidade.

O SR. RELATOR (João Calmon) — A aposentadoria aos 25 anos é anterior à Constituição de 1988. A Constituição de 1988 consagrou apenas uma conquista anterior.

O SR. RAUL PONT — As dúvidas em relação ao Regime Jurídico Único também levaram a este processo, como também o aproveitamento, pelas condições da universidade. Conheço inúmeros casos de professores que se aposentaram aproveitando esta situação da universidade federal, e foram trabalhar nas universidades particulares e, portanto, tendo mais um rendimento. Se a universidade tivesse talvez um pagamento ou uma remuneração um pouco melhor, seria mantido esse professor e ele iria requerer a sua aposentadoria prematura, precoce, ou mesmo legal.

A outra questão, portanto, a dúvida que temos: as universidades vão arcar com os inativos? Isto me parece um verdadeiro "cavalo de Tróia", principalmente quando todos nós temos consciência de que é um recurso crescente. Parece-me que não se pode integrar nesse custo as universidades. O Estado deve criar uma política previdenciária que não transfira para a instituição o ônus dos seus inativos, porque eles deixaram de prestar serviço concreto para a educação.

Por fim, quero retomar o tema levantado pelo Senador João Calmon, concordando com S. Ex^a e ilustrando com números do próprio *Diário Oficial*.

No *Diário Oficial*, do dia 30 de abril, temos o demonstrativo das despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino.

"Gestão: Tesouro Nacional.

Período: janeiro a março.

Receita arrecadada de impostos: 7 trilhões, 554 bilhões.

Transferências aos Estados, Distrito Federal e Municípios: 2 trilhões, 556 bilhões;

Receita líquida de impostos: 4 trilhões, 998 bilhões;

Despesa com manutenção do ensino: 601 bilhões."

Isso representa apenas dois terços do que deveria ter sido transferido ao longo desse período de acordo com a Constituição. Seiscentos e um são exatamente 12%, e não 18%, sobre a receita líquida de impostos, o que seria, pela lei, a base de cálculo para essas despesas.

Pode-se interpretar que poderá ocorrer uma complementação superior no segundo trimestre ou no terceiro e no fim do ano nós chegamos aos 18%. Mas esse artifício tem-se mostrado, tanto a nível federal como estadual — os estados praticam muito isso —, uma forma de realmente diminuir os recursos para a Educação, porque o processo inflacionário diminuiu, evidentemente, o poder de compra, mesmo que não

afete a folha, afeta material, equipamentos, um automóvel, uma ambulância, um material qualquer que a universidade venha a comprar.

Gostaria de deixar essas três questões em relação à APEC 56 e esses números que o próprio *Diário Oficial* nos oferece.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — Sr. Deputado, V. Ex^a poderia nos passar a cópia desse documento, por favor, ou dizer exatamente a referência dele.

O SR. RAUL PONT — A referência é o Ministério da Economia — Departamento do Tesouro Nacional — Coordenação de Contabilidade.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — Sr. Deputado, vou responder suas perguntas pela ordem.

Não sei se V. Ex^a estava presente no começo da minha exposição, quando falei sobre os salários dos professores universitários. Eu estava dizendo que a carreira universitária é organizada e premia o mérito e a dedicação do professor. E o indivíduo que se forma, pura e simplesmente, que deve ser o caso da pessoa que lhe passou o holerite, é claramente o do nível mais baixo dos professores, é de 20 horas e ele deve ser um graduado. E como eu lhe havia dito, se ele fizer doutorado, se ele fizer mestrado, doutorado, se ele progredir na carreira, que é o normal das pessoas — tanto que nos Estados Unidos 80% das pessoas que ensinam na universidade têm essa qualificação, e precisam tê-la, se é que a universidade é uma universidade que funcione — ele acaba ganhando mais de 10 vezes esse valor.

São os fatos. Não é possível se fazer uma discussão sobre salários de professores universitários, tomando como base o holerite do professor que ganha 300 mil cruzeiros. Esse é o professor do nível mais baixo da carreira. É isso! Essa é a resposta.

Agora, a média dos professores: V. Ex^a pega o total que gastamos na folha de pagamento e divide pelo número de professores. É uma conta simples. V. Ex^a poderá verificar que a média dos professores é de aproximadamente 700 dólares ou um pouco mais. Vai depender do dólar que se usa. Esse é um problema que sempre existe quando se trata de dados. Essa é a média. Entretanto, há um professor que ganha 300 mil cruzeiros? Há. Eles me procuram de vez em quando. Não pense V. Ex^a que eu seja um Ministro invisível nas universidades. Eu aconselho esse professor a fazer mestrado, a pegar uma bolsa da CAPES, ir para São Carlos ou para um outro lugar.

De modo que essa é a resposta.

O SR. RAUL PONT — Ministro, não há nenhuma crítica, ao contrário, em relação à carreira. A minha referência é de que temos, no mesmo País, no mesmo Governo, distorções. Aqui, por exemplo, no Congresso Nacional, qualquer cargo de nível superior DAS 3, ou DAS 4 na Câmara, hoje recebe acima de 4,5 milhões. 5 milhões de cruzeiros.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — É problema de isonomia.

O SR. RAUL PONT — Então, é nisso que temos que trabalhar, porque são distorções muito grandes. Não estou reclamando que esse professor não tenha o direito e as possibilidades de ascensão. Mas a exigência que é cobrada de um e de outro no concurso e a remuneração que é dada são distorções brutais, e estamos no mesmo País, sob o mesmo Governo.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — V. Ex^a vai me desculpar, Deputado. Sem polemizar, esse é um problema de isonomia entre o Executivo e o Legislativo. Dentro do Executivo, os professores universitários são efetivamente uma das categorias melhor remuneradas. Todas as categorias do Executivo são mal remuneradas.

Na comparação com o Executivo, tomo a liberdade de não me envolver, mas realmente, o que V. Ex^a quer que eu faça? Pertencço ao Executivo, em que posso comparar salários de um setor com o de outros.

Em relação aos 18%, tomo a liberdade de enviar-lhe depois, Deputado, dados que respondam à sua indagação.

No primeiro trimestre deste ano, passamos dos 18%, chegamos a 23%. É exatamente o contrário do que foi dito aqui. Infelizmente não estou com o meu assessor financeiro, mas comprometo-me a enviar explicações cabais a esta Comissão. No primeiro trimestre deste ano, recebemos 23% da arrecadação da União, descontando esse valor. Os 18% estão sendo rigorosamente cumpridos.

A alegação feita pelos reitores das universidades federais que por aqui passaram de que, no ano passado, só receberam 60%, prende-se ao fato de que o Orçamento do ano passado era claramente superior às possibilidades do Executivo. Tudo foi contingenciado. Dizer que as universidades foram mais contingenciadas que outros setores é simplesmente incorreto. A palavra é esta: incorreto!

Hoje, no Orçamento de 1992, o único setor que não foi contingenciado — veja bem, até os CIAC foram contingenciados, e V. Ex^a sabe do empenho do Executivo em tocar esse projeto.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Os setores já estão protegidos por um artigo da Constituição que vincula quanto podem ser contingenciados.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — Exatamente. Estão protegidos.

O SR. JOÃO CALMON — A educação não pode, porque ela tem os 18%.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — Ela recebeu os 18%. É que a arrecadação do ano passado foi inferior ao Orçamento. É isso! Quer dizer, o Congresso Nacional aprovou um Orçamento — ainda mais com a inflação que existe aqui no Brasil, difícil de se prever — superior às possibilidades do Governo, a não ser que ele imprimisse recursos. E o Governo não imprime recursos.

A questão da parcela fixa, Deputado, e a questão dos inativos fazem-me recordar o que eu conversava com um amigo meu, que é Senador, que dizia: que posição maravilhosa é ser Senador da República, que pode fazer sugestões mais interessantes e que não podem ser implementadas.

O que V. Ex^a quer que o Ministério da Educação faça para os seus inativos? V. Ex^a quer que passemos os inativos para o Ministério da Saúde? Quer dizer, tirar os inativos do Orçamento — atualmente os inativos estão no Orçamento do Ministério da Educação — e passá-los para o Ministério da Saúde? São os cofres da União.

O setor universitário compete por recursos com outros setores: saúde, transporte, segurança etc.

Essa proposta de colocar os inativos fora da Educação parece-me curiosíssima, porque, se todo mundo fizer isso, onde iremos colocá-los?

Então, esta é a minha resposta.

O SR. RAUL PONT — Mas os recursos que estão...

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Peço a compreensão do Deputado para o fato de que há outros inscritos; a fim de que possamos ouvir a todos.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — A parcela fixa, no projeto encaminhado pelo Executivo, tinha uma incorreção na linguagem, que o Relator da emenda constitucional corrigiu. Não é uma parcela fixa, mas um percentual fixo. Quer dizer, a idéia da emenda que o Governo enviou para a Constituição é o bom senso.

Nos 18% ou nos 25%, ou no que seja, haverá uma alocação para a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ou seja, dos 18%, só para dar um exemplo, não é um

número correto, 1% é para a Universidade Federal do Rio de Janeiro. À medida em que a receita da União cresce, o 1% cresce.

Não há outra maneira de se fazer, Deputado. A outra maneira de se fazer, que pressinto em suas palavras, é que o setor universitário é privilegiado e vai-se expandindo à medida em que as reivindicações internas façam com que ele se expanda. Isso não é possível.

V. Ex^a quer colocar os inativos fora, quer assegurar recursos que não entram dentro do orçamento geral da União. Então, a solução é colocar um percentual: se o País crescer, a universidade cresce; mas, se o País não crescer, a universidade não deve crescer. Só a universidade tem direito de crescer neste País?

Finalmente, a questão do Regime Jurídico Único.

É claro que uma reforma constitucional será seguida de leis que a regulem. É o caso das autarquias e das empresas estatais. Agora, as universidades, saindo do Regime Jurídico Único, poderão estabelecer a sua escala de remuneração, ressalvados os direitos — isso está colocado na emenda do Relator, dos que preferirem ficar no Regime Jurídico Único. E se a emenda do Relator, ressalvados os direitos dos que preferirem ficar no Regime Jurídico Único (SIC). Isso a emenda constitucional preverá. Quem desejar ficar no Regime Jurídico, fica. Agora, as universidades melhor geridas, aí sim, haverá universidades melhor geridas do que outras, poderão se acharem conveniente, pagar 4 mil dólares por um professor. Se o professor for de um nível muito elevado, se for um professor estrangeiro, ele receberá maior remuneração. Por que os salários de todos os professores universitários brasileiros têm que ser iguais? É uma idéia exatamente oposta ao critério de qualidade, e que acabou sepultando todo mundo, porque os salários ficaram baixos; acabou ficando no Regime Jurídico Único, que é muito simpático defender, porque é igual do Olapoque ao Chuf.

Na área de pesquisa científica e tecnológica não existe a democracia que existe em outras áreas. Fazer pesquisa em matemática, em química ou em engenharia não é a mesma coisa do que eleger um prefeito numa cidade de interior. É preciso uma qualificação especial, é preciso um tratamento especial. Não é possível aplicar as regras que são usadas para outras coisas, se não estaremos condenando como de fato estamos fazendo boa parte do sistema científico brasileiro à completa e total mediocridade. Agora, os critérios de qualidade precisam ter uma remuneração que reflita isso. É o que acontece em todos os países do mundo, até nos países da antiga União Soviética, que acabaram criando sistemas universitários completamente artificiais e afastados da sua realidade. É por isso, aliás, que eles ficaram tecnologicamente tão defasados.

De modo, Deputado, que, se há uma emenda progressista, vou tomar a liberdade, partindo do fato, em defesa dos interesses dos menos favorecidos neste País. Se há uma emenda progressista neste País, é a emenda da autonomia universitária, porque ela dá a maioria à universidade e responsabilidade; ela cria condições de competitividade dentro da universidade. Para mim é realmente uma grande decepção ver companheiros que lutaram comigo a vida toda pela autonomia da universidade — tomo a liberdade de não ser modesto, dizendo que é uma área em que contribuí pessoalmente — abandonarem a tese da autonomia universitária, em troca da defesa de interesses corporativas. Acho que há nisso uma importância histórica. E através da maneira pela qual o Congresso Nacional vai apreciar essa emenda, veremos se, efetivamente, os partidos que lutaram contra o regime autoritário, por uma democracia maior e por uma melhoria das condições reais de vida do povo brasileiro, estarão à altura do momento histórico. Essa é uma tese histórica da universidade: a conquista da autonomia! No momento em que aparece um Ministro da Educação que entende o que é autonomia, que é um profissional, não um amador, e que sabe dos mecanismos

da autonomia e quer dar autonomia financeira às universidades, vejo não o que chamamos de direita tradicional desta País, mas a esquerda tradicional desta País se colocar contra, por motivos que interpreto como sendo corporativistas.

O SR. RAUL PONT — De onde vem a idéia de sermos contra a autonomia das universidades? Das dúvidas que estamos levantando?

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — São as dúvidas levantadas pelos seus companheiros!

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Vou passar a palavra ao Sr. Louremberg Nunes Rocha, que é o próximo inscrito.

O SR. LOUREMBERG NUNES ROCHA — Sr. Presidente da Comissão, Sr. Relator, Sr. Ministro:

Entre os efeitos perversos da inflação no Brasil, um dos mais graves está no problema da universidade. Evidentemente que V. Ex.^a é Ministro da Educação do Brasil, e não apenas da escola pública, e nem da universidade pública. A universidade pública no Brasil só atende hoje, sabemos, 25%. Estamos sofrendo, e acredito que todos os Parlamentares presentes, uma pressão imensa dos 75% que não conseguem mais pagar a universidade. As pessoas estão interrompendo a universidade; não há recurso. A faixa salarial diminuiu muito. O empobrecimento do País é muito grande. As pessoas não estão agüentando pagar. Esse caso do CEUB, que já nos procurou na Comissão de Educação, é apenas exemplo do que acontece no Brasil. As pessoas não agüentam mais pagar os reajustes dos preços das mensalidades. As universidades particulares não têm culpa porque estão seguindo um parâmetro do Governo, que é a TR de cada mês. Ora, nenhuma atividade produtiva, a meu ver, no Brasil, consegue acompanhar e pagar a TR. Imagine se estudantes pobres vão conseguir pagar universidades particulares!

Ainda hoje, eu estava em despacho com o Senhor Presidente da República e falava sobre isso. Sua Excelência me pedia que falasse com V. Ex.^a Apontou hoje, como uma das saídas, os cursos noturnos nas universidades públicas, o que já seria alguma coisa para amenizar isso. Mas será completamente insuficiente para atender a essa imensa demanda de estudantes que estão abandonando as universidades por falta de recursos. V. Ex.^a mostrou, hoje, quanta gordura existe nas universidades públicas, quantos funcionários incertos, quantos professores incertos, quanto recurso jogado fora, e 75% da clientela está sofrendo e abandonando as universidades, porque não têm condições de pagar. Veja V. Ex.^a também que é por aí que a classe média brasileira consegue almejar algum futuro melhor. E isso está sendo tirado também! Ainda que no primeiro grau isso ocorra, apesar disso, a rede consegue absorver um pouco mais. Mas a coisa se torna dramática no terceiro grau, na minha opinião, a partir de agora, porque conheço vários casos de pessoas que estavam no terceiro ano de Veterinária, por exemplo, de Agronomia e que estão abandonando os seus cursos. Não há a menor condição de continuarem a pagar as mensalidades e a se manterem na universidade. Então, há, no caso, o problema do crédito educativo, há o problema da abertura de vaga nos cursos noturnos e acredito que se tem que repensar no problema das bolsas de estudo como critérios definidos e de controle do próprio MEC. Temos que buscar soluções para esse drama que começa a afetar toda a sociedade brasileira. Falo com V. Ex.^a, no sentido de trocar idéias. E juntos, com o Congresso e com o Ministério, buscamos as alternativas para oferecermos a essas milhões de pessoas do Brasil, que estão deixando a universidade por falta absoluta de condições, uma solução. Eu gostaria de saber de V. Ex.^a se já tem alguma idéia de como amenizar, pelo menos, esse drama em que vive hoje a sociedade brasileira.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — Deputado, a única resposta que temos é o crédito educativo. É a única que temos! O crédito educativo tem consignados, no seu orçamento deste ano, 150 bilhões de cruzeiros, que só são suficientes para o primeiro semestre. Apesar disso, tenho escutado reclamações permanentes de reitores de universidades federais, que vêm ao meu gabinete se queixar de que estamos privatizando o ensino público, porque esse dinheiro devia ser aplicado nas universidades federais e não nas universidades privadas. Isso é para que V. Ex^a veja o grau de reivindicação, o grau de corporativismo que existe! Tenho sido procurado por grupos de estudantes, ligados à União Nacional dos Estudantes, que são inteiramente contraditórios! Um grupo me procura, reclamando da mesma forma que V. Ex^a reclama, ou seja, que precisam de crédito educativo. Outros me procuram dizendo que estamos privatizando o ensino público, que estamos retirando recursos das universidades. Então, os 150 bilhões foram o que se conseguiu colocar no orçamento. Eles são insuficientes! Há um projeto de lei, tramitando pelo Congresso Nacional, que adiciona aproximadamente outros 150 bilhões, permitindo-nos atender 80 mil estudantes durante 1992. Esses recursos viriam da loteria esportiva. O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados e o Senado não o aprovou. E o argumento usado é que retirar dinheiro da loteria esportiva, basicamente é “despir um santo para vestir outro”, porque o dinheiro da loteria esportiva vai para a área social — saúde e habitação, creio. Por isso, Senador, realmente estou aguardando a decisão do Congresso Nacional. Agora o projeto voltou à Câmara dos Deputados e vamos ver o que vai ocorrer. Eu havia conseguido convencer todo mundo do Executivo — Ministro da Ação Social, presidente da Caixa Econômica etc. e não foi fácil convencê-los de que uma fração da loteria esportiva poderia ir para o crédito educativo. Se o Congresso não aprovar, não temos recursos no orçamento de 1992.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) Obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Sr. Presidente, Sr. Relator, cumprimentando o Sr. Ministro pela exposição, gostaríamos de colocar aqui uma dificuldade por que está atravessando a Universidade do Rio Grande do Norte, mas acredito que ela se generaliza, a essa altura, pelo País inteiro. É com relação ao contingenciamento dos recursos das universidades.

Dados colhidos junto a nossa universidade adiantam o seguinte: em maio, faltando um pouco mais de um mês, portanto, para o final do semestre, só foram recebidos recursos da ordem de menos de 20% do que aquela universidade caberia receber. Então, pergunto ao Ministro se realmente há uma solução para que se consiga um melhor fluxo desse recurso. Essa é a primeira pergunta. A outra diz respeito ao funcionamento dos hospitais. De acordo com a exposição do Ministro, sabemos que existem algumas instituições que são mantidas com recursos do Ministério da Educação, mas outras são mantidas com recursos da Saúde. E esses recursos também não são liberados muitas vezes com velocidade, criando uma série de dificuldades para essas instituições. Pergunto ao Ministro se já existe uma solução em vista no entendimento do Ministério da Educação com o Ministério da Saúde e com os órgãos ligados à estrutura da Saúde.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — Senador, em relação à segunda pergunta, a grande maioria dos hospitais brasileiros, públicos e privados, são mantidos pelo Ministério da Saúde, pelo Inamps, que recebe seus recursos do Finsocial. O problemada crise dos hospitais brasileiros é o problema do Finsocial, porque muitas empresas deixaram de pagar o Finsocial! Há uma quebra de caixa, inclusive os bancos! Esse é o problema, isto é, como não se recolhe dinheiro do Finsocial, há uma perda de arrecadação extraordinária. Essa é a causa do problema da crise dos hospitais.

Isso vale para todos os hospitais que têm convênio com o Inamps, está em discussão dos hospitais brasileiros.

Os hospitais universitários são em número de 94 e recebem recursos de duas fontes: uma do Inamps, portanto, do Finsocial, que está atravessando dificuldades bem conhecidas. A única solução para esse problema é resolver a questão do Finsocial, não há outra fonte de recursos! O Ministro Adib Jatene, com quem mantive contato próximo — fui Ministro interino da Saúde, portanto, conheço a situação, simplesmente não tem outra solução, a não ser essa. S. Ex.^a está apelando para os empregados a fim de que paguem o Finsocial, que é, digamos, o limite a que pode chegar o Executivo neste país; tem que se fazer um apelo para que as pessoas paguem o imposto. Afinal de contas, o pagamento deveria ser uma determinação legal. Este problema não tem solução se o Finsocial não for resolvido. Agora, os hospitais universitários recebem recursos do Ministério da Saúde, do Finsocial, via Ministério da Saúde e Inamps e das universidades. De modo geral, o pessoal é das universidades; o pessoal é pago pelas universidades. Isso se liga a sua primeira pergunta, em relação ao contingenciamento, às liberações. O que houve com o orçamento da União deste ano foi o seguinte: no primeiro semestre, como o Governo não pode contingenciar os gastos, porque, se a arrecadação for baixa, ele libera pouco, mas, enfim, como não pôde contingenciar, fez uma programação financeira. E no primeiro trimestre, para a administração, não só para as universidades, houve liberações muito pequenas para outros custeios, que é a que o Senhor deve estar se referindo. Trata-se da verba de outros custeios, porque a arrecadação, durante os três primeiros meses deste ano, foi muito aquém da expectativa. Essa arrecadação está melhorando. Em abril, passamos recursos mais substanciais e em maio estamos passando. A situação tende a se regularizar. Ontem, por exemplo, passamos para as universidades. Este mês já passamos aproximadamente 35 bilhões de cruzeiros para as universidades. E, até o fim de mês, pretendemos passar uma quantia substancial, ou seja, a situação tende a se regularizar. Acredito que as informações que o senhor recebeu das universidades do Rio Grande do Norte estão, talvez, defasadas em alguns dias, porque ontem liberamos 20 bilhões para o conjunto das universidades federais. Essa situação tende a se regularizar e vai ajudar o hospital também. Agora, os hospitais brasileiros, não só os universitários, não têm solução fora da solução do problema do Finsocial.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muitos obrigado.
Com a palavra o último inscrito, Deputado Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES — Sr. Ministro, fiquei muito satisfeito por ser um Deputado do Mato Grosso, ser do interior e ouvir aqui as palavras do Senador Júlio Campos, preocupado com a interiorização da universidade. Na Universidade Federal de Mato Grosso, que é, segundo dados do próprio Ministro, uma das mais "engorduradas" e talvez com um dos menores índices de aproveitamento, chegam, alguns cursos, a começarem com 40 alunos e terminarem com 4! Entendemos que talvez esse problema ocorra por falta de gerência e principalmente por implantação de custos que não são o anseio da sociedade em locais que também não sejam os mais ideais. Por ser um Deputado, principalmente com base eleitoral na Região Sul de Mato Grosso, região eminentemente agropecuária, há dez anos lutamos para a implantação do curso de medicina veterinária na região Sul de Mato Grosso, que tem um centro universitário da Universidade Federal de Mato Grosso.

Esse curso de medicina veterinária está criado há dez anos na referida universidade e até hoje não foi implantado. E esse curso, à época, foi o último curso de medicina veterinária criado, exatamente para atender à região amazônica. No Mato Grosso, Rondônia, Acre e Amazonas, não temos qualquer curso de medicina veterinária, mesmo sendo essa a maior potencialidade da região. Agora, principalmente, que há uma predisposição da reitoria de implantar o curso, defrontamo-nos com um corpo-

rativismo, com um fisiologismo por parte de um grupo de professores daquela universidade. Parece-me que são oito professores contratados há oito anos para o curso de medicina veterinária, cuja implantação não ocorreu até o momento, que fizeram o concurso para a Capital, porque o curso foi criado inicialmente para ser implantado em Cuiabá. Esses professores, inclusive o Senador Louremberg Nunes Rocha, do Mato Grosso, fizeram um movimento no sentido de defender a implantação do curso de medicina veterinária num local mais adequado, principalmente atendendo a essa interiorização. Tais professores, a nosso ver, querendo às vezes até fazer um choque político, dizendo que os políticos estão fazendo apenas política eleitoral, não têm a sensibilidade de poder sentir que a universidade tem que estar cumprindo o seu papel de também prestar um serviço à comunidade, ou seja, se um curso for implantado onde ele pode estar prestando uma melhor inter-relação com a produção é muito melhor.

A universidade também dizia que um dos problemas para a implantação do curso era a questão do recurso. E fizemos uma emenda, ano passado, tirando até verba de uma obra importante para a cidade, que era a urbanização de um rio, para alocar recursos para a implantação do curso de medicina veterinária. E o Conselho Superior da Universidade, que deverá decidir pelo local da implantação do curso, foi convidado para estar em Rondonópolis, que é cidade a que me referi, a fim de conversar com a sociedade, de sentir as suas reivindicações. Desse Conselho, cuja presença foi confirmada, infelizmente não esteve uma pessoa presente à reunião com todos os segmentos daquela sociedade. Quero mostrar para o Ministro como o corporativismo, o fisiologismo, hoje, reinam realmente na universidade.

Eu gostaria ainda, para terminar, de parabenizar essa idéia na pelo menos a predisposição do Ministro em não aceitar essa imposição, como foi dito pelo Senador Jélio Campos.

Ainda quero dizer, inclusive pergunto ao Ministro, sobre a questão do concurso nas universidades. Os professores são concursados e alocados para determinados lugares. A universidade não pode fazer um remanejamento de acordo com o seu interesse. Digamos, se o curso de Medicina Veterinária foi implantado no interior do Estado, a universidade não pode transferir os professores, porque fizeram o concurso para estarem na capital.

De que forma V. Ex.^a vê essa condição hoje de o professor ser concursado e não poder ser remanejado? E também, outro problema que vem acontecendo e é muito sério, a nosso ver, principalmente no interior, é que os professores vão para as cidades do interior, principalmente para o Mato Grosso, talvez estados menores, fazem os concursos para aquelas universidades, porque lá é mais fácil passar nos concursos. Depois, conseguem fazer as graduações, as especializações, em cidades maiores. Posteriormente, voltam para a universidade com a sua especialização e pedem transferência para um centro grande, ficando quase sempre o interior relegado, ou seja, usado por esses professores que às vezes vêm de um centro maior, como São Paulo, fazem um concurso no Mato Grosso e, depois que conseguem a sua especialização, voltam para São Paulo. Talvez, no caso, isso seja a razão de a USP ter um maior número de professores com doutorado, enquanto que no interior o índice é muito baixo. Mas às vezes tem usado o recurso financeiro da própria universidade do Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Com a palavra, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDEMBERG — Olha, Deputado, anotei bem o que V. Ex.^a disse. Chamarei o atual reitor da Universidade Federal de Mato Grosso para me dar explicações sobre essas questões.

Em relação aos concursos e a esses professores que não desejam se realocar, as questões internas da universidade, o Ministério da Educação não se envolve nisso,

quer dizer, as universidades fazem editais para a cidade. É o que V. Ex. falou. É o corporativismo, quer dizer, de modo geral, a grande história dos professores universitários, no momento em que são contratados, com 21 ou 22 anos de idade, são estáveis praticamente. Acaba ficando uma coisa *interna corpori*. E algumas universidades brasileiras têm feito concursos agora publicando editais no País todo, para evitar justamente o corporativismo. Outro dia, na Universidade de São Paulo, eu queria citar os exemplos — foi feito um edital para preencher um lugar de uma disciplina qualquer em Física. Ganhou um russo! E está acabado! Ganhou e foi contratado, sob violentos protestos de professores locais, que disseram estar sendo preteridos. Estavam sendo preteridos mesmo, porque o concurso é para escolher o mais competente! E eles foram preteridos!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES — Do uso, inclusive, que esses professores dos centros grandes vão lá, conseguem entrar no interior, fazer especialização e depois abandonam, podem transferência para um centro maior. Não haveria um mecanismo, ou se estudar a possibilidade de um mecanismo para que esses professores, que foram para o interior, pelo menos prestem um serviço durante um determinado tempo, para que essas universidades não sejam prejudicadas.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Sr. Relator, Sr. Ministro José Goldemberg, agradecemos a sua presença nesta CPI, que tem procurado, com muito interesse, cumprir o seu papel, ouvindo aqui depoimentos dos mais importantes e que, sem dúvida alguma, no dia de hoje, com esse debate tão rico, tão aberto e tão democrático contribuiu para enriquecer ainda mais o trabalho desta Comissão.

Teremos, na próxima quinta-feira, a última reunião de depoimentos, quando ouviremos o Professor Pedro Demo, que não pode comparecer na data anteriormente designada. Convocamos para a próxima quinta-feira e apelamos para que os Srs. Membros aqui estejam.

Agradecemos a presença do Sr. Ministro e declaramos encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h45min.)

Data: 28-5-92 — hora: 10h20min

Convidades: Murilo Rezende — Pedro Demo.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Está aberta a reunião.

Concedo a palavra ao Professor Pedro Demo para prestar o seu depoimento, comunico que V. S^a disporá de trinta minutos.

O SR. PEDRO DEMO — Muito obrigado.

Ocorreu-me escrever um texto para facilitar o aproveitamento de V. Ex^a, se assim quiserem, no sentido de fazer colocações que trouxessem um melhor esclarecimento.

Queria trabalhar apenas uma hipótese: sob meu ponto de vista e aqui quero dizer que ele é estritamente pessoal, considero o modelo da universidade brasileira equivocado — vou partir daí — e, por isso, ela dificilmente conseguirá se firmar. O declínio dela deverá se acentuar até um dia cair de joelhos e reconhecer que a rota em que ela está não chegará a lugar algum. Sobre esse aspecto eu queria trabalhar, então.

Assim colocando, queria partir de um consenso muito grande que existe hoje no mundo todo, em particular no mundo desenvolvido, em que a vantagem comparativa que os povos têm hoje é a produção de conhecimento. Hoje, ser um país grande, ter grandes recursos naturais, não é um fator determinante; o que prepondera realmente, é a capacidade de produzir conhecimento. Quero dizer, colocando em outros termos,

que o fator diferencial é a qualidade educativa dos povos, que começa, evidentemente, pela educação básica, esta é a maior diferença. Mas educação básica que tenha qualidade, no fundo condicionada pela universidade, porque em toda essa discussão de qualidade se reconhece hoje que a questão fundamental não é a tecnologia, que é um instrumento, é o fator humano. A qualidade do homem é o que estamos buscando, é ela que determina, inclusive, a produtividade econômica.

Este é um ponto importante da discussão, que não vou desenvolver aqui, mas, de qualquer maneira, ultrapassa aquilo que os educadores sempre imaginam, que a educação fundamenta a cidadania. A melhor instrumentação da cidadania é a educação básica, mas se diz, ao lado disso, que a produtividade econômica depende dessa qualidade educativa. Por quê? Porque já não nos satisfazemos mais com um trabalhador apenas treinado e de preferência ignorante para não atrapalhar. Hoje nós precisamos de um trabalhador que saiba discutir qualidade e produtividade, que saiba avaliar processos. Isso traz também para o sistema produtivo outros problemas, porque o trabalhador mais educado se sindicaliza mais, reclama mais, usa os seus direitos, enfim, é uma sociedade mais tolerável essa em que as situações se colocam desse jeito, além disso é mais produtiva.

Se isso é verdade, então, a qualidade educativa da população é o termo diferencial, principal na oportunidade de desenvolvimento dos povos. Aí a universidade pode tomar um lugar definitivo que seria a de guardião principal dessa discussão, no momento dessa qualidade, dessa capacidade, dessa competência científica e tecnológica.

Dentro desse bojo está a hipótese de que a modernidade é melhor feita se for através da educação. A modernidade vem de qualquer maneira porque o mundo hoje é uma pequena aldeia. Então, ela vem pelo sistema produtivo, ela vem pelos meios de comunicação, mas vem de cima para baixo e de fora para dentro. Se ela viesse pela educação, poderia haver, pelo menos em parte, de dentro para fora. Quer dizer, precisamos de um projeto de desenvolvimento, ao mesmo tempo moderno e próprio. Nem só próprio, nem só moderno, mas que una dois interesses e isso é a função da universidade, segundo creio.

Conclusão, então, básica e fundamental, e dela quero partir, é que a universidade tem que produzir conhecimentos. Daí surge algo que para nós é duro reconhecer: a grande maioria do que chamamos universidade, não produz conhecimento, ensina a copiar. Ensinar a copiar é pura sucata. Pouquíssimas universidades brasileiras, pouquíssimos institutos realmente têm condições de dialogar com o futuro, de sinalizar o futuro. Estão de costas para o futuro.

Eu gostaria, então, de defender essa tese. A universidade se coloca como algo essencial para um projeto de desenvolvimento, sem produzir conhecimento próprio. Entretanto, acho que produzir conhecimento próprio, como tudo na vida, começa com a capacidade de copiar. Não podemos dar um salto, na nossa miséria, para logo produzir a sofisticação. Não. Temos de começar do começo, mas a nossa universidade se nega a isso, ela continua firme na cópia.

Dentro dessa discussão, para, talvez, aclarar um pouco os fatos, poderíamos contrastar o que hoje se chama didática, ensino, aprendizagem e a didática do aprender. Toda postura moderna de educação volta-se para o aprender, a aprender, saber pensar. Isso é tão forte que está mudando inclusive a postura do segundo grau. O segundo grau, chamado profissionalizante, tem de montar o saber pensar e não ligar o homem diretamente à máquina, porque toda máquina vai para a sucata e leva o homem junto se ele estiver colado. O homem tem de ter a reserva de retorno para, se distanciando, sabendo pensar, se reciclar. Há uma nova definição de ciência. Ciência não é mais um estoque, vai-se para a universidade, pega-se esse estoque, põe-se no bolso e vive-se 40 anos com ele. Não existe mais isso. A ciência é um processo de inovação, ou melhor, é a inovação em processo. Formar-se e reci-

clar-se é a mesma coisa. Quem se forma envelhece apizda seguinte. ele não se atualiza a isso. O que se chama, então, reciclar-se. Dá também outro conteúdo, aquilo que chamamos de educação continuada, que podemos definir como o direito de todo mundo de quem se formou e de quem fez primeiro grau de sempre estar up-to-date, atualizado assim, com as novidades científicas, com o mundo moderno. Então, essa modernização vale a pena porque a podemos humanizar e podemos educar. A outra é a educação, ela queima, ela destrói os patrimônios históricos, ela vem de cima para baixo e ela homogeneiza excessivamente.

A didática ensino-aprendizagem é a didática do repasse. Alguém ensina, alguém aprende. Alguém só ensina, algum só aprende. Isso continua existindo, o processo de socialização é a transmissão de conhecimentos, culturas e tal, e tal, também algo a estocar cientificamente. É preciso saber o alfabeto, é preciso também os axiomas, não vamos agora reinventar os axiomas nem a roda. Então, um conhecimento disponível que temos de dominar e dele dispor, mas isso hoje não precisa mais de universidade. A rigor, não precisa nem de professor. Isso se faz hoje melhor, eletronicamente.

Então, conclusão simples, 80%, no mínimo, das aulas das universidades podem ser substituídas por instrumentação eletrônica. Nós que estamos na província, longe de tudo e de todos, não começamos a fazer isso. Mas a grande maioria dos professores que só dão aula, não teriam mais razão de ser.

Chego ao ponto central da discussão. O que define a universidade hoje é a questão da pesquisa. Nem é mais a questão do ensino e muito menos é a questão da extensão. O que inspira os outros dois conceitos é o da pesquisa. Colocando em outros termos: só pode ensinar quem tem conhecimento próprio. Quem não pesquisa, quem não produz, quem não tem elaboração própria, a rigor, não tem nada para ensinar, porque vai simplesmente recopiar e passar para frente a cópia. Existe nesse contexto uma equação meio provocativa, mas que tem espírito, que declara imediatamente o espírito que ela tem: aula, prova e cola, hoje em dia, são sinônimos. Repito aula, prova e cola, tudo é cópia. Uma mais perfeita que a outra, mas como cópia.

O que se espera da universidade? Que ela use a didática ensino-aprendizagem, como insumo, mas estabeleça o contexto do aprender. Então, a distinção hoje entre professor e aluno não é mais de um que ensina e de outro que aprende, é de que os dois fazem a mesma coisa, pesquisa, só que um está lá na frente e outro vem aqui atrás, mas os dois têm o mesmo projeto acadêmico. O aluno tem de sair da universidade com elaboração própria, com capacidade de pensar, de construir e assim por diante.

Tomando como exemplo um pedagogo, ele tem de sair da universidade sendo capaz de elaborar um projeto pedagógico próprio. Se colocássemos este desafio hoje aos pedagogos brasileiros, acho que a maioria cairia dura e não levantaria mais. Não sabem de onde começar, nunca aprenderam isso. Só ficharam livrinhos, escutaram os professores copiadores, não têm autonomia e isso não gera a qualidade educativa que precisamos para o desenvolvimento. Isto só reconstitui, dentro da didática ensino-aprendizagem exclusiva, o sucateamento crescente do País.

Acho que a universidade, ao mesmo tempo em que tem uma chance (ou não), ela pode de fato ser o lugar onde a sociedade discute suas chances de futuro. O que vai ser? Qual é a economia que virá? Como será a família do futuro? Quais serão as relações sociais que virão? Se ela fizesse isso, acho que a crise desapareceria. Mas, enquanto ela apenas for uma instância de cópia, de repasse, de mera transmissão, ela jamais vai valer o que custa.

Acho que o professor é facilmente substituído, toda parafernália eletrônica veio para colocar uma pá de cal nisso. Vou dar alguns exemplos para ver se consigo esclarecer melhor: existem muitos lugares onde há um monte de professores de estatística, tem alguém que dá estatística de educação, outro que dá de sociologia, outro

que dá estatística para o estatístico, matemática etc. Olhando bem as coisas, a gente poderia imaginar uma outra configuração: basta um professor de estatística que seja produtivo, que tenha ocupado espaço científico na área — todo mundo fazendo estatística com ele — e, ao lado disso, uma enorme instrumentação eletrônica para colocar à disposição de todos. Sobretudo essas disciplinas que são transmissivas, que são estocadas de certa maneira. Um exemplo bom é a anatomia.

A rigor, as universidades modernas vão deixando de lado isso. A anatomia é um vídeo que a gente leva dentro do bolso, não precisa mais decorar todos os ossos, todos os músculos e assim por diante, porque você tem isso disponível. Uma das características do mundo moderno é a disponibilidade de informação, não a decora de informação. Quer dizer, a capacidade que se pede é de você poder elaborar informação, reinterpretar informação, reciclar-se com a informação, e não depender desta cópia.

Então, penso que está desenhado, no meu modo de ver, a grande crise da universidade. O problema básico da universidade brasileira é que muito poucas são universidades. Elas são apenas um secundário estendido e olhe lá! Não estão no lugar, eles estão colocando um produto para nós que não nos interessa mais, que é atrasado, que é retrógrado, que não leva para frente, que não faz justiça à nova geração, que não nos colocará jamais no Primeiro Mundo. Temos uma universidade de Terceiro Mundo que cultiva o Terceiro Mundo.

Para colocar o dedo numa ferida, digo o que custa absurdamente caro numa universidade federal, para tomar este exemplo: na verdade, é esse monte de professores que só dão aulas; esse monte de professores que só dão aulas em tempo integral. Isso gera um custo absurdo!

Qualquer universidade mais moderna, mais avançada, tem um outra maneira de gerenciar: eles têm três, quatro, cinco professores por curso ou por departamento. Esses três, quatro, cinco professores são de altíssimo nível, obviamente, são produtores de ciência *stricto sensu*, porque a única definição de professor que serve é esta: "Professor não é alguém que dá aula, é alguém que tem produção própria e, por isso, dá aula".

Ao lado desse corpo básico de professores de altíssimo nível existe um corpo médio de assistentes, ou chama-se lá os nomes que quiserem, de leitores, de acordo com cada País, que dão aulas e são de tempo parcial.

Então, o custo da universidade desce, inicialmente. Nem acho que o grande custo da universidade seja o aluno gratuito, ele é um custo, sem dúvidas, mas custa muito mais para universidade o batalhão de professores de tempo integral que só dão aulas. Isto não tem qualquer significação para o futuro do País. Gostaria de dizer isso. Por isso não passa absolutamente nada de importante e se a gente não mexer aí nunca sairemos da crise, porque a tendência será continuar nesse modelo, que considero falido... Vejam, por exemplo, que ele tem uma expressão de custos inaceitáveis, não dá para manter uma universidade nesse ritmo, é absolutamente impensável isso. Um departamento de Sociologia com trinta professores, às vezes quase com trinta alunos só, todos de tempo integral, não tem como, não existe qualquer significação.

Fiz Doutorado na Alemanha e lá, no departamento de Sociologia — a Alemanha não seria exemplo para nós, mas apenas para ilustrar — tínhamos três professores, grandes professores com cinco, seis, dez livros já dominando o espaço científico, reconhecidos por aquilo e alguns assistentes. Este é um modelo facilmente financiável. Não estou colocando aqui nada contra a universidade pública. Acho que a universidade de ponta dificilmente pode ser feita sem, pelo menos, o apoio público. Mas o problema da universidade não é de ser pública ou privada, é de ser de ponta. Se ela não for de ponta não se mantém em lugar nenhum. Ela tem um custo — só para falar

niso — absolutamente abusivo, além de ser um investimento em tempo, porque ensinar a copiar não é ciência, nem educação. Então, é aí que devemos começar, aí que teríamos que recomeçar.

Acho difícil porque a gente não tem apenas uma pretensão de reformar, de maquiagem aqui e ali, teríamos que refazer a proposta universitária. Na situação que está não temos como ir para frente.

Agora, acho que dada a nossa circunstância histórica, temos que saber montar um conceito de pesquisa que caiba aqui, do conceito de pesquisa também muito estereotipado. A gente acha que pesquisa é coisa de Phd, de acesso limitado, elitista e coisa e tal. Não, é possível manejar um conceito de pesquisa que seja ao mesmo tempo princípio científico e educativo.

Como princípio científico, a pesquisa é fazermos ciência desde cedo; e como princípio educativo é também um instrumento que a universidade tem para educar um aluno, através da elaboração própria, do saber pensar, do aprender a aprender. Acho que esta é a pedagogia da universidade.

Nego, por exemplo, que a aula seja importante porque o professor tem contato com o aluno. Penso que isso não tem relevância para a universidade. Se no contato entre professor e o aluno não existir produção de conhecimento, não se trata de questão universitária, porque contato entre pessoas existe também no boteco. Qual é o contato típico da universidade? É aquele onde se gera conhecimento. Se não se gera conhecimento estamos fora da universidade. E aí tem um divisor de águas, duro para nós: quantas universidades temos no País? Acho que cabem em uma só mão, no máximo!

Daria o exemplo da Unicamp. A Unicamp não está em crise, dificilmente entra em crise. Por que ela não entra em crise? Porque a Unicamp puxa a produção de conhecimento com extrema severidade. Então, eles dizem para todo mundo que quer ouvir que uma graduação na Unicamp corresponde a um mestrado na outra. Está certo!

Acho que a universidade vive dessa emulação que chamamos, dentro da academia, de mérito acadêmico. Penso que a universidade perdeu a noção de mérito acadêmico, ela virou uma burocracia pública qualquer. Então, vale muito mais a isonomia, vale o corporativismo, vale também o descaio dos governos e isso também é um grande ingrediente e, dessa forma, foi-se para a vala comum.

Penso que daqui a um tempo todos serão titulares para compensar baixos salários, não por mérito acadêmico. Isso já foi para o espaço. A universidade é um dos poucos lugares — como dizem — onde as pessoas caem para cima. É necessário apenas entrar; depois, com o peso do tempo, sobe-se até chegar a titular. Portanto, o vento de facilitações que entra na universidade é impressionante. Não há aquele rigor de selecionar as pessoas. Esse é um elitismo de que a sociedade precisa. O elitismo que precisamos condenar é o de base econômica, política. Mas o elitismo do mérito acadêmico todas as sociedades aceitam e querem. Trata-se da produção de uma elite intelectual baseada no mérito, na capacidade, na competência. Hoje, sem essa elite, não se pensa, o País não tem condições de se lançar. Está se reproduzindo, também no nível da educação básica, uma mediocridade difícil de recuperar. Há, também, a questão dos professores. É como se diz em relação aos Ciacs; o Ciac não é, em primeiro lugar, uma casa bonita; é, em primeiro lugar, uma casa de bons professores. Se não forem bons os professores, a casa não tem como ser bonita. É a mesma coisa com a universidade. Seria muito melhor reduzir drasticamente o número de professores, porque a grande maioria é parasitária, não é produtiva, jamais dá-se a que veio, e pagar melhor aqueles que se mantêm com produção científica.

Creio que existe na hipótese que estou manejando aqui sempre um certo temor de estarmos implantando modelos de fora. Creio que não é o caso, porque se trata

de um desafio comum a todos os povos hoje; os povos devem saber produzir conhecimentos. O povo que não produz conhecimento está fora da jogada definitivamente. Para entrar na jogada, temos uma ponta de lança importante, que é a universidade. Ela pode ser algo essencial ao desenvolvimento. Não creio que com remendos consigamos ir para a frente. É preciso realmente alguma coisa mais profunda, uma redefinição importante. Como tudo é um ritmo geracional, isso vai longe. Em alguma hora teríamos de estancar o processo. É preciso fazer um modelo universitário baseado, primeiro, na produção de conhecimentos. A pesquisa é o compromisso fundamental da universidade, a produção do conhecimento, a vanguarda do conhecimento, a capacidade de definir ciência e tecnologia. Em segundo, devemos proceder à redefinição do professor não como gente que dá aulas. Esse é um conceito do passado. O professor é uma pessoa que, tendo produção própria, pode dar aulas. Quem não tem produção própria não deveria jamais pisar a sala de aula, porque vai, na verdade, excluir a didática do ensino e da aprendizagem, e esta é importante, hoje, com insumo. Ela, exclusiva, é um erro total. É preciso um professor que saiba montar o ambiente do aprender não só na universidade, mas desde o pré-escolar. A pesquisa deve estar no pré-escolar não como produção científica, é claro, mas como princípio educativo. Uma postura moderna educativa busca que a criança questione, se interesse, se manifeste, se expresse, e não que seja adestrada, fechada dentro de ordens, de comandos. Quer dizer, a criança não vai para a escola para aprender comandos; ela vai para a escola para se abrir. Aliás, esse é o significado do termo "educação" em latim, ou seja, *educare*, puxar de dentro para fora. O professor deve puxar a potencialidade do aluno, e não ser o parâmetro do aluno, muito menos o limite do aluno.

Creio que em torno dessa hipótese se pode ir longe. Deixei escritas algumas anotações para a consulta de V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon, Relator desta Comissão.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Sr. Presidente, Deputado João Faustino, Srs. Parlamentares, Prof. Pedro Demo, esta é a última reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a crise da universidade brasileira. Providencialmente, era também a chave de ouro dos nossos trabalhos. V. S^r fez um pronunciamento de tão transcendental importância que exigiria uma ampla divulgação, não apenas através da imprensa, mas, também, do rádio e da televisão e através da distribuição do seu texto escrito para ser apreciado e meditado em todas as universidades. Infelizmente, essa cena, nesta manhã, é característica das nossas reuniões: o Presidente, que é o autor da iniciativa de instalação de uma CPI sobre a Crise da Universidade Brasileira, este jovem mestre que é o Sr. Deputado João Faustino, está representado aqui, pelo Relator, obsecado pela causa da educação — não passa de um lutador pela causa da educação e não chega nem sequer a ser um educador — e está o nosso Deputado Murilo Rezende que tem sido um dos mais assíduos, sempre nos estimulando com a presença e com a sua atenção.

A cobertura dos meios de divulgação tem sido extremamente reduzida ao longo dos nossos trabalhos, no decorrer dos quais foram ouvidos quase 30 mestres eminentes da educação brasileira e tivemos, de acordo com as diretrizes traçadas pela proposta do eminente Deputado João Faustino, a preocupação permanente de estabelecer o contraditório.

Nós convocamos, para depoimentos nesta Comissão, representantes das várias correntes, inclusive daquela que acha que a universidade brasileira não está enfrentando nenhuma crise grave e que o seu modelo necessita apenas de pequenos retoques e, muitas vezes, quem ousa discordar recebe um tratamento não muito invejável.

Nós trouxemos para esta CPI, o professor José Carlos Azevedo que foi Reitor da Universidade de Brasília e que defende pontos de vista que muitas pessoas conside-

ram radicais ou exagerados mas que, sem dúvida alguma, não banizam da educação brasileira. Qualquer que seja o preconceito de ordem ideológica, não se pode deixar de reconhecer no professor José Carlos Azevedo esse seu valor realmente maior de qualquer dúvida.

Trouxemos, também, o professor da Universidade Cândido Mendes, autor de um livro, cujo título é, salvo engano, *A Sinetura do Ensino*, focalizando o problema das universidades, além dos depoimentos de outros mestres da educação brasileira como Cristóvam Buarque, formando, realmente, uma constelação, uma verdadeira constelação, conforme já afirmei, encerrando com chave de ouro o seu impressionante depoimento que veio, também, por escrito e será incorporado aos nossos Anais.

O que nós ouvimos, hoje, aqui, nesta manhã, é, realmente, de uma gravidade extraordinária. Lamento, apenas, que, neste primeiro momento, no Congresso Nacional, só no meu caso — há casos semelhantes, já faz tempo, como o do nosso Deputado Murilo Rezende —, às 9 horas e 30 minutos: CPI sobre esterilização em massa de mulheres no Brasil; às 10 horas: CPI sobre a evasão fiscal; às 10 horas: CPI sobre a crise da universidade; às 10 horas: Comissão de Assuntos Económicos; às 10 horas: Comissão Mista de Orçamento — são cinco, das quais eu sou membro de todas elas, e o dom de ubiqüidade ainda é um sonho, uma utopia. E para agravar este quadro, há pouca cobertura dos meios de divulgação. Eu diria que se não fosse, às vezes, o noticiário d'*A Voz do Brasil*, ela estaria condenada a um espaço realmente insignificante nos órgãos de comunicação social. Eu ouvi afirmações realmente admiráveis, partindo de um mestre da sua extraordinária altitude.

A base, o fundamento, o alicerce de tudo é a educação básica, para quase falar pleonasticamente, e ainda não há essa compreensão, que é o mínimo desejável e exigível.

Há um artigo nas Disposições Transitórias da Constituição que obriga o Poder Executivo, no espaço de 10 anos, a reservar 50% das verbas para educação, para a erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental. Isso não está sendo cumprido. Em vez de 9%, portanto, 50% de 18, que é um percentual mínimo, o Tribunal de Contas apurou a destinação para essas duas finalidades, erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental, um percentual que não passa de 2,1% apenas. E não acontece nada.

O autor dessa iniciativa, Deputado Evaldo Coelho...

Estamos sendo honrados com a presença do nosso Senador Esperidião Amin, que, como Governador de Santa Catarina, foi um modelo e uma fonte de inspiração para todos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Chegamos a 33% da receita de impostos.

O SR. RELATOR (JOÃO CALMON) — Veja o pioneirismo do Senador Esperidião Amin: no Estado vizinho, o Rio Grande do Sul, na Assembleia Constituinte, na área estadual, foi aumentado o percentual da receita de impostos para o ensino a 35%.

Mas, então, foi um gesto de patriotismo, de visão extraordinária que uma CPI pouco antes constatará, que somente a folha de pessoal da Secretaria de Educação estava absorvendo 33% da receita total de impostos estaduais.

Santa Catarina, sob esse e outros aspectos, é um modelo e uma fonte de inspiração para todos nós.

V. Ex.^a não pôde estar aqui pelo mesmo motivo que acabo de expor. Devíamos estar ao mesmo tempo em cinco ou seis comissões técnicas, além da Comissão Mista do Orçamento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — E de Assuntos Económicos. Às 19h30min, fecham o registro.

O SR. RELATOR (João Calmon) — O Professor Pedro Demo fez realmente afirmações aqui que merecem a mais ampla repercussão, uma extraordinária cobertura dos meios de divulgação, mas não é possível ter a certeza de que isso vá ocorrer.

A nossa única cobertura razoável é a da *Voz do Brasil*, através do Serviço de Divulgação do Senado.

Cito algumas afirmações que S. S^a fez: "A universidade ensina a copiar, só isso é sucata"; "eletronicamente se faz melhor"; "hoje, com o avanço da tecnologia, nem são necessários, na mesma escala do passado, professores, em carne e osso, dando aulas"; "prova e cola, tudo é cópia"; "estamos sendo levados ao sucateamento de tudo no Brasil"; "o professor é substituível pela parafernália eletrônica"; "anatomia se contém num vídeo que se pode colocar no bolso"; "a universidade brasileira é um curso secundário estendido"; "nossa universidade é de Terceiro Mundo"; "o modelo de universidade brasileira está falido". Apenas pincei, registrei algumas das afirmações mais contundentes.

Professor Pedro Demo, tive a oportunidade de, há poucos dias, fazer uma visita à representação do Banco Mundial aqui, em Brasília, e o assunto foi o relatório que esse banco realizou sobre o ensino de terceiro grau no Brasil, utilizando, inclusive, vários mestres brasileiros, várias autoridades na área de ensino.

Estranhamente esse relatório é considerado confidencial, e ainda há mais umas palavrinhas gravadas na capa do relatório: "Somente para uso oficial".

Tomei conhecimento desse relatório confidencial através de um artigo do professor José Carlos Azevedo, que foi Reitor da Universidade de Brasília, nosso depoente, que reproduziu alguns trechos do "relatório confidencial", com seu artigo magnífico na *Folha de S. Paulo*. Realizei algumas *démarches* como Relator desta CPI para obter uma cópia desse relatório. "Uso oficial"! Uso oficial é aqui também. Somos um dos ramos do Governo, somos da administração, do Poder Legislativo.

Se não tivesse obtido esses dados na base de uma troca cordial de idéias, pura e simplesmente, teríamos que requisitar da área do Poder Executivo que recebeu este relatório, e tenho a impressão que V. S^a o conhece.

O SR. PEDRO DEMO — Conheço.

O SR. JOÃO CALMON — E não tem nada de secreto, de confidencial.

Fiz uma pequena exposição ao Diretor do Banco Mundial aqui sobre os trabalhos desta CPI e, ferindo a modéstia dos nossos companheiros, acredito que os depoimentos no decorrer dos trabalhos desta CPI, de iniciativa — permitam-me repetir mais uma vez — do Deputado João Faustino, no seu conjunto, são muito mais importantes que o relatório elaborado pelo Banco Mundial, por sinal, com a colaboração de autoridades do mundo educacional. Apenas o nosso elenco de autoridades, de mestres da educação, foi muito mais amplo e, eu diria, mais importante do que o mobilizado pelo Banco Mundial.

Desse encontro, que foi excelente, resultou uma afirmação do Diretor do Banco Mundial que me deixou extremamente feliz: diante do resumo do que tem sido ouvido aqui dos nomes que participaram dessa série da nossa CPI, ele declarou que vai propor ao Banco Mundial, e está certo de que a sua idéia será aceita, promover, sob os auspícios do Banco Mundial aqui em Brasília, um seminário sobre universidade com a participação dos mestres brasileiros e de algumas autoridades de altíssimo nível dos Estados Unidos, do Japão, da França, da Inglaterra e de outros países, o que é uma notícia altamente auspiciosa.

Outras afirmações que anotei aqui: "Universidades realmente boas no Brasil cabem numa mão"; "todos os professores são titulares, mesmo sem credenciais".

Realmente, Professor Demo, para encerrar esta breve intervenção, desejo repetir a minha afirmação inicial: com seu depoimento, fechamos com chave de ouro os

trabalhos desta CPI. E, se conseguirmos, como assim o pretendemos, a impressão de todo esse precioso, esse valiosíssimo material e pudermos também fazer uma divulgação a todos os interessados e ainda tivermos oportunidade de um seminário, haverá, obviamente, muito mais participações do que as reuniões da CPI, estando, portanto, prestando, graças à iniciativa do Deputado João Faustino, mais um relevante serviço à causa da educação.

Muito obrigado ao Mestre Pedro Demo.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Concedo a palavra ao Deputado Murilo Rezende.

O SR. MURILO REZENDE — Quero concordar com o que foi dito por V. Ex^a, sobretudo com problemas relativos aos professores. Eu também sou oriundo da universidade. Hoje, sou professor aposentado. E penso que essa avaliação feita às universidades brasileiras é correta. A meu ver, um dos problemas maiores citados ao Conselho Nacional de Educação, que deixou proliferar por todo este País universidades incapazes da alta missão em benefício do progresso deste País. Realmente, as universidades não podem receber esse nome lamentavelmente. Culpa não é das regiões mais pobres, onde o problema existe, mas sobretudo da incapacidade da educação no País, na condução do problema educacional do País pelas autoridades federais, porque houve a permissão para se criarem universidades simplesmente por questões políticas, por interesses locais.

O erro maior não foi na formação daquela pequena universidade que poderia ser dada a um pequeno estado brasileiro, mas foi o de permitir que cada universidade tivesse tudo. Sem pesquisa neste País, já se formam doutores, PhD que não têm professorado e nem são qualificados como professores. Os cursos em PhD estão sendo feitos em todo o País. E há poucas universidades, que cabem até mesmo nas mãos, como disse o Dr. Pedro Demo. Na verdade, as universidades poderiam estar participando na busca de melhores dias para a educação nacional.

Agradeço a oportunidade de estar presente e assistir à palestra do professor Pedro Demo que, sem dúvida, como bem disse o nosso Senador João Calmon, Relator da nossa Comissão, é de grande contribuição.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Concedo a palavra ao Deputado, Sr. Pedro Demo.

O SR. PEDRO DEMO — Em primeiro lugar, quero agradecer muito a lisonja de estar aqui com os senhores e pelas palavras excessivamente generosas.

Só queria acrescentar um comentário: quando se faz um elogio à Unicamp, não significa que não se possa fazer algo de bom em regiões menos desenvolvidas. Tive mesmo a chance de desenvolver em Belém, numa constelação de circunstâncias favoráveis, o Instituto Superior de Educação, feito só com pessoas de lá. Ninguém tinha mestrado e nem doutorado, mas o trabalho era baseado em pesquisa. Penso que devemos saber também — e não apenas admirar — a sofisticação da pesquisa e querer um dia trazê-la. Contudo, o importante é saber começar do princípio. Acredito que a emancipação de um País inicia nesse ponto. Aliás, o Japão deu muitos exemplos disto: ficou anos como um excelente copilador, só que fez aquilo como passagem, como insumo para depois, tomando o pé dos fatos, buscar uma vanguarda.

Então, estou convencido de que é possível fazermos instituições dignas também nos lugares pobres. O problema é o espírito da casa: é fazer um professor graduado entender que não pode ficar copiando, ou seja, ele não pode ler um livro e copiar para o aluno que leu, pois este já sabe ler. A atitude adequada é aos poucos amealhar a capacidade de produção própria que vai começar pela cópia. Ele tem que passar

por aí em frente. É esse o espírito fundamental. É preciso que se instale o mérito acadêmico, e não a isonomia.

Um dos pontos fulcrais difíceis da questão da universidade está neste substantivo: isonomia. A meu ver, é importante como dignidade mínima comum de todos, mas, daí para frente, vale a diferença, e não a igualdade, onde todos os professores agem da mesma forma porque ninguém faz nada de interessante. Inclusive, o Sr. Senador abordou um enfoque, no início, importante: a CPI procurou o contraditório.

Hoje em dia, a metodologia científica — e milito muito nesta área — ressalta isto com muita ênfase: a ciência só avança na contradição, e não nas igualdades, onde um cita o outro nos conhecimentos oficiais, nos departamentos homogêneos e, assim, a ciência não cresce. É imprescindível o debate, a discussão, o confronto. Isso significa mérito acadêmico. Se observarmos a nossa universidade brasileira, constatamos que onde está o debate que leva à renovação científica há um deserto. A maioria dos departamentos, hoje em dia, são cliques fechadas, são compadres de uma causa perdida e fajuta. E aí já não existe a emulação, a busca de superação, e a sociedade paga caro por aquilo que for bom. Agora, não pode pagar — vou dizer uma palavra meio grossa — a sua própria imbecilização. Isso não tem sentido.

Dessa forma, penso ser possível fazer algo de bom também lá no fim do Brasil, não apenas em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Antes de encerrar esta reunião, gostaria de fazer, na condição de Presidente e de integrante da CPI, algumas considerações sobre o excelente depoimento hoje do Professor Pedro Demo.

Indiscutivelmente a afirmação que V. S^a fez nesta manhã, analisando a universidade brasileira e abordando o modelo equivocado que caracterizou a sua existência, esse conteúdo indiscutivelmente se completa aos inúmeros depoimentos que tivemos oportunidade de ouvir nesta CPI.

Eu teria apenas poucas indagações a fazer. Por exemplo, esse modelo equivocado a que se referiu o depoente é historicamente linear ou é bem caracterizado no momento presente da vida da universidade brasileira? Se ele historicamente, linearmente, está presente na vida da instituição brasileira, como poderíamos justificar alguns avanços significativos que a vida brasileira conseguiu auferir ao longo da história da universidade e que se caracterizaram pelo desenvolvimento da biociência, da medicina de ponta, da medicina terciária, da arquitetura, enfim inúmeros avanços que presenciamos na vida da sociedade brasileira e que certamente resultaram do próprio desenvolvimento da universidade, do desenvolvimento científico?

Seriam esses momentos de afirmação da universidade o resultado da cópia assimilada no exterior e transplantada para o Brasil ou seria a afirmação da pesquisa científica desenvolvida nos *campus* universitários? Eu queria uma observação do depoente sobre esses aspectos.

Concordo plenamente com a afirmação de que a universidade brasileira não sinaliza para o futuro. A universidade do momento está muito distante dos apelos que o futuro da sociedade está a exigir. Conseqüentemente, essa afirmação é procedente.

Entendo que do seu depoimento se constata uma exigência que se caracterizaria notadamente pela reformulação do modelo da universidade brasileira, não apenas no que diz respeito à atividade e organização administrativa, mas, sobretudo, à mentalidade, à filosofia e aos princípios dos que viriam a nortear a vida da universidade brasileira.

O seu depoimento, professor Pedro Demo, como disse o nosso estimado Senador João Calmon, é o coroamento, é oportuno, é propício, chega numa fase em que se encerra o trabalho, a ação desta Comissão, que teve por objetivo tentar apresentar à sociedade brasileira uma preocupação com relação à instituição que é responsável

pelo pensamento nacional. Esta instituição indiscutivelmente vive uma das maiores das crises da sua história. Há a ausência de compromissos da própria comunidade universitária para com a sua instituição, a ausência de propostas sérias que possam ajudar o País a superar os seus problemas, o elitismo que caracteriza a universidade brasileira, que não é o do acesso que nos preocupa, mas o dos resultados que a sociedade possa auferir da ação da universidade. Quer dizer, todos esses aspectos estão muito bem caracterizados na exposição que V. S.^a acabou de proferir.

A comissão, portanto, encerra as suas atividades, a meu ver, dando uma grande contribuição à vida nacional, sobretudo à universidade.

Durante quase um ano criamos aqui uma trincheira, uma cidadela, uma estrutura dentro do próprio Congresso Nacional capaz de pensar, de se debruçar sobre o problema da universidade brasileira.

Passo, portanto, a palavra a V. S.^a para as considerações finais.

O SR. PEDRO DEMO — Vou fazer um comentário sobre as duas questões que o senhor enfocou. A universidade brasileira começou tardiamente. O nosso fenômeno universitário não é tão sedimentado como em outros países. Portanto temos uma universidade jovem e que por isso também permite explicar com certa clareza todos os problemas que temos. Não é o caso de uma degenerescência assustadora. Isso vem muito da recenticidade dela.

Além disso, houve invasão burocrático-política do ambiente acadêmico. Conseqüentemente, inventamos universidades.

A universidade geralmente é um fenômeno que começa de baixo para cima; faz-se um instituto, ou uma faculdade, surge a produção científica. Sem isso, não há desenvolvimento. Esse é o funil.

E nós aqui procedemos de maneira diversa: primeiro inventamos que todo Estado tem que ter universidade. Com o surgimento das Unidades Federadas, implanta-se uma universidade.

O Estado poderá ter, no tempo certo, sua universidade, mas não deveria começar com isso, muito menos com a idéia de uma pan-universidade, que hoje está em franco declínio. Pan-universidade não cabe mais em lugar nenhum, ainda que se entendesse que poderia defender que uma ou outra grande universidade brasileira devesse continuar como pan-universidade para ter tudo, todas as manifestações de cultura, de ciência, de habilidades humanas, como a USP, por exemplo. Mas imaginar que em Rondônia vamos ter uma pan-universidade é algo absolutamente fora de propósito.

Então, aí existe uma certa linearidade, quer dizer, nunca realmente começamos bem. Já nascemos meio tortos e fomos entortando cada vez mais.

Agora, na segunda questão, aparece o outro lado: o que se faz bem não é o modelo em vigência, é a sua quebra.

Darei alguns exemplos bem interessantes: em Santa Catarina, que, por acaso, é o meu Estado, existe a melhor engenharia mecânica do País. Deveria estar certamente em São Paulo ou no Rio, não em Santa Catarina exatamente. Por que isso aconteceu? Porque um grupo de professores cansou-se de lamúrias, de reclamações, arregaçaram as mangas e fizeram um bom instituto de engenharia. Começaram copiando, comparando com os Países lá fora. Ainda não é uma excelência enorme, mas já têm produção própria e levam aquilo, no fundo, a ferro e fogo contra a média, contra o modelo. Inúmeros professores os caracterizam de idiotas porque eles não ganham mais, não têm mais vantagens com isso. Eles simplesmente resolveram dar conteúdo a uma vocação que eles têm, mas contra o sistema.

O mesmo ocorre com a Universidade Federal do Pará. Lá existe um bom doutorado de Geologia que foi dirigido por um ex-reitor, que agora dirige a Universidade Federal

do Amazonas. No Pará havia um curso que era considerado o pior doutorado de Geologia do País. Com o incentivo desse ex-reitor e um grupinho de pessoas, arregaçaram as mangas, deixaram de reclamar e, sem ganhar mais, sem qualquer recompensa por isso, incrementaram os estudos e transformaram-no em um dos bons doutorados de Geologia do País, mas agiram contra o sistema, contra a linearidade.

Há quem aceite isso, mas, para proceder de maneira interessante academicamente, é preciso sair da universidade. Caso contrário, somos tragados pela mediocridade, hoje quase implacável.

Isso, entretanto, também não me dá o ensejo de dizer "vamos fechar o boteco". Não. É fácil afirmar que a universidade pode desempenhar o papel central de motor do desenvolvimento moderno, que passa pela educação, pela ciência, pela tecnologia, pela capacidade de produzir conhecimento. Será a casa privilegiada se fizer isso: se não fizer, evidentemente sai de cena.

Um exemplo que também pode ser pertinente nessa discussão é o Japão, que não tem nenhuma universidade muito relevante, porque a sua modernização vem da indústria.

Esta é até mais rápida, porém, é de cima para baixo.

Deveríamos saber fazer uma modernização que se compusesse com a indústria, mas que fosse inspirada pela dignidade educativa, pela produção de ciência e tecnologia, ou seja, uma modernidade humanizada. O que a sociedade espera da universidade é que ela humanize essa modernidade. Temos que ter uma economia moderna, mas a economia moderna, hoje, precisa muito de inteligência, de competência educativa, que, no meu entender, é o quinhão da universidade.

Esse modelo que está aí tende a piorar, até por causa dos custos. Cada vez menos teremos condições de pagar isso, que vale tão pouco a pena ou quase já não vale nada. Seria preciso tentar nos compor com esse desafio e colocá-lo nas mãos da universidade, onde é o lugar adequado.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Há algum outro Sr. Parlamentar que deseje interpellar o depoente?

Não havendo nenhuma outra inscrição, desejo agradecer a presença do professor Pedro Demo e a colaboração que S. S^a emprestou a esta CPI.

Está encerrada esta reunião.

Reunião: 3-11-92 — hora: 10h55min

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Declaro aberta a reunião. Concedo a palavra ao Relator, nobre Senador João Calmon.

O SR. RELATOR (João Calmon) — O nobre Deputado Eraldo Tinoco, eleito para a Presidência desta CPI, afastou-se para assumir o Ministério da Educação.

Lamentamos que o nobre Presidente desta Comissão, lutador inextinguível da causa da educação, não tenha prolongado sua atuação, porque, se S. Ex^a permanecesse — não por quatro anos, o que é extremamente difícil, na área do Ministério da Educação, como a história confirma amplamente — deixaria traços indelévels da sua fecunda atuação, pois realmente é um apóstolo da educação, homem de uma larga folha de serviços prestados à educação, não apenas na Câmara, mas também como Relator que foi, com muito brilho e eficiência, por mais de uma vez, na Comissão Mista de Orçamento, inclusive na área específica do Ministério da Educação.

Registro o nosso júbilo pelo retorno do Deputado Eraldo Tinoco à Presidência desta CPI, que deve grande parte do seu êxito à sua capacidade, iniciativa, dedicação e zelo inextinguíveis.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muito obrigado.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Eu tomaria a liberdade de, de acordo com o parecer, deixando de ler o relatório, porque representa apenas uma síntese de vários depoimentos.

O SR. VITAL DO REGO — Fílio-me por inteiro às palavras de V. Ex.^a com a absoluta autoridade do seu magistério, acaba de fazer referência ao nobre Deputado Eraldo Tinoco, de cuja amizade todos nos orgulhamos. S. Ex.^a é homem de virtudes excelsas, pontificando neste Congresso para nossa satisfação. Como V. Ex.^a o chamou de apóstolo da educação, quero, a seguir, depois de secundá-lo, falar ao mestre, ao amigo, ao amado paradigma que é o Senador João Calmon, com quem falo com uma intimidade conterrânea...

O SR. RELATOR (João Calmon) — Muito obrigado

O SR. VITAL DO REGO —... paraibana, muito paraibana, pedir e sugerir que o seu trabalho, que acaba de ser distribuído a todos nós, seja objeto de consideração, de estudo e de avaliação da Comissão, para que V. Ex.^a não tenha inutilizado o dispêndio de energia, do que sei que V. Ex.^a não se pouparia.

V. Ex.^a tem a nossa confiança e nenhum de nós poderia aventurar-se à presença de querer substituí-lo ou sucedê-lo nos conhecimentos e na dedicação à causa da educação.

Então, V. Ex.^a leria suas conclusões e recomendações, como síntese de todo o seu trabalho e esforço quase solitário nesta Comissão, cujo relevo é enorme; os trabalhos aqui realizados não estão cercados da necessária cobertura e informação da imprensa, exatamente porque esta comissão não é notícia conflitante com a programação de *marketing*, da comunicação social no Brasil.

Esta é a sugestão que faço a V. Ex.^a, respeitosamente.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Agradeço as palavras de apreço do nobre Deputado Vital do Rego, que é um companheiro e amigo nesta Casa, e em quem tenho me inspirado muitas vezes para buscar orientações, especialmente quando se trata de questões constitucionais. Ao agradecer as suas palavras, se não há quem se oponha à sugestão de S. Ex.^a, consulto o Plenário se todos estão de acordo que o nobre Relator se concentre na leitura das conclusões e recomendações.

Naturalmente, até a discussão e votação do parecer, marcada para o próximo dia 17, todos os Srs. Parlamentares terão oportunidade de estudá-lo em profundidade com o tempo e a reflexão que matéria dessa ordem requer.

Se não houver oposição a essa sugestão, solicito ao nobre Senador que faça a leitura das conclusões e recomendações.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Agradeço ao nobre Deputado Vital do Rego, paraibano, de boa cepa, orgulho da vida pública da Paraíba, suas generosíssimas referências a mim.

Acolhendo a decisão do nobre Presidente, Deputado Eraldo Tinoco, vou passar a ler as conclusões e recomendações. Todos os parlamentares integrantes desta Comissão já receberam o texto integral do relatório, que poderá ser examinado até o próximo dia 17.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Estamos marcando para às 17 horas tendo em vista que muitos parlamentares se deslocam dos seus estados para Brasília na terça-feira pela manhã. Como a Ordem do Dia, tanto na Câmara quanto no Senado, nesse dia costuma encerrar antes das 17 horas, marcamos para as 17 horas do dia 17, que é exatamente o penúltimo dia do prazo que tem esta Comissão.

Naturalmente, um trabalho deste tipo, quando ouvimos tantas autoridades importantes na área e constatamos o esforço hercúleo do nobre Relator, exige toda colaboração.

Pedimos, portanto, não apenas que estejam presentes, mas que avisem e convidem os demais integrantes, insistindo com eles, para que tenhamos, no dia 17, a possibilidade

de discutir e votar este parecer, às 17 horas do dia 17, terça-feira, portanto, logo após o segundo turno das eleições municipais.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Vou proceder à leitura das conclusões e recomendações:

“Em face das informações levantadas pela Comissão e da reflexão desta Relatoria, são apresentadas a seguir as conclusões e recomendações que, evidentemente, não são exaustivas e nem implicam, necessariamente, alterações legislativas. Sob esse aspecto, muito pode ser feito pelo espírito de competência e qualidade que dá alma às normas legais, à sua interpretação e ao seu cumprimento.

A universidade e o ensino superior se revelaram entravados por uma pletora de normas que lhes tolhe a liberdade de ação — quer no setor público, quer no particular — e que não garante a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Revelam-se, pois, poucos efetivas, merecendo ser revistas, simplificadas e substancialmente reduzidas. Não cabe mais impor a uma realidade tão diversificada normas gerais, que oneram muitas vezes os mais sérios e são contornadas pelos que têm menor empenho pela qualidade. Neste sentido, cabe estabelecer as diretrizes que norteiam a opção pelos fins e que garantam os meios necessários ao cumprimento das missões não só das universidades, como do ensino superior em geral. Cumpre estabelecer a liberdade de organização das instituições sem obrigá-las ao modelo departamental, hoje esgotado, e sem impor ou privilegiar alternativa organizacional da universidade.

Sob esse particular, assistimos hoje à disseminação de universidades sob critérios puramente burocráticos. Há universidades que formalmente satisfazem a todos requisitos, inclusive da universalidade do conhecimento. No entanto, em termos de competência, estão muitos distantes dos padrões internacionais. Por isso, cabe rever os critérios, valorizando a excelência e permitindo a criação de universidades setoriais ou especializadas e conferindo atributos de autonomia mesmo a instituições isoladas que lhes façam jus. É claro que o critério fundamental, neste caso, é a qualidade, como resposta às demandas da sociedade. Valorizar-se-iam, assim, as instituições criadas de baixo para cima e não de cima para baixo.

Como base e princípio das formas de organização e de todo o ensino superior, cumpre repensar o projeto de ensino superior existente. De que universidade ou tipos de universidades, de que ensino superior o País precisa? Grande parte da crise dos meios se deve à crise dos fins. Entretanto, este repensar não se deve constituir numa questão paralisante, até que respostas consensuais surjam da sociedade e da academia. Há problemas urgentes a atacar, ainda que com risco de as soluções serem reformuladas mais adiante em virtude da reformulação dos fins.

Quase a cada encontro desta Comissão deparamo-nos com o descontentamento em face da qualidade. Por isso, a tônica do processo de mudanças a ser vivido por todo o ensino superior é a qualidade, numa visão ampla que contemple também os níveis anteriores de ensino. A incompetência representa uma fraude contra a sociedade, independente de as instituições de ensino superior serem financiadas pelos cofres públicos ou pelos estudantes. É também um prejuízo em termos de oportunidades perdidas num mundo que depende intimamente do conhecimento e da sua produção.

A melhoria da qualidade está relacionada à melhor articulação entre as instituições educacionais e o contexto social. Desse modo, cabe à avaliação papel preponderante. Não pode tardar mais o estabelecimento de um sistema de avaliação contínua, de auto e heteroavaliação, que permita identificar pontos fortes e fracos no ensino superior. A avaliação precisa de sua dimensão interna, mas, sendo a educação um processo social, necessita também da participação dos setores externos, que oferecem recursos e se utilizam de serviços de natureza pública.”

Faço uma pausa na leitura para lembrar que, em três anos sucessivos, este relatório incluiu no projeto de Orçamento Geral da União verbas destinadas à realização de uma avaliação ampla e profunda do universo da educação brasileira.

Sistematicamente, o Poder Executivo não utilizou o dinheiro destinado à avaliação e preferiu gastá-lo em outros setores, inclusive na tentativa de elaboração de um plano nacional de educação, que também não chegou a ser ultimado.

Como foi visto, o Brasil tem uma experiência vitoriosa no ensino de pós-graduação que não criou mais uma burocracia. Embora sem querer optar previamente por um modelo, a associação da simplicidade e independência inerentes à experiência da França com a nossa bagagem certamente resultaria em grandes vantagens. Não haveria qualquer inconveniente na utilização de tal sistema avaliativo para alocação de recursos, uma vez que esta é ainda demasiado empírica. Todavia, é indispensável um compromisso fundamental: que a eventual alocação de recursos, fundamentada no resultado da avaliação, tenha como uma de suas dimensões básicas a equidade. Dessa forma, os maus resultados não devem servir para tornar mais fortes as instituições que não são, mas para solucionar as dificuldades dos fracos, para que se tornem fortes. Não se preconiza, pois, uma competição darwiniana, pela qual só sobrevivem os "mais aptos", porém, o esforço coletivo para melhorar a qualidade geral do ensino, elevando a média do seu desempenho e reduzindo a variação em torno dessa média.

Em outro trecho deste relatório, revelo um detalhe que representa humilhação para nós, brasileiros. O Ministério da Educação ainda não conseguiu ou não decidiu realizar uma avaliação da educação de 3º grau no Brasil; entretanto, o Banco Mundial já realizou essa tarefa, utilizando o seu material humano e mobilizando alguns professores de alto nível. Existe um relatório do Banco Mundial sobre o ensino de 3º grau no Brasil.

Curiosamente, esse documento — eu o posuo e poderia depois, com a permissão do nosso nobre Presidente, distribuir através de cópia xerox para permitir o acesso dos demais membros desta Comissão a ele — reveste-se realmente, como o nobre Deputado Vital do Rego acaba de destacar, de maior importância.

Eu, que sou Relator desta Comissão, tomei conhecimento da existência do documento do Banco Mundial mediante uma referência textual feita pelo ex-Reitor da Universidade de Brasília, professor José Carlos Azevedo, num artigo publicado na *Folha de S. Paulo*. Tentei obter esse documento no Ministério da Educação e esbarrei com o argumento, absolutamente irrelevante, do qual não tomei conhecimento, de que não poderia ser fornecida uma cópia porque esse documento era apenas para uso oficial. Tive de explicar didaticamente, em níveis elevados, que o Poder Legislativo também é da área oficial. Só assim eu consegui a cópia. É melancólico fazer esse registro, mas é um dever de consciência.

“Além da avaliação, cabe ainda aplicar as normas em vigor no sentido de coibir as instituições que vivem na mera outorga de diplomas, sem que a esses corresponda o mínimo de conhecimentos e habilidades legitimamente esperado.

Há faculdades de fim de semana que são fábricas de diplomas. Tudo isso ocorre sem nenhuma reação do Poder Público.

Para esses, a avaliação não teria maior sentido e seria um verdadeiro desperdício. O reconhecimento periódico das instituições particulares de ensino superior é também uma forma de avaliação recomendada.

A democratização do ensino superior constitui outro alvo de maior importância, sobretudo no setor público. Em relação a este último, é ponto prioritário a abertura de cursos noturnos, compatíveis com as possibilidades institucionais e com a demanda da sociedade e da economia. Outro aspecto é o reforço de mecanismos que permitam aos estudantes de menor renda ter acesso ao ensino superior, sobretudo em áreas e regiões selecionadas, com as bolsas de estudo reembolsáveis. O Programa de Crédito Educativo deve ser expandido, ter fontes estáveis de recursos e, especialmente, finan-

ciar os estudos apenas em instituições realmente competentes — e não em fábricas de diplomas, faculdades de fim de semana. O ensino à distância, praticado de forma honesta e eficiente, é outra alternativa.

Ao lado desses aspectos, há, todavia, uma questão básica da democratização do ensino fundamental. A abertura do ensino superior para todas as classes sociais depende da abertura do ensino médio, que, por sua vez, depende da redução do fracasso escolar do ensino fundamental. Com o aumento do contingente de concluintes do ensino fundamental, aumentará o contingente de concluintes do ensino médio e, conseqüentemente, elevar-se-á a probabilidade de ingresso de alunos de origens sociais mais modesta no ensino superior. No entanto, a perversidade do sistema permanecerá intocada se não vencermos o desafio de uma escola pública de qualidade. Enquanto a escola particular, ou uma parte delas, persistir como uma ilha, ao alcance dos que, além dos tributos, possam pagar os estudos dos seus filhos, em vez de competir palmo a palmo com uma escola pública de qualidade, o ensino superior continuará a ser elitista ou a tornar-se mais elitista do que já é. Mesmo a recuperação acadêmica e deficiência do ensino médio nos cursos superiores, dirigida freqüentemente a alunos de origem social mais modesta, tende a ser paliativo de alto custo, que desloca a atenção das raízes dos problemas educacionais. Inúmeras medidas poderão contribuir para a reversão desse estado de coisas, mas duas são indispensáveis: uma é a vontade política, que reconheça o valor da educação básica para todos como imperativo de formação para a cidadania e de sobrevivência econômica do País. Outra é a contribuição do ensino superior através da formação cuidadosa de educadores para o ensino fundamental e médio. Sob esse aspecto, recomenda-se às instituições de ensino superior buscar a associação entre teoria e prática através do íntimo envolvimento com os sistemas de ensino.

A área acadêmico-científica, como ressaltaram os depoimentos, apresenta problemas de alta gravidade, que dependem da competência técnica dos educadores, mas, sobretudo — e mais uma vez —, de um amplo diálogo com a sociedade. Os números apresentados nos desnudaram um ensino superior anacrônico, que não atende às novas exigências sociais. As matrículas e conclusões, por exemplo, se acham fortemente concentradas em nove cursos de graduação da área de Ciências Humanas e Sociais: Administração, Direito, Pedagogia, Letras, Ciências Contábeis, Economia, História, Psicologia e Serviço Social. Os currículos mínimos, sob a égide do corporativismo e do credencialismo, compartimentam o saber de modo incompatível com a transdisciplinaridade do mundo atual. Tais currículos, apesar do nome, mais parecem máximos do que mínimos. As mudanças da sociedade e o futuro que se desdobra aqui e lá fora exigem o repensar das carreiras universitárias através de um programa de ampla revisão. No seu bojo devem-se incluir, é claro, os currículos, o papel do Conselho Federal de Educação e, com destaque todo especial, o nervo de todo o sistema, a formação de educadores, através das licenciaturas. Seria o caso de considerar a alternativa do ensino pós-secundário para contemplar certas demandas? Caberia estruturar um núcleo comum de formação, ao nível do ensino de 3º grau, como base, inclusive, para atender as novas solicitações sociais e a terceirização da economia? Conviria estabelecer o livre exercício profissional, com a instituição de exame para a concessão do registro profissional nas áreas de saúde física e mental e da engenharia estrutural?

Essas são algumas das questões que não podem ser respondidas por esta Comissão, mas que exigem um esforço conjunto da sociedade e do Estado para prover respostas satisfatórias.

Outra problemática que se delineou dos trabalhos foi da associação entre ensino, pesquisa e extensão, hoje elevada a preceito constitucional. Estatuído pela primeira vez com tal amplitude pela Lei nº 5.540, de 1968, esse princípio se incluiu num conjunto que firmou como norma geral a organização universitária e departamental, além de

outras camisas-de-força que, afinal, fizeram com que a realidade mudasse, à margem ou apesar da legislação. Nos anos 80, foram ainda introduzidas outras formas de isonomia, entre elas a salarial. Ou seja, a tendência à padronização transcende o contexto político de 1968 (a que tantos atribuíram as limitações da reforma de ensino superior) e parece inserir-se numa linha mais ampla, que talvez tenha suas raízes na administração pública colonial ibérica.

De qualquer forma, já distantes da colonização, é chegado o momento de ampliar o grau de liberdade e conceder interpretações criativas. Assim, no caso ora tratado, ficou claro que não podemos ter o mesmo modelo de formação para todos. As instituições são inevitavelmente diferentes e dessa diversidade emergem, muitas vezes, soluções criativas e benéficas.

Assim, ao invés de conceber a associação ensino-pesquisa, no sentido clássico, é muito mais proveitoso situar a pesquisa como essência de todo ensino superior, conforme uma das visões apresentadas pelos depoimentos. Educar é um processo criativo e não repetitivo de aprender a aprender. Professor e aluno ensinam e aprendem, devendo ambos adotar a pesquisa como princípio educativo vivificador das suas atividades. Com isso, ao mesmo tempo em que se renova o ensino, deixa-se de lado a contrafação da pesquisa, que tantas instituições adotam por não poderem se enquadrar na concepção clássica, conforme, aliás, seria impensável até nos países mais ricos do mundo.

Como base e reflexo dos problemas apontados, situa-se a questão da carreira profissional. As estatísticas desvelaram as deficiências do corpo docente, em alta proporção leigo, isto é, contando apenas com o curso de graduação. Ao lado disso, o ensino de pós-graduação, tanto no sentido quantitativo quanto qualitativo, falha em formar os professores que o melhoramento da qualidade requer.

Os fatos exigem repensar e investir seriamente também na formação de professores do ensino superior. Por um lado, o ensino de pós-graduação não pode permanecer indefinido quanto aos fins, situando-se ora como prolongamento e imitação dos cursos de graduação, ora voltados para a formação de pesquisadores que, na verdade, trabalharão predominantemente ou exclusivamente como professores, sem terem sido preparados para tanto. A produtividade do modelo deixa muito a desejar, não se sabendo qual o ritmo mais lento, se o da redução da repetência e evasão no início da escolaridade, ou se o da formação de mestres e doutores.

Entretanto, os melhores programas de formação docente não obtiveram êxito se os incentivos da carreira permanecerem inadequados e escassos. Os depoentes ressaltaram a verdadeira sangria de talentos provocada pela aposentadoria precoce de professores nos últimos anos. Este é um problema que terá de ser enfrentado na revisão constitucional do próximo ano. Não é possível ao País perder recursos, concebendo a aposentadoria especial como sucedâneo insatisfatório, como vexatório prêmio de consolação para os baixos salários. Por isso, cabe ao poder público reestruturar as normas, no sentido de assegurar um piso comum e condigno de remuneração, a partir do qual, respeitando, inclusive, as diferenças locais de custo de vida, o pagamento dos professores resulta da sua competência e da sua efetiva produção. O professor que mais e melhor atuar deverá receber tangivelmente e de imediato o resultado da sua capacidade e dedicação. Já não é possível suportar um sistema perverso que paga mal, trata mal o professor, oferece-lhe uma modesta aposentadoria prematura e não retribui adequadamente os atributos e as ações que beneficiam a universidade e a Nação.

Os dados apresentados na primeira parte do relatório sugerem a existência de grandes disparidades na disponibilidade de recursos humanos entre as IFES, e, por outro lado, grandes diferenças nas relações alunos/docentes e alunos/funcionários. Este comportamento dos dados sugere a existência de ineficiências que podem e

devem ser corrigidas. É certo que a realocação de servidores, sobretudo entre instituições, quase certamente localizadas em estados diferentes, é extremamente difícil, senão impossível. Desta forma, um dos poucos caminhos viáveis seria o de tornar mais equilibrada a proporção entre docentes, servidores não docentes e alunado, expandindo o corpo discente da rede pública federal. Parece haver significativa margem de expansão em diversas instituições que não representaria a adoção de estratégia do ensino massificado e tampouco comprometeria a qualidade do ensino. Uma boa opção é a abertura de cursos noturnos para atender à parcela da clientela que, sem opções, normalmente se dirige a outros tipos de instituições de ensino superior.

Outra questão importante refere-se ao peso crescente que as aposentadorias passam a ter no total da folha de pagamento das IFES. Esta matéria é extremamente polêmica e controvertida. De um lado, há os que defendem que as despesas com inativos não deveriam ser consideradas dentro do escopo dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, posto que, para tanto, cada docente e servidor tem mensalmente um desconto sobre seu vencimento destinado à seguridade social. Esta solução, portanto, caminha no sentido de que se aumente a eficiência da seguridade social dos servidores públicos de forma a não onerar nos recursos que devem ser destinados à atividades propriamente produtivas no campo educacional. Obviamente, isso também dependeria da revisão constitucional. Essa alternativa, porém, parece longe de constituir solução, além de representar prática corrente no processo de alocação de recursos orçamentários da União a distribuição dos encargos com inativo para os diversos órgãos de onde são originários, com recursos a eles destinados.

Por outro lado, constata-se que o direito de aposentadoria a partir de trinta anos de efetivo exercício para o professor e de vinte e cinco anos para a professora tem tido reflexos no comprometimento crescente dos recursos da ASIF com os inativos. Mesmo considerando os recentes problemas causados pelas sucessivas manifestações do Poder Executivo sobre suas intenções de alterar o regime de aposentadoria dos servidores públicos, as aposentadorias de docentes no auge potencial da sua produtividade acadêmica e científica estão ocasionando ônus excessivo sobre os recursos destinados à pagamento do pessoal ASIF. É necessária uma profunda reflexão a este respeito, sobretudo, quando se considera que o professor universitário brasileiro, hoje, dispõe de um regime de trabalho bastante diferente daquele que o submetia a um estafante número de aulas diárias, com o acentuado desgaste do profissional. O regime de trabalho em tempo integral ou dedicação exclusiva, atualmente exercido por cerca de 80% dos docentes da ASIF, de certa forma iguala as condições do exercício profissional. Claro que a dedicação exclusiva, muitas vezes, é apenas um rótulo, porque professores pertencem à condição humana. Se forem viver exclusivamente do que ganham como professores vão enfrentar graves dificuldades para sua sobrevivência.

De certa forma, iguala as condições de exercício profissional do professor universitário a de outros profissionais, cujo direito à aposentadoria só se verifica a partir de 30 a 35 anos de efetivo exercício, conforme o texto. Obtenção de receitas adicionais para diversificar o financiamento da ASIF já foi abordada anteriormente, quando se evidenciou o estágio embrionário da sua realização.

A exposição dessa receita não significa e não deve resultar no rumo da privatização das instituições públicas mantidas pela União; pelo contrário, pode representar uma garantia de progressivo aumento de autonomia das instituições e permitir uma alocação mais eficiente dos recursos diretamente oriundos do Tesouro. Ao longo desse documento salienta-se uma outra anomalia; há reitores criativos que conseguem aumentar significativamente os recursos financeiros graças a iniciativas extremamente felizes e altamente elogiáveis. Para a utilização dessa receita extra, os reitores têm que

se submeter às regras ditadas pelo MEC, que não é responsável pelo uso desses recursos adicionais." Há casos semelhantes aqui em Brasília, por exemplo, a Universidade de Brasília, que não recebe nada e está perdendo a propriedade dos terrenos que lhe foram doados pelo então Presidente Juscelino Kubitschek. A escola técnica de Viçosa acaba de instalar com recursos próprios uma estação de televisão de canal aberto, canal 13, que serve não apenas à Universidade, mas também a uma vasta região que tem como centro a cidade de Viçosa.

Essas distorções são altamente desestimulantes, porque ao invés de haver um instrumento de estímulo a iniciativas desse tipo, os reitores são metidos numa camisa-de-força, não podendo utilizar os recursos que geraram graças à criatividade e iniciativa.

O SR. VITAL DO REGO — No nosso reitorado, posso testemunhar a V. Exa. criamos recursos e, quando nos foi possível, reagimos à camisa-de-força; depois, fomos submetidos a ela.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Muito obrigado.

Dentre algumas fontes rotineiramente apresentadas como alternativas, encontra-se a eliminação das gratuidades indiscriminadas no ensino superior público. A questão é também extremamente polêmica e envolve um amplo leque de argumentos e posicionamento de ordem política, ideológica e social, além, obviamente, de requerer a reforma da Constituição.

Devo lembrar que, como autor do texto básico do Capítulo da Educação, no projeto da Constituição cidadã do nosso inesquecível Ulysses Guimarães, essa gratuidade do ensino está consagrada. Parece-me que deverá continuar intocável. O ensino público será gratuito em todos os níveis. Portanto, não deve haver nenhuma cogitação de mudança desse sistema, a não ser com a reforma do texto constitucional, o que me parece inteiramente impossível, pelo menos em relação a este ponto.

O assunto merece ser debatido com cuidado. Cabe analisar, contudo, o argumento, normalmente apresentado, de que a possível receita assim obtida e que seria meramente residual, cobrindo, de acordo com diferentes depoimentos colhidos, uma faixa de apenas 5% a 10% dos custos de uma universidade pública. É preciso observar que tal receita significaria, por exemplo, dobrados os recursos destinados à OCC que, no conjunto das despesas das IFES, também estão situados na faixa de 10%. Esse aporte adicional de recursos seria, portanto, significativo para o funcionamento das instituições. Não contando com o dinheiro do ensino pago. Não se pretende aqui fazer a defesa da cobrança de tais encargos educacionais. No entanto, é preciso destacar a magnitude e o significado dos números.

Desejo deixar bem claro este argumento, que provocou uma má interpretação da Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais numa enquete realizada pelo *Jornal do Brasil*, que dedicou excepcionalmente uma página inteira a esse relatório. A Reitora da Universidade telefonou-me dizendo que o repórter não reproduzira com fidelidade seu pensamento. Que ela não fez, ao contrário que o jornal salientou, severas críticas ao relatório. Entre outros motivos, porque ela ainda não havia lido o relatório, então, não podia opinar sobre um documento que não era de seu conhecimento. Ela fizera nenhuma crítica severa. Ao contrário, depois de ler o relatório e o parecer, ela fez a gentileza de me telefonar reafirmando a excelente impressão que recolhera do exame do relatório. Ela também prestou aqui um magnífico depoimento nesta CPI.

A gratuidade do ensino superior público deve, portanto, ser discutida no seu âmbito próprio, isto é, como um posicionamento da sociedade sobre quem deve arcar com o ônus da educação superior de seus cidadãos. A questão da equidade social não fica adequadamente colocada se apenas afirmado que os "ricos", nem sempre tão ricos, que freqüentam as universidades públicas devem pagar, porque os "pobres"

que freqüentam as instituições particulares, o fazem e tampouco pode ser simplesmente descartada esta questão, porque a receita a ser obtida seria meramente residual. Ademais, a cobrança de anuidades das universidades públicas não viria a resolver o problema de financiamento dos outros graus de ensino. Trata-se, portanto, de uma questão de princípio, de posição perante o Estado em matéria educacional e como tal, deve ser discutida, caso a sociedade pretenda de fato alterar a decisão que, em seu nome, a Assembléia Nacional Constituinte decidiu soberanamente inscrever no texto da Carta Magna de 1988, inclusive com o voto deste Relator. Ressalta-se que, pela primeira vez, em termos de direito, a gratuidade foi estendida ao nível superior, embora já viesse sendo praticada de fato em diversas instituições públicas do País.

Finalmente, uma das maiores contribuições que se poderia dar para o aumento da eficiência no uso dos recursos das universidades seria conferir-lhes, de fato, a autonomia de gestão, autonomia de gestão administrativa e econômico-financeira, a começar pelo processo de sua alocação. Esta autonomia só pode ser exercida se houver flexibilidade para aplicação e uso dos recursos. Nesse sentido, o atual processo de votação orçamentária, que discrimina, *a priori*, as rubricas em que os recursos devem ser dispendidos, limita a autonomia das universidades, particularmente com respeito às despesas e outros custeios e de capital. A sistemática de dotação global, calculada de acordo com critérios válidos, que contemplem as especificidades de cada instituição parece ser, de todo, mais recomendável que a atualmente praticada, sendo, inclusive, um forte incentivo ao aumento da eficiência da gestão.

Por outro lado, cabe considerar com atenção a hipótese de vincular os recursos destinados às universidades o percentual da receita de impostos destinado à manutenção e desenvolvimento do ensino, à semelhança do que ocorre no Estado de São Paulo com relação à relação à receita do ICMS. Esse sistema adotado por São Paulo funciona magnificamente. Não há nenhuma queixa, nenhuma restrição, e as universidades estaduais de São Paulo têm excelente nível e não enfrentam as crises que são rotineiras nas universidades públicas federais.

É certo que isso submeteria as IFES ao regime de flutuação da realização da receita pela União e aos riscos de sua redução real pela sonegação, flutuações essas que hoje, por exemplo, não afetam, ao menos diretamente, a folha de pessoal tratada como encargo necessário a ser elaborado pelo Tesouro.

Fiz questão de fazer essa referência à sonegação, porque, desgraçadamente, ainda, a classe política a que pertencemos não compreendeu a importância da Comissão Parlamentar Sobre a Evasão Fiscal, que é sem dúvida a mais importante do Congresso Nacional, supera amplamente a CPI sobre PC Farias, o processo de *impeachment* do Presidente Collor. Tenho cansado de destacar que, só no Estado de São Paulo, comprovadamente, a sonegação de impostos municipais, estaduais e federais é superior ao orçamento geral da República — só em São Paulo. Contudo, a CPI da evasão fiscal conta com pouca freqüência de parlamentares, não porque eles não saibam cumprir seus deveres. É consequência da simultaneidade do funcionamento de numerosas comissões. Não há cobertura da mídia impressa e eletrônica.

Esta luta contra a sonegação seria a chave para a solução do problema da educação no Brasil — não apenas da educação, também da saúde e de tantos outros que nos afligem.

Por outro lado, o comportamento geral da receita se reflete indiretamente nos dias de hoje no pernicioso e progressivo achatamento geral dos níveis reais de percentual da receita de impostos, porém permitiria às universidades se programarem, desde que os repasses fossem feitos efetivamente em duodécimos, constituindo um desafio administrativo para as instituições e poderoso estímulo ao tirocínio gerencial.

Importante, sob todos os aspectos, é a regularização dos repasses, de modo que não haja perda, ao longo do ano, do valor real dos recursos disponíveis. A propósito

disso, o atual Ministro da Educação recebeu que mais de um trilhão de cruzeiros — cifra espantosa — estavam aplicados no mercado de capitais.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Devo esclarecer, nobre Senador, este problema. Realmente, quando assumi o Ministério no dia 5 de agosto, encontrei saldos da ordem de um trilhão e 350 bilhões de cruzeiros de excesso de arrecadação do salário-educação. No entanto, há um ditame constitucional que estabelece que não pode haver despesa se não houver autorização orçamentária. Então, desde a semana seguinte a minha assunção ao Ministério, encaminhei ao Ministério da Economia o pedido de suplementação. Passei lá 58 dias e esse pedido não foi encaminhado ao Congresso. Já com o novo Governo, são decorridos 30 dias e continua no mesmo lugar, ou seja, no Departamento de Orçamento da União.

Os problemas de agora são os mesmos de antes: greves e outros. Antes havia o problema da lei orçamentária, ao qual eles davam prioridade. Quando deixei o Ministério, no dia 2 de outubro, se não me engano, esses valores já atingiam mais de um trilhão e 700 bilhões de cruzeiros, porque há essa aplicação. Não é que haja interesse do Ministério em especular, mas, se o dinheiro ficar parado numa conta bancária sem aplicação, perde o seu valor. Ele rende, em média, 20 bilhões de cruzeiros por dia. Agora, é por conta de uma sistemática que criamos, quer dizer, todos os créditos, inclusive por excesso de arrecadação, dependem de aprovação do Congresso Nacional...

O SR. VITAL DO REGO — Por que não vem a mensagem, então?

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Exatamente porque está press no Departamento de Orçamento da União. Até o dia 30 de agosto era por conta da elaboração da proposta orçamentária, que tinha prazo constitucional, e isso envolvia todo esforço daquele setor. Depois do dia 30, logo no dia seguinte, voltei a cobrar, e estavam envolvidos com os cálculos e com as providências para a isonomia.

Então são sempre justificativas burocráticas e que continuam até hoje, porque, embora o pedido do crédito já esteja no Ministério da Economia, mais ou menos desde o dia 10 de agosto, ainda não foi encaminhado sequer — pelas informações mais recentes que tenho — à Presidência da República, para que seja encaminhada a Mensagem ao Congresso Nacional.

E há um outro detalhe, Senador — permita-me esta observação — porque num outro ponto V. Ex^a aborda a questão das amarras jurídicas da universidade. V. ex^a se referia especificamente ao fato de a universidade recolher recursos com o esforço próprio. Devo lhe dizer que também a Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada por este Congresso Nacional, estabelece que os créditos suplementares devem ser encaminhados por excesso de arrecadação, tem um cronograma para ser encaminhado e deve sair de cada Ministério no dia 13 de setembro — salvo engano — ou antes do início de outubro.

Ora, significa dizer que, se nesse período, quando é encaminhado o pedido de crédito orçamentário, até o final do exercício, uma universidade obtém, por exemplo, um convênio novo, ela fica na impossibilidade de gastar naquele exercício porque não pode sequer encaminhar o pedido de crédito suplementar.

Por outro lado, em qualquer momento do exercício financeiro que ela consiga um financiamento externo, um convênio ou algo semelhante, depende de uma autorização específica do Poder Legislativo, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Isso significa que nem sequer a universidade tem possibilidade de fazer uma previsão — que seria o lógico — de recursos próprios e estabelecer uma dotação global para isso, sem ter que especificar de onde o dinheiro vem do convênio "x" ou "y". Isso seria lógico, mas a lei atual não o permite. Eu, inclusive, tive oportunidade de encaminhar uma sugestão à Presidência da República, no sentido de que houvesse o encaminhamento de um projeto de lei específico sobre essa matéria, porque é

algo inteiramente lógico. Se de um lado sentimos e estimulamos a necessidade da autonomia das universidades, por outro, esse tipo de amarras existe a partir de leis que são votadas dentro do próprio Congresso Nacional.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Agradeço o esclarecimento precioso do Presidente desta CPI, que sentiu na própria carne as limitações que encontrou no MEC. Por sinal, a Divisão de Orçamento do Ministério da Economia está em greve. Imaginemos a reação do Banco Mundial! Estamos pedindo dinheiro, financiamento externo para a área da educação! A resposta óbvia deveria ser: “Os senhores têm dinheiro aplicado até no mercado financeiro. logo não devem estar com problemas graves de falta de recursos”. Ao mestre dos mestres, Senador Darcy Ribeiro, saudamos com o maior carinho a sua chegada a esta reunião.

Prosigo a leitura.

“Além disso, é necessário preservar as receitas próprias obtidas pelas IFES dos contingenciamentos — ainda tem mais essa — dos contingenciamentos e dos tetos orçamentários. Trata-se de receita gerada pela própria universidade, evitando a corrosão do valor real dos recursos e esdrúxula situação freqüentemente observada, na qual as IFES realizam a receita e não podem gastá-la. Nesse particular, as instituições geradoras de receitas próprias devem ser tratadas de acordo com o seu caráter peculiar, que a distingue dos demais órgãos da administração pública. Não faz sentido que tais recursos, uma vez previstos nos orçamentos, como determina a Constituição, sejam submetidos administrativamente a tetos ou a contingenciamentos. A universidade deve ser autônoma para gerir seus recursos próprios e de convênios, cabendo-lhe não somente prestar contas das receitas e despesas assim efetuadas. Isso com certeza constituirá poderoso incentivo para o desenvolvimento gerencial das IFES. Essa liberdade deveria, inclusive, existir para aplicação de tais recursos até mesmo em remuneração dos seus docentes e servidores. De um lado, a União garantiria, na dotação global os recursos necessários ao pagamento de pisos e de vencimentos, demais vantagens por ela afixados. De outro, as universidades, obtendo recursos próprios, poderiam destiná-los ao incremento da remuneração dos seus servidores, sob sua inteira responsabilidade, ou então, aplicar tais recursos em despesas de outros custos e capital.

É imperioso recomendar que seja amplamente reformulada a sistemática da distribuição de recursos entre as instituições federais de ensino superior. É urgente o desenvolvimento de um processo que contemple, de modo mais abrangente, as especificidades de cada instituição às características de suas atividades, de seu desempenho acadêmico, científico e técnico.

Os depoimentos colhidos demonstraram que ainda é cedo para se fazer uma avaliação consistente das diferentes experiências realizadas nas universidades públicas para indicação dos seus dirigentes. É preciso considerar que a questão se situa de fato no âmbito de sua autonomia, mas também se coloca na interface componente público, instituidor e mantenedor.

Assim sendo, é preciso encontrar fórmulas pelas quais o dirigente máximo da universidade pública, a partir de listas múltiplas, seja não apenas nomeado, mas também escolhido pelo mandatário supremo do Poder Público instituidor, que é a autoridade investida de mandato representativo da comunidade, a quem a universidade mais imediatamente deve atender.

Por outro lado, os processos internos de elaboração de tais listas, previstos nos estatutos, deverão assegurar dois princípios básicos: a representatividade e a preponderância do segmento acadêmico docente e investigador, como aquele no qual se realiza mais diretamente a votação da instituição universitária.”

Tivemos exemplo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a contratação, a toque de caixa, de mil ou dois mil servidores numa tentativa de reeleição do Reitor.

"Nesse sentido é fundamental que os órgãos estaduais superiores sejam submetidos aos mesmos balizamentos. Pouco se pôde concluir das informações obtidas em relação às instituições mantidas pelos governos estaduais e municipais — embora uma reunião de universidades estaduais, inclusive a de São Paulo, tenham comparecido a prestarem excelentes depoimentos. Destaca-se a situação verificada no Estado de São Paulo, em que as universidades efetivamente passaram a gozar de autonomia administrativa e econômico-financeira, com destinação de percentual atualmente em torno de 9% da receita mensal de ICMS. E isto é sagrado e não admite nenhum contingenciamento por iniciativa do Poder Executivo Estadual.

O depoimento do Reitor da USP, o Reitor Lobo, foi extremamente favorável a esse mecanismo de financiamento, embora com consciência dos problemas que nele estão presentes. Resta alertar para o fato de que, em vários outros Estados, tal vinculação existe na letra legal, mas não vem sendo cumprida. Cabe a esta Comissão apelar para que, de fato, seja ela complementada.

Finalmente, importa destacar o relevante papel que, sobretudo, as universidades estaduais desempenham em suas respectivas regiões, em especial aquelas que assumem uma configuração *multicampi*.

O setor privado da educação superior do País é amplamente majoritário. Na semana passada, o atual Ministro da Educação salientou, na Comissão de Educação, que 80% das instituições de ensino superior estão no setor privado.

Em termos gerais, esse segmento conta com mais de 600 instituições, dentre as 900 existentes. Do total de 900, 680 instituições estão no setor privado.

No segmento específico das universidades, o número de instituições particulares, desde 1989, supera o das universidades públicas federais. E dentro em breve, a julgar pelo recente pronunciamento do Conselho Federal de Educação, deverá superar o conjunto de universidades públicas. Parte dessas instituições tem fisionomia própria e se inclui sob a classificação de comunitária.

As questões relativas ao financiamento das instituições particulares foram pouco debatidas ao longo dos trabalhos da Comissão. No entanto, alguns aspectos podem ser comentados. De um lado, foram mencionadas as reivindicações para que as instituições particulares recebam recursos públicos, o que, à exceção de auxílios para atividades de pesquisa e extensão, é vedado pela Constituição Federal, a não ser no caso das instituições comunitárias, filantrópicas e confessionais. Não bastasse essa explícita determinação constitucional, caberia ainda observar que o sistema de financiamento do ensino superior pelo Estado, mantenedor direto de instituições públicas, não comporta o regime de subvenções a outras instituições de ensino superior, como ocorre em outros países.

Essas distorções foram amplamente divulgadas, e até agora continuam sobrevivendo instituições particulares, fábricas de diplomas, funcionando apenas no fim de semana. Não há, portanto, o mínimo — vou usar uma palavra um pouco agressiva — o mínimo policiamento disso que se inclui no âmbito do Código Penal.

Outro ponto abordado foi o controle pelo Estado dos valores fixados pela retribuição dos serviços prestados pelas instituições particulares, chamados encargos particulares.

Recentemente, esse assunto foi objeto de intensa polémica, como atesta a plethora de Medidas Provisórias baixadas ao longo do ano de 1990, que contribuiu para instalar uma situação de profunda instabilidade e desentendimento entre escolas, famílias e estudantes. Atualmente vigora a norma fixada pela Lei nº 8.170, de 1991 e por iniciativa do Poder Executivo, apresentada na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 2.244, de 1991, que pretende estabelecer novos critérios para fixação de reajuste para os encargos educacionais. Só faltam três páginas.

Com certeza é preciso dar solução definitiva aos impasses gerados. Seria desejável que se pudesse conferir o maior grau de liberdade possível ao funcionamento desse

setor, no sistema educativo, desde que assegurado um controle qualitativo que promovesse uma adequada relação custo/benefício. No entanto, as condições em que o sistema de ensino superior opera no País apresentam inúmeras características que, política e socialmente, impõem um controle mais estrito do Estado sobre tal atividade.

Com efeito, as condições de acesso às instituições públicas de ensino superior, cujo número de vagas não tem crescido nos últimos anos, estabelece uma expressiva discriminação de clientela em termos sócio-econômicos, de tipos de cursos oferecidos e de turnos em que são ministrados.

Nessa direção, mais do que baseado na concepção de que a atuação privada na área educacional é uma concessão do Estado — o que é doutrinariamente discutível à luz da atual redação do texto constitucional, em particular o art. 209 —, o Estado tem se voltado para o controle dos preços do setor privado, devido à sua própria omissão em oferecer um ensino gratuito ou de subsidiar diretamente os estudantes carentes e dada a necessidade de evitar tensões ou conflitos sociais decorrentes dessa situação.

Permita-me, aqui, abrir um parêntese. Fui testemunha ocular e auditiva de um episódio ocorrido em São Paulo, onde se realizava o Congresso Mundial de Ensino Privado — na época, o titular da Pasta da Educação era o nosso ex-colega, Senador Carlos Chiarelli. O Presidente da entidade que congrega todas as faculdades do ensino privado no Estado de São Paulo, em entrevista a jornal, rádio e televisão, ao vivo, declarou que esperava, rezava e torcia para que o Ministro, que estava internado na UTI, não saísse de lá vivo. Chegou a esse ponto a distorção, a guerra entre os setores público e privado da educação. Esse episódio realmente foi inesquecível e assistido por representantes de numerosos países que se concentraram naquela Capital.

Para o atual momento, portanto, recomenda-se que a legislação sobre a matéria trate, fundamentalmente, de oferecer regras claras que facilitem e promovam o real entendimento entre as partes interessadas, de modo a compatibilizar, de um lado, custos e preços, de outro, a realidade econômica da clientela.

Por outro lado, não se pode olvidar que o mesmo Estado, ao assumir a atribuição de oferecer um ensino público gratuito no nível superior, com recursos oriundos de toda a sociedade, não pode se omitir, por uma questão de equidade, em oferecer condições de estudo para aqueles que, sendo carentes por diferentes razões, tenham acesso a boas instituições de ensino superior privadas.

Importa considerar que os direitos dos cidadãos são os mesmos. O suporte financeiro para o desenvolvimento de estudos superiores aos estudantes carentes constitui poderoso instrumento de justiça e importante investimento social.

Atualmente, o único mecanismo existente é o Programa de Crédito Educativo. São do conhecimento geral as inúmeras críticas por que passou esse Programa, chegando às vias de extinção nos períodos de 1989 e 1990. As crises entre estudantes, instituições e o Governo, no ano de 1991, decorrentes da falta de recursos financeiros, foram largamente difundidas pela imprensa e, na realidade, arrastam-se até os dias de hoje.

A lei aprovada, infelizmente, não garante imediato suprimento de recursos adicionais que permitam resolver o estado de insolvência crônica do Programa. A receita de três recursos de prognósticos adicionais da Caixa Econômica Federal nem de longe cobre as necessidades financeiras — até porque agora há uma concorrência no setor privado, chamada Tele-Sena, que causa confusão em pessoas mais modestas, que acreditam tratar-se de uma "Tele-Sena governamental", porque as apostas são feitas, obrigatoriamente, através dos Correios. A única fonte mais promissora é a dos depósitos compulsórios dos bancos junto ao Banco Central, fonte essa que, contudo, já estava prevista desde os primórdios do surgimento do programa e nunca foi implementada.

É de se esperar, portanto, que, dada a força derivada da nossa posição, seja de fato utilizada. Do contrário, os problemas perdurarão.

Ao longo desse capítulo, ainda gostaria de lembrar as surpresas e agradações que experimentei, recentemente, quando convidado pelo Instituto de Estudos da Universidade de São Paulo para participar de um debate.

Lá, encontrei alguns dos expoentes mais importantes da área da economia, comércio e indústria de São Paulo, traçando planos, de comum acordo, com os professores universitários, para fornecimento de recursos com vistas a melhorar cursos universitários da USP. Por isso, está desaparecendo nas universidades públicas o preconceito antes cultivado, de não aceitar colaboração do setor privado.

A USP está sendo muito beneficiada. Lembro-me bem de uma das empresas do setor privado: a Rhodia, uma empresa multinacional. Havia outras, como a General Motors e a Volkswagen. Elas estavam alocando recursos para melhorar a atuação da USP na área de pesquisa e ensino.

É preciso considerar que o Programa de Crédito Educativo não pode consistir tão-somente em um sistema de sustento indiscriminado de quaisquer instituições de ensino superior, via empréstimos subsidiados aos estudantes. Não é possível garantir que os recursos assim carreados venham indiretamente a sustentar instituições de qualidade duvidosa, o que desgraçadamente ocorre em número muito elevado.

É necessário um processo permanente de avaliação — se não há uma avaliação nem do setor público, não podemos imaginar uma avaliação em relação ao setor privado — para destinação dos benefícios do Programa de Crédito Educativo, selecionando, pelo mérito, as instituições em que os estudantes podem ser contemplados.

Importa criar um sistema que alie a qualidade da instituição à carência econômica do estudante e ao real esforço acadêmico deste. É preciso ainda que se discuta a possibilidade de criação de um programa de bolsas de estudo para o ensino superior. Embora o contexto constitucional não a vede explicitamente, existem pelo menos duas propostas de emenda à Constituição sobre a matéria, tramitando na Câmara dos Deputados.

Se efetivamente, no futuro, vierem a ocorrer modificações importantes nos meios de financiamento do ensino superior, o mecanismo de bolsas de estado poderá ser um importante instrumento de incentivo do Estado, contemplando tanto os custos de ensino propriamente ditos, como os custos de manutenção dos estudantes mais pobres, a exemplo das bolsas de estudo pós-graduação, já existentes no País há muitos anos.

Antes de encerrar esta leitura, gostaria de registrar os nossos agradecimentos, na área da relatoria, aos Assessores Cândido Gomes e Ricardo Martins, que pertencem aos quadros de Assessores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, pelos serviços altamente relevantes, prestados ao longo do funcionamento da Comissão.

Eles foram de uma dedicação emocionante. Bateram recordes de eficiência e zelo pela tarefa que lhes foi confiada, sob a direção do nosso Presidente, Deputado Eraldo Tinoco. Ambos os Assessores são autores de livros e artigos sobre Educação, sendo o professor Cândido Gomes Assessor Legislativo do Senado Federal e Doutor em Educação pela University of California, Los Angeles, e o professor Martins, Assessor Legislativo da Câmara dos Deputados e Mestre em Educação pela Fundação Getúlio Vargas.

A relatoria expressa também os seus melhores agradecimentos ao Sr. Joaquim Balduino, por sua inextinguível dedicação ao longo dos nossos trabalhos.

Este é o relatório que tenho o prazer de apresentar aos nobres Componentes, mas não gostaria de encerrá-lo sem a referência especial a uma recente contribuição, da mais alta importância, dada pelo mestre dos mestres, o eminente Senador Darcy Ribeiro, que deu entrada, na Comissão de Educação do Senado, a um projeto de lei de diretrizes e bases que representa uma contribuição realmente extraordinária

para a elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação que corresponda amplamente às aspirações da comunidade e da educação em nosso País. Não poderia deixar de destacar essa contribuição do mestre, que tanto nos honra com a sua presença neste momento.

É esse o parecer, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Quero agradecer, em nome de toda a Comissão, o trabalho dedicado, preciso, altamente analítico e consciencioso do nobre Senador João Calmon. Relator desta Comissão.

Realmente, sem o trabalho de S. Ex^a, não teríamos chegado a esses resultados, porque não apenas se propôs o Senador João Calmon a realizar o seu trabalho, a colher e sintetizar tantos depoimentos importantes prestados perante esta Comissão, mas se excedeu no zelo de nos ajudar na tarefa de assegurar às reuniões o *quorum* necessário, de sorte que só temos de registrar nosso agradecimento e de toda a Comissão pelo seu trabalho.

Quero fazer uma consulta à Comissão. Tínhamos estabelecido um cronograma para termos, no dia de hoje, a leitura do parecer — apenas no dia 17 seria a sua votação — imaginando que hoje poderíamos ter dificuldade de *quorum*, tendo em vista a realização do segundo turno das eleições municipais em vários municípios brasileiros.

Marcamos essa data (dia 7 de novembro) justamente por ser dois dias após a realização dessa eleição. Faríamos a votação às 17h, tendo em vista que às terças-feiras, pela manhã, normalmente os parlamentares estão dirigindo-se para Brasília, procedentes de seus Estados.

No entanto, temos, no dia de hoje, um número significativo. Ouero consultá-los se não seria o caso de avançarmos um pouco mais no nosso horário e termos já, nesta oportunidade, a discussão e votação da matéria, considerando-se as diversas superposições de horários, comuns nas duas Casas do Legislativo.

São duas alternativas, duas opções, que colocamos diante dos senhores. Faremos aquilo que a maioria da Comissão achar conveniente.

O SR. VITAL DO REGO — Sem embargo de opiniões divergentes, Sr. Presidente, até porque temos a consciência de que o eminente Senador João Calmon, em seu trabalho, em sua devoção, é um abnegado sacerdote da educação no Brasil, eu manteria o dia 17. O ilustre Senador João Calmon deve ter esgotado tudo aquilo que possa ser mais relevante, como as conclusões e recomendações que nos foram feitas. Diante da transcendência das responsabilidades desta Comissão, Sr. Presidente, sobretudo porque vimos, na leitura das conclusões do eminente Senador João Calmon, que muitas dessas matérias são graves advertências desde já postas à reflexão da revisão constitucional, permito-me dizer, Sr. Presidente, que talvez aquela primeira alternativa proposta por V. Ex^a coubesse melhor a cada um de nós que temos a intenção de co-participar dessa tarefa de V. Ex^a e do extraordinário paradigma que é João Calmon.

Seria o caso de postergarmos por mais alguns dias, até o dia 17, no sentido de que pudéssemos oferecer alguma contribuição ou a melhor de todas as contribuições, que é aplaudir e aclamar o relatório de João Calmon, depois de conhecer em detalhes tudo aquilo que está em nossas mãos, com vistas a uma reflexão profunda de cada um de nós.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muito obrigado.

Mais algum Sr. Parlamentar deseja opinar sobre o assunto?

O prazo se extingue no dia 18; por isso, marcamos para o dia 17, também considerando que dia 18 é uma quarta-feira, dia em que normalmente as comissões técnicas têm um volume maior de reuniões, o que dificulta a presença de um *quorum* mais significativo na reunião.

Vou, então, submeter à deliberação da própria Comissão: aqueles que votaram a primeira alternativa, isto é, que a votação ocorra no dia 17, pelo prazo do último prazo desta Comissão, manifestem-se, por obséquio, levantando as mãos.

São três votos.

Os que preferem que seja discutido nesta ocasião, por obséquio, manifestem-se.

Vejo que a tendência majoritária é a de deixarmos, então, a discussão e a votação para o próximo dia 17.

Apenas faço um apelo, naturalmente desnecessário, aos senhores que estão aqui, inclusive para que possamos convidar outros integrantes da Comissão que não poderão estar neste momento: que tenhamos realmente a oportunidade de, com um número maior e com um estudo mais aprofundado deste brilhante relatório, realizarmos a discussão e a votação naquele dia.

Agradeço a presença de todos.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Sr. Presidente, peço a palavra a V. Ex.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Não gostaria de encerrar a minha participação nesta reunião sem louvar a iniciativa da instalação desta CPI, que partiu do Deputado Federal João Faustino.

Citei vários colaboradores, mas, sem a iniciativa do Deputado Federal João Faustino, do Rio Grande do Norte, não teria sido possível a instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

S. Ex. não se encontra aqui, porque está participando de comício, no segundo turno da eleição na capital do Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Solicito ao nobre Relator que remeta, se possível, o documento do Banco Mundial.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Com o maior prazer, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Vou pedir à Secretaria, inclusive, que auxilie o nobre Relator nesta tarefa de encaminhar a todos os membros desta Comissão esse estudo do Banco Mundial.

Declaro encerrada esta reunião.

(Levantava-se a reunião às 12h10min.)



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
CENTRO GRÁFICO

OS. 13840